

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

António Luís Domingues Ginja

PARA UMA ARQUEOLOGIA CRÍTICA DA  
ARQUITETURA

Tese no âmbito do doutoramento em História da Arte, orientada pelos  
Professores Doutores Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade, Rui  
Pedro Mexia Lobo e José António Raimundo Mendes da Silva e  
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Dezembro de 2022



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

António Luís Domingues Ginja

PARA UMA ARQUEOLOGIA CRÍTICA DA  
ARQUITETURA

Tese no âmbito do doutoramento em História da Arte, orientada pelos  
Professores Doutores Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade, Rui  
Pedro Mexia Lobo e José António Raimundo Mendes da Silva e  
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Dezembro de 2022



Este trabalho é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, FCT, com verbas do Orçamento de Estado, do Fundo Social Europeu, disponibilizadas ao abrigo do PORTUGAL2020, através do Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020) no âmbito da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/132487/2017.





aos meus pais,  
ao Nuno



## agradecimentos

Nesta nota de gratidão, necessariamente breve, não posso deixar de prestar uma sentida homenagem a todos quantos me acompanharam nesta jornada, abrindo generosamente passagem a este estranho e desconhecido caminho, cujo percurso, embora intenso e rigoroso, não hesitaram em trilhar comigo.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pelo financiamento ao projeto do qual nasceu a presente tese, que não hesitou em estender aos longos meses de confinamento pandémico. Ao Centro de Estudos Sociais, mais do que a minha instituição de acolhimento, o meu outro lar, pela hospitalidade e camaradagem, sobretudo por parte dos amigos e funcionários da Biblioteca Norte-Sul, sempre atentos e diligentes.

À minha irmã, Mónica Ginja, e aos amigos e colaboradores Ana Santos, André Donas-Botto, David Eleutério, Jair Pereira, Pedro Pais, Sara Almeida e Tânia Ganho, Nuno Gonçalves e Sara Cruz, da Associação Casa Medieval de Coimbra, João Peralta, Diogo Rodrigues, Ana Duarte, Ana Gomes, Ana Pais, João Coelho, João Sousa e Thamara Faria, do Coletivo Há Baixa, Alexandre Sarrazola, Ever Calvo e Mónica Ponce, da Era Arqueologia, Tiago Ilharco, da Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património, e Hans-Reinhard Fricke, do arquivo da cidade de Duderstadt – Stadtarchiv, pelo entusiasmo e prontidão com que me auxiliaram na superação dos mais diversos obstáculos.

Ao Sérgio Madeira, Sidónio Simões e Raquel Santos, do Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, à Manuela Madeira, da Câmara Municipal do Porto, à Vânia Carvalho, da Câmara Municipal de Leiria, à Fátima Carvalho e à Cátia Marques, da Direção Regional de Cultura do Centro, à Maria de Magalhães Ramalho, da Direção Regional de Cultura do Alentejo, ao Pedro Parreira, da Direção Regional de Cultura dos Açores, e ao Rui Parreira, da Direção Regional de



Cultura do Algarve, pelo valiosíssimo contributo para esta tese, do acesso aos edifícios e aos processos aqui estudados, ao pronto esclarecimento das mais variadas questões.

Aos técnicos e especialistas que tão generosamente acederam em partilhar nesta tese as suas experiências no domínio da arqueologia da arquitetura, do restauro arquitetónico e da reabilitação urbana, os arqueólogos Lília Basílio, Luís Fontes, Paulo César Santos, António Marques e Paula Ramalho, os arquitetos José Aguiar e Ricardo Rodrigues, e o engenheiro Vítor Cóias.

Aos Professores Doutores António Bettencourt, da Universidade de Coimbra, Gian Pietro Brogiolo, da Universidade de Pádua, Roberto Parenti e Giovanna Bianchi, da Universidade de Siena, Luis Caballero Zoreda, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Leonor de Medeiros, da Universidade Nova de Lisboa, Susana Gómez Martínez, da Universidade de Évora, e Lídia Catarino, Helena Catarino, Armando Redentor e Lurdes Craveiro, da Universidade de Coimbra, pela disponibilidade e gentileza com que me ajudaram a ultrapassar desafios e dificuldades.

À Professora Doutora Joana Brites, em particular, por fazer germinar em mim o ímpeto da investigação científica, por nunca duvidar das minhas capacidades, mesmo quando eu próprio duvidava, pela inestimável ajuda na construção deste projeto.

Aos Professores Doutores Luísa Trindade, Rui Lobo e Raimundo Mendes da Silva, orientadores e amigos neste meu percurso académico, sempre atentos e rigorosos, pelos ensinamentos, encorajamento e inspiração, tantas vezes cruciais para levar a bom porto esta investigação, tão distinta quanto próxima das suas próprias áreas de saber, deixo, com um sentido sentimento de gratidão, uma especial palavra de reconhecimento.

Ao Nuno, origem de todas as minhas aventuras, destino de todas as minhas conquistas, obrigado.

## resumo

Consagrados no atual enquadramento legislativo o património arquitetónico enquanto património arqueológico, e a estratigrafia da arquitetura enquanto trabalho arqueológico, a arqueologia da arquitetura alcançava, entre a publicação da lei de bases do património cultural, em 2001, e a promulgação do regulamento de trabalhos arqueológicos, em 2014, o devido reconhecimento institucional também em Portugal, que assim se juntava à aceitação científica de que a disciplina gozava já em vários outros países. Desde então, a arqueologia da arquitetura tem decorrido no país de condicionantes impostas pela tutela dos bens culturais, como medida de salvaguarda ao património arquitetónico, a aplicar quando o mesmo se encontre, no âmbito de projetos de reabilitação urbana, em risco de sofrer afetações. A arqueologia da arquitetura, com efeito, encontra-se há décadas investida de ferramentas metodológicas que, embora passíveis de melhorias, permitem detetar e descodificar os mais diversos processos construtivos, configurando-se, como tal, de grande utilidade para a sustentabilidade do património arquitetónico a reabilitar.

Não obstante, a interpretação subjetiva dos termos da lei, o problemático faseamento destinado à aplicação da arqueologia da arquitetura e a ainda deficitária preparação dos técnicos responsáveis pela sua aplicação, conduzem a arqueologia da arquitetura a préstimos circunstanciais e a resultados erráticos, que, na prática, podem até concorrer para o conhecimento científico do edificado histórico, mas pouco contribuem para a sua efetiva salvaguarda. No momento em que a preservação e a autenticidade da identidade cultural e o potencial económico inerentes ao património arquitetónico se configuram cada vez mais como prioridades políticas, importa perceber as causas para o ainda débil contributo da arqueologia da arquitetura em Portugal, bem como apontar caminhos para a resolução dos aspetos que ainda cerceiam o seu potencial contributo científico.

Simbólica e fenomenologicamente carregado, o património arquitetónico não pode hoje, contudo, ser entendido apenas como o resultado de um processo construtivo, senão também como a materialização de intenções sociais e estéticas. A sua interpretação científica carece, como tal, tanto de análises arqueológicas, quanto de diagnósticos de outras disciplinas, motivo pelo qual a presente tese, rumo a uma estratégia de salvaguarda patrimonial mais justa e holística, investe na síntese da epistemologia e dos métodos próprios da arqueologia, já legalmente reconhecidos, com o contributo de outras disciplinas, como a história da arte ou a arquitetura. Da abertura dos métodos da arqueologia aos pressupostos científicos de disciplinas com que partilha objetos de estudo, reside, com efeito, a chave para uma transdisciplinaridade que transforme finalmente a arqueologia da arquitetura numa verdadeira ferramenta de salvaguarda e de valorização do património arquitetónico português.

Dividida em quatro capítulos, a presente tese parte da problematização dos conceitos de intervenção e de reabilitação de legados arquitetónicos, enquanto agentes ativos da própria história, para questionar o contributo da estratigrafia arquitetónica na adoção das distintas estratégias projetadas para a arquitetura a reabilitar. Da herança estratigráfica da arqueologia, encaminha-se para as conjeturas que conduziram à afirmação da arquitetura enquanto documento passível de interpretação arqueológica. Reflete sobre o acolhimento e a rejeição da arqueologia da arquitetura, para discorrer sobre os enquadramentos institucionais e legislativos que conduziram à sua afirmação em Portugal. Segue da consagração da arquitetura como património arqueológico, para, elencando os principais problemas da arqueologia da arquitetura, dissertar sobre possíveis caminhos para melhorar o seu desempenho no domínio científico e enquanto ferramenta de salvaguarda para o legado arquitetónico português.

### **palavras-chave**

arqueologia da arquitetura, reabilitação urbana, estratigrafia, património arquitetónico

## **abstract**

Both architectural heritage and stratigraphy of architecture are acknowledged in the current legislative framework, as archaeological heritage and as archaeological work, respectively. Between the publication of the basic law of cultural heritage in 2001 and the enactment of the regulation of archaeological works in 2014, the archaeology of architecture also gained due institutional recognition in Portugal, adding to the scientific acceptance that this subject already enjoyed in various other countries. Since then, the archaeology of architecture has been conducted in this country under the constraints imposed by the protection of cultural assets as a measure of protection for architectural heritage, to be applied when that heritage is at risk of being affected within the scope of rehabilitation projects. Indeed, for decades the archaeology of architecture has invested in methodological tools that, while subject to improvement, allow the most diverse construction processes to be detected and decoded, and as such is of great use in the sustainable rehabilitation of architectural heritage.

Nevertheless, interpretation of the terms of the law is subjective, the time during which archaeology of architecture applies is problematic and the technicians responsible for applying it still lack preparation. These factors have led to archaeology of architecture being only a circumstantial service with erratic results, which may in practice play a part in the scientific knowledge of a historic building, but contribute little to effectively preserving it. Currently, the preservation and authenticity of cultural identity and the economic potential inherent in architectural heritage are increasingly becoming political priorities. It is thus important to understand why the level of the archaeology of architecture's contribution is still low in Portugal, as well as to indicate ways in which the continued limitations on its potential scientific contribution can be resolved.

Architectural heritage, symbolically and phenomenologically charged as it is, cannot, however, be understood today only as the result of a constructive process, but

is also the materialization of social and aesthetic intentions. As such, scientific interpretation of it requires archaeological analysis as much as diagnostics from other disciplines. Thus, the present thesis, moving towards a fairer and more holistic strategy for protecting heritage, is invested in the synthesis of epistemology and already legally recognized methods specific to archaeology with the contribution of other disciplines, such as art history or architecture. The key to a transdisciplinary approach lies in opening up archaeological methods to the scientific assumptions of subjects with shared objects of study. Indeed, this may finally transform the archaeology of architecture into a true tool for the protection and appreciation of Portuguese architectural heritage.

This thesis is divided into four chapters. It starts with the problematization of the concepts of intervention and rehabilitation of architectural legacies as active agents of history itself, aiming to question the contribution of architectural stratigraphy in the adoption of different strategies for the rehabilitation of architecture. From the stratigraphic heritage of archaeology, it then progresses to the conjectures that led to the affirmation of architecture as a document subject to archaeological interpretation. It encompasses acceptance and rejection of the archaeology of architecture, in order to discuss the institutional and legislative frameworks that led to its establishment in Portugal. From the consecration of architecture as an archaeological heritage, listing the main problems of architectural archaeology, it moves on to discussing possible ways to improve its performance in the scientific field and as a tool for safeguarding Portuguese architectural legacy.

### **key words**

archaeology of architecture, urban rehabilitation, stratigraphy, architectural heritage

# índice

<b>introdução</b> .....	<b>1</b>
CAPÍTULO 1	
<b>estratigrafia como herança</b> .....	<b>17</b>
1.1. rumo à indisputabilidade: do século XVI ao século XVIII .....	19
1.2. itinerários de transmissão: o século XIX.....	33
1.3. por caminhos de (in)certeza: o século XX .....	51
CAPÍTULO 2	
<b>arquitetura como arqueologia</b> .....	<b>83</b>
2.1. princípios em convergência: do século XIX à década de 1960.....	86
2.2. alicerçando fundamentos: a década de 1970 .....	105
2.3. um modelo em conceção: por finais da década de 1970.....	125
2.4. estratégias em desdobramento: a década de 1980.....	148
2.5. divergências complementares: da década de 1990 aos dias de hoje.....	171
CAPÍTULO 3	
<b>coimbra como amostra</b> .....	<b>189</b>
3.1. em busca de proteção: de 1852 a 1926 .....	195
3.2. ao ritmo de tutelas diferenciadas: de 1926 a 2001 .....	211
3.3. sob uma só égide: de 2001 aos dias de hoje.....	236
CAPÍTULO 4	
<b>arqueologia da arquitetura como recurso</b> .....	<b>259</b>
4.1. na preparação da obra de reabilitação .....	264
4.2. na execução da obra de reabilitação.....	344
4.3. para além da obra de reabilitação .....	367

<b>conclusão .....</b>	<b>453</b>
<b>fontes e referências bibliográficas .....</b>	<b>461</b>
<b>legislação .....</b>	<b>499</b>
<b>arquivos e bases de dados .....</b>	<b>505</b>
<b>abreviaturas, acrónimos e símbolos .....</b>	<b>507</b>
<b>apêndice .....</b>	<b>509</b>

## introdução

A 27 de maio de 2017, discursando na IV edição da semana da reabilitação urbana, o primeiro-ministro português, António Costa, advertia ser “necessário preservar a identidade das cidades”, porque da autenticidade das mesmas, “dada pelas cidades terem vida própria”, dependeria o investimento necessário à sua reabilitação<sup>1</sup>. O investimento no setor da reabilitação urbana assumia à época em Portugal, de resto, contornos muito deficitários. Em 2017, apenas 28,4% de toda a construção no país correspondia a reabilitação de imóveis<sup>2</sup>. O apelo do primeiro-ministro vinha, por conseguinte, ao encontro de uma necessidade específica do urbanismo português, o envelhecimento e a degradação do seu parque habitacional, particularmente grave nos chamados ‘centros históricos’. Apelando diretamente à preservação da identidade e à vida própria das nossas cidades, no entanto, o discurso de António Costa não deixava de se aproximar também daquele que se vinha assumindo em Portugal como um sério problema identitário. Entre a década de 1990 e a década seguinte, Portugal perdera mais de metade do seu edificado habitacional anterior a 1919<sup>3</sup> e, com ele, uma fração considerável da herança cultural do país. Em 2017, já o investimento na reabilitação urbana se assumia, portanto, como a melhor forma de travar a perda identitária que vinha decorrendo do abandono, da degradação e do desaparecimento de parte muito significativa da autenticidade e da identidade das cidades portuguesas.

---

<sup>1</sup> António COSTA, “Discurso inaugural da 4.ª edição da semana da reabilitação urbana, a 27 de março de 2017”, [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt), [a: 12 de outubro de 2022].

<sup>2</sup> Instituto Nacional de Estatística (ed.), *Estatísticas da construção e habitação 2018*, Lisboa, 2019, p. 21 [a 12 de outubro de 2022].

<sup>3</sup> José AGUIAR, “Projecto de conservação: Da importância do método à oportunidade das surpresas”, [www.researchgate.net](http://www.researchgate.net), 2004, p. 4 [a: 11 de outubro de 2022].



para uma arqueologia crítica da arquitetura

O investimento na reabilitação urbana, contudo, não deve resumir-se apenas à aplicação de meios financeiros, sob pena de se restituir a componente física do edificado a reabilitar, sem que se acautele a salvaguarda dos seus valores culturais. Neste sentido, Portugal soube dotar-se de instituições e de diplomas legais especificamente vocacionados para a proteção e para a valorização do património cultural edificado, como a lei de bases do património cultural 107/2001 ou a rede de Direções Regionais de Cultura, a operar sob tutela de uma Direção-Geral do Património Cultural. Da aplicação da lei decorre, por exemplo, a recomendação de trabalhos arqueológicos no âmbito de ações de reabilitação urbana com afetação ao património arqueológico, que inclui, entre outros, o património arquitetónico. Qualquer reabilitação em património arquitetónico deveria, como tal, ser acompanhada de intervenções arqueológicas, capazes de detetar atempadamente vestígios patrimoniais, antes de os mesmos serem afetados pela execução do projeto. Do decreto-lei 164/2014, que define o regulamento dos trabalhos arqueológicos em Portugal, decorre, por outro lado, que, quando orientada para a arquitetura, uma intervenção arqueológica deva, como nos demais contextos, aplicar o método estratigráfico. A interpretação subjetiva da lei e o ainda deficitário conhecimento da aplicação da estratigrafia ao edificado, método próprio do que há muito se convencionou chamar por arqueologia da arquitetura, têm, no entanto, levado a que nas últimas décadas se adotassem em Portugal estratégias arqueológicas de salvaguarda patrimonial erráticas e conjunturais, não sem graves repercussões para a identidade cultural das nossas cidades. A arqueologia da arquitetura, enquanto estratégia legalmente recomendada para a reabilitação do património arquitetónico em Portugal, e, por conseguinte, da memória e da identidade dos seus conjuntos urbanos, constitui por isso, o tema central desta tese.

A aplicação da arqueologia da arquitetura, como tem vindo a ser denominada desde a década de 1990, assume singularidades operativas e metodológicas que podem, todavia, constituir um desafio a todos os agentes envolvidos na reabilitação arquitetónica, dos municípios à tutela, dos promotores aos arqueólogos. No entanto, e pese embora convocado sempre que necessário, o enquadramento legal do setor construtivo e da reabilitação urbana, assumiu neste estudo, perante as condicionantes e os resultados da arqueologia da arquitetura que importava perscrutar, um papel relevante, ainda que, já devidamente tratado para o caso português noutras ocasiões<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup> Veja-se, a título de exemplo, Álvaro Manuel Reis SANTOS, *Reabilitação urbana e a sustentabilidade das cidades*, Porto, Vida Económica, 2018.

apenas complementar. De igual modo, consolidados há muito entre a comunidade científica, e bastante debatidos em diversas obras, os princípios metodológicos da arqueologia da arquitetura<sup>5</sup>, conquanto ponderados numa perspectiva epistemológica, não se trataram diretamente na sua operatividade. Igualmente seminal para o presente estudo, foi o cabal entendimento das diferentes posturas com que desde meados do século XX, época em que a arqueologia urbana conheceu particular impulso, se atuou junto da arquitetura do passado, de forma a preservá-la na sua integridade física, cultural e social, ou a atualizá-la na sua funcionalidade.

A Australia ICOMOS Burra Charter, de 1999, por exemplo, estabelece seis tipos de atuação sobre sítios com significância cultural: conservação, manutenção, preservação, restauro, reconstrução e adaptação<sup>6</sup>. Com distintos graus de afetação ao património arquitetónico, como em todos os sítios com significância cultural em geral, as distintas intervenções definidas na Burra Charter reflete, não obstante, tendências epistemológicas que, no domínio das técnicas e filosofias afetas à reabilitação urbana, se têm intensificado particularmente depois da II Guerra Mundial, quando a premência da reconstrução e o crescimento demográfico conduziram a um crescimento sem precedentes da reabilitação urbana e, com ele, o desenvolvimento da arqueologia em contexto urbano e da própria arqueologia da arquitetura. Viviam-se tempos de otimismo científico, crescimento económico e desenvolvimento tecnológico, que pareciam enfim capazes de concretizar o tão adiado projeto moderno. Acompanhando a agitação intelectual de múltiplos movimentos sociais, por finais da década de 1960 despontaram, todavia, alternativas ideológicas ao próprio movimento moderno, que o consideraram cultural e socialmente esgotado<sup>7</sup>. Da natureza ontológica da modernidade em transformação, emergia a pós-modernidade, ainda que a sua

---

<sup>5</sup> Entre outros possíveis, consulte-se Gian Pietro BROGILOLO, *Archeologia dell'edilizia storica, Documenti e metodi*, Como, New Press, 1988; AAVV., *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All'Insegna del Giglio, 1988; ou, mais recentemente, AAVV., *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010.

<sup>6</sup> ICOMOS (ed.), "International charters for conservation and restoration", *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 63.

<sup>7</sup> Fredric JAMESON, *A singular modernity: Essay on the ontology of present*, Londres, Verso, 2002, p. 152. A descredibilização do projeto moderno coincidiu, não apenas com o descontentamento face ao racionalismo que havia justificado o colonialismo e os totalitarismos, mas também com o estabelecimento de novos paradigmas sociais, pautados pela emancipação dos indivíduos relativamente aos papéis e às instituições tradicionais. Laurent BRIEY, *O conflito dos paradigmas. Habermas, Renaut: Duas estratégias de renovação do projecto moderno*, trad. Rui Pacheco, Lisboa, Instituto Piaget, 2009, p. 23,137.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

criatividade epistémica, enquanto efetiva ruptura com o paradigma anterior, possa ser questionada<sup>8</sup>.

Inaugurava-se um novo paradigma científico, marcado pela rejeição de verdades soberanas e de narrativas universalizantes<sup>9</sup>, que não deixariam de afetar também a prática arqueológica, incluindo a arqueologia da arquitetura. As grandes teorias gerais da história, que submetiam todas as culturas passadas ao determinismo das suas premissas, cediam a exercícios historiográficos particulares, minoritários e periféricos, como os empreendidos pela terceira geração dos Annales, que rejeitou qualquer sistema filosófico que tentasse dar sentido à história, para proclamar no seu lugar o primado da atitude científica e da interdisciplinaridade<sup>10</sup>. Despojado da tradicional teleologia histórica e impossibilitado de estabelecer teorias universais, o historiador a pouco mais poderia aspirar do que à descoberta e exposição dos acontecimentos históricos<sup>11</sup>, aos quais acedia agora através de uma mais vasta panóplia de ferramentas, da documentação escrita à iconografia, das datações absolutas às técnicas de computação, das fontes orais aos vestígios arqueológicos<sup>12</sup>.

Valorizando o peso dos fenómenos de longa duração, as forças profundas e invisíveis que moviam a história e que se poderiam considerar “*depuis quelques décennies les structure*”, a nova tendência historiográfica abraçou o estruturalismo, como relação de união ou oposição entre eventos históricos que, embora separados no tempo, se encontrassem associados<sup>13</sup>. Mas se o estruturalismo se focava na

---

<sup>8</sup> David HARVEY, *The condition of postmodernity*, Cambridge, Blackwell, 4ª ed., 1992, p. 38-152. O filósofo alemão Jürgen Habermas, por exemplo, atribuiu à pós-modernidade as mesmas dificuldades lógicas da modernidade. Considerando ambas, modernidade e pós-modernidade, confinadas aos mesmos paradigmas filosóficos, sustentou a não interrupção da modernidade, cujo projeto permaneceria tão válido quanto incompleto. Laurent BRIEY, *O conflito dos paradigmas. Habermas, Renaut: Duas estratégias de renovação do projecto moderno*, trad. Rui Pacheco, Lisboa, Instituto Piaget, 2009, p. 26.

<sup>9</sup> Mike FEATHERSTONE, *Cultura de consumo e pós-modernismo*, trad. Julio Assis Simões, São Paulo, Studio Nobel, 2ª ed., 2007, p. 21; Kevin WALSH, “The post-modern threat to the past”, *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty e Tim Yates, Londres, Routledge, cap. 10, 1990, p. 279-284; Jean François LYOTARD, *A condição pós-moderna*, trad. José Navarro, Lisboa, Grávida Publicações, 1989, p. 12.

<sup>10</sup> Para mais sobre a terceira geração da chamada escola dos Annales, de que se destacaram historiadores como Jacques Le Goff ou Pierre Nora, leia-se, por todos, Peter BURKE, *The French historical revolution: The Annales school, 1929-89*, Palo Alto, Stanford University Press, 1997.

<sup>11</sup> David HARVEY, *The condition of postmodernity*, Cambridge, Blackwell, 4ª ed., 1992, p. 18.

<sup>12</sup> Jacques LE GOFF, “L’histoire nouvelle”, *La nouvelle histoire*, Paris, La Bibliothèque du CELP, 1978, p. 213; Guy BOURDÉ, Hervé MARTIN, *As escolas históricas*, trad. Ana Rabaça, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2ª ed., 2003, p. 142-143.

<sup>13</sup> Ernst BREISACH, *Historiography: Ancient, Medieval & Modern*, Chicago, University of Chicago Press, 2ª ed., 1994, p. 374; Jacques LE GOFF, “L’histoire nouvelle”, *La nouvelle histoire*, Paris, La Bibliothèque du CELP, 1978, p. 230; Michel FOUCAULT, “Of other space: Utopias and heterotopias”, *Rethinking architecture*, ed. Neil Leach, Londres, Routledge, 2008, p. 350.

continuidade de signos mantidos inalteráveis dentro da mesma estrutura, as ruturas de paradigmas, cuja existência não se poderia negar, concorriam também para a emergência de novas estruturas<sup>14</sup>, sendo, como tal, de irrefutável preponderância científica. Seguindo as transformações sociais e culturais que haviam marcado a década de 1960, abalava-se agora o estruturalismo, até então hegemónico nas práticas historiográficas. Em alternativa, um pós-estruturalismo emergia, menos como renúncia ao estruturalismo, do que como resposta às suas premissas mais excessivas<sup>15</sup>. Uma espécie de relativismo histórico<sup>16</sup> juntava-se à recusa pós-moderna de narrativas universalizantes, negando a possibilidade de comunicação aos antigos significados estruturais e declarando inevitável a personalização da interpretação do objeto histórico. A arquitetura, como documento também de índole histórica, podia estar dotada de significado, mas a apreensão do seu significante, recriada pelos olhos do espetador ou do historiador<sup>17</sup>, era inevitavelmente plural. A interpretação historiográfica destas convenções, não consistia, porém, em renunciar a um significado errado, em favor de outro correto, mas em encarar a diversidade de significados possíveis<sup>18</sup>. As intervenções de reabilitação arquitetónica, todavia, mesmo quando se rejeitavam já certezas absolutas ou verdades científicas inquestionáveis<sup>19</sup>, mantinham-se circunscritas a estratégias que raras vezes deixavam de enfatizar determinados significados, em detrimento de outros.

Pela última década do século XX, o relativismo e a subjetividade pós-modernos faziam-se já acompanhar, contudo, por uma nova mudança de paradigmas sociais, agora aparentemente pautados pelo individualismo, pelo consumismo e pelo presentismo. Para o filósofo francês Gilles Lipovetsky viveríamos mesmo um novo período histórico, uma hipermodernidade, marcada pelo hiperconsumo, pelo enfraquecimento das instituições e pela incessante procura de experiências no tempo imediato. Consumo desenfreado, vertiginosa circulação de bens, de pessoas e de ideias, desenvolvimento tecnológico, dos *media* e das redes sociais, seriam, defende

---

<sup>14</sup> Guy BOURDÉ, Hervé MARTIN, *As escolas históricas*, trad. Ana Rabaça, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2ª ed., 2003, p. 189-192.

<sup>15</sup> Alan D. SCHRIFT, "Introduction", *The history of Continental philosophy*, vol. 6, *Poststructuralism and critical theory's second generation*, ed. Alan D. Schrift, Londres, Routledge, 3ª ed., 2014, p. 5.

<sup>16</sup> Charles HARRISON, Paul WOOD, Jason GAIGER (ed.), *Art in theory 1900-1990, An anthology of changing ideas*, Malden, Blackwell, 2000, p. 918; Jonathan HARRIS, *The new art history, A critical introduction*, Londres, Routledge, 2001, p. 24.

<sup>17</sup> Eric FERNIE, *Art history and its methods: A critical anthology*, Londres, Phaidon, 1995, p. 20.

<sup>18</sup> Jacques DERRIDA, Eva MEYER, "Uma arquitetura onde o desejo pode morar", Kate NESBITT (org.), *Uma nova agenda para a arquitetura, Antologia teórica 1965-1995*, trad. Vera Pereira, rev. téc. José Tavares Correia de Lira, Joana Mello, São Paulo, Cosacnaify, 2ª ed., 2008, p. 168-170.

<sup>19</sup> Jonathan HARRIS, *The new art history, A critical introduction*, Londres, Routledge, 2001, p. 64-66.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Lipovetsky, sintomas de uma modernidade elevada ao superlativo, que alteraria no novo milénio a relação que mantemos com o tempo. O medo e a incerteza quanto ao futuro condicionariam o presente, que se quereria agora imediata e individualmente consumido, num regime presentista que faria “priorizar o urgente à custa do importante”. Com a procura cada vez mais acelerada pelo sempre-novo, por outro lado, parecia enfraquecer-se a memória coletiva, com graves repercussões na forma como encararíamos o passado, manifestada, por exemplo, num recrudescimento de ações memorativas, num “frenesi histórico-patrimonial”, que celebraria até o menor dos objetos do passado<sup>20</sup>. A passagem do tempo seria, enfim, retratada pelos *media* e debatida nas redes sociais em tempo real, e a história, desacreditadas as instituições, abolidas as narrativas absolutas e consagrado o primado do individualismo, deixaria de desenrolar-se num único plano contínuo, para se ramificar em múltiplas versões possíveis<sup>21</sup>. Consequentemente, se até finais do século XX prevalecia ainda uma certa visão hegeliana da história, segundo a qual alguma significância se mantinha e perpetuava no tempo, nos alvares do século XXI alguns historiadores da arquitetura tentaram escapar a este modelo, recuperando a multiplicidade e o imediatismo das respostas fenomenológicas<sup>22</sup>.

Desenvolvida ainda no início do século XX, pelo filósofo alemão Edmund Husserl, a fenomenologia estabeleceu-se enquanto método científico assente no estudo do fenómeno, momento em que a ideia de objeto se mitifica, passando ela própria a constituir um objeto real. O objeto real e a ideia do objeto real, embora existissem separada e independentemente, constituiriam ambos, portanto, objetos reais<sup>23</sup>. A janela manuelina da sala do capítulo do convento de Tomar, por exemplo, existia sem que dela fosse necessário formular qualquer ideia. Uma ideia formulada sobre a mesma janela, por sua vez, existia e continuaria a existir, mesmo se a janela desaparecesse. O lugar arquitetónico, por conseguinte, deveria ser avaliado enquanto

---

<sup>20</sup> Gilles LIPOVETSKY, “Tempo contra tempo ou a sociedade hipermoderna”, *Os tempos hipermodernos*, ed. Gilles Lipovetsky, Charles Sébastien, trad. Mário Vilela, São Paulo, Barcarolla, 2011, p. 54-85.

<sup>21</sup> Gianni VATTIMO, “The end of modernity, The end of the project?”, *Rethinking architecture*, ed. Neil Leach, Londres, Routledge, 2008, p. 149-153.

<sup>22</sup> Keith MOXEY, *Visual time: The image in history*, Durham, Duke University Press Books, 2013, p. 141.

<sup>23</sup> Claire COLEBROOK, “Edmund Husserl (1859-1938)”, *Modern european criticism and theory, A critical guide*, ed. Julian Wolfreys, Edimburgo, Edinburgh University Press, 2006, 2ª ed., p. 71; Ullrich Michael HAASE, “Phenomenology”, *Modern european criticism and theory, A critical guide*, ed. Julian Wolfreys, Edimburgo, Edinburgh University Press, 2006, 2ª ed., p. 80-81.

objeto real, como espaço, mas também enquanto ideia do objeto real, como carácter<sup>24</sup>, conceito que, de resto, já o arquiteto francês Jacques Blondel subscrevia no século XVIII<sup>25</sup>. Resgatava-se no século XXI a ponderação científica do carácter de um edifício, da sensação que nos transmite no imediato, método fenomenológico que, reconhecendo e abraçando o relativismo e a subjetividade, melhor subscrevia a multiplicidade diegética e o imediatismo sensorial disseminados, segundo Lipovetsky, na sociedade atual.

Contra a ideia de progresso artístico, que, herdada de Hegel, não raras vezes a modernidade manipulava para fins ideológicos, alguns historiadores da arte optaram, desde finais do século XX, por outro lado, por interpretações anacrônicas da obra de arte e da arquitetura, recompondo a distância temporal entre o momento de produção da obra e o momento da sua interpretação<sup>26</sup>. Para conceber a sua obra, o artista convocaria diferentes tempos, da mesma maneira que o historiador convocaria diferentes experiências passadas para a sua análise, defenderam<sup>27</sup>. Mas o resgate do passado, sempre feito no presente, não poderia deixar de combinar elementos de épocas passadas com o pensamento atual. A distância entre passado e presente deveria, por isso, ser rompida, porque só assim se poderia romper com a ideia de progressão linear que caracterizava os estudos histórico-artísticos da modernidade. No lugar de procurar basear a interpretação apenas nos aspetos documentais da obra, estes processos historiográficos anacrônicos propunham, em tempos de alegado descrédito das autoridades institucionais, de rejeição de narrativas absolutas e de apologia do individualismo, uma aproximação mais subjetiva aos objetos estudados. Às funções e aos significados de que a obra fora investida no passado pelo artista, deveriam confrontar-se as funções e os significados projetados no presente pelos historiadores<sup>28</sup>. Um edifício, como tal, não estaria, nem no momento da sua conceção, preso numa janela temporal concreta. Absorvendo identidades arquitetónicas que o precediam e construído para durar, a sua temporalidade fluía, pelo que qualquer

---

<sup>24</sup> Christian NORBERG-SCHULZ, "O fenómeno do lugar", *Uma nova agenda para a arquitetura, Antologia teórica 1965-1995*, org. Kate Nesbitt, trad. Vera Pereira, rev. téc. José Tavares Correia de Lira, Joana Mello, São Paulo, Cosac Naify, 2ª ed., 2008, p. 447-452.

<sup>25</sup> Harris Francis MALLGRAVE (ed.), *Architectural theory*, vol. I, *An anthology from Vitruvius to 1870*, Malden, Blackwell, 2006, p. 197.

<sup>26</sup> Keith MOXEY, *Visual time: The image in history*, Durham, Duke University Press Books, 2013, p. 45, 140-155.

<sup>27</sup> Georges DIDI-HUBERMAN, *Diante do tempo: História da arte e anacronismo das imagens*, trad. Luís Lima, rev. Nuno Quintas, Lisboa, Orfeu Negro, 2017, p. 10.

<sup>28</sup> Keith MOXEY, *Visual time: The image in history*, Durham, Duke University Press Books, 2013, p. 161-165.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

tentativa para o fixar no tempo seria, perniciosamente, “*to reduce it to human proportions*”<sup>29</sup>. Embora profundamente entrosada com a passagem do tempo, a arquitetura não poderia mais ancorar-se em nenhum tempo concreto.

Confrontadas com a vertiginosa circulação de dados e ideias, em resultado da acelerada globalização no século XXI, as ciências sociais, que na sua génese se haviam formado à escala dos estados-nação europeus<sup>30</sup>, enfrentavam, além do mais, o inédito desafio de procurar à escala global as variáveis causais dos problemas que analisavam. Por finais do século XX, na realidade, já as fronteiras geográficas dos exercícios historiográficos, por exemplo, constituíam uma limitação a ultrapassar, perdendo terreno para os fenómenos de conexão global, as interações entre pessoas, bens e ideias de diferentes partes do globo<sup>31</sup>. A abordagem, não obstante, implicava reconfigurar o espaço e o tempo para escalas mais alargadas, estudando tanto eventos diacrónicos no mesmo espaço geográfico, como eventos sincrónicos em diferentes geografias<sup>32</sup>. Uma questão de perspetiva, a história global da arquitetura tomaria cada projeto arquitetónico como consequência direta ou indireta de fenómenos de interconectividade histórica, como as trocas comerciais ou a colonização<sup>33</sup>. Os eventos arquitetónicos ocorreriam à escala local, mas não necessariamente por conta de circunstâncias locais.

Enquanto as ciências sociais ponderam a hipermodernidade de Lipovetsky, a mera ponderação dos seus pressupostos, como o abalo das instâncias morais, autoritárias e disciplinares, a recusa das narrativas absolutas e a rapidez de circulação de pessoas e ideias, ia, na realidade, deixando a sua marca na forma como se encarava o mundo e, conseqüentemente, nos estudos da arquitetura histórica e nas opções da sua reabilitação. Cada projeto de reabilitação parece assumir hoje os seus próprios princípios, abraçando uma pluralidade de ações e uma subjetividade de estratégias, para cuja interpretação não podem deixar de ser convocados os anseios

---

<sup>29</sup> Alexander NAGEL, Christopher S. WOOD, *Anachronic Renaissance*, Nova Iorque, Zone Books, 2010, p. 8.

<sup>30</sup> Sebastian CONRAD, *What is global history?*, Princeton, Princeton University Press, 2016, p. 3.

<sup>31</sup> Ainda que existisse, desde há muito, interesse pelos fenómenos de âmbito global, manifestado, por exemplo, nas histórias universais. Udo KULTERMANN, *Historia de la historia del arte*, trad. Jesús Espino Nuño, Madrid, Akal, 1996, p. 307; Sebastian CONRAD, *What is global history?*, Princeton, Princeton University Press, 2016, p.34-37, 64-67.

<sup>32</sup> Sebastian CONRAD, *What is global history?*, Princeton, Princeton University Press, 2016, p. 142-150.

<sup>33</sup> Barry K. GILLS, William R. THOMPSON (ed.), “Globalizations, global histories and historical globalities”, *Globalization and global history, Rethinking globalizations*, Londres, Routledge, 2006, p. 2; Francis D. K. CHING, Mark JARZOMBEEK, Vikramaditya PRAKASH, *A global history of architecture*, Nova Jérsea, John Wiley & Sons, 2ª ed., 2011.

de libertação de convenções e os desejos de experiências recreativas imediatas, que caracterizam a sociedade hipermoderna de Lipovetsky. A procura em massa e o consumo desenfreado e imediato de lazer elevaram cidades como Veneza, Paris ou Barcelona, por exemplo, ao estatuto de ícones turísticos, motivando opções estilísticas de reabilitação que recriaram frequentemente ambientes de aparente antiguidade, para melhor cativar visitantes<sup>34</sup>. A relação bivalente entre cenários estilísticos e procura turística, de facto, disseminou-se vertiginosamente, podendo hoje ser encontrada nas mais diversas zonas do globo. Em Portugal, por exemplo, o projeto Aldeias de Xisto, iniciado em 2000, anuncia-se no seu *site* oficial como uma marca, cujos objetivos passam por transformar vinte e sete aldeias do centro do país num “destino turístico de qualidade, [afirmando] a sua diferença no mercado de turismo nacional e internacional”<sup>35</sup>. Com o mesmo objetivo, o Plano Diretor Municipal da Lousã, um dos municípios envolvidos, garantiu pela força de lei “privilegiar, manter e enquadrar os pormenores notáveis” da arquitetura tradicional das suas aldeias, enquanto prometia, precisamente, “remover e ou substituir os elementos dissonantes”<sup>36</sup>. Mais de um século de críticas sobre as intervenções de Viollet-le-Duc, os projetos estilísticos, desde que justificados pela procura turística e decorrentes benefícios económicos, ainda reúnem consensos.

Mas a articulação entre estilos aparentemente obsoletos e estilos modernos e atualizados surge também nos dias de hoje com bastante frequência na reabilitação arquitetónica, num confronto entre passado e presente que rejeita o ancoramento dos edifícios reabilitados num tempo específico, à imagem de um ideal historiográfico de inegável pendor anacrónico. A invocação do antigo faz-se então pelo contraste com o novo, confrontando estilos e materiais que acolhem a subjetividade de soluções arquitetónicas, enquanto, além do mais, concorrem para projetar a autoridade artística do arquiteto responsável pela reabilitação<sup>37</sup>. Procurando uma relação dialética de proximidade entre a arquitetura contemporânea e arquitetura do passado, enraizada na dupla aceção histórica e estética de Brandi, o arquiteto italiano Giovanni Carbonara, por exemplo, teorizou uma intervenção crítico-conservativa, que admitia a reinterpretação e a reinvenção do edifício intervencionado. A inovação e a criatividade

---

<sup>34</sup> Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation, Antiquity to modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 420.

<sup>35</sup> Aldeias de Xisto, “Sobre nós”, <https://aldeiasdoxisto.pt> [a: 11 de setembro de 2021].

<sup>36</sup> Aviso n.º 8729/2013 de 9 de julho de 2013, *Diário da República*, n.º 130, 2.ª série, Município de Lousã, Lisboa, Imprensa Nacional, 2013, p. 21565 e 21565, art. 89º, vi) e vii).

<sup>37</sup> Alexander NAGEL, Christopher S. WOOD, *Anachronic Renaissance*, Nova Iorque, Zone Books, 2010, p. 151-157.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

configuravam-se como mecanismos interventivos necessários, e até desejáveis, para a mimetização das formas e das técnicas do passado, sem comprometer os antigos princípios da intervenção crítica, da distinguibilidade, da reversibilidade, da autenticidade e da intervenção mínima. A criatividade impunha-se, de resto, como resposta equilibrada ao mediatismo e ao consumismo, com que hoje inevitavelmente se pauta o usufruto do património arquitetónico, e à constante e cada vez mais acelerada reinvenção do passado que acarretam. As intervenções de salvaguarda no património arquitetónico, atualmente indissociável do seu potencial económico, não podem, por isso, deixar de se servir da sua rendibilidade e da sua utilidade enquanto bem de consumo, como meios para um fim maior<sup>38</sup>.

Complexa, fluída, intangível e, para mais, soterrada nas profundezas do tempo, a arquitetura histórica faz-se rodear, na realidade, de variáveis que exigem abordagens historiográficas diversificadas. Qualquer abordagem unilateral, por mais sustentada, dificilmente abrangerá todas as incógnitas convocadas pela arquitetura do passado. Longe de um exclusivo de arquitetos e construtores, o problema da arquitetura do passado e da sua reabilitação atraía, na verdade, já pelos séculos XVII e XVIII, intelectuais de diferentes domínios científicos, que o abordaram nas suas vertentes histórica e artística, mas também estrutural, utilitária, simbólica e filosófica. Em sentido contrário, paradoxalmente, a arqueologia especializou e peculiarizou as suas apreciações sobre o património arquitetónico. Reabilitar um edifício do passado, cedo deixou de garantir a sua recuperação meramente funcional. Mas estudá-lo, todavia, desde há muito deixou de conduzir apenas a apreciações arqueológicas. No domínio da reabilitação arquitetónica, a história da arte, a arquitetura ou a engenharia civil, por exemplo, tendo também enveredado por percursos de autonomização e de afirmação científica próprios, encontram-se hoje dotados de métodos e de programas teóricos tão válidos quanto os da arqueologia. Se a arquitetura histórica se configura um problema tão complexo, serão as análises individualmente produzidas pela arqueologia suficientes para a sua conscienciosa reabilitação?

Em Portugal, compete ao Estado, tutela do património arquitetónico nacional, estabelecer para cada intervenção com afetação ao edificado classificado como património cultural as medidas “que resultem necessárias para a protecção do património” arquitetónico, enquadrando para o efeito as “estruturas, construções, [e os]

---

<sup>38</sup> Giovanni CARBONARA, *Restauro architettonico: Principi e metodo*, ed. Paola Salvatore, Roma, Carlo Mancosu Editore, 2012, p. 60-71.

agrupamentos *arquitectónicos*” no amplo domínio do património arqueológico<sup>39</sup>. Por este motivo, os trabalhos arqueológicos, posto que devidamente autorizados pelo Estado, que em Portugal abarcam “todas as ações [que] visem a identificação, registo, estudo, proteção e valorização do património arqueológico”, incluem também a chamada “estratigrafia da arquitetura”<sup>40</sup>. Desde que considerada património cultural, a arquitetura do passado encontra-se, portanto, legalmente protegida, estando ao abrigo da lei contempladas medidas que visam a proteção e a valorização do seu legado patrimonial. Não obstante, encarando-a como património arqueológico, a lei exige apenas que a “demolição ou modificação de construções, [esteja] em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico”<sup>41</sup>. Para a salvaguarda do legado histórico da arquitetura do passado, a lei portuguesa não recomenda outros estudos de índole historiográfica, senão aqueles que são garantidos pela arqueologia.

Quer por constituir uma recomendação legal, quer por ter enveredado por um intenso debate epistemológico sobre as suas efetivas capacidades historiográficas, quer ainda por ter desenvolvido uma área teórica e metodológica dedicada em específico à arquitetura do passado, a arqueologia, e a arqueologia da arquitetura em particular, constituem campos particularmente férteis para abordar a problemática da arquitetura histórica e da forma como nela intervimos. A arqueologia da arquitetura em contexto de reabilitação de património arquitetónico constitui, por isso, o cerne dos debates empreendidos na presente tese. Importando entender primeiro quais as repercussões decorrentes dos diferentes tipos de intervenção sobre a arquitetura histórica, optou-se por denominá-los genericamente neste trabalho pela expressão *reabilitação*, conforme estabelecida pelo regime de reabilitação urbana para as zonas históricas atualmente vigente em Portugal, enquanto “obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, demolição e conservação”, que visem “melhorar as suas condições de uso”, não deixando ainda assim de conservar “o seu carácter fundamental”<sup>42</sup>. Muito embora se revisitem aqui algumas intervenções de restauro, sobretudo quando mais recuadas no tempo, o conceito, hoje controverso e em

<sup>39</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5813-5821, título V, cap. II, secção I, art. 31º, secção III, art. 40º, título VII, cap. II, art. 74º, ¶ 2.

<sup>40</sup> Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 5635, art. 2º, g).

<sup>41</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5822, título VII, cap. II, art. 76º, ¶ 3, a).

<sup>42</sup> Decreto-Lei n.º 104/2004 de 7 de maio de 2004, *Diário da República*, n.º 107, série I-A, Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2004, p. 2921.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

contradição com os modernos princípios de conservação patrimonial<sup>43</sup>, dá lugar a uma abordagem analítica de intervenções sobre arquitetura do passado que visem possibilitar o uso contemporâneo deste recurso cultural através de reparação, alteração ou adição, enquanto simultaneamente se protegem os seus valores patrimoniais. Já bastante tratadas na literatura da especialidade, as técnicas e as filosofias que separam os diversos tipos de restauro<sup>44</sup>, embora por vezes confrontadas com as posturas com que em cada época se agiu sobre a arquitetura do passado, não serão alvo de debate na presente tese.

Parte muito significativa das estratégias de reabilitação arquitetónica advêm da afirmação da arquitetura que nos precede, enquanto fonte documental para as condicionantes históricas que lhe deram origem, e da vontade de as conhecer e salvaguardar, pressupostos que acabariam por convocar a sua análise, a partir da década de 1970, segundo os métodos próprios da arqueologia. Não obstante o valor arqueológico ser apenas um dos valores do património arquitetónico<sup>45</sup>, apenas a arqueologia, com efeito, lograria afirmar-se como atividade legalmente recomendada em Portugal, enquanto estratégia de salvaguarda do património arquitetónico em reabilitação. Nos capítulos primeiro e segundo da presente tese, por este motivo, aprofunda-se a origem e a evolução dos métodos arqueológicos, assentes na leitura estratigráfica dos vestígios do passado, e a sua aproximação à arquitetura, até à consolidação dessa área científica hoje autónoma, a arqueologia da arquitetura. O conhecimento dos métodos arqueológicos e da sua aplicabilidade à arquitetura permite, por sua vez, elencar as potencialidades e as limitações da arqueologia da arquitetura, tal como enfrentadas, em diferentes contextos, por diferentes profissionais, incluindo aqueles que, por recomendação legal, a devem aplicar em Portugal, no âmbito de projetos de reabilitação arquitetónica. O peso da estratigrafia e as condicionantes que decorrem do entendimento da arquitetura enquanto documento arqueológico ganharam natural destaque, à medida que o discernimento disciplinar da arqueologia da arquitetura nos obrigou a um estado da arte imbuído no tempo, desde

---

<sup>43</sup> Pere ROCA, Paulo LOURENÇO, Angelo GAETANI, *Historic construction and conservation, Materials, systems and damage*, Nova Iorque, Routledge, 2019.

<sup>44</sup> Veja-se, entre vários possíveis, Ana Maria MACARRÓN MIGUEL *Historia de la conservación y la restauración: desde la antigüedad hasta el siglo XX*, Madrid, Tecnos, 2ª ed., 2002; ou Pere ROCA, Paulo B. LOURENÇO, Angelo GAETANI, *Historic construction and conservation, Materials, systems and damage*, Nova Iorque, Routledge, 2019.

<sup>45</sup> Entre os quais figuram também, entre outros, os valores documental, histórico, estético, tecnológico e científico, de identidade e continuidade, simbólico e espiritual, funcional, económico e político. Para mais sobre os diferentes valores emocionais, culturais e de utilidade da arquitetura, veja-se Bernard FEILDEN, *Conservation of historic buildings*, Oxford, Architectural Press, 3ª ed., 2003.

as origens geológicas do método estratigráfico, à filiação da sua aplicação nas arqueologias medieval e urbana.

Em Portugal, também a prática arqueológica decorre em grande medida de intervenções urbanas com afetação ao património arqueológico, incluindo o arquitetónico. Em 2016, um ano antes do início desta tese, as intervenções em contexto urbano, com efeito, totalizavam 22% de todos os projetos arqueológicos do país<sup>46</sup>. Mas o acompanhamento arqueológico de obras com afetação ao património arquitetónico, hoje uma recomendação legal em Portugal, não surgiu senão depois de este ser legislativamente investido no nosso país de valor arqueológico, por finais da década de 1990. Para compreender a operatividade da arqueologia da arquitetura em Portugal, em contexto de reabilitação arquitetónica, importou, por isso, discernir o estatuto arqueológico do património arquitetónico consagrado na legislação portuguesa. No terceiro capítulo, por conseguinte, traça-se a evolução do próprio conceito de património arquitetónico em Portugal, dentro do seu enquadramento institucional e legislativo, desde que, em meados do século XIX, a administração pública solicitou à Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses a definição de critérios de intervenção em monumentos arquitetónicos, até à contemporaneidade.

Convocando exemplos de intervenções em Coimbra, em diferentes épocas e regimes políticos, procurou-se diagnosticar o panorama nacional, desde o século XIX à atualidade. Coimbra, com efeito, consubstanciou-se como um caso de estudo simultaneamente oportuno e pertinente. Oportuno por ali se localizar a sede da Direção Regional de Cultura do Centro, o que permitiu um permanente confronto entre os projetos de reabilitação em arquivo e a realidade urbana reabilitada, mas também por se tratar de um contexto urbano que, enquanto arqueólogo, conheço e estudo, por via de múltiplas intervenções arqueológicas em edifícios reabilitados, desenvolvidas ao longo de uma década de trabalho na cidade. Pertinente por se tratar de um tecido urbano complexo, caracterizado por um particular dinamismo construtivo que decorre do histórico protagonismo político e social desta cidade ao longo de séculos, e por acolher ainda hoje um vasto património arquitetónico, monumental e vernacular, cujos abandono e deterioração suscitam problemas particulares e, ao mesmo tempo, comuns a tantos outros ‘centros históricos’ portugueses. Coimbra apresenta-se, por este motivo, no capítulo terceiro, como reflexo das iniciativas patrimoniais

---

<sup>46</sup> Segundo dados do Portal do Arqueólogo, consultável no sítio oficial da Direção-Geral de Património Cultural, DGPC, em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt>. Ver infra, gráfico 9, p. 259.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

preconizadas desde o século XIX em Portugal sobre o património arquitetónico a reabilitar. De forma mais significativa, procurou-se conhecer também neste capítulo, e partindo do caso de Coimbra, as consequências dos diferentes enquadramentos institucional e legislativo sobre as intervenções arquitetónicas empreendidas nas mais diversas épocas, permitindo focar a análise empreendida nos motivos que conduziram à formação e ao *modus operandi* da atual tutela, a Direção-Geral de Património Cultural, em matérias de património arquitetónico.

Diagnosticadas as origens e a evolução das premissas com que se pautam as intervenções arquitetónicas em Portugal, do modo como foram assimilando as medidas de proteção patrimonial em desenvolvimento no mundo ocidental, à aplicação do método arqueológico como medida de salvaguarda de património arquitetónico, dos enquadramentos institucionais e legislativos próprios de cada época e regime político, às estratégias de reabilitação efetivamente permitidas, procurou-se, à luz do atual quadro legal, identificar no capítulo quarto os principais padrões de atuação da arqueologia da arquitetura em contexto de projetos de reabilitação arquitetónica. Ambicionando melhorar a prestação da arqueologia da arquitetura, para melhorar também a sua relação com os distintos agentes envolvidos nos projetos de reabilitação e o seu contributo para a salvaguarda do próprio património arquitetónico, desígnio com que se encontra legalmente investida, elencou-se o desempenho da disciplina em todas as fases da sua aplicação, antes, durante e além da obra de reabilitação. Para tal, reuniram-se testemunhos de profissionais experientes nas diversas áreas atualmente convocadas pela reabilitação arquitetónica: arqueologia, de campo e municipal, arquitetura, engenharia e ainda de técnicos da tutela responsáveis pela apreciação de propostas de projetos de reabilitação, procurando compreender as suas expectativas no domínio da salvaguarda do património arquitetónico e os desafios impostos à sua reabilitação por distintas condicionantes sociais, normativas e institucionais.

Paralelamente, foram recolhidos e interpretados dados oficiais sobre arqueologia e arqueologia da arquitetura praticadas em Portugal nas últimas décadas, junto da bibliografia da especialidade e das bases de dados Portal do Arqueólogo e Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, SIPA, as únicas bases de dados oficiais do Estado português para estas matérias, geridas pela Direção-Geral do Património Cultural. Para melhor compreender o enquadramento e a operatividade institucional no domínio da arqueologia da arquitetura aplicada em contexto de reabilitação urbana, foram consultados, estatisticamente tratados e interpretados, junto

dos arquivos da tutela, os dados de todos os processos relativos a projetos de reabilitação arquitetónica empreendidos no 'centro histórico' de Coimbra, ao longo de um período de 15 anos, desde a promulgação da lei de bases do património cultural 107/2001, em 2001, até 2016, ano imediatamente anterior ao início deste projeto de doutoramento.

Por fim, aplicaram-se os métodos próprios da arqueologia da arquitetura em quatro edifícios do 'centro histórico' de Coimbra, propositadamente selecionados para testar as suas potencialidades e as suas fragilidades. Distribuído entre a Baixa e a Alta de Coimbra, estes quatro edifícios constituíam pela natureza e pelo estado de conservação próprios de cada um, um conjunto particularmente dotado para aferir as metodologias em análise, bem como os desafios impostos às suas aplicabilidades em contextos de obras de reabilitação. Abrangiam, com efeito, diferentes cronologias, técnicas e materiais de construção, distintos ecossistemas de encomenda, diversos graus de nobreza arquitetónica, vários estados de conservação, encontrando-se, além do mais, em diferentes fases de obra, dentro dos projetos de reabilitação previstos para cada um. A sua seleção resultou de um mapeamento do tecido urbano de Coimbra e de protocolos estabelecidos com o Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, bem como com a Direção Regional de Cultura do Centro. Coimbra surge, assim, como um reflexo do atual panorama social e do enquadramento institucional e legislativo da arqueologia em contexto de projetos de reabilitação de património arquitetónico, permitindo alcançar conclusões, sobre problemas e soluções, passíveis de generalizar a todo o país.

Se em Portugal o atual enquadramento institucional e legislativo, recomenda o acompanhamento arqueológico aos projetos com afetação ao património arqueológico, incluindo o arquitetónico, é do acompanhamento arqueológico que, pelo menos em parte, depende a salvaguarda patrimonial da arquitetura histórica nacional. Não obstante, enquanto no país a legislação e as instituições tutelares afinavam normas e procedimentos, nomeadamente na aplicação da arqueologia da arquitetura em sede de reabilitação arquitetónica, continuavam a desaparecer componentes muito significativas do património edificado nacional. Se a lecionação, de algumas unidades curriculares focadas na temática do património cultural, no âmbito do primeiro ciclo em História da Arte e dos segundos ciclos em Arte e Património e em Património Cultural e Museologia, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a par da participação em congressos internacionais, como o IV Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana, em 2017, e o II Congreso Internacional Cultura y Ciudad, em

para uma arqueologia crítica da arquitetura

2019, cuja investigação integra também o presente estudo, ou ainda a pesquisa necessária para a publicação de um artigo na revista espanhola da especialidade *Arqueología de la Arquitectura*, em 2017, despertaram o interesse pela problemática da arqueologia da arquitetura enquanto estratégia de salvaguarda aplicada à reabilitação arquitetónica, foi como arqueólogo, no entanto, que tomei consciência do desfazamento existente entre a aplicação da arqueologia da arquitetura e a efetiva salvaguarda do património arquitetónico em Portugal.

Ao longo de uma década, com efeito, liderei intervenções arqueológicas em múltiplos projetos de reabilitação urbana, em ‘centros históricos’ de diversas cidades portuguesas, tendo eu mesmo oportunidade de comprovar que a aplicação da arqueologia à arquitetura, embora eficaz na recolha de dados científicos, e não obstante toda a potencialidade que encerra no domínio da identificação e interpretação de vestígios patrimoniais, se encontra ainda muito diminuída nas suas funções de salvaguarda do património arquitetónico. Na maior das vezes, os vestígios postos a descoberto, porque mal compreendidos na sua significância cultural ou incompatíveis com os projetos de reabilitação gizados, eram destruídos. O apelo do primeiro-ministro António Costa para um maior investimento na preservação da identidade das cidades portuguesas, de resto, não se faria, caso não fosse necessário trilhar ainda uma longa distância até à efetiva proteção e valorização do nosso património construído. Legalmente proposta e dotada de métodos capazes de detetar vestígios patrimoniais, antes de afetados durante a reabilitação, a arqueologia da arquitetura, se melhorada no seu desempenho e, no cabal cumprimento da lei, de facto aplicada, aponta na direção certa. Elencando problemas e soluções para com o método e para com a aplicabilidade da arqueologia da arquitetura em contexto de reabilitação de património arquitetónico, a presente tese dá um primeiro passo.

## CAPÍTULO 1

# estratigrafia como herança

Consideradas contextos arqueológicos em Portugal, as estruturas arquitetónicas classificadas encontram-se legalmente vinculadas a trabalhos de arqueologia, sempre que sujeitas a qualquer ação de afetação. Todo o trabalho arqueológico, incluindo a “estratigrafia da arquitetura”, garante a legislação portuguesa, “visa a produção de conhecimento histórico”<sup>47</sup>. Mas se a reabilitação da arquitetura do passado convoca interpretações historiográficas tão diversificadas, e não raras vezes contrárias à preservação do seu legado histórico-artístico, estará o conhecimento produzido por meio da estratigrafia da arquitetura a lograr encontrar o seu devido lugar entre as decisões e estratégias adotadas? Consagrada na lei, a arquitetura como património arqueológico depende do alvitre legal da aplicação da estratigrafia nas “intervenção que visem alteração, conservação ou restauro” de bens imóveis classificados, do mesmo modo que para qualquer intervenção em bens imóveis classificados devem ser garantidas “as medidas de *protecção* e as medidas *correctivas* que resultem necessárias para a *protecção* do património cultural”<sup>48</sup>. Arqueologia e intervenções de restauro e de reabilitação arquitetónicas convergem, como tal, para o cumprimento de objetivos paralelos, a produção de conhecimento histórico e a preservação e

---

<sup>47</sup> Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 5634-5635, art. 2.º, g).

<sup>48</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5814-5818, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 40.º, ¶ 2, secção V, art. 60.º, ¶ 2 a).



para uma arqueologia crítica da arquitetura

valorização do património cultural, histórico e estético, necessariamente articulados em função dos valores que em cada época se projetavam sobre a arquitetura do passado. Na medida em que o método estratigráfico adotado pela arqueologia concorre para a produção desse conhecimento histórico, só o cabal entendimento das implicações epistemológicas e metodológicas da estratigrafia, conforme se procura no presente capítulo, poderá confluir, quando aplicadas à arquitetura, conforme recomendado pela legislação portuguesa, para o cumprimento desse objetivo maior que constitui a salvaguarda do património arquitetónico.

Nunca verdadeiramente arredados de escrutínio, mas condicionados a superstições e a dogmas religiosos, os cânones físicos do universo ecuménico que viriam mais tarde a convergir para a formulação das primeiras leis estratigráficas conheceram, até finais da Idade Média, reduzido desenvolvimento científico. Mesmo tendo em conta os avanços científicos dos séculos XVII e XVIII, as incertezas no domínio da geologia, disciplina que daria os primeiros passos em direção ao método estratigráfico, resistiram, perdurando até à primeira metade do século XIX. Por esta altura, porém, a geologia assumiu um efetivo protagonismo no teatro dos mais significativos desenvolvimentos científicos. Articulando conceitos como sedimentação, erosão, estratificação, evolução e fossilização, a geologia concorreu, de facto, sem precedentes e sem paralelo, para a intensificação do debate nas mais variadas áreas científicas, incluindo a biologia, a paleontologia e a arqueologia.

No início do século XIX, geólogos como Charles Lyell, William Smith ou Alcide d'Orbigny, por exemplo, dissecaram os mecanismos de formação estratigráfica, convergindo no triunfo da estratigrafia como disciplina fundamental para o entendimento do meio geológico. Enquanto conceito, não obstante, *stratum* vinha sendo debatido e desenvolvido desde tempos mais recuados. Por inícios do século XI, o pensador islâmico Ibn Sīnā, latinizado Avicena, atribuía já à propensão erosiva da água um papel central nos processos litológicos. Nos alvares do século XVI, Leonardo da Vinci retomou o tema, associando as distintas camadas de solo à deposição sucessiva de detritos e de restos animais. Seriam, no entanto, necessários quase dois séculos para que a noção de camadas litológicas sobrepostas transitasse para a arqueologia. Em finais do século XVII, o naturalista sueco Olof Rudbeck tentou, de facto, interpretar depósitos arqueológicos segundo a sua estratigrafia, mas as intervenções arqueológicas subordinadas ao método estratigráfico não se generalizaram senão em meados do século XIX. Reconhecido o seu potencial interpretativo, o método estratigráfico foi então adaptado às necessidades da

arqueologia, permanecendo até à atualidade, a par das técnicas de datação absoluta entretanto desenvolvidas, como a principal ferramenta explicativa para os processos de ocupação humana dos sítios arqueológicos, incluindo os arquitetónicos.

Se a prontidão com que, ao longo do século XIX, a estratigrafia veio a ser adotada pela arqueologia sugere grande familiaridade com o método estratigráfico, o investimento historiográfico relativo à sua transmissão entre os arqueólogos deste período permanece escasso. Como consequência, aspetos preponderantes para o entendimento da evolução histórica e metodológica dos parâmetros estratigráficos continuam a gerar divergências. As primeiras iniciativas estratigráficas em arqueologia, por exemplo, tão depressa são atribuídas ao norte-americano Thomas Jefferson, na década de 1770, quanto o são ao inglês William Pengelly, cerca de noventa anos mais tarde. Concebida para decifração de problemas geológicos, a estratigrafia evoluiu para responder às especificidades problemáticas da arqueologia. Mas caso ambicionemos compreender os princípios pelos quais se rege a arqueologia, ou a arqueologia da arquitetura, não podemos deixar de conhecer primeiro os atributos conceptuais do método estratigráfico, nem o modo como foram herdados da geologia. Tendo evoluído a partir de uma área científica distinta, não se pode ambicionar conhecer o percurso formativo da arqueologia aplicada à arquitetura, como tal, sem equacionar a preponderância para a arqueologia da sua herança estratigráfica.

1.1.

### **rumo à indisputabilidade: do século XVI ao século XVIII**

Desde a época em que Aristóteles idealizou uma natureza dotada do seu próprio arbítrio, racionalmente ordenando todos os corpos no universo, que o pensamento científico gravitou em torno do reconhecimento da realidade como o resultado das coisas no seu estado natural<sup>49</sup>. Lançado ao ar, um objeto caía porque o solo era o

---

<sup>49</sup> Na natureza idealizada por Aristóteles tudo ocorria com uma finalidade, que, uma vez descoberta, explicava por si só a ocorrência em questão. Sobre a influência científica do pensamento de Aristóteles

para uma arqueologia crítica da arquitetura

lugar a que naturalmente pertencia, do mesmo modo que, transportados pelos rios, os sedimentos se depositavam no seu lugar natural, o fundo do mar. Amplamente influenciados pela lógica aristotélica, todos os autores que até ao Renascimento se debruçaram sobre os temas da estratificação e respetivos registos fósseis dispensaram fundamentações adicionais. Com a tentativa de justificar a petrificação de animais através da desidratação dos inertes que os continham, Leonardo da Vinci inaugurou, por isso, uma abordagem distinta ao tema<sup>50</sup>, não obstante a origem orgânica dos fósseis ter sido ensaiada já em *De mineralibus*, obra de Albertus Magnus, datada do século XIII<sup>51</sup>. A natureza biológica dos fósseis só seria firmemente comprovada, no entanto, pelo engenheiro francês Bernard Palissy, que em *Récepte véritable* e em *Discours admirables*, publicados em 1563 e 1580, estabeleceu a correspondência entre alguns seres vivos e os seus homólogos fósseis, entretanto extintos<sup>52</sup>. Cerca de um século depois ainda o inventor inglês Robert Hooke sentia necessidade de defender a correspondência entre fósseis e seres vivos do passado, que comparou, no seu *Micrographia*, de 1665, a recursos arqueológicos, recetáculos de preciosas informações sobre a história da Terra<sup>53</sup>.

À crença na erosão, na sedimentação e na existência de fósseis como fenómenos divinos ou sobrenaturais, contrapôs-se no século XVII um conjunto argumentativo coeso e, em alguns casos, cientificamente precoce. A possibilidade de desaparecimento de espécies animais, estimada ainda no século XVI por Palissy constituiu, por exemplo, um contributo inovador, sem o qual a difusão dos pressupostos estratigráficos teria com certeza sido muito mais lenta. Cerca de duzentos e cinquenta anos antes do naturalista francês Georges Cuvier ter demonstrado através das suas leis de anatomia comparada o conceito de extinção<sup>54</sup>,

---

[384-322 a.C.], leia-se, por todos, Steven WEINBERG, *Explicar o mundo, a história da ciência da Antiguidade à Era Moderna*, Barcelona, Marcador, 2015.

<sup>50</sup> Sobre as hipóteses estratigráficas de Leonardo da Vinci [1452-1519], veja-se, por todos, François ELLENBERG, *History of geology: From ancient times to the first half of the XVII century*, Roterdão, A. A. Balkema, vol. 1, 1996.

<sup>51</sup> Para os pressupostos científicos do germânico Albertus Magnus [c. 1193-1280], leia-se, por todos, Carlos ALMAÇA, *O homem medieval e a biodiversidade*, Lisboa, Museu Bocage – Museu Nacional de História Natural, 2000.

<sup>52</sup> Sobre o contributo científico de Bernard Palissy [ca. 1510-1589], incluindo o impacto da sua principal obra, *Récepte véritable* e *Discours admirables*, consulte-se Louis AUDIAT, *Bernard Palissy, Étude sur sa vie et ses travaux*, Genebra, Slatkine Reprints, 1970.

<sup>53</sup> Para a vida e obra de Robert Hooke [1635-1703] e as repercussões científicas do seu *Micrographia*, leia-se Gerard L'E. TURNER, "The impact of Hooke's *Micrographia* and its influence on microscopy", *Robert Hooke and the English Renaissance*, ed. P. W. Kent, A. Chapman, Leominster, Gracewing, 2005.

<sup>54</sup> Comparando as anatomias de mamutes e elefantes, Georges Cuvier [1769-1832] assinalou divergências suficientes para comprovar duas espécies distintas, destronando a hipótese de

Palissy sugeria já o desaparecimento como causa para a não correspondência entre homólogos vivos e certas espécies fossilizadas. Se, como viria a ser sistematizado nos inícios do século XIX pelo geólogo William Smith, cada *stratum* se distinguiu pelas suas características litológicas e pela singularidade do seu registo fóssil<sup>55</sup>, o mesmo conjunto orgânico nele depositado não poderia existir aquando da formação do *stratum* seguinte. A extinção constituiu como tal condição imprescindível para a aceitação conceptual da própria estratigrafia, porque só o desaparecimento das espécies poderia garantir a não repetição dos seus fósseis de *stratum* para *stratum*. Como um arauto da modernidade, Palissy utilizou precocemente métodos próprios das ciências modernas, sustentando as suas teorias na observação, na experiência e na prática. Claramente, o método científico mudava. Declarava-se insuficiente a teleologia aristotélica, sobretudo desde que Nicolau Copérnico afastara a humanidade do seu tradicional lugar no centro do cosmos universal<sup>56</sup>, impondo-se a necessidade de explicações mais convincentes para os fenómenos naturais. Ao longo da segunda metade do século XVI e de toda a centúria seguinte, a ordem cosmológica foi por este motivo atribuída cada vez menos à racionalidade da natureza, e cada vez mais a forças externas que a conduziam, ainda que circunscritas a leis concretas de origem divina.

A natureza não era mais um organismo concluso, mas uma máquina constantemente afinada por Deus, “as a *clockmaker* (...) *to a clock*”<sup>57</sup>. Desde o início do Renascimento até finais do século XVIII, num percurso progressivamente marcado pela intensificação do livre-pensamento deísta, nenhum outro conceito científico foi tão central, de facto, como o de natureza, na aceção fenoménica do termo. Do intenso desenvolvimento científico deste período, em que se inscrevem os trabalhos de Nicolau Copérnico, mas também, para referir apenas alguns exemplos, de René Descartes e de Isaac Newton, resultou um forte repúdio às explicações sobrenaturais

---

transformação entre ambas. Declarou então desaparecidos os mamutes, estabelecendo o fenómeno da extinção. Martin J. S. RUDWICK, *Georges Cuvier, fossil bones, and geological catastrophes*, Chicago, University of Chicago Press, 1997, p. 16-34. Sobre Cuvier, consulte-se, por todos, Dorinda OUTRAM, *Georges Cuvier: Vocation, science, and authority in post-revolutionary France*, Manchester, Manchester University Press, 1984.

<sup>55</sup> Sobre William Smith, ver infra, p. 40.

<sup>56</sup> A teoria heliocêntrica do polaco Nicolau Copérnico [1473-1543] inspirou várias gerações de cientistas, sendo habitualmente considerada como o início da revolução epistemológica das ciências modernas. Julian THOMAS, *Archeology and modernity*, Londres, Routledge, 2004, p. 8. Sobre Copérnico e as implicações do seu heliocentrismo na epistemologia das mais diversas áreas, veja-se, por todos, Thomas KUHN, *The Copernican revolution, Planetary astronomy in the development of western thought*, Cambridge, Harvard University Press, 1971.

<sup>57</sup> Robin George COLLINGWOOD, *The idea of nature*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1945, p. 9.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

e um sonoro apelo a fundamentações racionais para os fenómenos naturais<sup>58</sup>. Assim, quando o clérigo dinamarquês Niels Stensen se debruçou sobre os seus *glossopetrae*, objetos estranhos incluídos em certas rochas, não viu manifestações de pedras caídas da Lua, como havia ocorrido, no início da nossa era, a Plínio, o Velho, mas antes dentes de animais, em tudo similares aos de tubarões. *De solido intra solidum naturaliter contento dissertationis prodromus*, obra maior de Stensen, publicada em 1669, discorria longamente sobre a relação entre fósseis e processos de sedimentação, defendendo a origem orgânica dos registos fósseis, assim como o desaparecimento de certas espécies, como causa para a sua não correspondência com espécies atuais<sup>59</sup>. Muito antes do evolucionismo de Darwin, encontrava-se já justificado o desaparecimento de certas espécies fossilizadas, condição essencial para o estabelecimento da irrepetibilidade do registo fóssil e, como tal, para a aceitação dos próprios princípios estratigráficos. Mais relevantemente, o *Prodromus*, como ficou conhecido, introduziu conceitos estratigráficos inovadores, estabelecendo a base dos princípios mais tarde denominados por sobreposição, horizontalidade original e continuidade lateral. Interessado na origem das camadas litológicas, Stensen foi também o primeiro a denominá-las por *strata* (estratos)<sup>60</sup>, que declarou resultarem da sedimentação sucessiva de inertes. Poucos anos depois, a noção de estratificação estreava-se em análises historiográficas, como as ensaiadas pelo sueco Olof

---

<sup>58</sup> Tanto o filósofo francês René Descartes [1596-1650], como o físico inglês Isaac Newton [1643-1727], moldaram o pensamento da sua época pelo espírito crítico e até cético com que encaravam os paradigmas científicos instituídos, muitos dos quais legados ainda pela dialética escolástica medieval. Assente no binómio dúvida-verificação, o método de Descartes preconizava um ceticismo radical e absoluto, como base para a construção de todo o conhecimento científico, enquanto Newton, por sua vez, refutou a crença aristotélica na existência de causas finais, segundo a qual, todos os processos naturais se desenvolviam para cumprimento de uma finalidade preestabelecida. Michelle BEYSSADE, *Descartes*, trad. Fernanda Figueira, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 28-30; James GLEICK, *Isaac Newton*, trad. Isabel Mafra, Alfragide, Casa das Letras, 2011, p. 33-36. Para a vida e obra de Descartes e Newton, consulte-se respetivamente, por todos, AAVV., *The Cambridge companion to Descartes*, ed. John Cottingham, Cambridge, Cambridge University Press, 1992; e AAVV., *The Cambridge companion to Newton*, ed. Irwin Bernard Cohen, George E. Smith, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

<sup>59</sup> Para mais sobre a vida e obra de Niels Stensen [1638-1686], consulte-se, por todos, Gary NICHOLS, *Sedimentology and stratigraphy*, Oxford, Blackwell Science, 1999. Como Stensen, também o filósofo alemão Gottfried Leibniz [1646-1716] subscreveu, no seu *Protogaea*, de 1693, a origem orgânica dos fósseis, bem como a sedimentação enquanto causa para a estratificação dos solos. A não correspondência com animais vivos homólogos aos fósseis detetados foi atribuída por Leibniz à sua transformação. Na segunda metade do século XVIII, o geólogo italiano Giovanni Arduino [1714-1795] e o físico suíço Jean André DeLuc [1727-1817] somaram à transformação, as hipóteses de aperfeiçoamento e de alteração. François ELLENBERG, *History of geology: The great awakening and its first fruits – 1660-1810*, trad. Albert e Marguerite Carozzi, Roterdão, A. A. Balkema, vol. 2, 1999, p. 150-325.

<sup>60</sup> François ELLENBERG, *History of geology: The great awakening and its first fruits – 1660-1810*, trad. Albert e Marguerite Carozzi, Roterdão, A. A. Balkema, vol. 2, 1999, p. 190, 271.

Rudbeck, quando em 1697 tentou a interpretação de depósitos arqueológicos, segundo uma lógica estratigráfica<sup>61</sup>.

Entre a segunda metade do século XVII e o século XVIII, reforçada nas academias e instigada pela modernização administrativa dos estados, a confiança depositada na experimentação como via para o desenvolvimento científico cresceu. Metodológica e experimental, a moderna investigação científica pautava-se, no entanto, tanto pelo racionalismo de Baruch Espinoza e de Gottfried Leibniz, como pelo empirismo de Francis Bacon e de John Locke<sup>62</sup>. Emergia o Iluminismo, acompanhado da promessa de progresso e de emancipação por meio da lógica, da razão e da experimentação. Exclusivamente discerníveis pelo raciocínio e pelos sentidos, as leis da natureza, propriedades físicas constantes e imutáveis, haviam sido, acreditava-se, consignadas à matéria pela própria providência divina<sup>63</sup>, pelo que a ciência não só não excluía Deus, como dele dependia para o cabal entendimento do universo. A uniformidade do plano divino, materializada na teologia natural do inglês William Paley<sup>64</sup>, não deixou, todavia, de ser questionada por alguns dos mais influentes pensadores iluministas. O prussiano Immanuel Kant, por exemplo, deduziu que qualquer entidade divina, como princípio aristotélico do cosmos, não podia racionalmente comprovar-se ou desmentir-se. Deus, na sua relação com a

---

<sup>61</sup> David BROWMAN, "Origins of stratigraphic excavation in North America: The Peabody Museum Method and the Chicago Method", *New perspectives on the origins of americanist archaeology*, ed. David Browman, Stephen Williams, Tuscaloosa, University of Alabama Press, cap. 11, 2002, p. 243. Sobre o historiador e arqueólogo Olof Rudbeck [1630-1702], leia-se Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

<sup>62</sup> O alemão Gottfried Leibniz [1646-1716] e o neerlandês Baruch Espinoza [1632-1677] questionaram a natureza de Deus e a sua relação com a humanidade, defendendo que o bem e o mal dependiam apenas da humanidade, pelo que tudo teria uma causa inteligível, alcançável pela lógica e pela razão. Francis Bacon [1591-1626] e John Locke [1632-1704], ingleses, proclamaram, por sua vez, a necessidade de uma nova ciência, que desafiasse a lógica tradicional dedutiva e abraçasse a experiência sensorial, ou empírica, como via para o verdadeiro conhecimento. Guy BOURDÉ, Hervé MARTIN, *As escolas históricas*, trad. Ana Rabaça, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2ª ed., 2003, p. 45; Michel MALHERBE, *As filosofias da humanidade*, trad. Ana Rabaça, Lisboa, Instituto Piaget, 2001, p. 331; Julian THOMAS, *Archeology and modernity*, Londres, Routledge, 2004, p. 279. Sobre as implicações científicas e artísticas das teorias de Leibniz, Espinoza, Bacon e Locke, consulte-se, por todos, Carlo GIACON, *La causalità nel razionalismo moderno, Cartesio, Spinoza, Malebranche, Leibniz*, Milão, Fratelli Bocca, 1954; François DUCHESNEAU, *L'empirisme de Locke*, The Hague, Martinus Nijhoff, 1973; e Marta FATTORI, *Introduzione a Francis Bacon*, Roma, Editori Laterza, 1997.

<sup>63</sup> A. Rupert HALL, *A revolução na ciência 1500-1750*, trad. M.ª Teresa Louro Pérez, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 253.

<sup>64</sup> *Natural theology*, publicada em 1802 por William Paley [1743-1805], definiu os pressupostos da teologia natural, corrente filosófica que defendia a confirmação científica de Deus. John BROOKE, *Ciência e religião*, trad. Ana Sampaio, Porto, Porto Editora, 2003, p. 187-188. Sobre o impacto social da teologia natural de Paley veja-se Eric MASCALL, *The openness of being: Natural theology today*, Londres, Darton, Longman and Todd, 1971.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

humanidade, constituía matéria de fé e não de conhecimento, pelo que nem a ciência nem a razão poderiam demonstrar ou objetar a sua cabal existência<sup>65</sup>.

Se algumas investigações científicas tendiam, pelo reconhecimento da complexidade cosmológica, para o enaltecimento de Deus, outras, porém, procuravam ativamente libertar-se das restrições religiosas, sustentando os seus factos através da experimentação. Ainda que raramente antagónicas, ciência e religião divergiam, mas as críticas antirreligiosas sentidas durante o Iluminismo só excepcionalmente visaram a atitude religiosa em si. Na maior parte das vezes, incidiram apenas sobre a indispensabilidade da fé para a aceitação de pressupostos científicos<sup>66</sup>. Recorrendo cada vez menos a explicações teológicas, as investigações científicas proliferaram, logrando alcançar também a natureza epistemológica da produção historiográfica. Do debate teórico emergiram sérias rejeições ao destino singular de certas personalidades ou povos, que, subordinados às mesmas racionalidade e leis naturais dos demais povos, convergiriam, pelo contrário, para uma história universal<sup>67</sup>. Algumas normas até então consideradas centrais à estruturação histórica, como a causalidade linear aristotélica, foram por isso amplamente questionadas. Não obstante, nem mesmo Isaac Newton, tendo estabelecido o efeito causal gravitacional, deixou de lamentar a aparente ausência de causalidade para a gravidade<sup>68</sup>. Explicação suficiente para os fenómenos naturais desde Aristóteles, a causalidade linear revelava-se agora insuficiente, reclamando-se justificações mais concretas, capazes de os justificar, não pela sua causa, mas pela sucessão ou interação entre diversas causas possíveis. Por conseguinte, a convicção teocrática numa humanidade subordinada às causas divinas, colheu também grande contestação<sup>69</sup>. O pensador italiano Giambattista Vico, por exemplo, embora defensor de uma regularidade histórica cíclica, recusou o tradicional determinismo teológico, elegendo a determinação humana como a única causa da história. Outros autores, como David Hume ou Voltaire, foram ainda mais longe e recusaram atribuir significância histórica

---

<sup>65</sup> Em *Kritik der reinen vernunft*, de 1781, o prussiano Immanuel Kant [1724-1804] apelou à necessidade de explicações racionais para a moral humana, sem o postulado divino, cuja existência nunca poderia ser comprovada. Não obstante, em *Mutmaßlicher anfang der menschengeschichte*, de 1786, Kant atribuiu a criação da natureza a Deus, demonstrando que, mesmo de confirmação impossível, a existência de um criador divino não estava em causa. John BROOKE, *Ciência e religião*, trad. Ana Sampaio, Porto, Porto Editora, 2003, p. 198-203. Para mais sobre Kant, consulte-se, por todos, AAVV., *A companion to Kant. Blackwell companions to philosophy*, ed. Graham Bird, Malden, Wiley-Blackwell, 2010.

<sup>66</sup> Erich FROMM, *Psychoanalysis and religion*, New Haven, Yale University Press, 1950, p. 105-106.

<sup>67</sup> Paul HAMILTON, *Historicism*, Londres, Routledge, 2005, p. 32.

<sup>68</sup> Federigo ENRIQUES, *Causalité et déterminisme dans la philosophie et l'histoire des sciences*, Paris, Hermann & Cle., 1941, p. 19.

<sup>69</sup> Robin George COLLINGWOOD, *The idea of history*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1946, p. 31-74.

também à religião<sup>70</sup>. A história iluminista reavaliava a condição humana, que, dotada de determinação própria, podia comandar o seu destino, num percurso progressivo, do primitivismo do passado à sublimação no futuro. Por conseguinte, certos períodos, como o passado dominado pela religião, eram amiúde considerados inferiores, racionalmente menos desenvolvidos e, como tal, indignos de estudos, mesmo os de teor historiográfico<sup>71</sup>.

Immanuel Kant, tal como o barão de Montesquieu, entre outros, proclamaram então a natureza como propulsora do percurso histórico da humanidade. Fatores como o clima e a geografia sobrepunham-se à razão humana, impondo às diferentes culturas um plano natural, cuja compreensão constituiria a principal incumbência da história<sup>72</sup>. Compreender o plano da natureza, através de certos acontecimentos, era papel da história, do mesmo modo que compreender a própria natureza, através dos fenómenos naturais, era papel da ciência. Alcançada mediante inventariação dos acontecimentos, a história, no entanto, aparentava reduzir-se à sequenciação de eventos culturais, e o historiador parecia ver-se diminuído ao papel de mero espectador<sup>73</sup>. A dúvida sobre a efetiva capacidade de compreensão da história pelo historiador, levou mesmo alguns intelectuais, como René Descartes, a questionar a própria utilidade das investigações históricas. Em *Discours de la méthode*, de 1637, Descartes comparou, de facto, o processo historiográfico a uma viagem, decretando-o

---

<sup>70</sup> A historiografia idealizada pelo italiano Giambattista Vico [1668-1744] previa a repetibilidade da história, composta por ciclos previsíveis e inteiramente dependentes da humanidade. À previsibilidade de Vico opunham-se Hume e Voltaire, que rejeitaram uma historiografia subordinada a superstições e a dogmas, mesmo os religiosos. Joseph MALL, "Vico", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 40, 2011, p. 451-453; Jennifer HERDT, "Artificial lives, providential history, and the apparent limits of sympathetic understanding", *David Hume: Historical thinker, historical writer*, ed. Mark Spencer, Pensilvânia, Pennsylvania State University Press, 2013, p. 38-41; Robin George COLLINGWOOD, *The idea of history*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1946, p. 33. Sobre Vico, veja-se, por todos, Benedetto CROCE, *The philosophy of Giambattista Vico*, trad. Robin George Collingwood, Massachusetts, Courier Corporation, 2014; Para mais sobre o ensaísta empirista David Hume [1711-1776] leia-se, entre outros possíveis, Charles Hubert SISSON, *David Hume*, Edimburgo, Ramsay Head Press, 1976. Sobre o filósofo francês François-Marie Arouet [1694-1778], Voltaire de pseudónimo, consulte-se Síoira PIERSE, *Voltaire historiographer: Narrative paradigms*, Oxford, Voltaire Foundation, 2008.

<sup>71</sup> Julian THOMAS, *Archeology and modernity*, Londres, Routledge, 2004, p. 31.

<sup>72</sup> Para o intelectual francês Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu [1689- 1755], a universalidade da razão sobrepunha-se aos eventos históricos, que resultavam da adaptação racional das sociedades às condições impostas pela natureza em que habitavam. Se a natureza dispunha de um plano universal para a humanidade, a história poderia revelá-lo. Paul HAMILTON, *Historicism*, Londres, Routledge, 2005, p. 33-48. Para a historiografia preconizada por Montesquieu veja-se, por todos, AAVV., *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer TUCKER, Malden, Wiley-Blackwell, 2011.

<sup>73</sup> Robin George COLLINGWOOD, *The idea of history*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1946, p. 86-116; Paul HAMILTON, *Historicism*, Londres, Routledge, 2005, p. 33-48.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

uma fuga anti-utilitária à realidade, que, como tal, não poderia configurar uma verdadeira área do saber. Para ultrapassar esta aparente precariedade historiográfica, Descartes sugeriu um novo método, assente no equilíbrio entre ceticismo e razão. Perante um problema, todas as variáveis eram questionadas e a interpretação das soluções obtidas regulada pelo discernimento científico. Também o processo histórico seria considerado um problema, um objeto de comportamento desconhecido, que, trabalhado por operações intelectuais reguladas pela razão, poderia afastar-se da dúvida. Tornada objeto, a história distanciava-se do historiador, sujeito ativo na produção histórica. Assente em narrativas fabricadas pelo historiador, a história nunca poderia, não obstante, abandonar por completo a sua natureza subjetiva<sup>74</sup>. Redefinia-se a epistemologia historiográfica. O ceticismo obrigava o verdadeiro conhecimento a elevar-se acima de quaisquer dúvidas, mas a inevitabilidade da subjetividade parecia impossibilitar a história de aspirar a tanto.

As críticas ao ceticismo historiográfico de Descartes não tardaram a sentir-se. Destacando a experiência como ponto de partida para o conhecimento, John Locke, por exemplo, instituiu uma conceção empirista da histórica, não como uma narrativa romantizada, mas como um inventário das ideias gerais e dos grandes acontecimentos da humanidade<sup>75</sup>. O historiador, como sujeito, e não uma qualquer entidade divina, era central à produção histórica, mas, guiado pela razão e pela experiência, poderia mitigar a subjetividade das suas conclusões. Ainda que a perceção individual do mundo fosse particular e subjetiva, a universalidade do conhecimento permaneceria intacta, porque a razão, constante e objetiva, era universal e absoluta<sup>76</sup>. A fundamentação de episódios históricos através de vestígios materiais, alicerce operativo da arqueologia e da arqueologia da arquitetura, decorre, como tal, de esforços científicos empreendidos tanto para cumprimento de requisitos empíricos, como para persuasão daqueles que se reviam no ceticismo cartesiano.

Certas atitudes científicas, hoje perfeitamente consagradas na metodologia arqueológica, despontaram aliás logo a partir da segunda metade do século XVII, período em que, estabelecido o conhecimento como resultado da interpretação científica dos objetos físicos, o investimento historiográfico, sob efetivo domínio do empirismo e do racionalismo, se concentrou na recolha, seleção e classificação de

---

<sup>74</sup> Alexandre KOYRÉ, *Considerações sobre Descartes*, trad. Hélder Godinho, Lisboa, Editorial Presença, 1963, p. 78. Sobre René Descartes, ver supra, p. 32.

<sup>75</sup> Paul MACDONALD, *History of the concept of mind. Speculations about soul, mind and spirit from Homer to Hume*. Ashgate, Ashgate Publishing, 2004, p. 332. Para John Locke ver supra, p. 23.

<sup>76</sup> Julian THOMAS, *Archeology and modernity*, Londres, Routledge, 2004, p. 57.

dados. Inicialmente estabelecidas a partir da história natural, as primeiras classificações em arqueologia inseriram os materiais recolhidos em esquemas evolutivos, que refletiam diferentes cronologias, mas também distintos estados de sofisticação cultural. Por vezes vista como simples senso comum, a elaboração de tipologias era, à época, considerada um método científico, na medida em que possibilitava o confronto de novos dados com sequências pré-estabelecidas. Assim, quando em 1685 a escavação de um túmulo megalítico em Cocherel, no norte de França, revelou materiais líticos, anteriores ao domínio da metalurgia, impôs-se um enquadramento tipológico que fosse capaz de esclarecer cientificamente uma circunstância cultural ainda desconhecida. Principiava a conceção de uma Idade da Pedra, mais tarde inscrita no sistema cronológico tripartido, que os dinamarqueses Christian Thomsen e Jens Worsaae haveriam de consolidar no século XIX<sup>77</sup>.

A crença no método cartesiano e na sistematização e tipificação de materiais para a resolução de incógnitas científicas reforçou a esperança na efetiva compreensão do universo em toda a sua composição. Renovadas as expectativas científicas, questionaram-se os grandes dogmas bíblicos, como o Génesis ou o Dilúvio<sup>78</sup>, no ensejo de resoluções cronológicas mais convincentes. Ocorreram então grandes avanços no domínio da história, mas também da geologia, sobretudo em áreas que procuravam responder a questões cronológicas, como a mineralogia ou a vulcanologia, assim como, por sinal, a estratigrafia. No seu *Anecdote physiques de l'histoire de la nature*, de 1753, o filósofo francês Nicolas Boulanger, por exemplo, enunciou a estratificação como “*dépôts réguliers et parallèles*”, à semelhança de *Nouvelles conjectures*, de 1721, obra em que o engenheiro francês Henri Gautier atribuiu homogeneidade, horizontalidade e regularidade formativa aos estratos<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> Em 1816, Christian Thomsen [1788-1865] assumiu a curadoria do Museu Nacional da Dinamarca, cuja coleção pioneiramente organizou em três idades sucessivas, Pedra, Bronze e Ferro. Jens Worsaae [1821-1885], assistente de Thomsen, assumiu a cronologia tripartida, utilizando-a e divulgando-a nas suas intervenções, publicações e preleções. A atribuição do sistema cronológico tripartido a Thomsen e Worsaae não colhe, porém, consenso geral. Colin RENFREW, Paul BAHN, *Arqueología. teorías, métodos y práctica*, trad. María Jesús Mosquera Rial, Madrid, Ediciones Akal, 2ª ed., 1998, p. 25; Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 2008, p. 93-123. Para mais sobre os contributos de Worsaae e de Thomsen para a consolidação do sistema cronológico tripartido, veja-se, por todos, Bo GRÄSLUND, *The birth of prehistoric chronology: Dating methods and dating systems in nineteenth century Scandinavian archaeology*, ed. Colin Renfrew, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

<sup>78</sup> Glyn DANIEL, *A short history of archaeology*, Londres, Thames and Hudson, 1981, p. 15; Christopher TILLEY, “On modernity and archaeological discourse”, *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty e Tim Yates, Londres, Routledge, cap. 5, 1990, p. 128.

<sup>79</sup> Nicolas BOULANGER, *Anecdotes physiques de l'histoire de la nature: Avec la nouvelle mappemonde et le mémoire sur une nouvelle mappemonde*, Paris, Honoré Champion, tomo II, 1753, p. 224; François

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Regular e paralela, a deposição de Boulanger reflete, no entanto, os princípios de continuidade lateral e horizontalidade original já sugeridos na obra de Niels Stensen, enquanto que a constância de Henri Gautier parece, pelo contrário, antecipar o princípio da uniformidade, estipulado por Charles Lyell, já avançado o século XIX<sup>80</sup>. Em *Des curiosités naturelles*, de 1749, o naturalista francês Pierre de Lacroix retomou a singularidade estratigráfica, registando a distinção dos estratos pela individualidade do seu registo fóssil. Uma década depois, *Sur les accidents des coquilles fossiles*, do geólogo Jean Étienne Guettard, conterrâneo de Lacroix, dissolveu de vez a hipótese mineralógica, consagrando em definitivo a origem orgânica dos fósseis, na mesma época em que o geólogo italiano Giovanni Arduino sugeria o crescente aperfeiçoamento dos conjuntos fósseis, dos estratos inferiores para os estratos superiores<sup>81</sup>. Transposto para a geologia, o ideal evolutivo da natureza, exacerbado pelo racionalismo iluminista, imprimiu sobre as hipóteses científicas da época, contudo, o pressuposto de uma criação divina, contínua, harmoniosa e progressiva<sup>82</sup>. Sob a influência da exatidão racional, algumas pesquisas geológicas, à semelhança do que ocorria noutras áreas científicas, encontravam-se, assim, subordinadas aos princípios platónicos de plenitude e de continuidade. Como tal, pese embora a narrativa de Arduino poder definir-se como subjetiva, e até valorativa, o crescente

---

ELLENBERG, *History of geology: The great awakening and its first fruits – 1660-1810*, trad. Albert, Marguerite Carozzi, Roterdão, A. A. Balkema, vol. 2, 1999, p. 181-317. Sobre a obra de Nicolas Boulanger [1722-1759], incluindo os principais temas geológicos de *Anecdotes*, veja-se John HAMPTON, *Nicolas-Antoine Boulanger et la science de son temps*, Genebra, Librairie E. Doz, 1955. Sobre Henri Gautier [1660-1737], autor de variados tratados de arqueologia e geologia, entre os quais *Nouvelles conjectures sur le globe de la Terre*, leia-se François ELLENBERG, *À l'aube de la géologie moderne, Henri Gautier: 1660-1737, La théorie de la terre d'Henri Gautier*, Paris, Laboratoire d'Éthnobotanique, Muséum National d'Histoire Naturelle, 1976.

<sup>80</sup> Para Niels Stensen, ver supra, p. 22; Sobre Charles Lyell, ver infra, p. 41.

<sup>81</sup> François ELLENBERG, *History of geology: The great awakening and its first fruits – 1660-1810*, trad. Albert, Marguerite Carozzi, Roterdão, A. A. Balkema, vol. 2, 1999, p. 181-317. Sobre Pierre de Lacroix [1710-1795] e Jean Étienne Guettard [1715-1786], veja-se Mary TERRALL, “Handling objects in natural history collections”, *The material cultures of Enlightenment arts and sciences*, ed. Adriana Cracin, Simon Schaffer, Londres, Palgrave Macmillan, cap. 2, 2016, p. 25-33. Sobre o contributo de Giovanni Arduino [1714-1795] para o desenvolvimento da geologia, veja-se Ezio VACCARI, “The classification of mountains in Eighteenth Century Italy and the lithostratigraphic theory of Giovanni Arduino”, *The origins of geology in Italy*, ed. Gian Battista Vai, W. Glen E. Caldwell, Bolder, Special Paper 411-The Geological Society of America, cap. 10, 2006, p. 157-178. Para mais sobre os primeiros ensaios literários relativos à distinção estratigráfica pelo conteúdo fóssil, ainda em finais do século XVII, como sejam as hipóteses avançadas pelos ingleses Martin Lister [1639-1712] e John Woodward [1665-1728], veja-se Anna ROOS, “Lodestones and gallstones, The magnetic geochemistry of Martin Lister (1639-1712)”, *History of science*, vol. 46, n.º 3, 2008, p. 343-364.

<sup>82</sup> A. Rupert HALL, *A revolução na ciência 1500-1750*, trad. M.ª Teresa Louro Pérez, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 247-290, 391-418; Clara Pinto CORREIA, José Pedro Sousa DIAS, *Assim na Terra como no Céu – Ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, Lisboa, Relógio D'Água, 2003, p. 249.

aperfeiçoamento das espécies fossilizadas, dos estratos mais antigos para os mais recentes, acompanhava, na realidade, os preceitos científicos da sua época.

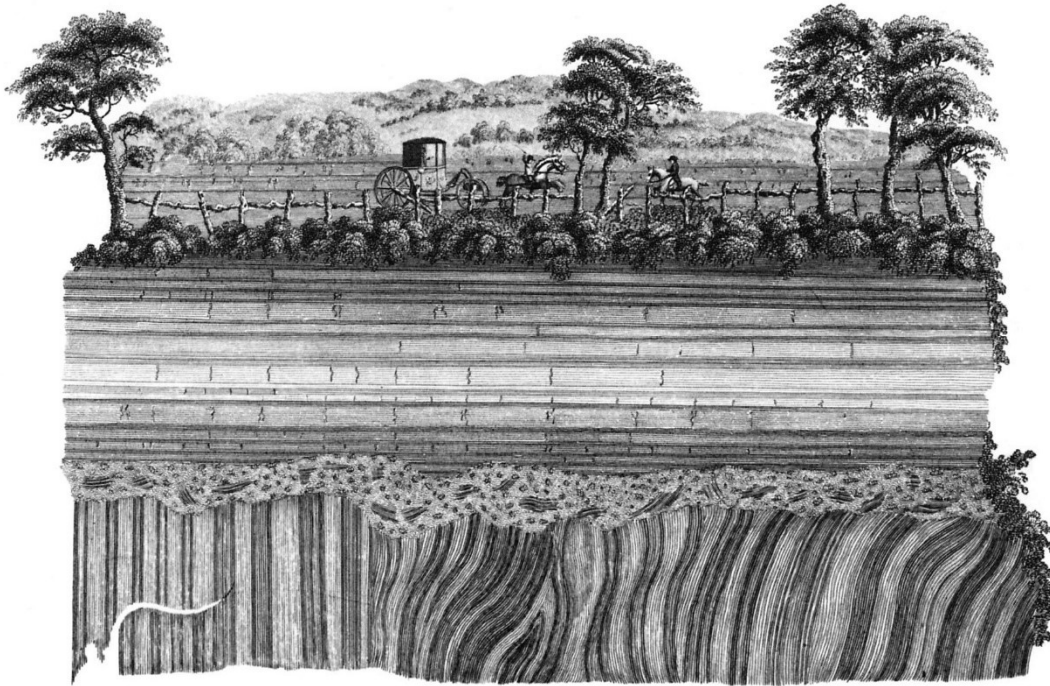
Por finais do século XVIII, no entanto, o crescente secularismo e o declínio estrutural de certas instituições sociais, decorrentes dos movimentos reformistas e da Revolução Francesa, distanciaram a idealização deífica da metodologia racionalista pretendida para as ciências naturais, enquanto que o empirismo filosófico de Hume somava à doutrina teológica de Kant a premência da concretização metodológica<sup>83</sup>. Consequentemente, ainda que sobre as novas evidências geológicas prevalecesse uma forte ponderação teológica, as suas descobertas contrariavam os antigos dogmas bíblicos, com cada vez maior impacto científico e social. Em 1788, *Theory of the Earth*, do geólogo escocês James Hutton, por exemplo, confrontou o debate estratigráfico com conceitos que contrariavam o criacionismo, como a denudação e a submersão<sup>84</sup>. Os estratos poderiam alterados na sua ordem de deposição, ocorrências que Hutton apelidou de inconformidades<sup>85</sup>. Sinalizadas pela linha de contacto entre estratos, as inconformidades validaram a superfície do estrato enquanto testemunho do intervalo de tempo decorrido entre deposição de dois estratos consecutivos. Mais tarde consubstanciadas no conceito de interfaces, as inconformidades de Hutton associaram indelévelmente a superfície dos estratos, não apenas a intervalos de tempo, mas também a distintos processos de formação, tanto criativos como destrutivos.

---

<sup>83</sup> David Hume, que teceu duras críticas ao empirismo, não deixou de considerar fundamental a validação experimental para a comprovação de teorias. Em *A treatise of human nature*, de 1739-40, definiu a teoria da inferência causal, que estabelecia a possibilidade de inferir a causa a partir do efeito e vice-versa. O princípio da causalidade, como ficou conhecido, permitiu ultrapassar os limites do estritamente observável e inferir causas a partir da repetição sistemática dos seus efeitos. João Paulo MONTEIRO, *Hume e a epistemologia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 8-23. Sobre Hume e Kant, ver supra, p. 25 e 24. Sobre as implicações científicas dos aforismas de Hume, veja-se Michel MALHERBE, *La philosophie empiriste de David Hume*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 2001. Sobre o princípio da causalidade nas ciências sociais e nas ciências naturais, veja-se, respetivamente, Federigo ENRIQUES, *Causalité et déterminisme dans la philosophie et l'histoire des sciences*, Paris, Hermann & C.<sup>ie</sup>, 1941; e AAVV., *Les formes de causalité dans les sciences de la vie et de la terre*, ed. Guy Rumelhard, Paris, Institut National de Recherche Pédagogique, 2000.

<sup>84</sup> Embora apresentada à Royal Society of Edinburgh, em 1788, *Theory of the Earth* conheceria publicação apenas em 1795. Dennis R. DEAN, *James Hutton and the history of geology*, Ithaca, Cornell University Press, 1992, p. 30-62. Sobre o geólogo escocês James Hutton [1726-1797] e o impacto científico de *Theory of the Earth*, veja-se, por todos, Dennis R. DEAN, *James Hutton and the history of geology*, Ithaca, Cornell University Press, 1992.

<sup>85</sup> Edward C. HARRIS, *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres, Academic Press, 1979, p. 5-6.



---

fig. 1. modelo de perfil estratigráfico

James HUTTON, *Theory of the Earth*, 1795, vol. 1 est. III

À medida que se acumulavam as evidências científicas, dando conta de uma Terra não apenas mutável, mas bastante mais antiga do que o estimado pelas diversas interpretações bíblicas da época, aumentava o ceticismo relativamente ao papel da providência divina na criação do mundo e da própria humanidade. Questionada a origem divina do homem, o debate científico opôs deístas a teologistas naturais<sup>86</sup>, logrando debater também a natureza das investigações historiográficas. Enfatizou-se a tendência processual da história, que, reforçada pela tradição colecionista dos antiquários<sup>87</sup>, desenvolveu a sua aptidão para o registo dos factos passados. O entendimento sobre as propriedades e as capacidades historiográficas, no entanto, oscilou entre a simples revisitação memorial e a efetiva faculdade reconstitutiva, como defenderam mais tarde, respetivamente, Francis Bacon e William Camden<sup>88</sup>. A história enaltecia o passado como objeto passível de estudo, enquanto a arqueologia, influenciada pelo empirismo de Bacon e pelo otimismo de Camden, acreditava poder reconstituir esse mesmo passado, através da análise dos seus vestígios materiais. Apesar de entidades autónomas, sem significância intrínseca própria, os materiais do passado eram agora associados a conceitos específicos, que, acreditava-se, podiam aproximar-se da essência que lhe haviam atribuído os seus produtores e utilizadores. Os materiais culturais do passado podiam constituir, portanto, fontes fidedignas de conhecimento histórico<sup>89</sup>. Ganhava terreno a ideia de indispensabilidade de escavações arqueológicas para recolha e interpretação contextual de vestígios culturais que ampliassem o conhecimento histórico, à medida que, conseqüentemente, se cunhava a identidade científica da arqueologia.

Impulsionada pelo debate teológico em torno da antiguidade da humanidade, pelo questionamento da própria natureza historiográfica e pela possibilidade

---

<sup>86</sup> Sobre o debate teológico entre deísmo e teologia natural, particularmente intenso nos domínios da evolução e das evidências geológicas, veja-se, por todos, John Hedley BROOKE, *Ciência e religião*, trad. Ana Sampaio, Porto, Porto Editora, 2003.

<sup>87</sup> Sobre "*le temps des antiquaires*", veja-se, entre outros, Françoise CHOAY, *L'Allégorie du patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1982; Julian THOMAS, *Archeology and modernity*, Londres, Routledge, 2004.

<sup>88</sup> No seu *Novum organum scientiarum*, de 1620, Francis Bacon definiu a história como o resultado natural da memória, uma das três faculdades humanas. O inglês William Camden [1551-1623], por seu turno, considerou a possibilidade de efetiva reconstituição do passado, através da análise de artefactos, método que implementou e descreveu em obras como *Britannia* ou *Annales rerum anglicarum*, publicadas entre 1586 e 1625. Robin George COLLINGWOOD, *The idea of history*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1946, p. 77; Roger RICHARDSON, "William Camden and the re-discovery of England", *Transactions of the Leicestershire Archaeological and Historical Society*, n.º 78, 2004, p. 108-123. Sobre Bacon, ver supra, p. 23. Para o pensamento historiográfico de Bacon, veja-se Perez ZAGORIN, *Francis Bacon*, Princeton, Princeton University Press, 1999. Sobre Camden, veja-se Wyman H. HERENDEEN, *William Camden: A life in context*, Suffolk, Boydell Press, 2007.

<sup>89</sup> Julian THOMAS, *Archeology and modernity*, Londres, Routledge, 2004, p. 227.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

interpretativa dos vestígios materiais, a arqueologia afastou-se das práticas dos antiquários, e assumiu uma posição própria, dentro dos sistemas historiográficos tradicionais. Ainda que as motivações flutuassem entre o saque e o genuíno interesse pela resolução de problemáticas históricas, multiplicaram-se então as escavações arqueológicas, nomeadamente nos atuais territórios da Escandinávia, França, Grã-Bretanha ou, na senda das expedições napoleónicas, já em finais do século XVIII, também no Egito, e, por inícios da centúria seguinte, na Grécia, Itália, Próximo Oriente, América Central e América do Sul<sup>90</sup>. Não obstante a proliferação de intervenções arqueológicas, e posto o inegável progresso científico, muito difundido pela crescente indústria editorial, escasseiam as referências relativas à metodologia subjacente às intervenções arqueológicas empreendidas neste período. O inglês Richard Hoare, por exemplo, mesmo salientando que os arqueólogos “*speak from facts not theory*”, nunca esclareceu quais os métodos utilizados na escavação das largas centenas de mamoa onde interveio<sup>91</sup>. De facto, até finais do século XVIII, a maioria dos arqueólogos não registou as suas abordagens metodológicas.

Debatida, desenvolvida e disseminada ao longo de séculos, a estratigrafia, pelo contrário, divulgara havia muito os seus principais predicados. Os estratos sobrepunham-se contínua, horizontalmente, de forma regular e homogénea, embora pudessem sofrer alterações posteriores, reveladas por inconformidades. Distinguiam-se pelas suas características litológicas, mas também pelo seu conteúdo fóssil. Podiam, eles próprios, tanto quanto as suas superfícies de contacto, ser reportados para períodos históricos específicos porque, estabelecida a relação entre fósseis e seres vivos desaparecidos, continham particularidades irrepetíveis. Numa época em que pulsavam já os princípios histórico-artísticos de Joachim Winckelmann<sup>92</sup>, a

---

<sup>90</sup> Para mais sobre as grandes expedições arqueológicas do século XVIII e inícios do século XIX, consulte-se, entre outros possíveis, Maev KENNEDY, *The history of archaeology*, Nova Iorque, Barnes & Noble Books, 2002; ou ainda Brian M. FAGAN (ed.), *The great archaeologists*, Londres, Thames and Hudson, 2014.

<sup>91</sup> Richard HOARE, *The history of ancient Wiltshire*, Londres, William Miller, vol. 1, 1812, p. 7. Richard Hoare [1758-1838] dedicou-se sobretudo à arqueologia do condado inglês de Wiltshire, incluindo Stonehenge, cuja primeira escavação arqueológica codirigiu. *The history of ancient Wiltshire*, publicados entre 1812 e 1821, contêm aprofundadas interpretações cronotipológicas sobre as mamoa que escavou, embora em termos metodológicos não vá além da vaga referência à abertura de secções. Sobre Hoare, leia-se Philippa LEVINE, *The amateur and the professional: Antiquarians, historians and archaeologists in Victorian England 1838-1886*, Londres, Cambridge University Press, 1986.

<sup>92</sup> Sobre a vida e a teoria estética do alemão Joachim Winckelmann [1717-1768], que estabeleceu a arte como produto de condicionantes naturais, geográficas e climáticas, mas também culturais, como a democracia, a prática desportiva e a sensibilidade artística, consulte-se, por todos, Katherine HARLOE, *Winckelmann and the invention of Antiquity: History and aesthetics in the age of altertumswissenschaft*, Oxford, Oxford University Press, 2013.

premissa da irrepetibilidade de circunstâncias históricas atuava em igual medida sobre o domínio da história da arte, tanto quanto, portanto, sobre a esfera da geologia. Os princípios estratigráficos agiam em diferentes setores científicos, proclamando a singularidade dos vestígios do passado, fósseis, artísticos ou arqueológicos. Reflexões sobre as origens setecentistas das posturas de anti-restauro arquitetónico, quer estas se tenham devido à repulsa sentida pela anulação da beleza encerrada na passagem do tempo ou ao receio de não progredir por se regressar a um passado irrepetível, devem, como tal, incidir tanto na ponderação dos princípios subjacente à passagem do tempo, quanto da ideia de que o tempo fosse à época já entendido como um fenómeno de estratificação histórica. Por finais do século XVIII já plenamente assumido pelos geólogos, o método estratigráfico não só validava as interpretações sedimentológicas, e as decorrentes inferências cronológicas, como concorria para sustentar noções epistemológicas transversais a diferentes domínios científicos, como a ideia de irrepetibilidade dos fenómenos históricos ou a singularidade dos vestígios do passado. A arqueologia, todavia, aguardava ainda por um método objetivo e cientificamente irrefutável. Mas, maturado, aparentemente incontestável e apto a clarificar problemas cronológicos, o método estratigráfico não andaria arredado da arqueologia por muito mais tempo.

1.2.

## **itinerários de transmissão:**

### **o século XIX**

Em meados da década de 1770, Thomas Jefferson, mais tarde presidente dos Estados Unidos da América, escavou uma mamoa pré-colombiana do estado da Virgínia, segundo o método estratigráfico<sup>93</sup>. Refletindo tendências empiristas, a que

---

<sup>93</sup> Intrigado quanto à cronologia de fundação das mamoas da América do Norte, Thomas Jefferson [1743-1826], provavelmente familiarizado com publicações oriundas da jovem arqueologia escandinava, inglesa e alemã, enveredou por uma escavação arqueológica seguindo o método estratigráfico, embora não haja consenso quanto à data da intervenção. Mortimer Wheeler sustentou 1784, em concordância com David Thomas, que defendeu a década de 1780, mas em oposição a Karl Lehmann-Hartleben, que recuou a



para uma arqueologia crítica da arquitetura

não serão alheias a leitura de John Locke, cuja obra conhecia e admirava<sup>94</sup>, a aplicação do método estratigráfico para a resolução de um dilema estritamente arqueológico, ainda durante o século XVIII, demonstra, na verdade, grande precocidade. Intrigado pela incerteza cronológica que pairava sobre a origem das mamoadas norte-americanas, Jefferson começou por escavar uma destas estruturas em área, método que rapidamente abandonou, em detrimento de uma abertura em trincheira. Concluiu então que as mamoadas resultavam da acumulação alternada de ossadas humanas e sedimentos térreos, declarando-as fruto da deposição sucessiva de estratos, que, como tal, seriam cronologicamente distintos. Ao afirmar que os vestígios humanos “*in different strata*” pareciam indicar “*a difference in the time of inhumation*”<sup>95</sup>, Jefferson estabeleceu claramente uma correlação entre a posição estratigráfica e a cronologia dos vestígios arqueológicos. Publicados os resultados em *Notes on the state of Virginia*, de 1785, a escavação de Jefferson, dada a enorme popularidade atingida pela obra<sup>96</sup>, não pode deixar de ser equacionada, não apenas como uma inovação arqueológica, mas sobretudo como um significativo subsídio para a divulgação do método estratigráfico e da pertinência da sua aplicação à arqueologia. Também em Inglaterra o uso da estratificação se generalizava, sendo aplicado à interpretação de problemas arqueológicos pelo menos desde finais do século XVIII, nomeadamente nas escavações dirigidas por William Cunnington e Richard Hoare<sup>97</sup>. O antiquário inglês John Frere, por exemplo, revelou em 1797 a descoberta de utensilagem lítica em estrato individualizado, abaixo de três outros estratos, incluindo terra, argila e areia com vestígios de fauna aquática. Perante a antiguidade da fauna, Frere remeteu os líticos, estratigraficamente inferiores, para um “*very remote period*

---

intervenção para a década de 1770. Mortimer WHEELER, *Archaeology from the earth*, Londres, Clarendon Press, 1954, p. 42; Karl LEHMANN-HARTLEBEN, “Thomas Jefferson, Archaeologist”, *American Journal of Archaeology*, vol. 47, n.º 2, 1943, p. 162; David Hurst THOMAS, *Archaeology*, Fort Worth, Holt, Rinehart, and Winston, 2ª ed, 1989, p. 28. Sobre Jefferson, ver *infra*, p. 35.

<sup>94</sup> Nathan SCHACHNER, *Thomas Jefferson, A biography*, Nova Iorque, Appleton Century Crofts, vol. 1, 1951, p. 36.

<sup>95</sup> Thomas JEFFERSON, *Notes on the state of Virginia*, Filadélfia, R.T. Rawle Publisher, 1801, p. 190 (obra original de 1785).

<sup>96</sup> Inicialmente publicado em Paris, em 1785, *Notes on the state of Virginia* recebeu tradução francesa logo no ano seguinte. A primeira edição inglesa remonta a 1787. Amplamente distribuídas pelos Estados Unidos da América, outras publicações suceder-se-iam ao longo do século XIX, entre elas Nova Iorque, Boston e Richmond, em 1801, 1802 e 1853. Richard BERNSTEIN, *Thomas Jefferson: The revolution of ideas*, Oxford, Oxford University Press, 2004, p. 78; David Hurst THOMAS, *Archaeology*, Fort Worth, Holt, Rinehart, and Winston, 2ª ed, 1989, p. 28.

<sup>97</sup> Para mais sobre as intervenções arqueológicas dirigidas pelos ingleses William Cunnington [1754-1810] e Richard Hoare [1758-1838], leia-se Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 2008. Sobre William Cunnington, leia-se Robert Henry CUNNINGTON, *From antiquary to archaeologist: A biography of William Cunnington, 1754-1810*, ed. James Dyer, Princes Risborough, Shire Publications, 1975. Sobre Hoare, ver *supra*, p. 32.

*indeed; even beyond that of the present day*<sup>98</sup>, revelando uma clara percepção dos princípios estratigráficos, designadamente da cronologia relativa, que decorre da posição ocupada por um estrato em determinada sequência estratigráfica. Embora não se possa descartar a possibilidade de Jefferson ou de Frere terem contactado em primeira mão com obras de divulgação de experiências arqueológicas, a eventualidade de terem mantido estreitas relações com o universo da geologia não pode, de igual modo, ser desconsiderada. Durante a sua escolarização, Jefferson, por exemplo, recebeu instrução em história e geografia pelo reverendo James Maury, um entusiasta da geologia. Responsável pela descoberta de fósseis malacológicos nas montanhas norte-americanas de Blue Ridge, Maury foi ele mesmo um proeminente geólogo, dificilmente ignorando os princípios estratigráficos de Stensen, Leibniz, Lister ou Woodward, à data bastante populares em Inglaterra, para onde viajou em 1742<sup>99</sup>.

Ainda que precoce, a aplicação do método estratigráfico à arqueologia por Jefferson, Frere ou outros arqueólogos amadores de finais do século XVIII, não deixa, todavia, de se enquadrar no avanço científico da época, liderado por investigadores que, em busca da idade da Terra e da humanidade, oscilariam depois, ao longo do século XIX, entre a geologia e a arqueologia. Claramente familiarizados com o conceito de deposição estratigráfica e subseqüentes inferências cronológicas, vários precursores da arqueologia científica mantinham, de facto, relações muito próximas com especialistas em geologia, quando não se dedicavam eles mesmos a ambas as disciplinas. Os arqueólogos franceses Paul Tournal e Jules Christol, por exemplo, possuíam extensos conhecimentos em geologia<sup>100</sup>. O paleontólogo belga Philippe

---

<sup>98</sup> John FRERE, "Account of flint weapons discoverd at Hoxne in Suffolk", *Archaeologia or miscellaneous tracts relating to Antiquity*, vol. 13, 1800, p. 205. John Frere [1740-1807] deu conta da sua descoberta à Society of Antiquaries, em carta dirigida em 1797 e publicada em 1800. Para mais sobre Frere, veja-se Leslie STEPHEN (ed.), "Frere, John (1740-1805)", *Dictionary of national biography*, Nova Iorque, Macmillan and Co., vol. XX, 1889, p. 267-268.

<sup>99</sup> James Maury [1719-1760], natural de Dublin, estudou no William and Mary College da Virgínia. Em 1742, viajou a Inglaterra para ser ordenado. Ao regressar à Virgínia, desempenhou funções de reitor em King William e, em 1752, abriu uma escola destinada aos latifundiários de Fredericksville. Thomas Jefferson ingressou na escola de Maury aos 15 anos, passando ao William and Mary College, em 1760, para completar a sua formação superior. Entre outras matérias, estudou *philosophia* natural. Sobre a formação académica e o percurso profissional de Jefferson, veja-se, por todos, Nathan SCHACHNER, *Thomas Jefferson, A biography*, Nova Iorque, Appleton Century Crofts, vol. 1, 1951. Para Stensen, Leibniz, Lister e Woodward, ver supra, p. 32, 33 e 38.

<sup>100</sup> Paul Tournal [1805-1872] estudou mineralogia e geologia, investigando depois a coevidade entre vestígios humanos e animais extintos nas grutas de Bize, França, que descobriu durante uma expedição geológica. Para mais sobre Tournal, veja-se Jean GUILAINE, Chantal ALIBERT, *Paul Tournal, Fondateur de la Préhistoire*, Paris, Odile Jacob, 2016. Jules Christol [1802-1861], assistente de mineralogia e de geologia na Universidade de Montpellier, tentou também demonstrar a coetaneidade entre vestígios humanos e animais extintos, através das suas descobertas na região francesa de Pondres. Sobre

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Schmerling e o arqueólogo norte-americano Edwin Davis mantinham estreitas relações com os geólogos Charles Lyell e Charles Whittlesey, respetivamente<sup>101</sup>. Também geólogo, o norte-americano George Gibbs, por seu turno, defendia já a premência das escavações arqueológicas estratigráficas<sup>102</sup>. E o inglês William Pengelly, vanguardista do método estratigráfico, foi simultaneamente geólogo e arqueólogo<sup>103</sup>, como de resto o foram também os portugueses Carlos Ribeiro e Nery Delgado. De facto, as intervenções arqueológicas empreendidas por Carlos Ribeiro e Nery Delgado, realizadas sob a tutela da Comissão Geológica de Portugal<sup>104</sup>, contaram com grande perícia estratigráfica, que ambos desenvolveram durante a sua formação militar. Já em 1866, Carlos Ribeiro registava vestígios antrópicos em perfis estratigráficos das bacias do Tejo e do Sado, que organizados segundo critérios de antiguidade, tinham para

---

Christol, leia-se Martin RUDWICK, *Georges Cuvier, Fossil bones, And geological catastrophes*, Chicago, University of Chicago Press, 1997.

<sup>101</sup> Philippe Schmerling [1790-1836], sobretudo paleontólogo, conduziu escavações arqueológicas em diversas grutas da província belga de Liège. Membro da Société Géologique de France, as suas descobertas influenciaram o próprio Charles Lyell, que o visitou em 1834. Liliane HENDERICKX, “Schmerling Philippe-Charles”, *Nouvelle biographie nationale*, Bruxelas, Académie Royale des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts de Belgique, vol. 3, 1994, p. 288-291. Edwin Davis [1811-1888] estaria familiarizado com a obra do geólogo Charles Whittlesey [1808-1886]. Descrito por Davis como um cuidadoso investigador de antiguidades, Whittlesey atesta ele mesmo a forte hibridação entre geologia e arqueologia. Ephraim G. SQUIER, Edwin H. DAVIS, *Ancient monuments of the Mississippi valley: Comprising the results of extensive original surveys and explorations*, col. *Smithsonian contributions to knowledge*, Washington, Smithsonian Institution, vol. 1, 1848, p. 46; Terry BARNHART, “Toward a science of Man: European influences on the archaeology of Ephraim G. Squier”, *New perspectives on the origins of americanist archaeology*, ed. David Browman, Stephen Williams, Tuscaloosa, University of Alabama Press, cap. 4, 2002, p. 87-116.

<sup>102</sup> Etnólogo, George Gibbs [1815-1873] alertou para a necessidade de averiguação da estratigrafia e da proveniência estratigráfica dos artefactos arqueológicos. Sobre Gibbs, consulte-se Raymond SETTLE (ed.), *The march of the Mounted Riflemen: From Fort Leavenworth to Fort Vancouver, May to October 1849*, Lincoln, University of Nebraska Press, 1989.

<sup>103</sup> William Pengelly [1812-1894] utilizou o método estratigráfico na gruta de Kent, Inglaterra. Autodidata, Pengelly dedicou grande parte do seu trabalho à geologia e à arqueologia. Membro da Geological Society, comprovou a coevidade entre líticos e vestígios de animais extintos em diversas grutas, como Windmill Hill, Inglaterra, que escavou com o arqueólogo e geólogo John Evans. David BROWMAN, “Origins of stratigraphic excavation in North America: The Peabody Museum Method and the Chicago Method”, *New perspectives on the origins of Americanist Archaeology*, ed. David Browman, Stephen Williams, Tuscaloosa, University of Alabama Press, cap. 11, 2002, p. 245. Para mais sobre Pengelly, veja-se Hester PENGELLY, *A Memoir of William Pengelly of Torquay, F.R.S., Geologist, With a selection from his correspondence*, Londres, John Murray, 1897.

<sup>104</sup> Mariana DINIZ, Victor S. GONÇALVES, “Na segunda metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da arqueologia em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 11/12, 1993/1994, p. 178. Carlos Ribeiro [1813-1882] e Joaquim Nery Delgado [1835-1908] foram responsáveis por diversos achados arqueológicos e geológicos, dinamizando o debate sobre a Pré-História em Portugal. Receberam formação de geologia na Escola do Exército, tendo ambos dirigido a Comissão Geológica de Portugal. Para mais sobre os contributos de Ribeiro e Delgado para a arqueologia portuguesa, leia-se João Luís CARDOSO, “As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o ‘Homem Terceário’: Resultados e consequências na época e além dela”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 8, 2000, p. 33-54. Para a biografia de Carlos Ribeiro, veja-se Luiz de Castro e SOLLA, *Carlos Ribeiro, Ensaio biográfico*, Lisboa, ed. Autor, 1976.

Ribeiro um interesse “assim com referência á geologia, como com respeito á história do homem”<sup>105</sup>. A sequência estratigráfica da gruta da Furninha, em Peniche, explorada entre 1879 e 1880 por Nery Delgado, não poderia deixar já de descrever-se, como tal, de acordo com “*differentes níveis successivos*”<sup>106</sup>.

Esta “arqueologia geológica”<sup>107</sup>, de resto, encontrava-se ao tempo de Ribeiro e Delgado bastante disseminada entre os arqueólogos portugueses. O interesse pelas potencialidades do método estratigráfico, eventualmente recuável em Portugal a finais do século XVIII<sup>108</sup>, ganhou ao longo da centúria seguinte reforçado fôlego, posta a adesão de alguns arqueólogos portugueses aos preceitos do evolucionismo darwiniano. Não obstante, a grande dependência de paradigmas teóricos estrangeiros determinou um fraco investimento interno, em matéria de produção científica própria<sup>109</sup>. Em *Noções elementares de arqueologia*, de 1878, Joaquim Possidónio da Silva<sup>110</sup>, por exemplo, não foi além da exposição de resultados arqueológicos, interpretando-os segundo as eras históricas a que pertenceriam. Desprovida de definições metodológicas, a obra valoriza a interpretação funcional da cultura material, “por meio do exame (...) de todos os *objectos*, que [dos povos antigos] restam”<sup>111</sup>. Não obstante, a estratigrafia enquanto argumento científico era bem conhecida de Possidónio da Silva, que tomara contacto com o método em Itália, entre 1828 e

---

<sup>105</sup> Carlos RIBEIRO, *Estudos geologicos, Descrição do solo quaternário das bacias hydrographicas do Tejo e do Sado*, Lisboa, Comissão Geológica de Portugal, 1º caderno, 1866, p. 1.

<sup>106</sup> Citado em João Luís CARDOSO, António Faustino CARVALHO, “A gruta da Furninha (Peniche): Estudo dos espólios das necrópoles neolíticas”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 18, 2010/2011, p. 336.

<sup>107</sup> Mariana DINIZ, Victor S. GONÇALVES, “Na segunda metade do século XIX: Luzes e sombras sobre a institucionalização da arqueologia em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 11/12, 1993/1994, p. 184.

<sup>108</sup> O clérigo português Manuel de Villas Boas [1724-1814], por exemplo, ponderou questões estratigráficas por finais do século XVIII, com o intuito de esclarecer problemáticas arqueológicas. Luís RAPOSO, “As origens da arqueologia científica portuguesa no século XIX”, *100 anos de património: Memória e identidade*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. I, 2ª ed., 2011, p. 47.

<sup>109</sup> Mariana DINIZ, Victor S. GONÇALVES, “Na segunda metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da arqueologia em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 11/12, 1993/1994, p. 177-181.

<sup>110</sup> Joaquim Possidónio da Silva [1806-1896] interessou-se sobretudo por arqueologia pré-romana, tendo intervencionado alguns povoados e vários monumentos megalíticos. Sobre a vida e os contributos de Possidónio da Silva para a arqueologia, leia-se Ana Cristina Nunes MARTINS, *Possidónio da Silva e o elogio da memória, 1806-1896: Um percurso na arqueologia de oitocentos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003.

<sup>111</sup> J. de Vilhena BARBOSA, “Introdução”, *Noções elementares de arqueologia, obra ilustrada com 324 gravuras*, Lisboa, Lallemand Frères, 1878, ¶ 39.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

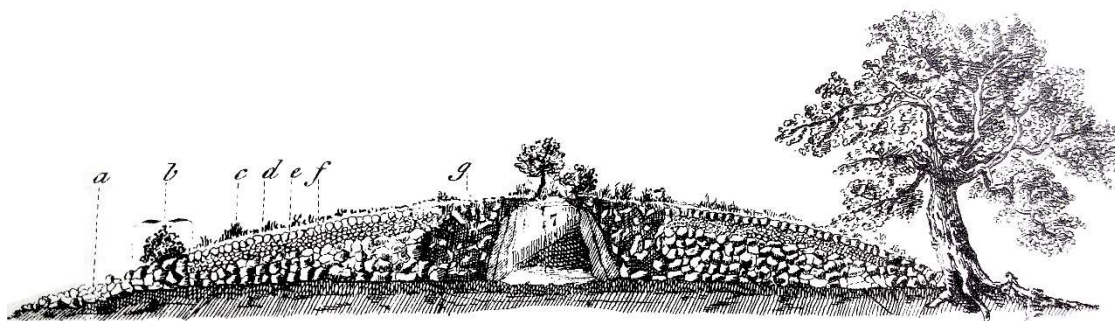
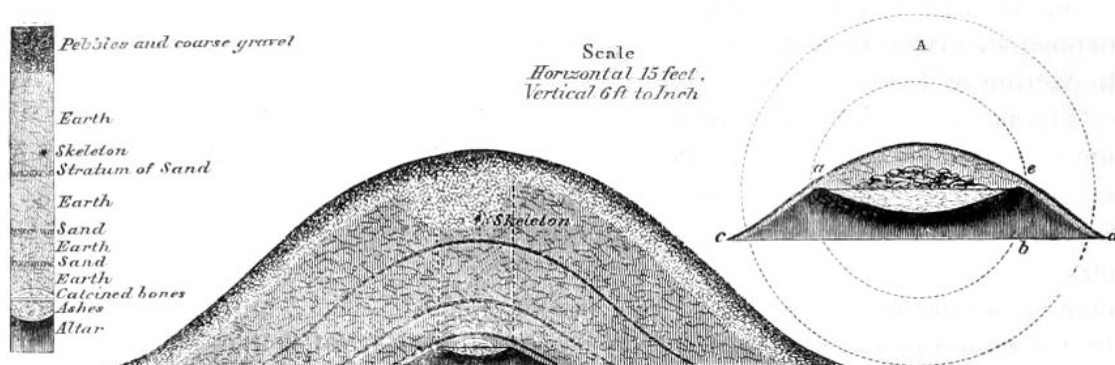


fig. 2. perfil estratigráfico de mamoa, Ohio, Estados Unidos da América  
Ephraim G. SQUIER, Edwin H. DAVIS, *Ancient monuments of the Mississippi valley*, 1848, p. 144, fig. 29

fig. 3. perfil estratigráfico do dólmen de Alcá, Portimão, Portugal  
Estácio da VEIGA, *Antiguidades monumentais do Algarve*, 2005, vol. 1, p. 217 (obra original de 1886)

1830<sup>112</sup>. A coexistência de utensílios líticos e vestígios de animais ancestrais “em terreno quaternário”, vinha “*estratigraphicamente* confirmar” a antiguidade do homem, registou<sup>113</sup>. Pelo menos desde a década de 1880 que também Sebastião Estácio da Veiga<sup>114</sup> se encontrava familiarizado com os preceitos da estratigrafia geológica. Referindo-se às intervenções de Paul Tournal na gruta de Bize, por exemplo, narrou a descoberta de vestígios humanos e de fósseis de animais extintos, “no mais baixo *deposito*”, assim como de materiais cerâmicos que, ocupando “uma camada superior inteiramente separada do *deposito* inferior”, teriam forçosamente de ser mais recentes. Aludindo aos trabalhos de Paul Tournal, mas também, entre outros, de Jules Christol, Philippe Schmerling e William Pengelly<sup>115</sup>, Estácio da Veiga testemunha, além do mais, como a arqueologia nacional se mantinha no século XIX largamente atualizada sobre as principais novidades geológicas e arqueológicas internacionais.

Ao longo do século XIX, a geologia congregou, de resto, os maiores esforços científicos, porque das suas respostas dependia não apenas a redefinição cronológica do mundo, mas também a veracidade de diversos relatos bíblicos, e, como tal, a aceitação de novas teorias, como o criacionismo ou o evolucionismo. O desenvolvimento oitocentista da geologia, como nas demais ciências naturais, fez-se por isso acompanhar de acesas discussões, marcadamente teológicas, de que a rivalidade entre neptunistas e vulcanistas<sup>116</sup> constitui apenas um exemplo. Um dos contributos mais significativos para o debate partiu das separatas *Strata identified by organized fossils*, publicadas entre 1816 e 1819 por William Smith. Constatando que certos conjuntos fósseis se encontravam sempre em estratos específicos, Smith defendeu a afinidade temporal entre estratos que, embora de regiões distintas,

---

<sup>112</sup> Ana Cristina Nunes MARTINS, *Possidónio da Silva e o elogio da memória, 1806-1896: Um percurso na arqueologia de Oitocentos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003, p. 57 e 215.

<sup>113</sup> Joaquim Possidónio da SILVA, *Noções elementares de arqueologia, obra ilustrada com 324 gravuras*, Lisboa, Lallemand Frères, 1878, p. 11.

<sup>114</sup> Para mais sobre Sebastião Martins Estácio da Veiga [1828-1891], responsável, por exemplo, pela primeira carta arqueológica do Algarve, veja-se Maria Luísa Estácio da Veiga S. PEREIRA, *Estácio da Veiga: Cientista algarvio, Pioneiro da arqueologia em Portugal*, Lisboa, Casa do Algarve, 1984.

<sup>115</sup> Sebastião Estácio da VEIGA, *Antiguidades monumentais do Algarve, Tempos pré-históricos*, Faro, Universidade do Algarve, vol. 1, 2005, p. 41-44 (obra original de 1886). Sobre Christol, Schmerling e Pengelly, ver supra, p. 35 e 36.

<sup>116</sup> Neptunismo e vulcanismo defendiam distintas origens do mundo, por formação em solução aquosa e por ação do calor interno da Terra, respetivamente. Sobre os protagonistas e argumentos das correntes científicas neptunista e vulcanista, assim como as suas repercussões teológicas nas diversas teorias criacionistas e evolucionistas da época, leia-se, entre outros possíveis, Clara Pinto CORREIA, José Pedro Sousa DIAS, *Assim na Terra como no Céu – Ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, Lisboa, Relógio D'Água, 2003.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

partilhavam o mesmo registo fóssil<sup>117</sup>. Não obstante, ao declarar que os “*organized fossils*” de cada estrato “*enabled (...) to distinguish one stratum from another*”<sup>118</sup>, Smith parece basear-se em premissas estabelecidas anteriormente por Alexandre Brongniart, Georges Cuvier e Jean André DeLuc<sup>119</sup>. Em 1794, DeLuc, por exemplo, descreveu, no periódico inglês *British Critic*, como a acumulação de estratos se acompanhava de “*undergoing changes in their species*”, servindo-se, desde 1791, da expressão “*organized bodies*”<sup>120</sup>, vinte e cinco anos antes de Smith ter publicado o seu *Strata identified by organized fossils*. Não obstante a dubiedade da primazia das suas descobertas, Smith percebeu de facto que os registos fósseis se organizavam em sequências idênticas de região para região. Remeteu então estratos de diferentes regiões para o mesmo intervalo temporal, uma dedução que Juan Vera Torres atribuiu à extrapolação do princípio da continuidade lateral<sup>121</sup>, inicialmente inferido por Nils Stensen. A singularidade do registo fóssil registada por Smith, enraizada no conceito de irrepetibilidade já sugerido por Bernard Palissy, possibilitava agora a determinação de paralelismos temporais entre formações estratigráficas de diferentes regiões. Encontravam-se assim estabelecidos os fundamentos para o que viria a designar-se princípio da correlação, definido como a correspondência entre estratos que, embora possam encontrar-se separados, apresentem características litológicas e registos fósseis equivalentes.

Quando o geólogo escocês Charles Lyell publicou, entre 1830 e 1833, os seus *Principles of geology*, acrescentou à correlação de Smith o princípio da uniformidade. Assente nos axiomas de James Hutton, a uniformidade de Lyell pressupunha a constância do ritmo e da intensidade dos fenómenos geológicos ao longo dos

---

<sup>117</sup> Pioneiro da geologia britânica, William Smith [1769-1839] desenvolveu o primeiro mapa geológico de Inglaterra. A abertura de canais de mineração permitiu-lhe analisar perfis estratigráficos, dotando-o dos argumentos necessários para as suas teorias estratigráficas. Sobre Smith e o seu contributo para a geologia, veja-se Simon WINCHESTER, *The map that changed the world: William Smith and the birth of modern geology*, Nova Iorque, Harper Collins, 2001.

<sup>118</sup> William SMITH, *Strata identified by organized fossils*, ed. W. Arding. Londres, 1816, ¶ 8.

<sup>119</sup> O francês Alexandre Brongniart [1770-1847] publicou, em 1810, *Traité élémentaire de minéralogie* e, em conjunto com Georges Cuvier, *Essai sur la géographie minéralogique*, de 1812, obras basilares para a consolidação de critérios de distinção estratigráfica, como a singularidade dos respetivos registos fósseis. Sobre Cuvier, ver supra, p. 31. Sobre a precedência dos pressupostos científicos de Alexandre Brongniart, Georges Cuvier e Jean André DeLuc, relativamente ao trabalho de William Smith, consulte-se Gabriel GOHAU, *Une histoire de la géologie*, Paris, Éditions du Seuil, 1990; ou ainda Cherry LEWIS, Simon KNELL (ed.), *The age of the Earth: From 4004 B.C. to A.D. 2002*, Londres, The Geological Society, 2001.

<sup>120</sup> Citado por François ELLENBERG, *History of geology: The great awakening and its first fruits – 1660-1810*, Roterdão, A. A. Balkema, vol. 2, 1999, p. 325.

<sup>121</sup> Juan VERA TORRES, *Estratigrafía, Principios y métodos*, Madrid, Editorial Rueda, 1994, p. 7.

tempos<sup>122</sup>. Aplicado à estratigrafia, o conceito implicava a lentidão e a regularidade de formação dos depósitos sedimentológicos, conjectura que viria a ser amplamente revista, admitida a singularidade de certos fenómenos, como os que decorrem da tectónica de placas, por exemplo. Mas, para corroborar a lentidão e a constância da formação estratigráfica, Charles Lyell apoiou-se, como outros antes de si, na bioestratigrafia. Uma vez que as mesmas espécies de fósseis se encontravam por vezes presentes em estratos sobrepostos, Lyell calculou que a sedimentação seria lenta e constante o suficiente para permitir a descendência dos indivíduos fossilizados, desde a formação de um estrato ao período de formação do estrato seguinte. “*Successive strata*”, declarou então, “*implied the continuance of the same species for many generations*”<sup>123</sup>. A seu tempo, a relação cronológica entre fósseis e estratos, que em geologia se inscreve sob o princípio da sucessão faunística, alcançaria um estatuto arqueológico próprio, convergindo, em última análise, para o embasamento conceptual do *terminus ante quem*, mais tarde estabelecido por Pitt Rivers, em finais do século XIX<sup>124</sup>. À semelhança dos pressupostos estratigráficos de Lyell, também o princípio da correlação, deduzido de William Smith, foi adequado à estratigrafia arqueológica, que assumiu a singularidade dos diretores fósseis como via para a correlação cronológica entre estratos fisicamente separados. Procurando responder a dilemas temporais comuns à geologia, a arqueologia adotava assim os seus pressupostos. Adaptado à realidade arqueológica, o método geológico dotou também a arqueologia dos mecanismos de que necessitava para reivindicar autonomia em relação à história, e assumir-se como disciplina científica por direito próprio.

A emancipação da arqueologia coincide de resto com a tentativa de libertar os processos historiográficos das condicionantes filosóficas do passado, problema bastante debatido desde inícios do século XIX, nomeadamente pelo alemão Georg

---

<sup>122</sup> Rachel LAUDAN, *From mineralogy to geology. The foundations of a science, 1650-1830*, Chicago, University of Chicago Press, 1987, p. 204-205. *Principles of geology* estabeleceu Charles Lyell [1797-1875] como o principal teórico de geologia do seu tempo, contribuindo também para a ratificação científica do princípio da uniformidade. Comparando processos do passado com mecanismos do presente, Lyell declarou a uniformidade e a constância dos eventos geológicos. François ELLENBERG, *History of geology: From ancient times to the first half of the XVII century*, trad. Albert e Marguerite Carozzi, Roterdão, A. A. Balkema, vol. 1, 1996, p. 13-14; Juan VERA TORRES, *Estratigrafia, Principios y métodos*, Madrid, Editorial Rueda, 1994, p. 12.

<sup>123</sup> Charles LYELL, *Principles of geology or the modern changes of the Earth and its inhabitants considered as illustrative of geology*, ed. John Murray, Londres, vol. I e II, 10ª ed., 1867-1868, p. 107 (obra original de 1830-1833).

<sup>124</sup> Ver infra, p. 52.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

Hegel<sup>125</sup>. Instituindo a realidade como um processo transformativo, no qual os acontecimentos se encadeavam progressiva e linearmente, Hegel estabeleceu a história como um sistema de fases correlacionadas entre si, em que cada fase dependia da fase precedente. De fase para fase, a história progredia, aproximando-se cada vez mais dos seus ideais. A historiografia pendeu então para a experiência descritiva, procurando compreender as relações de interdependência entre fases históricas, enquanto esmorecia a tradicional propensão explicativa pela causalidade. Em finais do século anterior, já o físico francês Pierre Laplace, na verdade, desconfiara das capacidades explicativas da causalidade, da linear aristotélica à complexa iluminista<sup>126</sup>. Mesmo admitindo a possibilidade de conhecimento de todas as causas para todos os fenómenos, declarou, a inteligência necessária para as analisar permaneceria sempre infinitamente longe do nosso alcance<sup>127</sup>. Destacando a relevância das paixões humanas, a história hegeliana, contudo, dotava a humanidade de uma nova natureza, tão emotiva quanto racional, na mesma época em que a história de Leopold Ranke exigia do historiador a sua melhor percepção intuitiva<sup>128</sup>. Emoção, sentimentalidade e intuição afirmavam-se enquanto complemento, quando não alternativa, ao racionalismo. Afloravam as primeiras inclinações românticas, como as que haveria de ser protagonizadas pelos movimentos *Sturm und Drang* e *Naturphilosophie*, que de facto enfatizavam a emotividade, o individual, o regional e o particular, em detrimento do racionalismo, do coletivo e das generalizações<sup>129</sup>.

A humanidade, na sua nova conceção, só poderia ser plenamente compreendida quando inserida na natureza, promovida a harmonia entre corpo e espírito, entre sensação e razão. A história deveria, como tal, proporcionar não apenas

---

<sup>125</sup> Para o filósofo alemão Georg Hegel [1770-1831], incluindo o seu pensamento histórico-artístico, veja-se, por todos, Lydia L. MOLAND, *Hegel's aesthetics, The art of idealism*, Oxford, Oxford University Press, 2019. Sobre o impacto de Hegel no pensamento historiográfico do século XIX, veja-se, entre outros possíveis, Tom ROCKMORE, "Hegel", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 42, 2011, p. 468-476.

<sup>126</sup> Para mais sobre Pierre Laplace [1749-1827], leia-se Charles GILLISPIE, *Pierre-Simon Laplace, 1749-1827: A life in exact science*, Princeton, Princeton University Press, 2018.

<sup>127</sup> Federigo ENRIQUES, *Causalité et déterminisme dans la philosophie et l'histoire des sciences*, Paris, Hermann & C.<sup>ie.</sup>, 1941, p. 60-61.

<sup>128</sup> Robin George COLLINGWOOD, *The idea of history*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1946, p.188; Para mais sobre a historiografia preconizada pelo alemão Leopold Ranke [1795-1886], consulte-se Thomas GIL, "Leopold Ranke", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 34, 2011, p. 383-392.

<sup>129</sup> Pascal ACOT, *História das ciências*, trad. José Espadeiro Martins, Lisboa, Edições 70, 2001, p. 58-60; Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 2008, p. 111. Sobre o romantismo, da segunda metade do século XVIII ao início do século XIX, veja-se, entre outros possíveis, Isaiah BERLIN, *The roots of romanticism*, ed. Henry Hardy, Princeton, Princeton University Press, 2001.

conhecimento, mas também fruição sensorial. O presente, que pelo século XIX o progresso tecnológico e o capitalismo decretavam já efêmero e transitório, aparentava romper com o passado, condição de resto essencial à concretização do próprio projeto moderno<sup>130</sup>. Denunciada pelo romantismo, a pressuposta rutura com o passado<sup>131</sup> estreitava, porém, o escopo da continuidade histórica profetizada pelo Iluminismo. Se o passado acabara, o curso natural da história teria sido interrompido. Prosperava o saudosismo nos processos historiográficos, que ambicionavam agora extrair da rápida sucessão dos tempos, referenciais de eternidade<sup>132</sup>. Contrariando o que, caso contrário, pareceriam constituir inúteis tentativas de regresso ao passado, competia por isso à história educar e inspirar para o progresso, tanto quanto procurar sinais de realização humana, em todas as épocas históricas<sup>133</sup>.

Animadas pelo entusiasmo romântico, e progressivamente libertadas das condicionantes teológicas de outrora, proliferaram as investigações científicas, que, à luz das novas conjeturas do positivismo comtiano, por outro lado, se vertiam em detalhadas compilações monográficas, repletas de factos e de acontecimentos. No entanto, ao contrário da proposta positivista do francês Auguste Comte<sup>134</sup>, e enviesada pelo particularismo romântico, a historiografia tardava em estabelecer leis gerais, contentando-se com a exploração dos aparentemente inesgotáveis recursos

---

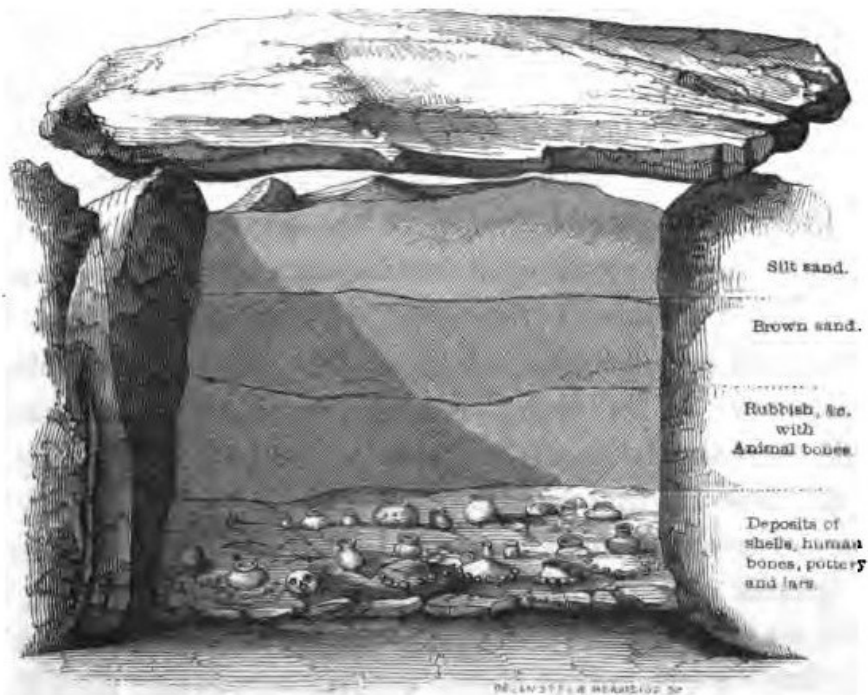
<sup>130</sup> Christopher TILLEY, "On modernity and archaeological discourse", *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty, Tim Yates, Londres, Routledge, cap. 5, 1990, p. 128-129; David HARVEY, *The condition of postmodernity*, Cambridge, Blackwell, 4ª ed., 1992, p. 16.

<sup>131</sup> Fredric JAMESON, *A singular modernity: Essay on the ontology of present*, Londres, Verso, 2002, p. 25.

<sup>132</sup> Em *Le peintre de la vie moderne*, o poeta francês Charles Baudelaire [1821-1867], por exemplo, defendeu ser obrigação do homem moderno "tirer l'éternel du transitoire", concretizando-se a modernidade tanto pelo "transitoire", como pelo "éternel et l'immuable". Charles BAUDELAIRE, *Le peintre de la vie moderne*, col. *Œuvres complètes de Charles Baudelaire*, Paris, Calmann Lévy, tomo III, 1885, p. 68-69 (obra original de 1863).

<sup>133</sup> Robin George COLLINGWOOD, *The idea of history*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1946, p. 107-108. A valorização de diversos períodos históricos excluía nesta época, contudo, as civilizações consideradas inferiores, que não dispusessem de fontes escritas, condição fundamental para as investigações históricas. Chris LORENZ, "Scientific historiography", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, A. Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 35, 2011, p. 399.

<sup>134</sup> O positivismo de Auguste Comte [1798-1857] pressupunha o estudo racional da natureza humana, através do método das ciências naturais: experimentação, comparação e generalização. Não obstante, a historiografia pendeu, no século XIX, para a valorização da primeira fase do positivismo, a descoberta dos factos, em detrimento da terceira fase, a formulação de leis gerais. Patrick GARDINER, *Teorias da história*, trad. Víctor Raúl da Costa Matos e Sá, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª ed., 1984, p. 89; Edward Evans PRITCHARD, *História do pensamento antropológico*, trad. Teresa Louro Pérez, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 86. Sobre o impacto do positivismo comtiano no pensamento científico do século XIX, leia-se, por todos, Juliette GRANGÉ, *La philosophie d'Auguste Comte: Science, politique, religion*, Paris, Presses Universitaires de France, 1996. Para mais sobre Comte, ver infra, p. 47.



---

fig. 4. perfil estratigráfico de cromeleque, Guernsey, Grã-Bretanha  
Jens WORSAAE, *The primeval antiquities of Denmark*, 1849, p. 83 (obra original de 1843)

documentais. As escavações arqueológicas limitavam-se, por este motivo, à mera descoberta, embora cada vez mais profícua, de evidências, sobretudo das que questionavam a antiguidade da Terra e da humanidade. Desde a década de 1820 que John MacEnery, Paul Tournal e Jules Christol, por exemplo, descobriam vestígios antrópicos associados a espécies animais havia muito desaparecidos e, em 1833, as primeiras ossadas do antiquíssimo *homo neanderthalensis* vinham à luz do dia na província belga de Liège, pela mão de Philippe Schmerling<sup>135</sup>. Inevitavelmente, a descoberta de contextos estratigráficos partilhados por humanos e espécies extintas foi concorrendo para o estabelecimento de períodos históricos cada vez mais recuados, premissa de que Jens Worsaae, por exemplo, se serviu para demonstração do sistema cronológico tripartido, proposto anos antes por Christian Thomsen<sup>136</sup>. Em diferentes escavações, Worsaae constatou que certos estratos com utensilagem de pedra se encontravam cobertos por outros, apenas com instrumentos de bronze, e estes por estratos exclusivamente ocupados por objetos em ferro<sup>137</sup>. A sequência estratigráfica, em confronto com o respetivo registo fóssil, demonstrava a existência de três eras sucessivas, conforme proposto por Thomsen. Familiarizado com o método estratigráfico, e bastante influente junto de vários arqueólogos, muitos dos quais seus antigos alunos, Worsaae contribuiu de forma decisiva para a difusão, não apenas do sistema cronológico tripartido, como também da aplicabilidade da estratigrafia à arqueologia<sup>138</sup>.

---

<sup>135</sup> Embora os primeiros vestígios de *homo neanderthalensis* tenham de facto sido descobertos por Philippe Schmerling em Liège, não seriam identificados como tal até bastante depois das descobertas ocorridas em 1856, na região francesa de Neanderthal. Ao contrário das escavações empreendidas pelo clérigo irlandês John MacEnery [1797-1841], cujos resultados nunca foram publicados, as descobertas de Paul Tournal e de Jules Christol foram publicadas e amplamente divulgadas ainda durante a primeira metade do século XIX. Marc GROENEN, *Pour une histoire de la Préhistoire*, Grenoble, Jérôme Millon, 1994, p. 252,485; Glyn DANIEL, *A short history of archaeology*, Londres, Thames and Hudson, 1981, p. 48-51. Para mais sobre MacEnery, leia-se Malcolm TODD, *The South West to 1000 AD*, Londres, Routledge, 2014. Sobre Tournal, Christol e Schmerling, ver supra, p. 35 e seguintes.

<sup>136</sup> Ver supra, p. 27.

<sup>137</sup> Glyn DANIEL, *A hundred and fifty years of archaeology*, Londres, Duckworth, 1975, p. 78; John ROMER, *The history of archaeology, Great excavations of the World*, Nova Iorque, Checkmark Books, 2001, p. 28.

<sup>138</sup> John Romer, por exemplo, sublinha o contributo de Jens Worsaae para a demonstração da utilidade arqueológica do método estratigráfico. John ROMER, *The history of archaeology, Great excavations of the World*, Nova Iorque, Checkmark Books, 2001, p. 25. Não obstante, o contributo de Worsaae neste domínio, deverá dever-se mais à sua posição académica, do que à circulação das suas obras, onde referências ao método utilizado são efetivamente escassas. De facto, desde *The primeval antiquities of Denmark*, de 1843, a *The Pre-History of the North*, de 1886, são inexistentes as referências ao método utilizado. Em *Primeval*, por exemplo, aconselhou a escavação de mamões de acordo com trincheiras abertas do seu topo para a sua base, mas não foi além de referir que as camadas se depositavam “*like beds one over the other*”. Jens WORSAAE, *The primeval antiquities of Denmark*, trad. William Thoms, Londres, John Henry Parker, 1849, p. 9 (obra original de 1843).

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Quando, em 1849, o naturalista francês Alcide d'Orbigny somou à terminologia geológica a especificidade do termo *estratigrafia*, portanto, já a utilização do método estratigráfico se generalizara, tanto entre geólogos como entre arqueólogos. Todavia, numa época em que se encontravam já esboçados os principais princípios da geologia, a natureza nominal do novo léxico sugere aspirações, intencionais ou não, de autonomização analítica. Num período de consolidação das ciências naturais<sup>139</sup>, delineadas pelo otimismo positivista, estabelecia-se o método estratigráfico enquanto disciplina autónoma, dotada de mecanismos interpretativos próprios, cuja observância compensaria até a destruição da própria estratigrafia, inevitavelmente decorrente do seu processo de escavação<sup>140</sup>. Um dos principais contributos de D'Orbigny para a geologia, porém, deriva da sua reflexão sobre a natureza da superfície do estrato, no ponto de contacto com o estrato que o cobre. Ao reconhecer, de resto como Niels Stensen e James Hutton antes de si, a existência destas superfícies como "*la ligne de séparation entre deux étages*"<sup>141</sup>, D'Orbigny frisou a especificidade da identidade temporal de cada superfície estratigráfica. A sua valorização temporal, enquanto testemunhos de um intervalo de tempo específico, equiparou a relevância estratigráfica das superfícies de contacto à dos próprios estratos, princípio fundamental para a instituição, em geologia, como em arqueologia ou em arqueologia da arquitetura, do conceito de interface.

Posta a precocidade de consolidação dos seus conceitos metodológicos, acrescida da relevância social das temáticas por si investigadas, a geologia assumiu desde cedo uma posição privilegiada no computo geral dos debates epistemológicos ao longo de todo o século XIX. Apesar de algumas vontades conciliadoras, enraizadas na quimérica harmonia entre ciência e religião, utopia herdada do Iluminismo, a maior parte da comunidade científica oitocentista rompeu em definitivo com as condicionantes teológicas do passado, deixando-se contagiar pelas premissas científicas da geologia. Arqueologia, mas também paleontologia, biologia e botânica,

---

<sup>139</sup> Sobre a consolidação científica de certas disciplinas no contexto europeu do século XIX, veja-se, por todos, Kathryn OLESKO, "The century of science", *A companion to Nineteenth-Century Europe 1789-1914*, ed. Stefan Berger, Malden, Blackwell, cap. 25, 2006, p. 333-344; e Iwan MORUS, "The sciences", *A companion to Nineteenth-Century Britain*, ed. Chris Williams, Malden, Blackwell Publishing, cap. 28, 2004, p. 457-470. Para mais sobre a vida e obra de Alcide d'Orbigny [1802-1857], veja-se Christian MOREAU, Daniel DORY, *Alcide d'Orbigny entre Europe et Amérique: Textes et contextes d'une oeuvre*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2005. Sobre Stensen e Hutton, ver supra, p. 22 e 29.

<sup>140</sup> Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 2008.

<sup>141</sup> Alcide D'ORBIGNY, *Prodrome de paléontologie stratigraphique universelle...*, Paris, Victor Masson, Paris, 1849, tomo 1, p. 152.

alicerçaram-se na solidez argumentativa da estratigrafia, certificando hipóteses científicas como o evolucionismo, que, embora ensaiado desde meados do século XVIII, seria confirmado apenas em 1859, com *On the origin of species*, do inglês Charles Darwin<sup>142</sup>.

Face à robustez argumentativa da sua tese, não havia, dentro dos ciclos científicos hegemónicos, como refutar Darwin. A evolução das espécies por via da seleção natural dos indivíduos mais aptos era um facto. Os adeptos da teoria darwiniana procuraram então enquadrar a humanidade no novo paradigma evolutivo, com amplas repercussões científicas, teológicas e sociais. O debate em torno da evolução humana intensificou-se. Quando Darwin abordou diretamente o tema em *The descent of Man*, de 1871, a indignação foi geral. O autor não só proclamava o homem como fruto de processo evolutivo, recusando qualquer exceção, como também atribuía à seleção natural a origem da moral e da religião. Se *On the origin of species* não colidia com a doutrina cristã, por não excluir a possibilidade de uma entidade criadora inicial, *The descent of Man*, pelo contrário, questionava seriamente o propósito deífico da humanidade. Mesmo que a seleção natural pudesse considerar-se parte de um plano celestial maior, o propósito do homem, agora que resultava de um processo evolutivo aleatório e não de criação divina, teria forçosamente de ser reconsiderado. Posta a possibilidade de conhecer o comportamento humano, não pela via espiritual, mas, como proposto por Comte, pela razão e pela observação<sup>143</sup>, não havia impedimento para a concretização de tamanha tarefa. Os avanços da antropologia, por outro lado, revelavam cada vez mais características anatómicas desaparecidas, fornecendo as ferramentas necessárias para compreender o processo de adaptação

---

<sup>142</sup> Parte significativa da teoria evolucionista de Charles Darwin [1808-1882] foi sustentada por evidências geológicas, que Darwin, tendo trabalhado para a *Geological Society*, entre 1838 e 1841, bem conhecia. Clara Pinto CORREIA, José Pedro Sousa DIAS, *Assim na Terra como no Céu – Ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, Lisboa, Relógio D'Água, 2003, p. 421. Glyn Daniel sustentou, de resto, a forte influência de *Principles of geology*, publicados por Charles Lyell entre 1830 e 1833, sobre a teoria darwiniana. Glyn DANIEL, *A short history of archaeology*, Londres, Thames and Hudson, 1981, p. 96. Para mais sobre o evolucionismo de Darwin e respetivas repercussões, em confronto com a opinião de cientistas seus contemporâneos, consulte-se, por todos, William DAMPIER, *A history of science*, Londres, Cambridge University Press, 5ª ed., 1966. Sobre o impacto científico, social, teológico e filosófico da teoria darwiniana, leia-se, por todos, Stephen Jay GOULD, *O mundo depois de Darwin*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

<sup>143</sup> Guy BOURDÉ, Hervé MARTIN, *As escolas históricas*, trad. Ana Rabaça, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2ª ed., 2003, p. 52. Em *Cours de philosophie positive*, Auguste Comte [1798-1857] definiu uma nova área disciplinar, inteiramente dedicada ao estudo científico do comportamento humano, a sociologia. Raymond ARON, *As etapas do pensamento sociológico*, trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Publicações D. Quixote, 3ª ed., 1994, p. 97. Sobre a sociologia positivista de Comte consulte-se, entre outros possíveis, Lelita Oliveira BENOIT, *Sociologia comteana: Gênese e devir*, São Paulo, Discurso Editorial, 1999.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

do homem ao seu meio. A descoberta, em 1856, do *homo neanderthalensis*<sup>144</sup>, uma espécie humana aparentemente extinta, por exemplo, credibilizou a hipótese de sobrevivência dos mais aptos, enquanto a análise comparativa de propriedades anatómicas sustentava a teoria antropológica do biólogo inglês Thomas Huxley, que em *Man's place in nature*, de 1863, classificou o homem como primata<sup>145</sup>.

Divulgados os novos paradigmas pela imprensa escrita, em franca expansão na segunda metade do século XIX, a opinião pública, progressivamente consciencializada, juntou-se à comunidade científica no ceticismo face aos cânones religiosos do passado. À humanidade, refutada a sua criação divina, subsistia a origem deífica da alma, último bastião de um plano celestial cada vez mais fugaz. Impulsionada pelos trabalhos de Søren Kierkegaard e de Friedrich Nietzsche<sup>146</sup>, a psicologia, porém, remeteu a alma para o domínio da fé. Emulando os mecanismos processuais das ciências naturais e inspirada nos pressupostos comtianos inerentes à análise comportamental, concentrou-se no estudo das reações e dos instintos humanos, para rejeitar a origem espiritual da consciência e contrariar o último argumento de defesa para a singularidade divina da humanidade<sup>147</sup>. Lidando diretamente com as origens da humanidade, a arqueologia foi, como seria de esperar, particularmente visada pelas críticas daqueles que, melindrados pelas teorias vanguardistas do evolucionismo e da psicologia, defendiam ainda a criação divina do homem. Estabelecida por Edouard Lartet e Henry Christy, a atribuição de utensilagem lítica ao *homo neanderthalensis*, por exemplo, enfrentou pesada contestação por parte dos criacionistas. A estratigrafia constituía por isso, na ausência de métodos de

---

<sup>144</sup> Ian TATTERSALL, Jeffrey M. SCHWARTZ, *Extinct humans*, Boulder, Westview Press, 2000, p. 176. À época da sua descoberta, os vestígios do homem de Neandertal desmentiram a singularidade do homem, comprovando a sua coexistência com outras espécies hominídeas, entretanto desaparecidas. Para a teoria darwiniana, provou-se, por outro lado, que o homem não descendia de macacos modernos, como criticado pelos opositores de Charles Darwin, mas antes de um antepassado remoto, partilhado entre *homo neanderthalensis* e *homo sapiens sapiens*. Sobre as implicações científicas e teológicas da descoberta dos fósseis de distintos hominídeos, incluindo o *homo neanderthalensis*, leia-se, por todos, Ian TATTERSALL, Jeffrey M. SCHWARTZ, *Extinct humans*, Boulder, Westview Press, 2000.

<sup>145</sup> William DAMPIER, *A history of science*, Londres, Cambridge University Press, 5ª ed., 1966, p. 283. Sobre Thomas Huxley [1825-1895], fervoroso defensor darwiniano, e o contributo da sua teoria para o estudo da evolução humana, consulte-se, por todos, William IRVINE, *Thomas Henry Huxley*, Londres, British Council, 1960.

<sup>146</sup> Sobre o dinamarquês Søren Kierkegaard [1813-1855] e o prussiano Friedrich Nietzsche [1844-1900], leia-se, respetivamente, Joakim GARFF, *Søren Kierkegaard: A biography*, trad. Bruce H. Kirmmse, Princeton, Princeton University Press, 2013; e Mazzino MONTINARI, *Reading Nietzsche*, trad. Greg Whitlock, Urbana, University of Illinois Press, 2003. Sobre a aproximação da psicologia aos métodos preconizados pelas ciências naturais, veja-se, por todos, William DAMPIER, *A history of science*, Londres, Cambridge University Press, 5ª ed., 1966.

<sup>147</sup> Erich FROMM, *Psychoanalysis and religion*, New Haven, Yale University Press, 1950, p. 5-6.

datação absoluta, ainda por desenvolver, o único recurso argumentativo para a validação das preposições arqueológicas. Quando, em 1863, principiaram as suas icónicas escavações no vale francês do Vezère, portanto, já o método estratigráfico era para Lartet e Christy absolutamente insubstituível<sup>148</sup>.

Usada desde pelo menos finais do século XVIII por arqueólogos amadores e académicos, a estratigrafia, como tal, permitia a interpretação dos dados recolhidos, sustentava a argumentação factual deles deduzidos e escudava as teorias arqueológicas dos ataques ideológicos de que eram alvo. A curiosidade de Thomas Jefferson por uma estrutura funerária pré-colombiana<sup>149</sup>, por exemplo, denota o interesse com que algumas classes sociais encaravam a disputa racial e territorial entre colonos e colonizados norte-americanos. De igual modo, a produção e utilização de utensílios por parte de neandertais suscitava apreensão entre setores sociais mais conservadores, que se recusavam a considerá-las como capacidades não exclusivamente humanas. Origem, antiguidade, raça e natureza humana, muito questionadas e debatidas ao longo dos séculos XVIII e XIX, motivaram a investigação arqueológica, particularmente vocacionada para a resolução de incógnitas desta natureza. De igual modo, também a geologia depositava no debate de temas antropológicos particulares expectativas, sobretudo pelo contributo dos vestígios antrópicos para a datação de determinados estratos sedimentológicos. Partilhando dilemas e soluções, geologia e arqueologia adotaram as mesmas estratégias e o mesmo método estratigráfico. Muitas das suas investigações procuraram, aliás, respostas simultâneas para dúvidas comuns, como a idade da Terra e a idade do homem, sendo difícil classificá-las especificamente como geológicas ou arqueológicas.

À medida que se intensificavam as críticas, consolidavam-se, na geologia como na arqueologia, os pressupostos da leitura estratigráfica, enquanto reduto inviolável de certificação científica. Por finais do século XIX, muito graças ao esforço de geólogos

---

<sup>148</sup> John ROMER, *The history of archaeology, Great excavations of the World*, Nova Iorque, Checkmark Books, 2001, p. 43. Em *Reliquiae aquitanicae*, de 1875, o francês Edouard Lartet [1801-1871] e o inglês Henry Christy [1810-1865] descreveram e ilustraram detalhadamente a estratigrafia identificada nas grutas do vale do Vezère, em França. Identificando “at all levels (...) the same kind of flint scrapers (...) and (...) the same animals”, aferiram a coetaneidade entre utensílios líticos e o homem de Neanderthal. Edouard LARTET, Henry CHRISTY, *Reliquiae Aquitanicae being contributions to the archaeology and palaeontology of Périgord and the adjoining provinces of Southern France*, ed. Thomas Jones, Londres, William & Norgate, 1875, p. 71. Sobre as implicações científicas das descobertas de Lartet e Christy, nomeadamente os primeiros líticos atribuídos ao *homo neanderthalensis*, veja-se, por todos, Andreas MAIER, *The central european Magdalenian: Regional diversity and internal variability*, Berlim, Springer, 2015.

<sup>149</sup> Ver supra, p. 33.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

como William Smith<sup>150</sup>, cada estrato encerrava um conjunto de fósseis tão singular, que poderia identificar contextos estratigráficos separados entre si, como provenientes do mesmo intervalo temporal. Mas a atribuição temporal pela especificidade do registo fóssil esteve à época longe de constituir um exclusivo da geologia e da arqueologia. Submetida ao escrutínio positivista da época, também a arquitetura do passado procurou, ao limite da obsessão, os elementos arquitetónicos específicos de cada estilo arquitetónico. Uma vez apurada a especificidade construtiva e decorativa de cada estilo, também dois edifícios, mesmo que geograficamente separados, podiam ser remetidos para o mesmo intervalo temporal. Sintomaticamente, se a singularidade do conjunto fóssil e dos elementos estilísticos remetiam dois estratos ou dois edifícios ao mesmo intervalo de tempo, a singularidade dos pormenores de execução de duas obras de arte podiam, conforme garantiu pela mesma época Giovanni Morelli, remetê-las ao mesmo artista<sup>151</sup>. A especificidade e a irrepetibilidade dos atributos de um dado estrato, sedimentológico, temporal ou artístico, verdadeira vaga epistemológica, atingia afinal com igual força todas as áreas cientificamente submetida à problemática da passagem do tempo.

Com a passagem do tempo, contudo, os fósseis, como a arte, sofriam mudanças, porque os seres que lhes haviam dado origem se adaptavam a novas circunstâncias, evoluindo, ou progredindo, do mais simples para o mais complexo, conforme imaginado por Georg Hegel, ou do menos para o mais bem-adaptado, como estabelecido por Charles Darwin<sup>152</sup>. Testemunhos do seu tempo, fósseis e expressões artísticas assumiam igual preponderância científica, pelo que na geologia e na arqueologia, como na história da arte, todas as fases do percurso de determinado espécime mereciam, enquanto capítulos da sua história evolutiva, ser respeitados. Porém, encerrado pela Revolução Francesa e distanciado pela industrialização, o passado sedimentara. Inaugurava-se um novo estrato histórico e, com ele, uma renovada apreciação da arquitetura do passado. Desde que respeitando o seu

---

<sup>150</sup> Ver supra, p. 39.

<sup>151</sup> Sobre o historiador da arte italiano Giovanni Morelli [1816-1891], nomeadamente o designado método Morelli, segundo o qual a autoria artística de uma obra pode ser inferida por comparação dos seus detalhes formais, veja-se, por todos, Jaynie ANDERSON, *The life of Giovanni Morelli in Risorgimento Italy*, Roma, Officina Libreria, 2019.

<sup>152</sup> O movimento dialético de Hegel estabeleceu o progresso artístico ao longo dos diferentes períodos históricos, como uma sucessão de transformações e adaptações, em que cada novo período dispunha de um valor histórico cada vez mais complexo. Udo KULTERMANN, *Historia de la historia del arte*, trad. Jesús Espino Nuño, Madrid, Akal, 1996, p. 91-92. Para mais sobre o método dialético de Hegel, consulte-se Leonard F. WHEAT, *Hegel's undiscovered thesis-antithesis-synthesis dialectics: What only Marx and Tillich understood*, Amesterdão, Prometheus Books, 2012. Para Hegel e Darwin, ver supra, p. 42 e 47.

percurso evolutivo, a sua integridade estilística, poderia conduzir-se o edifício a uma nova etapa evolutiva, mais bem-adaptada aos desígnios da modernidade. Mas enquanto registo fossilizado, o edifício podia aceder a uma nova etapa evolutiva mesmo no seu estado arruinado, por ventura mais bem-adaptado a um período que o romantismo associava à desagregação de valores tradicionais. Ao interpretar as diferentes estratégias de reabilitação e de restauro arquitetónicos da segunda metade do século XIX, polarizadas entre o anti-restauro de John Ruskin e o restauro estilístico de Viollet-le-Duc<sup>153</sup>, não se pode deixar, como tal, de convocar o que cada interveniente entendeu ser a especificidade do registo arquitetónico fossilizado, do mesmo modo que não pode ser ignorado o que cada um deles entendeu poder ser uma nova etapa da evolução histórica do edifício a interencionar. Os conceitos estratigráficos alastravam para lá dos domínios da geologia. Moldando posturas nas mais diversas áreas e fundamentando alegações científicas para resposta a críticas de variados setores sociais, por finais do século XIX, a interpretação estratigráfica, consciente ou inconscientemente aplicada, não podia mais ser dispensada.

### 1.3.

#### **por caminhos de (in)certeza:**

#### **o século XX**

Por finais do século XIX, procurando defender-se das críticas que visavam, sobretudo, os achados com repercussões teológicas, alguns dos precursores da arqueologia moderna aplicaram o método estratigráfico da forma mais rigorosa e sistemática possível. O inglês Pitt Rivers, por exemplo, registava meticulosamente, de acordo com

---

<sup>153</sup> À opção de conservação do património arquitetónico pelo não restauro, de que o inglês John Ruskin [1819-1900] constituiu acérrimo defensor, pode opor-se o restauro estilístico do francês Eugène Viollet-le-Duc [1814-1879], que propunha (re)construir o edificado restaurado até um estado a que eventualmente nunca tenha chegado. Para a vida e obra de Ruskin, consulte-se, por todos, Wolfgang KEMP, *The desire of my eyes: The life & work of John Ruskin*, Nova Iorque, Farrar, Straus and Giroux, 1990. Sobre Viollet-le-Duc, incluindo o seu pensamento e a sua obra no domínio do restauro, leia-se Martin BRESSANI, *Architecture and the historical imagination: Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc, 1814-1879*, Londres, Routledge, 2016. Sobre os restauros preconizados por Ruskin e le-Duc, ver infra, p. 93 e seguintes.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

a proveniência estratigráfica, todo o espólio detetado nas mais de sessenta intervenções arqueológicas que dirigiu em Dorset, entre 1880 e 1890<sup>154</sup>. Seguindo o positivismo e o evolucionismo da época, ordenou todos os vestígios de acordo com tipos, em sequências que acreditava serem evolutivas<sup>155</sup>. Militar de carreira, Rivers, que recebeu Henry Christy nas suas escavações<sup>156</sup>, formulou alguns dos princípios da escavação estratigráfica moderna. Em visita ao Vale dos Reis, por exemplo, reparou que as paredes de um dos túmulos continham líticos, deduzindo que, à época da sua construção, estes materiais teriam forçosamente de existir. Concluiu então que os líticos deveriam recuar a período anterior a 1500 anos a.C., época a que os egiptólogos atribuíam o monumento<sup>157</sup>. Estabelecia-se o *terminus ante quem*, a datação mais recente assumida por qualquer estrato, quando estratigraficamente inferior a elementos de datação conhecida, conceito que, possibilitando a determinação do limite temporal mais recente de certos eventos, prevalece ainda como instrumento essencial para a maioria das interpretações estratigráficas<sup>158</sup>. Embora inovadoras, as propostas metodológicas de Rivers tiveram junto dos seus contemporâneos, paradoxalmente, um impacto considerado bastante reduzido<sup>159</sup>. No quarto volume do seu *Excavations in Cranborne Chase*, de 1998, pode ler-se, no entanto, que “*a fragment of pottery (...) lies in the stratified layer (...) according to the period of its deposition (...). If we know the periods to which the several kinds of pottery*

---

<sup>154</sup> Para mais sobre a vida e o contributo científico de Augustus Pitt Rivers [1827-1900], incluindo o rigor técnico com que dirigiu as suas intervenções arqueológicas, veja-se, por todos, Mark BOWDEN, *Pitt Rivers, The life and archaeological work of Lieutenant-General Augustus Henry Lane Fox Pitt Rivers*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

<sup>155</sup> John BRADFORD, *Ancient landscapes: Studies in field archaeology*, Londres, Bell, 1957, p. VII; Maev KENNEDY, *Archaeology*, ed. Julian Brown, Londres, Hamlyn, 1998, p. 94-95. A ordenação cronológica segundo tipos estilísticos, recua, não obstante, à década de 1850, tendo sido amplamente disseminada, por exemplo, pelos catálogos de cerâmica grega de Adolf Furtwängler. Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 2008, p. 65.

<sup>156</sup> Sobre Henry Christy, pioneiro do método estratigráfico, ver supra, p. 49.

<sup>157</sup> John ROMER, *The history of archaeology, Great excavations of the World*, Nova Iorque, Checkmark Books, 2001, p. 32-34.

<sup>158</sup> Sobre *terminus ante quem*, e outros conceitos arqueológicos, consulte-se, entre outros possíveis, Jim GRANT, Sam GORIN, Neil FLEMING, *The archaeology coursebook: An introduction to study skills, topics and methods*, Londres, Routledge, 2002; ou ainda AAVV., *Handbook of archaeological methods*, ed. Herbert D. G. Maschner, Christopher Chippindale, Lanham, Rowman Altamira, vol. 1, 2005.

<sup>159</sup> Muitas vezes descrito como um asceta, aponta-se geralmente a falta de interesse académico de Pitt Rivers como causa para a fraca divulgação dos seus pressupostos técnicos. John ROMER, *The history of archaeology, Great excavations of the World*, Nova Iorque, Checkmark Books, 2001, p. 39. As dificuldades na apreensão da sua obra, porventura demasiado extensa para a generalidade do público, ou mesmo a falta de recursos para procedimentos tão minuciosos e morosos, poderão, contudo, explicar o reduzido impacto dos métodos preconizados por Rivers, tanto quanto a sua alegada falta de apetência académica. *Excavations in Cranborne Chase* e *Excavations in Bokerly and Wansdyke*, publicados em cinco volumes entre 1887 e 1898, totalizam, por exemplo, o considerável número de 2242 páginas.

*belong, we have no difficulty in assigning a date (...) to the successive strata that have been deposited*<sup>160</sup>. Tendo sido tão cuidadoso na enunciação deste e de outros princípios estratigráficos utilizados, numa época em que escasseavam as reflexões epistemológicas em arqueologia, dificilmente, contudo, Rivers seria indiferente às repercussões do seu trabalho junto da comunidade científica. O real impacto dos pressupostos metodológicos desenvolvidos por Pitt Rivers, como tal, permanece carente do adequado investimento historiográfico, sobretudo quando confrontado com a popularidade que a sua obra alcançou a partir da década de 1940.

Discutidos e divulgados desde o início da centúria, por finais do século XIX os pressupostos estratigráficos encontravam-se, não obstante o reduzido impacto da obra de Pitt Rivers, consolidados e generalizada a sua aplicação entre os arqueólogos da época. A arqueologia emergia como uma disciplina científica coesa, assente num método contundente e aparentemente irrefutável, de resto ele mesmo autonomizado da geologia pelo geólogo Amadeus Grabau<sup>161</sup>. Em *Principles of stratigraphy*, de 1913, Grabau definiu diversos tipos de estrato e distintos processos de estratificação, individualizando-os dos restantes mecanismos de formação geológica. Ao mesmo tempo, referiu-se a “*stratigraphers*”<sup>162</sup>, como se os geólogos da área da estratigrafia detivessem uma especialidade própria, dentro do domínio mais alargado da geologia. Se uma especialização confere perícia aos que a dominam, os estratígrafos de Grabau detinham não apenas competência para o apuramento de cronologias, mas também autoridade sobre aqueles que eventualmente as contestassem. Quando, no final do século XIX, o alemão Wilhelm Dörpfeld submeteu as inferências cronológicas do seu antecessor em Hissarlik a uma análise estratigráfica, fê-lo em boa medida precisamente para apaziguar as críticas que a escavação da mítica Tróia, entre 1871 e 1890, havia granjeado por parte dos seus pares. De facto, Heinrich Schliemann, o antecessor de Dörpfeld, parecia ter ignorado, no ímpeto de alcançar níveis homéricos, todos os níveis estratigráficos posteriores, postura que lhe granjeou, apesar da espetacularidade do achado, dura contestação da comunidade científica da época. Para mitigar as críticas, Dörpfeld, que substituiu Schliemann após a sua morte, não podia senão socorrer-se da estratigrafia de Hissarlik, através da qual reverteu, por

<sup>160</sup> Pitt RIVERS, *Excavations in Cranborne Chase, near Rushmore, on the borders of Dorset and Wilts, 1893-1896*, Londres, ed. Autor, vol. II, 1998, p. 7.

<sup>161</sup> Para a vida e obra do expatriado norte-americano Amadeus Grabau [1870-1946], veja-se Wang HONGZHEN, “Professor Amadeus William Grabau (1870-1946)”, *Comparative planetology, geological education, history of geology: Proceedings of the 30th International Geological Congress*, Londres, VSP Publishing, 1997, p. 147-176.

<sup>162</sup> Amadeus GRABAU, *Principles of stratigraphy*, Nova Iorque, A. G. Seller and Company, 1913, p. VIII.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

meio de um novo exame estratigráfico, várias das conclusões de Schliemann<sup>163</sup>. As críticas que, partindo da própria comunidade de arqueólogos, incidiam na viragem do século sobre intervenções isentas de análises estratigráficas, constituem, de facto, sintoma da emergência de uma arqueologia mais científica, que já não podia prescindir do método estratigráfico. Num período repleto de descobertas icónicas, como as que deram a conhecer a cidade romana de Pompeia, em Itália, a necrópole da Idade do Bronze de Hallstatt, na Áustria, ou o complexo helénico de Olímpia e a cidade minoica de Cnossos, na Grécia<sup>164</sup>, não havia margem para imprecisões.

Acompanhando a tendência internacional, Portugal acolheu também, a partir da segunda metade do século XIX, as primeiras escavações científicas. De entre as múltiplas intervenções deste período, ganharam grande notoriedade as realizadas a partir de 1850 em Tróia, ao largo de Setúbal, assim como as explorações conduzidas desde 1875 na Citânia de Briteiros, a norte de Guimarães, ou as que desde 1898 revelaram Conimbriga, perto de Condeixa-a-Nova, para citar apenas alguns casos<sup>165</sup>. Todavia, ainda que alguns arqueólogos, como Possidónio da Silva e Estácio da Veiga, comprovadamente conhecessem o método estratigráfico<sup>166</sup>, a maioria dos arqueólogos portugueses em atividade na segunda metade do século XIX preferiu não discriminar os métodos preconizados nas suas escavações. Nas primeiras edições d'O *Arqueólogo Português*, publicado desde 1895, por exemplo, escasseiam referências metodológicas. Sendo certo que a maioria das publicações arqueológicas de então

---

<sup>163</sup> AAVV., *Manual on the technique of archaeological excavations*, Paris, International Museums Office, 1940, p. 40. Sobre a descoberta de Tróia, veja-se, por todos, Charles ROSE, *The archaeology of Greek and Roman Troy*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2014. Sobre os alemães Wilhelm Dörpfeld [1853-1940] e Heinrich Schliemann [1822-1890], veja-se, respetivamente, Peter GOESSLER, *Wilhelm Dörpfeld: Ein leben im dienst der antike*, Estugarda, W. Kohlhammer, 1951; Geörgios Styl KORRES, *Heinrich Schliemann: Ein leben für die wissenschaft, Beiträge zur biographie*, Berlim, Nicolai, 1990.

<sup>164</sup> Para mais sobre as descobertas arqueológicas de Pompeia, Hallstatt, Olímpia e Cnossos, consulte-se, respetivamente, Judith HARRIS, *Pompeii awakened, A story of rediscovery*, Londres, I. B. Tauris, 2007, p. 23; Heinrich G. H. HÄRKE, *Settlement types and settlement patterns in the West Hallstatt Province: An evaluation of evidence from excavated sites*, Oxford, British Archaeological Reports, 1979; Pere VILLALBA i VARNEDA, *Olímpia*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 1994; e Rodney CASTLEDEN, *The Knossos Labyrinth: A new view of the 'Palace of Minos' at Knossos*, Londres, Routledge, 1990.

<sup>165</sup> Sobre Conimbriga, Tróia, Briteiros e outros sítios arqueológicos portugueses, consulte-se Jorge de ALARCÃO, Mário BARROCA, *Dicionário de arqueologia portuguesa*, Porto, Figueirinhas, 2012. Para mais sobre o enquadramento institucional da prática arqueológica em Portugal, nos séculos XIX e XX, leia-se Mariana DINIZ, Victor S. GONÇALVES, "Na segunda metade do século XIX: Luzes e sombras sobre a institucionalização da arqueologia em Portugal", *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 11/12, 1993/1994, p. 175-187; Rui Gomes COELHO, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional da Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2018; e ainda e Carlos FABIÃO, "Para a história da arqueologia em Portugal", *Penélope*, 1989, 1989, p. 10-26.

<sup>166</sup> Ver supra, p. 37.

visava, sem mais, a exposição descritiva de achados, os motivos inerentes à omissão dos métodos empregues são, contudo, de difícil discernimento. Na interpretação estratigráfica dos contextos arqueológicos em Portugal, não obstante, depositava-se, já em finais do século XIX, a esperança de uma argumentação científica irrefutável. Quando questionada a interpretação para as ruínas de Tróia, por exemplo, foi precisamente da estratigrafia que se socorreu o arqueólogo de António Marques da Costa. “Vê-se que os elementos (...) se acham dispostos em camadas *horizontaes*, perfeitamente estratificadas”, argumentou<sup>167</sup>.

Genericamente denominada por histórico-culturalista<sup>168</sup>, esta arqueologia ficou de facto marcada, em Portugal como noutras regiões, pelo traço distintivo da efetiva e sistemática utilização de análises estratigráficas na interpretação dos respetivos contextos arqueológicos. “*The latest born of the sciences*”, como apelidada por Flinders<sup>169</sup>, a arqueologia surgia no início do século XX, portanto, como uma ciência autónoma, equipada de um método próprio e perfeitamente emancipada da geologia e da história. Acentuavam-se os ensejos de emancipação científica que se consolidariam mais tarde na clivagem entre arqueólogos ainda associados ao universo geológico e, portanto, mais favoráveis a uma arqueologia próxima das ciências naturais, e aqueles que, vinculados às artes e a ao historicismo, preferiam o seu enquadramento nos estudos humanísticos. Opondo-se vigorosamente à aplicação dos métodos das ciências naturais à história, o historicismo, na verdade, adensava-se no início do século XX, como corolário de um percurso epistemológico que vinha sendo trilhado desde a segunda metade do século XIX, e que, reagindo tanto ao racionalismo, como ao positivismo, rejeitou a possibilidade de generalizações históricas. A escola metódica, como ficou conhecido o conjunto de historiadores

---

<sup>167</sup> A. J. Marques da COSTA, “Estudos sobre Troia de Setubal”, *O arqueólogo português*, Lisboa, Museu Etnográfico Português, vol. IV, n.º 10-12, 1898, p. 350.

<sup>168</sup> Para mais sobre arqueologia histórico-culturalista, de finais do século XIX a inícios do século XX, veja-se, entre outros, Glyn DANIEL, *A hundred and fifty years of archaeology*, Londres, Duckworth, 1975; Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989; AAVV., *The Oxford companion to archaeology*, ed. Neil Asher Silberman, Alexander A. Bauer, Cornelius Holtorf, Margarita Díaz-Andreu García, Emma Waterton, Oxford, Oxford University Press, 1996; ou ainda AAVV., *A companion to ancient history, Blackwell companions to the ancient world*, ed. Andrew Erskine, Malden, Wiley-Blackwell, 2013.

<sup>169</sup> Flinders PETRIE, *Methods and aims in archaeology*, Londres, Macmillan & Co, 1904, p. VI. Sobre Flinders Petrie, ver infra, p. 59.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

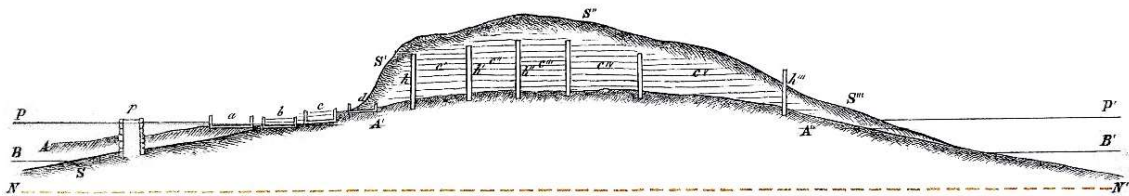
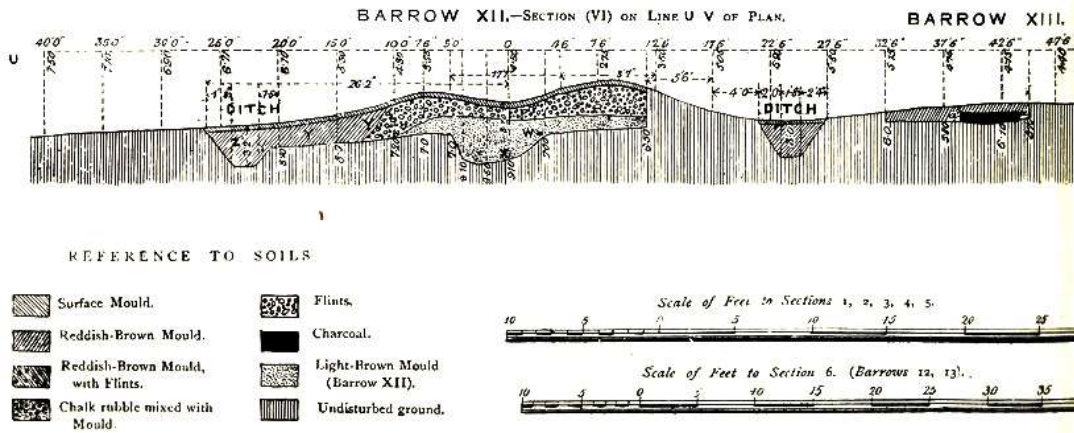


fig. 5. perfil estratigráfico, Cranborne Chase, Inglaterra

Pitt RIVERS, *Excavations in Cranborne Chase*, 1888, p. 32, est. 81

fig. 6. perfil estratigráfico, Tróia, Portugal

A. J. Marques da COSTA, *Estudos sobre Troia de Setubal*, 1898, fig. 6

franceses impulsionadores deste historicismo, defendeu em alternativa uma historiografia centrada no estudo de ocorrências e de personagens singulares, que seriam os verdadeiros propulsores da história, positivista na sua operabilidade, mas vocacionada para a narração de circunstâncias sempre distintas e, como tal, de generalização impossível. Ambições de universalidade histórica não podiam mais viabilizar o conhecimento histórico<sup>170</sup>. O exercício historiográfico, objetivo e factual, deveria recorrer em exclusivo ao documento escrito, único e fidedigno acesso à história dos acontecimentos e personagens estudados. Embora o historiador devesse abster-se de juízos morais, a história, propriamente dita, deveria, no entanto, manter-se parcial, servindo propósitos políticos vantajosos às sociedades modernas<sup>171</sup>.

Por conta da clivagem que se ia consubstanciando entre arqueologia científico-natural e arqueologia humanística, ambas as vertentes, sob o desejo comum de melhoria científica e de fundamentação das respetivas posturas, concorreram para o debate em torno de princípios teóricos, com que grande parte do século XX haveria de se pautar. À arqueologia competia assumir “*aptitudes and acquirements*”, para que se evitasse fazer “*more harm than good*”<sup>172</sup>. Não obstante, ainda em 1915 John Droop lamentava a falta de cuidado com que intervenções arqueológicas eram por vezes conduzidas, à semelhança do que, mais de duas décadas passadas, faria também Kathleen Kenyon, quando denunciou o fraco investimento teorizante no domínio da metodologia arqueológica<sup>173</sup>. As dificuldades processuais assinaladas por Droop e Kenyon nas primeiras décadas do século XX, poderão, contudo, resultar da diversidade ideológica que assaltava o pensamento historiográfico da época, à deriva entre o marxismo, as dificuldades de aplicação do positivismo comtiano e as restrições

<sup>170</sup> Karl POPPER, *The poverty of historicism*, Boston, The Beacon Press, 1957, p. 12-13. Para mais sobre a escola metódica e os seus protagonistas, veja-se, por todos, Guy BOURDÉ, Hervé MARTIN, *As escolas históricas*, trad. Ana Rabaça, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2ª ed., 2003.

<sup>171</sup> Guy BOURDÉ, Hervé MARTIN, *As escolas históricas*, trad. Ana Rabaça, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2ª ed., 2003, p. 102-114.

<sup>172</sup> Flinders PETRIE, *Methods and aims in archaeology*, Londres, Macmillan & Co, 1904, p. 2. O desejo de dotar a arqueologia de instrumentos cientificamente mais assertivos, fez-se notar no início do século XX também pelo desenvolvimento de métodos de datação absoluta. A dendrocronologia, baseada nos anéis de crescimento dos troncos de árvores, conheceu um forte impulso a partir de 1901, por via do norte-americano Andrew Douglass [1867-1962], e a geocronologia, assente nas camadas de argila e silte em deposições glaciares, foi desenvolvida desde 1915, pelo sueco Gerard de Geer [1858-1943]. Glyn DANIEL, *A short history of archaeology*, Londres, Thames and Hudson, 1981, p. 147.

<sup>173</sup> John DROOP, *Archaeological excavation*, Cambridge, University Press, 1915, p. VIII; Kathleen KENYON, “Excavation methods in Palestine”, *Palestine Exploration Quarterly*, vol. 71, n.º 1, 1939, p. 29. Professor de arqueologia na Universidade de Liverpool, o britânico John Droop [1882-1963] destacou-se pelos seus estudos de cerâmica grega. Para mais sobre Droop, veja-se G. Lloyd MORGAN, “The Newstead years: 1886-1947”, *Journal of the Chester Archaeological Society*, vol. 72, 1993, p. 25-36. Sobre Kenyon, ver infra, p. 63.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

operativas da escola metódica. Se a ideia de uma continuidade cultural entre diferentes espaços e diferentes tempos se havia mantido até então como bastião da arqueologia histórico-culturalista, o marxismo, renunciando ao historicismo linear e evolutivo, proclamava agora a rutura cultural, enquanto verdadeiro mecanismo do percurso histórico. Os conflitos sociais, decorrentes da ação humana em confronto com o seu contexto social, constituíam a única causa possível para a rutura cultural e subsequente transformação da sociedade, conceito que de resto seria retomado mais tarde, pelas diferentes gerações da chamada escola dos Annales<sup>174</sup>. A escola metódica isolava os acontecimentos históricos do seu contexto social, focando-se nos seus protagonistas, mas o marxismo pretendia analisá-los à luz das relações estabelecidas entre os distintos agentes sociais, sobretudo entre as esferas de produção económica e de formação ideológica<sup>175</sup>. A ideia de que o processo histórico se encontrava, como tal, subordinado ao determinismo social, não colheu, contudo, aceitação unânime. Não obstante, e pese embora as dificuldades para explicar todos os eventos históricos pelos embates sociais, as interpretações marxistas prevaleceram de facto em várias intervenções arqueológicas<sup>176</sup>. Mesmo nas sociedades onde não existissem classes sociais, defendia esta arqueologia marxista, confrontos entre agentes económicos e ideológicos não deixariam de ocorrer.

As suspeitas quanto à inabilidade da historiografia positivista, por outro lado, também se intensificaram no início do século XX, embora se fizessem sentir desde a segunda metade do século XIX. Autores como Heinrich Rickert, Georg Simmel ou Benedetto Croce, por exemplo, rejeitaram em absoluto a aproximação da história aos parâmetros metodológicos positivistas, que consideravam mais adequados às ciências naturais<sup>177</sup>. Ao contrário dos fenómenos naturais, que se poderiam reproduzir em laboratório, o passado não poderia ser senão reconstituído mentalmente. Além do mais, a experiência pessoal do historiador, e a não obediência ao princípio da

---

<sup>174</sup> Para mais sobre a chamada escola dos Annales, nas suas diferentes gerações, ver infra, p. 63.

<sup>175</sup> Guy BOURDÉ, Hervé MARTIN, *As escolas históricas*, trad. Ana Rabaça, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2ª ed., 2003, p. 157-158.

<sup>176</sup> Jorge de ALARCÃO, *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Edições Afrontamento, 1996, p. 15.

<sup>177</sup> Robin George COLLINGWOOD, *The idea of history*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1946, p. 157-187. Sobre o contributo historiográfico dos alemães Heinrich Rickert [1863-1936] e Georg Simmel [1858-1918], veja-se, Daniel PRECIOSO, Petrus Ferreira RICETTO, “Ciência, método e conceitualização na filosofia da história de Heirich Rickert (1899-1905)”, *Revista de Teoria da História*, ano 7, vol. 14, n.º 2, 2015, p. 256-268; e AAVV., *Georg Simmel and contemporary sociology*, ed. Michael Kaern, Bernard S. Phillips, Robert S. Cohen, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1990. Para o historiador italiano Benedetto Croce [1866-1952], leia-se AAVV., *The legacy of Benedetto Croce, Contemporary critical views*, ed. Jack D’Amico, Dain A. Trafton, Massimo Verdicchio, Toronto, University of Toronto Press, 1999.

causalidade, inviabilizava a objetividade e a formulação de leis gerais, advogadas pelo positivismo para a historiografia. O ceticismo quanto à aplicabilidade dos pressupostos comtianos à historiografia, vinha de resto ganhando terreno desde finais do século XIX. A universalidade dos factos, imposta pelo positivismo, não se ajustava a episódios e a personagens singulares. Todavia, a singularidade de certos episódios e personagens era, como defendido pela escola metódica, fundamental para o entendimento histórico. Objetiva, factual e dedicada a acontecimentos singulares, a escola metódica elegia o documento escrito como o único capaz de relatar fidedignamente as ocorrências históricas, excluindo das análises historiográficas, como tal, todas as outras formas documentais, nomeadamente os vestígios arqueológicos.

Num itinerário científico contrário, a arqueologia progrediu no sentido da sua afirmação metodológica, embora quanto desta reação se deva de facto à recusa dos pressupostos metódicos seja difícil de adivinhar. Diversas publicações abordaram, desde inícios do século XX, vários aspetos do método estratigráfico, salvaguardando a sua indispensabilidade para o estabelecimento de premissas que seriam, precisamente, indispensáveis ao conhecimento histórico. Em 1901, o italiano Giacomo Boni, por exemplo, refletiu, em *Il metodo negli scavi archeologici*, sobre as vantagens da interpretação estratigráfica para a periodização histórica. “*Ciascuno di questi strat*”, afirmou, poderia “*rapresentare un capitolo di storia*”<sup>178</sup>. De igual modo, também o inglês Flinders Petrie refletiu sobre a problemática metodológica, desde logo no seu *Methods and aims in archaeology*, de 1904. Dos recursos envolvidos em escavação à ética de publicação, Petrie focou-se sobretudo no potencial inerente aos materiais culturais, “*the illumination of an archaeologist*”<sup>179</sup>, posicionando-se, como tal, em

<sup>178</sup> Giacomo BONI, “Il metodo negli scavi archeologici”, *Nuova Antologia*, série IV, vol. XCIV, 1901, p. 317. No domínio da estratigrafia, Giacomo Boni [1859-1925] aconselhou também, por exemplo, a “*esplorazione stratigrafica con piccole sezioni laterali*”, ou a recolha de “*materie caratteristiche (...) con tutte le indicazioni topografiche e altimetriche necessarie*”. Giacomo BONI, “Il metodo negli scavi archeologici”, *Nuova Antologia*, série IV, vol. XCIV, 1901, p. 314-315. Responsável pelas escavações do fórum de Roma entre 1898 e 1925, Boni não era estranho à elite intelectual internacional da época, tendo mantido estreitas relações com John Ruskin, por exemplo. Para mais sobre Boni e a relevância científica do seu trabalho, veja-se Albert AMMERMAN, “On Giacomo Boni, The origins of the Forum, and where we stand today”, *Journal of Roman Archaeology*, vol. 29, 2016, p. 293-311.

<sup>179</sup> Flinders PETRIE, *Methods and aims in archaeology*, Londres, Macmillan & Co, 1904, p. 18. Pioneiro na técnica de datação cruzada, assente na afinidade cronológica entre objetos tipologicamente distintos, mas oriundos do mesmo estrato, Flinders Petrie [1853-1942] valorizou o contributo do registo fóssil para a datação estratigráfica. Privilegiou a sistematização tipológica do espólio recolhido, em detrimento de reflexões sobre o método estratigráfico propriamente dito, porventura à época já generalizado. “*Material facts [in] the superposition of strata*”, garantiu, constituíam “*the most conclusive evidence*”. Flinders PETRIE, *Methods and aims in archaeology*, Londres, Macmillan & Co, 1904, p. 138-139). Sobre o

para uma arqueologia crítica da arquitetura

absoluto desacordo quanto à rejeição destes documentos pela escola metódica. Seguindo o exemplo de Pitt Rivers, Petrie definiu uma linha temporal composta por tipos estilísticos que se sucediam. “*Successive ages*”, como lhe chamou, estabelecia o princípio arqueológico de tipologia sequencial, segundo o qual dois estratos não diretamente relacionados entre si pertenceriam à mesma sequência temporal, desde que um ou mais estratos intermédios partilhassem com ambos alguns fósseis diretores<sup>180</sup>. Menos perentório do que Boni ou Petrie, o alemão Hubert Schmidt não deixou ainda assim de abordar também, em *Archaeological excavations*, de 1908, a preponderância dos materiais culturais, sobretudo para a problemática da cronologia relativa. Uma vez que os vestígios de diferentes civilizações se encontravam em estratos sobrepostos, as mesmas deveriam ter-se seguido umas às outras. “*Their relative age-relation is thus assured*”, garantiu<sup>181</sup>.

Ainda que John Droop e Kathleen Kenyon tenham lamentado o contrário<sup>182</sup>, são várias as obras, portanto, que, publicadas por arqueólogos de diversas nacionalidades, comprovam como os principais princípios estratigráficos vinham sendo, até à I Guerra Mundial, avaliados, discutidos e divulgados a nível internacional. As obras de Boni, Petrie e Schmidt, são de resto apenas três casos entre as publicações que, conhecendo forte divulgação internacional<sup>183</sup>, transmitiam em inícios do século XX os preceitos estratigráficos a toda a comunidade arqueológica. O mexicano Manuel Gamio e o norte-americano Alfred Kidder<sup>184</sup>, por exemplo, serviram-

---

contributo de Petrie para a arqueologia, consulte-se Margaret S. DROWER, *Flinders Petrie: A life in archaeology*, Wisconsin, University of Wisconsin Press, 2ª ed., 1995.

<sup>180</sup> Flinders PETRIE, *Methods and aims in archaeology*, Londres, Macmillan & Co, 1904, p. 127. John ROMER, *The history of archaeology, Great excavations of the World*, Nova Iorque, Checkmark Books, 2001, p. 39. Segundo Petrie, “*relationship between the forms in different groups*” de objetos, permitia comparar grupos cronologicamente próximos. Desde que dois grupos distintos tivessem objetos em comum com um terceiro, estariam relacionados entre si, ainda que ambos “*may have nothing in common together*”. Flinders PETRIE, *Methods and aims in archaeology*, Londres, Macmillan & Co, 1904, p. 128.

<sup>181</sup> Hubert Schmidt [1864-1933], pré-historiador e professor na Universidade de Berlim, atribuiu grande relevância a cronologias relativas deduzidas pela posição estratigráfica dos artefactos. Glyn DANIEL, *A hundred and fifty years of archaeology*, Londres, Duckworth, 1975, p. 290. “*To make clear the relative ages of the enumerated finds and their stratigraphic succession*”, declarou, “*we must treat separately the utensils found in place*”. Hubert SCHMIDT, “*Archaeological excavations in Anau and Old Merv*”, *Explorations in Turkestan; Expedition of 1904. Prehistoric civilizations of Anau, origins, growth, and influence of environment*, ed. Raphael Pumpelly, Washington, Carnegie Institution, vol. 1, parte II, cap. VI-XI, 1908, p. 93, 121. Para mais sobre Schmidt, veja-se Hans GUMMEL, *Forschungsgeschichte in Deutschland*, ed. Karl Jacob-Friesen, Berlim, Walter de Gruyter, 2018.

<sup>182</sup> Ver supra, p. 57.

<sup>183</sup> *Methods and aims in archaeology* conheceu publicação simultânea em Londres e em Nova Iorque, logo na sua primeira edição, ao passo que *Il metodo negli scavi archeologici* foi publicado na prestigiada revista italiana *Nuova Antologia*, que gozava à época de grande popularidade.

<sup>184</sup> Sobre o mexicano Manuel Gamio [1883-1960], veja-se Miguel LEÓN-PORTILLA, “Manuel Gamio, 1883–1960”, *American Anthropologist*, vol. 64, n.º 2, 1962, p. 356–366.

se de interpretações estratigráficas nas escavações de Atzacapotzalco, México, e de Pecos, na região norte-americana de Novo México<sup>185</sup>. Realizadas entre 1911 e 1915, as escavações de Gamio e de Kidder demonstram como o método estratigráfico se encontrava, no início do século XX, já perfeitamente consolidado na arqueologia norte-americana. De facto, desde finais do século XIX que o método estratigráfico vinha sendo ensinado no Peabody Museum e na Universidade de Chicago, motivo pelo qual, de resto, assume por vezes no continente norte-americano a denominação de método Peabody Museum ou método Chicago<sup>186</sup>.

A generalização do método estratigráfico, enquanto distintivo de validação científica, subentende-se também da denúncia de John Droop sobre a falta de rigor científico com que certas escavações eram ainda empreendidas<sup>187</sup>. Desvalorizar “a good piece of stratification”, alertou em *Archaeological excavation*, de 1915, “is to abandon the scientific attitude”<sup>188</sup>. Desde alguns anos antes, de resto, que Droop vinha defendendo as vantagens processuais da estratigrafia. Um exame estratigráfico, defendeu, ultrapassava a mera constatação de camadas sedimentológicas. A estratigrafia, asseverou, possibilitava “an understanding of the circumstances in which every parcel of earth, every piece of wall, got into the position in which the excavators finds it”<sup>189</sup>. Uma década depois, Alfred Kidder fez publicar o seu *An introduction to the study of southwestern archaeology*, contribuindo, como raros autores antes de si, para a definição do método estratigráfico<sup>190</sup>, ao especificar que “the earliest remains at the bottom, later ones above them”. Em arqueologia, “the most importante results (...) [are] those stratigraphic”, declarou<sup>191</sup>. De forma mais significativa, no entanto, *An introduction* sustentava a possibilidade de ordenação cronológica de distintos sítios arqueológicos, a partir dos seus materiais culturais. Coadjuvada pela antropologia, que

<sup>185</sup> Glyn DANIEL, *A short history of archaeology*, Londres, Thames and Hudson, 1981, p. 175-176.

<sup>186</sup> David L. BROWMAN, “Origins of stratigraphic excavation in North America: The Peabody Museum method and the Chicago method”, *New perspectives on the origins of americanist archaeology*, ed. David Browman, Stephen Williams, Tuscaloosa, University of Alabama Press, cap. 11, 2002, p. 242.

<sup>187</sup> Ver supra, p. 57.

<sup>188</sup> John DROOP, *Archaeological excavation*, Cambridge, University Press, 1915, p. 9.

<sup>189</sup> Citado por Ioulia TZONOU-HERBST, “From the mud of Peirene to mastering stratigraphy: Carl Blegen in the Corinthia and Argolid”, *Carl W. Blegen personal and archaeological Narratives*, ed. Natalia Vogeikoff-Brogan, Jack L. Davis, Vasiliki Florou, Atlanta, Lockwood Press, 2015, p. 46.

<sup>190</sup> Em *An introduction to the study of southwestern archaeology*, de 1924, o norte-americano Alfred Kidder [1885-1963] ensaiou também a primeira tentativa de sistematização das culturas pré-históricas norte-americanas, granjeando à obra grande popularidade. Para mais sobre a vida e obra de Kidder, incluindo o impacto científico de *An Introduction to the study of southwestern archaeology*, veja-se Richard WOODBURY, *Alfred V. Kidder*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1973.

<sup>191</sup> Alfred Vincent KIDDER, *An introduction to the study of southwestern archaeology*, New Haven, Yale University Press, 1962, p. 98 (obra original de 1924).

para uma arqueologia crítica da arquitetura

desde o início do século XX vinha agrupando civilizações segundo similitudes culturais, a arqueologia principiava assim a favorecer o critério cultural, “*connections between groups*”, como lhe chamou Kathleen Kenyon, afastando-se da ordenação por épocas, defendida até então<sup>192</sup>. Em *The dawn of European civilization*, de 1925, Gordon Childe repudiou precisamente o emolduramento por épocas das civilizações passadas. Em alternativa, equiparou culturas a povos, defendendo a irradiação de pessoas e ideias, como motor do desenvolvimento cultural<sup>193</sup>. Afirmava-se o difusionismo como modelo explicativo para as alterações culturais registadas em determinadas civilizações, de que o hiperdifusionismo egitocêntrico, ou o difusionismo germânico de Gustav Kossinna, constituem exemplos<sup>194</sup>.

A deriva de paradigma de Alfred Kidder e de Gordon Childe, da periodização em direção ao critério cultural, revela transformações conceptuais, à época operativas, de resto, ao nível da própria lógica historiográfica. De facto, desde a década de 1920 que em arqueologia, por exemplo, a transmissão de tradições culturais de uma civilização para outra vinha sendo eleita para justificar alterações culturais, e subsequentes descontinuidades materiais, identificadas em certos sítios arqueológicos<sup>195</sup>. Alternativas às propostas positivista e metódica surgiram então, redireccionando os objetivos e os métodos aplicados ao exercício historiográfico. Organizados em torno do periódico *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, os historiadores franceses Marc Bloch ou Lucien Febvre, por exemplo, preconizaram a aplicação de inferências sociológicas à história, como imperativo ao processo historiográfico. A geografia, a etnologia, a psicologia e a economia deveriam ser igualmente chamadas a contribuir, permitindo uma avaliação abrangente da relação estabelecida entre diferentes grupos sociais<sup>196</sup>. A denominada escola dos Annales recusou então as narrativas metódicas, compostas de listagens sequenciais de

---

<sup>192</sup> Kathleen KENYON, *Beginning in archaeology*, Londres, Phoenix House, 1961, p. 12 (obra original de 1952); Glyn DANIEL, *A short history of archaeology*, Londres, Thames and Hudson, 1981, p. 148-156. Sobre Kenyon, ver infra, p. 63.

<sup>193</sup> Jorge de ALARCÃO, *A escrita do tempo e a sua verdade (ensaio de epistemologia da arqueologia)*, Coimbra, Quarteto, 2000, p. 30. Sobre o contributo do australiano Gordon Childe [1892-1957] no domínio da teoria da arqueologia, veja-se, por todos, AAVV., *The archaeology of V. Gordon Childe: Contemporary perspectives*, ed. David Harris, Chicago, University of Chicago Press, 1994.

<sup>194</sup> Sobre as propostas de difusionismo de Gustav Kossinna [1858-1931] e de outros autores, veja-se, por todos, Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

<sup>195</sup> Stephen SHENNAN, “Analytical archaeology”, *A companion to archaeology*, ed. John Bintliff, Malden, Blackwell, 2ª ed., 2006, p. 4.

<sup>196</sup> Guy BOURDÉ, Hervé MARTIN, *As escolas históricas*, trad. Ana Rabaça, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2ª ed., 2003, p. 121-131.

eventos certificados pela documentação escrita, em favor de uma historiografia das ações humanas, enquanto reflexos não apenas do seu tempo, mas também do seu espaço e do seu contexto social<sup>197</sup>. Recomendavam-se análises estatísticas, económicas e demográficas, deduzindo padrões da documentação escrita e não escrita, com evidentes repercussões na revalorização dos testemunhos arqueológicos, “códigos sociais”<sup>198</sup> fundamentais, tanto para a arqueologia como para a própria história. O período compreendido entre a I e a II Guerras Mundiais ficou por isso marcado pela atenção dispensada à recolha dos materiais arqueológicos, manifestada no incremento técnico das intervenções arqueológicas. Emulando Pitt Rivers<sup>199</sup>, cuja obra entretanto se redescobria, alguns dos mais proeminentes arqueólogos da época, incluindo os britânicos Mortimer Wheeler e Kathleen Kenyon, desenvolveram então, precisamente, novas estratégias de escavação.

O método estratigráfico, no entanto, prevalecia, atraindo a si todos os esforços empreendidos durante as intervenções arqueológicas. No seu *Excavation methods*, de 1939, a inglesa Kathleen Kenyon, por exemplo, concluiu ser especificamente para “*establishment of (...) stratification, that modern archaeological methods are directed*”. Destacando a relevância da proveniência estratigráfica dos artefactos, Kenyon, como Alfred Kidder e Gordon Childe antes de si, elegeu o critério cultural, enquanto meio para a interpretação das civilizações passadas. “*A work of art loses nine-tenths of its importance if it is disassociated from the culture to which it belongs*”, declarou<sup>200</sup>. Da mesma forma que, no passado, a identificação estratigráfica dos registos fósseis havia concorrido para a aceitação da geologia, a individualização estratigráfica dos materiais culturais revelava-se agora indispensável, assegurando credibilidade científica à arqueologia. Já não estava em causa, no entanto, a distinção temporal dos estratos por datação dos seus materiais, mas antes as correlações culturais entre distintas

<sup>197</sup> Para mais sobre a escola dos Annales, movimento historiográfico que influenciou várias gerações de historiadores ao longo de boa parte do século XX, leia-se, por todos, Peter BURKE, *The French historical revolution: The Annales school, 1929-89*, Palo Alto, Stanford University Press, 1997.

<sup>198</sup> Jorge de ALARCÃO, *A escrita do tempo e a sua verdade (ensaio de epistemologia da arqueologia)*, Coimbra, Quarteto, 2000, p. 20.

<sup>199</sup> John ROMER, *The history of archaeology, Great excavations of the World*, Nova Iorque, Checkmark Books, 2001, p. 39. Tendo desenvolvido, implementado e divulgado sistemas de escavação inovadores, Kathleen Kenyon [1906-1978] é porventura mais conhecida pelo chamado método Wheeler-Kenyon, inicialmente estabelecido por Mortimer Wheeler, sob cuja direção Kenyon chegou a trabalhar. Para a vida e obra de Kenyon, nomeadamente sobre o seu contributo para o desenvolvimento técnico em arqueologia, veja-se Miriam DAVIS, *Dame Kathleen Kenyon: Digging up the Holy Land*, Califórnia, Left Coast Press, 2008. Sobre Wheeler, ver infra, p. 64. Sobre Rivers, ver supra, p. 52. Sobre o método Wheeler-Kenyon, ver infra, p. 64.

<sup>200</sup> Kathleen KENYON, “Excavation methods in Palestine”, *Palestine Exploration Quarterly*, vol. 71, n.º 1, 1939, p. 29.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

civilizações, obtidas por comparação de estratos e de registos fósseis, em diferentes culturas e em diferentes geografias. A estreita relação entre correlações estratigráficas e desenvolvimento cultural foi de resto assumida também pela Liga das Nações, que em 1939 publicou o seu próprio *Manuel de la technique des fouilles archéologiques*<sup>201</sup>. Entre as diversas recomendações, eminentemente práticas e metodológicas, a Liga reconheceu a estratigrafia, como o sistema de escavação “*universally adopted by excavators*”<sup>202</sup>.

Publicado em 1943, *Maiden castle* de Robert Mortimer Wheeler, tem sido considerada, no contexto de desenvolvimento técnico pós-I Guerra Mundial, como obra capital para a reestruturação metodológica em arqueologia<sup>203</sup>. De facto, as escavações dirigidas por Wheeler no condado inglês de Dorset, de que *Maiden castle* constitui relatório final, alcançaram tamanha notoriedade, que granjearam ao britânico o estatuto de fundador de um novo método. O método Wheeler, como ficou conhecido, consistia na preservação de corredores não escavados, ou banquetas, que multiplicavam o número de perfis estratigráficos, exponenciando as leituras estratigráficas de cada escavação<sup>204</sup>. Não obstante, embora seja tida como o manifesto metodológico de Wheeler, *Maiden castle* não especificava os métodos utilizados em Dorset, ou sequer os seus princípios teóricos<sup>205</sup>. De igual modo,

---

<sup>201</sup> De 1939, *Manuel de la technique des fouilles archéologiques* foi publicado no ano seguinte em inglês, sob o título *Manual on the technique of archeological excavations*.

<sup>202</sup> AAVV., *Manual on the technique of archaeological excavations*, Paris, International Museums Office, 1940, p. 59 (obra original de 1939).

<sup>203</sup> Glyn DANIEL, *A short history of archaeology*, Londres, Thames and Hudson, 1981, p.168. Amplamente reconhecido pelo seu contributo para a arqueologia britânica, o escocês Robert Mortimer Wheeler [1890-1976] foi cofundador do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, embora seja sobretudo conhecido pelo desenvolvimento do chamado método Wheeler, assente na preservação de banquetas não escavadas para multiplicação de perfis estratigráficos. Para mais sobre Wheeler, veja-se, por todos, Jacquetta HAWKES, *Mortimer Wheeler: Adventurer in archaeology*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1982.

<sup>204</sup> Posteriormente aprimorado por Kathleen Kenyon nas suas escavações no Médio Oriente, o método Wheeler passaria mais tarde a designar-se método Wheeler-Kenyon. William S. DANCEY, “Excavation”, *The Oxford companion to archaeology*, ed. Brian Fagan, Oxford, Oxford University Press, p. 231. Embora utilizado por Mortimer Wheeler já em *Maiden castle*, por exemplo, o método Wheeler-Kenyon só seria explicitamente enunciado em *Beginning in archaeology* e *Archaeology from the earth*, publicados por Kathleen Kenyon e Mortimer Wheeler, em 1952 e 1954, respetivamente.

<sup>205</sup> Expressões como “*stratigraphically the earliest*” e “*stratigraphic position*” ocorrem com frequência em *Maiden castle*, e perfis estratigráficos surgem de facto registados em algumas estampas. Mortimer WHEELER, “Maiden castle, Dorset”, *Reports of the Research Committee of the Society of London*, n.º XII, Londres, Oxford University Press, 1943, p. 103, 142; 10-12, 52-54. Sobre o método interpretativo, no entanto, Wheeler não vai além da referência a interpretações alcançadas “*by the ordinary methods of modern excavation*”. Mortimer WHEELER, “Maiden castle, Dorset”, *Reports of the Research Committee of the Society of London*, n.º XII, Londres, Oxford University Press, 1943, p. 4. Curiosamente, duas décadas antes, as expressões “*modern archaeological method*” e “*scientific methods of excavation*” foram utilizadas pelo arqueólogo Robert Bosanquet para descrever o trabalho de Wheeler no sítio arqueológico

excetuando uma estampa que retrata uma escavação em banquetas, não são detetáveis em *Maiden castle* quaisquer referências aos pressupostos conceptuais inerente ao sistema de escavação por banquetas. Se a não especificação do método estratigráfico se poderá explicar pela sua já universal disseminação, não se pode deixar de colocar a mesma possibilidade para a ausência de referências à escavação por banquetas em *Maiden castle*. Com efeito, desde pelo menos a primeira década do século XX que a escavação por banquetas vinha sendo utilizada e divulgada, como um sistema vantajoso para a leitura estratigráfica. John Droop e Alfred Kidder, por exemplo, descrevem este sistema de escavação, em 1915 e 1924, respetivamente<sup>206</sup>. De igual modo, já em 1904 o alemão Hubert Schmidt se servira de banquetas artificiais nas escavações que dirigiu no Turcomenistão. Em 1908, Schmidt fez publicar em Washington o seu *Archaeological excavations*, onde divulgou a escavação de sondagens “*divided into three sections by leaving narrow partitions, portions of the original earth, standing between them*”. Referindo-se claramente à preservação de banquetas, Schmidt enunciava, já no início do século XX, as suas vantagens, “*both because it facilitated the excavation in horizontal layers and because the observations could be sharply defined*”<sup>207</sup>.

A inclinação de Wheeler, Droop, Kidder e Schmidt, arqueólogos e professores de arqueologia, por uma opção metodológica que aumentava exponencialmente as possibilidades de leitura estratigráfica dos sítios escavados revela, com efeito, como já nas primeiras décadas do século XX, a comunidade arqueológica depositava no método estratigráfico um elevado grau de expectativas. De resto, quando em 1946,

---

de *Segontium*, País de Gales. Robert BOSANQUET, “Introduction, Segontium and the Roman Occupation of Wales”, *The magazine of the Honourable Society of Cymmrodorion*, Londres, Cymmrodorion Society, vol. 33, 1923, p. 5,7. Subentende-se, ao lamentar que em certos locais “*the stratification (...) was not sufficiently clear*”, que Wheeler utilizasse de facto o método estratigráfico já no início da década de 1920, embora no artigo *Segontium and the Roman Occupation of Wales* também não chegue a debruçar-se sobre os seus pressupostos. Mortimer WHEELER, “Segontium and the Roman occupation of Wales”, *The magazine of the Honourable Society of Cymmrodorion*, Londres, Cymmrodorion Society, vol. 33, 1923, p. 164-165.

<sup>206</sup> Em *Archaeological excavation*, de 1915, John Droop decretou a indispensabilidade de “*arbitrary divisions*”, sempre que os limites da área a escavar se encontrassem demasiado afastados. John DROOP, *Archaeological excavation*, Cambridge, University Press, 1915, p. 11. Alfred Kidder, em *An introduction to the study of southwestern archaeology*, de 1924, descreveu, por sua vez, a preservação de “*columns of earth*”, para sinalização da estratigrafia local. Alfred Vincent KIDDER, *An introduction to the study of southwestern archaeology*, New Haven, Yale University Press, 1962, p. 97 (obra original de 1924). Sobre Droop e Kidder, ver supra, p. 57 e 61.

<sup>207</sup> Hubert SCHMIDT, “Archaeological excavations in Anau and Old Merv”, *Explorations in Turkestan; Expedition of 1904. Prehistoric civilizations of Anau, Origins, growth, and influence of environment*, ed. Raphael Pumpelly, Washington, Carnegie Institution, vol. 1, parte II, cap. VI-XI, 1908, p. 84. Para mais sobre Schmidt, ver supra, p. 60.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

ultrapassada a II Guerra Mundial, Richard Atkinson publicou o seu tutorial *Field archaeology*, já o método de Wheeler-Kenyon deveria encontrar-se perfeitamente disseminado, posto que considerado pelo autor como uma das quatro formas possíveis de escavação arqueológica<sup>208</sup>. Enfatizando a imprescindibilidade de distinção estratigráfica pela especificidade dos materiais culturais, *Field archaeology* consagrou a estratificação como a principal fonte de estudo dos sítios arqueológicos<sup>209</sup>. O seu principal contributo científico poderá, contudo, decorrer da divulgação da arqueologia enquanto “*space-science no less than a time-science*”<sup>210</sup>, sem que nenhum dos dois aspetos, espaço ou tempo, pudesse ser estudado separadamente. Os eventos do passado poderiam assim deduzir-se dos comportamentos atuais, desde que os indivíduos do passado fossem confrontados com problemas e condições equivalentes aos dos indivíduos do presente. À semelhança de Karl Marx antes de si, também o pensador austríaco Karl Popper<sup>211</sup> reconheceu o determinismo das condições sociais para o comportamento humano, que poderia ser conhecido, deste modo, pela reconstituição do contexto social em que ocorrera. Popper, não obstante, não deixou de considerar impossíveis as generalizações historiográficas, defendendo a não repetibilidade de eventos históricos<sup>212</sup>. Na sociedade, como na biologia, a evolução constituía um “*unique historical process*”, cujo conhecimento não determinaria leis, mas tão somente “*a singular historical statement*”<sup>213</sup>.

---

<sup>208</sup> *Grid system, interrupted grid system, point system e box system* são os quatro tipos de escavação arqueológica estabelecidos pelo inglês Richard Atkinson [1920-1994]. Tal como preconizado pelo método Wheeler-Kenyon, Atkinson definiu *box system* como uma escavação dividida em áreas quadrangulares, limitadas por banquetas propositadamente não escavadas, que possibilitariam a leitura sistemática de múltiplos perfis estratigráficos. Richard J. C. ATKINSON, *Field archaeology*, Londres, Methuen & Co., 2ª ed., 1950 (obra original de 1946). Sobre Atkinson, veja-se a nota introdutória à terceira edição do seu prestigiado *Stonehenge*, em Richard J. C. ATKINSON, *Stonehenge*, Harmondsworth, Penguin Books, 3ª ed., 1979.

<sup>209</sup> Considerado o primeiro manual de arqueologia em Inglaterra, *Field archaeology* conheceu grande procura por parte da comunidade científica internacional. Alcançou várias edições ao longo dos anos que se seguiram à sua publicação, estando publicado em diversos idiomas.

<sup>210</sup> Richard J. C. ATKINSON, *Field archaeology*, Londres, Methuen & Co., 2ª ed., 1950, p. 6 (obra original de 1946).

<sup>211</sup> Para mais sobre Popper, ver infra, p. 109.

<sup>212</sup> Krzysztof BRZECHCZYN, “Logical empirism and logical positivism”, *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. In Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 37, 2011, p. 416-422.

<sup>213</sup> Karl POPPER, *The poverty of historicism*, Boston, The Beacon Press, 1957, p. 108.

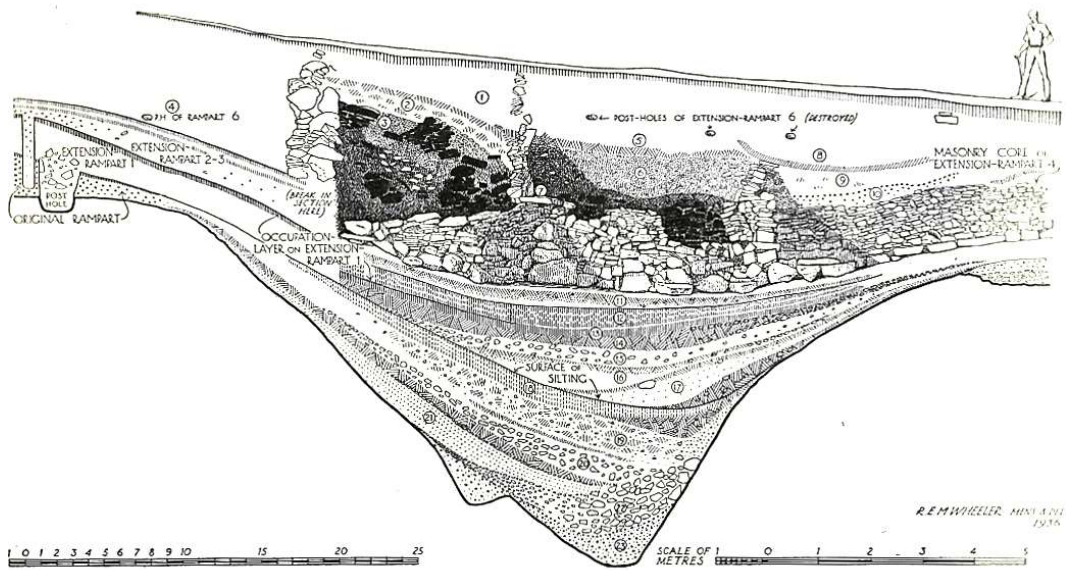
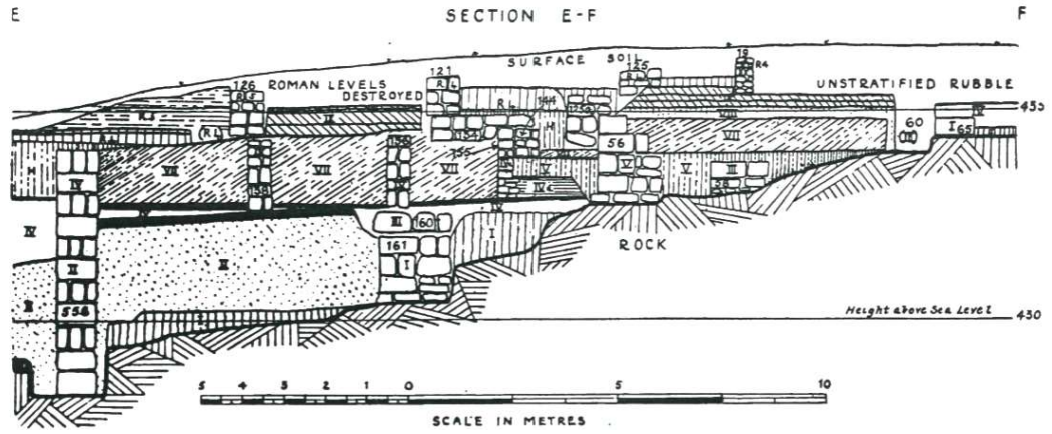


fig. 7. perfil estratigráfico, Samaria, Cisjordânia

Kathleen KENYON, *Excavation methods in Palestine*, 1939, est. 14

fig. 8. perfil estratigráfico, Maiden castle, Dorset, Inglaterra

Mortimer WHEELER, *Maiden castle, Dorset*, 1943, est. XIX

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Quando mais tarde historiadores e arqueólogos, como os norte-americanos Charles Beard e Carl Becker ou o britânico Robin Collingwood<sup>214</sup>, tentaram submeter a historiografia à teoria da relatividade, começou a existência do próprio passado a ser questionada. Se o passado não existia, a história resultava de construções abstratas arquitetadas no presente, servindo propósitos atuais, forçosamente distintos de geração para geração. Constantemente reinterpretado a cada geração, o passado não poderia ser, enfim, senão temporário. Os *relativistas*, como foram então denominados, juntaram-se por isso à escola dos Annales nas críticas dirigidas ao primado da objetividade metódica. Para Collingwood, de resto, o pensamento historiográfico decorria diretamente dos problemas do presente, porque as inferências históricas se encontravam limitadas ao valor documental das evidências à disposição do historiador<sup>215</sup>. O processo historiográfico dependia, como tal, dos documentos sobreviventes, mas também da ação humana que, segundo a lógica marxista, se encontrava irremediavelmente subordinada à subjetividade imposta pelo contexto social ao próprio historiador. A confiança na ciência para a resolução das problemáticas sociais, que no pós-II Guerra Mundial convergiu na idealização de sociedades racionais, progressistas e, subordinadas ao crescente capitalismo<sup>216</sup>, dominadas por verdades absolutas<sup>217</sup>, não deixou, portanto, de ser pontualmente abalada. A arqueologia, todavia, não sendo de certo alheia ao neopositivismo da época, podia contar com o seu próprio método, cientificamente objetivo, e a

---

<sup>214</sup> Charles Beard [1874-1948] e Carl Becker [1873-1945] são geralmente considerados precursores da chamada nova história norte-americana, movimento intelectual de inícios do século XX que preconizava uma historiografia assente no progresso social, intelectual e científico. Para mais sobre Beard e Becker, veja-se, respetivamente, Ellen NORE, *Charles A. Beard, An intellectual biography*, Carbondale, Southern Illinois University Press, 1983; e Burleigh Taylor WILKINS, Carl Lotus BECKER, *Carl Becker: A biographical study in American intellectual history*, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press, Harvard University Press, 1961. Para mais sobre Collingwood [1889-1943], influente filósofo, historiador e arqueólogo, leia-se AAVV., *R. G. Collingwood: An autobiography and other writings with essays on Collingwood's life and work*, Oxford, Oxford University Press, 2013.

<sup>215</sup> Stein HELGEBY, "Collingwood and Croce", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 45, 2011, p. 498-503.

<sup>216</sup> David HARVEY, *The condition of postmodernity*, Cambridge, Blackwell, 4ª ed., 1992, p. 30-35.

<sup>217</sup> Para o otimismo científico experimentado pela arqueologia após a II Guerra Mundial concorreram em grande medida as técnicas de datação absoluta. À datação por radiocarbono, seguiram-se a termoluminescência e a técnica de potássio-árgon, possibilitando datações absolutas para vestígios de fauna, flora, cerâmica e materiais rochosos. Alternativas à escavação, como a prospeção geofísica ou a espectrometria fluorescente, foram também desenvolvidas neste período. Glyn DANIEL, *A short history of archaeology*, Londres, Thames and Hudson, 1981, p. 180-184. Para mais informações sobre as técnicas de datação absoluta aplicadas à arqueologia, desenvolvidas entre a II Guerra Mundial e a década de 1960, leia-se Edward PYDDOKE, *The scientist and archaeology*, Londres, Phoenix House, 1963; ou Don BROTHWELL e Eric HIGGS (ed.), *Science in archeology: A comprehensive survey of progress and research*, Londres, Thames and Hudson, 1965.

estratigrafia conheceu então uma absoluta consagração, entre jovens arqueólogos e entre aqueles que procediam da antiga tradição histórico-culturalista.

Em *Beginning in archaeology*, de 1952, Kathleen Kenyon, por exemplo, certificou a interpretação estratigráfica como o método de que todos os resultados arqueológicos dependiam. Escrito para incentivar os jovens na escolha da arqueologia como profissão, *Beginning in archaeology* alcançou rápida popularidade<sup>218</sup>, ditando uma segunda edição em menos de um ano. Maioritariamente um manual de escavação, a obra esclareceu múltiplos procedimentos técnicos, incluindo critérios de distinção estratigráfica e princípios de cronologia relativa. Afirmando a arqueologia como “*the method of finding out about the past*”, Kenyon revelava o seu otimismo quanto à efetiva capacidade da disciplina para recuperar dados do passado. A estratigrafia foi, uma vez mais, designada a chave fundamental para a viabilização dessa capacidade. “*The evidence concerning an ancient site*”, asseverou, “*is contained in the layers of soil*”<sup>219</sup>. De igual modo, também Mortimer Wheeler dedicou, em *Archaeology from the earth*, de 1954, um extenso capítulo às vantagens do método estratigráfico. A propensão positivista dos pressupostos enumerados transparece. A identificação e correlação de estratos, “*one of the principal tasks of the excavators*”, garantiu, requeria “*clear and logical thinking reinforced by experience and infinite patience*”<sup>220</sup>. *Archaeology from the earth*, e não *Maiden castle*, corresponde assim ao ensejo de Wheeler em contribuir para a definição e divulgação da estratigrafia como método científico arqueológico, que, ocorrido em 1954, e não em 1943, se deve inscrever no ciclo de posturas otimistas e neopositivistas próprias das iniciativas científicas da década que se seguiu à II Guerra Mundial.

Inspirada no positivismo de Carl Hempel, mas também na nova geografia, na teoria dos sistemas e na teoria antropológica de Marvin Harris<sup>221</sup>, a arqueologia

<sup>218</sup> Miriam DAVIS, *Dame Kathleen Kenyon: Digging up the Holy Land*, Califórnia, Left Coast Press, 2008, p. 136.

<sup>219</sup> Kathleen KENYON, *Beginning in archaeology*, Londres, Phoenix House, 4ª ed., 1961, p. 9, 68 (obra original de 1952).

<sup>220</sup> Mortimer WHEELER, *Archaeology from the earth*, Londres, Clarendon Press, 1954, p. 43.

<sup>221</sup> Sob influência da teoria da relatividade, a nova geografia surgiu na década de 1950, abraçando novos parâmetros espaciais, como o tempo ou os custos de deslocação. O espaço geográfico assumiu então uma aceção relativa, mais psicológica do que física, subordinando o comportamento humano a novas formas de espacialidades. Ronald F. ABLER, John S. ADAMS, Peter GOULD, *Spatial organization: The geographer's view of the World*, Nova Jérnia, Prentice-Hall, 1971, p. 72-80; Conceição FERREIRA, Natércia Neves SIMÕES, *A evolução do pensamento geográfico*, Lisboa, Gradiva, 1986, p. 80-90. Inicialmente estabelecida pelo austríaco Ludwig von Bertalanffy [1901-1972] em 1937, a teoria dos sistemas foi particularmente impactante na década de 1950. Um sistema cultural, por exemplo, definia-se como um conjunto equilibrado de subsistemas interdependentes, económico, social, religioso, etc.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

continuou a distanciar-se da história, considerada demasiado particularista e ideográfica<sup>222</sup>, assumindo por isso, desde finais da década de 1950, contornos processualistas<sup>223</sup>. Lamentando a tendência para considerar a classificação como “*the end of research*”<sup>224</sup>, esta nova arqueologia reavaliou os seus métodos, assumindo que poderiam ser aperfeiçoados, para, numa tendência absolutamente positivista, lograr as desejadas verdade e objetividade históricas. Separando a recolha de dados da sua ulterior avaliação, propunha a confirmação de teorias académicas pelo confronto com os vestígios materiais. A abordagem, hipotético-dedutiva, distinguia-se da tradicional interpretação dos dados por inferência, promovendo discussões sobre o papel da arqueologia, que oscilaram entre o estudo de sistemas culturais, de comportamentos sociais e, mais tarde, de aspetos cognitivos<sup>225</sup>. De facto, herdado das ciências naturais oitocentistas, o método dedutivo em arqueologia pressupunha a possibilidade de generalizações, estabelecendo padrões repetitivos, deduzidos da acumulação e da catalogação de dados. Esta nova abordagem à arqueologia, porém, pressupunha o estabelecimento de teorias em fase prévia à da recolha dos dados<sup>226</sup>. Os dados serviriam para corroborar ou rejeitar as teorias preestabelecidas, e não para deles as deduzir.

---

Perante a alteração de um subsistema, todo o sistema reagia de forma unitária, visando um novo equilíbrio. Donella MEADOWS, *Thinking in systems - A primer*, ed. Diana Wright, Vermont, Chelsea, Green Publishing, 2008, p. 11-35. Inspirado em alguns princípios estipulados por Karl Marx e Thomas Malthus, o norte-americano Marvin Harris [1927-2001] teorizou que as transformações culturais pudessem ser analisadas internamente, como resultado tanto de mecanismos de exploração ambiental, como do impacto de alterações demográficas dentro da própria cultura. Sobre nova geografia, veja-se, entre outros possíveis, Paul CLAVAL, *La nouvelle géographie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977. Para mais sobre a teoria dos sistemas e a teoria antropológica de Harris veja-se, respetivamente, Ludwig von BERTALANFFY, *General system theory: Foundations, development, applications*, Nova Iorque, George Braziller, 1968; e Marvin HARRIS, *The rise of anthropological theory: A history of theories of culture*, Nova Iorque, Thomas Y. Crowell Company, 1970. Para o positivismo de Carl Gustav Hempel [1905-1997], consulte-se James H. FETZER (ed.), *Science, explanation, and rationality: Aspects of the philosophy of Carl G. Hempel*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

<sup>222</sup> Michael SHANKS, Christopher Y. TILLEY, *Re-constructing archaeology: Theory and practice*, Londres, Routledge, 2ª ed., 1993, p. 16-22.

<sup>223</sup> Jorge de Alarcão, por exemplo, considerou 1968 como o ano de adoção do processualismo pela arqueologia. Michael Shanks e Christopher Tilley, contudo, recuam as primeiras reflexões em torno da nova corrente arqueológica a *Archaeology as anthropology*, publicado por Lewis Binford, em 1962, enquanto Bruce Trigger as remete para *The new American archaeology*, publicado em 1959, por Joseph Caldwell. Jorge de ALARCÃO, *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Edições Afrontamento, 1996, p. 11; Michael SHANKS, Christopher Y. TILLEY, *Re-constructing archaeology: Theory and practice*, Londres, Routledge, 2ª ed., 1993, p. 29; Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, p. 294-295.

<sup>224</sup> Joseph CALDWELL, “The new American archaeology”, *Science*, vol. 129, N.º 3345, 1959, p. 303.

<sup>225</sup> Julian THOMAS, *Archeology and modernity*, Londres, Routledge, 2004, p. 69; Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, p. 424, 433.

<sup>226</sup> Evžen NEUSTUPNÝ, *Archaeological method*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, p. 9-10.

Imbuída de positivismo, e renovada a abordagem dedutiva, esta nova arqueologia admitiu generalizações para as estratégias culturais de adaptação ao meio ambiente<sup>227</sup>, embora pela postura hipotético-dedutiva, se caracterizasse por atitudes inovadoras e absolutamente distintas da corrente histórico-culturalista. Identificadas as novas tendências epistemológicas, ao longo da década seguinte foram sendo consolidados os pressupostos processualistas da nova arqueologia. Em 1968, *New perspectives in archaeology*, do casal norte-americano Sally e Lewis Binford, estabeleceu o objetivo de formulação de leis de dinâmicas culturais, enquanto *Analytical archaeology*, do inglês David Clarke, aspirando à previsão de padrões, defendia a aplicação de modelos matemáticos à arqueologia<sup>228</sup>. A interpretação dos comportamentos sociais do passado não deveria mais limitar-se apenas à dedução dos registos arqueológicos. Preconizaram-se então diagramas e matrizes, esquemas processuais e interpretativos, mas também o confronto com outras áreas científicas, como a etnologia e a antropologia, particularmente dotadas para o estudo de culturas ainda existentes. A nova proposta epistemológica suscitou um intenso debate entre a comunidade arqueológica<sup>229</sup>. No entanto, a objetividade cega, com que a crítica frequentemente atacou o processualismo, é, nos seus primeiros passos, de difícil reconhecimento, tanto em Lewis Binford, como em David Clarke. Binford, na realidade, alegou que os dados arqueológicos, por mais completos que fossem, nunca seriam bastantes para aumentar o conhecimento sobre o passado, assegurando que “*facts do*

<sup>227</sup> Colin RENFREW, Paul BAHN, *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*, trad. María Jesús Mosquera Rial, Madrid, Ediciones Akal, 2ª ed., 1998, p. 431-432. Para Bruce Trigger, no entanto, esforços processualistas para relacionar meio ambiente e comportamento humano vinham sendo desenvolvidos na Escandinávia, desde meados do século XIX. Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, p. 315.

<sup>228</sup> Lewis R. BINFORD, “Archaeological perspectives”, *New perspectives in archaeology*, ed. Sally Binford, Lewis R. Binford, Chicago, Aldine Publishing Company, cap. 1, 4ª ed., 1972, p. 100 (obra original de 1968); John BINTLIFF, “The death of archaeological theory?”, *The death of archaeological theory?*, ed. John Bintliff, Mark Pearce, Oxford, Oxbow Books, 2012, p. 12-13; Stephen SHENNAN, “Analytical archaeology”, *A companion to archaeology*, ed. John Bintliff, Malden, Blackwell, 2ª ed., 2006, p. 5-6. Sobre o contributo processualista dos arqueólogos Sally Binford [1924-1994], Lewis R. Binford [1931-2011] e David Clarke [1938-1976], considerados precursores da nova arqueologia, veja-se se Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989. Sobre a nova arqueologia, também denominada arqueologia processual, veja-se, entre outros possíveis, AAVV., *Processual archaeology: Exploring analytical strategies, frames of reference, and culture process*, ed. Amber L. Johnson, Westport, Greenwood Publishing Group, 2004. Sobre Lewis R. Binford [1931-2011], veja-se Brian M. FAGAN, “Lewis Roberts Binford (1931-2011)”, *American Anthropologist*, vol. 114, n.º 1, 2012, p. 173-176.

<sup>229</sup> A nova geração chegou mesmo a ser acusada de visar apenas a obtenção de fundos, sem contribuir para o efetivo desenvolvimento da arqueologia, concorrendo até para a sua descredibilização. Glyn DANIEL, *A short history of archaeology*, Londres, Thames and Hudson, 1981, p. 191.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

*not speak for themselves*<sup>230</sup>. Mesmo os modelos matemáticos de Clarke foram desenvolvidos para mitigar a subjetividade das interpretações arqueológicas, cuja inevitabilidade o inglês não deixou de reconhecer<sup>231</sup>. Para os ingleses Michael Shanks e Ian Hodder, contudo, a subjetividade analítica inibia quaisquer tentativas para generalizar dinâmicas sociais do passado, porque estas nunca deixariam de derivar de fatores que não eram observáveis nos registos materiais<sup>232</sup>. À subjetividade das interpretações arqueológicas os ingleses Colin Renfrew e Paul Bahn contrapuseram por isso a autoridade da lógica dedutiva, assente numa visão sistemática dos processos culturais<sup>233</sup>.

Pesem embora as críticas que granjeou, a nova arqueologia intensificou o processualismo dos seus pressupostos. Abraçando as tendências neo-evolucionistas em voga, declarou a desigualdade do valor histórico de distintas ocorrências culturais, e recusou as tradicionais explicações difusionistas da arqueologia histórico-culturalista<sup>234</sup>. O método estratigráfico, no entanto, mantinha a sua validade científica, porque apenas uma escavação estratigráfica poderia assegurar *“the entire record of past activities”*, como defendeu Binford<sup>235</sup>. O valor histórico dos registos fósseis deveria, contudo, ser constantemente questionado, sobretudo na sua efetiva capacidade para retratar alterações culturais. Assente na absoluta rejeição da subjetividade, e apoiada por interpretações estratigráficas, a nova arqueologia revelou

---

<sup>230</sup> Lewis R. BINFORD, *An archaeological perspective*, Nova Iorque, Seminar Press, 1972, p. 86.

<sup>231</sup> David CLARKE, *Analytical archaeology*, Londres, Methuen & Co., 2ª ed., 1984, p. 14-19, 83-132 (obra original de 1968).

<sup>232</sup> Michael SHANKS, Ian HODDER, “Processual, postprocessual and interpretive archaeologies”, *Interpreting archaeology, Finding meaning in the past*, ed. Ian Hodder, Michael Shanks, Alexandra Alexandri, Victor Buchli, John Carman, Jonathan Last, Gavin Lucas, Londres, Routledge, cap. 1, 1995, p. 3-4. Sobre as teorias pós-processuais dos arqueólogos ingleses Michael Shanks [n. 1954] e Ian Hodder [n. 1948], veja-se se Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

<sup>233</sup> Colin RENFREW, Paul BAHN, *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*, trad. María Jesús Mosquera Rial, Madrid, Ediciones Akal, 2ª ed., 1998. Sobre o inglês Colin Renfrew [n. 1937], no domínio do processualismo em arqueologia, consulte-se, entre outros possíveis, Colin RENFREW, “Transformations”, *Transformations: Mathematical approaches to culture change*, ed. Colin Renfrew, Cooke L. Kenneth, Nova Iorque, Academic Press, cap. 1, 1979, p. 3-44. Para o inglês Paul Bahn [n. 1953], no domínio da teoria da arqueologia, veja-se, Colin RENFREW, Paul BAHN, *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*, trad. María Jesús Mosquera Rial, Madrid, Ediciones Akal, 2ª ed., 1998.

<sup>234</sup> O neo-evolucionismo propôs um determinismo ambiental inflexível, segundo o qual as alterações culturais só poderiam decorrer de condições atípicas, não controladas pelos seres humanos. Para explicar as transformações culturais, a nova arqueologia preconizou por isso interpretações resultantes, não da súpula de todos os artefactos, mas antes de eventos culturais específicos, eventualmente considerados excepcionais. Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 290-295.

<sup>235</sup> Lewis R. BINFORD, *An archaeological perspective*, Nova Iorque, Seminar Press, 1972, p. 156.

uma nova ambição, o enquadramento da arqueologia no círculo das disciplinas cujas interpretações se consideravam verdadeiramente científicas, objetivas e universais.

*Principles of archaeological stratigraphy*, do bermudense Edward Harris, propôs precisamente uma reinterpretação dos princípios estratigráficos segundo uma perspetiva normativa, padronizada e esquemática. Publicada em 1979, mas em preparação desde 1973<sup>236</sup>, a obra tornou-se melhor conhecida pela sua proposta de esquematização estratigráfica em diagrama, a matriz de Harris. A sequência estratigráfica obtida, rigorosa, indefetível e universal, prometia interpretações alcançadas “*more quickly and perhaps more correctly*”, cumprindo requisitos processualistas de objetividade e universalidade, porventura dominantes ainda em 1973<sup>237</sup>. Rapidamente convertida em “*la espina dorsal del registro*” arqueológico<sup>238</sup>, a matriz de Harris assentou no princípio elementar da cronologia relativa: duas unidades estratigráficas relacionavam-se entre si por sobreposição ou por correlação, ou não se relacionavam de todo<sup>239</sup>. O ensejo processualista de análises sistematizadas, porém,

---

<sup>236</sup> Ver, por exemplo, Edward C. HARRIS, “The stratigraphic sequence: A question of time”, *World Archaeology*, vol. 7, n.º 1, 1975, p. 109-121; e “Units of Archaeological Stratification”, *Norwegian Archaeological Review*, vol. 10, n.º 1 e 2, 1977, p. 84-94 e 103-106. Para a proposta metodológica de Edward Harris [n. 1946], veja-se, entre outros possíveis, A. F. HABER, “La estratigrafía y la construcción del tiempo en arqueología. Comentarios sobre la teoría de Harris”, *Shincal*, n.º 5, 1996, p. 27-34. Para mais sobre o impacto científico dos aspetos metodológicos propostos por Harris, consulte-se AAVV., *Practices of archaeological stratigraphy*, ed. Edward Harris, Marley R. Brown, Gregory J. Brown, Londres, Academic Press, 1993.

<sup>237</sup> Edward C. HARRIS, “Stratigraphy”, *The Oxford companion to archaeology*, ed. Brian Fagan, Charlotte Beck, Oxford, Oxford University Press, 1996, p. 698. Outros aspetos são igualmente passíveis de enquadrar *Principles of archaeological stratigraphy*, de Edward Harris, na corrente processualista, nomeadamente a relativização da fiabilidade do registo fóssil para a atribuição cronológica do estrato de que provém, já tida em consideração, por exemplo, por Lewis Binford. Edward C. HARRIS, *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres, Academic Press, 1979, p. 117; Lewis R. BINFORD, *An archaeological perspective*, Nova Iorque, Seminar Press, 1972, p. 314-326.

<sup>238</sup> Emili JUNYENT, “Prólogo a la edición Española”, *Principios de estratigrafía arqueológica*, trad. Isabel García Trócoli, Barcelona, Editorial Crítica, 1991, p. IX.

<sup>239</sup> Edward C. HARRIS, *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres, Academic Press, 1979, p. 89-118. Harris definiu a sua matriz estratigráfica como a ordenação de unidades estratigráficas numa única sequência numérica (da mais recente para a mais antiga), seguida das relações que estabeleciam entre si. O princípio da sobreposição estabelecia apenas a relação entre duas unidades estratigráficas sobrepostas, motivo pelo qual Harris desenvolveu posteriormente o princípio da sucessão, cobrindo a possibilidade adicional de uma unidade estratigráfica se relacionar com várias outras. Edward C. HARRIS, *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres, Academic Press, 1979, p. 103-107, 89. Sequências estratigráficas organizadas em diagramas poderão, contudo, recuar a meados da década de 1910. John Droop, por exemplo, referiu “*the usefulness of making diagrams of stratification*”. John DROOP, *Archaeological excavation*, Cambridge, University Press, 1915, p. 17. Também a atribuição numérica de unidades estratigráficas, que Harris outorgou a Mortimer Wheeler, recua pelo menos à primeira metade do século XIX. Em *Antiquités celtiques et antédiluviennes*, de 1847, e em *Troja und Ilion*, de 1902, Boucher de Perthes e Wilhelm Dörpfeld, por exemplo, apresentam perfis estratigráficos numerados. Também Droop, no seu *Archaeological excavation*, retratou um perfil estratigráfico, distinguindo os estratos por meio de caracteres. Edward C. HARRIS, *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres,



para uma arqueologia crítica da arquitetura

conduziu Harris à interpretação das unidades estratigráficas exclusivamente segundo os princípios estratigráficos que as regiam, isentando-as dos seus atributos históricos<sup>240</sup>. A matriz de Harris, por conseguinte, reduziu os estratos ao seu posicionamento temporal, constringindo a interpretação estratigráfica à mera decodificação de sequências cronológicas.

Na década de 1970, julgado demasiado otimista e até cientificamente opressivo, o processualismo principiou, todavia, a atrair a objeção de certas elites académicas e institucionais. Na senda dos movimentos contestatários de finais da década de 1960, que abalavam a convicção no próprio projeto moderno, a arqueologia embarcava na pós-modernidade, rejeitando por completo a possibilidade de verdades ou de princípios históricos absolutos e universais<sup>241</sup>. Enquanto o filósofo Jean François Lyotard, por exemplo, elegia a recusa dos esquemas explicativos universais como condição indispensável para a concretização da pós-modernidade<sup>242</sup>, cada vez mais vozes exigiam que a historiografia pós-moderna negasse o historicismo, independentemente da sua orientação partir do desígnio divino, da razão ou da ideologia política. As narrativas hegemónicas cediam a passados que, sendo minoritários ou periféricos, se encontravam propositada ou inadvertidamente arredados dos holofotes historiográficos. Componentes históricas ignoradas, ou desvalorizadas como subalternas e indignas, concentraram a partir de então os mais diversos esforços científicos, como os que haveriam de ser empreendidos pela terceira geração da escola dos Annales<sup>243</sup>. O historiador francês Michel Foucault, por exemplo, partiu precisamente da negação do antigo primado da continuidade cultural historicista, para privilegiar nos seus exercícios historiográficos as descontinuidades

---

Academic Press, 1979, p. 10. Boucher de PERTHES, *Antiquités celtiques et antédiluviennes*, Paris, Treuttel et Wurtz, 1847, p. 253; Wilhelm DÖRPFELD, *Troja und Ilion. Ergebnisse der Ausgrabungen in der vorhistorischen und historischen Schichten von Ilion, 1870-1894*, Atenas, Beck & Barth, 1902, p. 32. John DROOP, *Archaeological excavation*, Cambridge, University Press, 1915, p. 75, fig. 2.

<sup>240</sup> Valorizando a aplicabilidade universal dos princípios estratigráficos, Harris desconsiderou os atributos históricos até então associados aos estratos. Consequentemente, rejeitou a atribuição de denominações históricas e funcionalmente valorativas, como depósito, muro, fosso, etc., que considerou um óbice à interpretação arqueológica. Edward C. HARRIS, *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres, Academic Press, 1979, p. 32 e 120.

<sup>241</sup> Sobre pós-modernidade, ver supra, p. 3.

<sup>242</sup> Beverley SOUTHGATE, *Postmodernism in history: Fear or freedom?*, Londres, Routledge, 2003, p. 11-15. Para as condicionantes da pós-modernidade estabelecidas pelo francês Jean François Lyotard [1924-1998], leia-se, por todos, Simon MALPAS, *Jean-François Lyotard*, Londres, Routledge, 2003.

<sup>243</sup> Para mais sobre as diferentes gerações dos Annales, ver supra, p. 63.

nos paradigmas culturais instituídos<sup>244</sup>. A história, como sequência contínua de eventos dirigidos para uma finalidade superior, definhava, emergindo no seu lugar uma nova história, em que o protagonismo era assumido pelos próprios acontecimentos, dentro de percursos culturais marcados por episódios de rutura e sujeitos, além do mais, ao escrutínio pessoal do historiador. Arredadas de narrativas universalizantes e circunscritas a uma aparente relatividade, história e arqueologia instituíram a constância da subjetividade. Os processos historiográficos convergiam para a montagem, não de uma história universal, mas de diversas histórias possíveis. A arqueologia deveria deixar, como tal, de ser apenas “*about reading the signs of the past*”, para assumir-se como “*a process of writing these signs into the present*”<sup>245</sup>. A visão pós-moderna da operatividade arqueológica pressupunha agora aceitar o passado como um produto e não como uma descoberta<sup>246</sup>.

Destacava-se a subjetividade nas interpretações arqueológicas, decorrente das experiências pessoais do próprio arqueólogo, enquanto a comunidade científica tomava consciência de que o absoluto objetivismo histórico seria inalcançável<sup>247</sup>. “*We all interpret the past from different perspectives*”, proclamou Ian Hodder<sup>248</sup>. Certezas interpretativas obtidas de registos arqueológicos configuravam-se uma utopia e o passado um sonho que se vislumbrava, mas que na realidade nunca totalmente se alcançaria<sup>249</sup>. Reafirmava-se o relativismo, alvitado por aquela que se convencionou

---

<sup>244</sup> Para a historiografia do filósofo e historiador francês Michel Foucault [1926-1984], incluindo a sua aproximação à escola dos Annales, veja-se, por todos, Keith WINDSCHUTTLE, “Foucault as historian”, *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, vol. 1, n.º 2, 1998, p. 5-35.

<sup>245</sup> Christopher TILLEY, “On modernity and archaeological discourse”, *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty, Tim Yates, Londres, Routledge, cap. 5, 1990, p. 137.

<sup>246</sup> Numa sociedade pós-moderna consumista, todo o conhecimento deveria ser lucrativo. O passado seria, como tal, valorizado pelas suas particularidades apelativas, mesmo quando em detrimento de diegeses cientificamente mais esclarecidas. Jean François LYOTARD, *A condição pós-moderna*, trad. José Navarro, Lisboa, Grávida Publicações, 1989, p. 18; Kevin WALSH, “The post-modern threat to the past”, *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty, Tim Yates, Londres, Routledge, cap. 10, 1990, p. 284-285.

<sup>247</sup> O arqueólogo Bruce Trigger [1937-2006], por exemplo, defendeu que a subjetividade não só não poderia ser eliminada da interpretação arqueológica, como pretendido pelos processualistas, como deveria até ser encorajada. A subjetividade das narrativas arqueológicas admitiria tantos significados interpretativos quantos os destinatários a que chegassem essas narrativas. Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 379, 407; Kevin WALSH, “The post-modern threat to the past”, *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty, Tim Yates, Londres, Routledge, cap. 10, 1990, p. 285.

<sup>248</sup> Ian HODDER, *The archaeological process, An introduction*, Londres, Blackwell, 1999, p. 200. Sobre Ian Hodder, ver supra, p. 72.

<sup>249</sup> Colin RENFREW, Paul BAHN, *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*, trad. María Jesús Mosquera Rial, Madrid, Ediciones Akal, 2ª ed., 1998, p. 446.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

denominar, logo desde finais da década de 1970, por arqueologia pós-processual<sup>250</sup>. Em *Time and tradition*, publicado em 1978 por Bruce Trigger, por exemplo, surgem já críticas pós-processualistas à epistemologia da nova arqueologia<sup>251</sup>. Influenciado pela teoria crítica e pela antropologia social<sup>252</sup>, o pós-processualismo recusou, por exemplo, interpretações historiográficas estritamente assentes no funcionalismo e em fatores externos. Ainda que fosse possível conhecer todos os aspetos comuns a determinadas ocorrências transculturais, nunca se poderia prever, a partir da descoberta de um desses aspetos, toda a evolução cultural da civilização que lhe deu origem<sup>253</sup>. Enquanto se questionava a efetiva possibilidade de recuperação histórica do passado<sup>254</sup>, definham as teorias assentes no funcionalismo transcultural, que pressupunham conjecturas historiográficas universais. Métodos empiristas e positivistas foram, por conseguinte, amplamente criticados por arqueólogos pós-processualistas, que, inspirados no neomarxismo e no estruturalismo, elegeram, em alternativa, o

---

<sup>250</sup> Assume-se o termo pós-processualismo, enquanto convenção historiográfica que encerra uma ampla diversidade de perspetivas e tradições alternativas à nova arqueologia, mais do que enquanto escola ou linha de pensamento arqueológico epistemologicamente organizado. Matthew JOHNSON, *Archaeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed., 2010, p. 114. Pela relevância atribuída ao contexto, a todos os aspetos de um problema e à significância de qualquer uma das suas partes, a arqueologia pós-processual assume por vezes a denominação de arqueologia contextual. Jorge de ALARCÃO, *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Edições Afrontamento, 1996, p. 15-17. Contexto deveria ainda referir-se também à conjuntura vivida no presente pelos próprios arqueólogos. Ian HODDER (ed.), "The contextual analysis of symbolic meanings", *The archeology of contextual meanings*, Cambridge, Cambridge University Press, cap. 1, 1987, p. 2.

<sup>251</sup> O neo-evolucionismo processualista, por exemplo, pressupunha para Bruce Trigger um determinismo inflexível. Bruce TRIGGER, *Time and traditions: Essays in archaeological interpretation*, Edimburgo, Edinburgh University Press, 1978, p. 2-18. Para o canadense Bruce Trigger [1937-2006], veja-se AAVV., *Archaeology of Bruce Trigger: Theoretical empiricism*, ed. Ronald Williamson, Michael S. Bisson, Montreal, McGill-Queen's Press, 2006.

<sup>252</sup> Desenvolvida desde finais da década de 1930, a teoria crítica incidiu sobre explicações teóricas tradicionais, demonstrando a parcialidade e intencionalidade dos seus enunciadores. Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 460. A partir da década de 1970, a antropologia social incorporou o neomarxismo nos estudos antropológicos, assumindo o pressuposto de que o processo adaptativo decorria das representações e interpretações da natureza pelas comunidades humanas. Antonio Carlos SANT'ANA DIEGUES, *El mito moderno de la naturaleza intocada*, Quito, Abya Yala, 2000, p. 79. Para mais sobre teoria crítica e antropologia social neomarxista veja-se, entre outros possíveis, David HELD, *Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas*, Berkeley, University of California Press, 1980; e Thomas PATTERSON, *A social history of anthropology in the United States*, Oxford, Berg, 2001.

<sup>253</sup> Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 373-374.

<sup>254</sup> Gordon CHILDE, *Introdução à arqueologia*, trad. Jorge Borges de Macedo, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2ª ed., 1977, p. 15-20; Ian HODDER, *Theory and practice in archaeology*, Londres, Routledge, 3ª ed., 2005, p. 107.

contributo dos aspetos simbólicos e a estabilidade das dinâmicas sociais para decifrar os processos de transformação cultural do passado<sup>255</sup>.

Apostadas na denúncia de subjetividade, inevitavelmente decorrente da “multiplicidade das (...) versões do passado”<sup>256</sup>, as críticas pós-processualistas não podiam deixar de visar, todavia, nem mesmo o método estratigráfico, até então inabalável na sua objetividade, para ambas as correntes histórico-culturalista e processualista. Perante dois estratos distintos, denunciaram os pós-processualistas, divergiam os cuidados, a minúcia e a atenção dispensados pelo arqueólogo. Muito embora as aceções física, temporal e comportamental das unidades estratigráficas não estivessem em questão, não poderia, como tal, continuar a ignorar-se a relatividade e a subjetividade com que eram escavadas. Em causa estava, efetivamente, a objetividade da recolha de dados, facto que, debilitando a fiabilidade dos próprios dados, cerceava a credibilidade de todo o método arqueológico. Assim, ainda que os avanços informáticos permitissem trabalhar com maior rigor volumes de dados cada vez maiores, a sua interpretação, questionada a objetividade do processo através do qual eram obtidos, mereceu sempre a desconfiança pós-processualista. Desde o ponto de vista dos métodos empregues, contudo, a arqueologia pós-processual haveria de confinar-se à demonstração da inadequação de propostas já existentes, sem que, paradoxalmente, conseguisse avançar com novas propostas metodológicas<sup>257</sup>.

Sob influência das convicções pós-modernas, a arqueologia pós-processual, de facto, ponderou a subjetividade do processo de escavação e dos contextos sociais adjacentes à realização das intervenções arqueológicas, abalando a credibilidade do próprio método estratigráfico. Preconizou, em alternativa, programas historiográficos que se pautaram pela subjetividade, reconhecendo a existência de diversos passados possíveis, em detrimento de narrativas históricas unas e hegemónicas. Moldado pela teoria crítica, pelo marxismo e pelo estruturalismo, teorias essencialmente modernas,

---

<sup>255</sup> Ainda que a nova arqueologia não os tenha desconsiderado totalmente, os significados simbólicos não poderiam, como defendido por Ian Hodder, ser apreendidos mediante análise dos habituais padrões processualistas, económicos, biológicos ou ambientais. Ian HODDER, *Theory and practice in archaeology*, Londres, Routledge, 3ª ed., 2005, p. 10; Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 2008, p. 444-445.

<sup>256</sup> Jorge de ALARCÃO, *A escrita do tempo e a sua verdade (ensaios de epistemologia da arqueologia)*, Coimbra, Quarteto, 2000, p. 160.

<sup>257</sup> Michael SHANKS, Christopher Y. TILLEY, *Re-constructing archaeology: Theory and practice*, Londres, Routledge, 2ª ed., 1993, p. 1; John BARRETT, “Post-processual theory”, *The Oxford companion to archaeology*, ed. Brian Fagan, Oxford, Oxford University Press, 1996, p. 576-577; Ian HODDER, *Archaeology beyond dialogue*, Salt Lake City, University of Utah Press, 2003, p. 31.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

o pós-processualismo arqueológico encontrava-se, todavia, profundamente enraizado no movimento moderno e não no pós-modernismo, com que por vezes surge conotado. A subjetividade latente aos pressupostos da arqueologia pós-processual não decorre, como tal, exclusivamente da descrença pós-moderna em teorias universalizantes, mas antes dão continuidade a problemas historiográficos que, recuáveis ao ceticismo cartesiano, em muito a precedem.

A interpretação arqueológica dependia de condições cada vez mais subjetivas, impostas não apenas pelo questionamento dos métodos arqueológicos, mas também pela crescente diversidade de interesses sociais e económicos em torno da operabilidade e da rendibilidade da própria atividade arqueológica<sup>258</sup>. Nas últimas décadas do século XX, como tal, a credibilidade da arqueologia foi abalada, tanto ao nível dos conhecimentos produzidos, como dos procedimentos adotados para os alcançar. Todavia, nunca a estratigrafia deixou de ser utilizada, sobretudo porque, como noutras épocas, arqueólogos de todos os quadrantes académicos continuaram a confiar no seu carácter científico, para se escudar de ceticismos depreciativos. Se em finais do século XIX granjeava já um generalizado reconhecimento, por finais do século XX o método estratigráfico continuava a ser utilizado para sustentação científica das intervenções arqueológicas. Tendo havia muito conquistado uma identidade metodológica própria, a estratigrafia concorreu sem dúvida para uma arqueologia progressivamente mais científica. De índole historiográfica, no entanto, a arqueologia não poderia deixar de debater-se com as problemáticas humanísticas ciclicamente geradas no seio da própria história moderna, que oscilou entre o maior dos otimismo, da objetividade e do historicismo metódico e o pior dos pessimismos, do ceticismo e da subjetividade pós-moderna. Refugiada no carácter objetivo do método estratigráfico, a arqueologia, não obstante, pôde contestar a subjetividade apontada por algumas correntes historiográficas, mantendo a sua reputação científica, mesmo quando confrontada com os paradigmas relativistas do pós-processualismo. Embora apostados na efetiva reiniciação científica da arqueologia, que só seria possível pela rutura com os antigos paradigmas processualistas, os arqueólogos pós-processualistas, na realidade, não rejeitaram as vantagens metodológicas da estratigrafia. Não obstante as suas inclinações pós-processualistas, Bruce Trigger, por exemplo, saiu mesmo em defesa do método estratigráfico. *“Old questions, methods,*

---

<sup>258</sup> Ian HODDER, *Archaeology beyond dialogue*, Salt Lake City, University of Utah Press, 2003, p. 32-34.

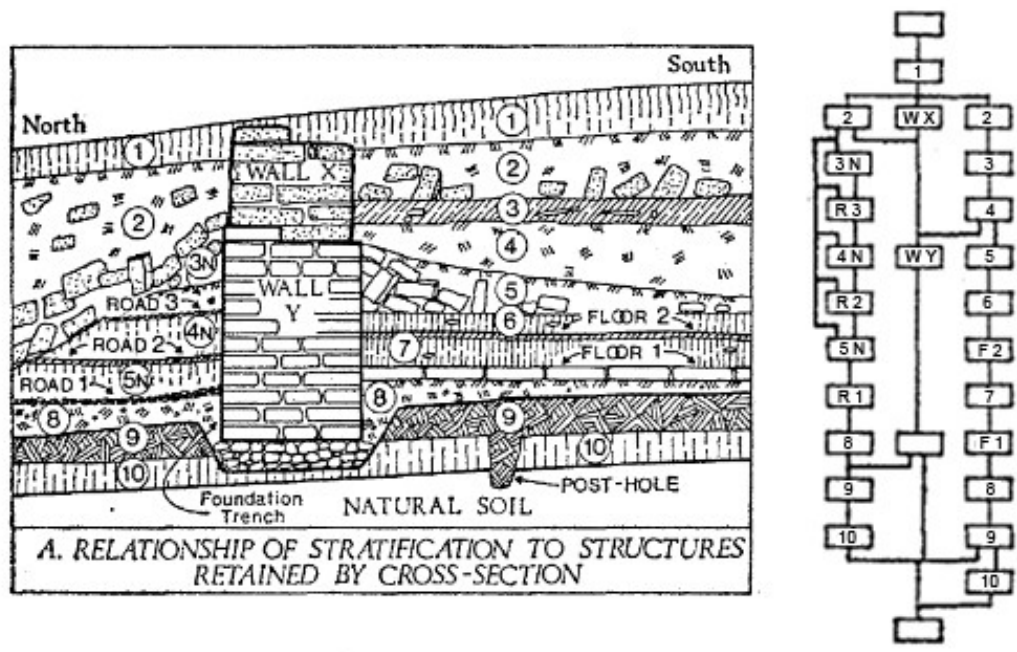


fig. 9. matriz de Edward Harris (à direita), proposta para perfil estratigráfico de Mortimer Wheeler (à esquerda)

Edward C. HARRIS, *The stratigraphic sequence*, 1975, p. 111, fig. 23

para uma arqueologia crítica da arquitetura

*and answers frequently remain valid*", garantiu<sup>259</sup>. Como herdeiros de um método rigoroso e objetivo, arqueólogos das três principais correntes arqueológicas, histórico-culturalista, processualista e pós-processualista, subscreveram e proclamaram em igual medida a credibilidade da sua herança estratigráfica. Por ambos os caminhos da certeza e da incerteza, o método estratigráfico perseverou.

Em sentido contrário, outras ciências historiográficas, bafejadas pelos mesmos ventos do ceticismo pós-moderno, questionaram seriamente a viabilidade dos seus métodos. A história da arte, por exemplo, ainda que nunca tendo abandonado por completo a objetividade científica e a ambição de universalização de princípios, que no passado lhe asseguravam o formalismo e a iconologia, soube temperar a sua operatividade com métodos que abraçavam o relativismo, como as interpretações fenomenológicas. Quando, por meados da década de 1970, se estruturaram as primeiras linhas conceptuais da arqueologia da arquitetura, portanto, a prática arqueológica, vinculada a um método que durante dois séculos lhe garantira objetividade científica e credibilidade disciplinar, divergia do percurso de pluralidade para onde a pós-modernidade parecia encaminhar a história da arte. Para avaliar a reabilitação arquitetónica das últimas décadas do século XX não bastará, como tal, convocar apenas a subjetividade de critérios decorrente da falência pós-moderna de narrativas absolutas, mas ponderar também a diversidade de estratégias metodológicas assumida pelas diferentes ciências historiográficas e a subsequente pluralidade de sentidos que daí adinham sobre a história dos edifícios a reabilitar.

No passado, os vestígios arqueológicos garantiam à arqueologia a credibilidade das suas interpretações estratigráficas, tal como os registos fósseis o garantiam à geologia. Agora que o processo com que eram recolhidos em escavação fora denunciado pela sua subjetividade, porém, a estratigrafia era colocada em causa, não na sua credibilidade científica, mas na sua aplicabilidade. Foi num terreno de profundo questionamento científico, portanto, que se enraizaram as tendências arqueológicas das últimas décadas do século XX, incluindo a que culminaria com a aplicação de análises estratigráficas a contextos edificados, convencionalmente denominada por arqueologia da arquitetura. Mas, estabelecido em arqueologia da arquitetura o paralelismo entre estruturas edificadas e estratos, e entre elementos arquitetónicos e fósseis diretores, poderão as leituras estratigráficas da arquitetura, que dispensam processos de escavação, escapar ao ceticismo pós-moderno e

---

<sup>259</sup> Bruce TRIGGER, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 2008, p. 9.

sustentar cientificamente as reabilitações arquitetónicas que empreendemos? Caso almejemos melhorar a salvaguarda dos valores patrimoniais inerentes à arquitetura histórica, impõe-se compreender a operabilidade da arqueologia quando aplicada à arquitetura em reabilitação, afinal recomendada pela legislação portuguesa, em todas as suas especificidades metodológicas e epistemológicas. Analisados no presente capítulo os parâmetros científicos inerentes ao método estratigráfico, chegou por isso o momento de escrutinar os princípios pelos quais se regem as análises estratigráficas do edificado, ou, tal como se verá no próximo capítulo, de que modo passou a arquitetura a ser encarada como arqueologia.





## **arquitetura como arqueologia**

Por meados da década de 1970, a arqueologia tomou por garantida a possibilidade de interpretar estratigraficamente a arquitetura histórica, estruturação epistémica que, contando com a aplicação do método estratigráfico ao edificado, originaria em Itália a arqueologia da arquitetura. A aplicação da estratigrafia a estruturas construídas, coeva da divulgação internacional dos princípios de Edward Harris, pressupôs, contudo, que o edificado fosse, em primeiro lugar, encarado como sítio estratificado. No entanto, poderá o edificado realmente resultar de processos estratigráficos, à semelhança da sedimentação geológica ou, como na arqueologia de solo, da acumulação de sedimentos e de vestígios antrópicos? Podendo a análise estratigráfica da arquitetura, enquanto condicionante à reabilitação do património arquitetónico, decorrer da legislação portuguesa, importa no presente capítulo, se para melhorar a sustentação científica subjacente às reabilitações que empreendemos em Portugal, conhecer esta arqueologia da arquitetura e as propostas científicas que lhe permitem interpretar o edificado como estratigrafia e, por conseguinte, reivindicar a capacidade de identificar e destacar os valores históricos do edificado reabilitado.

Longe de remontar aos anos de 1970, a afirmação dos valores históricos da arquitetura, resulta, na verdade, de um acumular de tradições que, vocacionadas para a interpretação cultural das construções do passado, recuam pelo menos ao século XV. Espelhada, por exemplo, na abundante tratadística renascentista, de Leon Battista Alberti a Andrea Palladio, a valorização da arquitetura clássica enquanto testemunho

para uma arqueologia crítica da arquitetura

do passado, recua, de facto, pelo menos ao Renascimento. Na herança arquitetónica do passado clássico projetou-se então a validação de certas opções culturais do presente, nomeadamente arquitetónicas, despertando o interesse pelo valor histórico patente no legado edificado, que, animado e reforçado por conveniências ideológicas, culminaria na manipulação da arquitetura para interesses nacionalistas nos séculos XIX e XX. Quando, no século XIX, a intensificação das alterações urbanísticas, decorrente da industrialização e da modernização das cidades, justificou a demolição de monumentos e de bairros antigos, de que o projeto parisiense de Georges Haussmann configura porventura o exemplo mais paradigmático, ao reconhecimento do valor histórico da arquitetura aliou-se a ansiedade social provocada pela sua perda. À medida que se intensificavam as demolições, no entanto, crescia também o ímpeto conservacionista, que ecoou nos princípios preconizados para o restauro e a reabilitação da arquitetura histórica. Vulgarizaram-se então as interpretações arqueológicas do edificado a restaurar, que visavam a sustentação das opções de intervenção empreendidas. Com origem na resistência à perda de património arquitetónico, conotado com memórias coletivas do passado que, irremediavelmente se perdiam, a génese de interpretações arqueológicas da arquitetura histórica deve, portanto, ser entendida como reflexo, tanto do romantismo da época, quanto da necessidade de justificar alternativas de intervenção sobre a arquitetura do passado.

No século XX, posta a destruição de património arquitetónico decorrente da I e da II Guerras Mundiais, as opções de reabilitação e a abrangência do conceito de monumento histórico foram sucessivamente problematizadas. Do edifício histórico, monumental e isolado, emergiram conceitos mais abrangentes, como o de conjunto arquitetónico e o de paisagem urbana pré-industriais, reconhecidos em múltiplos convénios internacionais, como nas cartas de Atenas e de Veneza. O valor histórico da arquitetura, portanto, deixou de residir apenas no estilo dominante do monumento, muitas vezes conotado com historicismos de forte pendor ideológico, para abranger todas as fases construtivas dos conjuntos urbanos pré-industriais, comumente chamados 'centros históricos'. Consagrado em 1932 pela Carta del Restauro, ratificação italiana da Carta de Atenas do ano anterior, e posteriormente pela Carta de Veneza de 1964, para mais subscrito por influentes ideólogos italianos do restauro arquitetónico, como Gustavo Giovannoni ou Cesare Brandi, o respeito por todas as fases de vida da arquitetura histórica gozava em Itália de longa tradição, muito antes, como tal, da sua confirmação epistemológica pela arqueologia da arquitetura, nos anos de 1970. Considerar a valorização de fases construtivas um predicado da

arqueologia da arquitetura, tal como a entendemos depois da sua consolidação na década de 1970, seria, assim sendo, impreciso, do mesmo modo que seria falacioso atribuir-lhe a iniciativa de distinções cronotipológicas de estruturas arquitetónicas, postos os trabalhos realizados em meados do século XIX e inícios do século XX, por Robert Willis, John Hope e Harold Brakspear, por exemplo. A total compreensão das conjeturas que originaram a moderna arqueologia da arquitetura, como tal, obriga a repensar a sua génese, cronológica e geograficamente mais abrangente. Da expansão urbanística do pós-II Guerra Mundial, fruto da necessidade de reconstrução, do desenvolvimento económico e industrial, da renovação urbana e da crescente pressão demográfica, redundaram no norte de Itália, na realidade, especificidades sociais e intelectuais, cuja congregação se encontra na base da fundação da arqueologia da arquitetura. Mas o estudo das condicionantes com que a arqueologia tradicionalmente abordou a arquitetura, em Itália, como noutros locais, denuncia a complexidade científica das origens da arqueologia da arquitetura, muito além do elevado nível de preservação dos contextos medievais do país, como por vezes se aponta.

Consolidados os seus pressupostos científicos, entre as décadas de 1970 e de 1990, a arqueologia da arquitetura afirmou-se como disciplina capacitada para a interpretação arqueológica do edificado histórico, num período de consideráveis divergências epistemológicas. Opunham-se as correntes arqueológicas processual e pós-processual, entre a proclamação processualista de efetiva capacidade de apreensão do passado e o posicionamento pós-processualista de inevitabilidade das condicionantes do presente. O entendimento das origens da arqueologia da arquitetura exige, por isso, a articulação das suas propriedades com os desígnios nascidos deste confronto epistemológico, do mesmo modo que os métodos adotados pela disciplina, devem ser entendidos à luz da urgência e da complexidade das condições de trabalho, impostas pelas rápidas alterações urbanísticas da época. A escolha metodológica da arqueologia da arquitetura, recaindo na assertividade do método estratigráfico e da matriz de Edward Harris, deparou-se, por exemplo, com o ceticismo historiográfico pós-moderno, que, questionando a autoridade científica e os cânones da objetividade historiográfica e da generalização de discursos arquitetónicos hegemónicos, importa também conhecer.

Não obstante a objetividade do método eleito, as opções metodológicas da arqueologia da arquitetura granjearam-lhe a crítica e a resistência da comunidade arqueológica, que desconfiou da aplicabilidade da estratigrafia ao edificado. Nas duas primeiras décadas do século XXI, mesmo depois de reconciliadas as divergências

para uma arqueologia crítica da arquitetura

epistemológicas entre as arqueologias processual e pós-processual, a arqueologia da arquitetura conheceu, por este motivo, um crescimento geograficamente muito restrito, que, salvo raras exceções, se circunscreveu a Itália e a Espanha. Em Portugal mesmo, onde se obriga a que todas as ações de afetação à arquitetura legalmente protegida se encontrem “em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico”<sup>260</sup>, incluindo a preconização da “estratigrafia da arquitetura”<sup>261</sup>, escasseiam os trabalhos de arqueologia da arquitetura. Ainda que não comece nem termine na estratigrafia, a arqueologia da arquitetura não deixa de ter no método estratigráfico o seu eixo principal. Mas se a aceitação da disciplina e a generalização da sua aplicação em Portugal dependem da ratificação da estratigrafia enquanto método de análise arquitetónica, importa sobremaneira perceber em que moldes se apropriou a arqueologia da arquitetura dos princípios estratigráficos. Mais do que um mero percurso historiográfico, para conhecer a aplicabilidade da arqueologia da arquitetura no âmbito da reabilitação urbana em Portugal, propõe-se no presente capítulo conhecer o caminho que levou os arqueólogos a encarar a arquitetura como estratigrafia, enquadrando a formação e o desenvolvimento da disciplina dentro das conjeturas históricas da sua época, tão determinantes para o acolhimento, como para a rejeição das suas interpretações.

2.1.

**princípios em convergência:**

**do século XIX à década de 1960**

Embora a arqueologia da arquitetura, enquanto interpretação estratigráfica do edificado, se possa recuar apenas à década de 1970, o interesse pelas propriedades arqueológicas de estruturas arquitetónicas, embrenhado nas origens da própria

---

<sup>260</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5822, título VII, cap. III, art. 76º, ¶ 2, a).

<sup>261</sup> Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 5635, art. 2º, g).

arqueologia<sup>262</sup>, perde-se no tempo. As primeiras publicações que, de teor analítico, se debruçaram sobre arquitetura do passado parecem remontar, na realidade, aos séculos XV e XVI, centúrias em que, entre outros, os italianos Leon Battista Alberti, Donato Bramante e Andrea Palladio, se dedicaram ao estudo e à reinterpretação de edifícios da Antiguidade clássica<sup>263</sup>. Partindo do vitruviano *De architectura*, *De re aedificatoria*, o influente tratado arquitetónico de Alberti, apresentado em 1452, por exemplo, propunha-se analisar e até superar o conhecimento arquitetónico desenvolvido pelos arquitetos romanos<sup>264</sup>, enquanto em *I quattro libri dell'architettura*, de 1570, Palladio elevava a interpretação de ruínas romanas, dentro e fora de Itália, a um novo patamar, propondo reconduzi-las ao seu estado original, engenhosamente “*ridotti in disegno*”<sup>265</sup>.

O interesse arquitetónico por antigas ruínas monumentais romanas e gregas, mas também egípcias, hebraicas e, mais tarde, sul-americanas, nunca deixou desde então de pautar a obra de artistas, arquitetos e arqueólogos. Durante o Iluminismo, motivados tanto pelo interesse científico, quanto pelo revivalismo neoclassicista, vários arquitetos viajaram até Itália e Grécia, coligindo plantas e alçados dos mais variados edifícios da Antiguidade clássica, rigorosamente medidos e registados. Em 1682, o arquiteto francês Antoine Desgodetz, por exemplo, deu ao prelo o seu *Édifices antiques de Rome*, no qual, esperava, deveriam os jovens arquitetos franceses confiar parte da sua formação<sup>266</sup>. Ao acaso ou intencionalmente, Desgodetz ensaiou interpretações de natureza arqueológica, inferindo, das diferenças construtivas, distintos períodos de construção. Na descrição que faz do Panteão de Roma, por exemplo, Desgodetz admitiu acrescentos posteriores à consagração cristã do edifício,

<sup>262</sup> Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Arqueología de la Arquitectura en España”, *Arqueología de la Arquitectura*, 2002, n.º 1, 2002, p. 28.

<sup>263</sup> Manfred SCHULLER, *Building archaeology*, trad. Margaret Will, Paris, ICOMOS - Monuments & Sites, n.º VII, 2002, p. 7. Sobre a obra arquitetónica de Leon Battista Alberti [1404-1472], Donato Bramante [1444-1514] e Andrea Palladio [1508-1580], veja-se, respetivamente, Anthony GRAFTON, *Leon Battista Alberti: Master builder of the Italian Renaissance*, Nova Iorque, Hill and Wang, 2000; Francesco Paolo di TEODORO, Enzo BENTIVOGLIO, *Donato Bramante: Ricerche, proposte, riletture*, Bolonha, Minerva, 2001; e Bruce BOUCHER, *Andrea Palladio: The architect in his time*, Nova Iorque, Abbeville, 2007.

<sup>264</sup> Hartmut WULFRAM, “La posizione dominante che occupa il tema dell’acqua nel X libro. Un esempio dell’importanza che assume il modello vitruviano nella composizione del *De re aedificatoria*”, *Leon Battista Alberti, Teorico delle arti e gli impegni civili del «De re aedificatoria»*, ed. Arturo Calzona, Francesco Paolo Fiore, Alberto Tenenti, Cesare Vasoli, Florença, Leo S. Olschki, 2007, p.965-966.

<sup>265</sup> Andrea PALLADIO, *I quattro libri dell'architettura di Andrea Palladio nè quali dopo un breue trattato de cinque ordini, & di quelli auerlimenti che sono piu necessarij nel fabricare, si trata delle case private, delle Vie, de i Ponti, delle Piazze, de i Xisti, et de Tempij con privilegi*, Veneza, Domenico de Franceschi, 1570, p. 3.

<sup>266</sup> Sobre Antoine Desgodetz [1653-1728], consulte-se Wolfgang HERRMANN, “Antoine Desgodetz and the Academie Royale d'Architecture”, *The Art Bulletin*, vol. 40, n.º 1, 1958, p. 23-53.

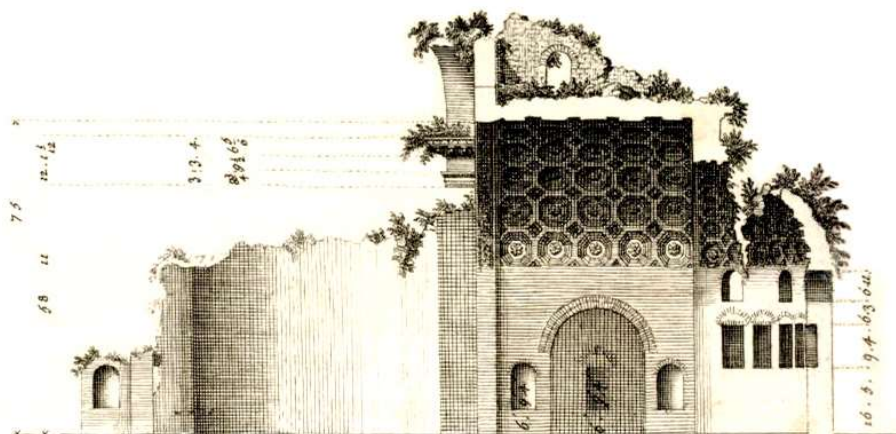
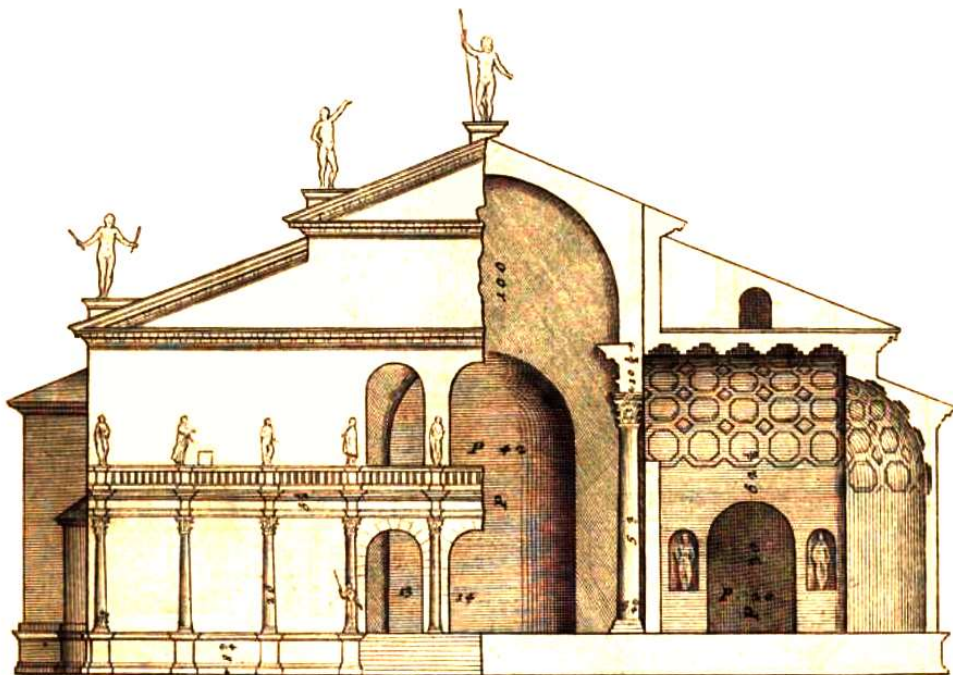


fig. 10. reconstituição do templo da Paz, Roma, Itália (secção transversal e alçado)

Andrea PALLADIO, *I quattro libri dell'architettura*, IV livro, 1570, p. 13

fig. 11. ruínas do templo da Paz, Roma, Itália (secção transversal)

Antoine DESGODETZ, *Les edifices antiques de Rome*, 1682, p. 107, est. I

porque possuíam características morfológicas distintas<sup>267</sup>. Em *The antiquities of Athens*, de 1762, os arquitetos britânicos James Stuart e Nicholas Revett, por sua vez, divulgaram levantamentos arquitetônicos de vários edifícios helênicos, incluindo o Pártenon<sup>268</sup>, edifícios que, reconvertidos na sua função e morfologia, terão obrigado Stuart e Revett à destrição cronotipológica das estruturas observadas. Junto ao rio ateniense Ilisso, por exemplo, Stuart e Revett registaram um pequeno templo grego convertido em igreja, “one of the most remarkable”, excluindo da representação gráfica, todavia, os acrescentos cristãos posteriores<sup>269</sup>.

Com o desenvolvimento oitocentista dos nacionalismos europeus, alternativas arquitetônicas às formas classicizantes foram abraçadas, alargando-se o interesse também a outras geografias, tipos e cronologias, que se acreditava melhor representar o espírito nacional de cada país<sup>270</sup>. O imperador francês Napoleão Bonaparte, por exemplo, pretendeu moldar a grandeza da nação francesa à imagem do Império Romano e do seu domínio mediterrâneo, materializado em Paris, tanto pela construção de obras classicizantes, como o Arco do Triunfo, quanto pela apropriação de obras da Antiguidade, como o Obelisco de Luxor. A expedição de Napoleão ao Egito, ainda que predominantemente militar, não deixou de prever, por isso, o levantamento arquitetônico de inúmeros edifícios faraônicos<sup>271</sup>. *Description de l'Égypte*, obra resultante publicada em 1809, compilou o registo de centenas de perspectivas, alçados, secções e plantas. Representados os edifícios no seu estado de ruína e simultaneamente em reconstituições, as estampas configuram, na realidade, verdadeiras interpretações arquitetônicas dos vestígios arqueológicos visados<sup>272</sup>.

Não obstante a longa tradição em que se inscrevem os estudos, levantamentos e interpretações de ruínas arqueológicas, a arqueologia permaneceu, até à segunda

<sup>267</sup> Antoine DESGODETZ, *Les edifices antiques de Rome dessinés et mesurés très exactement*, Paris, Jean Baptiste Coignard, 1682, p. 2.

<sup>268</sup> Para mais sobre a obra do escocês James Stuart [1713-1788] e do inglês Nicholas Revett [1721-1804], no domínio da arquitetura clássica, veja-se AAVV., *James 'Athenian' Stuart, 1713-1788: The rediscovery of Antiquity*, ed. Susan Weber Soros, New Haven, Yale University Press, 2006; Lesley LAWRENCE, “Stuart and Revett: Their literary and architectural careers”, *Journal of the Warburg Institute*, 1938, vol. 2, n.º 2, p. 128-146.

<sup>269</sup> James STUART, Nicholas REVETT, *The antiquities of Athens and other monuments of Greece*, Londres, Henry G. Bohn, 3ª ed., 1858, est. V (obra original de 1762).

<sup>270</sup> Sobre arquitetura e nacionalismos, consulte-se, por todos, Mitchell SCHWARZER, “The sources of architectural nationalism”, *Nationalism and architecture*, ed. Raymond Quek, Darren Deane, Sarah Butler, Ashgate: Ashgate Publishing, 2012, cap. 1, p. 22-44.

<sup>271</sup> Sobre a expedição napoleónica ao Egito, veja-se Paul STRATHERN, *Napoleon in Egypt*, Nova Iorque, Bantam Books, 2009. Para Napoleão Bonaparte [1769-1821], consulte-se, por todos, Frank MCLYNN, *Napoleon: A biography*, Londres, Pimlico, 1998.

<sup>272</sup> Veja-se Napoleão BONAPARTE, *Description de l'Égypte*, Köln, Taschen, 1994 (obra original de 1809).



para uma arqueologia crítica da arquitetura

metade do século XX, arredada de análises estratigráficas a outros vestígios arquitetónicos que não os soterrados. Mesmo no domínio da escavação arqueológica, a exumação de estruturas era frequentemente tida como o desfecho, e as estruturas em si mesmas, não raras vezes, consideradas apenas pelo seu papel divisório entre distintos ambientes estratigráficos. Por finais da década de 1930, Kathleen Kenyon, por exemplo, destacou a preponderância da relação entre estruturas e contextos estratigráficos, nomeadamente entre os muros e o enchimento das respetivas valas de fundação, ou entre as paredes e os diferentes níveis e pisos de circulação<sup>273</sup>. As construções poderiam ser diferenciadas segundo a sua alvenaria, datadas pelo conteúdo cultural dos níveis estratigráficos adjacentes e associadas a diferentes períodos construtivos<sup>274</sup>, sem que, todavia, se individualizassem ainda como unidades estratigráficas, nem fossem definidas na sua cronologia especificamente pelas suas próprias características construtivas. À semelhança de Kenyon, também Mortimer Wheeler deduziu as cronologias de edificação e de abandono de estruturas a partir dos vestígios fósseis exumados dos estratos que lhes eram contíguos, sem que para tal tivesse individualizado as edificações enquanto estratos por direito próprio<sup>275</sup>. Nos registos gráficos incluídos em *Maiden castle*, de 1943, por exemplo, Wheeler representou estruturas em articulação com estratos sedimentológicos, mas ao contrário destes, as construções não surgem estratigraficamente individualizadas ou numeradas. Enquanto a cronologia de edificação de determinado edifício podia ser inferida “by a number of coins sealed by the primary cement flooring”<sup>276</sup>, nenhuma relação estratigráfica entre os edifícios e estruturas de outras cronologias, posteriores, anteriores ou coetâneas, surge descrita.

No entanto, mesmo que até ao final da primeira metade do século XX a comunidade arqueológica se tenha escusado a interpretações estratigráficas de estruturas edificadas, a aproximação da arqueologia à arquitetura tomou início ainda durante o século XIX, fruto da crescente atenção social despertada pelos monumentos históricos. Enquanto os países europeus se definiam em nações, não apenas em termos territoriais ou políticos, mas também representativos, crescia a procura por expressões artísticas próprias. Desde meados do século XVIII, de facto, que a

---

<sup>273</sup> Sobre Kenyon, ver supra, p. 63.

<sup>274</sup> Kathleen KENYON, “Excavation methods in Palestine”, *Palestine Exploration Quarterly*, vol. 71, n.º 1, 1939, p. 34-36.

<sup>275</sup> Sobre Wheeler, ver supra, p. 64.

<sup>276</sup> Mortimer WHEELER, “Maiden Castle, Dorset”, *Reports of the Research Committee of the Society of London*, n.º XII, Londres, Oxford University Press, 1943, p. 67-68, 122-125, 171.

identidade nacional se afirmava em diferentes países, assumindo referenciais culturais que tendiam a substituir a Antiguidade clássica pelas origens específicas de cada nação. Ainda que louvando a excelência da arquitetura grega, Joachim Winckelmann, por exemplo, não deixou de reconhecer o particularismo territorial dos modelos estéticos<sup>277</sup>. À medida que o fortalecimento das identidades nacionais fazia crescer a valorização social dos monumentos históricos, a industrialização e as alterações urbanísticas das principais cidades europeias, contudo, reforçava o sentimento de perda de património arquitetónico, acalentando a premência da sua salvaguarda<sup>278</sup>. As rápidas e profundas transformações sociais, políticas e económicas oitocentistas despertavam uma nova sensibilidade para com os edifícios históricos, “*a cultural anchor in turbulent times*”<sup>279</sup>. Paralelamente, a sensibilidade romântica, por meados do século XIX já um fenómeno global, projetava nos monumentos arruinados eventos históricos e personagens heroicos, cujo apagamento se arriscava perante a irreversibilidade dos seus danos arquitetónicos<sup>280</sup>.

A salvaguarda do monumento, “necessária para que a recordação não degenere em exclusiva imaginação”<sup>281</sup>, constituía como tal condição essencial para o fomento da identidade coletiva e das ambicionadas congregações populares nacionalistas<sup>282</sup>. Infiltrando movimentos políticos e sociais, como os movimentos românticos, a conservação monumental adquiriu então contornos ideológicos. A consolidação identitária das nações europeias fez-se por isso acompanhar tanto pelo

---

<sup>277</sup> Ver supra, p. 32.

<sup>278</sup> Para a valorização social do património arquitetónico acresciam, além do mais, a popularização do turismo e do excursionismo e o receio de rutura com os paradigmas culturais tradicionais introduzido pela industrialização. Astrid SWENSON, “Popular heritage and commodification debates in nineteenth and early twentieth-century Britain, France and Germany”, *Popularizing national pasts: 1800 to the present*, ed. Stefan Berger, Chris Lorenz, Billie Melman, Nova Iorque, Routledge, 2013, pp. 113-116; Françoise CHOAY, *L’allégorie du patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1982, p. 135-150.

<sup>279</sup> Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation, Antiquity and modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 65-78.

<sup>280</sup> Preponderante para a consciencialização social da irreversibilidade dos danos arquitetónicos foi também a descoberta e escavação de novas ruínas arqueológicas, onde o avanço do tempo se fazia notar de forma mais consequente. Françoise CHOAY, *L’allégorie du patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1982, p. 101-110.

<sup>281</sup> Fernando CATROGA, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001, p. 25.

<sup>282</sup> A arquitetura monumental respondia, aliás, a diversas necessidades nacionalistas, da coesão da cidadania, como em Portugal ou em França, à autonomização relativamente a potências estrangeiras, como na Grécia ou Bélgica, e à unificação de estados com laços culturais comuns, como em Itália ou na Alemanha. Barry BERGDOLL, *European architecture, 1750-1890*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 142. Para mais sobre o potencial congregador dos monumentos históricos, veja-se David LOWENTHAL, *The heritage crusade and the spoils of history*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

“fascínio da história”<sup>283</sup>, como por efetivas iniciativas de salvaguarda, de reabilitação e de restauro de património arquitetónico, com repercussões diretas na produção de estudos arqueológicos que, desde o ponto de vista programático, as sustentavam. Multiplicaram-se os estudos histórico-artísticos de edifícios monumentais, propulsionados por programas académicos de arqueologia e de história da arte, mas também por associações civis e institucionais, que chamavam a si a responsabilidade de estudar, proteger e intervencionar os monumentos nacionais<sup>284</sup>. Os projetos de restauro e de reabilitação não podiam, contudo, deixar de refletir a perspetiva cultural com que em cada país eram encarados os monumentos. Em alguns países, os intervenientes projetavam nos edifícios históricos imagens de um passado concluído, como sólidos pilares onde deveria apoiar-se a construção do futuro. Noutros, viam nos seus monumentos recetáculos de um passado ativo, como alicerces fundeados em tradições que eram ainda essenciais à vida quotidiana. Os projetos programados para a arquitetura do passado ao longo do século XIX oscilaram, por este motivo, entre iniciativas amplamente intervencionistas, que visavam acrescentar ao edifício novos valores históricos, e o absoluto conservacionismo, que pretendia preservar inalteradas as memórias históricas invocadas pela sua ruína.

Assumindo critérios genericamente definidos como estilísticos, os projetos intervencionistas congregaram-se em torno da escola francesa e do arquiteto Eugène Viollet-le-Duc, ao passo que os projetos conservacionistas, de tradição inglesa, tiveram no ensaísta John Ruskin o seu mais relevante precursor<sup>285</sup>. Filiado na tradição italiana de restauro, classicista e romântica, le-Duc encarou o património arquitetónico como documento histórico, passível de reinterpretação sob os novos paradigmas culturais, e de acordo com escrupulosas induções, assentes numa taxonomia estilística, formal e filologicamente distinta de época para época<sup>286</sup>. Deu então início a um prolífero programa de restauro de monumentos arquitetónicos em França, que

---

<sup>283</sup> Nuno ROSMANINHO, *A deriva nacional da arte. Portugal, séculos XIX-XXI*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2018, p. 44.

<sup>284</sup> Ane ERIKSEN, *From antiquities to heritage: Transformations of cultural memory*, Nova Iorque, Berghahn Books, 2014, p. 82. Sobre o associativismo civil em torno da salvaguarda de património cultural, ver infra, p. 198.

<sup>285</sup> Sobre Viollet-le-Duc e Ruskin, ver supra, p. 51.

<sup>286</sup> Françoise CHOAY, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1982, p. 161-164; Maria José MARTÍNEZ JUSTICIA, *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Madrid, Tecnos, 2ª ed., 2001, p. 244-245. Sobre a procedência italiana da indução instruída e da integração estilística preconizadas por le-Duc, consulte-se Javier RIVERA BLANCO, *De varia restauratione, Teoría e historia de la restauración arquitectónica*, Valladolid, Restauración & Rehabilitación, 2001.

muito beneficiou da pioneira legislação protecionista do país<sup>287</sup>. Apesar da magnitude dos seus projetos, frequentemente redundantes em reedificações integrais até “*un étât complet qui peut n’avoir jamais existé*”<sup>288</sup>, le-Duc não deixou de recomendar respeito por cada uma das épocas construtivas subjacentes aos edifícios restaurados. Sobre o restauro da catedral de Notre-Dame de Paris, por exemplo, escreveu que todas as partes acrescentadas, independentemente da época a que pertencessem, deveriam ser conservadas<sup>289</sup>. Para John Ruskin, pelo contrário, qualquer tentativa de restauro arquitetónico constituía, não apenas uma impossibilidade, mas um ato de difamação, “*a lie from beginning to end*”<sup>290</sup>. Influenciado tanto pelos preceitos anglicanos de transmissibilidade intergeracional<sup>291</sup>, como pela vivência romântica da época, sustentou a consolidação, em detrimento de qualquer tentativa de reconstituição, como único garante da autenticidade arquitetónica dos edifícios e dos conjuntos edificados. O seu carácter duradouro, em contraste com a natureza transitiva de todas as coisas, conferia uma superior capacidade memorial à arquitetura, sem a qual “*we cannot remembre*”, alertou<sup>292</sup>. Instrumento de memória para a recordação dos passados que se queriam presentes, o monumento arquitetónico deveria, como tal, manter-se em todas as suas fases<sup>293</sup>. Antecipando a integração das iniciativas de restauro no seu contexto urbano mais alargado, Ruskin, como o poeta e ativista inglês William Morris depois de si, valorizou igualmente a paisagem e o ambiente urbanos em que se inseriam os monumentos<sup>294</sup>. A influência dos pressupostos de Ruskin,

---

<sup>287</sup> Barry BERGDOLL, *European architecture, 1750-1890*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 166. Sobre a legislação de protecção ao património cultural em França, decorrente da Revolução Francesa de 1789, veja-se, por todos, Dominique POULOT, *Une histoire du patrimoine en Occident: XVIIIe-XXIe siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 2015.

<sup>288</sup> Eugène VIOLLET-LE-DUC, “Restauration”, *Dictionnaire raisonné de l’architecture française du XI<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle*, tomo VIII, Paris, A. Morel, 1866, p. 14.

<sup>289</sup> Jean-Baptiste LASSUS, Eugène VIOLLET-LE-DUC, *Projet de restauration de Notre-Dame de Paris*, Paris, M.<sup>me</sup> Lacombe, 1843, p. 4.

<sup>290</sup> John RUSKIN, *The seven lamps of architecture*, Londres, Smith, Elder and Co., 1849, p. 179-180.

<sup>291</sup> Segundo os quais cada geração, fiel depositária do que por direito não lhe pertencia, deveria transmitir o que herdara à geração seguinte, nas melhores condições possíveis. Maria José MARTÍNEZ JUSTICIA, *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Madrid, Tecnos, 2<sup>a</sup> ed., 2001, p. 251-252.

<sup>292</sup> John RUSKIN, *The seven lamps of architecture*, Londres, Smith, Elder and Co., 1849, p. 164 e 172.

<sup>293</sup> Para mais sobre as filosofias de restauro de le-Duc e de Ruskin, consulte-se, respetivamente, Eugène VIOLLET-LE-DUC, “Restauration”, *Dictionnaire raisonné de l’architecture française du XI<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle*, tomo VIII, Paris, A. Morel, 1866, p. 14-34; e John RUSKIN, *The seven lamps of architecture*, Londres, Smith, Elder and Co., 1849.

<sup>294</sup> Fundador da Society for the Protection of Ancient Buildings, William Morris [1834-1896] defendeu a conservação dos monumentos nos seus entornos, em detrimento da sua reedificação e do *diradamento*. Javier RIVERA BLANCO, *De varia restauratione: Teoria e historia de la restauración arquitectónica*, Valladolid, Restauración & Rehabilitación, 2001, p. 128. Sobre o contributo de Morris para a salvaguarda do património edificado, veja-se Mario Manieri ELIA, *William Morris y la ideología de la arquitectura moderna*, Laterza, Bari, 1975.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

inovadores e invulgares, logrou à época, contudo, reduzido impacto científico. De facto, junto dos arquitetos restauradores seus contemporâneos, Ruskin era praticamente desconhecido. Tendo crescido a par do conservacionismo monumental inglês, no entanto, os seus preceitos alcançariam grande expressividade no século XX, sobretudo a partir de finais da década de 1960<sup>295</sup>.

Remetido ora para o universo da documentação histórica, ora para o plano memorial, o património edificado associava-se assim, no século XIX, tanto a um passado encerrado e passível de reinterpretação, como a um passado que se pretendia vivo e integralmente mantido. Multiplicaram-se então os restauros de ruínas medievais, que, na busca da reinterpretação histórica e da preservação memorial, se faziam frequentemente acompanhar dos respetivos estudos historiográficos e de interpretações que, segundo os cânones da época, se consideravam arqueológicas. Memórias, levantamentos arquitetónicos e interpretações arqueológicas proliferaram então na Alemanha, França, Itália e Inglaterra, onde arquitetos e historiadores, como Ernst Friedrich Zwirner, Eugène Viollet-le-Duc, Pier Olinto Armanini, William St. John Hope e John Bilson, para referir apenas alguns exemplos, se dedicaram ao estudo de edifícios tão distintos quanto a catedral de Colónia, o castelo de Pierrefonds, a catedral de Nardò e a abadia de Kirkstall<sup>296</sup>. Frequentemente, as análises arquitetónicas e

---

<sup>295</sup> Javier RIVERA BLANCO, *De varia restauratione, Teoría e historia de la restauración arquitectónica*, Valladolid, Restauración & Rehabilitación, 2001, p. 125-127; Miles GLENDINNING, *The Conservation Movement, A history of architectural preservation, Antiquity to modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 315-321. Para mais sobre o movimento conservacionista europeu, nas décadas de 1960 a 1990, ver infra, p. 101 e seguintes.

<sup>296</sup> O alemão Ernst Friedrich Zwirner [1802-1861] publicou desde 1842 um tratado relativo ao restauro da catedral de Colónia. Para sustentar o restauro do castelo francês de Pierrefonds, Eugène Viollet-le-Duc publicou a memória historiográfica *Description du château de Pierrefonds*, em 1857. O italiano Pier Olinto Armanini [1860-1896] ensaiou o restauro da catedral de Nardò, dividindo o projeto entre levantamentos arquitetónicos e memória descritiva. O projeto de restauro da abadia de Kirkstall, em Inglaterra, publicado pelos os ingleses William Hope [1854-1919] e John Bilson [1856-1943], em 1907, articulava dados deduzidos tanto de vestígios arqueológicos, como de fontes escritas. Confronte-se James Stevens CURL, Susan WILSON, "Zwirner, Ernst Friedrich", *The Oxford dictionary of architecture*, Oxford, Oxford University Press, 3ª ed., 2015, p. 871; Ernst Friedrich ZWIRNER, *Vergangenheit und zukunft des Kölner Dombaues*, Köln, Verlag von Ludwig Kohnen, 1842; Eugène VIOLLET-LE-DUC, *Description du château de Pierrefonds*, Paris, Bance, 1857; Pier Olinto ARMANINI, *La catedralle di Nardò. La cascina Pozzobonello in Milano*, Milão, Umberto Allegretti, 1898; William Henry St. John HOPE, John BILSON, *Architectural Description of Kirkstall Abbey*, Leeds, Thoresby Society, 1907. Para mais sobre Zwirner, Armanini, Hope e Bilson, veja-se, respetivamente, James Stevens CURL, Susan WILSON, "Zwirner, Ernst Friedrich", *The Oxford dictionary of architecture*, Oxford, Oxford University Press, 3ª ed., 2015, p. 871; Jukka JOKILEHTO, *A history of architectural conservation*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2017; Camillo BOITO, "In memoria di P. O. Armanini", *La catedralle di Nardò. La cascina Pozzobonello in Milano*, Milão, Umberto Allegretti, 1898, p. 9-16; AAVV., "In memoriam. Sir William St. John Hope", *Archaeologia Cantiana*, vol. 34, 1920, p. 149-152; Alexandrina BUCHANAN, "John Bilson and Anglo-Norman architectural studies", *Anglo-Norman studies. Proceedings of the Battle Conference*, ed. David Bates, vol. 35, 2013, p. 95-118. Sobre le-Duc, ver supra, p. 51.

historiográficas coincidiam com tentativas de interpretação arqueológica, como no caso da catedral de São Marcos de Veneza, que o próprio Ruskin descreveu, precisamente segundo os distintos períodos de construção<sup>297</sup>. Também em Portugal, a premência dos estudos arqueológicos, como fundamentação para as propostas de restauro arquitetónico se fez sentir ainda durante o século XIX. Em 1898, *Estudos de reconstrução sobre o castelo de Leiria*, do arquiteto Ernesto Korrodi, por exemplo, propunha o restauro da fortaleza leiriense, assente na análise arqueológica dos seus vestígios arquitetónicos<sup>298</sup>. No entanto, ainda que a prática de produção de estudos historiográficos e arqueológicos associada ao restauro arquitetónico se tenha generalizado, os projetos de intervenção em monumentos históricos permaneceram, em Portugal, como noutros países, polarizados entre a absoluta conservação e a total reedificação, mesmo depois das tentativas de síntese promovidas por Camillo Boito.

Pese embora admirador de le-Duc, o arquiteto e historiador italiano Camillo Boito rejeitou o restauro assente no critério da unidade estilística, que considerou desatualizado, admitindo alterações arquitetónicas apenas quando historicamente fundamentadas<sup>299</sup>. Em alternativa, Boito apelou ao espírito crítico do restaurador, a quem deveria competir a definição de diferentes níveis de intervenção, adequados às distintas fases da história do edifício intervencionado<sup>300</sup>. Recordando o conceito de autenticidade arquitetónica preconizado por John Ruskin<sup>301</sup>, o restauro teria em consideração todas as fases do edifício, incluindo os vestígios de degradação,

---

<sup>297</sup> John RUSKIN, *The stones of Venice*, vol. I, Boston, Aldine Book Publishing Co., 1851, p. 5-6. Sobre Ruskin, ver supra, p. 51.

<sup>298</sup> Ernesto KORRODI, *Estudos de reconstrução sobre o castelo de Leiria. Reconstituição gráfica de um notável exemplo de construção civil e militar portuguesa (Prospecto)*, Zurique, Instituto Polygraphico, 1898. Para a vida e obra do suíço Ernesto Korrodi [1870-1944], naturalizado português, veja-se Lucília Verdelho da COSTA, *Ernesto Korrodi 1889 - 1944: Arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997.

<sup>299</sup> Javier RIVERA BLANCO, *De varia restauratione, Teoría e historia de la restauración arquitectónica*, Valladolid, Restauración & Rehabilitación, 2001, p.135; Maria José MARTÍNEZ JUSTICIA, *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Madrid, Tecnos, 2ª ed., 2001, p. 260. Sobre Camillo Boito [1836-1914] e a sua teoria de restauro, também denominada por *filológica* ou *científica*, veja-se AAVV., *Camillo Boito: Un protagonista dell'Ottocento italiano*, ed. Guido Zucconi, Tiziana Serena, Veneza, Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, 2003; e Maria José MARTÍNEZ JUSTICIA, *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Madrid, Tecnos, 2ª ed., 2001.

<sup>300</sup> Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation. Antiquity to modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 155.

<sup>301</sup> Ver supra, p. 93.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

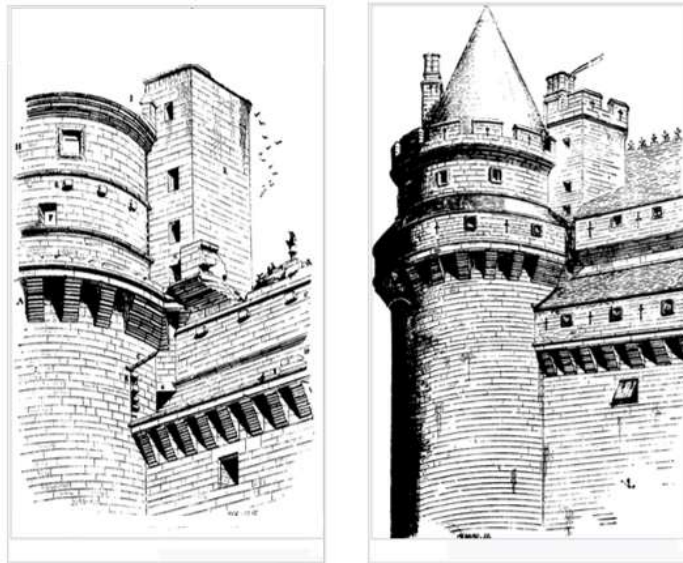


fig. 12. castelo de Pierrefonds, França (vista do torreão e proposta de reedificação)

Eugène VIOLLET-LE-DUC, *Description du château de Pierrefonds*, 1857, figs. 3 e 4

fig. 13. castelo de Leiria, Portugal (vista da loggia e proposta de reedificação)

Ernesto KORRODI, *Estudos de reconstrução sobre o castelo de Leiria*, 1898, est. XVII

adicionados, “*comme des strates*”, pelo decorrer do tempo<sup>302</sup>. Lentamente difundida, contudo, a doutrina de Boito viria a colher consenso geral apenas no início da década de 1930. Os seus pressupostos tornaram-se então bastante influentes, tanto em Itália, como na Europa, encontrando-se em boa medida vertidos, por exemplo, na célebre Carta de Atenas, de 1931<sup>303</sup>. Não obstante a divulgação internacional dos princípios de Camillo Boito, e da própria Carta de Atenas, até meados do século XX, parte significativa das intervenções de restauro não deixou, em diferentes países, de apostar na reedificação integral dos edifícios intervencionados, anulando todos os vestígios da sua ruína, como aconteceu, por exemplo, no paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, integralmente reedificado entre 1937 e 1959<sup>304</sup>. Se a reconstituição com materiais modernos e formas estilizadas podia considerar-se arqueológica, a reconstrução total por mimetização estilística constituía, pelo contrário, uma ação oposta à arqueologia<sup>305</sup>. Profundamente dividido entre a absoluta conservação e a total reintegração, o restauro de monumentos arquitetónicos permaneceu, assim, dependente da vontade, em maior ou menor grau arqueológica, dos arquitetos restauradores.

O debate em torno das estratégias de reabilitação e de restauro arquitetónicos ao longo de toda a primeira metade do século XX, ficou, portanto, marcado pela ponderação do valor documental dos edifícios intervencionados. Concebendo a arte segundo uma perspetiva positiva e evolutiva, o italiano Gustavo Giovannoni, considerado um dos mais influentes pensadores sobre restauro da primeira metade do século XX, por exemplo, insistiu na valorização da componente historiográfica do edificado histórico<sup>306</sup>. Como resultado do desenvolvimento de formas e métodos construtivos e da evolução dos tipos ao longo da história, a arquitetura constituía documento histórico por direito próprio. O restauro não poderia, como tal, ser conduzido por intenções de reconstituição estilística ou especulativa, porque a

<sup>302</sup> Françoise CHOAY, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1982, p. 166-169.

<sup>303</sup> Maria José MARTÍNEZ JUSTICIA: *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Madrid, Tecnos, 2ª ed., 2001, p. 261-262. Sobre a Carta de Atenas, ver infra, p. 100.

<sup>304</sup> Jorge Cunha PIMENTEL, *Rogério de Azevedo e o paço dos Duques em Guimarães, Estudo e projectos de restauro*, Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/ESAP, 2004, p. 16-41.

<sup>305</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, “El metodo arqueologico en la comprension del edificio (sustrato y estructura)”, *Curso de mecánica y tecnología de los edificios antiguos*, Madrid, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1987, p. 29.

<sup>306</sup> Maria José MARTÍNEZ JUSTICIA, *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Madrid, Tecnos, 2ª ed., 2001, p. 304. Crítico, engenheiro civil, arquiteto e urbanista, Gustavo Giovannoni [1873-1947] granjeou reconhecimento sobretudo pelo seu trabalho no domínio da história da arquitetura. Para mais sobre Giovannoni, veja-se, por todos, Gustavo GIOVANNONI, Guido ZUCCONI, *Dal capitello alla città*, ed. Guido ZUCCONI, Milão, Jaca Book, 1997.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

arquitetura comportava aspetos sociais e económicos que não se coadunavam com uma mera classificação estética<sup>307</sup>. Consequentemente, para um aceitável nível de compreensão arquitetónica, o edifício intervencionado deveria ser sujeito ao estudo de todas as fontes históricas possíveis, incluindo as arqueológicas. Ainda na década de 1960 o italiano Cesare Brandi se debatia, por esse motivo, com a indispensabilidade de uma postura crítica para a projeção dos restauros artísticos<sup>308</sup>. Inscrevendo o monumento arquitetónico na sua dupla natureza estética e temporal, Brandi responsabilizou o restauro, na sua *Teoria del restauro*, de 1963, por impactos que, atingindo a valência histórica do monumento, ultrapassavam a esfera estritamente estética. O espírito crítico do arquiteto restaurador deveria, por isso, pautar-se pela constante ponderação “*delle fasi storiche attraverso cui è passato il monumento*”<sup>309</sup>. Cada elemento arquitetónico, parte de um conjunto estético global, como cada momento da sua vida, parte de uma sucessão temporal contínua, constituíam características intrínsecas do edifício, cujo potencial unitário, como tal, resultava do somatório de partes distintas, acrescentadas ao longo dos tempos<sup>310</sup>. O conceito de unidade potencial original da obra de arte havia sido, de resto, alicerçado anteriormente por Benedetto Croce<sup>311</sup>, para quem apenas a intuição poderia garantir a compreensão global daquilo que tornava únicas as obras de arte. Como Boito e Croce antes de si, também Brandi afirmou, a imprescindibilidade da intuição, a que chamou espírito crítico, para o reconhecimento das distintas fases históricas dos edifícios<sup>312</sup>. De modo mais significativo, o potencial unitário da obra arquitetónica alcançava-se, para Brandi, pela articulação entre os elementos arquitetónicos e as necessidades

---

<sup>307</sup> Maria José MARTÍNEZ JUSTICIA, *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Madrid, Tecnos, 2ª ed., 2001, p. 304-305.

<sup>308</sup> Giovanni CARBONARA, “Apresentação”, *Teoria da restauração*, trad. Beatriz Mugayar Kühl, 2ª ed., São Paulo, Ateliê Editorial, 2005, p. 10-11. Historiador da arte e restaurador, Cesare Brandi [1906-1988], ideólogo do restauro e da salvaguarda patrimonial, muito influente na segunda metade do século XX, pretendeu afastar o restauro do empirismo, concorrendo para a sua consolidação enquanto disciplina científica. Sobre Brandi, consulte-se, por todos, Paolo D'ANGELO, *Cesare Brandi: Critica d'arte e filosofia*, Macerata, Quodlibet, 2006.

<sup>309</sup> Cesare BRANDI, *Teoria del restauro*, Turim, Einaudi, 2ª ed., 2000, p. 77-80 (obra original de 1963).

<sup>310</sup> Enrico GUADAGNI, “Il recupero delle tradizioni costruttive locali nel restauro del patrimonio edilizio esistente”, *Archeologia Medievale*, n.º VI, 1979, p. 98.

<sup>311</sup> Peter COLLINS, *Changing ideals in Modern architecture, 1750-1950*, Montreal, McGill-Queen's Press, 2ª ed., 1998, p. 173. Sobre Croce, ver supra, p. 68.

<sup>312</sup> Para mais sobre as correntes de restauro em património edificado, nos séculos XIX e XX, e respetivos protagonistas, leia-se, por todos, Maria José MARTÍNEZ JUSTICIA, *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Madrid, Tecnos, 2ª ed., 2001; Ana Maria MACARRÓN MIGUEL, *Historia de la conservación y la restauración desde la antigüedad hasta el siglo XX*, Madrid, Tecnos, 2002; Javier RIVERA BLANCO, *De varia restauratione: Teoria e historia de la restauración arquitectónica*, Valladolid, Restauración & Rehabilitación, 2001; ou ainda Pedro VAZ, *Edificar no património: Pessoas e paradigmas na conservação & restauro*, Lisboa, Edições 70, 2019.

sociais a que pretendiam dar resposta. Neste sentido, a arquitetura constituía uma expressão de conceitos sociais, do mesmo modo que, na linguística, o vocábulo exprimia conceitos mentais. Brandi aproximava-se do estruturalismo do suíço Ferdinand de Saussure<sup>313</sup>. O significado histórico de um edifício podia, assim, residir na estrutura definida entre si e as intensões sociais a que este procurava dar resposta. A espacialidade, contudo, constituía função da arquitetura. Reabilitar um edifício na sua função, obrigava, como tal, à reabilitação da sua espacialidade. Equiparando a arquitetura aos sistemas linguísticos estruturalistas, poderiam ser realizadas análises das obras arquitetónicas a vários níveis da estrutura em que se articulavam<sup>314</sup>, o que, a um nível mais alargado, pressupunha analisar também o lugar para o qual a obra se projetara. Uma intervenção de reabilitação ou de restauro de um monumento histórico deveria, portanto, incidir também sobre a sua espacialidade, incluindo o contexto urbano em que o mesmo se inseria.

A relevância do contexto urbano para a valorização e preservação do património edificado, vinha, de resto, sendo destacada por diversos pensadores, arquitetos e restauradores, desde meados do século XIX. Para Ruskin, por exemplo, a expurgação urbanística própria das cidades industrializadas, que visava a criação de praças e de ruas amplas e regularizadas, constituía um desrespeito pelos antepassados das comunidades citadinas. Além do mais, o interesse arquitetónico das cidades não residia nos edifícios monumentais, porque o princípio de toda a arquitetura provinha da arquitetura doméstica<sup>315</sup>. No seu manifesto *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*, de 1889, o arquiteto e historiador da arte austríaco Camillo Sitte atribuiu a destruição da beleza das cidades também ao parcelamento regular decorrente do planeamento urbano moderno<sup>316</sup>. De igual modo,

---

<sup>313</sup> O estruturalismo assentava no pressuposto de que os conceitos mentais subjacentes, os significados, correspondiam a expressões verbais ou materiais, os significantes, que se articulavam entre si para formar estruturas de comunicação. O vocábulo *janela* era, assim, um significante verbal, cujo significado mental, se formava pela ideia de vão aberto numa parede. Michael HATT, Charlotte KLONK, *Art history, A critical introduction to its methods*, Manchester, Manchester University Press, 2006; Kenneth WOMACK, "Ferdinand de Saussure and structural linguistics", *Modern european criticism and theory, A critical guide*, ed. Julian Wolfreys, Edimburgo, Edinburgh University Press, 2ª ed., 2006, p. 69. Para mais sobre estruturalismo, particularmente influente no domínio da linguística e da literatura, leia-se, por todos, John STURROCK, *Structuralism*, Londres, Paladin, 1986. Para mais sobre o linguista suíço Ferdinand de Saussure [1857-1913], veja-se Jonathan D. CULLER, *Ferdinand de Saussure*, Ithaca, Cornell University Press, ed. revista, 1986.

<sup>314</sup> Cesare BRANDI, *Struttura e architettura*, Turim, Giulio Einaudi, 3ª ed., 1975, p. 34-38.

<sup>315</sup> John RUSKIN, *The seven lamps of architecture*, Londres, Smith, Elder and Co., 1849, p. 167-182. Sobre Ruskin, ver supra, p. 51.

<sup>316</sup> Camillo SITTE, *City planning according to artistic principles*, trad. George R. Collins, Christiane Crasemann Collins, Nova Iorque, Rondon House, 1965, p. 107-112 (a partir de *Der Städtebau nach*

para uma arqueologia crítica da arquitetura

também Gustavo Giovannoni valorizou a estética própria dos ambientes urbanos pré-industriais, equiparando as qualidades artísticas da arquitetura vernacular e das ruas, bairros e praças à dos grandes monumentos arquitetónicos<sup>317</sup>. As convicções urbanísticas de Giovannoni, difundidas, por exemplo, no seu *Vecchie città ed edilizia nuova*, de 1931, pressupunham por isso a conjugação das necessidades da vida moderna com o respeito por todo o património edificado. Rumo a sistemas urbanísticos mais equilibrados, propôs a combinação de bairros antigos e modernos, de que dependeria não apenas a preservação da herança arquitetónica das cidades, como também o seu pleno desenvolvimento cultural e social<sup>318</sup>.

Quando, em 1963, Cesare Brandi publicou a sua *Teoria del restauro*, portanto, já as funestas consequências da destruição de património edificado para fins urbanísticos vinham sendo internacionalmente debatidas havia largas décadas<sup>319</sup>. O crescente reconhecimento internacional do contexto urbano pré-industrial havia sido, de resto, consignado já na Carta de Atenas, de 1931. Produto do I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, a Carta de Atenas recomendava, de facto, o respeito pela “*physionomie des villes*”, cujo edificado histórico deveria ser “*objet de soins particuliers*”<sup>320</sup>. Gustavo Giovannoni, que contribuiu diretamente na redação do diploma<sup>321</sup>, assumiu também um destacado papel na ratificação dos seus princípios em Itália, alcançada através da instituição no país da Carta del Restauro, em 1932. No seu ponto sexto, contudo, a Carta del

---

*seinen künstlerischen grundsätzen*, de 1889). Para a biografia e princípios urbanísticos do arquiteto e historiador da arte austríaco Camillo Sitte [1843-1903], veja-se Camillo SITTE, George R. COLLINS, Christiane Crasemann COLLINS, *Camillo Sitte: The birth of Modern city planning*, Nova Iorque, Dover Publications, 2006.

<sup>317</sup> Maria José MARTÍNEZ JUSTICIA, *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Madrid, Tecnos, 2ª ed., 2001, p. 306. Sobre Giovannoni, ver supra, p. 97.

<sup>318</sup> Gustavo Giovannoni, *L'urbanisme face aux villes anciennes*, trad. Jean-Marc Mandosio, Amélie Petita, Claire Tandille, Paris, Éditions du Seuil, 1998 (a partir de *Vecchie città ed edilizia nuova*, de 1931). Sobre Giovannoni, ver supra, p. 97.

<sup>319</sup> O impacto dos pressupostos urbanísticos de Camillo Sitte, traduzidos em diversos países entre 1902 e 1945, por exemplo, diluíram-se ao longo de toda a primeira metade do século XX, marcando o início de um certo interesse académico por parte dos historiadores da arte, relativamente ao planeamento urbano das cidades pré-industriais. AAVV., *Architectural theory: From the Renaissance to the present*, Köln, Taschen, 2003, p. 662.

<sup>320</sup> ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 33. Para mais sobre a Carta de Atenas, originalmente denominada Charte d'Athènes pour la Restauration des Monuments Historiques, veja-se Jukka JOKILEHTO, *A history of architectural conservation*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2017; e Go OHBA, “Two approvals from the 1931 Athens Conference: Anastylis and international collaboration for architectural conservation: New evidence”, *Conservation and management of archaeological sites*, vol. 19, n.º 2, 2017.

<sup>321</sup> Jukka JOKILEHTO, *A history of architectural conservation*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2017, p. 284.

Restauro sublinhava a relevância não apenas dos ambientes urbanos antigos, mas também da consideração científica das diferentes fases construtivas dos conjuntos edificados<sup>322</sup>. Ao preconizar a valorização, proteção e conservação da espacialidade adjacente ao edifício restaurado e das suas respetivas “*fasi storiche*”<sup>323</sup>, Cesare Brandi convergia, portanto, para os percursos teóricos trilhados antes de si por autores como Ruskin, Sitte ou Giovannoni, enquanto simultaneamente subscrevia os princípios recomendados na Carta de Atenas e na Carta del Restauro italiana.

O apreço pela qualidade artística e documental dos centros urbanos antigos, e pelas múltiplas fases construtivas da sua arquitetura monumental e vernacular, embora manifestamente crescente com a industrialização das cidades, deflagrou, a nível global, no período que se seguiu à II Guerra Mundial, quando a destruição de amplas áreas de diversas cidades europeias impulsionou os inevitáveis e urgentes projetos de reconstrução. Cedendo a programas modernos, que se opunham a narrativas nacionalistas, à época muito depreciadas, os projetos de reedificação urbana nas áreas arruinadas pelos bombardeamentos previam geralmente demolições. As preocupações com a reconstrução, o crescimento demográfico, a melhoria das condições de habitabilidade e de circulação automóvel, exigiam intervenções urbanísticas de raiz, mais concordantes com planeamentos modernistas do que com as preocupações patrimoniais dos movimentos conservacionistas. Consequentemente, até finais da década de 1950, diversas cidades europeias, como Marselha, Malta ou Münster, por exemplo, haviam já colocado em prática planos urbanísticos que implicaram demolições em grande escala<sup>324</sup>.

Em Itália, país onde a arqueologia da arquitetura viria a desenvolver-se, a idealização de uma universalidade de valores artísticos, a par de um manifesto menosprezo no pós-Guerra pelo legado fascista neoclassicista, concorreu para a aceitação generalizada dos arquétipos arquitetónicos tradicionais. Até finais da década de 1950, posto isso, a conservação adquiriu no país notável projeção social, enquanto Cesare Brandi, estabelecido como o principal teórico de restauro do seu tempo, assegurava a afirmação internacional do país, como paradigma conservacionista. Por conseguinte, foi em Itália, mais do que em qualquer outro país, que a conciliação entre a arquitetura moderna e o ambiente histórico se realizou mais contundentemente,

---

<sup>322</sup> Javier RIVERA BLANCO, *De varia restauratione: Teoria e historia de la restauración arquitectónica*, Valladolid, Restauración & Rehabilitación, 2001, p. 141 e 147.

<sup>323</sup> Cesare BRANDI, *Teoria del restauro*, Turim, Einaudi, 2ª ed., 2000, p. 77 (obra original de 1963).

<sup>324</sup> Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation, Antiquity and modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 283-288.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

antes mesmo do conservacionismo ceder, na década de 1960, à propagação do internacionalismo<sup>325</sup>. Acérrimo crítico da ortodoxia urbanística emanada dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, que qualificou como inaceitável<sup>326</sup>, Cesare Brandi defendia a adaptação dos novos projetos urbanos aos cenários históricos preexistentes, preconizando intervenções que deveriam ser, acima de tudo, dominadas pelo espírito crítico. Próximo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, onde desde 1948 colaborou como perito, Brandi seria, além do mais, determinante na redação da Carta de Veneza, aquele que viria a tornar-se o principal documento de avaliação para os sítios incluídos na Lista de Património Mundial<sup>327</sup>.

Ainda que a ênfase dada ao valor histórico da arquitetura viesse crescendo desde finais do século XIX, foi sobretudo depois da reconstrução do pós-II Guerra Mundial que o seu valor artístico assumiu maior preponderância. Mesmo mantendo o princípio da não falsificação, emanado da Carta de Atenas, alguns artigos da Carta de Veneza procuraram, por isso, um maior equilíbrio entre a parcela histórica do edificado e o seu carácter artístico<sup>328</sup>. De facto, a ênfase atribuída à autenticidade histórica, patente, por exemplo, na proscricção do critério de unidade estilística do décimo primeiro artigo da Carta de Veneza, conciliou-se com a relevância artística conferida à arquitetura, “*no less as works of art than as historical evidence*”<sup>329</sup>. Como tal, em todo o diploma sobressai o cuidado com a aferição e a preservação da significância

---

<sup>325</sup> Para mais sobre arquitetura moderna e internacionalismo, consulte-se, por todos, Mark CRINSON, *Rebuilding Babel: Modern architecture and internationalism*, Londres, I. B. Tauris & Co., 2017.

<sup>326</sup> Fidel MERAZ, “Architecture and Temporality in Conservation Theory: The Modern Movement and the Restoration Attitude in Cesare Brandi”, *The challenge of change. Dealing with the legacy of the Modern Movement*, ed. Dirk van den Heuvel, Maarten Mesman, Delft, IOS Press, p. 24.

<sup>327</sup> Jukka JOKILEHTO, *A history of architectural conservation*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2017, p. 413 e 420-421; Para mais sobre a UNESCO e respetiva Lista de Património Mundial, nomeadamente a proximidade de princípios com a Carta de Veneza, consulte-se, por todos, Sophia LABADI, *UNESCO, Cultural heritage, and outstanding universal value: Value-based analyses of the World Heritage and Intangible Cultural Heritage Conventions*, Lanham, AltaMira, 2013.

<sup>328</sup> Jukka JOKILEHTO, *A history of architectural conservation*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2017, p. 417-421; Tanja VAHTIKARI, *Valuing world heritage cities*, Londres, Routledge, 2017, p. 20 e 122. Para mais sobre a Carta de Veneza, nomeadamente no domínio de atuação da UNESCO e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS, veja-se, por todos, Claudine HOUBART, “The Great Beguinage of Leuven: An early challenge for the Venice Charter”, *OPUS*, n.º 2, 2018, p. 105-128; Tanja VAHTIKARI, *Valuing world heritage cities*, Londres, Routledge, 2017; e ainda AAVV., *The Venice Charter revisited: Modernism, conservation and tradition in the 21st Century*, ed. Matthew Hardy, Cambridge, Cambridge Scholars, 2008.

<sup>329</sup> ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 37.

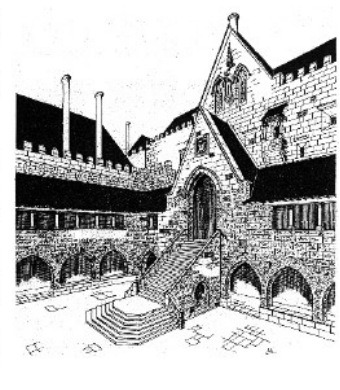
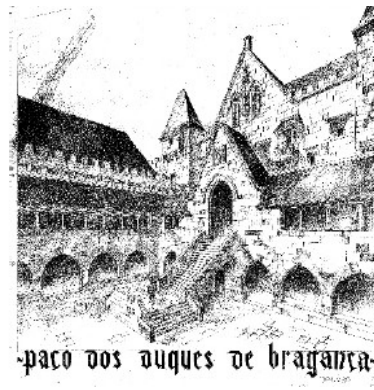


fig. 14, 15 e 16. paço dos Duques de Bragança, Guimarães, Portugal (alçado este do pátio:

ruína anterior ao restauro, reconstituições segundo vestígios arqueológicos, 2012)

Jorge Cunha PIMENTEL, *O paço dos Duques em Guimarães*, 2004, p. 19, 29

fotografia do autor, 2010

para uma arqueologia crítica da arquitetura

histórica do edificado, tanto mais porque a sua valência artística encerrava, à luz das conjecturas histórico-artísticas de Winckelmann, o seu próprio valor histórico<sup>330</sup>. Assim, enquanto no primeiro e sexto artigos da Carta de Veneza se amplia a noção de monumento histórico à arquitetura vernacular e ao enquadramento tradicional, no nono e décimo primeiro artigos apela-se ao respeito pelas diferentes épocas de edificação e ao imperativo do estudo e do acompanhamento arqueológico e histórico, prévio e simultâneo às ações de restauro empreendidas<sup>331</sup>. Crescia a preocupação com os perigos patrimoniais decorrentes dos planos urbanísticos modernos e das ações de reabilitação empreendidas, com evidentes repercussões na valorização do urbanismo pré-industrial, da arquitetura vernacular e das suas fases construtivas, enquanto se firmavam bases para a indispensabilidade de análises histórico-arqueológicas nas intervenções sobre o património arquitetónico. Generalizou-se a partir de então, por influência direta da Carta de Veneza<sup>332</sup>, a legislação de proteção ao património arquitetónico, incluindo a necessidade do seu estudo histórico-arqueológico.

Não obstante, até inícios da década de 1970, escasseavam as colaborações entre arqueólogos e arquitetos. Em Itália, onde a arqueologia da arquitetura conheceria maior desenvolvimento, o distanciamento entre arqueologia e arquitetura perseverou até meados da década, sobretudo pela repartição das duas disciplinas por entidades tutelares distintas, protelando a aproximação dos estudos arqueológicos à reabilitação arquitetónica. Por conseguinte, a plena concretização dos fundamentos da Carta de Veneza e dos princípios enunciados por Cesare Brandi não se alcançou senão em meados dos anos de 1970<sup>333</sup>. Mas sendo a caracterização e interpretação cronotipológica princípios basilares da arqueologia, os estudos arqueológicos do edificado constituíam-se como método privilegiado para a compreensão dos materiais, das tecnologias e das sequências construtivas próprios dos edifícios a intervir. A reabilitação arquitetónica, para além do mais, preocupação comum a arqueólogos e arquitetos, configurava-se um campo disciplinar privilegiado para a convergência dos pressupostos da arqueologia e da arquitetura<sup>334</sup>.

---

<sup>330</sup> Sobre Joachim Winckelmann, ver supra, p. 32.

<sup>331</sup> ICOMOS (ed.), "International charters for conservation and restoration", *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 37-38.

<sup>332</sup> Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation, Antiquity and modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 284.

<sup>333</sup> Beatriz Mugayar KÜHL, Beatrice A. VIVIO, Alessandro Pergoli CAMPANELLI, "Questões de restauro na Itália: atualizando o debate", *Pós*, n.º V, 18, nº 30, 2011, p. 231. Sobre Brandi, ver supra, p. 98.

<sup>334</sup> Riccardo FRANCOVICH, "Archeologia e restauro dei monumenti, Nota Introduttiva", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All'Insegna del Giglio, 1988,

Cientificamente consubstanciada nas doutrinas de Giovannoni e de Brandi, a valorização do património edificado encontrou nas Cartas de Atenas e de Veneza as linhas orientadoras que haveriam de conduzir à institucionalização do seu estudo e da sua salvaguarda. Ao estímulo preconizado pelas conjeturas normativas reagiu a arqueologia com o desenvolvimento novas disciplinas, focadas também em responder aos impactos patrimoniais decorrentes das transformações urbanas do pós-II Guerra Mundial. Apostadas na articulação entre investigação e salvaguarda de testemunhos materiais e arquitetónicos<sup>335</sup>, a arqueologia medieval e a arqueologia urbana, por exemplo, procuraram aplicar os métodos arqueológicos a contextos ameaçados pela crescente reabilitação urbana. Enquanto crescia a responsabilização social pela preservação de bens arquitetónicos, a premência da reabilitação urbana juntava-se às preocupações ideológicas do restauro arquitetónico e às possibilidades metodológicas próprias da arqueologia. Os campos disciplinares em que se moviam arqueólogos e arquitetos, caminhando em direção à “*perduta unità del grande Ottocento*”<sup>336</sup>, não se manteriam separados durante muito mais tempo.

## 2.2.

### **alicerçando fundamentos:**

#### **a década de 1970**

À medida que a pressão urbanística espoletava em diferentes países distintas reações, em maior ou menor grau conservacionistas, crescia também a consciencialização para com o valor historiográfico atribuído a cada uma das componentes arquitetónicas votadas à demolição. Mas até inícios do século XX, pese

---

p. 25; Gian Paolo TRECCANI, “Archeologia stratigrafica e conservazione del costruito: Alcuni obiettivi condivisi”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º I, 1996, p. 139-140; Rita TAGLIABUE, “Ambienti di ricerca comuni tra archeologia e restauro architettonico”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º I, 1996, p. 155-161.

<sup>335</sup> Antonio MALPICA CUELLO, “Arqueólogos y arquitectos. Un debate necesario”, *Arqueología medieval y restauración*, ed. Alberto García Porras, Granada, Alhulia, 2016, p. 22.

<sup>336</sup> Andrea CARANDINI, “Archeologia, architettura, storia dell’arte”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All’Insegna del Giglio, 1988, p. 38.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

embora a relevância ambicionada por John Ruskin e Camillo Sitte<sup>337</sup> para a arquitetura vernacular, a prioridade conservacionista recaía maioritariamente sobre a arquitetura monumental dos períodos clássico e medieval. A forte influência da primeira geração da escola dos Annales junto dos historiadores seus contemporâneos, no entanto, vinha contribuindo, desde a década de 1930, para o alargamento temático das pesquisas historiográficas a todos os aspetos económicos e culturais das sociedades passadas<sup>338</sup>. Foi sobretudo depois da II Guerra Mundial que esta transformação de padrões historiográficos mais incentivou a consideração antropológica e processual de áreas históricas até então consideradas marginais<sup>339</sup>. Gradualmente, num processo que seria determinante para o desenvolvimento da arqueologia da arquitetura, cresceu o interesse por períodos cronológicos que a predominante arqueologia histórico-culturalista, mais focada nas grandes civilizações da Antiguidade, não abrangia<sup>340</sup>. Em Itália, país central na estruturação da arqueologia da arquitetura, a rutura com a hegemonia classicista<sup>341</sup>, criou oportunidades para a apreciação de outros contextos arqueológicos, nomeadamente o medieval, evidenciada no estatuto disciplinar e institucional alcançado logo nos anos de 1970 pela arqueologia medieval italiana. Distanciando-se das suas congéneres pela aplicação do método estratigráfico, mais do que pelas escolhas temáticas, a arqueologia medieval em Itália, sob influência da doutrina marxista, concentrou-se, não obstante, em sítios arqueológicos associados às classes subalternas, habitualmente marginalizadas pela pesquisa histórica tradicional<sup>342</sup>.

De facto, o paradigma da diversificação historiográfica, que, partindo da escola dos Annales, se disseminou globalmente na década de 1950, manifestava-se em arqueologia pela atenção dirigida a contextos alternativos e marginais, como os povoados e as construções domésticas medievais. Ainda que o foco arqueológico

---

<sup>337</sup> Sobre Ruskin e Sitte, ver supra, p. 51 e 100.

<sup>338</sup> Sobre a escola dos Annales, ver supra, p. 63.

<sup>339</sup> Matthew JOHNSON, *Archaeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed, 2010, p. 202.

<sup>340</sup> Sobre arqueologia histórico-culturalista, ver supra, p. 55 e seguintes.

<sup>341</sup> A Antiguidade clássica servia em Itália, desde o processo de unificação do país, para a consolidação identitária nacional. Neste contexto, intervenções arqueológicas em ícones monumentais clássicos ditaram por vezes a demolição de conjuntos edificados de outros períodos, como ocorreu com o casario medieval junto do Fórum de Roma. Com a proliferação do fascismo, intensificou-se, sobretudo desde a década de 1930, a mitificação do período romano, determinando a destruição dos vestígios medievais, considerados bárbaros, e, como tal, inferiores. Para mais sobre a arqueologia italiana sob o regime fascista, veja-se, por todos, Genevieve GESSERT, *Roman archaeology under Italian fascism*, Abingdon, Taylor & Francis, 2019.

<sup>342</sup> Vincenzo Fiocchi NICOLAI, "Archeologia medievale e arqueologia cristiana: Due discipline a confronto", *Quarant'anni di archeologia medievale in Italia, La rivista, i temi, la teoria e i metodi*, ed. Sauro Gelichi, All'Insegna del Giglio, 2014, p. 21-22.

conhecesse grande diversidade temática, a premência de reconstrução e a pressão urbanística sentidas no pós-II Guerra Mundial acentuavam o interesse pelos vestígios medievais urbanos, muito abundantes, de resto, na maior parte das cidades europeias<sup>343</sup>. Também em Inglaterra, por exemplo, o ímpeto reconstrutivo que se seguiu ao pós-Guerra permitiu a identificação de dados arqueológicos associados à origem medieval de várias cidades, como Londres ou Maidstone, por exemplo. À medida que o desenvolvimento urbano expunha um cada vez maior número de vestígios medievais, frequentemente em risco de destruição, crescia a urgência de trabalhos de enquadramento cronotipológico. Desviado o enfoque dos tradicionais estudos académicos pré-históricos e clássicos para a arqueologia de emergência, despertou o interesse da arqueologia inglesa para os vestígios medievais de contextos urbanos<sup>344</sup>.

Na Península Ibérica, não obstante o romantismo ter, desde finais do século XIX, fomentado escavações arqueológicas em contextos islâmicos, e as afinidades ideológicas entre franquismo, salazarismo e nazismo terem impulsionado a arqueologia ibérica do período godo, durante as décadas de 1930 e 1940<sup>345</sup>, as condicionantes específicas dos regimes políticos peninsulares causaram à arqueologia medieval algum atraso. Não seria senão depois dos anos de 1960, e em particular depois da década de 1980, que a arqueologia medieval ibérica conheceria maior desenvolvimento, impulsionada por projetos académicos e por associações locais sem fins lucrativos, de que o Campo Arqueológico de Mértola, criado em 1978<sup>346</sup>, constitui exemplo. Limitando-se, salvo algumas exceções, a recolhas dispersas, não raras

---

<sup>343</sup> O confinamento da historiografia urbana à história das instituições atrasava o desenvolvimento da arqueologia em contextos urbanos, até à II Guerra Mundial quase exclusivamente dedicada à recuperação de plantas de edificações, sem maiores investimentos na determinação de sequências cronotipológicas. Christopher GERRARD, *Medieval archaeology, Understanding traditions and contemporary approaches*. Londres, Routledge, 2ª ed., 2005, p. 65-70.

<sup>344</sup> John STEANE, *The archaeology of Medieval England and Wales*, Londres, Routledge, 2015, p. 206; David M. WILSON, "The foundation and early years of the Society for Medieval Archaeology", *Reflections: 50 years of Medieval archaeology, 1957-2007*, ed. Roberta Gilchrist, Andrew Reynolds, Nova Iorque, Routledge, 2ª ed., 2017, cap. 1, p. 11-17; Chris GERRARD, *Medieval archaeology: Understanding traditions and contemporary approaches*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2005, p. 137-138.

<sup>345</sup> Ricardo IZQUIERDO BENITO, "La arqueología medieval en España: Antecedentes y estado actual", *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º 1, 1994, p. 119-121; Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, "Medieval Archaeology in Spain", *Reflections: 50 years of Medieval archaeology, 1957-2007*, ed. Roberta Gilchrist, Andrew Reynolds, Londres, Maney Publishing, 2009, cap. 9, p. 174.

<sup>346</sup> AAVV., *Mértola, Da escavação arqueológica ao museu*, coord. Maria de Fátima Palma, Clara Rodrigues, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2016. Para mais sobre o Campo Arqueológico de Mértola, incluindo na área das arqueologias medieval e islâmica em Portugal, leia-se Susana GOMÉZ MARTÍNEZ, Lúgia RAFAEL, Cláudio TORRES, *Mértola vila museu: Um projeto arqueológico de desenvolvimento integrado*, Revista de Arqueologia Pública, vol. 10, n.º 3, 2016, p. 55-80.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

vezes consequência indireta de investigações preconizadas em contextos de outros períodos históricos<sup>347</sup>, a arqueologia medieval em Espanha e Portugal cresceu sobretudo por via da abertura da comunidade científica ao progresso registado neste campo noutros países. Maioritariamente centrada em povoados desaparecidos e em templos religiosos, a arqueologia medieval ibérica tendeu, contudo, para a análise de contextos isolados, sem que os vestígios medievais urbanos tivessem recebido particular atenção, senão já em finais do século XX<sup>348</sup>.

À medida que a arqueologia medieval adquiria relevância académica em diversos países europeus, alguns arqueólogos, como o inglês Philip Rahtz, tentaram a sua incorporação no programa processualista da nova arqueologia<sup>349</sup>. Ainda nos anos de 1980, de facto, Rahtz contrapunha a arqueologia, essencialmente coletiva, à história, mais focada em casos individuais. Mesmo assim, e ainda que considerando a maioria das evidências arqueológicas como subjetivas, não deixou de recomendar a formulação prévia de teorias, que deveriam ter em consideração o que poderia ou não poderia ser deduzido da cultura material. Predicado essencial ao processualismo, a formulação antecipada de teorias, em confronto com os testemunhos arqueológicos, permitiria deduzir não apenas os acontecimentos passados, mas também as motivações culturais que os haviam espoletado<sup>350</sup>. Expressa na década de 1980, a insistência de Rahtz em testar teorias previamente estabelecidas ecoava, na verdade, princípios processualistas mais antigos, como os que haviam sido defendidos por Karl Popper, nos anos de 1950, por exemplo<sup>351</sup>.

Muito influente na prática arqueológica, a doutrina de Popper refletiu-se na rejeição de hipóteses irracionais sobre o passado, que, pelo contrário, deveriam ser

---

<sup>347</sup> Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, “Arqueologia medieval em Portugal: 25 anos de investigação”, *Portugália*, nova série, vol. XXVI, 2005, p. 151.

<sup>348</sup> Julia SARABIA-BAUTISTA, “La ciudad durante la Alta Edad Media: Balance y propuesta de nuevas perspectivas metodológicas para el estudio de los escenarios urbanos en la Península Ibérica”, *Treinta años de arqueología medieval en España*, ed. Juan Antonio Quirós Castillo, Oxford, Archeopress Publishing Lda., 2018, p. 148; Catarina TENTE, “Os últimos 30 anos da arqueologia medieval portuguesa (1987-2017)”, *Treinta años de arqueología medieval en España*, ed. Juan Antonio Quirós Castillo, Oxford, Archeopress Publishing Lda., 2018, p. 49.

<sup>349</sup> Professor nas universidades de Birmingham e de York, Philip Rahtz [1921-2011] dedicou parte significativa da sua carreira à arqueologia de contextos medievais cristãos. Para mais sobre o pensamento arqueológico de Rahtz, nomeadamente no domínio da arqueologia medieval, veja-se, Philip RAHTZ, *Invitation to archaeology*, Oxford, Blackwell, 1985. Sobre nova arqueologia, ver supra, p. 70.

<sup>350</sup> Philip RAHTZ, *Invitation to archaeology*, Oxford, Blackwell, 1985, p. 1-10.

<sup>351</sup> Para Karl Popper [1902-1994], filósofo inglês de origem austríaca, as teorias científicas nunca poderiam ser verdadeiramente comprovadas, advogando, por isso, a experimentação, como forma de descartar as teorias que, em alternativa, se revelassem falsas. Para mais sobre a vida e obra de Popper, veja-se Phil PARVIN, *Karl Popper*, ed. John Meadowcroft, Nova Iorque, Bloomsbury, 2013.

racionalmente ponderadas. A razão era o meio através do qual se progredia no conhecimento do passado, assumindo a forma cognitiva de testes críticos, sem lugar para a emotividade<sup>352</sup>. Mesmo que leis universais se alcançassem pela observação de casos verdadeiros, defendeu Popper, não havia motivos para deixar de testá-las<sup>353</sup>. Desde os anos de 1950, de facto, que a nova arqueologia, insatisfeita com a prática descritiva que caracterizava a atividade arqueológica, procurava, em alternativa, instituir práticas explicativas, segundo interpretações racionais do passado<sup>354</sup>. A epistemologia arqueológica focou-se então no estabelecimento de generalizações, na crença na objetividade dos dados e em que só o confronto entre hipóteses pré-estabelecidas e o registo arqueológico poderia determinar as estruturas culturais que justificavam os eventos passados<sup>355</sup>. Assumindo a cultura como sistema, a nova arqueologia aceitava a adaptação das comunidades humanas ao meio ambiente, como o equilíbrio resultante da interação entre diferentes elementos culturais. Os testemunhos arqueológicos, produtos da adaptação das comunidades humanas ao meio em que se inseriam, podiam, portanto, ser utilizados para reconstrução dos ecossistemas humanos do passado. A sua interpretação conjunta, segundo análises estatísticas, revelaria padrões culturais e sociais passíveis de generalização, viabilizando, como tal, a comparação entre distintas sociedades<sup>356</sup>.

Não obstante, quando confrontada com períodos de grande abundância de fontes escritas, como o medieval, a arqueologia arriscava a sua preponderância epistemológica, na medida em que poucos documentos arqueológicos poderiam ser tão objetivos quanto os testemunhos escritos. Assentando em intervalos de tempo bem definidos, a arqueologia medieval mantinha, todavia, profundidade temporal suficiente para deduzir processos culturais relativamente longos. Ambicionava-se que esta característica, em confronto com a documentação escrita existente, garantisse a objetividade dos testemunhos arqueológicos medievais, permitindo novas perspetivas sobre os sistemas culturais complexos, próprios deste período<sup>357</sup>. Ao longo da década de 1970, tentativas para reforçar a assertividade científica da arqueologia passaram, na realidade, pela apropriação de pressupostos epistemológicos de grande

<sup>352</sup> Michael SHANKS, *Experiencing the past. On the character of archaeology*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2005, p. 13.

<sup>353</sup> Karl POPPER, *The poverty of historicism*, Boston, The Beacon Press, 1957, p. 107-108.

<sup>354</sup> Matthew JOHNSON, *Archaeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed, 2010, p. 29.

<sup>355</sup> Michael SHANKS, Christopher Y. TILLEY, *Re-constructing archaeology: Theory and practice*, Londres, Routledge, 2ª ed., 1993, p. 32.

<sup>356</sup> Matthew JOHNSON, *Archaeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed, 2010, p. 25-30.

<sup>357</sup> Richard HODGES, "Method and theory in Medieval archaeology", *Archeologia Medievale*, n.º IX, 1982, p. 28.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

objetividade, como os preconizados pela teoria de alcance intermédio<sup>358</sup>, adaptada à prática arqueológica por Lewis Binford, em 1977<sup>359</sup>. Apesar dos vestígios arqueológicos constituírem, no presente, registos estáticos, são sobre eles colocadas questões sobre dinâmicas culturais das sociedades passadas. A relação entre fenómenos estáticos do presente e eventos dinâmicos do passado, própria da arqueologia, pressupunha, segundo a teoria de alcance intermédio, uma transposição concetual, através da qual os materiais culturais eram convertidos em abstrações, relativas às condições dinâmicas em que haviam sido produzidos<sup>360</sup>. Uma vez estabelecidas as abstrações, deduções poderiam ser alcançadas, atribuindo significâncias dinâmicas aos materiais culturais. Partindo do princípio de que os factos ocorreram no passado tal como ocorriam no presente, Binford sustentou que se poderiam conhecer as dinâmicas culturais do passado, ligando os vestígios arqueológicos que produziram a ocorrências culturais do presente<sup>361</sup>. Sugeriu então que se testassem as teorias arqueológicas em sistemas culturais atuais, abrindo portas à arqueologia experimental e à etnoarqueologia, que recorriam à replicação no presente de tarefas próprias de culturas antigas e à comparação entre dados arqueológicos e materiais produzidos por sociedades atuais<sup>362</sup>.

Anos mais tarde, já na década de 1980, emergiram sérias contestações ao otimismo processualista adotado pela arqueologia medieval. De facto, condicionada pela história, e respetivos registos escritos, a objetividade processualista da arqueologia medieval encontrava-se bastante constrangida pelas perspetivas

---

<sup>358</sup> De grande influência no pós-II Guerra Mundial, a teoria de alcance intermédio, *middle-range theory*, como batizada pelo sociólogo norte-americano Robert Merton [1910-2003], assentava na possibilidade de estabelecer relações entre os vestígios do passado e as comunidades que lhes deram origem, aspirando à correlação estatística entre padrões registados na cultura material e comportamentos sociais. Michael SHANKS, Christopher Y. TILLEY, *Social theory and archaeology*, Albuquerque, Universidad do Novo México, 2ª ed., 1988, p. 2. No seu contexto sociológico original, a teoria de alcance intermédio não era uma teoria propriamente dita, mas antes uma tentativa de estabelecimento de teorias científicas, preconizando para o efeito estratégias capazes de submeter teorias de âmbito mais estreito a princípios cada vez mais gerais. Mark RAAB, Albert GOODYEAR, "Middle-range theory in archaeology: A critical review of origins and applications", *American Antiquity*, vol. 49, n.º 2, 1984, p. 255.

<sup>359</sup> Richard HODGES, "Method and theory in Medieval archaeology", *Archeologia Medievale*, n.º IX, 1982, p. 9. Sobre Lewis Binford, ver supra, p. 81.

<sup>360</sup> Lewis R. BINFORD, *Bones, Ancient men and Modern myths*, San Diego, Academic Press, 1981, p. 31-32; Matthew JOHNSON, *Archaeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed., 2010, p. 55.

<sup>361</sup> Richard HODGES, "Method and theory in Medieval archaeology", *Archeologia Medievale*, n.º IX, 1982, p. 12.

<sup>362</sup> Para mais sobre arqueologia experimental e etnoarqueologia, leia-se, por todos, AAVV., *Experimental archaeology and theory*, ed. Frederick W. F. Foulds, Oxford, Oxbow Books, 2013; e Nicholas DAVID, Carol KRAMER, *Ethnoarchaeology in action*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

historiográficas, para mais eurocênicas, do período medieval<sup>363</sup>. Além disso, enquanto cultura material, os documentos escritos haviam sido também eles planeados para responder a problemáticas culturais específicas, enviesando, como tal, o preestabelecimento das teorias a testar por confronto com os materiais arqueológicos<sup>364</sup>. Philip Rahtz, entre outros, preconizou então uma arqueologia medieval independente da história. História e arqueologia deveriam produzir separadamente as suas próprias teorias, que, depois de testadas através das suas fontes específicas, escritas e arqueológicas, seriam confrontadas entre si. Do confronto, defendeu, nasceria uma arqueologia livre da tirania da documentação escrita, geradora de dados que contribuíssem objetivamente para o conhecimento das sociedades medievais<sup>365</sup>. Na década de 1950, todavia, acompanhando o ritmo processualista da época, a jovem arqueologia medieval privilegiava os vestígios materiais, enquanto manifestações cronotipologicamente mais assertivas, em detrimento das fontes escritas, não raras vezes produzidas séculos depois do desaparecimento dos eventos que relatavam<sup>366</sup>. Se a arqueologia pretendia ser validada enquanto ciência, deveria proceder cientificamente, à imagem das ciências naturais, testando hipóteses preestabelecidas e alcançando generalizações, a partir dos dados arqueológicos<sup>367</sup>. De resto, à medida que o processualismo afastava a arqueologia da história e da história da arte, o crescente ceticismo com que arqueólogos medievalistas encaravam as fontes escritas de período medieval acompanhou a diversificação do interesse científico relativamente à arquitetura medieval, que divergiu do monumental para uma gama cada vez mais alargada de construções. Pela década de 1970, os avanços da arqueologia medieval deviam-se, como tal, tanto ao reconhecimento da cultura material medieval, quanto à valorização diversificada dos tipos arquitetónicos e dos contextos arqueológicos analisados<sup>368</sup>.

---

<sup>363</sup> Timothy CHAMPION, "Medieval archaeology and the tyranny of the historical record", *From the Baltic to the Black Sea. Studies in Medieval archaeology*, ed. David Austin, Leslie Alcock, Londres, Unwin Hyman, cap. 3, 1990, p. 91.

<sup>364</sup> Stephen DRISCOLL, "The new Medieval archaeology: Theory vs history", *Scottish Archaeological Review*, vol. 3, parte 2, 1984, p. 107-109.

<sup>365</sup> Philip RAHTZ, *The new Medieval archaeology*, York, University of York, 1981, p. 13-15.

<sup>366</sup> Hugo BLAKE, "Professionalizzazione e frammentazione: Ricordando l'archeologia medievale nel lungo decennio 1969-1981", *Post-Classical Archaeologies*, vol. 1, 2011, p. 457. A cultura material em Itália vinha sendo desde os anos de 1940 valorizada também pelo seu contributo para o preenchimento das lacunas históricas de fontes documentais. Paolo DELOGU, "Archeologia medievale: Un bilancio di vent'anni", *Archeologia Medievale*, n.º XIII, 1986, p. 493-494.

<sup>367</sup> Matthew JOHNSON, *Archaeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed, 2010, p. 24.

<sup>368</sup> Tiziano MANNONI, "Il castello di Molassana e l'archeologia medievale in Liguria", *Archeologia Medievale*, n.º I, 1974, p. 11-12; Andrea AUGENTI, "Medieval archaeology in Italy: From the origins to the

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Não obstante, ainda que a arqueologia medieval viesse a desempenhar um papel decisivo na estruturação da arqueologia da arquitetura, que se desenvolveria mais cedo em Itália, a diversificação dos interesses contextuais da arqueologia medieval está longe de ter sido pela década de 1950 uma particularidade italiana. De facto, a proximidade da arqueologia italiana às arqueologias britânica, polaca, francesa e escandinava nesta época<sup>369</sup>, encaminhava para Itália influências epistemológicas e metodológicas oriundas de diversas partes da Europa, designadamente nos domínios da investigação e da salvaguarda de contextos medievais. A fundação do Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, em 1952, por exemplo, contou com a mediação direta da Society for Medieval Archaeology, criada dois anos antes, em Inglaterra<sup>370</sup>. Desde então, acorreram a Itália vários arqueólogos medievalistas britânicos, estabelecendo relações de grande proximidade com arqueólogos italianos, entre os quais Tiziano Mannoni e Riccardo Francovich<sup>371</sup>, a seu tempo figuras centrais no desenvolvimento da arqueologia da arquitetura em Itália. Desde cedo, de facto, que a preponderância dos vestígios arquitetónicos ganhou grande destaque na arqueologia medieval italiana. Para a interpretação das estruturas postas a descoberto entre 1952 e 1968 no mosteiro medieval de San Silvestro, Génova, por exemplo, o método recaiu precisamente no confronto direto entre as fontes escritas e a “*archeologia architettonica*”<sup>372</sup>. Considerado um campo experimental para a aplicação dos pressupostos arqueológicos à arquitetura, San Silvestro testemunhou, ainda no final da década de 1960, a aproximação da arqueologia medieval ao edificado, em “*tutte le fasi di vita*”, sem que os contextos acima do solo fossem menos relevantes do que aqueles que se encontravam soterrados<sup>373</sup>.

---

presente day”, *Reflections: 50 Years of Medieval archaeology, 1957-2007*, ed. Roberta Gilchrist, Andrew Reynolds, Nova Iorque, Routledge, 2ª ed., cap. 1, 2017, p. 144.

<sup>369</sup> Andrea AUGENTI, “Medieval archaeology in Italy: From the origins to the presente day”, *Reflections: 50 Years of Medieval archaeology, 1957-2007*, ed. Roberta Gilchrist, Andrew Reynolds, Nova Iorque, Routledge, 2ª ed., cap. 1, 2017, p. 131-154; Paolo DELOGU, “Archeologia medievale: Un bilancio di vent'anni”, *Archeologia Medievale*, n.º XIII, 1986, p. 493-505.

<sup>370</sup> Miguel TABALES RODRÍGUEZ, *Sistema de análisis arqueológico de edificios históricos*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 2002, p. 35. Sobre a fundação da Society for Medieval Archaeology e do Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, veja-se David ANDREWS, “Remembering medieval archaeology in Italy in the 1970's”, *Post-Classical Archaeologies*, vol. 1, 2011, p. 493-495.

<sup>371</sup> Andrea AUGENTI, “Medieval archaeology in Italy: From the origins to the presente day”, *Reflections: 50 Years of Medieval archaeology, 1957-2007*, ed. Roberta Gilchrist, Andrew Reynolds, Nova Iorque, Routledge, 2ª ed., cap. 1, 2017, p. 140. Sobre Mannoni e Francovich, ver infra, p. 141 e 149.

<sup>372</sup> Tiziano MANNONI, Ennio POLEGGI, “Fonti scritte e strutture medievali del castello di Genova”, *Archeologia Medievale*, n.º I, 1974, p. 172.

<sup>373</sup> Ferdinando BONORA, “Note su un'archeologia dell'edilizia”, *Archeologia Medievale*, n.º VI, 1979, p. 172; Isabella Ferrando CABONA, “Archeologia e conservazione: L'esperienza ligure”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All'Insegna del Giglio, 1988,

A valorização em Itália de todas as fases históricas dos sítios arqueológicos em estudo, do solo ao edificado, porventura reflexo da abrangência temática preconizada pela escola dos *Annales*<sup>374</sup>, dependia, porém, da montagem prévia de planos específicos para a resolução de hipóteses concretas. “*Archaeological research design*”, conforme denominado pelo inglês Richard Hodges<sup>375</sup>, pressupunha a consideração, segundo métodos e técnicas específicos, de variáveis analíticas e de dados arqueológicos que possibilitassem a dedução de teorias pré-estabelecidas. Fortemente influenciada por Aristóteles, a lógica dedutiva, contudo, assumia no horizonte epistemológico ocidental contornos silogísticos, pressupondo o alcance da verdade científica mediante alternância entre premissas dedutivas e conclusões indutivas. As conclusões alcançadas segundo a lógica dedutiva encontravam-se, por isso, exclusivamente implícitas nas premissas preestabelecidas<sup>376</sup>. Como tal, contrariamente à lógica indutiva, o método hipotético-dedutivo, sobre o qual assentava o processualismo da arqueologia medieval, não permitia nunca conclusões que de alguma maneira fossem além das premissas estabelecidas.

Indiferentes às eventuais limitações do método hipotético-dedutivo, as intervenções arqueológicas em contextos medievais citadinos multiplicaram-se exponencialmente nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial<sup>377</sup>, motivadas quer pelo crescente interesse em domínios arqueológicos alternativos, quer pela proliferação de desaterros associados à regeneração urbana. Alocadas às particularidades próprias dos projetos arquitetónicos urbanos, como espaço de ação e prazos de execução restritos, as escavações arqueológicas em contexto urbano encontravam-se, contudo, profundamente condicionadas. Esta arqueologia urbana

---

p. 122; Tiziano MANNONI, Ennio POLEGGI, “Fonti scritte e strutture medievali del Castello di Genova”, *Archeologia Medievale*, n.º I, 1974, p. 181-182.

<sup>374</sup> O próprio subtítulo do periódico *Annales, Économies, Sociétés, Civilizations*, parece encontrar-se refletido no subtítulo *Cultura Materiale, Insediamenti, Territorio*, escolhido para a revista italiana da especialidade, *Archeologia Medievale*, fundada em 1974. Andrea AUGENTI, “Medieval archaeology in Italy: From the origins to the present day”, *Reflections: 50 Years of Medieval archaeology, 1957-2007*, ed. Roberta Gilchrist, Andrew Reynolds, Nova Iorque, Routledge, 2ª ed., cap. 1, 2017, p. 144. Sobre a escola dos *Annales*, ver supra, p. 63. Sobre o periódico *Archeologia Medievale*, ver infra, p. 119.

<sup>375</sup> Richard HODGES, “Method and theory in Medieval archaeology”, *Archeologia Medievale*, n.º IX, 1982, p. 20. Para mais sobre Richard Hodges [n. 1952], cuja carreira em arqueologia se tem centrado na interpretação do comércio e da economia na Idade Média europeia, veja-se Deborah I. OLSZEWSKI, “Meet the new director, Richard Hodges, The Williams director”, *Expedition*, vol. 50, n.º 1, 2008, p. 4-5.

<sup>376</sup> Hugh GAUCH, *Scientific method in practice*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2003, p. 156-158.

<sup>377</sup> Christopher GERRARD, *Medieval archaeology, Understanding traditions and contemporary approaches*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2005, p. 96-98; John STEANE, *The archaeology of Medieval England and Wales*, Londres, Routledge, 2015, p. 374-375.



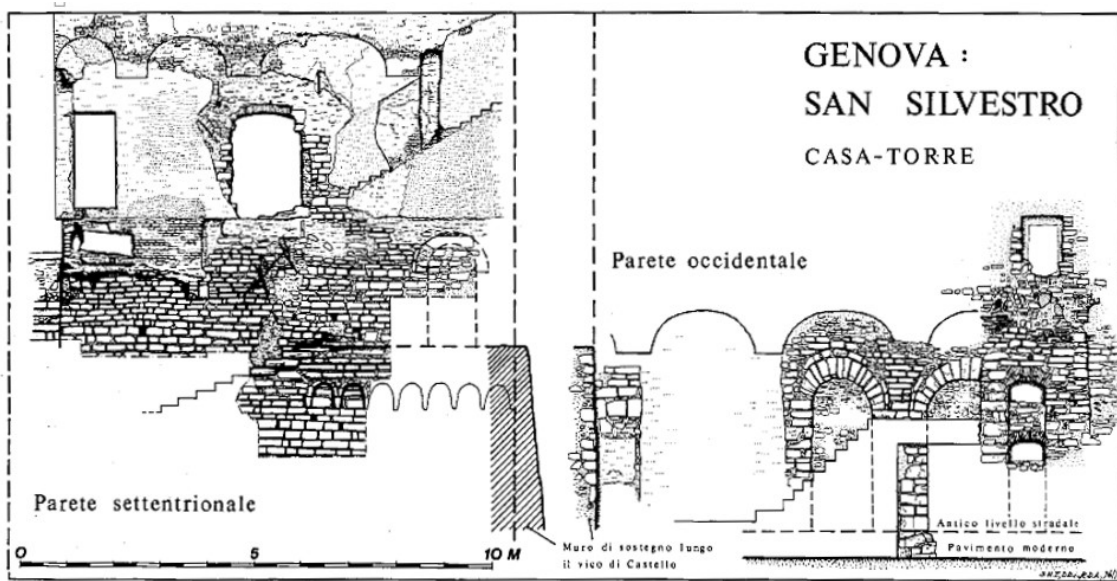


fig. 17. casa-torre de San Silvestre, Génova, Itália  
(levantamento arqueológico de alçados, durante a intervenção de 1971-1976)

David ANDREWS, Denys PRINGLE, *Lo scavo... di S. Silvestro*, 1977, fig. 3

privilegiou por isso a leitura estratigráfica de sondagens de diagnóstico e o acompanhamento arqueológico das ações de desaterro. Pese embora as restrições, afirmou-se capaz de reconstituir, ainda que parcial e paulatinamente, a história das cidades europeias, das suas origens e crescimentos, mas também dos seus declínios e transformações<sup>378</sup>. Em Londres, por exemplo, o Museum of London empreendia escavações e acompanhamentos desde inícios dos anos de 1970 na City, uma das áreas mais afetadas pelos bombardeamentos da II Guerra Mundial, trazendo à luz uma grande quantidade de estruturas arquitetónicas até então desconhecidas, como ocorreu com o porto romano de Londres, descoberto logo no início da década<sup>379</sup>. Contribuindo para a construção de arquivos materiais, a arqueologia urbana focou-se, não apenas nos processos de desenvolvimento urbano, mas também na recuperação de plantas de edifícios romanos e medievais, domésticos e monumentais, na evolução de técnicas e de materiais de construção e no estabelecimento de cronotipologias de edificação<sup>380</sup>.

A complexidade estratigráfica própria dos centros históricos europeus<sup>381</sup>, aliada ao carácter de urgência da maioria das intervenções, porém, exigia da nova arqueologia urbana a adoção de métodos de registo mais simples e rápidos. No início da década de 1970, a solução metodológica para estes condicionalismos consubstanciou-se na matriz de Harris. Confrontado com a necessidade de compilar a complexa realidade arqueológica posta a descoberto na cidade inglesa de Winchester, então em efervescente processo de reabilitação urbana, Edward Harris desenvolveu, em 1973, um inovador diagrama, a matriz de Harris<sup>382</sup>. A sua proposta, adequada ao registo de uma enorme quantidade de contextos estratigráficos, que em Winchester

<sup>378</sup> Riccardo FRANCOVICH, "Archeologia e restauro dei monumenti, Nota introduttiva", *Archeologia e restauro dei monumenti*, 1988, p. 24; Henri GALINIÉ, *Ville, espace urbain et archéologie*, Tours, Maison des Sciences de la Ville, de l'Urbanisme et des Paysages, Université François Rabelais, 2000, p. 45.

<sup>379</sup> Muito embora herdando a estrutura do Roman and Medieval London Excavation Council, que, fundado logo após a II Guerra Mundial, escavou vários sítios bombardeados na City de Londres até 1961. Sadie WATSON, *Digging London: A reflexive look at archaeology in the Western part of the City*, tese de doutoramento policopiada, Lampeter, University of Wales Trinity Saint David, 2016, 12; Gustav MILNE, *The port of Roman London*, Londres, Batsford, 1985, p. 14.

<sup>380</sup> Christopher GERRARD, *Medieval archaeology, Understanding traditions and contemporary approaches*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2005, p. 98.

<sup>381</sup> Os centros antigos das cidades europeias apresentam frequentemente grandes complexidades estratigráficas, que decorrem não raras vezes da não consonância entre a dimensão física do estrato e o intervalo de tempo a que corresponde. Gabbriella MAETZKE, "Significato del documento archaeologicalo nello studio e nella tutela dei centri storici", *Archeologia Medievale*, n.º VI, 1979, p. 18. De igual modo, também a intensidade de ocupação dos centros históricos concorre para a complexificação da sua estratigrafia, na medida em que são mais frequentes em contexto urbano as perturbações posteriores dos estratos preestabelecidos.

<sup>382</sup> Sobre Edward Harris, ver supra, p. 73.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

atingiu vários milhares de unidades<sup>383</sup>, nasceu assim, ela mesma, dos desafios impostos pelas condicionantes de complexidade e urgência da arqueologia praticada em contexto de reabilitação urbana. Estruturada em função de apenas três tipos de relações estratigráficas, posterioridade, anterioridade e coetaneidade<sup>384</sup>, a matriz de Harris facilitava tanto a prática do registo arqueológico, como a interpretação dos seus dados. Dava, portanto, resposta às necessidades de pragmatismo e de rapidez sentidas pelos arqueólogos que operavam em contexto de obras, em particular os londrinos, confrontados com o rápido desenvolvimento urbano vivido por Londres nos anos de 1970<sup>385</sup>.

Sumarizando sequências estratigráficas complexas em diagramas concisos, a matriz harrisiana, divulgada logo a partir de 1975, em *The stratigraphic sequence*, rapidamente colheu grande número de partidários, não apenas em Londres, como em todo o mundo<sup>386</sup>. Poucos anos depois, Harris introduziu no seu próprio método uma ressalva, que visava diretamente a estratigrafia da arquitetura. Como o americano Raphael Pumpelly antes de si, Harris reconheceu a diversidade tipológica da estratigrafia<sup>387</sup>, distinguindo-a dos parâmetros naturais inicialmente estabelecidos para

---

<sup>383</sup> AAVV., *Practices of archaeological stratigraphy*, ed. Edward C. Harris, Marley R. Brown, Gregory J. Brown, Londres, Academic Press, 1993, p. 7 e 139.

<sup>384</sup> Para fixar sequências estratigráficas, os arqueólogos recorriam, até à década de 1970, ao registo gráfico dos perfis estratigráficos, método moroso, especializado e com reduzidas faculdades de concisão. Em alternativa, Harris propôs representar numericamente cada unidade estratigráfica dentro de pequenos retângulos, unidos entre si por linhas que representavam as relações cronológicas observadas em escavação: a primeira cobre a segunda (posterior), a segunda era coberta pela primeira (anterior), a primeira e a segunda correlacionam-se (coetâneas). Edward C. HARRIS, "The stratigraphic sequence: A question of time", *World Archaeology*, vol. 7, nº 1, 1975, p. 119. A sistematização harrisiana poderá ter beneficiado, contudo, das experiências protagonizadas, entre finais da década de 1960 e inícios da década seguinte, pelos arqueólogos britânicos Martin Biddle [n. 1937] e Philip A. Barker [1920-2001]. Maria de los Ángeles UTRERO AGUDO, "Archaeology. Archaeologia. Arqueología. Hacia el análisis de la arquitectura". *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Conceción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 12.

<sup>385</sup> Estima-se que só na construção do General Post Office de Londres tenham sido individualizados cerca de 12 000 contextos estratigráficos. Por sugestão do próprio Edward Harris, os arqueólogos responsáveis experimentaram a matriz harrisiana logo a partir de 1974, que, face à grande pressão urbanística, rapidamente se generalizou a toda a capital inglesa. AAVV., *Practices of archaeological stratigraphy*, ed. Edward C. Harris, Marley R. Brown, Gregory J. Brown, Londres, Academic Press, 1993, p. 25; Kevin GREENE, *Archaeology: An introduction*, Londres, Routledge, 4ª ed., 2002, p. 96.

<sup>386</sup> AAVV., *Practices of archaeological stratigraphy*, ed. Edward C. Harris, Marley R. Brown, Gregory J. Brown, Londres, Academic Press, 1993, p. 21; Charles E. Orser, JR., *Historical archaeology*, Nova Iorque, Routledge, 3ª ed., 2017, p. 91.

<sup>387</sup> Num relatório de 1908, Raphael Pumpelly [1837-1923], havia afirmado existirem "geologically speaking, two kinds of human records – cuttings (...) [and] depositions". Raphael PUMPELLY (ed.), "Physiography of central-Asian deserts and oases", *Explorations in Turkestan, Expedition of 1904, Prehistoric civilizations of Anau, Origins, growth, and influence of environment*, Washington, Carnegie Institution, vol. 2, parte V, cap. XIV-XV, 1908, p. 299. Geólogo, Pumpelly dedicou a maior parte da sua

a geologia. Consequentemente, e partindo dos princípios de estratificação geológica estabelecidos por Charles Lyell, acautelou a existência de estratos arqueológicos não sujeitos a leis naturais, definindo três tipos de estratos arqueológicos, os depósitos horizontais, naturais ou antrópicos, as estruturas em negativo e as estruturas que resultavam de ações construtivas, ou “*upstanding strata (...), a unique type of man-made stratification (...) not directly comparable to any geological strata*”<sup>388</sup>. Individualizava-se estratigraficamente a arquitetura, que pela primeira vez assumia valor estratigráfico próprio. A conquista de estatuto estratigráfico constitui um feito científico significativo, sobretudo quando confrontado com a indiferenciação com que as estruturas edificadas eram interpretadas, até aos anos de 1970, por outros investigadores. No final da década de 1930, Kathleen Kenyon, por exemplo, estabeleceu relações entre níveis estratigráficos e estruturas murárias, muito embora, ainda que acautelando a sua datação por via do conteúdo cultural dos níveis estratigráficos adjacentes<sup>389</sup>, nunca tenha individualizado as estruturas murárias enquanto unidades estratigráficas. Por meados da década seguinte, ainda Mortimer Wheeler batizava as estruturas murárias através de substantivos<sup>390</sup>, ao contrário dos estratos sedimentológicos, que numerava. No final da década de 1960, na realidade, expressões substantivas eram ainda recomendadas para classificar estruturas arquitetónicas, como acontecia no manual de escavação norte-americano *Historical archaeology*, que em 1969 se servia de expressões como “*wall A*” e “*wall B*” para ilustrar estruturas num perfil estratigráfico<sup>391</sup>.

Consciencializados para o valor estratigráfico dos vestígios arqueológicos edificados, e condicionados pela urgência de intervenção e pela elevada complexidade estratigráfica dos sítios intervencionados, os arqueólogos europeus abraçaram o método harrisiano<sup>392</sup>. Simultaneamente, confrontados com o rápido desenvolvimento urbano, e subsequente perda de património arqueológico, despertaram para a imprescindibilidade de intervenções arqueológicas em ambiente urbano, onde parte

---

carreira a explorar os princípios estratigráficos, topográficos e mineralógicos. Para mais sobre Pumpelly, e respetivo contributo para a arqueologia, veja-se Margaret CHAMPLIN, *Raphael Pumpelly: Gentleman geologist of the Gilded Age*, Tuscaloosa, University of Alabama, 1994.

<sup>388</sup> Edward C. HARRIS, *Principles of Archaeological Stratigraphy*, Londres, Academic Press, 1979, p. 36-37. Sobre Lyell, ver supra, p. 41.

<sup>389</sup> Kathleen KENYON, “Excavation methods in Palestine”, *Palestine Exploration Quarterly*, vol. 71, n.º 1, 1939, p. 34-36. Sobre Kenyon, ver supra, p. 63.

<sup>390</sup> Mortimer WHEELER, *Maiden Castle, Dorset. Reports of the research committee of the Society of London*, n.º XII, Oxford, The Society of Antiquaries, 1943, p. 124-125. Sobre Wheeler, ver supra, p. 74.

<sup>391</sup> Ivor Hume NOEL, *Historical archaeology*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1969, p. 74, fig. 6.

<sup>392</sup> Isabella Ferrando CABONA, Elisabetta CRUSI, “Archeologia del territorio: Proposta sull’esempio dello Zignagno (Zignago 2)”, *Archeologia Medievale*, n.º VI, 1979, p. 183.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

significativa dos contextos postos a descoberto eram, de facto, de natureza arquitetónica. Em Inglaterra, por exemplo, alguns arqueólogos reagiram sob a égide da organização não governamental Rescue, que, fundada em 1971, procurava financiar escavações de emergência em sítios arqueológicos afetados pela construção civil, como ocorreu no centro de Bristol em 1974<sup>393</sup>. Na Dinamarca, o interesse pela arqueologia urbana, crescente desde finais da década de 1960, consubstanciou-se no projeto académico Middelalderbyen, de 1977, responsável por dezenas de novas escavações, institucionalmente enquadradas, nomeadamente em Ribe, Odense e Svendborg<sup>394</sup>. Pelo mesmo período, cresceu na Alemanha a sensibilização para a perda patrimonial inerente à reabilitação dos centros históricos arruinados durante a II Guerra Mundial, em resposta aos empreendimentos de cidades de origem medieval, como Estugarda ou Nuremberga, que se reconstruíam sem qualquer acompanhamento arqueológico<sup>395</sup>. Nas décadas seguintes, a arqueologia urbana conheceu também em França expressivo crescimento, fruto do amplo desenvolvimento urbanístico que o país conheceu, tanto por via da reconstrução no pós-Guerra, como pelo crescimento demográfico decorrente de movimentos de migração e de repatriação das antigas colónias<sup>396</sup>. Surgiu então no país gaulês o Conseil Supérieur de la Recherche Archéologique, que, contando com influentes membros da escola dos Annales, estabeleceu, a partir de 1981, um ambicioso programa de arqueologia urbana, em locais tão icónicos como o Louvres, onde em 1989 se puseram a descoberto parte das antigas muralhas medievais da cidade de Paris<sup>397</sup>.

Na Península Ibérica, a arqueologia urbana conheceu um significativo desenvolvimento por finais da década de 1970, acompanhando a renovação urbanística de muitas cidades, em crescimento desde a década de 1960. Em Espanha, impulsionada pela urgência de salvamento, a arqueologia urbana, no entanto, cresceu por determinação administrativa, mais do que por intercessão da comunidade académica ou por pressão da sociedade civil<sup>398</sup>. Embora

---

<sup>393</sup> Michael PONSFORD, "Archaeological work in Bristol", *Rescue News*, n.º 6, vol 6, 1974, p. 2-3.

<sup>394</sup> Niels-Knud LIEBGOTT, "Denmark", *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Estrasburgo, Concil of Europe Publishing, 2001, p. 63-65.

<sup>395</sup> Judith OEXLE, "Germany", *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Estrasburgo, Concil of Europe Publishing, 2001, p. 104.

<sup>396</sup> Pierre GARMY, "France", *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Estrasburgo, Concil of Europe Publishing, 2001, p. 91-92.

<sup>397</sup> Pierre GARMY, *Villes, Réseaux et systèmes de villes, Contribution de l'archéologie*, Paris, Editions Errance, 2012, p. 68.

<sup>398</sup> Ignacio RODRÍGUEZ TEMIÑO, *Arqueología urbana en España*, Barcelona, Ariel, 2004, p. 31-32.

circunstancialmente, Portugal não deixou também de conhecer alguns movimentos de valorização da arqueologia urbana, logo na década de 1970. Criado em 1976, o Campo Arqueológico de Braga, por exemplo, promoveu dezenas de intervenções arqueológicas, contribuindo de forma significativa para a conservação e valorização do património arqueológico da cidade minhota<sup>399</sup>. O desenvolvimento da arqueologia urbana foi, em Espanha, como em Portugal, de facto, consequência direta da pressão urbanística sentida nas principais cidades ibéricas, como espelha a imposição legal de intervenções arqueológicas indexadas a projetos urbanos, imposta pela ley del patrimonio histórico español e pela lei do património cultural português, ambas de 1985<sup>400</sup>.

Foi em Itália, no entanto, que o reconhecimento da arqueologia urbana conheceu maior expressão. A precocidade da valorização de vestígios arqueológicos pós-clássicos, em particular dos medievais, patente, por exemplo, nas intervenções em San Silvestro<sup>401</sup>, ou na fundação, em 1974, do periódico *Archeologia Medievale*<sup>402</sup>, concorreu diretamente para o desenvolvimento da arqueologia urbana italiana. A enorme complexidade estratigráfica dos centros históricos, de facto, aproximava os arqueólogos medievalistas das problemáticas urbanas, na medida em que a maior parte dos estratos verificados correspondia efetivamente ao período medieval<sup>403</sup>. Mas as condicionantes de complexidade e de urgência de intervenção, comuns de resto a outras equipas europeias, despertava o interesse dos arqueólogos italianos por métodos capazes de simplificar e agilizar o registo estratigráfico. Por outro lado, à medida que nas décadas de 1970 e de 1980 se intensificavam os esforços legislativos para regulamentação das atividades arqueológicas nos centros históricos, multiplicaram-se as intervenções arqueológicas em contexto urbano, atraindo a Itália

---

<sup>399</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, Sofia CATALÃO, Mafalda ALVES, “Arqueologia da arquitectura em contexto urbano: Reflexões a partir de três exemplos da cidade de Braga, Portugal”, *Arqueologia de la Arquitectura*, n.º 7, 2010, p. 107. Para mais sobre o Campo Arqueológico de Braga, veja-se, por todos, Francisco Sande LEMOS, Manuela MARTINS, Manuela DELGADO, “À descoberta de *Bracara Augusta*: Um projecto de arqueologia urbana no Norte de Portugal”, *Forum*, n.º 17, 1995, p. 53-60.

<sup>400</sup> Ley 16/1985 de 25 de junho, *Boletín Oficial del Estado*, n.º 155, Jefatura del Estado, p. 20347, título V, art. 43º, 1985; Lei n.º 13/85 de 6 de julho de 1985, *Diário da República*, n.º 153/1985, série I, Assembleia da República, Imprensa Nacional, p. 1870, título II, subtítulo I, cap. IV, art. 40º, ¶ 1, 1985.

<sup>401</sup> Ver supra, p. 112.

<sup>402</sup> Hugo BLAKE, “Professionalizzazione e frammentazione: Ricordando l’archeologia medievale nel lungo decennio 1969-1981”, *Post-Classical Archaeologies*, vol. 1, 2011, p. 467-470; David ANDREWS, “Remembering medieval archaeology in Italy in the 1970’s”, *Post-Classical Archaeologies*, vol. 1, 2011, p. 494.

<sup>403</sup> Miguel TABALES RODRÍGUEZ, *Sistema de análisis arqueológico de edificios históricos*, Sevilha, Universidade de Sevilha, 2002, p. 39.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

múltiplas equipas de arqueólogos estrangeiros<sup>404</sup>. A procura por métodos adequados às especificidades da arqueologia urbana e a proximidade às práticas arqueológicas de além-fronteiras, familiarizou a arqueologia italiana com as emergentes novidades epistemológicas, dotando-a tanto de oportunidade, como de meios para a adoção de estratégias empreendedoras. Talvez por esse motivo, a primeira tradução de *Principles of archaeological stratigraphy*, obra fundamental de divulgação dos princípios harrisianos<sup>405</sup>, tenha ocorrido precisamente para o italiano, logo em 1983. Entre os primeiros, fora da Inglaterra, a adotar a matriz de Harris<sup>406</sup>, os arqueólogos italianos de meados da década de 1980 já não podiam entender a arqueologia urbana senão como uma leitura diacrónica dos contextos arqueológicos, numa “*costante dialettica con i dati stratigrafici*”<sup>407</sup>.

A precocidade com que o método harrisiano foi adotado em Itália reflete-se, de resto, na prematuridade com que, filiados na longa tradição italiana de restauro, os arqueólogos italianos questionaram as estratégias de reabilitação urbana, aplicadas nos centros históricos do país, nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial. A consciencialização para a inevitável perda de património arqueológico inerente ao crescente desenvolvimento urbanístico, motivou a reivindicação de intervenções arqueológicas em fase prévia às obras de construção, despertando antigas questões subjacentes ao restauro arquitetónico, como a premissa da autenticidade. Nos anos de 1970 e de 1980, Riccardo Francovich, Tiziano Mannoni e Francesco Doglioni, por exemplo, consideraram os estudos arqueológicos prévios essenciais à autenticidade histórica das intervenções urbanísticas, que, para esse efeito, deveriam ser conduzidos não por arquitetos, mas por arqueólogos especializados<sup>408</sup>. No lugar de registar apenas as características estruturais, os materiais e as técnicas construtivas, os estudos arqueológicos deveriam, na verdade, assegurar a leitura estratigráfica do

---

<sup>404</sup> Francesco GURRIERI, “Architetto, archeologo, centro storico. Una collaborazione opportuna per un intervento difficile”, *Archeologia Medievale*. n.º VI, 1979, p. 23; Piera MELLI, “Italy”, *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Estrasburgo, Concil of Europe Publishing, 2001, p. 133-142.

<sup>405</sup> Francesco Doglioni, por exemplo, considerou a tradução de *Principles of archaeological stratigraphy* para italiano como obra de grande interesse didático. Francesco DOGLIONI, “La ricerca sulle strutture edilizie tra archeologia stratigrafica e restauro architettonico”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All’Insegna del Giglio, 1988, p. 227.

<sup>406</sup> AAVV., *Practices of archaeological stratigraphy*, ed. Edward C. Harris, Marley R. Brown, Gregory J. Brown, Londres, Academic Press, 1993, p. 1 e 7. Sobre *Principles of archaeological stratigraphy*, ver supra, p. 73.

<sup>407</sup> Paolo SOMMELLA, “Centri storici ed archeologia urbana in Italia. Novità dall’area mesoadriatica”, *Arqueología de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas*, Madrid, Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1985, p. 363.

<sup>408</sup> Miguel TABALES RODRÍGUEZ, *Sistema de análisis arqueológico de edificios históricos*, Sevilha, Universidade de Sevilha, 2002, p. 44-48. Sobre Francovich, Mannoni e Doglioni, ver infra, p. 149 e 141.

complexo intervencionado, do solo ao edificado. Deslindando a relação entre as distintas componentes edificadas, somente a análise arqueológica garantia a autenticidade histórica do edificado a restaurar<sup>409</sup>. Declaradamente, a arqueologia propunha-se a mediar o debate entre o projeto de reabilitação e a autenticidade histórica do edifício a reabilitar.

Acreditando viabilizar a autenticidade histórica das intervenções sobre arquitetura do passado, a arqueologia admitia que a interpretação estratigráfica do objeto a intervencionar permitisse a reposição objetiva da sua historicidade. Se um vão de janela manuelino remetia estratigraficamente um edifício para inícios do século XVI, então a reabilitação desse edifício poderia almejar recuperar os valores histórico-artísticos da arquitetura portuguesa de inícios do século XVI. O silogismo, próprio do positivismo processualista da nova arqueologia, vibrou no seio da arqueologia urbana, também por via dos estudos espaciais, muito em voga no pós-II Guerra Mundial. Com raízes na teoria dos lugares centrais, inicialmente estabelecida para a geografia pelo alemão Walter Christaller<sup>410</sup>, os estudos espaciais enfatizaram a inserção do lugar objeto de estudo no seu contexto geográfico mais alargado. Mais relevantemente, promoveu o estudo hierarquizado das relações políticas e económicas entre diferentes lugares<sup>411</sup>, possibilitando a formulação de padrões comportamentais de organização espacial de povoados, passíveis de generalização. Transposto para a arqueologia, o conceito de padronização comportamental associado à organização espacial permitia antecipar a distribuição territorial de povoados antigos, prevendo a hierarquia política e económica estabelecida entre os mesmos<sup>412</sup>. Os espaços construídos, como as cidades ou os próprios edifícios, por sua vez, passavam a correlacionar-se com os indivíduos que os habitavam. Os mecanismos arquitetónicos que, à luz da nova

<sup>409</sup> Francesco DOGLIONI, "Ruolo e salvaguardia delle evidenze stratigrafiche nel progetto e nel cantiere di restauro", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 114.

<sup>410</sup> Popularizado na década de 1950, e traduzido para inglês em 1966, *Die zentralen orte in süddeutschland*, publicado pelo geógrafo Walter Christaller [1893-1969], propunha a teoria dos lugares centrais, como forma de estudar os espaços urbanos, não como unidades geográficas, mas como elementos integrados em sistemas económicos hierarquicamente organizados. Ronald F. ABLER, John S. ADAMS, Peter GOULD, *Spatial organization: The geographer's view of the World*, Nova Jérquia, Prentice-Hall, 1971, p. 370. Para mais sobre o contributo de Christaller para as designadas ciências espaciais, consulte-se Arild HOLT-JENSEN, *Geography, History and concepts: A student's guide*, Londres, Sage, 3ª ed., 1999.

<sup>411</sup> Jorge de ALARCÃO, *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Edições Afrontamento, 1996, p. 14.

<sup>412</sup> Eventualmente dando origem à arqueologia espacial, dedicada à interpretação da distribuição espacial do registo arqueológico. David CLARKE (ed.), "Spatial information in archaeology", *Spatial archaeology*, Cambridge, Academic Press, 1977, p. 9. Para mais sobre arqueologia espacial, consulte-se, por todos, AAVV., *Beyond the map: Archaeology and spatial technologies*, ed. Gary Lock, Amesterdão, IOS Press, 2000.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

arqueologia, eram vistos como respostas adaptativas ao meio, continham, como tal, marcadores particulares, produtos de necessidades culturais específicas, associadas tanto ao espaço em que se inseriam, como ao espaço que encerravam<sup>413</sup>.

A estruturação hierarquizada dos locais pressupunha, porém, que as análises arqueológicas fossem conduzidas a diferentes escalas. Desde a escala regional, mais alargada, o escopo da investigação deveria afunilar sucessivamente, até à escala dos agregados familiares, a mais pequena de todas. A esta escala, a análise espacial recomendava, precisamente, particular atenção à sequência estratigráfica das estruturas edificadas, para maior compreensão das fases de ocupação do local<sup>414</sup>. Mas se a arqueologia, assente em testemunhos arqueológicos que frequentemente remetiam para distintas cronologias, se configurava uma ciência diacrónica, promover análises arqueológicas a edifícios, muitas vezes produtos de ações sincrónicas, suscitava algumas dificuldades epistemológicas. Mesmo tendo em conta a aproximação à antropologia<sup>415</sup>, disciplina que, de base etnográfica, lidava com fenómenos diacrónicos, a arqueologia continuava vinculada à gestão de eventos sincrónicos. Consequentemente, as interpretações arqueológicas, que requeriam com frequência análises a distintas escalas, exigiram uma estruturação conceptual distinta das restantes ciências sociais. O historiador francês Fernand Braudel, por exemplo, reconheceu o conflito gerado pela diferença de escalas cronológicas a que os eventos históricos e arqueológicos eram interpretados, propondo como solução a hierarquização dos ritmos temporais<sup>416</sup>. Sobre a ampla longevidade das estruturas socioculturais estáveis, imutáveis e repetitivas, decorriam, a dois níveis distintos, a formação de conjunturas socioeconómicas e os eventos históricos socialmente

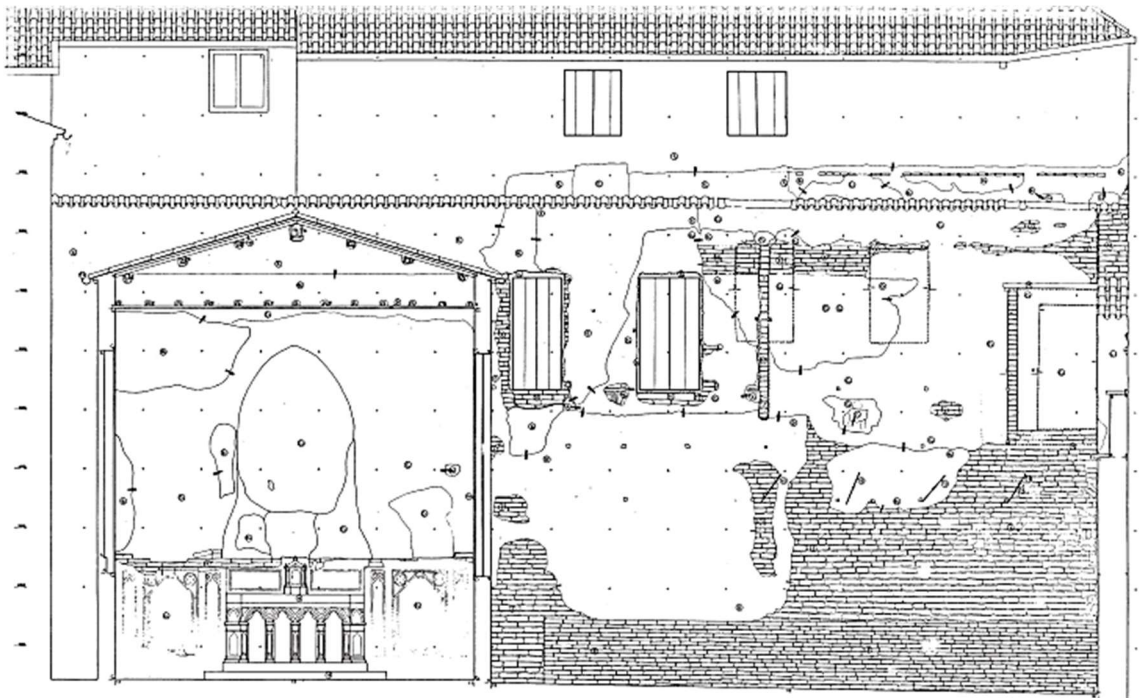
---

<sup>413</sup> Rosa Marí SERRANO POZUELO, "Arqueología de la arquitectura: Nacimiento y desarrollo en España", *Arqueoweb. Revista sobre Arqueología en Internet*, n.º 14, 2012-2013, p. 127-128.

<sup>414</sup> Richard HODGES, "Method and theory in Medieval archaeology", *Archeologia Medievale*, n.º IX, 1982, p. 21-26.

<sup>415</sup> Ver supra, p. 61 e seguintes.

<sup>416</sup> O impacto de Fernand Braudel [1902-1985], da segunda geração dos Annales, sobre a arqueologia, no entanto, foi lento e residual, porque a sua proposta de estruturação temporal não previa a problemática temporal arqueológica, frequentemente alargada à escala de vários séculos. Richard W. BULLIET, "Annales and archaeology", *New directions in archaeology: Archaeology, Annales and ethnohistory*, ed. A. Bernard Knapp. Cambridge, Cambridge University Press, parte III, cap. 9, 1992, p. 131-134. Para mais sobre Braudel, veja-se, por todos, Pierre DAIX, *Braudel*, Paris, Flammarion, 1995.



RAPPORTI TRA LE PARTI

parti sezion.	parti viste	
- - -	- - -	Discontinuità generica
	□	Discontinuità tra materiali
~	~	Rottura della superficie muraria
↑	↑	Addossamento dovuto a ripresa muraria, a tamponatura o a successiva elevazione
└	└	Spalla di apertura tamponata
~	~	Parti coeve
		Sovrapposizione di intonaco (schema di sezione stratigrafica ribaltata di 90°)

DESCRIZIONE DEI CARATTERI VISIBILI DEI MATERIALI

*Murature, parti strutturali ed altri elementi visibili*

- |   |   |   |
|---|---|---|
| 1 | ① | Muratura di mattoni di dimensioni variabili con numerosi elementi di recupero (blocchi lapidei squadrati o sbozzati, mattoni romani, elementi architettonici) a tessitura irregolare con giunti di malta ad alto contenuto di calce (colore bianco) di spessore variabile |
| 2 | ② | Muratura di mattoni di dimensioni omogenee e tessitura regolare con corsi di malta stilati orizzontalmente con giunto a sezione inclinata di 45° circa  |

fig. 18 e 19. oratório de San Michele, Padova, Itália  
(alçado crítico-descriptivo e respetiva legenda parcial, 1986)

Francesco DOGLIONI, *La ricerca ... tra arqueologia stratigrafica e restauro architettonico*, 1988, p. 235-236, fig. 1

para uma arqueologia crítica da arquitetura

transformadores<sup>417</sup>. Os pressupostos braudelianos, contudo, implicavam também o determinismo dos meios onde se inscreviam as atividades humanas<sup>418</sup>, reforçando o papel adaptativo dos eventos culturais subjacentes ao registo arqueológico, incluindo as estruturas edificadas. Quando tidos em consideração os ambientes domésticos, portanto, a adaptabilidade das estruturas edificadas deveria ser considerada em função de periodizações particulares, dado que grande parte dos edifícios antigos haviam sido ocupados por sucessivas gerações, facto que levaria Braudel a sugerir o refinamento cronológico dos períodos analisados, até à ordem das décadas<sup>419</sup>.

A despeito da complexidade de escalas cronológicas a que os eventos históricos e arqueológicos ocorriam, das evidentes motivações de salvaguarda patrimonial e das estratégias arqueológicas processualistas à disposição dos arqueólogos europeus a operar em contexto urbano nas décadas de 1960 e de 1970, o restauro arquitetónico e a reabilitação urbana permaneciam em Itália domínio de arquitetos e urbanistas. No seio da comunidade académica italiana multiplicaram-se, por isso, os apelos à interdisciplinaridade<sup>420</sup>. Só a presença de arqueólogos qualificados em projetos urbanos afetos aos centros históricos garantia a resolução de certas questões urbanísticas, agora igualmente relevantes, como a interpretação científica e a salvaguarda de vestígios arqueológicos. Pela década de 1970, alicerçada a sua presença nos ‘centros históricos’ em reabilitação, eram os arqueólogos italianos quem, de facto, havia assumido a responsabilidade pelos depósitos estratigráficos edificadas<sup>421</sup>. Firmados numa sólida tradição interpretativa, motivados pela perspetiva de salvaguarda e munidos de ferramentas metodológicas inovadoras, foi no âmbito da arqueologia urbana italiana, portanto, que primeiro se garantiram a identificação, registo e interpretação de depósitos estratigráficos edificadas. A “*archeologia*

---

<sup>417</sup> Michael E. SMITH, “Braudel’s temporal rhythms and chronology theory in archaeology”, *New directions in archaeology: Archaeology, Annales and ethnohistory*, ed. A. Bernard Knapp, Cambridge, Cambridge University Press, parte I, cap. 2, 1992, p. 26.

<sup>418</sup> Taghg O’KEEFFE, “Landscape and memory: Historiography, theory, methodology”, *Heritage, memory and the politics of identity, New perspectives on the cultural Landscape*, ed. Niamh Moore, Yvonne Whelan, Hampshire, Ashgate, part. I, cap. 1, 2007, p. 3-4.

<sup>419</sup> Michael E. SMITH, “Braudel’s temporal rhythms and chronology theory in archaeology”, *New directions in archaeology: Archaeology, Annales and ethnohistory*, ed. A. Bernard Knapp, Cambridge, Cambridge University Press, parte I, cap. 2, 1992, p. 27-30.

<sup>420</sup> Enrico GUADAGNI, “Il recupero delle tradizioni costruttivi locali nel restauro del patrimonio edilizio esistente”, *Archeologia Medievale*. n.º VI, 1979, p. 95.

<sup>421</sup> Riccardo FRANCOVICH, “Archeologia e restauro dei monumenti. Nota introdutiva”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, 1988, p. 22-23. Sobre a premência de acompanhamento arqueológico em intervenções urbanísticas italianas nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial, ver supra, p. 105 e seguintes.

*dell'edilizia storica*<sup>422</sup> foi, antes de mais, portanto, uma responsabilidade da arqueologia urbana, constituindo-se desde o princípio como uma interpretação de inspiração harrisiana, refletida à época na codificação das unidades estratigráficas de alçados arquitetónicos. Anos mais tarde, o aumento exponencial de intervenções arqueológicas em diversos centros históricos de Itália elevava ainda os atritos entre arqueólogos e arquitetos restauradores, confronto que motivaria o seminário *Archeologia e restauro dei monumenti*, realizado em Pontignano, Siena, em 1987<sup>423</sup>. O debate que se seguiu entre arqueologia e arquitetura evidenciou a necessidade de salvaguarda de estruturas arqueológicas, pela sua incorporação nos modernos projetos de reabilitação urbana<sup>424</sup>. Estabelecida, por via da arqueologia em contexto urbano, a base metodológica, estratigráfica e harrisiana dos trabalhos arqueológicos realizados em sede de projetos de restauro arquitetónico, inaugurava-se a discussão ideológica que viria a originar a nova arqueologia da arquitetura.

### 2.3.

#### **um modelo em conceção:**

#### **por finais da década de 1970**

Da discussão em torno das potencialidades da interpretação arqueológica a contextos arquitetónicos, encetada no seminário *Archeologia e restauro dei monumenti*, de 1987, nasceria um corpo metodológico epistemologicamente original, assente na distinção cronotipológica dos distintos estratos construtivos dos edifícios históricos. A distinção cronológica de estruturas arquitetónicas, porém, constituía condição fundamental para historiadores da arte, desde que a história da arte se debruçava sobre edifícios históricos. Todavia, para além dos atributos histórico-artísticos, existiam no edificado

---

<sup>422</sup> Roberto PARENTI, "Dalla stratigrafia all'archeologia dell'architettura. Alcune recenti esperienze del laboratorio senese", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º I, 2002, p. 73.

<sup>423</sup> Ver infra, p. 155.

<sup>424</sup> Alessandra D'ULIZIA, "L'archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi", *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, 2005, p. 13-14.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

elementos puramente funcionais<sup>425</sup>, exigindo a ponderação de fatores sociais e económicos, que alguns arqueólogos sentiram ser alcançável apenas mediante interpretações arqueológicas. Por meados da década de 1970 essa interpretação arqueológica já não podia ser senão estratigráfica, o que implicava adaptar os pressupostos estratigráficos à arquitetura.

Pela intensificação de trabalhos arqueológicos em contexto urbano nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial, a arqueologia tomara consciência de que muitos edifícios históricos resultavam na verdade do somatório de diferentes fases construtivas. O conceito de fases construtivas como episódios cronotipologicamente concretos conduziu com naturalidade à interpretação das diferentes componentes construídas, sem as quais não existia arquitetura<sup>426</sup>, enquanto entidades de identidade estratigráfica própria. Tendo conhecido maior desenvolvimento teórico e prático em Itália e em Espanha<sup>427</sup> ao longo das décadas de 1970 e de 1980, esta arqueologia do edificado não deixou de colher resultados noutras partes do mundo, incluindo em Portugal. Não obstante, ainda que a consubstanciação dos seus pressupostos científicos se possa recuar à Itália dos anos de 1970, atribuir a esta conjuntura cronológica e geográfica o nascimento da arqueologia da arquitetura constitui não apenas uma ilusão, mas um erro que nega todos os seus antecedentes históricos e que, como tal, exclui da sua legitimação a constituição epistemológica da herança científica e cultural sobre a qual assenta. Desde meados do século XIX, na verdade, que arqueólogos, arquitetos e historiadores da arte dirigiam a sua atenção para o registo detalhado das características arquitetónicas dos edifícios que pretendiam estudar, visando sobretudo a validação científica das suas interpretações históricas e das intervenções de restauro. Qualquer interpretação ou intervenção deveria ser cuidadosamente fundamentada. A contextualização histórica das diferentes estruturas que compunham os edifícios, todavia, dependiam em grande medida das suas características estéticas, do seu *estilo*, e não da sua estratificação arqueológica<sup>428</sup>.

---

<sup>425</sup> Tiziano MANNONI, "Archeologia della produzione", *Archeologia Medievale*, n.º XIV, 1987, p. 563.

<sup>426</sup> Roberto PARENTI, "Sulle possibilita di datazione e classificazione delle murature", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All'Insegna del Giglio, 1988, p. 284.

<sup>427</sup> Maria de los Ángeles UTRERO AGUDO, "Archaeology. Archeologia. Arqueología. Hacia el análisis de la arquitectura", *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Conceción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 19.

<sup>428</sup> Christopher GERRARD, *Medieval archaeology, Understanding traditions and contemporary approaches*. Londres, Routledge, 2ª ed., 2005, p. 59-60.

Ainda assim, a destriça das fases de construção de edifícios históricos, pode recuar-se efetivamente a meados do século XIX. “*Chaque flot du temps superpose son alluvion, chaque race dépose sa couche sur le monument*”, alertava Victor Hugo, em 1831<sup>429</sup>. Ainda que não assumissem denominações estratigráficas, as fases identificadas concorriam, de facto, para a definição da história construtiva dos edifícios em análise, propósito basilar da atual arqueologia da arquitetura. No seu *Architectural history of Glastonbury abbey*, de 1866, o engenheiro inglês Robert Willis<sup>430</sup>, por exemplo, analisou as ruínas da abadia de Glastonbury, no sul de Inglaterra, de acordo com o seu processo construtivo. A obra incluía diversas estampas com plantas, secções e alçados arquitetónicos, nas quais, por meio de tramas e de cores, se sinalizaram diversas fases de construção, que Willis apurou pela destriça de técnicas e materiais construtivos<sup>431</sup>. Procurando demarcar cada fase construtiva das fases que lhe eram adjacentes, descreveu superfícies de contacto como se de linhas de sutura se tratassem. “*The junction of new work with old*”<sup>432</sup>, como lhes chamou, antecipava, por sua vez, os elementos posteriormente definidos em arqueologia da arquitetura como interfaces horizontais<sup>433</sup>. Confrontando as informações recolhidas nas fontes escritas e os vestígios arquitetónicos do cenóbio inglês, utilizou ainda expressões como “*belongs to a later style*”, para remeter determinados elementos arquitetónicos a períodos de maior ou menor antiguidade<sup>434</sup>. De forma mais significativa, interpretou, já no século XIX, elementos arquitetónicos como fósseis arqueológicos diretores, deduzindo cronologias relativas da posição relativa dos aparelhos em que estes se encontravam.

---

<sup>429</sup> Victor HUGO, *Notre-Dame de Paris*, tomo 1º, Paris, Charles Gosselin, 1831, p. 213. Sobre o papel desempenhado pelo escritor francês Victor Hugo [1802-1885] no domínio da salvaguarda de património arquitetónico, leia-se, por todos, “Victor Hugo’s Notre-Dame of Paris”, in Brenda Deen SCHILDGEN, *Heritage or heresy: Preservation and destruction of religious art and architecture in Europe*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan, 2008, p. 133-144.

<sup>430</sup> Para mais sobre Robert Willis [1800-1875], melhor conhecido pela sua extensa pesquisa em arquitetura histórica, veja-se Alexandrina BUCHANAN, *Robert Willis (1800-1875) and the foundation of architectural history*, Woodbridge, Boydell & Brewer Ltd, 2013.

<sup>431</sup> Robert WILLIS, *The architectural history of Glastonbury abbey*, Cambridge, Deighton, Bell, and Co., cap. IV, 1866, est. I a VII.

<sup>432</sup> Robert WILLIS, *The architectural history of Glastonbury abbey*, Cambridge, Deighton, Bell, and Co., 1866, p. 88.

<sup>433</sup> Por exemplo, Edward C. HARRIS, *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres, Academic Press, 2ª ed., 1989, p. 93. Para mais sobre interfaces arqueológicas, ver infra, p. 153.

<sup>434</sup> Robert WILLIS, *The architectural history of Glastonbury abbey*, Cambridge, Deighton, Bell, and Co., 1866, p. 37.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Quatro décadas depois, em 1906, os ingleses William St. John Hope e Harold Brakspear<sup>435</sup> publicaram um estudo arquitetónico sobre as ruínas da abadia de Beaulieu, no condado inglês de Southampton, que incluía, de igual modo, uma interpretação construtiva do edifício. Vertida na estampa “*historical ground plan*”, a análise materializou-se numa planta colorida, na qual o código de cores correspondia a diferentes fases de construção. Confrontando sistematicamente elementos da documentação histórica e arquétipos arquitetónicos, Hope e Brakspear tentaram o posicionamento cronológico das distintas componentes construídas, através da distinção morfológica dos vestígios estruturais, mecanismo de datação indireta, hoje consagrado pela arqueologia da arquitetura<sup>436</sup>. Destacaram ainda as técnicas construtivas, os materiais empregues e as respetivas pedreiras de aprovisionamento, critérios de datação direta, presentemente utilizados também em arqueologia da arquitetura<sup>437</sup>. Para mais, ao identificarem uma “*insertion of the fourteenth century within the original arch*”<sup>438</sup>, Hope e Brakspear demonstravam estar igualmente em posição de se socorrer, não apenas de mecanismos de datação direta e indireta, mas também do estabelecimento de datações relativas próprias da arqueologia da arquitetura<sup>439</sup>, como a posteridade que decorre do encosto de uma estrutura a outra.

Também a norte-americana Esther van Deman<sup>440</sup>, partindo de análises construtivas e arquitetónicas, deduziu, em inícios do século XX, sequências cronotipológicas de ruínas arqueológicas. Na chamada Casa das Vestais, posta a descoberto em Roma, no ano de 1883, van Deman propôs-se comparar distintas

---

<sup>435</sup> Antiquário, William St. John Hope [1854–1919] interessou-se sobretudo por arqueologia e heráldica. Arqueólogo e arquiteto restaurador, Harold Brakspear [1870-1934], por sua vez, liderou vários projetos de restauro em monumentos arquitetónicos. Em conjunto e individualmente, Hope e Brakspear debruçaram-se também sobre o estudo arquitetónico de edifícios históricos britânicos, tendo deixado uma vasta obra sobre o tema. Para mais sobre Hope e Brakspear, consulte-se, respetivamente, A. V., “In Memoriam. Sir William St John Hope”, *Archaeologia Cantiana*, vol. 34, 1920, p. 149-152; e W. G. Clark-Maxwell, “The Late Sir Harold Brakspear, K.C.V.O”, *Archaeological Journal*, vol. 91, n.º 1, 1934, p. 405; “SIR Harold Brakspear dies at Bath”, *Bath Chronicle and Herald*, n.º 9046, 1934, p. 26.

<sup>436</sup> Por exemplo, Tiziano MANNONI, “Metodi di datazione dell’edilizia storica”, *Archeologia Medievale*, 1984, n.º XI, pp. 397.

<sup>437</sup> Por exemplo, Isabella Ferrando CABONA, Elisabetta CRUSI, “Costruzioni rurali in Lunigiana: Elementi tipo ed evoluzione delle strutture insediative”, *Archeologia Medievale*, n.º VII, 1980, p. 248-250.

<sup>438</sup> William Henry St. John HOPE, Harold BRAKSPEAR, “The cistercian abbey of Beaulieu, in the county of Southampton”, *The Archaeological Journal*, vol. LXIII, 1906, p. 154.

<sup>439</sup> Por exemplo, Tiziano MANNONI, “Metodi di datazione dell’edilizia storica”, *Archeologia Medievale*, n.º XI, 1984, p. 397. Sobre datações direta e indireta em arqueologia da arquitetura, ver supra, p. 69 e seguintes.

<sup>440</sup> Sobre Esther Boise van Deman [1862-1937], arqueóloga latinista, especialista no estudo do culto romano das virgens vestais, leia-se, por todos, Katherine WELCH, “Esther B. van Deman (1862-1937)”, *Breaking ground: Pioneering women archaeologists*, ed. Getzel M. Cohen, Martha Sharp Joukowsky, Michigan, Michigan University Press, p. 68-108.

partes do edificado, determinando continuidades e descontinuidades, denunciadas pelas semelhanças ou diferenças de aparelhos e argamassas, pelos métodos de construção e pelos materiais empregues, assim como pela sobreposição de muros de tipos diferentes. Em *The atrium vestæ*, a obra resultante, publicada em 1909, adotou um código de cores, em que cada cor correspondia a uma fase construtiva distinta, para verter em plantas as diferentes fases construtivas do edifício vestalino. Relativamente a uma parede que atribuiu ao quarto período de construção do edifício, por exemplo, garantiu ser posterior, por se encontrar erguida “*against and on top*” às demais do terceiro período<sup>441</sup>. Estabelecendo relações temporalmente hierarquizadas, van Deman deduziu também, por conseguinte, cronologias relativas, procedimento fundamental em arqueologia da arquitetura para a determinação de sequências construtivas<sup>442</sup>. Através da análise de técnicas e de materiais construtivos, de numismas, de outras construções de datação segura e de fontes escritas, deduziu ainda cronologias diretas, enquanto simultaneamente, de forma mais significativa, destacava a relevância do contributo de outras disciplinas para a história da arquitetura, como a história, a numismática ou a história da arte.

Recuáveis a pelo menos meados do século XIX, os mecanismos de distinção cronotipológica de componentes arquitetónicas empregues por alguns antiquários, arqueólogos e arquitetos restaurados afastavam-se dos critérios estéticos e estilísticos próprios, à época, da história da arte<sup>443</sup>, na medida em que assentavam, não nas características formais das estruturas construídas, mas nas suas características morfológicas, como na técnica ou nos materiais construtivos. Depois dos progressos alcançados ao longo do século XX nas intervenções de restauro arquitetónico e de reabilitação urbana, os arqueólogos italianos que na década de 1970 estabeleceram os pressupostos da arqueologia do edificado tomaram a dianteira na aplicação dos recentes procedimentos estratigráficos harrisianos à arquitetura histórica, mas não, como tal, na destrição cronotipológica das suas fases construtivas, que contava já, na verdade, com uma longa tradição.

---

<sup>441</sup> Esther Boise van DEMAN, *The atrium vestæ*, Washington, Carnegie Institution of Washington, 1909, p. 3-7.

<sup>442</sup> Sobre cronologias relativas em arqueologia, ver supra, p. 35.

<sup>443</sup> Veja-se, por exemplo, Christopher S. WOOD, *A history of art history*, Princeton, Princeton University Press, 2019.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

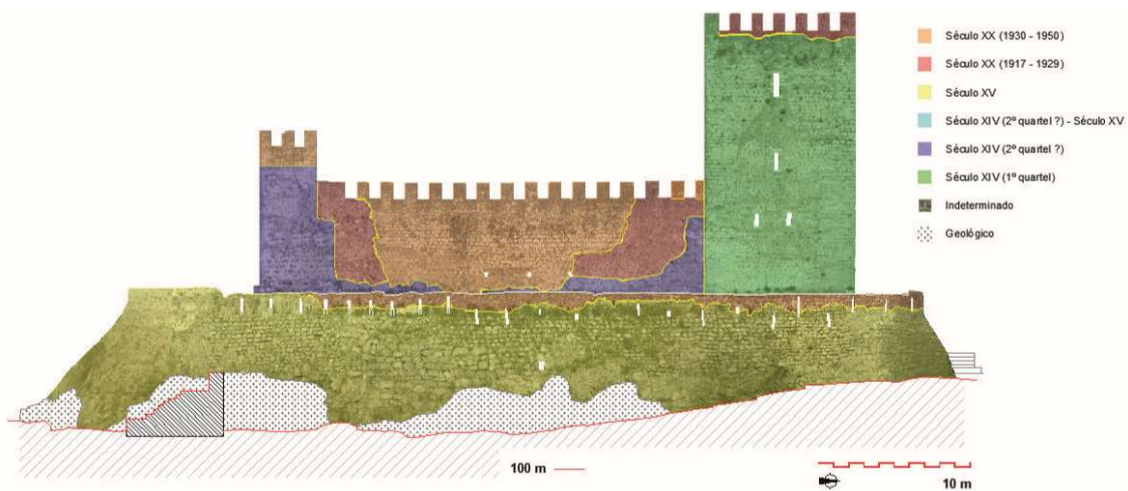
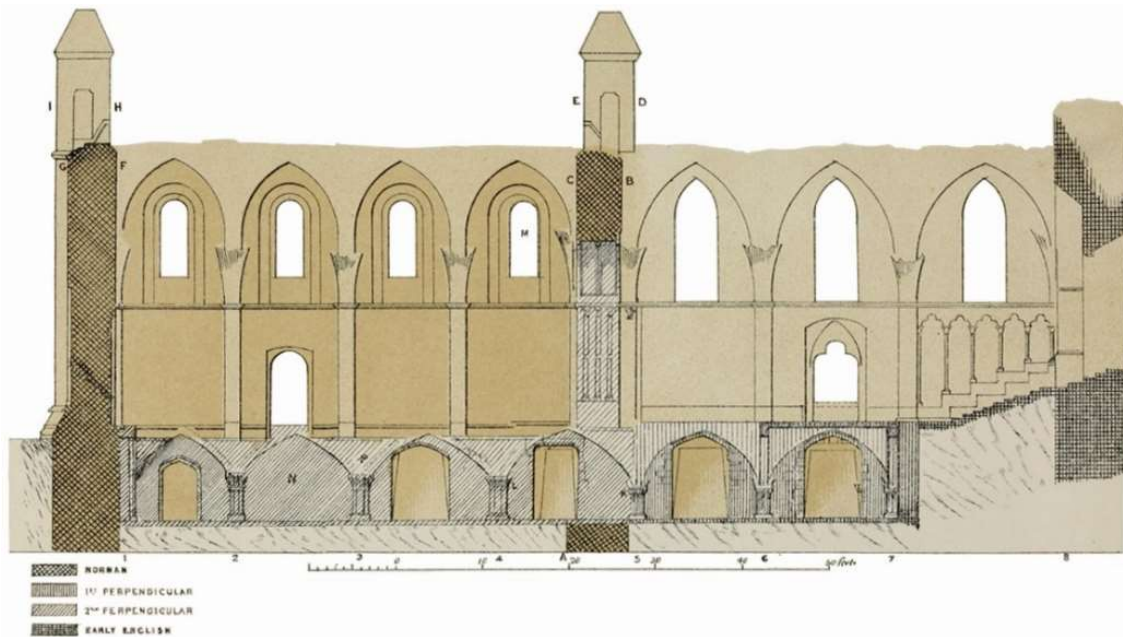


fig. 20 e 21. destriça de seqüências construtivas sobre alçado, no século XIX e na atualidade  
abadia de Glastonbury, Cambridge, Inglaterra (em cima)  
último reduto do castelo de Leiria, Portugal (em baixo)  
Robert WILLIS, *The architectural history of Glastonbury abbey*, 1866, est. V  
António GINJA, *O último reduto do castelo de Leiria*, 2017, p. 5, fig.4

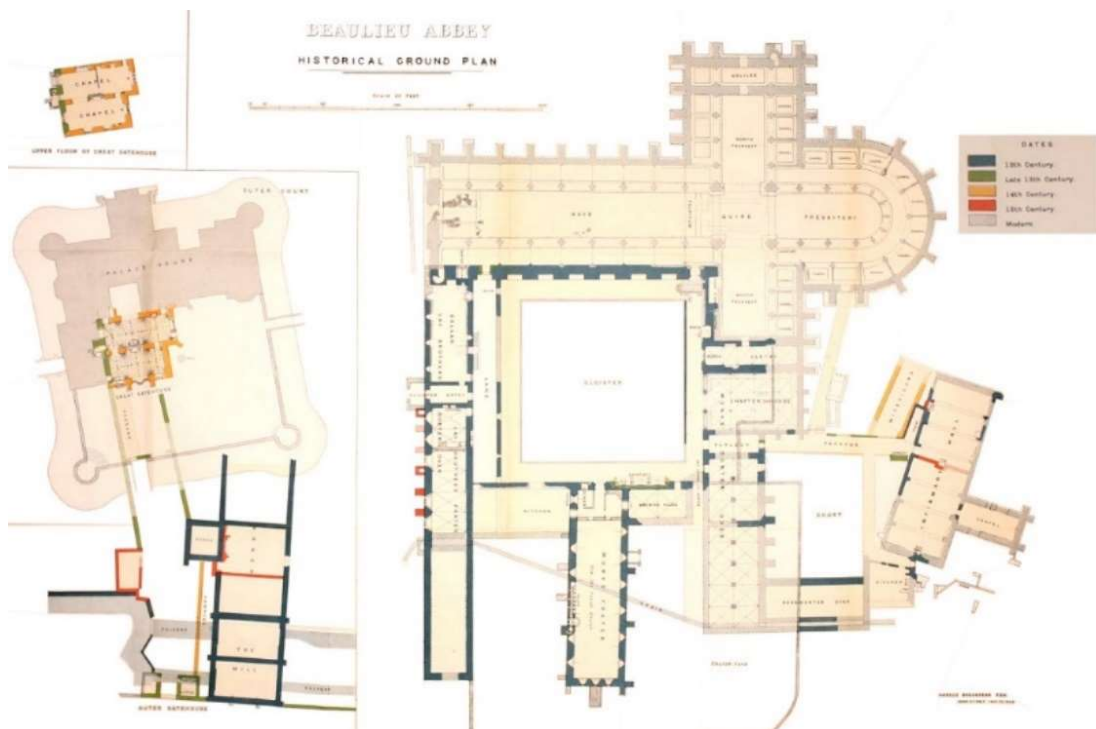


fig. 22 e 23. destriça de seqüências construtivas sobre planta, no início do século XX e na atualidade  
abadia de *Beaulieu*, Southampton, Inglaterra (em cima)

igreja de *Santi Giovanni e Reparata*, Lucca, Itália (em baixo)

William HOPE, Harold BRAKSPEAR, *The cistercian abbey of Beaulieu*, 1906

Juan QUIRÓS CASTILLO, *La cattedrale dei Santi Giovanni e Reparata*, 2000, p. 137, fig.5

para uma arqueologia crítica da arquitetura

A renovação dos métodos arqueológicos pela reinterpretação estratigráfica harrisiana, porém, não foi o único fator a concorrer para a valorização das interpretações arqueológicas da arquitetura histórica em Itália. Desde os intensos bombardeamentos da II Guerra Mundial, cuja destruição urbana atingiu boa parte das cidades italianas, que os planos de reconstrução se sucediam apressadamente, apoiados por financiamentos exteriores e pela rápida recuperação económica do país<sup>444</sup>. À urgência de reconstrução dos centros urbanos juntou-se a elevada apetência construtiva dos setores económico e político, atraídos pela crescente valorização imobiliária dos terrenos. Mas se alguns arquitetos reivindicavam o direito à obra nova, outros, como Cesare Brandi, não deixavam de exigir a salvaguarda do património histórico edificado<sup>445</sup>. A dicotomia entre construção e reabilitação assumia proporções tanto mais significativas, quanto maior era agora, face à melhoria da qualidade de vida, a procura de habitação nas cidades italianas. Por finais dos anos de 1950, de facto, o crescimento do mercado de habitação em Itália tornou o impacto sobre o património edificado dos centros históricos urbanos um tema popular, dominando parte significativa da imprensa nacional. A tensa relação entre habitação condigna e preservação patrimonial passou a marcar presença obrigatória também nos principais congressos da especialidade, sobretudo organizados por institutos governamentais de planeamento urbano e de habitação social, como o *Istituto case popolare* e o *Istituto nazionale di urbanística*, que haviam sido fundados em 1903 e 1930. Crescia a consciencialização pública, face à afetação patrimonial decorrente das demolições em ‘centros históricos’, mas também face às condicionantes impostas pelas preexistências à construção de raiz. Inevitavelmente, a opinião pública tendeu para a valorização dos edifícios históricos, com amplas repercussões nas políticas de conservação e de planeamento urbano dos ‘centros históricos’ italianos<sup>446</sup>.

O investimento financeiro e legislativo em habitação acessível, construída de raiz ou alcançada por reabilitação do edificado existente, procurava, de resto, dar resposta não apenas à melhoria das condições de vida, senão também aos desafios impostos pelas grandes transformações demográficas registadas em Itália nas décadas de 1950 e de 1960. Com consequências em diversas áreas sociais, da

---

<sup>444</sup> Apoiada pelo Plano Marshall norte-americano e beneficiando da criação da Comunidade Económica Europeia, a produtividade da indústria italiana cresceu de 4%, em 1951, para 12%, em 1964. Jonathan DUNNAGE, *Twentieth-Century Italy: A social history*, ed. Raymond Pearson, Harlow, Pearson Education, 2002, p. 148-149.

<sup>445</sup> Sobre Brandi, ver supra, p. 98.

<sup>446</sup> Giorgio PICCINATO, “Words and history: Controversies on urban Heritage in Italy”, *Culture, urbanism and planning*, Hampshire, Ashgate, 2006, p. 117-118.

educação ao emprego, o expressivo aumento da natalidade, atingindo o expoente de um milhão de nascimentos em 1964<sup>447</sup>, não poderia deixar de se repercutir também na indisponibilidade habitacional. O aumento da natalidade das décadas de 1950 e de 1960 deve, porém, ser entendido à luz do grande desenvolvimento económico experienciado por Itália neste período, que operou implicações demográficas fortemente impactantes no setor da habitação. Por meados da década de 1950, a estabilidade monetária, a abolição do protecionismo e o baixo custo da mão-obra modernizaram a produtividade industrial italiana. Entre 1958 e 1963, Itália conheceu um vigor económico tal que, em menos de duas décadas, deixou de constituir um país eminentemente agrícola e com carência de emprego, para ocupar uma posição cimeira entre as nações mais industrializadas do arco geográfico ocidental<sup>448</sup>. O milagre económico, como ficou conhecido, produziu níveis socioeconómicos inéditos na história italiana<sup>449</sup>, originando uma verdadeira revolução demográfica.

Em 1961, as taxas de crescimento populacional em Itália eram já superiores às da França e do Reino Unido. No centro e norte do país, particularmente afetados, registaram-se, entre 1901 e 1951, um aumento demográfico de 70,8%, contra os 46,8% registados no sul. O desenvolvimento industrial do pós-Guerra, concentrado de facto no centro e no norte de Itália, nas regiões da Lombardia, Veneto, Emilia-Romanha, Toscana e Umbria<sup>450</sup>, espoletou uma intensa procura por mão-obra, estimulando, por outro lado, consideráveis deslocações populacionais, oriundas das regiões empobrecidas do sul. Na senda de melhores oportunidades de vida, a mole humana deslocada engrossou ainda mais a próspera demografia do Norte. Em 1951, o centro e norte de Itália tinham já acolhido pouco menos de um milhão de pessoas oriundas do sul do país<sup>451</sup>. As cidades italianas, contudo, revelavam-se pouco preparadas para tamanho influxo populacional, sendo deficitárias em disponibilidade habitacional e em serviços sociais, nomeadamente em escolas, hospitais e

---

<sup>447</sup> Alberto MARTINELLI, Antonio M. CHIESI, Sonia STEFANIZZI, *Recent social trends in Italy 1960-1995*, Montreal, McGill-Queen's University Press, 1999, p. 55.

<sup>448</sup> Paul GINSBORG, *A history of contemporary Italy, society and politics, 1943-1988*, Londres, Penguin Books, 1990, p. 212-214.

<sup>449</sup> Até 1963, Itália registou taxas de crescimento económico anuais próximas dos 6% e taxas de desenvolvimento industrial, de exportação e de investimento crescendo até 9 a 11% ao ano. Vera ZAMAGNI, *The economic history of Italy 1860-1990*, Oxford, Clarendon Press, 1993, p. 338.

<sup>450</sup> Paul GINSBORG, *A history of contemporary Italy, society and politics, 1943-1988*, Londres, Penguin Books, 1990, p. 216; Jonathan DUNNAGE, *Twentieth-Century Italy: A social history*, ed. Raymond Pearson, Harlow, Pearson Education, 2002, p. 149-150.

<sup>451</sup> George H. HILDEBRAND, *Growth and structure in the economy of modern Italy*, Cambridge, Harvard University, 1965, p. 111-123.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

transportes<sup>452</sup>. Não obstante, o crescimento populacional italiano concentrou-se, a partir da década de 1950, de facto, nas cidades. Ainda que em 1951 a população metropolitana não ultrapassasse os 31% do total populacional de Itália, as transformações demográficas confluíram, em 1961, para a cifra de 40%, alcançando, em 1971, 58,3%, num total de 28 milhões de italianos alojados em contextos urbanos<sup>453</sup>. O desenvolvimento industrial, mais forte no centro e no norte do país, a melhoria dos rendimentos e das condições de vida<sup>454</sup>, o aumento da natalidade e o influxo populacional, exigiram das cidades destas regiões italianas, para satisfação da intensa procura de habitação, um considerável esforço construtivo. Aumentava a procura de habitação, mas também a exigência de melhores condições habitacionais. Consequentemente, entre 1951 e 1971, o número de casas ocupadas em Itália subiu 50%<sup>455</sup> e, entre 1951 e 1987, o número de compartimentos por habitação quase duplicou<sup>456</sup>. Se as alterações oitocentistas à paisagem urbana pré-industrial espoletaram ímpetos protecionistas, manifestados, por exemplo, por John Ruskin, Camillo Sitte ou Gustavo Giovannoni<sup>457</sup>, não se pode deixar de ter em conta também o impulso conservacionista que as alterações urbanísticas, induzidas pelo crescimento demográfico das décadas de 1950 e de 1960 nos ‘centros históricos’ das cidades de Itália, possam ter despertado junto dos arqueólogos e arquitetos italianos da época.

À angústia decorrente da irremediável perda patrimonial, e do conseqüente desvanecimento da identidade própria de cada ‘centro histórico’, veio, no final da década de 1960<sup>458</sup>, somar-se a rejeição da fatalidade das demolições e da inevitabilidade das construções de raiz, impostas pelo setor imobiliário como resposta a interesses políticos, financeiros e demográficos. Na verdade, desde meados da década de 1960 vinham, à escala global, emergindo movimentos políticos, sociais e culturais de rejeição a narrativas hegemónicas e a posturas autoritárias, cujas

---

<sup>452</sup> Percy ALLUM, “Italian society transformed”, *Italy since 1945, The short Oxford history of Italy*, ed. John A. Davis, Patrick McCarthy, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 15.

<sup>453</sup> Alberto MARTINELLI, Antonio M. CHIESI, Sonia STEFANIZZI, *Recent social trends in Italy, 1960-1975*, Montreal, McGill-Queen’s University Press, 1999, p. 110.

<sup>454</sup> Paul GINSBORG, *A history of contemporary Italy, Society and politics, 1943-1988*, Londres, Penguin Books, 1990, p. 216.

<sup>455</sup> Jonathan DUNNAGE, *Twentieth-Century Italy: A social history*, ed. Raymond Pearson, Harlow, Pearson Education, 2002, p. 158.

<sup>456</sup> Vera ZAMAGNI, *The economic history of Italy 1860-1990*, Oxford, Clarendon Press, 1993, p. 375-377.

<sup>457</sup> Ver supra, p. 99 e seguintes.

<sup>458</sup> O “abalo traumático do meio tradicional”, que Françoise Choay, por exemplo, associou à modernização dos espaços urbanos pré-industriais, consagrados em 1964 como monumentos históricos pelo artigo primeiro da Carta de Veneza. Françoise CHOAY, *Alegoria do património*, trad. Teresa Castro, Lisboa, Edições 70, 3ª ed., 2018, p. 193. Sobre a Carta de Veneza, ver supra, p. 102.

repercussões se fizeram sentir também no questionamento dos critérios e das consequências patrimoniais subjacentes à reabilitação urbana. Considerados esgotados nas suas faculdades reivindicativas, os antigos movimentos sociais, focados no reforço do poder laboral, foram substituídos por meados de 1960 por novos movimentos, norteados pela autonomia individual, pela liberdade de expressão e por críticas à sociedade pós-industrial. Imputando aos governos, socialistas estatais ou capitalistas democráticos, às corporações empresariais e à imprensa massificada o cerceamento da liberdade individual e o bloqueio das ambicionadas mudanças sociais, os novos movimentos focavam-se na resistência e na contestação aos modelos de autoridade tradicionais<sup>459</sup>. Nenhum regime, administração ou instituição que exercesse controlo do topo para as bases poderia deixar de ser questionado na legitimidade do seu poder. Despontou então um vasto e diversificado movimento ativista<sup>460</sup>, que rejeitava o poder instituído e incontestado, sintomatizado no progresso desenfreado do capitalismo, científica ou economicamente motivado. No domínio do urbanismo, estas agitações sociais resultaram no novo e complexo paradigma mundial de rejeição aos projetos de reconstrução maciça, que se faziam sentir um pouco por todas as cidades em desenvolvimento. A autoridade e as motivações económicas dos promotores das obras, não raras vezes privilegiadas em detrimento das necessidades das comunidades locais, foram à época, de facto, muito questionadas pela opinião pública<sup>461</sup>. A reconversão de áreas urbanas, antes ocupadas por edifícios familiares de arquitetura tradicional, em complexos habitacionais e empresariais orientados pelos cânones arquitetónicos modernos, foi particularmente visada. Na década de 1950, por isso, já o pós-modernismo arquitetónico se posicionava contra o tratamento urbanístico abusivo dos projetos modernos de então, alegadamente centrados no edifício e não nas comunidades. Anos mais tarde, o pensador alemão Jürgen Habermas conotou precisamente esta época, no seu *Moderne und postmoderne architektur*, de 1982, com a consciencialização universal para as deformidades

---

<sup>459</sup> Charles TILLY, *Social movements, 1768-2004*, Boulder, Paradigm, 2004, p. 70-71.

<sup>460</sup> Os novos movimentos sociais, e respetivas reivindicações políticas, sociais e culturais, proliferaram a partir de finais dos anos de 1960, mobilizando ativistas para causas tão diversas quanto o fim de conflitos bélicos, os direitos civis ou a despenalização do uso de drogas. Para mais sobre os movimentos sociais de finais da década de 1960, veja-se, por todos, Dara GREENWALD, Josh MACPHEE, *Signs of change: Social movement cultures, 1960's to now*, Oakland, AK Press, 2010.

<sup>461</sup> Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation. Antiquity and modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 321.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

arquitetónicas, que, ocorridas depois da II Guerra Mundial, haviam desvirtuado o verdadeiro espírito das vanguardas modernistas<sup>462</sup>.

Acusado de inflexibilidade, o urbanismo moderno do pós-II Guerra Mundial motivou ampla contestação, abrindo espaço para propostas arquitetónicas alternativas, que reinterpretavam o funcionalismo apregoado pela arquitetura moderna, recentrando-se nas comunidades locais e reapreciando a arquitetura tradicional, os modelos históricos e as particularidades regionais. Consequentemente, enquanto novos projetos arquitetónicos revisitavam as formas, os tipos, os materiais e as técnicas construtivas regionais e tradicionais, despertava nos anos de 1960 o interesse historiográfico pela arquitetura vernacular<sup>463</sup>. As formas universais do modernismo arquitetónico cediam lugar a expressões de maior regionalismo. Uma nova e socialmente complexa valorização da arquitetura popular dos centros históricos emergia, com consequências diretas na reabilitação de edifícios em risco, adensando o movimento arquitetónico conservacionista, em crescimento na esfera geográfica ocidental<sup>464</sup>. À medida que se esgrimiam argumentos a favor e contra os cânones urbanísticos modernos, emergiam, face aos 'centros históricos', atitudes em grande medida antagónicas e irreconciliáveis. Arquitetos e decisores partidários do modernismo incentivavam políticas nacionais de habitação que se refletiam em projetos de saneamento de bairros empobrecidos, deslocamento de comunidades para os subúrbios, reconversão funcional dos 'centros históricos' em escritórios ou comércio e reordenamento viário para acomodação do tráfego automóvel. Bairros inteiros dos 'centros históricos' foram à época demolidos, cedendo perante os padrões do urbanismo moderno<sup>465</sup>. Contrários a esta tendência, organismos governamentais de diferentes países conceberam, em alternativa, programas nacionais de apoio à renovação domiciliária, visando a revitalização arquitetónica e social dos bairros antigos. Em Inglaterra, por exemplo, o número de domicílios com financiamento público para reabilitação subiu de 116 000 para 260 000, entre 1970 e 1973, enquanto

---

<sup>462</sup> Otilia Fiori ARANTES, Paulo Eduardo ARANTES, *Um ponto cego no projeto moderno, de Jürgen Habermas*, São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 130-132; J. Teixeira COELHO, *Moderno pós-moderno*, São Paulo, Iluminuras, 1995, p. 75. Sobre o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas [n. 1929], consulte-se, por todos, Barbara FULTNER, *Jürgen Habermas: Key concept*, Nova Iorque, Routledge, 2014.

<sup>463</sup> Nan ELLIN, *Postmodern urbanism*, Nova Iorque, Princeton Architectural Press, 1996, p. 72-74. Note-se, por exemplo, o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal, conduzido entre 1965 e 1960 e publicado em 1961, sob o título *Arquitetura Popular em Portugal*. AAVV., *Arquitetura Popular em Portugal*, vol. I e II, Lisboa, Sindicato Nacional de Arquitectos, 1961.

<sup>464</sup> Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation. Antiquity and modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 324-329.

<sup>465</sup> Dennis RODWELL, *Conservation and sustainability in historic cities*, Oxford, Blackwell, 2007, p. 29.

em França, iniciativas programáticas concebidas a partir de 1976, apoiaram, até 1980, mais de 500 projetos de reabilitação urbana<sup>466</sup>.

Em Itália, a reabilitação do edificado habitacional foi visada pelo Piano per l'Edilizia Economica e Popolare, um plano público de âmbito nacional, instituído em 1962. Também preparado para financiamento de habitações suburbanas de nova construção, o programa, não obstante, deixava a cargo das comunas decidir as suas áreas de aplicação, podendo estas optar pela demolição ou pela transformação do edificado existente<sup>467</sup>. Sob a coordenação do arquiteto Pier Cervellati, a comuna de Bolonha, por exemplo, alocou 60% da área do seu 'centro histórico' a este plano, 40% da qual destinada a habitação<sup>468</sup>. Numa tentativa de travar a especulação imobiliária e o crescimento desordenado dos subúrbios, Bolonha orientou os fundos públicos para a habitação socialmente justa, criando até 1970, em conjunto com os sectores privado e cooperativo, 64 000 alojamentos<sup>469</sup>. Baseado no estudo do edificado e na documentação histórica, o plano bolonhês ambicionava atualizar estrutural e socialmente o centro histórico da cidade, pautado por conjuntos edificados dos séculos XVII a XIX, propondo a reabilitação do edificado habitacional existente e a conversão de edifícios religiosos para fins seculares, num total de 80 000 propriedades visadas<sup>470</sup>.

Sediada sobretudo no norte do país, a nova geração de arquitetos italianos da década de 1950 procurava projetar planos de recuperação dos 'centros históricos' que valorizassem os seus aspetos morfológicos e tipológicos, o seu enquadramento formal e funcional, mas também a sua identidade patrimonial e a sua continuidade

---

<sup>466</sup> Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation. Antiquity and modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 337-339.

<sup>467</sup> Marco MORELLI, *La pianificazione urbanistica. Dal piano regolatore generale ai piani attuativi*, Camerino, Halley, 2007, p. 85.

<sup>468</sup> Romano VIVIANI, *Piano pubblico progetti privati: I limiti alla tolleranza*, Florença, Alinea, 2001, p. 32; Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation. Antiquity and modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 345. Para mais sobre os conceitos patrimoniais do arquiteto e urbanista italiano Pier Luigi Cervellati [n. 1938], à época responsável municipal pela gestão da construção e da preservação em património arquitetónico da comarca de Bolonha, leia-se Jeff CODY, Francesco SIRAVO (ed.), *Historic cities: Issues in urban conservation*, Los Angeles, The Getty Conservation Institute, 2019.

<sup>469</sup> Herbert R. LOTTMAN, *Salvare le città*, trad. Pasquale Portoghese, Bari, Dedalo Libri, 1981, p. 131.

<sup>470</sup> Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation. Antiquity and modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 345. Para mais sobre o plano de recuperação do centro histórico de Bolonha, veja-se, por todos, Jost ULSHÖFER, "From «Vecchio núcleo cittadino» to «centro storico». On Bologna's preservation policies and the social cost of urban renewal (1955-1975)", *Cities contested: Urban politics, heritage, and social movements in Italy and West Germany in the 1970s*, ed. Martin Baumeister, Bruno Bonomo, Dieter Schott, Frankfurt, Campus Verlag, 2017.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

histórica<sup>471</sup>. Arquitetos formados em Milão e Veneza, como Aldo Rossi e Gino Valle, por exemplo, apoiaram-se em modelos formais historicistas e na envolvente urbana pré-industrial para desafiar o modernismo, projetando edifícios que, embora na organização tipológica, e não apenas nos ornamentos, evocavam formas e tipos correntes testados pelo tempo e, como tal, familiares à maioria da população italiana<sup>472</sup>. A contestação ao desvirtuamento dos paradigmas sociais da arquitetura moderna, deformação concetual que parecia agora dominante, subiu de tom no final da década de 1960, quando os movimentos sociais em Itália se consubstanciaram em lutas laborais e estudantis, de dimensão e duração bastante superiores aos movimentos sociais que se registavam à época noutras parte do mundo<sup>473</sup>. Não obstante o reduzido alcance político, o impacto em Itália destes movimentos refletiu-se na efetiva adoção de novos paradigmas sociais, no questionamento das autoridades instituídas, nomeadamente da arquitetura moderna, enquanto solução hegemónica para a habitação social e para a revitalização dos ‘centros históricos’. Focada nas necessidades pessoais do indivíduo, a arquitetura pós-moderna elegeu o vernacular e o tradicional, abraçando a personalização<sup>474</sup>. A arqueologia, por seu lado, enquanto disciplina essencialmente humanística, lidava cada vez mais com ações passadas singulares e individuais<sup>475</sup>. Arquitetura e arqueologia, como tal, convergiam na valorização de eventos sociais singulares e na renovada aptidão para a interpretação de construções domésticas e vernaculares.

No influente *L'architettura della città*, obra publicada pela primeira vez em 1966, Aldo Rossi, por exemplo, defendeu a autenticidade das paisagens urbanas pré-modernistas, associando diretamente a arquitetura popular das cidades à genuína identidade das comunidades nelas instaladas. Invocando Camillo Sitte, declarou a

---

<sup>471</sup> Giorgio PICCINATO, “Words and history: Controversies on urban heritage in Italy”, *Culture, urbanism and planning*, Hampshire, Ashgate, 2006, p. 121-122.

<sup>472</sup> Durante os anos de maior expansão urbanística em Itália, Aldo Rossi [1931-1997] oscilou entre o racionalismo e o historicismo, em busca da continuidade histórica dos ambientes urbanos em que trabalhou. Dotando alguns dos seus projetos de soluções arquitetónicas que mimetizavam o ambiente urbano em que se inseriam, Gino Valle [1923-2003] procurou assegurar a identificação da sua arquitetura junto da comunidade que servia. Terry KIRK, *The architecture of Modern Italy*, vol. II, *Visions of utopia, 1900–Present*, Nova Iorque, Princeton Architectural Press, 2005, p. 208-223. Para mais sobre Rossi e Valle, consulte-se, por todos, Aldo ROSSI, *A scientific autobiography*, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press, 1984; e Pierre-Alain CROSET, *Gino Valle, Progetti e architettura*, Florença, Mondadori Electa, 1989.

<sup>473</sup> Percy ALLUM, “Italian society transformed”, *Italy since 1945, The short Oxford history of Italy*, ed. John A. Davis, Patrick McCarthy, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 26.

<sup>474</sup> David HARVEY, *The condition of postmodernity*, Cambridge, Blackwell, 4ª ed., 1992, p. 66-76.

<sup>475</sup> Timothy DARVILL, “Public archaeology: A European perspective”, *A companion to archaeology*, Malden, Blackwell, 2006, p. 411.

cidade como o lugar da memória coletiva. De modo mais significativo, afirmou a arqueologia como intermediária entre a arquitetura vernacular das cidades e a memória da vida quotidiana passada, facultada pelos arqueólogos “*come una trama primordiale e eterna del vivere*”<sup>476</sup>. Por meados dos anos de 1960, conseqüentemente, diversos arquitetos italianos, incluindo Rossi, reagiram à aparente circunscrição funcionalista da arquitetura moderna, adotando tipos arquitetónicos historicamente fundamentados, como forma de incutir na arquitetura significados memoriais. A postura tradicionalista e historicista desta nova geração de arquitetos repercutiu-se, por sua vez, na reabilitação do edificado histórico, parcialmente determinada pelos tipos arquitetónicos históricos e tradicionais, cada vez mais em voga na construção de raiz<sup>477</sup>. Entre os objetivos que orientaram estes arquitetos pós-modernistas, assumiram destaque, no norte de Itália, a reconstrução dos ‘centros históricos’ segundo critérios tipológicos e aspetos históricos característicos da estrutura urbana preexistente, a definição da continuidade arquitetónica do edificado e a delimitação de áreas urbanas formal e funcionalmente homogéneas<sup>478</sup>. Construídas de raiz ou recuperadas por restauro ou reabilitação do preexistente, as habitações projetadas para albergar a expansiva demografia italiana do pós-II Guerra Mundial refletiram, como tal, a crescente simpatia, não apenas de arqueólogos e do público em geral, mas também dos arquitetos vanguardistas, por soluções arquitetónicas tradicionais, regionais e historicamente enquadradas.

Na medida em que, mediante especificidades regionais, ambicionavam o enquadramento histórico do edificado, não apenas monumental, mas também vernacular e tradicional, os objetivos norteadores da arquitetura italiana de vanguarda, epistemologicamente estruturantes e socialmente abrangentes, haveriam de nortear também a arqueologia do edificado, ainda que, dificilmente se possa afirmar a arqueologia da arquitetura como mera consequência da arquitetura pós-moderna. Embora partilhando objetivos com as novas tendências arquitetónicas, os arqueólogos italianos de finais da década de 1960, de facto, gozavam já de uma sólida credibilidade no que à interpretação arquitetónica dizia respeito. Mas ainda que a valorização interpretativa da arquitetura histórica possa preceder a ortodoxia pós-

---

<sup>476</sup> Aldo ROSSI, *L'architettura della città*, ed. Federico Bocci, Milão, Città.Studi, 1995, p. 11 e 153 (obra original de 1966).

<sup>477</sup> Miles GLENDINNING, *The conservation movement: A history of architectural preservation. Antiquity and modernity*, Londres, Routledge, 2013, p. 346.

<sup>478</sup> Giorgio PICCINATO, “Words and History: Controversies on Urban Heritage in Italy”, *Culture, urbanism and planning*, Hampshire, Ashgate, 2006, p. 121-122. Para mais sobre arquitetura pós-moderna consulte-se, por todos, Neil LEACH, *Rethinking architecture: A reader in cultural theory*, Londres, Routledge, 2005.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

moderna da década de 1970, a verdadeira influência da pós-modernidade no desenvolvimento da arqueologia da arquitetura permanece insondada. Na verdade, entabulada pela pós-modernidade, a falência das narrativas historiográficas universais e da visão moderna de progresso histórico<sup>479</sup> não deixou de se refletir também na arqueologia, nomeadamente na rejeição de hierarquias tipológicas e estilísticas e no reconhecimento da efemeridade histórica. De igual modo, também a valorização por igual de diferentes fragmentos historiográficos, que a arquitetura pós-moderna consagrou pelo pastiche<sup>480</sup>, se espelhou no pressuposto arqueológico de que a história de um edifício se compunha afinal do somatório das suas diferentes fases construtivas. Ainda que tal possa ter ocorrido inconscientemente, a valorização igualitária de diferentes tipos e estilos e os mecanismos historicistas da arquitetura pós-moderna pareciam alinhar-se com os pressupostos epistemológicos da arqueologia do edificado. No final da década de 1960, a região Norte italiana conhecia, portanto, condições económicas, sociais e intelectuais propícias a uma epistemologia historiográfica e arqueológica da arquitetura, que, vocacionada para a interpretação tipológica do edificado e para a salvaguarda do testemunho memorial dos antigos ‘centros históricos’, era comum à arquitetura pós-moderna de vanguarda e à arqueologia dedicada à arquitetura.

Sendo certo que, por conta de uma industrialização geograficamente diferenciada e de um crescimento demográfico desigual, a pressão urbanística se tenha sentido com maior intensidade no norte de Itália, foi no Norte também que a arquitetura pós-moderna e a arqueologia mais se pronunciaram em defesa de modelos arquitetónicos tradicionais e da autenticidade memorial das paisagens urbanas pré-industriais. Os arqueólogos italianos que, a seu tempo, se tornariam os mais relevantes ideólogos da nova arqueologia da arquitetura, Tiziano Mannoni, Gian Pietro Brogiolo, Roberto Parenti, Riccardo Francovich e Francesco Doglioni, por exemplo, destacaram-se nas regiões da Ligúria, Toscana, Lombardia e Véneto, todas

---

<sup>479</sup> Mike FEATHERSTONE, *Cultura de consumo e pós-modernismo*, trad. Júlio Assis Simões, São Paulo, Studio Nobel, 2ª ed., 2007, p. 21-25; Gilles LIPOVETSKY, “Tempo contra tempo ou a sociedade hipermoderna”, *Os tempos hipermodernos*, ed. Gilles Lipovetsky, Charles Sébastien, trad. Mário Vilela, São Paulo, Barcarolla, 2011, p. 53.

<sup>480</sup> David HARVEY, *The condition of postmodernity*, Cambridge, Blackwell, 4ª ed., 1992, p. 66; Kevin WALSH, “The post-modern threat to the past”, *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty, Tim Yates, Londres, Routledge, cap. 10, 1990, p. 280. Para mais sobre pastiche, alternativa estética que resulta da montagem de diferentes estilos ou narrativas artísticas, consulte-se, por todos, Margaret A. ROSE, *Parody: Ancient, modern and post-modern*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

precisamente no norte de Itália<sup>481</sup>. Quando, em 1975, defendeu uma arqueologia de igual modo dedicada a todas as épocas históricas, analisadas sob diversos ângulos e com recurso a diversos métodos, postura que apelidou de “*archeologia globale*”, Tiziano Mannoni<sup>482</sup> descrevia, na verdade, uma conduta que o próprio assumira nas suas intervenções arqueológicas ligurianas, desde finais da década de 1960. Pressupondo o estudo de todos os depósitos arqueológicos, sem limites cronológicos, desde o subsolo ao edificado, o conceito refletia, na verdade, inclinações epistemológicas em formação desde o pós-II Guerra Mundial. Consagrado, por exemplo, no artigo décimo primeiro da Carta de Veneza, diploma de 1964, o respeito “*of all periods to the building of a monument*” e de todo o “*superimposed work of different periods*” nos edifícios<sup>483</sup>, antecipa, na verdade, em mais de uma década a valorização epistemológica de todas as épocas históricas no solo e no edificado, exortada por Mannoni.

Apresentados no simpósio *Tavola rotonda sull'archeologia medievale*, realizado em Roma, no ano de 1975, os pressupostos da arqueologia global de Mannoni ecoaram junto dos arqueólogos presentes, impulsionando de forma decisiva o prelúdio da arqueologia do edificado<sup>484</sup>. No ano seguinte, já Francesco Doglioni interpretava estratigraficamente as diferentes fases construtivas da catedral de Veneza<sup>485</sup>, no

---

<sup>481</sup> Sobre Brogiolo, Parenti e Francovich ver infra, p. 143, 147 e 149.

<sup>482</sup> Alessandra D'ULIZIA, “L'archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi”, *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, 2005, p. 11. Arqueólogo e docente nas Universidades de Pisa e de Génova, Tiziano Mannoni [1928-2010] liderou a chamada escola da Ligúria, mais focada na arqueometria e na estreita relação entre arqueologia da arquitetura, etnoarqueologia e território. Em conjunto com Gian Pietro Brogiolo e Roberto Parenti, Mannoni fundou, em 1996, a revista *Archeologia dell'Architettura*, suplemento temático da *Archeologia Medievale*, que, a par da espanhola *Arqueología de la Arquitectura*, constitui a mais importante plataforma de divulgação científica dedicada ao tema da arqueologia da arquitetura. Para mais sobre Mannoni e outros protagonistas na génese da arqueologia da arquitetura, veja-se, por todos, Alessandra D'ULIZIA, “L'archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi”, *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, 2005, p. 9-41; e Gian Pietro BROGIOLO, Aurora CAGNANA, *Archeologia dell'architettura: Metodi e interpretazioni*, Florença, All'Insegna del Giglio, 2012.

<sup>483</sup> ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 40.

<sup>484</sup> “Dedicato a Tiziano Mannoni”, *Archeologia dell'Architettura*, n.º XV, 2010, p. 7; Luís CABALLERO ZOREDA, “In memória de Tiziano Mannoni (Parma 1928, Genova 2010)”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 7, 2010, p. 9-10.

<sup>485</sup> Docente no Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza, Francesco Doglioni [n. 1950] debateu-se por um diálogo ativo entre arqueologia da arquitetura e reabilitação do edificado, responsabilizando a primeira pela compreensão material dos aparelhos construtivos e sua respetiva transmissão, de modo acessível, aos agentes responsáveis pela segunda. Para mais sobre Doglioni, consulte-se Alessandra D'ULIZIA, “L'archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi”, *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, 2005, p. 9-41; Gian Pietro BROGIOLO, “Alle origini dell'archeologia medievale in Italia”, *Post-Classical Archaeologies*, vol. 1, 2011, p. 419-423; e Gian Pietro BROGIOLO, Aurora CAGNANA, *Archeologia dell'architettura: Metodi e interpretazioni*, Florença, All'Insegna del Giglio, 2012.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

âmbito de trabalhos que visavam precisamente o restauro do templo italiano, muito danificado pelo sismo de Friuli, que escassos meses antes atingira o nordeste italiano<sup>486</sup>. Até meados dos anos de 1970, contudo, o recurso à estratigrafia enquanto instrumento metodológico não era ainda consensual entre os arqueólogos italianos, sendo poucos aqueles que tentavam interpretar estratigraficamente contextos arqueológicos<sup>487</sup>. De facto, e não obstante a precocidade com que o método estratigráfico se disseminou em Itália<sup>488</sup>, até meados da década de 1960, a estratigrafia era ainda vista no país com grande desconfiança. Por meados da década, ainda Massimo Pallottino, insigne arqueólogo especializado na cultura etrusca, por exemplo, se insurgia contra a sobrevalorização das leituras estratigráficas e o desperdício de tempo que a sua aplicação acarretava<sup>489</sup>.

A efetiva generalização do método estratigráfico em Itália, na realidade, não ocorreria senão em meados dos anos de 1970, em boa medida por intermédio de Andrea Carandini, que anos depois haveria de o sintetizar no seu manual *Storie dalla terra*, de 1981<sup>490</sup>. Assumindo uma posição muito favorável relativamente ao método estratigráfico, que com os vestígios arqueológicos constituía uma unidade interpretativa indissolúvel<sup>491</sup>, Carandini debateu-se acerrimamente pela divulgação das suas vantagens interpretativas. Não obstante, ainda que até então pouco utilizado, o método não era de todo desconhecido dos arqueólogos italianos. De facto, várias são as intervenções arqueológicas italianas que, ocorridas bastante antes, empregavam já leituras estratigráficas, como sejam as de Nino Lamboglia, na Ligúria, desde finais da

---

<sup>486</sup> De resto, a elevada incidência sísmica de Itália poderá ter concorrido também para a projeção da arqueologia da arquitetura no país. Outras experiências envolveram também Tiziano Mannoni, Roberto Parenti e Francesco Doglioni em restauros decorrentes do sismo de Irpinia, no sul de Itália, em 1980, por exemplo. Gian Pietro BROGIOLO, “I differenti linguaggi della stratigrafia”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º XIX, 2014, p. 66-67.

<sup>487</sup> Gian Pietro BROGIOLO, Fabio SAGGIORO, “Intervista a Gian Pietro Brogiolo”, *Reti Medievali Rivista*, vol. 17, n.º 2, 2016, p. 495.

<sup>488</sup> Ver supra, p. 120.

<sup>489</sup> Andrea CARANDINI, *Storie dalla terra. Manuale di scavo archeologico*, Turim, Einaudi, 4ª ed., 2000, p. 23. O italiano Massimo Pallottino [1909-1995] lecionou na Universidade de Roma, sendo considerado o fundador da moderna etruscologia. Sobre Pallottino, consulte-se AAVV., *Incontro di studi in memoria di Massimo Pallottino*, Pisa, Istituti editoriali e poligrafici internazionali, 1999.

<sup>490</sup> Gian Pietro BROGIOLO, Fabio SAGGIORO, “Intervista a Gian Pietro Brogiolo”, *Reti Medievali Rivista*, vol. 17, n.º 2, 2016, p. 500. Professor na Universidade de Roma, Andrea Carandini [n. 1937] dirigiu o seu interesse científico para a interpretação de complexos arquitetónicos monumentais, sendo considerado o principal divulgador em Itália dos pressupostos de Edward Harris e um dos mais relevantes impulsionadores da arqueologia da arquitetura. Para mais sobre a vida e a obra de Carandini, veja-se Andrea CARANDINI, *Il nuovo dell’Italia è nel passato*, entrevista e ed. Paolo Conti, Roma, Laterza & Figli, 2012.

<sup>491</sup> Xavier DUPRÉ RAVENTÓS, “Prólogo a la edición española”, *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, trad. Xavier Dupré Raventós, Barcelona, Crítica, 1997, p. IX.

década de 1930, ou as de Gian Bognetti, na Lombardia, a partir de 1962<sup>492</sup>. Nem mesmo *Storie dalla terra*, que o próprio Carandini considerou ser o primeiro manual italiano de escavação estratigráfica<sup>493</sup>, deixa afinal de suceder a *Il metodo negli scavi archeologici*, publicado em Itália por Giacomo Boni, em 1901, onde, de resto, se encontram tecidas já algumas interpretações estratigráficas<sup>494</sup>.

Paradoxalmente, a lentidão com que até finais da década de 1960 o método estratigráfico se generalizava em Itália contrasta com a rapidez com que o mesmo foi adotado no país pela arqueologia do edificado, na década seguinte. Se é certo que a rápida adoção de um método por uma disciplina debutante possa denotar algum anseio de afirmação científica, não se pode deixar de ponderar também o contributo da maturidade científica dos seus protagonistas, implícita no imediato reconhecimento de estratégias potencialmente legitimadoras. Designadas como “*nuovi metodi di scavo*” por Gian Pietro Brogiolo, as estratégias estratigráficas harrisianas, testadas e amadurecidas em Inglaterra, de facto, alcançaram Itália na década de 1970<sup>495</sup>, por meio de arqueólogos ingleses, como Hugo Blake ou Martin Carver, mas também por via de *Techniques of archaeological excavation*, obra publicada em 1977 por Philip

---

<sup>492</sup> Paolo DELOGU, “Archeologia Medievale: Un bilancio di vent'anni”, *Archeologia Medievale*. n.º XIII, 1986, p. 495-496. Sobre o arqueólogo italiano Nino Lamboglia [1912-1977], docente na Universidade de Génova e fundador do Istituto Internazionale di Studi Liguri, consulte-se, por todos, Silvia PALTINERI, “Anomalie liguri. Nino Lamboglia nella storia dell'archeologia italiana”, *Antenor*, n.º 4, 2003, p. 147-162. Sobre o historiador e arqueólogo italiano Gian Bognetti [1902-1963], professor nas universidades de Urbino, Pisa, Génova e Milão, veja-se Francesco CALASSO, *Necrologio per Gian Piero Bognetti (1902-1963)*, Milão, Giuffrè, 1963.

<sup>493</sup> Andrea CARANDINI, *Storie dalla terra. Manuale di scavo archeologico*, Turim, Einaudi, 4ª ed., 2000, p. 22 (obra original de 1981).

<sup>494</sup> Ver supra, p. 59.

<sup>495</sup> Gian Pietro BROGIOLO, Fabio SAGGIORO, “Intervista a Gian Pietro Brogiolo”, *Reti Medievali Rivista*, vol. 17, n.º 2, 2016, p. 499-500. Gian Pietro Brogiolo [n. 1946] lecionou na Universidade de Pádua e no Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza, ambos na região de Véneto. Perspetivou uma arqueologia da arquitetura focada na quantificação dos materiais, do tempo e do custo das várias fases de construção, do aprovisionamento nas pedreiras, à utilização em obra. A par de Tiziano Mannoni e Roberto Parenti, Brogiolo criou, em 1996, a revista *Archeologia dell'Architettura*, que, em conjunto com a espanhola *Arqueología de la Arquitectura*, constitui a mais importante plataforma de divulgação científica dedicada ao tema da arqueologia da arquitetura. Sobre Mannoni e Parenti, ver supra, p. 141, e infra, p. 147. Para mais sobre Brogiolo e outros protagonistas na génese da arqueologia da arquitetura, leia-se Alessandra D'ULIZIA, “L'archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi”, *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, 2005, p. 9-41; Ana Teresa Cirigliano VILLELA, *Arqueologia da arquitetura (AA): A estratificação tridimensional do tempo*, dissertação de mestrado policopiada, Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, 2015; Gian Pietro BROGIOLO, “Alle origini dell'archeologia medieval in Italia”, *Post-Classical Archaeologies*, vol. 1, 2011, p. 419-423; Gian Pietro BROGIOLO, “I differenti linguaggi della stratigrafia”, *Archeologia dell'Architettura*, n.º XIX, 2014, p. 66-69; Gian Pietro BROGIOLO, Aurora CAGNANA, *Archeologia dell'architettura: Metodi e interpretazioni*, Florença, All'Insegna del Giglio, 2012; Gian Pietro BROGIOLO, Fabio SAGGIORO, “Intervista a Gian Pietro Brogiolo”, *Reti Medievali Rivista*, vol. 17, n.º 2, 2016, p. 493-526.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Braker<sup>496</sup>. Se os métodos de escavação ingleses contaram, desde 1973, com os pressupostos de Edward Harris<sup>497</sup>, os novos métodos a que se referia Brogiolo poderão também ter incluído a proposta harrisiana de interpretação estratigráfica, que, assim, se teria difundido entre os arqueólogos italianos ainda por meados da década de 1970, antes mesmo da tradução italiana da obra harrisiana *Principles of archaeological stratigraphy*, publicada em 1983. A estratigrafia aplicada à arquitetura, de resto, recua em Itália na realidade pelo menos a 1973, ano em que, coordenada por Tiziano Mannoni, uma intervenção arqueológica na igreja de San Martino del Vento, em Génova, se serviu de relações estratigráficas parietais para determinar a cronologia das distintas fases de edificação do templo italiano<sup>498</sup>. Tendo o desenvolvimento da arqueologia medieval atraído a Itália diversos arqueólogos ingleses, aproximando entre si as práticas arqueológicas inglesa e italiana, a arqueologia italiana, confrontada com a complexidade e a urgência inerentes ao acelerado desenvolvimento urbano, sentido à época no país<sup>499</sup>, escolhia adotar as ferramentas que haviam possibilitado à sua congénere inglesa ultrapassar com sucesso os mesmos desafios<sup>500</sup>.

Enquanto se sedimentava a aplicabilidade dos pressupostos estratigráficos à arquitetura, crescia também a exigência pelo aprofundamento técnico das análises arquitetónicas a edifícios históricos. Paulatinamente, emergiram propostas de sistematização metodológica, concentradas em torno dos periódicos *Notiziario di Archeologia Medievale* e *Archeologia Medievale*, publicados em Itália desde 1971 e 1974<sup>501</sup>, onde de facto, desde meados da década de 1970, abundam as referências a interpretações da “*stratigrafia (...) di opere murarie*” ou a análises da “*stratificazioni*”

---

<sup>496</sup> Professor na Royal Holloway, Hugo Blake [n. ca. 1945] desenvolveu parte da sua carreira em Itália. Martin Carver [n. 1941], docente na Universidade de York, participou igualmente em diversos projetos de investigação italianos. Tendo contribuído para a criação do fundo inglês de financiamento a escavações de emergência Rescue, o inglês Philip Barker [1920-2001], docente na Universidade de Birmingham, dedicou a sua carreira a múltiplos projetos de arqueologia urbana. No seu manual *Techniques of Archaeological Excavation*, de 1977, teorizou a escavação em área, segundo os pressupostos de Edward Harris. Martin Oswald Hugh CARVER, “Curriculum vitae”, [www.martincarver.com](http://www.martincarver.com) [a: 17 de fevereiro de 2020]; Philip BARKER, *Techniques of archaeological excavation*, Nova Iorque, Universe Books, 1977; Paul EVERILL, *The invisible diggers: A study of British commercial archaeology*, Oxford, Oxford Books, 2<sup>a</sup> ed., 2009, p. 20-38.

<sup>497</sup> Ver supra, p. 73.

<sup>498</sup> Aurora CAGNANA, Isabella FERRANDO, “L’esperienza scientifica dell’ISCUM e lo sviluppo dell’archeologia dell’architettura in Liguria e in Lunigiana”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º II, 1997, p. 189-190.

<sup>499</sup> Ver supra, p. 106 e seguintes.

<sup>500</sup> Ver supra, p. 115 e seguintes.

<sup>501</sup> Gian Pietro BROGIOLO, Aurora CAGNANA, *Archeologia dell’architettura: Metodi e interpretazioni*, Florença, All’Insegna del Giglio, 2012, p. 13.

*verticale*<sup>502</sup>. Aplicada em intervenções arqueológicas como as de San Martino del Vento, em Génova, e discutida na literatura da especialidade, a estratigrafia do edificado vinha sendo ensaiada em Itália, portanto, desde inícios da década de 1970, antes mesmo da generalização dos pressupostos harrisianos no país. A familiaridade da comunidade arqueológica italiana com os pressupostos harrisianos encontra, de resto, comprovação na relativa rapidez da tradução italiana de *Principles of archaeological stratigraphy*, ocorrida em 1983. Na sua nota introdutória, Daniele Manacorda<sup>503</sup>, ainda que reconhecendo a escassa divulgação científica da obra de Harris, não deixou de pressagiar a entrada da arqueologia “*in una fase harrisiana*”, elegendo a matriz de Harris como o objetivo elementar das investigações arqueológicas, sobre a qual deveria assentar toda a interpretação dos sítios arqueológicos<sup>504</sup>.

Não obstante, antes mesmo da tradução de *Principles of archaeological stratigraphy*, já o manual de escavação do arqueólogo britânico Philip Barker divulgava em Itália a aplicabilidade de leituras estratigráficas ao edificado<sup>505</sup>. Traduzido para italiano em 1981, *Techniques of archaeological excavation*, publicado originalmente em 1977, sustentava que a arqueologia não poderia dissociar-se das estruturas visíveis acima do solo. As diferenças no aparelho construtivo, no tipo de materiais e de revestimentos, no travamento ou encosto entre juntas, todas deveriam ser meticulosamente detalhadas. Através de uma dissecação lógica destes testemunhos seria possível, sustentou Barker, determinar “*the sequence of building periods*”<sup>506</sup>. Em jeito de exemplificação, no registo gráfico de um alçado da catedral inglesa de

<sup>502</sup> Tiziano MANNONI, Ennio POLEGGI, “Fonti scritte e strutture medievali del castello di Genova”, *Archeologia Medievale*, n.º I, 1974, p. 182; Gabriella MAETZKE, Teresa RYSIEWSKA, Stanisław TABACZYNSKY, Przemysław URBAŃCZYK, “Problemi dell’analisi descrittiva nelle ricerche sui siti archeologici pluristratificati”, *Archeologia Medievale*, n.º IV, 1977, p. 13.

<sup>503</sup> Autor do texto introdutório da versão italiana de *Principles of archaeological stratigraphy*, Daniele Manacorda [n. 1949] era à data assistente de Andrea Carandini na Universidade de Siena, onde de resto trabalhava também Roberto Parenti. Informação recolhida junto de Roberto Parenti (por email de 24 de fevereiro de 2020).

<sup>504</sup> Daniele MANACORDA, “Introduzione”, *Principi di stratigrafia archeologica*, trad. Ada Gabucci, Urbino, La Nuova Italia Scientifica, 7ª ed., 1993, p. 9 (obra original de 1983). Os princípios harrisianos não seriam, no início dos anos de 1980, todavia, desconhecidos da arqueologia italiana, posto que referidos e elogiados, por exemplo, pelo arqueólogo italiano Bruno d’Agostino, em 1981. Bruno D’AGOSTINO, “Introduzione”, *Tecniche dello scavo archeologico*, trad. Bruno D’Agostino, Milão, Longanesi, 1981, p. 11-26.

<sup>505</sup> Sobre Barker, ver supra, p. 116.

<sup>506</sup> Philip BARKER, *Techniques of archaeological excavation*, Londres, Routledge, 3ª ed., 1993, p. 65-66. (obra original de 1977).



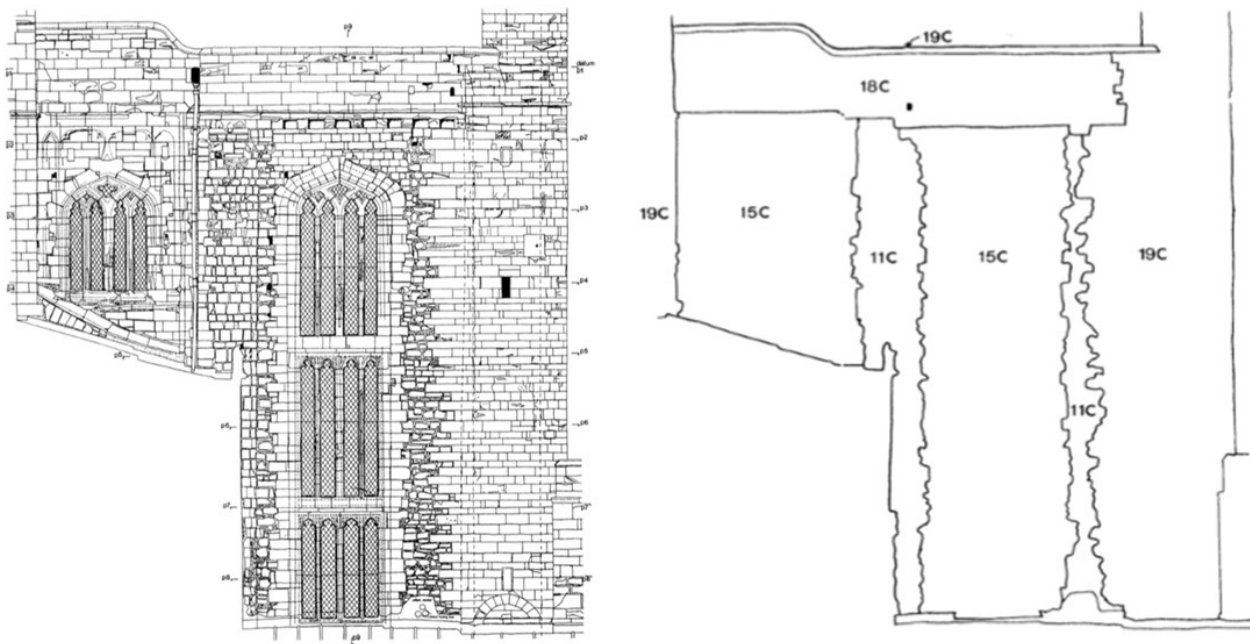


fig. 24. catedral de Worcester, Inglaterra (fases construtivas, à direita, a partir de alçado, à esquerda)

Philip BARKER, *Techniques of archaeological excavation*, 1993, p. 68, 70, fig. 28a, 28b

(obra original de 1977)

Worcester, distinguiam-se diversos aparelhos de construção, a que correspondiam diferentes fases construtivas, indicadas em ilustração conjunta. A determinação de fases construtivas do edificado por via da distinção de técnicas, materiais e interfaces vinha sendo identificada como objetivo de intervenções arqueológicas em Inglaterra, portanto, desde pelo menos 1977. Se a rápida assimilação do método harrisiano em Itália pode, pelo menos em parte, justificar-se pela proximidade da arqueologia italiana às práticas arqueológicas inglesas<sup>507</sup>, também o ascendente italiano sobre a arqueologia inglesa, postas as experiências italianas de inícios dos anos de 1970<sup>508</sup>, deve, no domínio da aplicação do método estratigráfico à arquitetura, ser, portanto, ponderado.

Próxima da arqueologia inglesa e, desde 1977 e de 1979, familiarizada com dois importantes manuais de divulgação do método estratigráfico, *Techniques of archaeological excavation* e *Principles of archaeological stratigraphy*, a arqueologia italiana de finais da década de 1970 encontrar-se-ia plenamente familiarizada com os desenvolvimentos ingleses no domínio da arqueologia estratigráfica. De facto, se por finais da década de 1970 se encontravam apresentados os arqueólogos italianos ao método estratigráfico inglês, a interpretação que promoviam de contextos arquitetónicos não poderia senão absorver a proposta processual de Edward Harris, num processo que Roberto Parenti descreveu como natural<sup>509</sup>. Da assimilação de pressupostos estabelecidos para agilizar e sistematizar a interpretação da estratigrafia horizontal do solo, nascia a estratigrafia vertical da arquitetura.

---

<sup>507</sup> Ver supra, p. 143.

<sup>508</sup> Ver supra, p. 112 e seguintes.

<sup>509</sup> Roberto PARENTI, "Historia, importancia y aplicaciones del método de lectura de paramentos", *Informes de la Construcción, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, vol. 46, n.º 435, 1995, p.19-20. Arqueólogo e docente na Universidade de Siena, Roberto Parenti [n. 1947] focou a sua atenção na práxis operativa da arqueologia da arquitetura e em alguns dos seus métodos experimentais, nomeadamente a análise de argamassas ou a utilização de fotografia retificada. Em conjunto com Tiziano Mannoni e Gian Pietro Brogiolo, fundou, em 1996, a revista *Archeologia dell'Architettura*, a par da espanhola *Arqueología de la Arquitectura*, a mais importante plataforma de divulgação científica dedicada ao tema da arqueologia da arquitetura. Com Riccardo Francovich, editou, em 1988, *Archeologia e restauro dei monumenti*, considerada a mais abrangente compilação de teorias de análise arqueológica do edificado. Para mais sobre Parenti e outros protagonistas na génese da arqueologia da arquitetura, veja-se Alessandra D'ULIZIA, "L'archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi", *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, 2005, p. 9-41; Gian Pietro BROGIOLO, "Alle origini dell'archeologia medieval in Italia", *Post-Classical Archaeologies*, vol. 1, 2011, p. 419-423; Gian Pietro BROGIOLO, Aurora CAGNANA, *Archeologia dell'architettura: Metodi e interpretazioni*, Florença, All'Insegna del Giglio, 2012. Sobre Mannoni, Brogiolo e Francovich, ver supra, p. 141 e 143, e infra, p. 149.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

2.4.

## **estratégias em desdobramento:**

### **a década de 1980**

Por finais da década de 1970, o método estratigráfico encontrava-se estabelecido em Itália, como legítimo recurso para o estudo arqueológico da arquitetura, preponderante para as tomadas de decisão inerentes aos programas de restauro arquitetónico e de reabilitação urbana. Em 1978, de facto, um coletivo da especialidade enunciava claramente a viabilidade da leitura da “*stratigrafia muraria*”, utilizada por analogia com o “*metodo di scavo*”, para determinação das “*varie fasi costruttive in sequenza relativa*”<sup>510</sup>. No ano seguinte, em 1979, já Roberto Parenti se socorria do novo método para interpretações arquitetónicas, como demonstrado pela intervenção no antigo mosteiro de San Silvestro de Génova, que, lido segundo uma perspetiva estratigráfica, se considera geralmente como o primeiro estudo da moderna arqueologia da arquitetura<sup>511</sup>. As origens da disciplina, não obstante, dependem em muito do que cada autor defende ser arqueologia da arquitetura. Enquanto o próprio Roberto Parenti admitiu que o castelo de Scarlino, na Toscana, possa ter recebido, também em 1979, ensaios arqueológicos ao edificado, Tiziano Mannoni, por exemplo, remeteu a origem dos estudos arqueológicos da arquitetura para a intervenção no castelo de Molassana, na Ligúria, antes ainda de 1974<sup>512</sup>. Independentemente da data e do local de origem, a arqueologia da arquitetura encontrava-se, de facto, concebida por finais dos anos de 1970 em Itália, a partir de onde a disciplina se disseminou por vários outros países. Procurando assimilar tendências teóricas em constante renovação, enquanto

---

<sup>510</sup> Isabella Ferrando CABONA, Alexandre GARDINI, Tiziano MANNONI, “Zignano 1: Gli insediamenti e il territorio”, *Archeologia Medievale*, n.º V, 1978, p. 288.

<sup>511</sup> Por exemplo, Miguel TABALES RODRÍGUEZ, *Sistema de análisis arqueológico de edificios históricos*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 2002, p. 46. Sobre a relação entre a génese da arqueologia da arquitetura e o mosteiro de San Silvestro, onde, desde 1968, Tiziano Mannoni vinha ensaiando uma “*archeologia architettonica*”, ver supra, p. 112. Para Parenti e Mannoni, ver supra, p. 147 e 141.

<sup>512</sup> Roberto PARENTI, “Archeologia dell’architettura, Bilancio della situazione toscana”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º II, 1997, p. 175; Tiziano MANNONI, “L’archeologia dei castelli condotta in Liguria negli anni '60 e '70”, *L’incastellamento in Liguria: X - XII secolo, Bilancio e destini di un tema storiografico*, ed. Fabrizio Benente, Bordighera, Istituto Internazionale di Studi Liguri, 2000, p. 72.

paralelamente respondia a estratégias, objetivos e enquadramentos institucionais próprios de cada país, assumiu parâmetros metodológicos e epistemológicos diversificados. Por conseguinte, ainda que chamada pela sua atual designação por meados dos anos de 1990<sup>513</sup>, a arqueologia da arquitetura não podia deixar de se desdobrar em diversas arqueologias da arquitetura.

Analisando estratigraficamente o próprio tecido edificado, os arqueólogos da arquitetura italianos remeteram a materialidade construtiva para o domínio das fontes arqueológicas. Em San Silvestro, plataforma experimental para Roberto Parenti, a técnica e os materiais construtivos, processualmente interpretados segundo análises estatísticas<sup>514</sup>, poderiam substituir outras fontes, nomeadamente as escritas, na leitura da cronologia relativa das várias fases construtivas<sup>515</sup>. Elevada a estrutura construída ao estatuto das fontes, arqueológicas, históricas ou histórico-artísticas, os arqueólogos italianos preconizaram o estudo globalizante do edificado, reanimando a visão holística advogada por Gustavo Giovannoni, na primeira metade do século XX<sup>516</sup>. Aferindo dos aparelhos construtivos padrões estatísticos, Parenti, como de resto Mannoni antes de si<sup>517</sup>, ambicionou, contudo, dotar o documento arqueológico construído de capacidades interpretativas passíveis de generalização a outros edifícios. Determinando princípios de aparente aplicação universal, os padrões estatísticos apurados permitiriam comparar entre si variáveis culturais na origem de diferentes estruturas construídas e confrontar hipóteses preestabelecidas, características que garantiam ao documento arqueológico edificado a objetividade apregoada pelo processualismo científico das décadas de 1950 e de 1960.

Tomando como garantida uma certa continuidade de eventos construtivos, Riccardo Francovich<sup>518</sup> acrescentou, por sua vez, ao debate epistemológico da

---

<sup>513</sup> Ver infra, p. 159.

<sup>514</sup> Miguel TABALES RODRÍGUEZ, *Sistema de análisis arqueológico de edificios históricos*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2002, p. 51.

<sup>515</sup> Tiziano MANNONI, Ennio POLEGGI, "Fonti scritte e strutture medievali del castelo di Genova", *Archeologia Medievale*, n.º I, 1974, p. 182.

<sup>516</sup> Ver supra, p. 97.

<sup>517</sup> Veja-se as análises estatísticas promovidas por Tiziano Mannoni em San Silvestro, em 1974. Tiziano MANNONI, Ennio POLEGGI, "Fonti scritte e strutture medievali del castelo di Genova", *Archeologia Medievale*, n.º I, 1974, p. 188.

<sup>518</sup> Professor na Universidade de Siena, Riccardo Francovich [1946-2007] liderou a chamada escola da Toscana, centrada na cronotipologia das estruturas, na mensiocronologia e nas marcas de canteiro. Em 1974 cofundou a revista *Archeologia Medievale*, a partir da qual nasceria, em 1996, *Archeologia dell'Architettura*, que, em conjunto com a espanhola *Arqueología de la Arquitectura*, constitui a mais importante plataforma de divulgação científica dedicada ao tema da arqueologia da arquitetura. Com Roberto Parenti, publicou, em 1988, *Archeologia e restauro dei monumenti*, considerada a mais abrangente compilação de teorias de análise arqueológica do edificado. Sobre Parenti, ver supra, p. 147.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

arqueologia do edificado a premência pela consideração com que, até ao século XIX, a maior parte das intervenções arquitetónicas nos centros urbanos encaravam as construções precedentes<sup>519</sup>. Frequentemente preservando as estruturas de diferentes fases construtivas, o edificado dos centros históricos pré-industriais, como tal, oferecia condições particulares para a avaliação das técnicas e dos materiais construtivos de cada fase, muitas vezes enquadradas por estreitas janelas cronológicas. Esta condição, que reforçava a singularidade da arquitetura como documento arqueológico, dotava a arqueologia do edificado de uma epistemologia favorável à reabilitação urbana, na medida em que os projetos de reabilitação deveriam ter em consideração, não apenas os aspetos formais e funcionais herdados pelo edifício, mas também as suas técnicas e os seus materiais construtivos. Para além do mais, o conhecimento das diferentes fases construtivas de um determinado edifício, enquanto partes de uma sequência arquitetónica continua, transformava a arqueologia da arquitetura, tal como preconizado por Francovich, numa ferramenta que, ao serviço da reabilitação, se encontrava particularmente dotada para proporcionar uma nova compreensão sobre a situação presente do edifício a reabilitar, consciencializando de modo favorável a planificação do seu futuro restauro<sup>520</sup>. Assumir que o conhecimento do presente podia consciencializar o arquiteto restaurador na tomada de decisões futuras, porém, aproximava a práxis da arqueologia do edificado da epistemologia historiográfica de Georg Hegel, segundo a qual as fases históricas se correlacionavam de tal maneira entre si, que, tomando conhecimento histórico de uma fase, se poderia projetar as condições históricas da fase seguinte<sup>521</sup>. O progresso histórico inerente aos princípios historiográficos hegelianos trazia à nova disciplina, por isso, consequências indesejadas. Uma conceção progressiva da história parecia votar a arqueologia do edificado histórico à inevitabilidade de uma valorização desequilibrada de diferentes fases construtivas, como se as mais recentes se encontrassem mais evoluídas do que as mais antigas. Nos anos seguintes, por isso, os arqueólogos envolvidos em estudos arqueológicos do edificado procuraram distanciar-se da ideia do edifício histórico como

---

Para mais sobre Francovich e outros protagonistas na génese da arqueologia da arquitetura, veja-se Marco VALENTI, "Riccardo Francovich (1946-2007)", *Archeologia e Calcolatori*, n.º 18, 2007, p. 7-12; Alessandra D'ULIZIA, "L'archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi", *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, 2005, p. 9-41; Gian Pietro BROGIOLO, "Alle origini dell'archeologia medieval in Italia", *Post-Classical Archaeologies*, vol. 1, 2011, p. 419-423; Gian Pietro BROGIOLO, Aurora CAGNANA, *Archeologia dell'architettura: Metodi e interpretazioni*, Florença, All'Insegna del Giglio, 2012.

<sup>519</sup> Riccardo FRANCOVICH, "Alcuni problemi dei rapporti pratici fra archeologia, restauro e pianificazione territoriale (in margine all'esperienza toscana)", *Archeologia Medievale*, n.º VI, 1979, p. 37.

<sup>520</sup> Ferdinando BONORA, "Note su un'archeologia dell'edilizia", *Archeologia Medievale*, n.º VI, 1979, p. 172-173.

<sup>521</sup> Ver supra, p. 42.

resultado do somatório progressivo de diferentes fases construtivas, aumentando o investimento na produção teórica e metodológica da nova disciplina.

A arqueologia do edificado possibilitava, sem dúvida, a definição cronotipológica de cada uma das fases construtivas dos edifícios estudados. Isoladas, cada fase era analisada de acordo com as suas características formais, técnicas e materiais, e, ponderada a cronologia dos seus fósseis diretores, enquadrada segundo as circunstâncias históricas que haviam assistido à sua origem. No entanto, se a sucessão construtiva das diferentes fases não evoluía progressivamente, também a história construtiva de um edifício não poderia resultar da mera conjugação de diferentes fases isoladas. As relações entre as fases de construção de um edifício constituíam, elas próprias, parte integrante da sua história, revelando condições de ocupação e de abandono, demolições e reformas, apropriações e cedências e todas as demais transformações culturais inerentes ao desempenho das suas funções. Ferramenta essencial para a compreensão das relações temporais estabelecidas entre as distintas fases construtivas, a estratigrafia era, já no início da década de 1980, considerada, como tal, imprescindível a qualquer análise arqueológica da arquitetura<sup>522</sup>. A estratigrafia afirmava-se, no domínio da arqueologia do edificado histórico, como uma ferramenta, portanto, capacitada para a descodificação de mensagens culturais, expressões da organização socioeconómica de contextos temporais e espaciais específicos, manifestadas na estratificação das distintas fases construtivas<sup>523</sup>. Estabelecendo as mensagens culturais arquitetónicas como signos, em que o significante se manifestava nas estruturas construídas e os objetos significados se constituíam pelas fases construtivas, a descodificação pretendida para a estratigrafia arquitetónica assumia efetivamente contornos estruturalistas<sup>524</sup>. Do mesmo modo que Brandi estabeleceu a estrutura da obra arquitetónica como resultado da relação entre os elementos arquitetónicos e as necessidades sociais a que estes pretendiam dar resposta<sup>525</sup>, também os arqueólogos da arquitetura identificaram a interpretação estratigráfica como o apuramento de signos arquitetónicos.

---

<sup>522</sup> Andrea CARANDINI, *Storie dalla terra. Manuale di scavo archeologico*, Turim, Einaudi, 4ª ed., 2000, p. 16 (obra original de 1981); Roberto PARENTI, “La torre A: Una lettura stratificata. Il progetto Montarrenti (Siena). Relazione preliminare, 1984”, *Archeologia Medievale*, n.º XII, 1985, p. 417-418.

<sup>523</sup> Gian Pietro BROGIOLO, “Campionatura e obiettivi nell’analisi stratigrafica degli elevate”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All’Insegna del Giglio, 1988, p. 342.

<sup>524</sup> Ver supra, p. 4 e seguintes.

<sup>525</sup> Sobre Brandi, ver supra, p. 98.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

A aptidão para a definição de signos arquitetónicos, remetida por Tiziano Mannoni e Riccardo Francovich precisamente para a fase cognitiva da intervenção arqueológica<sup>526</sup>, habilitava de modo singular a interpretação estratigráfica para o apuramento de mensagens culturais reservadas nas estruturas em análise. A determinação destas mensagens, amiúde alcançada por cálculos estatísticos e arqueométricos, resultava num padrão construtivo específico, que, conjugando materialidade e individualidade cultural, poderia ser reconhecido noutras estruturas análogas. Assente na especificidade dos registos fósseis construídos, na medida em que os signos arquitetónicos pressupunham uma relação específica entre as condições culturais e a sua materialização construída, a cronologia de edificação de determinadas estruturas poderia, como tal, ser determinada por correlação<sup>527</sup>. Correlacionadas, duas estruturas partilhariam entre si não apenas a técnica e os materiais construtivos, mas também as condições culturais próprias dos períodos históricos que as viram nascer. Definidos os signos arquitetónicos inerentes a determinada estrutura, portanto, poderiam, partindo do princípio da correlação, ser testadas as teorias arquitetónicas previamente definidas e alcançadas generalizações codificantes. A arqueologia do edificado alinhava-se com os pressupostos científicos processualistas.

Nos anos de 1970 e de 1980, posta a abundância de obras de construção nos 'centros históricos' das principais cidades italianas, disparou o número de intervenções arqueológicas em contexto urbano, sobretudo no norte de Itália, mas também nas regiões de Lácio e Campânia, no centro e sul do país<sup>528</sup>. À medida que se multiplicavam as intervenções arqueológicas, subia a consciencialização dos arqueólogos italianos para a necessidade de registo e interpretação dos contextos arquitetónicos afetados pela reabilitação urbana. O aumento de intervenções arqueológicas significou também, contudo, a exponencial proliferação de elementos a registar e interpretar, obrigando os arqueólogos envolvidos a conceber estratégias de organização e de simplificação dos trabalhos. Andrea Carandini, por exemplo, propôs a agilização do registo pela incorporação dos elementos construídos nas tradicionais

---

<sup>526</sup> Tiziano MANNONI, "Metodi di datazione dell'edilizia storica", *Archeologia Medievale*, n.º XI, 1984, p. 396; Riccardo FRANCOVICH, "Archeologia e restauro dei monumenti, Nota introdutiva", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All'Insegna del Giglio, 1988, p. 17. Sobre Mannoni e Francovich, ver supra, p. 141 e 149.

<sup>527</sup> Sobre o princípio da correlação em arqueologia, ver supra, p. 40.

<sup>528</sup> Alessandra D'ULIZIA, "L'archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi", *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, 2005, p. 14-15.

fichas estratigráficas, abrindo caminho às futuras fichas parietais<sup>529</sup>. De facto, depois de uma primeira proposta de Tiziano Mannoni, em 1976, a definição de “*unità stratigrafica muraria*”<sup>530</sup>, conduziu Roberto Parenti, em 1981, ao estabelecimento de uma ficha parietal, na qual se registavam as características materiais, os critérios de distinção<sup>531</sup> e as relações estratigráficas<sup>532</sup> estabelecidas entre as unidades estratigráficas murárias, UEM<sup>533</sup>. Perante a complexificação dos dados a interpretar, a arqueologia do edificado em Itália não apenas transpunha para a arquitetura os pressupostos estratigráficos definidos para os estratos sedimentológicos por Edward Harris, como ainda desenvolvia medidas interpretativas adicionais, pautadas pela objetividade<sup>534</sup>.

Num percurso paralelo, a prática administrativa italiana intensificava o condicionamento da presença de arqueólogos em contexto de obras<sup>535</sup>, enquanto simultaneamente se multiplicavam as cimeiras dedicadas aos estudos arqueológicos do edificado, como as realizadas anualmente nas universidades de Pádua e de

<sup>529</sup> Miguel TABALES RODRÍGUEZ, *Sistema de análisis arqueológico de edificios históricos*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2002, p. 44. Para mais sobre estratégias de documentação em arqueologia da arquitetura, incluindo fichas parietais, veja-se Roberto PARENTI, “La tecnica di documentazione per una lettura stratigrafica dell’elevato”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All’Insegna del Giglio, 1988, p. 249-279; Luís CABALLERO ZOREDA, “Método para el análisis estratigráfico de construcciones históricas o ‘lectura de paramentos’”, *Informes de la Construcción*, vol 46, n.º 435, 1995, p. 37-46; ou Maria de Magalhães RAMALHO, “Práxis em Arqueologia da Arquitectura”, *Promontoria*, n.º 9, 2011, p. 1-31. Sobre Carandini, ver supra, p. 142.

<sup>530</sup> Maria de los Ángeles UTRERO AGUDO, “Archaeology. Arqueología. Arqueología. Hacia el análisis de la arquitectura”, *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 13; Alessandra D’ULIZIA, “L’archeologia dell’architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º X, 2005, p. 12.

<sup>531</sup> Sobre os critérios de distinção entre unidades estratigráficas murárias, dos materiais aos tipos de aparelho construtivo, veja-se Andrea CARANDINI, *Storie dalla terra. Manuale di scavo archeologico*, Turim, Einaudi, 4ª ed., 2000, p. 90-99 (obra original de 1981).

<sup>532</sup> Apoia-se em, cobre a, coberta por, ligada a, preenchida por, etc.

<sup>533</sup> Cada unidade estratigráfica murária, UEM, representa uma unidade estruturalmente homogénea e distinta daquelas com que confina, coincidindo a diferença entre estas com as superfícies resultante de interrupções de atividades construtivas ou destrutivas, sob a forma de linhas de contacto, as interfaces. As unidades estratigráficas murárias podem ser positivas, de construção e de revestimento, ou negativas, de destruição e de desmonte. Isabela Ferrando CABONA, “Guida critica all’archeologia dell’architettura”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º VII, 2002, p. 18; Roberto PARENTI, “La torre A: Una lettura stratificata. Il progetto Montarrenti (Siena). Relazione preliminare, 1984”, *Archeologia Medievale*, n.º XII, 1985, p. 417. Sobre interfaces e outros conceitos arqueológicos veja-se, entre outros possíveis, AAVV., *Handbook of archaeological methods*, ed. Herbert D. G. Maschner, Christopher Chippindale, Lanham, Rowman Altamira, vol. 1, 2005. Sobre Mannoni e Parenti, ver supra, p. 141 e 147.

<sup>534</sup> Sobre Harris, ver supra, p. 73.

<sup>535</sup> Giorgio PICCINATO, “Words and History: Controversies on urban heritage in Italy”, *Culture, urbanism and planning*, Hampshire, Ashgate, 2006, p. 123.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

Veneza<sup>536</sup>. Entre a sociedade civil, como no seio da comunidade académica, eram cada vez maiores o apreço pelo património arquitetónico e a esperança depositada nas capacidades da arqueologia para o interpretar. Não obstante o crescente reconhecimento social, a estrepante “*lettura stratigrafica degli alzati*”<sup>537</sup> encontrava-se, por meados da década de 1980, ainda em fase de experimentação de métodos analíticos, sobretudo porque reconhecidamente, ao contrário dos estratos sedimentológicos, as unidades estratigráficas murárias, amiúde construídas com materiais de ampla cronologia de fabrico, possuíam não raras vezes poucos ou nenhuns elementos que permitissem datações relativas<sup>538</sup>. Face à inexistência, morosidade e dispendiosidade de métodos de datação absoluta, as dificuldades de datação relativas despertaram, todavia, a necessidade e o interesse pelo estudo dos materiais e das técnicas de construção, de resto já em desenvolvimento em Itália, desde as décadas anteriores<sup>539</sup>.

A ainda escassa quantidade de estudos, aliada à estranheza suscitada pela adoção de métodos inicialmente estabelecidos para a arqueologia de sedimentos, motivava no início dos anos de 1980, porém, dúvidas, atraindo à arqueologia do edificado histórico críticas e desconfiança. Martin Carver, por exemplo, desconfiou da viabilidade de aplicação à arquitetura de princípios que, embora sintetizados para a arqueologia por Edward Harris, haviam sido na realidade herdados da geologia. Tal como na estratificação geológica, cada ação deveria, na estratigrafia do edificado, corresponder a uma unidade estratigráfica. No entanto, um único muro poderia resultar de múltiplas ações<sup>540</sup>. A aplicação do método redundaria, conseqüentemente, nestes casos, na sinalização de uma quantidade de unidades estratigráficas murárias tal, que a leitura estratigráfica se tornaria inviável<sup>541</sup>. À semelhança de Carver, também o

---

<sup>536</sup> Alessandra D'ULIZIA, “L'archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi”, *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, 2005, p. 14-15.

<sup>537</sup> Gian Pietro BROGIOLO, “Archeologia urbana a Brescia”, *Restauro & Città*, n.º 2, ano I, 1985, p. 71.

<sup>538</sup> Roberto PARENTI, “La torre A: Una lettura stratificata. Il progetto Montarrenti (Siena). Relazione preliminare, 1984”, *Archeologia Medievale*, n.º XII, 1985, p. 419.

<sup>539</sup> Elisabetta MINICIS, “Strutture medievali murarie a Roma: Alcuni esempi di edilizia civile. Notizie preliminari”, *Archeologia Medievale*, n.º XIII, 1986, p. 547.

<sup>540</sup> Abertura de vãos, preenchimentos, desmontes, acrescentos, etc. Sobre Carver, ver supra, p. 144.

<sup>541</sup> Em alternativa, Carver propôs diagramas de seriação, que reduziriam as dificuldades por via da valorização diferenciada das sequências estratigráficas, articulando as melhores sequências estratigráficas e as melhores sequências tipológicas dos artefactos sobre um diagrama harrisiano. Martin Oswald Hugh CARVER, “Valutazione, strategia ed analisi nei siti pluristratificati”, *Archeologia Medievale*, X, 1983, p. 62-64. Não obstante, não explicou nunca como alcançar as melhores sequências estratigráficas e as melhores sequências tipológicas, ou sequer como ultrapassar a subjetividade inerente à sua escolha.

arquiteto italiano Renato Bonelli<sup>542</sup> duvidou da aptidão da leitura estratigráfica para decifração da complexidade que caracterizava a obra arquitetónica. A complexidade arquitetónica, não residia apenas na quantidade de unidades estratigráficas murárias, mas também em aspetos arquitetónicos específicos, como a descontinuidade entre elementos ou os espaços vazios, cuja preponderância não poderia ser estratigraficamente avaliada, pelo simples motivo de não existirem ferramentas estratigráficas próprias para os sinalizar. De igual modo, as sequências estratigráficas, ainda que demonstrassem as relações cronológicas entre diferentes unidades estratigráficas murárias, não poderiam nunca registar as relações estruturais, funcionais e distributivas, que, sendo parte integrante de um edifício, não podiam ser dispensadas da sua análise<sup>543</sup>.

A segunda metade da década de 1980 foi, por estes motivos, marcada por iniciativas que visaram contrariar as críticas dos que se opunham à estratigrafia como método de análise da arquitetura histórica. Congregados em torno deste propósito, Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Gian Pietro Brogiolo, Francesco Doglioni, Tiziano Mannoni, entre outros, optaram pela conjugação das experiências que haviam individualmente adquirido na década anterior<sup>544</sup>. Desta aspiração nasceria uma *summer school* para arqueólogos e arquitetos, realizada no antigo mosteiro sienense de Certosa di Pontignano, em 1987<sup>545</sup>. Sob a designação de *Archeologia e restauro dei monumenti*, o convénio, campo de debate entre distintas experiências e métodos<sup>546</sup>, pretendeu projetar-se como iniciativa de relevo para o restauro arquitetónico e a reabilitação urbana em ‘centros históricos’. Estabelecidos os pressupostos metodológicos comuns a aplicar ao edificado histórico, Pontignano daria origem à obra *Archeologia e restauro dei monumenti*, publicado em 1988, o primeiro

---

<sup>542</sup> Arquiteto restaurador e docente na Universidade de Roma, Renato Bonelli [1911-2004] dedicou a sua carreira ao estudo da arquitetura histórica. Para mais sobre Bonelli, leia-se Giovanni CARBONARA, Lucio RICCETTI, “Renato Bonelli”, *Bollettino della Deputazione di storia patria per l’Umbria*, n.º CI, 2004, p. 343-349.

<sup>543</sup> Renato BONELLI, “Archeologia stratigrafica e storia dell’architettura”, *Architettura, Storia e Documenti*, n.º 2, 1986, p.5-10.

<sup>544</sup> Sobre Francovich, Parenti, Brogiolo, Doglioni e Mannoni, ver supra, p. 149, 147, 143 e 141.

<sup>545</sup> Marco MILANESE, Alessandra MOLINARI, “Premessa”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All’Insegna del Giglio, 1988, p. 5; Gian Pietro BROGIOLO, “L’archeologia dell’architettura in Italia nell’ultimo quinquennio (1997-2001)”, *Arqueologia de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 19.

<sup>546</sup> Gian Pietro BROGIOLO, “Prospettive per l’archeologia dell’architettura”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º I, 1996, p. 11; Gian Pietro BROGIOLO, Aurora CAGNANA, *Archeologia dell’architettura: Metodi e interpretazioni*, Florença, All’Insegna del Giglio, 2012, p. 13.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

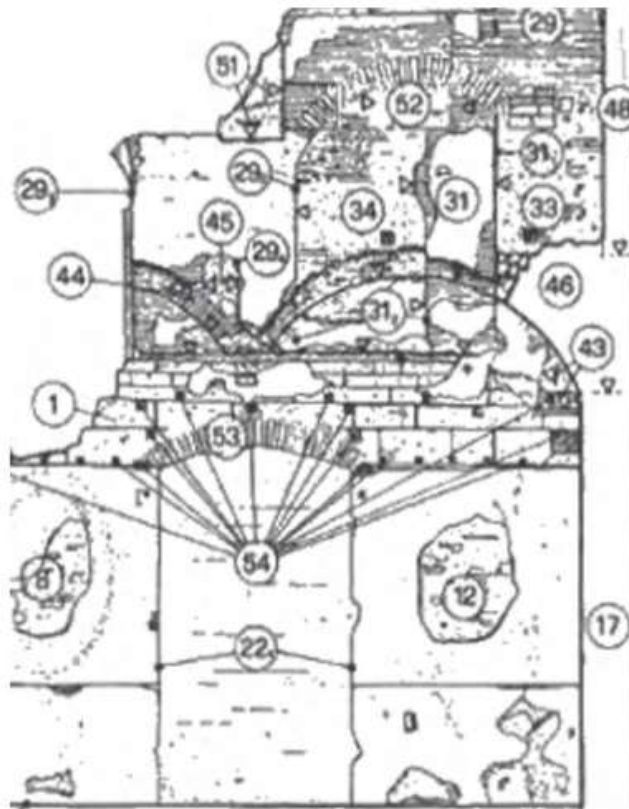


fig. 25. igreja de Santa Maria in Passione, Génova, Itália  
(destrinça de unidades estratigráficas murárias sobre alçado, em 1982)

Matteo ROCCA, *La "Libera Collina di Castello"*, 2015, p. 53, fig. 54

manual dedicado à então ainda denominada “*archeologia dell’edilizia storica*”<sup>547</sup>. Plataforma para especialistas há muito envolvidos em análises arqueológicas de contexto arquitetónicos, *Archeologia e restauro dei monumenti* revela, porém, aspirações tanto quanto apreensões relativamente à aplicabilidade do método estratigráfico à arquitetura. De facto, enquanto reconhecia a singular capacidade estratigráfica para diagnóstico e confronto de estruturas decorrentes de transformações no edificado, admitia também a necessidade de conjugação com outros métodos, a dependência nos materiais construtivos para datação e a indispensabilidade do registo gráfico, como mecanismo para o discernimento estratigráfico<sup>548</sup>.

Aproveitando o ensejo, Brogiolo incluiu em *Archeologia e restauro dei monumenti*, uma comunicação que confrontava as críticas de Renato Bonelli. Falando diretamente para a história da arquitetura, disciplina a que se dedicava Bonelli, defendeu ser redutor pensar num edifício histórico como uma simples sequência construtiva. Mas, da mesma forma que a leitura estratigráfica não podia dispensar o contributo de outras disciplinas, advertiu, também a história da arquitetura não podia rejeitar o contributo da estratigrafia. Para contrariar a complexidade metodológica atribuída por Bonelli à estratigrafia do edificado, Brogiolo propôs então o conceito de unidades de referência, um sistema de organização dos dados estratigráficos que, partindo do geral para o particular, pretendia simplificar o registo e a leitura de sequências estratigráficas<sup>549</sup>. O sistema de Brogiolo haveria de ser sistematizado na obra *Archeologia della edilizia storica*, publicada pelo arqueólogo nesse mesmo ano<sup>550</sup>.

<sup>547</sup> Ismael GARCÍA-GÓMEZ, “Arqueología de la arquitectura. Nociones básicas y perspectivas de futuro”, *ATEMPO*, nº 2, 2019, p. 121. AAVV., *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All’Insegna del Giglio, 1988.

<sup>548</sup> Riccardo FRANCOVICH, “Archeologia e restauro dei monumenti, Nota introdutiva”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All’Insegna del Giglio, 1988, p. 20; Isabella Ferrando CABONA, “Archeologia e conservazione: L’esperienza ligure”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All’Insegna del Giglio, 1988, p. 124-125; Francesco DOGLIONI, “La ricerca sulle strutture edilizie tra archeologia stratigrafica e restauro architettonico”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All’Insegna del Giglio, 1988, p. 223.

<sup>549</sup> Gian Pietro BROGIOLO, “Campionatura e obiettivi nell’analisi stratigrafica degli elevate”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All’Insegna del Giglio, 1988, p. 336-342.

<sup>550</sup> No sistema proposto, Gian Pietro Brogiolo estipulou classes operativas de diferentes complexidades organizacionais, hierarquicamente organizadas. No original, em italiano: *complesso architettonico* (CA), *corpo di fabbrica* (CF), *prospetto generale* (PG), *prospetto particolare* (PP), *unità funzionale* (UF); *struttura orizzontale* (SO), *elemento architettonico* (EA) e *unità stratigrafiche murarie* (USM). Para mais sobre a proposta de sistematização de Brogiolo, consulte-se Gian Pietro BROGIOLO, *Archeologia dell’edilizia storica, Documenti e metodi*, Como, New Press, 1988. Sobre *corpo di fabbrica* (CF), veja-se ainda

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Plataforma fundamental para a divulgação da arqueologia aplicada ao edificado junto da comunidade arqueológica, *Archeologia della edilizia storica* veiculava a ordenação em eixo cartesiano das evidências construtivas<sup>551</sup>, articuladas entre si por relações de posteridade, anterioridade e contemporaneidade, segundo os princípios de Edward Harris. De modo mais significativo, estabelecia critérios de distinção estratigráfica para as UEM, tais como a qualidade petrográfica, a dimensão e a técnica de obtenção dos materiais, o tipo de aparelho e as características dos materiais ligantes<sup>552</sup>. O método analítico subjacente à leitura estratigráfica da arquitetura, que como na escavação de sedimentos deveria pautar-se por critérios normativos e codificados, encontrava-se, não obstante a proposta de Brogiolo, em fase experimental<sup>553</sup>, estando ainda distante do ambicionado consenso científico. Os mecanismos operativos do método estratigráfico, de facto, eram à época profusamente avaliados pelos principais promotores de análises arqueológicas do edificado. Entre as diferentes questões em debate, a tridimensionalidade dos estratos suscitava particular reflexão, uma vez que, ao contrário da estratigrafia sedimentológica, avaliada na sua totalidade volumétrica em escavação, os estratos construídos não poderiam ser avaliados senão pelas suas superfícies visíveis. Visando compensar esta aparente falta de tridimensionalidade, surgiram então propostas de análises menos estratigráficas e mais estruturais, chamando à interpretação arqueológica o contributo interpretativo de arquitetos<sup>554</sup>.

Ao contrário do sistema sugerido por Brogiolo, o sistema de registo e interpretação proposto por Edward Harris reunira já consenso generalizado entre a comunidade científica, encontrando-se, por finais dos anos de 1980, largamente difundido por toda a Europa<sup>555</sup>. Uma década volvida desde a publicação de *Principles*

---

Roberto PARENTI, "Archeologia dell'architettura, Bilancio della situazione toscana", *Archeologia dell'Architettura*, 1997, n.º II, p. 177. Sobre Brogiolo, ver supra, p. 153.

<sup>551</sup> No eixo das abcissas ordenavam-se as unidades estratigráficas murárias, UEM, de acordo com a relação que mantinha entre si, enquanto que no eixo das ordenadas se distribuía o tempo decorrido desde a origem das UEM. Isabella Ferrando CABONA, "Guida critica all'archeologia dell'architettura", *Archeologia dell'Architettura*, n.º VII, 2002, p. 21. Para mais sobre a conversão da sequência estratigráfica do edificado em matriz de Harris, incluindo a sua periodização, veja-se, por todos, Luís CABALLERO ZOREDA, "Método para el análisis estratigráfico de construcciones históricas o 'lectura de paramentos'", *Informes de la Construcción*, vol 46, n.º 435, 1995.

<sup>552</sup> Gian Pietro BROGIOLO, *Archeologia dell'edilizia storica, Documenti e metodi*, Como, New Press, 1988, p. 20.

<sup>553</sup> Riccardo FRANCOVICH, "Archeologia e restauro dei monumenti, Nota introdutiva", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All'Insegna del Giglio, 1988, p. 18-19.

<sup>554</sup> Miguel TABALES RODRÍGUEZ, *Sistema de análisis arqueológico de edificios históricos*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 2002, p. 58-59.

<sup>555</sup> Muito embora não de forma hegemónica. Ao longo da década de 1970, na realidade, prosperavam, só em Inglaterra, por exemplo, três tipos de registo: a matriz de Harris, o *single context recording system* e o

*of archaeological stratigraphy*, no entanto, a aplicação de leituras estratigráficas à arquitetura havia também granjeado grande experiência em Itália<sup>556</sup>, obrigando Harris a rever alguns dos seus princípios. Na segunda edição de *Principles of archaeological stratigraphy*, publicada em 1989, exemplificam-se por isso casos relacionados com a aplicação da matriz de Harris ao edificado, sendo dirigida particular atenção à distinção entre estratos e interfaces arquitetónicos, patente já na edição de 1979, mas bastante menos desenvolvida. À interface estratigráfica atribuiu então, para além do intervalo temporal, uma dinâmica episódica, que poderia ser criativa ou destrutiva. O cuidado revelado com especificidades estratigráficas próprias do edificado denota, de resto, o crescente interesse de Harris pela arqueologia aplicada à arquitetura, que, assim, cresceu paralelamente ao interesse da arqueologia aplicada à arquitetura pelos princípios harrisianos. A preponderância científica de “*standing buildings as archaeological monuments*”, reconheceu o próprio Harris, havia “*greatly increased in recent years*”<sup>557</sup>.

Empregue pela primeira vez em 1990, por Tiziano Mannoni, o nominativo disciplinar *arqueologia da arquitetura*<sup>558</sup>, simultaneamente específico e abrangente, evidencia, de resto, o desenvolvimento epistemológico e metodológico alcançado à época pela disciplina. Posta a definição nominativa, a ponderação metodológica, de resto, intensificou-se ao longo dos anos de 1990, designadamente na preponderância da disciplina para o restauro e a reabilitação do património arquitetónico. O enorme volume de informação gerado, a articulação entre dados e recomendações de restauro, a interpretação dos resultados segundo meios informatizados, a indispensabilidade de conhecimento de técnicas e materiais construtivos, a reduzida permeabilidade aos contributos da história da arte, a especificidade do léxico adotado e a aplicação do método ao planeamento urbanístico dominaram então os principais debates<sup>559</sup>. Descrito no início da década de 1990 ainda como “*una recente*

---

*simple recording* ou *context sheets*. David ANDREWS, “Remembering medieval archaeology in Italy in the 1970’s”, *Post-Classical Archaeologies*, vol. 1, 2011, p. 493.

<sup>556</sup> Num artigo de 1990, a arqueóloga italiana Francesca Bosman, por exemplo, apresentou resultados de leituras estratigráficas, isentas de quaisquer explicações operativas, assim como a sigla USM (unità stratigrafiche muraria), sem o respetivo desdobramento, de onde se subentende que as mesmas fossem já de domínio generalizado. Francesca BOSMAN, “Una torre medievale a Via Monte della Farina: Ricerche topografiche e analisi della struttura”, *Archeologia Medievale*, n.º XVII, 1990, p. 636.

<sup>557</sup> Edward C. HARRIS, *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres, Academic Press, 2ª ed., 1989, p. 57. Para mais sobre Harris, ver supra, p. 73.

<sup>558</sup> Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Arqueología de la arquitectura en España”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 27.

<sup>559</sup> Veja-se, por exemplo, as considerações expressas em Roberto PARENTI, “Fonti materiali e lettura stratigrafica di un centro urbano: I risultati di una sperimentazione ‘non tradizionale’”, *Archeologia*

para uma arqueologia crítica da arquitetura

*acquisizione*”, o método estratigráfico aplicado à análise de vestígios edificados<sup>560</sup> consolidava-se, enquanto instrumento ao serviço da reabilitação e do restauro arquitetónicos. Acrescida ao consolidado interesse científico, perspetivou-se então uma nova função social para a arqueologia, enquanto instrumento de análise estratigráfica ao serviço dos projetos de reabilitação arquitetónica<sup>561</sup>, ponto de confluência de interesses de arqueólogos, arquitetos e historiadores da arte. Na década de 1990, a arqueologia da arquitetura pretendeu, assim, afirmar a estratigrafia no domínio da interpretação de vestígios edificados em risco de afetação pela execução de projetos de restauro ou de reabilitação<sup>562</sup>. Como o estrato sedimentológico para a geologia ou o estrato antrópico para a arqueologia, a unidade estratigráfica murária alcançou estatuto próprio, objetivo, processual e socialmente pertinente. Estabelecida como o menor elemento construtivo, estratigraficamente individualizável dos que o rodeiam, equiparou as estruturas construídas a sedimentos geológicos e arqueológicos, comparando os materiais arquitetónicos com os antigos fósseis diretores biológicos e arqueológicos<sup>563</sup>.

Sintoma do processo de afirmação social da arqueologia da arquitetura, surgiu em 1996, como suplemento anual da *Archeologia Medieval*, a primeira revista da

---

*Medievale*, n.º XIX, 1992, p. 7-62; Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Contribución al estudio de la arqueología de la arquitectura”, *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º 1, 1994, p. 141-158; Giovanna BIANCHI, “Trasmisione dei saperi tecnici e analisi dei procedimenti costruttivi di età medievale”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º I, 1996, p. 53-64; Gian Pietro BROGIOLO, “Prospettive per l’archeologia dell’architettura”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º I, 1996, p. 11-15; Francesco DOGLIONI, *Stratigrafia e restauro. Tra conoscenza e conservazione dell’architettura*, Trieste, Lint Editoriale, 1997; Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “La mensiocronologia dei laterizi della Toscana: Problematiche e prospettive di ricerca”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º II, 1997, p. 159-165; Giovanna BIANCHI, Alessandra NARDINI, “Archeologia dell’architettura di un centro storico. Proposta per un’elaborazione informatica dei dati su piattaforma G.I.S. bidimensionale”, *Il Congresso Nazionale di Archeologia Medievale*, ed. Gian Pietro Brogiolo, Brescia, All’Insegna del Giglio, 2000, p. 381-388; ou Piero PIEROTTI, Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Archeologia dell’architettura e storia dell’architettura: Due discipline a confronto”, *Il Congresso Nazionale di Archeologia Medievale*, ed. Gian Pietro Brogiolo, Brescia, All’Insegna del Giglio, 2000, p. 377-380.

<sup>560</sup> Roberto PARENTI, “Fonti materiali e lettura stratigrafica di un centro urbano: I risultati di una sperimentazione ‘non tradizionale’”, *Archeologia Medievale*, n.º XIX, 1992, p. 8.

<sup>561</sup> Sobre o potencial social da arqueologia da arquitetura, veja-se Agustin AZKARATE GARAI-OLAUM, “Intereses cognoscitivos y praxis social en arqueología de la arquitectura”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 55-71.

<sup>562</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, “Arqueología e arquitectura, Análise arqueológica e intervención en edificios históricos”, *Las actuaciones en el patrimonio construido: Un diálogo interdisciplinar*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1995, p. 133.

<sup>563</sup> Gian Pietro BROGIOLO, *Archeologia dell’edilizia storica, Documenti e metodi*, Como, New Press, 1988, p. 13; Luís CABALLERO ZOREDA, “Método para el análisis estratigráfico de construcciones históricas o ‘lectura de paramentos’”, *Informes de la Construcción*, vol 46, n.º 435, 19958, p. 39.

especialidade, *Archeologia dell'Architettura*, fundada em Itália, por Tiziano Mannoni<sup>564</sup>. Dirigida, entre outros, por Gian Pietro Brogiolo, Francesco Doglioni e Roberto Parenti, a publicação assumiu um nome também ele sintomático da vocação pretendida para a disciplina<sup>565</sup>. Ao potenciar a divulgação de teorizações, práticas e métodos, mas também de intervenientes, resultados e potencialidades, *Archeologia dell'Architettura* contribuiu como nenhuma outra plataforma antes de si para a disseminação da aplicabilidade estratigráfica à arquitetura, consolidando a expressão *arqueologia da arquitetura* como designação disciplinar<sup>566</sup>. Apoiada em ferramentas metodológicas processuais e em obras de divulgação científica, a arqueologia da arquitetura afirmava-se capaz de objetivamente alcançar e divulgar conhecimento histórico<sup>567</sup>, filiando-se no conjunto de disciplinas que, seguindo uma orientação processualista, abraçavam o positivismo como expediente de legitimação científica. De forma mais significativa, contava com um corpo científico coeso, com resultados comprovadamente demonstrados, que declaravam a indispensabilidade de análises pluridisciplinares para o conhecimento de edifícios históricos, entre as quais seriam centrais as análises estratigráficas<sup>568</sup>.

Paralelamente, outros países testemunharam também, na década de 1990, desenvolvimentos no domínio da arqueologia da arquitetura. Em Inglaterra, onde a disciplina assumiu a designação de *building archaeology*, as análises estratigráficas do edificado progrediram a partir das experiências do medievalista William Pantin, que,

---

<sup>564</sup> Gian Pietro BROGIOLO, “L’archeologia dell’architettura in Italia nell’ultimo quinquennio (1997-2001)”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 19; Maria de los Ángeles UTRERO AGUDO, “Archaeology. Archaeologia. Arqueología. Hacia el análisis de la arquitectura”, *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 14.

<sup>565</sup> Sobre Mannoni, Brogiolo, Doglioni e Parenti, ver supra, p. 141, 143 e 147.

<sup>566</sup> Ainda que Gian Pietro Brogiolo tenha atribuído ao novo periódico italiano o mérito da precedência da expressão *arqueologia da arquitetura*, na realidade expressões muito similares vinham sendo utilizadas já desde a década de 1970, nomeadamente *archeologia architettonica*, como apelidada em 1974, por Tiziano Mannoni e Ennio Poleggi. Não obstante, até à fundação de *Archeologia dell'Architettura*, a disciplina assumiu de facto múltiplas designações, como *analisi stratigrafica degli elevati*, *archeologia dell'edilizia storica*, *archeologia del sopravvissuto*, *archeologia stratigrafica degli alzati* ou *rilievo critico dell'architettura*, por exemplo. Tiziano MANNONI, Ennio POLEGGI, “Fonti scritte e strutture medievali del castello di Genova”, *Archeologia Medievale*, n.º I, 1974, p. 172; Tiziano MANNONI, “Archeologia dell’architettura”, *Notiziario di Archeologia Medievale*, n.º 54, 1990, p. 29; Roberto PARENTI, “Dalla stratigrafia all’archeologia dell’architettura. Alcune recenti esperienze del laboratorio senese”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º I, 2002, p. 73; Gian Pietro BROGIOLO, “L’archeologia dell’architettura in Italia nell’ultimo quinquennio (1997-2001)”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 19.

<sup>567</sup> Gian Pietro BROGIOLO, “L’archeologia dell’architettura in Italia nell’ultimo quinquennio (1997-2001)”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 25.

<sup>568</sup> Gian Pietro BROGIOLO, Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Conclusiones”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 15.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

entre as décadas de 1940 e 1960, combinou arqueologia e arquitetura, produzindo plantas de construção faseada para vários edifícios históricos<sup>569</sup>. Acompanhando o florescimento da arqueologia medieval e urbana da década de 1970<sup>570</sup>, a arqueologia inglesa estabeleceu alguns princípios que se revelaram, por sua vez, fundamentais para o desenvolvimento da arqueologia da arquitetura. De entre os múltiplos contributos, de que a matriz de Edward Harris constitui exemplo, a definição da origem diametral de estratos e de interfaces, positiva, quando por deposição, ou negativa, quando por erosão, redundou na noção que sustenta a possibilidade de, em arqueologia da arquitetura, o registo estratigráfico poder resultar de ações construtivas, tanto quanto destrutivas<sup>571</sup>. A paridade histórica impressa pela matriz de Harris à sequenciação estratigráfica<sup>572</sup>, ensaiada na década de 1970 em Inglaterra, por outro lado, permitiu à arqueologia da arquitetura considerar as componentes edificadas como qualquer outro estrato arqueológico. Assente na posição espacial relativa entre estratos, a matriz possibilitava também a dedução de relações temporais relativas, permitindo à arqueologia da arquitetura interpretar a ordem pela qual os estratos de determinado edifício haviam sido produzidos<sup>573</sup>.

Em França, a arqueologia da arquitetura, frequentemente denominada *archéologie du bâti* ou *archéologie des élévations*, filia-se também numa longa tradição, que remonta às análises arqueológicas preconizadas em 1939 pelo historiador da arte Élie Lambert, no casario pré-industrial da cidade de Bayonne, onde, mediante leitura das antigas linhas de telhado, identificou distintas fases construtivas<sup>574</sup>. Não obstante, a arqueologia da arquitetura francesa manteve-se sempre sob o espectro mais alargado das intervenções arqueológicas urbanas, nunca

---

<sup>569</sup> Christopher GERRARD, *Medieval archaeology, Understanding traditions and contemporary approaches*. Londres, Routledge, 2ª ed., 2005, p. 111. Promotor de múltiplas análises a construções domésticas de modestas dimensões, o historiador medievalista inglês William Pantin [1902-1973] estabeleceu também as bases para o estudo da arquitetura vernacular em Inglaterra. Para uma biografia de Pantin, veja-se John Roger Loxdale HIGHFIELD, "W. A. Pantin: In memoriam", *Oxoniensia*, n.º XXXIX, p. IV-V.

<sup>570</sup> Ver supra, p. 106 e seguintes.

<sup>571</sup> Gian Pietro BROGIOLO, Aurora CAGNANA, *Archeologia dell'architettura: Metodi e interpretazioni*, Florença, All'Insegna del Giglio, 2012, p. 14.

<sup>572</sup> Ver supra, p. 73 e seguintes.

<sup>573</sup> Os estratos mais recentes assumiam uma posição superior na matriz, enquanto os estratos mais antigos eram remetidos para posições inferiores. Ismael GARCÍA-GÓMEZ, "Arqueología de la arquitectura. Nociones básicas y perspectivas de futuro", *ATEMPO*, n.º 2, 2019, p. 130.

<sup>574</sup> Yves ESQUIEU, "L'archéologie du bâti en France", *Archeologia dell'Architettura*, n.º II, 1997, p. 133. Docente nas Universidades de Caen e da Sorbonne, o arqueólogo e historiador da arte francês Élie Lambert [1888-1961] dedicou a sua carreira à resolução de problemáticas próprias da arquitetura histórica. Para mais sobre Lambert, consulte-se René CROZET, "Élie Lambert (1888-1961)", *Cahiers des Civilizations Médiévales*, n.º 14, 1961, p. 222-224.

verdadeiramente alcançando, por dificuldades financeiras e regulamentares<sup>575</sup>, a autonomização conhecida pela disciplina em Inglaterra ou em Itália. Seria necessário aguardar até aos anos de 1980, de facto, para que os edifícios vernaculares, “*les parents pauvre*” da arquitetura, por exemplo, pudessem granjear da arqueologia francesa o protagonismo de que até então gozavam em exclusivo no país os edifícios de construção monumental<sup>576</sup>. Influenciada pela experiência inglesa, mas firmada na tradição iluminista francesa de análise de materiais construtivos nos edifícios históricos, a arqueologia da arquitetura em França focou-se na produção arquitetónica propriamente dita, no aprovisionamento de materiais, na mensiocronologia, nas técnicas construtivas e no estudo das marcas de canteiro<sup>577</sup>.

Noutras partes do globo, a arqueologia da arquitetura conheceu também desenvolvimentos muito pontuais. Na Alemanha, por exemplo, onde assumem a denominação de *bauforschung*, as análises historiográficas ao edificado histórico têm permanecido arbítrio de arquitetos e de engenheiros civis. Condicionada a análises substancialmente estruturais e descritivas, a arqueologia da arquitetura no país germânico tem sido limitada também pelo desaparecimento de parte significativa dos seus alçados históricos, posta a ampla destruição de património arquitetónico sofrida ao longo da I e II Grandes Mundiais<sup>578</sup>. Na Austrália e nos Estados Unidos da América, algumas análises estratigráficas ao edificado têm vindo a ser promovidas desde meados da década de 1980. O próprio Edward Harris, na segunda edição do seu *Principles of archaeological stratigraphy*, de 1989, utilizou um caso norte-americano, na vila de Old Sturbridge, para ilustração da aplicabilidade do método à arquitetura<sup>579</sup>. Na América do Sul, interpretações estratigráficas têm sido preconizadas em alguns edifícios de período pré-hispânico, colonial e contemporâneo, tanto monumentais,

<sup>575</sup> Pierre GARMY, *Villes, réseaux et systèmes de villes, Contribution de l'archéologie*, Paris, Editions Errance, 2012, p. 54-55; Jean CHAPELOT (ed.), *Trente ans d'archéologie médiévale en France. Un bilan pour un avenir*, Caen, Publications du Centre de Recherches Archeologiques et Historiques Medievales, 2010, p. 415.

<sup>576</sup> Pierre GARMY, *Villes, réseaux et systèmes de villes, Contribution de l'archéologie*, Paris, Editions Errance, 2012, p. 151.

<sup>577</sup> Gian Pietro BROGIOLO, Aurora CAGNANA, *Archeologia dell'architettura: Metodi e interpretazioni*, Florença, All'Insegna del Giglio, 2012, p. 19; Yves ESQUIEU, “L'archéologie du bâti en France”, *Archeologia dell'Architettura*, n.º II, 1997, p. 136; Nicolas REVEYRON, “L'archéologie du bâti en France”, *Archeologia dell'Architettura*, n.º XV, 2010, p. 29.

<sup>578</sup> Maria de los Ángeles UTRERO AGUDO, “Archaeology. Arqueología. Hacia el análisis de la arquitectura”, *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 18.

<sup>579</sup> Martin DAVIES, “The archeology of standing structures”, *Australian Historical Archaeology*, n.º 5, 1987, p. 54-64; Edward C. HARRIS, *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres, Academic Press, 2ª ed, 1989, p. 57-61.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

como domésticos<sup>580</sup>. No Brasil, por exemplo, os primeiros trabalhos de arqueologia da arquitetura, associados a projetos de reabilitação arquitetónica, ocorreram já na década de 1990, concentrando-se, no entanto, em edifícios de cronologia mais recente, moderna e contemporânea<sup>581</sup>.

Foi em Espanha, país onde a doutrina estratigráfica se encontrava por inícios da década de 1980 ainda incipientemente difundida<sup>582</sup>, que a influência da arqueologia da arquitetura italiana se fez sentir, no entanto, com maior intensidade. A estreita relação entre as arqueologias espanhola e italiana recua, de resto, ao pós-II Guerra Mundial, época em que se iniciaram em Espanha os cursos de arqueologia de Ampúrias, na região catalã. Inicialmente sob direção do arqueólogo espanhol Martín Almagro<sup>583</sup>, os cursos no sítio arqueológico de Ampúrias reuniram, desde 1945, várias equipas internacionais, compostas sobretudo por arqueólogos espanhóis, italianos e franceses. Durante cerca de duas décadas, Ampúrias chegou mesmo a contar com a presença e os ensinamentos estratigráficos de Nino Lamboglia, de quem Almagro era próximo, e, nos anos de 1960, com a participação de Andrea Carandini, ainda estudante<sup>584</sup>. Carandini, cuja presença em Espanha, lecionando as potencialidades da estratigrafia harrisiana, se encontra documentada desde 1979<sup>585</sup>, contribuiu de forma

---

<sup>580</sup> Agustín AZKARATE GARAI-OLAUN, “La arqueología de la arquitectura en el siglo XXI”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 5, 2008, p. 13; Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Arqueología de la arquitectura en España”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 28.

<sup>581</sup> Ana Teresa Cirigliano VILLELA, *Arqueologia da arquitetura (AA): A estratificação tridimensional do tempo*, dissertação de mestrado policopiada, Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 49.

<sup>582</sup> Agustín AZKARATE GARAI-OLAUN, Luís CABALLERO ZOREDA, Juan Antonio QUIROS CASTILLO, “Arqueología de la arquitectura: Definición disciplinar y nuevas perspectivas”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 7. As primeiras experiências arqueológicas apoiadas nos princípios estratigráficos de Edward Harris terão sido promovidas em Espanha apenas em 1979, em escavações conduzidas na ermida de Nuestra Señora de Bellvitge, Barcelona. Alberto LÓPEZ MULLOR, “Veinte años después”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 159.

<sup>583</sup> Manuel ESPADAS BURGOS, *La Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma: Un Guadiana junto al Tíber*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Castilla-La Mancha, 2000, p. 103. Diretor do Museu de Arqueologia de Barcelona e do Museu Arqueológico Nacional, o arqueólogo Martín Almagro Basch [1911-1984] foi também docente nas universidades de Santiago de Compostela, Barcelona e Madrid. Dirigiu, entre 1939 a 1965, as escavações no sítio romano de Ampúrias. Para mais sobre Almagro, leia-se José SIMÓN DÍAZ, “Don Martín Almagro Basch”, *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*, n.º 22, 1985, p. 551-554.

<sup>584</sup> Xavier DUPRÉ RAVENTÓS, “Prólogo a la edición española”, *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, trad. Xavier Dupré Raventós, Barcelona, Crítica, 1997, p. XII-XIII. Sobre Lamboglia e Carandini, ver supra, p. 143 e 142.

<sup>585</sup> Por exemplo, na Universidade Autónoma de Barcelona, em 1979, ou na Universidade de Lleida, em 1985. Xavier DUPRÉ RAVENTÓS, “Prólogo a la edición española”, *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, trad. Xavier Dupré Raventós, Barcelona, Crítica, 1997, p. VIII; Emili JUNYENT, “Prólogo a la edición Española”, *Principios de estratigrafía arqueológica*, trad. Isabel García Trócoli, Barcelona, Editorial Crítica, 1991, p. XIV.

decisiva para a disseminação dos pressupostos de Harris no país, para a qual concorreu também a popularidade do seu *Storie dalla terra*, publicado dois anos depois, em 1981. Utilizado por Carandini em 1976, na escavação da *villa* romana de Settefinestre, na região toscana, a proposta metodológica harrisiana, que Carandini conheceu em Cartago junto de arqueólogos ingleses<sup>586</sup>, poderá, no entanto, ter chegado a território ibérico antes ainda de *Storie dalla terra*. A presença de arqueólogos britânicos em Espanha, contribuindo para a difusão do método harrisiano no país, vinha, na realidade, intensificando-se por finais dos anos de 1970<sup>587</sup>. Entre os casos possíveis, o arqueólogo britânico Simon Keay, por exemplo, participou nos cursos de Ampúrias, depois de ter entrado em contacto com o novo método inglês, precisamente em Settefinestre<sup>588</sup>.

Desde finais da década de 1970, que entre os arqueólogos espanhóis, familiarizados com a solução harrisiana, se faziam sentir, conseqüentemente, sinais de descontentamento pela forma insatisfatória como até então era registada e estudada a complexidade de certos sítios arqueológicos. Em contexto de reabilitação urbana, a insatisfação recaiu sobre os estudos deficitários dos vestígios arqueológicos edificados, com o arqueólogo espanhol Luís Caballero, por exemplo, a reivindicar uma maior aproximação da arqueologia à arquitetura, logo em 1977<sup>589</sup>. Próximos da arqueologia italiana, onde despontava a jovem arqueologia da arquitetura, os arqueólogos espanhóis começaram então, desde inícios da década de 1980, a empreender leituras estratigráficas do edificado, sob a alçada institucional do Servei

<sup>586</sup> Emili JUNYENT, “Prólogo a la edición Española”, *Principios de estratigrafía arqueológica*, trad. Isabel García Trócoli, Barcelona, Editorial Crítica, 1991, p. XII.

<sup>587</sup> Por exemplo, desde 1979, na *villa* romana de Vilauba, Girona, e na fortaleza medieval de Gormaz, Soria. Xavier DUPRÉ RAVENTÓS, “Prólogo a la edición española”, *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, trad. Xavier Dupré Raventós, Barcelona, Crítica, 1997, p. XV.

<sup>588</sup> Xavier DUPRÉ RAVENTÓS, “Prólogo a la edición española”, *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, trad. Xavier Dupré Raventós, Barcelona, Crítica, 1997, p. XIV. Professor na Universidade de Southampton, Simon Keay [n. 1954] especializou-se em arqueologia de período romano. Simon KEAY, “Professor Simon Keay”, [www.southampton.ac.uk](http://www.southampton.ac.uk) [a: 6 de março de 2020].

<sup>589</sup> Gian Pietro BROGIOLO, “Procedure di documentazione e percorsi interpretativi dell’edilizia storica”, *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 17. Investigador no Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Luís Caballero Zoreda [n. 1946] dedicou a sua carreira à arqueologia da arquitetura, sobretudo em edifícios cristãos alto-medievais. Publicada em 1980, a tese de doutoramento de Caballero rapidamente assumiu grande influência científica. Alberto LÓPEZ MULLOR, “Veinte años después”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 160; Sergio VIDAL ÁLVAREZ, “Luís Caballero Zoreda”, [www.man.es](http://www.man.es) [a: 28 de fevereiro de 2020].

para uma arqueologia crítica da arquitetura

del Patrimoni Arquitectònic Local<sup>590</sup>, de Barcelona, e do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, de Madrid<sup>591</sup>. Menos de uma década depois, eram já enunciadas as primeiras perceções teóricas espanholas sobre a disciplina<sup>592</sup>, que no país assume por vezes a denominação de *arqueotectura*, compiladas no manual *Mecánica y tecnología de los edificios antiguos*, publicado por Caballero, em 1987. A institucionalização tutelar das primeiras intervenções de arqueologia da arquitetura e a rapidez de produção teórica própria, testemunham, sintomaticamente, a ampla e célere aceitação da nova disciplina em Espanha.

Até meados dos anos de 1990, a promoção em Espanha de leituras estratigráficas à arquitetura pautou-se, não obstante, pela experimentação, sob grande influência italiana, de novos critérios e instrumentos<sup>593</sup>. Tendo as primeiras experiências estratigráficas no país irradiado a partir da Catalunha, nomeadamente de Ampúrias, foi também na região catalã que a arqueologia da arquitetura espanhola conheceu inicialmente maior preponderância<sup>594</sup>. De facto, desde inícios da década de 1980, que equipas pluridisciplinares vinham ensaiando análises arqueológicas a edifícios monumentais catalães, sob a tutela do Servei del Patrimoni Arquitectònic Local, cujos serviços de investigação contaram, a partir de 1984, com a direção do arqueólogo espanhol Alberto López, pioneiro na aplicação do método estratigráfico em Espanha<sup>595</sup>. Tendo escavado em Itália e participado ativamente nas escavações de

---

<sup>590</sup> Então, ainda denominado Servicio de Catalogación y Conservación de Monumentos de la Diputación de Barcelona. Àlvar CAIXAL MATA, “In memoriam, Alberto López Mullor (Barcelona, 1952-2017)”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 14, 2007, p. 2.

<sup>591</sup> Ismael GARCÍA-GÓMEZ, “Arqueología de la arquitectura. Nociones básicas y perspectivas de futuro”, *ATEMPO*, n.º 2, 2019, p. 121; Agustín AZKARATE GARAI-OLAUN, “Archeologia dell’architettura in Spagna”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º XV, 2010, p. 17.

<sup>592</sup> Roberto PARENTI, “Dalla stratigrafia all’archeologia dell’architettura. Alcune recenti esperienze del laboratorio senese”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 73.

<sup>593</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, Margarita FÉRNANDEZ MIER, “Análisis arqueológico de construcciones históricas en España, Estado de la cuestión”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º II, 1997, p. 148; Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Arqueología de la arquitectura en España”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 29.

<sup>594</sup> Maria de los Ángeles UTRERO AGUDO, “Archaeology. Archaeologia. Arqueología. Hacia el análisis de la arquitectura”, *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 18-19. Sobre as primeiras experiências de arqueologia da arquitetura na Catalunha, leia-se Alberto LÓPEZ MULLOR, “Veinte años después”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 159-174.

<sup>595</sup> Docente na Universidade Autònoma de Barcelona, o arqueólogo Alberto López Mullor [1952-2017] destacou-se nas áreas do património arquitetónico, da arqueologia da arquitetura e dos estudos cerâmicos. Travou conhecimento com o método estratigráfico através de arqueólogos franceses, empregando-o pela primeira vez na escavação da ermida de Nuestra Señora de Bellvitge, Barcelona, em 1979. Para mais sobre López, veja-se Àlvar CAIXAL MATA, “In memoriam, Alberto López Mullor (Barcelona, 1952-2017)”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 14, 2007, p. 2-3.

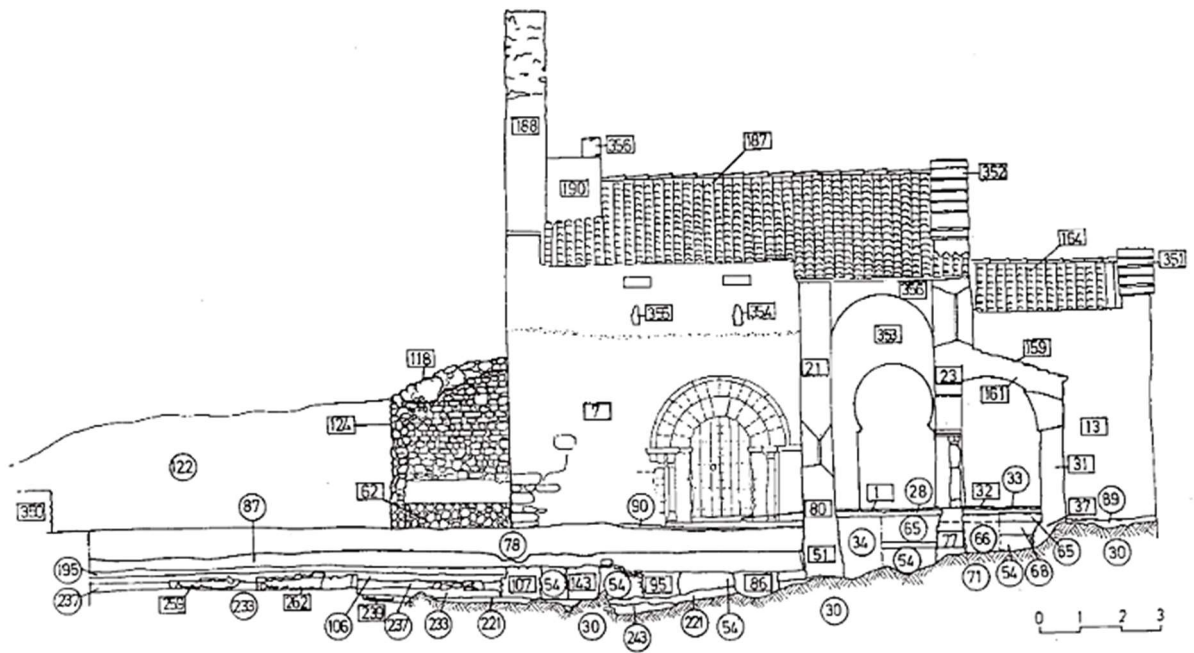


fig. 26. igreja de Sant Quirze de Pedret, Barcelona, Espanha  
(destriça de unidades estratigráficas murárias sobre alçado, em 1990)

Alberto LÓPEZ MULLOR, *Veinte años después*, 2002, p. 167, fig. 12

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Ampúrias, López possuía ampla noção dos avanços italianos no domínio da arqueologia da arquitetura, cujos princípios empregou ao serviço do Servei del Patrimoni Arquitectònic Local. A arqueologia da arquitetura estabelecia-se na Catalunha, como disciplina autónoma, capaz de recuperar, através da estratigrafia, as sequências construtivas, a funcionalidade e o significado cultural inerentes à produção arquitetónica regional. Só a partir de meados da década de 1990, no entanto, se disseminaram as experiências em arqueologia da arquitetura por todo o território espanhol, em diferentes regiões e em distintas cronotipologias arquitetónicas<sup>596</sup>. Na alvorada do milénio, já as investigações na área se expandiam para além das entidades tutelares culturais, motivando a formação de unidades especializadas na dependência de instituições académicas, como sucedeu, por exemplo, com o Grupo de Investigación en Arqueología de la Arquitectura, da Universidade do País Basco<sup>597</sup>.

No decurso do *I Seminário Internacional de Arqueologia de la Arquitectura*, realizado em Vitoria-Gasteiz, no País Basco, em 2002, o processo de diversificação temática, territorial e institucional culminou em Espanha com a publicação da revista *Arqueología de la Arquitectura*<sup>598</sup>. Entre os signatários das revistas *Archeologia dell'Architettura* e *Arqueología de la Arquitectura* iniciou-se então um intenso debate, clivado entre os que defendiam uma arqueologia da arquitetura como método, útil à reconstituição de sequências construtivas, e os que idealizavam a sua autonomia disciplinar, para, partindo dessas sequências, alcançar interpretações históricas, nomeadamente de natureza simbólica<sup>599</sup>. Ao debater a possibilidade de dedução de aspetos simbólicos inerentes à cultura material edificada, as arqueologias da

---

<sup>596</sup> Xavier DUPRÉ RAVENTÓS, "Prólogo a la edición española", *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, trad. Xavier Dupré Raventós, Barcelona, Crítica, 1997, p. XVII; Gian Pietro BROGIOLO, Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, "Conclusiones", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 208.

<sup>597</sup> Ismael GARCÍA-GÓMEZ, "Arqueología de la arquitectura. Nociones básicas y perspectivas de futuro", *ATEMPO*, n.º 2, 2019, p. 122.

<sup>598</sup> Agustín AZKARATE GARAI-OLAUN, Luís CABALLERO ZOREDA, Juan Antonio QUIROS CASTILLO, "Arqueología de la arquitectura: Definición disciplinar y nuevas perspectivas", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 7; Maria de los Ángeles UTRERO AGUDO, "Archaeology. Archaeologia. Arqueología. Hacia el análisis de la arquitectura", *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Conceción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 18-19; Ismael GARCÍA-GÓMEZ, "Arqueología de la arquitectura. Nociones básicas y perspectivas de futuro", *ATEMPO*, n.º 2, 2019, p. 122; Alessandra D'ULIZIA, "L'archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi", *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, 2005, p. 19.

<sup>599</sup> Para mais sobre análises simbólicas, nomeadamente as preconizadas pelo alemão Gottfried Semper [1803-1879], para quem a arquitetura era a materialização simbólica de estruturas culturais, criadas para adaptação a novas condicionantes históricas, leia-se Mari HVATTUM, *Gottfried Semper and the problem of historicism*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

arquitetura espanhola e italiana mergulhavam, em múltiplos aspetos, no debate epistemológico processualista das décadas de 1980 e de 1990, a que se juntavam, impostas pela subjetividade pós-moderna, a alegada impossibilidade de acesso ao passado e a aparente incapacidade de o expressar no presente<sup>600</sup>. Discutindo aspetos relevantes para a arqueologia em geral, o confronto argumentativo no seio da arqueologia da arquitetura alcançou horizontes teóricos significativos, tanto mais porque, enquanto que em Itália os precursores da arqueologia da arquitetura provinham de áreas imbuídas de critérios funcionais processualistas, como a arqueologia medieval, em Espanha, os primeiros arqueólogos desta disciplina procediam de áreas muito influenciadas pela contextualização pós-processualista, como a arqueologia pré-histórica ou a arqueologia da paisagem<sup>601</sup>.

Assente na sua congénere italiana, a arqueologia da arquitetura espanhola pretendeu, por isso, somar à reconstituição material e tecnológica dos processos de produção arquitetónica, proposta pelos italianos, a definição pós-processualista dos aspetos simbólicos, subjacentes aos promotores, construtores e habitantes do objeto arquitetónico<sup>602</sup>. Não obstante, tanto em Itália, como em Espanha, a operatividade da arqueologia da arquitetura tendeu para a instrumentalização metodológica da disciplina<sup>603</sup>, limitando os seus resultados à determinação de sequências construtivas cronotipológicas, sem que, salvo raras exceções, fossem abordados aspetos simbólicos. Perante a relativização pós-processualista do valor historiográfico dos objetos arqueológicos<sup>604</sup>, por exemplo, a arqueologia da arquitetura espanhola da década de 1980 refugiou-se na singularidade do documento construído, que, contrariamente ao escrito, não resultaria de nenhuma conceção mental preliminar. O material edificado, evento “*involuntario, objetivo y fiel*”, decorreria de atos não extraordinários, que seriam, como tal, “*repetidos, comparables y medibles*”<sup>605</sup>. Sendo a interpretação formal distinguível da análise das motivações culturais inerentes à

<sup>600</sup> Beverley SOUTHGATE, *Postmodernism in history: Fear or freedom?*, Londres, Routledge, 2003, p. 544.

<sup>601</sup> Agustín AZKARATE GARAI-OLAUN, “Archeologia dell’architettura in Spagna”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º XV, 2010, p. 18.

<sup>602</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, “El metodo arqueologico en la comprension del edificio (sustrato y estructura)”, *Curso de mecánica y tecnología de los edificios antiguos*, Madrid, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1987, p. 32.

<sup>603</sup> Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Arqueología de la Arquitectura en España”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 35.

<sup>604</sup> Ver supra, p. 76 e seguintes.

<sup>605</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, “El metodo arqueologico en la comprension del edificio (sustrato y estructura)”, *Curso de mecánica y tecnología de los edificios antiguos*, Madrid, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1987, p. 15.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

forma<sup>606</sup>, os objetos arquitetónicos convertiam-se em documentos significantes, iguais em valor historiográfico relativo, sem que fosse possível “*decir éste sí, aquél no, o éste más que aquél*”<sup>607</sup>.

A arqueologia da arquitetura espanhola, na realidade, não deixava à época de reconhecer a relatividade historiográfica dos contextos funcionais subjacentes aos objetos arquitetónicos. Considerando a subjetividade contextual pós-processualista, declarou necessária a distinção entre diferentes níveis contextuais, porque dela dependia o grau de certeza da respetiva análise arqueológica<sup>608</sup>. Contudo, ao contrário dos estratos sedimentológicos, onde os fósseis diretores se depositavam em contexto distinto do da sua origem, os objetos arquitetónicos, eles mesmos fósseis diretores, permaneciam no contexto em que foram originalmente criados. Simultaneamente contexto original e fóssil diretor, o objeto arquitetónico assumia uma natureza histórica particular, que aparentemente assegurava um grau absoluto de certeza analítica. Mesmo tendo em conta a relatividade das circunstâncias em que era analisado, as particularidades do objeto arquitetónico pareciam orientar a arqueologia da arquitetura espanhola de novo para a esfera da objetividade processualista.

Alguns entre a objetividade metodológica italiana, assente na determinação cronotológica das diferentes fases construtivas do edificado histórico, e o estruturalismo contextual espanhol, sujeitando o edificado a análises culturais subjetivamente condicionadas, a arqueologia da arquitetura cresceu. Em constante evolução epistemológica, juntou aos frutos metodológicos do processualismo científico o ideário disciplinar pós-processualista. Do confronto ideológico entre as arqueologias da arquitetura italiana e espanhola gerou-se um ímpeto científico que manteve acesa uma longa e profícua discussão, que acompanhava, afinal, as tendências de reconciliação científica, entre processualismo e pós-processualismo, com que na reta final do século XX se pautou a evolução da própria arqueologia.

---

<sup>606</sup> Jorge de ALARCÃO, *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Afrontamento, 1996, p. 34.

<sup>607</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, “El metodo arqueologico en la comprension del edificio (sustrato y estructura)”, *Curso de mecánica y tecnología de los edificios antiguos*, Madrid, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1987, p. 16-18.

<sup>608</sup> Consideravam-se três contextos possíveis: contexto primitivo, para o qual foi criado o objeto material, contexto atual, estado em que se encontrava à data da sua análise, e contexto reconstruído, alterações construtivas a que teria sido sujeito. Luís CABALLERO ZOREDA, “El metodo arqueologico en la comprension del edificio (sustrato y estructura)”, *Curso de mecánica y tecnología de los edificios antiguos*, Madrid, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1987, p. 18-19.

2.5.

### **divergências complementares:**

### **da década de 1990 aos dias de hoje**

Por inícios do século XXI, parte da arqueologia da arquitetura espanhola assumia critérios metodológicos e objetivos interpretativos claramente pós-processualistas, conferindo à arquitetura um estatuto documental. A interpretação arqueológica da arquitetura em Espanha começou nos anos de 1980, no entanto, por rejeitar abordagens simbólicas pós-processualistas, focando-se estritamente no seu potencial objetivo. Mas se nos anos de 1980, a oposição da ortodoxia processual aos princípios epistemológicos pós-processuais poderia justificar a rejeição de abordagens pós-processualistas pela arqueologia da arquitetura espanhola, no início dos anos de 2000 a reconciliação entre as duas correntes arqueológicas animava posturas científicas menos extremadas. À época do lançamento do periódico espanhol *Arqueología de la Arquitectura*, em 2002, por isso, já a arqueologia da arquitetura espanhola admitia a articulação com parâmetros fundamentalmente pós-processualistas, defendendo, por exemplo, análises a contextos comportamentais subjacentes à produção arquitetónica<sup>609</sup>. Embora possa sugerir uma profunda alteração de paradigmas científicos, a renovação epistemológica vivida pela arqueologia da arquitetura espanhola em duas décadas não deixou, portanto, de seguir as tendências disciplinares da época, pautadas pela aproximação entre as arqueologias processual e pós-processual. Na verdade, desde inícios da década de 1990, vinham sendo propostas tentativas de reconciliação entre as diferentes correntes arqueológicas. Em Portugal, por exemplo, a legislação da especialidade, lavrada em 1997, seguia um entendimento processualista da atividade arqueológica, que exigia “o recurso a métodos derivados da física e das ciências naturais”, enquanto simultaneamente incorporava problemáticas pós-modernas, como a relevância dos “contextos sem valor monumental”, da “vida quotidiana das populações rurais” e da “gente comum dos

---

<sup>609</sup> Sobre processualismo e pós-processualismo em arqueologia, ver supra, p. 70 e seguintes, 76 e seguintes.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

centros urbanos”<sup>610</sup>. Preconizava-se um novo entendimento, capaz de articular a objetividade funcionalista da arqueologia processual com a subjetividade das motivações sociais da arqueologia pós-processual. Guiados por objetivos distintos, processualismo e pós-processualismo poderiam afinal complementar-se mutuamente, trazendo ambos contributos válidos à arqueologia<sup>611</sup>.

Na dimensão simbólica dos artefactos, por exemplo, arqueologia processual e arqueologia pós-processual não seguiam, como à partida se poderia imaginar, orientações antagónicas, assumindo, pelo contrário, posições bastante compatíveis. No entanto, enquanto que o processualismo valorizava a componente funcional de certos objetos simbólicos, nomeadamente ao nível da distinção social ou das relações estabelecidas com o sobrenatural, o pós-processualismo pretendia ir mais longe, debruçando-se sobre o seu simbolismo, propriamente dito<sup>612</sup>. Foi pela procura do simbolismo inerente aos objetos simbólicos, e não da sua funcionalidade, que se distinguiu do processualismo a arqueologia pós-processual<sup>613</sup>. Tradicionalmente focada no funcionalismo dos seus artefactos, a arqueologia processual não deixou, no entanto, de reconhecer a existência de objetos meramente simbólicos. “*Insights into the belief systems of the past*” poderiam, na realidade, deduzir-se “*from the analysis of symbolic systems*”, conforme defendeu o arqueólogo processualista Colin Renfrew<sup>614</sup>. A aproximação de processualistas como Renfrew aos cânones simbólicos da cultura material, todavia, revela uma afinidade epistemológica entre as duas correntes, que contraria a pretensa rutura ontológica, defendida por aqueles que procuravam opor a inevitabilidade da subjetividade pós-processual ao otimismo da objetividade processual.

---

<sup>610</sup> Decreto-Lei n.º 117/97 de 14 de maio de 1997, *Diário da República*, n.º 111/1997, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997, p. 2353.

<sup>611</sup> Jorge de ALARCÃO, *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Afrontamento, 1996, p. 65.

<sup>612</sup> Colin RENFREW, “Towards a cognitive archaeology”, *The ancient mind. Elements of cognitive archaeology*, ed. Colin Renfrew, Ezra. B. W. Zubrow, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 6. Consideravam-se em arqueologia processual três tipos de artefactos: artefactos tecnómicos, úteis ao exercício de atividades quotidianas, artefactos sociotécnicos, representando estatuto social, e artefactos ideotécnicos, de valor ritualístico. Lewis R. BINFORD, *An archaeological perspective*, Nova Iorque, Seminar Press, 1972, p. 23-25.

<sup>613</sup> As fíbulas mimetizando águias, por exemplo, testemunhavam o estatuto social dos líderes visigodos, sendo essa a sua função. Mas a escolha da forma aquilina, em detrimento de qualquer outra, conotava-as com os líderes romanos que pretendiam emular, residindo na forma o simbolismo do objeto. Jorge de ALARCÃO, *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Afrontamento, 1996, p. 22.

<sup>614</sup> Colin RENFREW, “The archaeology of religion”, *The ancient mind. Elements of cognitive archaeology*, ed. Colin Renfrew, Ezra. B. W. Zubrow, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 51. Sobre Renfrew, ver supra, p. 72.

No universo científico mais alargado, de facto, o otimismo e o positivismo processuais vinham sendo questionados praticamente desde o alvor do próprio processualismo, por finais dos anos de 1950. Em *Structure of scientific revolutions*, de 1962, Thomas Khun, por exemplo, rejeitou a possibilidade de expansão de conhecimentos científicos através da progressiva sucessão de teorias testadas, conforme pretensão dos adeptos processualistas<sup>615</sup>. O conhecimento, defendeu, derivava, não da demonstração sucessivamente acumulada de narrativas alcançadas sob paradigmas inquestionados, mas da sucessiva e revolucionária mudança de paradigmas científicos<sup>616</sup>. Só uma rutura com os paradigmas instituídos, garantiu Khun, poderia fazer da história mais do que um mero repositório cronológico, conduzindo a uma “*decisive transformation in the image of science*”<sup>617</sup>, tão desejada pela comunidade científica. Remetida pela estruturação de Khun a paradigmas pré-estabelecidos, a relevância das evidências científicas encontrava-se sujeita, para mais, à subjetividade decorrente de interesses políticos e culturais, tanto quanto das intenções da comunidade científica<sup>618</sup>. O desenvolvimento científico achava-se assim enviesado pela preponderância atribuída a determinadas investigações por diferentes fações políticas, científicas ou civis, em detrimento de outras pesquisas, porventura ideologicamente menos aliciantes. No domínio das ciências sociais, a maioria dos intervenientes começou, por este motivo, a rejeitar os fundamentos que sustentavam o positivismo processualista, incluindo a objetividade otimista da nova arqueologia<sup>619</sup>. Por conseguinte, a nova geração de arqueólogos experimentou, nas décadas de 1960 e de 1970, uma efervescente atmosfera de discussão epistemológica, onde proliferava a defesa de novos métodos e de novos paradigmas. Enfraquecia a preponderância científica dos paradigmas historiográficos tradicionais, como aqueles que, abraçados,

---

<sup>615</sup> Docente na Universidade da Califórnia, o filósofo norte-americano Thomas Khun [1922-1996] dedicou-se à história e à filosofia da ciência. Ao período que considerou de “*normal science*”, durante o qual a produção científica se desencadeava sem qualquer contestação aos paradigmas instituídos, seguia-se, defendeu, uma “*change of paradigm*”, verdadeiramente responsável pela produção de conhecimento científico. Sobre o pensamento científico e historiográfico de Khun, leia-se, por todos, Steve FULLER, *Thomas Khun, A philosophical history for our times*, Chicago, University of Chicago Press, 2000.

<sup>616</sup> Matthew JOHNSON, *Archaeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed., 2010, p. 48.

<sup>617</sup> Thomas S. KHUN, *The structure of scientific revolutions*, Chicago, University of Chicago Press, 1962, p. 1.

<sup>618</sup> Matthew JOHNSON, *Archaeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed., 2010, p. 49.

<sup>619</sup> Michael SHANKS, Christopher Y. TILLEY, *Re-constructing archaeology: Theory and practice*, Londres, Routledge, 2ª ed., 1993, p. 32; Ian BAPTY, Tim YATES (ed.), *Archaeology after Structuralism, Post-structuralism and the practice of archaeology*, London, Routledge, 2ª ed., 2015, p. 1-2.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

por exemplo, pela terceira geração da escola dos Annales, assentavam na dedução de padrões repetíveis, destinados a narrativas hegemónicas e transculturais<sup>620</sup>.

De facto, desde finais da década de 1960, que, valendo-se da repetição de dados históricos, seleccionados e agrupados segundo as suas características comuns, a terceira geração da escola francesa dos Annales estabelecia comparações entre fenómenos repetitivos, reduzindo a complexidade das ocorrências históricas a séries passíveis de interpretação programática<sup>621</sup>. Se a diversificação temática e a valorização de eventos culturais minoritários, incentivadas pelos Annales dos anos de 1960, os aproximavam das tendências historiográficas pós-modernas, a preconização de análises estruturalistas, assentes na possibilidade de padronização de ocorrências culturais passadas, incutia-lhes, todavia, um carácter distintivamente processualista. A aproximação do estruturalismo dos Annales ao otimismo processualista revelava-se, mais significativamente, na absoluta confiança nas faculdades objetivas do exercício historiográfico, defendida, por exemplo, pelo historiador francês Jacques Le Goff<sup>622</sup>. Ainda que não fosse possível impedir os condicionalismos do tempo presente, sustentou Le Goff, os seus efeitos sobre a interpretação do passado poderiam ser controlados. “*Objective history*”, defendeu, poderia construir-se “*through the ceaseles[s] revisions of historical work, the laborious successive rectifications, and the accumulation of partial truths*”<sup>623</sup>.

Todavia, reconhecida a influência da escola dos Annales em França, nem mesmo neste país a aclamada objetividade da historiografia processualista colhia consenso. Quando interpelado, em 1967, sobre a possibilidade de objetividade das análises históricas, o francês Michel Foucault, por exemplo, propôs uma abordagem historiográfica distinta, assente na conjugação da diversidade de enunciados históricos existentes<sup>624</sup>. Estabelecendo a história como um arquivo onde, disposta em diferentes níveis, se depositava a memória do passado, equiparou a pesquisa histórica ao

---

<sup>620</sup> David CLARKE, “Archaeology: The loss of innocence”, *Antiquity*, n.º XLVII, 1973, p. 17. Michael SHANKS, Christopher Y. TILLEY, *Social theory and archaeology*, Albuquerque, Universidade do Novo México, 1988, 2ª ed., p. 3. Sobre a escola dos Annales, ver supra, p. 62 e seguintes.

<sup>621</sup> Guy BOURDÉ, Hervé MARTIN, *As escolas históricas*, trad. Ana Rabaça, Mem Martins, Europa-América, 2ª ed., 2003, p. 143-147.

<sup>622</sup> Figura proeminente da terceira geração da escola dos Annales, Jacques Le Goff [1924-2014], docente na École des Hautes Études en Sciences Sociales, especializou-se em história da Idade Média. Para o contributo científico de Le Goff, consulte-se AAVV., *The work of Jacques Le Goff and the challenges of Medieval history*, ed. Miri Rubin, Woodbridge, Boydell Press, 1997.

<sup>623</sup> Jacques LE GOFF, *History and memory*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1992, p. 114 (obra original de 1977-82).

<sup>624</sup> Sobre Foucault, ver supra, p. 75.

exercício arqueológico, enquanto processo de destrição e interpretação da estratificação de enunciados históricos sucessivamente acumulados<sup>625</sup>. No entanto, em vez de procurar generalizações, a história enquanto arqueologia da memória, conforme sustentado por Foucault em *L'archeologie du savoir*, de 1969, deveria centrar-se nos eventos singulares, aqueles que, por se desviarem da linearidade histórica, poderiam considerar-se descontinuidades. Esta historiografia originária, portanto, não fórmulas gerais hegemónicas e totalizantes, mas uma multiplicidade de registos, em cuja comparação deveria residir o verdadeiro exercício historiográfico<sup>626</sup>. Como Khun antes de si, também Foucault valorizou as descontinuidades, as ruturas dentro do paradigma histórico resultante da lenta acumulação do passado, ambicionando uma história que não seria mais linear, progressiva ou totalizante, mas descontínua, plural e diversificada. Contestado o paradigma historiográfico moderno, onde, de resto, a prática arqueológica se encontrava profundamente enraizada<sup>627</sup>, a história principiava a atrair os arquétipos sociais da pós-modernidade. Emergiam alternativas historiográficas que, face a uma mais acentuada contestação social às hegemonias científicas e aos poderes políticos centralizados, colhiam no continente europeu maior aceitação. A arqueologia pós-processual conheceu, por isso, maior popularidade na Europa, enquanto as abordagens processualistas se alicerçaram mais profundamente no continente norte-americano<sup>628</sup>.

Embalado, nos anos de 1970, pelas novas tendências historiográficas e sociais, o pós-processualismo arqueológico acelerou as suas críticas à arqueologia processual. O encómio pós-moderno do individualismo, que em nada se revia nas narrativas hegemónicas e no determinismo funcionalista das teorias processualistas, por exemplo, colheu acentuada censura. Dotados de livre arbítrio e de intencionalidades pessoais, os indivíduos não poderiam constituir meros meios para o cumprimento das necessidades gerais da sociedade<sup>629</sup>, tal como não cumpriam propósitos de progressividade histórica. Ao conotar as ações dos indivíduos com o cumprimento de necessidades adaptativas, o funcionalismo processual negava, no entanto, o livre arbítrio e a história individual às pessoas do passado, pendendo para a

---

<sup>625</sup> Michel FOUCAULT, "Sur les façons d'écrire l'histoire", *Les Lettres françaises*, n.º 1187, 1967, p. 6-9.

<sup>626</sup> Michel FOUCAULT, *L'archeologie du savoir*, Paris, Editions Gallimard, 1969, p. 198-206.

<sup>627</sup> Julian THOMAS, *Archeology and modernity*, Londres, Routledge, 2004, p. 227.

<sup>628</sup> Ian HODDER, "Postprocessual archaeology", *Advances in archaeological method and theory*, ed. Michael B. Schiffer, Orlando, Academic Press, vol. 8, 1985, p. 22.

<sup>629</sup> Ian HODDER (ed.), "Theoretical archaeology: A reactionary view", *Symbolic and structural archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press, cap. 1, 1982, p. 5.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

valorização das elites e das suas vontades<sup>630</sup>, tendência histórico-culturalista que, de resto, sempre havia criticado. No início dos anos de 1970, de facto, a produção cultural do passado principiava a ser encarada tanto como reação coletiva a condicionantes sociais ou ambientais preexistentes, quanto como expectativas individuais de reações sociais. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, por exemplo, a produção cultural ocorria em função de expectativas, objetivamente organizadas como estratégia, para motivar a reação de outros agentes produtivos<sup>631</sup>. Simbolicamente codificada nos artefactos, a produção da cultura material pressupunha, portanto, uma percepção prévia dos seus efeitos no mundo e na sociedade<sup>632</sup>. Em *Esquisse d'une théorie de la pratique*, de 1972, Bourdieu rejeitou, por isso, a soberania das explicações funcionalistas, que pressupunham a produção cultural apenas como resposta a condicionantes ambientais preexistentes, sublinhando, em alternativa, a incontornável influência do contexto social e das ambições pessoais<sup>633</sup>. O imperativo da contextualização e da personalização cultural obrigava, no entanto, a um certo relativismo na interpretação dos artefactos analisados, inevitavelmente revestindo de subjetividade as interpretações arqueológicas pós-processualistas<sup>634</sup>.

Não obstante as críticas de subjetividade enunciadas pelos partidários processualistas, o primado do condicionalismo contextual prevaleceu sobre as análises pós-processualistas. Apenas as análises contextuais permitiam alcançar a real complexidade dos dados arqueológicos, sustentava a arqueologia pós-processual<sup>635</sup>. Na verdade, desde finais da década de 1960, que a relevância da contextualização vinha ganhando terreno, dentro do movimento de oposição ao

---

<sup>630</sup> John MORELAND, "Method and theory in medieval archaeology in the 1990's", *Archeologia Medievale*, n.º XVIII, 1991, p. 14.

<sup>631</sup> Pierre BOURDIEU, *Outline of a theory of practice*, trad. Richard Nice, Nova Iorque, Cambridge University Press, 28ª ed., 2013, p. 72 (obra original de 1972). Particularmente influente no pós-II Guerra Mundial, o sociólogo Pierre Bourdieu [1930-2002] defendeu o determinismo social, assente em estruturas sociais estáveis e duradouras. Da interação entre dois agentes, decorria que a ação de cada um deles se organizasse em função da antecipação da reação do outro, defendeu. Para Bourdieu, veja-se, entre outros possíveis, Michael GRENFELL, *Pierre Bourdieu: Agent provocateur*, Londres, Continuum, 2004.

<sup>632</sup> Patrice BONNEWITZ, *Premières leçons sur la sociologie de P. Bourdieu*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, p. 77-78.

<sup>633</sup> Pierre BOURDIEU, *Outline of a theory of practice*, trad. Richard Nice, Nova Iorque, Cambridge University Press, 28ª ed., 2013, p. 72-76 (obra original de 1972).

<sup>634</sup> Michael SHANKS, Ian HODDER, "Processual, postprocessual and interpretive archaeologies", *Interpreting archaeology, Finding meaning in the past*, ed. Ian Hodder, Michael Shanks, Alexandra Alexandri, Victor Buchli, John Carman, Jonathan Last, Gavin Lucas, Londres, Routledge, cap. 1, 1995, p. 19.

<sup>635</sup> Ian BAPTY, "Nietzsche, Derrida and Foucault: Re-excavating the meaning of archaeology", *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty, Tim Yates, Londres, Routledge, 2ª ed., 2015, p. 265-266.

estruturalismo arqueológico, que persistia na equiparação entre a estruturação linguística e a estruturação da cultura material<sup>636</sup>. Se, como sustentado por Pierre Bourdieu, as ações culturais tinham origem na expectativa de reações sociais tangíveis, quando realizada em circunstâncias contextuais distintas, a mesma ação tinha, de facto, significados distintos, pelo que a análise do contexto se configurava indispensável. “*It is context which allows us to fix meanings*”, garantiu o arqueólogo pós-processualista Ian Hodder<sup>637</sup>.

A articulação entre contexto e estruturação de signos culturais, base das análises historiográficas pós-processualistas, alcançou particular expressão nos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e Escandinávia, atraindo a atenção de intelectuais pós-estruturalistas<sup>638</sup>, tão influentes quanto Michel Foucault ou Jacques Derrida, por exemplo<sup>639</sup>. Logo em *L'écriture et la différence*, de 1967, Derrida denunciava já o papel premonitório da historiografia estruturalista, que, sustentando as suas interpretações na padronização de repetições de eventos culturais, parecia poder antecipar, de forma redutora, as ocorrências históricas<sup>640</sup>. Em alternativa, Derrida sugeriu a desconstrução dos textos culturais, desmontando os seus conceitos, procurando não um, mas os diferentes significados possíveis neles encerrados. Concebido para significar, o texto cultural, não obstante, encontrava-se subordinado a hierarquias estabelecidas entre os pares significante e significado<sup>641</sup>. Mas se as hierarquias estabelecidas podiam encerrar diferentes significados, a sua compreensão nunca poderia ser absoluta. Comprometida a possibilidade de descoberta integral do texto cultural, o ceticismo pós-estruturalista de Derrida, quando aplicado à arqueologia, determinava que a objetividade de conhecimento sobre as sociedades passadas

<sup>636</sup> Sobre arqueologia e estruturalismo, ver supra, p. 77 e seguintes.

<sup>637</sup> Ian HODDER, “Post-modernism, post-structuralism and post-processual archaeology”, *The meaning of things, Material culture and symbolic expression*, ed. Ian Hodder, Londres, Routledge, 2004, p. 68-69. Sobre Hodder, ver supra, p. 72.

<sup>638</sup> Para os princípios pós-estruturalistas em confronto com o estruturalismo, veja-se, por todos, Craig LUDY, “From structuralism to poststructuralism”, *Edinburgh companion to poststructuralism*, ed. Benoît Dillet, Iain Mackenzie, Robert Porter, Edimburgo, Edinburgh University Press, 2013, p. 69-94.

<sup>639</sup> Ian BAPTY, Tim YATES (ed.), *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, London, Routledge, 2ª ed., 2015, p. 1-2; Jacques DERRIDA, “Structure, sign and play in the human sciences”, *Twentieth-century literary theory: An introductory anthology*, ed. Vassilis Lambropoulos, David Neal Miller, Albany, University of New York, cap. 1, 1987, p. 37. De origem magrebina, o filósofo Jacques Derrida [1930-2004] foi docente na Universidade da Sorbonne e diretor da École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. Para o pensamento historiográfico de Derrida, leia-se, por todos, Jason POWELL, *Jacques Derrida: A biography*, Londres, Continuum, 2006. Sobre Foucault, ver supra, p. 75.

<sup>640</sup> Jacques DERRIDA, *L'écriture et la différence*, Paris, Éditions du Seuil, 1967, p. 410.

<sup>641</sup> Ver supra, p. 99 e seguintes.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

fosse, portanto, em boa parte inalcançável<sup>642</sup>. A interpretação do registo arqueológico, como de um texto escrito ou de um discurso proferido, dependeria da compreensão que dele fizesse o seu alocutário. Interpretações únicas, universais e consensuais eram, não apenas impossíveis, como também indesejáveis.

Desafiando a capacidade da arqueologia para a resolução de textos culturais do passado, a retórica pós-estruturalista logrou repercussões junto de arqueólogos pós-processualistas, empenhados em contrariar a soberania da objetividade científica e a formulação de generalizações, professadas pela arqueologia processualista. Abalada a legitimidade das metanarrativas universalizantes, a pós-modernidade, por outro lado, decretava a inevitabilidade da subjetividade e da pluralidade de narrativas históricas. Mais relevantemente, questionava a intencionalidade subjacente aos discursos científicos que, ao serviço de ideologias políticas e de propósitos capitalistas, perdia a sua credibilidade, prestando pleito, não à verdade, mas à eficiência performática<sup>643</sup>. As ortodoxias pós-processualista e pós-estruturalista convergiam com os fundamentos pós-modernos no desafio à objetividade preconizada pela arqueologia processual.

Em reação, a nova arqueologia, reconheceu a impossibilidade de acesso direto ao passado, mas, apoiada na teoria de alcance intermédio, socorreu-se de padrões detetáveis na cultura material estática, para deduzir, ainda que indiretamente, dinâmicas culturais do passado<sup>644</sup>. A arqueologia, mais do que a história ou a antropologia, debruçava-se, afinal, sobre fenómenos de longa duração e de estabilidade superior, competindo-lhe, por isso, a prerrogativa de “*dimostrare le regolarità dei processi di lunga durata*”<sup>645</sup>. Para compreender a transformação das dinâmicas culturais em materiais estáticos, apoiou-se, por sua vez, nos processos de deposição cultural estabelecidos pela jovem arqueologia comportamental, segundo os quais, perdendo relevância económica, os objetos eram abandonados ou descartados,

---

<sup>642</sup> Ian SHAW, Robert JAMESON (ed.), *A dictionary of archaeology*, Oxford, Blackwell, 1999, p. 477. Para mais sobre Derrida e o conceito pós-estruturalista de desconstrução, leia-se, por todos, John W. PHILLIPS, “Derrida, Deconstruction and method”, *Edinburgh companion to poststructuralism*, ed. Benoît Dillet, Iain Mackenzie, Robert Porter, Edimburgo, Edinburgh University Press, 2013, p. 122-142.

<sup>643</sup> Jean François LYOTARD, *A condição pós-moderna*, trad. José Navarro, Lisboa, Grávida Publicações, 1989, p. 79-95.

<sup>644</sup> Lewis R. BINFORD, *Working at archaeology*, Nova Iorque, Academic Press, 1983, p. 392. Sobre a teoria de alcance intermédio, ver supra, p. 110.

<sup>645</sup> Gabriella MAETZKE, Teresa RYSIEWSKA, Stanisław TABACZYNSKY, Przemysław URBAŃCZYK, “Problemi dell’analisi descrittiva nelle ricerche sui siti archeologici pluristratificati”, *Archeologia Medievale*, n.º IV, 1977, 9.

entrando por caducidade no registo arqueológico<sup>646</sup>. Anos mais tarde, o processo de transformação dos objetos do quotidiano em artefactos arqueológicos, definido como *exit transformation*, estabelecer-se-ia como a perda de temporalidade, função e significado, que acometia os objetos, quando separados do agente humano que na sua origem lhes atribuíra significado<sup>647</sup>. À semelhança dos artefactos, também os sítios arqueológicos passariam por processos de transformação, ou *site formation process*, na sequência de alterações, antrópicas ou naturais, dos locais de deposição dos artefactos arqueológicos. Tendo em conta a durabilidade dos locais de deposição característica dos elementos arquitetónicos, o estudo destes fenómenos em arquitetura logrou particular ponderação científica, sobretudo posta a frequência de fenómenos de reutilização de estruturas e de materiais construtivos de certos conjuntos edificados, muitas vezes eles mesmos ocupados ao longo de grandes períodos de tempo<sup>648</sup>.

Animada pelas novidades processuais, fundadas nomeadamente na teoria de alcance intermédio e na arqueologia comportamental, a nova arqueologia declarou-se capaz de reconstruir eventos históricos, incluindo as ocorrências corroboradas pelas fontes escritas. Contudo, a possibilidade de validação documental de processos arqueológicos, por sua vez, conduziu os arqueólogos pós-processualistas a declarar a documentação escrita, produzida pelas elites, como partidária, tendenciosa e, como tal, pouco fidedigna<sup>649</sup>. O otimismo e o ceticismo perante a idoneidade das fontes escritas empurravam a arqueologia medieval, que contava com a ratificação de uma maior quantidade de fontes escritas, para o centro do conflito epistemológico que opunha processualismo e pós-processualismo. O confronto entre as duas correntes arqueológicas, processual e pós-processual, conduzia a arqueologia para terrenos de desconfiança e de ceticismo que, agravados na década de 1990 pelo relativismo pós-moderno, remetiam a objetividade arqueológica para o domínio da utopia.

---

<sup>646</sup> Vincent M. LAMOTTA, Michael B. SCHIFFER, "Behavioral archaeology, Toward a new synthesis", *Archeological theory today*, ed. Ian Hodder, Cambridge, Polity, cap. 2, 2001, p. 40-42. Desenvolvida nos Estados Unidos da América, no início dos anos de 1970, a arqueologia comportamental baseou-se em preceitos nomotéticos sobre a relação das pessoas com o mundo material, na sua preponderância para os processos de formação dos registos arqueológicos. Matthew JOHNSON, *Archeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed., 2010, p. 65. Para mais sobre arqueologia comportamental, leia-se AAVV., *Early human behaviour in global context: The rise and diversity of the Lower Palaeolithic record*, ed. Michael D. Petraglia, Ravi Korisettar, Londres, Routledge, 1998.

<sup>647</sup> Evžen NEUSTUPNÝ, *Archeological method*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, p. 49-68.

<sup>648</sup> Nadia DURRANI, Brian M. FAGAN (ed.), *Archeology, A brief introduction*, Londres, Routledge, 12ª ed., 2016, p. 219.

<sup>649</sup> John MORELAND, "Method and theory in medieval archaeology in the 1990's", *Archeologia Medievale*, n.º XVIII, 1991, p. 13.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Movimento similar experienciava também a história, cuja objetividade científica oscilava agora entre o idealismo realista e o ceticismo ideológico<sup>650</sup>. Do mesmo modo que a objetividade não poderia, face aos preconceitos do tempo presente, estar garantida, também a verdade historiográfica, como relação entre a narrativa e a realidade passada, não poderia nunca ser alcançada. De modo mais dramático, no decurso da dissolução da União Soviética, em 1991, e da subsequente capitulação dos regimes fascistas e comunistas face às democracias liberais, parecia impossível à história gerar agora novas alternativas políticas<sup>651</sup>, não faltando ideólogos que, à semelhança de Hegel aquando da Revolução Francesa, a declarassem morta<sup>652</sup>. Por inícios dos anos de 1990, portanto, o confronto entre o positivismo processualista, o relativismo pós-moderno e o ceticismo pós-processualista conduziam a história e a arqueologia para uma aparente falência epistemológica. Por meados da década, tanto a pós-modernidade, como o pós-estruturalismo, convergiam, assim, para a descredibilização dos discursos arqueológicos. Irremediavelmente marcada pela subjetividade, pela desconfiança, e pelo circunstancialismo, a arqueologia incorria na sua própria extinção. Nem mesmo os pós-processualistas, que haviam sempre ponderado a subjetividade analítica das interpretações arqueológicas, poderiam, no entanto, compactuar com a radicalidade pessimista do ceticismo pós-moderno. Mas, no lugar de condenar a arqueologia ao fim da sua existência, o impasse originou, pelo contrário, propostas de reconciliação que asseguraram a viabilidade e a prosperidade da disciplina. Multiplicaram-se os apelos à concertação das correntes processual e pós-processual, que se dispunham agora a abandonar o radicalismo das suas posições anteriores<sup>653</sup>.

Iniciativas reflexivas incidiram então, desde meados dos anos de 1990, sobre o eixo medular de ambos os partidos, com processualistas e pós-processualistas reconsiderando os conceitos de objetividade e de subjetividade, que haviam até então marcado respetivamente as suas perspetivas analíticas. Objetividade científica não poderia mais pressupor o absolutismo da verdade histórica. Se as teorias científicas mais consensuais nem sempre haviam sido historicamente as mais verdadeiras,

---

<sup>650</sup> Chris LORENZ, "Scientific historiography", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 35, 2011, p. 401.

<sup>651</sup> Krishan KUMAR, "Philosophy of history at the end of Cold War", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 50, 2011, p. 552-555.

<sup>652</sup> Veja-se, por exemplo, Yoshihiro Francis FUKUYAMA, *The end of history and the last man*, Nova Iorque, Free Press, 1992.

<sup>653</sup> Ian HODDER, *Theory and practice in archaeology*, Londres, Routledge, 3ª ed., 2005, p. 147.

objetividade e verdade não poderiam ser sinónimos, na medida em que “o conhecimento *objectivo*” não passava senão daquele que reunia maior “consenso da comunidade epistémica”<sup>654</sup>. De igual modo, também a subjetividade imposta pelos condicionalismos do presente não poderia mais significar total insegurança científica. Conhecendo as condicionantes da atualidade, a arqueologia conseguiria controlar as influências do presente sobre a transcrição do passado. Anulando as restrições contextuais, pelo esforço performativo, converteria a subjetividade analítica em interpretação científica<sup>655</sup>.

Até ao final da década de 1990, havia conseqüentemente desvanecido a maior parte das polémicas que rodeavam as ortodoxias processualista e pós-processualista. Sem que se tenham fundido numa única corrente, arqueologia processual e arqueologia pós-processual lograram ultrapassar o debate desgastado que até então as fizera divergir<sup>656</sup>. Décadas de disputa e de oposição convergiram numa direção mais construtiva, pautada por esforços comuns e interesses partilhados, nomeadamente nas áreas do pós-colonialismo, da diferença de género e do simbolismo<sup>657</sup>. A interpretação da natureza simbólica dos artefactos, “*more importante than their (...) ethnic affiliations*”<sup>658</sup>, por exemplo, congregou o empenho tanto de processualistas, como de pós-processualistas, ainda que sob perspetivas consideravelmente distintas<sup>659</sup>. Nesse sentido, as duas correntes, não só deixavam de assumir posições divergentes, como se complementavam, concentrando-se o processualismo no domínio dos factos comprováveis, enquanto o pós-processualismo se lançava em abordagens mais conjecturais. O “exame de como o homem atuava” não substituía, afinal, a “análise do que o homem pensava”<sup>660</sup>.

<sup>654</sup> Jorge de ALARCÃO, *A escrita do tempo e a sua verdade (ensaios de epistemologia da arqueologia)*, Coimbra, Quarteto, 2000, p. 136-137.

<sup>655</sup> Michael SHANKS, Christopher Y. TILLEY, *Re-constructing archaeology: Theory and practice*, Londres, Routledge, 2ª ed., 1993, p. 103-104.

<sup>656</sup> Ian HODDER, “Triggering post-processual archaeology and beyond”, *The archaeology of Bruce Trigger: Theoretical empiricism*, ed. Ronald F. Williamson, Michael S. Bisson, Montreal, McGill-Queen's, 2006, p. 23.

<sup>657</sup> Matthew JOHNSON, *Archaeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed., 2010, p. 239-242. Para mais sobre arqueologia do género, arqueologia pós-colonial e análises simbólicas em arqueologia, veja-se, por todos, Roberta GILCHRIST, *Gender and archaeology: Contesting the past*, Londres, Routledge, 1999; AAVV., *Handbook of postcolonial archaeology*, ed. Jane Lydon, Uzma Z. Rizvi, Londres, Routledge, 2010; e AAVV., *Symbolic and structural archaeology*, ed. Ian Hodder, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

<sup>658</sup> Kevin GREENE, “Gothic material culture”, *Archaeology as long term history*, ed. Ian Hodder, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p. 118.

<sup>659</sup> Ver supra, p. 70 e seguintes, 76 e seguintes.

<sup>660</sup> Jorge de ALARCÃO, *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Afrontamento, 1996, p. 33-34.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

No domínio da arquitetura, a abordagem simbólica, terreno privilegiado da reconciliação entre as estratégias processual e pós-processual, implicava o reconhecimento de sistemas de signos codificados no edificado. Propunha, como tal, esclarecer as causas para o desencadeamento de comportamentos sociais associados à arquitetura, tanto na sua construção, como na sua vivência, dentro do ambiente em que se inseria<sup>661</sup>. Enfatizando o funcionalismo, a arqueologia processual pressupunha a arquitetura e a evolução de modelos construtivos como respostas adaptativas ao meio. A arqueologia pós-processualista, por sua vez, centrada nos aspetos sociais inerentes às práticas culturais, ponderava a arquitetura como materialização de reações e de comportamentos sociais expectáveis<sup>662</sup>. Uma vez que em arquitetura convergem ambos os motivos, adaptação ao meio e indução de efeitos sociais, ambas as formas processualista e pós-processualista se encontravam, nas suas análises arquitetónicas, na realidade, plenamente validadas. De forma mais significativa, a validação das duas estratégias tornava a arquitetura num campo particularmente fértil à conciliação de ambas as correntes processual e pós-processual. Para lá do horizonte conciliatório, a arqueologia pós-processual, inspirada no estruturalismo de Pierre Bourdieu, estabeleceu, além do mais, padrões de circulação espacial, de graus de privacidade e de noções sociais de família, generalizando-os nas suas análises arquitetónicas. Simultaneamente condicionada por e condicionante de relações sociais, a arquitetura constituía, portanto, cultura material por direito próprio, tanto matéria-prima, como produto acabado de práticas humanas<sup>663</sup>. À semelhança do *habitus* bourdieusiano<sup>664</sup>, a arquitetura mediava o individual e o coletivo, o privado e o público, o estruturado e o estruturante, como “*structured structures predisposed to function as structuring structures*”<sup>665</sup>.

Em arqueologia da arquitetura, a diversificação interpretativa das especificidades contextuais do edificado não deixou, contudo, de convergir para percursos disciplinares que privilegiavam as temáticas de natureza funcional e

---

<sup>661</sup> Sharon R. STEADMAN, “Recent research in the archaeology of architecture: Beyond the foundations”, *Journal of Archaeological Research*, vol. 4, n.º 1, 1996, p. 66.

<sup>662</sup> Jorge de ALARCÃO, *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Afrontamento, 1996, p. 35-36.

<sup>663</sup> John MORELAND, “Method and theory in medieval archaeology in the 1990's”, *Archeologia Medievale*, n.º XVIII, 1991, p. 27-28.

<sup>664</sup> Conceito fundamental para a sociologia de Bourdieu, o *habitus* consistia num conjunto de disposições sociais estáveis e duradouras, apreendidas pelo indivíduo ao longo do processo de socialização. Mediando o individual e o coletivo, o *habitus* condicionava a prática social, regulando-a. Patrice BONNEWITZ, *Premières leçons sur la sociologie de P. Bourdieu*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, p. 61-62. Sobre Bourdieu, ver supra, p. 176.

<sup>665</sup> Pierre BOURDIEU, *Outline of a theory of practice*, trad. Richard Nice, Nova Iorque, Cambridge University Press, 28ª ed., 2013, p. 72 (obra original de 1977).

tecnológica, nomeadamente ao nível das técnicas e dos materiais, refletindo sobretudo tendências analíticas processualistas<sup>666</sup>. O valor arqueológico de cada componente de um edifício histórico não residia em si mesmo, isoladamente, mas antes nas relações que estabelecia com os componentes adjacentes e com todo o conjunto edificado. Seguindo uma perspetiva processualista, cada elemento, portanto, cumpria funções específicas, dentro de um sistema “*significativo, complejo y processual*”<sup>667</sup>. Em Espanha e em Itália, países que concentraram um maior esforço no desenvolvimento da disciplina<sup>668</sup>, a arqueologia da arquitetura não deixou, no entanto, de conhecer, desde inícios dos anos de 2000, exercícios interpretativos dirigidos à lógica simbólica da arquitetura e aos pensamentos atinentes à organização dos espaços construídos<sup>669</sup>.

A arquitetura resultava, afinal, de interações sociais, como a convivência familiar ou a distribuição espacial de géneros e de faixas etárias, por exemplo. Transformado o espaço físico em espaço habitacional, e como tal, social, o edificado configurava-se como um produto humano, repleto de significância simbólica. O contexto estrutural, mais do que funcionalidade, revelava, por isso, padrões de racionalidade e de comportamentos sociais<sup>670</sup>. Não deixando nunca de abraçar estratégias e objetivos claramente pós-processualistas, na medida em que associaram aos objetos arquitetónicos a materialização de necessidades sociais, as arqueologias da arquitetura espanhola e italiana recuperavam, ainda no início do século XXI, o estruturalismo brandiano de meados do século anterior<sup>671</sup>. Em *Il senso della bellezza nell'archeologia dell'architettura*, de 2002, Tiziano Mannoni, por exemplo, interpretou a estética arquitetónica como artifício para reações sociais, como o respeito, a justiça ou a sensação de imortalidade, enquanto Sonia Gutiérrez considerou os espaços domésticos como meios de expressão e de transmissão de comportamentos

<sup>666</sup> Agustín AZKARATE GARAI-OLAUN, “La arqueología de la arquitectura en el siglo XXI”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 5, 2008, p. 11.

<sup>667</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, “Edificio histórico y arqueología: Un compromiso entre exigencias, responsabilidad y formación”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 6, 2009, p. 12-13. Sobre teoria dos sistemas e processualismo arqueológico, ver supra, p. 70 e seguintes.

<sup>668</sup> Ver supra, p. 126 e seguintes.

<sup>669</sup> Patrícia MAÑANA BORRAZÁS, “Arquitectura como percepción”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 2, 2003, p. 177.

<sup>670</sup> Xurxo M. AYÁN VILA, “Arquitectura como tecnología de construcción de la realidad social”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 2, 2003, p. 18.

<sup>671</sup> Sobre o estruturalismo de Brandi, ver supra, p. 99.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

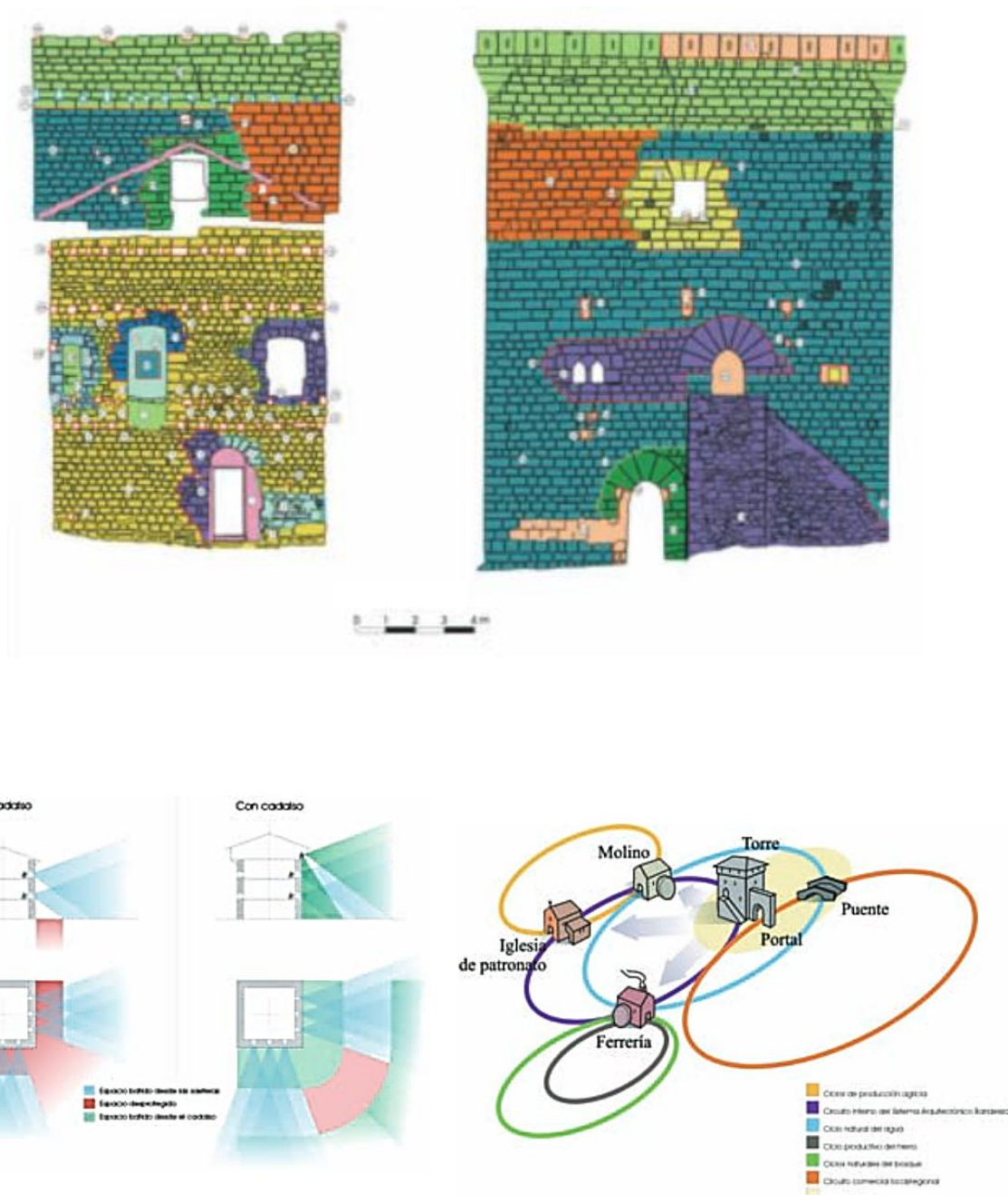


fig. 27. torre de Martiartu, Erandio, Espanha  
 (análise de vulnerabilidade poliorcética e de relações de domínio territorial, em baixo, partindo da destriça de fases construtivas, em cima)

Agustín AZKARATE GARAI-OLAUN, Ismael GARCÍA GÓMEZ, *Las casas-torre bajomedievales*, 2004, p. 9, 22, 26

humanos, em *Gramática de la casa*, de 2012<sup>672</sup>.

Quando comparadas as publicações da especialidade, no entanto, percebe-se que as abordagens pós-processualistas em arqueologia da arquitetura têm sido, tanto em Espanha como em Itália, minoritárias. Dos 174 artigos publicados na espanhola *Arqueología de la Arquitectura*, entre 2002 e 2015, apenas 10% tiveram por objetivo a análise de aspetos simbólicos, enquanto que na italiana *Archeologia dell'Architettura*, entre os 171 artigos publicados em período homólogo, a percentagem de artigos votados a abordagens simbólicas baixa para 6%. Somadas as publicações dedicadas à determinação de fases construtivas e de tipologias, à análise de técnicas e de materiais construtivos ou à obtenção de datações absolutas, respetivamente 54 e 58%, percebe-se que a maioria dos esforços científicos incidiu, na realidade, sob estratégias interpretativas processualistas<sup>673</sup>. Através dos vestígios construtivos, a arqueologia da arquitetura em Espanha e em Itália pretendeu, de facto, estabelecer também relações cronológicas entre ações construtivas culturalmente subordinadas, reflexos simbólicos de ocorrências sociais<sup>674</sup>. Como qualquer outro artefacto arqueológico, o edifício histórico preservava nas distintas fases construtivas que o compunham, um conjunto historiograficamente validável de memórias estratificadas<sup>675</sup>. Mas, ainda que aberta a análises simbólicas pós-processualistas, a arqueologia da arquitetura afirmou-se, até à atualidade, predominantemente através de estudos processualistas, pautados por métodos e propósitos objetivos, assentes na sequenciação construtiva, nas técnicas e nos materiais, enquanto fósseis diretores, e na determinação de cronologias relativas e absolutas. Mesmo assumindo uma dupla

---

<sup>672</sup> Tiziano MANNONI, “Il senso della bellezza nell’archeologia dell’architettura”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º VII, 2002, p. 43-50; Sonia GUTIÉRREZ LLORET, “Gramática de la casa. Perspectivas de análisis arqueológico de los espacios domésticos medievales en la Península Ibérica (siglos VII-XIII)”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 9, 2012, p. 139-164. Sobre Tiziano Mannoni, ver supra, p. 141. Docente na Universidade de Alicante, arqueóloga espanhola Sonia Gutiérrez [n.1962] tem dedicado a sua carreira à Antiguidade tardia e ao período medieval em Espanha. Para mais sobre Gutiérrez, veja-se Antonio MALPICA CUELLO, “Entrevista a Sonia Gutiérrez”, *Debates de Arqueología Medieval*, n.º 3, 2013, p. 351-358.

<sup>673</sup> Ver gráficos 1 e 2. Muito embora artigos estrangeiros, seguindo estratégias tanto processualistas como pós-processualistas, surjam em ambas as revistas *Arqueología de la Arquitectura* e *Archeologia dell’Architettura*, são, porém, em número muito residual e, portanto, estatisticamente pouco relevantes.

<sup>674</sup> Roberto PARENTI, “Historia, importancia y aplicaciones del método de lectura de paramentos”, *Informes de la Construcción*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. 46, n.º 435, 1995, p. 417; Gian Pietro BROGILOLO, “Prospettive per l’archeologia dell’architettura”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º I, 1996, p. 11.

<sup>675</sup> Tiziano MANNONI, “Archeologia della produzione”, *Archeologia Medievale*. n.º XIV, 1987, p. 563.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

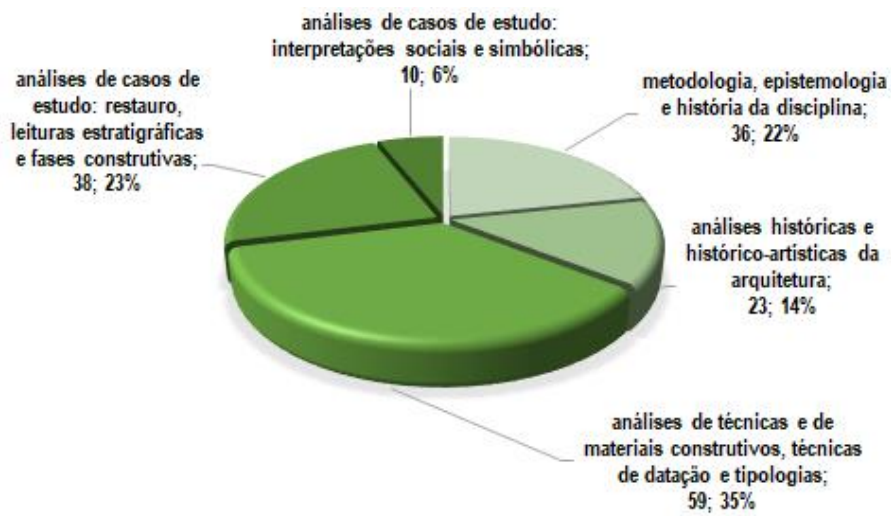


gráfico 1

*Archeologia dell'Architettura*, artigos por abordagens temáticas (em valor absoluto e em percentagem) entre os anos de 2002 e 2017

gráfico do autor

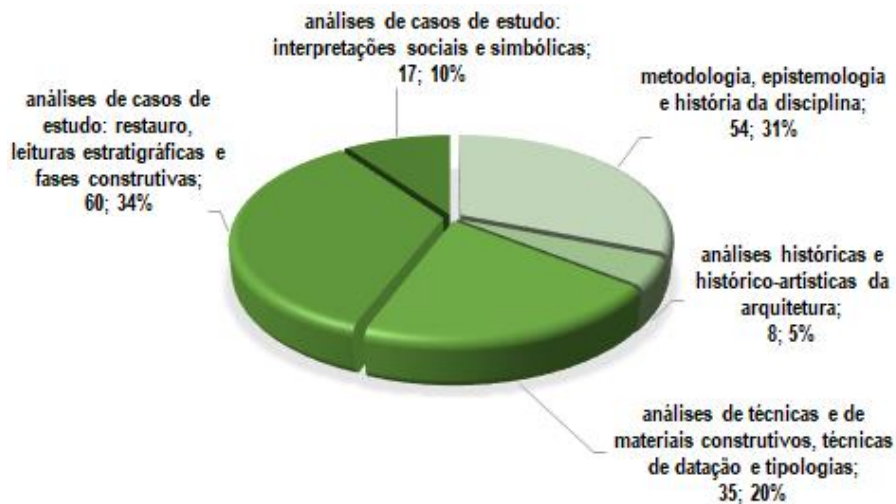


gráfico 2

*Arqueología de la Architectura*, artigos por abordagens temáticas (em valor absoluto e em percentagem), entre os anos de 2002 e 2017 (salvo números de 2006 e 2007, não publicados)

gráfico do autor

valência documental e simbólica<sup>676</sup>, a arquitetura histórica distinguiu-se em arqueologia mais pela sua funcionalidade, portanto, do que pelas dinâmicas mentais que lhe deram origem.

Não obstante ter acompanhado a reconciliação entre as arqueologias processual e pós-processual da última década do século XX, a arqueologia da arquitetura tendeu, assim, para interpretações dicotomizadas. Ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, oscilou entre trabalhos focados em informações objetivamente apreensíveis, como o enquadramento cronotipológico decorrente das técnicas e dos materiais construtivos, e trabalhos que aspiravam à compreensão, ainda que subjetiva, das mentalidades de construtores e habitantes, como a organização espacial em função da privacidade pretendida. Ambas as abordagens, processualista e pós-processualista, convivem agora pacificamente lado a lado, intercalando os espaços que ocupam nos mesmos números de revistas e de outras publicações da especialidade. Contudo, raramente se encontra no mesmo trabalho a conjugação de estratégias processuais e pós-processuais, mantendo-se protelada até à atualidade, pelo menos no domínio da arqueologia da arquitetura, a prometida harmonização epistemológica das arqueologias processual e pós-processual. Do confronto entre processualismo e pós-processualismo que dominou a segunda metade do século XX, pondo à prova a validade dos próprios exercícios arqueológicos, nasceu por finais da centúria, de facto, um novo equilíbrio, que em arqueologia da arquitetura se pautou, portanto, não pela conciliação, mas pela complementaridade. Quando, por finais do século XX, iniciou o seu percurso português, a arqueologia da arquitetura ainda oscilava, portanto, entre a aprovação metodológica e o reconhecimento disciplinar, flutuação que lhe granjeou no país um certo nível de ceticismo, próprio afinal das disciplinas científicas cuja natureza se encontra ainda em formação.

Muito embora a historicidade da arquitetura, que em história da arte contou com a instauração winckelmanniana de variáveis ambientais historicamente determinantes e em arqueologia se consagrou na assunção do edificado como sítio estratificado, venha há muito a condicionar a forma como encaramos o nosso legado arquitetónico, a arquitetura continua nos dias de hoje arredada de boa parte dos estudos historiográficos, sejam histórico-artísticos ou arqueológicos. Em Portugal

---

<sup>676</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, “Experiencia metodológica en arqueología de la arquitectura de un grupo de investigación. Instituto de Historia. CSIC. Madrid”, *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Conceción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 104.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

mesmo, onde a legislação considera como testemunho arqueológico todo o património arquitetónico, poucos são os projetos que se fazem acompanhar de estudos histórico-artísticos ou arqueológicos prévios às ações de afetação ao edificado, ainda que análises de “estratigrafia da arquitetura” sejam, para a “salvaguarda do património arqueológico”, legalmente recomendadas<sup>677</sup>. Consequentemente, raras são as intervenções de reabilitação urbana em Portugal que possam contar, na composição de projetos arquitetónicos, com a devida fundamentação histórica, estética ou arqueológica. Ambicionar para o património arquitetónico a proteção e o usufruto que só reabilitações conscienciosas garantem, passa, como tal, pela compreensão do que tem falhado no enquadramento institucional português das práticas historiográficas dirigidas à arquitetura, sobretudo daquelas que, estando consagradas na legislação, como a arqueologia da arquitetura, continuam afastadas das intervenções que promovemos. Ponderadas no presente capítulo as premissas metodológicas e epistemológicas que sustentam a prática da arqueologia da arquitetura, impõe-se por isso, no próximo capítulo, refletir sobre o enquadramento legal e institucional dos patrimónios arqueológico e arquitetónico em Portugal e, partindo de Coimbra como amostra, ponderar as consequências deste enquadramento, desde as suas origens até à atualidade, sobre a salvaguarda do património arquitetónico do país.

---

<sup>677</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5822, título VII, cap. II, art. 76º, ¶ 3, a); Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 5635, art. 2º, g).

## CAPÍTULO 3

# coimbra como amostra

Consagrado na legislação portuguesa pelo menos desde o século XVIII, o património arquitetónico só viria a ser legislativamente investido de valor arqueológico em Portugal, muito por força da adoção de convenções internacionais, por finais da década de 1990. Desde então, o número de intervenções arqueológicas indexadas a projetos de reabilitação urbana aumentou, testemunhando a crescente valorização institucional do património edificado, enquanto documento arqueológico. Entre 2006 e 2009, 25% do total da atividade arqueológica nacional correspondia já a intervenções de salvaguarda em contexto urbano<sup>678</sup>. Entre 2010 e 2011, em período de crise económica, e subsequente contração do sector da construção civil, os projetos de arqueologia em contexto urbano e edifícios classificados atingiram ainda assim pouco menos de 15% do total da atividade arqueológica do país<sup>679</sup>. Por este período, já uma parte muito significativa das intervenções se encontrava associada a projetos de intervenção arquitetónica, como demonstra o caso de Lisboa, onde 40% dos trabalhos

---

<sup>678</sup> Jacinta BUGALHÃO, “A arqueologia portuguesa nas últimas décadas”, *Arqueologia e História*, n.º 60-61, 2008-2009, p. 29-30.

<sup>679</sup> Segundo dados do Portal do Arqueólogo, consultável no sítio oficial da Direção-Geral de Património Cultural, DGPC, em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt> [a: 24 de janeiro de 2021]. Ver gráfico 3.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

arqueológicos, realizados entre 2010 e 2011, decorreram de condicionantes impostas a projetos de reabilitação urbana<sup>680</sup>.

A partir de 2012, já criada a Direção-Geral do Património Cultural, DGPC, a proporção de trabalhos arqueológicos em ambiente urbano voltou a aumentar, não obstante a diminuição do número absoluto de intervenções. Em 2016, um ano antes do início do presente trabalho, as intervenções em contexto urbano totalizavam 21% de todos os projetos arqueológicos do país, aproximando-se dos valores anteriores à crise económica<sup>681</sup>. Quando contabilizados os diferentes tipos de trabalhos arqueológicos autorizados pela DGPC nos últimos anos, a quantidade de intervenções no edificado, contudo, diminuiu em 2015 e 2016 para cerca de metade dos valores alcançados entre 2012 e 2014. De facto, se entre 2012 e 2014 o número de trabalhos arqueológicos em estruturas arquitetónicas totalizou 15 a 22% de todas as intervenções autorizadas em meio urbano ou em monumentos classificados, entre 2015 e 2016 apenas 8 a 10% dos trabalhos arqueológicos nestes contextos incidiram sobre o edificado<sup>682</sup>. Enquanto crescia a proporção de intervenções arqueológicas em contexto de reabilitação urbana e arquitetónica, diminuía, portanto, a quantidade de autorizações para trabalhos arqueológicos especificamente orientados para o património arquitetónico.

A lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural 107/2001, diploma que regulamenta atualmente os bens culturais em Portugal, no entanto, define que os trabalhos “que envolvam (...) a demolição ou modificação de construções”, “cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade”, se encontrem “em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico”<sup>683</sup>. A própria lei reconhece, portanto, que as ações de afetação às construções que constituam documentos históricos podem potencialmente constituir um risco para o património arqueológico. No momento em que queiramos compreender como atualmente se articulam a atividade arqueológica em obra, objetivo

---

<sup>680</sup> João ARAÚJO, Bernardo CARDOSO, Inês CASTELO, Giovanni MUCCIOLI, Helena REIS, Sara RUELA, “A arqueologia urbana em Lisboa: Análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial”, *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, gráfico 3, p. 100. Ver gráfico 4.

<sup>681</sup> Segundo dados do Portal do Arqueólogo, consultável no sítio oficial da Direção-Geral de Património Cultural, DGPC, em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt>. Ver gráfico 5.

<sup>682</sup> Segundo dados do Portal do Arqueólogo, consultável no sítio oficial da Direção-Geral de Património Cultural, DGPC, em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php>. Ver gráfico 6.

<sup>683</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5813-5821, título VII, cap. II, art. 74º, ¶ 1 a), art. 76º, ¶ 3 a).

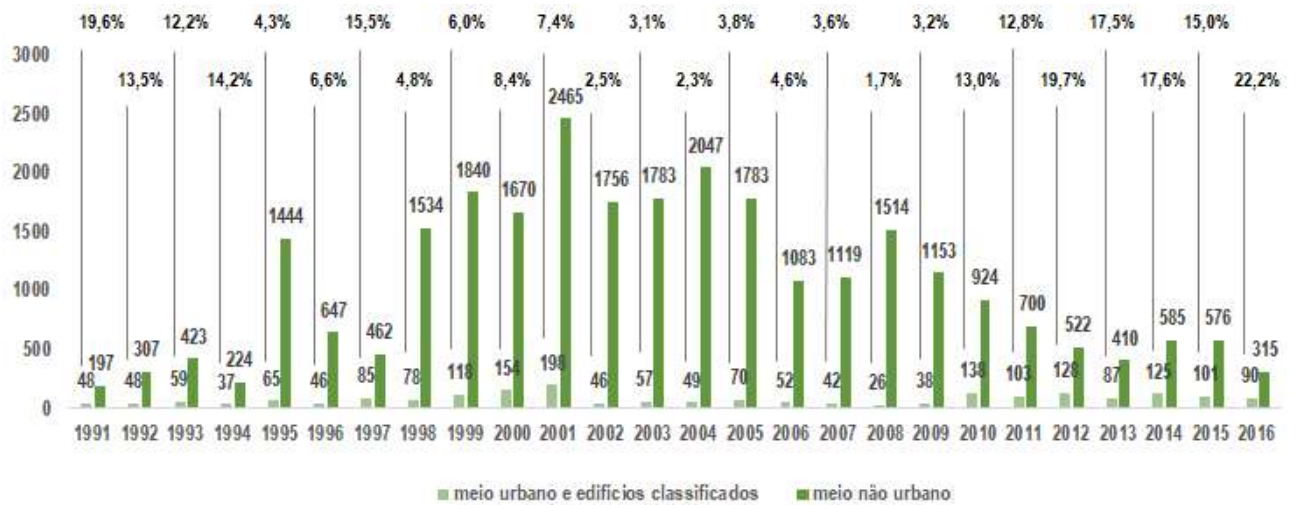


gráfico 3

Intervenções arqueológicas autorizadas pela tutela entre 1991 e 2016, em função do meio urbano, estimadas a partir de dados da base de dados Portal do Arqueólogo (em valor absoluto e percentagem)

gráfico do autor

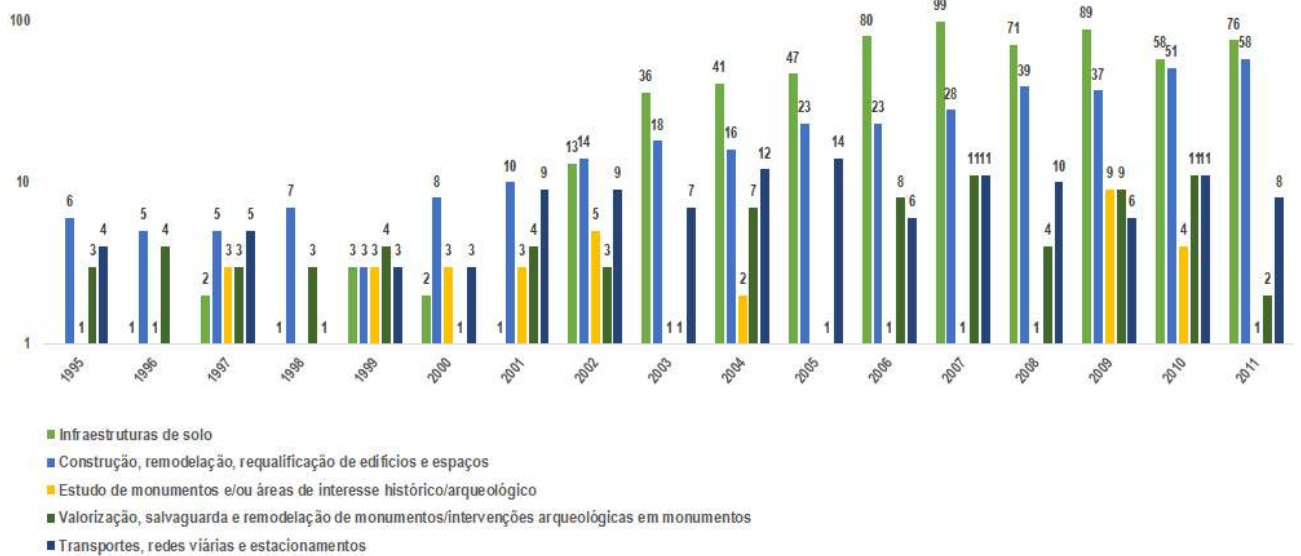


gráfico 4

Tipos de projetos arqueológicos em Lisboa, entre 1995 e 2011(em valor absoluto). João Araújo, *et alli*, “A arqueologia urbana em Lisboa: ... entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial”, 2013, p. 100

gráfico do autor

para uma arqueologia crítica da arquitetura

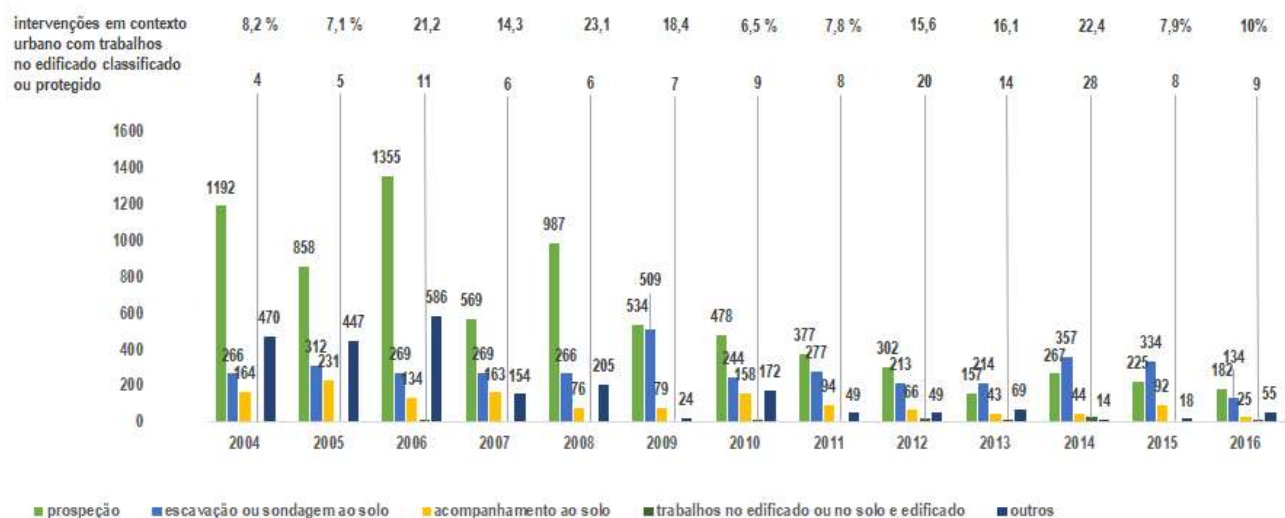
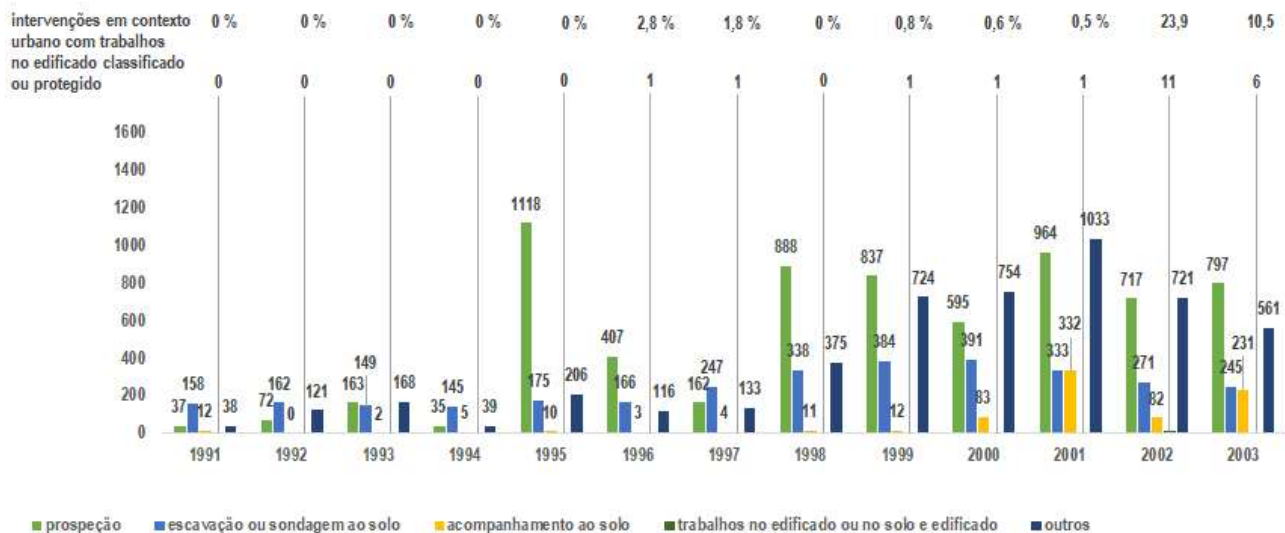


gráfico 5

Tipos de projetos arqueológicos em Lisboa, entre 1995 e 2011 (em valor absoluto). João Araújo, *et alii*, "A arqueologia urbana em Lisboa: ... entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial", 2013, p. 100

gráfico do autor

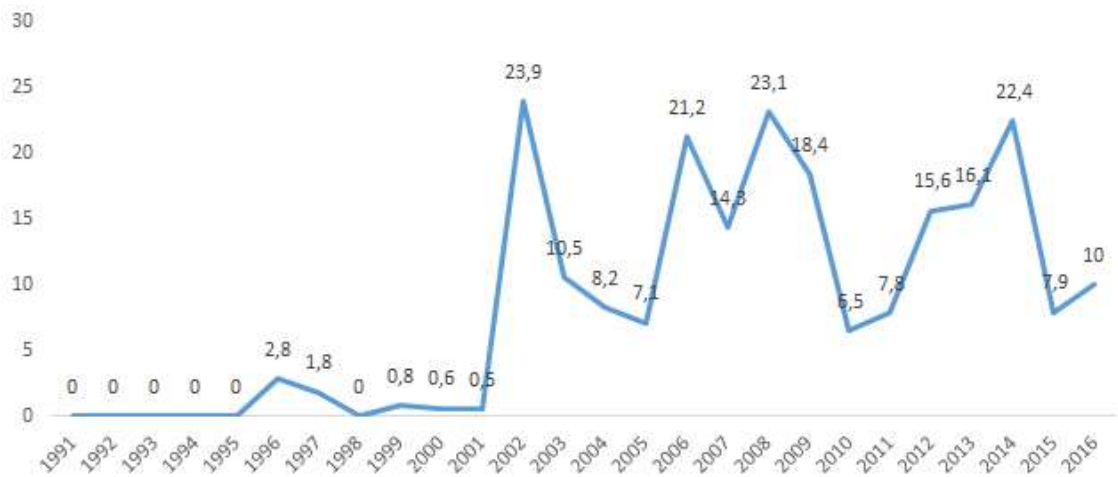


gráfico 6

Quantidade de intervenções arqueológicas dirigidas ao edificado entre 1991 e 2016, face ao número total de intervenções autorizadas (em percentagem)

gráfico do autor



para uma arqueologia crítica da arquitetura

fundamental para melhorar os contributos da arqueologia da arquitetura em contexto de reabilitação de património arquitetónico, cumpre convocar as instituições e os documentos normativos pelos quais o Estado português assegura a salvaguarda do património arqueológico ameaçado por ações de afetação ao edificado histórico. Desde meados do século XIX, de resto, que em Portugal as iniciativas legislativas no domínio dos bens culturais imóveis combinaram alternadamente as componentes do património arquitetónico e do património arqueológico, oscilando entre a institucionalização conjunta de ambos e a absoluta separação das suas respetivas tutelas. Cada nova diligência regulamentar não podia, todavia, deixar de espelhar os paradigmas ideológicos da sua época. Como tal, as dinâmicas legislativas e institucionais de regulamentação do património arquitetónico e arqueológico elencadas no presente capítulo, nomeadamente as que definem as práticas de restauro e de reabilitação de edificado classificado, condicionadas pelos paradigmas da arqueologia da arquitetura revistos no capítulo precedente e, em cada época, pela visão e pelas aspirações da sociedade portuguesa, revela-se essencial para a perceção das atuais estratégias públicas assumidas em Portugal para proteção dos seus bens imóveis em reabilitação.

A título de amostra, exemplificam-se as estratégias públicas e privadas assumidas em diferentes épocas em Portugal, através de um conjunto de casos localizados em Coimbra, cidade historicamente moldada por um particular dinamismo construtivo, que decorre do protagonismo com que sempre marcou o panorama social e político nacional. Desde que em Portugal existem normas e instituições de salvaguarda do património arquitetónico, com efeito, que se podem deslindar as atitudes patrimoniais próprias de cada época, dos seus ideários políticos, sociais e culturais, através da análise das circunstâncias inerentes a intervenções de restauro e de reabilitação empreendidas em edifícios de Coimbra. A localização do arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, nesta cidade, possibilitou, por outro lado, um permanente confronto entre os processos arquivados, com os seus pareceres, condicionantes e programas de intervenção, e os edifícios escolhidos para o debate delineado no presente capítulo, circunstância que contribuiu também para a seleção de Coimbra enquanto amostra de estudo.

## 3.1.

**em busca de proteção:****de 1852 a 1926**

Ainda que as iniciativas de proteção ao património arquitetónico e arqueológico se possam recuar em Portugal a 1721, ano em que D. João V incumbiu a Academia Real de História da proteção de monumentos, que pela sua antiguidade contribuíssem para a história do reino<sup>684</sup>, seria necessário aguardar por 1852 para que o Estado português criasse mecanismos institucionais especificamente vocacionados para a salvaguarda de bens culturais edificados. A consciencialização nacional do valor patrimonial do edificado histórico, patente nas inovações legislativas da segunda metade do século XIX, não decorreria, porém, sem o crescente apelo à salvaguarda de alguns monumentos junto da opinião pública, em publicações nacionais e estrangeiras, muitas das quais rapidamente traduzidas para português<sup>685</sup>. Obras como *Plans, Elevations, Sections and Views of the the Church of Batalha*, publicada entre 1792 e 1795 pelo arquiteto irlandês James Murphy<sup>686</sup>, ajudaram a despertar na sociedade portuguesa o interesse pelo património monumental do país. Paralelamente, denunciava-se, pela voz de Almeida Garrett e de Alexandre Herculano<sup>687</sup>, por exemplo, o estado de ruína a que chegavam muitos dos edifícios históricos do país, danificados pelo terramoto de 1755, pelas Invasões Francesas e pelas Guerras

<sup>684</sup> Paulo Simões RODRIGUES, “O longo tempo do património, Os antecedentes da República (1721-1910)”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. I, 2ª ed., 2011, p. 21.

<sup>685</sup> Lúcia Maria Cardoso ROSAS, *Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval - Património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. autor, 1995, p. 60.

<sup>686</sup> Em busca das origens do gótico, James Murphy [1760-1814] viajou para a Batalha em 1789, com o intuito de proceder ao levantamento arquitetónico do mosteiro de Santa Maria da Vitória. Maria João NETO, *James Murphy e o restauro do mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 31-47. Para mais sobre Murphy, leia-se John NICHOLS, *Illustrations of the literary history of the Eighteenth century: Consisting of authentic memoirs and original letters of eminent persons; And intended as a sequel to the literary anecdotes*, vol. 7, Londres, ed. autor, 1831, p. 435-444.

<sup>687</sup> Sobre os contributos de João de Almeida Garret [1799-1854] e de Alexandre Herculano [1810-1877] para a mudança de atitude face à preservação dos monumentos nacionais, veja-se Clara Moura SOARES, Maria João NETO, *Almeida Garrett, A ‘viagem’ e o património*, ed. Jorge Ferreira, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015; e Harry BERNSTEIN, *Alexandre Herculano (1810-1877), Portugal’s prime historian and historical novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1983.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Liberais, mas também, nacionalizados no decurso da extinção das Ordens religiosas, pela sua desregrada reconversão funcional<sup>688</sup>.

A premência da salvaguarda e do restauro, frequentemente veiculada pela imprensa, não advinha ainda, contudo, do respeito pelo valor histórico dos monumentos, tanto quanto da sua autoridade moral e dos seus atributos memorativos. Enquanto elementos de um passado que se queria resgatado, os monumentos mediavam, na esteira dos ideais românticos da época, o reencontro entre a nação e a sua história. Em 1835, na sequência da extinção das Ordens religiosas do ano anterior, a lei que regulamentou a alienação dos bens nacionalizados, por exemplo, interditou a venda de certos monumentos ditos “*historicos*”, não porque constituíssem fontes historiográficas propriamente ditas, mas porque se assumiam como símbolos de “grandes feitos, ou de *epocas nacionaes*”<sup>689</sup>. A destriça entre os imóveis que podiam ser alienados e aqueles que mereciam, como monumentos da nação, permanecer sob tutela pública, exigia, no entanto, mecanismos institucionais de ponderação. Mas, no lugar de criar organismos adequados para o efeito, os sucessivos governos liberais confiaram a tarefa a entidades não governamentais, como em 1836 a Academia de Ciências de Lisboa, ou, no ano seguinte, as Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto<sup>690</sup>. Apesar do crescente quinhão orçamental destinado à conservação dos monumentos nacionais<sup>691</sup>, o fraco investimento na estruturação institucional redundou no significativo atraso português em matéria de inventariação e classificação, situação que nem mesmo o ímpeto progressista da Regeneração conseguiu inverter. Instaurada pelo golpe militar de 1 de maio de 1851, a Regeneração tinha por principais objetivos a restituição da credibilidade política e o desenvolvimento económico do país, domínios em que as Obras Públicas

---

<sup>688</sup> Maria João NETO, *Memória, propaganda e poder, O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, dir. Manuel Mendes, Porto, FAUP Publicações, 2001, p. 66. Sobre os impactos patrimoniais do terramoto de 1755, das Invasões Francesas, das Guerras Liberais e da extinção das Ordens religiosas, em 1834, leia-se, por todos, Lúcia Maria Cardoso ROSAS, *Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. autor, 1995.

<sup>689</sup> Carta de Lei de 15 de abril de 1835, *Collecção de leis e outros documentos officiaes publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, 4ª série, D. Maria II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, art. 3º, p. 119. Para a nacionalização de bens culturais decorrente da extinção das Ordens religiosas em 1834, leia-se, por todos, António Marques da SILVA, “A venda dos bens nacionais: a carta de lei de 15 de abril de 1835. Aspectos introdutórios e gerais”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XIX, Coimbra, 1982, p. 59-115.

<sup>690</sup> Paulo Simões RODRIGUES, “O longo tempo do património, Os antecedentes da República (1721-1910)”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. I, 2ª ed., 2011, p. 25; Maria Helena MAIA, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 51-54.

<sup>691</sup> Maria Helena MAIA, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 64.

privilegiadamente se deveriam notabilizar<sup>692</sup>. No ano seguinte, a então criada Direção-Geral das Obras Públicas, sob alçada do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria<sup>693</sup>, passou a tutelar os monumentos históricos. O património edificado passava a servir os interesses do progresso económico do país, incumbência que manteria, na realidade, até ao final do regime monárquico. A incorporação na dependência das Obras Públicas fez-se acompanhar, todavia, de uma certa incúria face ao património arquitetónico, que, sucessivamente negligenciado pelos governos regeneradores, sofria ainda por meados dos anos de 1870 de graves carências administrativas e financeiras<sup>694</sup>.

Acompanhando as expetativas de reconciliação política e de desenvolvimento económico da época, a aristocracia e a burguesia portuguesas, não obstante o diminuto investimento público, concentraram esforços no estudo da antiguidade nacional e na defesa do património, que, acreditavam, contribuiriam para a Regeneração da pátria<sup>695</sup>. Dedicada precisamente ao estudo do passado, a arqueologia, já então uma disciplina científica plenamente capacitada para corroborar as ambicionadas raízes romana e lusitana da nação, adquiriu um destacado papel na formação ideológica e na congregação social do país<sup>696</sup>. Competia, portanto, à arqueologia nacional revelar as evidências da antiguidade necessária à exaltação da nacionalidade<sup>697</sup>, tanto quanto se esperava que os monumentos nacionais constituíssem testemunhos irrefutáveis das épocas que mereciam ser exaltadas. Validada pelo seu contributo regenerador e incentivada pelo ambiente político da época, propício à estruturação não governamental de setores socialmente essenciais,

---

<sup>692</sup> Para a história de Portugal na segunda metade do século XIX, nomeadamente os ideais defendidos pelos distintos governos da Regeneração, consulte-se, por todos, AAVV., *Portugal e a Restauração*, dir. Joel Serrão, António Oliveira Marques, coord. Fernando de Sousa, António Oliveira Marques, col. Nova História de Portugal, vol. X, Lisboa, Presença, 2004.

<sup>693</sup> Maria Helena MAIA, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 194.

<sup>694</sup> Lúcia Maria Cardoso ROSAS, *Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995, p. 117; Maria Helena MAIA, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 167.

<sup>695</sup> Carlos FABIÃO, "Percurso da arqueologia clássica em Portugal: Da Sociedade Lusitana (1849-1857) ao moderno projecto de Conimbriga (1964-1971)", *La cristalización del pasado, Génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España*, ed. Gloria Mora, Margarita Díaz-Andreu, Málaga, Universidad de Málaga, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997, p. 106-109.

<sup>696</sup> Carlos FABIÃO, "José Leite de Vasconcelos (1858-1941): Um *archeólogo* português", *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 26, 2008, p. 106.

<sup>697</sup> Mariana DINIZ, Victor S. GONÇALVES, "Na segunda metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da arqueologia em Portugal", *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 11/12, 1993/1994, p. 174.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

a arqueologia portuguesa, seguindo de resto a tendência internacional<sup>698</sup>, congregou-se em torno de instituições de natureza civil, académica e militar. Em grande medida dependentes da dedicação das individualidades que as compunham<sup>699</sup>, surgiram organizações como a Sociedade Arqueológica Lusitana e a Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, em 1849 e 1863, a Secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra, em 1873, e a Comissão Geológica de Portugal, em 1857, que, num período em que arqueologia e geologia se complementavam, muito contribuiu também para a institucionalização da arqueologia nacional<sup>700</sup>. A congregação dos círculos cultos da sociedade portuguesa em torno da arqueologia não podia deixar de se refletir também na consciencialização cívica face ao estado de ruína dos monumentos históricos da nação, em contraste com a evidente inoperatividade do Estado<sup>701</sup>. Consolidava-se na sociedade portuguesa o discurso patrimonial, cada vez mais disseminado pela imprensa periódica, e substancialmente marcado pela crescente valorização da relevância documental do edificado histórico. Incapaz de assegurar a salvaguarda do seu próprio património edificado, o Estado<sup>702</sup>, na verdade, delegava no associativismo civil a defesa dos interesses patrimoniais nacionais. A Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, por exemplo, dedicou-se desde a sua fundação ao estudo dos monumentos arquitetónicos do país, contribuindo com pareceres técnicos para diversos projetos públicos de restauro, como sucedeu na década de 1890, durante a intervenção da Sé Velha de Coimbra<sup>703</sup>.

---

<sup>698</sup> Despontavam na Europa movimentos civis de proteção a monumentos e ruínas arqueológicas, mais tarde congregados em torno da associação internacional Amigos dos Monumentos, nascida do *Congresso Internacional para a Protecção das Obras de Arte e Monumentos*, realizado em Paris no ano de 1889. Jorge CUSTÓDIO, “Os «Amigos dos Monumentos» e o elitismo patrimonial”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. I, 2ª ed., 2010, p. 60-61.

<sup>699</sup> Sobre o contributo dos distintos protagonistas da arqueologia portuguesa oitocentista, veja-se José RAPOSO, “As origens da arqueologia científica portuguesa no século XIX”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. I, p. 47-56, 2ª ed., 2011.

<sup>700</sup> Ana Cristina Nunes MARTINS, “As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da arqueologia clássica no Portugal de Oitocentos”, *Archaia*, n.º 3-5, 2003-2005, p. 75-76; Carlos FABIÃO, “Percurso da arqueologia clássica em Portugal: Da Sociedade Lusitana (1849-1857) ao moderno projecto de Conimbriga (1964-1971)”, *La cristalización del pasado. Génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España*, ed. Gloria Mora, Margarita Díaz-Andreu, Málaga, Universidad de Málaga, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997, p. 106-117.

<sup>701</sup> Não obstante a criação de diversas comissões, designadas entre 1870 e 1880 pelo Ministério do Reino para a coordenação do património nacional. António Carlos SILVA, “Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996), cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico”, *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 303.

<sup>702</sup> Maria Helena MAIA, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 189.

<sup>703</sup> Lúcia Maria Cardoso ROSAS, *Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do

A própria administração pública havia solicitado à Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, em 1866, a definição de critérios de intervenção. Fiel à sua condição simultaneamente arquitetónica e arqueológica, a Associação destacou então os “diversos *estyllos*” empregues em cada monumento, assim como a importância de “*analysar cada uma d’essas partes, e comparalas entre si*”<sup>704</sup>. Os principais intervenientes da especialidade encontravam-se, desde meados do século XIX, portanto, sensibilizados para a ponderação das distintas épocas de construção do edificado histórico. Sensibilizado para a relevância da inventariação no âmbito da salvaguarda patrimonial, mas consciente das suas limitações, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria encarregou precisamente a Associação da preparação de uma lista de imóveis a classificar como monumentos nacionais. Embora se encontrasse concluída já no início da década de 1880, a lista nunca se tornou vinculativa<sup>705</sup>, gerando entre a Associação e os sucessivos governos um clima de tensão que se prolongaria até meados da década seguinte. Pressionado, o governo designou em 1881 uma Comissão dos Monumentos Nacionais, sob a Direção dos Serviços das Obras Públicas<sup>706</sup>. Responsável pela gestão do património arqueológico e arquitetónico, a Comissão haveria de definir como monumentos nacionais, em 1894, os “*edificios, construcções, ruinas e objectos artisticos, industriais ou archeologicos*”,

---

Porto, Porto, ed. autor, 1995, p. 105; Maria Helena MAIA, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 239-245; Paula FIGUEIREDO, “Catedral de Coimbra/Sé Velha de Coimbra/Igreja Paroquial da Sé Velha/Igreja de Nossa Senhora da Assunção”, *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt), 1992-2002 [a 18 de junho de 2020].

<sup>704</sup> Archivo de Architectura Civil n.º 5, Lisboa, julho de 1866, p.77-78 in Lúcia Maria Cardoso ROSAS, *Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. autor, 1995, p. 109; Susana CHALANTE, “«Demolimania», a Real Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses e a «cruzada de honra e brio» (1866-1880)”, *Ler História*, n.º 55, 2008, ¶ 15; Maria Helena MAIA, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 237.

<sup>705</sup> Maria Helena MAIA, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 245-251; Susana CHALANTE, “«Demolimania», a Real Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses e a «cruzada de honra e brio» (1866-1880)”, *Ler História*, n.º 55, 2008, ¶ 25; Lúcia Maria Cardoso ROSAS, *Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. autor, 1995, p. 111.

<sup>706</sup> Em substituição da Direção-Geral das Obras Públicas. Pedro VAZ, *Edificar no património: Pessoas e paradigmas na conservação & restauro*, Lisboa, Edições 70, 2019, p. 208; Susana CHALANTE, “«Demolimania», a Real Associação de Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses e a «cruzada de honra e brio» (1866-1880)”, *Ler História*, n.º 55, 2008, p. 171-187, ¶ 30; Maria Helena MAIA, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 252; José Trindade CHAGAS, “Joaquim Possidónio Narciso da Silva 1806-1896, A intervenção como presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais”, *Arqueologia & História*, vol. 58/59, 2006/2007, p. 197.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

sublinhando a dupla valência arqueológica e arquitetónica do património nacional, testemunho de "factos *notáveis*" e "*vestígios* dos povos e civilizações" do país<sup>707</sup>.

Não obstante existir agora uma instituição especificamente votada à gestão do património arqueológico e arquitetónico, a classificação e a recuperação estrutural dos monumentos, cuja urgência a própria Comissão ia dando conta ao Ministério que a tutelava<sup>708</sup>, tardavam em concretizar-se. Localmente, porém, iniciativas individuais e associativistas procuravam, em contracorrente, compensar a inação da administração pública. De Coimbra, por exemplo, partiu em 1893 uma proposta de financiamento para o restauro da antiga sé românica, que levaria o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria a nomear uma comissão restauradora, bipartida entre Estado e iniciativa privada, composta pelo bispo da cidade, por um diretor artístico local e pelo diretor regional das Obras Públicas<sup>709</sup>. Divididas as despesas entre o Estado e a diocese, o diretor artístico assumia as decisões técnicas da intervenção, enquanto ao diretor regional das Obras Públicas competia fiscalizar a obra e administrar as verbas<sup>710</sup>. Mais do que a recuperação estrutural ou estética do templo românico, estava em causa, como se depreende do entusiasmo com que os seus intervenientes sempre se manifestaram, a revitalização de parte fundamental da identidade histórica de Portugal<sup>711</sup>. Contra a opinião corrente, até mesmo de dentro da Comissão dos Monumentos Nacionais<sup>712</sup>, o restauro oitocentista da Sé Velha de Coimbra rejeitou não raras vezes, contudo, o critério da unidade estilística, privilegiando amiúde a recuperação funcional dos elementos intervencionados. Assumindo estratégias que recordam os princípios de Camillo Boito, pretendeu remover do templo, de facto, "o

---

<sup>707</sup> Regulamento para a comissão dos monumentos nacionaes de 27 de fevereiro de 1894, *Collecção official de legislação portugueza, Anno 1894*, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p. 101-102, art. 1º.

<sup>708</sup> Por exemplo, em *Relatório da Comissão de Monumentos Nacionaes, apresentado ao Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro das Obras Públicas, Commercio e Industria*, em 1894. António de VASCONCELLOS, *A Sé-Velha de Coimbra, Apontamentos para a sua história*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2ª ed., 1993, p. 272.

<sup>709</sup> Lúcia Maria Cardoso ROSAS, "O restauro da Sé Velha de Coimbra. António Augusto Gonçalves entre o rigor da história e o rigor do Desenho", *Atas do Colóquio Artistas e Artífices e a sua mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, Porto, Universidade do Porto, 2007, p. 257.

<sup>710</sup> António de VASCONCELLOS, *A Sé-Velha de Coimbra. Apontamentos para a sua história*, vol. 1, Coimbra, Coimbra Editora, 1930, p. 346.

<sup>711</sup> Nuno ROSMANINHO, Margarida Donas BOTTO, "O restauro da Sé Velha de Coimbra (1893-c.1935)", *Vértice*, série II, n.º 54, 1993, p. 28.

<sup>712</sup> Possidónio da Silva, simultaneamente dirigente da Comissão dos Monumentos Nacionais e da Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, terá classificado o restauro da Sé Velha de Coimbra como "um atentado contra o pensamento original do *arquitecto* que delinea o edifício". António de VASCONCELLOS, *A Sé-Velha de Coimbra. Apontamentos para a sua história*, vol. 1, Coimbra, Coimbra Editora, 1930, p. 305.

que lhe modificava o carácter”, restaurando “o que fora mutilado”, pela reintegração de elementos reaproveitados, muito embora promettesse também “recuar, quando a obra a fazer fosse destruir qualquer monumento ou exemplar de alto valor artístico”<sup>713</sup>.

A busca pela legitimação científica das estratégias de intervenção não deixaram de resto de estar nunca presentes no espírito de António Augusto Gonçalves, o diretor artístico da intervenção, que nos seus apontamentos gizou várias considerações de teor arqueológico. Num esboço das estruturas em torno do túmulo do bispo D. Martinho Gonçalves, por exemplo, registou os diferentes níveis de circulação detetados, assim como diferentes momentos construtivos, distinguindo um “aparelho da face antiga”, dos azulejos que num segundo momento o tinham vindo cobrir<sup>714</sup>. O restauro oscilou então entre a rejeição de engodos estilísticos e a aproximação ao ambiente primitivo. Por obstruírem o carácter românico da nave central, o coro alto e os azulejos mudéjar que revestiam as colunas, por exemplo, foram sujeitos a desmonte, ao mesmo tempo que se reintegravam alguns fragmentos de capitéis detetados sob o soalho e que o retábulo manuelino da capela-mor, “jóia de alto valor”, se conservava e recuperava<sup>715</sup>. Mas, se na fachada se subtraíram vãos barrocos e se introduziram nas arquivoltas do portal novos fustes que imitavam os de outras igrejas românicas da cidade, aparentemente seguindo o critério da unidade estilística, não deixaram de ser aplicados noutros locais, em substituição de peças demasiado degradadas, capitéis isentos de decoração, por se considerar impossível restituir “a sua completa integral e *exacta* expressão primitiva”<sup>716</sup>. A responsabilidade técnica e o financiamento partilhados entre agentes locais e administração central, contudo, cedo se revelou pouco operativa, ultrapassando em muito a mera orientação filosófica do restauro. Para resolver indecisões da comissão restauradora relativamente ao restauro do transepto e da capela-mor, por exemplo, foi chamada a Comissão dos Monumentos Nacionais, que não teve alternativa senão nomear peritos

---

<sup>713</sup> António de VASCONCELLOS, *A Sé-Velha de Coimbra. Apontamentos para a sua história*, vol. 1, Coimbra, Coimbra Editora, 1930, p. 291.

<sup>714</sup> António Augusto GONÇALVES, “Sé Velha e outros edificios”, *Apontamentos relativos à Sé Velha*, folha 3, verso e reverso, Biblioteca Municipal de Coimbra, s. d. Para mais sobre António Augusto Gonçalves [1948-1932], professor, artista e arqueólogo, veja-se AAVV., “Gonçalves, António Augusto”, *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis*, dir. Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, vol. 2, p. 280.

<sup>715</sup> António de VASCONCELLOS, *A Sé-Velha de Coimbra. Apontamentos para a sua história*, vol. 1, Coimbra, Coimbra Editora, 1930, p. 307-328.

<sup>716</sup> Lúcia Maria Cardoso ROSAS, “O restauro da Sé Velha de Coimbra. António Augusto Gonçalves entre o rigor da História e o rigor do Desenho”, *Atas do Colóquio Artistas e Artífices e a sua mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, Porto, Universidade do Porto, 2007, p. 258-259; Maria de Lurdes CRAVEIRO, *A Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, Direção Regional de Cultura do Centro, 2011, p. 54.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

e encomendar o seu próprio projeto, num processo moroso e dispendioso, que acarretou graves repercussões para o prazo e para o orçamento da obra<sup>717</sup>. Dependendo em grande medida de iniciativas locais, a administração central da segunda metade do século XIX tardava em concretizar os desígnios de proteção e de valorização patrimoniais a que estava legalmente vinculada.

Substituída a Comissão dos Monumentos Nacionais em 1898 pelo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, manteve-se sob tutela das Obras Públicas a gestão do património arqueológico e arquitetónico, incluindo a classificação e aprovação de projetos de restauro dos monumentos do país, seleccionados “sob os *aspectos archeologico, historico e architectonico*”<sup>718</sup>. Partindo de uma condição adstrita a atributos morais, memorativos e de antiguidade, ampliava-se o conceito de monumento histórico, para passar a abranger também, no dealbar do século XX, parâmetros de valorização histórica e arqueológica. De forma mais significativa, a tutela de ambas as práticas arqueológica e arquitetónica era assumida pelas Obras Públicas, que declaradamente equiparava em valor patrimonial os testemunhos arqueológicos e o património arquitetónico. A equiparação patrimonial entre arqueologia e arquitetura saíria de resto reforçada na legislação concernente dos alvares do século XX, particularmente direccionada para a proteção do edificado histórico. Em 1901, preveniu-se a destruição de “*ruinas de edificios antigos ou monumentos de certa grandeza*”<sup>719</sup>. Seleccionados sob os mesmos “*aspectos archeologico, historico e architectonico*”<sup>720</sup>, os monumentos não podiam “ser destruidos no todo ou em parte, nem *soffrer* qualquer trabalho”, sem a autorização das

---

<sup>717</sup> António de VASCONCELLOS, *A Sé-Velha de Coimbra. Apontamentos para a sua história*, vol. 1, Coimbra, Coimbra Editora, 1930, p. 362.

<sup>718</sup> Plano organico dos serviços de monumentos nacionaes de 9 de dezembro de 1898, *Collecção official da legislação portuguesa, Anno de 1898*, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral de Obras Publicas e Minas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 924, art. 1º.

<sup>719</sup> Portaria 10-04-1901 de 10 de abril de 1901, *Diário do Govêrno*, n.º 79, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 94, ¶ 2º; José Casalta NABAIS, “A legislação do património arqueológico e sua evolução”, *RevCEDOUA*, n.º 26, 2010, p. 12.

<sup>720</sup> Organização das corporações consultivas da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria que funcçionam junto da Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, Decreto de 24 de outubro de 1901, *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1901*, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Imprensa Nacional, 1902, p. 858, cap. IV, art. 24º, ¶ 1º. A classificação e salvaguarda dos monumentos nacionais competia ao Conselho dos Monumentos Nacionais em substituição do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, órgão consultivo da Direcção Geral das Obras Públicas e Minas.



---

fig. 28 e 29. nave central da Sé Velha de Coimbra, Portugal  
(em finais do século XIX, à esquerda, 2020, à direita)  
António Augusto GONÇALVES, *Sé Velha*, s. d.  
fotografia do autor, 2021

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Obras Públicas<sup>721</sup>, que assim reconhecia certos edifícios antigos ou monumentos como parte do património arqueológico da nação.

Aproximando-se das expectativas da Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, as iniciativas legislativas de 1901 desencadearam os meios administrativos necessários às primeiras ações de classificação de monumentos nacionais em Portugal. Entre setembro de 1906 e junho de 1910, mais de quatrocentos monumentos, distribuídos por diferentes categorias e regiões do país, haviam sido classificados<sup>722</sup>. Sob tutela de uma mesma instituição, que os considerava como potenciadores do progresso económico, os monumentos arquitetónicos e arqueológicos nacionais encontravam-se, escassos meses antes da instauração da I República, portanto, submetidos a mecanismos legais de proteção, não apenas instituídos, mas também, ainda que de discutível eficácia, operativamente definidos. A prática arqueológica, no entanto, permaneceu na sua maioria subordinada ao voluntarismo individual dos membros da Associação dos Arqueólogos Portugueses<sup>723</sup>, circunstância que se manteria ao longo das primeiras décadas do século XX, mesmo depois de, na sequência da implantação da República Portuguesa, a sua tutela administrativa ter sofrido alterações.

Instituída a 5 de outubro de 1910, a I República Portuguesa ocasionou no ano seguinte uma revisão constitucional, que, entre outras reformas sociais, ambicionou melhorar a instrução pedagógica dos portugueses<sup>724</sup>. Como modelos ilustrativos do passado nacional, os monumentos foram então alocados ao ensino público da história da nação, transitando em 1911 da Direção-Geral das Obras Públicas e Minas para a Direção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, que por sua vez, depois

---

<sup>721</sup> Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, e bem assim dos objectos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaisquer estabelecimentos públicos, Decreto de 30 de Dezembro de 1901, *Diário do Governo*, n.º 153/1902, Série I, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 2031, art. 4.º

<sup>722</sup> Lúcia Maria Cardoso ROSAS, *Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. autor, 1995, p. 149-151; Flávio LOPES, *Património arquitetónico e arqueológico – Noção e normas de proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2012, p. 22; Pedro VAZ, *Edificar no património: Pessoas e paradigmas na conservação & restauro*, Lisboa, Edições 70, 2019, p. 230.

<sup>723</sup> Criada a partir da Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, depois de, em 1902, os arquitetos terem formado um coletivo autónomo, a Sociedade dos Arquitetos Portugueses. Ana Isabel RIBEIRO, *Arquitetos Portugueses - 90 Anos de Vida Associativa (1863-1953)*, Porto, FAUP Publicações, 2002, p. 43.

<sup>724</sup> Para a história de Portugal nas primeiras décadas do século XX, nomeadamente os ideais democráticos preconizados pelos distintos governos da I República, veja-se, por todos, AAVV., *Portugal da Monarquia para a República*, dir. Joel Serrão, António Oliveira Marques, coord. António Oliveira Marques, col. Nova História de Portugal, vol. XI, Lisboa, Presença, 1991.

de uma curta passagem pelo Ministério do Interior, foi, em 1913, transferida para o Ministério da Instrução Pública. Todavia, se a transferência do património arqueológico e arquitetónico para a tutela da Instrução Pública encontra explicação nas intenções pedagógicas da I República, não deixa de refletir também propósitos ideológicos de outra natureza. De facto, a alocação de imóveis de origem religiosa ao património histórico de domínio público, consubstanciada pela nova vaga de nacionalização subsequente à implantação da República<sup>725</sup>, conquanto concorresse para o ensino da história nacional, não deixava de difundir também a política de laicização do novo regime.

Como reflexo da política republicana de descentralização dos serviços públicos, em 1911 surgiu igualmente, sob tutela da Direção-Geral, o Conselho de Arte Nacional, sob o qual funcionavam três Conselhos de Arte e Arqueologia regionais. Com poderes consultivos, deliberativos e executivos sobre os monumentos nacionais, arqueológicos e arquitetónicos, aos Concelhos competia a aprovação dos “*projectos de reparação e restauração*”, zelando pelos seus valores “*artístico, histórico ou archeológico*”<sup>726</sup>, precisamente os mesmos preconizados pela legislação monárquica de 1901. De forma mais significativa, decretou-se a proteção de todos os vestígios arqueológicos descobertos, incluindo monumentos e ruínas arquitetónicas, que, antecipando em duas décadas uma medida análoga da Carta de Atenas de 1931, se deveriam aterrar “para lhe assegurar a conservação”<sup>727</sup>. Anos mais tarde, o legislador republicano voltaria a alargar o conceito e a abrangência espacial de património edificado. Em 1924, regulamentou zonas de proteção a “menos de 50 metros de qualquer imóvel classificado”, supervisionadas pelo Conselho Superior de Belas

---

<sup>725</sup> Na sequência da Lei da separação do Estado das igrejas, de 20 de abril de 1911. Maria João NETO, *Memória, propaganda e poder, O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, dir. Manuel Mendes, Porto, FAUP Publicações, 2001, p. 72-78; Jorge CUSTÓDIO, “A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932)”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. II, 2ª ed., 2011, p. 86.

<sup>726</sup> Sediados em Lisboa, Coimbra e Porto. Decreto n.º 1 de 29 de maio de 1911, *Diário do Govêrno*, n.º 124/1911, série I, Ministerio do Interior, Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, p. 2245-2246, cap. I, cap. II, art. 2º, ¶ 4º, cap. V, art. 42º, 47º. Para mais sobre o restauro arquitetónico na I República portuguesa, leia-se Jorge CUSTÓDIO, “*Renascença*” *artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República - Fundamentos e antecedentes*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

<sup>727</sup> ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 32, art. VI; Decreto n.º 1 de 29 de maio de 1911, *Diário do Govêrno*, n.º 124/1911, série I, Ministerio do Interior, Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, p. 2247, cap. V, art. 51º.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Artes<sup>728</sup>, passo fundamental para o entendimento da malha urbana pré-industrial enquanto património arquitetónico por direito próprio, e, em 1926, definiu como imóveis de “*interêsse público*” os monumentos que, não alcançando a categoria de nacionais, oferecessem ainda assim interesse “*artístico, histórico ou turístico*”<sup>729</sup>.

Descentralizada, mais abrangente e ao serviço da instrução popular, a nova organização patrimonial espelhava a ideologia republicana, que se refletia também na incorporação da comunidade civil e na articulação com voluntários, associações e museus regionais, em grande medida essenciais para a operatividade da estruturação proposta<sup>730</sup>. Transferida das Obras Públicas para a Instrução Pública, a administração do património arqueológico e arquitetónico manteve-se em Portugal, ainda assim, concentrada sob alçada de um só organismo, desde a criação da Comissão dos Monumentos Nacionais, em 1894. Nas primeiras décadas do século XX, portanto, nem a preponderância atribuída ao contributo da comunidade civil, nem a congregação dos patrimónios arqueológico e arquitetónico sob alçada de uma única tutela se alteraram, não obstante a transição do regime monárquico para o regime republicano.

Nem mesmo a preponderância da comunidade civil no domínio das intervenções em património arquitetónico se viu diminuída. Em Coimbra, a intervenção de reabilitação do antigo paço episcopal, com vista à instalação do Museu de Machado de Castro, por exemplo, contou com o projeto e o dinamismo de António Augusto Gonçalves<sup>731</sup>, o mesmo projetista que dirigira o restauro monárquico da Sé Velha da cidade, em finais do século XIX. Criado por decreto em 1911, no âmbito de um programa nacional de criação de museus regionais, o novo Museu de Machado de Castro, subordinado ao Concelho de Arte e Arqueologia de Coimbra, sob alçada, portanto, do Ministério do Interior e, a partir de 1913, do Ministério da Instrução

---

<sup>728</sup> Que havia em 1915 substituído o Conselho de Arte Nacional. Decreto n.º 1657 de 15 de junho de 1915, *Diário do Governo*, n.º 113/1915, série I, Ministério de Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, p. 543, cap. II; Lei n.º 1700 de 18 de dezembro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 281/1924, série I, secção I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924, p. 1862, cap. VI, art. 50º.

<sup>729</sup> Decreto n.º 11445 de 13 de fevereiro de 1926, *Diário do Governo*, n.º 34/1926, série I, secção I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926, p. 145, cap. VI, art. 115º; Lei n.º 1700 de 18 de dezembro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 281/1924, série I, secção I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924, p. 1862, cap. VI, art. 54º.

<sup>730</sup> Jorge CUSTÓDIO, “A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932)”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. II, p. 85-104, 2ª ed., 2011, p. 86-91; Rui Gomes COELHO, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018, p. 33.

<sup>731</sup> Duarte Manuel Roque de FREITAS, *Memorial de um complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, vol. I, p. 219. Para Augusto Gonçalves, ver supra, p. 201.

Pública, tinha por objetivo a “educação do gosto *publico*” e a “aprendizagem das classes operárias”<sup>732</sup>. Só em 1912 e em 1914, porém, aceitou o governo republicado desamortizar, respetivamente, o paço episcopal de Coimbra, à data já classificado como Monumento Nacional, e a igreja anexa de São João de Almedina, com vista a albergar o novo museu<sup>733</sup>. Iniciadas ainda em finais do século XIX pela Direção de Obras Públicas de Coimbra, as obras de reabilitação do paço quinhentista, contudo, vinham introduzindo elementos neomanuelinos que destoavam do traçado maneirista do conjunto, postura que lhes granjeou acesas críticas e até mesmo a intervenção direta da Comissão dos Monumentos Nacionais<sup>734</sup>. Simultaneamente primeiro diretor do museu e vogal do recém-criado Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra, António Augusto Gonçalves assumiu o controlo da intervenção arquitetónica, submetendo para o efeito um projeto ao Ministério do Interior<sup>735</sup>, que à época tutelava o património arquitetónico e arqueológico. Acérrimo crítico das estratégias de intervenção que o precediam, Gonçalves não deixou, porém, de introduzir livremente elementos decorativos de tipos e cronologias muito variados, guiado por um intuito expositivo, que se sustentava pelas obras de arte oriundas de diferentes edifícios desamortizados da cidade. Assumindo estratégias que contradiziam a tendência geral de expurgação de elementos estilisticamente dissonantes, por inícios do século XX ainda bastante em voga, introduziu, por exemplo, a janela manuelina que hoje se abre no canto estabelecido entre o antigo paço e a antiga igreja de São João de Almedina<sup>736</sup>. Ainda que qualquer “reparação ou modificação” em imóveis classificados devesse ser previamente analisada por uma comissão de monumentos, a operar

<sup>732</sup> Decreto n.º 1 de 29 de maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 124/1911, série I, Ministério do Interior, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 2246, secção V, cap. IV, art. 25º e 39º. Para mais sobre os museus da I República Portuguesa, leia-se, por todos, António Jorge Botelho CARRILHO, *Os museus em Portugal durante a 1ª República*, tese de doutoramento policopiada, Évora, Universidade de Évora, 2016.

<sup>733</sup> Duarte Manuel Roque de FREITAS, *Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, vol. I, p. 113; António Jorge Botelho CARRILHO, *Os museus em Portugal durante a 1ª República*, tese de doutoramento policopiada, Évora, Universidade de Évora, 2016, p. 259.

<sup>734</sup> Duarte Manuel Roque de FREITAS, *Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, vol. I, p. 212-216.

<sup>735</sup> António Jorge Botelho CARRILHO, *Os museus em Portugal durante a 1ª República*, tese de doutoramento policopiada, Évora, Universidade de Évora, 2016, p. 258; Duarte Manuel Roque de FREITAS, *Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, vol. I, p. 219-221.

<sup>736</sup> Duarte Manuel Roque de FREITAS, *Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, vol. I, p. 241-242.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

dentro dos Conselhos de Arte e Arqueologia regionais<sup>737</sup>, as obras do antigo paço encontravam-se, na prática, subordinadas à vontade de António Augusto Gonçalves, um claro sinal das limitações enfrentadas pelas tutelas do património arquitetónico e arqueológico nos primeiros tempos da República.

Para as obras de adaptação da igreja de São João de Almedina a uma ala dedicada à coleção de arte sacra do museu, o projeto, a direção e a execução regressaram à alçada da Direção de Obras Públicas de Coimbra. Nem por isso, contudo, deixaram de ser acrescentados ao conjunto edificado elementos arquitetónicos cronologicamente dissonantes. Na fachada da igreja, rasgaram-se novos vãos de janela retangulares, amplos e luminosos, ao mesmo tempo que um novo portal renascentista, oriundo do extinto convento de Santa Ana, substituiu o portal original, cujas feições barrocas se consideraram de inferior qualidade artística. Todavia, mesmo que vista como anexação de “memória *arquitectónica*” para “salvaguarda e proteção” patrimonial, competência das instituições museológicas da I República, a aplicação do portal de Santa Ana deu-se, na realidade, contra o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, à data o órgão consultivo da especialidade, e sem qualquer parecer da Comissão dos Monumentos, sem cujo aval nenhuma alteração poderia, à luz da legislação em vigor, ser realizada<sup>738</sup>. Separada da autoridade executante, e a braços com as dificuldades financeiras e a instabilidade política que marcou o país na segunda metade da década de 1910, a própria tutela dos bens arquitetónicos e arqueológicos, ainda que respaldada pela lei, não era neste caso tida em consideração. Embora atenta à salvaguarda da vertente arquitetónica do edificado, da reforma do paço episcopal e da igreja de São João de Almedina nos anos que se seguiram à implantação da República poder-se-ia dizer, de facto, limitada à recolha e integração de elementos escultóricos e arquitetónicos, ter sido pautada por uma “total ausência de interesses verdadeiramente arqueológicos”<sup>739</sup>.

---

<sup>737</sup> Decreto n.º 1 de 29 de maio de 1929, *Diário do Governo*, n.º 124/1911, série I, capítulo II, secção IV, art. 19º, capítulo V, art. 47º, 1911, p. 2246; *Diário do Governo*, n.º 84/1936, série I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 411-413, 1936.

<sup>738</sup> Duarte Manuel Roque de FREITAS, *Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014, vol. I, p. 261-263, 269; Decreto n.º 1 de 29 de maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 124/1911, série I, capítulo V, art. 47º, 1911, p. 2246.

<sup>739</sup> Ricardo Jorge Costeira da SILVA, *O Museu Nacional de Machado de Castro – Um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2015, vol. 1, p. 15.



fig. 30 e 31. igreja de São João de Almedina e antigo paço episcopal de Coimbra, Portugal  
(em finais do século XIX, em cima, e finais da década de 1930, em baixo)

Rodrigues COSTA, *Coimbra: Edifício na alameda Júlio Henriques*, 2019

Duarte Manuel Roque de FREITAS, *Memorial de um complexo arquitectónico*, 2014, vol. II, fig. 153



para uma arqueologia crítica da arquitetura

Como que confirmando a divergência entre interesses de salvaguarda de bens arqueológicos e arquitetónicos, em 1920 a tutela do património arquitetónico incorporou a então criada Administração-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, sob alçada do Ministério do Comércio e Comunicações, enquanto a tutela do património arqueológico se mantinha sob alçada dos Concelhos de Arte e Arqueologia regionais, tutelados pelo Ministério da Instrução Pública<sup>740</sup>. Em resposta à carência económica que marcou Portugal no pós-I Guerra Mundial, a alteração de tutela visava a redução de despesas, concentrando num só organismo a gestão do património arquitetónico, que até então se encontrava dispersa pelos três Conselhos de Arte e Arqueologia e pelas Direções Distritais de Obras Públicas<sup>741</sup>. Mantinha-se o princípio republicano de descentralização, uma vez que sob a nova Administração-Geral operavam duas Direções Regionais de Edifícios e Monumentos Nacionais<sup>742</sup>, mas a separação administrativa dos patrimónios arqueológico e arquitetónico, que remonta, portanto, à I República, não seria invertida senão em 1980, aquando da criação do Instituto Português do Património Cultural, IPPC. A tentativa de reatribuição tutelar dos monumentos nacionais ao Ministério da Instrução Pública, sob alçada de uma Direção-Geral de Belas Artes, criada em 1924<sup>743</sup>, poderá, de facto, corresponder à aspiração republicana de alocar o património arquitetónico à instrução popular. Contudo, ainda em 1925 se lamentava a desorganização e a carência de verbas da Direção-Geral, determinando-se que as obras de restauro continuassem a cargo da Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que na prática, nunca perdeu, até aos primeiros anos da ditadura militar que se seguiu à I República, os seus poderes no domínio do património arquitetónico português<sup>744</sup>.

---

<sup>740</sup> Decreto n.º 7038 de 17 de outubro de 1920, *Diário do Governo*, n.º 209/1920, série I, Ministério do Comércio e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920.

<sup>741</sup> As Direções Distritais de Obras Públicas operavam sob a tutela da Direção-Geral das Obras Públicas, que, mesmo depois da criação dos Conselhos de Arte e Arqueologia, mantinha poderes executivos no domínio do restauro dos monumentos nacionais.

<sup>742</sup> Sediadas no Porto e em Lisboa. Decreto n.º 7038 de 17 de outubro de 1920, *Diário do Governo*, n.º 209/1920, série I, Ministério do Comércio e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920, p. 1393, art. 10º.

<sup>743</sup> Lei n.º 1700 de 18 de dezembro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 281/1924, série I, secção I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924, p. 1861, cap. VI, art. 46º, ¶ 1º.

<sup>744</sup> Decreto n.º 10711 de 23 de abril de 1925, *Diário do Governo*, n.º 88/1925, série I, Ministério do Comércio e Comunicações, Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925, p. 440, art. 1º; Flávio LOPES, *Património arquitetónico e arqueológico – Noção e normas de proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2012, p. 29.

## 3.2.

### ao ritmo de tutelas diferenciadas: de 1926 a 2001

Quando em 1926 o golpe de 28 de maio instituiu a Ditadura Militar em Portugal<sup>745</sup>, a administração dos patrimónios arqueológico e arquitetónico encontrava-se dividida entre organismos tutelares distintos, a Administração-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, a Direção-Geral de Belas Artes e o Conselho Superior de Belas Artes, que, para mais, se sobrepunham no desempenho das suas funções. Seguindo as inclinações totalitárias europeias da época, porém, a administração dos bens culturais imóveis, como de resto noutros setores, tendeu durante o novo regime para a centralização. A revisão de 1928 do regulamento dos Conselhos de Arte e Arqueologia, por exemplo, manteve as suas competências no âmbito da conservação dos monumentos nacionais, enquanto sublinhava, todavia, ser prerrogativa do Conselho Superior de Belas Artes, presidido pelo próprio ministro da Instrução Pública, “dar parecer *sobre* os recursos interpostos das decisões dos Conselhos”<sup>746</sup>. No ano seguinte, “considerando que a *reunião destes serviços* num organismo único” permitia “imprimir-lhes unidade de orientação”, constituía-se, sob tutela do Ministério do Comércio e Comunicações, a Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, DGEMN<sup>747</sup>. Embora os Conselhos de Arte e Arqueologia regionais não fossem de imediato extintos, na prática as suas competências, incluindo a administração dos sítios arqueológicos, foram pouco a pouco absorvidas pela Direção dos Monumentos Nacionais, sob alçada da DGEMN<sup>748</sup>.

<sup>745</sup> Sobre o período da Ditadura Militar portuguesa, de 1926 a 1933, consulte-se, por todos, Jorge CAMPINOS, *A ditadura militar: 1926-1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.

<sup>746</sup> Decreto n.º 15216 de 22 de março de 1928, *Diário do Governo*, n.º 67/1928, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral de Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928, p. 564, cap. I, art. 5º, ¶ 1º, cap. II, art. 9º, ¶ 6º.

<sup>747</sup> Em substituição da Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Decreto n.º 16791 de 30 de abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 97/1929, série I, Ministério do Comércio e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929, p. 1056, cap. I.

<sup>748</sup> Progressivamente esvaziados das suas competências, os Conselhos de Arte e Arqueologia seriam extintos em 1932. Decreto n.º 20985 de 7 de março de 1932, *Diário do Governo*, n.º 56/1932, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Em sentido contrário, a prática arqueológica passou em 1932 a ser autorizada e fiscalizada pelo Conselho Superior de Belas Artes, sob o Ministério da Instrução Pública, estratégia que, não obstante revelar preocupações específicas com o património arqueológico, diminuía a preponderância deliberativa de instituições regionais e de personalidades locais<sup>749</sup>. A administração do património arqueológico nacional, contudo, permanecia prerrogativa da DGEMN, que, porventura em função de um entendimento redutor do seu significado cultural, lhe dedicou uma atividade governativa residual, tanto no período da ditadura, como nas décadas seguintes<sup>750</sup>. Consentaneamente, as recomendações de conservação e restauro em monumentos e em ruínas arqueológicas decretadas pela Carta de Atenas de 1931, em cuja redação Portugal não participou, não se refletiriam senão de forma esporádica na extensa legislação patrimonial produzida no país nos anos que se seguiram à instituição da Ditadura Militar<sup>751</sup>. O respeito pelo local de implantação do bem, por exemplo, embora próximo da valorização da “*voisinage des monuments anciens*”, recomendada na Carta de Atenas, não deixava de se inscrever no conceito de zonas de proteção, legislado em Portugal já em 1924<sup>752</sup>.

---

<sup>749</sup> Na sequência da extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia. Decreto n.º 21117 de 18 de abril de 1932, *Diário do Governo*, n.º 91/1932, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932, p. 668-669, cap. 1, art. 1º, cap. III, art. 9º, 11º; Rui Gomes COELHO, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018, p. 39-43; José Casalta NABAIS, “A legislação do património arqueológico e sua evolução”, *RevCEDOUA*, n.º 26, 2010, p. 12.

<sup>750</sup> António Carlos SILVA, “Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996), cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico”, *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 305; Rui Gomes COELHO, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018, p. 31, 32.

<sup>751</sup> Jorge CUSTÓDIO, “Sociedade das Nações, Portugal e a Carta de Atenas (1931)”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. II, 2ª ed., 2011, p. 131-135; ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 32, art. VI. Não obstante Rui Gomes Coelho ter sustentado que a Carta de Atenas tenha tido um forte impacto na produção do Decreto n.º 20985 de 7 de março de 1932, o artigo que nele se referia a ruínas arqueológicas, art. 48º, repetiu, na verdade, o art. 51º, do Decreto n.º 1 de 29 de maio de 1911, como, de resto, apontado por José Casalta Nabais. Rui Gomes COELHO, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018, p. 38; José Casalta NABAIS, “A legislação do património arqueológico e sua evolução”, *RevCEDOUA*, n.º 26, 2010, p. 12. Sobre a Carta de Atenas, ver supra, p. 110.

<sup>752</sup> Colocando nas zonas de proteção condicionalismos à reabilitação, aprovação de novas construções e áreas vedadas à construção sob alçada da DGEMN. Decreto n.º 21875 de 18 de novembro de 1932, *Diário do Governo*, n.º 271/1932, série I, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932, p. 2237, art. 1º, ¶ 1º; ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and

Nas vésperas do Estado Novo, que a Constituição de 11 de abril de 1933 viria a instituir, como tal, não obstante a tendência de centralização administrativa do regime precedente, os patrimónios arqueológico e arquitetónico permaneciam divididos entre o poder normativo, desempenhado pelo Ministério da Educação, e o poder executivo, a cargo do Ministério das Obras Públicas<sup>753</sup>. Nas décadas que se seguiram, o regime de António Oliveira Salazar, tendencialmente corporativista, intensificaria a estruturação coletiva da gestão patrimonial. A institucionalização da arqueologia conheceu então um impulso significativo, consubstanciado logo em 1933 na criação do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnologia, de natureza associativa, e da respetiva tutela, a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, de natureza governativa<sup>754</sup>. No entanto, ainda que se possa ponderar o contributo do património arqueológico para a consolidação da ideologia política do Estado Novo<sup>755</sup>, o regime ditatorial parece ter remetido a arqueologia nacional para a estagnação, reservando-lhe métodos “*improvised, intuitive, strongly individualistic and amateurish*”, agravados pelo facto de a Junta, organismo deveras burocrático, depender de delegados amadores e não remunerados<sup>756</sup>. Ainda que a Junta e o Instituto visassem o efetivo enquadramento administrativo da arqueologia portuguesa, os sítios arqueológicos não ultrapassariam, até à democratização do país em 1974, 10% do total de monumentos classificados, e destes, menos de 4% chegariam, até 1960, a ser sequer intervencionados<sup>757</sup>.

---

restoration”, *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 31, art. III.

<sup>753</sup> Flávio LOPES, *Património arquitetónico e arqueológico – Noção e normas de proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2012, p. 33. Sobre o Estado Novo, regime ditatorial em vigor em Portugal entre 1933 e 1974, consulte-se, por todos, Luís Reis TORRAL, *Estados novos, Estado Novo: Ensaio de história política e cultural*, dir. Maria Manuela Tavares Ribeiro, ed. Maria João Padez Ferreira de Castro, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. I e II, 2ª ed., 2009.

<sup>754</sup> Operando sob a tutela do Ministério da Instrução Pública, que, por sua vez, controlava a projeção, a autorização e a fiscalização das intervenções arqueológicas. Decreto n.º 22338 de 20 de março de 1933, *Diário do Governo*, n.º 64/1933, série I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 336; Decreto-lei 23125 de 12 de outubro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 232/1933, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 1740, art. 1º.

<sup>755</sup> Rui Gomes COELHO, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018, p. 94.

<sup>756</sup> Vitor Oliveira JORGE, Susana Oliveira JORGE, “Theoretical underpinnings of Portuguese archaeology in the twentieth century”, *Theory in archaeology, A world perspective*, ed. Peter J. Ucko, Londres, Routledge, 1995, p. 247.

<sup>757</sup> Rui Gomes COELHO, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018, p. 31, 32.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Com efeito, obras públicas de grande impacto arqueológico multiplicaram-se ao longo da década de 1940, dando azo a escavações clandestinas e amadoras, sem que a tutela, desde 1936 assumida pela Junta Nacional de Educação, JNE, dispusesse de meios efetivos para uma adequada fiscalização<sup>758</sup>. Organismo centralizado, burocrático e ideologicamente motivado, a JNE, sob tutela do Ministério da Educação Nacional, seria reformada em 1965, tendo também em vista, entre outros objetivos, melhorar precisamente o seu domínio nas competências arqueológicas. Procurando enquadrar-se com as recomendações da UNESCO, a que havia aderido nesse mesmo ano, Portugal respondeu à necessidade de autoridades governamentais especificamente vocacionadas para a defesa do seu património arqueológico<sup>759</sup>. Tutelada pela JNE, surgiu então a Secção de Antiguidades e Belas-Artes, abrangendo a Subsecção de Arqueologia, com competências normativas no domínio da “conservação e enriquecimento do património (...) arqueológico” e de “sondagens, escavações e outros trabalhos de exploração arqueológica”<sup>760</sup>. Assegurados os esforços legislativos e decorrida a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico em 1969, a arqueologia portuguesa, todavia, permaneceu até ao final do regime salazarista política e cientificamente isolada das suas congéneres internacionais, em grande medida “imersa no mais profundo dos empirismos”<sup>761</sup>.

No domínio do património edificado, pelo contrário, o Estado Novo atingiu muito cedo a maturidade legislativa e administrativa necessária ao enquadramento ideológico da arquitetura histórica, que, restaurada na “sua traça primitiva”, deveria

---

<sup>758</sup> Em substituição do Conselho Superior de Belas Artes e da Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, extintos nesse mesmo ano. Lei n.º 1941 de 11 de abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84/1936, série I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936, p. 412-413, base I e II; Rui Gomes COELHO, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018, p. 88-92.

<sup>759</sup> UNESCO, “Recommendation on international principles applicable to archaeological excavations”, *Records of the General Conference, 9th session, New Delhi, 1956: Resolutions*, Paris, UNESCO, 1957, p. 41-42, cap. II e III, art. 5 e 13. Sobre a UNESCO, ver supra, p. 102.

<sup>760</sup> Decreto-Lei n.º 46348 de 22 de maio de 1965, *Diário do Governo*, n.º 114/1965, série I, Ministério da Educação Nacional, Imprensa Nacional, 1965, p. 710, art. 1º e 3º, ¶ 1º a 4º; Decreto-Lei n.º 46349 de 22 de maio de 1965, *Diário do Governo*, n.º 114/1965, série I, Ministério da Educação Nacional, Imprensa Nacional, 1965, p. 711-714, art. 1º, ¶ 1º, art. 6º, ¶ 1º, art. 19º.

<sup>761</sup> Daniel CARVALHO, Mariana DINIZ, “A emergência da arqueologia processual em Portugal: A teoria e o método (1968-2000). Uma introdução”, *Arqueologia em Portugal/2017 – Estado da questão*, coord. José Morais Arnaud, Andrea Martins, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 55. Assinada em Londres, em 1969, a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, que Portugal ratificaria apenas em 1982, definiu, como principais estratégias para a valorização do património arqueológico o controlo governamental e a divulgação científica das intervenções arqueológicas. Council of Europe, “European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage Status as of 11/06/2020”, 2020, [www.coe.int](http://www.coe.int) [a 11 de junho de 2020].

reconduzir a nação à “tradição do seu passado épico”<sup>762</sup>. Reforçada no seu poder centralizador em 1935, a DGEMN<sup>763</sup>, de facto, encetou um ambicioso programa de restauro aos monumentos nacionais, que dirigia e executava de forma autocrática<sup>764</sup>, com amplas consequências para a paisagem pré-industrial dos ‘centros históricos’ do país. Para enaltecer certos episódios e personagens históricos, as intervenções, frequentemente assentes na reintegração estilística, abrangiam não raras vezes a envolvente urbana dos monumentos, libertando-a dos seus constrangimentos cénicos, através da demolição das construções no seu entorno<sup>765</sup>. Às demolições motivadas pelo engrandecimento monumental, somaram-se os desmantelamentos decorrentes dos grandes projetos urbanísticos do regime, que, como decorrido na Alta universitária de Coimbra, ou no bairro da Mouraria e no traçado do metropolitano de Lisboa, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, destruiriam parte significativa do património arqueológico e arquitetónico nacional<sup>766</sup>.

Longe de um exclusivo do regime salazarista, estes *diradamentos* ocorriam em Portugal, na realidade, desde tempos bastante recuados<sup>767</sup>. Em Coimbra, por exemplo,

---

<sup>762</sup> Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, *A Igreja de Leça do Bailio*, *Boletim da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 1, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1935, p. 6 e 9; Maria João NETO, *Memória, propaganda e poder, O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, dir. Manuel Mendes, Porto, FAUP Publicações, 2001, p. 143-144.

<sup>763</sup> Reorganizada em 1935, a DGEMN viu extintas as suas Direcções dos Monumentos Nacionais do Norte e do Sul, substituídas por uma única Direcção dos Monumentos Nacionais. Novas alterações seriam introduzidas em 1947 e 1968, sem que a natureza institucional do património arquitetónico sofresse significativas alterações. Decreto-Lei n.º 26117 de 23 de novembro de 1935, *Diário do Governo*, n.º 272/1935, 1º suplemento, série I, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935; Decreto-Lei 36314 de 31 de maio de 1947, *Diário do Governo*, n.º 124/1947, série I, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1947; Decreto-Lei 48498 de 24 de julho de 1968, *Diário do Governo*, n.º 174/1968, série I, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1968, p. 1072-1080.

<sup>764</sup> Pedro VAZ, *Edificar no património: Pessoas e paradigmas na conservação & restauro*, Lisboa, Edições 70, 2019, p. 316-317; Miguel TOMÉ, “Arquitectura: Conservação e restauro no Estado Novo”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. III, 2ª ed., 2011, p. 172.

<sup>765</sup> Muito embora a opção de restauro recaísse frequentemente na unidade de estilo, outras opções eram também empreendidas. Maria João NETO, “Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. III, 2ª ed., 2011, p. 157-159; Miguel TOMÉ, “Arquitectura: Conservação e restauro no Estado Novo”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. III, 2ª ed., 2011, p. 171.

<sup>766</sup> Rui Gomes COELHO, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018, p. 87-88; Francisco Sande LEMOS, “Arqueologia urbana em Portugal: A cidade, o poder e o conhecimento”, *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 247.

<sup>767</sup> Para o conceito de *diradamento*, ou isolamento do monumento arquitetónico por demolição do edificado no seu entorno, desenvolvido por Gustavo Giovannoni em 1913, leia-se Francesca Romana

para uma arqueologia crítica da arquitetura

o alargamento e regularização da rua Visconde da Luz obrigou à expropriação e desmonte de um significativo conjunto arquitetónico pré-industrial, incluindo diversos prédios de habitação e parte da cabeceira da igreja românica de São Tiago, já em 1858<sup>768</sup>. Depois de adquirir e expropriar outros imóveis, a Câmara Municipal de Coimbra manteve, em 1908, a estratégia de demolição de todas as estruturas que, ainda erguidas sobre o remanescente de São Tiago, “desfiguravam a fábrica românica”<sup>769</sup>. O restauro que se seguiu à “magna tarefa de demolição” haveria, porém, de acrescentar ao templo românico elementos de feição manuelina, segundo projeto “elaborado sem consciente e profundo estudo”, que, de tanto inquietar a opinião pública, levaria à suspensão das obras no ano seguinte<sup>770</sup>. Iniciada no ocaso da monarquia portuguesa, a intervenção, sob direção das Obras Públicas, contou, uma vez mais, com a orientação artística de António Augusto Gonçalves, que acusou a tutela de conduzir os trabalhos “sem uma orientação segura”, praticando “erros de difícil remédio”<sup>771</sup>. Em 1921, suspensas as obras havia mais de uma década, deu entrada junto da Administração-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, que então tutelava o património arquitetónico, um projecto para a cobertura urgente das ruínas desmontadas, que, já em plena I República, granjeou, no entanto, a contestação do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra, à época chefiado pelo próprio António Augusto Gonçalves<sup>772</sup>. De contestação em contestação, São Tiago permaneceria desmontada, descoberta e sujeita ao intemperismo, ao longo de praticamente duas décadas, até que em 1930, já em Ditadura Militar, a recém-criada Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, DGEMN, com plenos poderes executivos sobre o património arquitetónico, instasse o Diretor dos Monumentos Nacionais do Norte para

---

STABILE, “Gustavo Giovannoni e la cultura dell’ambientismo”, *Bollettino del centro di studi per la storia dell’ architettura - casa dei crescenzi*, ano 2017, n.º 1, 2017, p. 135 a 146.

<sup>768</sup> José Pinto LOUREIRO, *Toponímia de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1964, tomo II, p. 303-304

<sup>769</sup> Ilustração Moderna, “Igreja de S. Tiago (Coimbra)”, *Ilustração Moderna*, ano 5, n.º 41, 1930, p. 72; Vergílio CORREIA, Nogueira GONÇALVES, “Igreja-colegiada de S. Tiago”, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, *Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p. 32;

<sup>770</sup> Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *A igreja de S. Tiago, Coimbra*, Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942, p. 13, 25-26.

<sup>771</sup> Ilustração Moderna, “Igreja de S. Tiago (Coimbra)”, *Ilustração Moderna*, ano 5, n.º 41, 1930, p. 72; Vergílio CORREIA, “A igreja de São Tiago de Coimbra. Notícias topográficas e históricas”, *Mvsev*, vol.2, n.º 4, 1943, p. 19.

<sup>772</sup> Contestado o projeto original, assim como as alterações que lhe introduziu a Administração-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, sob tutela do Ministério do Comércio e Comunicações. Vergílio CORREIA, “A igreja de São Tiago de Coimbra. Notícias topográficas e históricas”, *Mvsev*, vol.2, n.º 4, 1943, p. 20-21.

retomar de imediato o restauro do antigo templo românico<sup>773</sup>. Em menos de cinco anos, concluíam-se a intervenção em São Tiago. Os contratemplos e as hesitações, com que se haviam pautado os restauros da Sé Velha e do antigo paço episcopal de Coimbra, desde finais da monarquia à I República, cediam perante uma instituição tutelar que, fruto de conjuntura política ditatorial, se encontrava legalmente habilitada para ultrapassar as divergências instaladas entre as antigas tutelas do património arqueológico e do património arquitetónico.

Para a conclusão do restauro de São Tiago, a DGEMN não deixou de convocar uma comissão de especialistas, incluindo António Augusto Gonçalves<sup>774</sup>, embora quanto da contribuição de cada um tenha efetivamente sido vertida no projeto executado permaneça por esclarecer. Classificando o restauro tentado entre 1908 e 1929 como um ultraje, a DGEMN condenou inclusivamente o desmonte camarário das “simples casas de habitação” que encimavam São Tiago<sup>775</sup>. Mas, nos alvares do regime católico e nacionalista do Estado Novo, não podia deixar de procurar a restituição da “vera imagem do primitivo templo”, aspiração que a fez orientar o restauro segundo critérios de unidade estilística, que, recuperando e valorizando as feições medievais do antigo templo, concorriam para ali afirmar “o espírito cristianizador das lutas da Reconquista”<sup>776</sup>. Em aparente contradição com as opções de António Augusto Gonçalves para os restauros da Sé Velha e do antigo paço episcopal de Coimbra<sup>777</sup>, o critério da integração estilística, sustentou, de facto, as estratégias assumidas ao longo do Estado Novo pela DGEMN<sup>778</sup>, que procurou corrigir em São Tiago o restauro tentado, ao encontro do “pensamento construtivo da origem”,

---

<sup>773</sup> Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *A igreja de S. Tiago, Coimbra*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942, p. 26-27; Vergílio CORREIA, “A igreja de São Tiago de Coimbra. Notícias topográficas e históricas”, *Mvsev*, vol.2, n.º 4, 1943, p. 21.

<sup>774</sup> Vergílio CORREIA, “A igreja de São Tiago de Coimbra. Notícias topográficas e históricas”, *Mvsev*, vol.2, n.º 4, 1943, p. 21.

<sup>775</sup> Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *A igreja de S. Tiago, Coimbra*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942, p. 15.

<sup>776</sup> Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *A igreja de S. Tiago, Coimbra*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942, p. 18.

<sup>777</sup> Ver supra, p. 201 e seguintes.

<sup>778</sup> Sobre a prevalência dos critérios de unidade estilística preconizados pela DGEMN veja-se, por todos, Maria João NETO, *Memória, propaganda e poder, O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, dir. Manuel Mendes, Porto, FAUP Publicações, 2001; ou Luís Miguel CORREIA, *Castelos em Portugal: retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

e eliminar “certos adornos arquitetónicos”, com cuja aplicação discordava<sup>779</sup>. Por conseguinte, dissimulou elementos estilisticamente dissonantes, enquanto outros para os quais não dispunha de sustentação arqueológica eram especulados, como o cruzeiro que aplicou na cumeeira da cobertura. Não sem alguma ironia, a transformação estilística, conquanto aproximasse São Tiago dos cânones ideológicos da ditadura, não deixava de ir também ao encontro do que fora vaticinado pelo próprio António Augusto Gonçalves, quando em 1909, num ensejo pleno de admiração, afirmara que aos vestígios do antigo templo pouco lhes faltava “para a sua reintegração completa”<sup>780</sup>.

Paradoxalmente, enquanto promovia demolições e *diradamentos* em certos conjuntos arquitetónicos pré-industriais do país, a DGEMN não deixou de definir, desde 1945, zonas de proteção, servidões administrativas que, legisladas em 1924, visavam a proteção dos conjuntos arquitetónicos no entorno de imóveis classificados<sup>781</sup>. Ainda em 1963, a Câmara Municipal de Coimbra, por exemplo, solicitava ao Ministério da Educação Nacional que se pronunciasse sobre “alterações num estabelecimento” comercial, precisamente por este se encontrar na Zona Especial de Proteção da igreja de São Tiago. Visando a harmonização do projeto com o seu entorno urbano, a Junta Nacional de Educação, para onde o processo foi remetido, autorizou o projeto, não sem certas condicionantes, inclusivamente sobre “o revestimento da fachada”, que deveria ser “em tom leve”. Informada sobre o parecer positivo da Junta, a DGEMN não deixava de manter as suas prerrogativas no domínio da fiscalização, dando conta, alguns meses depois, da conclusão da obra, que decorreria, “como previsto”<sup>782</sup>. Mas quando, em 1971, se pretendeu abrir no mesmo estabelecimento uma nova montra, para, segundo a Câmara, “*actualizar*” o exterior do edifício, “de características destituídas de valor arquitectónico”, sem diminuir, contudo, o seu enquadramento “no meio ambiente local”, a Junta não hesitou em reprovar o

---

<sup>779</sup> Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *A igreja de S. Tiago, Coimbra*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942, p. 20-21.

<sup>780</sup> Ilustração Moderna, “Igreja de S. Tiago (Coimbra)”, *Ilustração Moderna*, ano 5, n.º 41, 1930, p. 72; Vergílio CORREIA, “A igreja de São Tiago de Coimbra. Notícias topográficas e históricas”, *Mvsev*, vol.2, n.º 4, 1943, p. 71.

<sup>781</sup> Para as zonas de proteção à época do regime do Estado Novo, leia-se Cláudio Guiomar de OLIVEIRA, “As zonas de protecção dos monumentos no Estado Novo”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. III, p. 200-201, 2ª ed., 2011.

<sup>782</sup> Processo DRCC (63) 06.03/01, *Prédio sito na Praça do Comércio n.º 47, Coimbra*, Arquivo da Direcção Regional de Cultura do Centro, ofícios 2, 3, 13, 26 de setembro e 21 de novembro de 1963.



---

fig. 32 a 35. igreja de São Tiago, Coimbra, Portugal  
(depois do restauro de 1908-1909, à esquerda, e depois do restauro de 1930-1935, à direita)  
DGEMN, *A igreja de S. Tiago, Coimbra*, 1942, fig. 13, 14, 19 e 20

para uma arqueologia crítica da arquitetura

projeto, “por prejudicar a harmonia do alçado”<sup>783</sup>.

O Estado Novo, portanto, nunca deixou de expressar interesse na preservação do valor patrimonial dos ‘centros históricos’ portugueses, ainda que esse interesse pudesse ser ideologicamente ponderado<sup>784</sup>. Na prática, sempre que o valor simbólico de um monumento assim o exigisse, grandes parcelas de património arquitetónico podiam ser demolidas, potenciando o impacto paisagístico e social do monumento, como ocorreu, por exemplo, com os bairros periféricos à Sé do Porto, demolidos durante a década de 1940<sup>785</sup>. Com a Carta de Veneza, de 1964, porém, reforçava-se a nível internacional o valor patrimonial, não apenas das obras monumentais, “*mais aussi aux œuvres modestes*”, tanto isoladas como articuladas em conjuntos arquitetónicos<sup>786</sup>. O diploma parece não ter tido, no entanto, impacto significativo em Portugal, uma vez que não encontrou à época quaisquer reflexos na legislação da especialidade. De facto, e não obstante a participação da DGEMN no certame veneziano, ainda no início dos anos de 1970 se promoviam em Portugal desafrontamentos de monumentos, prática que se manteria até ao final do Estado Novo<sup>787</sup>, mesmo depois da adesão de Portugal, em 1965, à UNESCO<sup>788</sup>, instituição que vinha apelando à conservação dos chamados ‘centros históricos’, pelo menos desde a Convenção de Haia, em 1954<sup>789</sup>.

---

<sup>783</sup> Processo DRCC (63) 06.03/01, *Prédio sito na Praça do Comércio n.º 47, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios 6, 8, 23 de setembro e 4 de outubro de 1971.

<sup>784</sup> Rui Gomes COELHO, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018, p. 77.

<sup>785</sup> Maria Leonor BOTELHO, “A Sé do Porto e as intervenções da DGEMN (1929-1982)”, *Estudos de História Religiosa*, n.º 16, 2014, p. 170.

<sup>786</sup> ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º 1, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 39. Para mais sobre a Carta de Veneza, ver supra, p. 102.

<sup>787</sup> José AGUIAR, “Após Veneza: Do restauro estilístico para o restauro crítico”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, cap. IV, 2ª ed., 2011, p. 221; José Miguel Mendes Freitas SILVA, *O monumento e o lugar. Relação entre o espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2010, p. 15.

<sup>788</sup> Admitido na ONU em 1955, Portugal, temendo interferências nas questões coloniais, resistiu à pressão internacional para a sua integração na UNESCO, que viria a ocorrer apenas em 1965. Luís Nuno RODRIGUES, “Da criação da UNESCO à adesão de Portugal (1946-1965)”, *Relações Internacionais*, n.º 12, 2006, p. 167-169.

<sup>789</sup> UNESCO, “Convention for the protection of cultural property in the event of armed conflict”, [www.unesco.org](http://www.unesco.org), cap. I, art. 1º, 1954 [a 16 de julho de 2020]. Para mais sobre a Convenção de Haia, veja-se, por todos, Kevin CHAMBERLAIN, *War and cultural heritage: An analysis of the 1954 Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and its two protocols*, Buih Wells, Institute of Art and Law, 2ª ed., 2013.

Embora vinculado a instituições e convenções internacionais de defesa do património, o Estado Novo prosseguiu, até ao final do regime, o seu próprio programa patrimonial. As suas iniciativas legislativas, ainda que concentrando tendencialmente a administração patrimonial na DGEMN, nunca inverteram a separação promovida em 1920 entre patrimónios arqueológico e arquitetónico. Enquanto a DGEMN congregava todo o poder executivo, privilegiando monumentos conotados com narrativas históricas favoráveis ao regime, mesmo a expensas do edificado histórico cuja proteção a própria devia assegurar, a JNE mantinha a autoridade normativa, ainda que no domínio de uma arqueologia episódica e politicamente pouco expressiva. Quando, em 25 de abril de 1974, um golpe militar pôs fim ao Estado Novo, a gestão do património arqueológico não ia, conseqüentemente, além da classificação de alguns sítios arqueológicos<sup>790</sup>, ao contrário do património arquitetónico nacional, que convocava de facto os maiores esforços políticos e financeiros. Nos anos que se seguiram à democratização do país, ainda que pautados por um desenvolvimento da arqueologia portuguesa, refletido, por exemplo, na crescente procura pelo rigor metodológico e na proliferação da oferta formativa, a gestão pública da atividade arqueológica manter-se-ia, não obstante, num estágio incipiente<sup>791</sup>.

Ainda em 1974, reingressando na UNESCO, Portugal associava-se à mesma organização que, através da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972, havia reconhecido a universalidade e equidade patrimonial das construções arquitetónicas e dos locais arqueológicos de cada Estado membro<sup>792</sup>. Sob a égide da democratização, o país assistiu em 1975, à criação da Direção-Geral

---

<sup>790</sup> António Carlos SILVA, “Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996), cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico”, *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 306. Para mais sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a democratização das instituições administrativas portuguesas, veja-se, por todos, AAVV., *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, dir. José Mattoso, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

<sup>791</sup> Daniel CARVALHO, Mariana DINIZ, “A emergência da arqueologia processual em Portugal: A teoria e o método (1968-2000). Uma introdução”, *Arqueologia em Portugal/2017 – Estado da questão*, coord. José Morais Arnaud, Andrea Martins, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 55-56; Jacinta BUGALHÃO, “A arqueologia portuguesa nas últimas décadas”, *Arqueologia & História*, n.º 60-61, 2008-2009, p. 19-43.

<sup>792</sup> Ainda que a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, vulgarmente designada por Convenção do Património Mundial, tenha sido ratificada na legislação portuguesa apenas em 1979. Decreto n.º 49/79 de 6 de junho de 1979, *Diário da República*, n.º 130/1979, série I, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Imprensa Nacional, 1979, p. 1259-1260; UNESCO, “Convention concerning the protection of the World cultural and natural heritage”, *whc.unesco.org*, cap. I e II, art. 1º, 4º, 5º e 6º, 1972 [a 11 de junho de 2020].

para uma arqueologia crítica da arquitetura

do Património Cultural<sup>793</sup>, que, tutelada pela Secretaria de Estado da Cultura, remetia, pela primeira vez, o património cultural português para a tutela da Cultura. Assumindo a autorização de obras “em imóveis classificados e nas *respectivas* zonas de *protecção*”, assim como as atribuições da JNE, extinta dois anos depois<sup>794</sup>, a Direção-Geral concentrou competências normativas e de fiscalização, em ambos os domínios do património arqueológico e arquitetónico. Não obstante, a preservação dos poderes executivos por parte da DGEMN no domínio dos monumentos nacionais diminuía a autoridade tutelar da Direção-Geral. Na prática, mantinham-se separadas as tutelas dos patrimónios arqueológico e arquitetónico em Portugal, que não seriam verdadeiramente concentradas num só organismo senão em 1980, através do Instituto Português do Património Cultural, IPPC<sup>795</sup>. Mesmo debilitada no suporte político e legislativo que a sustentara durante toda a ditadura, a DGEMN, contudo, manter-se-ia como instituição promotora dos restauros do património arquitetónico nacional até à sua extinção, em 2007. Também ao nível da fiscalização, mantinha a DGEMN as suas competências, de resto como as manteve a JNE no domínio da autorização a projetos de intervenção em património classificado ou em zonas de proteção, pelo que, na prática, pouco se alterou na operatividade da proteção patrimonial, nos anos que se seguiram à democratização do país. Em Coimbra, por exemplo, um projeto que ambicionava abrir, em 1975, uma nova montra num edifício inscrito na Zona Especial de Proteção do Arco de Almedina mereceu parecer negativo da JNE, porque “descaracteriza[va] a estrutura” e “desequilibra[va]” a expressão da sua fachada. No início do ano seguinte, um novo projeto, que se propunha diminuir o tamanho da montra, voltou a merecer reprovação da JNE, por “não satisfaz[er] as *objecções*” anteriores. Ainda assim, o projeto não deixaria de se concretizar. Em setembro de

---

<sup>793</sup> Decreto-Lei n.º 409/75 de 2 de agosto de 1975, *Diário do Governo*, n.º 177/1975, série I, Ministérios da Educação e Cultura e da Comunicação Social, Lisboa, Imprensa Nacional, 1975, p. 1079, art. 1º, ¶ 1º e 4º.

<sup>794</sup> Por substituição da Direção-Geral dos Assuntos Culturais, criada em 1973, sob o Ministério da Educação Nacional. Decreto-Lei n.º 582/73 de 5 de novembro de 1973, *Diário do Governo*, n.º 258/1973, série I, Ministério da Educação Nacional, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973, p. 2102, art. 4º, ¶ 1 g). Pedro VAZ, *Edificar no património: Pessoas e paradigmas na conservação & restauro*, Lisboa, Edições 70, 2019, p. 356-357; Decreto-Lei n.º 70 de 25 de fevereiro de 1977, *Diário da República*, n.º 47/1977, série I, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica, Imprensa Nacional, 1977, p. 296, art. 3º.

<sup>795</sup> Em substituição da Direção-Geral do Património Cultural, herdando o corpo técnico da extinta Junta Nacional de Educação e beneficiando da experiência acumulada pela Comissão Organizadora para criação de um Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, criada em 1977. Pedro VAZ, *Edificar no património: Pessoas e paradigmas na conservação & restauro*, Lisboa, Edições 70, 2019, p. 357-366; Portaria 195/79 de 24 de abril de 1979, *Diário da República*, n.º 95/1979, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1979, p. 735.

1977, obras clandestinas foram detetadas no local pela DGEMN, que de imediato deu a conhecer à então Direção-Geral do Património Cultural não possuir o “*respectivo* processo para fiscalização”. Informada, a Câmara Municipal de Coimbra suspendeu as obras, que se encontravam, não obstante, praticamente concluídas<sup>796</sup>. Confrontado com iniciativas ilícitas, o aparelho de proteção patrimonial revelava-se insuficiente.

Focado na agilização da salvaguarda dos bens culturais, incluindo os de “valor histórico, artístico, arqueológico”, surgiu em 1980 o Instituto Português do Património Cultural, IPPC<sup>797</sup>, regulamentado para, num esforço de “progressiva descentralização cultural”, estruturar Delegações Regionais<sup>798</sup> e pronunciar-se sobre “*projectos* de obras” de imóveis culturais, assim como intervenções de restauro e de reabilitação e “outros trabalhos de exploração arqueológica”<sup>799</sup>. Seguindo de perto os princípios preconizados pela UNESCO, considerou como bens culturais imóveis, tanto os monumentos isolados, como os “agrupamentos de construções” e as “estruturas de especial valor (...) arqueológico”<sup>800</sup>. Consequentemente, ao Departamento do Património Arquitetónico e ao Departamento de Arqueologia, ambos sob alçada do IPPC, competiam tanto a classificação, como a fiscalização de trabalhos em imóveis classificados, “bem como nas *respectivas* zonas de *protecção*” e ainda em “monumentos ou estações arqueológicas, classificadas ou não”<sup>801</sup>. Apesar das dificuldades e dos problemas estruturais, Portugal detinha, pela primeira vez, um

<sup>796</sup> Processo DRCC (75) 06.03/04, *Obras de actualização na praça do Comércio, n.º 97-100, em Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios 26 de maio, 19 de junho, 8 e 15 de julho de 1975, 14 e 26 de janeiro, 3 e 21 de fevereiro de 1976, 22 e 23 de setembro, 3 de outubro, 9 de novembro de 1977.

<sup>797</sup> Flávio LOPES, *Património arquitetónico e arqueológico – Noção e normas de proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2012, p. 44-45; Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de abril de 1980, *Diário da República*, n.º 79/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Imprensa Nacional, 1980, p. 640, cap. II, art. 9º a).

<sup>798</sup> Decreto Regulamentar n.º 18/80 de 23 de maio de 1980, *Diário da República*, n.º 119/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980, p. 1121, art. 1º, ¶ 2, 4 b); Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de abril de 1980, *Diário da República*, n.º 79/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980, p. 638; Decreto-Lei n.º 403/80 de 26 de setembro de 1980, *Diário da República*, n.º 223/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980, p. 2923, art. 1º, 4º a), e), f).

<sup>799</sup> Decreto Regulamentar n.º 34/80 de 2 de agosto de 1980, *Diário da República*, n.º 177/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980, p. 1991, cap. I, art. 3º, ¶ 7.

<sup>800</sup> Decreto Regulamentar n.º 34/80 de 2 de agosto de 1980, *Diário da República*, n.º 177/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980, p. 1992, cap. I, art. 4º, a), b).

<sup>801</sup> Decreto Regulamentar n.º 34/80 de 2 de agosto de 1980, *Diário da República*, n.º 177/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1980, p. 1995, cap. II, art. 20º, ¶ 1 c), g), art. 28º b), c).

para uma arqueologia crítica da arquitetura

organismo administrativo com competências interventivas na gestão dos bens arqueológicos, fator decisivo para o desenvolvimento que a arqueologia nacional viria a conhecer na década de 1990<sup>802</sup>. Também o regulamento de trabalhos arqueológicos, decretado em 1978, dotou a prática arqueológica portuguesa da regulamentação de que carecia, concorrendo em igual medida para o seu impulso formativo, científico e institucional. Assumidamente inspirado nos pressupostos patrimoniais estabelecidos pela UNESCO, o regulamento atribuiu à estrutura administrativa composta pela Secretaria de Estado da Cultura, pela Direção-Geral do Património Cultural e pela Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, a responsabilidade de autorizar e fiscalizar as intervenções arqueológicas. De modo mais significativo, estabeleceu a obrigatoriedade de apresentação de relatórios, que, entre outros elementos, deveriam conter “plantas e cartas das estruturas descobertas e das estratigrafias”<sup>803</sup>.

Não obstante o regulamento de 1978 e a criação do IPPC em 1980, nenhum documento legal obrigava a estudos do edificado ou mesmo a simples acompanhamentos arqueológicos durante as intervenções de restauro ou de reabilitação. Solicitada à Câmara Municipal de Coimbra licença para alterar o interior e a fachada de um estabelecimento comercial na rua da Sofia, em março de 1981, por exemplo, nenhuma condicionante de arqueologia seria determinada pela comissão nomeada pelo IPPC para a apreciação do projeto<sup>804</sup>. Contudo, algumas intervenções arquitetónicas decorridas nesta época em Portugal, espelhando práticas tão antigas como as adotadas desde meados do século XIX nas abadias inglesas de Glastonbury e de Beaulieu<sup>805</sup>, acabaram por empregar métodos e obter resultados que, indo ao encontro das expectativas patrimoniais do IPPC, se encontravam prematuramente próximas da arqueologia da arquitetura. Com efeito, ainda que não pela adoção de leituras estratigráficas do edificado, mas pela análise empírica de técnicas e materiais

---

<sup>802</sup> António Carlos SILVA, “Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996), cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico”, *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 308.

<sup>803</sup> Portaria n.º 269/78 de 12 de maio de 1978, *Diário da República*, n.º 109/1978, série I, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1978, p. 886, art. 1.º-9.º, 12.º, 13.º d), 14.º. “Cartas” substituídas por “perfis” estratigráficos, segundo alterações ao Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, introduzidas pela Portaria n.º 195/79 de 24 de abril. Portaria 195/79 de 24 de abril de 1979, *Diário da República*, n.º 95/1979, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1979, p. 735, 2.º.

<sup>804</sup> Processo DRCC (81) 06.03/02, *Projecto de remodelação interior de um estabelecimento na rua da Sofia*, n.º 94 – 94 – A, Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios de 31 de março, 27 de abril e 8 de maio de 1981.

<sup>805</sup> Ver supra, p. 127 e 128.

de construção, Manuel Luís Real, por exemplo, discernia diferentes momentos construtivos no convento da Costa de Guimarães, já em 1981<sup>806</sup>. De forma mais significativa, destrinçou verdadeiras relações estratigráficas próprias das análises arqueológicas à arquitetura, ainda que as não tenha denominado como tal. No muro sul do claustro do convento, por exemplo, afirmou serem “visíveis as duas épocas de construção (...) a parte inferior sem qualquer travamento com a parede que a ele se encosta”<sup>807</sup>.

Sinal das aspirações da recém-criada democracia, a abertura das instituições nacionais às práticas internacionais refletiu-se, de resto, também na replicação legislativa de normas universalmente aceites, com notória influência na década de 1980 da UNESCO e, mais tarde, da Comunidade Económica Europeia, CEE. Logo em 1980, por exemplo, constituía-se o ICOMOS Portugal, organização não governamental vocacionada para a “*protecção, utilização e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios*”, que, sediado à época junto da DGEMN, manteve desde o início relações de grande proximidade com as instituições administrativas de gestão patrimonial<sup>808</sup>. Um ano depois, entrava em vigor a Convenção do Património Mundial da UNESCO, que Portugal ratificara dois anos antes, e, em 1983, inseriam-se na Lista do Património Mundial os primeiros monumentos e conjuntos portugueses<sup>809</sup>. Pouco depois, em 1985, legislavam-se as bases do património cultural português, assentes nas iniciativas legislativas inerentes à criação do IPPC e nos princípios patrimoniais defendidos pela UNESCO. Pela primeira vez, o Estado assumia inequivocamente o dever de zelar pela protecção do património cultural nacional, considerando-o essencial

---

<sup>806</sup> Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Manuel Luís Real era à época investigador no Arquivo Municipal-Casa do Infante do Porto.

<sup>807</sup> Manuel Luís REAL, “O convento da Costa (Guimarães), Notícia e interpretação de alguns elementos arquitetónicos recentemente aparecidos”, *Atas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. IV, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1981, p. 465.

<sup>808</sup> Apesar de contactos anteriores, o ICOMOS Portugal só seria constituído em 1980, e os seus estatutos legislados em 1983. Criado por iniciativa da UNESCO em 1964, o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, ICOMOS, constitui-se como órgão consultivo para o património cultural mundial. Miguel Brito CORREIA, “História da Comissão Nacional Portuguesa”, *www.icomos.pt* [a 23 de julho de 2020]; Pedro VAZ, *Edificar no património: Pessoas e paradigmas na conservação & restauro*, Lisboa, Edições 70, 2019, p. 363; Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios de 6 de janeiro de 1983, *Diário da República*, nº. 4, série III, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 275.

<sup>809</sup> Sobre a adesão de Portugal à UNESCO, ver supra, p. 214. Para mais sobre o património português na Lista de Património da Humanidade, ou Lista de Património Mundial, veja-se, por todos, Ana Paula AMENDOEIRA, “O Património de Portugal na Lista da UNESCO”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. V, p. 303-312, 2ª ed., 2011.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

“para a permanência e identidade da cultura portuguesa”<sup>810</sup>. Apesar de ter tido um desenvolvimento regulamentar pouco expressivo, a nova legislação não deixou de introduzir novidades estatutárias significativas<sup>811</sup>. No âmbito do património arquitetónico e arqueológico, por exemplo, a lei de 1985 decretava a imprescindibilidade de autorização prévia da tutela, à data o IPPC, para quaisquer ações de afetação ao edificado e ao solo, “no todo ou em parte”, em imóveis classificados e respetivas zonas de proteção<sup>812</sup>, reconhecendo a particular sensibilidade dos ‘centros históricos’ urbanos, onde instituiu a obrigatoriedade de trabalhos arqueológicos<sup>813</sup>. Em contrapartida, limitava os trabalhos arqueológicos à “escavação do solo” e “no leito ou no subsolo de águas”<sup>814</sup>, ignorando ainda por completo a possibilidade de leituras estratigráficas no edificado.

Em 1985, no entanto, a arqueologia da arquitetura dava já importantes passos em Itália, Espanha, França e, mais timidamente, em Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos da América e Austrália<sup>815</sup>. Nesse mesmo ano, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, assinada em Granada, alertava precisamente para as possibilidades oferecidas por “*new technologies for identifying and recording the architectural heritage*”<sup>816</sup>. Ainda que os arqueólogos portugueses se esforçassem por adotar orientações científicas internacionais<sup>817</sup>, não eram, à luz da lei de bases de 1985, como tal, acompanhados pela legislação nacional na tendência

---

<sup>810</sup> Lei n.º 13/85 de 6 de julho de 1985, *Diário da República*, n.º 153/1985, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 1865-1866, art. 1.º, 2.º, 4.º.

<sup>811</sup> Francisco Sande LEMOS, “A lei e a arqueologia urbana”, *Praxis Archeologica*, n.º 1, 2006, p. 15.

<sup>812</sup> Lei n.º 13/85 de 6 de julho de 1985, *Diário da República*, n.º 153/1985, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 1867-169, título II, subtítulo I, cap. I, secção I, art. 14.º, cap. II, art. 21.º-23.º.

<sup>813</sup> António Carlos SILVA, “Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996), cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico”, *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 309; José Casalta NABAIS, “A legislação do património arqueológico e sua evolução”, *RevCEDOUA*, n.º 26, 2010, p. 13.

<sup>814</sup> Lei n.º 13/85 de 6 de julho de 1985, *Diário da República*, n.º 153/1985, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 1870, título II, subtítulo I, cap. IV, art. 37.º.

<sup>815</sup> Ver supra, p. 163.

<sup>816</sup> Que Portugal, fazendo-se representar pelo historiador João Palma-Ferreira, à data presidente do IPPC, ratificaria em 1991. Council of Europe, “Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe”, *www.coe.int*, art. 17.º [a 11 de junho de 2020]; Resolução n.º 5/91 de 23 de janeiro de 1991, *Diário da República*, n.º 19/1991, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1991, p. 386; Adília ALARCÃO, “O património como um todo. Contributos da democracia de Abril”, *Ciências e Técnicas do Património*, vol. XIII, 2014, p. 237. Para mais sobre a Convenção de Granada, veja-se, Lisbeth SAABY, “Prospective legislation in an internacional perspective”, *Legal and financial aspects of architectural conservation: The Smolenice Castle Conference*, ed. Marc Denhez, Stephen Neal Dennis, Toronto, Dundurn, 1997, p. 21-31.

<sup>817</sup> Vítor Oliveira JORGE, Susana Oliveira JORGE, “Theoretical underpinnings of Portuguese archaeology in the twentieth century”, *Theory in archaeology, A world perspective*, ed. Peter J. Ucko, Londres, Routledge, 1995, p. 259.

internacional de interpretação arqueológica da arquitetura histórica. Foi, portanto, sem enquadramento legal específico que Portugal deu os primeiros passos no domínio da arqueologia da arquitetura, quando, em 1987, o arqueólogo Luís Fontes e a sua Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho promoveram a leitura estratigráfica de parte do tecido construído da igreja matriz de São Torcato, em Guimarães<sup>818</sup>. “Ainda muito condicionados pelas leituras ‘estilísticas’”, os trabalhos em São Torcato seguiram de perto a tradição inglesa, pelo “registo arquitetónico interpretado dos monumentos”<sup>819</sup>, embora perspirassem também uma “bagagem conceptual e metodológica de tradição italiana”<sup>820</sup>, adquirida por Luís Fontes antes mesmo de São Torcato, indiretamente, por contacto com os arqueólogos espanhóis Agustín Azkarate e Luís Caballero<sup>821</sup>.

Apesar da criação do IPPC, dos esforços legislativos e da abertura às instituições e convenções patrimoniais internacionais, a arqueologia em Portugal experienciou, até inícios dos anos de 1990, uma fase de profunda crise, pautada pela falência das estratégias de salvaguarda do património arqueológico<sup>822</sup>. A partir de meados da década, porém, a situação inverteu-se. A arqueologia portuguesa conheceu então anos de fortalecimento institucional, consolidação do mercado e

---

<sup>818</sup> Arqueólogo doutorado, Luís Fontes [n. 1959] iniciou a sua carreira em 1978 no Campo Arqueológico de Braga, um dos primeiros projetos portugueses de arqueologia urbana. Integrou a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em 1987, onde foi pioneiro na aplicação da arqueologia da arquitetura em Portugal. Liderou estudos integrados de arqueologia e arqueologia da arquitetura em diversos locais e monumentos, nomeadamente em estudos sobre Bracara Augusta, Valença e Vale do Terva. Para mais sobre a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, consulte-se a sua página oficial, no sítio [www.uaum.uminho.pt](http://www.uaum.uminho.pt).

<sup>819</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

<sup>820</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, André Manuel Paes MACHADO, Sofia Barroso CATALÃO, “Experiências em arqueologia da arquitectura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 3, 2004, p. 174. Ainda em 2011, a arqueóloga Maria de Magalhães Ramalho sugeria, de resto, que, “não existindo formação específica em Portugal”, fosse necessário aos técnicos portugueses procurar junto de equipas experientes, “nomeadamente em Espanha e Itália, formas de se especializarem” em arqueologia da arquitetura. Maria de Magalhães RAMALHO, “Práxis em arqueologia da arquitectura”, *Promontoria*, ano 9, n.º 9, 2011, p. 4.

<sup>821</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021. Sobre o arqueólogo espanhol Agustín Azkarate Garai-Olaun [n. 1953] e a arqueologia da arquitetura em Espanha, leia-se Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Arqueología de la Arquitectura en España”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 27-38. Para Luís Caballero, ver supra, p. 175.

<sup>822</sup> Jacinta BUGALHÃO, “A arqueologia portuguesa nas últimas décadas”, *Arqueologia & História*, n.º 60-61, 2008-2009, p. 39.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

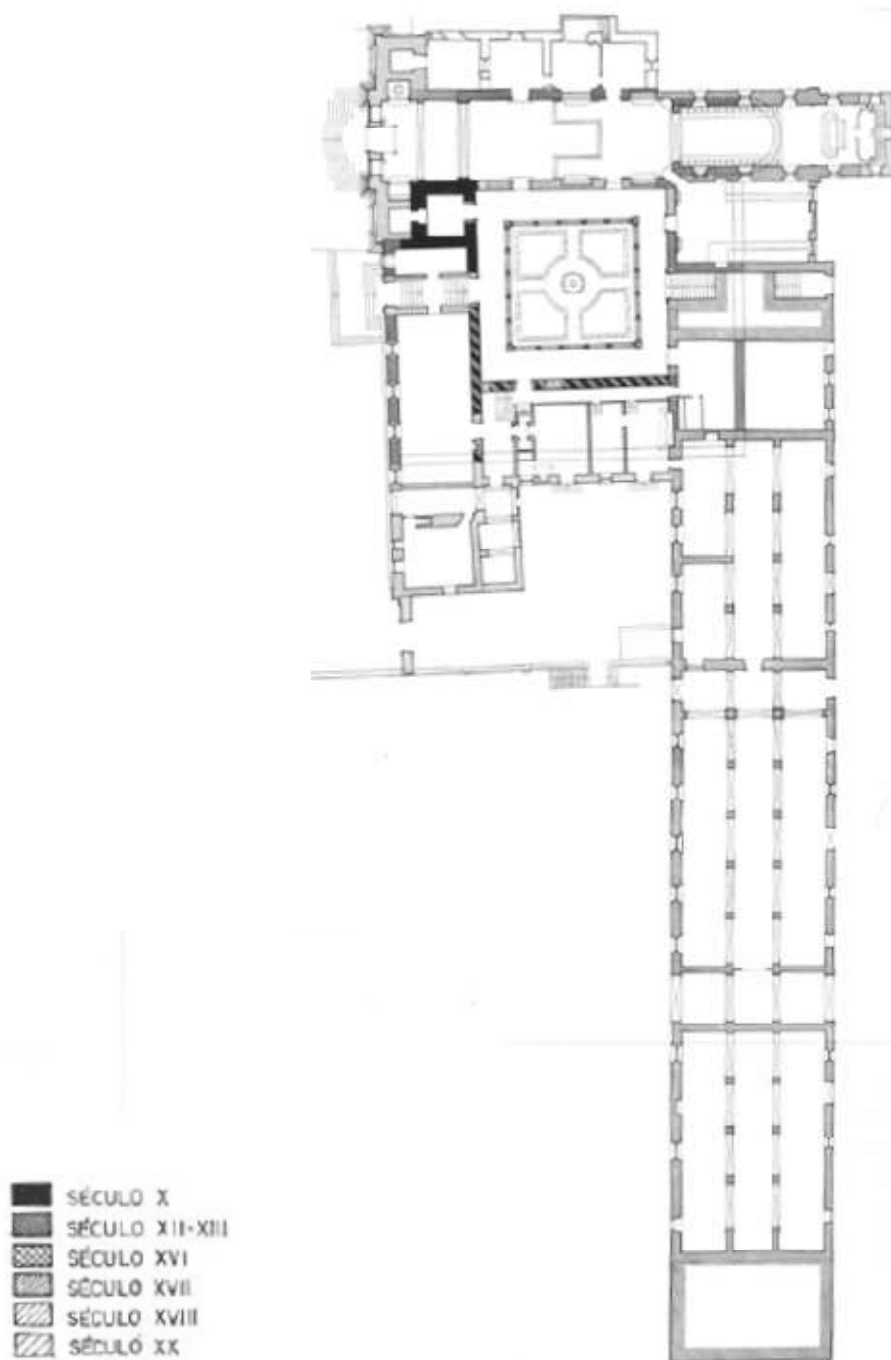


fig. 36. convento da Costa, Guimarães, Portugal  
(demarcação das diferentes fases de construção sobre planta)

Manuel Luís REAL, *O convento da Costa*, 1981, fig. 19

proliferação de trabalhos<sup>823</sup>, enquanto nos ‘centros históricos’ do país, impulsionadas pelo crescente financiamento da CEE, a que Portugal aderira em 1986, se multiplicavam as obras de reabilitação<sup>824</sup>. Até finais dos anos de 1990, os fundos provenientes da CEE já representavam 43% do investimento da tutela para reabilitação do património arquitetónico em Portugal<sup>825</sup>. A gradual transposição para a legislação nacional de diretivas comunitárias, incluindo precauções na alteração “dos patrimónios construído e arqueológico”, no entanto, vinculava a reabilitação urbana a estudos prévios de arqueologia<sup>826</sup>. O aumento exponencial da reabilitação arquitetónica, a obrigatoriedade de estudos de impacto patrimonial e o custeamento privado das medidas de salvaguarda arqueológica multiplicaram as intervenções arqueológicas nos ‘centros históricos’ do país<sup>827</sup>. Prosperou então em Portugal a chamada arqueologia preventiva, cujo custeamento, “por conta do proprietário” dos imóveis protegidos<sup>828</sup>, abriu, por sua vez, espaço para a arqueologia empresarial.

<sup>823</sup> Em consequência da mediática descoberta da arte rupestre de Foz Côa, da criação do Instituto Português de Arqueologia, da reformulação curricular para licenciaturas e mestrados em arqueologia, da ratificação de diretivas comunitárias para o ordenamento jurídico português, da proliferação de empresas de arqueologia e da fundação da Associação Profissional de Arqueólogos. Pedro C. CARVALHO, “Da lei à prática na arqueologia urbana portuguesa”, *Arqueologia a serviço das cidades*, ed. Scott Joseph Allen, Maria de Conceição Lopes, Carlos Etchevarne, Recife, Editora Universitária, 2013, p. 161-162. Ver gráfico 7.

<sup>824</sup> Paulo PEREIRA, “Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. V, p. 261-280, 2ª ed., 2011, p. 269. Ver gráfico 21, p. 420.

<sup>825</sup> AAVV., *Património, Balanço e perspectivas [2000-2006]*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, p. 31. Sobre a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, CEE, leia-se, por todos, Miguel Mattos CHAVES, *As negociações de adesão de Portugal à CEE*, Coimbra, Almedina, 2013.

<sup>826</sup> A obrigatoriedade de estudos prévios para licenciamento de projetos urbanos que se considerassem “susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente”, foi transposta para a legislação portuguesa, em 1990, a partir da diretiva comunitária 85/337/CEE. Decreto-Lei n.º 186/90 de 6 de junho de 1990, *Diário da República*, n.º 130/1990, série I, Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa, Imprensa Nacional, 1990, p. 2462, 2463, art. 2º, 3º; Decreto Regulamentar n.º 38/90 de 27 de novembro de 1990, *Diário da República*, n.º 274/1990, série I, Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa, Imprensa Nacional, 1990, p. 4867, art. 2º, c); Diretiva 85/337/CEE de 27 de junho de 1985, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 175/40, Bruxelas, Comunidade Económica Europeia, cap. 15, fasc. 6, 1985, p. 10, art. 3º.

<sup>827</sup> Pedro C. CARVALHO, “Da lei à prática na arqueologia urbana portuguesa”, *Arqueologia a serviço das cidades*, ed. Scott Joseph Allen, Maria de Conceição Lopes, Carlos Etchevarne, Recife, Editora Universitária, 2013, p. 161-162.

<sup>828</sup> Lei n.º 13/85, de 6 de julho de 1985, *Diário da República*, n.º 153/1985, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 1867, título II, subtítulo I, cap. I, secção I, art. 15º.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

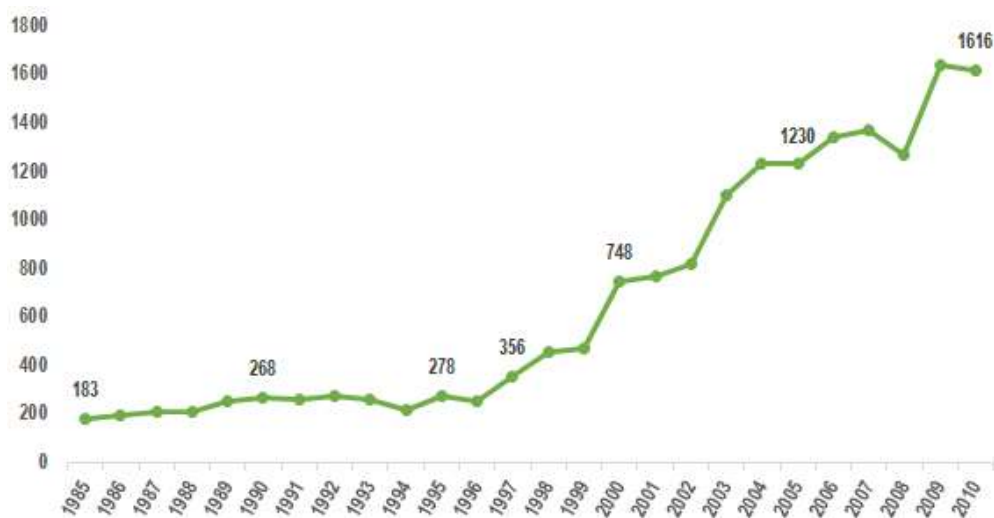


gráfico 7

Autorizações para trabalhos arqueológicos pelas diferentes instituições tutelares, estimados a partir da base de dados Portal do Arqueólogo (em valor absoluto), entre os anos de 1985 e 2010

Jacinta Bugalhão, *A arqueologia portuguesa*, 2008-2009, p. 22

Consolidava-se a arqueologia em Portugal, aliando-se a políticas municipais e comunitárias de regeneração urbana, cada vez mais orientadas para a valorização do património arquitetónico e arqueológico<sup>829</sup>, como bem exemplifica a preponderância que assumiu nos programas de requalificação dos bairros históricos de Lisboa, ao longo da década de 1990<sup>830</sup>.

No domínio da arqueologia em contexto de reabilitação urbana, a última década do século XX haveria de ficar marcada, de resto, pela Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, assinada em Malta, em 1992<sup>831</sup>. Promovido pelo Conselho da Europa, o diploma maltês designou “*structures, constructions, groups of buildings*” como património arqueológico<sup>832</sup>, tornando-se um dos primeiros convénios internacionais a reconhecer o edificado do passado especificamente como património arqueológico. Estabelecendo a proteção legal do património arqueológico construído como responsabilidade dos membros do Conselho, o tratado comprometia juridicamente os Estados signatários, incluindo Portugal, que o sancionou em 1997<sup>833</sup>. Sem surpresa, a lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural portuguesa, decretada quatro anos depois, incluiria também sob alçada do património arqueológico as “estruturas, construções, [e os] agrupamentos arquitectónicos”<sup>834</sup>.

Esvaziado das suas competências nas mais variadas áreas culturais, o Instituto Português do Património Cultural, IPPC, deu lugar, em 1992, ao Instituto Português do

---

<sup>829</sup> A Lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo de 1999, por exemplo, decretou, para o ordenamento das cidades portuguesas, “medidas indispensáveis à *protecção e valorização*” do “património *arquitectónico e arqueológico*”. Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro de 1999, *Diário da República*, n.º 222/1999, série I-A, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 6594-6595, cap. I, secção II, subsecção I, art. 10º, 15º.

<sup>830</sup> Francisco Sande LEMOS, “Arqueologia urbana em Portugal: A cidade, o poder e o conhecimento”, *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 248.

<sup>831</sup> Na sequência da Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico, a Carta de Lausanne, aprovada pelo ICOMOS em 1990, mas de eficácia jurídica mais limitada. ICOMOS, “Charter for the protection and management of the archaeological heritage”, [www.icomos.org](http://www.icomos.org) [a 11 de junho de 2020].

<sup>832</sup> Council of Europe, “European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage”, [www.coe.int](http://www.coe.int), art. 1º, ¶ 3 [a 12 de junho de 2020].

<sup>833</sup> A ratificação da Carta de Malta obrigava Portugal a reconhecer as “estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos (...) e monumentos de outra natureza”, como património arqueológico. Decreto do Presidente da República nº74/97 de 16 de dezembro de 1997, *Diário da República*, n.º 289/1997, série I-A, Presidência da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997, p. 6624, 6634, art. 1º.

<sup>834</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5813-5821, título VII, cap. II, art. 74º, ¶ 2.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Património Arquitetónico e Arqueológico, IPPAR<sup>835</sup>, circunstância que marcou também sobremaneira o universo do património arqueológico e arquitetónico na década de 1990. Assistido regionalmente por Direções Regionais, ao novo IPPAR competia a autorização, promoção e fiscalização das obras em imóveis classificados, assim como de “trabalhos em monumentos ou estações arqueológicas”<sup>836</sup>, sobrepondo-se à Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, DGEM, que assim se via ainda mais diminuída nas suas competências<sup>837</sup>. Quando, em 1995, um projetista invocou a “capacidade evolutiva” da rua Ferreira Borges de Coimbra para propor alterações substanciais à fachada de um edifício, por exemplo, foi o IPPAR, que já havia condicionado a obra à presença de um arqueólogo, ainda que apenas durante a “remoção de terras”, que reprovou o projeto. Meses depois seria o mesmo IPPAR a aprovar o projeto, já devidamente redesenhado, tendo a decisão sido meramente comunicada à DGEMN<sup>838</sup>.

Ainda que pautado por grande autonomia e atividade<sup>839</sup>, e tutelado desde 1995 pelo novo Ministério da Cultura, cuja criação revelava só por si uma efetiva valorização dos objetos tutelados<sup>840</sup>, o IPPAR não deixou de inaugurar, porém, uma fase de desequilíbrio na tutela patrimonial, pendendo para o favorecimento institucional e financeiro do património arquitetónico, em detrimento do património arqueológico<sup>841</sup>. Cabendo ao Departamento de Projetos e Obras do IPPAR a promoção e a fiscalização

---

<sup>835</sup> Pedro VAZ, *Edificar no património: Pessoas e paradigmas na conservação & restauro*, Lisboa, Edições 70, 2019, p. 368.

<sup>836</sup> Direções Regionais do Porto, Coimbra e Évora. Decreto-Lei n.º 106-F/92 de 1 de junho de 1992, *Diário da República*, n.º 126/1992, 1º suplemento, série I-A, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2648(31), 2648(33), cap. II, art. 11º e 12º.

<sup>837</sup> Paulo PEREIRA, “Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. V, p. 261-280, 2ª ed., 2011, p. 262.

<sup>838</sup> Processo DRCC (94)06.03/11, *Remodelação de edifício sito na Rua Ferreira Borges, n.º 36 a 40 e Praça do Comércio, n.º 72 a 73, em Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios 4 de fevereiro de 1994, 19 de janeiro, 29 de março, 30 de agosto e 20 de setembro de 1995.

<sup>839</sup> Só na segunda metade da década de 1990, o IPPAR emitiu cerca de 18 500 pareceres sobre projetos de afetação ao património arqueológico e arquitetónico. AAVV., *Património, Balanço e perspectivas [2000-2006]*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, p. 78.

<sup>840</sup> Pedro C. CARVALHO, “Da lei à prática na arqueologia urbana portuguesa”, *Arqueologia a serviço das cidades*, ed. Scott Joseph Allen, Maria de Conceição Lopes, Carlos Etchevarne, Recife, Editora Universitária, 2013, p. 161; Decreto-Lei n.º 42/96 de 7 de maio de 1996, *Diário da República*, n.º 106/1996, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1996, p. 1050, cap. I, art. 2º, ¶ 3 b), c).

<sup>841</sup> Vítor Oliveira JORGE, Susana Oliveira JORGE, “Theoretical underpinnings of Portuguese archaeology in the twentieth century”, *Theory in archaeology, A world perspective*, ed. Peter J. Ucko, Londres, Routledge, 1995, p. 253-254; A arqueologia foi, sob tutela do IPPAR, secundarizada, por exemplo, através da extinção dos Serviços Regionais de Arqueologia. António Carlos SILVA, “Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996), cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico”, *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 310.

de intervenções em imóveis protegidos, as obras de restauro e de reabilitação, contudo, decorriam sem que fossem obrigatórios acompanhamentos arqueológicos<sup>842</sup>. Ainda assim, as primeiras experiências portuguesas em arqueologia da arquitetura não deixaram de decorrer proximamente ao IPPAR. A arqueóloga Maria de Magalhães Ramalho, por exemplo, promoveu leituras estratigráficas da arquitetura no convento de São Francisco de Santarém a partir de 1992, no âmbito de uma intervenção promovida pelo IPPAR, de que era à época técnica superior<sup>843</sup>. Também durante a reabilitação do mosteiro de São Martinho de Tibães, cujo dono de obra era o próprio IPPAR, se efetuaram em 1992 análises da estratigrafia edificada, por iniciativa de Luís Fontes e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho<sup>844</sup>. De igual modo, foi por iniciativa de técnicos do IPPAR que se promoveram os primeiros trabalhos de arqueologia da arquitetura em Coimbra, sob influência das escolas espanhola e italiana. No mosteiro de Santa Clara-a-Velha, por exemplo, já se faziam, desde 1998, leituras estratigráficas de rebocos. “Tivemos conhecimento dos trabalhos que eram desenvolvidos em Espanha, pela equipa do professor [Luis Caballero] Zoreda, e alguns também de Itália, através da Maria [de Magalhães] Ramalho, que participou nos trabalhos”, esclarece Paulo César Santos, à época alocado ao cenóbio conimbricense, enquanto técnico superior do IPPAR<sup>845</sup>. Legalmente isentos os projetos da obrigatoriedade de trabalhos arqueológicos, estas experiências decorriam, porém, da determinação pessoal dos técnicos envolvidos, que consideravam já a arqueologia da arquitetura como um instrumento capaz de proporcionar aos projetistas informações

---

<sup>842</sup> Ainda em 1996 se lamentava que um número considerável de intervenções arquitetónicas fosse conduzido, mesmo em imóveis classificados ou em zonas de proteção, sem que se assegurassem os adequados estudos histórico-arqueológicos, como terão sido os casos do castelo de Alcácer do Sal, do convento de São Francisco de Beja ou do castelo do Alvito. Maria de Magalhães RAMALHO, “A arqueologia na intervenção dos edifícios históricos ou a arqueologia da arquitectura”, *Al Madan*, II série, n.º 5, 1996, p. 53-54.

<sup>843</sup> Maria de Magalhães RAMALHO, “Práxis em arqueologia da arquitectura”, *Promontoria*, ano 9, n.º 9, 2011, p. 12.

<sup>844</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, André Manuel Paes MACHADO, Sofia Barroso CATALÃO, “Experiências em arqueologia da arquitectura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 3, 2004, p. 176; Maria de Magalhães RAMALHO, “Práxis em arqueologia da arquitectura”, *Promontoria*, ano 9, n.º 9, 2011, p. 13.

<sup>845</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021. Arqueólogo, Paulo César Santos [n. 1969] foi técnico superior nas Direções Regionais de Coimbra do IPPAR, entre 1995 e 2006, e do IGESPAR, entre 2006 e 2010, bem como na Direção Regional de Cultura do Centro da Direção-Geral do Património Cultural, entre 2012 e 2021. Diretor do Museu de Aveiro, entre 2011 e 2012, desempenha atualmente funções no Museu Nacional de Machado de Castro.



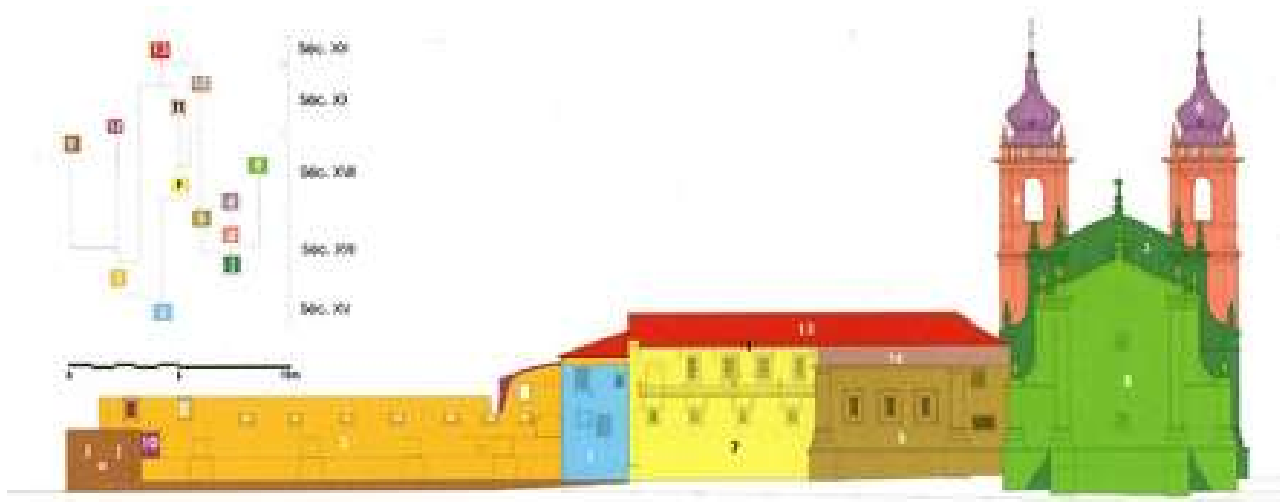


fig. 37. mosteiro de São Martinho de Tibães, Portugal  
(leitura estratigráfica da fachada nascente)

Luís Fernando de Oliveira FONTES, *Experiências portuguesas*, 2006, fig. 2

crucias ao desenvolvimento adequado da intervenção arquitetónica. “Entendi que não bastavam as escavações, mas que era preciso fazer muito mais”, recorda Luís Fontes<sup>846</sup>.

Reorganizado em 1997, o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, IPPAR, à época com apenas cinco anos de existência, deu no entretanto lugar ao Instituto Português de Arqueologia, IPA, e ao Instituto Português do Património Arquitetónico, IPPAR. As tutelas dos bens arqueológicos e arquitetónicos, que desde a fundação do IPPC em 1980 se encontravam reunidas sob uma só instituição, voltavam à jurisdição de duas direções distintas. Não obstante, embora os projetos afetos a bens arqueológicos carecessem de parecer vinculativo do IPA, o primeiro a reconhecer o “estado incipiente” da arqueologia nacional, o novo IPPAR não deixava de assegurar a administração de todos os bens imóveis, incluindo os arqueológicos<sup>847</sup>. Ainda que o novo modelo pretendesse autonomizar o sector da arqueologia, a indefinição de fronteiras de atuação e a sobreposição de competências geraram sucessivos conflitos entre IPA e IPPAR<sup>848</sup>. Enquanto se repartia a administração dos patrimónios arqueológico e arquitetónico, invertendo a política de centralização que em 1980 havia originado o IPPC, multiplicavam-se os decisores na gestão dos bens arqueológicos, não sem graves consequências para a arqueologia urbana nacional, que rapidamente viu a prática de salvamento sobrepor-se aos projetos de investigação<sup>849</sup>.

À luz do novo regulamento de trabalhos arqueológicos de 1999, por conseguinte, todas as atividades arqueológicas passaram a ser obrigatoriamente autorizadas pelo IPA, ainda que como trabalhos arqueológicos se previssem apenas “*prospecções, acções de registo, levantamentos (...), sondagens e escavações arqueológicas*”, isentando-se de quaisquer referências ao património arquitetónico, à época sob tutela distinta do IPPAR. Considerava ainda assim todas as ações que

<sup>846</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

<sup>847</sup> Decreto-Lei n.º 117/97 de 14 de maio de 1997, *Diário da República*, n.º 111/1997, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997, p. 2352; Decreto-Lei n.º 120/97 de 16 de maio de 1997, *Diário da República*, n.º 113/1997, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997, p. 2422, cap. I, art. 2º c).

<sup>848</sup> António Carlos SILVA, “Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996), cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico”, *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 312. Direções Regionais de Vila Real, Porto, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Évora e Faro. Decreto-Lei n.º 120/97 de 16 de maio de 1997, *Diário da República*, n.º 113/1997, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997, p. 2429, 2430, cap. III, art. 24º.

<sup>849</sup> Francisco Sande LEMOS, “A lei e a arqueologia urbana”, *Praxis Archeologica*, n.º 1, 2006, p. 16-17.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

visassem “a *detecção*, o estudo, a salvaguarda e valorização de bens do património arqueológico”<sup>850</sup>, que desde a ratificação portuguesa da Carta de Malta, dois anos antes, deveria inequivocamente incluir também o património arquitetónico. Na prática, competia ao IPA autorizar e fiscalizar os trabalhos arqueológicos, muito embora fosse o IPPAR que, em edifícios localizados em zonas de proteção, emitisse as condicionantes de arqueologia. Quando em 1997 deu entrada na Câmara Municipal de Coimbra um projeto para remodelação de um prédio na couraça de Lisboa, por exemplo, foi a Direção Regional de Coimbra do IPPAR que condicionou a obra ao acompanhamento arqueológico da “remoção de terras e aberturas de valas”, limitando-se o IPA a autorizar ulteriormente o plano proposto para os trabalhos de arqueologia<sup>851</sup>.

3.3.

**sob uma só égide:**

**de 2001 aos dias de hoje**

Acompanhando a tendência de crescimento da prática arqueológica nacional<sup>852</sup>, o século XXI iniciou-se em Portugal com uma nova lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, decretada em 2001<sup>853</sup>. O património imóvel, seguindo de perto a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, ratificada por Portugal em 1979<sup>854</sup>, continuava a corresponder às categorias de “monumento, conjunto ou sítio”, assim como a manter o estatuto “de

---

<sup>850</sup> Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de julho de 1999, *Diário da República*, n.º 163/1999, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1999, p. 4412, anexo I, art. 1º.

<sup>851</sup> Processo DRCC (98) 06.03/11, *Remodelação de um prédio na couraça de Lisboa*, n.º 35, Coimbra, Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios 19 de março de 1998, 27 de janeiro de 2003 e 14 de junho de 2006.

<sup>852</sup> O número de trabalhos arqueológicos autorizados passou de 356, em 1997, para 748, em 2000. Em 2010 eram já autorizados 1616 trabalhos arqueológicos. Estimativa calculada a partir da base de dados Endovélico, criado em 1995 pelo então IPPAR, in Jacinta BUGALHÃO, “A arqueologia portuguesa nas últimas décadas”, *Arqueologia & História*, n.º 60-61, 2008-2009, p. 22. Ver gráfico 7, p. 318.

<sup>853</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5808-5829, atualmente em vigor.

<sup>854</sup> Ver supra, p. 221.

interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal”. Ao declarar os trabalhos de “demolição ou modificação de construções” suscetíveis de autorização pelas autoridades competentes no domínio da arqueologia, o Estado chamava agora a si, porém, a responsabilidade pela avaliação do “risco de destruição ou deterioração de bens culturais” e pelas respetivas “medidas de *protecção*”. Mas considerando trabalhos arqueológicos as escavações, prospeções ou “outras investigações”, que tivessem por finalidade “a descoberta (...) do património arqueológico”, tanto no solo como em “estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos”, a nova legislação, para além do mais, salvaguardava a necessidade de investigações arqueológicas em arquitetura, que agora indubitavelmente reconhecia como vestígio arqueológico<sup>855</sup>. Neste sentido, a lei de bases de 2001 parece ter superado a Carta de Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, lavrada em Cracóvia, no ano anterior, que, muito embora definisse o património arquitetónico como “*dialéctica* entre os diferentes momentos históricos”, e ainda que exigindo o respeito por “todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos”, continuava a remeter o património arqueológico exclusivamente ao universo dos trabalhos de escavação<sup>856</sup>.

Não obstante a ambição legislativa da nova lei de bases e a multiplicação de trabalhos experienciada pelo sector, a arqueologia urbana portuguesa conheceu por meados da década de 2000 um período de crise administrativa. Mercantilizada e, na prática, desprovida de fiscalização eficaz, a atividade arqueológica lidava em arena confusa, no centro da qual a lei, recém-criada e em parte revogada por diplomas posteriores, tinha dificuldades em afirmar-se<sup>857</sup>. No domínio da reabilitação urbana, a situação agravava-se, porque os ‘centros históricos’, definidos por diplomas municipais de gestão territorial ou pelo somatório de zonas de proteção centralmente estabelecidas, encontravam-se tutelados pelo IPPAR, que remetia a fiscalização dos

<sup>855</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. p. 5814-5825, título IV, art. 15º e 16º, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 40º, título VII, cap. II, art. 74º, ¶ 2, art. 76º, ¶ 3 a), art. 77º ¶ 1, art. 79º, ¶ 3.

<sup>856</sup> Conferência Internacional sobre Conservação, “Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído”, *www.patrimoniocultural.gov.pt*, trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, 2000, ¶ 1, 3, 5 e 6 [a: 23 de fevereiro de 2022]. Uma vez que aparentemente não encontrou reflexos na legislação nacional, não obstante a sua redação ter contado com a colaboração de Elísio Summavielle, mais tarde nomeado diretor do Instituto Português do Património Arquitectónico, IPPAR, o verdadeiro alcance do convénio polaco na gestão patrimonial em Portugal permanece por averiguar. Despacho Conjunto n.º 1020/2005 de 14 de novembro de 2005, *Diário da República*, n.º 226/2005, série II, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 2005, p. 16429-16430.

<sup>857</sup> Jacinta BUGALHÃO, “A arqueologia portuguesa nas últimas décadas”, *Arqueologia & História*, n.º 60-61, 2008-2009, p. 40; Francisco Sande LEMOS, “A lei e a arqueologia urbana”, *Praxis Archeologica*, n.º 1, 2006, p. 17.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

trabalhos arqueológicos para um IPA cada vez mais enfraquecido. Indexada a projetos de reabilitação arquitetónica, a arqueologia da arquitetura conheceu os primeiros avanços em Portugal, por conseguinte, no seio do IPPAR. Alavancado pelas primeiras experiências no convento de São Francisco de Santarém e no mosteiro de São Martinho de Tibães<sup>858</sup>, o IPPAR havia já organizado em 1999, de resto, o primeiro convénio da especialidade no país. Convocando para junto da jovem arqueologia da arquitetura portuguesa a experiência espanhola, *Património arquitetónico, análise arqueológica da arquitectura e métodos de registo*, a primeira apresentação pública oficial sobre o método em Portugal, contou, entre outros especialistas, com Luís Caballero e com Agustín Azkarate<sup>859</sup>.

Foi, para mais, através de protocolos com o IPPAR que a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, por exemplo, conduziu neste período alguns estudos seminais de arqueologia da arquitetura, sobretudo em edifícios religiosos e no âmbito de projetos de reabilitação, como no mosteiro de Santo André de Rendufe, entre 2001 e 2006, na igreja Velha de São Mamede de Felgueiras, entre 2004 e 2005, ou ainda, em colaboração com Luís Caballero, na igreja de São Gião da Nazaré, em 2002, de resto “a primeira vez que a tutela [IPPAR] institucionalmente solicitou um estudo de arqueologia da arquitetura para um monumento à sua guarda”<sup>860</sup>. Seguindo de perto as estratégias institucionais neste domínio, arqueólogos contratados e empresas de arqueologia começaram também por este período a promover análises estratigráficas de conjuntos edificados em ‘centros históricos’, para minimização de impactos arqueológicos e patrimoniais decorrentes de intervenções de reabilitação urbana. No ‘centro histórico’ de Lagos, por exemplo, a empresa Neoépica iniciou em 2005 a leitura estratigráfica integral de um quarteirão adjacente à rua General Alberto

---

<sup>858</sup> Ver supra, p. 233.

<sup>859</sup> Conferência proferida no Palácio Nacional da Ajuda, sede do IPPAR, a 27 de abril de 1999. Maria de Magalhães RAMALHO, “Os primeiros passos da arqueologia da arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 3, 2004, p. 149. Sobre Caballero e Azkarate, ver supra, p. 165 e 227.

<sup>860</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, André Manuel Paes MACHADO, Sofia Barroso CATALÃO, “Experiências em arqueologia da arquitectura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 3, 2004, p. 173-180; Luís Fernando de Oliveira FONTES, “Experiências portuguesas em arqueologia da arquitectura”, *Estudos/Património*, n.º 9, 2006, p. 51-53; Maria de Magalhães RAMALHO, “Os primeiros passos da arqueologia da arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 3, 2004, p. 149; Luís CABALLERO ZOREDA, Fernando ARCE SÁINZ, Maria de los Ángeles UTRERO AGUDO, “São Gião de Nazaré (Portugal), Un tipo originla de iglesia”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 2, 2003, p. 75.

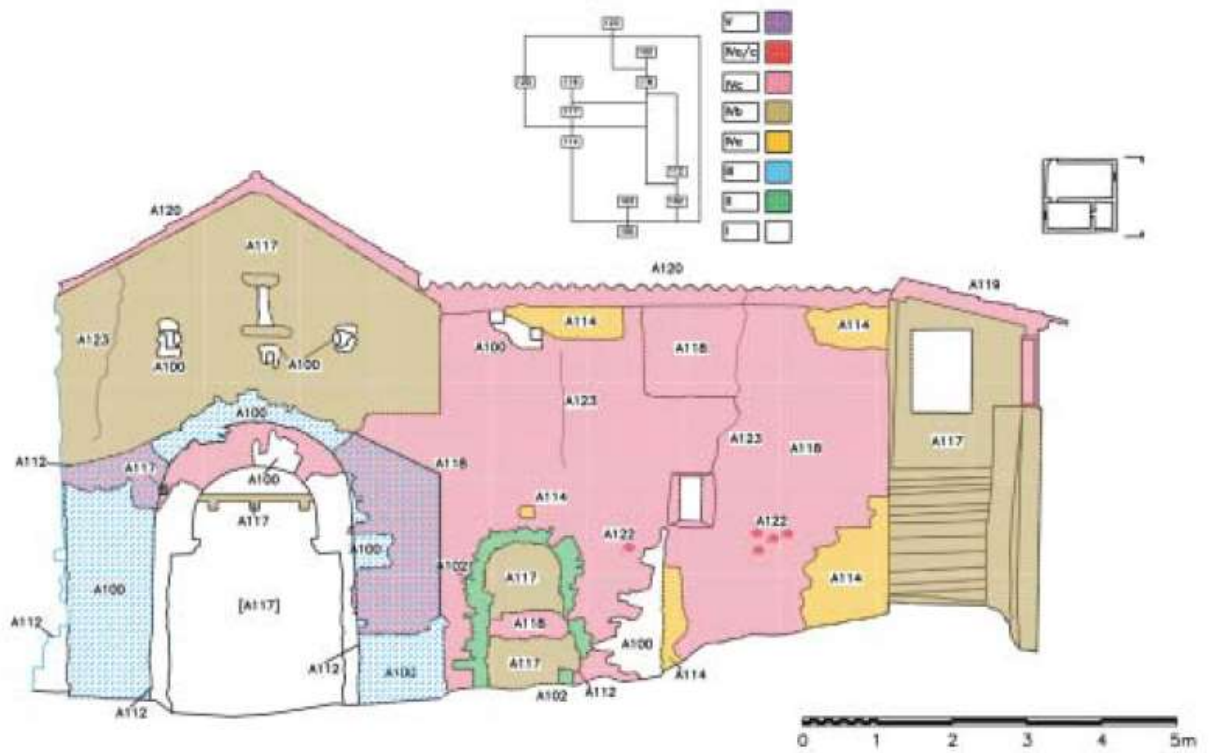


fig. 38. igreja de São João da Nazaré, Portugal  
(leitura estratigráfica do alçado exterior este)

Luis CABALLERO ZOREDA *et alli*, *São João de Nazaré (Portugal)*, 2003, p. 76, fig. 1

para uma arqueologia crítica da arquitetura

da Silveira, cujas demolição e reconstrução se encontravam previstas<sup>861</sup>. Também em Coimbra se promoviam já por esta época algumas leituras estratigráficas do edificado, como no caso do edifício da antiga livraria Coimbra Editora, na rua Ferreira Borges, em que parte das estruturas, postas a descoberto durante trabalhos de reabilitação, foram estratigraficamente interpretadas, ainda no ano de 2003<sup>862</sup>.

Todavia, este era também o tempo em que a arqueologia da arquitetura, parca em reconhecimento científico, técnicos habilitados e moldura legal específica, enfrentava ainda dificuldades em afirmar-se, com “graves perdas”, dado o crescimento exponencial do número de projetos de reabilitação, para o conhecimento e a salvaguarda do património edificado nacional<sup>863</sup>. Mesmo a nível institucional, e não obstante as iniciativas promovidas pelo IPPAR, mantinha-se escassa a adesão à nova disciplina. No ‘centro histórico’ de Coimbra, 39% dos 89 pareceres emitidos pela tutela para obras com afetação ao edificado entre 2001 e 2005, escusavam o promotor de quaisquer condicionantes de arqueologia acima do solo<sup>864</sup>. De entre os trabalhos de arqueologia efetivamente realizados neste período, apenas nove contaram com algum tipo de análise ao edificado, como a interpretação de técnicas e de materiais construtivos, e destes, apenas um contou com uma efetiva leitura estratigráfica de estruturas construídas. Se Portugal contava já com um IPPAR que incentivava experiências e formação, na prática, e não obstante as especificações da lei de bases de 2001, a emissão de pareceres com condicionantes de arqueologia da arquitetura no âmbito de obras com afetação ao edificado, também uma prerrogativa do IPPAR, manteve-se até meados da década, portanto, minoritária. Em resposta aos pareceres do IPPAR que de facto condicionavam as obras a trabalhos de arqueologia do

---

<sup>861</sup> Raquel SANTOS, “Arqueologia da arquitectura: Perspectivas metodológicas”, *Promontoria*, ano 9, n.º 9, 2011, p. 46-47.

<sup>862</sup> Processo DRCC (2001) 06.03/44, *Edifício Coimbra Editora, rua Ferreira Borges, n.º 71-73*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, Relatório Final de Trabalhos de Arqueologia, aprovado por ofício de 11 de setembro de 2003.

<sup>863</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, André Manuel Paes MACHADO, Sofia Barroso CATALÃO, “Experiências em arqueologia da arquitectura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho”, *Arqueologia de la Arquitectura*, n.º 3, 2004, p. 182.

<sup>864</sup> Entre a publicação da lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, em 2001, e a criação do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IGESPAR, em 2006. ‘Centro histórico’ de Coimbra *grasso modo* definido pelas áreas da Alta Universitária, Alta, Baixa e rua da Sofia, num total de 132 largos e arruamentos, incluindo partes das áreas classificadas como Património Mundial e das áreas de proteção, zona 1A, 2A e 2B, conforme regulamento aprovado pela Câmara Municipal de Coimbra em janeiro de 2012 e publicado em Diário da República em fevereiro do mesmo ano. Aviso n.º 2129/2012 de 10 de fevereiro de 2012, *Diário da República*, n.º 30/2012, série II, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5089-5096, 2012. Ver gráfico 8. Ver cartas 1 e 2, incluindo lista de ruas selecionadas.

# carta 1

áreas afetas ao Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística na candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO

Universidade de Coimbra, *Universidade de Coimbra - Alta e Sofia, Regulamento do Bem*, [www.uc.pt](http://www.uc.pt)



áreas património mundial  
área de proteção

zona 1A  
zona 1B

zona 2A  
zona 2B

zona C

400 m





## carta 2

área considerada 'centro histórico' de Coimbra para efeitos do presente estudo

o autor



400 m



## carta 2

arruamentos considerados como parte do 'centro histórico' de Coimbra para efeitos do presente estudo

### Baixa

Rua do Carmo

Terreiro da Erva

Adro de Santa Justa

Rua Direita

Rua da Sofia (n.º ímpares, 33 a 129)

Beco do Fanado

Beco São Boaventura

Rua Nova

Travessa da Rua Nova

Travessa do Marmeleiro

Terreiro do Marmeleiro

Rua do Moreno

Rua do Arco do Ivo

Beco do Castilho

Rua da Nogueira

Rua Padre Olaio

Rua João Cabreira

Rua Beco do Bacalhau

Largo das Olarias

Rua da Moeda

Praça 8 de Maio

Rua da Louça

Rua do Corvo

Largo do Poço

Largo da Maracha

Rua Eduardo Coelho

Rua da Fornalhinha

Largo da Freiria

Rua das Padeiras

Rua Velha

Travessa da Rua Velha

Rua do Almoxarife

Rua do Paço do Conde

Avenida Fernão de Magalhães (n.º pares, 2 a 72)

Rua Adelino Veiga

Beco da Rua Adelino Veiga

Rua Visconde da Luz

Praça Velha/do Comércio

Escadas de Santiago

Rua das Rãs

Rua do Poço

Rua do Terreiro do Mendonça

Terreiro do Mendonça

Travessa das Canivetas

Beco das Canivetas

Beco de Santa Maria

Rua das Azeiteiras

Rua da Sota

Largo da Sota

Adro Baixo

Beco dos Prazeres

Largo do Romal

Beco da Boa União

Beco dos Esteireiros

Beco do Romal

Adro de Cima

Rua dos Gatos

Travessa dos Gatos

Rua Sargento Mor

Rua Ferreira Borges

Largo da Portagem

## carta 2

arruamentos considerados como parte do 'centro histórico' de Coimbra para efeitos do presente estudo

### Alta

Rua Martins de Carvalho (n.º pares, 2 a 80)

Rua do Colégio Novo

Rua Corpo de Deus

Pátio Vitória

Rua Sobre Ribas

Rua dos Coutinhos

Largo da Sé Velha

Rua do Quebra Costas

Beco de Cima

Beco da Imprensa

Rua do Arco de Almedina

Rua António de Aguiar

Rua Fernandes Thomas

Beco das Cruzes

Rua da Estrela

Couraça da Estrela

Rua das Esteirinhas

Beco das Amoreiras

Couraça de Lisboa

Travessa da Couraça de Lisboa

Rua do Loureiro

Travessa do Loureiro

Rua João Jacinto

Beco de São Marcos

Rua da Cerca

Couraça dos Apóstolos

Travessa da Esperança

Beco da Anarda

Beco do Lareiro

Rua da Matemática

Travessa da Matemática

Travessa da Matemática

Rua das Flores

Rua de São Salvador

Largo de São Salvador

Travessa de São Salvador

Rua do Cabido

Travessa do Cabido

Rua da Boa Vista

Rua Borges de Carneiro

Largo Dr. José Rodrigues

Rua do Norte

Travessa da Rua do Norte

Paço das Escolas / Via Latina / Porta Férrea

Rua da Ilha

Beco da Carqueja

Rua de São Cristóvão

Beco de São Cristóvão

Palácio dos Confusos

Rua Dr. Guilherme Moreira

Rua José Falcão

Travessa da Trindade

### Sofia

Rua da Sofia (n.º pares e Palácio da Justiça)

Azinhaga do Carmo (até cerca de São Bernardo)

Cerca de São Bernardo

Pátio de São Bernardo

Pátio da Inquisição

Rua Pedro Rocha (todos, exceto n.º 2 a 10)

Rua de Montarroio (apenas edifício PSP)

## carta 2

arruamentos considerados como parte do 'centro histórico' de Coimbra para efeitos do presente estudo

Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes

(até ao Jardim da Manga)

Jardim da Manga

### **Alta Universitária**

Rua Inácio Duarte

Couça dos Apóstolos (todos, exceto 1 a 45)

Largo Marquês de Pombal

Rua dos Estudos

Largo da Sé Nova / Feira dos Estudantes

Praça de D. Dinis

Rua Arco da Traição

Rua de São Pedro

Rua Larga

Largo da Porta Férrea

para uma arqueologia crítica da arquitetura

edificado, os planos de trabalho apresentados pelas equipas de arqueologia, submetidos à aprovação de um IPA enfraquecido, só excepcionalmente previam leituras estratigráficas da arquitetura, demonstrando, por outro lado, como por este período se encontravam ainda pouco disseminados entre os técnicos da tutela e entre a comunidade arqueológica os métodos e os objetivos da arqueologia aplicada à arquitetura. Ainda que algumas vozes, como a da arqueóloga Maria de Magalhães Ramalho, se erguessem em defesa da aplicação da arqueologia da arquitetura, como via para a preservação da autenticidade do edificado histórico sob reabilitação<sup>865</sup>, a institucionalização e a normatização da sua prática em Portugal nos primeiros anos do século XXI não podia deixar, por conseguinte, de ocorrer lenta e circunstancialmente.

Na tentativa de sanar os conflitos decorrentes da indefinição de fronteiras de atuação e da sobreposição de competências entre IPPAR e IPA, surgiu em 2006 o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IGESPAR, congregando as competências de ambos os institutos, mas também as remanescentes atribuições administrativas da DGEMN, que, esvaziada de todas as suas funções, seria extinta no ano seguinte<sup>866</sup>. A gestão, salvaguarda, conservação e valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico voltavam a reunir-se sob a tutela de um só organismo. Os projetos “em imóveis e sítios classificados, ou em vias de classificação, bem como nas *respectivas* zonas de *protecção*” deveriam ser aprovados em exclusivo, como tal, pelo IGESPAR<sup>867</sup>. No ano seguinte, contudo, um conjunto de decretos regulamentares vieram condicionar profundamente a atuação do recém-criado instituto, subtraindo-lhe, por exemplo, o “acompanhamento das *acções*” de salvaguarda “do património *arquitectónico* e arqueológico”, que transitou para as Direções Regionais de Cultura, diretamente tuteladas pelo Ministério da Cultura<sup>868</sup>. Enquanto a fiscalização competia às Direções Regionais, ao IGESPAR cabia a autorização das medidas que resultassem necessárias “para a *protecção* do

---

<sup>865</sup> Por exemplo *in* Maria de Magalhães RAMALHO, “Arqueologia da arquitectura, O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico”, *Estudos/Património*, n.º 3, 2002, p. 27.

<sup>866</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006 de 21 de abril de 2006, *Diário da República*, n.º 79/2006, série I-B, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2006, p. 2848, ¶ 25 b), pt. iv, g), pt. x, xi; Decreto Regulamentar n.º 96/2007 de 29 de março de 2007, *Diário da República*, n.º 63/2007, série I, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 2007, p. 1923.

<sup>867</sup> Decreto-Lei n.º 215/2006 de 27 de outubro de 2006, *Diário da República*, n.º 208/2006, série I, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 2006, p. 7541, 745, 746, cap. II, art. 4º, 5º, cap. III, secção I, art. 18º, ¶ 2 f), art. 21º ¶ 1, 2 e).

<sup>868</sup> Direções Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Decreto Regulamentar n.º 34/2007 de 29 de março de 2007, *Diário da República*, n.º 63/2007, série I, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 2007, p. 1917, art. 2º, ¶ 1, 2 e).

património cultural *arquitectónico* e arqueológico”<sup>869</sup>. Omissos quanto à orgânica interna do IGESPAR, os regulamentos não estabeleciam, porém, quais os departamentos responsáveis pelo património arquitetónico e pelo património arqueológico, outrora divididos entre IPPAR e IPA. Organicamente indefinido, o novo organismo perdia autonomia administrativa face aos extintos institutos, enquanto as competências para que fora criado se repartiam por Direções Regionais, sob tutela direta da administração central. A reforma pretendida para a tutela patrimonial, que no domínio da reabilitação dos ‘centros históricos’ ambicionara ultrapassar fricções entre organismos distintos, falhava, redundando naquele que foi já considerado “o mais desastrado acto de toda a história do património”<sup>870</sup>.

Ainda assim, nos anos que se seguiram à criação do IGESPAR a institucionalização em Portugal da arqueologia aplicada ao edificado não deixou de crescer, pelo menos tanto quanto se pode avaliar pelo caso de Coimbra. De facto, se entre 2001 e 2005 apenas 61% dos 89 pareceres emitidos pela tutela condicionavam as obras com afetação arquitetónica no ‘centro histórico’ de Coimbra a trabalhos de arqueologia no edificado, entre 2006 e 2012, as autorizações para obras condicionadas a este tipo de trabalhos subiram para 84%<sup>871</sup>. Por conseguinte, e de modo mais significativo, os projetos com afetação arquitetónica sem qualquer condicionante arqueológica ao edificado desceram de 39 para 16%. Dos trabalhos arqueológicos de facto consumados entre 2006 e 2012, 44 num universo total de 129 pareceres emitidos pela tutela, contudo, apenas cinco garantiram efetivas leituras estratigráficas, limitando-se os demais a apontar técnicas, fases, materiais construtivos e cronologias de edificação. Em cinco das intervenções arqueológicas realizadas, condicionadas a trabalhos de arqueologia do edificado, nenhum tipo de avaliação construtiva chegou mesmo a ser efetuada. Quando subordinada a condicionantes de arqueologia do edificado, portanto, a esmagadora maioria das intervenções arqueológicas escusava-se a efetivas leituras estratigráficas, mantendo-se, como tal, arredada dos métodos próprios da arqueologia da arquitetura. Mas se a escassa divulgação da disciplina em Portugal poderia à época explicar a fraca adesão aos seus pressupostos, não menos relevante pode ter sido a relativa indefinição dos pareceres

<sup>869</sup> Decreto Regulamentar nº 96/2007 de 29 de março de 2007, *Diário da República*, n.º 63/2007, série I, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 2007, p. 1924, art. 3º, ¶ 4 a), e), s).

<sup>870</sup> Paulo PEREIRA, “Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. V, p. 261-280, 2ª ed., 2011, p. 275.

<sup>871</sup> Entre a criação do IGESPAR, em 2006, e a criação da Direção-Geral de Património Cultural, DGPC, em 2012. Ver gráficos 8 e 9.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

emitidos pela tutela, cujas condicionantes de arqueologia a que obrigava os projetos de reabilitação não iam além do mero acompanhamento às ações de afetação ao edificado<sup>872</sup>.

Da postura tutelar perante o tipo de trabalhos arqueológicos a realizar em projetos de reabilitação arquitetónica dos ‘centros históricos’ portugueses resultaram, de facto, duas estratégias distintas. Em Braga, por exemplo, onde a Câmara Municipal, entidade responsável pelo licenciamento das obras, optava por uma relação de grande proximidade com a tutela e com técnicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, já instruídos em arqueologia da arquitetura, as intervenções de arqueologia no edificado precediam o próprio projeto. “O processo começava sempre na Câmara Municipal”, explica Luís Fontes, à época diretor de projetos na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. “Logo quando o promotor queria desenvolver um projeto tinha uma primeira reunião na Câmara, onde lhe eram explanadas todas as condicionantes que se exigiam, onde lhe eram dadas recomendações para atuar”, incluindo “um estudo de arqueologia da arquitetura [prévio] para identificar elementos que pudessem condicionar o desenvolvimento do projeto”<sup>873</sup>. No momento da elaboração do projeto, o projetista, como tal, conhecia já as limitações impostas à obra pelo património arqueológico. No edifício n.º 89 a 97 da rua dos Biscainhos, por exemplo, a leitura estratigráfica dos vestígios da torre medieval dita da Porta Nova, revelou-se essencial para “informar a elaboração do novo projeto de arquitectura” previsto para o local, nomeadamente na preservação de todo o alçado da torre, incluindo “os vestígios das construções posteriores”, de grande relevância para a história do urbanismo daquela zona da cidade<sup>874</sup>.

Noutros locais, onde os municípios, no estrito cumprimento da lei, se limitavam, no âmbito do licenciamento para obras em áreas de proteção patrimonial, a solicitar o escrutínio da tutela, as intervenções arqueológicas decorriam das condicionantes emitidas no consequente parecer, circunscritas, na maior das vezes, como demonstra

---

<sup>872</sup> Posto que a leitura estratigráfica fosse já desde os alvares do século XX indispensável a qualquer trabalho dito arqueológico. Ver supra, p. 51 e seguintes.

<sup>873</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

<sup>874</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, “Arqueologia da arquitectura em contexto urbano: Reflexões a partir de três exemplos da cidade de Braga, Portugal”, *Arqueologia de la Arquitectura*, n.º 7, 2010, p. 112, 119.

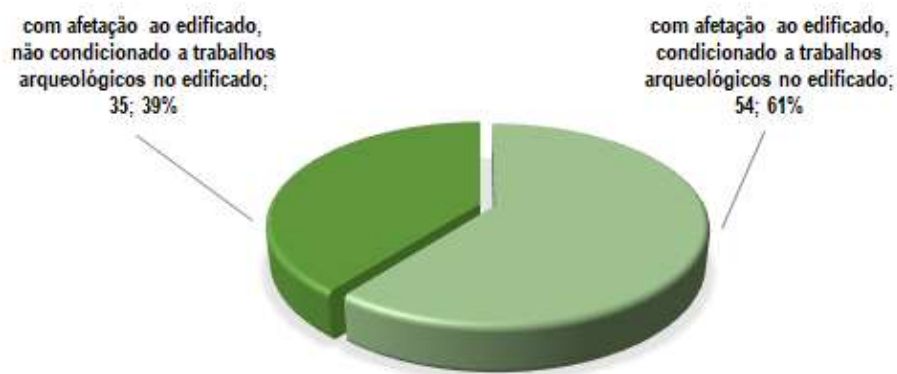


gráfico 8

Condiçõantes emitidas pela tutela a projetos de restauro arquitetónico no 'centro histórico' de Coimbra, entre 2001 e 2005 (em valor absoluto e percentagem)

gráfico do autor

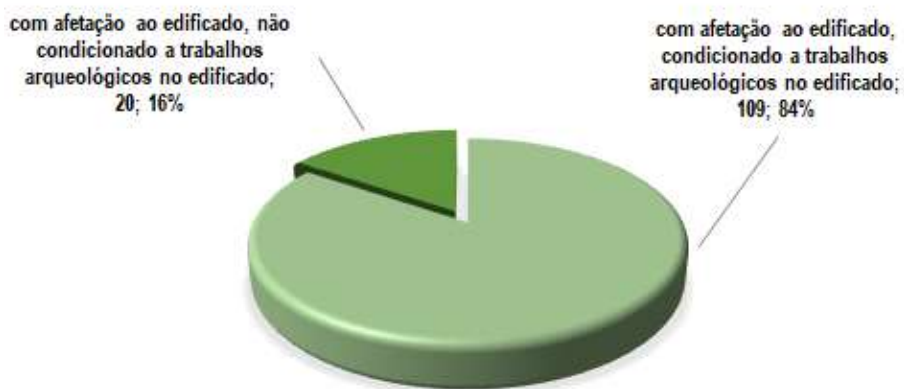


gráfico 9

Condiçõantes emitidas pela tutela a projetos de restauro arquitetónico no 'centro histórico' de Coimbra, entre 2006 e 2012 (em valor absoluto e percentagem)

gráfico do autor



para uma arqueologia crítica da arquitetura

o caso de Coimbra<sup>875</sup>, ao acompanhamento das ações que, no decurso da execução do projeto, resultassem em afetações ao edificado. Consequentemente, as equipas de arqueologia entravam em obra já em fase de execução do projeto, quando todas as decisões de afetação ao património arquitetónico se encontravam já tomadas. Não obstante, leituras estratigráficas do edificado podiam de facto ocorrer, ainda que os dados decorrentes concorressem para o conhecimento científico do sítio, mais do que para informar o projeto em execução. No âmbito da reabilitação do convento de São Francisco da Ponte de Coimbra, por exemplo, a intervenção arqueológica, assegurada em 2009 pelo autor, resultou na efetiva interpretação estratigráfica de diversos conjuntos edificados, ainda que a obra se encontrasse já em avançada fase de execução<sup>876</sup>. Mais do que uma exigência imposta pela tutela, a aplicação da arqueologia da arquitetura em São Francisco da Ponte decorreu, na verdade, da articulação em campo entre alguns técnicos da tutela e a equipa de arqueologia. Na Baixa da cidade, onde a execução do projeto Metro Mondego implicou a demolição faseada de parte significativa do ‘centro histórico’, o desmonte previsto para um conjunto de cinco edifícios, na reta final das demolições, chegou mesmo a ser precedido por uma intensa caracterização arqueológica da arquitetura, promovida em 2010. “Houve vontade de alguns técnicos da tutela em garantir a prática da arqueologia da arquitetura”, recorda Lília Basílio, à época responsável pelos trabalhos arqueológicos<sup>877</sup>.

Quando em São Francisco da Ponte a interpretação estratigráfica do edificado confirmou a existência de uma varanda voltada a sul da antiga enfermaria conventual, o projetista, no entanto, optou por manter a compartimentação projetada para o local, alterando por completo a leitura historiográfica do espaço<sup>878</sup>. Na Baixa, pelo contrário, alguns elementos arquitetónicos foram atempadamente detetados e ponderada a sua

---

<sup>875</sup> Dos 129 pareceres emitidos pelo IGESPAR entre 2006 e 2012, relativos a obras no ‘centro histórico’ de Coimbra, 109 condicionavam a execução do projeto a acompanhamento arqueológico das ações de afetação ao edificado, das picagens de reboco ou de ambas. Ver apêndice, tabela 1.

<sup>876</sup> António GINJA, Mónica GINJA, *Trabalhos arqueológicos no âmbito da consolidação estrutural do convento de São Francisco da Ponte, Santa Clara – Coimbra, Relatório Final*, Condeixa-a-Nova, 2009, p. 225-245, 318.

<sup>877</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021. Arqueóloga, Lília Basílio [n. 1977] coordenou equipas e dirigiu trabalhos de arqueologia preventiva entre 2002 e 2016, depois de ter trabalhado para a execução do Plano Diretor Municipal de Aguiar da Beira. Em 2016 ingressou na Câmara Municipal de Viseu, onde se encontra, desde 2019, a coordenar o Polo Arqueológico de Viseu.

<sup>878</sup> António GINJA, Mónica GINJA, “Convento de São Francisco da ponte: novas perspectivas arquitectónicas”, *Actas do Congresso Velhos e Novos Mundos – Estudos de Arqueologia*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, p. 497 a 594.

reintegração em edifícios a construir, como aconteceu, por exemplo, com as galerias de uma *loggia* renascentista<sup>879</sup>. Informado da relevância do achado, terá sido o próprio promotor a tomar a iniciativa de propor à tutela a alteração do projeto previsto, para reintegração da *loggia* no alçado principal de um novo edifício. Neste caso, porém, “a equipa de arquitetura estava particularmente sensibilizada para a recuperação de edifícios históricos”, recorda Lília Basílio<sup>880</sup>. Se, na hora de definir e impor os métodos arqueológicos a aplicar nos projetos de afetação ao edificado, a tutela lograva ser concreta e até vanguardista, no momento da tomada de decisão relativamente aos dados apurados, o peso deliberativo dos gabinetes de arquitetura mantinha-se, portanto, inalterado.

Ao confronto entre as intenções de promotores, projetistas e tutela somava-se, além do mais, a desarticulação entre IGESPAR e Direções Regionais. Quando em 2009 o projeto de reabilitação de um edifício na rua da Matemática, em Coimbra, por exemplo, se submeteu à apreciação do IGESPAR, foi a Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, que emitiu parecer favorável condicionado a acompanhamento arqueológico, salvaguardando o direito à autorização da obra por parte do IGESPAR. Não obstante, muito embora o IGESPAR, de facto, autorizasse *a posteriori* os trabalhos de arquitetura, subscrevendo as condicionantes sugeridas, o pedido de autorização para trabalhos arqueológicos, propriamente dito, seria autorizado apenas pela DRCC<sup>881</sup>. Reconhecidamente desvantajoso, o sistema tutelar do património imóvel seria sujeito a nova reforma, passados escassos seis anos depois da criação do IGESPAR. A solução encontrada recaiu na criação de um organismo que, como havia acontecido entre 1980 e 1997 com os antigos IPPC e IPPAR, reunisse sob uma única alçada a efetiva administração dos patrimónios arqueológico e arquitetónico.

Assim surgia, em 2012, a atual Direção-Geral do Património Cultural, DGPC, assistida na “gestão e valorização do património cultural *arquitetónico* e arqueológico” e na fiscalização das “obras ou intervenções necessárias” à sua salvaguarda, por Direções Regionais de Cultura<sup>882</sup>. Seguindo uma estratégia distinta da que havia sido

<sup>879</sup> Lília BASÍLIO, Miguel ALMEIDA, “Arqueologia do edificado em contexto de arqueologia preventiva: o exemplo da Baixinha de Coimbra (Portugal)”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 7, 2010, p. 131-144.

<sup>880</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

<sup>881</sup> Processo DRCC (09) 06.03/69, *Edifício sito no largo da Matemática, n.º 16 a 18 – Coimbra*, “Programa PRAUD/Obras 2002, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios 9 de setembro, 20 e 28 de outubro de 2009.

<sup>882</sup> Do Norte, Centro, Alentejo e Algarve. Decreto-Lei nº 126-A/2011 de 29 de dezembro de 2011, *Diário da República*, n.º 249/2011, 1º suplemento, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa,

para uma arqueologia crítica da arquitetura

regulamentada para o IGESPAR, as Direções Regionais, contudo, transitaram, nesse mesmo ano, para a tutela direta da recém-criada DGPC. Os pareceres sobre intervenções “com impacto arqueológico no património arqueológico, [e] arquitetónico”, ainda uma prerrogativa das Direções Regionais, passaram então a ser diretamente emitidos para a DGPC, a que competia autorizar os trabalhos arqueológicos e orientar as Direções Regionais nas suas ações de fiscalização<sup>883</sup>. Na prática, o novo sistema preservava parte da autonomia das Direções Regionais, ainda que submetidas à validação da DGPC. “Os pareceres da DRCC só vão à DGPC para colher parecer final, quando são exclusivamente de arqueologia” ou quando “visam imóveis classificados ou em vias de ser classificados, as zonas de proteção de panteões, como é o caso de Santa Cruz de Coimbra, ou onde se localizam museus, como por exemplo o Museu Nacional de Machado de Castro”, esclarece Paulo César Santos. “Em todos os outros casos, imóveis classificados e zonas de proteção, as DRCC’s emitem o parecer final, que é subscrito pela DGPC”, acrescentou o antigo técnico superior da Direção Regional de Cultura do Centro<sup>884</sup>.

A partir dos processos instruídos pelas Direções Regionais, o Departamento dos Bens Culturais da DGPC<sup>885</sup> autorizava as “obras em bens imóveis classificados ou em vias de classificação” e respetivas zonas de proteção, dentro das quais, de resto, em articulação com o Departamento de Estudos, Projetos, Obras e Fiscalização, estabelecia medidas preventivas, assim como “normas e orientações técnicas para a salvaguarda” patrimonial. No que se refere ao tipo de ações com impacto arqueológico, contudo, a regulamentação da nova DGPC não ia além “dos trabalhos arqueológicos no subsolo ou no meio aquático”, sem qualquer referência a outro tipo de trabalhos, nomeadamente de arqueologia da arquitetura<sup>886</sup>. Ainda assim, voltavam a reunir-se sob uma única administração todos os organismos competentes e os expedientes administrativos necessários para a salvaguarda conjunta dos patrimónios

---

Imprensa Nacional, 2011, p. 5516(2)-5516(4), 5516(7), 5516(9), cap. II, art. 4º, ¶ 1 l), ¶ 2, cap. IV, secção I, art. 22º, ¶ 1 l), secção II, art. 28º, ¶ 2 e), art. 29º, ¶ 1.

<sup>883</sup> Decreto-Lei nº 114/2012 de 25 de maio de 2012, *Diário da República*, n.º 102/2012, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2012, p. 2768, 2769, art. 2º, ¶ 3; Decreto-Lei nº 115/2012 de 25 de maio de 2012, *Diário da República*, n.º 102/2012, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2012, p. 2772, 2773, art. 2º, ¶ 2 g), ¶ 3 d), l).

<sup>884</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>885</sup> Através da sua Divisão de Salvaguarda do Património Arquitetónico e Arqueológico. Despacho 11142/2012 de 16 de agosto de 2012, *Diário da República*, n.º 158/2012, série II, Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Imprensa Nacional, 2012, p. 29019, ¶ 1.1.1 a), d), ¶ 1.1.2 a), e).

<sup>886</sup> Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho de 2012, *Diário da República*, n.º 142/2012, série I, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, Lisboa, Imprensa Nacional, 2012, p. 3877, 3878, 3880, art. 1º, ¶ 1 a), art. 2º, ¶ 1 f), ¶ 2 a), b), ¶ 3 a), c), art. 4º, ¶ 2 g).

arqueológico e arquitetónico. Dois anos depois, a ainda recente DGPC fazia-se apoiar por um novo regulamento de trabalhos arqueológicos, legislado em 2014, como resposta ao “aumento expressivo do número de trabalhos arqueológicos” no país. “Alterações significativas na natureza e nos agentes”, nomeadamente na “atividade arqueológica sob contrato”, instava “maior exigência da tutela sobre a gestão da atividade arqueológica”. Embora dando seguimento a grande parte dos parâmetros já regulamentados, o novo regulamento, reflexo da crescente presença da arqueologia em intervenções de reabilitação urbana, incluiu então nos trabalhos da especialidade o registo da “estratigrafia da arquitetura”<sup>887</sup>. A apreciar pela tutela, os relatórios dos trabalhos deveriam por isso incluir, para além das “plantas e perfis de pormenor” e da “descrição e interpretação de estruturas e estratigrafia”, exigidos desde o diploma anterior, “secções e alçados de pormenor”<sup>888</sup>. Reagindo à presença cada vez mais frequente da arqueologia em contextos de reabilitação urbana, a natureza legislativa da estratigrafia arqueológica diversificava em Portugal, deixando de resultar apenas de fenómenos sedimentológicos ocorridos ao nível do solo, para advir também de processos construtivos e, como tal, passar a verificar-se igualmente em secções e alçados arquitetónicos.

A adaptação do paradigma estratigráfico a contextos arquitetónicos validada pelo regulamento de trabalhos arqueológicos demonstra, além do mais, um reforço da consciencialização social do valor da arqueologia da arquitetura em contexto de reabilitação do património arquitetónico. Já desde início da década de 2010, de facto, que Maria de Magalhães Ramalho, por exemplo, vinha destacando a importância atribuída por algumas estruturas académicas, como as universidades do Minho e do Algarve, à programação da oferta formativa dedicada à arqueologia da arquitetura<sup>889</sup>. A crença de que seria possível “criar modelos interpretativos rigorosos”, contornando a subjetividade que se acreditava marcar “parte dos estudos em história da arte e da arquitetura”<sup>890</sup>, contagiava a prática da arqueologia da arquitetura em Portugal, que se queria então obrigatória em todas as “operações urbanísticas ou qualquer tipo de

<sup>887</sup> Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 5634, 5635, art. 2º g).

<sup>888</sup> Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de julho de 1999, *Diário da República*, n.º 163/1999, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 1999, p. 4415, art. 13º f), g); Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 5638, 5639, art. 15º, ¶1, g), iii).

<sup>889</sup> Maria de Magalhães RAMALHO, “Práxis em arqueologia da arquitetura”, *Promontoria*, ano 9, n.º 9, 2011, p. 1-2.

<sup>890</sup> Raquel SANTOS, “Arqueologia da arquitetura: Perspectivas metodológicas”, *Promontoria*, ano 9, n.º 9, 2011, p. 33.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

intervenção em edifícios históricos” que implicassem “alterações ao nível do edificado”<sup>891</sup>. Orientada “no sentido de proteger o património histórico e arqueológico”, a disciplina progredia em Portugal, a par de “uma nova consciência cívica”<sup>892</sup>. À investigação historiográfica da arquitetura em contexto de projetos de reabilitação, até então fundamentalmente assente em fontes escritas e iconográficas e em paralelos estilísticos bem datados, deveria agora juntar-se a arqueologia da arquitetura, enquanto técnica que se entendia “mais rigorosa, mais crítica”, “mais profunda e *objectiva*”, por encarar os edifícios como organismos dinâmicos e evolutivos e não como “modelos construtivos estáticos, característicos de determinado período”<sup>893</sup>.

Não obstante a crescente consciencialização cívica e académica, a aplicação da arqueologia da arquitetura continuava a ser institucionalmente remetida, salvo raras exceções, para a fase de execução do projeto, limitando o seu potencial enquanto intérprete de conteúdos arqueológicos para o próprio projeto. Durante a reabilitação do colégio da Santíssima Trindade de Coimbra, por exemplo, a sondagem dos vestígios arqueológicos no solo ocorreu em fase preliminar ao projeto, mas não as sondagens arqueológicas parietais, que decorreram já durante a execução do mesmo. Por conseguinte, das sondagens ao solo resultaram sugestões para a realocação de infraestruturas previstas no projeto, apresentadas em relatório de 2005, aprovado pelo IPA e pelo IPPAR<sup>894</sup>. Em contrapartida, entre 2009 e 2010, já durante a primeira fase de execução do projeto, as sondagens parietais, efetuadas sob direção do autor e descritas em quatro notas técnicas e um relatório preliminar, revelaram vários vestígios arqueológicos, sem que daí resultasse, porém, qualquer adaptação do projeto. Baseando-se nessas descobertas, a Direção Regional de Cultura do Centro emitiu, todavia, em 2011, um parecer não favorável ao projeto, precisamente porque o mesmo não “se integra[va] na situação existente, valorizando-a”. Atempadamente informada, a tutela não deixava de conseguir assegurar a salvaguarda do património arqueológico. No ano seguinte, em reunião que contou com “a presença de uma equipa pluridisciplinar desta DRC e de representante do IGESPAR”, de que, todavia, não se lavrou ata, as partes concordaram que o projeto se sustentava, de facto, numa

---

<sup>891</sup> Maria M. B. de Magalhães RAMALHO, “Práxis em arqueologia da arquitectura”, *Promontoria*, ano 9, n.º 9, 2011, p. 4.

<sup>892</sup> Raquel SANTOS, *Arqueologia da Arquitectura, Perspectivas metodológicas*, dissertação de mestrado policopiada, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2010, p. 39.

<sup>893</sup> Maria de Magalhães RAMALHO, “Práxis em arqueologia da arquitectura”, *Promontoria*, ano 9, n.º 9, 2011, p. 3-4.

<sup>894</sup> Processo DRCC (01) 06.03/08, *Reabilitação do Colégio da Trindade para Colégio Europeu da Universidade de Coimbra*, Universidade de Coimbra, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios 5, 27 de junho e 1 de agosto de 2005.

“ideia forte”. Mesmo assim, a Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, não deixou de emitir parecer favorável à continuação da sua execução, ainda que condicionada a acompanhamento arqueológico às ações de afetação ao solo e ao edificado<sup>895</sup>. Em 2014, entrava em cena nova equipa de arqueologia, também dirigida pelo autor, para assegurar o acompanhamento arqueológico durante a segunda fase de execução do projeto. Contudo, já gizado e favoravelmente deferido o projeto pela tutela, os dados arqueológicos recolhidos mais não podiam senão almejar à “conservação pelo registo científico”, conforme legalmente exigido<sup>896</sup>. De facto, e não obstante a exposição periódica dos dados arqueológicos entre 2014 e 2016, apenas os vestígios construídos que não colidiam com o projeto previsto foram salvaguardados. Os demais, conservados pelo registo científico, foram invariavelmente desmontados. Confrontada com a incompatibilidade entre o projeto a executar e as estruturas arqueológicas detetadas, a DRCC, já sob alçada da Direção-Geral do Património Cultural, DGPC, optou sempre, com efeito, por pareceres favoráveis ao desmonte ou dissimulação das últimas<sup>897</sup>.

Consagradas as “estruturas, construções, [e os] agrupamentos arquitectónicos” como património arqueológico, “cuja preservação e estudo” permitem “traçar a história da vida e da humanidade”<sup>898</sup>, e reconhecida a “estratigrafia da arquitetura” enquanto método de trabalho em arqueologia<sup>899</sup>, a arqueologia da arquitetura alcançava por meados da década de 2010 algum reconhecimento científico e institucional. Ao abordar a proteção do património arquitetónico e do património arqueológico, a lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural 107/2001, todavia, não obrigava o Estado a mais do que estabelecer “as

---

<sup>895</sup> Processo DRCC (01) 06.03/08, *Reabilitação do Colégio da Trindade para Colégio Europeu da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios 5 e 27 de junho de 2005, 6 de setembro de 2011 e 7 de fevereiro de 2012.

<sup>896</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5821, título VII, cap. II, art. 75º, ¶ 1.

<sup>897</sup> Por exemplo, ofício DRCC de 18 novembro 2014, em resposta a nota técnica de 16 de outubro de 2014, que reportava o aparecimento de uma calçada. Processo DRCC (01) 06.03/08, *Reabilitação do Colégio da Trindade para Colégio Europeu da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofício de 18 novembro 2014.

<sup>898</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5813-5821, título VII, cap. II, art. 74º, ¶ 1 a).

<sup>899</sup> Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 5634, 5635, art. 2º g).

para uma arqueologia crítica da arquitetura

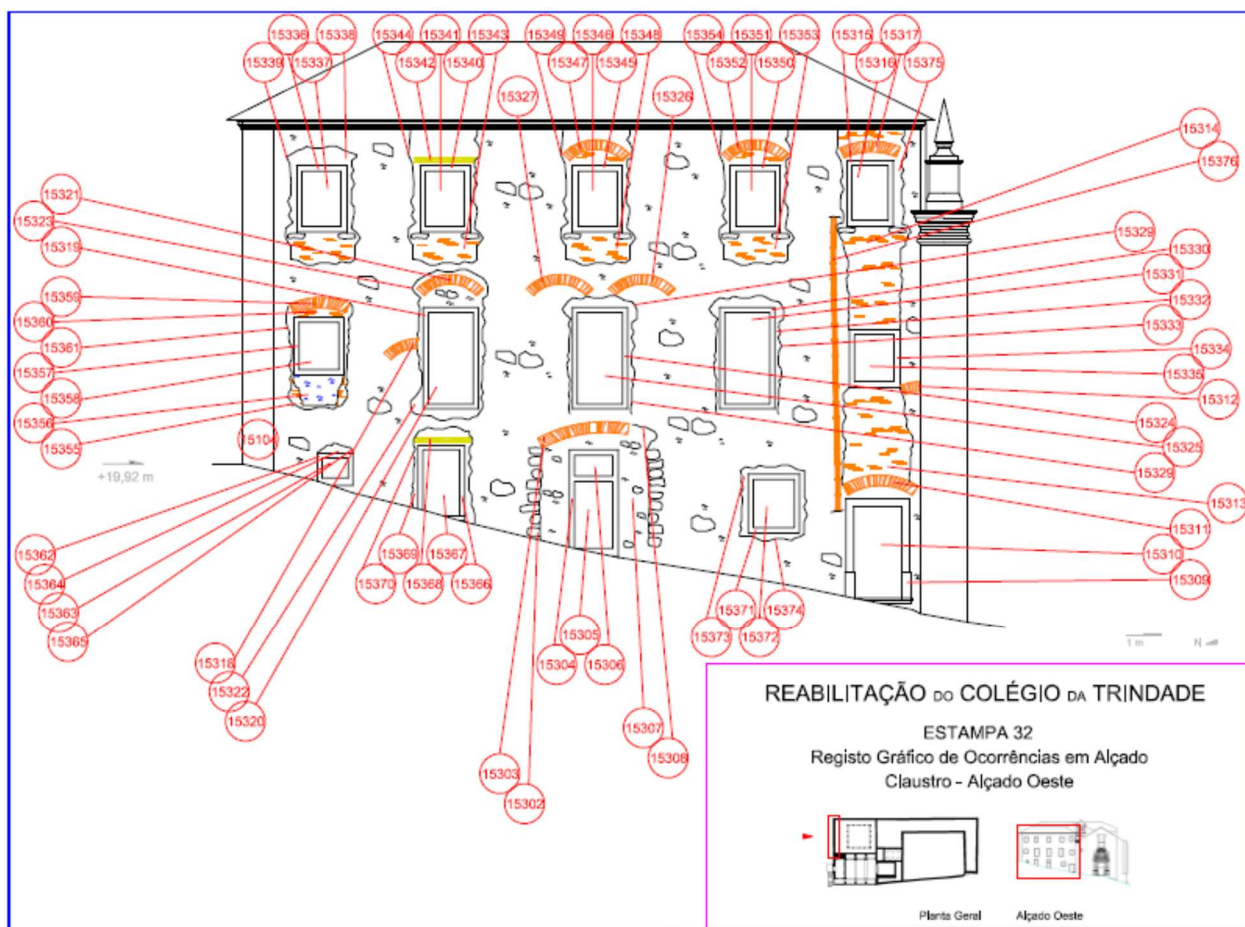


fig. 39 e 40. colégio da Santíssima Trindade, Coimbra, Portugal  
(leitura estratigráfica do alçado exterior oeste, em cima, 2017, em baixo)  
António GINJA et al, *Reabilitação do colégio da Trindade*, 2017, estampa 32  
fotografia do autor, 2018

medidas de *protecção* e as medidas *correctivas* que resultem necessárias”<sup>900</sup>. Assim, ainda que se fizessem sentir apelos públicos à obrigatoriedade de leituras estratigráficas da arquitetura em intervenções de afetação ao edificado histórico, da ausência de imperiosidade legal resultavam intervenções de arqueologia da arquitetura como condicionantes apenas se e quando a tutela as considerasse “necessárias”. A definição de medidas de protecção por parte da tutela ocorria na maior das vezes, no entanto, apenas quando à mesma se pedia parecer sobre projetos arquitetónicos, posto que, segundo a lei, nenhuma obra de afetação ao edificado em áreas de sensibilidade patrimonial poderia ocorrer “sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente”<sup>901</sup>.

Pronunciando-se sobre programas arquitetónicos previamente gizados, a administração patrimonial pouco mais pode, atualmente, do que emitir condicionantes arqueológicas à execução do projeto de reabilitação. Não raras vezes, porém, a arqueologia, incluindo a arqueologia da arquitetura, remetida para a fase de execução do projeto, resulta numa diminuição do seu desempenho, tanto enquanto estratégia de salvaguarda patrimonial, quanto como recurso válido para a própria obra. Elencadas no presente capítulo, através da amostra de Coimbra, as circunstâncias legais e institucionais pelas quais se rege em Portugal a prática do restauro e da reabilitação do património arquitetónico, encontram-se clarificadas as condicionantes que determinam interpretações estratigráficas no edificado a intervencionar. No próximo e último capítulo cumpre-se, por isso, para compreensão e melhoria da relação hoje em dia legalmente recomendada entre arqueologia da arquitetura e reabilitação de património arquitetónico, uma profunda revisão da operabilidade da arqueologia da arquitetura em contexto de reabilitação de património arquitetónico, enquanto recurso, indispensável, mas proficiente, tanto para a salvaguarda patrimonial, quanto para a própria execução do projeto.

---

<sup>900</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5814, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 40º, ¶ 2.

<sup>901</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5815, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 43º, ¶ 4.





## CAPÍTULO 4

# arqueologia da arquitetura como recurso

Inerente à atividade de reabilitação de edifícios classificados ou em vias de classificação, como consequência do artigo 39º da lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural 107/2001, que estabelece a obrigatoriedade de informar os órgãos da administração do património cultural das “obras e projectos (...) que possam implicar risco de destruição ou deterioração de bens culturais”<sup>902</sup>, boa parte da arqueologia portuguesa tem vindo a desenvolver-se nas últimas décadas em contexto de obras. Na reabilitação arquitetónica de edifícios classificados ou em vias de classificação e respetivas zonas de protecção, domínio em que a arqueologia da arquitetura, particularmente vocacionada para a minimização de impactos ao nível do edificado, mais se repercute, os trâmites processuais subjacentes à atividade arqueológica decorrem, regra geral, em dois momentos distintos. O primeiro momento, que antecede a obra propriamente dita, correspondendo ao tempo do planeamento, da elaboração dos projetos e do licenciamento da obra, e o segundo momento, que não deve ocorrer antes do processo de licenciamento, coincidindo com a execução da obra propriamente dita<sup>903</sup>.

---

<sup>902</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, Diário da República, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5814, título V, cap. II, secção III, art. 39º, ¶ 1.

<sup>903</sup> Para mais sobre os trâmites processuais de reabilitação do edificado em Portugal, consulte-se José Vasconcelos PAIVA, José AGUIAR, Ana PINHO (coord.), *Guia técnico de reabilitação habitacional*, Instituto Nacional de Habitação, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2006; ou João APPLETON, José AGUIAR, António Reis CABRITA, *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1993.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Estabelecem-se assim, no que à arqueologia da arquitetura em obra de reabilitação arquitetónica diz respeito, duas fases, a de preparação e a de execução da obra. Durante a fase de preparação da obra, congregam-se e articulam-se os interesses do promotor do projeto e a visão do projetista para o edifício em causa, no sentido de apresentar ao município um anteprojecto que satisfaça simultaneamente as necessidades do promotor e o cumprimento dos requisitos legais essenciais ao licenciamento da obra. Para tal, cumpre ao município, sempre que a obra prevista venha a incidir sobre edifícios classificados, em vias de classificação ou nas respetivas zonas de protecção, dar a conhecer o anteprojecto à tutela dos bens culturais, para que a mesma possa determinar “as medidas de protecção e as medidas *correctivas* que resultem necessárias”<sup>904</sup> à salvaguarda do património edificado. Confrontando as ações de afetação ao solo e ao edificado, previsivelmente decorrentes da execução do projeto, com a salvaguarda do património que tem à sua guarda, a tutela pode então emitir um conjunto de condicionantes ao licenciamento da obra para minimização de impactos patrimoniais, incluindo pesquisas e acompanhamentos arqueológicos. Regra geral, a ponderação da tutela sobre o grau de afetação prevista no anteprojecto sobre o património arquitetónico configura-se, portanto, o primeiro contacto entre a obra de reabilitação e a arqueologia. Caso ambicionemos melhorar a prestação da arqueologia da arquitetura em contexto de reabilitação de edificado histórico, interessa, como tal, avaliar os parâmetros pelos quais a tutela dos bens culturais, a Direção-Geral do Património Cultural, apoiada nas suas Direções Regionais de Cultura, assegura a salvaguarda do património arqueológico edificado através das condicionantes que impõe, objetivo primeiro do presente capítulo.

Licenciado o anteprojecto, e ultrapassada a etapa preliminar em que se vertem em sede do projeto definitivo as imposições do município, toma início a segunda fase do processo de reabilitação, a execução da obra. Promotor, direção de obra, empreiteiros e subempreiteiros articulam-se na execução das diferentes especialidades. Para cumprimento das condicionantes arqueológicas impostas pela tutela, entra então em obra a equipa de arqueologia, geralmente privada e na qualidade de subempreiteira. Aos arqueólogos compete, assim, mais uma entre as diversas especialidades da obra, que executam sob autorização e fiscalização da tutela, bem como sob comando da direção da obra, nas mais das vezes o dono de obra ou o empreiteiro, que contratam e financiam os trabalhos arqueológicos.

---

<sup>904</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5814, título V, cap. II, secção III, art. 39º, ¶ 2.

Dependendo das condicionantes impostas pela tutela na fase preparatória, os trabalhos de arqueologia poderão passar por sondagens ou pelo acompanhamento às ações de afetação, no edificado e no solo. No caso de impactos substanciais no edificado protegido, a execução da obra poderá estar condicionada à remoção de rebocos e à leitura estratigráfica de aparelhos construtivos, momento em que a arqueologia da arquitetura entra em ação. Dos resultados de qualquer trabalho arqueológico em obra, não obstante a autonomia científica da equipa de arqueologia, deverá ser a tutela informada, para que possa pronunciar-se quanto à compatibilidade entre os vestígios detetados e a execução do projeto visado, estabelecendo-se assim uma relação triangular entre a direção da obra, a equipa de arqueologia e a tutela. Caso queiramos progredir na sinalização e na salvaguarda do património arquitetónico dos 'centros históricos' em Portugal, interessa, portanto, compreender e otimizar a relação entre a direção da obra de reabilitação arquitetónica, a arqueologia da arquitetura e o supervisionamento tutelar. As propostas operacionais e metodológicas do presente capítulo não poderiam deixar, como tal, de se fazer acompanhar da análise à arqueologia da arquitetura, tal como se configura atualmente em Portugal, divididas, à imagem dos projetos de reabilitação urbana, entre a fase de preparação e a fase de execução da obra. Para o necessário questionamento dos objetivos científicos da arqueologia da arquitetura, que, visando a interpretação arqueológica do edificado, ultrapassam largamente o simples cumprimento de condicionantes impostas pela tutela à obra, acrescenta-se, neste capítulo, uma terceira fase, para além da obra, durante a qual se refletirá sobre as potencialidades da disciplina enquanto veículo para o conhecimento e para a valorização do potencial patrimonial da arquitetura histórica.

Para a ponderação da arqueologia da arquitetura nestas três fases, foram entrevistados especialistas de diversas áreas que ao longo do processo de reabilitação de património edificado têm contacto com a arqueologia da arquitetura. António Marques, arqueólogo responsável, desde 2015, pela coordenação do gabinete de arqueologia do maior município do país, Lisboa, como testemunha do papel da arqueologia municipal na proteção do património arqueológico do seu município. Paulo César Santos, técnico superior da Direção Regional de Cultura do Centro até 2021, com largos anos de avaliação e emissão de condicionantes a anteprojetos com afetação ao património arquitetónico. Luís Fontes, arqueólogo precursor da arqueologia da arquitetura em Portugal, antigo diretor do Centro de Arqueologia da Universidade do Minho, um centro universitário de apoio a projetos de reabilitação em património arquitetónico. José Aguiar, arquiteto, com funções junto da UNESCO e do

para uma arqueologia crítica da arquitetura

ICOMOS, e coordenador de projetos de investigação e de ensino nas áreas da conservação, restauro e reabilitação. Vítor Córias, engenheiro civil, membro do Conselho Consultivo do ICOMOS-Portugal e responsável por múltiplos projetos de reabilitação. E Lília Basílio, arqueóloga, com ampla experiência em acompanhamento arqueológico a obras de reabilitação, nomeadamente na aplicação dos métodos da arqueologia da arquitetura em contexto de intervenções de emergência e de salvamento de património arqueológico.

Paralelamente, foram selecionados quatro edifícios no 'centro histórico' de Coimbra, distribuídos entre a Baixa e a Alta da cidade, onde, através da aplicação da arqueologia da arquitetura, se pode refletir sobre as suas fragilidades e possíveis vias para as ultrapassar. O n.º 36 do terreiro da Erva, chamado casa de Santa Justa, o n.º 2 - 6 da rua Sargento Mor, localmente conhecido como casa Medieval, o n.º 58 - 66 da rua Fernandes Tomás, designado casa das Talhas, e o n.º 25 -27 da rua do Norte, ou casa da rua do Norte, constituía, pela natureza e pelo estado de conservação próprios de cada um, um conjunto particularmente dotado para aferir as metodologias em análise, bem como os desafios impostos às suas aplicabilidades em contextos de obras de reabilitação arquitetónica. Abrangia, com efeito, diferentes cronologias, técnicas e materiais de construção, distintos ecossistemas de encomenda, diversos graus de nobreza arquitetónica e variados estados de conservação. Além do mais, encontravam-se em diferentes fases de obra, dentro dos projetos de reabilitação previstos para cada um. A casa de Santa Justa dispunha já de anteprojecto licenciado e preparava-se, à data de início do presente trabalho, para avançar com desmontes estruturais. A casa Medieval não dispunha ainda de projecto, sendo intenção dos proprietários avançar previamente com estudo arqueológico que pudesse melhor fundamentar futuras opções de reabilitação. Na casa das Talhas havia já sido executadas sondagens parietais, como condicionante imposta pela tutela ao projecto de reabilitação para minimização de impactos arqueológicos. E na casa da rua do Norte, atingida por um incêndio, os trabalhos de arqueologia não puderam tomar início, por questões de segurança, senão depois de já bastante avançada a obra de reabilitação. A seleção destes edifícios resultou de um mapeamento do tecido urbano de Coimbra e de protocolos estabelecidos com o Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, bem como com a Direção Regional de Cultura do Centro. Todos os trabalhos de campo foram executado pelo autor, incluindo sondagens

parietais, salvo no caso da casa das Talhas, registos gráficos de alçados, e leituras estratigráficas<sup>905</sup>.

Como protagonista de um processo de reabilitação urbana reconhecidamente cautelosa, “no respeito pela sua história e pela sua contemporaneidade”<sup>906</sup>, que lhe valeu as classificações de Património da Humanidade, em 2001, e de Monumento Nacional, em 2010<sup>907</sup> e, em 2012, o título de Capital Europeia da Cultura, Guimarães tem assumido um conjunto de estratégias municipais com reconhecidos benefícios patrimoniais e sociais, que resultam, em parte, da sistemática aplicação de medidas de minimização de impactos arqueológicos nas intervenções empreendidas no património arquitetónico do seu território. A classificação como Património da Humanidade resulta, de resto, diretamente da requalificação de espaços públicos e da reabilitação de centenas de edifícios, concretizadas tanto por entidades públicas, como privadas, “de forma criteriosa” e de acordo com “uma gestão urbanística ponderada e reconhecida no assegurar da qualidade das intervenções no edificado”<sup>908</sup>. Como tal, convoca-se igualmente no presente capítulo a experiência de Guimarães, como paradigma de reabilitação e de salvaguarda de património arquitetónico, permitindo o seu confronto com os casos estudados avaliar, de uma forma comparada e, por isso, melhor sustentada, as potencialidades da arqueologia da arquitetura em contexto de reabilitação de património arquitetónico. Para o efeito, foi consultado o atual Plano de Gestão da Câmara Municipal de Guimarães para o seu ‘centro histórico’<sup>909</sup>, bem como entrevistados dois elementos do seu gabinete técnico local, a Divisão do Centro Histórico do município, o arquiteto Ricardo Rodrigues, seu coordenador, e Paula Ramalho, arqueóloga<sup>910</sup>.

---

<sup>905</sup> Todos os registos gráficos de campo foram depois digitalmente tratados pelo autor, com recurso ao programa AutoCAD 2021.

<sup>906</sup> Alexandra GESTA, *Guimarães: Centro histórico, Património da humanidade*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2001, p. 29.

<sup>907</sup> Aviso nº 15171/2010 de 30 julho 2010, *Diário da República*, n.º 147, série II, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 2010.

<sup>908</sup> Mário Gonçalves FERNANDES, “O centro histórico de Guimarães: Formulações, desígnios, planos e substância”, *Monumentos*, n.º 33, 2013, p. 34.

<sup>909</sup> Câmara Municipal de Guimarães, *Plano de Gestão do Centro Histórico e Zona de Couros 2021-2026*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2021.

<sup>910</sup> Foi igualmente enviado para a Direção Regional de Cultura do Norte um conjunto de três questões relacionadas com a postura da tutela para com o ‘centro histórico’ de Guimarães, sem que se tivesse obtido qualquer resposta.

#### 4.1.

### na preparação da obra de reabilitação

Dos desejos e necessidades do promotor nascem as diretrizes com que, em última análise, se orientará o projeto de reabilitação para o seu imóvel. Se tivermos em conta a antiguidade dos conjuntos arquitetónicos a que chamamos ‘centros históricos’, isolados ou inseridos numa paisagem urbana histórica mais ampla<sup>911</sup>, mas também se entendidos como polos em permanente desenvolvimento e, como tal, não apenas históricos mas verdadeiros centros de identidade urbana<sup>912</sup>, melhor se compreende que da reabilitação de um imóvel classificado, em vias de classificação ou nas respetivas zonas de proteção nasçam atualizações estruturais e funcionais que, indo ao encontro dos desejos dos promotores, acarretem impactos muito significativos sobre o património arquitetónico. Em fase de preparação para a obra de reabilitação num dado ‘centro histórico’, por conseguinte, ajustam-se os esforços do projetista em função das expectativas do promotor, para que da recuperação física de um edifício do passado se possam suprir necessidades do presente. A reabilitação de um edifício histórico, muito para além do estritamente artístico, não deixa nunca, por isso, de incidir também sobre a sua componente utilitária, qualidade múltiplas vezes elogiada, de Vitruvius a Alberti, resgatando o que tem de funcional, útil e aproveitável, para o atualizar e, assim, o devolver à sociedade contemporânea. Pelo século XVIII, na época em que Winckelmann estabelecia a obra de arte enquanto documento histórico, já o debate em torno da obra de arte, e da arquitetura como expressão artística, se centrava, na realidade, em torno da sua utilidade, dividindo-se entre aqueles que a viam como inspiração moral e aqueles que a supunham mera fonte de prazer. O debate, polarizado à época entre racionalistas e empiristas, focava-se, portanto, na relevância da arte como ponte para o passado, tanto quanto na sua finalidade para o tempo presente. Para lá do desígnio científico que cumpria enquanto documento

---

<sup>911</sup> Enquanto “*urban area understood as the result of a historic layering (...), extending beyond the notion of ‘historic centre’ or ‘ensemble’ to include the broader urban context and its geographical setting*”, conforme recomendação da UNESCO, em 2011. UNESCO, “Recommendation on the historic urban landscape”, *whc.unesco.org*, 2011, art. 8 [a: 4 de junho de 2022].

<sup>912</sup> Walter ROSSA, “A arte inconsciente da comunidade”, *Revista História*, ano XXII, série III, n.º 27, 2000, p. 45.

histórico, a arquitetura do passado desempenhava por isso, já por meados do século XVIII, funções sociais que eram, antes mesmo de ponderada a sua reabilitação, relevantes para o tempo presente.

Não surpreendentemente, das reabilitações previstas para os quatro edifícios que compõem a amostra do presente estudo, nenhum se esgotou nas suas qualidades artísticas. Todos incidiram na recuperação das propriedades físicas do edifício, para que o mesmo pudesse desempenhar funções que, ultrapassando a mera apreciação estética, suprissem necessidades funcionais da atualidade. Na Alta de Coimbra, o edifício na rua do Norte, incendiado e em avançado estado de ruína, foi reabilitado para voltar a ser habitado, e na chamada casa das Talhas, a reabilitação, inicialmente pensada em função de um complexo habitacional, tem vindo a ser reequacionada para possibilitar a visita e o usufruto de importantes vestígios arqueológicos. Na Baixa, uma intervenção no conjunto edificado de Santa Justa, que visava “um uso polivalente”<sup>913</sup>, terminou por adaptar o espaço a sanitários públicos, enquanto na chamada casa Medieval se previa que um novo projeto, valorizando técnicas construtivas tradicionais, pudesse dotar a cidade de um relevante instrumento pedagógico. Hoje, como no século XVIII, as estratégias de intervenção sobre arquitetura do passado não podem, de facto, deixar de considerar o legado histórico do edifício a reabilitar, a par dos atributos sociais que o mesmo cumpre no tempo presente. Por este motivo, decidida e executada no presente, a reabilitação urbana sempre se confrontou com o imperativo da escolha dos episódios do passado dos edifícios a reabilitar, sobretudo dos que resultam da acumulação de múltiplos períodos construtivos. No século XVIII, a escolha tendia ainda para a valorização desigual de certos episódios, em detrimento de outros, porventura menos significativos ao cumprimento de funções reclamadas pela sociedade da época. Desde o século XIX, porém, que o tratamento desigual dos diferentes episódios históricos vem colhendo resistência. Sob influência da teleologia de Hegel e do evolucionismo de Darwin, todos os episódios históricos deveriam suscitar igual consideração científica, porque cada um deles encerrava em si as condições indispensáveis à formação do episódio seguinte<sup>914</sup>.

Relativista e evolucionista, o pensamento científico dominante no século XIX, na realidade, não podia deixar de considerar em paridade os diferentes momentos do percurso histórico do património arquitetónico. Afinal, toda a arquitetura podia ser

<sup>913</sup> Processo (03) 06.03/44, *Terreiro da Erva - Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, vol. I a IV, projeto arquitetónico apresentado pelo promotor.

<sup>914</sup> Ver supra, p. 47 e 50.



# carta 3

localização dos edifícios constituintes da amostra estabelecida para efeitos do presente estudo



400 m



# casa da rua do Norte

## localização

Coimbra, rua do Norte, n.º 36  
40°12'30"N  
8°25'34"W

## proprietário

Privado

## enquadramento institucional

Imóvel protegido, Zona 2A, estabelecida pelo Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afeta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO.

## caracterização sumária

Imóvel de habitação erguido em quatro pisos, vencendo o desnível da rua. Interior completamente desaparecido, na sequência de um incêndio (ocorrido entre 2011 e 2014). Paredes externas em aparelho de pedra. Quatro pisos reerguidos em ferro e betão. Janelas e portas exteriores da fachada de duas folhas e emolduradas com cantaria simples. Nova cobertura de duas águas, em telha cerâmica sobre vigas de ferro.

## sumário do programa de reabilitação

Transformação dos pisos superiores, 1, 2 e 3, em frações habitacionais, e do piso 0 em acesso pedonal e automóvel ao jardim interior, por ampliação do vão correspondente à porta n.º 25.

Prolongamento da lógica construtiva preexistente, pelo uso de materiais autóctones, tais como alvenaria de tijolo maciço, pedra e madeira, com estruturas em gaiola pombalina, cruz de santo André, enxaimel e tabique nas compartimentações interiores. Sem aumento da área bruta de construção existente.

A proposta visava a reconstrução através da recuperação e remodelação do edifício, mantendo a essência da arquitetura vernacular local.

(Processo (08)06.03/108, Imóvel sito na rua do Norte, 25 a 27 - Coimbra, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro)

## sumário da intervenção arqueológica

Imóvel completamente desaparecido, com exceção das paredes externas, reabilitado para habitação. Face aos danos, a intervenção arqueológica, da responsabilidade do autor, cingiu-se ao registo científico do existente.



perspetiva nordeste (após reabilitação)



perspetiva nordeste sobre a rua do Norte (edifício reabilitado ao centro, antes da reabilitação)

# casa da rua do Norte

Todas as paredes internas se encontravam, à data de início da intervenção, praticamente desprovidas de rebocos, também eles muito danificados pelo incêndio.

## autorização

Trabalhos autorizados pela Direção-Geral de Património Cultural a 12 de junho de 2015, através do ofício S-2015/1246 (C.S: 1026029).

## trabalhos executados pelo autor

Registos gráficos e fotográficos. Leituras estratigráficas.

## trabalhos não executados pelo autor

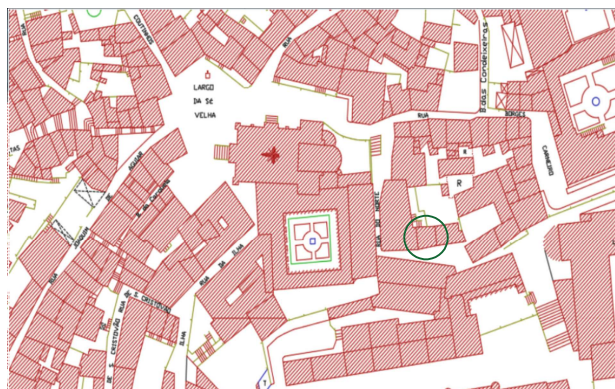
Não foram, no âmbito do presente estudo, efetuados o acompanhamento arqueológico às ações de picagem de rebocos ou de desmonte parietal, o acompanhamento arqueológico às ações de desmonte dos pisos e coberturas e dos respetivos travejamentos, ou ainda o registo gráfico ou fotográfico dos pisos e coberturas e dos respetivos travejamentos. A escolha de um edifício tão danificado por um incêndio para integração da amostra em estudo no presente trabalho pretendeu similar propositadamente condições amiúde registadas na atividade de reabilitação arquitetónica, em que, por via de incêndios ou ruínas, parte dos edifícios se encontram, à data de início das intervenções arqueológicas, desaparecida.

## principais resultados

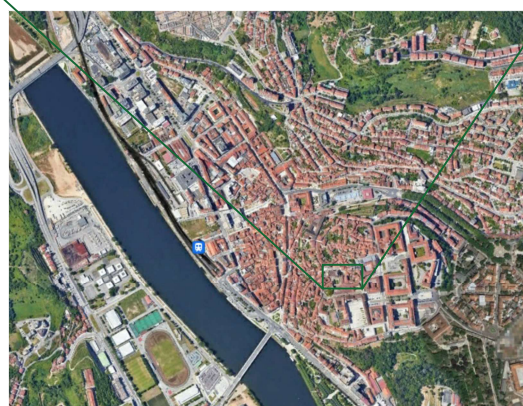
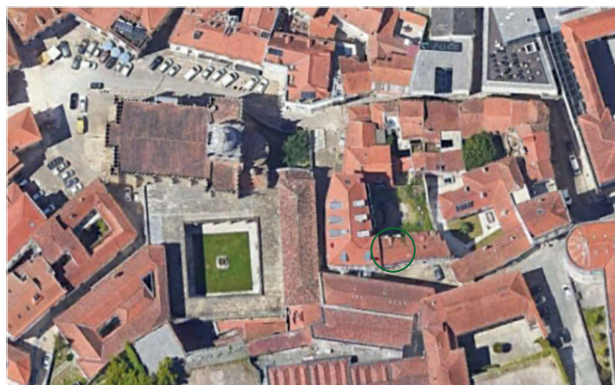
O imóvel resulta de um longo processo construtivo, marcado por sucessivas transformações estruturais. As duas paredes mearas encontravam-se erguidas com técnicas de enxaimel distintas, em reticulado e cruz de Santo André, pressupondo duas intenções construtivas que poderão resultar de reformas associadas a alterações na relação que o imóvel estabelecia com os edifícios vizinhos. Reformas de pequeno vulto, como abertura ou emparedamento de vãos, foram igualmente registadas.

Composto na sua origem por três pisos, o imóvel recebeu uma ampla transformação, através da qual se lhe acrescentou todo um piso adicional e uma nova cobertura, registando-se as respetivas interfaces tanto na parede meeira oeste, como ao nível das duas paredes exteriores, em pedra e cal.

À data de início da intervenção arqueológica, novos pisos e escadas, em ferro e betão, havia já sido erguidos no interior do imóvel, garantindo a sua estabilidade.



localização sobre planta de Coimbra



localização sobre imagem de satélite 2007  
(Google Earth)

## casa da rua do Norte

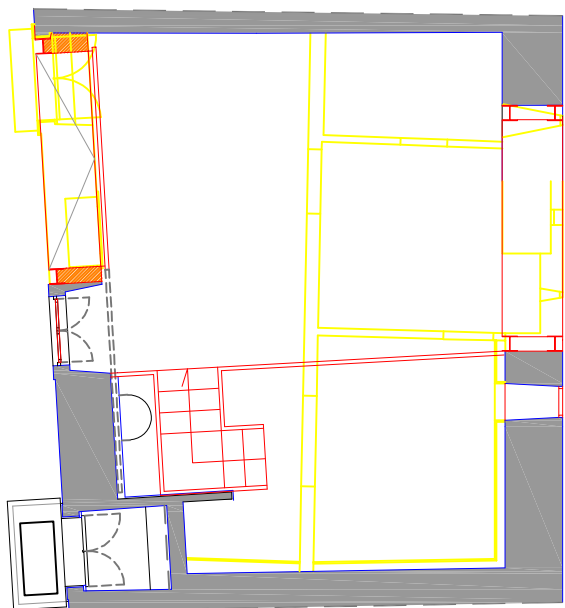


perspetiva geral do imóvel no seu contexto urbano

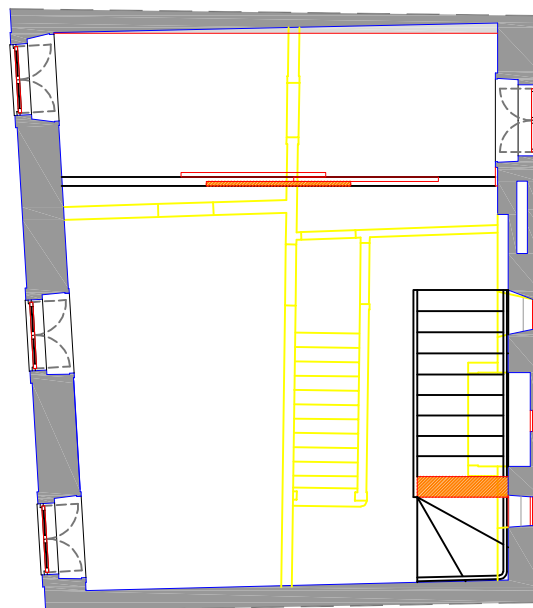


registos gráficos antigos da rua do Norte, s.d.  
(Casa Municipal da Cultura de Coimbra - Imagoteca)

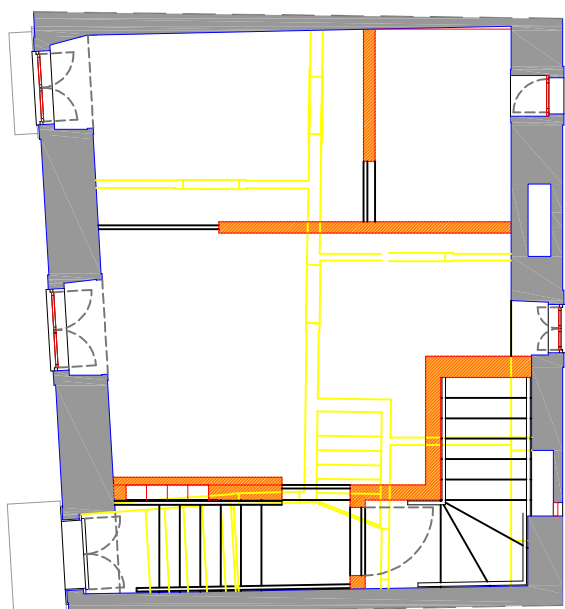
# casa da rua do Norte



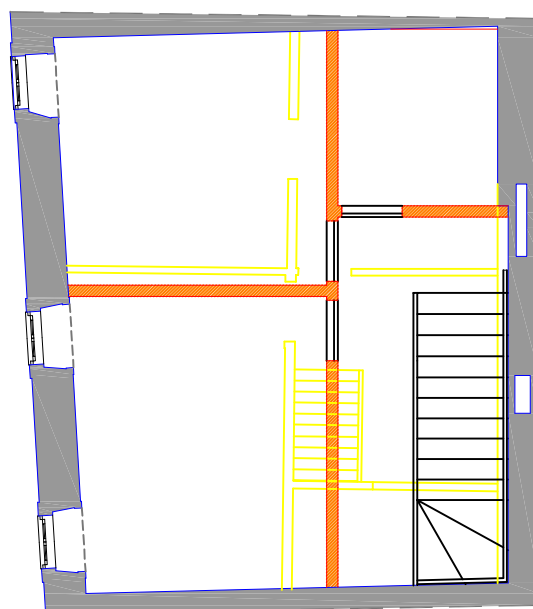
PLANTA DO PISO 0



PLANTA DO PISO 02



PLANTA DO PISO 01



PLANTA DO PISO 03

projeto de arquitetura

(Processo (08)06.03/108, Imóvel sito na rua do Norte, 25 a 27 -  
Coimbra, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro)

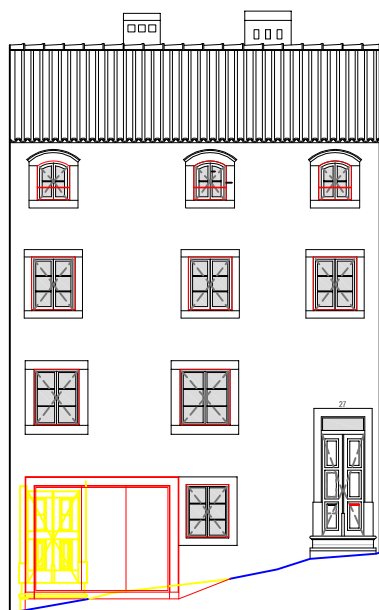


construir

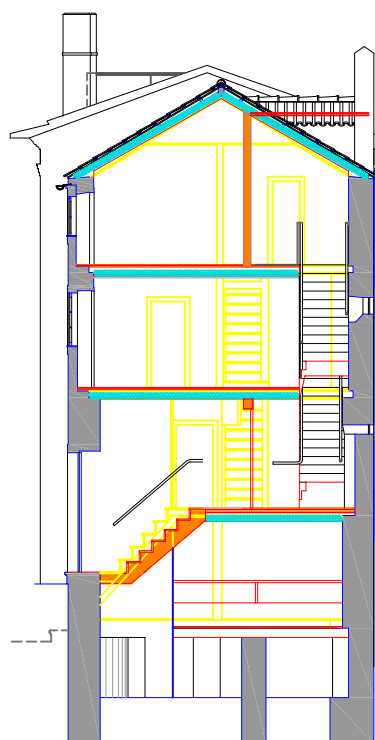


desmontar

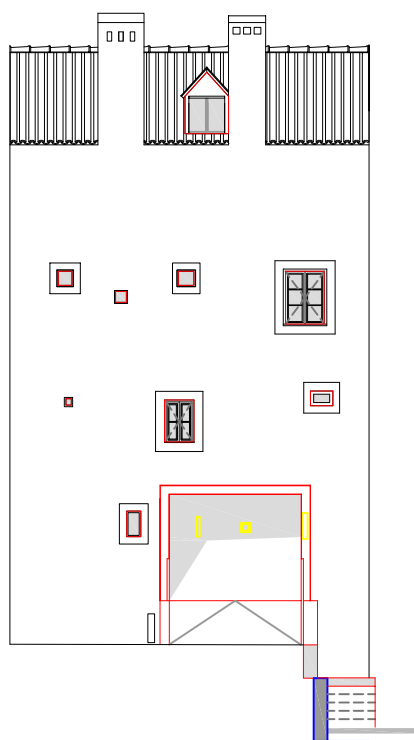
# casa da rua do Norte



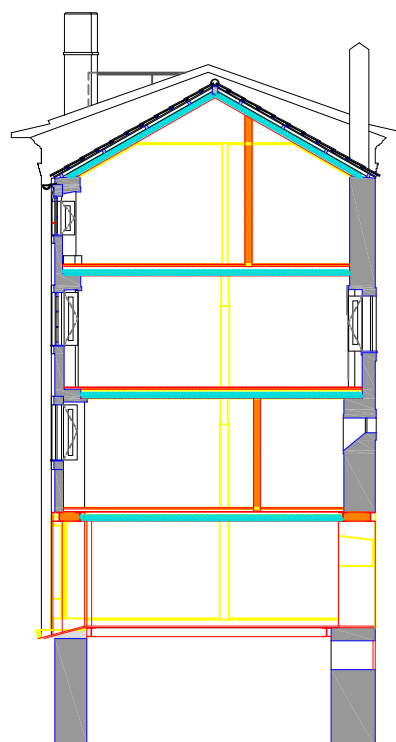
ALÇADO SUL



CORTE NORTE-SUL 1



ALÇADO NORTE



CORTE NORTE - SUL 2

projeto de arquitetura

(Processo (08)06.03/108, Imóvel sito na rua do Norte, 25 a 27 -  
Coimbra, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro)

3 m

construir

desmontar

# casa das Talhas

## localização

Coimbra, rua Fernandes Tomás, n.º 58 - 66  
40°12'28"N  
8°25'43"W

## proprietário

Câmara Municipal de Coimbra

## enquadramento institucional

Zona Especial de Proteção da Cerca de Coimbra e Arco de Almedina  
Imóvel protegido, Zona 2A, estabelecida pelo Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reversão Urbanística da Área afeta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO.

## caracterização sumária

Imóvel de habitação erguido ao nível de cinco pisos, acrescidos de sótão, escalonados em função do declive do terreno. Paredes externas em aparelho de pedra. Sessenta e sete compartimentos, separados entre si por paredes e tabiques em pedra e em enxaimel. Portas de uma e duas folhas em madeira, com e sem bandeiras envidraçadas. Janelas de duas folhas e de guilhotina sobre avental, envidraçadas, de canto e geminadas com mainel. Soalho de madeira sobre vigas. Tectos em forro de madeira. Cobertura de múltiplas águas em telha cerâmica sobre vigas. Cobriu as ruínas da natiga muralha de Coimbra. Encostou e foi encostado por diversas construções, a norte, a sul e a oeste.

## sumário do programa de reabilitação

Programa constituído por habitação nos pisos superiores, estabelecimento de restauração e bebidas no piso térreo e galeria/espço museológico na cave e subcave. Corresponde a quatro habitações tipo T3, desenvolvidas em duplex, com acesso por hall comum, no cimo da atual escadaria em pedra.

No piso térreo será preservado o atual acesso à escada para os pisos superiores, bem como uma sala junto à rua Fernandes Tomás, a partir da qual se acede à galeria dos pisos inferiores. Para a compartimentação será respeitada a modelação imposta pelas paredes resistentes, sendo a restante construída em paredes formadas por um engradado de madeira revestido a contraplacado e gesso cartonado.

No exterior mantém-se a imagem do edifício, incluindo vãos de portas e janelas, varandas, frisos, gárgulas e lanternim. (Processo (94)06.03/92, Edifício sito na rua Fernandes Tomás,



perspetiva nordeste



perspetiva noroeste

# casa das Talhas

n.º 58/66 - Coimbra, C.S. Arq.º 46279, vol. I e II, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro)

## sumário da intervenção arqueológica

Imóvel devoluto, em fase de preparação para o projeto de restauro. Trabalhos arqueológicos prévios de sondagens no solo e parietais autorizados a partir de junho de 2006 (Processo DRCC (1994) 06.03/92) e consumados até 2019, sob responsabilidade do Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra.

## autorização

Protocolo estabelecido com o Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra

## trabalhos executados pelo autor

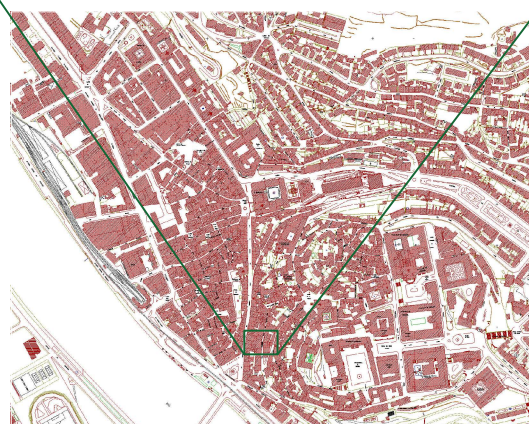
Registos gráficos e fotográficos. Leituras estratigráficas.

## trabalhos não executados pelo autor

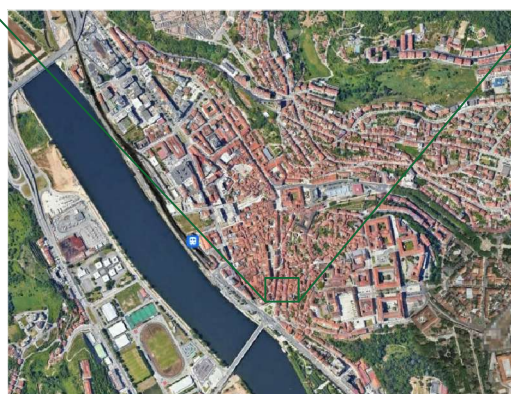
Sendo os trabalhos arqueológicos assegurados pelo Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, ao autor coube registar as estruturas ao centro do edifício intervencionado, adjacentes ao alçado oeste do torreão posto a descoberto. Não foi, no âmbito do presente estudo, efetuado o acompanhamento arqueológico às ações de picagem de rebocos ou de sondagem parietal, ou ainda o registo gráfico ou fotográfico das múltiplas sondagens no solo e parietais, abertas no restante edifício por aquele gabinete. Com a não realização destes trabalhos pretendeu-se simular propositadamente condições de obra adversas, como seja a frequente exiguidade dos edifícios reabilitados nos chamados centros históricos e a consequentemente limitada visão das estruturas arqueológicas neles postas a descoberto.

## principais resultados

O imóvel foi progressivamente erguido sobre a muralha de Coimbra, ultrapassando o antigo recinto muralhado da cidade e ocupando progressivamente a antiga liça, outrora estabelecida entre a muralha, paralela à rua Fernandes Tomás, e a barbacã, paralela à rua Ferreira Borges. Foram postas a descoberto uma estrutura maciça, de planta retangular, interpretada como torreão, e, a norte da mesma, um pano de muralha. O torreão erguia-se em aparelho regular de silharia e cal, e a muralha em



localização sobre planta de Coimbra



localização sobre imagem de satélite 2007 (Google Earth)



## casa das Talhas

aparelho regular de pedras não facetadas e cal. Ambas as estruturas, presume-se que em degradação, foram posteriormente alteadas em diversos pisos, através de aparelhos irregulares de pedra e cal, com paredes de menor espessura. Nestas paredes abriram-se posteriormente vãos de porta, atestando a comunicação entre compartimentos dentro e compartimentos fora do antigo recinto muralhado. Pelo exterior do recinto foram erguidos dois arcos de tijolo ao cutelo, imbricados na muralha e no torreão, sobre os quais se ergueram novas paredes em aparelho irregular de pedra e cal, compartimentando parte da área antes ocupada pela liça. Um vão de porta com verga manuelina, a amplitude dos compartimentos e de certos vãos, a elegância de alguns tetos em madeira trabalhada e de alguns revestimentos em azulejos enxaquetados e a quantidade e qualidade de talhas de armazenamento detectadas na subcave ( piso - 2) atestam a nobreza do edifício, nomeadamente dos compartimentos que confinavam com a muralha e seus ulteriores acrescentos.



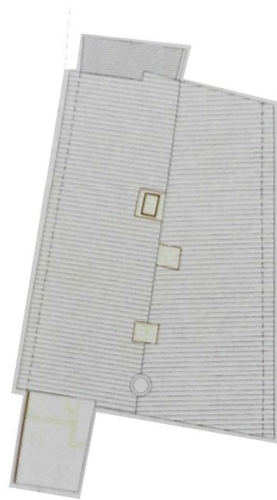
perspetiva geral do imóvel no seu contexto urbano



registo gráfico antigo da rua Fernandes Tomás, s.d.  
(Casa Municipal da Cultura de Coimbra - Imagoteca)

# casa das Talhas

COBERTURA



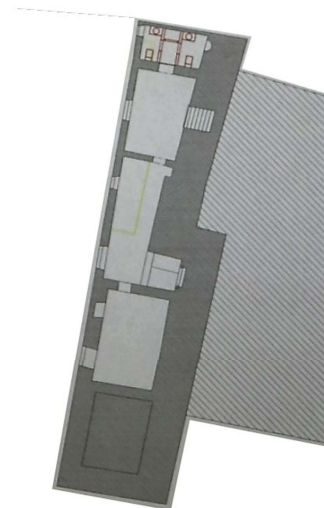
PISO 0



PISO 2



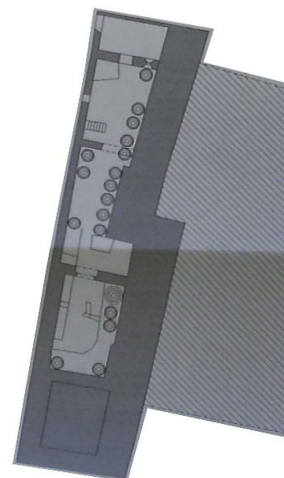
PISO - 1



PISO 1



PISO - 2





projeto de arquitetura

9 m



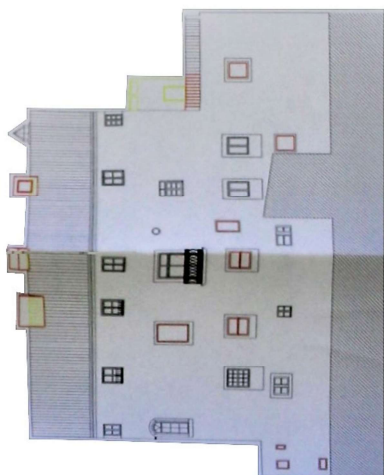
(Processo (94)06.03/92, Edifício sito na rua Fernandes Tomás, n.º 58/66 - Coimbra,  
C.S. Arq.º 46279, vol. I e II, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro)

 construir

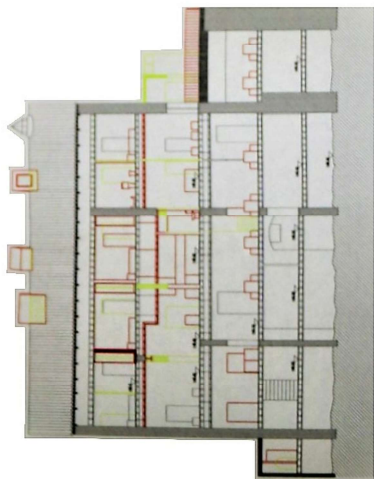
 desmontar

# casa das Talhas

ALÇADO POENTE



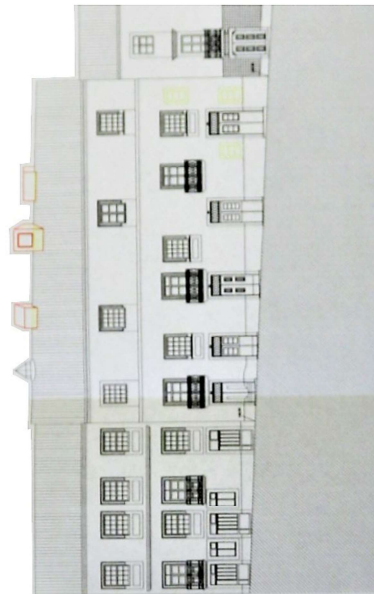
CORTE NORTE - SUL 1



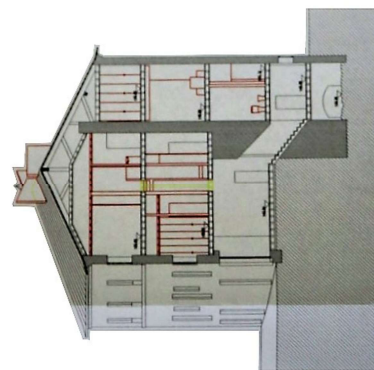
CORTE NORTE - SUL 2



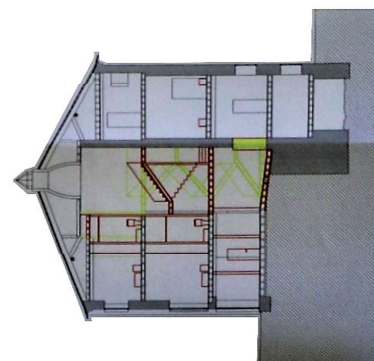
ALÇADO NASCENTE



CORTE ESTE - OESTE 2




CORTE ESTE - OESTE 1



projeto de arquitetura

9 m

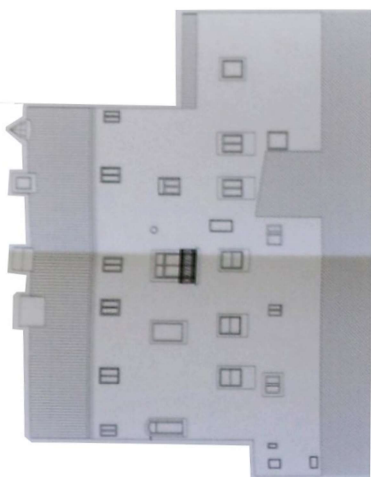
(Processo (94)06.03/92, Edifício sito na rua Fernandes Tomás, n.º 58/66 - Coimbra,  
C.S. Arq.º 46279, vol. I e II, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro)

 construir

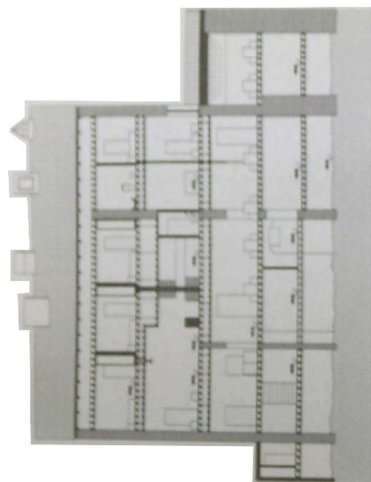
 desmontar

# casa das Talhas

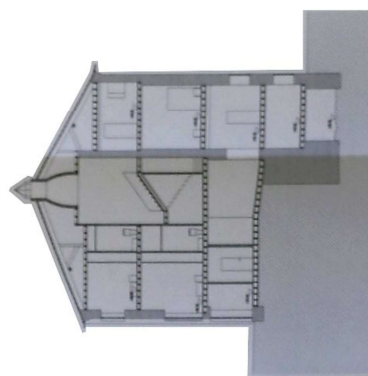
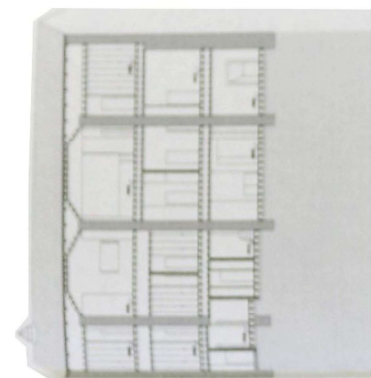
ALÇADO POENTE  
(APÓS INTERVENÇÃO)



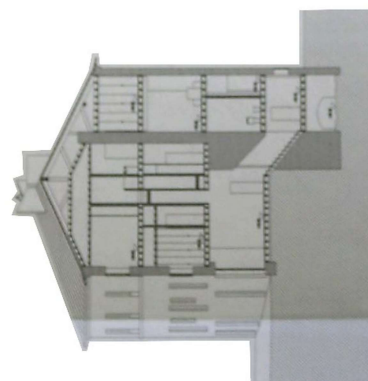
CORTE NORTE - SUL 1  
(APÓS INTERVENÇÃO)



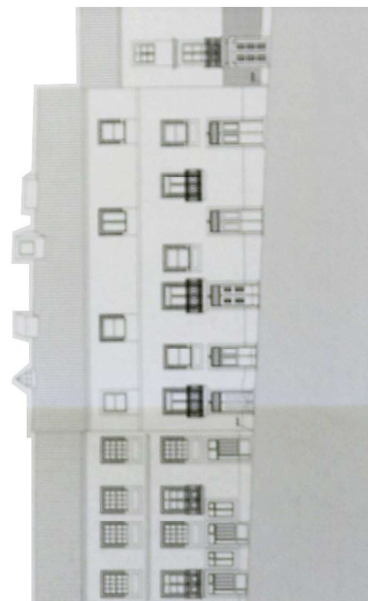
CORTE NORTE - SUL 2  
(APÓS INTERVENÇÃO)



CORTE ESTE - OESTE 1  
(APÓS INTERVENÇÃO)



CORTE ESTE - OESTE 2  
(APÓS INTERVENÇÃO)



ALÇADO NASCENTE  
(APÓS INTERVENÇÃO)

projeto de arquitetura



9 m

# casa de Santa Justa

## localização

Coimbra, terreiro da Erva, n.º 36  
40°12'43"N  
8°25'50"W

## proprietário

Câmara Municipal de Coimbra

## enquadramento institucional

Imóvel protegido, Zona 2B, estabelecida pelo Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afeta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO.

## caracterização sumária

Imóvel de habitação erguido ao nível do primeiro piso, sobre a abóbada da cabeceira da extinta igreja medieval de Santa Justa. Paredes externas em aparelho de pedra e em frontais de madeira. Quatro compartimentos e um corredor, separados entre si por tabiques em enxaimel. Portas de uma e duas folhas em madeira. Janelas de duas folhas e de guilhotina sobre avental, envidraçadas. Soalho de madeira sobre vigas. Tectos em forro de madeira. Cobertura de duas águas em telha cerâmica sobre vigas. Cobriu as ruínas medievais de Santa Justa. Foi posteriormente encostado por outros imóveis habitacionais a sul e a sudeste.

## sumário do programa de reabilitação

Demolição das construções que ocultavam os vestígios da antiga igreja de Santa Justa, de modo e em tempo de preservar os vestígios, no sentido de recuperar aquele edifício e torná-lo perceptível e visitável no futuro. Recuperação do que ainda resta da antiga igreja, devolvendo a memória do espaço à cidade, valorizando a sua história e promovendo uma maior identificação dos cidadãos com o património.

A intervenção resultaria num edifício polivalente, servindo uma narrativa expositiva ou um percurso de visita ao edifício, assim como integrando atividades na praça do Terreiro da Erva, como apoio técnico e logístico. A materialização desta proposta assentaria na aplicação do princípio da reversibilidade.

O programa consiste num espaço público, aberto, urbano e de uso polivalente, um destino funcional socialmente útil, como um monumento dentro da praça, para parar-estar-sentar-observar. (Processo (03)06.03/44, Terreiro da Erva - Coimbra, C.S. Arq.º 48611, vol. I a IV, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro)



perspetiva oeste (antes da intervenção)



perspetiva oeste (após a intervenção)



perspetiva geral do imóvel no seu contexto urbano  
(antes da intervenção)



registo gráfico antigo, s.d.  
(Casa Municipal da Cultura de Coimbra - Imagoteca)

# casa de Santa Justa

## sumário da intervenção arqueológica

Imóvel integralmente desmontado, com exceção das estruturas pertencentes à cabeceira da igreja de Santa Justa, para sua reabilitação e adaptação a sanitários públicos. Demolições autorizadas em abril de 2018 (Processo DRCC (2003) 06.03/44) e consumadas pouco depois, sob acompanhamento arqueológico da responsabilidade do Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra.

## autorização

Protocolo estabelecido com o Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra

## trabalhos executados pelo autor

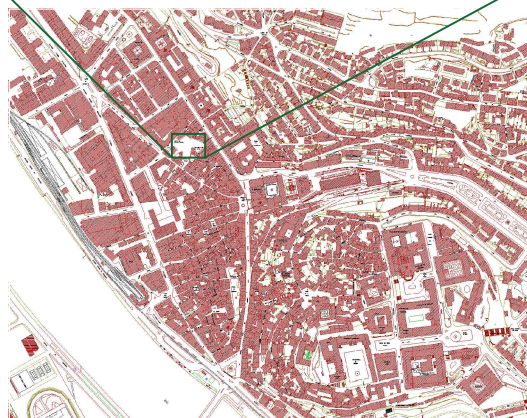
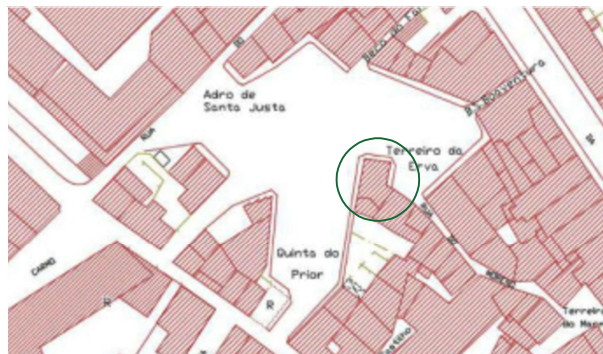
Registos gráficos e fotográficos. Leituras estratigráficas.

## trabalhos não executados pelo autor

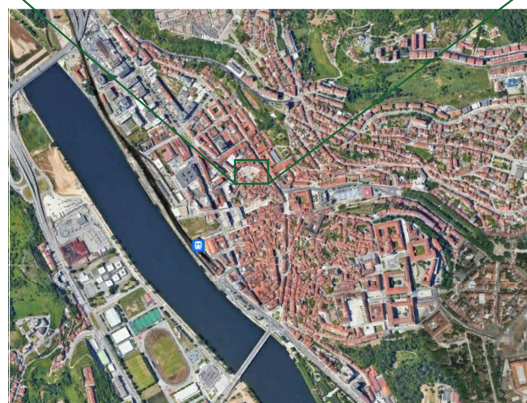
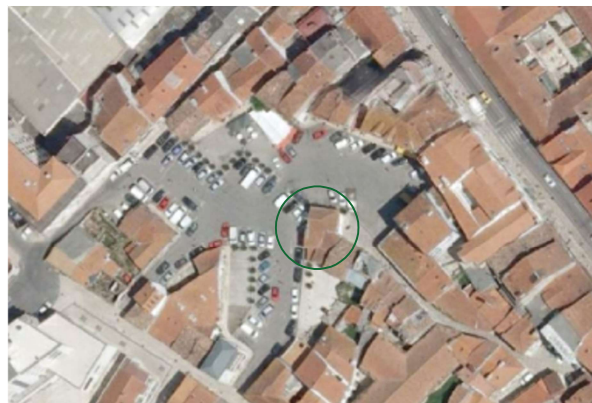
Estando o acompanhamento arqueológico assegurado pelo Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra, ao autor coube registar pontualmente algumas estruturas expostas. Não foi, no âmbito do presente estudo, efetuado o acompanhamento arqueológico às ações de picagem de rebocos ou de desmonte parietal, o acompanhamento arqueológico às ações de desmonte dos pisos e coberturas e dos respetivos travejamentos, ou ainda o registo gráfico ou fotográfico dos pisos e coberturas e dos respetivos travejamentos. Com a não realização destes trabalhos pretendeu-se simular propositadamente condições de obra adversas, como seja a falta de condições de segurança muitas vezes impostas em obra pela deterioração de materiais de construção mais perecíveis, como travejamentos, coberturas e pisos de madeira.

## principais resultados

O imóvel foi erguido diretamente sobre as ruínas da cabeceira da igreja medieval de Santa Justa, em concreto sobre as suas paredes exteriores laterais e tardoz e sobre o carregamento da sua abóbada de cobertura. As duas paredes exteriores poente e nascente do imóvel, erguidas em aparelho de pedra e cal, encontravam-se travadas com a sua parede exterior norte, um frontal de enxaimel, erguido sobre ressalto projetado para a rua. A parede exterior sul, um frontal em enxaimel, encostava às paredes exteriores poente e nascente. No interior o espaço era compartimentado por diferentes tabiques em enxaimel e em placas de madeira, encostados entre si e às paredes exteriores. Todo o imóvel se encontrava assente no mesmo travejamento,



localização sobre planta de Coimbra

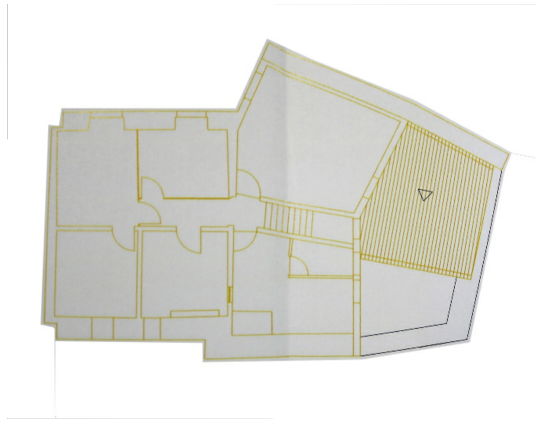


localização sobre imagem de satélite 2007  
(Google Earth)

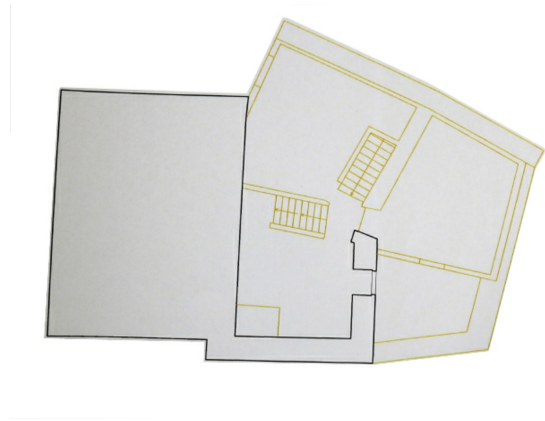
# casa de Santa Justa

orientado de sul para norte, sobre o qual se aplicava o soalho em madeira. Exibia diferentes forros de madeira, aplicados em função do respetivo compartimento, sob travejamento, orientado de sul para norte, que descarregava nas paredes exteriores laterais e tardo de da cabeceira da igreja medieval de Santa Justa. A cobertura, de três águas, assentava sobre travejamento de madeira, aplicado sobre tesouras simples e revestido com telhas cerâmicas de tipo 'lusa'. A sul e a nascente, edificações posteriores, não abrangidas pelo presente estudo, encostavam à cabeceira da igreja e à casa de Santa Justa.

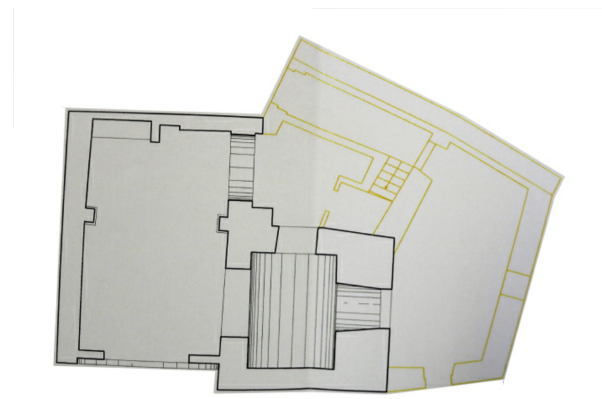
# casa de Santa Justa



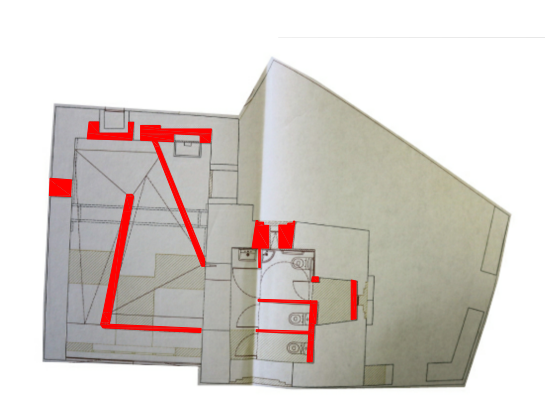
PLANTA DO PISO 2



PLANTA DO PISO 1



PLANTA DO PISO 0



PLANTA DO PISO 0 (APÓS INTERVENÇÃO)

projeto de arquitetura

(Processo (03)06.03/44, Terreiro da Erva - Coimbra, C.S. Arq.º 48611,  
vol. I a IV, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro)

3 m

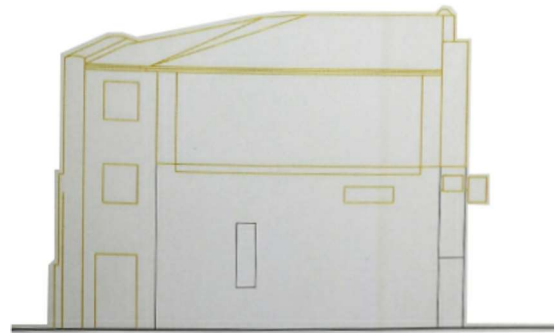
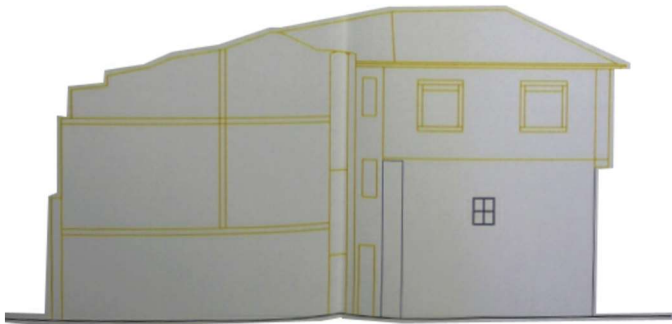
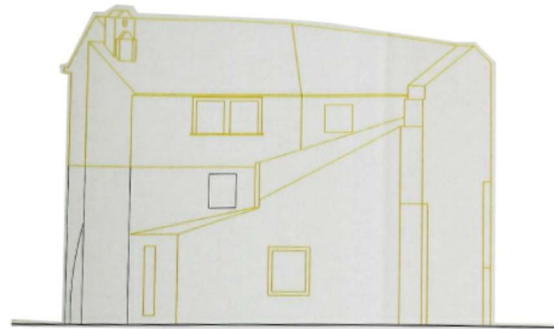
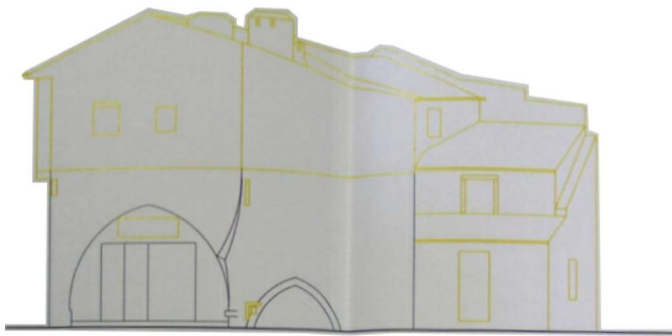
construir



desmontar



# casa de Santa Justa

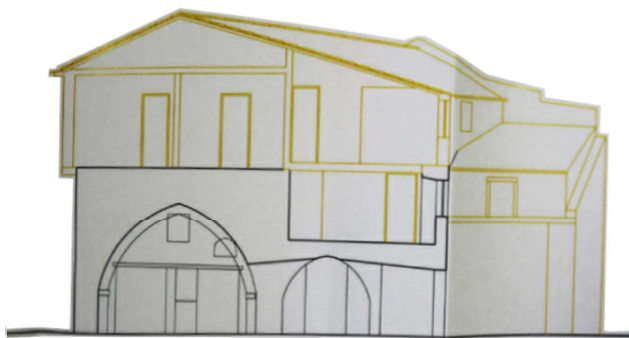


ALÇADO POENTE

ALÇADO NASCENTE

ALÇADO SUL

ALÇADO NORTE



CORTE NORTE - SUL

projeto de arquitetura

(Processo (03)06.03/44, Terreiro da Erva - Coimbra, C.S. Arq.º 48611,  
vol. I a IV, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro)

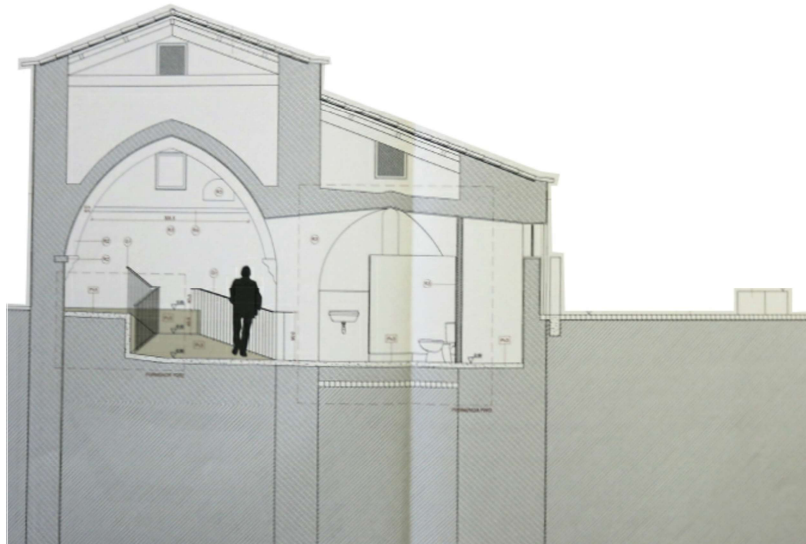
3 m

construir

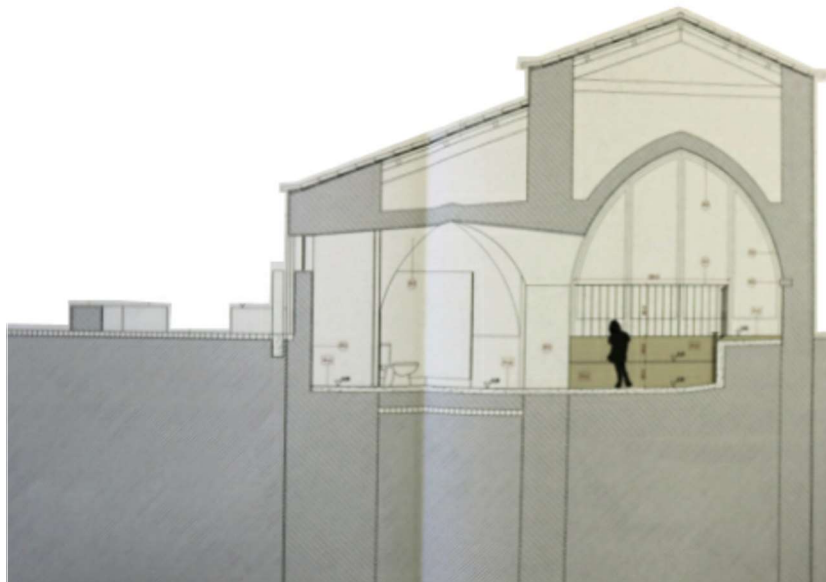


desmontar

# casa de Santa Justa



CORTE POENTE (APÓS INTERVENÇÃO)



ALÇADO NASCENTE (APÓS INTERVENÇÃO)

projeto de arquitetura

3 m



# casa Medieval

## localização

Coimbra, rua Sargento Mor, n.º 2 - 6  
40°12'28"N  
8°25'46"W

## proprietário

Privado

## enquadramento institucional

Zona Especial de Proteção da Igreja de São Bartolomeu,  
Monumento de Interesse Público.

## caracterização sumária

Imóvel de habitação e comércio, erguido em quatro pisos sucessivamente ressaltados sobre a rua. Composta apenas por paredes externas, em frontais de madeira. Quatro exíguos compartimentos (um por piso), unidos por escadas de tiro. Pequenas janelas de duas folhas, envidraçadas. Portas apenas no rés-do-chão, de duas folhas, em madeira, comunicando para escada e compartimento, ambos a cotas inferiores às do nível de circulação da rua. Soalho de madeira sobre vigas. Tectos em forro de madeira. Encostou a sudoeste a um imóvel e foi posteriormente encostada por outro, a nordeste.

## sumário do programa de reabilitação

Não foi até à data apresentada nenhuma proposta de reabilitação.

## sumário da intervenção arqueológica

Imóvel estruturalmente fragilizado, em fase de preparação para reabilitação, planeada e debatida pelos proprietários em conjunto com o coletivo de estudantes de arquitetura Há Baixa, apoiado pelo Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra. Sondagens parietais realizadas nos pisos 1, 2 e 3, sob direção do autor.

## autorização

Trabalhos autorizados pela Direção-Geral de Património Cultural a 20 de junho de 2017, através do ofício S-2017/1877 (C.S.: 1192000).

## trabalhos executados pelo autor

Escavação parietal (com participação do coletivo de estudantes



perspetiva sudoeste



perspetiva geral do imóvel no seu contexto urbano



registo gráfico antigo, s.d.  
(Casa Municipal da Cultura de Coimbra - Imagoteca)

# casa Medieval

de arquitetura Há Baixa). Registos gráficos e fotográficos.  
Leituras estratigráficas.  
Exposição do caso em sede do II Congreso Internacional Cultura y Ciudad, Universidad de Granada/Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Granada, 2019.  
Publicação do caso em sede do capítulo "The 'Medieval House' of Coimbra: Archeology of architecture in the demystification of archetypes", *La casa: espacios domésticos, modos de habitar*, Granada, Abada Editores, 2019.

## trabalhos não executados pelo autor

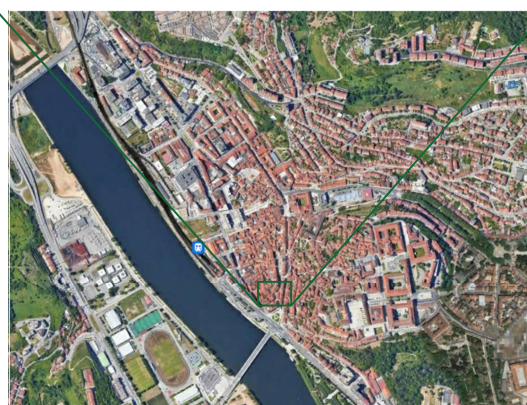
Devido à frágil estabilidade do imóvel em estudo, não foram realizadas sondagens parietais ou de solo, ao nível do rés-do-chão da casa Medieval.  
De igual modo, embora algumas pranchas de soalho tenham sido removidas, para avaliação dos vigamentos, não foram, pela emergência de evacuação do edifício, efetuados registos ou análises interpretativas dos vigamentos ou da cobertura do imóvel.

## principais resultados

Toda a casa Medieval se apoia em apenas três paredes, que definem a loja: a parede ocidental, pertencente na realidade ao edifício vizinho, à qual encostaram a fachada e um tardo. Sobre a fachada e o tardo, uma série de vigas foi aplicada em leque, vencendo a área triangular da loja. Sobre estas, três sobrados foram erguidos, sucessivamente ressaltados sobre a rua. Avançando sobre os frechais dos frontais, as vigas projectavam-se sobre a rua, aumentando a área de cada novo sobrado. Um novo tardo e, oposta à parede do edifício vizinho, uma nova empena foram erguidos, acompanhando os três novos pisos. Nem o tardo nem a empena exibiam ressaltos, aplicados assim exclusivamente nos frontais voltados à rua. No rés-do-chão, a loja edificou-se com materiais mais resistentes. Na fachada e no tardo optou-se por alvenaria de pedra, ombreiras monolíticas e uma robusta padieira de madeira, assente sobre cachorros. Nos sobrados porém, frontais, empena e tardo foram estruturados com soluções mais leves e flexíveis, em madeira, tijolos 'rabo-de-peixe' e argamassa de cal. Não obstante, todas eram distintas. Os frontais foram erguidos com prumos e escoras, e preenchidos com tijolos segurados por travadouros. O tardo foi construído com prumos em que encaixavam os tijolos, dispostos na horizontal. A empena foi estruturada com prumos e escoras, nos quais encaixavam os tijolos, dispostos na diagonal, em padrão espinhado.



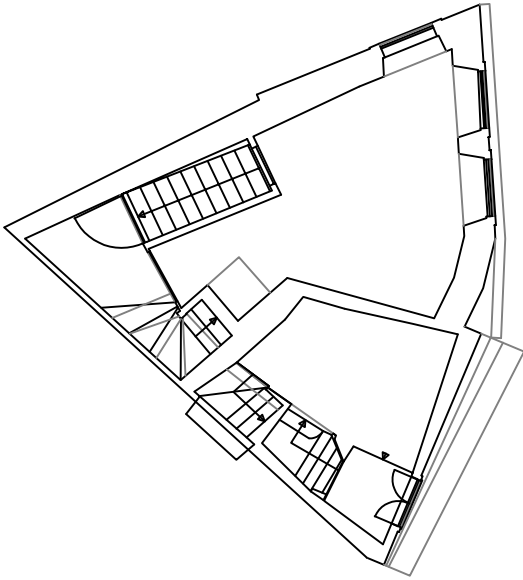
localização sobre planta de Coimbra



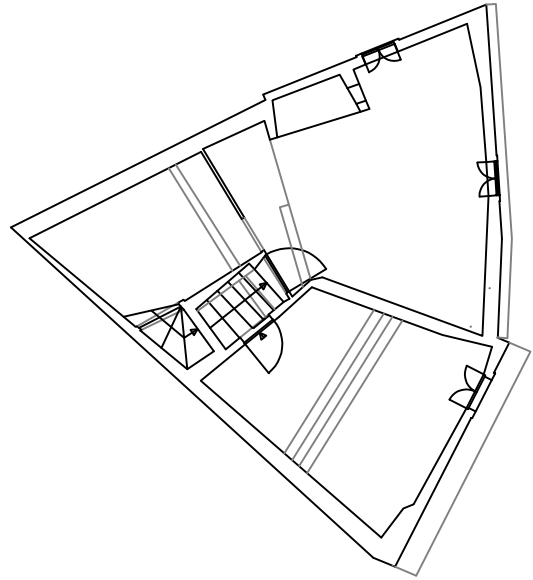
localização sobre imagem de satélite 2007  
(Google Earth)

# casa Medieval

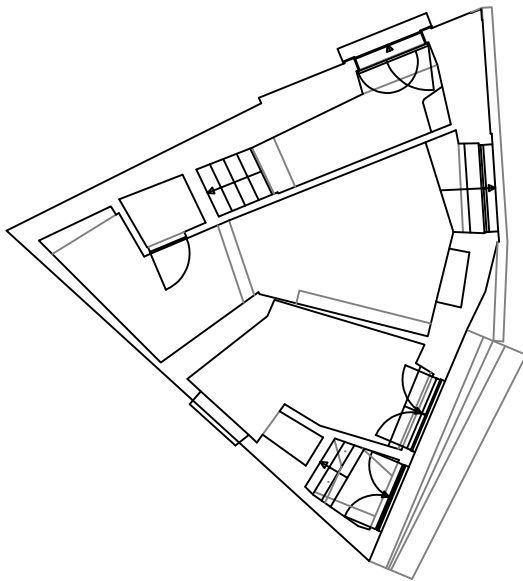
PISO 1



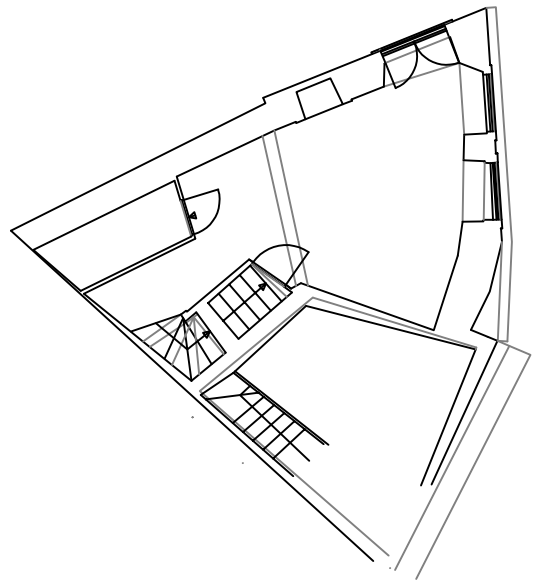
PISO 3



PISO 0



PISO 2



válida, deter valor memorial e todas as construções pré-industriais podiam ser fonte de aprendizagem e de beleza<sup>915</sup>. Mas ainda que a análise formal, posto que positivamente detalhada, pudesse ter em conta todas as fases de vida do edifício a interencionar, os projetos continuavam a destacar amiúde apenas uma delas, não raras vezes valorizada pelos crescentes ideários nacionalistas da época. Assim, mesmo tendo em conta o relativismo científico e a difusão do socialismo, as intervenções de restauro e de reabilitação oitocentistas continuaram a privilegiar o monumental, consagrado que fora pelo epíteto de histórico no decurso da Revolução Francesa, que nele confiou a instrução popular e o impulso progressista necessário à ambicionada melhoria das condições sociais<sup>916</sup>.

A valorização de outras expressões arquitetónicas, nomeadamente da arquitetura doméstica vernacular, que a sensibilidade romântica não deixava ainda assim de elogiar, poderá ter encontrado nos mesmos preceitos evolucionistas, em contrapartida, o seu principal obstáculo. Partindo do pressuposto de que a evolução civilizacional das sociedades podia ser avaliada pelas suas capacidades artísticas, o evolucionismo aplicado à arte efetivamente ditava, como no caso da teoria de Semper<sup>917</sup>, que manifestações artísticas mais simples fossem consideradas menos evoluídas, preconceito com que ainda hoje tantas vezes se encara, por exemplo, a arquitetura vernacular, tão expressiva nos nossos ‘centros históricos’. Porém, do âmbito do património cultural, estabelecido pelo artigo 2º da lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural 107/2001, resulta, na verdade, que “todos os bens (...) portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial *protecção* e valorização”, incluindo “a cultura tradicional popular”<sup>918</sup>, que desde 1989 a própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, vem classificando como o “conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas sobre a tradição”, compreendendo, entre outras, “os rituais, os costumes, o artesanato, [e] a arquitectura”<sup>919</sup>. Enquanto manifestação de cultura popular, a arquitetura tradicional,

<sup>915</sup> Ver supra, p. 99 e seguintes.

<sup>916</sup> Françoise CHOAY, *As questões do património. Antologia para um combate*, trad. Luís Filipe Sarmiento, Lisboa, Edições 70, p. 119-120, 127.

<sup>917</sup> Mari HVATTUM, *Gottfried Semper and the problem of historicism*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, p. 105-107.

<sup>918</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5808, título I, art. 2º, ¶ 1, 8.

<sup>919</sup> UNESCO, “Recomendações para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, 25ª Conferência Geral, Paris, 1989”, *www.matrizpci.dgpc.pt*, trad. Departamento de Património Imaterial, Instituto dos Museus e da Conservação, 2010 [a: 15 de fevereiro de 2022], p. 1, 2.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

ou vernacular, enquadra-se, além do mais, no domínio “dos processos, das técnicas e saberes tradicionais”, cuja salvaguarda se encontra consignada na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, ratificada por Portugal em 2008<sup>920</sup>.

Se sobre o promotor de uma obra de reabilitação arquitetónica recai o ónus da escolha, não menos inalienável é a sua responsabilidade, legalmente consagrada aliás, pela conservação dos bens culturais à sua guarda, como seja a arquitetura tradicional, “de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda”<sup>921</sup>. Não obstante, ainda em 2018 se demolia um dos edifícios que constituem a amostra em estudo no presente trabalho, a casa de Santa Justa, edifício de construção tradicional, no ‘centro histórico’ de Coimbra. Erguida em frontais de madeira e ressalto projetado sobre a rua, segundo técnicas e materiais tradicionais, a casa de Santa Justa correspondia a um arquétipo de construção vernacular. Para mais, construída sobre as ruínas da igreja medieval de Santa Justa, abandonada em 1708 ou 1710<sup>922</sup>, testemunhava a apropriação popular de estruturas medievais obsoletas, fenómeno sobremaneira relevante para o entendimento da evolução urbana de tantos ‘centros históricos’ europeus. Para justificar a demolição, o promotor do projeto socorreu-se, nem mais nem menos, de uma nota técnica de arqueologia, de sua própria autoria porém, em que todo o edifício vernacular se classificava como “autónomo, de cronologia mais recente, de construção pouco cuidada”, sem “valor arqueológico ou patrimonial”, propondo o seu desmonte, a fim de permitir “a leitura clara da pré-existência do imóvel (...) [a] cabeceira da antiga igreja de Santa Justa”<sup>923</sup>. Apesar de uma proposta de recuperação das estruturas vernaculares ter inicialmente merecido o parecer favorável da tutela, o projeto final, que previa a demolição integral

---

<sup>920</sup> Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho de 2009, *Diário da República*, n.º 113/2009, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2009, p. 3648, 3649, art. 1º e), 3º e). Em desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro e na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32.ª Conferência da UNESCO em 2003 e ratificada em Portugal pelo Decreto do Presidente da República n.º 28/2008 de 26 de março de 2008.

<sup>921</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5812, título V, cap. I, secção I, art. 21º, ¶ 1 b).

<sup>922</sup> Ver infra, p. 395.

<sup>923</sup> Processo DRCC (2003) 06.03/44, *Prédio sito no Terreiro da Erva n.º 36, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofício 2 de julho de 2016.



---

fig. 41 e 42. casa de Santa Justa  
registo fotográfico do alçado sudeste, perspetiva nordeste (em cima)  
registo fotográfico do alçado nordeste, perspetiva sudeste (em baixo)  
fotografias do autor, 2017



para uma arqueologia crítica da arquitetura

da casa anexa às ruínas de Santa Justa, acabaria por ser autorizado em 2018<sup>924</sup>, e a sua desconstrução consumada pouco depois. Localizada no Terreiro da Erva, na Baixa de Coimbra, a casa de Santa Justa enquadrava-se, não obstante, na designada Zona 2B, estabelecida pelo Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afeta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, como área composta “maioritariamente por construções correntes”, dentro da qual a salvaguarda patrimonial deveria “preservar as tipologias tradicionais”<sup>925</sup>. Conjeturada pelo município, além de assegurada pela legislação nacional, a salvaguarda do edifício tradicional que era a casa de Santa Justa, ainda assim, falhou.

**António Ginja:** “... Na hora de reabilitar um edifício histórico, que cuidados devemos ter para com a sua valência cultural?”

**Vítor Cóias:** “O princípio fundamental deve ser o da intervenção mínima. A intervenção deve ser reduzida ao mínimo necessário para produzir os efeitos desejados, ou seja, para responder eficazmente à condição que a torna necessária. Adicionalmente, a intervenção deve cumprir os requisitos de compatibilidade, durabilidade e, sempre que possível, reversibilidade.”<sup>926</sup>

Desde finais do século XX que o consenso internacional tem, no domínio da salvaguarda patrimonial, intensificado exortações em torno da preservação e valorização das construções tradicionais. O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS, por exemplo, indicou expressamente, em 1999 e, mais tarde, em 2011, que “as intervenções contemporâneas nas construções (...) vernácula[s] devem respeitar os seus valores culturais e o seu carácter tradicional”, preservando “as

---

<sup>924</sup> Processo DRCC (2003) 06.03/44, *Prédio sito no Terreiro da Erva n.º 36, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofício 9 de abril de 2018.

<sup>925</sup> Aviso n.º 2129/2012 de 10 de fevereiro de 2012, *Diário da República*, n.º 3/2012, série II, Município de Coimbra, Lisboa, Imprensa Nacional, 2012, p. 5090, art. 2º ¶ 2 b).

<sup>926</sup> Vítor CÓIAS, em entrevista escrita concedida ao autor a 7 de dezembro de 2022. Engenheiro civil, docente universitário e membro do Conselho Consultivo do ICOMOS-Portugal, Vítor Cóias e Silva [n. 1943] foi funcionário do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, LNEC, e trabalhou durante vários anos em projetos de reabilitação. Fundou diversas empresas que operam na área da reabilitação arquitetónica, bem como, em 1997, o GECORPA – Grémio do Património, associação dedicada à reabilitação e à conservação do património arquitectónico.

tradições culturais, [e] as técnicas tradicionais”<sup>927</sup>. Em 2000, a Conferência Internacional sobre Conservação, reunida em Cracóvia, determinou que “os edifícios que constituem as zonas históricas podendo não se destacar pelo seu valor arquitetónico especial, devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana”<sup>928</sup>. Quando confrontado com a reabilitação do seu próprio imóvel, cada promotor, não obstante, elege as componentes arquitetónicas que melhor respondem às suas próprias necessidades, não raras vezes incompatíveis com a arquitetura de determinados tipos ou períodos. Ainda que respaldadas pela legislação, certas componentes arquitetónicas podem então desaparecer, cedendo às necessidades do promotor, como no caso da casa de Santa Justa, onde a necessidade de “leitura clara da pré-existência” de uma pequena parte de um monumento medieval ditou o desaparecimento de todo um edifício vernacular. Avaliados pelos parâmetros de monumentalidade ou de singularidade preconcebidos para expressões arquitetónicas específicas, outros edifícios resultam amiúde incompreendidos e desvalorizados, como frequentemente ocorre, de resto, com a arquitetura vernacular face à arquitetura monumental. “No edificado comum, há sempre aquela ideia de que há milhares e de que é de ontem, e que por isso não interessa”, alerta a arqueóloga Lília Basílio<sup>929</sup>. Incompreendidos, desvalorizados e muitas vezes incompatíveis com os projetos do promotor, certos conjuntos edificados, mesmo quando investidos de valor patrimonial, reconhecido pela lei e pelas autoridades administrativas, podem, como tal, não sobreviver.

Em casos específicos, a reabilitação urbana pode, além do mais, responder a necessidades contemporâneas que, compreendendo e valorizando a preponderância patrimonial do edifício a reabilitar, não deixam de rejeitar partes do passado a resgatar. No decurso de eventos traumáticos, por exemplo, a memória histórica associada a um edifício arruinado varia coletiva e individualmente entre a aceitação e

---

<sup>927</sup> ICOMOS (ed.), “Carta sobre o património construído vernáculo, Cidade do México, 17 a 23 de outubro de 1999”, *www.patrimoniocultural.gov.pt*, trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia [a: 15 de fevereiro de 2022], p. 1; ICOMOS (ed.), “Princípios de La Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos, Adoptados pela 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 2011”, *www.icomos.org*, trad. João Campos [a: 15 de fevereiro de 2022], p. 6.

<sup>928</sup> Conferência Internacional sobre Conservação, “Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído”, *www.patrimoniocultural.gov.pt*, trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, 2000, ¶ 3 [a: 23 de fevereiro de 2022].

<sup>929</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021. Arqueóloga, Lília Basílio [n. 1977] coordenou equipas e dirigiu trabalhos de arqueologia preventiva entre 2002 e 2016, depois de ter trabalhado para a execução do Plano Diretor Municipal de Aguiar da Beira. Em 2016, ingressou na Câmara Municipal de Viseu, onde se encontra, desde 2019, a coordenar o Polo Arqueológico de Viseu.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

a rejeição, tal como varia o modo como essa memória se relaciona com o trauma ou quaisquer outros eventos ali decorridos. Na materialidade do sítio devastado residem, contudo, valores memoriais intangíveis, pelo que a sua reabilitação concorre com elevada frequência para a regeneração da própria comunidade atingida pelo trauma<sup>930</sup>. A reconstrução material de locais devastados depende, hoje como nos anos posteriores a qualquer episódio traumático, por outro lado, das condições sociais inerentes ao local afetado, que, em muitos casos, precedem o próprio trauma<sup>931</sup>. O passado remodela-se constantemente no presente pela eleição ou renúncia das memórias que dele guardamos, ao sabor das conjunturas sociais de cada época. “*Neither place or memory remains static*”, argumenta o arqueólogo dinamarquês Carsten Paludan-Müller<sup>932</sup>. Sobre o trauma podem por isso surgir novos conflitos, que resultam da disparidade de memórias associadas ao local, à sua história e ao seu papel durante o episódio traumático. Diferentes memórias e sensibilidades, a que se somam distintas condições socioeconómicas, resultam não raras vezes em diferentes e até divergentes ideias sobre a interpretação e gestão do local afetado. No rescaldo do trauma, diferentes memórias e sensibilidades redundaram por isso, como redundam ainda, nas mais diversas estratégias de reabilitação, incluindo aquelas que, embora recomendado o abandono de “*les restitutions intégrales*” pela Carta de Atenas de 1931<sup>933</sup>, continuaram a optar por intervenções integrais. Respondendo a angústias de natureza emotiva, da mera passagem do tempo ao trauma, a reabilitação assume diferentes estratégias, que encontram para mais respaldo na subjetividade e no pluralismo em que atualmente as sociedades ditas pós e hipermodernas se revêm<sup>934</sup>. Se, na sequência de episódios traumáticos ou angustiantes, as reabilitações e os restauros nunca foram estrategicamente coincidentes, nos dias de hoje, na realidade, eles não podem ser senão divergentes.

A reabilitação urbana, como tal, não se esgota na recuperação estrutural do edificado ou na sua adaptação às necessidades do promotor. Em circunstâncias

---

<sup>930</sup> Marie Louise Stig SØRENSEN, Dacia VIEJO-ROSE, “Introduction: The impact of conflict on cultural heritage: A biographical lens”, *War and cultural heritage, Biographies of place*, ed. Marie Louise Stig Sørensen, Dacia Viejo-Rose, Cambridge, Cambridge University Press, 2015, p. 7-8.

<sup>931</sup> Jon CALAME, “Post-war reconstruction: Concerns, models and approaches”, *Macro Center Working Papers*, vol. 6, paper 20, 2005, p. 6-11.

<sup>932</sup> Carsten PALUDAN-MÜLLER, “Postscript 2, When memory takes place”, *War and cultural heritage, Biographies of place*, ed. Marie Louise Stig Sørensen, Dacia Viejo-Rose, Cambridge, Cambridge University Press, 2015, p. 261.

<sup>933</sup> ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 33. Para a Carta de Atenas, ver supra, p. 110.

<sup>934</sup> Ver supra, p. 5 e seguintes.

específicas, na reabilitação de um edifício pode também depositar-se a esperança de uma comunidade na reparação de memórias traumáticas ou angustiantes. Nos ‘centros históricos’ de cidades com uma longa ocupação humana, tantas vezes marcados pelo abandono e pela degradação de edifícios, o contacto quotidiano com a ruína pode por si só configurar-se numa experiência social que, muito embora ainda distante do trauma, não deixa de espoletar entre a comunidade sentimentos de angústia. Nestes casos, a angústia social decorre do confronto continuado com a deterioração física do edifício arruinado, que a comunidade associa à degradação moral e à perda memorial. Consagrada pela Carta de Atenas de 1931, a imagem dos ‘centros históricos’ e da tradicional “*physionomie des villes*” pré-industriais<sup>935</sup>, na realidade, não deixou nunca de estar intimamente ligada à memória coletiva da cidade. Quando, por exemplo, Camillo Sitte denunciou a frieza das praças modernas, que na transição do século XIX para o século XX se rasgavam em todas as grandes cidades europeias à custa da demolição de tecidos urbanos pré-industriais, não o fez apenas pela decorrente descaracterização estética, mas também pelo desaparecimento dos mercados que as praças antigas albergavam, à época cada vez mais arredados dos ‘centros históricos’ e encerrados em edifícios construídos de raiz para o efeito<sup>936</sup>. A angústia de uma comunidade confrontada com a ruína ou o desaparecimento do seu edificado histórico não resultava, portanto, como não resulta ainda, apenas da transformação, da renovação ou da perda de modelos estéticos, senão também da rutura provocada por essas mudanças no cerne das suas práticas sociais e da sua memória coletiva.

Neste sentido, a preservação da fachada, muitas vezes a única componente do edifício em contacto com o espaço comunitário, e logo cenário indispensável para a memória coletiva e para as práticas sociais da comunidade, reveste-se de grande importância. Nas fachadas do ‘centro histórico’ de Coimbra, por exemplo, encontram-se amiúde estratégias decorativas, como esgrafitos aplicados sob o beiral do telhado, baixos-relevos obtidos pelo desenho ou pela aplicação de moldes metálicos<sup>937</sup>, que podem constituir distintivos identitários ou sociais e, por isso, operar como

---

<sup>935</sup> Carta de Atenas, in ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º 1, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 33.

<sup>936</sup> Para Camillo Sitte, ver supra, p. 100.

<sup>937</sup> José António Raimundo Mendes da SILVA, Ana Cristina SUBTIL, “General characterization of Coimbra’s uptown building’s façades”, *Cadernos de Apoio ao ensino da tecnologia da construção e da reabilitação de anomalias não estruturais em edifícios*, n.º 7, *Anomalias de revestimentos de fachada e soluções de reabilitação*, coord. José António Raimundo Mendes da Silva, Coimbra, Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009, p. 76-77.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

mecanismos de interação entre a fachada e a comunidade local. As práticas sociais e as memórias coletivamente projetadas no edificado histórico, todavia, não se esgotam no espaço comunitário e, como tal, não podem circunscrever-se à fachada, sob pena de sacrificar a integridade e a autenticidade do todo, pela ilusão cénica de uma parte. Tradições construtivas, funcionalidades espaciais e vestígios arqueológicos, por exemplo, constituem práticas e testemunhos memoriais que abrangem muitas vezes todo o edificado, do solo à cobertura. “A demolição total do interior com aproveitamento apenas da fachada” justifica-se, por conseguinte, apenas “em casos extremos”, sublinha o engenheiro Vítor Cóias<sup>938</sup>. Concomitantemente, a lei de bases do património cultural 107/2001 estabelece para os imóveis protegidos em Portugal o carácter excecional das demolições, que não poderão ocorrer “sem prévia e expressa autorização do órgão competente da administração”, e apenas se se verificar “a existência de ruína ou”, num subterfúgio regulamentar de absoluta subjetividade, perante a “primazia de um bem jurídico superior”<sup>939</sup>.

Quando confrontados com a ruína interna de um edifício, promotor e projetista nem sempre conseguem ultrapassar, todavia, a inevitabilidade do fachadismo. Em pleno ‘centro histórico’ de Coimbra, a casa da rua do Norte, prédio de rendimento que integra a amostra em estudo no presente trabalho, por exemplo, não mantinha de si, em 2014, aquando do início da sua reabilitação, senão as paredes meeiras e as fachadas principal e tardoz. Todo o interior do edifício, destruído por um incêndio, se encontrava irremediavelmente perdido. Noutros casos, o abandono e a degradação de edifícios em ‘centros históricos’ pode mesmo resultar de ações estrategicamente calculadas para frustrar a salvaguarda patrimonial. “É uma técnica muito antiga”, alerta o arqueólogo municipal António Marques, “deixar o edifício ao abandono durante cinco, dez anos, para que depois já não seja possível recuperar nada”<sup>940</sup>. Ainda que, desde o ponto de vista arqueológico, o desaparecimento do interior de um edifício limite a leitura estratigráfica, como se verá, a pouco mais do que à parede da fachada, a recuperação do remanescente não deixa, todavia, de concorrer para a superação da angústia social associada ao estado de degradação em que o edifício se encontra.

---

<sup>938</sup> Vítor CÓIAS, em entrevista escrita concedida ao autor a 7 de dezembro de 2022.

<sup>939</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, Diário da República, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5816, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 49º, ¶ 1, 2.

<sup>940</sup> António MARQUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021. Arqueólogo, António Marques [n. 1967] trabalhou como técnico superior de assuntos culturais nos municípios de Soure, Porto de Mós, Belmonte, Guarda e finalmente de Lisboa, onde atualmente coordena o Centro de Arqueologia de Lisboa, gabinete para a arqueologia municipal.

Inaugurando um novo ciclo de vida, a reabilitação da casa da rua do Norte, por exemplo, permitiu afastar do espaço comunitário todos os vestígios e memórias associados ao incêndio que a destruiu e à sua subsequente imagem de degradação.

Num dado ‘centro histórico’, que se queira vivo e, portanto, em permanente transformação, a pressão imobiliária, e até mesmo do turismo, ditam que a ruína, símbolo de degradação moral, de trauma ou de angústia social, ceda, como cederam ambas as casas de Santa Justa e da rua do Norte, à reabilitação. Não obstante, confrontando a antiguidade da preexistência com a modernidade das técnicas, dos materiais e das intenções atuais, à reabilitação de património edificado exige-se invariavelmente que articule dois predicados essenciais à existência humana, a preservação da memória e o desejo de desenvolvimento. Às funções e aos significados de que o edifício fora investido no passado pelos seus construtores devem, assim, confrontar-se, sobretudo nas sociedades que se revejam nos paradigmas da pós-modernidade e da hipermodernidade<sup>941</sup>, as funções e os significados projetados no presente pela comunidade que se serve do edifício para o seu próprio desenvolvimento. No entanto, da mesma maneira que o liberalismo e a industrialização exigiam pelo século XIX, em nome de um ambicionado progresso social e tecnológico, uma rutura ideológica com o passado, outros movimentos sociais houve, como o romantismo por exemplo, que encaravam a perseverança da tradição como alternativa mais acertada para os malefícios desse mesmo progresso<sup>942</sup>. A mesma ambição de desenvolvimento, por conseguinte, pode convocar, em épocas ou fações sociais distintas, diferentes maneiras de encarar o passado. Atitudes tão antagónicas como destruir um edifício de arquitetura tradicional, como na casa de Santa Justa, ou resgatá-lo da sua ruína, como na casa da rua do Norte, podem justificar-se, afinal, pelo mesmo ímpeto de desenvolvimento.

O património edificado, contudo, não se encontra circunscrito à sua utilidade social. Documento arqueológico e histórico-artístico, cientificamente reconhecido e legalmente protegido, um edifício classificado, em vias de classificação ou nas respetivas áreas de proteção não pode responder apenas a ensejos de desenvolvimento social e económico, pelo que a sua destruição não deve ser, em nenhum tipo de cenário, aceitável. Durante a fase preparatória para a obra de

---

<sup>941</sup> Ver supra, p. 5 e seguintes.

<sup>942</sup> Para romantismo, tradição e progresso, leia-se, entre outros possíveis, David Aram KAISER, *Romanticism, aesthetics, and nationalism*, ed. Marilyn Butler, James Chandler, Cambridge, Cambridge University Press, 2004; ou Inger S. B. BRODEY, “On Pre-Romanticism or sensibility: Defining ambivalences”, *A companion to European romanticism*, ed. Michael Ferber, Malden, Blackwell, 2005.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

reabilitação de um edifício protegido deve exigir-se, de facto, do promotor como do projetista, maior consciencialização, para que a ponderação entre a preservação do passado e a atualização do presente não comprometam a salvaguarda do seu valor patrimonial, incluindo as suas valências documentais.

**António Ginja:** “Em comunicação de 2004 (...) denuncia que os projetos de reabilitação em Portugal têm vindo a anular “os traços da passagem da arquitectura pelo tempo”. Que tipo de vantagens considera que possam advir de uma reabilitação que preserve e valorize os traços da passagem do tempo?

**José Aguiar:** Muitas. Desde as mais práticas às mais culturais (...). Um projeto de reabilitação que tenha em consideração todas as fases de construção do edifício, será mais reduzido (aqui menos é mais), mais económico e mais eficaz (...). Outra questão, mais cultural, é a de que Portugal tem poucos edifícios de um só tempo. São raros. Mesmo os edifícios de maior valor cultural são palimpsestos, sobreposições, alterações, adições... sob o ponto de vista cultural, resultam de um processo muito mais fascinante. O processo da passagem do tempo é crucial, porque nos permite ler não uma, mas várias histórias...”<sup>943</sup>

No domínio da salvaguarda das valências documentais do património arquitetónico, o município, se legalmente investido para o efeito, poderá assumir maior preponderância, nomeadamente ao nível de Planos Diretores Municipais, PDM's<sup>944</sup>. Em Lisboa, por exemplo, o PDM define para o 'centro histórico' três Níveis de

---

<sup>943</sup> José AGUIAR, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 10 de março de 2022. Docente na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, o arquiteto José Aguiar [n. 1961] coordena o grupo de unidades curriculares de conservação, restauro e reabilitação, assim como projetos de investigação em conservação, junto da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Foi investigador no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e presidente do ICOMOS-Portugal, integrando diversas comissões científicas na UNESCO e no ICOMOS. Membro da direção da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos, foi ainda fundador da Revista Arquitectos e da Sociedade Portuguesa de História da Construção.

<sup>944</sup> “Planos de ocupação do solo da competência dos municípios”, conforme estipulados pelo Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de março de 1990, *Diário da República*, n.º 51/1990, série I, Ministério do Planeamento e Administração do Território, Lisboa, Imprensa Nacional, 1990, p. 880, art. 2º, ¶ 1 a). Para mais sobre o enquadramento historiográfico e jurídico dos Planos Diretores Municipais, consulte-se Adelino GONÇALVES, *Património urban(ístic)o e planeamento de salvaguarda, Os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimonialização da cidade na sua (re)feitura*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011.

Sensibilidade Arqueológica, exigindo nelas distintas condicionantes arqueológicas, que, no entanto, não ultrapassam o nível do subsolo<sup>945</sup>. “A Câmara limita-se, nos seus licenciamentos, a fazer cumprir o PDM”, afirma António Marques<sup>946</sup>. Consequentemente, sempre que as intenções de reabilitação se limitem a afetar apenas o edificado, o promotor não chega sequer a ter noção de que o seu projeto afetará um documento arqueológico e histórico-artístico. “Ir além das afetações ao subsolo era uma das coisas que nós queríamos pôr no PDM, mas não fomos autorizados”, lamenta o arqueólogo municipal, “pensa-se que, se é património arquitetónico, é com arquitetos, não é com arqueólogos”.

Noutros municípios, a postura municipal face ao seu património arqueológico, incluindo o construído, assume-se, pelo contrário, como uma prioridade. Desde 1981 que em Guimarães, por exemplo, a Divisão do Centro Histórico da Câmara Municipal de Guimarães, à época denominada Gabinete do Centro Histórico<sup>947</sup>, tem procurado negociar com os promotores e os autores dos projectos, enquanto paralelamente tem vindo a definir um conjunto de protocolos com a tutela, com vista a agilizar a apreciação dos processos e a garantir medidas de proteção patrimonial coerentes. “A Divisão do Centro Histórico pronuncia-se sobre todos os assuntos relacionados com a área classificada como Património da Humanidade e respetiva zona especial de proteção”, explica Ricardo Rodrigues, coordenador da Divisão do Centro Histórico<sup>948</sup>. O apoio manifesta-se, entre outras, pela assistência técnica a particulares, na resolução dos seus problemas técnicos e protocolares, assim como na produção de

---

<sup>945</sup> Aviso n.º 11622/2012 de 30 de agosto de 2012, *Diário da República*, n.º 168/2012, série II, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2012, p. 30283, título III, cap. II, secção II, subsecção II, art. 33º, ¶ 1 a), b), c).

<sup>946</sup> António MARQUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021.

<sup>947</sup> Criado em 1981, o Gabinete do Centro Histórico da Câmara Municipal de Guimarães, tornado Gabinete Técnico Local em 1985 e, entretanto, rebatizado Divisão do Centro Histórico, tem sido responsável pela adaptação do ‘centro histórico’ de Guimarães aos modos de vida contemporâneos, associando a reabilitação arquitetónica à manutenção da população residente e da sua identidade comunitária. José AGUIAR, “A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: Estratégia, método e algumas questões disciplinares”, *Guimarães. Património Cultural da Humanidade*, coord. Margarida Morais, Madalena Vaz, Guimarães, Câmara Municipal, 2002, p. 54-59.

<sup>948</sup> Ricardo RODRIGUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 7 de dezembro de 2021. Ricardo Rodrigues [n. 1977] trabalhou como arquiteto municipal em Guimarães desde 2001, integrando a equipa responsável pela coordenação da reabilitação do ‘centro histórico’ da cidade. É redator do Plano de Gestão para o Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros, autor de projetos de requalificação de edifícios e espaços públicos e coordenador da candidatura do Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros ao Património Mundial. Desde 2021 é chefe da Divisão do Centro Histórico, o gabinete municipal responsável pela gestão, coordenação e acompanhamento da reabilitação urbana do centro da cidade de Guimarães.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

projetos alternativos aos indeferidos<sup>949</sup>. “A Divisão do Centro Histórico procura (...), sempre que haja abertura para tal, conversar informalmente com os promotores (...), para que sejam acautelados os procedimentos necessários à salvaguarda do bem”, adianta o arquiteto. Entre os mecanismos de gestão patrimonial definidos no Plano de Gestão do seu ‘centro histórico’, salienta-se, de resto, o acompanhamento e apoio técnico municipal, “de uma forma não autoritária”, procurando “caminhos de diálogo, negociação e conciliação”<sup>950</sup>. O município assume um papel mais interventivo também em Braga, onde os promotores de projetos com afetação ao edificado no ‘centro histórico’ são convocados pela própria Câmara Municipal, para que lhes sejam explicadas todas as restrições patrimoniais. Numa reunião intermediada pelo município, tutela, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e promotor discutem previamente a compatibilização entre o projeto e a salvaguarda patrimonial. “Atingiu-se um nível de articulação tal entre a Unidade de Arqueologia, a Câmara Municipal e a tutela (...), que os promotores imobiliários em Braga já sabem que há sítios que não podem ser objeto de certas intervenções”, explica Luís Fontes. “É tudo objeto de negociação prévia”, conclui o arqueólogo<sup>951</sup>.

**António Ginja:** “No domínio da proteção e valorização do património cultural, a UNESCO considerou recentemente fundamental (...) uma articulação entre administração central, a quem deveria competir a definição das políticas, estratégias, legislação, regulamentação e enquadramento institucional, e a administração local, que deveria ser responsabilizada pelo desenvolvimento de planos de conservação patrimonial à escala local. Considera que em Lisboa exista esta articulação entre administração central e administração municipal?”

**António Marques:** “Não há nenhum protocolo entre os serviços municipais e a administração central, no domínio da reabilitação urbana (...). Mas quem define as políticas

---

<sup>949</sup> José AGUIAR, “A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: Estratégia, método e algumas questões disciplinares”, *Guimarães. Património Cultural da Humanidade*, coord. Margarida Morais, Madalena Vaz, Guimarães, Câmara Municipal, 2002, p. 89-92.

<sup>950</sup> Câmara Municipal de Guimarães, *Plano de Gestão do Centro Histórico e Zona de Couros 2021-2026*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2021, p. 122.

<sup>951</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021. Arqueólogo doutorado, Luís Fontes [n. 1959] iniciou a sua carreira em 1978 no Campo Arqueológico de Braga, um dos primeiros projetos portugueses de arqueologia urbana. Integrou a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em 1987, onde foi pioneiro na aplicação da arqueologia da arquitetura em Portugal. Liderou estudos integrados de arqueologia e arqueologia da arquitetura em diversos locais e monumentos, nomeadamente em estudos sobre Bracara Augusta, Valença e Vale do Terva.

de preservação do património arqueológico é, de acordo com a lei, a tutela, que pode, se assim entender, não consultar a administração local. Então, é a tutela quem poderia tomar a iniciativa de consultar a administração local. No caso de Lisboa, isso não está a acontecer. Noutros municípios (...), sim. Então não há uma postura uniforme, por parte da tutela, na forma como se relaciona com a administração local.”<sup>952</sup>

Com efeito, desde a sistematização positivista do século XIX, as intervenções de recuperação arquitetónica não mais puderam ignorar a vertente documental dos edifícios intervencionados, exigindo-se hoje aos projetos de reabilitação, como então aos de restauro, que se sustentem em factos cientificamente apurados. Nem a reabilitação nem os restauros arquitetónicos podem perspetivar-se sem uma sustentação científica, premissa que, aliás, conduziu às primeiras formulações teóricas concernentes, como as de le-Duc, Ruskin ou Boito, nas quais se convocam tanto conceitos teleológicos ou filosóficos, como também princípios evolucionistas<sup>953</sup>. Pretendendo-se cientificamente alicerçadas, as teorias de restauro procuraram então, no estudo positivista dos detalhes estilísticos e das fontes arqueológicas e iconográficas, a fundamentação científica para as opções assumidas. Ainda que, por norma, os estudos científicos e historiográficos fossem assegurados pelo próprio autor do projeto de restauro, a maioria das vezes arquiteto, a premissa do estudo científico, histórico e arqueológico, tanto quanto arquitetónico, do edifício a intervencionar, prevaleceu, mantendo-se até à atualidade como a base de sustentação de projetos de reabilitação urbana que maior consenso colhe.

A busca obstinada pela veracidade científica, na verdade, enviesava a leitura dos chamados restauros estilísticos, na medida em que, considerados tentativas cientificamente infundadas de reconstrução de componentes arquitetónicas desaparecidas, eram muitas vezes vistos como fraudulentos. Não obstante, o restauro estilístico, globalmente disseminado pela segunda metade do século XIX, advogava pretender, na realidade, não a reconstrução do edificado perdido, mas a condução do edifício restaurado a uma nova fase da sua vida, distinta das anteriores, ainda que, do ponto de vista formal, coerente com a sua filiação estilística. Assim se compreende que le-Duc admitisse conduzir o edifício restaurado a um ponto a que o mesmo pudesse nunca ter chegado, porque o restauro que preconizou, como os que

<sup>952</sup> António MARQUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021.

<sup>953</sup> Ver supra, p. 51 e seguintes.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

efetivamente dirigiu, se processava na realidade pela construção e não pela reconstrução. Sem deixar de responder a anseios de progresso social e moral, o início de uma nova fase de vida do edifício restaurado, melhor adaptada às necessidades da comunidade que servia, cumpria, portanto, requisitos evolucionistas. Contestados como fraudulentos e amiúde sustentados, hoje como então, pela possibilidade ficcional de reinventar o aspeto perdido, os restauros estilísticos não deixam enfim de dar também continuidade a uma velha tradição europeia, subsistente até bem entrado o século XIX, que entendia a obra de arte como organismo vivo<sup>954</sup>, podendo, como tal, ser utilizada e formalmente alterada, em função de novas ideias e necessidades.

Ainda que amplamente utilizado em múltiplos países também ao longo do século XX, o restauro estilístico, todavia, foi caindo em desuso, algures entre a proclamação da Carta de Atenas de 1931, em que se recomendava a dissimulação de todos os materiais acrescentados, “*afin de ne pas altérer l’aspect et la caractère de l’édifice à restaurer*”, e da Carta de Veneza de 1964, onde as conjeturas se rejeitam e a distinção de elementos acrescentados se recomenda, “*afin que la restauration ne falsifie pas le document d’art et d’histoire*”<sup>955</sup>. Desde Veneza, na realidade, os diversos convénios internacionais relativos à salvaguarda e valorização de património arquitetónico têm vindo a desencorajar restauros e reabilitações demasiado conjeturais, recomendando em alternativa maior fidelidade às propriedades originais dos edifícios a intervencionar. Veneza chamou-lhe “*la substance ancienne*”, a Carta do ICOMOS sobre o património vernáculo de 1999 definiu-o como “*consistency of expression, appearance, texture and form*”, La Valeta aclamou-o em 2011 como “espírito do lugar”<sup>956</sup>. Tendo em vista a salvaguarda do enquadramento em que se insere o imóvel protegido, sem o qual a leitura das suas propriedades originais sairia depauperada, a Convenção de Granada de 1985, ratificada por Portugal seis anos depois, desaprovava “a remoção, total ou parcial, de um monumento protegido”, enquanto que a Carta do ICOMOS sobre as cidades históricas de 1987 exigia que

---

<sup>954</sup> Christopher S. WOOD, *A history of art history*, Princeton, Princeton University Press, 2019, p. 200.

<sup>955</sup> ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 33, 40. Para mais sobre as Cartas de Atenas e de Veneza, ver supra, p. 100 e 102.

<sup>956</sup> ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 39; ICOMOS (ed.), “Carta sobre o património construído vernáculo, Cidade do México, 17 a 23 de outubro de 1999”, [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt), trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia [a: 22 de fevereiro de 2022], p. 2-3; ICOMOS (ed.), “Princípios de La Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos, Adoptados pela 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 2011”, [www.icomos.org](http://www.icomos.org), trad. João Campos [a: 15 de fevereiro de 2022], p. 3.

qualquer transformação respeitasse “os seus *aspectos* parcelares e a sua escala”, e os princípios emanados em 2011 de La Valeta condenavam as “fragmentações ou interrupções na continuidade do tecido urbano”<sup>957</sup>.

Do respeito pelo carácter original do edifício a intervir, bem como do meio em que se insere, nascia, desde Veneza, aliás, uma verdadeira animosidade contra o critério da unidade estilística, que a Carta sobre restauro de património construído de Cracóvia, redigida em 2000, rejeitando “reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu ‘verdadeiro estilo’”, inequivocamente consagrou<sup>958</sup>. Com efeito, o favorecimento de um estilo ou período em detrimento dos demais eventualmente presentes no edifício a intervir tem vindo também desde Veneza a ser rejeitado. “*Toutes les époques à l’édification d’un monument doivent être respectés*”, recomendava, “*l’unité de style n’étant pas un but*”<sup>959</sup>. Décadas depois, o mesmo princípio era aplicado na arquitectura vernacular. “*Changes over time should be appreciate*”, declarou a Carta do ICOMOS sobre o património vernáculo, em 1999. “*Conformity of all parts of a building to a single period, will not normally be the goal*”, propunha<sup>960</sup>. Também a Carta de Cracóvia recomendava que as intervenções sobre o património arquitetónico analisassem e respeitassem “todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos”, norma que La Valeta não hesitou em transpor, de resto, para as alterações afetas aos ‘centros históricos’, ao recomendar que “qualquer ação de salvaguarda” exigisse um profundo conhecimento das suas “diferentes fases de evolução”<sup>961</sup>.

<sup>957</sup> Council of Europe, “Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe”, *www.coe.int* [a 11 de junho de 2020], p. 4, art. 17º; Resolução n.º 5/91 de 23 de janeiro de 1991, *Diário da República*, n.º 19/1991, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1991, p. 386; ICOMOS (ed.), “Carta sobre a salvaguarda das cidades históricas”, *www.patrimoniocultural.gov.pt* [a: 22 de fevereiro de 2022]; ICOMOS (ed.), “Princípios de La Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos, Adoptados pela 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 2011”, *www.icomos.org*, trad. João Campos [a: 15 de fevereiro de 2022], p. 3.

<sup>958</sup> Conferência Internacional sobre Conservação, “Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído”, *www.patrimoniocultural.gov.pt*, trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, 2000, ¶ 2 [a: 23 de fevereiro de 2022].

<sup>959</sup> ICOMOS (ed.), “International charters for conservation and restoration”, *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004, p. 40.

<sup>960</sup> ICOMOS (ed.), “Carta sobre o património construído vernáculo, Cidade do México, 17 a 23 de outubro de 1999”, *www.patrimoniocultural.gov.pt*, trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia [a: 22 de fevereiro de 2022], p. 3.

<sup>961</sup> Conferência Internacional sobre Conservação, “Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído”, *www.patrimoniocultural.gov.pt*, trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, 2000, ¶ 3 [a: 23 de fevereiro de 2022]; ICOMOS (ed.), “Princípios de La Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos, Adoptados pela 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 2011”, *www.icomos.org*, trad. João Campos [a: 15 de fevereiro de 2022], p. 5.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Desde a proclamação da Carta de Veneza até aos nossos dias, o conceito de intervenção sobre património arquitetónico consolidou-se, por conseguinte, como um conjunto de ações de salvamento, proteção e atualização de imóveis históricos que, valorizando a substância original do edificado, deve respeitar todas as suas fases construtivas. A anulação de determinadas fases construtivas de um edifício antigo, em benefício das demais, não só configura a destruição de parte da sua valência documental, como também não corresponde, por isso, aos parâmetros atuais internacionalmente convencionados. Sempre que da reabilitação de um edifício histórico decorra, por outro lado, adição de novos elementos, tantas vezes indispensáveis à sua atualização, o respeito por todas as fases, impõe por isso o uso de materiais modernos, segundo uma linguagem atual, em concordância com aquela que corresponderá a uma nova fase da sua vida<sup>962</sup>. Em tais casos, no entanto, “o princípio fundamental deve ser o da intervenção mínima”, considera Vítor Cóias. “É sabido que a melhor forma de conservar um edifício é mantê-lo em uso”, acrescenta o engenheiro, “no entanto, as adaptações para tal necessárias não devem atentar contra o carácter e autenticidade desse edifício ou das suas diversas componentes”<sup>963</sup>.

Se no momento decisório predominam as intenções e as necessidades utilitárias do promotor, deverá ser junto do promotor, como tal, que em primeiro lugar seja estimulada a valorização do carácter original e das diversas fases de construção que compõem o seu edifício, e desencorajada a destruição de qualquer componente que comprometa a sua leitura histórica. A vida contemporânea, quando vivida em património arquitetónico, deve moldar-se ao carácter histórico dos imóveis protegidos, e não o seu contrário. Neste domínio, os municípios, por melhor conhecerem o seu património arquitetónico, poderão e deverão assumir um papel mais ativo. Se, para cumprimento das intenções e das necessidades do promotor, forem indispensáveis novos elementos arquitetónicos, então município, promotor e projetista devem articular-se em conjunto, ainda em fase preparatória, para garantir a adoção de uma linguagem arquitetónica atual, coerentemente aplicada, que possa inaugurar no edifício uma nova fase de vida. A julgar pelos casos de Braga e de Guimarães, onde a

---

<sup>962</sup> Preceito de resto recomendado tanto pelos Princípios de La Valeta, como pela Carta de Cracóvia. ICOMOS (ed.), “Princípios de La Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos, Adoptados pela 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 2011”, [www.icomos.org](http://www.icomos.org), trad. João Campos [a: 15 de fevereiro de 2022], p. 5; Conferência Internacional sobre Conservação, “Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído”, [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt), trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, 2000, ¶ 2 [a: 23 de fevereiro de 2022].

<sup>963</sup> Vítor CÓIAS, em entrevista escrita concedida ao autor a 7 de dezembro de 2022.

consciencialização do promotor para estes parâmetros patrimoniais em fase preparatória já decorre dos próprios municípios, nem sequer serão necessárias, para este efeito, alterações legislativas substanciais, cabendo a cada município assumir por si mesmo a defesa dos seus bens arquitetónicos, mediante, por exemplo, revisão dos respetivos documentos de gestão territorial, os Planos Diretores Municipais.

**António Ginja:** “Estando o património arquitetónico legalmente sob alçada do património arqueológico, quais são as competências do Centro de Arqueologia de Lisboa no domínio do património arquitetónico ou da aplicação da arqueologia da arquitetura em reabilitação de património arquitetónico?”

**António Marques:** “Nenhumas. Aquilo que a Câmara Municipal [de Lisboa] faz a nível de licenciamento é (...) remeter os projetos para a administração central. A Câmara limita-se, nos seus licenciamentos, a fazer cumprir o PDM. Se formos ao PDM de Lisboa, a arqueologia aplicada ao património arquitetónico não aparece. A arqueologia da arquitetura, por exemplo, só é feita quando a administração central o impõe. Junto da Câmara Municipal não existe abertura nenhuma para a aplicação da arqueologia da arquitetura, nem sequer é reconhecida por muitos dos arquitetos da Câmara.”<sup>964</sup>

Porque a reabilitação de um edifício, simultaneamente bem patrimonial, acarreta especificidades que se prendem tanto com a sua utilidade, quanto com o seu valor histórico e artístico, exige-se do promotor um grau de consciencialização histórica e artística, que este, contudo, raramente possui. Na verdade, a compreensão dos imóveis e dos tecidos urbanos antigos enquanto documentos histórico-artísticos encontra-se hoje bastante diminuída, tanto pelo acentuar de projetos de modernização urbana, quanto pelo abandono sistémico dos ‘centros históricos’ em favor de novos bairros periféricos, processos que lhes têm imprimido, pelo contrário, uma reputação de coisas obsoletas e descartáveis. Com efeito, se no século XIX o evolucionismo, em particular depois de publicado o darwiniano *The descent of Man*, reposicionava o homem no seio da natureza, a modernização e a industrialização pareciam afastá-lo do mundo natural, gerando um conflito existencial plenamente enquadrado nas teorias

---

<sup>964</sup> António MARQUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

de Ruskin e Sitte<sup>965</sup>, e que, em boa medida, se manteve até aos nossos dias. Reagindo a esse conflito, Ruskin e Sitte, assim como o movimento romântico em geral, apelaram a uma urbanidade mais consentânea com o ritmo da natureza, elogiando e prescrevendo a vivência tradicional dos bairros e das vilas pré-industriais. Hoje, como então, acusar a modernização de privar a humanidade das construções pré-industriais e das lições históricas e artísticas que delas podem advir continua a enquadrar-se nessa tendência acrónica de dotar a arquitetura histórica de interesses, que, ainda que pedagógicos, ou, como para Ruskin e le-Duc, memoriais e formativos<sup>966</sup>, não deixam de ser utilitários.

A utilidade da arquitetura do passado, de resto premissa essencial à sua preservação, manifesta-se tanto no seu aproveitamento funcional, quanto na sua proficiência documental. Mas se o reaproveitamento funcional de um edifício antigo exige estratégias de reabilitação que parecem resumir-se à sua materialidade, a afetação das suas valências documentais convocará sempre sensibilidades mais difíceis de gerir. Quando confrontado com técnicas vernaculares, por exemplo, a reabilitação deve ponderar a compatibilidade da preexistência material com novos elementos, de modo a assegurar a estabilidade estrutural do edifício a reabilitar, sem, no entanto, deixar de ter também em consideração o legado cultural documentado nas estruturas tradicionais a afetar. A ratificação portuguesa da Convenção de Granada, que exorta, a bem do futuro do património, à aplicação e ao desenvolvimento de técnicas e materiais tradicionais<sup>967</sup>, demonstra, de resto, a posição que Portugal pretende assumir relativamente à reabilitação de estruturas vernaculares. Reabilitar métodos e materiais construtivos tradicionais, contudo, exige conhecimentos técnicos de que, em muitos casos, já não existe memória viva. A arqueologia da arquitetura pode, nestes casos, assumir um papel determinante, na medida em que se encontra particularmente dotada para a descodificação de ações construtivas. Não obstante, a arqueologia da arquitetura tem até ao presente entendido todas as estruturas que resultem de um determinado episódio construtivo como uma única unidade estratigráfica<sup>968</sup>. Ora, atribuir uma única unidade estratigráfica a uma parede em enxaimel, em que os materiais são aplicados segundo uma ordem específica, e,

---

<sup>965</sup> Ver supra, p. 41 e seguintes, 99 e seguintes.

<sup>966</sup> Françoise CHOAY, *As questões do património. Antologia para um combate*, trad. Luís Filipe Sarmiento, Lisboa, Edições 70, p. 147, 164.

<sup>967</sup> Council of Europe, "Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe", *www.coe.int* [a 11 de junho de 2020], p. 4, art. 5º; Resolução n.º 5/91 de 23 de janeiro de 1991, *Diário da República*, n.º 19/1991, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1991, p. 386.

<sup>968</sup> Ver supra, p. 153.

portanto, segundo uma sucessão ordenada de distintas ações construtivas, reduz o potencial interpretativo da sua leitura estratigráfica e informa o projeto de reabilitação de um modo demasiado limitado. De facto, aplicada a leitura estratigráfica à casa de Santa Justa, por exemplo, cada uma das suas paredes assume uma única unidade estratigráfica<sup>969</sup>, o que indicaria a um eventual projeto de reabilitação que cada uma houvesse resultado de uma só ação construtiva. Quando confrontado com as paredes exteriores poente e nascente, erguidas em pedra e cal, o projeto de reabilitação poderia considerar-se bem informado, bastando-lhe resgatar a ação construtiva original para garantir a segurança estrutural e documental das paredes intervencionadas. Se se aplicasse o mesmo princípio aos enxaiméis exteriores norte e sul, porém, o projetista não teria como saber resgatar a ação construtiva original, porque as estruturas seriam entendidas como resultado de uma só ação construtiva, quando, na realidade, resultam da execução ordenada de diversas ações. Prumos, frechais, travessas e travessanhos, mãos, escoras, fasquios e preenchimento foram em tempos aplicados naquelas paredes, segundo uma ordem específica que, se alterada, originaria enxaiméis completamente distintos. Caso almeje informar corretamente o projeto de reabilitação, à arqueologia da arquitetura solicita-se, portanto, que decifre todas e cada uma das sequências construtivas que deram origem ao edifício a reabilitar. Encarando a técnica construtiva como um depósito estratificado, em que cada estrato se depositou segundo uma ordem concreta, cada ação construtiva deve corresponder à sua própria unidade estratigráfica<sup>970</sup>.

Procurando congregar as expectativas do promotor e a visão do projetista em torno de estratégias que possam resgatar para o presente uma preexistência, a fase de preparação para uma obra de reabilitação de um edifício histórico não pode dispensar um conhecimento aprofundado do seu passado. Conhecer um edifício histórico, mormente quando este resulta de uma sucessão de fases, ou mesmo de ações, pressupõe um domínio da sua sequência construtiva, para o qual a arqueologia da arquitetura se encontra, como visto, particularmente dotada. Enquanto se preparam para obter do respetivo município a licença de obra, pela submissão de um anteprojeto com que se encerra a fase preparatória de estudos e projetos, promotor e projetista poderiam, portanto, dispor de uma ferramenta que, se aplicada nesta fase, lhes permitiria conhecer a história construtiva do edifício a intervencionar. O domínio das

---

<sup>969</sup> Ver infra, estampas XVII a XXIV.

<sup>970</sup> Ver infra, fig. 43. Para mais sobre a relação entre ações construtivas, estrato construído, unidade estratigráfica murária e tempo, ver supra, p. 158.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

diferentes fases e ações construtivas de um edifício histórico, embora essencial para a ponderação das suas valências patrimoniais, possibilitaria, além do mais, a avaliação das técnicas, dos materiais e das intenções adjacentes a cada momento construtivo, fornecendo ao promotor e ao projetista dados fundamentais para a correcta definição da intervenção a projetar. Incluídos no anteprojeto, os projetos de especialidade, as peças escritas e desenhadas e todos os elementos necessários para a obtenção de licença de obra poderiam, antes mesmo de município e tutela poderem pronunciar-se quanto a eventuais medidas de minimização de impactos patrimoniais, contar com estudos preliminares de estratigrafia arqueológica, caso a arqueologia da arquitetura, considerada como as demais especialidades, fosse convocada a agir no âmbito da produção do anteprojeto.

Enquanto disciplina cuja ação pressupõe afetação direta ao solo ou ao edificado, através da abertura de sondagens no solo ou nos rebocos, a arqueologia, contudo, não pode, perante o atual quadro legislativo, entrar em ação antes de licenciado o projeto. Em Guimarães, não obstante, a Direção Regional de Cultura do Norte e a Divisão do Centro Histórico têm, ainda assim, logrado alcançar análises arqueológicas prévias ao edificado, com repercussões positivas para o conhecimento científico dos imóveis, tanto quanto para o projeto de reabilitação propriamente dito. Fruto de uma proximidade e informalidade com os arquitetos e os promotores de obras da cidade, nutridas pelo município ao longo das últimas quatro décadas, são frequentemente os próprios arquitetos e promotores quem aborda a Divisão do Centro Histórico, antes ainda de gizarem um anteprojeto. “Nesses casos fazemos sempre uma visita prévia ao edificado”, informa Paula Ramalho. “Não é uma fiscalização, mas uma visita objetivamente informal, para uma avaliação prévia, feita pelas três especialidades, arqueologia, arquitetura e engenharia”, esclarece a arqueóloga municipal<sup>971</sup>. O processo de licenciamento passa então a contar com a orientação do município que, sempre que a degradação dos rebocos permita visualizar os aparelhos construtivos, sugere registos arqueológicos e análises estratigráficas dos mesmos, a incorporar no respetivo relatório prévio.

---

<sup>971</sup> Paula RAMALHO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 9 de dezembro de 2022. Arqueóloga, Paula Ramalho [n. 1977] praticou acompanhamento arqueológico em contexto de reabilitação urbana, antes de integrar o Gabinete Técnico Local de Vila Nova de Cerveira, onde desempenhou funções cerca de 20 anos. Integra, desde 2019, a Divisão do Centro Histórico da Câmara Municipal de Guimarães, assumindo a gestão processual e a monitorização de intervenções arqueológicas no concelho, incluindo as que decorram de projetos de reabilitação urbana no ‘centro histórico’ da cidade.

**António Ginja:** “Necessitam, ainda assim, de autorização por parte da tutela?”

**Paula Ramalho:** “Não. Nestes casos não há ainda afetação ao edificado.”

**António Ginja:** “Executam-se por exigência do município?”

**Paula Ramalho:** “Não. São executados no âmbito do relatório prévio, que é obrigatório por lei.”

**António Ginja:** “Mas a lei não obriga a que os relatórios prévios tenham intervenções de arqueologia...”

**Paula Ramalho:** “Não obriga, mas acontece em Guimarães, fruto dos longos anos de colaboração com a arqueologia municipal, que a generalidade dos arquitetos, que são quem, na maior parte das vezes, subscreve os relatórios prévios, sabe que aquele tipo de registos, executados por um arqueólogo para o relatório prévio, poderá até servir de base para a execução do anteprojecto. São trabalhos fundamentais, que não surgem por nenhum tipo de obrigatoriedade, mas da sensibilização feita pelo município para com a sua mais-valia para o próprio projecto.”<sup>972</sup>

---

<sup>972</sup> Paula Ramalho, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 9 de dezembro de 2022.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

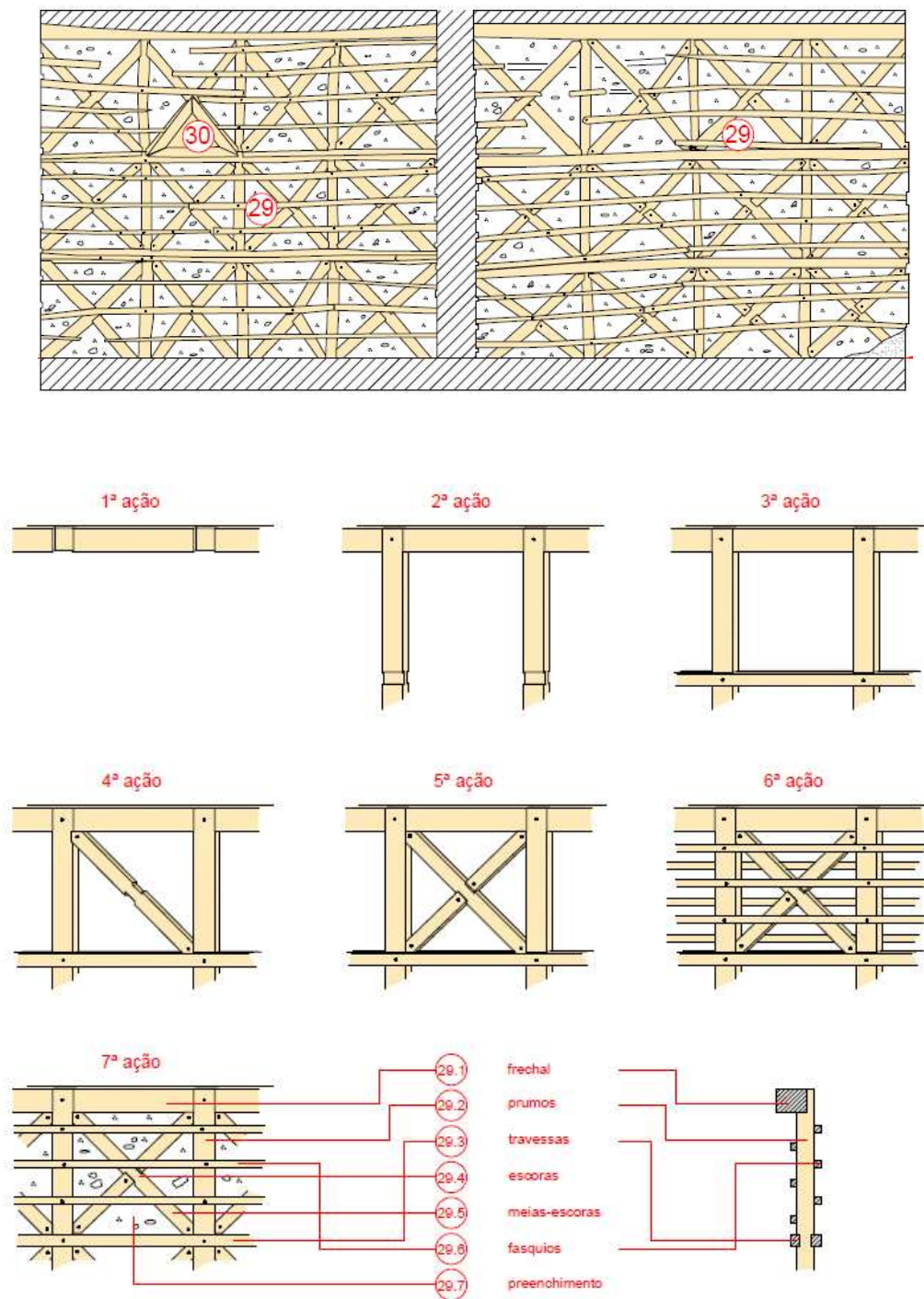


fig. 43. casa de Santa Justa, parede 3 (estampa V)  
leitura estratigráfica convencional, sobre registo gráfico do alçado interior sul (em cima)  
leitura estratigráfica de acordo com sequência de ações construtivas (em baixo)  
registos gráficos do autor

Desde 2001, com efeito, que em Portugal se exige que os estudos e projetos para obras em património edificado, da autoria de “técnicos de qualificação legalmente reconhecida”, incluam “um relatório sobre a importância e a avaliação artística ou histórica da intervenção”<sup>973</sup>. Concretizando este imperativo legal, decretou-se, em 2009, para efeitos de “aprovação ou autorização para obras ou intervenções em bens culturais”, a obrigatoriedade de apresentação de um relatório prévio, com a “avaliação das obras ou intervenções cuja realização seja proposta em relação a bens culturais”<sup>974</sup>. Elaborado por “técnicos especialistas competentes”, sob orientação “de um técnico habilitado” na “área de especialidade e no âmbito das obras ou intervenções em causa”, o relatório prévio deve, desde então, incluir, entre outros elementos, a adequação das obras face à intervenção desejada, “tendo em conta o grau de classificação (...), bem como o interesse cultural que a fundamenta, designadamente o interesse histórico” do imóvel a intervir<sup>975</sup>. “São exigidas certas demonstrações que o projetista (...) não consegue fazer, senão incorporar na sua equipa historiadores, arqueólogos, engenheiros estruturalistas, conservadores e restauradores”, adverte o arquiteto José Aguiar<sup>976</sup>. Na prática, contudo, nenhuma resolução legislativa estabelece quais os critérios a cumprir com o relatório prévio. Certos municípios, como acontece em Coimbra, definiram fichas tipificadas, segundo parâmetros que acreditam melhor descrever a relevância patrimonial do bem a afetar, embora estes documentos se mantenham, à falta de enquadramento legal, meramente sugestivos<sup>977</sup>. Remetido em conjunto com o anteprojecto para avaliação da tutela dos bens culturais, o relatório prévio poderá, por isso, mesmo quando elaborado por técnicos especializados, não ir além de uma avaliação superficial do valor patrimonial do imóvel a reabilitar. Caso o anteprojecto preveja demolição de uma parede, por exemplo, dificilmente alguma informação sobre as técnicas, os materiais ou a sequência construtiva dessa estrutura figurará no relatório prévio, pelo simples motivo de que, salvo raras exceções, nenhum trabalho de arqueologia da arquitetura se exigir

<sup>973</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5815, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 45º, ¶ 1, 2.

<sup>974</sup> Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de junho de 2012, *Diário da República*, n.º 113/2009, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2009, p. 3655, cap. I, art. 3º c), cap. II, art. 4º.

<sup>975</sup> Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de junho de 2012, *Diário da República*, n.º 113/2009, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2009, p. 3655 e 3656, cap. II, art. 5º, ¶ 1, 2, 3, cap. III, art. 15º, b), c), e).

<sup>976</sup> José AGUIAR, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 10 de março de 2022.

<sup>977</sup> Regulamento n.º 381/2017 de 21 de julho de 2017, *Diário da República*, n.º 140/2017, série II, Município de Coimbra, Lisboa, Imprensa Nacional, 2017, p. 15156, título III, cap. III, art. 45º, ¶ 2.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

no âmbito do relatório prévio. Para decidir entre a demolição ou a salvaguarda da parede, a tutela, portanto, não disporia de elementos que concretizassem o seu valor patrimonial. “A lei é complicada”, confessa José Aguiar. “Se há tutelas ou câmaras municipais que aceitam os relatórios prévios sem certos parâmetros, isso é um problema”, reconhece. Por este motivo, certos municípios já ponderam alterações no papel desempenhado pelos relatórios prévios durante a concessão dos seus licenciamentos. “O município de Guimarães”, por exemplo, “tem vindo a atribuir cada vez maior importância aos relatórios prévios”, afirma Ricardo Rodrigues. Considerando que, quanto maior a intervenção sobre um imóvel protegido, maior devem ser “as exigências para a sua salvaguarda”, o coordenador da Divisão do Centro Histórico do município vimaranense prevê que, “nos próximos projetos de regulamentação municipal”, se venha mesmo a exigir que o relatório prévio seja “também comunicado à Câmara”, para apreciação de licenciamentos de obras de reabilitação<sup>978</sup>.

**António Ginja:** O decreto-lei 140/2009, que veio precisamente regular os projetos previstos na lei de bases 107/2001, prevê um relatório prévio e um relatório final, que acautelem a adequação das obras em relação ao interesse histórico, arquitectónico e artístico do bem imóvel. Como vê atualmente a adequação dos projetos, relativamente ao interesse histórico dos imóveis reabilitados nos centros históricos das cidades portuguesas?

**Vítor Cóias:** “Infelizmente, mesmo com relatórios prévios, continuam a ocorrer com frequência situações em que as obras de adaptação implicam demolições de partes relevantes da construção original e alterações profundas ao nível dos materiais e do funcionamento estrutural que descaracterizam os bens culturais imóveis em causa.”<sup>979</sup>

Antes mesmo de ser remetido para apreciação da tutela, o anteprojeto e o relatório prévio são recebidos e validados pelos municípios, que, não obstante a proximidade administrativa que mantêm com o território sob sua alçada, escasso ou nenhum poder decisivo têm em matéria de salvaguarda do património edificado na sua jurisdição. Na verdade, de acordo com a lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural 107/2001, compete “aos órgãos

---

<sup>978</sup> Ricardo RODRIGUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 7 de dezembro de 2021.

<sup>979</sup> Vítor CÓIAS, em entrevista escrita concedida ao autor a 7 de dezembro de 2022.

competentes da administração do património cultural”, a Direção-Geral de Património Cultural, DGPC, apoiada nas Direções Regionais de Cultura que tem sob sua alçada, e não aos municípios, estabelecer “as medidas de *protecção* e as medidas *correctivas* que resultem necessárias” à salvaguarda do património cultural<sup>980</sup>. Na prática, este imperativo legal determina que, no âmbito do licenciamento de obras de reabilitação arquitetónica, tutela e município operem isoladamente um do outro, circunstância que não raras vezes redunde em graves prejuízos patrimoniais. Ainda em 2005, um edifício na travessa das Canivetas, em plena zona histórica da Baixa da cidade de Coimbra, por exemplo, obtinha do município autorização para obras sem que a Direção Regional de Cultura do Centro pudesse pronunciar-se quanto a medidas de salvaguarda patrimonial, pelo simples facto de, não obstante localizar-se a menos de 100 metros da igreja medieval de São Tiago ou da igreja barroca de São Bartolomeu, não estar enquadrado em qualquer zona de protecção<sup>981</sup>. Apenas as licenças para obras em imóveis localizados em “zonas de *protecção*” exigem, na realidade, “prévio parecer favorável da administração do património cultural”<sup>982</sup>. Em áreas urbanas de elevada sensibilidade patrimonial, comumente designadas por ‘centros históricos’, um edifício pode, malgrado o seu potencial histórico-artístico ou arqueológico, ser intervencionado, portanto, sem que lhe sejam aplicadas quaisquer medidas de salvaguarda, bastando para tal não estar incluído em nenhuma zona de protecção.

Nestes casos, o município pode, porém, assumir maior responsabilidade na protecção do património arquitetónico do território que administra, estabelecendo para o efeito, no âmbito dos seus Planos Diretores Municipais, PDM’s, áreas de sensibilidade patrimonial que possibilitem à tutela, ainda que na ausência de zonas de protecção, pronunciar-se quanto a medidas de salvaguarda patrimonial. Em 2014, a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo 31/2014, estabeleceu, com efeito, a obrigatoriedade da elaboração de PDM em todos os municípios do país, enquanto “estratégia de desenvolvimento territorial municipal”<sup>983</sup>, que incluísse, conforme decretado no ano seguinte, “a delimitação das áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no

<sup>980</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5814, título V, cap. II, secção III, art. 39º, ¶ 1 e 2.

<sup>981</sup> Processo DRCC (63) 06.03/01, *Edifício sito na Travessa das Canivetas, n.º 8, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofício 18 de maio de 2005.

<sup>982</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5815, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 43º, ¶ 4.

<sup>983</sup> Lei n.º 31/2014 de 30 de maio de 2014, *Diário da República*, n.º 104/2014, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 2996, título III, cap. I, art. 43º, ¶ 3.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

subsolo<sup>984</sup>. Procurando responder a esta solicitação, os municípios portugueses regulamentaram os seus PDM, embora alguns mais do que outros. Em Coimbra, por exemplo, o PDM, revisto em 2014, determina que “nos sítios com potencial arqueológico (...) e outros bens imóveis de interesse patrimonial”, as ações de revolvimento de solos devam “ser precedidas da avaliação de *impacte* arqueológico”, e que o município pode, a qualquer momento, “identificar diferentes graus de *protecção*”, que fundamentem “um especial acompanhamento arqueológico de prevenção”<sup>985</sup>. Um regulamento municipal de 2017, estabeleceu, adicionalmente, que em áreas e locais de sensibilidade arqueológica o promotor deve propor, em sede de uma “ficha de avaliação de *impacte* patrimonial e arqueológico”, as “medidas a adotar para assegurar a (...) preservação do património arquitetónico e arqueológico”<sup>986</sup>. Compete à tutela, nestes casos, avaliar as fichas patrimoniais, em conjunto com o anteprojeto, decidindo sobre a pertinência das medidas de salvaguarda propostas. Contudo, ainda que o PDM de Coimbra previsse a possibilidade de “identificar diferentes graus de *protecção*”, nenhuma norma municipal, nem mesmo depois do regulamento de 2017, veio estabelecer medidas de salvaguarda patrimonial diferenciadas em função de diferentes áreas ou graus de proteção. Na prática, portanto, alguns municípios delegam na tutela o ónus da definição de condicionantes de salvaguarda, que a mesma só poderá emitir, de acordo com a legislação atualmente em vigor, contudo, para projetos afetos a edifícios classificados, em vias de classificação ou em zonas de proteção.

Outras autarquias, ao invés, enveredaram por percursos de regulamentação mais exigentes, assumindo, pelo cumprimento das prerrogativas que a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo 31/2014 lhes veio conferir, maior responsabilidade na salvaguarda do património arqueológico do seu território. Em Lisboa, por exemplo, o PDM define, desde 2012, três áreas com diferentes níveis de sensibilidade arqueológica, dentro das quais o

---

<sup>984</sup> Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio de 2015, *Dário da República*, n.º 93/2015, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2015, p. 2489, cap. II, secção IV, subsecção II, divisão II, subdivisão II, art. 96º, ¶ 1 n).

<sup>985</sup> Aviso n.º 7635/2014 de 1 de julho de 2014, *Dário da República*, n.º 124/2014, série II, Município de Coimbra, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 17020, título III, cap. II, secção II, art. 17º, ¶ 1 e 2. Mesmo considerando as três zonas estabelecidas pelo Aviso n.º 2129/2012 de 10 de fevereiro de 2012, *Diário da República*, n.º 30/2012, série II, Município de Coimbra, Lisboa, Imprensa Nacional, 2012, que determinam diferentes condicionantes de natureza estritamente arquitetónica a ter em conta no âmbito do projeto.

<sup>986</sup> Áreas do Centro Histórico e Zona Envolvente de Enquadramento e sítios com potencial arqueológico e bens de interesse patrimonial. Regulamento n.º 381/2017 de 21 de julho de 2017, *Diário da República*, n.º 140/2017, série II, Município de Coimbra, Lisboa, Imprensa Nacional, 2017, p. 15156, título III, cap. III, art. 45º, ¶ 1 e 2.

próprio município exige, para fins de licenciamento de obra, diferentes medidas de salvaguarda patrimonial. Na área I, os projectos de intervenção urbanística devem ser precedidos de um estudo arqueológico, enquanto nas áreas II e III devem executar-se respetivamente intervenções arqueológicas prévias ou acompanhamento arqueológico, mas apenas onde os projetos impliquem “impacto ao nível do subsolo”<sup>987</sup>. “A DGPC serve-se destas três áreas para estabelecer as medidas de minimização de impactos arqueológicos”, informa o arqueólogo municipal António Marques<sup>988</sup>. Uma vez que a lei de bases 31/2014 responsabiliza os municípios pela delimitação de áreas “com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida” apenas “no solo e no subsolo”<sup>989</sup>, alguns municípios, como em Lisboa, acabam por exigir medidas de salvaguarda somente aos projetos que impliquem revolvimento de solos. Qualquer obra de reabilitação arquitetónica que só implique afetação ao edificado, como demolições de paredes interiores, pode, como tal, caso não se localize em edifício classificado, em vias de classificação, em zonas de proteção ou em áreas estipuladas pelo PDM, mesmo quando localizada em ‘centros históricos’, ser executada sem qualquer condicionante de arqueologia que garanta a defesa das suas valências patrimoniais. Contudo, a lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural 107/2001 claramente considera, por constituírem “indícios da evolução (...) da vida e dos seres humanos”, permitindo “traçar a história da (...) humanidade e a sua relação com o ambiente”, todas as “estruturas, construções, [e] agrupamentos *arquitetónicos*” como património arqueológico<sup>990</sup>. Afetando vestígios que a lei admite serem de natureza arqueológica, todas as obras em edifícios localizados em áreas estabelecidas em sede de PDM como zonas de elevada sensibilidade patrimonial, assentes como estão sobre o solo, independentemente de se resumirem a revolvimentos no subsolo ou a afetações ao edificado, deveriam, portanto, de acordo com ambas as leis 107/2001 e 31/2014, ser condicionadas a medidas de proteção arqueológica.

<sup>987</sup> Aviso n.º 11622/2012 de 30 de agosto de 2012, *Diário da República*, n.º 168/2012, série II, Município de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 2012, p. 30283-30284, título III, cap. II, secção II, subsecção II, art. 33º, ¶ 1 a), b), c), ¶ 3, 4 e 5.

<sup>988</sup> António MARQUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021.

<sup>989</sup> Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio de 2015, *Dário da República*, n.º 93/2015, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2015, p. 2489, cap. II, secção IV, subsecção II, divisão II, subdivisão II, art. 96º, ¶ 1 n).

<sup>990</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5821, título VII, cap. II, art. 74º, ¶ 1 a) e 2.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

Não obstante, mesmo considerando “estruturas, construções, [e] agrupamentos *arquitectónicos*” como vestígios arqueológicos, alguns projetos, ainda que localizados em áreas definidas nos PDM como de sensibilidade patrimonial, podem não contar com a apreciação da tutela, pelo simples facto de se encontrarem isentas de licença. Em Lisboa, por exemplo, o PDM excetua todos os projetos de alteração a interiores da necessidade de solicitar licença de obra junto do município. “Em alguns casos, a tutela nem sequer é informada”, reconhece o arqueólogo municipal António Marques. “Se não estiver em servidão administrativa, nem sequer vai à tutela”, admite<sup>991</sup>. Neste domínio, com efeito, alguns PDM poderão não estar a fazer mais do que refletir a legislação em vigor. Do atual regime de urbanização e edificação, em vigor desde 1999, subentende-se, de facto, que, embora as “obras de (...) alteração ou demolição de edifícios classificados ou em vias de classificação e (...) situados em zonas de proteção” careçam de licenciamento, encontram-se isentas de licença “as obras de alteração no interior de edifícios não classificados (...) que não impliquem modificações da estrutura (...), das cérceas, das fachadas e da forma dos telhados”<sup>992</sup>. Embora constituindo uma exceção definida pelo arqueólogo António Marques como “perigosíssima”, além de “demasiado vaga”, conforme alerta o engenheiro Vítor Córias<sup>993</sup>, a dispensa de licença e, como tal, de apreciação tutelar, de projetos de mera alteração de interiores, mesmo quando em centros urbanos de elevada sensibilidade patrimonial, saiu reforçada três anos depois, paradoxalmente pelo mesmo diploma que tem por objetivo estabelecer as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, a lei 107/2001. “As zonas de protecção são servidões administrativas, nas quais não podem ser concedidas pelo município (...) licenças para obras (...) sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente”, excetuando, estabelece o diploma, “as obras de mera alteração no interior dos imóveis”<sup>994</sup>.

Excluídos de servidão administrativa e de delimitação territorial em sede de PDM, certos projetos podem, ainda assim, merecer uma especial atenção por parte

---

<sup>991</sup> António MARQUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021.

<sup>992</sup> Decreto-Lei n.º 555/1999 de 16 de dezembro de 1999, *Diário da República*, n.º 291, série I, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, Imprensa Nacional, 1999, p. 8916, cap. II, secção I, art. 4.º, ¶ 2 d), art. 6.º, ¶ 1 b).

<sup>993</sup> António MARQUES e Vítor CÓRIAS, em entrevistas concedidas ao autor, respetivamente por videoconferência a 30 de novembro de 2021 e por escrito a 7 de dezembro de 2022.

<sup>994</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5815, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 43.º, ¶ 4 e 5.

das autoridades municipais, quando, por sua própria iniciativa, decidam intervir na salvaguarda daqueles que possam, por qualquer motivo, considerar imóveis de relevante interesse patrimonial, como aconteceu, por exemplo, num projeto executado na rua Nova de Coimbra, entre 2004 e 2007<sup>995</sup>. À época localizado na zona de proteção da rua da Sofia, o projeto em causa, que previa avultadas demolições, foi, em 2003, submetido à apreciação da Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, sem que, e não obstante a apreciação ter ocorrido após publicação da lei de bases 107/2001, colhesse quaisquer condicionantes de arqueologia. Sendo simultaneamente promotor do projeto, e entendendo estar em causa a salvaguarda de um bem cultural significativo, o próprio município sugeriu e executou, mediante autorização da tutela, medidas de minimização de impacto arqueológico no edifício. Sempre que assim o entendam, os municípios podem, como tal, chamar a si a salvaguarda patrimonial dos imóveis históricos à sua guarda, mesmo quando os respetivos projetos de reabilitação, por falta de enquadramento legal ou insuficiente entendimento da lei, não colham junto da tutela condicionantes de arqueologia. Este tipo de iniciativas, contudo, exige o estreitamento de relações entre o município e a tutela, circunstância que, no domínio do património cultural, se encontra ainda por regulamentar. Mesmo que a definição de instrumentos de gestão territorial seja uma prerrogativa municipal, “quem define as políticas de preservação do património arqueológico é, de acordo com a lei, a tutela, que pode, se assim entender, não consultar a administração local”, denota António Marques<sup>996</sup>.

No âmbito da proteção e valorização do património cultural, a própria UNESCO considerou recentemente, com efeito, ser fundamental a articulação entre administração central e administração local, instando a primeira a definir estratégias e legislação e a segunda a definir planos de conservação patrimonial à escala local<sup>997</sup>. Não existindo neste domínio regulamentação própria em Portugal, contudo, a proliferação da relação entre município e tutela depende diretamente da abertura dos intervenientes envolvidos em cada projeto. Em Braga, por exemplo, “existe entre a Câmara e a tutela uma grande proximidade, desde os tempos da extinta DGEMN”,

---

<sup>995</sup> Processo DRCC (1998) 06.03/20, *Edifício sito na rua Nova, n.º 36-38, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofício de 3 de junho de 2003.

<sup>996</sup> António MARQUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021.

<sup>997</sup> UNESCO, *Cultural heritage & local development, A guide for African local governments*, Christian Barillet, Thierry Joffroy, Isabelle Longuet (ed.), Grenoble, CRATerre-ENSAG, Convention France-UNESCO, 2006, p. 28-29.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

confirma Luís Fontes<sup>998</sup>. Em Lisboa, pelo contrário, “não há nenhum protocolo entre os serviços municipais e a administração central, no domínio da reabilitação urbana”, lamenta António Marques<sup>999</sup>. Tendo a administração do património cultural em Portugal conhecido desde inícios da década de 1990 três grandes reformas<sup>1000</sup>, a proximidade entre municípios e tutela não podia, naturalmente, deixar de sofrer flutuações. De facto, embora no passado instituições tutelares, sobretudo o IPA, tenham “estimulado muito a arqueologia municipal”, “agora estamos numa fase em que a administração central não vê grande utilidade, nem tem grande interesse pela arqueologia municipal”, denuncia António Marques. “Acentuou-se imenso com a criação da DGPC (...) uma visão extremamente centralista da arqueologia e da salvaguarda do património arqueológico”, revela o arqueólogo municipal. “Há um distanciamento muito grande entre a administração central e a administração local”, conclui. Contudo, “se for aprovado pela DGPC e não for aprovado pela Câmara, o projecto não se faz e o contrário também funciona”. “Este tipo de divergências pode muitas vezes ser uma salvaguarda para o património”, admite António Marques<sup>1001</sup>. Ainda que uma relação de proximidade, de resto recomendada pela própria UNESCO, possa contribuir para o incremento da arqueologia municipal e, assim, potenciar processos de proteção patrimonial, a separação entre poderes central e local não deixa, portanto, de poder colher também alguns resultados positivos.

Validado nos requisitos documentais e averiguada a sua servidão administrativa, como edifício classificado, em zona de proteção ou em áreas especificadas no PDM, o anteprojecto transita do município para as delegações tutelares competentes, as Direções Regionais de Cultura ou a própria Direção-Geral de Património Cultural, quando na região de Lisboa e Vale do Tejo. Os órgãos tutelares, conforme legalmente exigido, “têm de ser previamente informados dos planos (...) e projectos (...) que possam implicar risco de destruição ou deterioração de bens culturais”<sup>1002</sup>. Inicia-se então um processo de avaliação técnica que, pela averiguação dos impactos patrimoniais previsivelmente decorrentes da execução do

---

<sup>998</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

<sup>999</sup> António MARQUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021.

<sup>1000</sup> Ver supra, p. 227 e seguintes.

<sup>1001</sup> António MARQUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021.

<sup>1002</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5814, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 40º, ¶ 1.

projeto, resulta na emissão de um parecer favorável, não favorável ou favorável condicionado à execução de medidas de minimização. Da lei, com efeito, decorre que constitui dever da tutela definir “as medidas de *protecção* e as medidas *correctivas* que resultem necessárias para a *protecção* do património cultural”<sup>1003</sup>. Compete, portanto, a cada delegação tutelar regional exigir, em edifícios classificados, zonas de protecção ou áreas especificadas no PDM, que os projetos com impactos sobre o património cultural sejam condicionados às devidas medidas de salvaguarda. A lei portuguesa, não obstante, “é relativamente vaga quanto àquilo que estamos a salvaguardar”, afirma Lília Basílio. “A definição de património arqueológico é tão ampla, os trabalhos de arqueologia em edifícios tão mal definidos, que acaba por haver coisas que ficam por fazer”, alerta a arqueóloga<sup>1004</sup>. De facto, a lei, que considera património arqueológico todos os “depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos”, passíveis de “traçar a história da vida e da humanidade”, não vai muito além de prever a criação de reservas e zonas de protecção ou de exigir a “conservação pelo registo científico”<sup>1005</sup>. No “domínio do licenciamento e autorização de operações urbanísticas”, por exemplo, a lei remete para a tutela a responsabilidade de “certificar-se de que os trabalhos (...) que envolvam transformação de solos (...) bem como a demolição ou modificação de construções” estejam “em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico”<sup>1006</sup>, sem especificar os parâmetros legais sobre os quais deva assentar tal salvaguarda.

Tendo em conta que os vestígios arqueológicos incluem “depósitos estratificados, estruturas, construções, [e] agrupamentos arquitectónicos”<sup>1007</sup>, os imóveis classificados, em vias de classificação ou em zonas de protecção, soluções construtivas e arquitectónicas, para mais frequentemente estratificadas, deveriam, à sombra da lei, ser considerados como património arqueológico. Enquanto património arqueológico, a sua salvaguarda “em conformidade com a legislação”, deveria, no

<sup>1003</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5814, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 40º, ¶ 2.

<sup>1004</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

<sup>1005</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5821, título VII, cap. II, art. 74º, ¶ 1 a), 2, art. 75º, ¶ 1 a) e 8.

<sup>1006</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5821-5822, título VII, cap. II, art. 76º, ¶ 3 a).

<sup>1007</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5813-5821, título VII, cap. II, art. 74º, ¶ 2.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

entanto, pressupor “ações preventivas e de minimização”, ou mesmo “ações de emergência”, sempre que “se encontrem em perigo iminente de destruição parcial ou total”, incluindo “prospeções, sondagens, escavações, acompanhamentos arqueológicos, ações de registo (...) e estratigrafia da arquitetura”<sup>1008</sup>. Quando confrontadas com anteprojetos previsivelmente impactantes no edificado destes imóveis, as instituições tutelares, contudo, têm vindo a adotar critérios para definir “ações preventivas e de minimização” bastante diversos. Questionada sobre as circunstâncias em que os anteprojetos de impacto arquitetónico em imóveis protegidos são alvo de condicionantes arqueológicas no domínio da “estratigrafia da arquitectura”, a Direção Regional de Cultura do Centro informou ser procedimento habitual, “sempre que seja entendido como revelador da longa cronologia histórica do sítio onde [o imóvel] se localiza”. A Direção Regional de Cultura do Algarve declarou serem obrigatórias sempre que se presuma que a “operação tem impacto no edificado antigo” ou “sempre que as obras que se pretende licenciar incluam a demolição do edifício existente”. A Direção Regional da Cultural dos Açores admite exigir “picagem de paredes, acompanhamento de demolição de estruturas e (...) a abertura de sondagens parietais”, “sempre que é considerado relevante”. E a Direção Regional da Cultural do Alentejo revelou exigir “o devido acompanhamento”, no âmbito de “pedidos de licenciamento que implicavam demolições e (ou) picagens”<sup>1009</sup>.

Até dentro da mesma Direção Regional, no momento de avaliar as “ações preventivas e de minimização” a impor em sede de licenciamento do anteprojecto, são adotados por vezes critérios muito distintos. Na Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, por exemplo, dos 84 pareceres emitidos para o ‘centro histórico’ de Coimbra, desde a entrada em vigor da lei de bases 107/2001, em 2001, até a criação do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IGESPAR, em 2006, 80 correspondiam a anteprojetos que previam afetações substanciais ao edificado, como demolições ou picagens de extensas áreas de rebocos. Não obstante,

---

<sup>1008</sup> Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5635, anexo, art. 2º g), art. 3º c) e d).

<sup>1009</sup> Respetivamente: Cátia MARQUES, diretora de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Centro, por correio eletrónico, a 5 de janeiro de 2022; Rui PARREIRA, diretor de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Algarve, por ofício datado de 3 de agosto de 2021; Pedro PARREIRA, técnico superior da Direção Regional de Cultura dos Açores, por correio eletrónico, a 23 de novembro de 2021; Maria de Magalhães RAMALHO, técnica superior da Direção Regional de Cultura do Alentejo, por correio eletrónico, a 8 de fevereiro de 2022. Todas as Direções de Cultura contactadas por ofício de 8 de março de 2020. A Direção-Geral do Património Cultural, bem como as Direções Regionais de Cultura do Norte e da Madeira, optaram por não responder, ainda que nestes casos tenha sido encetada uma segunda tentativa de contacto, por ofício, a 3 de novembro de 2021.

se em 63,2% destes, os pareceres exigiram que o licenciamento fosse condicionado a algum tipo de trabalhos arqueológicos ao nível do edificado, como acompanhamento a demolições e a picagens de rebocos ou sondagens parietais, em 36,8% dos pareceres não se exigiu qualquer tipo de trabalhos de arqueologia da arquitetura. Em 10% dos pareceres, os anteprojetos mereceram mesmo parecer favorável sem quaisquer condicionantes<sup>1010</sup>. Dos 136 pareceres solicitados para licenciamento de anteprojetos no ‘centro histórico’ de Coimbra desde a criação do IGESPAR, até à criação da Direção-Geral de Património Cultural, DGPC, em 2012, 94 correspondiam a obras com impacto substancial sobre o edificado. Desta feita, 89,4% dos pareceres condicionou o licenciamento à execução de trabalhos arqueológicos no edificado, mas ainda assim 10,6% dos pareceres não exigiu qualquer trabalho de arqueologia no edificado. 7,4% não impôs nenhum tipo de condicionantes<sup>1011</sup>. Entre a criação da DGPC e o fim do intervalo em análise, no ano de 2016, foram emitidos pela DRCC 94 pareceres relativos ao licenciamento de anteprojetos no ‘centro histórico’ de Coimbra, dos quais 65 previam substanciais afetações ao edificado. Ainda que 76,9% destes pareceres tenha condicionado o licenciamento a trabalhos de arqueologia da arquitetura, 23,1% dos pareceres não exigiu qualquer tipo de intervenção arqueológica no edificado, e 12,3% não impôs quaisquer condicionantes<sup>1012</sup>.

Ao longo do período de vigência do IGESPAR, portanto, a quantidade de pareceres emitidos pela DRCC que condicionaram o licenciamento de obras no ‘centro histórico’ de Coimbra a trabalhos de arqueologia do edificado subiu 26,2% (de 63,2 para 89,4%). Mas desde a criação da DGPC até 2016, os pareceres com condicionantes arqueológicas no domínio da arquitetura diminuíram 12,5% (de 89,4 para 76,9%). Concomitantemente, um número bastante significativo de pareceres emitidos pela DRCC dispensou o licenciamento de obras no ‘centro histórico’ de Coimbra de quaisquer trabalhos arqueológicos no edificado, mesmo depois de publicada a lei de bases 107/2001, num total de 36,8% até à criação do IGESPAR, 10,6% durante o período tutelado pelo IGESPAR e 23,1% já durante a tutela da DGPC. Face ao mesmo grau de “demolição ou modificação de construções” e ao

---

<sup>1010</sup> Ver gráficos 10 e 11.

<sup>1011</sup> Ver gráficos 12 e 13.

<sup>1012</sup> Ver gráficos 14 e 15.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

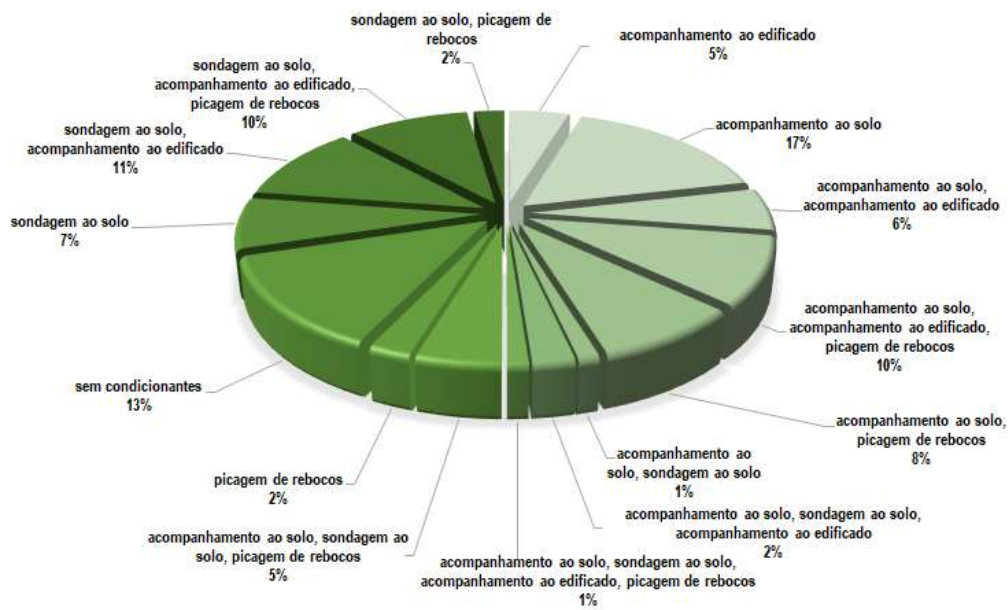


gráfico 10

Tipos de condicionantes emitidas pela Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, para obras com afetação substancial ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra, entre 2001 e 2005 (em percentagem)

gráfico do autor

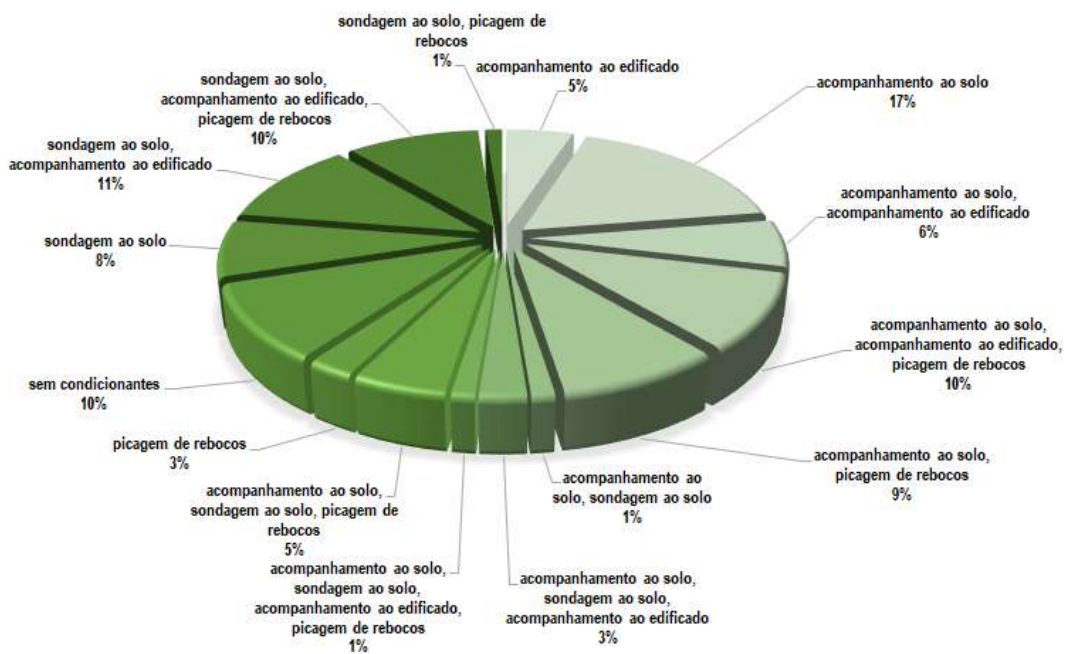


gráfico 11

Tipos de condicionantes emitidas pela Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, para obras com afetação substancial ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra, entre 2001 e 2005 (em percentagem)

gráfico do autor

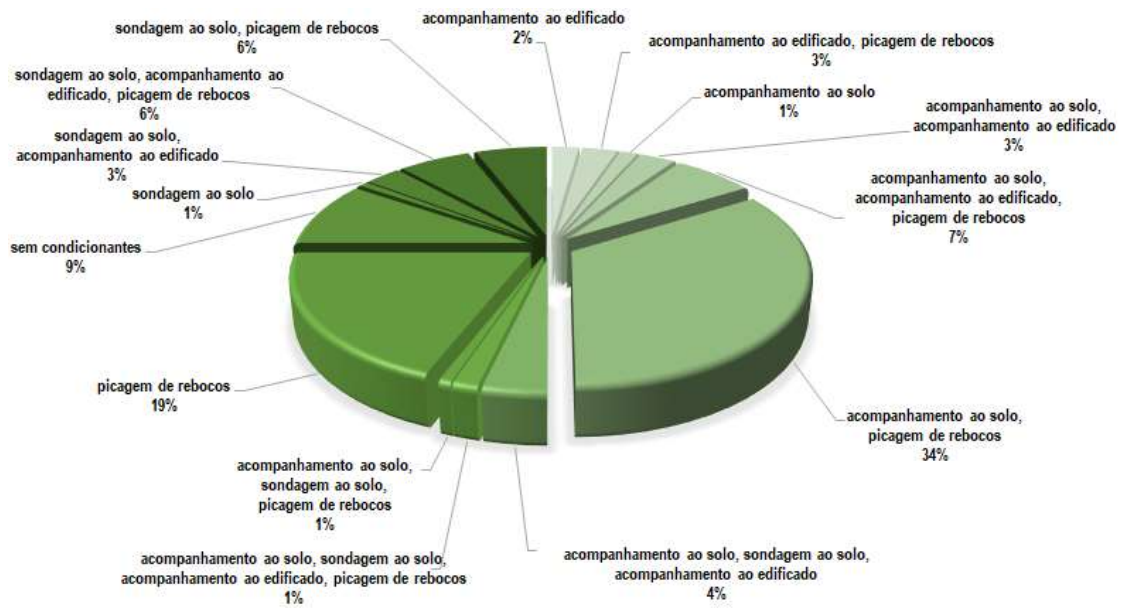


gráfico 12

Tipos de condicionantes emitidas pela Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, para obras com afetação ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra, entre 2006 e 2011 (em percentagem)

gráfico do autor

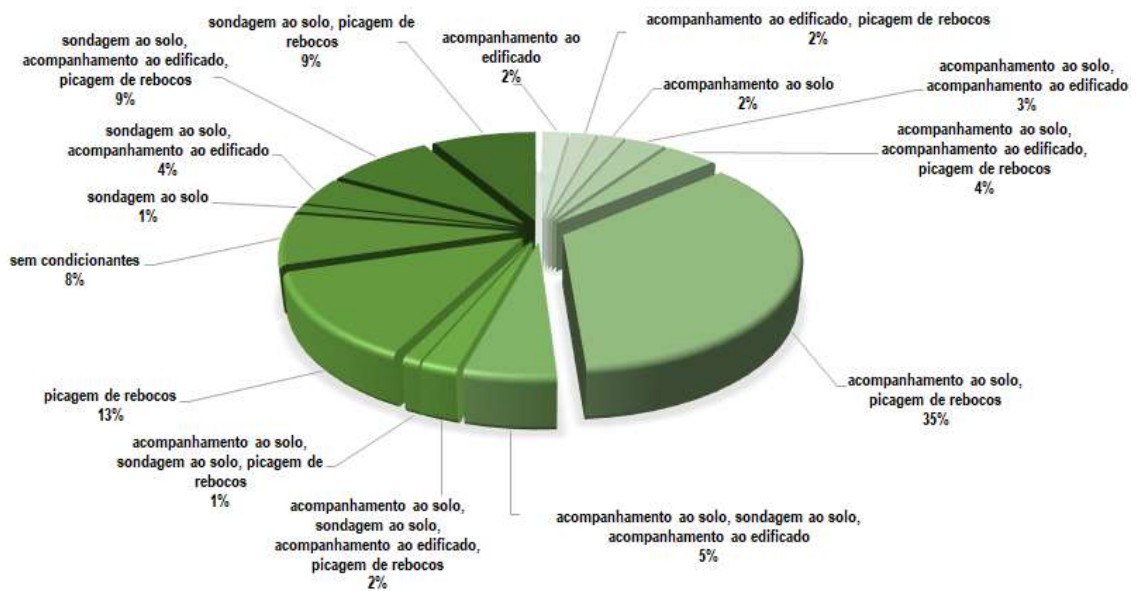


gráfico 13

Tipos de condicionantes emitidas pela Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, para obras com afetação substancial ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra, entre 2006 e 2011 (em percentagem)

gráfico do autor



para uma arqueologia crítica da arquitetura

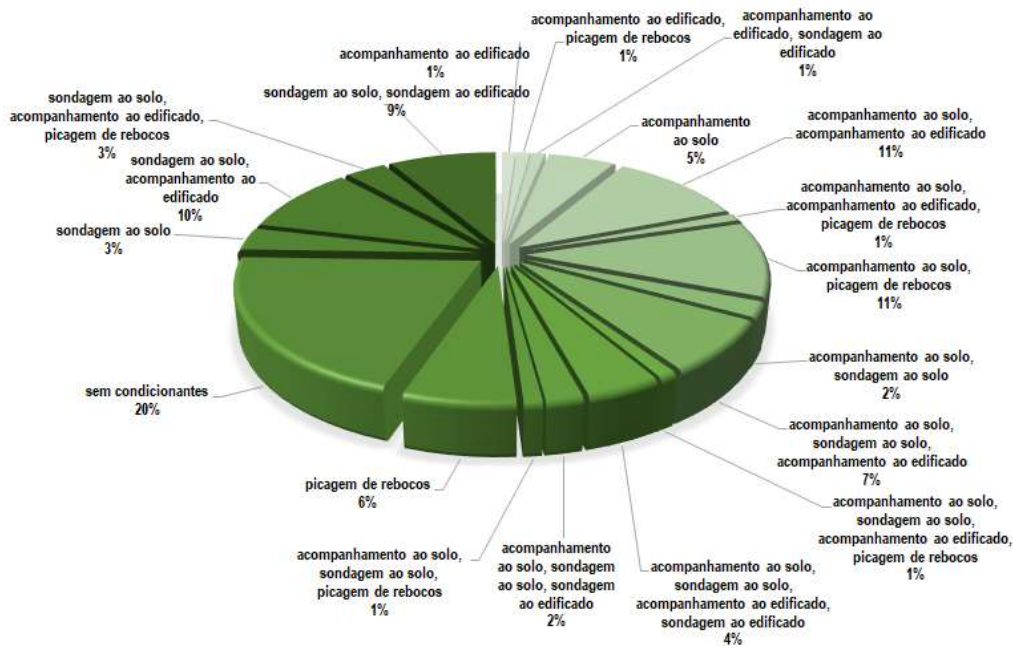


gráfico 14

Tipos de condicionantes emitidas pela Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, para obras com afetação ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra, entre 2012 e 2016 (em percentagem)

gráfico do autor

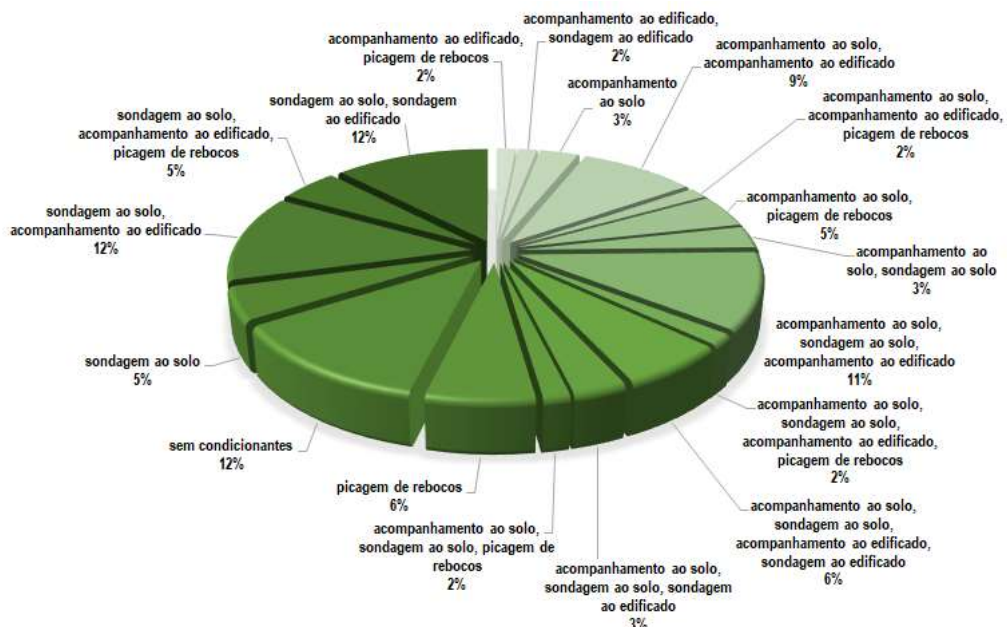


gráfico 15

Tipos de condicionantes emitidas pela Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, para obras com afetação substancial ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra, entre 2012 e 2016 (em percentagem)

gráfico do autor

“perigo iminente de destruição parcial ou total” de vestígios arqueológicos, as “ações preventivas e de minimização” propostas pela tutela em sede de condicionamento ao licenciamento de anteprojetos no ‘centro histórico’ de Coimbra, como tal, variaram substancialmente ao longo dos quinze anos em análise<sup>1013</sup>. À não emissão de condicionantes arqueológicas no âmbito da arquitetura junta-se frequentemente, além do mais, um domínio insuficiente quanto ao propósito da arqueologia da arquitetura, que, fruto do fraco investimento académico na disciplina, transparece em muitos pareceres. “A experiência que tenho relativamente às condicionantes dos pareceres, mesmo nos casos em que se prevê demolição, é uma caracterização prévia e uma descrição detalhada do edifício”, retrata a arqueóloga Lília Basílio. “Isto para mim”, declara, “não é arqueologia da arquitetura”<sup>1014</sup>. Se, enquanto património arqueológico, a arquitetura histórica exige à luz da legislação atualmente vigente “ações preventivas e de minimização”, que obrigam a trabalhos arqueológicos<sup>1015</sup>, então as condicionantes emitidas pela tutela em sede de anteprojetos com previsível afetação ao edificado não deveriam deixar de exigir interpretações estratigráficas da arquitetura. “Não há intervenção arqueológica que não tenha leitura estratigráfica”, lembra Lília Basílio<sup>1016</sup>.

**António Ginja:** “Se o parecer não condiciona a leituras estratigráficas da arquitetura prévias às demolições, em que consiste o acompanhamento arqueológico?”

**Lília Basílio:** “Eu julgo que sem leitura estratigráfica o acompanhamento se reduza à verificação da existência de epígrafes, de elementos arquitetónicos, de vãos entaipados... Mas se não houver essa condicionante e se o arqueólogo em campo decidir não fazer a leitura estratigráfica, aquilo que faz, e já vi isto inúmeras vezes explanado em relatórios de arqueologia, é uma descrição genérica do que vai aparecendo. E isso, para mim, fica muito aquém daquilo que é o trabalho de arqueologia em edificado.”

<sup>1013</sup> Para as estatísticas desenvolvidas no presente estudo, relativamente a pareceres emitidos pela Direção Regional de Cultura do Centro entre 2001 e 2016, foram consultados 482 pareceres, correspondentes a 297 processos de licenciamento de obras no ‘centro histórico’ de Coimbra. Para a área estipulada como ‘centro histórico’ de Coimbra, ver supra, carta 2, p. 242 e seguintes.

<sup>1014</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

<sup>1015</sup> Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5635, anexo, art. 2.º g), art. 3.º c) e d).

<sup>1016</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

**António Ginja:** “Quais as consequências da não preconização de trabalhos arqueológicos em projetos de afetação ao edificado histórico?”

**Lília Basílio:** Perde-se informação. Se queremos um ‘centro histórico’ relevante, não é apenas pela sua beleza, é porque enquanto sociedade reconhecemos nele ligações à nossa história. Mas é confuso que definamos um ‘centro histórico’, destacando-o pela sua relevância patrimonial, sem assegurar práticas que permitam conhecer e salvaguardar esse património. Perdemos informação, mas também diversidade, porque demolimos sem registar, e depois reconstruímos sempre da mesma maneira, perdendo a diversidade de técnicas que já ninguém vai aprender.”<sup>1017</sup>

As condicionantes emitidas, como demonstram os processos analisados junto da DRCC no período em estudo, na realidade, diferem muito na sua abrangência, variando, face ao mesmo tipo de impactos, desde a exigência de sondagens parietais prévias, até à absoluta dispensa de qualquer trabalho arqueológico. “Há por parte da tutela, relativamente a vestígios arqueológicos, respostas diversas, que dependem muito da sensibilidade do técnico que está a acompanhar o processo”, testemunha o arqueólogo municipal António Marques<sup>1018</sup>. Entre 2001 e 2016, com efeito, face a anteprojetos com impacto sobre o edificado protegido no ‘centro histórico’ de Coimbra, 9% dos pareceres emitidos pela DRCC condicionaram a execução da obra apenas a trabalhos de arqueologia que se restringiam ao solo, enquanto 15% chegaram mesmo a autorizar a obra sem qualquer tipo de condicionante arqueológica<sup>1019</sup>. Mas se, como afirma António Marques, a condicionante emitida depende “da sensibilidade do técnico”, poderá a especialização dos técnicos da tutela condicionar a sua sensibilidade? No período em análise, os técnicos da DRCC responsáveis pela emissão de condicionantes de arqueologia que se restringiam ao solo, por exemplo, eram em 52% das vezes especialistas em áreas que não a de arqueologia, embora em 48% das vezes fossem de facto arqueólogos ou integrassem equipas que articulavam arqueólogos com especialistas de outras áreas<sup>1020</sup>. Em 94% dos

---

<sup>1017</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

<sup>1018</sup> António MARQUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021.

<sup>1019</sup> Ver gráfico 16.

<sup>1020</sup> Ver gráfico 17.

pareceres que autorizaram a execução da obra sem qualquer tipo de condicionante arqueológica, no entanto, o anteprojeto havia sido analisado exclusivamente por especialistas em áreas que não a da arqueologia, como a da arquitetura ou da engenharia<sup>1021</sup>. Em contrapartida, em 92% dos pareceres condicionados a pelo menos um tipo de trabalhos de arqueologia no edificado, a análise do anteprojeto havia contado com a colaboração de pelo menos um arqueólogo<sup>1022</sup>.

Se o condicionamento da obra a trabalhos de arqueologia no edificado decorre maioritariamente de arqueólogos e se a isenção deste tipo de condicionantes tem na maior parte das vezes origem em técnicos de áreas que não a arqueologia, então as intervenções de arqueologia da arquitetura, enquanto “ações preventivas e de minimização” exigidas pela tutela no âmbito do licenciamento de anteprojetos, parecem depender, com efeito, da área de especialização dos técnicos que os avaliam. Não obstante, em “imóveis classificados ou em vias de classificação e em zonas de proteção, os projetos com afetação ao património arqueológico são, e devem ser”, dentro das Direções Regionais de Cultura, “distribuídos para análise por parte de um arquiteto e de um arqueólogo”, esclarece Paulo César Santos<sup>1023</sup>. Antes mesmo de serem submetidos à apreciação de um técnico, os anteprojetos são, portanto, superior e previamente diferenciados, em função do seu previsível impacto arqueológico. Sendo a distribuição dos anteprojetos pelos técnicos prerrogativa da Direção de Serviços dos Bens Culturais de cada Direção Regional de Cultura, a exigência ou a isenção de condicionantes de arqueologia da arquitetura poderá, como tal, depender do entendimento que o responsável por este departamento tenha quanto ao que possa constituir impacto sobre o património arqueológico, tanto quanto da sensibilidade ou da especialização do técnico que aprecie o anteprojeto.

Arqueologia da arquitetura tem, na realidade, dividido opiniões dentro das instituições tutelares, levando diferentes especialidades a encarar de forma distinta até os mesmos projetos, conforme se depreende, por exemplo, de alguns processos pesquisados na DRCC. Avaliado por uma técnica arquiteta, um anteprojeto para a reabilitação de um edifício na rua Fernandes Tomás, Coimbra, em zona especial de

---

<sup>1021</sup> Ver gráfico 19.

<sup>1022</sup> Ver gráfico 18.

<sup>1023</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021. Arqueólogo, Paulo César Santos [n. 1969] foi técnico superior nas Direções Regionais de Coimbra do IPPAR, entre 1995 e 2006, e do IGESPAR, entre 2006 e 2010, bem como na Direção Regional de Cultura do Centro da Direção-Geral do Património Cultural, entre 2012 e 2021. Diretor do Museu de Aveiro, entre 2011 e 2012, desempenha atualmente funções no Museu Nacional de Machado de Castro.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

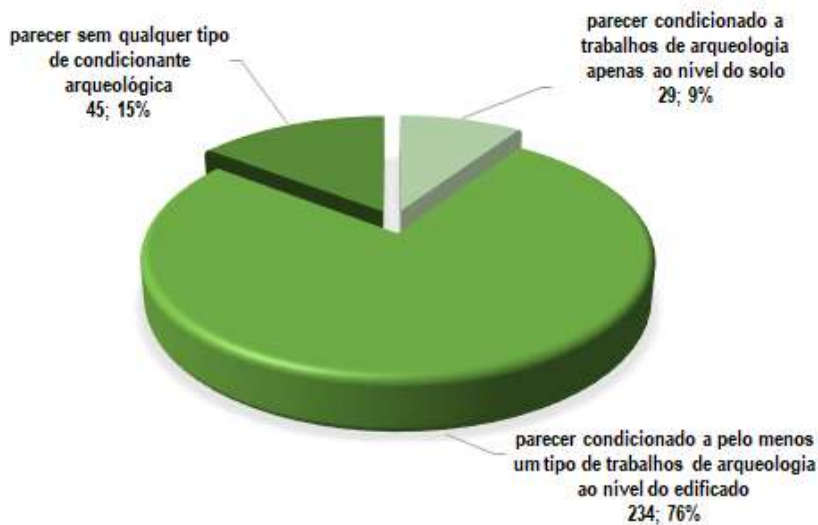


gráfico 16

Pareceres condicionados a trabalhos de arqueologia ao nível do solo e do edificado, emitidos pela Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, para obras com afetação ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra, entre 2001 e 2016 (em valor absoluto e percentagem)

gráfico do autor

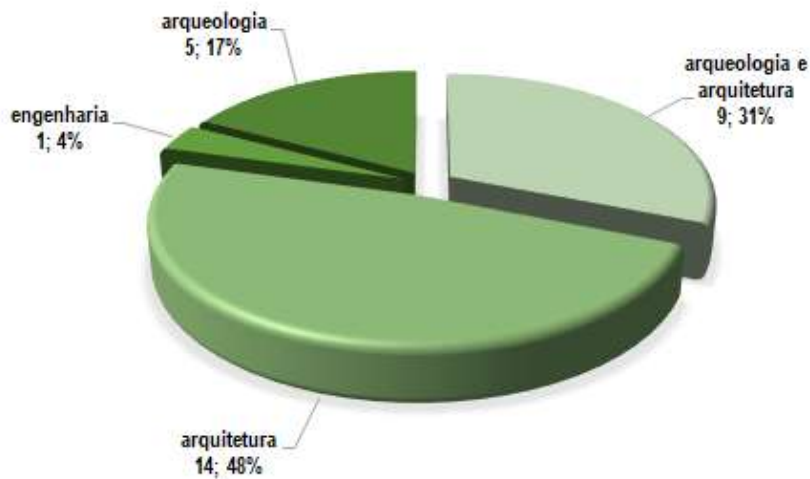


gráfico 17

Formação do(s) técnico(s) da Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, responsável(eis) por pareceres condicionando obras com afetação ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra a trabalhos de arqueologia apenas ao nível do solo, entre 2001 e 2016 (em valor absoluto e percentagem)

gráfico do autor

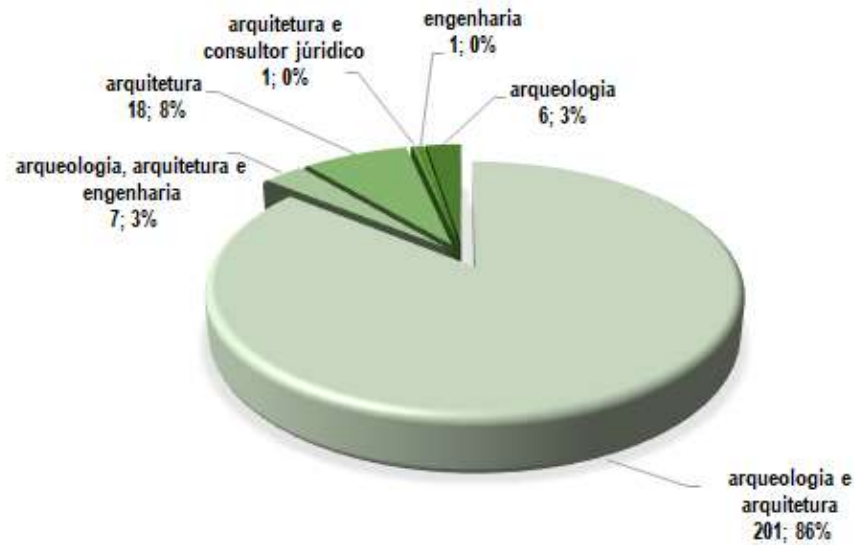


gráfico 18

Formação do(s) técnico(s) da Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, responsável(eis) por pareceres condicionando obras com afetação ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra a pelo menos um tipo de trabalhos de arqueologia ao nível do edificado, entre 2001 e 2016 (em valor absoluto e percentagem)

gráfico do autor

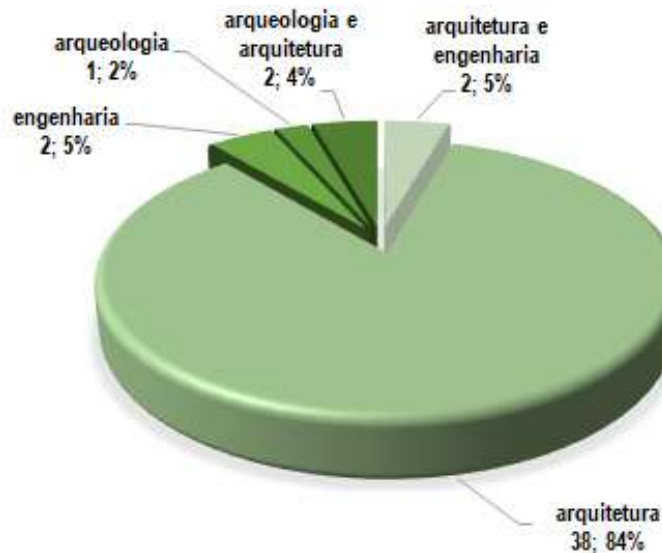


gráfico 19

Formação do(s) técnico(s) da Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, responsável(eis) por pareceres a obras com afetação ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra sem qualquer tipo de condicionantes arqueológicas (em valor absoluto e percentagem)

gráfico do autor

para uma arqueologia crítica da arquitetura

proteção e prevendo substanciais afetações ao edificado, recebeu em 2004, um parecer favorável condicionado apenas ao acompanhamento arqueológico da abertura de valas no solo. Mas ao avaliar o pedido de autorização para a execução dos trabalhos arqueológicos, em 2006, uma técnica arqueóloga acrescentou à condicionante original a obrigatoriedade de acompanhamento arqueológico também à picagens de rebocos<sup>1024</sup>. Ainda em 2004, outro anteprojeto, inserido em zona especial de proteção e que previa avultadas demolições no âmbito da reabilitação de um edifício na rua da Sofia, Coimbra, mereceu por parte de uma técnica arquiteta, três pareceres favoráveis condicionados a trabalhos de arqueologia que se restringiam ao solo. Só quando, no mesmo ano, um aditamento ao projeto suscitou novo parecer, e à equipa responsável por avaliar os novos impactos se juntou uma técnica arqueóloga, mereceu a obra um parecer condicionado também a trabalhos de arqueologia no edificado<sup>1025</sup>. Em 2010, um anteprojeto que previa movimentação de solos e picagens de rebocos num edifício em zona especial de proteção, na rua Visconde da Luz, Coimbra, mereceu parecer favorável condicionado por uma equipa com especialistas em arqueologia e arquitetura, a acompanhamento arqueológico às ações de afetação ao solo e às picagens de rebocos. Mas quando, em 2015, alterações ao anteprojeto, que passou a prever ainda maiores afetações ao edificado, foram avaliadas apenas por um arquiteto, caíram as condicionantes no edificado e a obra passou a estar condicionada apenas a trabalhos de arqueologia ao nível do solo<sup>1026</sup>.

Suscetível à sensibilidade própria de cada especialidade técnica, a validação de condicionantes de arqueologia da arquitetura, enquanto “ações preventivas e de minimização” a impactos previsivelmente decorrentes da execução de projetos, deveria encontrar na legislação maior força normativa. Quando questionada sobre o impacto da lei de bases 107/2001, a Direção Regional de Cultura dos Açores, por exemplo, admitiu terem sido “desde então (...) já condicionados várias dezenas de projetos”<sup>1027</sup>. Também junto da Direção Regional de Cultura do Centro parece ter a lei de bases 107/2001 trazido a fundamentação necessária para impor a determinados

---

<sup>1024</sup> Processo DRCC (2004) 06.03/79, *Edifício sito na rua Fernandes Tomás, n.º 85-89 e Joaquim António de Aguiar, n.º 7, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios de 16 de dezembro de 2004 e 18 de junho de 2006.

<sup>1025</sup> Processo DRCC (1989) 06.03/17, *Edifício na rua da Sofia n.º 150-158 (Colégio de São Pedro), Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios de 8 de janeiro, 12 de fevereiro, 15 de março e 28 de outubro de 2004.

<sup>1026</sup> Processo DRCC (1978) 06.03/07, *Edifício sito na rua Visconde da Luz n.º 69, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios de 18 de junho de 2010 e 10 de setembro de 2015.

<sup>1027</sup> Pedro PARREIRA, técnico superior da Direção Regional de Cultura dos Açores, por correio eletrónico de 23 de novembro de 2021.

projetos condicionantes no domínio da arqueologia do edificado. Apreciado três vezes, entre 1999 e 2004, por três arquitetos distintos, um anteprojeto relativo a edifício na rua Nova de Coimbra, em servidão administrativa de uma zona especial de proteção e prevendo afetações substanciais ao edificado, por exemplo, colheu três condicionantes bem distintas, compreendidas entre a absoluta dispensa de qualquer trabalho arqueológico e a indispensabilidade de acompanhamento a todas as ações de afetação ao solo e ao edificado. Em 1999, o anteprojeto mereceu aprovação da tutela sem qualquer condicionante de arqueologia. Dois anos depois, escassos três meses antes da entrada em vigor da lei de bases 107/2001, uma segunda apreciação resultou na exigência de um "estudo arqueológico adequado", a realizar previamente à obra. Consolidadas as premissas da lei de bases, contudo, uma terceira e última apreciação, datada de 2004, exigia já acompanhamento arqueológico ao revolvimento de solos e às demolições do edificado<sup>1028</sup>. Quando, em 2007, um prédio ruiu na Baixa de Coimbra, um anteprojeto para a consolidação da empena exposta no edifício adjacente, na rua Sargento Mor, mereceu, por estar incluído em zona especial de proteção, um parecer que, embora favorável, exigia "uma intervenção arqueológica (...) através de uma leitura interpretativa e exaustiva da evolução construtiva do paramento a interencionar". Antes da lei de bases, todavia, um parecer de 1999, favorável a um projeto para o mesmo edifício, que previa demolição integral do interior, havia dispensado a obra de qualquer trabalho arqueológico<sup>1029</sup>. Ainda em Coimbra, no largo da Sé Velha, a reabilitação de um edifício motivou dois pedidos de parecer em 1999 e 2000, que, não obstante localizar-se dentro de uma zona especial de proteção e do respetivo anteprojeto prever avultadas demolições, não colheram quaisquer condicionantes de arqueologia. Iniciadas em 2004, as demolições do edificado seriam suspensas por intervenção direta de uma técnica arqueóloga da tutela, que invocou para o efeito, precisamente, o incumprimento da lei de bases 107/2001<sup>1030</sup>.

---

<sup>1028</sup> Processo DRCC (1999) 06.03/54, *Edifício sito na rua Nova n.º 4-12; 14-16, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios de 30 de novembro de 1999, 12 de junho de 2001 e 20 de janeiro de 2004.

<sup>1029</sup> Processo DRCC (1998) 06.03/40, *Edifício na Travessa dos Gatos (n.º 4-6) e Rua de Sargento Mor (n.º 7-11), Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios de 23 de março de 1999 e 5 de novembro de 2007.

<sup>1030</sup> Processo DRCC (1999) 06.03/33, *Prédio no Largo Sé Velha n.º 13-14, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios de 23 de julho de 1999, de 23 de agosto de 2000 e de 22 de março de 2004.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

**António Ginja:** “.... Quais as consequências do incumprimento de condicionantes para o promotor?”

**Paulo César Santos:** “Não tem grandes consequências, até porque a legislação não define quaisquer medidas de compensação (...). Não encontro na legislação qualquer medida de compensação, não há suporte legal para isso, mas elas são pedidas [pela tutela]. Acho que se fazem intervenções arqueológicas para salvaguarda do bem, mas com uma medida de compensação vai-se afetar mais do que aquilo que estava previsto, em áreas que inicialmente não iriam ser afetadas. Isso tem que ser tido em conta também.”

**António Ginja:** “E o papel dos municípios, nesta matéria?”

**Paulo César Santos:** “A conjugação com os municípios é muitíssimo importante, a fiscalização dos municípios tem que ser mais incisiva. Um edifício que foi todo demolido sem cumprir as condicionantes de arqueologia, significa que a fiscalização da Câmara não existiu.”<sup>1031</sup>

A nível nacional, a entrada em vigor da lei de bases 107/2001 coincide, de resto, com um aumento acentuado da quantidade de intervenções arqueológicas com trabalhos dirigidos ao edificado. Acompanhando o ritmo da reabilitação urbana, cujo número de projectos quase duplicou, as intervenções arqueológicas no edificado, com efeito, aumentaram drasticamente de 2001 para 2002, passando de uns residuais 0,5% para 23,9% das intervenções arqueológicas ocorridas em meio urbano ou em edifícios protegidos<sup>1032</sup>. Até 2008, o número de projetos de reabilitação urbana continuou a aumentar, quase quadruplicando face aos valores de 2001. Não obstante, entre 2001 e 2008, mesmo depois de criado o IGESPAR em 2006, a quantidade de intervenções arqueológicas em meio urbano ou em edifícios protegidos diminuiu acentuadamente de 198 para 26. Ainda assim, os trabalhos de arqueologia

---

<sup>1031</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1032</sup> Ver gráfico 20. Confrontar com gráfico 21.



gráfico 20

Quantidade de intervenções arqueológicas dirigidas ao edificado entre 1991 e 2016, face ao número total de intervenções autorizadas (em percentagem)

gráfico do autor



gráfico 21

Quantidade de fogos sujeitos a obras de reabilitação concluídas entre 1991 e 2016 (em valor absoluto)

INE, *Estatísticas da construção...*, 2014, 2015, 2016 e 2017; INE e LNEC, *O parque nacional...*, 2013 (exceto ano de 2012, para o qual o INE apresentou dados relativos apenas à habitação social)

gráfico do autor

para uma arqueologia crítica da arquitetura



gráfico 22

Quantidade de intervenções arqueológicas dirigidas ao edificado entre 1991 e 2016, em meio urbano e edifícios classificados ou protegidos (em valor absoluto)

gráfico do autor

direcionados para a arquitetura não voltaram nunca aos valores residuais anteriores a 2001, mantendo-se sempre entre os 7,1 e os 23,1% do total de intervenções arqueológicas ocorridas em meio urbano ou em edifícios protegidos<sup>1033</sup>. Quando em 2014 se promulgou um novo regulamento de trabalhos arqueológicos, pelo decreto-lei n.º 164/2014, já a lei de bases 107/2001 vinha, portanto, desde 2001, contribuindo para que a “demolição ou modificação de construções” consideradas bens culturais fosse, “em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico”, condicionada a trabalhos de arqueologia do edificado<sup>1034</sup>. Nesse sentido, a entrada em vigor do novo regulamento, que passou a exigir “ações preventivas e de minimização”, incluindo trabalhos de “estratigrafia da arquitetura”, sempre que vestígios arqueológicos se encontrassem “em perigo iminente de destruição parcial ou total”<sup>1035</sup>, mais não fez do que reforçar o que era, havia muito, o entendimento de diferentes técnicos, dentro da própria tutela.

Posta a promulgação dos dois diplomas, lei de bases 107/2001 e regulamento 164/2014, a aplicação da arqueologia da arquitetura como medida de minimização de impactos patrimoniais em edificado protegido continuou, porém, a não colher concordância entre diferentes instâncias tutelares. Embora acompanhando a tendência de descida do número de projetos de reabilitação urbana, os trabalhos de arqueologia da arquitetura realizados em Portugal, na verdade, desceram desde 2014 a 2016, de 22,4 para 10% do total de intervenções realizadas no país<sup>1036</sup>. Mas enquanto alguns técnicos da tutela, nomeadamente ao nível das Direções Regionais de Cultura, têm entendido a arqueologia da arquitetura como um impositivo legal decorrente da lei 107/2001 e do regulamento 164/2014, condicionando a execução dos projetos a este tipo de trabalhos, outras instâncias, dentro da Direção-Geral do Património Cultural, DGPC, continuam a não ter o mesmo entendimento da lei. Com efeito, excetuando anteprojetos em zonas de proteção, todos “os pareceres da DRCC em imóveis classificados, em vias de ser classificados ou em zonas que não sendo protegidas se encontrem vertidas nos PDM como zonas de sensibilidade arqueológica vão à DGPC, para emissão de parecer final”, lembra Paulo César Santos<sup>1037</sup>.

<sup>1033</sup> Ver gráfico 22. Confrontar com gráfico 20.

<sup>1034</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5821-5822, título VII, cap. II, art. 76º, ¶ 3 a).

<sup>1035</sup> Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5635, anexo, art. 2º g), art. 3º c) e d).

<sup>1036</sup> Ver gráfico 20. Confrontar com gráfico 21.

<sup>1037</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Apreciado em 2017 por um técnico superior da DRCC, um anteprojecto para a reabilitação do colégio de São Jerónimo, em Coimbra, edifício inscrito na Lista de Património Mundial da UNESCO, por exemplo, colheu parecer favorável condicionado à realização de “sondagens de diagnóstico arqueológico prévio em todos os paramentos a afetar”. Não obstante, o subdiretor da DGPC, com competências na validação dos pareceres regionais, entendeu, “de acordo com a legislação em vigor”, aprovar o parecer, “exceto a realização de sondagens arqueológicas e posterior acompanhamento dos trabalhos de picagem de paredes e de demolição, que não tenham afetação do subsolo”<sup>1038</sup>. De igual modo, um parecer de 2018, justificado pelo “expresso no (...) decreto-lei n.º 164/2014” e validado pela direcção da DRCC, relativo a um anteprojecto para a reabilitação de um edifício na rua da Sofia, também em área inscrita na Lista de Património Mundial da UNESCO, exigiu o acompanhamento arqueológico para “todas as afetações parietais”. Quando avaliado pelo subdiretor da DGPC, o parecer voltou a ser aprovado, “exceto o acompanhamento arqueológico dos trabalhos de picagem de paredes de acordo com a legislação em vigor”<sup>1039</sup>. “Como quem tem a última palavra é a DGPC, tem acontecido”, afirma Maria de Magalhães Ramalho, da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, “que o parecer final vá no sentido de que o acompanhamento arqueológico se deva limitar às afetações ao nível do subsolo”<sup>1040</sup>.

A arqueologia da arquitetura, na realidade, pese embora todo o desenvolvimento que tem vindo a conhecer desde a década de 1970, permanece em Portugal pouco avançada e mal compreendida, facto que pode ajudar a explicar a falta de consenso que colhe por vezes dentro da tutela, tanto quanto a diferença de sensibilidades inerentes à especialidade de cada técnico ou a discrepância interpretativa face à lei. Com efeito, e apesar de praticada desde inícios da década de 1990 no nosso país, ao longo da década de 2010 alguns estudos portugueses reconheciam ainda a imaturidade do método em Portugal, tal como em 1988 fazia Gian Pietro Brogiolo, ao referir-se à então já não tão recente arqueologia da

---

<sup>1038</sup> Processo DRCC (95) 06.03/50, *Colégio de São Jerónimo e das Artes, Coimbra*, Arquivo da Direcção Regional de Cultura do Centro, vol. 3, informação n.º 1752/DRCC/2017 de 26 de julho de 2017 e informação n.º S-2017/444639 (C.S:165698) de 21 de novembro de 2017.

<sup>1039</sup> Processo (89) 06.03/17, *Casa de Repouso de Coimbra, rua da Sofia n.º 150/158, Coimbra*, Arquivo da Direcção Regional de Cultura do Centro, informação n.º 911 – DRCC/2008 (C.S: 174457) de 14 de junho de 2018 e informação n.º S-2018/461963 (C.S: 1272262) de 3 de julho de 2018.

<sup>1040</sup> Maria de Magalhães RAMALHO, técnica superior da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, por correio eletrónico de 8 de fevereiro de 2022.

arquitetura italiana, como uma “*disciplina ancora giovane*”<sup>1041</sup>. Parte do problema poderá residir na fraca capacidade de renovação epistemológica com que a arqueologia da arquitetura tem vindo há décadas a ser revestida, quer em Portugal, quer no panorama internacional<sup>1042</sup>. Na verdade, tanto na italiana *Archeologia dell’Architettura*, como na espanhola *Arqueología de la Arquitectura*, dois dos principais periódicos da especialidade, abundam desde o início do novo milénio casos de estudo que colocam em causa as metodologias estabelecidas nas décadas anteriores, sem que daí resultem os questionamentos teóricos de que a disciplina necessitaria para se consolidar e florescer. Como consequência, a arqueologia da arquitetura, que divergiu pelos mais diversos percursos de investigação, redundou numa “*concepción muy heterogénea*”<sup>1043</sup>, não apenas das suas potencialidades, mas também do seu significado científico. Se se trata de uma disciplina jovem e ainda mal compreendida em Portugal, a arqueologia da arquitetura, todavia, não deixa de constituir uma recomendação legal, confirmada pela lei 107/2001 e pelo decreto-lei 164/2014, e que, embora incapaz, por si só, de estabelecer quadros cronológicos conclusos, pode indubitavelmente concorrer para a aferição sequencial da diversidade construtiva com que amiúde se apresentam os nossos edifícios históricos. Enquanto estiver sujeita à subjetividade interpretativa da lei, a arqueologia da arquitetura imposta pela tutela em sede de licenciamento não conhecerá nunca, contudo, a concretização científica de que carece para que seja consistentemente aplicada como medida de minimização de impactos patrimoniais.

Dotar a lei de maior objetividade no domínio das condicionantes a obras com impacto arqueológico sobre o edificado implicaria inverter aquilo que Paulo César Santos diz ser “a atual tendência de descrédito, não apenas da arqueologia da arquitetura, mas de toda a arqueologia”<sup>1044</sup>. Do reconhecimento social da arqueologia em contexto de reabilitação de património cultural construído, que “em vinte anos

---

<sup>1041</sup> Gian Pietro BROGILOLO, *Archeologia dell’edilizia storica, Documenti e metodi*, Como, New Press, 1988, p. 38; Raquel SANTOS, *Arqueologia da Arquitectura, Perspectivas metodológicas*, dissertação de mestrado policopiada, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2010, p. 20; Vera Alexandra Fanica BORGES, *Arqueologia da arquitectura para uma reabilitação informada*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2019, p. 79.

<sup>1042</sup> A arqueóloga italiana Alessandra D’Ulizia, por exemplo, estabeleceu na década de 1990 uma certa cristalização epistemológica da arqueologia da arquitetura. Alessandra D’ULIZIA, “L’Archeologia dell’architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º X, 2005, p. 15.

<sup>1043</sup> Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Arqueología de la Arquitectura en España”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 27.

<sup>1044</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

ainda não se conseguiu alcançar”<sup>1045</sup>, depende, com efeito, a ativação das suas capacidades enquanto mecanismo de salvaguarda patrimonial. A percepção, fortemente enraizada de que a arqueologia se limita a pesquisas estratigráficas de solo, comum ao público em geral, mas também a muitos arqueólogos, contribuindo para a desconfiança com que os mesmos são recebidos em obras que não se resumam a afetar o solo, não deixa de se subentender também, de facto, nas políticas administrativas. “Reconheço que há uma tendência para limitar as condicionantes ao acompanhamento ao solo, de que resulta muitas vezes perda total da informação”, afirma Paulo César Santos, até 2021 técnico da Direção Regional de Cultura do Centro<sup>1046</sup>. Por conseguinte, parte das informações que sejam efetivamente recolhidas em campo, no decurso da intervenção arqueológica, assumem para o projeto de reabilitação arquitetónica um significado muito reduzido, gerando ainda maior desconfiança quanto à utilidade social da arqueologia. “Entrámos num processo de registo e acumulação de informação que garante o cumprimento de uma condicionante, mas tenho muitas dúvidas de que aquilo que a arqueologia preventiva tem feito é de facto salvaguarda do património”, observa a arqueóloga Lília Basílio<sup>1047</sup>. Uma reformulação legislativa capaz de aclarar os termos em que a afetação ao património arquitetónico constitui impacto arqueológico, como tal, concorreria não apenas para reduzir a subjetividade com que são presentemente emitidas algumas condicionantes, como também, ao legitimar e potenciar os trabalhos arqueológicos em obra, para estimular o reconhecimento social de toda a arqueologia.

Quando condicionados pela tutela a trabalhos de arqueologia no edificado, os projetos de reabilitação em imóveis com valor cultural passam, na realidade, a contar com um instrumento de avaliação de preexistências arqueológicas de eventual potencial patrimonial, de que até então não dispunham. Contudo, até ao presente, o cumprimento destas condicionantes tem vindo a ser maioritariamente remetido pela tutela para a fase de execução de obra, durante a qual o projeto arquitetónico, já licenciado pelo município, se encontra definido em todas as suas especialidades. Como resultado, qualquer preexistência arqueológica revelada durante a obra implica comunicação à tutela, que deliberará quanto ao seu desmantelamento ou preservação e integração no projeto. A descoberta de vestígios arqueológicos em obra, deste modo, não ocorre nunca sem que daí advenham atrasos e despesas, de impossível

---

<sup>1045</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

<sup>1046</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1047</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

previsão em sede de anteprojeto, acrescentando à desconfiança muitas vezes projetada na equipa de arqueologia uma dose acrescida de animosidade. Quando decidida a sua preservação e integração, os vestígios arqueológicos implicam sempre a reestruturação do projeto, exigindo uma conciliação entre promotor, tutela e município nem sempre fácil de alcançar. Durante a reabilitação de um edifício no gaveto entre a rua e a travessa Velha, na Baixa de Coimbra, por exemplo, a intervenção de arqueologia, executada já em fase de obra, pôs a descoberto uma arcaria central, cuja relevância patrimonial viria a ser reconhecida tanto pela equipa de arqueologia na obra, como pela tutela. A integração do bem, aprovada pela Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, no entanto, colidia com as intenções do promotor e do projetista, que consideraram não existir nele qualquer "interesse histórico/artístico significativo". O projetista propôs então o registo e o desmonte da estrutura à tutela, que, por sua vez, exigiu serem "preservadas e integradas no projecto de *arquitectura*, todas as estruturas", dando origem a um impasse que imputou à obra despesas e atrasos acrescidos<sup>1048</sup>. Logrando preservar os vestígios arqueológicos edificados, a tutela cumpriu o desígnio de salvaguarda patrimonial para o qual se encontra legalmente investida. Mas responsável por uma descoberta que causou contratempos à obra, a arqueologia da arquitetura não pode ter saído senão desacreditada junto do promotor e do projetista.

**António Ginja:** Da sua experiência, quantos destes testemunhos conduzem a efetivas revisões do projeto arquitetónico traçado para o edifício?

**Lília Basílio:** Não (...) me lembro de a nível de projetos de reabilitação, alguma vez ter havido alterações significativas ao projeto previsto. Até porque quando a arqueologia entra, o projeto já está definido. E isso é dramático. Porque o processo de avaliação do impacto da obra sobre o sítio arqueológico acontece quando a obra já está em curso, portanto, também não se pode pedir que o projetista adivinhe o que vai aparecer.

**António Ginja:** Com que frequência diria que os projetistas têm conhecimento destes vestígios?

---

<sup>1048</sup> Processo DRCC (2004) 06.03/20, *Edifício sito na rua Velha n.º 7-9 e na travessa Velha n.º 11-19, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios de 21 de julho de 2006 e de 29 de setembro de 2006.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

**Lília Basílio:** Acho que tive contacto com projetistas, no máximo, em duas situações. Na maior parte das vezes, quem articula connosco [arqueólogos] é o promotor ou até mesmo o empreiteiro. O projetista nem faz ideia do que vai aparecendo, nem nunca se encontra com o arqueólogo para que este lhe possa explicar qual a lógica construtiva, o processo, a história do edifício...<sup>1049</sup>

Os trabalhos arqueológicos, porém, não têm obrigatoriamente de ocorrer apenas em fase de execução do projeto. Eles podem, na realidade, tomar lugar antes mesmo da execução do anteprojeto, com consequências bem distintas para o progresso das reabilitações projetadas. Na chamada casa Medieval, edifício da Baixa de Coimbra que integra a amostra em estudo no presente trabalho, foram, por iniciativa conjunta do proprietário e de um conjunto de arquitetos, abertas pelo autor várias sondagens arqueológicas parietais com o intuito de conhecer as técnicas e os materiais empregues na sua construção, bem como o estado de conservação do edificado, antes mesmo de se avançar com a elaboração de algum projeto de reabilitação. Revelaram-se então, antecipadamente, uma intrincada estruturação de prumos, travessanhos e escoras, um delicado jogo de forças entre frontais e vigas, um preocupante estado de conservação das madeiras e um acervo de antiquíssimas tradições construtivas, que de outro modo não poderiam ser do conhecimento do projetista responsável pela elaboração do projeto de reabilitação. Os frontais de madeira, os sucessivos ressaltos sobre a rua, as técnicas e os materiais utilizados na sua construção, embora característicos da arquitetura vernácula das cidades medievais europeias, refletem tradições construtivas, que, sendo transmitidas de geração em geração, se mantiveram em uso, em Portugal como noutros países europeus até o início do século XX<sup>1050</sup>. O valor patrimonial desta casa Medieval, como tal, não decorre da antiguidade latente à sua aparência, mas da invocação que suscita de permanências culturais, próprias das cidades que, como Coimbra, se encontram continuamente ocupadas desde períodos muito recuados. Neste sentido, em edifícios erguidos num só momento, mas de balizamento cronológico ambíguo, uma análise estritamente diacrónica do sistema construtivo de pouco importa, à arqueologia como

---

<sup>1049</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

<sup>1050</sup> António GINJA, "The 'Medieval House' of Coimbra: Archeology of architecture in the demystification of archetypes", *La casa: Espacios domésticos, modos de habitar*, Granada, Abada, 2019, p. 1411-1412.



---

fig. 44 e 45. casa Medieval  
registo fotográfico do alçado sul, perspetiva sudoeste (em cima)  
detalhes construtivos, expostos por sondagens (em baixo)  
fotografias do autor, 2017

para uma arqueologia crítica da arquitetura

à reabilitação. Se a interpretação do tempo como um processo linear, onde os eventos históricos se vão acumulando como estratos, parece ser um apanágio das sociedades ocidentais<sup>1051</sup>, poderá ter chegado o momento de a arqueologia da arquitetura ultrapassar o paradigma estratigráfico e abraçar outros métodos que, dialogando com a longevidade de certas tradições construtivas, o complementem.

Já na designada casa das Talhas, no limiar entre a Alta e a Baixa de Coimbra, promotor, projetista, município e tutela concordaram numa intervenção arqueológica anterior ao anteprojecto, de que resultou a descoberta dos mais diversos vestígios arqueológicos. Localizado sobre a antiga muralha medieval de Coimbra, o edifício, de considerável dimensão e significativa nobreza construtiva, testemunha a apropriação privada e residencial de uma estrutura pública de vasto significado defensivo e social para a antiga cidade medieval, fenómeno que, longe de um exclusivo conimbricense, concorre sobremodo para a ponderação historiográfica da evolução urbanística de um grande número de cidades europeias. Tendo em conta a sensibilidade patrimonial do local, foram abertas diversas sondagens parietais, que revelariam, entre outros dados, parte da muralha e de um torreão, estruturas que se prolongavam por vários compartimentos e pisos do edifício. Quando chamada a emitir parecer sobre o anteprojecto, a DRCC escusou pronunciar-se enquanto o mesmo não se fizesse articular com os vestígios arqueológicos postos a descoberto. Revisto em concordância, o projecto passou a merecer parecer favorável por parte da tutela, que, destacando a relevância patrimonial resultante da integração dos achados arqueológicos, o declarou “bem resolvido”<sup>1052</sup>. De excepcional valor histórico e arqueológico, estes vestígios dificilmente poderiam, com o consentimento da tutela, vir a ser, em fase de obra, afetados por quaisquer desmontes, ainda que parciais. Qualquer anteprojecto que, por desconhecimento, definisse, por exemplo, aberturas de vãos nestas estruturas, teria forçosamente de ser alterado em fase de execução. Descobertos antecipadamente, porém, arqueologia e arquitetura puderam projetar em conjunto as estratégias que melhor se adequavam à salvaguarda do bem cultural, sem comprometer os interesses do promotor, pelo menos no concernente ao normal desenvolvimento da fase de execução do projecto. “Não tenho nenhuma relutância em considerar que a arqueologia possa ser uma auxiliar da arquitetura”, afirma o

---

<sup>1051</sup> Christopher S. WOOD, *A history of art history*, Princeton, Princeton University Press, 2019, p. 31.

<sup>1052</sup> Processo DRCC (1994) 06.03/92, *Prédio na R. Fernandes Tomás n.º 58-66, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios 14 de março e 21 de julho de 2008.

arqueólogo Luís Fontes. “Fornecer informação ao projeto, é um bom objetivo”, garante<sup>1053</sup>.

Quando executada em fase anterior à elaboração do anteprojeto, a arqueologia, pode, como tal, antecipar a descoberta de vestígios arqueológicos, que de outro modo poderiam vir a ser incompatíveis com o projeto de reabilitação. “Se separássemos a fase de avaliação arqueológica da execução da obra, essa fase poderia servir para que os projetistas conhecessem melhor os edifícios em que estão a intervir”, sugere a arqueóloga Lília Basílio<sup>1054</sup>. Já com o processo de licenciamento em curso, o município de Guimarães, por exemplo, tem vindo a sugerir por sua iniciativa à Direção Regional de Cultura do Norte propostas de condicionantes de teor arqueológico. Em muitos casos, o licenciamento da obra de reabilitação fica então condicionado pela tutela a trabalhos prévios de arqueologia, ao solo e no edificado, criando a possibilidade de deteção de vestígios arqueológicos, numa fase em que o projeto ainda pode ser revisto.

**António Ginja:** “E quanto à tutela, que exigências arqueológicas prévias costuma fazer?”

**Paula Ramalho:** “A tutela condiciona muitas vezes o licenciamento a trabalhos de arqueologia prévios, ainda o processo de aprovação do projeto arquitetónico está em curso (...). São processos que exigem uma relação de grande proximidade com a tutela, imóvel a imóvel, porque não existe nenhum protocolo específico para a área da arqueologia. Estes trabalhos prévios podem ter o inconveniente de obrigar a reformulações dos projetos. Mas feito nesta fase, está mais do que a tempo de prevenir problemas que acabariam por surgir mais adiante.”<sup>1055</sup>

Por esse motivo, considera o engenheiro Vítor Córias, sempre que se justificasse o recurso à arqueologia da arquitetura, “ela deveria intervir numa fase precoce do empreendimento”. Só assim, garante, podem “os resultados obtidos ser

---

<sup>1053</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

<sup>1054</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

<sup>1055</sup> Paula Ramalho, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 9 de dezembro de 2022.

para uma arqueologia crítica da arquitetura



---

fig. 46 e 47. casa das Talhas  
registo fotográfico do alçado este, perspetiva nordeste (em cima)  
registo fotográfico da muralha e do torreão, piso -2, perspetiva noroeste (em baixo)  
fotografias do autor, 2018

tidos em conta na elaboração do programa”<sup>1056</sup>. Remeter a arqueologia da arquitetura para a fase de execução de obra, uma estratégia que o arquiteto José Aguiar não hesita em considerar “profundamente errada, que dá sempre enormes problemas”, pode mesmo constituir, como testemunha o arqueólogo Luís Fontes, “um martírio para os arquitetos, para os arqueólogos, para os promotores (...), um absurdo que já não se justifica no nosso país”<sup>1057</sup>. Um edifício antigo, sobretudo nos ‘centros históricos’ das velhas cidades europeias, constitui amiúde uma sucessiva acumulação de estratos construídos, que frequentemente resulta na ocultação dos estratos mais antigos pelos estratos mais recentes. Programar uma intervenção de reabilitação no edificado histórico, sem que a arqueologia possa dar a conhecer previamente os estratos que sejam, desde um ponto de vista patrimonial, dignos de preservação, configura-se, na prática, como tal, tão arriscado quanto projetar fundações para um edifício *ex novo*, sem conhecer primeiro a estabilidade dos solos que as acolherão. “Não se pode pedir que o projetista adivinhe o que vai aparecer”, alerta Lília Basílio<sup>1058</sup>.

**António Ginja:** “E se [em Braga] o projeto implicar afetação significativa ao edificado, a arqueologia entra também previamente, como condicionante emitida pela tutela?”

**Luís Fontes:** “Sabidamente, já são os próprios promotores que tentam saber antecipadamente aquilo que existe. E normalmente é-lhes dito, tanto pela Câmara Municipal [de Braga], como, se for em locais classificados, através de um parecer vinculativo da DRCN [Direção Regional de Cultura do Norte]. Com frequência surge nesses pareceres a recomendação de um estudo de arqueologia da arquitetura [prévio] para identificar elementos que pudessem condicionar o desenvolvimento do projeto. Quando o projeto incide sobre um edifício com reconhecido valor histórico, há sempre recomendação de um estudo de arqueologia da arquitetura.”

**António Ginja:** “Recomendado pela Câmara Municipal de Braga, antes mesmo de o projeto ir à tutela?”

---

<sup>1056</sup> Vítor CÓIAS, em entrevista escrita concedida ao autor a 7 de dezembro de 2022.

<sup>1057</sup> José AGUIAR, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 10 de março de 2022; Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

<sup>1058</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

**Luís Fontes:** “Sim. Mas infelizmente ainda não é uma prática normalizada no nosso país. Ainda há uma grande incapacidade para dizer aos promotores o que é preciso fazer...”<sup>1059</sup>

4.2.

## na execução da obra de reabilitação

Licenciado e adjudicado, o projeto de reabilitação arquitetónica avança para a fase de execução, convocando as valências do promotor, direção de obra, empreiteiros e subempreiteiros, qualidade em que, na maior das vezes, entra em obra a arqueologia. Tendo em conta as particularidades operacionais da obra, a equipa de arqueologia implementa então um plano de trabalhos, previamente autorizado e em concordância com as condicionantes impostas pela tutela<sup>1060</sup>. Desde um ponto de vista arquitetónico, a intervenção arqueológica poderá passar por uma caracterização genérica do edificado, pelo acompanhamento às ações de afetação ao edificado ou pela abertura de sondagens parietais. Quando indexada à execução do projeto de reabilitação arquitetónica, a arqueologia direcionada para o edificado, contudo, diverge das intervenções em ambiente de estrita investigação, posto que dos seus dados dependerá “a *protecção* do património cultural”, legalmente exigida aos projetos que resultem em impactos sobre imóveis protegidos<sup>1061</sup>. Mas, particularmente dotado para a distinção das fases da vida dos sítios arqueológicos, o método estratigráfico aplicado à arquitetura apenas será de interesse ao projeto de reabilitação quando este souber aceitar o valor histórico de cada período que originou as estruturas a reabilitar, do mesmo modo que se considere a si mesmo como uma fase mais na vida do edifício

---

<sup>1059</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

<sup>1060</sup> Sobre as condições necessárias para autorização de trabalhos arqueológicos pela Direção-Geral de Património Cultural, consulte-se o Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, 2014, p. 5633-5640.

<sup>1061</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5814, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 40º, ¶ 2.

em causa<sup>1062</sup>. Qualquer intervenção de reabilitação, como as que, preservando a fachada do edifício, destroem por completo a estratigrafia interna do edifício, são, como tal, na medida em que desvalorizam por completo a relevância histórica de praticamente todas as suas fases de vida, contrárias ao âmago vocacional da arqueologia da arquitetura.

Aceitar que a vertiginosa aceleração do ritmo de vida experienciado atualmente se consubstancia numa modernidade hiperbólica, implica consentir numa alteração da relação que mantemos com o tempo, numa temporalidade fugaz que induz a constantes e irreversíveis ruturas com o passado<sup>1063</sup>. Mas se a lentidão de certos períodos favorece a sedimentação e, por conseguinte, a disponibilidade de vestígios arqueológicos, então o ritmo acelerado da hipermodernidade não pode deixar de resultar, não apenas numa menor disponibilidade de cultura material<sup>1064</sup>, mas também numa menor disposição para interpretar ou acomodar os vestígios arqueológicos de outros tempos. O excesso de informação à disposição das sociedades atuais assoberbou os indivíduos com uma overdose de dados e de factos. Em tempos acelerados e de constantes ruturas com o passado, as intervenções de reabilitação arquitetónica raramente podem deixar de se pautar pela urgência e por anseios de renovação. Nos ‘centros históricos’ das nossas cidades, obras urgentes e com anseios de renovação resultam não raras vezes, contudo, na identificação acelerada e nem sempre desejada de vestígios do passado. Mas se do aparecimento de informação indesejada e em excesso decorrem com frequência sentimentos de ansiedade, então a arqueologia da arquitetura em obra deve assumir maiores responsabilidades na gestão do ritmo e da quantidade de vestígios arqueológicos por ela trazidos à luz. “Quando em presença de bens culturais imóveis, é pertinente a intervenção da arqueologia da arquitetura, tendo em vista a leitura das diversas fases da construção, dos materiais e tecnologias (...), das utilizações que lhe foram dadas e das ocorrências que os afetaram”, garante o engenheiro Vítor Cóias<sup>1065</sup>.

---

<sup>1062</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, “Arqueología e arquitectura, Análise arqueológica e intervención en edificios históricos”, *Las actuaciones en el patrimonio construido: Un diálogo interdisciplinar*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1995, p. 147. Para mais sobre princípios de estratigrafia arqueológica e do edificado, ver supra, p. 17 e seguintes, 83 e seguintes.

<sup>1063</sup> Sobre hipermodernidade, consulte-se, por todos, Gilles LIPOVETSKY, “Tempo contra tempo ou a sociedade hipermoderna”, *Os tempos hipermodernos*, ed. Gilles Lipovetsky, Charles Sébastien, trad. Mário Vilela, São Paulo, Barcarolla, 2011, p. 49-101.

<sup>1064</sup> Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, “Archaeology and the time of modernity”, *Historical Archaeology*, vol. 50, n.º 3, 2016, p. 148-154.

<sup>1065</sup> Vítor CÓIAS, em entrevista escrita concedida ao autor a 7 de dezembro de 2022.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

Longe de se limitar à compilação dos dados que compõem “a longa vivência daquele edifício e as reestruturações que foi sofrendo ao longo do tempo”<sup>1066</sup>, a arqueologia da arquitetura em obra, portanto, deve desempenhar um papel ativo na própria execução do projeto. Na obra de reabilitação do mosteiro de São Martinho de Tibães, por exemplo, a arqueologia pôs a descoberto uma arcaria que servira de fundação à antiga portaria monástica, no local onde se previa abrir uma caixa para instalação de um elevador. Da articulação direta entre arqueólogos e equipa projetista resultou então uma reformulação do projeto, “conseguindo um acesso para o elevador com muito menos impacto e integrando os vestígios arqueológicos, que hoje fazem parte do circuito de visitas” do monumento, explica Luís Fontes, à época responsável pelos trabalhos de arqueologia. O “primeiro objetivo deve ser sempre fornecer informação de base científica sólida aos responsáveis pelos projetos, de modo a que a atuação sobre os edifícios possa ser bem sustentada”, conclui o arqueólogo<sup>1067</sup>. Parte significativa da informação disponibilizada pela arqueologia da arquitetura diz, por exemplo, respeito à diversidade de técnicas e materiais construtivos. Muitas vezes erguidos com materiais regionais e com técnicas ancestrais, os edifícios vernaculares dos nossos centros históricos são particularmente afetados pela rapidez e espírito renovador dos projetos com que amiúde são reabilitados, que não se coadunam nem com o tempo nem com o espírito de resgate necessários à sua efetiva reabilitação. Como consequência, as técnicas e materiais tradicionais são regra geral substituídos por congêneres modernos, não necessariamente os melhores, desde o ponto de vista estrutural, ecológico ou económico. “Reconstruímos sempre da mesma maneira, perdendo a diversidade de técnicas que já ninguém vai aprender”, lamenta a arqueóloga Lília Basílio.

O propósito de fornecer dados ao projeto de reabilitação parece encontrar-se, na verdade, enraizado na história e natureza da própria arqueologia da arquitetura, que desde as suas origens se encontra amplamente indexada à reabilitação urbana<sup>1068</sup>. Em Portugal, com efeito, parece existir uma correlação direta entre a quantidade de intervenções de reabilitação urbana e o desenvolvimento da arqueologia da arquitetura. De facto, desde os primórdios da aplicação do método no nosso país, por inícios da década de 1990, até 2001, a reabilitação urbana, embora

---

<sup>1066</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1067</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021. Para mais sobre arqueologia da arquitetura no restauro do mosteiro de São Martinho de Tibães, ver supra, p. 233.

<sup>1068</sup> Ver supra, p. 113 e seguintes.

decrecendo em número absoluto, manteve-se relativamente estabilizada em torno dos 2 500 projetos anuais. No mesmo período, a arqueologia da arquitetura, ainda muito residual, manteve-se também estabilizada, em torno dos 0,6% da totalidade dos trabalhos arqueológicos realizados por ano. A partir de 2001, a reabilitação urbana, porém, disparou, subindo dos 2 168 para os 8 155 projetos anuais, registados em 2008, período durante o qual, ainda que seguindo uma trajetória irregular, também o número de intervenções em arqueologia da arquitetura disparou, passando de 0,5 para 23,1% de todas as intervenções arqueológicas realizadas no país, em período homólogo<sup>1069</sup>. Paradigmaticamente, o ano em que tanto a reabilitação urbana como a prática da arqueologia da arquitetura dispararam em Portugal coincide com a promulgação da lei de bases do património cultural 107/2001, em 2001, facto que, ainda que não relacionado com o aumento de intervenções de reabilitação urbana, não deixará de estar com certeza relacionado com a subida dos trabalhos de arqueologia da arquitetura. “O que mudou foi a forma como se lia a lei (...) porque a 107/2001 abria a possibilidade de exigir todo o tipo de trabalho passível de trazer informação para o conhecimento arqueológico do edifício”, assume Paulo César Santos, à época técnico superior da tutela<sup>1070</sup>.

Ainda assim, nas últimas duas décadas a aplicação da arqueologia da arquitetura como medida de minimização de impactos arqueológicos no edificado protegido não tem deixado de se pautar em Portugal por algumas dificuldades de afirmação, tanto social como institucional. De que modo as reformas institucionais contribuíram para a disseminação ou para as dificuldades de afirmação da arqueologia da arquitetura em Portugal permanece por determinar. Nos últimos cem anos, os domínios da arqueologia e da arquitetura estiveram, no nosso país, quase sempre sob gestão de instituições diferentes e nem sempre complementares. De 1920 a 1980, a gestão do património arquitetónico, de facto, manteve-se sempre a cargo da Administração/Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, AGEMN/DGEMN, sob tutela de distintos ministérios de Obras Públicas, enquanto o património

---

<sup>1069</sup> Segundo dados do Portal do Arqueólogo, base de dados da Direção-Geral do Património Cultural, e do Instituto Nacional de Estatísticas, consultáveis em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt> [a: 1 de fevereiro de 2022] e em Instituto Nacional de Estatísticas, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (ed.), *O parque nacional e a sua reabilitação – análise e evolução 2001-2011*, Lisboa, 2013, p. 121; Instituto Nacional de Estatísticas (ed.), *Estatísticas da construção e habitação 2013*, Lisboa, 2014, p. 32-33; Instituto Nacional de Estatísticas (ed.), *Estatísticas da construção e habitação 2014*, Lisboa, 2015, p. 26-27; Instituto Nacional de Estatísticas (ed.), *Estatísticas da construção e habitação 2015*, Lisboa, 2016, p. 28-29; Instituto Nacional de Estatísticas (ed.), *Estatísticas da construção e habitação 2016*, Lisboa, 2017, p. 31-32 [a: 2 de janeiro de 2021]. Ver gráficos 20 e 21.

<sup>1070</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

arqueológico era administrado por diferentes organismos, sempre sob tutela dos sucessivos ministérios da Educação. Apenas em 1980, a gestão dos patrimónios arquitetónico e arqueológico seria congregada sob uma só instituição, o Instituto Português do Património Cultural, IPPC, posteriormente substituído pelo Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, IPPAR, que oscilou entre as pastas da Educação e da Cultura. Dezassete anos depois, não obstante, a gestão dos patrimónios arqueológico e arquitetónico voltou a divergir para duas tutelas distintas, o Instituto Português do Património Arquitetónico, IPPAR, e o Instituto Português de Arqueologia, IPA, mantendo-se separada até à criação do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IGESPAR, em 2006, substituído em 2012 pela atual Direção-Geral do Património Cultural, DGPC.

Mas se a separação da gestão dos patrimónios arquitetónico e arqueológico em 1997 se pode considerar positiva para a salvaguarda do legado arqueológico nacional, autonomamente servido por um IPA “ágil, operacional [e] versátil”<sup>1071</sup>, o reconhecimento da arquitetura histórica enquanto património arqueológico por parte da tutela não ocorreria senão já muito próximo da criação do organismo que agregaria as duas valências patrimoniais, cinco anos depois de promulgada a lei 107/2001, o IGESPAR. “Em 2004, ainda não se emitiam condicionantes de arqueologia do edificado”, explica Paulo César Santos. “Em muitas circunstâncias, as condicionantes eram emitidas apenas por arquitetos”, acrescenta, “mas desde então passou a ser hábito que a análise dos projetos [de reabilitação urbana] passasse a ser feita também por arqueólogos” e “a partir de 2005, 2006, tornou-se mais regular a emissão de condicionantes de arqueologia do edificado”<sup>1072</sup>. Nem em todas as áreas da arqueologia nacional, portanto, “a fase mais frutífera e eficaz na gestão do património cultural português” decorreu quando “coexistiram Instituto Português de Arqueologia, [e] Instituto Português do Património Architectónico”<sup>1073</sup>. Dentro do IPPAR, aliás, “houve direções (...) que levantaram a questão de a análise arquitetónica não ser tarefa da arqueologia, mas sim da arquitetura”, recorda Paulo César Santos<sup>1074</sup>.

A entrada em vigor da lei de bases do património cultural, em 2001, no domínio da proteção ao património arqueológico, incluindo “depósitos estratificados, estruturas,

---

<sup>1071</sup> Jacinta BUGALHÃO, “A arqueologia portuguesa nas últimas décadas”, *Arqueologia e História*, n.º 60-61, 2008-2009, p. 19-43.

<sup>1072</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1073</sup> Jacinta BUGALHÃO, “O novo modelo de gestão descentralizada do património cultural, Compartimentação geográfica e fragmentação”, *Al-Madan*, 2ª série, n.º 21, 2017, p. 53.

<sup>1074</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

construções, agrupamentos arquitectónicos, [e] sítios valorizados”<sup>1075</sup>, como tal, demorou a colher efeitos junto das instituições tutelares, demora a que não será com certeza alheio o facto de a “estratigrafia da arquitetura” só surgir legalmente consagrada como trabalho arqueológico em 2014<sup>1076</sup>. Com efeito, ainda que entre 2001 e 2002 o número de fogos reabilitados em Portugal tenha praticamente duplicado, a quantidade de autorizações para trabalhos arqueológicos em meio urbano e imóveis classificados caiu abruptamente de 198 para 46. E, ainda que a promulgação da lei 107/2001 possa ter inicialmente impulsionado os trabalhos de arqueologia da arquitetura, que até 2002 subiram para 23,9% de todos os trabalhos autorizados, nos anos que se seguiram, não obstante a reabilitação urbana continuar a subir para mais do quadruplo em relação aos valores de 2001, tanto as autorizações para trabalhos arqueológicos em meio urbano e edifícios classificados, como os trabalhos de arqueologia da arquitetura se mantiveram bem abaixo de metade dos valores desse ano<sup>1077</sup>. Efetivamente, no período que antecede a criação do IGESPAR, em 2006, o número de obras de reabilitação de património arquitectónico realizadas com arqueologia da arquitetura em Coimbra, por exemplo, não ultrapassou os 61% de todas as obras com impactos sobre o edificado do ‘centro histórico’ da cidade. Mas nos três anos que se seguiram à criação deste organismo, as obras de reabilitação com arqueologia da arquitetura no ‘centro histórico’ coimbricense subiram para 89% de todas as obras com impactos sobre o edificado protegido<sup>1078</sup>. A nível nacional, de facto, entre 2006 e 2009, período em que o número de fogos reabilitados em Portugal e as autorizações para trabalhos arqueológicos em contexto urbano e imóveis classificados decrescem sucessivamente, os trabalhos de arqueologia da arquitetura voltam a aumentar, para valores compreendidos entre os 14,3 e os 23,1% dos trabalhos de arqueologia realizados no país, valores bem distantes da média de 8,6%, verificada nos três anos precedentes à criação do IGESPAR<sup>1079</sup>. Ainda que a gestão separada do património arqueológico, pelo IPA, possa ter trazido benefícios para a arqueologia em geral, a concentração da gestão dos patrimónios arqueológico e

<sup>1075</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5821, título VII, cap. II, art. 74º, ¶ 2.

<sup>1076</sup> Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5635, anexo, art. 2º g).

<sup>1077</sup> Ver gráficos 20, 21 e 22. Confrontar com gráfico 3, p. 191.

<sup>1078</sup> Ver gráfico 8, p. 249. Confrontar com gráfico 23.

<sup>1079</sup> Ver gráficos 20, 21 e 22. Confrontar com gráfico 24.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

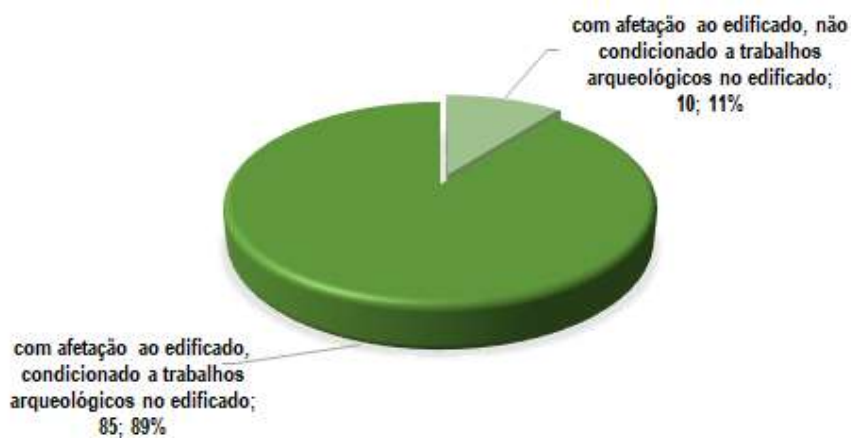


gráfico 23

Condicionantes emitidas pela tutela a projetos de reabilitação arquitetónica no 'centro histórico' de Coimbra, entre 2001 e 2005 (em valor absoluto e percentagem)

gráfico do autor

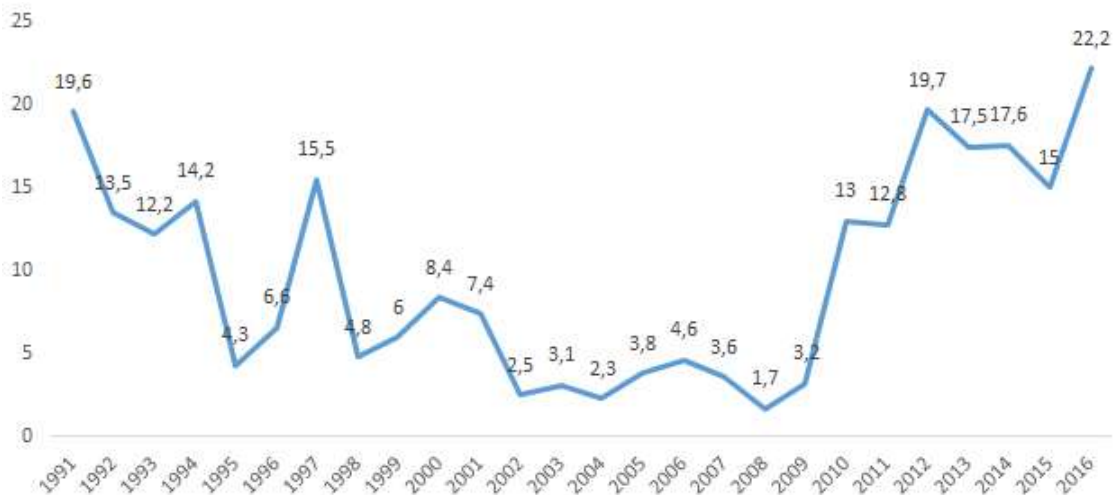


gráfico 24

Quantidade de intervenções arqueológicas dirigidas ao edificado entre 1991 e 2016, face ao número total de intervenções autorizadas em meio urbano e edifícios classificados ou protegidos (em percentagem)

gráfico do autor

arquitetónico sob alçada de um só organismo tutelar não deixou de se traduzir num substancial incremento da arqueologia da arquitetura em contexto de obras de reabilitação.

Embora seguindo uma trajetória bastante irregular, as autorizações para trabalhos de arqueologia da arquitetura, na realidade, conheceram incrementos substanciais a partir de 2006 e a partir de 2012, nos períodos que se seguiram, portanto, à criação do IGESPAR e da DGPC. A qualidade dos trabalhos realizados, no entanto, não depende apenas do número de autorizações concedidas pela tutela. Em Portugal, onde os “promotores das obras ficam obrigados a suportar (...) os custos das operações de arqueologia (...) necessárias pela realização dos seus projectos”<sup>1080</sup>, as circunstâncias remuneratórias, por exemplo, resultam não raras vezes em condições laborais pouco favoráveis à boa execução da arqueologia em contexto de obras de reabilitação arquitetónica. “Cria uma dinâmica muito esquizofrénica para as equipas de arqueologia, porque o promotor acredita estar a investir em algo que não tem retorno para si”, revela a arqueóloga Lília Basílio. Como consequência, a pressão para que em obra não sejam detetados vestígios arqueológicos, que possam potencialmente causar atrasos e despesas adicionais, constitui uma efetiva realidade, além de um risco acrescido para a salvaguarda do património arquitetónico. No lugar de intervenções arqueológicas prévias, que pudessem antecipar a descoberta de vestígios, e assim prever o seu real impacto sobre o projeto, a arqueologia remetida para a fase de execução vê-se forçada a atuar, na maioria das vezes, sob um “pensamento mágico”, colocando em campo um “arqueólogo que tem sobre si toda a responsabilidade” pela salvaguarda do bem, “e depois (...) cruzar os dedos e esperar que nada apareça”, desabafa Lília Basílio<sup>1081</sup>. Os custos inerentes à sua execução enquanto especialidade da obra constituem, desse modo, um ónus tanto para a afirmação social da arqueologia, como para a salvaguarda do património, pela qual se encontra legalmente responsabilizada. Caso almeje abraçar o desígnio social e científico que fundamenta o seu papel em obra, cumpre à própria arqueologia, portanto, assumir estratégias e posturas que permitam também melhorar o seu desempenho orçamental. Intercedendo junto das Finanças, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho conseguiu que o Imposto de Valor Acrescentado, IVA, taxado aos trabalhos de arqueologia, “vistos como intervenção científica”, baixasse para a taxa mínima de 6%,

<sup>1080</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5822, título VII, cap. II, art. 79º, ¶ 3.

<sup>1081</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

aplicada a “todos os outros custos de obra”, explica Luís Fontes. “Tem de haver uma sensibilidade distinta e uma preocupação em encontrar soluções novas, capazes de trazer mais valias económicas e culturais ao projeto”, defende o arqueólogo<sup>1082</sup>.

Mas se as conjunturas financeiras, e as pressões que delas eventualmente decorram, podem constituir dificuldades à execução dos trabalhos arqueológicos em contexto de obra, as obras que não cumpram de todo com o normal desempenho dos trabalhos arqueológicos impostos pela tutela, na verdade, poucas ou nenhuma consequência suportam. “Não tem grandes consequências, até porque a legislação não define quaisquer medidas de compensação”, lamenta Paulo César Santos. Na reabilitação de um prédio na rua Visconde da Luz, Coimbra, que havia sido condicionada pela tutela em 2010 a acompanhamento arqueológico das ações de afetação ao solo e a picagens de rebocos, por exemplo, a obra avançou com a demolição integral do interior sem a presença de arqueólogos. Mas, chamada a pronunciar-se de novo em 2012, face a um pedido de alteração ao projeto, a própria tutela mais não pôde do que reconhecer que, posto o desaparecimento de todos os vestígios arqueológicos, nada mais havia a condicionar<sup>1083</sup>. Noutros casos, nomeadamente quando subsistam ainda vestígios arqueológicos, a tutela tem, ainda assim, exigido medidas compensatórias. Tendo merecido parecer negativo da tutela, o projeto de reabilitação de um prédio na rua Ferreira Borges, também em Coimbra, por exemplo, iniciou-se clandestinamente. Embargada pelo município, a obra retomaria em 2007, mediante novo parecer da tutela, que, reconhecendo não ter “havido o prévio estudo arqueológico”, exigiu “a picagem integral do reboco”, seguida de leitura estratigráfica, “tendo por base a metodologia das intervenções arqueológicas à cota positiva”<sup>1084</sup>. Medidas de compensação, não obstante, podem “afetar mais do que aquilo que estava previsto, em áreas que inicialmente não iriam ser afetadas”, alerta Paulo César Santos.

Quando operando na plenitude das suas capacidades, a arqueologia da arquitetura executada em fase de execução do projeto, por outro lado, resulta frequentemente na deteção de vestígios arqueológicos, até então desconhecidos, não raras vezes de relevante significado patrimonial. Nestes casos, a legislação prevê que

---

<sup>1082</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

<sup>1083</sup> Processo DRCC (2006) 06.03/44, *Prédio na R. Visconde da Luz n.º 74-76 e R. Velha n.º 24-26, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofícios 18 de julho de 2010 e 21 de junho de 2012.

<sup>1084</sup> Processo DRCC (2000) 06.03/46, *Prédio sito na Rua Ferreira Borges n.º 91-97, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofício 3 de agosto de 2006.

a “prossecação de quaisquer obras” se encontre condicionada “à *adoção* pelos *respectivos* promotores (...) das alterações ao projecto aprovado capazes de garantir a conservação (...) das estruturas arqueológicas descobertas”<sup>1085</sup>. Ainda em sede de parecer ao anteprojecto, pode a tutela, com a intenção de alertar o promotor, pronunciar-se quanto a esta possibilidade. Num parecer relativo à reabilitação de um edifício no largo da Portagem, Coimbra, a Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, por exemplo, fez saber que a “eventual identificação de vestígios com interesse e relevância patrimonial” poderia acarretar “alterações ao projeto de arquitetura”, que permitissem “a sua compatibilização”<sup>1086</sup>. Esta contingência regulamentar implica, pois, que, mesmo em fase de execução, um projeto possa ser revisto, ou até, no limite, não ser de todo concluído. No entanto, sempre que se detetam estruturas de considerável dimensão, e, portanto, potencialmente impactantes no projeto previsto, “difícilmente isso acontece”, garante Paulo César Santos, até 2021 técnico superior da DRCC<sup>1087</sup>. Sobretudo quando o projeto implique a demolição integral do interior do edifício em reabilitação, “não há grande impacto”, testemunha a arqueóloga Lília Basílio, que não tem memória de, “a nível de projetos de reabilitação, alguma vez ter havido alterações significativas ao projeto previsto”<sup>1088</sup>.

Surgido o vestígio, compete aos arqueólogos em campo alertar a tutela, a quem devem propor as medidas de minimização que tomem por mais adequadas. Circunscrito às contingências da obra, dos custos inerentes a qualquer paragem dos trabalhos, aos atrasos provocados por revisões do projeto, “a ação e o raciocínio do arqueólogo que está no campo pode estar condicionada”, adverte Paulo César Santos. “É papel da tutela”, por isso, “avaliar se aquela proposta é a melhor para o sítio e para a salvaguarda patrimonial”, explica o antigo técnico da DRCC<sup>1089</sup>. Por decisão da tutela, podem ocorrer pequenas alterações ao projeto previsto, sobretudo quando não impliquem graves mudanças estruturais ou funcionais. Durante a reabilitação do chamado *Laboratório Chimico*, ao largo Marquês de Pombal, Coimbra, uma cafetaria prevista no projeto deixou de se executar, “por coincidir (...) com estruturas arqueológicas” postas a descoberto durante o acompanhamento arqueológico à obra, enquanto outros vestígios, como vãos “postos a descoberto pela ‘arqueologia vertical”

<sup>1085</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5821, título VII, cap. II, art. 77º, ¶ 1 e 2.

<sup>1086</sup> Processo DRCC (2006) 06.03/71, *Prédio na Rua Ferreira Borges n.º 207-211 e Largo Portagem n.º 5, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofício 18 de janeiro de 2017.

<sup>1087</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1088</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

<sup>1089</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

foram recuperados, por decisão conjunta entre promotor e tutela<sup>1090</sup>. Para avaliar a relevância patrimonial dos vestígios, os técnicos superiores da tutela, por norma arquitetos e arqueólogos em conjunto, deslocam-se, na maior parte das vezes, à obra, propondo, caso se justifique, alterações do projeto ao promotor e ao projetista, que considerem melhor adequadas à sua preservação. A proposta, assente na ponderação da relevância dos vestígios “para o conhecimento (...) da história daquele edifício”, poderá ser vinculativa. “Antes disso”, porém, “essas situações são muitas vezes resolvidas na própria obra, de modo a que haja um entendimento”, que permita “a execução do projeto e a salvaguarda dos elementos patrimoniais”, recorda Paulo César Santos<sup>1091</sup>. Em caso de divergências, pode a tutela solicitar um relatório preliminar de arqueologia, onde constem a interpretação e os registos científicos dos vestígios, para melhor sustentar a sua decisão, que expressa em parecer final, será sempre vinculativa.

Baseada no critério do valor patrimonial, inerentemente subjetivo, a salvaguarda do património arqueológico em obra dependerá sempre da sensibilidade dos envolvidos na sua interpretação, dos arqueólogos de campo que o descobrem aos técnicos da tutela que devem optar entre a sua preservação e o seu desmonte. Por isso, ainda que seja “certo que não se pode salvaguardar todas as evidências”, “a ação de um técnico da tutela deve ser sempre em prol do património”, afirma Paulo César Santos<sup>1092</sup>. Mas a preservação de vestígios arqueológicos em obra não se esgota na sua valência patrimonial. “Um projeto de reabilitação que tenha em consideração todas as fases de construção do edifício, será mais reduzido (aqui menos é mais), mais económico e mais eficaz”, garante José Aguiar<sup>1093</sup>. Sob o ponto de vista cultural, por outro lado, “o processo da passagem do tempo é crucial, porque nos permite ler não uma, mas várias histórias”, conclui o arquiteto. Não obstante, nem a revelação, nem a integração de testemunhos arqueológicos na obra devem ser encarados como a finalidade da equipa de arqueologia no acompanhamento à execução do projeto. “A arqueologia não se esgota na descoberta de elementos”, adverte Lília Basílio, “a sua mais-valia é a compreensão de toda a história do edifício”<sup>1094</sup>. Salvaguardar o património arquitetónico, na realidade, deve ser a

---

<sup>1090</sup> Processo DRCC (2001) 06.03/16, *Laboratorio Chimico, Largo Marquês de Pombal, Coimbra*, Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, ofício 2 de fevereiro de 2005.

<sup>1091</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1092</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1093</sup> José AGUIAR, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 10 de março de 2022.

<sup>1094</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

premissa de todas as intervenções de reabilitação do edificado protegido e, como tal, deveria constar do projeto desde o seu início. A avaliação dos impactos arqueológicos executada em simultâneo com a obra, pelo contrário, remete a salvaguarda patrimonial para o final do processo.

Impostas para salvaguarda do património arqueológico, as condicionantes da tutela face a projetos de reabilitação em edifícios protegidos podem, como tal, surgir antes da elaboração do projeto, durante a sua execução, ou em ambas as fases. Não existe, todavia, durante a intervenção arqueológica, forma de garantir o cumprimento das condicionantes impostas pela tutela, senão mediante ações de fiscalização. “As obras ou intervenções em bens imóveis classificados”, na realidade, deverão ser “objeto de (...) acompanhamento do órgão competente”, constituindo “particulares deveres do Estado (...) estabelecer a (...) fiscalização da *actividade* de arqueólogo”, assim como “certificar-se de que os trabalhos (...) estão em conformidade com a legislação”<sup>1095</sup>. Esta fiscalização, contudo, “não está, pela falta de técnicos e de meios, a acontecer com tanta proximidade como deveria”, alerta Paulo César Santos<sup>1096</sup>. Embora constitua uma responsabilidade legalmente atribuída ao “órgão competente”, e como tal à tutela dos bens culturais, os municípios podem e devem reclamar neste domínio uma maior participação. “A fiscalização dos municípios tem que ser mais incisiva”, recomenda o arqueólogo, técnico da DRCC até 2021. “Um edifício que foi todo demolido, sem cumprir as condicionantes de arqueologia, significa que a fiscalização da Câmara não existiu”, conclui<sup>1097</sup>. De facto, a fiscalização das obras de reabilitação urbana, destinadas a “assegurar a conformidade” com “as disposições legais e regulamentos aplicáveis”, “compete ao presidente da câmara municipal” e não aos órgãos tutelares do património cultural<sup>1098</sup>. Enquanto à tutela cumpre a “fiscalização da *actividade* de arqueólogo”, compete ao município, portanto, assegurar que em fase de execução do projeto sejam cumpridas as condicionantes emitidas pela tutela. A fiscalização não é, contudo, a única ferramenta à disposição dos municípios para fazer cumprir nas obras de reabilitação urbana as condicionantes de salvaguarda

<sup>1095</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5815 e 5821, título V, cap. II, secção III, subsecção I, art. 45º, ¶ 3, título VI, cap. II, art. 76º, ¶ 1 c) e ¶ 3 a).

<sup>1096</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1097</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1098</sup> Decreto-Lei n.º 555/1999 de 16 de dezembro de 1999, *Diário da República*, n.º 291, série I, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, Imprensa Nacional, 1999, p. 8935, cap. 2, secção V, subsecção I, art. 93º, ¶ 2 e 94º, ¶ 1.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

patrimonial, podendo os gabinetes técnicos locais desempenhar neste domínio um papel igualmente preponderante, senão mesmo mais benévolo.

**Ricardo Rodrigues:** “... Enquanto a fiscalização tem um conjunto de procedimentos punitivos, a Divisão do Centro Histórico procura (...), sempre que haja abertura para tal, conversar informalmente com os promotores, antes de ser notificada a polícia municipal, para que sejam acautelados os procedimentos necessários à salvaguarda do bem.”

**António Ginja:** “E quando [no município de Guimarães] a obra se encontra devidamente licenciada?”

**Ricardo Rodrigues:** “... Deslocamos técnicos das especialidades impactadas, especialmente alocados a essa função, que procurarão acautelar que nada relevante do ponto de vista patrimonial, arqueológico ou arquitetónico, possa (...) ser colocado em causa ou destruído. Trata-se de um procedimento que requer grande capacidade de negociação, de empatia com os intervenientes na obra, porque o proprietário tem o direito de recusar a nossa presença em obra...”<sup>1099</sup>

Em fase de execução de um projeto condicionado a intervenção arqueológica, o promotor, cumprindo simultaneamente requisitos arqueológicos exigidos pela tutela e condicionantes impostas à obra em sede de licenciamento camarário, encontra-se, no domínio da arqueologia, sujeito a uma dupla fiscalização. Não obstante, quando confrontados com estruturas edificadas de relevância patrimonial em obra, muitos promotores, como de resto o público em geral e até mesmo parte significativa da comunidade científica, resistem a encará-las como património arqueológico. A reserva tem tanto de pragmático, quanto de epistemológico. Com efeito, se para um objeto ser considerado arqueológico se impõe a perda da sua temporalidade, função e significado<sup>1100</sup>, só com grande dificuldade um edifício no ‘centro histórico’ de uma cidade, de função e significado tantas vezes presentes, pode ser entendido como objeto arqueológico. “Embora históricos, são maioritariamente de arquitetura civil (...) e

---

<sup>1099</sup> Ricardo RODRIGUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 7 de dezembro de 2021.

<sup>1100</sup> Ver supra, p. 179.

de época moderna ou contemporânea, o que dificulta a sua aceitação enquanto sítios arqueológicos”, lembra a arqueóloga Lília Basílio<sup>1101</sup>. Para mais, ao contrário da estratigrafia depositada no solo, os estratos construídos resultam sempre de ações humanas intencionais. Distante da ideia de arqueologia, fortemente enraizada no pressuposto de que para ser achado, o objeto arqueológico tenha de ter estado perdido, a arquitetura do passado, intencional e não raras vezes ainda funcional, demora a consolidar-se como arqueológica. “Precisaríamos de olhar para um edifício, não apenas como uma forma, mas como um processo”, afirma o arqueólogo Luís Fontes<sup>1102</sup>.

Mas enquanto a arqueologia da arquitetura, e o método estratigráfico que a assiste, lutam ainda pela sua afirmação social, o meio científico parece seguir numa direção, senão oposta, seguramente desafiante, de questionamento face à aparente inflexibilidade dos métodos científicos. De facto, se até ao início deste milénio se acreditava que a leitura estratigráfica poderia interpretar cada sítio arqueológico, no solo ou no edificado, como uma sequência de estratos de cronologia e tipologia concretos e incontestáveis, hoje considera-se que, tal como não existe já uma ideia absolutamente consensual em torno da prática das ciências naturais, também o fundamentalismo processualista, assente na irrefutabilidade do método estratigráfico, se encontra já desaparecido do debate científico em torno da teoria da arqueologia<sup>1103</sup>. Na arena, outrora positivamente hermética, da metodologia, reclamam-se, na realidade desde meados da década de 1970, abordagens mais diversificadas. O filósofo austríaco Paul Feyerabend, para quem a confiança num único método constituía mesmo uma forma ingénuo de fazer ciência, sugeriu, por exemplo, um recurso ilimitado de métodos, incluindo métodos não científicos, como aqueles que, numa postura que o aproximava da fenomenologia de Edmund Husserl, poderiam apelar à emoção<sup>1104</sup>. Muito embora, à luz dos preceitos atuais, os conceitos geológicos estipulados até finais do século XVII possam parecer rudimentares, o momento alicerçador em que Niels Stensen recorreu ao étimo *strata*<sup>1105</sup>, implicou, com efeito, um novo impulso metodológico, que associou o estrato ao resultado de uma ação

<sup>1101</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

<sup>1102</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

<sup>1103</sup> Michael SHANKS, *Experiencing the past. On the character of archaeology*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2005, p. 12. Sobre processualismo no domínio da arqueologia, ver supra, p. 71 e seguintes.

<sup>1104</sup> Paul FEYERABEND, *Against method*, Londres, Verso, 3ª ed., 1993 [1ª ed. 1975], p. 14-18, 124. Para o ceticismo metodológico de Paul Feyerabend, leia-se, por todos, John PRESTON, *Feyerabend: Philosophy, science and society*, Cambridge, Polity Press, 1997.

<sup>1105</sup> Ver supra, p. 22.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

concreta e, como tal, a um intervalo de tempo definido. Esta noção de estrato tornado tempo, verdadeira “*superficie isócrona*”<sup>1106</sup>, estipulou a existência de relações de anterioridade e de posterioridade entre estratos, geológicos, arqueológicos ou arquitetónicos, que permanece inalterada, independentemente do método utilizado para a sua interpretação.

A passagem do tempo configura-se, por este motivo, peça fundamental para a operabilidade da arqueologia. O tempo, na realidade, “*constitutes the major problem of interpretation and yet is the reason for the discipline's existence*”<sup>1107</sup>. Uma análise arqueológica, e logo estratigráfica, apropria-se dos artefactos presentes num determinado estrato, para sustentar um evento sincrónico<sup>1108</sup>, prática que não deve excluir a possibilidade, particularmente relevante no domínio da arquitetura, que amiúde recorre a técnicas e materiais de enorme longevidade, de que artefactos do mesmo tipo e cronologia possam ser comuns a diferentes estratos. Mas enquanto uma interpretação estratigráfica da arquitectura analisa a sequência construtiva de um conjunto edificado ao longo do tempo, um estudo simbólico da arquitetura, focado na relação entre os espaços e as funções sociais a que se destinavam, aplica-se a um momento estático dessa sequência temporal, a um único fotograma dentro de todo o filme que constitui a sua vida<sup>1109</sup>. Tal como no estruturalismo de Ferdinand de Saussure<sup>1110</sup>, também a arqueologia da arquitetura necessita de, concretizada a leitura estratigráfica, abandonar a escala diacrónica, em favor dos eventos sincrónicos, uma vez que ao significado social de um espaço a reabilitar só se poderá aceder pelo confronto com o significado dos espaços com que este confina, ou confinou, num determinado momento. Se porventura ambicionar maior reconhecimento científico e social, a arqueologia da arquitetura, sobretudo no domínio da obra de reabilitação, deve tentar compreender o edifício a reabilitar, tanto no seu processo construtivo, quanto na finalidade social dos seus espaços, tendo para esse efeito de ir bastante além das possibilidades do método estratigráfico.

---

<sup>1106</sup> Juan Antonio VERA TORRES, *Estratigrafía, Principios y métodos*, Madrid, Editorial Rueda, 1994, p. 67.

<sup>1107</sup> Michael SHANKS; Christopher Y. TILLEY, *Re-constructing archaeology: Theory and practice*, Londres, Routledge, 2ª ed., 1993, p. 7.

<sup>1108</sup> Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, “Archaeology and the time of modernity”, *Historical Archaeology*, vol. 50, n.º 3, 2016, p. 146-147.

<sup>1109</sup> Maria de los Ángeles UTRERO AGUDO, “Archaeology. Arqueología. Hacia el análisis de la arquitectura”, *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 16.

<sup>1110</sup> Ver supra, p. 99.

A arqueologia da arquitetura, como tal, deverá operar em duas dimensões temporalmente distintas, a primeira de natureza estratigráfica e a segunda de natureza simbólica, descobrindo tanto a sequência diacrónica de construção do edifício, quanto a simbologia dos seus espaços, organizados em conjuntos construtivos sincrónicos, ou *clusters*<sup>1111</sup>. Na designada casa de Santa Justa, por exemplo, a sequência estratigráfica denota terem existido, antes de aplicados dois tabiques em contraplacado, três compartimentos<sup>1112</sup>. A sua leitura estratigráfica, todavia, nada permite concluir quanto às características sociais inerentes a cada um destes compartimentos. O compartimento a nascente, com duas grandes janelas de avental e um armário embutido, dificilmente teria tido o mesmo valor social do compartimento a sudeste, equipado com uma lareira despojada e uma pequena janela. A ponderação do significado social de cada um destes compartimentos, sem a qual, qualquer projeto de reabilitação, que não implicasse o desmonte integral do edificado, sairia depauperado, não advém, como tal, da leitura estratigráfica, mas da análise simbólica de cada elemento fossilizado na sua estratigrafia. Aos arqueólogos de campo, a quem compete durante a fase de execução do projeto interpretar a história do edifício em reabilitação, podem, por isso, estar a ser exigidas incumbências para as quais uma formação estritamente assente no domínio das ferramentas estratigráficas não seja suficiente. Uma análise arqueológica da arquitetura bipartida nas suas dimensões diacrónica e sincrónica pode ser mais complexa e desconfortável para a academia<sup>1113</sup>, mas obriga a arqueologia a ir além das suas próprias fronteiras, aumentando as suas capacidades e, como tal, a sua relevância social e científica.

No domínio da reabilitação em núcleos urbanos de origem pré-industrial, esta complexificação temporal do trabalho da arqueologia configura-se mesmo como um imperativo indispensável às suas especificidades arquitetónicas. Maioritariamente ocupados por edifícios de construção vernacular, menos sujeita às tendências construtivas de cada época, os chamados ‘centros históricos’ desafiam, na verdade, as classificações tipológicas e cronológicas próprias da análise estratigráfica. Na chamada casa Medieval, edifício da Baixa de Coimbra que integra a amostra em

---

<sup>1111</sup> Agustín AZKARATE GARAI-OLAUN; Ismael GARCIA-GOMEZ; Amaia MESANZA-MORAZA, “Análisis clúster: Un primer paso sobre técnicas cuantitativas en arqueología de la arquitectura”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 15, 2018, p. 3.

<sup>1112</sup> Ver infra, estampas XVII a XXIV.

<sup>1113</sup> Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, “Archaeology and the time of modernity”, *Historical Archaeology*, vol. 50, n.º 3, 2016, p. 159.

para uma arqueologia crítica da arquitetura



---

fig. 48 e 49. casa de Santa Justa e casa Medieval, detalhes construtivos  
registo fotográfico de parede na casa de Santa Justa, junto a janela de avental (em cima)  
registo fotográfico de sondagem na casa Medieval (em baixo)  
fotografias do autor, 2017

estudo no presente trabalho, por exemplo, congregam-se elementos construtivos que, muito embora característicos do vernacular urbano medieval, terão perdurado, em Portugal como noutros países europeus, até inícios do século XX<sup>1114</sup>. Os frontais de madeira, os sucessivos ressaltos na fachada e os materiais com que se encontra construído este edifício, que a estratigrafia demonstra ter sido erguido de um só ensejo<sup>1115</sup>, não se encontram, com efeito, balizados entre limites cronológicos estanques, mas antes refletem tradições construtivas que, transmitidas de geração em geração, perduraram ao longo de muito tempo, suscitando um questionamento sobre a singularidade dos registos fósseis construídos.

Ensaíada por Niels Stensen e Bernard Palissy ainda no século XVII, a singularidade dos registos fósseis de estratos geológicos, que no século XIX viria a constituir para a arqueologia o cerne do paradigma estratigráfico<sup>1116</sup>, foi desde a sua instituição fundamental para o entendimento do estrato enquanto unidade material e temporal única e irrepetível. De facto, da mesma maneira que a geologia remete as espécies fossilizadas para o período de formação dos estratos em que se encontram depositadas, também os períodos de produção e de circulação de materiais culturais, incluindo os construtivos, se encontram, para a arqueologia, relacionados com a cronologia dos estratos de onde são exumados. Não raras vezes, contudo, a execução de um projeto de reabilitação arquitetónica expõe materiais construtivos em contexto de reutilização, circunstância que exige da equipa de arqueologia um cuidado acrescido relativamente à datação do estrato construído em que se encontram. Nestes casos, os materiais culturais não foram esquecidos ou abandonados, mas resgatados das suas fontes, como de construções demolidas, por exemplo, e intencionalmente depositados nos estratos em que são detetados. Embora, sendo mais antigos do que a construção em causa, possam constituir elementos relevantes para o *terminus ante quem* do estrato em que se encontram<sup>1117</sup>, não deverão ser considerados para estabelecer datações absolutas. Numa obra de reabilitação urbana na rua Coronel Artur da Paiva, no ‘centro histórico’ de Leiria, por exemplo, o acompanhamento arqueológico a desmontes estruturais, da responsabilidade do autor, sinalizou um conjunto de aduelas em calcário de cronologia medieval, reaproveitadas na construção de uma parede. Longe de medieval, a construção da parede, todavia, recuava no

---

<sup>1114</sup> António GINJA, “The ‘Medieval House’ of Coimbra: Archeology of architecture in the demystification of archetypes”, *La casa: Espacios domésticos, modos de habitar*, Granada, Abada, 2019, p. 1407-1417.

<sup>1115</sup> Ver infra, estampas I a XVI

<sup>1116</sup> Ver supra, p. 33 e seguintes.

<sup>1117</sup> Ver supra, p. 52.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

máximo à segunda metade do século XVII, datação corroborada por alguns fragmentos de faianças, os materiais cronologicamente mais recentes a ser exumados da mesma estrutura<sup>1118</sup>.

Bastante mais relevantes para a geologia, por definirem parâmetros essenciais ao princípio da correlação tratado por William Smith, os princípios da horizontalidade original e da continuidade lateral, inicialmente estabelecidos por Stensen<sup>1119</sup>, não deixam de assumir grande pertinência também para a arqueologia, uma vez que do conceito de estrato como volume sedimentar decorre, por inerência, a sua delimitação por duas superfícies contínuas, inferior e superior. Associadas ao período de tempo decorrido entre o final de deposição de um estrato e o início da deposição do estrato seguinte, conforme postulado mais tarde por James Hutton e Alcide d'Orbigny<sup>1120</sup>, estas superfícies evoluíram para o conceito de interface, indispensável, no domínio da arqueologia, à maioria das interpretações estratigráficas. Não obstante, por não se consubstanciarem materialmente, acrescentando à sedimentação apenas tempo, as interfaces, de resto como alertou Edward Harris, sobrepõem-se aos estratos construídos de forma abstrata<sup>1121</sup>. Acantonadas no território da abstração, as interfaces merecem geralmente pouca atenção por parte da equipa de arqueologia em campo. No âmbito da reabilitação arquitetónica, contudo, elas deveriam assumir tanta preponderância quanto a dos estratos que delimitam, uma vez que à recuperação material do objeto a reabilitar deve sempre corresponder o seu resgate temporal. Assim, se uma interface testemunha um intervalo de tempo decorrido, por exemplo, entre a derrocada de uma muralha medieval no século XIX e a atualidade, restaurar ou reabilitar a muralha por mimetização do aparelho original, camuflando a interface, configurará, na realidade, a anulação, não apenas do episódio da derrocada da muralha, mas também dos últimos duzentos anos da sua história. Quando confrontado com a escolha de estratégia a adotar na reabilitação urbana, o projetista, portanto, deverá ter conhecimento tanto dos estratos que constituem o edifício a reabilitar, quanto das interfaces que lhes sejam adjacentes.

Numa das paredes meias da chamada casa da rua do Norte, edifício da Alta de Coimbra que integra a amostra em análise na presente investigação, por exemplo,

---

<sup>1118</sup> António GINJA, *Ampliação e conservação de fachadas de um edifício misto sito no gaveto da rua Coronel Artur da Paiva e rua Fernandes Tomaz, Leiria, Relatório Final de trabalhos arqueológicos*, Condeixa-a-Nova, 2014, p. 31.

<sup>1119</sup> Ver supra, p. 22.

<sup>1120</sup> Ver supra, p. 29 e 46.

<sup>1121</sup> Edward C. HARRIS, "The stratigraphy of standing structures", *Archeologia dell'Architettura*, n.º VIII, 2003, p. 10. Para mais sobre interfaces e tempo, ver supra, p. 153.

a cumeeira de uma antiga empena foi, no âmbito da reabilitação do edifício, cujo interior havia sido integralmente consumido pelo fogo, sobreposta por uma nova cumeeira. Embora erguida em materiais modernos, cuja compatibilidade para com os materiais antigos se pode sem dúvida questionar, foi da distinguibilidade material que resultou uma nova interface, gerada pela sobreposição das duas estruturas, um testemunho, não apenas da antiga cumeeira do edifício, como também do intervalo de tempo decorrido entre o incêndio e a sua reabilitação<sup>1122</sup>. Concorrendo para ultrapassar a angústia ou o desconforto social provocado por um edifício ardido e abandonado, o projeto executado na casa da rua do Norte devolveu à Alta de Coimbra parte da dignidade que perdera. Mas, ao preservar as interfaces decorrentes das novas estruturas, concorreu também para testemunhar junto das gerações futuras a memória de um evento que marcou a história do edifício e, por acréscimo, do espaço e da comunidade em que se insere.

Confrontada em fase de execução do projeto com a descoberta de estratos e de interfaces construtivos até então desconhecidos, a equipa de arqueologia decidir-se-á pelos métodos e técnicas de registo e de interpretação dos dados observados. Mas se, noutros tempos, as arqueologias histórico-culturalista e processualista podiam confiar na objetividade dos dados, como se a história constituísse neles uma qualidade intrínseca que existisse separadamente do arqueólogo<sup>1123</sup>, a arqueologia de hoje não pode deixar de refletir, no momento exacto em que recolhe os seus dados, sobre a impossibilidade da recuperação exata do passado. “*Exact reproduction is repetition, tautology, silence*”<sup>1124</sup>. A descoberta de dados arqueológicos, com efeito, não reproduz o passado, mas antes dá início à sua interpretação, que não pode senão carregá-los de significados de que até então não dispunham. Para os processualistas, estabelecer interpretações arqueológicas a partir de preposições de alcance intermédio permitia à arqueologia isolar o raciocínio arqueológico das condicionantes sociais e políticas do tempo presente, garantindo objetividade científica<sup>1125</sup>. O passado, não obstante, não se encontra subordinado apenas às condicionantes do tempo presente. Em arquitetura, por exemplo, as formas e os materiais empregues num determinado edifício podem corresponder cronológica e tipologicamente aos materiais utilizados no

---

<sup>1122</sup> Ver infra, estampas XXV a XXIX

<sup>1123</sup> Ver supra, p. 55 e 71.

<sup>1124</sup> Michael SHANKS e Christopher Y. TILLEY, *Social theory and archaeology*, Albuquerque, Universidade do Novo México, 1988, 2ª ed., p. 13.

<sup>1125</sup> Ver supra, p. 110.

para uma arqueologia crítica da arquitetura



---

fig. 50 e 51. casa da rua do Norte  
registo fotográfico do alçado sul, perspetiva sudeste (em cima), 2022  
registo fotográfico de cumeeiras na parede oeste (em baixo), 2015  
fotografias do autor

edifício vizinho, sem que nada garanta que os dois edifícios reflitam o mesmo estatuto social ou as mesmas circunstâncias históricas. Uma construção encontra-se de tal modo circunscrita às suas próprias circunstâncias, como a origem dos materiais, o contrato estabelecido entre promotor e construtor, a intenção social do promotor ou a capacidade técnica do construtor, que estas dificilmente poderão ser generalizadas. Cada edifício carrega o seu próprio passado.

Em meados dos anos de 1970 a objetividade da estratigrafia, enquanto método interpretativo já enfrentava sérios questionamentos. O relativismo pós-moderno desafiou a comunidade científica a ponderar paradigmas preestabelecidos, incluindo o da unicidade de métodos científicos universalmente consensuais. O método estratigráfico não constituiu exceção<sup>1126</sup>. Alternativas metodológicas à interpretação estratigráfica nunca foram, no entanto, efetivamente apresentadas. Sendo certo que os pressupostos estratigráficos conheceram maior encorajamento e desenvolvimento nos períodos em que a historiografia se pautava por ideários positivistas, não é menos verdade ter sido na estratigrafia e na objetividade dos seus dados que se refugiou a arqueologia, sempre que os tempos se pautaram pelo ceticismo historiográfico. Em arqueologia, os preceitos pós-modernos incentivaram a rejeição de hierarquias cronostilísticas e a consideração da história como conjunto dinâmico de diferentes tempos históricos, conceitos de certo modo expressos também na ideia de arqueologia global, preconizada por Tiziano Mannoni, em 1975<sup>1127</sup>. Porém, enquanto a arqueologia da arquitetura decalcava estes conceitos pós-modernos, por exemplo, na apreciação equitativa das diferentes fases de construção do edificado analisado, não deixava de aderir ainda assim à análise estratigráfica, método que havia proporcionado até então resultados arqueológicos considerados plenamente objetivos. Num período de 15 anos, de 2002 a 2017, os artigos científicos dedicados à análise de conjuntos arquitetónicos, focados em leituras estratigráficas e destriça de fases construtivas, somaram, por exemplo, 23 e 34% de todos os artigos publicados em *Archeologia dell'Architettura* e em *Arqueología de la Arquitectura*, respetivamente<sup>1128</sup>. Por finais do milénio, ainda Luís Caballero defendia, por isso, que a aplicação da estratigrafia à

---

<sup>1126</sup> Ver supra, p. 75.

<sup>1127</sup> Ver supra, p. 141.

<sup>1128</sup> Ver supra, gráficos 1 e 2, p. 186.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

arquitetura interessaria apenas à história da arquitetura que procurasse formular leis gerais<sup>1129</sup>.

O ímpeto de renovação do exercício arqueológico redundou nos anos de 1990 na abertura da comunidade a preposições científicas alternativas, que acompanhavam o processo de reconciliação vivido então entre processualistas e pós-processualistas<sup>1130</sup>. Mas se a comparação do edificado a um leito sedimentológico viabilizava a aplicação da estratigrafia na arquitetura, garantindo a objetividade oferecida pelas leis que regulavam os processos de formação estratigráfica, a identificação das evidências estratigráficas, mesmo as edificadas, resultava sempre de escolhas subjetivas dos arqueólogos<sup>1131</sup>. Divididas entre a confiança da objetividade e a insegurança da subjetividade, as arqueologias da arquitetura, processual e pós-processual, encontraram-se então a meio do caminho, onde, reconhecendo tanto a segurança do método, como a inevitabilidade do relativismo, deixaram de ocupar posições antagónicas. Muito embora experienciando um período de reconciliação, as arqueologias da arquitetura permaneceram, todavia, efetivamente vinculadas a experiências que favoreceram abordagens processualistas, centradas em análises estratigráficas, em detrimento dos estudos simbólicos de índole pós-processualista<sup>1132</sup>. Mesmo aceitando propostas analíticas pós-processualistas, a arqueologia da arquitetura não logrou ainda distanciar-se deveras da segurança metodológica que lhe garante a objetividade da estratigrafia. Enquanto priorizar temáticas de natureza estratigráfica, focada nas fases, técnicas e materiais construtivos, a arqueologia da arquitetura, com efeito, não deixará de enfrentar críticas, sobretudo daqueles que, ambicionando a sua aplicação disciplinar, com propostas capazes de enquadrar a arquitetura no seu devido contexto socioeconómico e simbólico<sup>1133</sup>, temem que ela possa não representar mais do que uma ferramenta metodológica.

Remetida pela legislação para a fase de execução de obra, a arqueologia da arquitetura em Portugal, para mais, encontra-se limitada pelo grau e pela abrangência das ações de afetação ao edificado, ficando muitas vezes circunscrita às áreas e

---

<sup>1129</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, "Arqueología e arquitectura, Análise arqueológica e intervención en edificios históricos", *Las actuaciones en el patrimonio construido: Un diálogo interdisciplinar*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1995, p. 147.

<sup>1130</sup> Ver supra, p. 171 e seguintes.

<sup>1131</sup> Roberto PARENTI, "Fonti materiali e lettura stratigrafica di un centro urbano: I risultati di una sperimentazione 'non tradizionale'", *Archeologia Medievale*, n.º XIX, 1992, p. 8.

<sup>1132</sup> Ver supra, p. 182 e seguintes.

<sup>1133</sup> Gian Pietro BROGIOLO, "Dall'archeologia dell'architettura all'archeologia della complessità", *PYRENAE*, n.º 38, vol. 1, 2007, p. 11.

estruturas para onde se encontrem previstas demolições ou picagens de reboco. Sempre que as ações de afetação sejam de reduzida monta, o que no domínio da reabilitação em núcleos urbanos pré-industriais se verifica com significativa frequência, a superfície dos estratos posta a descoberto cinge-se, não raras vezes, a áreas tão diminutas, que poderão até permitir diagnosticar tipos e materiais construtivos, sem que possibilitem leituras abrangentes das relações estratigráficas que caracterizam o edificado em análise. Mesmo quando os impactos estimados alcançam a totalidade do edifício a reabilitar, pela remoção integral dos seus rebocos, por exemplo, são por vezes postas a descoberto estruturas que se estendem para edifícios vizinhos, sendo a sua leitura, na melhor das hipóteses, parcial. Nestas circunstâncias, a interpretação arqueológica da arquitetura do edifício a reabilitar tende, de facto, para análises de natureza processualista, como leituras estratigráficas ou cronotipologias dos estratos expostos, sem que daí resultem dados para interpretações de índole simbólica. A minimização dos impactos arqueológicos na execução do projeto acaba por reduzir-se à “conservação pelo registo científico” dos dados identificados, ação que, embora prevista em lei<sup>1134</sup>, pouco contribui para a execução do projeto de reabilitação do edifício histórico ou para a defesa dos seus valores patrimoniais.

#### 4.3.

### **para além da obra de reabilitação**

Além da obra de reabilitação, culminadas certas etapas da pesquisa arqueológica ou concluída a execução do projeto, compete ao diretor da intervenção arqueológica compilar os dados recolhidos em sede de relatório, segundo a forma, os prazos e os conteúdos previstos na lei, incluindo a “descrição e interpretação detalhada da natureza, cronologia e tipologia dos contextos estratigráficos e estruturais identificados”<sup>1135</sup>. Registando dados científicos que de outro modo nunca seriam conhecidos ou, pior, irremediavelmente perdidos no decurso da execução do projeto,

<sup>1134</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5821, título VII, cap. II, art. 75º, ¶ 1.

<sup>1135</sup> Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5639, anexo, art. 14º e 15º.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

os relatórios de arqueologia configuram-se como garante da memória arqueológica do edifício intervenção e do papel que, como testemunho arqueológico, ocupa na “história da vida e da humanidade”<sup>1136</sup>. Submetidos à apreciação e aprovação da Direção-Geral do Património Cultural, DGPC, os relatórios de arqueologia, longe de se esgotarem na caracterização estratigráfica do edifício intervenção, deverão conter os elementos necessários à sua salvaguarda científica e patrimonial, incluindo plantas e alçados, registos gráficos e fotográficos, inventário de espólio e descrição das ações propostas e implementadas para minimizar o impacto da obra sobre o património arqueológico. No domínio da arqueologia da arquitetura, porém, não são na legislação em vigor definidos parâmetros específicos para o cumprimento dos relatórios. Legalmente estabelecidos como património arqueológico, os bens culturais imóveis<sup>1137</sup> deveriam, no entanto, colher no âmbito dos relatórios de arqueologia os cuidados dispensados a qualquer outro sítio.

Tomando o ‘centro histórico’ de Coimbra como amostra, os relatórios de intervenções condicionadas a arqueologia da arquitetura, realizadas entre 2001 e 2016, revelam, todavia, uma realidade bem distinta. Dos 139 relatórios submetidos à Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, neste período e território<sup>1138</sup>, apenas 12, ou 8,6%, continham, por exemplo, leituras estratigráficas do edificado. 30 destes relatórios, ou 21,6%, ficavam-se, no decurso de acompanhamento arqueológico a ações de afetação ao edificado ou de sondagens parietais, pela descrição dos tipos e dos materiais construtivos, muito embora apenas 7 se fizessem acompanhar de registos gráficos que permitissem, por exemplo, deduzir dimensões. Em 24 destes relatórios, ou 17,3%, avançam-se propostas de faseamento construtivo, mesmo sem qualquer leitura estratigráfica que as permitisse corroborar. Apenas 40 relatórios, ou 28,7%, arriscavam concretizar pelo menos uma caracterização cronológica, e apenas 13, ou 9,4%, se comprometiam com propostas de funcionalidade estrutural ou espacial. Condicionadas a trabalhos de arqueologia no edificado, 12 intervenções descritas em relatório, ou 8,6%, ocorreram mesmo completamente isentas de quaisquer interpretações arqueológicas da arquitetura<sup>1139</sup>. Na sua maioria, os

---

<sup>1136</sup> Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 2001, p. 5821, título VII, cap. II, art. 74º, ¶ 1 a).

<sup>1137</sup> Ver supra, p. 10.

<sup>1138</sup> Dos 553 pareceres com condicionantes de arqueologia no edificado, emitidos para projetos de reabilitação no ‘centro histórico’ de Coimbra, entre 2001 e 2016, apenas 180 originaram pedidos de autorização para trabalhos arqueológicos, dos quais resultaram até à data 139 relatórios arqueológicos, prévios, preliminares ou finais.

<sup>1139</sup> Ver gráfico 25.

relatórios de arqueologia respeitantes a intervenções no ‘centro histórico’ de Coimbra condicionadas a trabalhos arqueológicos no edificado, produzidos já depois da entrada em vigor da lei de bases do património cultural 107/2001, ficaram, portanto, aquém dos requisitos legalmente convencionados. “A maior parte dos relatórios limitava-se a descrições de tipologias e materiais construtivos, sem uma consciência clara do que é a arqueologia da arquitetura”, recorda Paulo César Santos, técnico da DRCC até 2021<sup>1140</sup>.

Invariavelmente avaliados por técnicos da tutela especializados, de produção obrigatória e disponíveis para consulta pública, os relatórios de arqueologia constituem a plataforma de interpretação dos dados identificados em campo mais certificada, frequente e acessível. Mas se, para salvaguarda da memória patrimonial, deverão os relatórios conter uma descrição detalhada dos vestígios detetados, não deixa de ser necessário que, para a valorização social e científica da própria arqueologia da arquitetura, devam os relatórios conter também a interpretação das evidências arquitetónicas, à luz dos seus contextos históricos e artísticos. Não obstante, os estudos arqueológicos da arquitetura conduzidos no ‘centro histórico’ de Coimbra nos últimos 15 anos, como também os estudos publicados em Itália e em Espanha<sup>1141</sup>, parecem ter privilegiado a materialidade dos edifícios intervencionados, favorecendo a sua descrição, em detrimento da sua interpretação. Com efeito, desde que à consciencialização das limitações processuais, porventura instigada pelo ceticismo pós-moderno, se juntaram as motivações epistemológicas do pós-processualismo<sup>1142</sup>, que se reivindicam interpretações arqueológicas capazes de ultrapassar a determinação até das próprias sequências estratigráficas, durante décadas bastião e desígnio de todos os estudos arqueológicos. Em alternativa, a moderna investigação arqueológica da arquitetura deve partir das sequências estratigráficas, para, através de análises simbólicas, alcançar a complexa história construtiva do edificado histórico. As técnicas construtivas passam a constituir retratos dos mecanismos sociais inerentes à produção arquitetónica, enquanto a estratificação se transforma no testemunho da contextualização social dos materiais empregues nos seus distintos

---

<sup>1140</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1141</sup> Ver supra, p. 185.

<sup>1142</sup> Ver supra, p. 75 e seguintes.



para uma arqueologia crítica da arquitetura



gráfico 25

Tipos de conclusões vertidas em relatórios de intervenções arqueológicas decorridas em obras com afetação ao edificado no 'centro histórico' de Coimbra, entregues à Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, entre 2001-2016 (em valor absoluto)

gráfico do autor

processos construtivos<sup>1143</sup>. Na esperança de passar da prática estratigráfica à prática arqueológica, há muito que a arquitetura deixou de ser arqueologicamente interpretada como o mero acumular de estratos construídos<sup>1144</sup>.

Durante a intervenção arqueológica conduzida na chamada casa Medieval, por exemplo, a aplicação do método estratigráfico logrou interpretações de natureza tecnológica efetivamente objetivas, como sejam a sequência, as técnicas e os materiais empregues na sua construção<sup>1145</sup>. Apesar das limitações de segurança, que impediram, entre outras, sondagens no solo, a leitura estratigráfica permitiu perceber como a casa Medieval encostava a sudeste a um edifício que a precedia. De igual modo, não restaram dúvidas quanto à simultaneidade da construção de toda a casa acima do rés-do-chão, ou quanto ao predomínio de tijolos ‘rabo-de-andorinha’ e madeiras, articulados em paredes de enxaimel, sucessivamente assentes sobre as vigas de cada piso, que, projetadas em sacada sobre o piso inferior, definiam na fachada sucessivos ressaltos. Desde o ponto de vista material e temporal, o método estratigráfico dificilmente poderia ter operado de modo mais objetivo. Não obstante, quando tida em conta a longa diacronia de utilização dos seus materiais e das técnicas dos seus enxaiméis, prontamente se percebe que a leitura estratigráfica só por si dificilmente poderia ter ido além da caracterização morfológica e na determinação da sequência construtiva, sem mais poder propiciar à interpretação histórica da casa Medieval.

---

<sup>1143</sup> Agustín AZKARATE GARAI-OLAUN, Luís CABALLERO ZOREDA, Juan Antonio QUIRÓS CASTILLO, “Arqueología de la arquitectura: Definición disciplinar y nuevas perspectivas”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 8; Luís CABALLERO ZOREDA, “Experiencia metodológica en arqueología de la arquitectura de un grupo de investigación. Instituto de Historia. CSIC. Madrid”, *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega García, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 108.

<sup>1144</sup> Francesco DOGLIONI, “I segni della stratificazione nelle architetture costruite. Identificazione e conservazione nel restauro”, *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega García, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, 2010, p. 130.

<sup>1145</sup> Ver estampas I a XVI. Confrontar com leitura estratigráfica e matrizes de Harris, em apêndice.



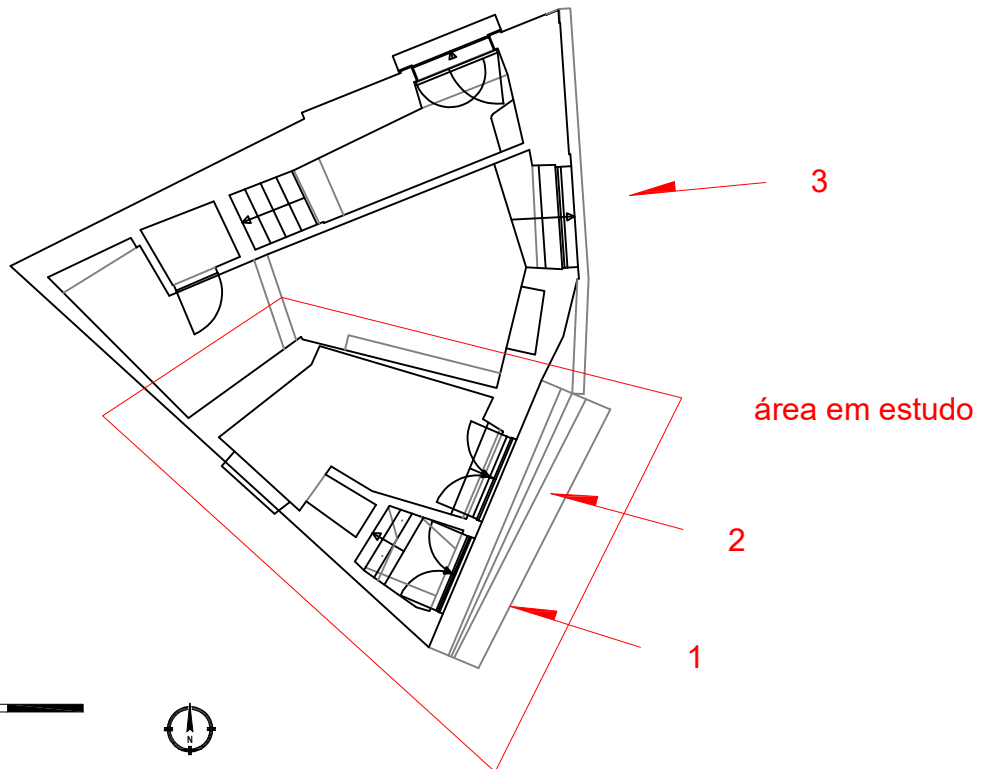
1



2



3



3 m



## **casa Medieval** estampa I

perspetivas gerais, piso 0 (em cima)

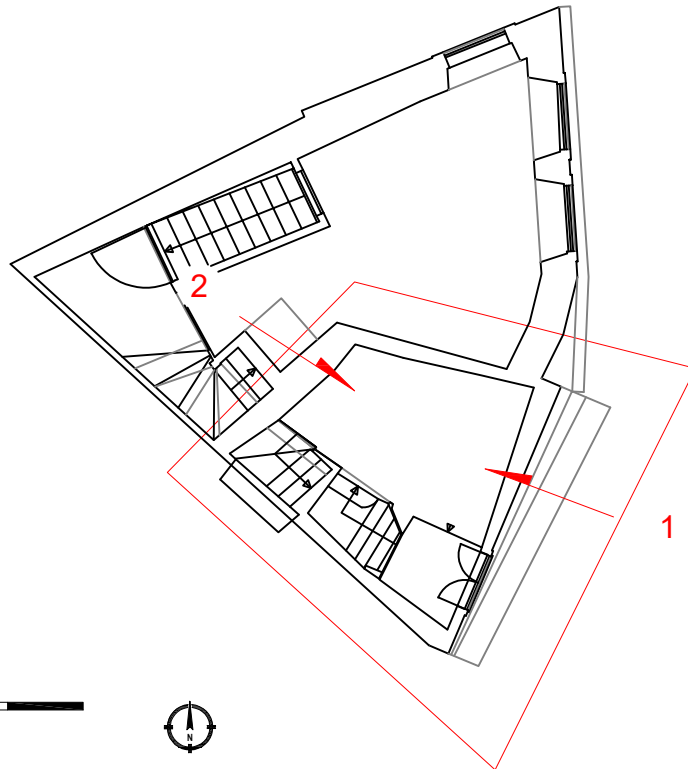
planta, piso 0 (em baixo)



1



2



área em estudo



## **casa Medieval** estampa II

perspetivas gerais, piso 1 (em cima)

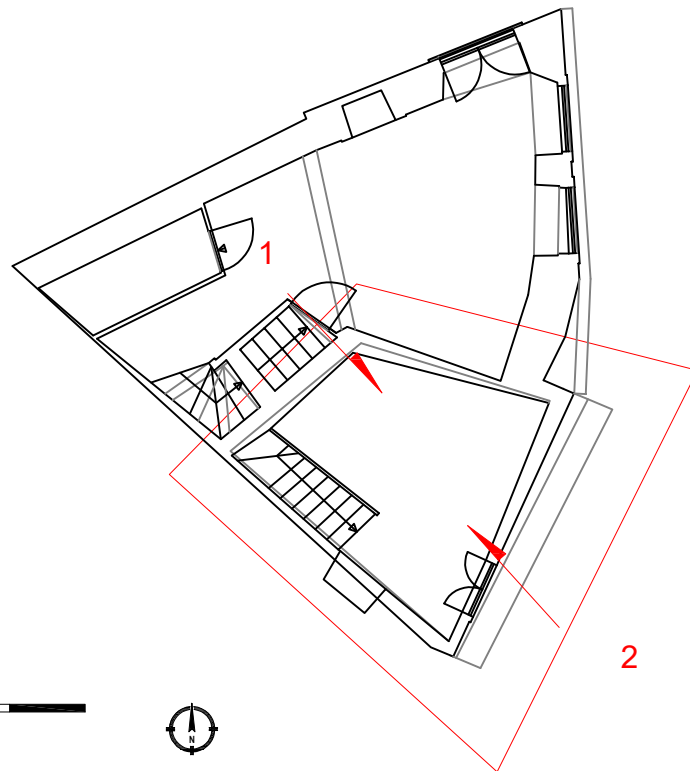
planta, piso 1 (em baixo)



1



2



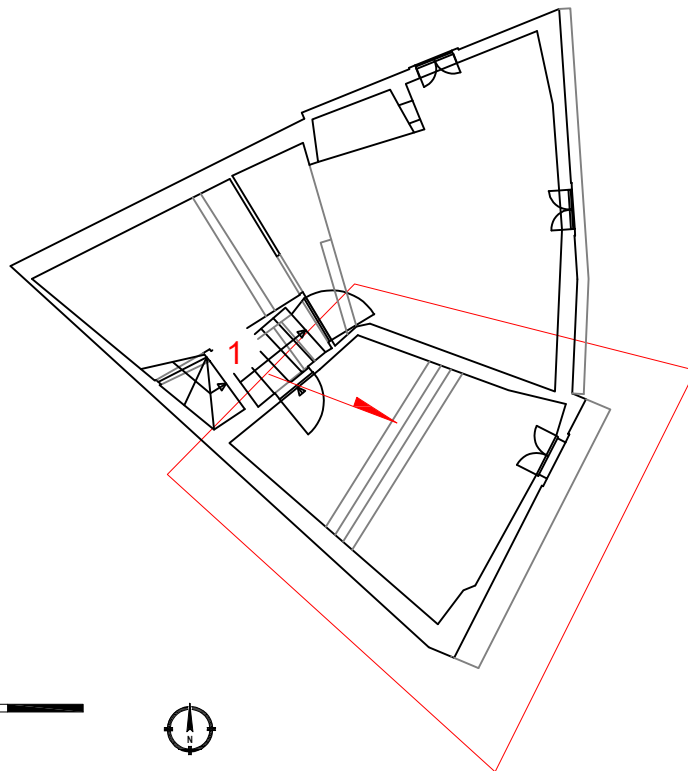
área em estudo



## **casa Medieval** estampa III

perspetivas gerais, piso 2 (em cima)

planta, piso 2 (em baixo)



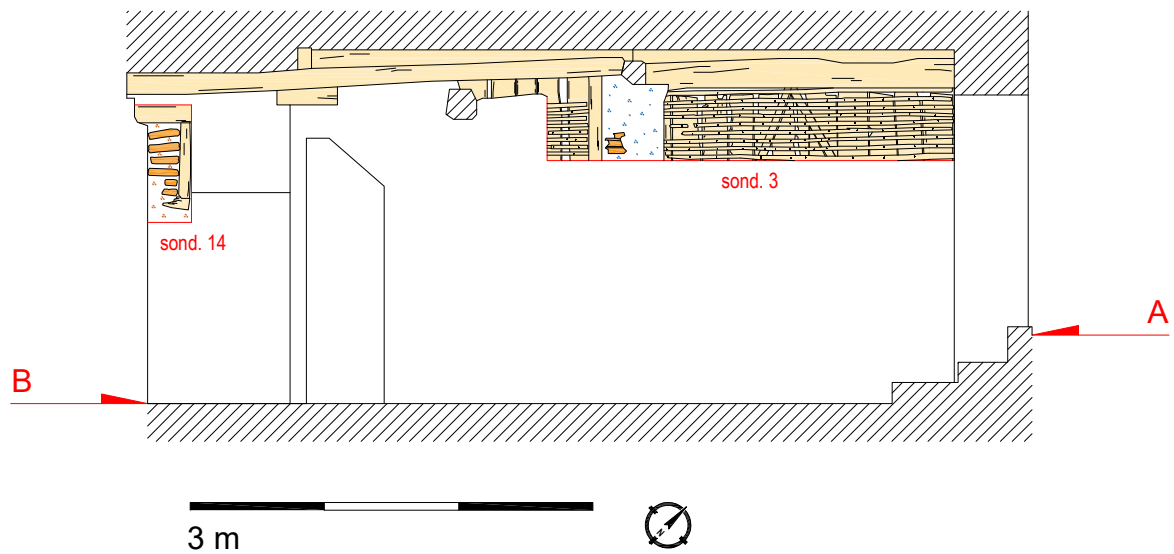
área em estudo



## **casa Medieval** **estampa IV**

perspetiva geral, piso 3 (em cima)

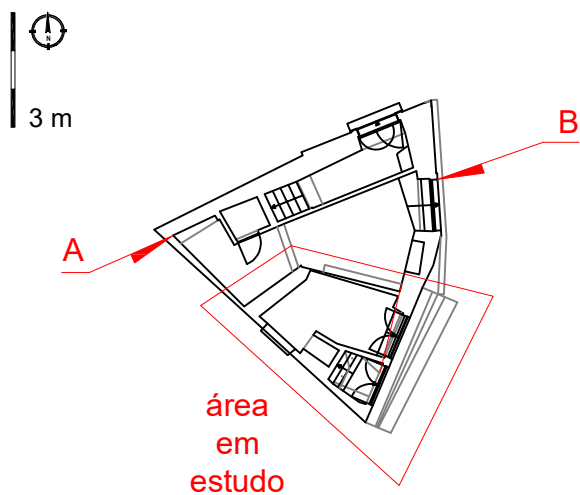
planta, piso 3 (em baixo)



sond. 14



sond. 3



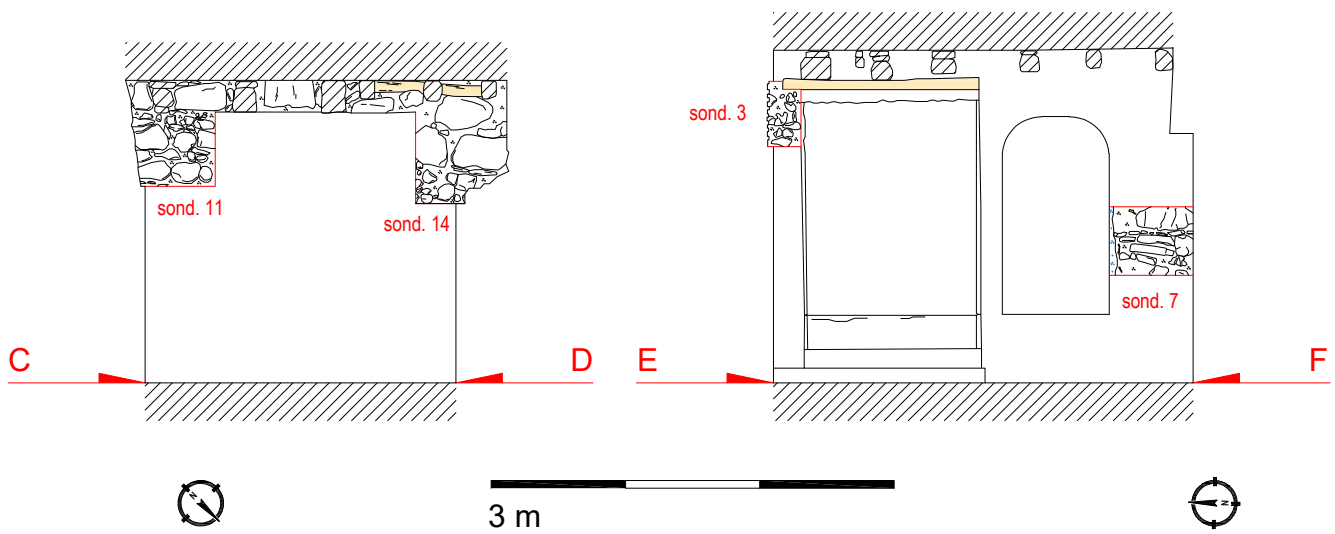
área  
em  
estudo

## casa Medieval estampa V

registos gráficos das sondagens 3 e 14 (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

planta do piso 0 (em baixo, à esquerda)



sond. 11

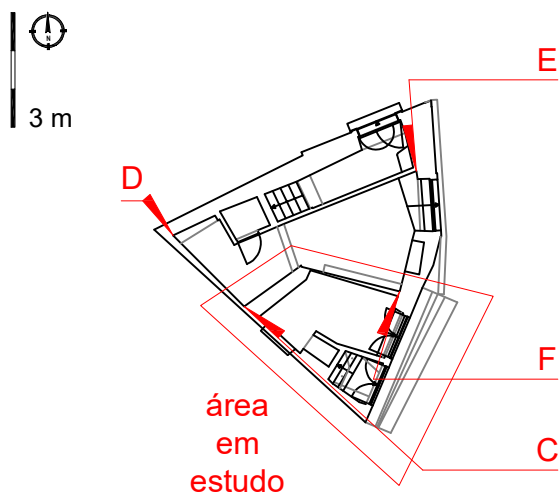


sond. 14



sond. 3

sond. 7



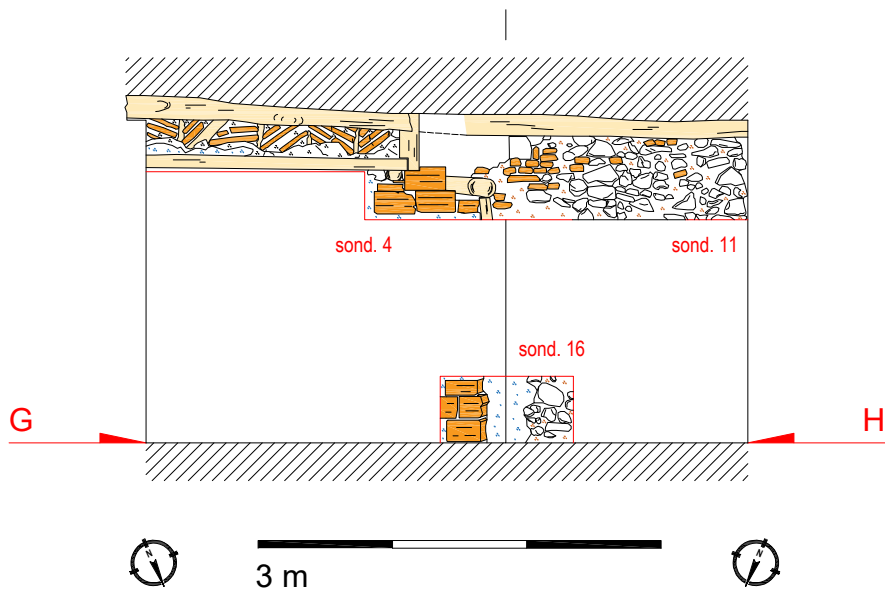
## casa Medieval estampa VI

registos gráficos das sondagens 11, 14, 3 e 7 (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

planta do piso 0 (em baixo, à esquerda)





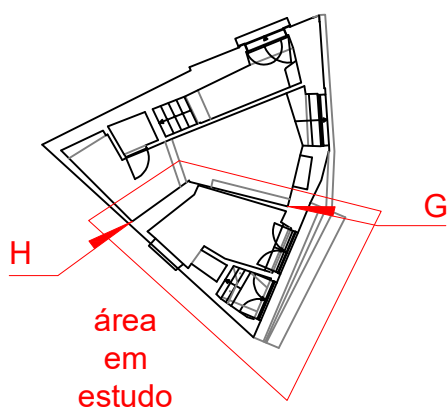
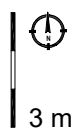
sond. 4



sond. 11



sond. 16

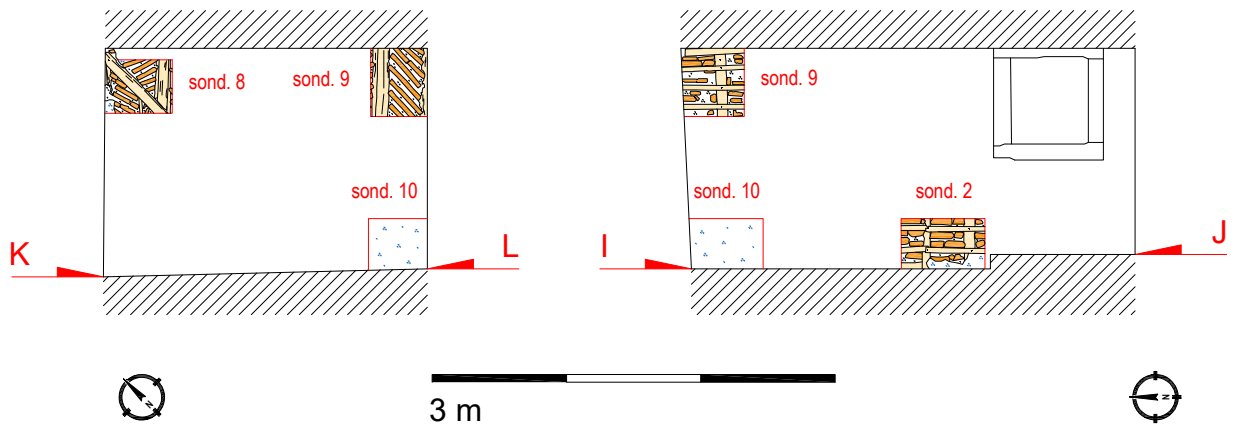


## casa Medieval estampa VII

registos gráficos das sondagens 4, 11, 7 e 16 (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

planta do piso 0 (em baixo, à esquerda)



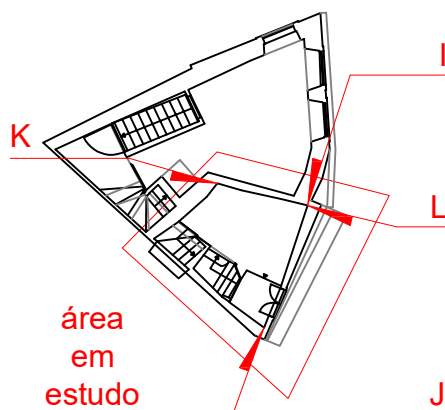
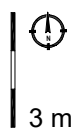
sond. 8



sond. 9



sond. 9, 10 e 2

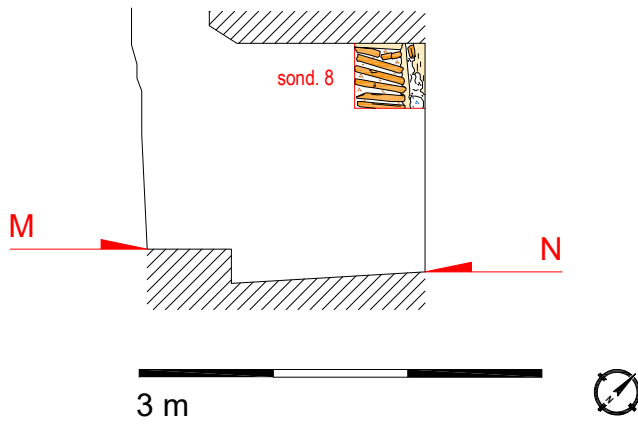


## casa Medieval estampa VIII

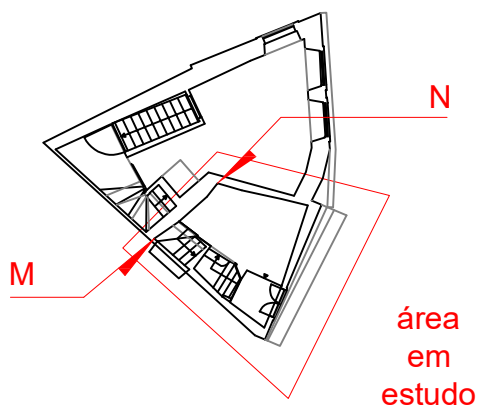
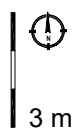
registos gráficos das sondagens 9, 10, 2 e 8 (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

planta do piso 1 (em baixo, à esquerda)



sond. 8

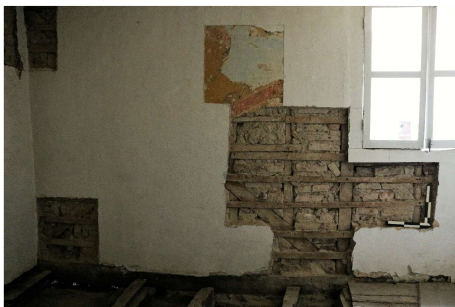
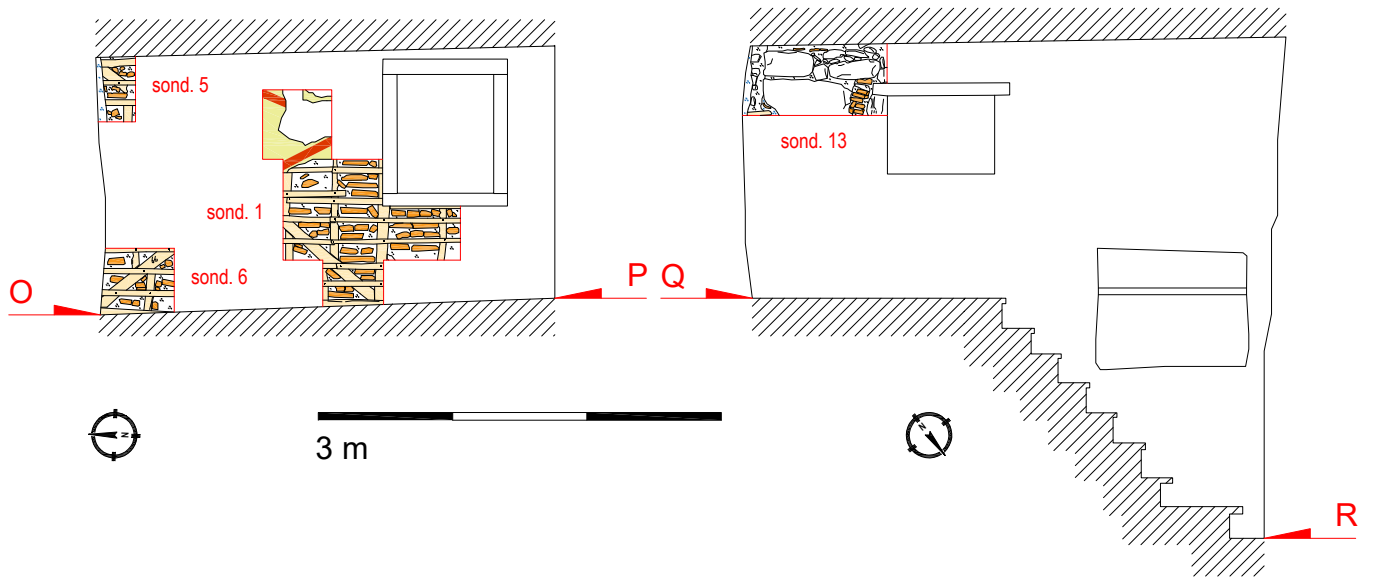


## **casa Medieval** **estampa IX**

registos gráficos da sondagem 8 (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

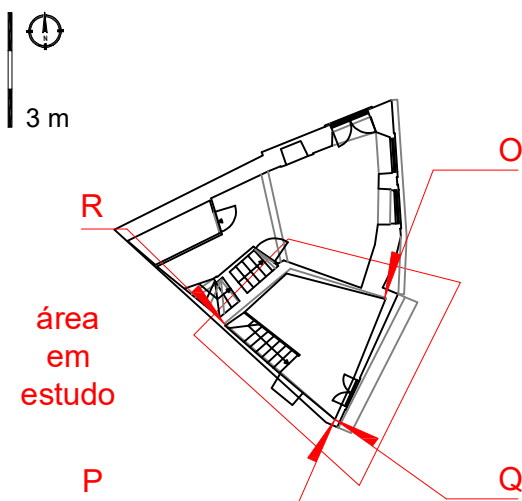
planta do piso 1 (em baixo, à esquerda)



sond. 5, 6 e 1



sond. 13

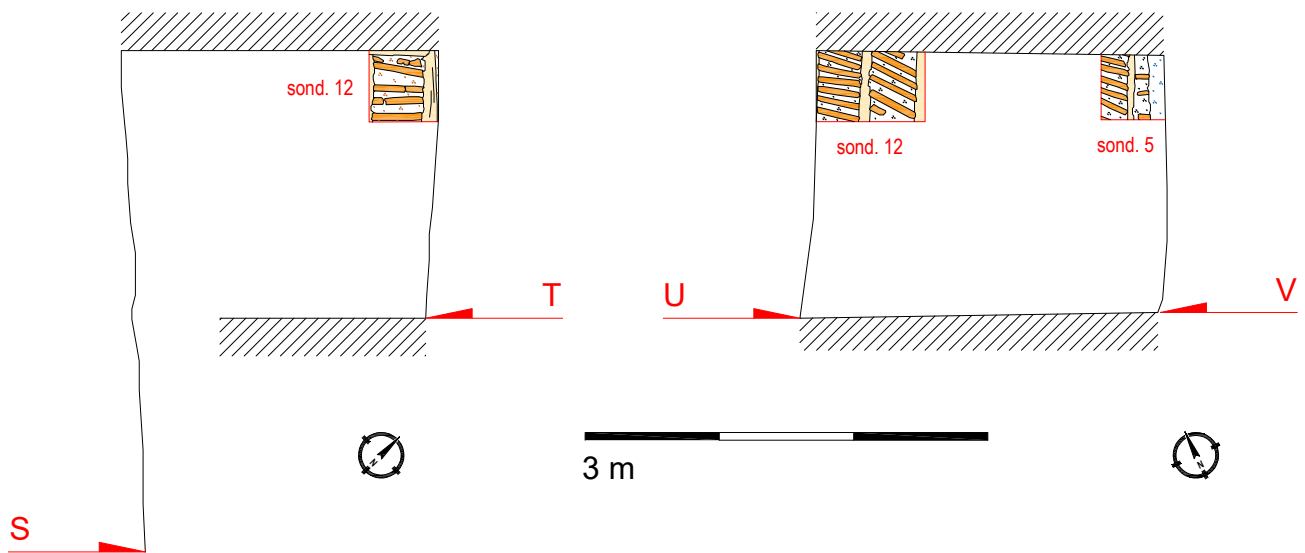


## casa Medieval estampa X

registos gráficos das sondagens 5, 6, 1 e 13 (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

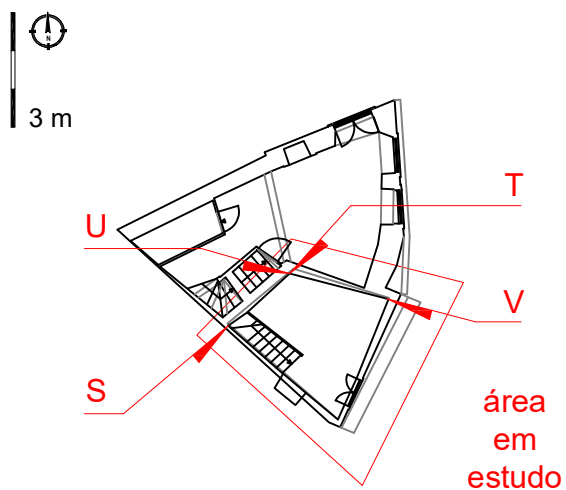
planta do piso 2 (em baixo, à esquerda)



sond. 12



sond. 5



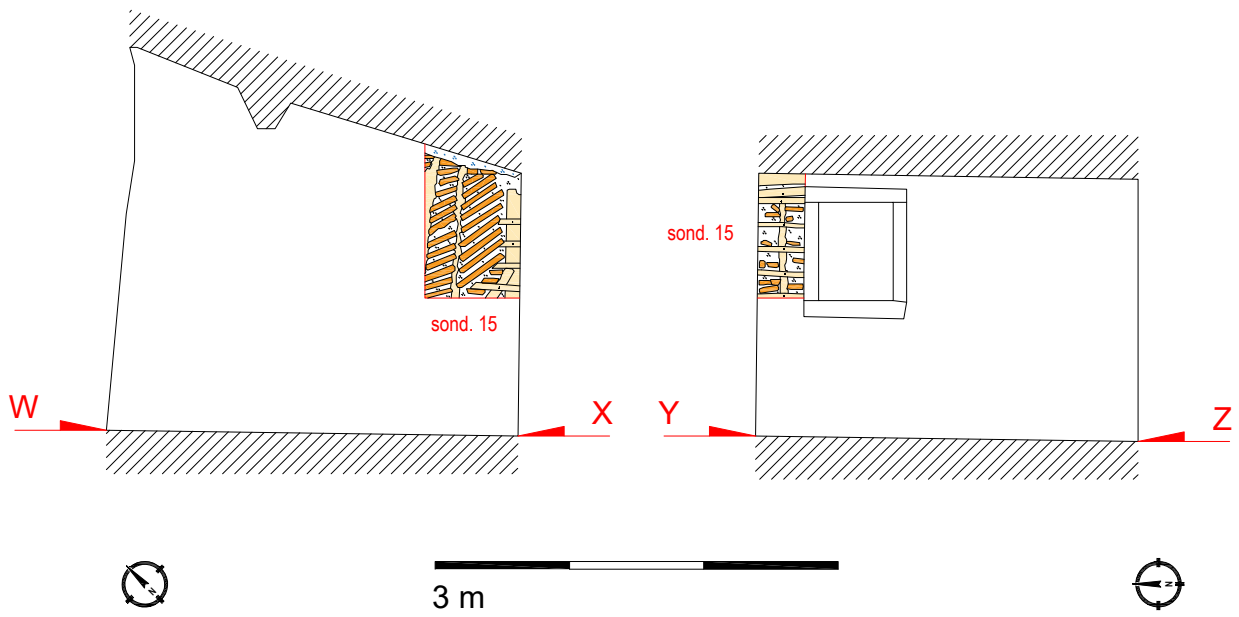
## casa Medieval

### estampa XI

registos gráficos das sondagens 12 e 5 (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

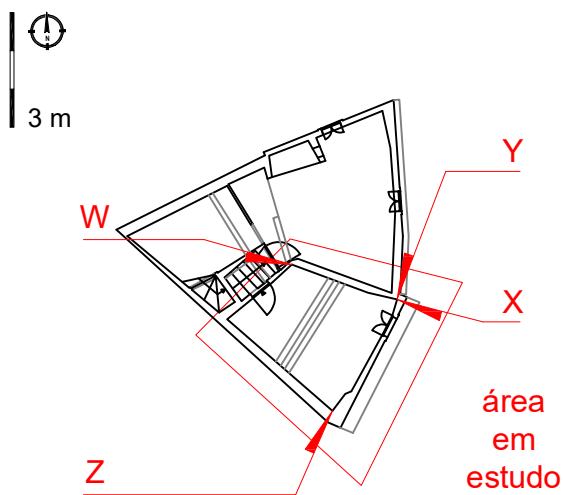
planta do piso 2 (em baixo, à esquerda)



sond. 15



sond. 15

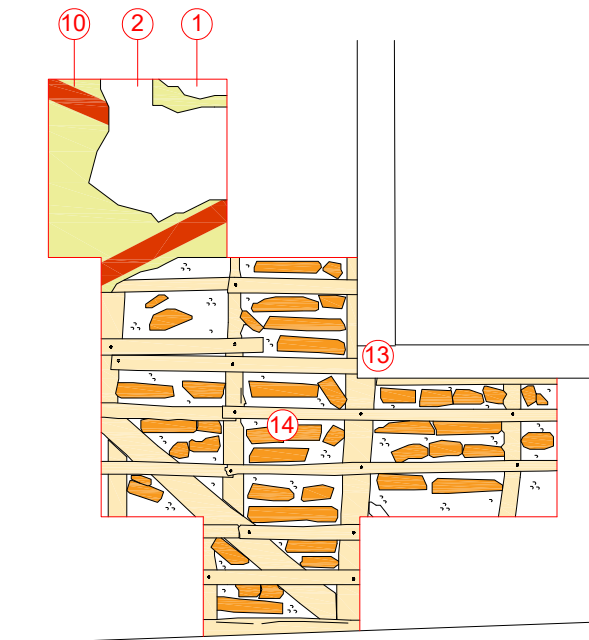


## casa Medieval estampa XII

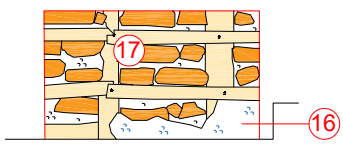
registos gráficos da sondagem 15 (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

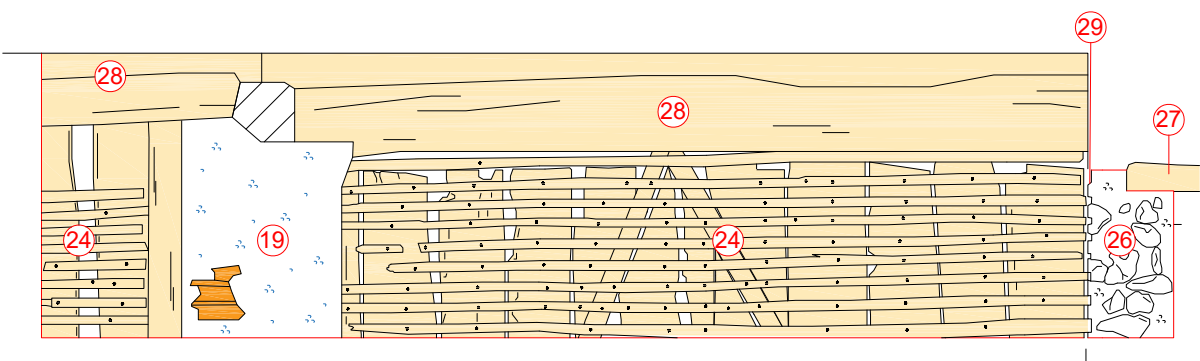
planta do piso 3 (em baixo, à esquerda)



sond. 1



sond. 2



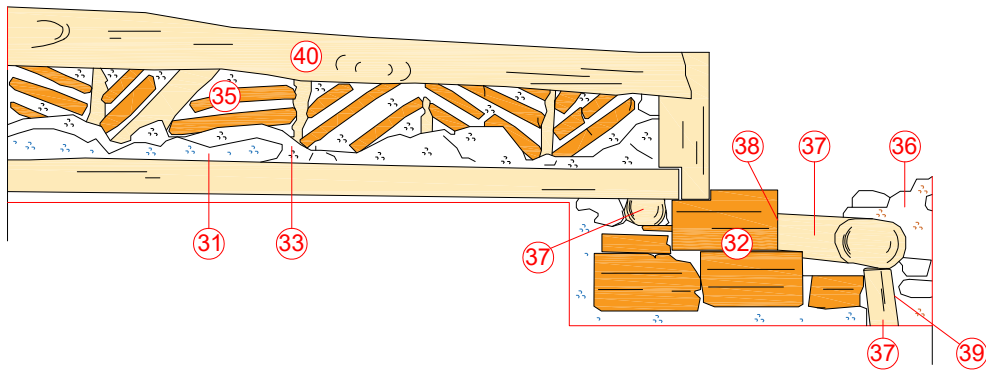
sond. 3



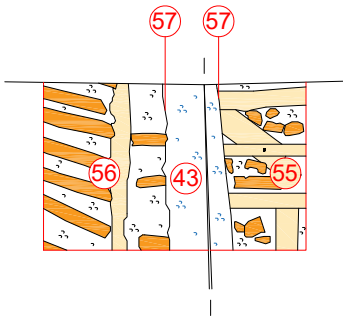
# casa Medieval

## estampa XIII

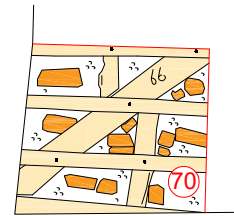
sondagens 1, 2 e 3  
registos gráficos



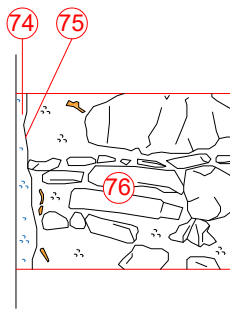
sond. 4



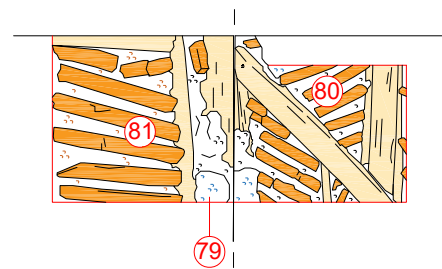
sond. 5



sond. 6



sond. 7



sond. 8



1 m

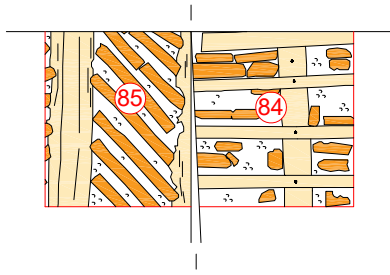
## casa Medieval

estampa XIV

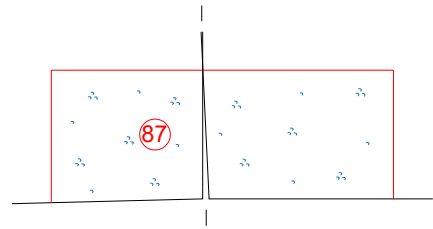
sondagens 4, 5, 6, 7 e 8

registos gráficos

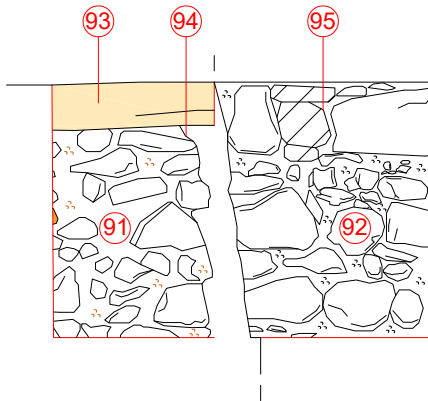




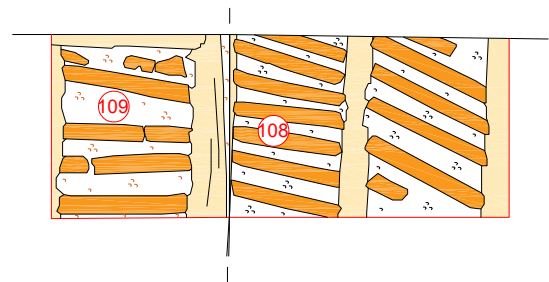
sond. 9



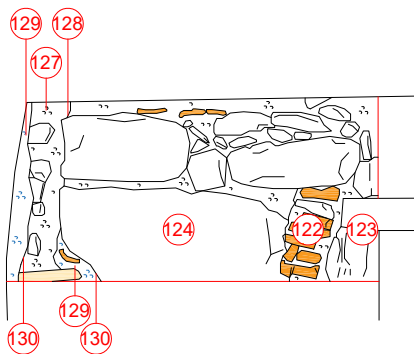
sond. 10



sond. 11



sond. 12



sond. 13



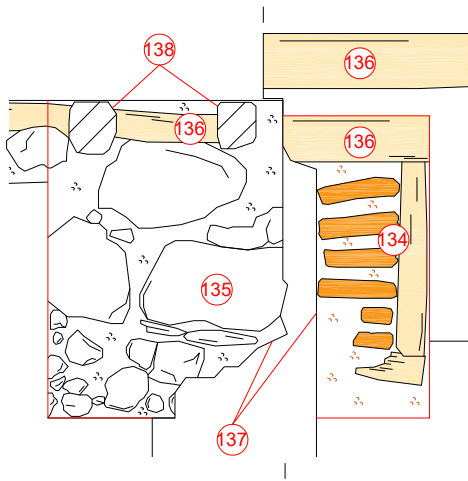
1 m

## casa Medieval

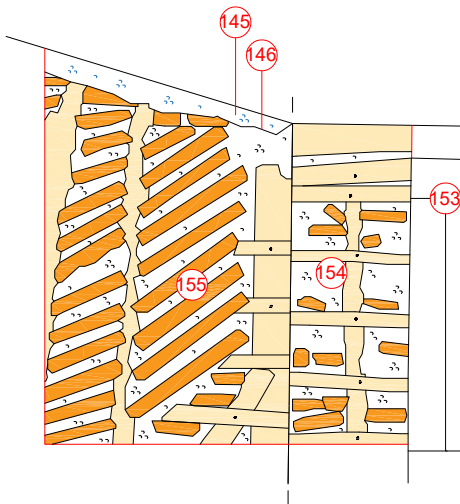
estampa XV

sondagens 9, 10, 11, 12 e 13

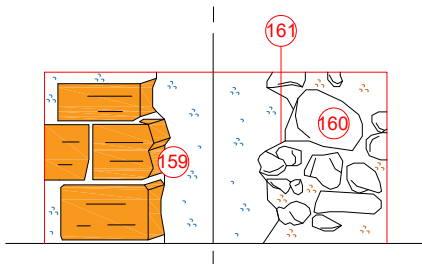
registos gráficos



sond. 14



sond. 15



sond. 16



## casa Medieval

estampa XVI

sondagens 14, 15 e 16

registos gráficos

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Claramente visível, por exemplo, no chamado *Mappa Topografico* de Coimbra, de cerca de 1772, a casa Medieval recuará a período anterior ao terceiro quartel do século XVIII, sendo possível, portanto, numa primeira análise, associar as suas características arquitetónicas, do emprego de enxaiméis aos ressaltos da fachada, a período medieval. Empírica e documentalmente associadas à Idade Média, as suas características arquitetónicas, têm, na verdade, justificado o epíteto medieval que assume amiúde em Coimbra, com o qual, de resto, se apresenta também na base de dados oficial do Governo Português, o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, SIPA<sup>1146</sup>. Confrangidas pela escassez de espaço e subsequente onerosidade do solo junto à rua, as casas correntes das cidades tardo-medievais erguiam-se em espaços confinados, definidos em lote estreito e alongado, em um ou mais pisos, amiúde lançados sobre a rua em sacada, ou ressalto, e construídas em madeira, com escadas de tiro e janelas reduzidas ao mínimo necessário<sup>1147</sup>, características, com efeito, partilhadas pela casa Medieval da amostra em estudo. Primordialmente habitação, a casa era muitas vezes também alocada a actividades laborais e comerciais, pequenos negócios de dimensão familiar, exercidos sobretudo no rés-do-chão, ou loja, mas que não raras vezes invadiam a rua com bancas e vendas. Ultrapassando a área do lote, escadas, negócios e ressaltos projetavam-se sobre a rua, originando constantes tensões entre proprietários particulares e autoridades públicas. Em Portugal, de facto, os ressaltos caíram em desuso a partir do século XVI, sobretudo depois de D. Manuel I proibir a projeção de elementos estruturantes sobre as ruas de Lisboa, em 1502<sup>1148</sup>. Por meados do século XVI, de resto, várias outras cidades europeias e americanas, como Madrid, Sevilha, Palermo, Siena, Roma e Cidade do México, por exemplo, eram já abrangidas por regulamentos similares<sup>1149</sup>.

---

<sup>1146</sup> Margarida SILVA, “Casa Medieval na Rua Sargento-Mor, n.º 4 a 6”, *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*, [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt), 2005.

<sup>1147</sup> Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra, Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 25-67; Manuel CONDE, *Construir, habitar: A casa medieval*, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011, p. 212-235.

<sup>1148</sup> Na sequência de medidas régias e camarárias análogas, tomadas para as cidades do Porto e de Lisboa, desde pelo menos finais do século XIV. Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação dos modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 81 e 82; Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra, Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 60-61.

<sup>1149</sup> Laura FERNANDÉZ-GONZÁLEZ, “O modelo digital da Pintura Rua Nova: Recreando a arquitetura quinhentista de Lisboa,” *A cidade global: Lisboa no Renascimento*, coord. Andrea Cardoso, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2017, p. 83.

Em 1755, o Grande Terramoto de Lisboa colocou à prova essa forma secular de construção, e embora não haja registo dos tipos construtivos que melhor responderam ao abalo, é provável que edifícios em madeira e de ressalto, como os do largo do Chafariz de Dentro, por exemplo<sup>1150</sup>, mais leves e flexíveis, possam ter resistido melhor do que aqueles que se erguiam em pedra e cal, mais pesados e rígidos. A ser verdade, a sofisticada rede de prumos e travessas de madeira com que se articula a gaiola pombalina, decretada pelo Marquês de Pombal, o ministro do reino, para a reconstrução da Baixa lisboeta, pode afinal resultar da apropriação, racionalizada, sistematizada e industrializada segundo critérios iluministas, de modelos construtivos que precedem a catástrofe de 1755<sup>1151</sup>. Ora, da proibição de avançados sobre a rua, ordenada por D. Manuel I, tem na historiografia concernente tendencialmente decorrido que todos os edifícios de madeira com ressaltos na fachada sejam remetidos para a Idade Média<sup>1152</sup>. Mas a sistemática adoção da gaiola pombalina em edifícios de Lisboa, documentada entre a segunda metade do século XVIII e 1930<sup>1153</sup>, demonstra que pelo menos os enxaiméis de madeira subsistiram em Portugal bem para além dos limites cronológicos medievos.

De igual modo, também o ressalto terá persistido, em Portugal como noutros países europeus, bem para lá da Idade Média. Na praça da Ribeira do Porto, por exemplo, alguns edifícios com frontais ressaltados terão sido erguidos já no século XVI<sup>1154</sup>. Em Lisboa, edifícios desta natureza, ainda hoje conservados na rua dos Cegos e na rua de Benfornoso, remontam aos séculos XVI e XVII<sup>1155</sup>. Também em Londres vários destes edifícios, datados dos séculos XVI e XVII, poderiam ser vistos até 1901, em Wych Street<sup>1156</sup>. Na Alemanha, a cidade de Quedlinburg acolhe um vasto

<sup>1150</sup> Helder CARITA, *Bairro Alto, Tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, p. 81.

<sup>1151</sup> José FRANÇA, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1987, p. 178; Helder CARITA, *Bairro Alto, Tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, p. 105. Para mais sobre a gaiola pombalina, consulte-se, por todos, Jorge MASCARENHAS, *Sistemas de construção V – O edifício de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa, Processo evolutivo dos edifícios – Inovações técnicas – Sistema construtivo, Materiais básicos (3ª parte): O vidro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

<sup>1152</sup> Por exemplo, João FAGULHA, *Reabilitação e conservação do património arquitectónico, Cadernos Técnicos n.º 4*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul, 2016, p. 27.

<sup>1153</sup> Embora bastante simplificada, com técnicas e materiais mais pobres, desde finais do século XIX, altura a partir da qual os edifícios assumem genericamente a designação de 'gaioleiros'. José FRANÇA, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1987, p. 167.

<sup>1154</sup> Isabel SERENO, Paulo DORDIO, "Praça da Ribeira e área envolvente," *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt), 1995.

<sup>1155</sup> Helder CARITA, *Bairro Alto, Tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, p. 105 e 106.

<sup>1156</sup> Walter THORNBURY, "The Strand (Northern Tributaries): Clement's Inn, New Inn, Lyon's Inn etc.," *Old and New London*, vol. 3, Londres, Cassel Petter & Galpin, 1878, p. 32-35.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

conjunto de edifícios de madeira ressaltados, erguidos entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII<sup>1157</sup>. E em Espanha, nas vilas de La Alberca e de Morragaz, na região de Salamanca, erguem-se amplos conjuntos deste tipo de edifícios, construídos até pelo menos meados do século XIX<sup>1158</sup>. De resto, não é necessário ir além de Coimbra para descobrir uma casa corrente com enxaiméis de madeira e ressalto sobre o espaço público, construída já a partir do século XVIII, como era, antes da sua demolição integral, a casa de Santa Justa, também parte da amostra de edifícios aqui estudados<sup>1159</sup>.

Demonstrada a amplitude, em Portugal e noutros países europeus, do universo temporal em que foram erguidas casas correntes com enxaiméis de madeira e ressaltos, a dúvida quanto ao enquadramento histórico da chamada casa Medieval de Coimbra mantém-se. Económicas, fáceis de executar, leves e flexíveis, as paredes em enxaimel persistiram ao longo de séculos, e o ressalto, longe de garantir apenas um aumento de área habitável, tão necessário nas constrangidas cidades medievais, evitava também o varejamento das vigas de cada novo piso<sup>1160</sup>. Em casos arquitectónicos desta natureza, revestidos de ambiguidade cronológica, datações absolutas são muito recomendáveis. Nem sempre, porém, se podem realizar análises laboratoriais ou, dado o avançado estado de degradação das estruturas, recolher sequer as necessárias amostras. Nestas circunstâncias, como na casa Medieval, recai amiúde sobre os materiais construtivos a responsabilidade de datação. As sondagens arqueológicas parietais abertas neste edifício revelaram, porém, materiais construtivos de difícil enquadramento cronológico. Se a pedra, a cal e a madeira, documentados ao longo de uma imensa amplitude cronológica, são tipologicamente difíceis de datar, o tijolo ‘rabo-de-andorinha’, por sua vez, tem sido quase esquecido nos estudos da especialidade<sup>1161</sup>. De extremidades cavadas em triângulos, os tijolos ‘rabo-de-andorinha’ articulam-se perfeitamente com prumos de madeira, dando origem a paredes práticas de erguer, leves e flexíveis. A sua aparição na construção portuguesa tem sido por este motivo informalmente associada às reformas pombalinas da baixa lisboeta, embora na realidade não existam estudos que o comprovem ou desmintam.

---

<sup>1157</sup> UNESCO, “Collegiate Church, Castle and Old Town of Quedlinburg”, *World Heritage List*, [whc.unesco.org](http://whc.unesco.org), s.d.

<sup>1158</sup> Informação recolhida oralmente junto do Ayuntamiento de La Alberca, do Ayuntamiento de Mogarraz e do Museu de Mogarraz, a 11 de outubro de 2018.

<sup>1159</sup> Ver *infra*, p. 395 e seguintes.

<sup>1160</sup> Helder CARITA, *Bairro Alto, Tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, p. 105.

<sup>1161</sup> António GINJA, “The ‘Medieval House’ of Coimbra: Archeology of architecture in the demystification of archetypes”, *La casa: Espacios domésticos, modos de habitar*, Granada, Abada, 2019, p. 1412-1414.

Em Coimbra, onde este material surge com frequência em intervenções de reabilitação urbana, poucas atribuições cronológicas têm sido tentadas. Contudo, durante a reabilitação do colégio da Santíssima Trindade, na Alta da cidade, pôs-se a descoberto uma estrutura com este tipo de tijolos, enquadrada entre finais do século XVI e meados do século XVIII<sup>1162</sup>. Numa obra na rua Fernandes Tomás, detetaram-se tabiques com tijolos ‘rabo-de-andorinha’, erguidos entre os séculos XVIII e XIX<sup>1163</sup>. Também na Baixa, na rua Direita, a empena de um prédio entretanto demolido, de cronologia compreendida entre os séculos XVIII e XIX, encontrava-se integralmente erguida com este tipo de tijolos<sup>1164</sup>.

Embora dados de novas intervenções arqueológicas possam por ventura contribuir para uma melhor delimitação cronológica dos tijolos ‘rabo-de-andorinha’, adivinha-se, face aos exemplos referidos, uma utilização bastante prolongada no tempo. Usadas em Coimbra desde pelo menos finais do século XVI ao século XIX, construções com estes tijolos não poderão, tendo em conta os dados conhecidos atualmente, recuar-se além da Época Moderna. Nada garante, não obstante, que não estivessem em uso já antes disso. A análise arqueológica da arquitetura, todavia, não se esgota na interpretação cronotipológica das estruturas edificadas. Quando a intervenção decorre sob prazos e orçamentos apertados, os métodos e os materiais construtivos se revelam inconclusivos, a documentação inexistente, as datações absolutas inexequíveis e a leitura arqueológica condicionada, a definição cronológica de um edifício pode, na realidade, nunca ser totalmente alcançada. Todavia, a prevalência de sistemas e de materiais construtivos, que edifícios como a casa Medieval de facto testemunham, reflete estratégias culturais que perduram ao longo dos tempos, e cuja interpretação historiográfica ou artística não se esgota no enquadramento cronológico. O valor patrimonial destes edifícios não depende por isso apenas da sua antiguidade, mas antes de todo o testemunho cultural que transmitem.

---

<sup>1162</sup> António GINJA, Sónia FILIPE, *Reabilitação do colégio da Trindade, Coimbra, Relatório Final de trabalhos arqueológicos*, Coimbra, 2017, Anexos.

<sup>1163</sup> Informação recolhida junto de Raquel Santos, arqueóloga responsável pela intervenção arqueológica em causa, a 20 de setembro de 2018.

<sup>1164</sup> Mónica GINJA, *Levantamento Fotográfico das Parcelas da Segunda Fase dos Trabalhos no Âmbito do Projecto de Inserção do MLM, Relatório Final dos trabalhos de arqueologia*, Coimbra, 2005, p. 18.

para uma arqueologia crítica da arquitetura



---

fig. 52 e 53. casa Medieval (em cima) e casa de Santa Justa (em baixo)  
detalhe dos ressaltos projetados sobre a via pública  
fotografias do autor, 2017

No momento de decidir sobre as estratégias de reabilitação a adotar, a interpretação arquitetónica de edifícios cronologicamente ambíguos deve, como tal, ir além da estratigrafia, ao encontro do testemunho cultural que encerram. Neste sentido, a arqueologia da arquitectura desempenha um papel que ultrapassa a mera definição cronotipológica do edificado. Perante técnicas há muito desaparecidas, das quais não existe já memória viva, o saber fazer poderá ser revelado pela sua análise arqueológica, não apenas do tempo em que se ergueram ou da forma como se relacionam com estruturas adjacentes, mas do processo, histórica e culturalmente investido, através do qual ela mesma foi erguida. A estruturação de prumos, escoras, travadouros e preenchimentos, por exemplo, resulta num enxaimel que seria completamente distinto caso se alterasse a ordem de aplicação de uma destas variáveis. Muitos anos mais tarde, a complexidade construtiva desta estrutura poderá ser compreendida ou replicada, por exemplo durante a execução de um projeto de reabilitação, se considerada ela própria, paradoxalmente, como resultado da sequência estratificada de vários momentos construtivos<sup>1165</sup>. Reflexo de formas de construir e de vivenciar o espaço urbano em que se insere, a longa diacronia de modelos arquitectónicos como o da casa Medieval pode melhor entender-se à luz de comportamentos sociais que teimam também eles em persistir. Devolvendo estes edifícios às práticas habitacionais, laborais e comerciais, a reabilitação arquitetónica, na realidade, atua diretamente junto à estreita e persistente relação entre habitação, trabalho e espaço público, que, longe de um exclusivo medieval, se multiplica ainda hoje nos mais variados espaços urbanos, onde quer que casas, lojas e negócios invadam a rua com estendais, bancas ou esplanadas, por exemplo. Na reabilitação de edifícios como a casa Medieval, arquitetura e arqueologia da arquitetura deverão, como tal, convergir na valorização e transmissão, não apenas da história da construção, mas de todo o sistema cultural subjacente à persistência e à reinvenção das formas de construir e de viver nas nossas cidades.

**António Ginja:** “A antiguidade do edifício deve ser um critério de valorização patrimonial?”

**Ricardo Rodrigues:** “A antiguidade é muito relevante, mas na realidade não dispomos de conhecimento suficiente para sabermos qual a antiguidade de cada um dos edifícios que são intervencionados. Como tal, embora seja relevante, ela é muitas vezes desconhecida.

---

<sup>1165</sup> Ver supra, p. 305 e seguintes.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

Sabemos, contudo, que, quanto mais antigo é o edifício, maior é o seu processo de sedimentação histórica. As interações com aquele edifício sucedem-se no tempo e vão continuar a suceder, porque é um património vivo. Antiguidade é, neste sentido, relevante, mas tão relevante quanto a antiguidade é a diversidade de valores históricos que dela resulta.”<sup>1166</sup>

Da prática estratigráfica, a que muitas vezes se limita a intervenção arqueológica em obra, procedem sempre, por outro lado, relações cronológicas, de anterioridade, coetaneidade e posterioridade, que podem concorrer para uma valorização histórica diferenciada dos estratos identificados. Vocacionada para a atribuição de cronologias relativas, a leitura estratigráfica do sítio arqueológico construído, de facto, corre o risco de estabelecer hierarquias de valor historiográfico, podendo, ainda que de modo inadvertido, condicionar a operatividade da intervenção de reabilitação<sup>1167</sup>. Muito embora nenhum estrato seja arqueologicamente mais relevante do que o próximo, a associação de um determinado estrato a eventos ou períodos de particular ascendente identitário pode, com efeito, conduzi-lo a um patamar amplificado de apreciação historiográfica. Durante a intervenção da chamada casa de Santa Justa, por exemplo, todas as estruturas habitacionais que se encontravam erguidas sobre a ruína da igreja de Santa Justa foram desmontadas, segundo uma estratégia que pretendia destacar o remanescente de um antigo monumento medieval, em detrimento do corrente, do vernacular e do moderno. Hoje completamente desaparecidos, todos os vestígios da ocupação vernácula daquele local foram remetidos para o esquecimento, através de uma intervenção que, anulando transformações ocorridas ao longo dos últimos trezentos anos, amputou parte do seu percurso histórico.

Documentada desde 1098, a igreja de Santa Justa, à época nos arrabaldes de Coimbra, surgia como sede paroquial já em 1139<sup>1168</sup>, e, em 1155, era já dada por concluída uma reforma arquitetónica que terá resultado numa igreja de maiores

---

<sup>1166</sup> Ricardo RODRIGUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 7 de dezembro de 2021.

<sup>1167</sup> Gian Franco PERTOT, Gian Paolo TRECCANI, “Mentalità stratigrafica e progetti per la conoscenza e per la conservazione”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 134.

<sup>1168</sup> Maria Amélia Álvaro de CAMPOS, *Cidade e religião: A colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 64.

dimensões, com mais de uma nave, claustro e respectivas dependências<sup>1169</sup>. Atingida por consecutivas cheias, que o longo e paulatino processo de assoreamento do rio Mondego periodicamente provocava, a igreja de Santa Justa foi ficando cada vez mais soterrada, até que, em 1708 ou 1710, já bastante deteriorada, foi abandonada, transferindo-se o seu culto para uma nova igreja na rua da Sofia, onde ainda hoje se encontra<sup>1170</sup>. Da antiga igreja de Santa Justa, com toda a probabilidade usada como recurso de materiais construtivos para outros projetos arquitetónicos, subsistiu apenas a cabeceira e a capela da epístola. Sobre estas, ergueu-se um edifício vernacular de habitação, a denominada casa de Santa Justa, em tempo ainda indeterminado, mas cuja construção, não podendo ter ocorrido senão depois de abandonada a igreja, terá tomado lugar já entrado o século XVIII. Construída segundo técnicas e materiais tradicionais, estratigraficamente coevos<sup>1171</sup>, como aparelhos de pedra e cal ou enxaiméis em cruz de santo André, a casa de Santa Justa, ajustada à área subsistente da ruína medieval, constituía um inestimável testemunho de arquitetura vernacular e da apropriação popular de estruturas urbanas obsoletas, estratégias características das cidades europeias com 'centros históricos' de alguma antiguidade. Não obstante, considerada "de construção pouco cuidada" e isenta de "valor arqueológico ou patrimonial", foi integralmente demolida em 2018, para dar destaque ao remanescente da igreja medieval<sup>1172</sup>, à semelhança do que, cerca de um século antes, ocorreu na não muito distante igreja de São Tiago<sup>1173</sup>. Em São Tiago, porém, o desmonte do conjunto arquitetónico vernacular antecedeu um projeto de restauro dos restos da antiga igreja medieval, conduzida, segundo o critério da unidade estilística, à valorização de feições monumentais e românicas. Em Santa Justa, terminada a intervenção, pouco mais subsistiu além de quatro paredes, cobertas por um novo telhado.

Apesar da sua universalidade e intemporalidade, a arquitetura vernacular, assente em materiais, técnicas e formas elementares e acessíveis a todas as classes

---

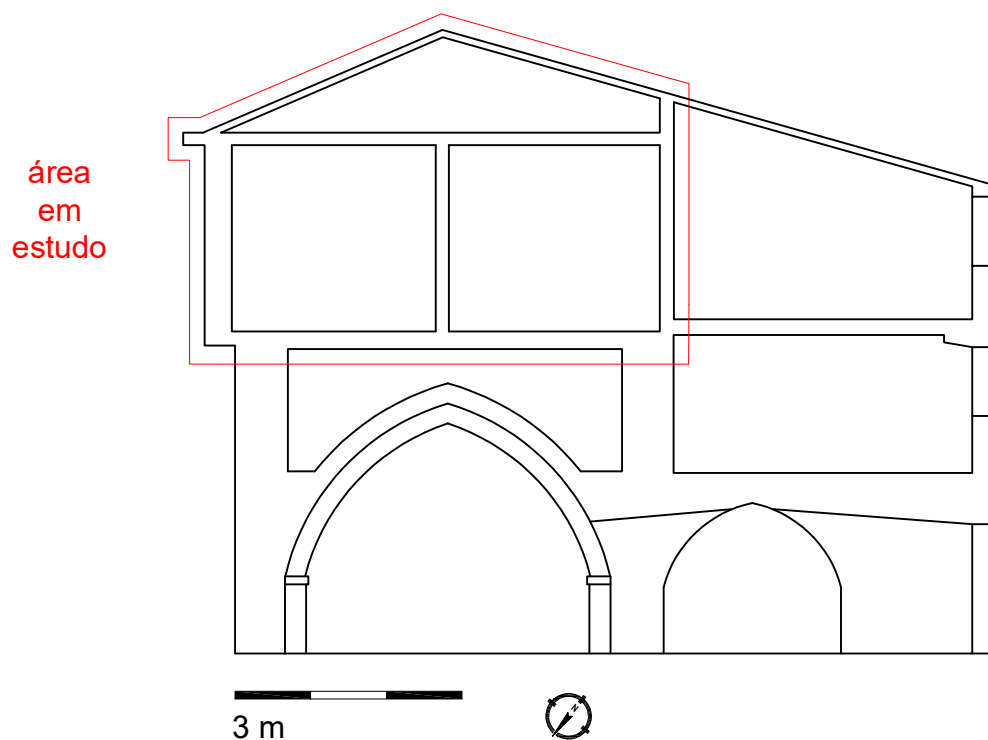
<sup>1169</sup> Jorge de ALARCÃO, Coimbra: A montagem do cenário urbano, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 182; Maria Amélia Álvaro de CAMPOS, Maria Leonor BOTELHO, "Criar e recriar o desaparecido. O sítio e a igreja românica de Santa Justa de Coimbra na cidade de hoje", *Atas do V Congresso Internacional Cidades Criativas*, Madrid, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Icono14, 2017, p. 290-292.

<sup>1170</sup> Respetivamente, José Pinto LOUREIRO, *Toponímia de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1964, tomo II, p. 19; Maria Amélia Álvaro de CAMPOS, *Cidade e religião: A colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 15.

<sup>1171</sup> Ver estampas XVII a XXIV. Confrontar com leitura estratigráfica e matriz de Harris, em apêndice.

<sup>1172</sup> Ver supra, p. 288.

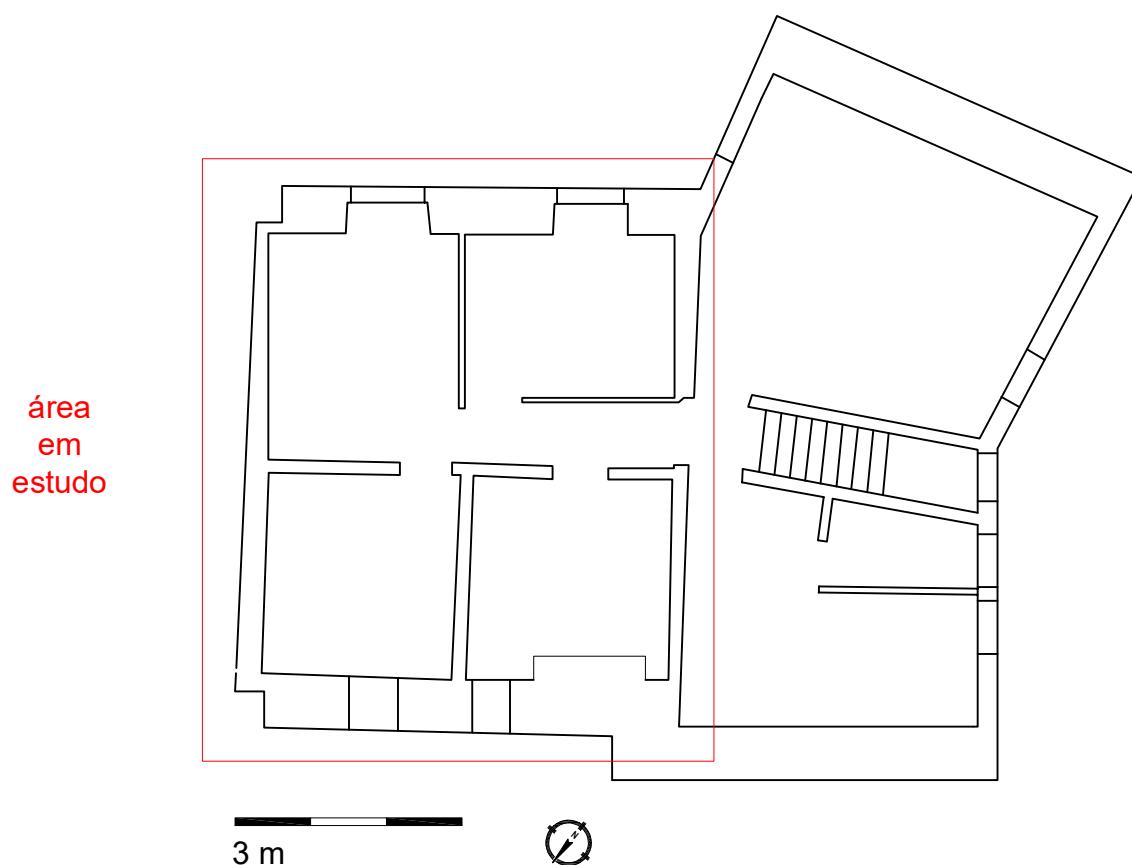
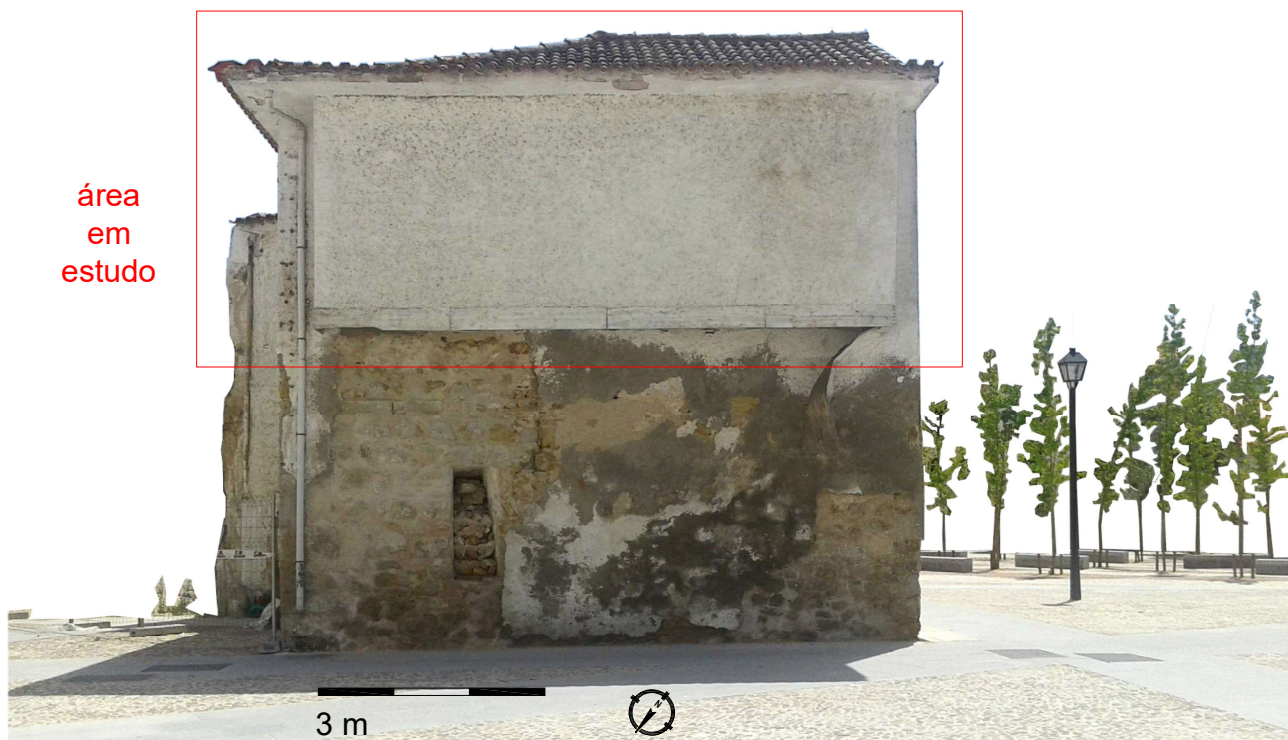
<sup>1173</sup> Ver supra, p. 217 e seguintes.



## **casa de Santa Justa** estampa XVII

alçado exterior poente (em cima)

secção transversal norte - sul (em baixo)

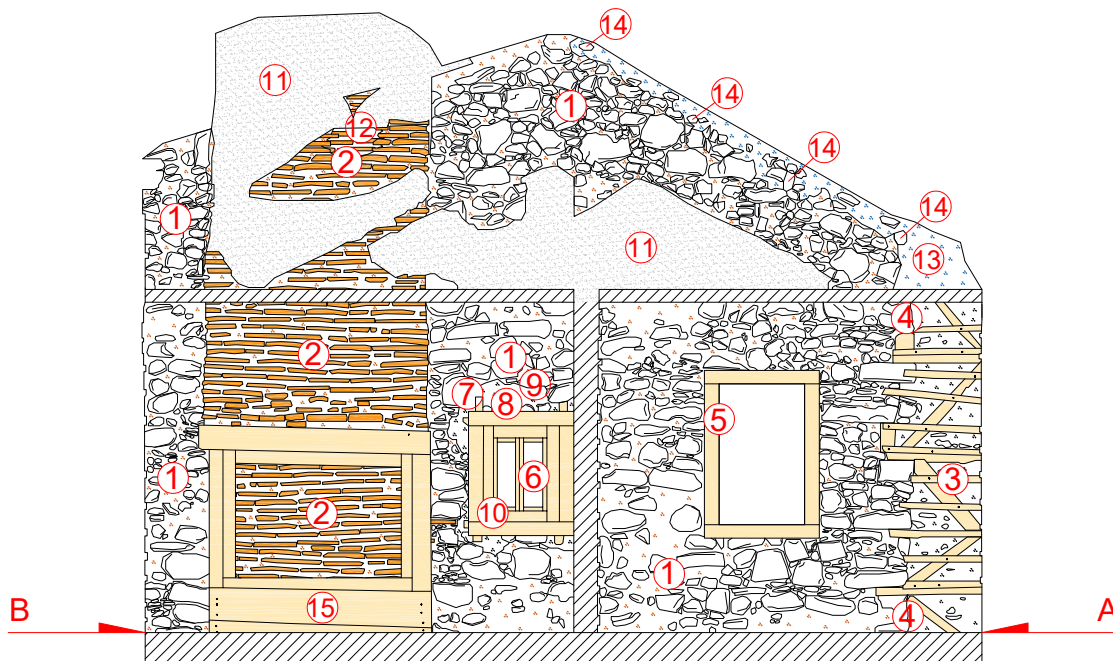


## **casa de Santa Justa**

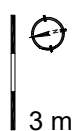
estampa XVIII

alçado exterior norte (em cima)

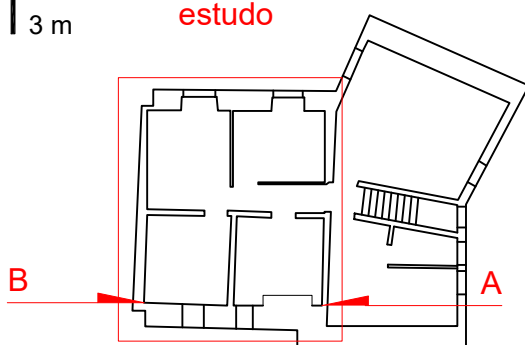
piso superior (em baixo)



3 m



área  
em  
estudo

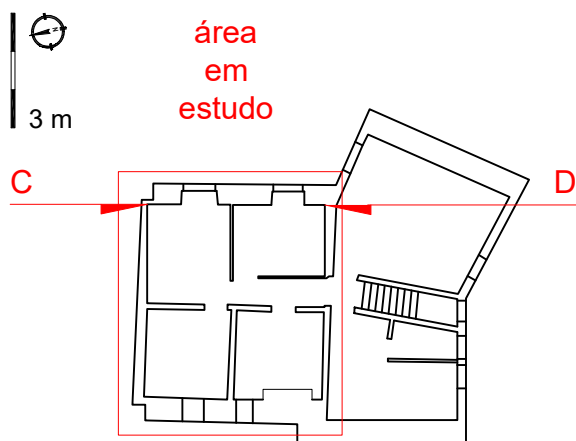
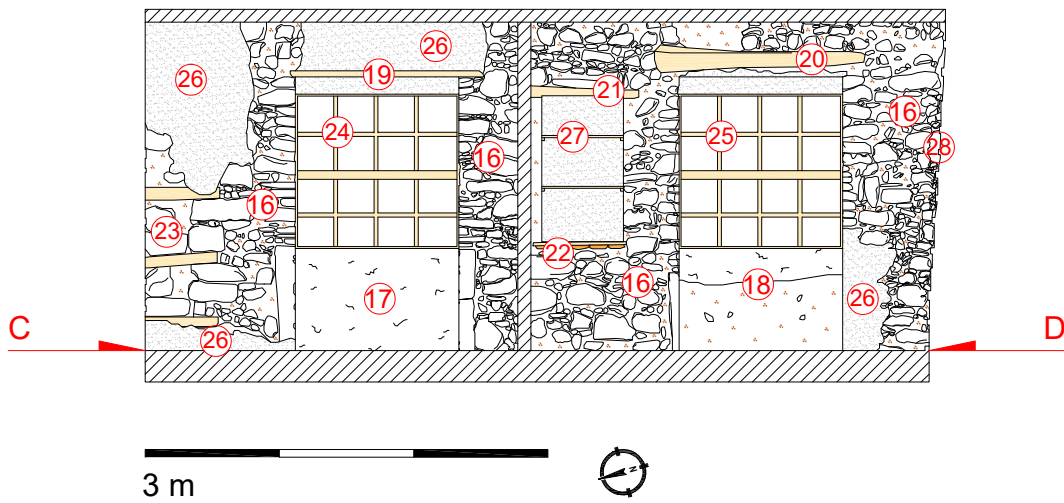


## casa de Santa Justa estampa XIX

alçado interior nascente da parede 4 (em cima)

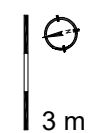
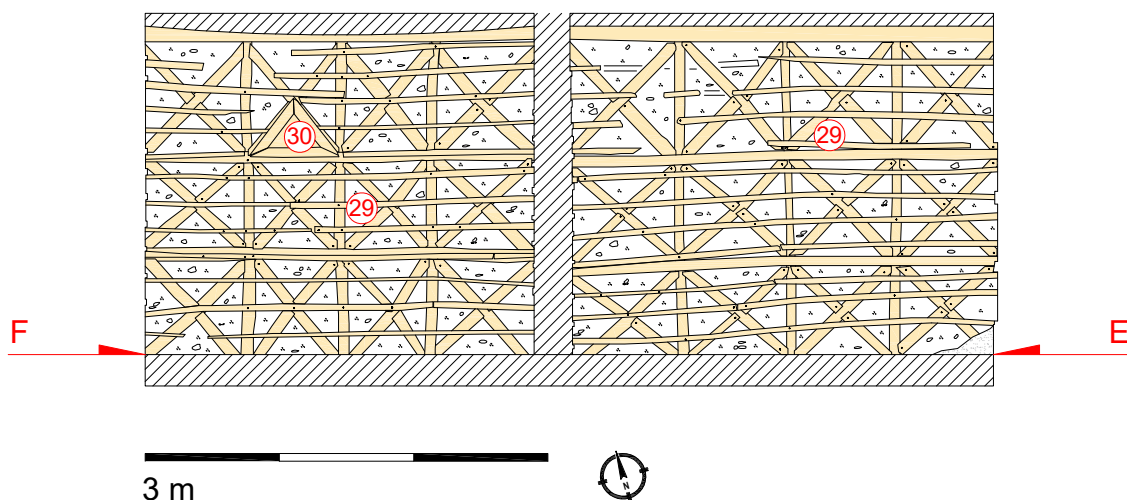
registos fotográficos (ao centro)

planta do piso superior (em baixo, à esquerda)

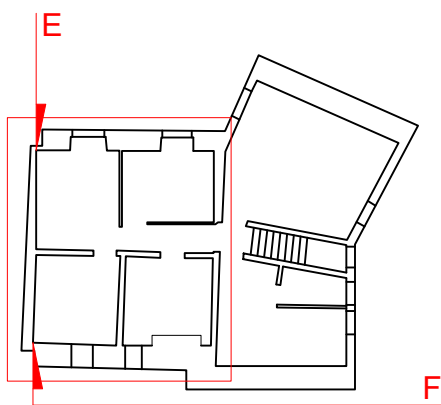


## casa de Santa Justa estampa XX

alçado interior poente da parede 2 (em cima)  
registos fotográficos (ao centro)  
planta do piso superior (em baixo, à esquerda)



área  
em  
estudo

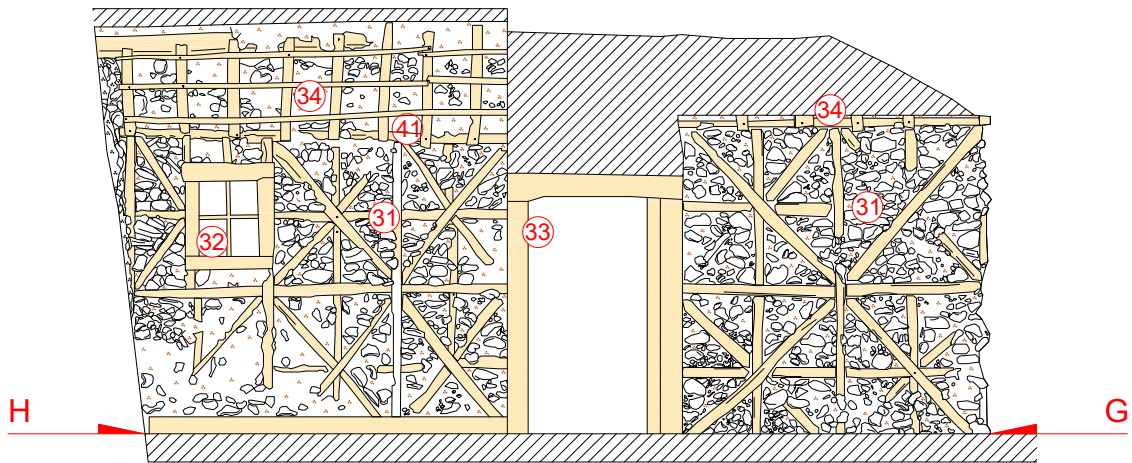


## casa de Santa Justa estampa XXI

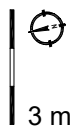
alçado interior sul da parede 3 (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

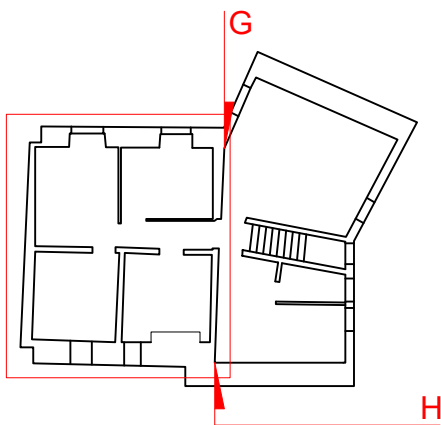
planta do piso superior (em baixo, à esquerda)



3 m



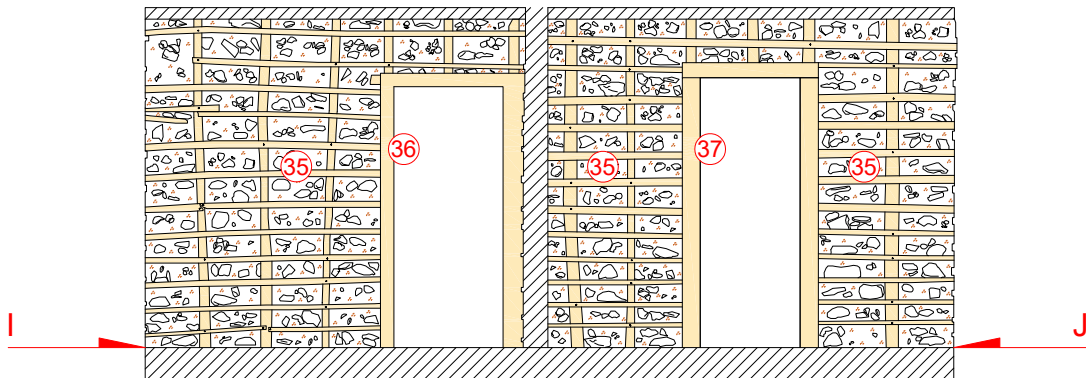
área  
em  
estudo



## casa de Santa Justa estampa XXII

alçado exterior sul da parede 1 (em cima)  
registos fotográficos (ao centro)  
planta do piso superior (em baixo, à esquerda)

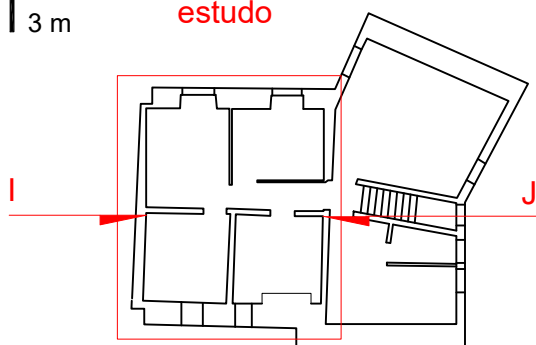




3 m



área  
em  
estudo



## casa de Santa Justa estampa XXIII

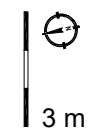
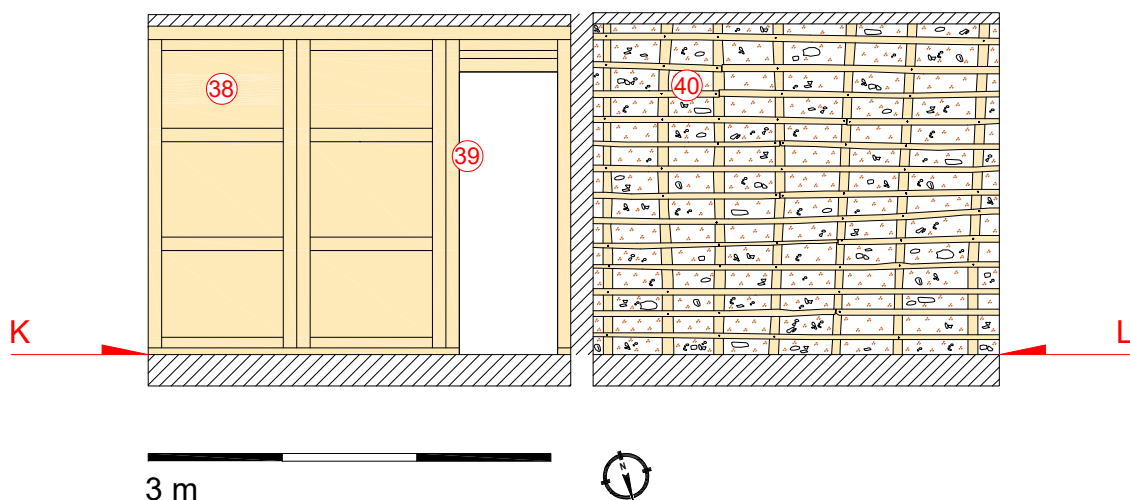
alçado poente da parede 6 (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

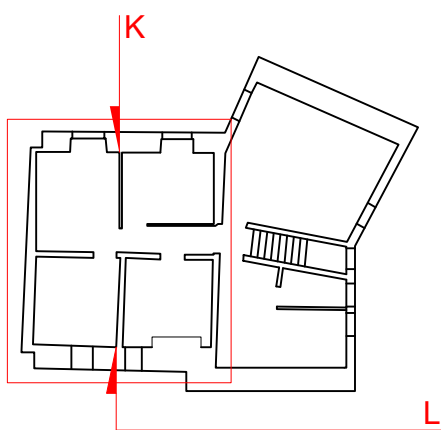
planta do piso superior (em baixo, à esquerda)

parede 5

parede 7



área  
em  
estudo



## **casa de Santa Justa** estampa XXIV

alçados norte das paredes 5 e 7 (em cima)  
registos fotográficos (ao centro)  
planta do piso superior (em baixo, à esquerda)

para uma arqueologia crítica da arquitetura

sociais, incluindo as mais desfavorecidas<sup>1174</sup>, tem, de facto, sido remetida para o domínio das construções qualitativamente inferiores, em boa parte dos estudos histórico-artísticos e arqueológicos da especialidade, tanto quanto nas estratégias adotadas pela reabilitação urbana. Assumindo por vezes os adjetivos “*traditionnelle*” ou “popular”, como acontece, por exemplo, em França ou em Espanha e Portugal, a arquitetura vernacular tem há muito sido conotada, além do mais, com uma trivialidade que a afasta dos cânones de toda a arquitetura considerada erudita. Em Itália, por exemplo, as construções vernaculares surgem mesmo definidas como “*architettura minore*”, expressão que, utilizada como distintivo da arquitetura monumental<sup>1175</sup>, não deixa de ter uma carga pejorativa. Não obstante notáveis esforços científicos, de que *Arquitectura Popular em Portugal*, de 1961, constitui, para a realidade portuguesa, o mais proeminente exemplo<sup>1176</sup>, a compreensão da arquitetura vernacular, na realidade, permaneceu sempre, em Portugal como noutros países, ensombrada pelo preconceito da sua aparente inferioridade qualitativa. Mesmo tendo em conta alguns elogios, como os proferidos por Ruskin, para quem o interesse das cidades dependia “*not on the isolated richness of palaces, but on the cherished (...) of even the smallest tenements*”<sup>1177</sup>, o preconceito contra a arquitetura vernacular cimentava-se já no século XIX, quando boa parte dos conjuntos arquitetónicos urbanos, ainda maioritariamente vernaculares, se confrontava com as soluções impostas pela arquitetura e pelo urbanismo modernos. “*Look at the vernacular cottage-building (...), can anything be more execrable?*”, perguntava em 1858 o influente arquiteto e restaurador inglês George Scott<sup>1178</sup>.

---

<sup>1174</sup> Muito embora constitua uma categoria discutível, arquitetura vernacular tem vindo a ser reconhecida, sobretudo desde a Charter on the built vernacular heritage de 1999, como o conjunto de formas e de sistemas de construção tradicionais, partilhados por uma dada comunidade e transmitidos informalmente de geração em geração. ICOMOS (ed.), “Carta sobre o património construído vernáculo, Cidade do México, 17 a 23 de outubro de 1999”, [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt), trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, General Issues, ¶ 1 a) a f).

<sup>1175</sup> A propósito da carga simbólica dos termos e expressões utilizadas para definir arquitetura vernacular, ver Vidal GOMÉS MARTÍNEZ, “Architettura popolare vs architettura minore, sulla valutazione e la protezione dell’architettura vernacolare in Spagna e in Italia”, *Reuso matera, Patrimonio in divenire, Conoscere, valorizzare, abitare*, ed. Antonio Conte, Antonella Guida, Roma, Gangemi, 2019, p. 1843-1852.

<sup>1176</sup> Ver supra, p. 136.

<sup>1177</sup> John RUSKIN, *The seven lamps of architecture*, Londres, Smith, Elder and Co., 1849, p. 182. Sobre Ruskin, ver supra, p. 51.

<sup>1178</sup> George Gilbert SCOTT, *Remarks on secular & domestic architecture, present & future*, Londres, John Murray, 1858, p. 7. Sobre George Scott [1811-1878], leia-se, por todos, David COLE, *The work of sir Gilbert Scott*, Londres, Architectural Press, 1980.

A simplicidade e a longa diacronia com que são utilizadas as técnicas de construção vernacular, “*less subject to the whims of fashion*”<sup>1179</sup>, associadas ao facto de resultarem na sua maioria de projetos de autores desconhecidos, concorrem para a ideia de uma arquitetura pobre, resistente a enquadramentos cronológicos e anónima, predicados que lhes têm valido, efetivamente, distintivos menos favoráveis. Sobre o *opus craticium* romano, por exemplo, tem recaído a ideia de que seria pouco utilizado e até desprezado, noção que não encontra outros fundamentos para além da escassez de referências nas fontes históricas e da apreciação negativa expressa por Vitruvius no seu *De architectura*<sup>1180</sup>, além de absolutamente contrária à abundância de vestígios arqueológicos já conhecidos. Para mais, quando os romanos se serviam do *opus craticium*, não o faziam apenas em habitações modestas ou em compartimentos secundários, mas em todo o tipo de edifícios, de militares a habitacionais, de rurais a urbanos, de pobres a ricos. Em certas ruínas arqueológicas romanas, rebocos de *opus craticium* surgem até cobertos de pinturas murais de grande qualidade artística, em compartimentos de elevada relevância social, demonstrando como a técnica podia mesmo ser utilizada em ambientes reservados aos mais nobres cidadãos<sup>1181</sup>.

Longe de circunscritas apenas a construções de qualidade ou de estatuto social inferior, as técnicas de construção vernacular, pelo contrário, foram ao longo de toda a sua história utilizadas tanto em construções correntes, quanto em projectos de assinalável nobreza. Em período medieval, por exemplo, os enxaiméis eram usados em edifícios de grande qualidade, em que os prumos, travessas e escoras se combinavam para dar origem a fachadas de verdadeiro aparato arquitetónico. Na célebre casa da rua Römer de Limburgo do Lano, número 2 a 6, erguida em 1289<sup>1182</sup>, por exemplo, a fachada revestia-se de grande monumentalidade, a que acrescia ainda um banho ritualístico judaico, ou *mikvah*, testemunho da elevada relevância social dos

<sup>1179</sup> Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, “Archaeology and the time of modernity”, *Historical Archaeology*, vol. 50, n.º 3, 2016, p. 146.

<sup>1180</sup> Stefania STELLACCI, Vasco RATO, “Timber-framing construction in Herculaneum archaeological site: Characterisation and main reasons for its diffusion”, *International Journal of Architectural Heritage*, vol. 5, n.º 9, 2021, p. 1304. O *opus craticium*, muito frequente em todo o império romano, consistia em estruturas de enxaimel com prumos, travessas e, por vezes, escoras de madeira, e preenchimento de materiais rígidos, como o *opus incertum*, o *opus mixtum* e alvenarias de tijolo ou de adobe.

<sup>1181</sup> Xavier LAUMAIN, “The Roman timber framework, A neglected construction method”, *Structures and architecture: New concepts, applications and challenges*, ed. Paulo J. Cruz, Boca Raton, CRC Press, 2013, p. 2242-2244; Xavier LAUMAIN, Ángela LOPEZ SABATER, “Roman opus craticium, a rediscovered construction technology”, *Structural analysis of historical constructions, Atas da International Conference on Structural Analysis of Historical Constructions*, ed. Jerzy Jasieńko, Wrocław, Dolnośląskie Wydawnictwo Edukacyjne, 2012, p. 1216.

<sup>1182</sup> Manfred SCHULLER, *Building archaeology*, trad. Margaret Will, Paris, ICOMOS - Monuments & Sites, n.º VII, 2002, p. 54-55.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

seus proprietários. Na cidade inglesa de Bolton, a grande mansão de Smithills, dotada de pátio de recebimento, biblioteca e capela, conjugava originalmente paredes de pedra e cal com estruturas em enxaimel, utilizadas por exemplo no grande salão nobre, da primeira metade do século XV<sup>1183</sup>, onde elaborados motivos descritos por prumos, travessas e escoras se conjugaram com a complexa e ornada estrutura dos tetos, para inspirar grandeza e sofisticação.

A casa parisiense da rua Volta, número 3, com quatro pisos em enxaimel, todos guarnecidos de luminosas janelas, e assentes sobre um rés-do-chão de pedra e cal, com amplas e luminosas vitrines, recua a 1664<sup>1184</sup>, testemunhando, por sua vez, como em pleno século XVII a futura capital do Iluminismo acolhia ainda edifícios de rendimento erguidos com frechais, prumos e escoras de madeira. Por meados do século XVIII, aliás, 40% das fachadas de Paris eram ainda constituídas por frontais de madeira, não obstante o édito real que as havia proibido em 1607<sup>1185</sup>. Apesar desta interdição, as novas construções em enxaimel continuaram a surgir na capital francesa, chegando mesmo a ser alvo de regulamentação própria em 1667, em 1693 e em 1783<sup>1186</sup>. Provas documentais atestam como entre 1770 e 1785, na antecâmara da Revolução Francesa, se construía novos prédios de rendimento em Paris, ainda em enxaiméis de madeira, por exemplo, na rua des Martyrs aux Porcherons, na rua des Barres e na rua Saint-Jacques<sup>1187</sup>. Nas últimas décadas do século XVIII, diferentes versões de enxaiméis, particularmente apostadas em elementos diagonais, continuavam a ser aplicadas, de resto, em grandes projectos europeus de reconstrução urbana, como resposta a desafios estruturais decorrentes de episódios sísmicos, como o de 1755 na capital portuguesa, Lisboa, ou o de 1783, na região italiana da Calábria<sup>1188</sup>. Empregues na reconstrução destes territórios, os enxaiméis concorreram então para a construção de um vasto conjunto de prédios de rendimento

---

<sup>1183</sup> William FARRER, John BROWNBILL (ed.), *The Victoria history of the county of Lancaster*, vol. V, Londres, Constable, 1911, p. 12-20.

<sup>1184</sup> Jacques GARANCE, Maud RATTON, *Paris méconnu*, Paris, Jonglez, 2018, p. 85.

<sup>1185</sup> Youri CARBONNIER, *Maison parisienne de lumières*, Paris, Pups, 2006, p. 45.

<sup>1186</sup> Sujeitando estas construções a autorização específica e a limitações de altura, por exemplo. Youri CARBONNIER, “Le bois contre la pierre dans la construction parisienne au XVIIIe siècle: Choix économique ou choix technique?”, *Mélanges de l'École Française de Rome. Italie et Méditerranée*, tome 119, n°2, 2007, p. 263.

<sup>1187</sup> Youri CARBONNIER, “Le bois contre la pierre dans la construction parisienne au XVIIIe siècle: Choix économique ou choix technique?”, *Mélanges de l'École Française de Rome. Italie et Méditerranée*, tome 119, n°2, 2007, p. 263.

<sup>1188</sup> Stephen TOBRINER, “A gaiola pombalina, O sistema de construção anti-sísmico mais avançado do século XVIII”, *Monumentos*, n.º 21, 2004, p. 161-164.

em Lisboa, “do melhor que a história da *arquitectura* regista em Portugal”<sup>1189</sup>, tanto quanto das novas construções calabresas, “*utilizzato perfino per palazzi signorili*”<sup>1190</sup>.

Pelo século XIX, comunidades germânicas instaladas no estado norte-americano de Missouri erguiam também celeiros, casas e até igrejas em enxaiméis, que variavam entre estruturas simples, nos edifícios correntes, até estruturas de grande robustez e complexidade, nos edifícios mais imponentes. Casas de quintas agrícolas, totalmente erguidas em enxaimel, podiam possuir vários e espaçosos compartimentos, lareiras de pedra e cal, grandes caves para armazenamento e amplos alpendres nas fachadas, ornados com pilares e varandins, como na casa dos Kotthoff-Weeks, no condado de Gasconade, erguida na década de 1860<sup>1191</sup>. Nos Estados Unidos da América, de resto, a técnica do enxaimel assumiu uma forma construtiva própria, disseminando-se por todo o território e além-fronteiras, sob a forma da chamada *balloon framed house*, moradias cuja estrutura se compõe exclusivamente de travessas, escoras e prumos, prolongados por dois ou mais pisos. Estimada como o primeiro edifício em *balloon frame*, a igreja de Saint Mary de Chicago, por exemplo, recuava a 1833<sup>1192</sup>. A técnica, não obstante, perduraria até à atualidade, em locais tão distantes quanto a Austrália, Hong Kong ou Chile<sup>1193</sup>, onde deu corpo a edifícios de arquitetura corrente, tanto quanto a residências luxuosas e ricamente ornamentadas, como as que se podiam construir a partir dos célebres catálogos do arquiteto norte-americano George Franklin Barber<sup>1194</sup>.

Distantes da trivialidade e inferioridade com que a arquitetura vernacular tantas vezes se adjectiva, os exemplos citados demonstram que certas técnicas construtivas tradicionais, como os enxaiméis em madeira, podem, pelo contrário, integrar projetos de destacada nobreza arquitetónica. A casa de Santa Justa, por exemplo, ainda que modesta nas suas dimensões, não deixava de contar com um compartimento social

---

<sup>1189</sup> Pardal MONTEIRO, *Eugénio dos Santos precursor do urbanismo e da arquitectura moderna*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p. 16.

<sup>1190</sup> Olimpia NIGLIO, “La ‘casa baraccata’: Un prototipo di architettura antisismica in epoca borbonica”, *Bioarchitettura*, n.º 69, 2011, p. 47.

<sup>1191</sup> Charles van RAVENSWAAY, *The arts and architecture of German settlements in Missouri: A survey of a vanishing culture*, Columbia, University of Missouri Press, 1977, p. 148-155.

<sup>1192</sup> Mete TURAN, “Reconstructing the balloon frame: A study in the history of architectonics”, *METU Journal of the Faculty of Architecture*, n.º 26: 2, 2009, p. 179.

<sup>1193</sup> Marcela PIZZI, “The invention of the balloon frame, how it affected architecture in the New World. The case of Chile”, *Proceedings of the First International Congress on Construction History*, ed. Santiago Huerta, Madrid, Instituto Juan de Herrera, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, 2003, p. 1642.

<sup>1194</sup> Para a vida e obra de George Franklin Barber [1854-1915], leia-se Michael A. TOMLAN, “Toward the growth of an artistic taste”, *Victorian Cottage Architecture: An American Catalog of Designs, 1891*, Nova Iorque, Dover Publications, 2004, p. V-XVI.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

espaçoso, bem iluminado por duas janelas de avental e guilhotina voltadas a nascente, com um compartimento privado, igualmente espaçoso e iluminado, e com uma cozinha dotada da sua própria lareira. Combinando duas fachadas em pedra e cal com dois frontais exteriores em cruz de santo André e dois tabiques em enxaimel reticulado, que a estratigrafia comprova resultarem de uma só empreitada, a casa de Santa Justa, na realidade, seguia de perto o paradigma construtivo que marcou a reconstrução da Baixa de Lisboa, a partir do sismo de 1755. O frontal voltado a norte, com ligeiro ressalto sobre a rua, por exemplo, encontrava-se imbricado em ambas as fachadas poente e nascente, através de um jogo de mãos de madeira travado nas suas alvenarias de pedra e cal, à semelhança das mãos que nos edifícios da Baixa de Lisboa prendem a estrutura interna, a chamada gaiola pombalina, em enxaiméis de cruz de santo André, às suas fachadas de pedra e cal<sup>1195</sup>. Processo “situado historicamente numa encruzilhada em que o passado e o futuro se ligam”, a reconstrução da Baixa de Lisboa, instituiu o enxaimel em cruz de santo André, também presente na casa de Santa Justa, como técnica que, rápida, organizada e racional, podia até recuar a antigas tradições medievais<sup>1196</sup>, sem deixar de se assumir, no entanto, como sinónimo de progresso e de modernidade. Com efeito, não é difícil encontrar exemplos de edifícios que, posicionados na vanguarda arquitetónica dessa época, acompanharam a tradição instituída pelo estaleiro da Baixa de Lisboa. O palacete da quinta do Espírito Santo, em Odivelas, erguido por finais do século XVIII<sup>1197</sup>, por exemplo, combinou paredes portantes em pedra e cal, com tabiques em enxaimel de cruz de santo André<sup>1198</sup>. Longe de reservados a espaços secundários, os enxaiméis, pelo contrário, conjugam-se no palacete de Odivelas para formar um conjunto arquitetónico de grande nobreza, onde surgiam aplicados em amplos e luminosos salões, de rebocos decorados com relevos em gesso e pintados com frisos e grinaldas.

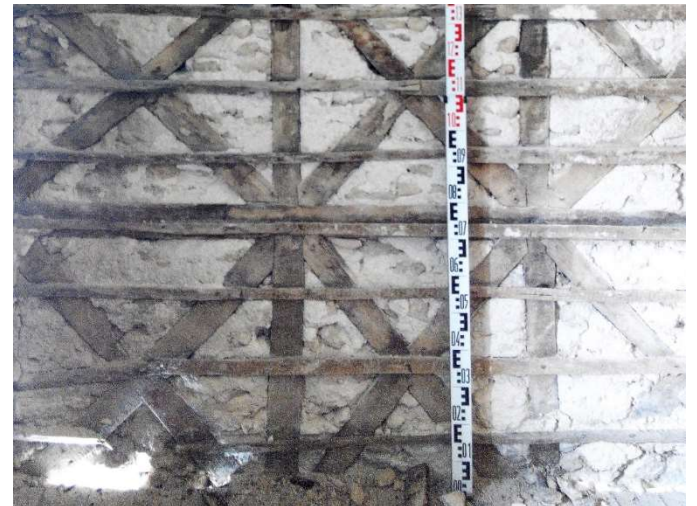
---

<sup>1195</sup> Para mais sobre o sistema construtivo da Baixa de Lisboa, vulgarmente designado por gaiola pombalina, leia-se Jorge MASCARENHAS, *Sistemas de construção V – O edifício de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa, Processo evolutivo dos edifícios – Inovações técnicas – Sistema construtivo, Materiais básicos (3ª parte): O vidro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

<sup>1196</sup> José Augusto FRANÇA, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 2ª ed., 1977, p. 146-152.

<sup>1197</sup> Paula NOÉ, Paula FIGUEIREDO, “Palacete na Rua Dr. Alexandre Braga, n.º 6”, *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt), 2010 [a 27 de maio de 2022].

<sup>1198</sup> Informação recolhida a 8 de junho de 2018 junto de Tiago Ilharco, sócio fundador e presidente do conselho fiscal da Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património, professor convidado na Universidade Católica Portuguesa e engenheiro civil responsável pela intervenção de reabilitação do palacete da quinta do Espírito Santo.



---

fig. 54 a 57. casa Medieval, casa da rua do Norte, casa das Talhas e casa de Santa Justa  
(de cima para baixo, da esquerda para a direita), 2017, 2015, 2018, 2017  
detalhes construtivos de enxaiméis  
fotografias do autor



para uma arqueologia crítica da arquitetura

Tendo implicado uma massa de operários e de artesãos, não só de Lisboa, mas de todo o país, “acorridos à cidade em resposta à procura, e muitas vezes abraçando novos ofícios de pedreiro e de carpinteiro por serem mais bem pagos”<sup>1199</sup>, o estaleiro da Baixa de Lisboa pode ter tido por consequência a formação prática de um elevado número de construtores e de mestres de obra que, regressados aos seus territórios de origem ou mobilizados para outras regiões do país, transportassem consigo as técnicas construtivas pombalinas. A Coimbra, por exemplo, chegou, em 1773, Manuel Alves Macomboa, mestre carpinteiro que, por ordem do próprio marquês de Pombal, se transferiu diretamente do estaleiro de Lisboa para as obras da reforma pombalina na Universidade<sup>1200</sup>. A disseminação das técnicas construtivas da Lisboa pós-Terramoto para o restante país permanece, porém, por estudar, e permanecerá tanto mais desconhecida, quanto mais casos paradigmáticos, como o da casa de Santa Justa, forem sujeitos a demolição integral. A destruição do vernacular, não obstante, não advém apenas de preconceitos para com a sua aparente inferioridade arquitetónica. O anseio das sociedades contemporâneas por espaços temporalmente coerentes e síncronos tem, na verdade, concorrido em igual medida para afastar testemunhos anacrónicos de monumentos antigos, tal como sucedeu, por exemplo, a partir de 1945 com o casario das vilas egípcias de Qurna ou, a partir de 1959, com os prédios que encostavam ao aqueduto de São Sebastião, em Coimbra<sup>1201</sup>, ambos os conjuntos demolidos para dar lugar a registos temporais antigos, e assim ‘purificados’, dos monumentos de que eram vizinhos. O instinto de purificação temporal, na realidade, ancora-se no pressuposto moderno de que o passado se encontre concluído<sup>1202</sup> e, como tal, possa ser temporalmente definido em função do tempo presente, paradigma que sai, para mais, reforçado pela atual conceção temporal e espacial, que, com o advento da alegada hipermodernidade, fez cair as noções convencionais de tempo e de espaço<sup>1203</sup>.

Em contracorrente, cada vez mais convênios internacionais têm valorizado a arquitetura vernacular, e a sua relação com os diferentes tempos da história do meio em

---

<sup>1199</sup> José Augusto FRANÇA, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 2ª ed., 1977, p. 151.

<sup>1200</sup> Maria de Lurdes CRAVEIRO, *Manuel Alves Macomboa, Arquitecto da reforma pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, p. 11.

<sup>1201</sup> Christopher WITMORE, “Which archaeology? A question of chronopolitics”, *Reclaiming archaeology: Beyond the tropes of modernity*, ed. Alfredo González-Ruibal, Londres, Routledge, 2013, p. 132-133; Nuno ROSMANINHO, *O poder da arte: O Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 148.

<sup>1202</sup> Bruno LATOUR, *We have never been modern*, Cambridge, Harvard University Press, 1993, p. 112.

<sup>1203</sup> Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, “Archaeology and the time of modernity”, *Historical Archaeology*, vol. 50, n.º 3, 2016, p. 149-151. Sobre hipermodernidade, leia-se Gilles LIPOVETSKY, “Tempo contra tempo ou a sociedade hipermoderna”, *Os tempos hipermodernos*, ed. Gilles Lipovetsky, Charles Sébastien, trad. Mário Vilela, São Paulo, Barcarolla, 2011, p. 49-101.

que se insere, ainda que o seu reconhecimento enquanto património cultural seja entre os países ocidentais, de facto, bastante recente, decorrendo, como decorre, da cada vez mais acelerada modernização das cidades<sup>1204</sup>. Adotada pelo Conselho da Europa em 1975, a *European charter of architectural heritage*, por exemplo, reconhecia que o património arquitetónico não se limitava apenas aos grandes monumentos, mas também a “*groups of lesser buildings*”<sup>1205</sup>. No ano seguinte, *Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas*, publicada pela UNESCO, condenava o isolamento de monumentos pela demolição do edificado adjacente, recomendando que a preservação “*in historic areas (...) should be carried out taking into account the manifestations of all (...) periods*”, a partir do pressuposto de que tanto as áreas urbanas históricas, como as suas envolventes, constituíam património universal insubstituível<sup>1206</sup>. Em 1987, a *Charter for the conservation of historic towns and urban areas*, emitida pelo ICOMOS, reforçava a valência documental e cultural dos ‘centros históricos’ urbanos, cujas qualidades incluíam “*the various functions that the (...) urban area has acquired over time*”<sup>1207</sup>. Considerando precisamente as “forças da globalização e da homogeneização” que caracterizam o tempo presente, também o *Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural*, de 1994, considerava premente “respeitar e realçar todas as facetas da memória coletiva da Humanidade”<sup>1208</sup>. Cinco anos mais tarde, a *ICOMOS Charter on the built vernacular heritage*, sinalizava também a globalização e a tendência para a homogeneização cultural como a principal ameaça à arquitetura vernacular. Destruir o legado vernacular de um ‘centro histórico’, “*which constitute the core of man’s own existence*”, afirmava, anularia, não apenas a sua materialidade, como também “*the traditions and the intangible associations which attach to them*”<sup>1209</sup>.

A globalização, a homogeneização e o ritmo acelerado de vida dos nossos dias dificultam a preservação de ocorrências culturais particulares, como sejam as construções vernaculares, tornando a sua interpretação tanto mais premente. A escolha entre preservar ou destruir, ainda que entrando diretamente no domínio da ética da arquitetura, e do que

<sup>1204</sup> CHOAY, Françoise, *Alegoria do património*, trad. Teresa Castro, Lisboa, Edições 70, 3ª ed., 2018, p. 10.

<sup>1205</sup> ICOMOS, “European charter of the architectural heritage – 1975”, [www.icomos.org](http://www.icomos.org), art. 1 [a: 2 de junho de 2022].

<sup>1206</sup> UNESCO, “Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas”, [www.icomos.org](http://www.icomos.org), 1976, p. 109-114, ¶ II.2, II.3 e IV.29 [a: 3 de junho de 2022].

<sup>1207</sup> ICOMOS, “Charter for the conservation of historic towns and urban areas”, [www.icomos.org](http://www.icomos.org), 1987, ¶ 2e) [a: 3 de junho de 2022].

<sup>1208</sup> UNESCO, ICCROM, ICOMOS, “Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural”, *Património cultural, Critérios e normas internacionais de proteção*, trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, Casal de Cambra, Editora Caleidoscópico, 2014, p. 303, ¶ 4.

<sup>1209</sup> ICOMOS, “Charter on the built vernacular heritage”, [www.icomos.org](http://www.icomos.org), 1999, Principles of conservation, ¶ 5 [a: 4 de junho de 2022].

para uma arqueologia crítica da arquitetura

em termos arquitetónicos possa estar certo ou errado, deveria, na verdade, tender sempre para a valorização das expressões culturais espontâneas, como os edifícios vernaculares, não raras vezes entendidos como artisticamente inferiores, mas "*che invece sono monumenti a pieno titolo*"<sup>1210</sup>. A paisagem cultural urbana, tal como reconhecida pela *Recommendation on the historic urban landscape*, publicada pela UNESCO em 2011, não pode mais, de facto, ser considerada apenas pela sua materialidade, mas por todos os valores sociais e culturais, acumulados ao longo dos tempos<sup>1211</sup>. Património arquitetónico hoje deixa, assim, de ser estático e material, para corresponder a um permanente e intangível processo de sedimentação cultural<sup>1212</sup>, melhor manifestado nos 'centros históricos' urbanos pelas ocorrências que, como a arquitetura vernacular, permanecem, se transformam e se transmitem ao longo de sucessivas gerações.

Precisamente por resultar de um processo de acumulação cultural, a arquitetura vernacular constitui material privilegiado para a arqueologia, cuja epistemologia tem sido, ao longo de séculos, moldada para reconhecer e interpretar os distintos estratos culturais de qualquer sítio que nos chegue do passado. Não obstante, nunca a arqueologia verdadeiramente científica distinguiu sítios pobres de sítios ricos, do mesmo modo que, como demonstrado, nunca o vernacular pode servir para distinguir construções pobres de construções ricas. Nas últimas décadas, pelo contrário, a noção de património cultural, incluindo o património arqueológico, tem vindo a afastar-se cada vez mais da sua valorização material, para se centrar, em alternativa, no modo como o mesmo impacta a vida daqueles que dele usufruem no tempo presente<sup>1213</sup>. Longe dos tempos em que se limitava a reconstituir o passado através da sua cultura material, a arqueologia moderna pode e deve, de facto, interpretar no presente o modo como a cultura material, perdurando ao longo dos tempos, continua a impactar o presente. Na arquitetura vernacular, por exemplo, como de resto em toda a arquitetura habitacional, cenário "*of most our activities from birth to death*"<sup>1214</sup>, o presente não se limita apenas ao que ocorre neste momento, porque corresponde, na verdade, a todas as experiências construtivas materialmente

---

<sup>1210</sup> Giovanni CARBONARA, *Restauro architettonico: Principi e metodo*, ed. Paola Salvatore, Roma, Carlo Mancosu Editore, 2012, p. 13. Kazmer KOVACS, "Beyond vernacular architecture", *Atas da Conferência Internacional Heritage 2020*, Valência, The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences, vol. XLIV-M-2020, 2020, p. 769.

<sup>1211</sup> UNESCO, "Recommendation on the historic urban landscape", *whc.unesco.org*, 2011 [a: 4 de junho de 2022].

<sup>1212</sup> Manal KHALAF, "Urban heritage and vernacular studies, Parallel evolution and shared challenges", *ISVS e-journal*, vol. 4, n.º 3, 2016, p. 40-45 [a: 2 de junho de 2022].

<sup>1213</sup> Cornelius HOLTORF, Graham FAIRCLOUGH, "The new heritage and re-shapings of the past", *Reclaiming archaeology, Beyond the tropes of modernity*, ed. Alfredo Gonzáles-Ruibal, Londres, Routledge, 2013, cap. 15, p. 198.

<sup>1214</sup> Paul OLIVER, *Built to meet needs, Cultural issues in vernacular architecture*, Oxford, Elsevier, 2006, p. 25.

preservadas e acumuladas desde o passado até este momento. “*History stretches all the way to the present*”<sup>1215</sup>. Neste sentido, a leitura estratigráfica por si só pode não corresponder aos atuais desígnios da arqueologia. Na casa de Santa Justa, com efeito, a primeira análise arqueológica associada ao projeto empreendido resultou na anulação de uma construção que se alegou “pouco cuidada” e isenta de “valor arqueológico ou patrimonial”<sup>1216</sup>, especificamente por não ter tido em conta a acumulação dos testemunhos culturais presentes em cada um dos estratos que constituíam o edifício. Contudo, justamente porque transportava em cada um dos seus estratos técnicas e experiências do passado, acumuladas ao longo de séculos para moldar o edifício no tempo presente, resultava a casa de Santa Justa de uma empreitada, não apenas bem cuidada, como, na verdade, de grande valor arqueológico e patrimonial. A destruição de edifícios vernaculares, como em Santa Justa, constitui, portanto, uma perda para o património cultural do lugar em que se insere, tanto quanto um prejuízo para o legado arqueológico nacional, que os mais diversos convénios internacionais, de resto, têm desde há décadas condenado.

Alguns municípios, aliás, reconhecem na arquitetura vernacular dos seus ‘centros históricos’ mais-valias sociais e económicas que importa preservar, servindo-se da arqueologia da arquitetura para a sua salvaguarda e valorização. Para o ‘centro histórico’ de Guimarães, por exemplo, o município declara como objetivo para os próximos anos preservar e conservar “as técnicas e os materiais de construção tradicionais, interditando “qualquer operação” que possa destruir as construções “comumente designadas de tradicionais”<sup>1217</sup>. “Sentimos que o ideal seria intervencionar o mínimo possível”, afirma Ricardo Rodrigues, coordenador da Divisão do Centro Histórico do município de Guimarães. No entanto, “cada vez mais a pressão sobre o edificado [tradicional] é maior”<sup>1218</sup>, lamenta o arquiteto. Tendo consciência do perigo que advém da “perda de conhecimento e experiência ao nível da mão-de-obra para a construção tradicional”<sup>1219</sup>, o próprio município incentiva a utilização da arqueologia da arquitetura, enquanto mecanismo para reabilitação de estruturas vernaculares. Em enxaiméis demasiado degradados, por exemplo, a replicação de componentes de madeira a substituir faz-se

<sup>1215</sup> Laurent OLIVIER, “The business of archaeology is the present”, *Reclaiming archaeology, Beyond the tropes of modernity*, ed. Alfredo Gonzáles-Ruibal, Londres, Routledge, 2013, cap. 9, p. 122.

<sup>1216</sup> Ver supra, p. 288.

<sup>1217</sup> Câmara Municipal de Guimarães, *Plano de Gestão do Centro Histórico e Zona de Couros 2021-2026*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2021, p. 168, 240.

<sup>1218</sup> Ricardo RODRIGUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 7 de dezembro de 2021.

<sup>1219</sup> Câmara Municipal de Guimarães, *Plano de Gestão do Centro Histórico e Zona de Couros 2021-2026*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2021, p. 86.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

através dos registos gráficos obtidos pela equipa de arqueologia responsável pelo acompanhamento da obra. Aí, a arqueologia da arquitetura configura-se como uma ferramenta útil, não apenas ao conhecimento científico do local, mas para a execução da obra de reabilitação do edificado vernacular e, como tal, para a preservação de um dos fatores de desenvolvimento socioeconómicos regionais.

**António Ginja:** “A arqueologia da arquitectura tem concorrido para a valorização do património vernacular ...?”

**Paula Ramalho:** Uma das pedras-toque da reabilitação urbana no ‘centro histórico’ de Guimarães é a preservação das técnicas tradicionais de construção (...), uma das premissas que decorre do processo de classificação [como Património da Humanidade], porque a arquitetura tradicional é considerada uma das mais-valias patrimoniais do nosso ‘centro histórico’. O seu registo arqueológico é sistematicamente feito, a par do nosso acompanhamento [da Divisão do Centro Histórico] ...”

**António Ginja:** “O papel da arqueologia da arquitetura limita-se ao registo científico das evidências arqueológicas?”

**Paula Ramalho:** “O registo é o papel principal da arqueologia da arquitetura, embora haja casos em que a disciplina colaborou diretamente na execução do projeto, por via da identificação de patologias e de danos estruturais ou por via do desenho das peças de madeira que compõem certas estruturas, para que as peças possam ser replicadas exatamente com a mesma dimensão e características. Por exemplo, num edifício com frentes para a avenida D. João IV e para a rua da ramada, foi necessário, por motivos de estabilidade estrutural, substituir uma estrutura de sequeiro, ligada à secagem de curtumes de pele. Nesse caso, foi a equipa de arqueologia que procedeu ao registo arqueológico integral da estrutura, que recolheu as peças passíveis de reutilização e que desenhou as peças que tinham que ser replicadas. Com base nestes registos, está agora a iniciar-se o processo de remontagem de todas estas peças, para reerguer a estrutura desmontada, de acordo com aquilo que ela era originalmente.”<sup>1220</sup>

---

<sup>1220</sup> Paula Ramalho, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 9 de dezembro de 2022.

A perda de património arquitetónico vernacular, frequentemente associada a projetos arquitetónicos nos chamados ‘centros históricos’, sobretudo quando estes recaem no fachadismo, procedendo à demolição integral do interior dos edifícios e, com ela, à destruição dos sistemas construtivos próprios da cultura tradicional local, não se alcança, portanto, senão pela total incompreensão do seu verdadeiro valor arqueológico. O excessivo peso que a arqueologia em obra continua a atribuir à leitura da estratigrafia edificada, sem que a faça acompanhar pela devida atenção aos testemunhos culturais acumulados em cada um dos seus estratos, tem, com efeito, resultado em enquadramentos histórico-culturalistas, que remetem o estrato vernacular para culturas recentes e pobres, ao mesmo tempo que produz interpretações de viés processualista, atribuindo a certas ocorrências valor histórico inferior ao de outras. Para seguir os desígnios e a própria epistemologia da arqueologia moderna, a interpretação arqueológica da arquitetura, incluindo a vernacular, deveria, em alternativa, conciliar a objetividade operacional processual à subjetividade interpretativa pós-processual, através de métodos efetivamente objetivos, como leituras estratigráficas equilibradas, acompanhadas pela valorização dos contextos de reduzido valor monumental, próprios da vida quotidiana e das gentes comuns, como de resto legislado em Portugal, para a especialidade, desde 1997<sup>1221</sup>.

Sem melhorar a oferta formativa de todos os agentes envolvidos nos projetos de reabilitação urbana, contudo, não será possível exigir de projetistas, construtores e arqueólogos a justa compreensão dos valores culturais materializados nas estruturas arquitetónicas a reabilitar, motivo pelo qual, tanto a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, de 1985, como a Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas, de 1987, nos deixaram um claro apelo para a “formação especializada” das “diversas profissões e ofícios com intervenção na conservação do património arquitectónico”<sup>1222</sup>. A formação no domínio da arqueologia aplicada à arquitetura, não obstante, continua a ser deficitária. Questionadas as direções dos cursos de arqueologia das universidades de Coimbra, Lisboa e Nova de Lisboa, Évora, Minho, Porto e Algarve, quanto à existência de oferta formativa em arqueologia da arquitetura, apenas a Nova de Lisboa confirmou existir, desde 2015, uma unidade

---

<sup>1221</sup> Ver supra, p. 171.

<sup>1222</sup> ICOMOS, “Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas”, *www.patrimonio cultural.gov.pt*, 1987, p. 3, ¶ 16 [a: 23 de junho de 2021]; Resolução da Assembleia da República n.º 5/91 de 23 de janeiro de 1991, “Aprovação, para ratificação, da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa”, *Diário da República*, n.º 19/1991, série I-A, Assembleia da República, Imprensa Nacional, 1991, p. 397, art. 16º.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

curricular de primeiro ciclo, opcional, especificamente dedicada ao ensino da disciplina. As três direções de Coimbra, Évora e Nova de Lisboa admitiram o ensino dos métodos da arqueologia da arquitetura no âmbito de outras unidades curriculares obrigatórias, sobretudo nas de carácter metodológico e introdutório, sujeito, no entanto, ao arbítrio dos docentes responsáveis em cada ano pelos respetivos *curricula*<sup>1223</sup>. Quando interpelado sobre o desempenho das intervenções de arqueologia nas obras de reabilitação arquitetónica que acompanhou, Paulo César Santos, técnico superior da Direção Regional de Cultura do Centro, DRCC, entre 1995 e 2021, não pôde, por isso, deixar de lamentar “haver pouco investimento na formação em arqueologia da arquitetura”. Para “boa parte dos arqueólogos”, afirma, “arqueologia do edificado resume-se a verificar se há elementos arquitetónicos reutilizados nas paredes”<sup>1224</sup>.

**António Ginja:** “... Que apreciação faz a Direção Regional dos *curricula* dos arqueólogos contratados para a implementação da arqueologia da arquitetura?”

**Paulo César Santos:** “A legislação não prevê que as DRC’s emitam qualquer parecer sobre a experiência do arqueólogo. Desde que tenha formação superior em arqueologia, está apto para fazer trabalhos de arqueologia.”

**António Ginja:** “Acha que deve ser assim?”

**Paulo César Santos:** “Acho que não. Deveria haver mais especificação sobre campos de formação dos arqueólogos.”

**António Ginja:** “Qual a sua opinião sobre a formação que recebem ou receberam os arqueólogos atualmente a operar na região centro, no domínio da arqueologia da arquitetura?”

---

<sup>1223</sup> Respostas obtidas junto dos Professores Doutores Armando Redentor, diretor da Secção/Instituto de Arqueologia, da Universidade de Coimbra, Leonor Medeiros, coordenadora do 1º ciclo em Arqueologia, da Universidade Nova de Lisboa e Susana Gómez Martínez, diretora do 1º ciclo em História e Arqueologia da Universidade de Évora, por correio eletrónico recebido, respetivamente, a 30 de dezembro de 2021, 21 de janeiro de 2022 e 6 de fevereiro de 2022. Questionadas sobre o mesmo tema, as direções dos cursos de arqueologia das universidades do Minho, do Porto, de Lisboa e do Algarve optaram por não responder.

<sup>1224</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

**Paulo César Santos:** “Entendo haver pouco investimento na formação em arqueologia da arquitetura (...) e é difícil passar da estratigrafia de solo para a estratigrafia do edificado. Portanto, como não tinham essa formação, foram-na adquirindo à força (...), porque em contexto universitário não havia qualquer formação a esse nível. Para uma boa parte dos arqueólogos, a arqueologia do edificado resume-se a verificar se há elementos arquitetônicos reutilizados nas paredes, se há epígrafes... Como consequência, a maior parte dos relatórios limita-se a descrições de tipologias e materiais construtivos, sem uma consciência clara do que é a arqueologia da arquitetura.”<sup>1225</sup>

A dificuldade em transformar “realidades tridimensionais em abstrações bidimensionais”, quando “num edifício se deve pensar sempre em três dimensões”, problema que para a arqueóloga Lília Basílio poderia facilmente resolver-se com mais e melhor formação disciplinar, acaba, com efeito, por redundar na incapacidade de muitos arqueólogos “perceberem que aquilo que estão a ver [no edificado] ser de facto estratigrafia”<sup>1226</sup>. Sem aplicar uma leitura estratigráfica ao edifício, no entanto, nunca o processo de acumulação cultural adjacente a cada um dos seus estratos poderá ser compreendido. Sem a cabal compreensão das valências culturais de cada estrato edificado, por sua vez, nunca os projetistas estarão na posse de todos os elementos necessários para uma consciente tomada de decisão dentro dos seus projetos de reabilitação. Só quando a cultura associada às técnicas e aos materiais de construção integrar a formação de arqueólogos e de arquitetos, poderão “os projetos [de reabilitação] conciliar os novos modos de construir com (...) aquilo que de bom tinham as soluções tradicionais”, admite o arqueólogo Luís Fontes<sup>1227</sup>.

O problema, como tal, afeta arqueólogos, arquitetos e construtores em igual medida. No domínio da arquitetura, a escassez de formação necessária para intervenções de reabilitação em edifícios históricos, por exemplo, constitui um problema relativamente recente. “Ao longo do século XX, a formação e o exercício da arquitetura desenvolviam-se essencialmente para a produção de objetos novos”, assentes nas novas tecnologias, que se “tornaram quase obsessivas”, recorda o arquiteto José Aguiar. “Quando nos anos de 1990 se intensifica a atividade de reabilitação”, acrescenta, começa a exigir-se “cada vez mais aos arquitetos competências de que não dispunham”, porque, entretanto, “toda a

---

<sup>1225</sup> Paulo César SANTOS, em entrevista presencial concedida ao autor, a 11 de janeiro de 2021.

<sup>1226</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021.

<sup>1227</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

formação no domínio da construção pré-industrial desapareceu”<sup>1228</sup>. Desde então, o investimento no domínio da formação em história da construção, nas áreas da arquitetura e da engenharia civil, tem conhecido algum incremento, ainda que permaneça por apurar quantas unidades curriculares nos diversos cursos destas áreas em Portugal se encontrem, de facto, orientadas para o ensino desta especialidade. “Ao nível do ensino superior de engenharia já existe, na generalidade, oferta de formação para o segmento da reabilitação das construções antigas”, garante o engenheiro Vítor Cóias<sup>1229</sup>. Em arquitetura, “quase todos os cursos (...) têm já algum tipo de formação de base em património cultural”, existindo “muitos cursos que têm unidades curriculares (...) orientadas para as questões da reabilitação”<sup>1230</sup>, afirma o arquiteto José Aguiar. Só em arqueologia, especialidade legalmente vinculada aos processos de reabilitação em património arquitetónico, parece continuar, ainda que, de novo, permaneça por auscultar quanto, a ensinar-se “muito pouco da história da arquitetura e da construção”, lamenta o arqueólogo Luís Fontes<sup>1231</sup>.

Em contexto de reabilitação do património arquitetónico dos chamados ‘centros históricos’, maioritariamente compostos por edifícios pré-industriais, uma sólida formação em métodos e materiais construtivos tradicionais assume a maior relevância, sobretudo quando, como tantas vezes sucede, parte da materialidade do edificado, na qual reside uma porção significativa da sua memória histórica, tenha desaparecido. Nos casos em que componentes substanciais da estrutura física de um edifício não existam mais ou se encontrem demasiado comprometidas para reabilitar, a compreensão dos métodos e materiais construtivos tradicionais reveste-se, com efeito, de grande importância, porque a sua articulação com novas soluções construtivas constitui quase sempre uma inevitabilidade. No entanto, é precisamente do confronto entre novas e antigas soluções construtivas que nascem para a reabilitação arquitetónica os maiores desafios. Na reabilitação da chamada casa da rua do Norte, por exemplo, onde todas as estruturas internas haviam colapsado depois de um incêndio, as técnicas e os materiais tradicionais empregues nas paredes exteriores subsistentes, em pedra e cal e enxaiméis, foram conjugados com novas paredes e pisos interiores, em betão e vigas de aço, gerando tensões que, de facto, vão muito além da compatibilidade estrutural. Neste, como em quase todos os casos similares, o confronto entre o antigo e o novo, não pode quase

---

<sup>1228</sup> José AGUIAR, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 10 de março de 2022.

<sup>1229</sup> Vítor CÓIAS, em entrevista escrita concedida ao autor a 7 de dezembro de 2022.

<sup>1230</sup> José AGUIAR, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 10 de março de 2022.

<sup>1231</sup> Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021.

nunca, efetivamente, deixar de recair na velha dicotomia que na reabilitação e no restauro arquitetónicos sempre opôs a mudança à conservação.

A mudança, não obstante, tem acometido os centros urbanos em ciclos de destruição e de reconstrução cada vez mais rápidos, que não ultrapassam já, em muitos casos, mais do que uma geração. Característica da modernidade, como testemunham o rápido planeamento de reconstrução de Londres e de Lisboa, depois do incêndio de 1666 e do sismo de 1755, a mudança acelerada de contextos urbanos tem, na verdade, sido ainda mais exacerbada na contemporaneidade<sup>1232</sup>. A pressão para a mudança, que desde o ponto de vista da reabilitação urbana se faz sentir em alterações que são tanto estruturais, quanto funcionais, não deixa, contudo, de fazer-se acompanhar por um novo paradigma patrimonial, que, sem se distanciar da premência da proteção, se tem vindo a reconciliar com a inevitabilidade da transformação urbana. De facto, à medida que a globalização vai envolvendo alterações políticas e ideológicas cada vez mais focadas na lógica de mercados, mais aspetos da sociedade atual operam como negócios, visando apenas o crescimento económico. O património não é exceção. A reabilitação arquitetónica nos chamados ‘centros históricos’, por exemplo, responde cada vez mais a critérios de mercado orientados para o lucro económico, ainda que tais objetivos se encontrem muitas vezes dissimulados sob abordagens mais consensuais, “as *‘restoration of history’ or ‘recovery of our identity’*”<sup>1233</sup>. As políticas patrimoniais mais recentes, por conseguinte, já não entendem a conservação do património como o derradeiro objetivo, mas antes têm tomado em conta, em conjunto com os seus valores culturais, toda a valência instrumental que detém na afirmação de mecanismos lucrativos, como o turismo. Paralelamente, instigam os decisores políticos, e o público em geral, para que o lucro gerado pelo património reverta, não apenas para a sua conservação, mas também para o desenvolvimento social das comunidades que com ele convivam. As teorias de conservação do património arquitetónico, na realidade, defendem hoje a preservação de todo o edificado, incluindo o seu significado cultural, que se encontra inscrito na sua

---

<sup>1232</sup> Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, “Archaeology and the time of modernity”, *Historical Archaeology*, vol. 50, n.º 3, 2016, p. 150-151.

<sup>1233</sup> Hee Kyoung YEO, Sung Mi HAN, “Heritage conservation as urban regeneration policy in globalizing cities: Social exclusion and gentrification at the vicinity of the Jongmyo World Heritage site in Seoul, Korea”, *ICOMOS, Changing world, Changing Views of Heritage: Heritage and social change, Proceedings of the ICOMOS Scientific Symposium*, ed. Elene Negussie, ICOMOS International Secretariat, Paris, 2012, p. 56.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

estrutura física, tanto quanto no modo como se relaciona com a sua comunidade. “*Urban conservation is therefore about how people live in an area*”<sup>1234</sup>.

Assim, enquanto o ICOMOS se tem mais recentemente debatido com a defesa da autenticidade do edificado histórico, incluindo as comunidades tradicionais que com ele convivem, a UNESCO tem, para proteção e desenvolvimento dessas mesmas comunidades, admitido alterações em ou junto de edifícios classificados como Património da Humanidade. Em 2005, com efeito, a UNESCO declarava a continua mudança funcional, social, política e económica, como “*part of the city's tradition*”, aceitável mesmo depois da classificação do bem, desde que visando melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, sem comprometer os valores que derivam “*from the character and significance of the historic urban fabric and form*”<sup>1235</sup>. Três anos depois, o ICOMOS apresentava alternativas para, ultrapassando uma certa imposição inerente aos discursos patrimoniais dos convénios e da legislação habituais<sup>1236</sup>, englobar as comunidades locais na defesa do seu próprio património cultural e das práticas culturais a que se encontram associadas. “*Authenticity*”, declarou então, “*is a concern relevant to human communities as well as material remains*”<sup>1237</sup>. Muitas decisões políticas que visem regenerar antigos tecidos urbanos têm, por conseguinte, vindo a apostar em estratégias de estímulo ao desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais, servindo-se da reabilitação do património arquitetónico até como meio para ultrapassar dificuldades sociais<sup>1238</sup>. Em Guimarães, o Plano de Gestão municipal para o ‘centro histórico’, por exemplo, contempla entre os seus objetivos o incentivo ao “envolvimento dos cidadãos na (...) conservação e melhoramento” do seu património arquitetónico, assegurando “um equilíbrio entre o desenvolvimento indispensável à vida contemporânea e a conservação patrimonial”<sup>1239</sup>.

---

<sup>1234</sup> Agustina MARTIRE, “Dublin docklands: The urban fabric as cultural heritage”, *ICOMOS, Changing world, Changing Views of Heritage: Heritage and social change, Proceedings of the ICOMOS Scientific Symposium*, ed. Elene Negussie, ICOMOS International Secretariat, Paris, 2012, p. 46.

<sup>1235</sup> UNESCO, “Declaration on the conservation of historic urban landscapes”, *Fifteenth general assembly of states parties to the convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*, *whc.unesco.org*, 2005, p. 1, ¶ 1 e 3 [a: 29 de junho de 2022].

<sup>1236</sup> Sheridan BURKE, “The long and winding road: A challenge to ICOMOS members”, *ICOMOS, Changing world, Changing Views of Heritage: Heritage and social change, Proceedings of the ICOMOS Scientific Symposium*, ed. Elene Negussie, ICOMOS International Secretariat, Paris, 2012, p. 29-36.

<sup>1237</sup> ICOMOS, “Charter for the interpretation and presentation of cultural heritage sites”, *16th General Assembly of ICOMOS*, *icip.icomos.org*, 2008, p. 10, ¶ 4.1 [a: 29 de junho de 2022].

<sup>1238</sup> Chiara de CESARIA, Rozita DIMOVA, “Heritage, gentrification, participation: remaking urban landscapes in the name of culture and historic preservation”, *International Journal of Heritage Studies*, vol. 25, n.º 9, 2018, p. 865.

<sup>1239</sup> Câmara Municipal de Guimarães, *Plano de Gestão do Centro Histórico e Zona de Couros 2021-2026*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2021, p. 21-22.

**António Ginja:** “A reabilitação do património arquitetónico funciona como estratégia política para estimular o desenvolvimento socioeconómico da comunidade local?”

**Ricardo Rodrigues:** “Sem ser capital de distrito, Guimarães conseguiu ser classificada como Património da Humanidade, ser Capital Europeia da Cultura e auferir de um conjunto de benefícios políticos e económicos que são muito distantes da sua real dimensão demográfica ou urbana. Guimarães tem alcançado muito, muito por conta do desenvolvimento da sua própria história...”<sup>1240</sup>

Partindo do carácter diferenciador do património arquitetónico, que concorre para a singularidade de uma cidade relativamente a outras, e da sensação de melhoria de qualidade ambiental urbana, muitos projetos de reabilitação têm, porém, contribuído, pelo contrário, para a especulação imobiliária junto de residentes ou visitantes. Neste contexto, as estratégias de reabilitação têm geralmente uma menor preocupação com os valores históricos do património, apostando na melhoria da sua imagem, como meio para aumentar o valor da propriedade. Do mediatismo e do consumismo com que se encara hoje o património arquitetónico tem vindo a resultar uma cedência dos valores que deveriam reger as intervenções de reabilitação, distinguibilidade, reversibilidade, compatibilidade, autenticidade e intervenção mínima, a ideias de restauro e reabilitação mais antigas, como o direito de usar livremente as construções do passado e de inserção com natural continuidade no seu ciclo de vida. Muitas intervenções atuais parecem, por isso, privilegiar o pragmatismo economicista, numa tendência que Giovanni Carbonara, por exemplo, não hesitou em classificar de “*agnosticismo cultural*”<sup>1241</sup>. No projeto da casa da rua do Norte, por exemplo, os aventais em pedra de dois vãos de janela foram deixados a descoberto na fachada, acentuando o carácter diferenciador do edifício, ainda que existissem fortes indícios de que os mesmos tenham sido originalmente projetados para se ocultarem sob reboco. Do ponto de vista histórico, portanto, a exposição dos aventais contraria a autenticidade do projeto inicial, muito embora, ao dotar o edifício de mais um elemento que o diferencia pela aparência antiga e tradicional, reforce o seu valor económico. De igual modo, a atualização do edifício, quer pela aplicação de materiais construtivos modernos, quer pela abertura de uma passagem que permite o acesso

---

<sup>1240</sup> Ricardo RODRIGUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 7 de dezembro de 2021.

<sup>1241</sup> Giovanni CARBONARA, *Restauro architettonico: Principi e metodo*, ed. Paola Salvatore, Roma, Carlo Mancosu Editore, 2012, p. 60, 72, 98-99.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

automóvel a um logradouro posterior, concorrem para a sua valorização económica, ainda que para tal se tenha aberto um amplo vão na fachada, contrário à sua autenticidade histórica. Mesmo correndo o risco, pelo aumento excessivo do valor da propriedade intervencionada, de gentrificação e de exclusão social, através das quais muitos ‘centros históricos’ passam a ambientes cénicos isentos de vida<sup>1242</sup>, a mudança funcional, social, política e económica, que a UNESCO reconhece ser parte da cidade, não deixa, portanto, de acarretar frequentemente também acentuadas mudanças estruturais.

Desde os tempos em que era referida simplesmente como “a rua que vai da sé para a Universidade”, toda a rua do Norte, com efeito, tem estado sempre sujeita a amplas e sucessivas alterações morfológicas, passando pela transformação da azinhaga que em 1745 ia desta rua “para *destrás* da torre dos sinos da sé”, até à amputação de toda a parte que a ligava à Porta Férrea do Paço das Escolas, no decurso das obras da Alta universitária, por meados do século XX<sup>1243</sup>. Das obras arquitetónicas, como as que dariam origem nas décadas de 1530 e de 1630 à Porta Especiosa da Sé Velha e à Porta Férrea do Paço das Escolas, edifícios que assinalavam os extremos poente e sul da rua, às adaptações de circulação, como a que em 1735 abriu a nascente uma nova travessa, que passou a uni-la ao antigo largo da Feira dos Estudantes<sup>1244</sup>, várias foram, de facto, as alterações morfológicas com que se pautou a história desta rua ao longo dos tempos. A própria casa da rua do Norte resulta de um longo processo construtivo, marcado por sucessivas transformações estruturais. O simples facto de contar com duas paredes meeiras erguidas com técnicas de enxaimel distintas pressupõe duas intenções construtivas que poderão resultar de reformas associadas a alterações na relação que o edifício estabelecia com os edifícios vizinhos. Para mais, além de reformas de pequeno vulto, como as que resultaram na abertura ou emparedamento de vãos, o edifício, composto na sua origem por três pisos, recebeu em tempos uma ampla transformação,

---

<sup>1242</sup> Hee Kyoung YEO, Sung Mi HAN, “Heritage conservation as urban regeneration policy in globalizing cities: Social exclusion and gentrification at the vicinity of the Jongmyo World Heritage site in Seoul, Korea”, *ICOMOS, Changing world, Changing views of heritage: Heritage and social change, Proceedings of the ICOMOS Scientific Symposium*, ed. Elene Negussie, ICOMOS International Secretariat, Paris, 2012, p. 57-58.

<sup>1243</sup> José Pinto LOUREIRO, *Toponímia de Coimbra*, tomo II, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1964, p. 164-165. Para mais sobre o impacto urbanístico das obras da Alta universitária na cidade de Coimbra, ver Nuno ROSMANINHO, *O poder da arte: O Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

<sup>1244</sup> Maria de Lurdes CRAVEIRO, *O Renascimento em Coimbra, Modelos e programas arquitetónicos*, vol. 1, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 302; Carlos RUÃO, “A Porta Férrea ou a joyeuse entrée”, *Monumentos*, n.º 8, 1998, p. 27; José Pinto LOUREIRO, *Toponímia de Coimbra*, tomo II, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1964, p. 165.



---

fig. 58 e 59. casa da rua do Norte  
detalhes de vão de porta (em cima) e de vão de armário embutido (em baixo),  
expostos já emparedados  
fotografias do autor, 2015

para uma arqueologia crítica da arquitetura

através da qual se lhe acrescentou um piso adicional e uma nova cobertura<sup>1245</sup>. Do mesmo modo que essa empreitada, promovida em data ainda indeterminada, recorreu a técnicas e materiais diferentes dos verificados no edifício original, incluindo molduras distintas para as novas janelas da fachada principal, também a reabilitação do edifício, promovida a partir de 2015, recorreu a soluções construtivas que se distinguem de todas as que o compunham até ter sido destruído por um incêndio.

A mudança nos tecidos construtivos dos chamados ‘centros históricos’, como tal, ocorre no presente com o mesmo ímpeto reformista com que se pautava no passado, mesmo depois de classificados como património cultural, ou, como no caso da casa da rua do Norte, depois de integrados em áreas de proteção associadas à Lista de Património Mundial da UNESCO<sup>1246</sup>. Não obstante, a perda de património cultural no decurso de eventos perturbadores, como o incêndio que destruiu boa parte da casa da rua do Norte, impõe cuidados acrescidos à reabilitação, sobretudo porque, quando servem ainda as suas comunidades, se mantém o imperativo da transmissão intergeracional do bem. Ainda que incentivando a retenção no edifício a reabilitar de *“historical material and its stratigraphy”*, o próprio ICOMOS, em 2017, por exemplo, não deixou de concordar com alterações estruturais, incluindo a utilização de materiais novos, na reabilitação de edifícios pertencentes à Lista de Património Mundial da UNESCO, quando danificados por eventos traumáticos ou angustiantes, *“to re-house the inhabitants and revitalize the social and economic fabric”*<sup>1247</sup>. A preocupação com a revitalização social do lugar afetado, como tal, tem no âmbito da reabilitação tanto peso quanto o da preservação do seu legado cultural. Drásticas transformações na aparência do edifício reabilitado podem, contudo, concorrer para alterações significativas na sua relação social com a comunidade em que se insere, tanto quanto o evento calamitoso que o danificou. A acreditar na proposta fenomenológica de Edmund Husserl, por exemplo, a percepção psicológica alcançada a partir de um edifício será para a sua comunidade tão real como o edifício propriamente dito<sup>1248</sup>. A relação que mantém determinada comunidade com um lugar que lhe seja familiar, com

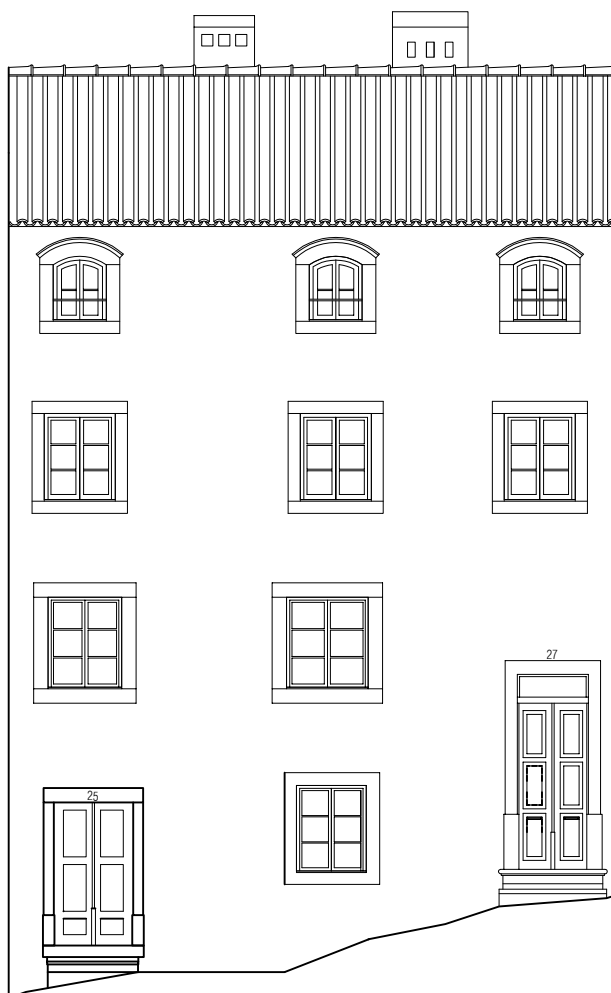
---

<sup>1245</sup> Ver estampas XXV a XXIX. Confrontar com leitura estratigráfica e matriz de Harris, em apêndice.

<sup>1246</sup> Ver supra, carta 1, p. 241.

<sup>1247</sup> ICOMOS, “Guidance on post trauma recovery and reconstruction for world heritage cultural properties”, *openarchive.icomos.org*, 2017, p. 9, ¶ 1.3 [a: 7 de julho de 2022].

<sup>1248</sup> Para a fenomenologia de Edmund Husserl, leia-se, entre outros possíveis, Dermot MORAN, *Edmund Husserl: Founder of phenomenology*, Cambridge, Polity Press, 2005.



3 m



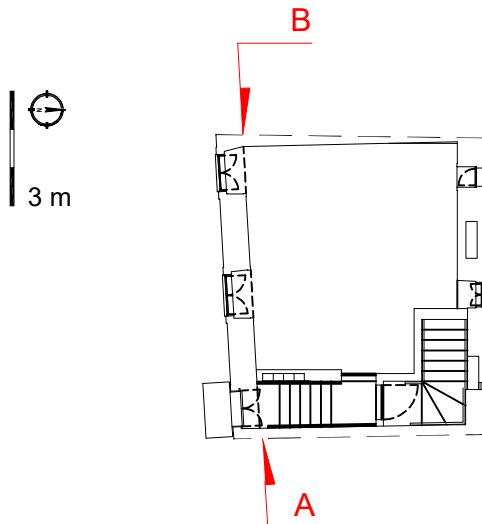
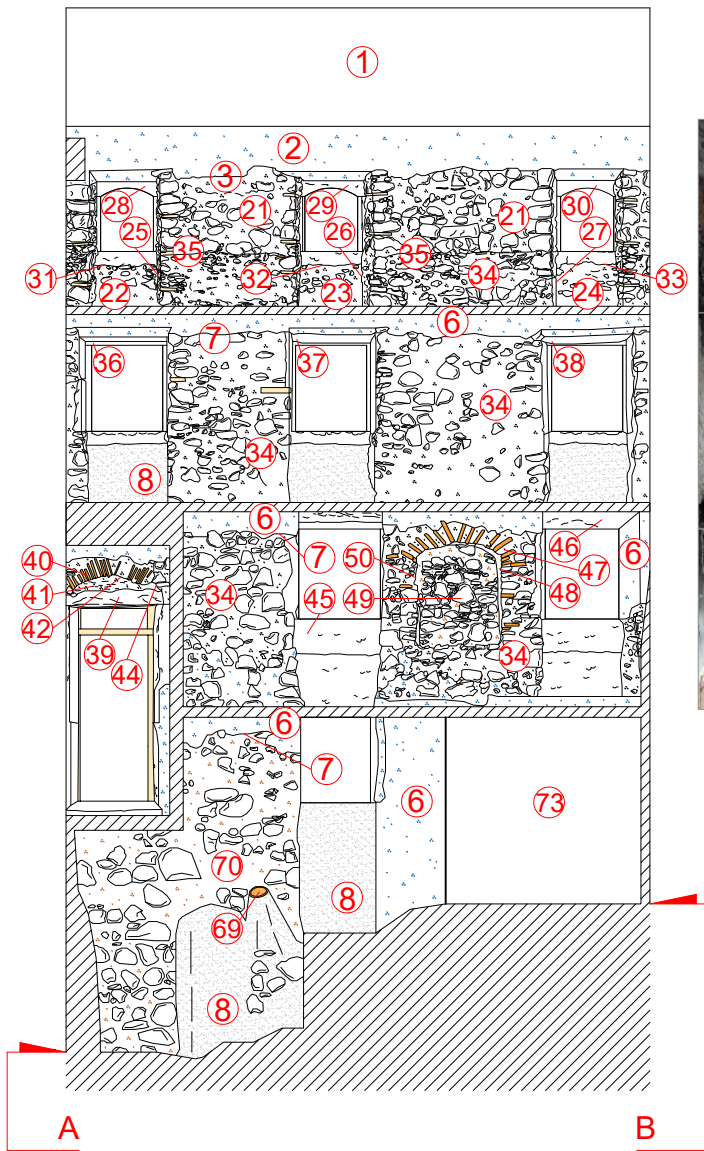
## **casa da rua do Norte**

estampa XXXIV

alçado exterior sul

registo gráfico anterior ao restauro (à esquerda)  
registo fotográfico posterior ao restauro (à direita)





## casa da rua do Norte

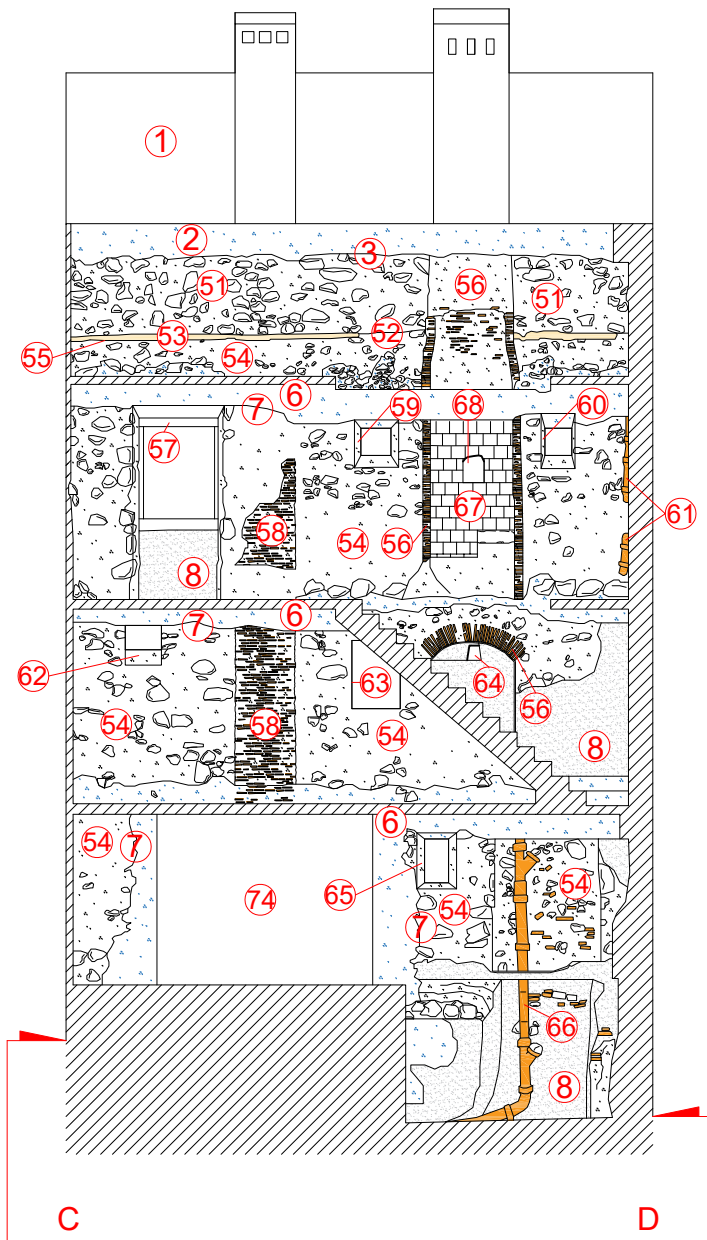
estampa XXXV

alçado interior norte

registo gráfico (à esquerda)

registos fotográficos (à direita)

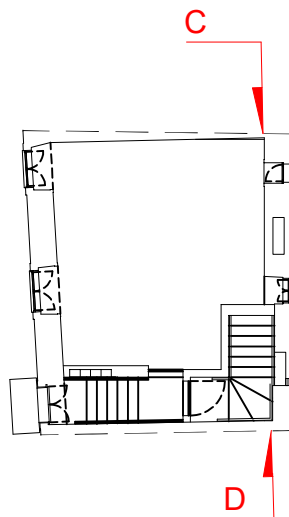
planta do piso 1 (em baixo, à esquerda)



3 m



3 m



## casa da rua do Norte

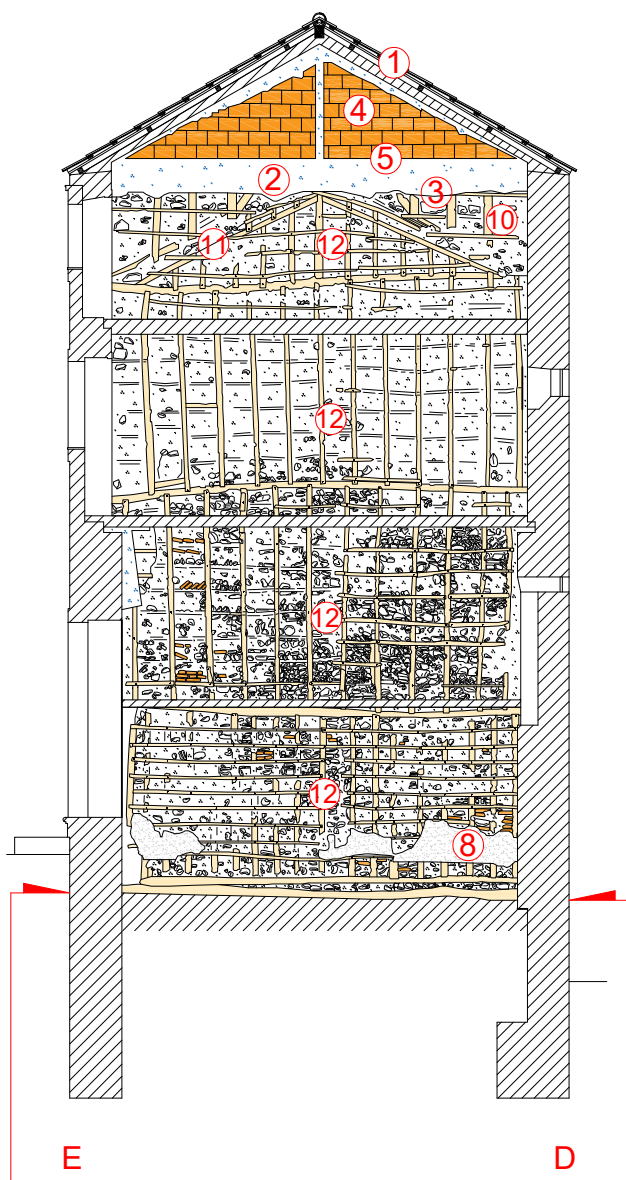
estampa XXXVI

alçado interior sul

registo gráfico (à esquerda)

registos fotográficos (à direita)

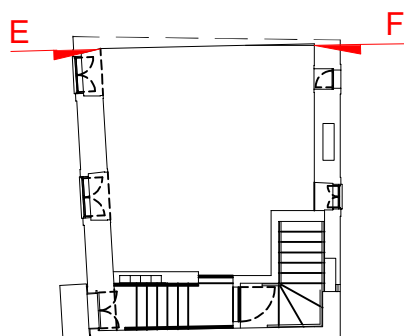
planta do piso 1 (em baixo, à esquerda)



3 m



3 m



## casa da rua do Norte

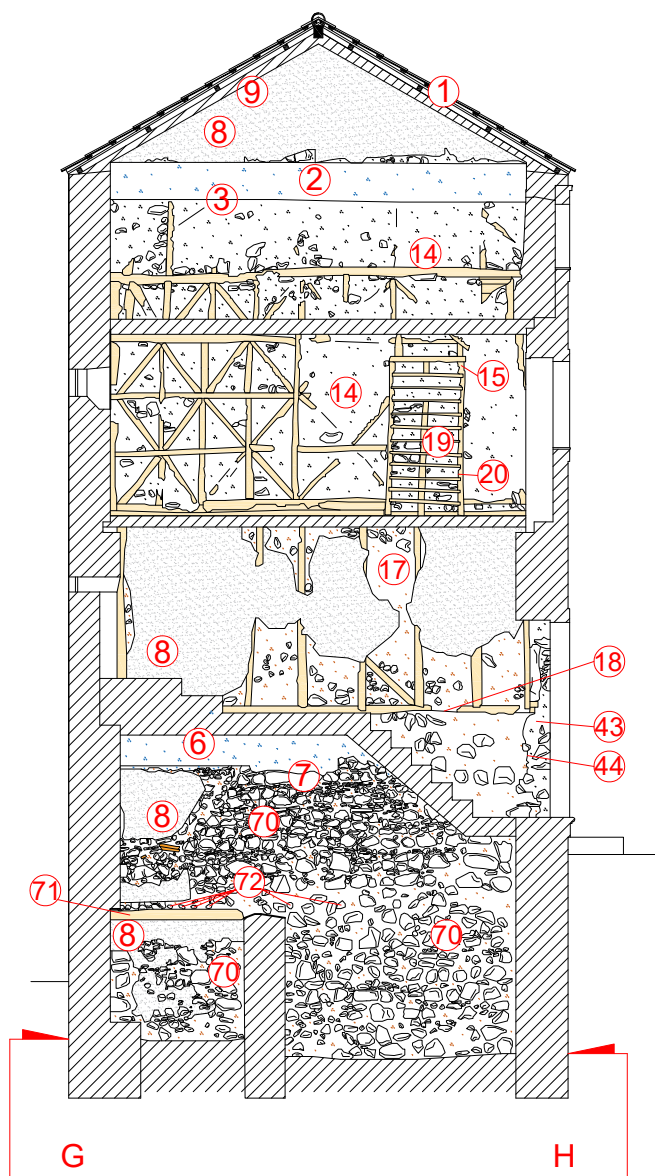
estampa XXXVII

alçado interior oeste

registo gráfico (à esquerda)

registos fotográficos (à direita)

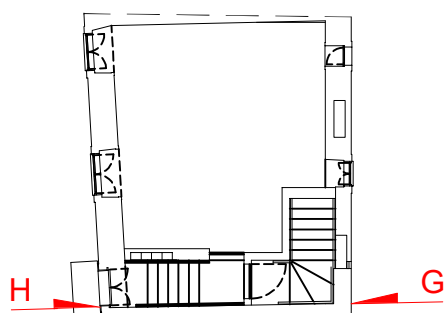
planta do piso 1 (em baixo, à esquerda)



3 m



3 m



## casa da rua do Norte

estampa XXXVIII

alçado interior este

registo gráfico (à esquerda)

registos fotográficos (à direita)

planta do piso 1 (em baixo, à esquerda)

para uma arqueologia crítica da arquitetura

efeito, parece resultar de percepções psicológicas, alcançadas a partir de estímulos ambientais<sup>1249</sup>. O significado de um edifício para a sua comunidade não será, como tal, uma característica intrínseca sua, mas o resultado de uma projeção que pode ser alterada quando se alteram, por via de um episódio traumático ou de uma reabilitação demasiado transformadora, os estímulos ambientais que o mesmo provoca.

A memória coletiva das comunidades urbanas, que Aldo Rossi, por exemplo, associava à arquitetura popular das paisagens citadinas pré-modernistas<sup>1250</sup>, pode consubstanciar-se, portanto, a partir de estímulos ambientais externos. À medida que se acumulam, as experiências individuais vividas num dado lugar, com efeito, podem transformar-se numa extensão simbólica do indivíduo e alimentar as tradições que servem de retórica, biográfica ou social, partilhada por toda a comunidade<sup>1251</sup>. O lugar edificado, com que, partindo de experiências individuais, a comunidade se identifica, encerra em si elementos que estimulam a memória coletiva, da qual, por sua vez pode depender tanto o sentimento de identidade pessoal, como o de pertença dos indivíduos à sua comunidade. Durante as demolições empreendidas para a construção da Alta universitária de Coimbra, na década de 1940, às quais, como visto, não escapou a própria rua do Norte, alguns topónimos, por exemplo, transitaram da Alta para um novo bairro, erguido em Celas. Construído para alojar parte dos deslocados da Alta, o bairro de Celas inaugurava-se, assim, pleno de referências ao ambiente de origem dos seus moradores, numa tentativa de estimular entre eles e o novo lugar o seu antigo espírito comunitário. De forma mais significativa, alguns elementos materiais da Alta demolida foram também transferidos para o novo bairro, como aconteceu, por exemplo, com uma estátua de São João, com que até então se ornamentava a fachada do demolido colégio dos Lóios<sup>1252</sup>, na esperança de que esse antigo estímulo ambiental pudesse resultar na projeção psicológica necessária à formação da nova identidade coletiva da comunidade em causa.

A interpretação arqueológica de um edifício reabilitado deve, portanto, ter em conta tanto as suas componentes materiais, quanto os estímulos que eventualmente as mesmas provoquem dentro da sua comunidade. Se o sentido de tempo afeta o

---

<sup>1249</sup> Lineu CASTELLO, *Rethinking the meaning of place: Conceiving place in architecture-urbanism*, trad. Nick Rands, Surrey, Ashgate, 2010, p. 2-4.

<sup>1250</sup> Ver supra, p. 138.

<sup>1251</sup> David H. HUMMON, "Community Attachment: Local sentiment and sense of place", *Place attachment*, ed. Irwin Altman, Setha M. Low, Nova Iorque, Plenum Press, cap. 12, 1992, p. 258-259.

<sup>1252</sup> Maria João RAMOS, *Identidade e memória, O bairro económico de Celas, Coimbra*, dissertação de mestrado policopiada, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2018, p. 105.

sentido de lugar<sup>1253</sup>, então a arqueologia, porque particularmente dotada para compreender a passagem do tempo, pode contribuir também para conhecer a memória e a identidade projetada no lugar pela sua comunidade. Na casa da rua do Norte, por exemplo, existiu em tempos um estabelecimento laboral e comercial de que, por via do seu projeto de reabilitação, não subsistem mais quaisquer vestígios. De que modo a memória e a identidade da comunidade, nomeadamente a que habitava e trabalhava no edifício, se revia nesse mesmo lugar ou que impactos terão elas sofrido por via da reabilitação executada são, todavia, questões que permanecem por avaliar, mesmo depois de produzido o respetivo relatório de arqueologia. Para além da obra de reabilitação, a arqueologia da arquitetura deveria, por isso, acercar-se de estratégias, como pesquisas de arquivo ou entrevistas, que lhe permitissem conhecer a identidade projetada pelas comunidades nos edifícios intervencionados. Todavia, a atenção que deve ser dada pela arqueologia ao contexto comunitário só logrará efeitos na reabilitação arquitetónica se for conduzida em larga escala e não em edifícios isolados, como revelou em 2004, por exemplo, o estudo do “tipo de ocupação e uso dos edifícios” e de “caracterização sócio-demográfica da Baixa de Coimbra”, realizado para apoiar o Processo de Renovação Urbana e Social, promovido pela Câmara Municipal de Coimbra para aquela área da cidade<sup>1254</sup>. As estratégias de reabilitação focadas em edifícios isolados, com efeito, “*often tend to (...) spatial division which misses the complexity and social interaction of the existing community*”<sup>1255</sup>. No Plano de Gestão municipal de Guimarães para o seu ‘centro histórico’ entende-se a área classificada como Monumento Nacional e como Património da Humanidade como eixo dinamizador de toda a região, contemplando-se, como um dos objetivos para os próximos anos, o envolvimento dos cidadãos no “desenvolvimento indispensável à vida contemporânea” e na recuperação do seu património, “tanto nos aspetos materiais como nos aspetos imateriais”<sup>1256</sup>.

---

<sup>1253</sup> Krister OLSSON, T. HASIC, “Structural change, cultural heritage and place”, *Sustainable development and planning II*, vol. 2, ed. A. G. Kungolos, C. A. Brebbia, E. Beriatos, Southampton, WIT Press, 2005, p. 1510.

<sup>1254</sup> Carlos FORTUNA (coord.), *Caracterização sócio-demográfica da Baixa de Coimbra*, Relatório Final, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2004.

<sup>1255</sup> Hee Kyoung YEO, Sung Mi HAN, “Heritage conservation as urban regeneration policy in globalizing cities: Social exclusion and gentrification at the vicinity of the Jongmyo World Heritage site in Seoul, Korea”, *ICOMOS, Changing world, Changing views of heritage: Heritage and social change, Proceedings of the ICOMOS Scientific Symposium*, ed. Elene Negussie, ICOMOS International Secretariat, Paris, 2012, p. 61.

<sup>1256</sup> Câmara Municipal de Guimarães, *Plano de Gestão do Centro Histórico e Zona de Couros 2021-2026*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2021, p. 21-22.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

**António Ginja:** “Existe uma estratégia política do município de Guimarães de apoio à reabilitação do património arquitetónico do seu ‘centro histórico’, enquanto mecanismo de desenvolvimento socioeconómico da comunidade e, ao mesmo tempo, de preservar as suas tradições e os seus costumes, a sua memória comunitária?”

**Ricardo Rodrigues:** “Inequivocamente, sim, é uma preocupação. Houve um momento capital para as estratégias do município, como em Portugal no geral, que foi o programa RECRUA, que tinha por objectivo financiar a execução de obras de conservação e recuperação de imóveis que estivessem no mercado de arrendamento. A estratégia do município foi durante muito tempo centrada na captação desses subsídios para os proprietários ou os arrendatários que pretendessem intervencionar os seus imóveis...”

**António Ginja:** “A classificação como Património da Humanidade pela UNESCO ajudou?”

**Ricardo Rodrigues:** “A classificação como Património da Humanidade não pode reverter apenas para o turismo, ela tem que se manifestar num aumento do conhecimento técnico e científico utilizável para benefício da cidade. Temos utilizado a rede de cidades Património da Humanidade para aprender com quem esteja mais avançado e informar todas as entidades que tenham influência legislativa em Portugal (...) das vantagens em adaptar a legislação portuguesa às particularidades arquitetónicas e às exigências de vida contemporânea de um ‘centro histórico’.”<sup>1257</sup>

Procurar ir além da materialidade, acercando os seus métodos e objetivos de problemáticas culturais e sociais, depende, porém, de uma aproximação da arqueologia da arquitetura a áreas que lhe são ainda estranhas. Isoladamente, a arqueologia, com efeito, não possui todas as ferramentas de que necessita para conhecer por completo a realidade arquitetónica que se propõe analisar. Da leitura estratigráfica da arquitetura, por exemplo, não decorrem os instrumentos conceptuais necessários para a sua interpretação estilística ou formal. “*Un edificio no está constituido sólo por estratos, sino también por formas*”, alertava, já em 1995, Gian

---

<sup>1257</sup> Ricardo RODRIGUES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 7 de dezembro de 2021.

Pietro Brogiolo<sup>1258</sup>. Próxima das ciências históricas, a arqueologia tem de facto sentido sempre necessidade de recorrer a outras ciências<sup>1259</sup>, característica que transforma a sua numa natureza epistemológica particularmente propícia a projetos que incluam outras disciplinas. Não obstante, se até à primeira metade do século XX, se podia com relativa frequência encontrar congregadas numa mesma pessoa disciplinas tão próximas quanto a arqueologia, a história da arte ou a arquitetura, ultrapassada a II Guerra Mundial acentuaram-se as divergências entre estas especialidades, por processos de clivagem e de autonomização que, não obstante, muito contribuíram para o desenvolvimento de epistemologias e metodologias próprias. Pela década de 1980, todavia, as visões unidisciplinares dos objetos de estudo arqueológico eram já pouco consensuais, cedendo a visões que articulavam diferentes perspetivas disciplinares e diferentes abordagens metodológicas<sup>1260</sup>.

Em Portugal, a inclinação para a articulação entre perspetivas metodológicas de distintas disciplinas nos domínios da arqueologia e da história da arquitetura, manifestou-se, por exemplo, na congregação da administração dos patrimónios arqueológico e arquitetónico, a partir de 1980, sob tutela de um mesmo organismo<sup>1261</sup>. Sob administração de uma mesma tutela, arqueólogos e arquitetos, por exemplo, passaram a congregar as suas distintas visões na fiscalização, proteção e elaboração ou aprovação de projetos de reabilitação em património arquitetónico. Para os que trabalham hoje em edificado protegido em Portugal, por conseguinte, já a reabilitação arquitetónica deve necessariamente implicar a articulação entre distintas disciplinas. Para a arqueóloga Lília Basílio, por exemplo, nem mesmo a própria interpretação arqueológica da arquitetura histórica se deve realizar exclusivamente dentro da comunidade arqueológica. “Não conseguiremos fazer esta reflexão sozinhos”, garante, “é absolutamente essencial convocar quem faz reabilitação, quem projeta e quem executa”. Para o arqueólogo Luís Fontes, o diálogo entre arqueologia e outras disciplinas constitui um procedimento deveras imprescindível à reabilitação de edifícios históricos. “Todas as disciplinas”, afirma, “são auxiliares umas das outras”. Quando

<sup>1258</sup> Gian Pietro BROGIOLO, “Arqueología estratigráfica y restauración”, *Informes de la Construcción*, vol. 46, n.º 435, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1995, p. 32.

<sup>1259</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, “Sobre límites y posibilidades de la investigación arqueológica de la arquitectura. De la estratigrafía a un modelo histórico”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, 2002, p. 98.

<sup>1260</sup> Andrea CARANDINI, “Archeologia, architettura, storia dell'arte”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All'Insegna del Giglio, 1988, p. 32-38.

<sup>1261</sup> Salvo período compreendido entre 1997 e 2006, em que as administrações dos patrimónios arqueológico e arquitetónico se desdobraram entre o Instituto Português do Património Arquitetónico e o Instituto Português de Arqueologia. Para mais sobre as diferentes tutelas dos patrimónios arqueológico e arquitetónico em Portugal, na contemporaneidade, ver supra, p. 237 e seguintes.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

confrontado com edifícios que resultem de várias épocas construtivas, também o arquiteto José Aguiar considera fundamental o diálogo entre arquitetura e outras especialidades. “Um arquiteto que trabalhe em reabilitação de património cultural tem que ir buscar outros pontos de vista disciplinares, senão”, alerta, “não consegue realizar, com suficiente qualidade, o trabalho”. Também o engenheiro Vítor Cóias defende a articulação de “equipas de diferentes especialidades, que incluam arquitetos, engenheiros e historiadores”, que se configura, garante, um expediente fundamental a qualquer projeto de reabilitação<sup>1262</sup>.

Para além da obra de reabilitação propriamente dita, portanto, instituições e intervenientes parecem concordar na necessidade de integração de distintas visões disciplinares. O modo como cada uma dessas visões concorre para a reabilitação ou mesmo para a interpretação do legado cultural dos edifícios intervencionados, todavia, suscita ainda algum debate. Por finais do século XX, o ICOMOS, por exemplo, acreditava já que a conservação e reabilitação dos chamados ‘centros históricos’ e do património arquitetónico vernacular não deveriam realizar-se sem que se reunissem diferentes perspetivas em projetos multidisciplinares, opinião que não hesitou em recomendar em 1987 e, de novo, em 1999<sup>1263</sup>. Justapondo diferentes perspetivas disciplinares, projetos multidisciplinares não deixam de fomentar, todavia, um conhecimento meramente enciclopédico, mantendo as disciplinas separadas<sup>1264</sup>. Cada disciplina envolvida na reabilitação de edifícios históricos aborda o problema sob a sua própria perspetiva, daí resultando um conjunto de conhecimentos diversos, mas não verdadeiramente integrados. Desde então, o próprio ICOMOS tem, por conseguinte, encorajado estudos que resultem de uma real articulação entre diferentes disciplinas. Em 2000 e 2003 recomendava já, com efeito, que a formação e a reabilitação em património construído, ou sobre os seus elementos estruturais, se fizessem acompanhar de planos interdisciplinares capazes de integrar diferentes visões disciplinares<sup>1265</sup>. Partindo do princípio de que superam o conhecimento gerado pelas

---

<sup>1262</sup> Lília BASÍLIO, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021; Luís Fernando de Oliveira FONTES, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021; José AGUIAR, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 10 de março de 2022; Vítor CÓIAS, em entrevista escrita concedida ao autor a 7 de dezembro de 2022.

<sup>1263</sup> ICOMOS, “Charter for the conservation of historic towns and urban areas”, *www.icomos.org*, 1987, ¶ 5 [a: 3 de junho de 2022]; ICOMOS, “Charter on the built vernacular heritage”, *www.icomos.org*, 1999, Principles of conservation, ¶ 1 [a: 4 de junho de 2022].

<sup>1264</sup> Julie Thompson KLEIN, “A taxonomy of interdisciplinarity”, *The Oxford handbook of interdisciplinarity*, ed. Robert Frodeman, Oxford, Oxford University Press, 2010, parte 1, cap. 2, p. 17.

<sup>1265</sup> Conferência Internacional sobre Conservação, “Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído”, *www.patrimoniocultural.gov.pt*, trad. Flávio Lopes,

disciplinas que operem isoladamente<sup>1266</sup>, as pesquisas interdisciplinares propõem-se ultrapassar as barreiras disciplinares, ligando conhecimentos que de outra forma são domínio de cada uma das disciplinas isoladas, através de processos de integração que envolvem diferentes especialidades e que se complementam na resolução de um mesmo problema<sup>1267</sup>. As diferentes disciplinas envolvidas na reabilitação contribuíam, assim, para a resolução de problemáticas específicas, partilhando conhecimentos até se alcançar uma solução única e integrada.

Na chamada casa das Talhas, por exemplo, promotor, projetista e arqueólogos convergiram as suas próprias interpretações sobre o edifício num plano de intervenção anterior à reabilitação. No entanto, cada especialidade trabalhou isoladamente, em função dos seus próprios objetivos, acrescentando ao projeto interpretações particulares, construídas sobre as interpretações das restantes especialidades, como camadas de conhecimento que agora se acumulassem sobre a longa história do edifício. Para além do projeto ou da obra de reabilitação, circunscrever o conhecimento que produzimos, e de que necessitamos para compreender o edificado histórico, ao somatório do que cada especialidade consegue, por si mesma, aferir, pode, porém, resultar em intervenções que valorizam aspetos históricos particulares, sem dele transmitir ou salvaguardar o todo histórico que compõe. Na casa das Talhas, com efeito, a salvaguarda patrimonial parece estar a focar-se na valorização de parte da muralha medieval de Coimbra, revelada entre os múltiplos compartimentos e estruturas deste enorme edifício. Estrutura de assinalável e indiscutível valor arqueológico e histórico-artístico, a muralha salvaguardar-se-á, existindo até vontade do município de Coimbra em exibí-la publicamente. Nas suas valências patrimoniais, o edifício, contudo, transcende espacial e historicamente a muralha que assimilou.

Tendo em período medieval circunscrito a chamada Alta, a muralha de Coimbra cumpria funções militares defensivas, permitindo não só retardar os exércitos invasores, como também controlar o tráfego urbano de pessoas e bens<sup>1268</sup>. De

---

Miguel Brito Correia, 2000, ¶ 13; ICOMOS, “Princípios para análise, conservação e restauro de elementos estruturais do património arquitetónico”, *www.icomos.pt*, trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, 2003, ¶ 2.1 [a: 14 de julho de 2022].

<sup>1266</sup> Scott FRICKEL, Mathieu ALBERT, Barbara PRAINSACK, “Introduction: Investigating interdisciplinarity”, *Investigating interdisciplinary collaboration, Theory and practice across disciplines*, ed. Scott Frickel, Mathieu Albert, Barbara Prainsack, Nova Brunswick, Rutgers University Press, 2017, p. 11.

<sup>1267</sup> Julie Thompson KLEIN, “A taxonomy of interdisciplinarity”, *The Oxford handbook of interdisciplinarity*, ed. Robert Frodeman, Oxford, Oxford University Press, 2010, parte 1, cap. 2, p. 18-19.

<sup>1268</sup> Christopher R. FRIEDRICHS, *The Early Modern city, 1450-1750*, Nova Iorque, Routledge, 2ª ed., 2013.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

mentalidade simbolista, a sociedade europeia medieval encarava as suas muralhas urbanas, todavia, não apenas como dispositivo de segurança, mas também como símbolo do poder político, da ordem pública e da estabilidade social, diretamente emanados por quem ordenava a sua construção, o rei<sup>1269</sup>. Detentor do direito exclusivo de construção de fortificações, consagrado em Portugal pelo princípio jurídico *ius crenelandi*, o rei atribuía às muralhas a máxima relevância na fundação da cidade, palco privilegiado para o exercício do seu próprio poder<sup>1270</sup>. As muralhas, com efeito, eram vistas como símbolo da identidade urbana, marcando o limite territorial dentro do qual se estabelecia a urbe, ou mesmo como sinónimo de cidade, como acontece ainda, por exemplo, na China, onde cidade e muralha partilham o mesmo carácter ortográfico<sup>1271</sup>.

Em Coimbra, onde a associação entre muralha, urbe e poder régio saía, aliás, reforçada pela sua implantação topográfica, elevada, e logo, paisagisticamente mais dominante, a muralha, que existia já em 1064, aquando da conquista da cidade por Fernando Magno<sup>1272</sup>, desenvolvia-se a ocidente por um traçado quase paralelo à atual rua Fernandes Tomás, onde hoje se encontra erguida a chamada casa das Talhas. O edifício, de consideráveis dimensões e alguma nobreza arquitetónica, desenvolve-se em cinco pisos e várias dezenas de compartimentos, somados ao longo de diferentes fases construtivas, que, como sucederá com outros edifícios a ocidente desta rua, encostaram, sobrepuseram e ultrapassaram a muralha. Acaso durante os trabalhos de arqueologia que antecederam o projeto de reabilitação fosse possível analisar apenas o sector central do edifício, circunstância que se procurou simular no presente estudo, poder-se-ia ainda assim pôr a descoberto parte da muralha de Coimbra e discernir algumas das fases construtivas de que resultou a sua assimilação pela casa das Talhas<sup>1273</sup>. Da análise estratigráfica poder-se-ia discernir o processo construtivo da área em análise, sobre o qual poderiam cada uma das especialidades envolvidas na reabilitação projetar as suas ambições, valorizando, por exemplo, os aspetos

---

<sup>1269</sup> Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 121-140.

<sup>1270</sup> Sobre a relação entre as fortificações medievais e o poder régio em Portugal leia-se, entre outros possíveis, José MATTOSO, “Introdução à história urbana portuguesa. A cidade e o poder”, *Cidades e história*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 9-20.

<sup>1271</sup> Katherine L. REYERSON, “Medieval walled space: Urban development vs. defense”, *City walls, The urban enceinte in global perspective*, ed. James D. Tracy, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p. 88.

<sup>1272</sup> Jorge de ALARCÃO, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 193.

<sup>1273</sup> Ver estampas XXX a XXXVIII. Confrontar com leitura estratigráfica e matriz de Harris, em apêndice.

cronotipológicos da muralha detetada. Não obstante, mesmo somando à leitura estratigráfica as interpretações próprias de outras especialidades, como a análise histórico-artística, os diagnósticos estruturais ou a crítica arquitetónica, por exemplo, a reabilitação poderia até valorizar aspetos cronotipológicos, iconológicos, morfológicos e formais da muralha exposta, sem que necessariamente se debruçasse sobre as circunstâncias históricas que ditaram a sua absorção pela casa em que foi detetada, por exemplo.

Desde um ponto de vista defensivo, com efeito, a obstrução das muralhas suscitou ao longo de séculos grande preocupação, ao ponto do rei castelhano Afonso X ter pessoal e explicitamente determinado que se não erguessem casas ou outros edifícios a menos de quinze pés dos muros das vilas<sup>1274</sup>. A partir de finais da Idade Média, militarmente obsoletos e esvaziados de função, os espaços urbanos junto às muralhas europeias começaram, porém, a ser aforados pelas autoridades camarárias e pelo próprio rei, dando origem a hortas, pomares e edificações, como aconteceu em várias cidades portuguesas, incluindo Coimbra, onde a ocorrência se encontra documentada desde 1427<sup>1275</sup>. O fenómeno poderá, não obstante, ser ainda mais recuado, uma vez que, na verdade, se encontra documentada desde o século XII uma casa entre a rua Fernandes Tomás e a muralha, do mesmo modo que um documento datado de 1123 assinala a presença de um terreno e duas casas que, na mesma rua, confrontavam com a via pública e a muralha<sup>1276</sup>. Circunstâncias similares encontram-se, de resto, documentadas um pouco por todo o continente europeu, demonstrando que resultam afinal de condicionantes históricas transversais a distintas realidades culturais. O crescimento demográfico registado na maioria das cidades europeias entre os séculos XI e XII e, sobretudo, no século XIII, não podia, com efeito, deixar de trazer-lhes repercussões urbanísticas. Florença, por exemplo, cresceu de tal modo, que se viu obrigada a acrescentar duas novas linhas de muralha, entre 1078 e 1175, enquanto o crescimento de Amiens obrigou a amuralhar dois novos bairros no subúrbio, entre 1117 e 1135<sup>1277</sup>. Em Lisboa, o crescimento da malha urbana do morro

---

<sup>1274</sup> João Gouveia MONTEIRO, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 344-345.

<sup>1275</sup> Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra, Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 105-106.

<sup>1276</sup> Jorge de ALARCÃO, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 92.

<sup>1277</sup> David NICHOLAS, *The growth of Medieval cities, From late Antiquity to the early fourteenth century*, Londres, Routledge, 1997, p. 92-94.

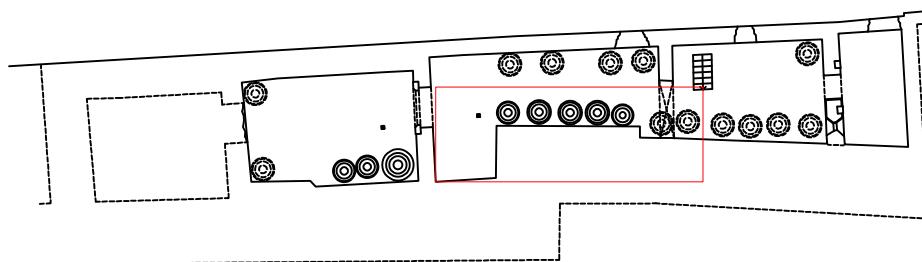
área  
em  
estudo



3 m



área  
em  
estudo



9 m



## **casa das Talhas**

estampa XXX

alçado exterior poente da muralha, piso - 2 (em cima)

piso - 2 (em baixo)

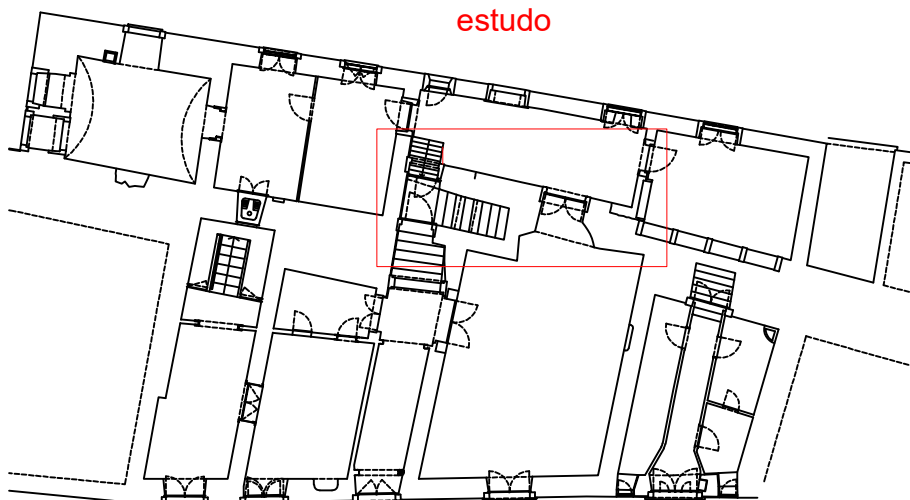
área  
em  
estudo



3 m



área  
em  
estudo



9 m



## **casa das Talhas**

estampa XXXI

alçado exterior poente da muralha, piso 0 (em cima)

piso 0 (em baixo)

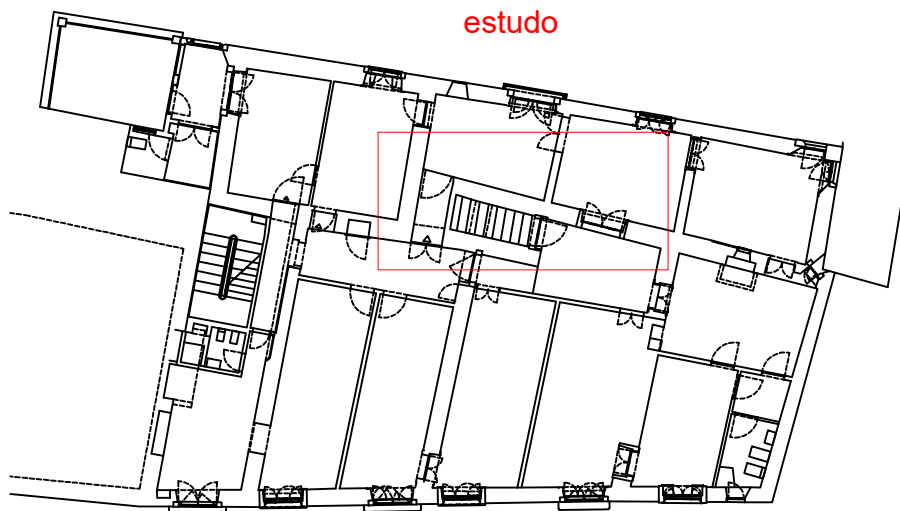
área  
em  
estudo



3 m



área  
em  
estudo



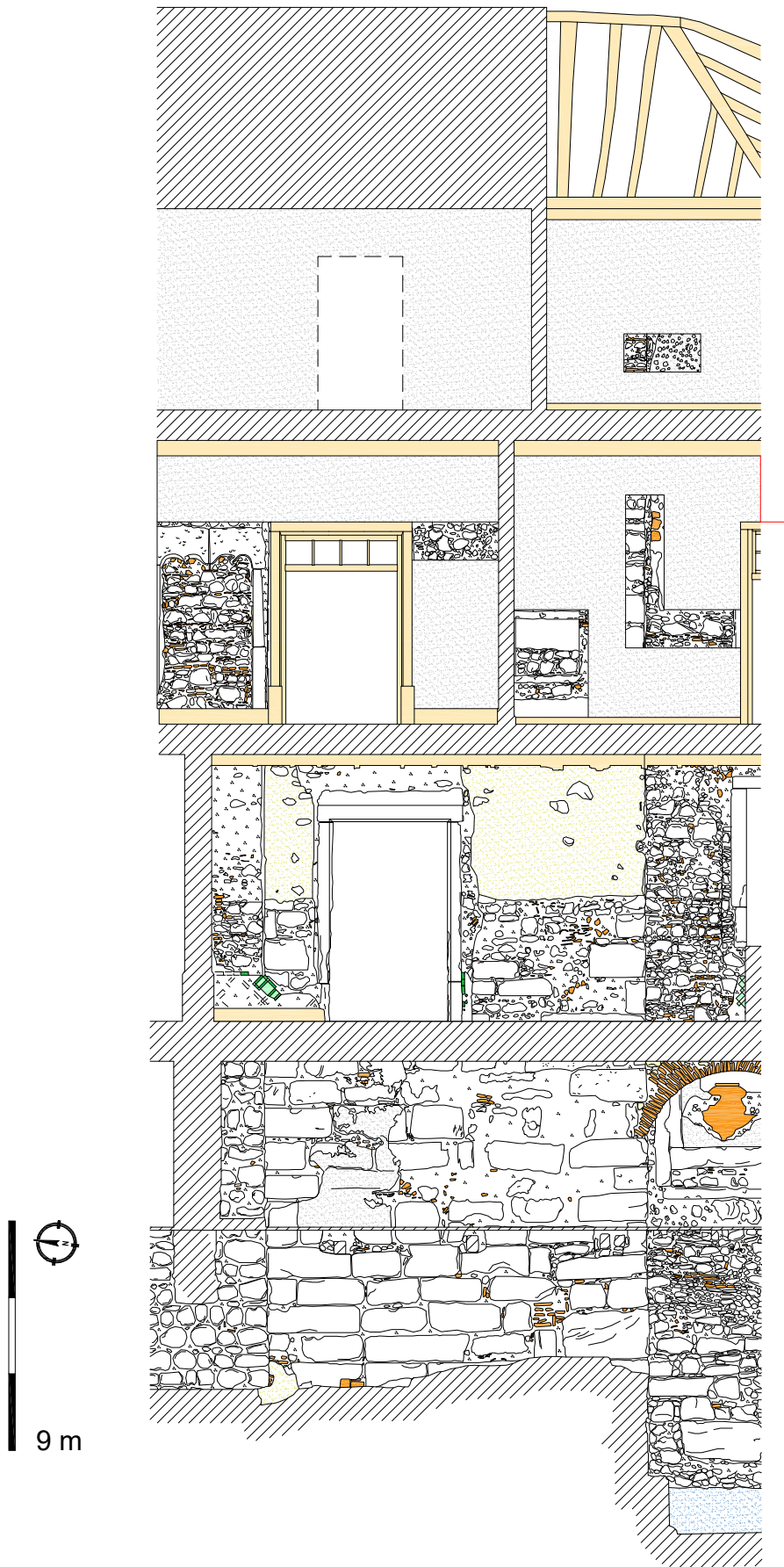
9 m



## **casa das Talhas** estampa XXXII

alçado exterior poente da muralha, piso 1 (em cima)

piso 1 (em baixo)



## **casa das Talhas**

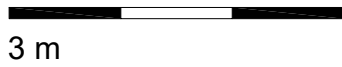
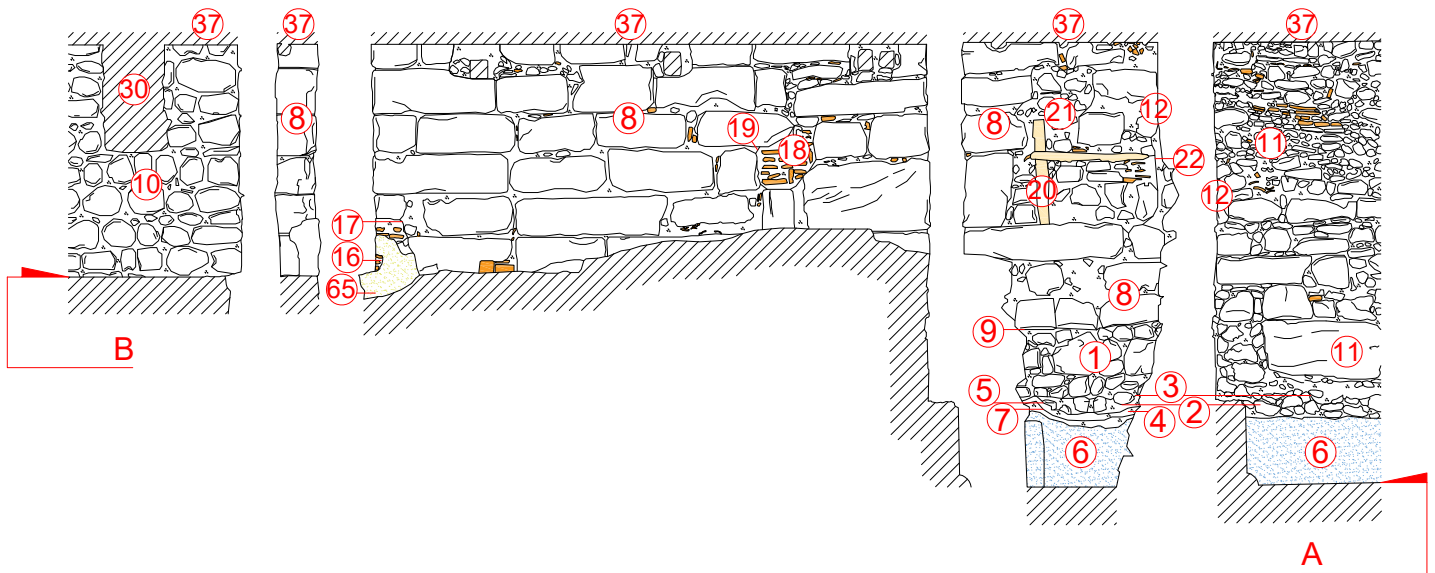
estampa XXXIII

alçado exterior poente da muralha

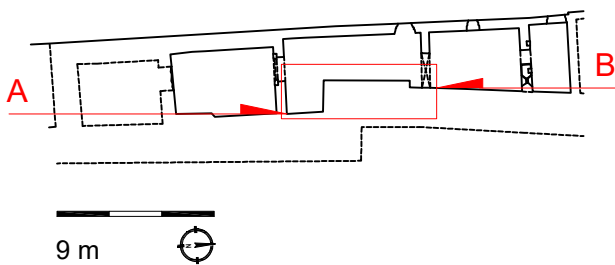
pisos - 2, - 1, 0, 1, 2 e sótão

registo gráfico





área em estudo

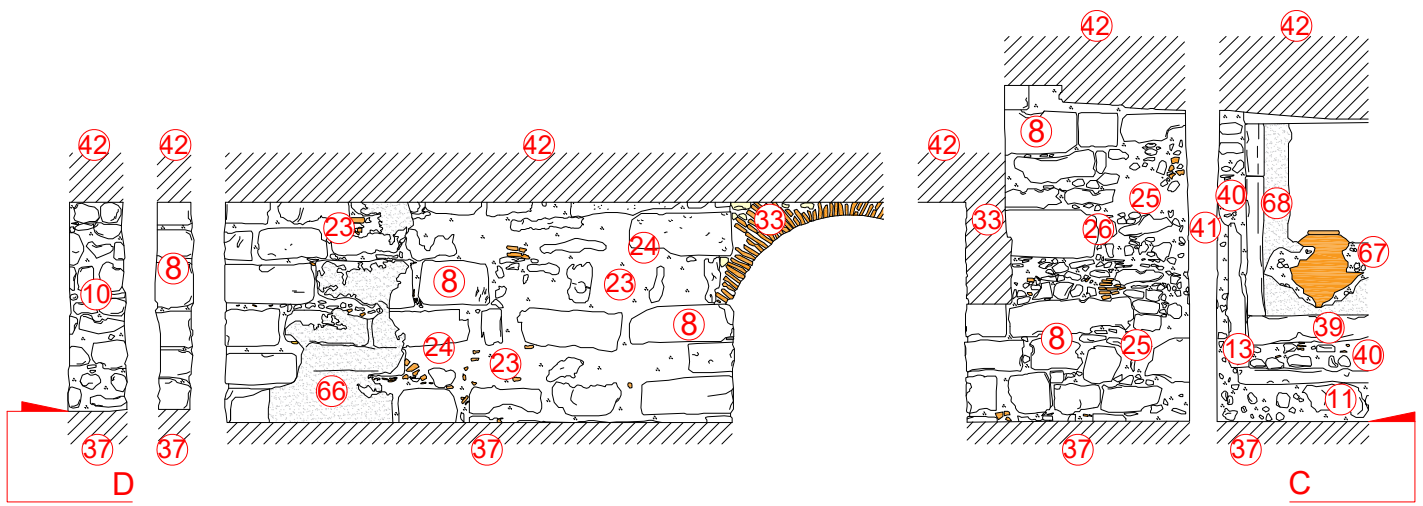


## casa das Talhas estampa XXXIV

alçado poente da torre e estruturas anexas (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

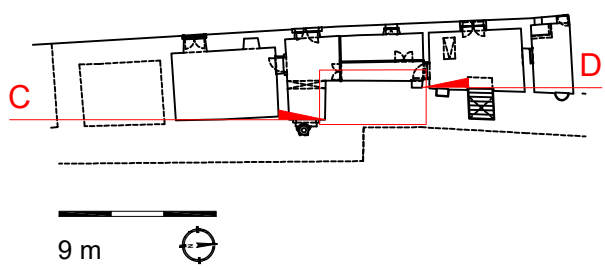
planta do piso - 2 (em baixo, à esquerda)



3 m



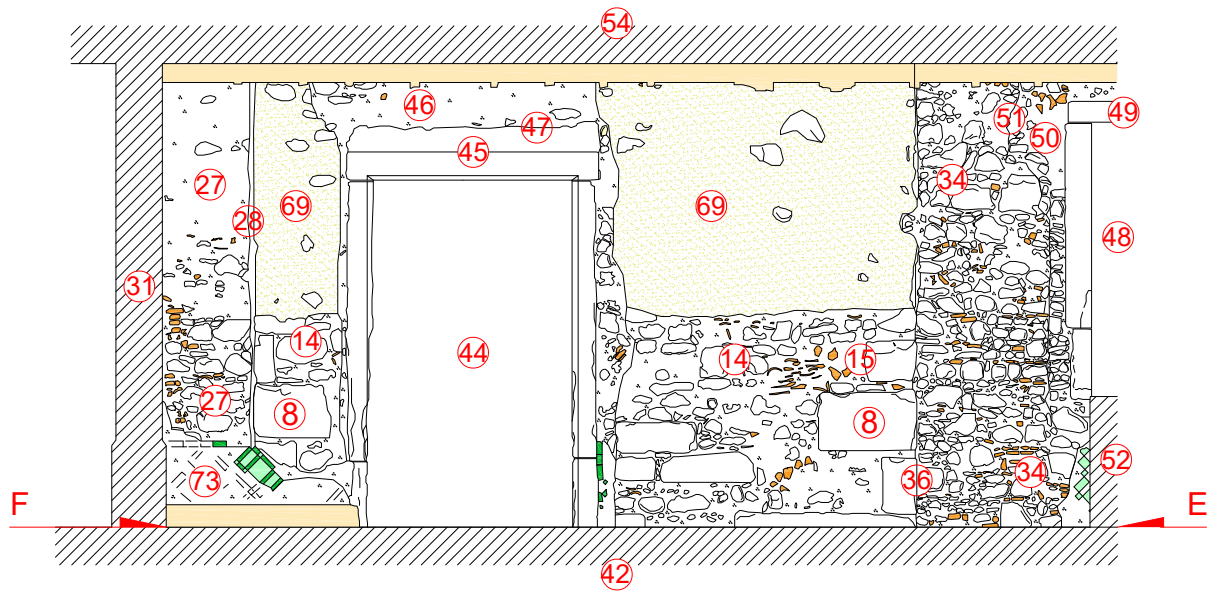
área em estudo



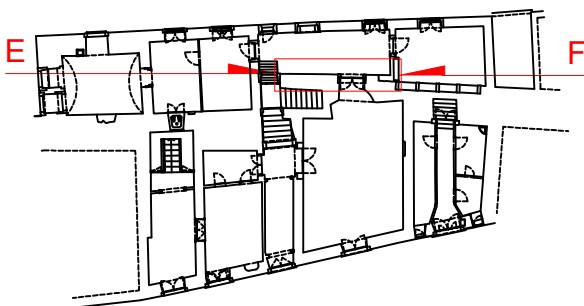
# casa das Talhas

## estampa XXXV

alçado poente da torre e estruturas anexas (em cima)  
 registos fotográficos (ao centro)  
 planta do piso - 1 (em baixo, à esquerda)



área em estudo



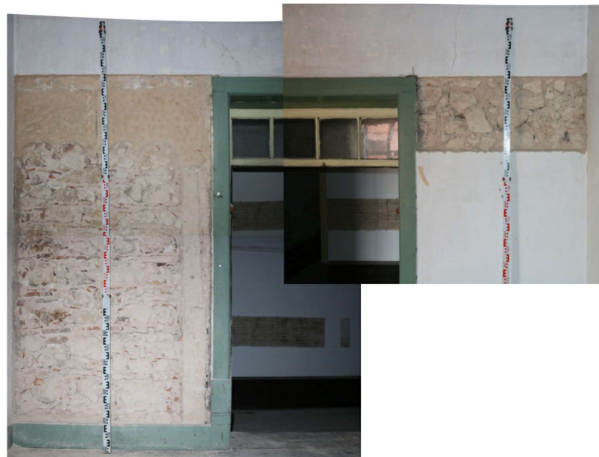
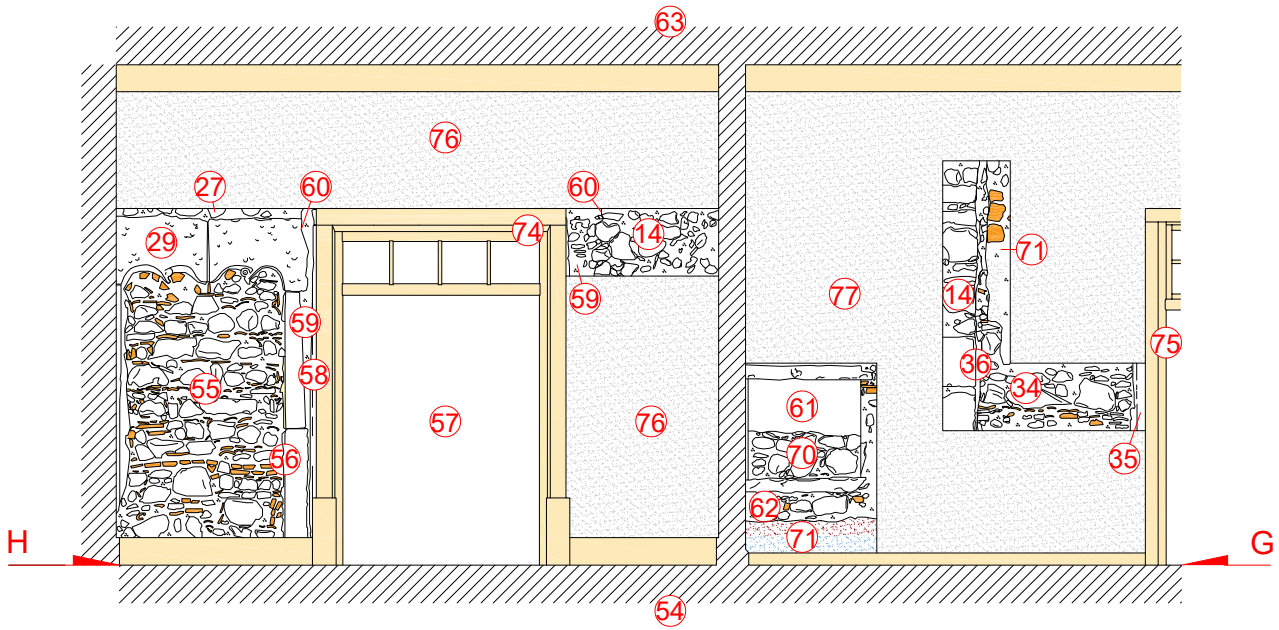
## casa das Talhas

estampa XXXVI

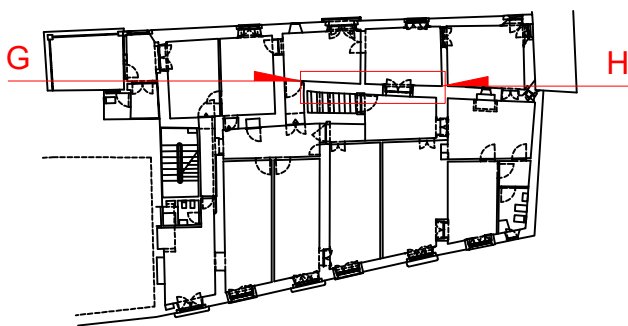
alçado poente da torre e estruturas anexas (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

planta do piso 0 (em baixo, à esquerda)



área em estudo



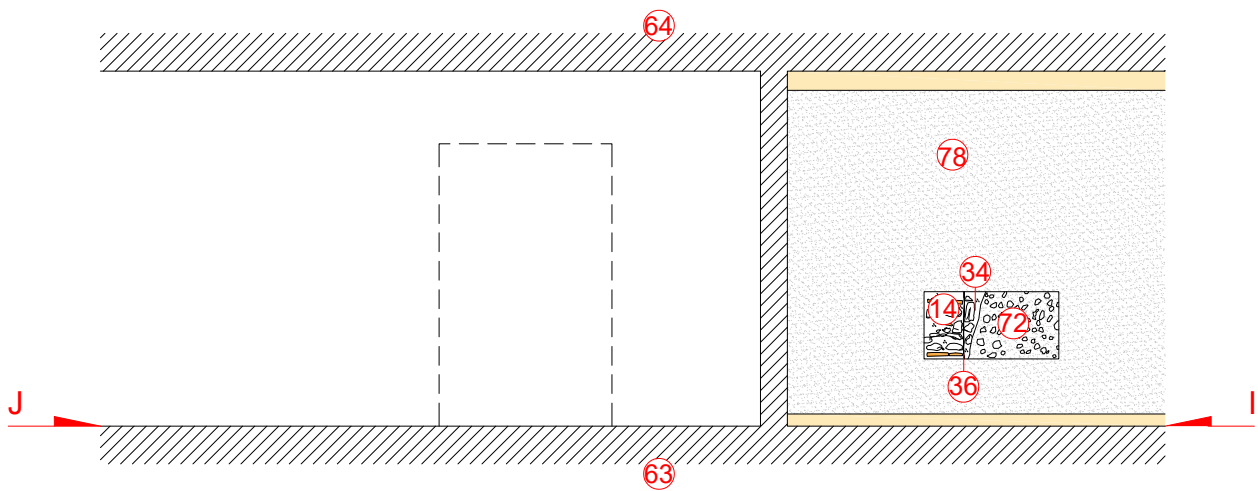
## casa das Talhas

estampa XXXVII

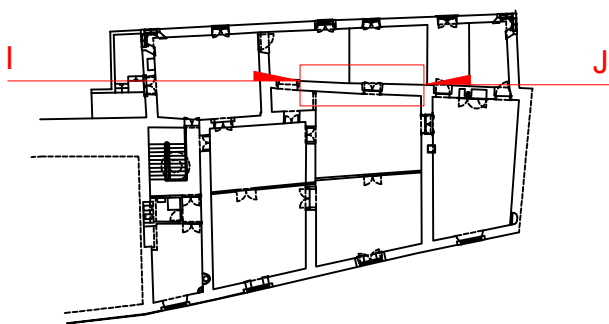
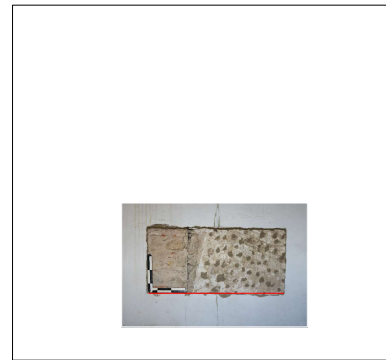
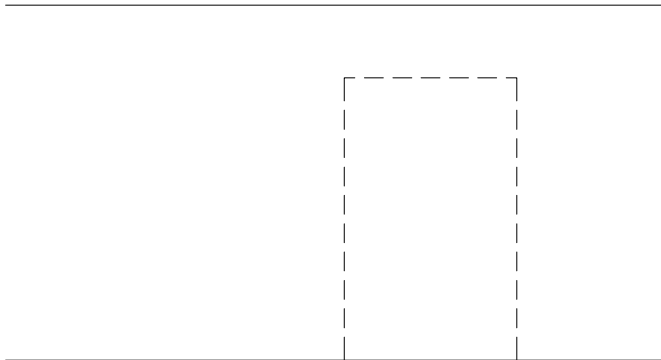
alçado poente da torre e estruturas anexas (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

planta do piso 1 (em baixo, à esquerda)



3 m



9 m



## casa das Talhas

estampa XXVIII

alçado poente da torre e estruturas anexas (em cima)

registos fotográficos (ao centro)

planta do piso 2 (em baixo, à esquerda)

do castelo para a zona ribeirinha levou D. Dinis a somar à antiga cerca ‘moura’, a partir de 1294, a chamada muralha da Ribeira, antes mesmo de D. Fernando mandar erguer, tanto pelo contínuo crescimento urbano da cidade, quanto por motivos defensivos, uma nova cerca, a partir de 1373<sup>1278</sup>. A expansão demográfica e urbanística da cidade medieval europeia, entre outros fatores<sup>1279</sup>, implicava frequentemente, além do mais, a construção em muitos espaços intramuros que antes se encontravam vazios, como pátios ou hortas, assim como em áreas adjacentes à muralha, ainda que reservado o direito ao desmonte e desimpedimento, em caso de guerra. Em Coimbra, por exemplo, um aforamento de 1520 de uma torre que havia junto à desaparecida porta de Belcouce, no extremo sul da atual rua Fernandes Tomás, não deixou de garantir que “*semdo a dita torre necessarja para defensam da dita cidade, o jmquilino que a pesojr a solte livremente*”, para em caso de guerra, “*nella fazer todo o que necessari[o]*”<sup>1280</sup>.

A documentação vai permitindo deduzir as circunstâncias, nem sempre pacíficas ou definitivas, através das quais, em diferentes cidades europeias, as muralhas foram sendo absorvidas pelo tecido urbano. Na cidade irlandesa de Waterford, por exemplo, a construção de habitações, diretamente assentes sobre a muralha, encontra-se documentada desde 1170, enquanto em Paris se registava, em 1181, a autorização régia para a edificação sobre a primitiva muralha, que havia deixado de constituir o perímetro defensivo da cidade<sup>1281</sup>. Em Montpellier, dezenas de concessões municipais de torres a privados, para fins habitacionais, encontram-se documentadas entre 1200 e 1350, precisamente por haver escassez de alojamento dentro de muralhas<sup>1282</sup>. Em Coimbra, aforava-se parte da muralha na atual rua Fernandes Tomás, em 1427,

---

<sup>1278</sup> Manuel Fialho SILVA, *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*, tese de doutoramento policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, p. 310; Augusto Vieira da SILVA, 1987, p.194-195.

<sup>1279</sup> Em 1435, D. Duarte autoriza a construção de algumas casas sobre a muralha de Aveiro, por exemplo, “por *averem* melhor vista”. Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

<sup>1280</sup> Jorge de ALARCÃO, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 217.

<sup>1281</sup> David NICHOLAS, *The growth of Medieval cities, From late Antiquity to the early fourteenth century*, Londres, Routledge, 1997, p. 93 e 99.

<sup>1282</sup> Katherine L. REYERSON, “Medieval walled space: Urban development vs. defense”, *City walls, The urban enceinte in global perspective*, ed. James D. Tracy, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p. 101-103.

para uma arqueologia crítica da arquitetura



---

fig. 60 e 61. casa das Talhas  
detalhe de vão com verga manuelina, exposto já emparedado, piso 1 (em cima)  
detalhe de torreão, piso – 1 (em baixo)  
fotografias do autor, 2018

exigindo-se, porém, ao titular que, em caso de guerra, permitisse “andar pelo dito muro e casas e *tore* e alpendre”<sup>1283</sup>. A partir de 1542, Francisco da Gama, conde da Vidigueira inicia um processo de aquisição e de aforamentos de chãos, torres e de casas junto à muralha de Lisboa, “para poder nelas edificar casas”<sup>1284</sup>. Em sentido contrário, também a preocupação pela restituição das muralhas às suas competências defensivas se encontra presente na documentação. Em 1363, as autoridades de Montpellier, por exemplo, expressavam vontade de desmontar o casario adossado à muralha, cujo patrulhamento impedia, o que de facto veio a consumir-se pouco tempo depois<sup>1285</sup>. Nos inícios do século XVI, o constante recurso aos materiais construtivos da muralha de Coimbra ameaçava de tal modo a sua defensibilidade, que a Câmara se viu forçada a determinar que “nenhuma pessoa (...) mande tirar nem arrancar pedra dos muros”, obrigando os perpetradores a refazer a suas custas os danos que tivessem causado<sup>1286</sup>. Também em Nimes as autoridades expressaram preocupação para com o premente desmonte da muralha, cujos materiais construtivos deveriam ser utilizados na construção de um novo aqueduto, corria já o ano de 1634<sup>1287</sup>. A absorção das muralhas pelas construções impulsionadas pelo crescimento urbano das antigas cidades europeias medievais não deixava de se fazer, portanto, sem recuos ou advertências, que, embora pontuais, nem por isso eram menos vinculativos.

Na chamada casa das Talhas, à rua Fernandes Tomás de Coimbra, distintas fases de construção absorveram também a antiga muralha e uma antiga torre, sem que seja ainda claro em que períodos, mesmo sabendo que por 1532 se registavam já aí doze casas sobre a muralha, três das quais aproveitando torres<sup>1288</sup>. A análise aos materiais com que se ergue a torre identificada permite perceber, por exemplo, como um aparelho irregular de pedra e cal veio reformar um embasamento preexistente, em silharia. Tão importante quanto a cronologia da reforma, cujo enquadramento integra os objetivos da arqueologia da arquitetura, seria, na realidade, entendê-la sob a

---

<sup>1283</sup> Jorge de ALARCÃO, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 220.

<sup>1284</sup> Augusto Vieira da SILVA, *A cerca fernandina de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª ed., 1987, p. 136-138.

<sup>1285</sup> Katherine L. REYERSON, “Medieval walled space: Urban development vs. defense”, *City walls, The urban enceinte in global perspective*, ed. James D. Tracy, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p. 111-112.

<sup>1286</sup> Jorge de ALARCÃO, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 225.

<sup>1287</sup> Christopher R. FRIEDRICHS, *The Early Modern city, 1450-1750*, Nova Iorque, Routledge, 2ª ed., 2013, p. 23.

<sup>1288</sup> J. Branquinho de CARVALHO (Introdução, leitura e notas de), *Tombo antigo de Coimbra (1532)*, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1964, p. 67.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

perspetiva da residencialização ou da restituição à antiga defensibilidade da torre, fenómenos que obrigariam à convocação de visões próprias da história e da história da arte. Sobre uma torre junto à atual rua Fernandes Tomás, aforada a privado em 1532, revela um documento histórico, por exemplo, estar “metida *dentro* em as suas casas”<sup>1289</sup>. Em momentos também ainda não enquadrados cronologicamente, dois arcos em tijolo foram embutidos no aparelho da torre e respetiva muralha, para sustentação de novos muros, erguidos no exterior do perímetro muralhado. Numa fase distinta, ergueu-se uma parede encostada à muralha, na qual se integrou um vão de verga manuelina, igualmente aberto para o exterior do perímetro muralhado. Mais do que promover uma leitura histórico-artística dos arcos ou da verga manuelina, estas reformas exigem um conhecimento do processo de expansão urbanística da cidade de Coimbra para fora do seu primitivo núcleo muralhado, particularmente acentuado ao longo do século XVI, quando a cidade passou de 5 200 habitantes, em 1527, para 10 000, em 1570<sup>1290</sup>, o que obrigaria convocar interpretações próprias da história do urbanismo. Para além da obra de reabilitação, a absoluta compreensão e valorização da arquitetura histórica exige, como tal, a convocação interdisciplinar de diferentes áreas científicas, cujos enquadramentos teóricos, obtidos por métodos não circunscritos a nenhuma delas, se possam reunir em modelos interpretativos verdadeiramente integrativos<sup>1291</sup>.

**António Ginja:** “Os estudos de arqueologia da arquitetura em Guimarães têm contado com a colaboração de outras áreas disciplinares, numa lógica de trabalho integrado ou interdisciplinar?”

**Paula Ramalho:** “... Essa interdisciplinaridade é propiciada por nós, município, desde logo porque são necessários conhecimentos muito especializado de que, felizmente, dispomos na nossa equipa técnica (...). A nossa monitorização à obra é, por isso, quase sempre conjunta, entre mim, que acompanho as questões da arqueologia, a engenharia e a arquitetura (...). Por exemplo, na torre da Alfândega, a do célebre letrado “Aqui Nasceu

---

<sup>1289</sup> J. Branquinho de CARVALHO (Introdução, leitura e notas de), *Tombo antigo de Coimbra (1532)*, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1964, p. 67.

<sup>1290</sup> Rui LOBO, “Coimbra: Evolução do espaço urbano”, *Revista ECDJ*, n.º 3, 2000, p. 29.

<sup>1291</sup> Segundo definição *in* Sally W. ABOELELA, Elaine LARSON, Suzanne BAKKEN, Olveen CARRASQUILLO, Allan FORMICOLA, Sherry A. GIELD, Janet HAAS, Kristine M. GEBBIE, “Defining interdisciplinary research: Conclusions from a critical review of the literature”, *Health Services Research*, vol. 42, n.º 1, 2007, p. 341.

Portugal”, estamos neste momento com uma intervenção em que os princípios da arqueologia da arquitetura foram aplicados desde o primeiro momento, detetando um conjunto de debilidades estruturais que obrigou a uma revisão do projeto, assente nas leituras que a arqueologia da arquitetura propiciou, para a qual se convocou (...) técnicos capazes de assegurar a estabilidade estrutural (...). Paralelamente, convocou-se para a obra a componente de conservação e restauro para corrigir patologias verificadas no granito. É um projeto interdisciplinar, numa abordagem sistematicamente integrada.”

**António Ginja:** “Quais as vantagens para a arqueologia da arquitetura?”

**Paula Ramalho:** “... Essa análise conjunta permite-nos outras leituras da massa edificada, sobretudo quando o edifício se apresenta na sua generalidade erguido neste tipo de técnicas [tradicionais].”<sup>1292</sup>

À medida que o método estratigráfico convence os arqueólogos de que dispõem de “*un avance en el rigor analítico*”, relativamente a outras disciplinas<sup>1293</sup>, idealização assente, pelo menos em parte, numa objetividade que se funda na premissa, real ou imaginada, de que o artefacto arqueológico, ao contrário da obra de arte, dispensa a experiência estética, as interpretações historiográficas de índole arqueológica ao património arquitetónico, as únicas legalmente recomendadas em Portugal, executam-se cada vez mais isoladas dos contributos de outras disciplinas. O entendimento arqueológico da arquitetura histórica, não obstante, não pode senão oferecer à reabilitação, sobretudo quando apenas limitada a leituras estratigráficas, informações demasiado circunscritas a definições cronotipológicas, que são por si só insuficientes para abranger todos os processos históricos inerentes à produção da maior parte dos edifícios analisados. O edificado histórico, com efeito, em particular nos tecidos urbanos pré-industriais, sobre os quais incide uma parte bastante significativa de toda a reabilitação arquitetónica praticada no país, resulta não raras vezes de processos construtivos que se acumulam em função de fenómenos que só outras disciplinas, com as suas molduras teóricas e operativas próprias, poderão compreender. Caso almeje deveras aproximar-se do conhecimento que advém da

---

<sup>1292</sup> Paula Ramalho, em entrevista concedida ao autor, por videoconferência, a 9 de dezembro de 2022.

<sup>1293</sup> Luís CABALLERO ZOREDA, “Edificio histórico y arqueología: Un compromiso entre exigencias, responsabilidad y formación”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 6, 2009, p. 16.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

interpretação historiográfica de um edifício histórico, principalmente se localizado nos chamados 'centros históricos', a arqueologia da arquitetura necessitará, portanto, de aliar-se, antes, durante e além do projeto de reabilitação, a todas as disciplinas que, como ela, procuram na arquitetura vestígios do seu passado.

## conclusão

Refletir sobre reabilitação urbana implica nos dias de hoje a ponderação de fatores que ultrapassam em muito os paradigmas da antiga discussão oitocentista em torno do restauro arquitetónico, dicotomizada entre a conservação da ruína e a reedificação estilística. Produto de uma consciencialização que cresceu a par das perdas de património arquitetónico, com que, consequência de conflitos armados, de revoluções, da industrialização e da modernização das cidades, se pautaram os séculos XIX e XX, fatores como o valor documental ou a atratividade turística do edificado a reabilitar são hoje, de facto, incontornáveis. A legislação e as instituições tutelares com que cada país regulamenta e supervisiona a reabilitação de património arquitetónico mais não são, como tal, do que mecanismos formais com que as diferentes sensibilidades nacionais garantem a correta ponderação dos fatores que creem poder ser afetados pela intervenção de reabilitação. Em Portugal, por exemplo, a lei de bases do património cultural 107/2001 interpreta o património arquitetónico como património arqueológico, pendendo, portanto, para a valorização da sua natureza histórica. Desde o século XVIII, e sobretudo a partir do postulado de Winckelmann, que a obra de arte, e por acréscimo também a arquitetura, se encontra, com efeito, solidamente consolidada como documento histórico. Muito se discutiu desde então sobre objetividade e subjetividade dos exercícios historiográficos, mas a obra de arte não deixou nunca mais de ser encarada como documento histórico. “*Art objects (...) came to have the status of historical documents*”, afirmava o historiador de arte Donald

para uma arqueologia crítica da arquitetura

Preziosi, porque o seu significado constitui, defendeu, “[a] *profoundly revealing evidence for the character of an age*”<sup>1294</sup>.

Como manifestação da cultura material de uma dada época, a arquitetura entra no domínio da arqueologia. Mas o desejo de conhecer a relação entre as sociedades do passado e os espaços que construíram recua a tempos bem anteriores aos da formação da arqueologia enquanto disciplina científica. Nos séculos XVII e XVIII, os arquitetos Antoine Desgodetz ou James Stuart, por exemplo, discerniram diferentes fases construtivas em templos da Antiguidade clássica. Servindo-se de elementos formais e estilísticos para dedução de períodos cronológicos, encontravam-se, contudo, bem longe da prática da arqueologia da arquitetura. Por desconhecerem os contornos metodológicos da estratigrafia, como a irrepetibilidade e a especificidade dos diretores fósseis, estabelecidos apenas desde finais do século XVIII pelos geólogos Jean André DeLuc e William Smith, não poderiam sequer praticar ainda arqueologia. Mas arquitetura histórica não integraria o domínio da arqueologia sem que as estruturas construídas no passado passassem primeiro, de facto, a ser encaradas como documentos históricos. Sem a arquitetura da “*antica magnificentia*”, deliberava, já em 1452, o arquiteto Leon Battista Alberti, dificilmente se poderia acreditar “*a molte cose dette dalli historiografi*”<sup>1295</sup>. Cimentado havia muito o seu valor histórico, qualquer incidente que redundasse na destruição de certos conjuntos arquitetónicos não poderia, sobretudo quando confrontados com a perda de património arquitetónico sofrida durante os séculos XIX e XX, deixar de ser encarado, desde os alvares da contemporaneidade, portanto, uma subtração documental insanável.

Reforçada pela Carta de Veneza a necessidade de trabalhos arqueológicos associados ao restauro arquitetónico, a arqueologia apresentava-se, pela década de 1960 como a disciplina que, metodologicamente capacitada para a análise cronológica e tipológica de todas as fases de ocupação humana de um dado local, poderia resgatar e interpretar as valências históricas do património arquitetónico, antes que o mesmo se perdesse por ações destrutivas ou até pelos projetos que se propusessem a reabilitá-lo. Todavia, nascida, pela década de 1970, de estudos arqueológicos em contextos medievais e urbanos, a arqueologia aplicada à arquitetura assumiu no seu início a epistemologia processualista própria das arqueologias medieval e urbana da

---

<sup>1294</sup> Donald PREZIOSI (ed.), *The art of art history: A critical anthology*, Oxford, Oxford University Press, 2ª ed., 2009, p. 7 (obra original de 1998).

<sup>1295</sup> Leon Battista ALBERTI, *Della architettura, della pittura e della statua*, trad. Cosimo Bartoli, Bolonha, Istituto delle Scienze, 1782, p. 3 (edição italiana, a partir do original em latim, apresentado em 1452).

época. Seguindo linhas metodológicas que decorriam, entre outras, da teoria dos lugares centrais ou da teoria de alcance intermédio, pressupôs, por exemplo, a formulação antecipada de teorias que possibilitassem o reconhecimento de padrões e de leis gerais. A adoção do próprio método estratigráfico pela arqueologia da arquitetura, ponto de partida para definições processualistas assentes nas características morfológicas das estruturas edificadas, pretendia assegurar-lhe um instrumento cientificamente objetivo, capaz de gerar conhecimentos históricos irrefutáveis. A arqueologia da arquitetura, como declararam os arqueólogos José Murillo Fragero e Leandro Sánchez Zufiaurre, gerava “*un conocimiento histórico sólido*”, evitando-se, como sugeriu a arqueóloga Maria de Magalhães Ramalho, “a visão *subjectiva* que sempre marcou grande parte dos estudos de história da *arquitectura*”<sup>1296</sup>. Embora muito debatida, sobretudo durante o abalo pós-processualista com que a arqueologia se viu confrontada a partir da década de 1970, a estratigrafia permaneceu sempre indispensável. Como toda a arqueologia, a arqueologia da arquitetura não deixava de basear-se, como tal, num método que não só se acreditava ser absolutamente objetivo, como, para mais, havia nascido no início do século XIX para interpretação de processos de estratificação geológica com milhões de anos, paradoxo, que de resto, o próprio Edward Harris não deixou de sublinhar.

Presente em Portugal desde o início da década de 1990, a arqueologia da arquitetura, hoje uma recomendação legal no país, pratica-se sobretudo no âmbito de projetos com afetação ao edificado protegido. Neste sentido, a disciplina convive de perto, não só com as idiosincrasias próprias dos projetos arquitetónicos em contexto de reabilitação urbana, particularmente desafiantes nos chamados ‘centros históricos’, como também com as dificuldades que decorrem da longa e atribulada relação entre o Estado Português e os seus patrimónios arquitetónico e arqueológico. Desde meados do século XIX, até inícios da década de 1980, com efeito, que os patrimónios arquitetónico e arqueológico oscilaram em Portugal, ao sabor dos diferentes regimes políticos de cada época, entre as tutelas dos ministérios da Educação e das Obras Públicas e das suas instituições, não raras vezes discordantes, que os geriam e os intervencionavam isoladamente umas das outras, com sobreposição de competências

---

<sup>1296</sup> José Ignacio MURILLO FRAGERO, Leandro SÁNCHEZ ZUFIAURRE, “Presentación. La arqueología de la arquitectura y su creciente generalización. Algunos problemas de método, ejecución y organización”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 3, 2004, p.123; Maria de Magalhães RAMALHO, “Arqueologia da arquitectura, O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitetónico”, *Estudos/Património*, n.º 3, 2002, p. 23.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

e indefinição de fronteiras de atuação. Só a partir de inícios de 1980, se juntariam sob a administração de uma mesma instituição e, de forma mais significativa, sob a tutela única da Cultura, ambos os patrimónios arquitetónico e arqueológico, entretanto salvaguardados por uma lei de bases do património português, promulgada em 1985. Coincidindo com um período de acentuado desenvolvimento da arqueologia nacional, os primeiros trabalhos de arqueologia da arquitetura no país, de finais da década de 1980 a meados da década seguinte, realizaram-se precisamente sob a égide e, muitas vezes, pela própria iniciativa, deste novo paradigma institucional. O enquadramento legal, não obstante, não chegaria senão em 2001, por via de uma nova lei de bases do património cultural, que inequivocamente designava o património arquitetónico como património arqueológico.

Desde então, os pareceres emitidos pela tutela em sede de licenciamento de projetos de reabilitação urbana, condicionando as obras a trabalhos de arqueologia do edificado, têm vindo a subir. Só entre 2001 e 2002, os projetos condicionados a arqueologia da arquitetura subiram de uns residuais 0,5% de todos os trabalhos autorizados pela tutela, para 23,9%. Os regulamentos e as práticas com que se define a arqueologia da arquitetura em contexto de restauro arquitetónico permanecem em Portugal, todavia, muito deficitários. Do decreto-lei n.º 555/1999, que define o regime jurídico da urbanização e edificação, resulta, por exemplo, a dispensa de licenciamento para obras que se resumam a alterações no interior dos edifícios. À tutela, por conseguinte, não chegam muitos dos projetos que resultem em demolições de conjuntos edificados, mesmo quando em áreas de grande sensibilidade patrimonial, do mesmo modo que não chegam, quando estes, mesmo em 'centros históricos', não se encontrem classificados ou em áreas protegidas. Ao insuficiente enquadramento legal e administrativo acresce também a subjetividade, a personalização e a reversibilidade das condicionantes que, dependendo da leitura da lei, são impostas pela tutela. No 'centro histórico' de Coimbra, por exemplo, projetos com o mesmo tipo de impactos arquitetónicos foram amiúde sujeitos a condicionantes desiguais. Um mesmo projeto colheu ocasionalmente condicionantes distintas, em função dos responsáveis pela sua apreciação. E pareceres que condicionavam projetos a arqueologia da arquitetura chegaram mesmo a ser superiormente anulados. Aos problemas que decorrem do enquadramento da lei e da sua subjetiva interpretação, somam-se para mais, agravando a praticabilidade e a imagem social da disciplina, uma grave carência na formação dos arqueólogos. Das sete universidades portuguesas que oferecem licenciaturas em arqueologia, apenas uma confirmou

facultar uma unidade curricular especificamente dedicada ao ensino da arqueologia da arquitetura. Não surpreendentemente, entre 2001 e 2016, apenas 8,6% dos relatórios de arqueologia, decorrentes de projetos de reabilitação condicionados pela tutela a arqueologia da arquitetura no 'centro histórico' de Coimbra, continham leituras estratigráficas do edificado.

Da subjetividade interpretativa dos diplomas que regulamentam a atividade arqueológica em contexto de projetos com impacto sobre o património arquitetónico, em conjunto com o fraco investimento formativo na área da arqueologia da arquitetura, resulta, conseqüentemente, que a disciplina em Portugal seja ainda mal praticada e muito incompreendida. Arqueólogos, promotores de reabilitação urbana e a própria tutela dos bens culturais aplicam e compreendem ainda inadequadamente os métodos da arqueologia da arquitetura, diminuindo-a nas suas funções científicas, tanto quanto nas suas potencialidades enquanto impulsionadora de reabilitações mais bem informadas. A debilitada operatividade da disciplina em Portugal não constitui, no entanto, o seu único óbice. Apostando na estratigrafia para a interpretação dos seus objetos de estudo, a arqueologia da arquitetura, na realidade, cresceu sobre a ilusória premissa de um método objetivo e irrefutável. A arquitetura, porém, simbólica e fenomenologicamente carregada, identifica-se, aos dias de hoje, por cada vez mais variáveis historiográficas subjetivas. Tendendo para a valorização da componente histórica da arquitetura, como, ao incluí-la sob o património arqueológico, de facto tende, a lei de bases do património cultural, além do mais, parece ignorar ainda componentes do legado arquitetónico não diretamente ponderáveis pelo método arqueológico, como a sua capacidade de invocação de permanências culturais, a sua preponderância para a valorização social de tradições habitualmente tidas por menores, a sua relação social para com os seus utilizadores e para com toda a comunidade em que se insere, ou o seu contributo para a compreensão da evolução urbanística da cidade que o alberga. Em Portugal, portanto, a arqueologia da arquitetura, dependente ainda de agentes pouco esclarecidos, que operam ao ritmo de diplomas legais passíveis de interpretações circunstanciais, continua a ter por finalidade a aplicação de um método científico afinal tão subjetivo quanto qualquer outro, para resolução de incógnitas não raras vezes intangíveis, deixando frequentemente de parte componentes muito significativas do valor patrimonial do seu objeto de estudo.

O primeiro passo para melhorar a aplicabilidade da arqueologia da arquitetura em Portugal deverá advir, portanto, de uma profunda reformulação da lei, não apenas



para uma arqueologia crítica da arquitetura

nos termos segundo os quais se deve aplicar a disciplina em contexto de reabilitação urbana, como também no cabal esclarecimento da sua forma de atuação. Sem exigir trabalhos de arqueologia da arquitetura, fundados numa efetiva leitura estratigráfica, em todos os projetos de reabilitação de que resultem impactos sobre o edificado protegido, tanto “as medidas de *proteção*”, exigidas pela lei de bases do património cultural 107/2001, como a “estratigrafia da arquitetura”, definida como trabalho arqueológico pelo decreto-lei nº 164/2014, continuarão dependentes de interpretações subjetivas e conjunturais. De igual modo, também o tempo da arqueologia da arquitetura merece uma profunda revisão, que pode, por sinal, ocorrer igualmente no âmbito da legislação. Aplicada quase em exclusivo durante a fase de execução do projeto de reabilitação, a arqueologia da arquitetura confronta-se frequentemente com a descoberta de elementos patrimoniais que, não previstos em sede de estudo prévio, causam atrasos e despesas adicionais. Mas prevista a obrigatoriedade de um relatório prévio pelo decreto-lei nº 140/2009, que defina, para efeitos de licenciamento de obras em imóveis protegidos, uma “avaliação das obras” e respetivos impactos “em relação a bens culturais”, existe já a possibilidade de, em fase prévia à obra, apresentar ao município e à tutela uma ponderação historiográfica e patrimonial sobre o imóvel a afetar. Adaptando o decreto existente, estudos arqueológicos do edificado poderiam ocorrer também em sede do relatório prévio, para, em fase prévia à obra, um esclarecimento adequado da tutela quanto aos bens a afetar e, de modo mais significativo, para informar atempadamente o projeto sobre as ocorrências patrimoniais do local. A aplicação da arqueologia da arquitetura em sede do relatório prévio, como tal, não só capacitaria a tutela das ferramentas de que necessita para a correta emissão de condicionantes, como também preveniria despesas e atrasos não calculados, melhorando a aceitação social da própria disciplina.

Enquanto suporte de dimensões simbólicas, além do mais experienciadas fenomenologicamente por utilizadores e investigadores em comum, a arquitetura expressa, no entanto, valores culturais e sociais não percecionados por interpretações limitadas à análise estratigráfica. Neste sentido, um segundo passo deverá ser dado em direção a uma maior eficácia do próprio método em que se funda a arqueologia da arquitetura, não só no domínio da sua operabilidade técnica, como também nos moldes em que a disciplina concorre nos dias de hoje para a formação dos técnicos que a empregarão em contexto de reabilitação arquitetónica. Sem um maior investimento no ensino das técnicas e dos pressupostos teóricos próprios da arqueologia da arquitetura, não será sequer moralmente correto exigir dos

arqueólogos a operar em obra que compreendam ou saibam descrever a evolução construtiva dos bens culturais com que amiúde se deparam. O ensino do método estratigráfico aplicado à arquitetura, não obstante, não deverá limitar-se à exposição dos critérios de anterioridade e de posterioridade construtivas. Abraçando a subjetividade com que os fenómenos sociais e culturais inerentes à arquitetura, que perduram ou evoluem ao longo de diferentes épocas, são cientificamente percecionados, a arqueologia da arquitetura, ensinada e praticada, deverá incluir também, junto de cada estrato identificado, parâmetros de avaliação transdisciplinar, ultrapassando o estrito foco da arqueologia para, através de sínteses que abranjam diferentes disciplinas, alcançar conclusões científicas mais completas, melhorar o seu contributo no âmbito da reabilitação urbana e, sobretudo, construir, como ambicionou um dia o arqueólogo Luis Caballero Zoreda, “*una historia social de la producción arquitectónica*”<sup>1297</sup>.

---

<sup>1297</sup> Luis CABALLERO ZOREDA, “Edificio histórico y arqueología: Un compromiso entre exigencias, responsabilidad y formación”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 6, 2009, p. 14.



## fontes e referências bibliográficas

- A. V., "In Memoriam. Sir William St John Hope", *Archaeologia Cantiana*, vol. 34, p. 149-152, 1920.
- AAVV., *A companion to ancient history, Blackwell companions to the ancient world*, ed. Andrew Erskine, Malden, Wiley-Blackwell, 2013.
- AAVV., *A companion to Kant, Blackwell companions to philosophy*, ed. Graham Bird, Malden, Wiley-Blackwell, 2010.
- AAVV., *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, 2011.
- AAVV., *Archaeology of Bruce Trigger: Theoretical empiricism*, ed. Ronald Williamson, Michael S. Bisson, Montreal, McGill-Queen's Press, 2006.
- AAVV., *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All'Insegna del Giglio, 1988.
- AAVV., *Archeological theory today*, ed. Ian Hodder, Cambridge, Polity, 2001.
- AAVV., *Architectural theory: From the Renaissance to the present*, Köln, Taschen, 2003.
- AAVV., *Arquitetura Popular em Portugal*, vol. I e II, Lisboa, Sindicato Nacional de Arquitectos, 1961.
- AAVV., *Beyond the map: Archaeology and spatial technologies*, ed. Gary Lock, Amesterdão, IOS Press, 2000.
- AAVV., *Camillo Boito: Un protagonista dell'Ottocento italiano*, ed. Guido Zucconi, Tiziana Serena, Venezia, Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, 2003.
- AAVV., *Early human behaviour in global context: The rise and diversity of the Lower Palaeolithic record*, ed. Michael D. Petraglia, Ravi Korisettar, Londres, Routledge, 1998.
- AAVV., *Experimental archaeology and theory*, ed. Frederick W. F. Foulds, Oxford, Oxbow Books, 2013.
- AAVV., *Georg Simmel and contemporary sociology*, ed. Michael Kaern, Bernard S. Phillips, Robert S. Cohen, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1990.
- AAVV., "Gonçalves, António Augusto", *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis*, dir. Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. 2, p. 280, 1992.
- AAVV., *Handbook of archaeological methods*, ed. Herbert D. G. Maschner, Christopher Chippindale, Lanham, Rowman Altamira, vol. 1, 2005.
- AAVV., *Handbook of postcolonial archaeology*, ed. Jane Lydon, Uzma Z. Rizvi, Londres, Routledge, 2010.
- AAVV., *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, dir. José Mattoso, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- AAVV., *Incontro di studi in memoria di Massimo Pallottino*, Pisa, Istituti editoriali e poligrafici internazionali, 1999.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

- AAVV., *James 'Athenian' Stuart, 1713-1788: The rediscovery of Antiquity*, ed. Susan Weber Soros, New Haven, Yale University Press, 2006.
- AAVV., *Les formes de causalité dans les sciences de la vie et de la terre*, ed. Guy Rumelhard, Paris, Institut National de Recherche Pédagogique, 2000.
- AAVV., *Manual on the technique of archaeological excavations*, Paris, International Museums Office, 1940.
- AAVV., *Mértola, Da escavação arqueológica ao museu*, coord. Maria de Fátima Palma, Clara Rodrigues, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2016.
- AAVV., *Património, Balanço e perspectivas [2000-2006]*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000.
- AAVV., *Portugal da Monarquia para a República*, dir. Joel Serrão, António Oliveira Marques, coord. António Oliveira Marques, col. Nova História de Portugal, vol. XI, Lisboa, Presença, 1991.
- AAVV., *Portugal e a Restauração*, dir. Joel Serrão, coord. Fernando de Sousa, António Oliveira Marques, col. Nova História de Portugal, vol. X, Lisboa, Presença, 2004.
- AAVV., *Practices of archaeological stratigraphy*, ed. Edward C. Harris, Marley R. Brown, Gregory J. Brown, Londres, Academic Press, 1993.
- AAVV., *Processual archaeology: Exploring analytical strategies, frames of reference, and culture process*, ed. Amber L. Johnson, Westport, Greenwood Publishing Group, 2004.
- AAVV., *R. G. Collingwood: An autobiography and other writings with essays on Collingwood's life and work*, Oxford, Oxford University Press, 2013.
- AAVV., *Science, explanation, and rationality: Aspects of the philosophy of Carl G. Hempel*, ed. James H. Fetzer, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- AAVV., *Symbolic and structural archaeology*, ed. Ian Hodder, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- AAVV., *The archaeology of V. Gordon Childe: Contemporary perspectives*, ed. David Harris, Chicago, University of Chicago Press, 1994.
- AAVV., *The Cambridge companion to Descartes*, ed. John Cottingham, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- AAVV., *The Cambridge companion to Newton*, ed. Irwin Bernard Cohen, George E. Smith, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- AAVV., *The legacy of Benedetto Croce, Contemporary critical views*, ed. Jack D'Amico, Dain A. Trafton, Massimo Verdicchio, Toronto, University of Toronto Press, 1999.
- AAVV., *The Oxford companion to archaeology*, ed. Neil Asher Silberman, Alexander A. Bauer, Cornelius Holtorf, Margarita Díaz-Andreu García, Emma Waterton, Oxford, Oxford University Press, 1996.
- AAVV., *The Venice Charter revisited: Modernism, conservation and tradition in the 21st Century*, ed. Matthew Hardy, Cambridge, Cambridge Scholars, 2008.
- AAVV., *The work of Jacques Le Goff and the challenges of Medieval history*, ed. Miri Rubin, Woodbridge, Boydell Press, 1997.
- ABLER, Ronald F.; ADAMS, John S.; GOULD, Peter, *Spatial organization: The geographer's view of the world*, Nova Jérsea, Prentice-Hall, 1971.
- ABOELÉLA, Sally W.; LARSON, Elaine; BAKKEN, Suzanne; CARRASQUILLO, Olveen; FORMICOLA, Allan; GIELD, Sherry A.; HAAS, Janet; GEBBIE, Kristine M., "Defining interdisciplinary research: Conclusions from a critical review of the literature", *Health Services Research*, vol. 42, n.º 1, p. 329-346, 2007.
- ACOT, Pascal, *História das ciências*, trad. José Espadeiro Martins, Lisboa, Edições 70, 2001.

- AGUIAR, José, “A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: Estratégia, método e algumas questões disciplinares”, *Guimarães. Património Cultural da Humanidade*, coord. Margarida Morais, Madalena Vaz, Guimarães, Câmara Municipal, p. 51-135, 2002.
- AGUIAR, José, “Após Veneza: Do restauro estilístico para o restauro crítico”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. IV, p. 219-236, 2ª ed., 2011.
- AGUIAR, José, “Projecto de conservação: Da importância do método à oportunidade das surpresas”, *www.researchgate.net*, 2004 [consultado em: [https://www.researchgate.net/publication/237584978\\_PROJECTO\\_DE\\_CONSERVACAO\\_DA\\_IMPORTANCIA\\_DO\\_METODO\\_A\\_OPORTUNIDADE\\_DAS\\_SURPRESAS](https://www.researchgate.net/publication/237584978_PROJECTO_DE_CONSERVACAO_DA_IMPORTANCIA_DO_METODO_A_OPORTUNIDADE_DAS_SURPRESAS); a: 11 de outubro de 2022].
- ALARCÃO, Adília, “O património como um todo. Contributos da democracia de Abril”, *Ciências e Técnicas do Património*, vol. XIII, p. 233-237, 2014.
- ALARCÃO, Jorge de, *A escrita do tempo e a sua verdade (ensaio de epistemologia da arqueologia)*, Coimbra, Quarteto, 2000.
- ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- ALARCÃO, Jorge de, *Para uma conciliação das arqueologias*, Porto, Afrontamento, 1996.
- ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário, *Dicionário de arqueologia portuguesa*, Porto, Figueirinhas, 2012.
- ALBERTI, Leon Battista, *Della architettura, della pittura e della statua*, trad. Cosimo Bartoli, Bolonha, Instituto delle Scienze, 1782.
- Aldeias de Xisto, “Sobre nós”, <https://aldeiasdoxisto.pt> [consultado em: <https://aldeiasdoxisto.pt/content/Rede>; a: 11 de setembro de 2021].
- ALLUM, Percy, “Italian society transformed”, *Italy since 1945, The short Oxford history of Italy*, ed. John A. Davis, Patrick McCarthy, Oxford, Oxford University Press, p. 10-41, 2000.
- ALMACA, Carlos, *O homem medieval e a biodiversidade*, Lisboa, Museu Bocage – Museu Nacional de História Natural, 2000.
- AMMERMAN, Albert, “On Giacomo Boni, the origins of the Forum, and where we stand today”, *Journal of Roman Archaeology*, vol. 29, p. 293-311, 2016.
- AMENDOEIRA, Ana Paula, “O Património de Portugal na Lista da UNESCO”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. V, p. 303-312, 2ª ed., 2011.
- ANDERSON, Jaynie, *The life of Giovanni Morelli in Risorgimento Italy*, Roma, Officina Libraria, 2019.
- ANDREWS, David, “Remembering medieval archaeology in Italy in the 1970’s”, *Post-Classical Archaeologies*, vol. 1, p. 493-495, 2011.
- ANDREWS, David; PRINGLE, Denys, “Lo scavo dell’area sud del convento di S. Silvestro a Genova”, *Archeologia Medievale*, n.º IV, p. 47-207, 1977.
- APPLETON, João; AGUIAR, José; CABRITA, António Reis; *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1993.
- ARANTES, Otilia Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo, *Um ponto cego no projeto moderno, de Jürgen Habermas*, São Paulo, Brasiliense, 1992.
- ARAÚJO, João; CARDOSO, Bernardo; CASTELO, Inês; MUCCIOLI, Giovanni; REIS, Helena; RUELA, Sara, “A arqueologia urbana em Lisboa: Análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial”, *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 97-102, 2013.
- ARMANINI, Pier Olinto, *La cattedrale di Nardò. La cascina Pozzobonello in Milano*, Milão, Umberto Allegratti, 1898.

## para uma arqueologia crítica da arquitetura

- ARON, Raymond, *As etapas do pensamento sociológico*, trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Publicações D. Quixote, 3ª ed., 1994.
- ATKINSON, Richard J. C., *Stonehenge*, Harmondsworth, Penguin Books, 3ª ed., 1979.
- ATKINSON, Richard, J. C., *Field archaeology*, Londres, Methuen & Co., 2ª ed., 1950.
- AUDIAT, Louis, *Bernard Palissy, Étude sur sa vie et ses travaux*, Genebra, Slatkine Reprints, 1970.
- AUGENTI, Andrea, "Medieval archaeology in Italy: From the origins to the presente day", *Reflections: 50 years of Medieval archaeology, 1957-2007*, ed. Roberta Gilchrist, Andrew Reynolds, 2ª ed., Nova Iorque, Routledge, cap. 1, p. 131-154, 2017.
- AYÁN VILA, Xurxo M., "Arquitectura como tecnología de construcción de la realidad social", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 2, p. 55-62 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2003.i2>], 2003.
- AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín, "La arqueología de la arquitectura en el siglo XXI", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 5, p. 11-13 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2009.i5>], 2008.
- AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín, "Archeologia dell'architettura in Spagna", *Archeologia dell'Architettura*, n.º XV, p. 17-28, 2010.
- AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín, "El análisis estratigráfico en la restauración del patrimonio construido. Consideraciones conceptuales e instrumentales", *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, p. 51-63, 2010.
- AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín, "Intereses cognoscitivos y praxis social en arqueología de la arquitectura", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, p. 55-71 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2002.i1>], 2002.
- AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín, GARCÍA GÓMEZ, Ismael, "Las casas-torre bajomedievales. Análisis sistémico de un proceso de reestructuración espacial/territorial", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 3, p. 7-37 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2004.59>], 2004.
- AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín; CABALLERO ZOREDADA, Luís; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, "Arqueología de la arquitectura: Definición disciplinar y nuevas perspectivas", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, p. 7-10 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2002.i1>], 2002.
- AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín; GARCIA-GOMEZ, Ismael; MESANZA-MORAZA, Amaia, "Análisis clúster: Un primer paso sobre técnicas cuantitativas en arqueología de la arquitectura", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 15, p. 1-18 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2018.i15>], 2018.
- BAPTY, Ian, "Nietzsche, Derrida and Foucault: Re-excavating the meaning of archaeology", *Archaeology after structuralism, Post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty, Tim Yates, Londres, Routledge, p. 240-276, 2ª ed., 2015.
- BAPTY, Ian; YATES, Tim (ed.), *Archaeology after Structuralism, Post-structuralism and the practice of archaeology*, London, Routledge, 2ª ed., 2015.
- BARBOSA, J. de Vilhena, "Introdução", *Noções elementares de arqueologia, Obra ilustrada com 324 gravuras*, Lisboa, Lallemand Frères, 1878.
- BARKER, Graeme; FRANCOVICH, Riccardo; GILBERTSON, David; HODGES, Richard; HOLYOAK, David; HUNT, Christopher; PAGET, Fernando; PARENTI, Roberto, "Il progetto Montarrenti (Siena). Relazione preliminare, 1982", *Archeologia Medievale*, n.º X, p. 317-350, 1983.
- BARKER, Philip, *Techniques of archaeological excavation*, Nova Iorque, Universe Books, 1977.
- BARNHART, Terry, "Toward a science of man: European influences on the archaeology of Ephraim George Smith", *New perspectives on the origins of americanist archaeology*, ed. David Browman, Stephen Williams, Tuscaloosa, University of Alabama Press, cap. 4, p. 87-116, 2002.
- BARRETT, John, "Post-processual theory", *The Oxford companion to archaeology*, ed. Brian Fagan, Oxford, Oxford University Press, p. 576-578, 1996.

- BASÍLIO, Lília; ALMEIDA, Miguel, “Arqueologia do edificado em contexto de arqueologia preventiva: O exemplo da Baixinha de Coimbra (Portugal)”, *Arqueologia de la Arquitectura*, n.º 7, p. 129-146 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2010.i7>], 2010.
- BAUDELAIRE, Charles, *Le peintre de la vie moderne*, col. *Œuvres complètes de Charles Baudelaire* Paris, Calmann Lèvy, 1885.
- BENOIT, Lelita Oliveira, *Sociologia comteana: Gênese e devir*, São Paulo, Discurso Editorial, 1999.
- BERGDOLL, Barry, *European architecture, 1750-1890*, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- BERLIN, Isaiah, *The roots of Romanticism*, ed. Henry Hardy, Princeton, Princeton University Press, 2001.
- BERNSTEIN, Harry, *Alexandre Herculano (1810-1877), Portugal's prime historian and historical novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1983.
- BERNSTEIN, Richard, *Thomas Jefferson: The revolution of ideas*, Oxford, Oxford University Press, 2004.
- BERTALANFFY, Ludwig von, *General system theory: Foundations, development, applications*, Nova Iorque, George Braziller, 1968.
- BEYSSADE, Michelle, *Descartes*, trad. Fernanda Figueira, Lisboa, Edições 70, 1991.
- BIANCHI, Giovanna, “Trasmmissione dei saperi tecnici e analisi dei procedimenti costruttivi di età medievale”, *Archeologia dell'Architettura*, n.º I, p. 53-64, 1996.
- BIANCHI, Giovanna; NARDINI, Alessandra, “Archeologia dell'architettura di un centro storico. Proposta per un'elaborazione informatica dei dati su piattaforma G.I.S. bidimensionale”, *Il Congresso Nazionale di Archeologia Medievale*, ed. Gian Pietro Brogiolo, Brescia, All'Insegna del Giglio, p. 381-388, 2000.
- BINFORD, Lewis R., “Archaeological Perspectives”, *New perspectives in archaeology*, ed. Sally Binford, Lewis Binford, Chicago, Aldine Publishing Company, cap. 1, p. 5-32, 4ª ed., 1972.
- BINFORD, Lewis R., *An archaeological perspective*, Nova Iorque, Seminar Press, 1972.
- BINFORD, Lewis R., *Bones, Ancient men and Modern myths*, San Diego, Academic Press, 1981.
- BINFORD, Lewis R., *Working at archaeology*, Nova Iorque, Academic Press, 1983.
- BINTLIFF, John, “The Death of Archaeological Theory?”, *The Death of Archaeological Theory?*, ed. John Bintliff, Mark Pearce, Oxford, Oxbow Books, 2012.
- BLAKE, Hugo, “Professionalizzazione e frammentazione: Ricordando l'archeologia medievale nel lungo decennio 1969-1981”, *Post-classical Archaeologies*, vol. 1, p. 452-480, 2011.
- BLEIBERG, Edward, *Arts and humanities through the eras: Renaissance Europe (1300-1600)*, ed. Philip M. Soergel, Detroit, Thomson Gale, 2005.
- BOITO, Camillo, “In memoria di P. O. Armanini”, *La cattedrale di Nardò. La cascina Pozzobonello in Milano*, Milão, Umberto Allegretti, p. 9-16, 1898.
- BONAPARTE, Napoleão, *Description de l'Égypte*, Köln, Taschen, 1994.
- BONELLI, Renato, “Archeologia stratigrafica e storia dell'architettura”, *Architettura, Storia e Documenti*, n.º 2, p. 5-10, 1986.
- BONI, Giacomo, “Il metodo negli scavi archeologici”, *Nuova Antologia*, série IV, vol. XCIV, p. 312-322, 1901.
- BONNEWITZ, Patrice, *Premières leçons sur la sociologie de P. Bourdieu*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.
- BONORA, Ferdinando, “Note su un'archeologia dell'edilizia”, *Archeologia Medievale*, n.º VI, p. 171-182, 1979.
- BORGES, Vera Alexandra Fânica, *Arqueologia da arquitectura para uma reabilitação informada*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2019.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

- BOSANQUET, Robert, "Introduction, Segontium and the Roman Occupation of Wales", *The Magazine of the Honourable Society of Cymmrodorion*, Londres, Cymmrodorion Society, vol. 33, p. 5-13, 1923.
- BOSMAN, Francesca, "Una torre medievale a Via Monte della Farina: Ricerche topografiche e analisi della struttura", *Archeologia Medievale*, n.º XVII, p. 633-660, 1990.
- BOTELHO, Maria Leonor, "A Sé do Porto e as intervenções da DGEMN (1929-1982)", *Estudos de História Religiosa*, n.º 16, p. 155-176, 2014.
- BOUCHER, Bruce, *Andrea Palladio: The architect in his time*, Nova Iorque, Abbeville, 2007.
- BOULANGER, Nicolas, *Anecdotes physiques de l'histoire de la nature: Avec la nouvelle mappemonde et le mémoire sur une nouvelle mappemonde*, Paris, Honoré Champion, tomo II, 1753.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé, *As escolas históricas*, trad. Ana Rabaça, Mem Martins, Europa-América, 2ª ed., 2003.
- BOURDIEU, Pierre, *Outline of a theory of practice*, trad. Richard Nice, Nova Iorque, Cambridge University Press, 28ª ed., 2013.
- BOWDEN, Mark, *Pitt Rivers, The life and archaeological work of Lieutenant-General Augustus Henry Lane Fox Pitt Rivers*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- BRADFORD, John, *Ancient landscapes: Studies in field archaeology*, Londres, Bell, 1957.
- BRANDI, Cesare, *Struttura e architettura*, Turim, Giulio Einaudi, 3ª ed., 1975.
- BRANDI, Cesare, *Teoria del restauro*, Turim, Einaudi, 2ª ed., 2000.
- BREISACH, Ernst, *Historiography: Ancient, Medieval & Modern*, Chicago, University of Chicago Press, 2ª ed., 1994.
- BRESSANI, Martin, *Architecture and the historical imagination: Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc, 1814–1879*, Londres, Routledge, 2016.
- BRIEY, Laurent, *O conflito dos paradigmas. Habermas, Renaut: Duas estratégias de renovação do projecto moderno*, trad. Rui Pacheco, Lisboa, Instituto Piaget, 2009.
- BRODEY, Inger S. B., "On Pre-Romanticism or sensibility: Defining ambivalences", *A companion to European romanticism*, ed. Michael Ferber, Malden, Blackwell, 2005, p. 10-28.
- BROGIOLO, Gian Pietro, "Alle origini dell'archeologia medievale in Italia", *Post-classical Archaeologies*, vol. 1, p. 419-423, 2011.
- BROGIOLO, Gian Pietro, "Archeologia urbana a Brescia", *Restauro & Città*, n.º 2, ano I, p. 69-78, 1985.
- BROGIOLO, Gian Pietro, "Arqueología estratigráfica y restauración", *Informes de la Construcción*, vol. 46, n.º 435, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 31-36, 1995.
- BROGIOLO, Gian Pietro, "Campionatura e obiettivi nell'analisi stratigrafica degli elevate", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Firenze, All'Insegna del Giglio, p. 335-346, 1988.
- BROGIOLO, Gian Pietro, "I differenti linguaggi della stratigrafia", *Archeologia dell'Architettura*, n.º XIX, p. 66-69, 2014.
- BROGIOLO, Gian Pietro, "L'archeologia dell'architettura in Italia nell'ultimo quinquennio (1997-2001)", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, p. 19-26 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2002.i1>], 2002.
- BROGIOLO, Gian Pietro, "Procedure di documentazione e percorsi interpretativi dell'edilizia storica", *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, p. 121-127, 2010.
- BROGIOLO, Gian Pietro, "Prospettive per l'archeologia dell'architettura", *Archeologia dell'Architettura*, n.º I, p. 11-15, 1996.

- BROGIOLO, Gian Pietro, *Archeologia dell'edilizia storica, Documenti e metodi*, Como, New Press, 1988.
- BROGIOLO, Gian Pietro, "Dall'archeologia dell'architettura all'archeologia della complessità", *PYRENAE*, n.º 38, vol. 1, p. 7-38, 2007.
- BROGIOLO, Gian Pietro; CAGNANA, Aurora, *Archeologia dell'architettura: Metodi e interpretazioni*, Florença, All'Insegna del Giglio, 2012.
- BROGIOLO, Gian Pietro; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, "Conclusiones", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, p. 207-210 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2002.i1>], 2002.
- BROGIOLO, Gian Pietro; SAGGIORO, Fabio, "Intervista a Gian Pietro Brogiolo", *Reti Medievali Rivista*, vol. 17, n.º 2, p. 493-526 [consultado em: <https://doi.org/10.6092/1593-2214/533>], 2016.
- BROOKE, John Hedley, *Ciência e religião*, trad. Ana Sampaio, Porto, Porto Editora, 2003.
- BROTHWELL, Don; HIGGS, Eric. (ed.), *Science in archeology: A comprehensive survey of progress and research*, trad. Grahame Clark, Londres, Thames and Hudson, 1965.
- BROWMAN, David L., "Origins of stratigraphic excavation in North America: The Peabody Museum method and the Chicago method", *New Perspectives on the Origins of Americanist Archaeology*, ed. David Browman, Stephen Williams, Tuscaloosa, University of Alabama Press, cap. 11, p. 242-264, 2002.
- BRZECHCZYN, Krzysztof, "Logical empirism and logical positivism", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 37, p. 416-426, 2011.
- BUCHANAN, Alexandrina, "John Bilson and Anglo-Norman architectural studies", *Anglo-Norman studies. Proceedings of the Battle Conference*, ed. David Bates, vol. 35, p. 95-118, 2013.
- BUCHANAN, Alexandrina, *Robert Willis (1800-1875) and the foundation of architectural history*, Woodbridge, Boydell & Brewer Ltd, 2013.
- BUGALHÃO, Jacinta, "A arqueologia portuguesa nas últimas décadas", *Arqueologia & História*, n.º 60-61, p. 19-43, 2008-2009.
- BUGALHÃO, Jacinta, "O novo modelo de gestão descentralizada do património cultural, Compartimentação geográfica e fragmentação", *Al-Madan*, 2ª série, n.º 21, p. 51-55, 2017.
- BULLIET, Richard W., "Annales and archaeology", *New directions in archaeology: Archaeology, Annales and ethnohistory*, ed. A. Bernard Knapp, Cambridge, Cambridge University Press, parte III, cap. 9, p. 131-134, 1992.
- BURKE, Peter, *The French historical revolution: The Annales school, 1929-89*, Palo Alto, Stanford University Press, 1997.
- BURKE, Sheridan, "The long and winding road: A challenge to ICOMOS members", *ICOMOS, Changing world, Changing Views of Heritage: Heritage and social change, Proceedings of the ICOMOS Scientific Symposium*, ed. Elene Negussie, ICOMOS International Secretariat, Paris, p. 29-36, 2012.
- CABALLERO ZOREDA, Luís, "Arqueología e arquitectura, Análise arqueológica e intervención en edificios históricos", *Las actuaciones en el patrimonio construido: Un diálogo interdisciplinar*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, p. 131-158, 1995.
- CABALLERO ZOREDA, Luís, "Edificio histórico y arqueología: Un compromiso entre exigencias, responsabilidad y formación", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 6 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2009.i6>], p. 11-19, 2009.
- CABALLERO ZOREDA, Luís, "El metodo arqueologico en la comprension del edificio (sustrato y estructura)", *Curso de mecánica y tecnología de los edificios antiguos*, Madrid, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, p. 13-58, 1987.
- CABALLERO ZOREDA, Luís, "Experiencia metodológica en arqueología de la arquitectura de un grupo de investigación. Instituto de Historia. CSIC. Madrid", *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de*

para uma arqueologia crítica da arquitetura

*edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, p. 103-119, 2010.

CABALLERO ZOREDA, Luís, "In memóriam Tiziano Mannoni (Parma 1928, Genova 2010)", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 7, p. 9-10 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2010.i7>], 2010.

CABALLERO ZOREDA, Luís, "Método para el análisis estratigráfico de construcciones históricas o 'lectura de paramentos'", *Informes de la Construcción*, vol 46, n.º 435, p. 37-46, 1995.

CABALLERO ZOREDA, Luís, "Sobre límites y posibilidades de la investigación arqueológica de la arquitectura. De la estratigrafía a un modelo histórico", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2002.i1>], p. 83-100, 2002.

CABALLERO ZOREDA, Luís; ARCE SÁINZ, Fernando; UTRERO AGUDO, Maria de los Ángeles, "São Gião de Nazaré (Portugal), Un tipo original de igreja", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 2, p. 75-79 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2003.i2>], 2003.

CABALLERO ZOREDA, Luís; FÉRNANDEZ MIER, Margarita, "Análisis arqueológico de construcciones históricas en España, Estado de la cuestión", *Archeologia dell'Architettura*, n.º II, p. 147-158, 1997.

CABONA, Isabella Ferrando, "Archeologia e conservazione: L'esperienza ligure", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Firenze, All'Insegna del Giglio, p. 119-134, 1988.

CABONA, Isabella Ferrando, "Guida critica all'archeologia dell'architettura", *Archeologia dell'Architettura*, n.º VII, p. 9-42, 2002.

CABONA, Isabella Ferrando; CRUSI, Elisabetta, "Costruzioni rurali in Lunigiana: Elementi tipo ed evoluzione delle strutture insediative", *Archeologia Medievale*, n.º VII, p. 247-270, 1980.

CABONA, Isabella Ferrando; GARDINI, Alexandre; MANNONI, Tiziano, "Zignano 1: Gli insediamenti e il territorio", *Archeologia Medievale*, n.º V, p. 237-373, 1978.

CABONA, Isabella Ferrando, CRUSI, Elisabetta, "Archeologia del territorio: Proposta sull'esempio dello Zignagno (Zignago 2)", *Archeologia Medievale*, n.º VI, p. 183-208, 1979.

CAGNANA, Aurora; CABONA, Isabella Ferrando, "L'esperienza scientifica dell'ISCUM e lo sviluppo dell'archeologia dell'architettura in Liguria e in Lunigiana", *Archeologia dell'Architettura*, n.º II, p. 189-197, 1997.

CAIXAL MATA, Àlvar, "In memoriam, Alberto López Mullor (Barcelona, 1952-2017)", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 14, p. 1-3 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2017.i14>], 2007.

CALAME, Jon, "Post-war reconstruction: Concerns, models and approaches", *Macro Center Working Papers*, vol. 6, paper 20, p. 1-56 [consultado em: [https://docs.rwu.edu/cmpd\\_working\\_papers/](https://docs.rwu.edu/cmpd_working_papers/)], 2005.

CALASSO, Francesco, *Necrologio per Gian Piero Bognetti (1902-1963)*, Milão, Giuffrè, 1963.

CALDWELL, Joseph, "The new American archaeology", *Science*, vol. 129, n.º 3345, p. 303-307, 1959.

Câmara Municipal de Guimarães, *Plano de Gestão do Centro Histórico e Zona de Couros 2021-2026*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2021.

CAMPINOS, Jorge, *A ditadura militar: 1926-1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de; BOTELHO, Maria Leonor, "Criar e recriar o desaparecido. O sítio e a igreja românica de santa justa de Coimbra na cidade de hoje", *Atas do V Congresso Internacional Cidades Criativas*, Madrid, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Icono14, p. 284-295, 2017.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de, *Cidade e religião: A colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

CARANDINI, Andrea, "Archeologia, architettura, storia dell'arte", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Firenze, All'Insegna del Giglio, p. 31-38, 1988.

- CARANDINI, Andrea, *Il nuovo dell'Italia è nel passato*, entrevista e ed. Paolo Conti, Roma, Laterza & Figli, 2012.
- CARANDINI, Andrea, *Storie dalla terra. Manuale di scavo archeologico*, Turim, Einaudi, 4ª ed., 2000.
- CARBONARA, Giovanni, “Apresentação”, *Teoria da restauração*, trad. Beatriz Mugayar Kühl, São Paulo, Ateliê Editorial, 2ª ed., 2005.
- CARBONARA, Giovanni, *Restauro architettonico: Principi e metodo*, ed. Paola Salvatore, Roma, Carlo Mancosu Editore, 2012.
- CARBONARA, Giovanni, RICCETTI, Lucio, “Renato Bonelli”, *Bollettino della Deputazione di storia patria per l'Umbria*, n.º CI, 2004, p. 343-349.
- CARBONNIER, Youri, “Le bois contre la pierre dans la construction parisienne au XVIIIe siècle: Choix économique ou choix technique?”, *Mélanges de l'École Française de Rome. Italie et Méditerranée*, tome 119, n.º 2, p. 261-267, 2007.
- CARBONNIER, Youri, *Maison parisienne de lumières*, Paris, Pups, 2006.
- CARDOSO, João Luís, “As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o ‘Homem Terceário’: Resultados e consequências na época e além dela”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Câmara Municipal de Oeiras, vol. 8, p. 33-54, 2000.
- CARDOSO, João Luís; CARVALHO, António Faustino, “A gruta da Furninha (Peniche): Estudo dos espólios das necrópoles neolíticas”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 18, p. 333-392, 2010/2011.
- CARRILHO, António Jorge Botelho, *Os museus em Portugal durante a 1ª República*, tese de doutoramento policopiada, Évora, Universidade de Évora, 2016.
- CARITA, Helder *Lisboa Manuelina e a formação dos modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- CARITA, Helder, *Bairro Alto, Tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1994.
- CARVALHO, Daniel, DINIZ, Mariana, “A emergência da arqueologia processual em Portugal: A teoria e o método (1968-2000). Uma introdução”, *Arqueologia em Portugal/2017 – Estado da questão*, coord. José Morais Arnaud, Andrea Martins, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 51-62, 2017.
- CARVALHO, J. Branquinho de (Introdução, leitura e notas de), *Tombo antigo de Coimbra (1532)*, Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, 1964.
- CARVALHO, Pedro C., “Da lei à prática na arqueologia urbana portuguesa”, *Arqueologia a serviço das cidades*, ed. Scott Joseph Allen, Maria de Conceição Lopes, Carlos Etchevarne, Recife, Editora Universitária, p. 159-177, 2013.
- CARVER, Martin Oswald Hugh, “Valutazione, strategia ed analisi nei siti pluristratificati”, *Archeologia Medievale*, X, p. 49-71, 1983.
- CARVER, Martin Oswald Hugh, “Curriculum vitae”, [www.martincarver.com](http://www.martincarver.com) [consultado em: <https://www.martincarver.com/cv>; a: 17 de fevereiro de 2020].
- CASTELLO, Lineu, *Rethinking the meaning of place: Conceiving place in architecture-urbanism*, trad. Nick Rands, Surrey, Ashgate, 2010.
- CASTLEDEN, Rodney, “The Knossos labyrinth: A new view of the ‘Palace of Minos’ at Knossos”, Londres, Routledge, 1990.
- CATROGA, Fernando, *Memória, história e historiografia*, Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CESARIA Chiara de; DIMOVA, Rozita, “Heritage, gentrification, participation: Remaking urban landscapes in the name of culture and historic preservation”, *International Journal of Heritage Studies*, vol. 25, n.º 9, p. 863-869, 2018.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

- CHAGAS, José Trindade, “Joaquim Possidónio Narciso da Silva 1806-1896, A intervenção como presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais”, *Arqueologia & História*, vol. 58/59, p. 195-200, 2006/2007.
- CHALANTE, Susana, “«Demolimania», a Real Associação de Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e a «cruzada de honra e brio» (1866-1880)”, *Ler História*, n.º 55 [consultado em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2287>], p. 171-187, 2008.
- CHAMBERLAIN, Kevin, *War and cultural heritage: An analysis of the 1954 Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and its two protocols*, Bultth Wells, Institute of Art and Law, 2ª ed., 2013.
- CHAMPION, Timothy, “Medieval archaeology and the tyranny of the historical record”, *From the Baltic to the Black Sea. Studies in Medieval archaeology*, ed. David Austin, Leslie Alcock, Londres, Unwin Hyman, cap. 3, p. 79-94, 1990.
- CHAMPLIN, Margaret, *Raphael Pumpelly: Gentleman geologist of the gilded age*, Tuscaloosa, University of Alabama, 1994.
- CHAPELOT, Jean (ed.), *Trente ans d'archéologie médiévale en France. Un bilan pour un avenir*, Caen, Publications du Centre de Recherches Archeologiques et Historiques Medievales, 2010.
- CHAVES, Miguel Mattos, *As negociações de adesão de Portugal à CEE*, Coimbra, Almedina, 2013.
- CHILDE, Gordon, *Introdução à arqueologia*, trad. Jorge Borges de Macedo, Mem-Martins, Europa-América, 2ª ed., 1977.
- CHING, Francis D. K.; JARZOMBK, Mark; PRAKASH, Vikramaditya, *A global history of architecture*, Nova Jérsea, John Wiley & Sons, 2ª ed., 2011.
- CHOAY, Françoise, *Alegoria do património*, trad. Teresa Castro, Lisboa, Edições 70, 3ª ed., 2018.
- CHOAY, Françoise, *As questões do património. Antologia para um combate*, trad. Luís Filipe Sarmiento, Lisboa, Edições 70, 2011.
- CHOAY, Françoise, *L'allégorie du Patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1982.
- CLARKE, David (ed.), “Spatial information in archaeology”, *Spatial archaeology*, Cambridge, Academic Press, 1977.
- CLARKE, David, “Archaeology: The loss of innocence”, *Antiquity*, n.º XLVII, p. 6-18, 1973.
- CLARKE, David, *Analytical archaeology*, Londres, Methuen & Co, 2ª ed., 1984.
- CLARK-MAXWELL, W. G., “The Late Sir Harold Brakspear, K.C.V.O”, *Archaeological Journal*, vol. 91, n.º 1, p. 405, 1934.
- CLAVAL, Paul, *La nouvelle géographie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- CODY, Jeff, SIRAVO, Francesco (ed.), *Historic cities: Issues in urban conservation*, Los Angeles, The Getty Conservation Institute, 2019.
- COELHO, J. Teixeira, *Moderno pós-moderno*, São Paulo, Iluminuras, 1995.
- COELHO, Rui Gomes, *O arqueólogo cordial, A Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2018.
- COLE, David, *The work of sir Gilbert Scott*, Londres, Architectural Press, 1980.
- COLEBROOK, Claire, “Edmund Husserl (1859-1938)”, *Modern european criticism and theory, A critical guide*, ed. Julian Wolfreys, Edimburgo, Edinburgh University Press, 2ª ed., 200.
- COLLINGWOOD, Robin George, *The idea of history*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1946.
- COLLINGWOOD, Robin George, *The idea of nature*, Gloucestershire, Clarendon Press, 1945.

- COLLINS, Peter, *Changing ideals in Modern architecture, 1750-1950*, Montreal, McGill-Queen's Press, 2ª ed., 1998.
- CONDE, Manuel, *Construir, habitar: A casa medieval*, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011.
- Conferência Internacional sobre Conservação, “Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído”, [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt), trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, 2000 [em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>; a: 23 de fevereiro de 2022].
- CONRAD, Sebastian, *What is global history?*, Princeton, Princeton University Press, 2016.
- CORREIA, Clara Pinto; DIAS, José Pedro Sousa, *Assim na Terra como no Céu - Ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, Lisboa, Relógio D'Água, 2003.
- CORREIA, Luís Miguel, *Castelos em Portugal: retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- CORREIA, Miguel Brito, “História da Comissão Nacional Portuguesa”, [www.icomos.pt](http://www.icomos.pt) [consultado em: <http://www.icomos.pt/images/pdfs/2020/ICOMOS-história nacional.pdf>; a: 23 de julho de 2020].
- CORREIA, Vergílio, “A igreja de São Tiago de Coimbra. Notícias topográficas e históricas”, *Mvsev*, vol.2, n.º 4, 1943.
- CORREIA, Vergilio; GONÇALVES, Nogueira, “Igreja-colegiada de S. Tiago”, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. II, *Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.
- COSTA, A. J. Marques da, “Estudos sobre Troia de Setubal”, *O arqueólogo português*, Lisboa, Museu Etnográfico Português, vol. IV, n.º 10-12, 1898.
- COSTA, António, “Discurso inaugural da 4.ª edição da semana da reabilitação urbana, a 27 de março de 2017”, [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt), [em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=20170327-pm-reabilitacao-urbana>; a: 12 de outubro de 2022].
- COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi 1889-1944: Arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- COSTA, Rodrigues, “Coimbra: Edifício na alameda Júlio Henriques”, *A Cerca de Coimbra* [consultado em: <https://acercadecoimbra.blogs.sapo.pt/coimbra-edificio-na-alameda-julio-153099>; a: 27/2021], 2019.
- SILVA, Ricardo Jorge Costeira da, *O Museu Nacional de Machado de Castro – Um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. 1, 2015.
- Council of Europe, “European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage Status as of 11/06/2020”, [www.coe.int](http://www.coe.int) [consultado em: <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/066>; a 11 de junho de 2020].
- Council of Europe, “Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe”, [www.coe.int](http://www.coe.int) [consultado em: <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/090000168007a087>; a: 11 de junho de 2020].
- Council of Europe, “European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage”, [www.coe.int](http://www.coe.int), [consultado em: <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/090000168007bd25>; a: 12 de junho de 2020].
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *A Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, Direção Regional de Cultura do Centro, 2011.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *Manuel Alves Macomboa, Arquitecto da reforma pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

- CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *O Renascimento em Coimbra, Modelos e programas arquitetónicos*, vol. 1, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002.
- CRINSON, Mark, *Rebuilding Babel: Modern architecture and internationalism*, Londres, I. B. Tauris & Co., 2017.
- CROCE, Benedetto, *The philosophy of Giambattista Vico*, trad. Robin George Collingwood, Massachusetts, Courier Corporation, 2014.
- CROSET, Pierre-Alain, *Gino Valle, Progetti e architetture*, Florença, Mondadori Electa, 1989.
- CROZET, René, "Élie Lambert (1888-1961)", *Cahiers des Civilization Médiévale*, n.º 14, 1961, p. 222-224.
- CULLER, Jonathan D., *Ferdinand de Saussure*, Ithaca, Cornell University Press, ed. revista, 1986.
- CUNNINGTON, Robert Henry, *From antiquary to archaeologist: A biography of William Cunnington, 1754-1810*, ed. James Dyer, Princes Risborough, Shire Publications, 1975.
- CURL, James Stevens; WILSON, Susan, "Zwirner, Ernst Friedrich", *The Oxford dictionary of architecture*, Oxford, Oxford University Press, p. 871, 3ª ed. 2015.
- CUSTÓDIO, Jorge, "A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932)", *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. II, p. 85-104, 2ª ed., 2011.
- CUSTÓDIO, Jorge, "Os «Amigos dos Monumentos» e o elitismo patrimonial", *100 anos de património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010, cap. I, p. 57-62.
- CUSTÓDIO, Jorge, "*Renascença*" artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República - Fundamentos e antecedentes, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.
- CUSTÓDIO, Jorge, "Sociedade das Nações, Portugal e a Carta de Atenas (1931)", *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. II, p. 131-135, 2ª ed., 2011.
- "Dedicato a Tiziano Mannoni", *Archeologia dell'Architettura*, n.º XV, p. 7, 2010.
- D'AGOSTINO, Bruno, "Introduzione", *Tecniche dello scavo archeologico*, trad. Bruno D'Agostino, Milão, Longanesi, p. 11-26, 1981.
- D'ORBIGNY, Alcide, *Prodrome de paléontologie stratigraphique universelle des animaux mollusques & rayonnés faisant suite au cours élémentaire de paléontologie et de géologie stratigraphiques*, tomo 1, Paris, Victor Masson, 1849.
- D'ULIZIA, Alessandra, "L'Archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi", *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, p. 9-41, 2005.
- D'ULIZIA, Alessandra, "L'Archeologia dell'architettura in Italia. Sintesi e bilancio degli studi", *Archeologia dell'Architettura*, n.º X, p. 9-41, 2005.
- DAIX, Pierre, *Braudel*, Paris, Flammarion, 1995.
- DAMPIER, William, *A history of science*, Londres, Cambridge University Press, 5ª ed., 1966.
- DANCEY, William S., "Excavation", *The Oxford companion to archaeology*, ed. Brian Fagan, Oxford, Oxford University Press, p. 229-235, 1996.
- D'ANGELO, Paolo, *Cesare Brandi: Critica d'arte e filosofia*, Macerata, Quodlibet, 2006.
- DANIEL, Glyn, *A hundred and fifty years of archaeology*, Londres, Duckworth, 1975.
- DANIEL, Glyn, *A short history of archaeology*, Londres, Thames and Hudson, 1981.
- DARVILL, Timothy, "Public archaeology: A European perspective", *A companion to archaeology*, Malden, Blackwell, p. 409-434, 2006.

- DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol, *Ethnoarchaeology in action*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- DAVIES, Martin, "The Archeology of standing structures", *Australian Historical Archaeology*, n.º 5, p. 54-64, 1987.
- DAVIS, Miriam, *Dame Kathleen Kenyon: Digging up the Holy Land*, Califórnia, Left Coast Press, 2008.
- DEAN, Dennis R., *James Hutton and the history of geology*, Ithaca, Cornell University Press, 1992.
- DELOGU, Paolo, "Archeologia Medievale: Un bilancio di vent'anni", *Archeologia Medievale*. n.º XIII, p. 493-505, 1986.
- DEMAN, Esther Boise van, *The atrium vestæ*, Washington, Carnegie Institution of Washington, 1909.
- DERRIDA, Jacques, "Structure, sign and play in the human sciences", *Twentieth-century literary theory: An introductory anthology*, ed. Vassilis Lambropoulos, David Neal Miller, Albany, University of New York, cap. 1, p. 35-58, 1987.
- DERRIDA, Jacques, *L'écriture et la différence*, Paris, Éditions du Seuil, 1967.
- DERRIDA, Jacques; MEYER, Eva, "Uma arquitetura onde o desejo pode morar", Kate NESBITT (org.), *Uma nova agenda para a arquitetura, Antologia teórica 1965-1995*, trad. Vera Pereira, rev. téc. José Tavares Correia de Lira, Joana Mello, São Paulo, Cosacnaify, 2ª ed., p. 166-173, 2008.
- DESGODETZ, Antoine, *Les edifices antiques de Rome dessinés et mesurés très exactement*, Paris, Jean Baptiste Coignard, 1682.
- DIDI-HUBERMAN, Georges, *Diante do tempo: História da arte e anacronismo das imagens*, trad. Luís Lima, rev. Nuno Quintas, Lisboa, Orfeu Negro, 2017.
- DINIZ, Mariana; GONÇALVES, Victor S., "Na segunda metade do século XIX: Luzes e sombras sobre a institucionalização da arqueologia em Portugal", *O arqueólogo português*, série IV, n.º 11/12, p. 175-187, 1993/1994.
- Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, *A Igreja de Leça do Bailio, Boletim da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 1, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1935.
- Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *A igreja de S. Tiago, Coimbra*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 28, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1942.
- DOGLIONI, Francesco, "La ricerca sulle strutture edilizie tra archeologia stratigrafica e restauro architettonico", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Firenze, All'Insegna del Giglio, p. 223-247, 1988.
- DOGLIONI, Francesco, "La ricerca sulle strutture edilizie tra archeologia stratigrafica e restauro architettonico", *Archeologia e Restauro dei Monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Florença, All'Insegna del Giglio, 1988.
- DOGLIONI, Francesco, "Ruolo e salvaguardia delle evidenze stratigrafiche nel progetto e nel cantiere di restauro", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2002.i1>], p. 113-130, 2002.
- DOGLIONI, Francesco, *Stratigrafia e restauro. Tra conoscenza e conservazione dell'architettura*, Trieste, Lint Editoriale, 1997.
- DOGLIONI, Francesco. "I segni della stratificazione nelle' architettura costruita. Identificazione e conservazione nel restauro", *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Concepción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, p. 129-143, 2010.
- DÖRPFELD, Wilhelm. *Troja und Ilion. Ergebnisse der Ausgrabungen in der VorHistorischen und Historischen Schichten von Ilion*, 1870-1894, Atenas, Beck & Barth, 1902.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

- DRISCOLL, Stephen. "The new Medieval archaeology: Theory vs history", *Scottish Archaeological Review*. vol. 3, parte 2, p. 104-109, 1984.
- DROOP, John, *Archaeological excavation*, Cambridge, University Press, 1915.
- DROWER, Margaret S., *Flinders Petrie: A life in archaeology*, Wisconsin, University of Wisconsin Press, 2ª ed., 1995.
- DUCHESNEAU, François, *L'empirisme de Locke*, La Haye, Martinus Nijhoff, 1973.
- DUNNAGE, Jonathan, *Twentieth-Century Italy: A social history*, ed. Raymond Pearson, Harlow, Pearson Education, 2002.
- DUPRÉ RAVENTÓS, Xavier, "Prólogo a la edición española", *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, trad. Xavier Dupré Raventós, Barcelona, Crítica, p. VII-XVIII, 1997.
- DURRANI, Nadia; FAGAN, Brian M. (ed.), *Archaeology, A brief introduction*, Londres, Routledge, 12ª ed., 2016.
- ELIA, Mario Manieri, *William Morris y la ideología de la arquitectura moderna*, Laterza, Bari, 1975.
- ELLENBERG, François, *À l'aube de la géologie moderne, Henri Gautier, 1660-1737. La théorie de la terre d'Henri Gautier*, Paris, Laboratoire d'Éthnobotanique, Muséum National d'Histoire Naturelle, vol. 2, 1976.
- ELLENBERG, François, *History of geology: From ancient times to the first half of the XVII century*, trad. Albert, Marguerite Carozzi, Roterdão, A. A. Balkema, vol. 1, 1996.
- ELLENBERG, François, *History of geology: The great awakening and its first fruits – 1660-1810*, trad. Albert, Marguerite Carozzi, Roterdão, A. A. Balkema, vol. 2, 1999.
- ELLIN, Nan, *Postmodern urbanism*, Nova Iorque, Princeton Architectural Press, 1996.
- ENRIQUES, Federigo, *Causalité et déterminisme dans la philosophie et l'histoire des sciences*, Paris, Hermann & C.<sup>ie</sup>, 1941.
- ERIKSEN, Ane, *From antiquities to heritage: Transformations of cultural memory*, Nova Iorque, Berghahn Books, 2014.
- ESPADAS BURGOS, Manuel, *La Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma: Un Guadiana junto al Tiber*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Castilla-La Mancha, 2000.
- ESQUIEU, Yves, "L'archéologie du bâti en France", *Archeologia dell'Architettura*, n.º II, p. 133-140, 1997.
- EVERILL, Paul, *The invisible diggers: A study of British commercial archaeology*, Oxford, Oxford Books, 2ª ed., 2009.
- FABIÃO, Carlos, "José Leite de Vasconcelos (1858-1941): Um arqueólogo português", *O arqueólogo português*, série IV, n.º 26, p. 97-126, 2008.
- FABIÃO, Carlos, "Para a História da arqueologia em Portugal", *Estudos*, n.º 2, p. 10-26, 1989.
- FABIÃO, Carlos, "Percurso da arqueologia clássica em Portugal: Da Sociedade Lusitana (1849-1857) ao moderno projecto de Conimbriga (1964-1971)", *La cristalización del pasado, Génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España*, ed. Gloria Mora, Margarita Díaz-Andreu, Málaga, Universidad de Málaga, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 105-124, 1997.
- FACCIO, Paolo; MASCIANGELO, Laura; LORENZI, Fabiola Leka, "Potenzialità applicative dell'analisi stratigrafica. Ricostruzione di una possibile storia meccanica di un edificio storico", *Archeologia dell'Architettura*, n.º II, p. 53-61, 1997.
- FAGAN, Brian M. (ed.), *The great archaeologists*, Londres, Thames and Hudson, 2014.
- FAGAN, Brian M., "Lewis Roberts Binford (1931-2011)", *American Anthropologist*, vol. 114, n.º 1, p. 173-176 [consultado em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1433.2011.01414.x>], 2012.

- FAGULHA, João, *Reabilitação e conservação do património arquitectónico*, *Cadernos Técnicos n.º 4*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul, 2016.
- FARRER, William; BROWNBILL, John (ed.), *The Victoria history of the county of Lancaster*, vol. V, Londres, Constable, 1911.
- FATTORI, Marta, *Introduzione a Francis Bacon*, Roma, Editori Laterza, 1997.
- FEATHERSTONE, Mike, *Cultura de consumo e pós-modernismo*, trad. Júlio Assis Simões, São Paulo, Studio Nobel, 2ª ed., 2007.
- FEILDEN, Bernard, *Conservation of historic buildings*, Oxford, Architectural Press, 3ª ed., 2003.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, “Arqueologia medieval em Portugal: 25 anos de investigação”, *Portugália*, nova série, vol. XXVI, 2005, p. 149-173, 2005.
- FERNANDES, Mário Gonçalves, “O centro histórico de Guimarães: Formulações, desígnios, planos e substância”, *Monumentos*, n.º 33, p. 20-37, 2013.
- FERNANDÉZ-GONZÁLEZ, Laura, “O modelo digital da Pintura Rua Nova: Recreando a arquitetura quinhentista de Lisboa,” *A cidade global: Lisboa no Renascimento*, coord. Andrea Cardoso, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2017.
- FERNIE, Eric, *Art history and its methods: A critical anthology*, Londres, Phaidon, 1995.
- FERREIRA, Conceição; SIMÕES, Natércia Neves, *A evolução do pensamento geográfico*, Lisboa, Gradiva, 1986.
- FETZER, James H. (ed.), *Science, explanation, and rationality: Aspects of the philosophy of Carl G. Hempel*, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- FEYERABEND, Paul, *Against method*, Londres, Verso, 3ª ed., 1993.
- FIGUEIREDO, Paula, “Catedral de Coimbra/Sé Velha de Coimbra/Igreja Paroquial da Sé Velha/Igreja de Nossa Senhora da Assunção”, *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt), 1992-2002, [consultado em: [http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=2673](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2673); a 18 de junho de 2020].
- FONTES, Luís Fernando de Oliveira; CATALÃO, Sofia; ALVES, Mafalda, “Arqueologia da arquitectura em contexto urbano: Reflexões a partir de três exemplos da cidade de Braga, Portugal”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 7, p. 105-128 [consultado em: <https://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/issue/view/7>], 2010.
- FONTES, Luís Fernando de Oliveira; MACHADO, André Manuel Paes; CATALÃO, Sofia Barroso. “Experiências em arqueologia da arquitectura na unidade de arqueologia da Universidade do Minho”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 3, p.173-183 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/10.3989/arqarqt.2004.i3>], 2004.
- FONTES, Luís Fernando de Oliveira, “Experiências portuguesas em arqueologia da arquitectura”, *Estudos/Património*, n.º 9, p. 44-55, 2006.
- FORTUNA, Carlos (coord.), *Caracterização sócio-demográfica da Baixa de Coimbra*, Relatório Final, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2004.
- FOUCAULT, Michel, “Of other space: Utopias and heterotopias”, *Rethinking architecture*, ed. Neil Leach, Londres, Routledge, 2008.
- FOUCAULT, Michel, “Sur les façons d'écrire l'histoire”, *Les Lettres françaises*, n.º 1187, 1967, p. 6-9, 1967.
- FOUCAULT, Michel, *L'archéologie du savoir*, Paris, Editions Gallimard, 1969.
- FRANÇA, José, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1987.
- FRANCOVICH, Riccardo, “Alcuni problemi dei rapporti pratici fra archeologia, restauro e pianificazione territoriale (in margine all'esperienza toscana)”, *Archeologia Medievale*, n.º VI, p. 35-46, 1979.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

- FRANCOVICH, Riccardo, "Archeologia e restauro dei monumenti, Nota introduttiva", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Firenze, All'Insegna del Giglio, p. 13-27, 1988.
- FREITAS, Duarte Manuel Roque de, *Memorial de um complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. I e II, 2014.
- FREERE, John, "Account of flint weapons discovered at Hoxne in Suffolk", *Archaeologia or miscellaneous tracts relating to Antiquity*, vol. 13, p. 204-205, 1800.
- FRICKEL, Scott; ALBERT, Mathieu; PRAINSACK, Barbara, "Introduction: Investigating interdisciplinarity", *Investigating interdisciplinary collaboration, Theory and practice across disciplines*, ed. Scott Frickel, Mathieu Albert, Barbara Prainsack, Nova Brunswick, Rutgers University Press, p. 5-21, 2017.
- FRIEDRICH, Christopher R., *The Early Modern city, 1450-1750*, Nova Iorque, Routledge, 2ª ed., 2013.
- FROMM, Erich, *Psychoanalysis and religion*, New Haven, Yale University Press, 1950.
- FUKUYAMA, Yoshihiro Francis, *The end of history and the last man*, Nova Iorque, Free Press, 1992.
- FULLER, Steve, *Thomas Khun, A philosophical history for our times*, Chicago, University of Chicago Press, 2000.
- FULTNER, Barbara, *Jürgen Habermas: Key concept*, Nova Iorque, Routledge, 2014.
- GALINIÉ, Henri, *Ville, espace urbain et archéologie*, Tours, Maison des Sciences de la Ville de l'Urbanisme et des Paysages, Université François Rabelais, 2000.
- GARANCE, Jacques; RATTON, Maud, *Paris méconnu*, Paris, Jonglez, 2018.
- GARCÍA-GÓMEZ, Ismael, "Arqueología de la arquitectura. Nociones básicas y perspectivas de futuro", *ATEMPO*, nº 2, p. 120-135, 2019.
- GARDINER, Patrick, *Teorias da história*, trad. Vítor Matos e Sá, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª ed., 2004.
- GARFF, Joakim, *Søren Kierkegaard: A biography*, trad. Bruce H. Kirmmse, Princeton, Princeton University Press, 2007.
- GARMY, Pierre, "France", *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Estrasburgo, Council of Europe Publishing, p. 91-102, 2001.
- GARMY, Pierre, *Villes, réseaux et systèmes de villes, Contribution de l'archéologie*, Paris, Editions Errance, 2012.
- GAUCH, Hugh, *Scientific method in practice*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2003.
- GERRARD, Christopher, *Medieval archaeology, Understanding traditions and contemporary approaches*. Londres, Routledge, 2ª ed., 2005.
- GESSERT, Genevieve, *Roman archaeology under Italian fascism*, Abingdon, Routledge, 2019.
- GESTA, Alexandra, *Guimarães: Centro histórico, Património da humanidade*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2001.
- GIACON, Carlo, *La causalità nel razionalismo moderno, Cartesio, Spinoza, Malebranche, Leibniz*, Milão, Fratelli Bocca, 1954.
- GIL, Thomas, "Leopold Ranke", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 34, p. 383-392, 2011.
- GILCHRIST, Roberta, *Gender and archaeology: Contesting the past*, Londres, Routledge, 1999.
- GILLISPIE, Charles, *Pierre-Simon Laplace, 1749-1827: A life in exact science*, Princeton, Princeton University Press, 2018.

- GILLS, Barry K.; THOMPSON, William R. (ed.), “Globalizations, global histories and historical globalities”, *Globalization and global history, Rethinking globalizations*, Londres, Routledge, p. 1-15, 2006.
- GINJA, António, “O ‘último reduto’ do Castelo de Leiria e suas evidências construtivas: Quando o românico encerra o gótico”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 14, p. 1-14 [consultado em: <http://dx.doi.org/10.3989/arq.arqt.2017.020>], 2017.
- GINJA, António, “The ‘Medieval House’ of Coimbra: Archeology of architecture in the demystification of archetypes”, *La casa: Espacios domésticos, modos de habitar*, Granada, Abada, p. 1407-1417, 2019.
- GINJA, António, *Ampliação e conservação de fachadas de um edifício misto sito no gaveto da rua Coronel Artur da Paiva e rua Fernandes Tomaz, Leiria, Relatório Final de trabalhos arqueológicos*, Condeixa-a-Nova, 2014.
- GINJA, António, *Castelo de Leiria, Estruturas militares do núcleo A, Análise arquitetónica e arqueológica*, dissertação de mestrado policopiada, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016.
- GINJA, António; FILIPE, Sónia, *Reabilitação do colégio da Trindade, Coimbra, Relatório Final de trabalhos arqueológicos*, Coimbra, 2017.
- GINJA, António; GINJA, Mónica, “Convento de São Francisco da ponte: novas perspectivas arquitectónicas”, *Actas do congresso Velhos e Novos Mundos – Estudos de Arqueologia*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 497-594.
- GINJA, António; GINJA, Mónica, *Trabalhos arqueológicos no âmbito da consolidação estrutural do convento de São Francisco da Ponte, Santa Clara – Coimbra, Relatório Final*, Condeixa-a-Nova, 2009.
- GINJA, Mónica, *Levantamento Fotográfico das Parcelas da Segunda Fase dos Trabalhos no Âmbito do Projecto de Inserção do MLM*, Relatório Final dos trabalhos de arqueologia, Coimbra, 2005.
- GINSBORG, Paul, *A history of contemporary Italy, society and politics, 1943-1988*, Londres, Penguin Books, 1990.
- GIOVANNONI, Gustavo, *L’urbanisme face aux villes anciennes*, trad. Jean-Marc Mandosio, Amélie Petita, Claire Tandille, Paris, Éditions du Seuil, 1998.
- GIOVANNONI, Gustavo; ZUCCONI, Guido, *Dal capitello alla città*, ed. Guido Zucconi, Milão, Jaca Book, 1997.
- GLEICK, James, *Isaac Newton*, trad. Isabel Mafra, Alfragide, Casa das Letras, 2011.
- GLENDINNING, Miles, *The conservation movement: A history of architectural preservation, Antiquity and modernity*, Londres, Routledge, 2013.
- GOESSLER, Peter, *Wilhelm Dörpfeld: Ein Leben im Dienst der Antike*, Estugarda, W. Kohlhammer, 1951.
- GOHAU, Gabriel, *Une histoire de la géologie*, Paris, Éditions du Seuil, 1990.
- GOMÉZ MARTÍNEZ, Susana; RAFAEL, Lígia; TORRES, Cláudio, *Mértola vila museu: Um projeto arqueológico de desenvolvimento integrado*, Revista de Arqueologia Pública, vol. 10, n.º 3, p. 55-80, 2016.
- GOMÉS MARTÍNEZ, Vidal, “Architettura popolare vs architettura minore, sulla valutazione e la protezione dell’architettura vernacolare in Spagna e in Italia”, *Reuso matera, Patrimonio in divenire, Conoscere, valorizzare, abitare*, ed. Antonio Conte, Antonella Guida, Roma, Gangemi, 2019, p. 1843-1852.
- GONÇALVES, Adelino, *Património urban(ístic)o e planeamento de salvaguarda, Os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimonialização da cidade na sua (re)feitura*, tese de doutoramento policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011.
- GONÇALVES, António Augusto, “Sé Velha e outros edifícios”, *Apontamentos relativos à Sé Velha*, folha 3, verso e reverso, Biblioteca Municipal de Coimbra, s. d.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo, “Archaeology and the time of modernity”, *Historical Archaeology*, vol. 50, n.º 3, p. 144–164, 2016.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

- GOULD, Stephen Jay, *O mundo depois de Darwin*, trad. Paula Vitória, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- GRABAU, Amadeus, *Principles of stratigraphy*, Nova Iorque, A. G. Seller and Company, 1913.
- GRAFTON, Anthony, *Leon Battista Alberti: Master builder of the Italian Renaissance*, Nova Iorque, Hill and Wang, 2000.
- GRANGÉ, Juliette, *La philosophie d'Auguste Comte: Science, politique, religion*, Paris, Presses Universitaires de France, 1996.
- GRANT, Jim; GORIN, Sam; FLEMING, Neil, *The archaeology coursebook: An introduction to study skills, topics and methods*, Londres, Routledge, 2002.
- GRÄSLUND, Bo, *The birth of prehistoric chronology: Dating methods and dating systems in Nineteenth-Century Scandinavian archaeology*, ed. Colin Renfrew, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- GREENE, Kevin, "Gothic material culture", *Archaeology as long term history*, ed. Ian Hodder, p. 117-131, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- GREENE, Kevin, *Archaeology: An introduction*, Londres, Routledge, 4ª ed., 2002.
- GREENWALD, Dara; MACPHEE, Josh, *Signs of change: Social movement cultures, 1960's to now*, Oakland, AK Press, 2010.
- GRENFELL, Michael, *Pierre Bourdieu: Agent provocateur*, Londres, Continuum, 2004.
- GROENEN, Marc, *Pour une histoire de la Préhistoire*, Grenoble, Jérôme Millon, 1994.
- GUADAGNI, Enrico. "Il recupero delle tradizioni costruttive locali nel restauro del patrimonio edilizio esistente", *Archeologia Medievale*, n.º VI, p. 95-103, 1979.
- GUILAINE, Jean; ALIBERT, Chantal, *Paul Tournal, Fondateur de la Préhistoire*, Paris, Odile Jacob, 2006.
- GUMMEL, Hans, *Forschungsgeschichte in Deutschland*, ed. Karl Jacob-Friesen, Berlim, Walter de Gruyter, 2018.
- GURRIERI, Francesco, "Architetto, archeologo, centro storico. Una collaborazione opportuna per un intervento difficile", *Archeologia Medievale*, n.º VI, p. 23-34, 1979.
- GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, "Gramática de la casa. Perspectivas de análisis arqueológico de los espacios domésticos medievales en la Península Ibérica (siglos VII-XIII)", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 9, 2012, p. 139-164.
- HAASE, Ullrich Michael, "Phenomenology", *Modern european criticism and theory, A critical guide*, ed. Julian Wolfreys, Edimburgo, Edinburgh University Press, p. 80-89, 2006.
- HABER, A. F., "La estratigrafía y la construcción del tiempo en arqueología. Comentarios sobre la teoría de Harris", *Shincal*, n.º 5, p. 27-34, 1996.
- HALL, A. Rupert, *A Revolução na Ciência 1500-1750*, trad. M.ª Teresa Louro Pérez, Lisboa, Edições 70, 1988.
- HAMILTON, Paul, *Historicism*, Londres, Routledge, 2005.
- HAMPTON, John, *Nicolas-Antoine Boulanger et la science de son temps*, Genebra, Librairie E. Doz, 1955.
- HÄRKE, Heinrich G. H., *Settlement types and settlement patterns in the West Hallstatt Province: An evaluation of evidence from excavated sites*, Oxford, British Archaeological Reports, 1979.
- HARLOE, Katherine, *Winckelmann and the invention of antiquity: History and aesthetics in the age of altertumswissenschaft*, Oxford, Oxford University Press, 2013.
- HARRIS, Edward C., "Stratigraphy", *The Oxford companion to archaeology*, ed. Brian Fagan, Charlotte Beck, Oxford, Oxford University Press, pp. 698-699, 1996.
- HARRIS, Edward C., "The stratigraphic sequence: A question of time", *World Archaeology*, vol. 7, n.º 1, p. 109-121, 1975.

- HARRIS, Edward C., "The stratigraphy of standing structures", *Archeologia dell'Architettura*, n.º VIII, p. 9-14, 2003.
- HARRIS, Edward C., "Units of Archaeological Stratification", *Norwegian Archaeological Review*, vol. 10, n.º 1 e 2, p. 84-94 e 103-106, 1977.
- HARRIS, Edward C., *Principios de estratigrafía arqueológica*, trad. Isabel García Trócoli, Barcelona, Editorial Crítica, p. VII-XV, 1991.
- HARRIS, Edward C., *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres, Academic Press, 1979.
- HARRIS, Edward C., *Principles of archaeological stratigraphy*, Londres, Academic Press, 2ª ed, 1989.
- HARRIS, Jonathan, *The new art history, A critical introduction*, Londres, Routledge, 2001.
- HARRIS, Judith, *Pompeii awakened, A story of rediscovery*, Londres, I. B. Tauris, 2007.
- HARRIS, Marvin, *The rise of anthropological theory: A history of theories of culture*, Nova Iorque, Thomas Y, Crowell Company, 1970.
- HARRISON, Charles; WOOD, Paul; GAIGER, Jason (ed.), *Art in theory 1900-1990, An anthology of changing ideas*, Malden, Blackwell, 2000.
- HARVEY, David, *The condition of postmodernity*, Cambridge, Blackwell, 4ª ed., 1992.
- HATT, Michael; KLONK, Charlotte, *Art history, A critical introduction to its methods*, Manchester, Manchester University Press, 2006.
- HAWKES, Jacquetta, *Mortimer Wheeler: Adventurer in archaeology*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1982.
- HELD, David, *Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas*, Berkeley, University of California Press, 1980.
- HELGEBY, Stein, "Collingwood and Croce", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 45, p. 498-507, 2011.
- HENDERICKX, Liliane, "Schmerling Philippe-Charles", *Nouvelle biographie nationale*, Bruxelas, Académie Royale des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts de Belgique, vol. 3 p. 288-291, 1994.
- HERDT, Jennifer, "Artificial lives, providential history, and the apparent limits of sympathetic understanding", *David Hume: Historical thinker, historical writer*, ed. Mark Spencer, Pensilvânia, Pennsylvania State University Press, 2013.
- HERENDEEN, Wyman H., *William Camden: A life in context*, Suffolk, Boydell Press, 2013.
- HERRMANN, Wolfgang, "Antoine Desgodetz and the Academie Royale d'Architecture", *The Art Bulletin*, vol. 40, n.º 1, p. 23-53, 1958.
- HIGHFIELD, John Roger Loxdale, "W. A. Pantin: In memoriam", *Oxoniensia*, n.º XXXIX, p. IV-V.
- HILDEBRAND, George H., *Growth and structure in the economy of modern Italy*, Cambridge, Harvard University, 1965.
- HOARE, Richard, *The history of ancient Wiltshire*, Londres, William Miller, vol. 1, 1812.
- HODDER, Ian, "Post-modernism, post-structuralism and post-processual archaeology", *The meaning of things, Material culture and symbolic expression*, ed. Ian Hodder, Londres, Routledge, p. 64-78, 2004.
- HODDER, Ian, "Postprocessual archaeology", *Advances in archaeological method and theory*, vol. 8, ed. Michael B. Schiffer, Orlando, Academic Press, p. 1-26, 1985.
- HODDER, Ian, "The contextual analysis of symbolic meanings", *The archeology of contextual meanings*, In ed. Ian Hodder, Cambridge, Cambridge University Press, cap. 1, p. 1-10, 1987.
- HODDER, Ian, "Theoretical archaeology: A reactionary view", *Symbolic and structural archaeology*, ed. Ian Hodder, Cambridge, Cambridge University Press, cap. 1, p. 1-16, 1982.

## para uma arqueologia crítica da arquitetura

- HODDER, Ian, "Triggering post-processual archaeology and beyond", *The archaeology of Bruce Trigger: Theoretical empiricism*, ed. Ronald F. Williamson, Michael S. Bisson, Montreal, McGill-Queen's, p. 16-24, 2006.
- HODDER, Ian, *Archaeology beyond dialogue*, Salt Lake City, University of Utah Press, 2003.
- HODDER, Ian, *The archaeological process, An introduction*, Londres, Blackwell, 1999.
- HODDER, Ian, *Theory and practice in archaeology*, Londres, Routledge, 3ª ed., 2005.
- HODGES, Richard, "Method and theory in Medieval archaeology", *Archeologia Medievale*, n.º IX, p. 7-38, 1982.
- HOLT-JENSEN, Arild, *Geography, History and concepts: A student's guide*, Londres, Sage, 3ª ed., 1999.
- HOLTORF, Cornelius, FAIRCLOUGH, Graham, "The new heritage and re-shapings of the past", *Reclaiming archaeology, Beyond the tropes of modernity*, ed. Alfredo Gonzáles-Ruibal, Londres, Routledge, p. 197-210, 2013.
- HONGZHEN, Wang, "Professor Amadeus William Grabau (1870-1946)", *Comparative planetology, Geological education, History of geology: Proceedings of the 30th International Geological Congress*, Londres, VSP Publishing, p. 147-176, 1997.
- HOPE, William Henry St. John; BILSON, John, *Architectural description of Kirkstall Abbey*, Leeds, Thoresby Society, 1907.
- HOPE, William Henry St. John; BRAKSPEAR, Harold, "The cistercian abbey of Beaulieu, in the county of Southampton", *The Archaeological Journal*, vol. LXIII, p. 129-186, 1906.
- HOUBART, Claudine, "The Great Beguinage of Leuven: An early challenge for the Venice Charter", *OPUS*, n.º 2, p. 105-128 [consultado em: <https://doi.org/10.1017/S1047759400072147>; a: 8 de Janeiro de 2022], 2008.
- HUGO, Victor, *Notre-Dame de Paris*, tomo 1º, Paris, Charles Gosselin, 1831.
- HUMMON, David H., "Community Attachment: Local sentiment and sense of place", *Place attachment*, ed. Irwin Altman, Setha M. Low, Nova Iorque, Plenum Press, cap. 12, p. 253-278, 1992.
- HUTTON, James, *Theory of the Earth*, ed. William Creech, Edimburgo, Geological Society, Vol. 1, 1795.
- HVATTUM, Mari, *Gottfried Semper and the problem of historicism*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- ICOMOS (ed.), "Carta sobre a salvaguarda das cidades históricas", [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt), 1987 [consultado em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADESHISTORICAS.pdf>; a: 22 de fevereiro de 2022].
- ICOMOS (ed.), "Carta sobre o património construído vernáculo, Cidade do México, 17 a 23 de outubro de 1999", [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt), trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia [em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobrepatrimoniovernaculo1999.pdf>; a: 15 de fevereiro de 2022].
- ICOMOS (ed.), "International charters for conservation and restoration", *Monuments and Sites*, n.º I, Paris, International Secretariat of ICOMOS, 2ª ed., 2004.
- ICOMOS (ed.), "Princípios de La Valeta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos, Adoptados pela 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 2011", [www.icomos.org](http://www.icomos.org), trad. João Campos [em: [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta\\_Principles\\_Portugese.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf); a: 15 de fevereiro de 2022].
- ICOMOS, "Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas", [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt), 1987 [consultado em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADESHISTORICAS.pdf>; a: 23 de junho de 2021].
- ICOMOS, "Charter for the conservation of historic towns and urban areas", [www.icomos.org](http://www.icomos.org), 1987 [consultado em: [https://www.icomos.org/charters/towns\\_e.pdf](https://www.icomos.org/charters/towns_e.pdf); a: 3 de junho de 2022].

- ICOMOS, “Charter for the interpretation and presentation of cultural heritage sites”, *16th General Assembly of ICOMOS*, [icp.icomos.org](http://icp.icomos.org), 2008 [consultado em: [http://icp.icomos.org/downloads/ICOMOS\\_Interpretation\\_Charter\\_ENG\\_04\\_10\\_08.pdf](http://icp.icomos.org/downloads/ICOMOS_Interpretation_Charter_ENG_04_10_08.pdf); a: 29 de junho de 2022].
- ICOMOS, “Charter for the protection and management of the archaeological heritage”, [www.icomos.org](http://www.icomos.org), 1990 [consultado em: <https://www.icomos.org/en/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/160-charter-for-the-protection-and-management-of-the-archaeological-heritage>; a: 11 de junho de 2020].
- ICOMOS, “Charter on the built vernacular heritage”, [www.icomos.org](http://www.icomos.org), 1999 [consultado em: [https://www.icomos.org/charters/vernacular\\_e.pdf](https://www.icomos.org/charters/vernacular_e.pdf); a: 4 de junho de 2022].
- ICOMOS, “European charter of the architectural heritage”, [www.icomos.org](http://www.icomos.org), 1975 [consultado em: <https://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/170-european-charter-of-the-architectural-heritage>; a: 2 de junho de 2022].
- ICOMOS, “Guidance on post trauma recovery and reconstruction for world heritage cultural properties”, [openarchive.icomos.org](http://openarchive.icomos.org), 2017 [consultado em: <http://openarchive.icomos.org/id/eprint/1763/19/ICOMOS%20Guidance%20on%20Post%20Trauma%20Recovery%20.pdf>; a: 7 de julho de 2022].
- ICOMOS, “Princípios para análise, conservação e restauro de elementos estruturais do património arquitetónico”, [www.icomos.pt](http://www.icomos.pt), trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, 2003 [consultado em <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/46%20Princ%C3%ADpios%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20es%20truturas%20-%20ICOMOS%202003.pdf> ; a: 14 de julho de 2022].
- Ilustração Moderna, “Igreja de S. Tiago (Coimbra)”, *Ilustração Moderna*, ano 5, n.º 41, p. 71-72, 1930.
- Instituto Nacional de Estatística (ed.), *Estatísticas da construção e habitação 2018*, Lisboa, [consultado em: [file:///C:/Users/Sony/Downloads/ECH\\_2018.pdf](file:///C:/Users/Sony/Downloads/ECH_2018.pdf); a: 2019], 2019.
- Instituto Nacional de Estatísticas (ed.), *Estatísticas da construção e habitação 2013*, Lisboa [consultado em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=210767143&PUBLICACOESTema=55534&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=210767143&PUBLICACOESTema=55534&PUBLICACOESmodo=2)], 2014.
- Instituto Nacional de Estatísticas (ed.), *Estatísticas da construção e habitação 2014*, Lisboa [consultado em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=224786561&PUBLICACOESTema=55534&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=224786561&PUBLICACOESTema=55534&PUBLICACOESmodo=2)], 2015.
- Instituto Nacional de Estatísticas (ed.), *Estatísticas da construção e habitação 2015*, Lisboa [consultado em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=265140997&PUBLICACOESTema=55534&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=265140997&PUBLICACOESTema=55534&PUBLICACOESmodo=2)], 2016.
- Instituto Nacional de Estatísticas (ed.), *Estatísticas da construção e habitação 2016*, Lisboa [consultado em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=277046703&PUBLICACOESTema=55534&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=277046703&PUBLICACOESTema=55534&PUBLICACOESmodo=2)], 2017.
- Instituto Nacional de Estatísticas, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (ed.), *O parque nacional e a sua reabilitação – análise e evolução 2001-2011*, Lisboa [consultado em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=165231362&PUBLICACOESTema=55534&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=165231362&PUBLICACOESTema=55534&PUBLICACOESmodo=2)], 2013.
- IRVINE, William, *Thomas Henry Huxley*, Londres, British Council, 1960.
- IZQUIERDO BENITO, Ricardo, “La arqueología medieval en España: Antecedentes y estado actual”, *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º 1, p. 118-128, 1994.
- JAMESON, Fredric, *A singular modernity: Essay on the ontology of present*, Londres, Verso, 2002.
- JEFFERSON, Thomas, *Notes on the state of Virginia*, Filadélfia, R.T. Rawle Publisher, 1801.
- JOHNSON, Matthew, *Archaeological theory. An introduction*, Malden, Blackwell, 2ª ed., 2010.
- JOKILEHTO, Jukka, *A history of architectural conservation*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2017.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

- JOKILEHTO, Jukka, *A history of architectural conservation, The contribution of English, French, German and Italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property*, tese de doutoramento policopiada, York, University of York, 1986
- JORGE, Vítor Oliveira, JORGE, Susana Oliveira, "Theoretical underpinnings of Portuguese archaeology in the twentieth century", *Theory in archaeology, A world perspective*, ed. Peter J. Ucko, Londres, Routledge, p. 247-258, 1995.
- JR., Charles E. Orser, *Historical archaeology*, Nova Iorque, Routledge, 3ª ed., 2017.
- JUNYENT, Emili, "Prólogo a la edición Española", *Principios de estratigrafía arqueológica*, trad. Isabel García Trócoli, Barcelona, Editorial Crítica, p. VII-XV, 1991.
- KAISER, David Aram, *Romanticism, aesthetics, and nationalism*, ed. Marilyn Butler, James Chandler, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- KEMP, Wolfgang, *The desire of my eyes: The life & work of John Ruskin*, Nova Iorque, Farrar, Straus and Giroux, 1990.
- KENNEDY, Maev, *Archaeology*, ed. Julian Brown, Londres, Hamlyn, 1998.
- KENNEDY, Maev, *The history of archaeology*, Nova Iorque, Barnes & Noble Books, 2002.
- KENYON, Kathleen, "Excavation methods in Palestine", *Palestine Exploration Quarterly*, vol. 71, n.º 1, p. 29-37 [consultado em: <https://doi.org/10.1179/peq.1939.71.1.29>], 1939.
- KENYON, Kathleen, *Beginning in archaeology*, Londres, Phoenix House, 4ª ed., 1961.
- KHALAF, Manal, "Urban heritage and vernacular studies, Parallel evolution and shared challenges", *ISVS e-journal*, vol. 4, n.º 3, p. 39-51, 2016 [consultado em: [https://isvshome.com/pdf/ISVS\\_4-2/ISVS%20Vol4issue2paper4.pdf](https://isvshome.com/pdf/ISVS_4-2/ISVS%20Vol4issue2paper4.pdf); a: 2 de junho de 2022].
- KIDDER, Alfred Vincent, *An introduction to the study of southwestern archaeology*, New Haven, Yale University Press, 1962.
- KIRK, Terry, *The architecture of Modern Italy*, vol. II, *Visions of utopia, 1900–Present*, Nova Iorque, Princeton Architectural Press, 2005.
- KLEIN, Julie Thompson, "A taxonomy of interdisciplinarity", *The Oxford handbook of interdisciplinarity*, ed. Robert Frodeman, Oxford, Oxford University Press, parte 1, cap. 2, p. 15-30, 2010.
- KORRES, Geörgios Styl, *Heinrich Schliemann: Ein leben für die wissenschaft, Beiträge zur biographie*, Berlim, Nicolai, 1990.
- KORRODI, Ernesto, *Estudos de reconstrução sobre o castelo de Leiria. Reconstituição gráfica de um notável exemplo de construção civil e militar portuguesa (Prospecto)*, Zurique, Instituto Polygraphico, 1898.
- KOVACS, Kazmer, "Beyond vernacular architecture", *Atas da Conferência Internacional Heritage 2020*, Valência, The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences, vol. XLIV-M-2020, p. 767-772, 2020.
- KOYRÉ, Alexandre, *Considerações sobre Descartes*, trad. Hélder Godinho, Lisboa, Editorial Presença, 1963.
- KÜHL, Beatriz Mugayar; VIVIO, Beatrice A.; CAMPANELLI, Alessandro Pergoli, "Questões de restauro na Itália: atualizando o debate", *Pós*, V, 18, n.º 30, p. 228-249, 2011.
- KHUN, Thomas S., *The structure of scientific revolutions*, Chicago, University of Chicago Press, 1962.
- KUHN, Thomas S., *The Copernican revolution, Planetary astronomy in the development of western thought*, Cambridge, Harvard University Press, 1971.
- KULTERMANN, Udo, *Historia de la historia del arte*, trad. Jesús Espino Nuño, Madrid, Akal, 1996.
- KUMAR, Krishan, "Philosophy of history at the end of Cold War", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 50, p. 550-560, 2011.

- KEAY, Simon, "Professor Simon Keay", *www.southampton.ac.uk* [consultado em: <https://www.southampton.ac.uk/archaeology/about/staff/sjk1.page>; a: 6 de março de 2020]
- LABADI, Sophia, *UNESCO, cultural heritage, and outstanding universal value: Value-based analyses of the World Heritage and Intangible Cultural Heritage Conventions*, Lanham, AltaMira, 2013.
- LAMOTTA, Vincent M.; SCHIFFER, Michael B., "Behavioral archaeology, Toward a new synthesis". *Archeological theory today*, ed. Ian Hodder, Cambridge, Polity, cap. 2, p. 14-64, 2001.
- LARTET, Edouard; CHRISTY, Henry, *Reliquiae aquitanicae being contributions to the archaeology and palaeontology of Périgord and the adjoining provinces of southern France*, ed. Thomas Jones, Londres, William & Norgate, 1875.
- LASSUS, Jean-Baptiste; VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *Projet de restauration de Notre-Dame de Paris*, Paris, M<sup>me</sup> Lacombe, 1843.
- LATOUR, Bruno, *We have never been modern*, Cambridge, Harvard University Press, 1993.
- LAUDAN, Rachel, *From mineralogy to geology. The foundations of a science, 1650-1830*, Chicago, University of Chicago Press, 1987.
- LAUMAIN, Xavier, "The Roman timber framework, A neglected construction method", *Structures and architecture: New concepts, applications and challenges*, ed. Paulo J. Cruz, Boca Raton, CRC Press, p. 2240-2247, 2013.
- LAUMAIN, Xavier, LOPEZ SABATER, Ángela, "Roman opus craticium, a rediscovered construction technology", *Structural analysis of historical constructions, Atas da International Conference on Structural Analysis of Historical Constructions*, ed. Jerzy Jasieńko, Wrocław, Dolnośląskie Wydawnictwo Edukacyjne, p. 1213-1219, 2012.
- LAWRENCE, Lesley, "Stuart and Revett: Their literary and architectural careers", *Journal of the Warburg Institute*, vol. 2, n.º 2, p. 128-146, 1938.
- LE GOFF, Jacques, *History and memory*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1992.
- LE GOFF, Jacques, "L'histoire nouvelle", *La nouvelle histoire*, Paris, La Bibliothèque du CELP, p. 210-241, 1978.
- LEACH, Neil, *Rethinking architecture: A reader in cultural theory*, Londres, Routledge, 2005.
- LEHMANN-HARTLEBEN, Karl, "Thomas Jefferson, Archaeologist", *American Journal of Archaeology*, vol. 47, n.º 2, p. 161-163, 1943.
- LE MOS, Francisco Sande, "A lei e a arqueologia urbana", *Praxis Archeologica*, n.º 1, p. 15-21, 2006.
- LE MOS, Francisco Sande, "Arqueologia urbana em Portugal: A cidade, o poder e o conhecimento", *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002
- LE MOS, Francisco Sande; MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela, "À descoberta de *Bracara Augusta*: Um projecto de arqueologia urbana no Norte de Portugal", *Forum*, n.º 17, 1995, p. 53-60.
- LEÓN-PORTILLA, Miguel, "Manuel Gamio, 1883–1960", *American Anthropologist*, vol. 64, n.º 2, p. 356–366, 1962.
- LEVINE, Philippa, *The amateur and the professional: Antiquarians, historians and archaeologists in Victorian England 1838-188*, Londres, Cambridge University Press, 1986.
- LEWIS, Cherry; KNELL, Simon (ed.), *The age of the Earth: From 4004 B.C. to A.D. 2002*, Londres, The Geological Society, 2001.
- LIEBGOTT, Niels-Knud, "Denmark", *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Estrasburgo, Concil of Europe Publishing, p. 63-69, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles, "Tempo contra tempo ou a sociedade hipermoderna", *Os tempos hipermodernos*, ed. Gilles Lipovetsky, Charles Sébastien, trad. Mário Vilela, São Paulo, Barcarolla, p. 49-101, 2011.
- LOBO, Rui, "Coimbra: Evolução do espaço urbano", *Revista ECDJ*, n.º 3, p. 27-34, 2000.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

- LOPES, Flávio, *Património arquitetónico e arqueológico – Noção e normas de proteção*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2012.
- LÓPEZ MULLOR, Alberto, “Veinte años después”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, p. 159-174 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2002.i1>], 2002.
- LORENZ, Chris, “Scientific historiography”, *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 35, p. 393-403, 2011.
- LOTTMAN, Herbert R., *Salvare le città*, trad. Pasquale Portoghese, Bari, Dedalo Libri, 1981.
- LOUREIRO, José Pinto, *Toponímia de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1964.
- LOUREIRO, José Pinto, *Toponímia de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, tomo II, 1964.
- LOWENTHAL, David, *The heritage crusade and the spoils of history*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010.
- LOYER, Emmanuelle, *Lévi-Strauss*, Paris, Flammarion, 2015.
- LUDY, Craig, “From structuralism to poststructuralism”, *Edinburgh companion to poststructuralism*, ed. Benoît Dillet, Iain Mackenzie, Robert Porter, Edimburgo, Edinburgh University Press, p. 69-94, 2013.
- LYELL, Charles, *Principles of geology or the modern changes of the Earth and its inhabitants considered as illustrative of geology*, vol. I e II, 10ª ed., Londres, John Murray, 1867 e 1868.
- LYOTARD, Jean François, *A condição pós-moderna*, trad. José Navarro, Lisboa, Grávida Publicações, 1989.
- MACARRÓN MIGUEL, Ana Maria, *Historia de la conservación y la restauración desde la antigüedad hasta el siglo XX*, Madrid, Tecnos, 2002.
- MACDONALD, Paul, *History of the concept of mind. Speculations about soul, mind and spirit from Homer to Hume*, Ashgate, Ashgate Publishing, 2004.
- MAETZKE, Gabbriella, “Significato del documento archaeologico nello studio e nella tutela dei centri storici”, *Archeologia Medievale*, n.º VI, p. 15-21, 1979.
- MAETZKE, Gabbriella; RYSIEWSKA, Teresa; TABACZYNSKY, Stanisław; URBAŃCZYK, Przemysław. “Problemi dell’analisi descrittiva nelle ricerche sui siti archeologici pluristratificati”, *Archeologia Medievale*, n.º IV, p. 7-46, 1977.
- MAIA, Maria Helena, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Colibri, 2007.
- MAIER, Andreas, *The central European Magdalenian: Regional diversity and internal Variability*, Berlim, Springer, 2015.
- MALHERBE, Michel, *As filosofias da humanidade*, trad. Ana Rabaça, Lisboa, Instituto Piaget, 2001.
- MALHERBE, Michel, *La philosophie empiriste de David Hume*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 4ª ed., 2001.
- MALI, Joseph, “Vico”, *A companion to the philosophy of history and historiography*, Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 40, p. 446-456, 2011.
- MALLGRAVE, Harris Francis (ed.), *Architectural theory*, vol. I, *An anthology from Vitruvius to 1870*, Malden, Blackwell, 2006.
- MALPAS, Simon, *Jean-François Lyotard*, Londres, Routledge, 2003.
- MALPICA CUELLO, Antonio, “Arqueólogos y arquitectos. Un debate necesario”, *Arqueología medieval y restauración*, ed. Alberto García Porras, Granada, Alhulia, p. 15-32, 2016.
- MALPICA CUELLO, Antonio, “Entrevista a Sonia Gutiérrez”, *Debates de Arqueologia Medieval*, n.º 3, p. 351-358, 2013.
- MANACORDA, Daniele, “Introduzione”, *Principi di stratigrafia archeologica*, trad. Ada Gabucci, Urbino, La Nuova Italia Scientifica, p. 9-36, 7ª ed., 1993.

- MAÑANA BORRAZÁS, Patricia, “Arquitectura como percepción”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 2, p. 177-183 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2003.i2>; a: 28 de setembro de 2020], 2003.
- MATTOSO, José, “Introdução à história urbana portuguesa. A cidade e o poder”, *Cidades e história*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 9-20, 1987.
- MANNONI, Tiziano, “Archeologia dell’architettura”, *Notiziario di Archeologia Medievale*, n.º 54, p. 28-29, 1990.
- MANNONI, Tiziano, “Archeologia della produzione”, *Archeologia Medievale*, n.º XIV, p. 559-564, 1987.
- MANNONI, Tiziano, “Il castello di Molassana e l’archeologia medievale in Liguria”, *Archeologia Medievale*, n.º I, p. 11-17, 1974.
- MANNONI, Tiziano, “Il senso della bellezza nell’archeologia dell’architettura”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º VII, p. 43-50, 2002.
- MANNONI, Tiziano, “L’archeologia dei castelli condotta in Liguria negli anni '60 e '70”, *L’incastellamento in Liguria: X - XII secolo, Bilancio e destini di un tema storiografico*, ed. Fabrizio Benente, Bordighera, Istituto Internazionale di Studi Liguri, p. 71-79, 2000.
- MANNONI, Tiziano, “Metodi di datazione dell’edilizia storica”, *Archeologia Medievale*, n.º XI, p. 396-403, 1984.
- MANNONI, Tiziano, “Premessa”, *Archeologia dell’Architettura*, n.º VII, p. 9, 2002.
- MANNONI, Tiziano; POLEGGI, Ennio, “Fonti scritte e strutture medievali del castello di Genova”, *Archeologia Medievale*, n.º I, p. 171-194, 1974.
- MARTINELLI, Alberto; CHIESI, Antonio M.; STEFANIZZI, Sonia, *Recent social trends in Italy 1960-1975*, Montreal, McGill-Queen’s University Press, 1999.
- MARTÍNEZ JUSTICIA, Maria José, *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Madrid, Tecnos, 2ª ed., 2001.
- MARTINS, Ana Cristina Nunes, “As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da arqueologia clássica no Portugal de Oitocentos”, *Archaia*, n.º 3-5, p. 65-85, 2003-2005.
- MARTINS, Ana Cristina Nunes, *Possidónio da Silva e o elogio da memória, 1806-1896: Um percurso na arqueologia de Oitocentos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003.
- MARTIRE, Agustina, “Dublin docklands: The urban fabric as cultural heritage”, *ICOMOS, Changing world, Changing Views of Heritage: Heritage and social change, Proceedings of the ICOMOS Scientific Symposium*, ed. Elene Negussie, ICOMOS International Secretariat, Paris, p. 45-55, 2012.
- MASCALL, Eric, *The openness of being: Natural theology today*, Londres, Darton, Longman and Todd, 1971.
- MASCARENHAS, Jorge, *Sistemas de construção V – O edifício de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa, Processo evolutivo dos edifícios – Inovações técnicas – Sistema construtivo, Materiais básicos (3ª parte): O vidro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- MCLYNN, Frank, *Napoleon: A biography*, Londres, Pimlico, 1998.
- MEADOWS, Donella, *Thinking in systems - A primer*, ed. Diana Wright, Vermont, Chelsea, Green Publishing, 2008.
- MELLI, Piera, “Italy”, *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Estrasburgo, Concil of Europe Publishing, p. 133-142, 2001.
- MERAZ, Fidel, “Architecture and temporality in conservation theory: The Modern movement and the restoration attitude in Cesare Brandi”, *The challenge of change. Dealing with the legacy of the Modern movement*, ed. Dirk van den Heuvel, Maarten Mesman, Delft, IOS Press, p. 23-26, 2008.
- MILANESE, Marco; MOLINARI, Alessandra, “Premessa”, *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Firenze, All’Insegna del Giglio, 1988, p. 5-6.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

- MILNE, Gustav, *The port of Roman London*, Londres, Batsford, 1985.
- MINICIS, Elisabetta, “Strutture medievali murarie a Roma: Alcuni esempi di edilizia civile. Notizie preliminari”, *Archeologia Medievale*, n.º XIII, p. 545-552, 1986.
- MOLAND, Lydia L., *Hegel's aesthetics, The art of idealism*, Oxford, Oxford University Press, 2019.
- MONTEIRO, João Paulo, *Hume e a epistemologia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.
- MONTEIRO, Pardal, *Eugénio dos Santos precursor do urbanismo e da arquitectura moderna*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950.
- MONTINARI, Mazzino, *Reading Nietzsche*, trad. Greg Whitlock, Urbana, University of Illinois Press, 2003.
- MORAN, Dermot, *Edmund Husserl: Founder of phenomenology*, Cambridge, Polity Press, 2005.
- MOREAU, Christian; DORY, Daniel, *Alcide d'Orbigny entre Europe et Amérique: Textes et contextes d'une oeuvre*, Rennes, Presses Univesitaires de Rennes, 2005.
- MORELAND, John, “Method and theory in medieval archaeology in the 1990's”, *Archeologia Medievale*, n.º XVIII, p. 7-42, 1991.
- MORELLI, Marco, *La pianificazione urbanistica. Dal piano regolatore generale ai piani attuativi*, Camerino, Halley, 2007.
- MORGAN, G. Lloyd, “The Newstead years: 1886-1947”, *Journal of the Chester Archaeological Society*, vol. 72, p. 25-36, 1993.
- MORUS, Iwan, “The Sciences”, *A companion to Nineteenth-Century Britain*, ed. Chris Williams, Malden, Blackwell Publishing, cap. 28, p. 457-470, 2004.
- MOXEY, Keith, *Visual time: The image in history*, Durham, Duke University Press Books, 2013.
- MURILLO FRAGERO, José Ignacio; SÁNCHEZ ZUFIAURRE, Leandro, “Presentación. La arqueología de la arquitectura y su creciente generalización. Algunos problemas de método, ejecución y organización”, *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 3, p.123-125, 2004.
- NABAIS, José Casalta, “A legislação do património arqueológico e sua evolução”, *RevCEDOUA*, n.º 26, 2010, p. 9-17.
- NAGEL, Alexander; WOOD, Christopher S., *Anachronic Renaissance*, Nova Iorque, Zone Books, 2010.
- NETO, Maria João, “Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. III, p. 157-166, 2ª ed., 2011.
- NETO, Maria João, *Almeida Garrett, A 'viagem' e o património*, ed. Jorge Ferreira, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015.
- NETO, Maria João, *James Murphy e o restauro do mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Estampa, 1997.
- NETO, Maria João, *Memória, propaganda e poder, O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, dir. Manuel Mendes, Porto, FAUP Publicações, 2001.
- NEUSTUPNÝ, Evžen, *Archaeological method*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- NICHOLAS, David, *The growth of Medieval cities, From late Antiquity to the early fourteenth century*, Londres, Routledge, 1997.
- NICHOLS, Gary, *Sedimentology and Stratigraphy*, Oxford, Blackwell Science, 1999.
- NICHOLS, John, *Illustrations of the literary history of the Eighteenth century: Consisting of authentic memoirs and original letters of eminent persons; And intended as a sequel to the literary anecdotes*, vol. 7, Londres, ed. autor, 1831.

- NICOLAI, Vincenzo Fiocchi, "Archeologia medievale e arqueologia cristiana: Due discipline a confronto", *Quarant'anni di archeologia medievale in Italia, La rivista, i temi, la teoria e i metodi*, ed. Sauro Gelichi, All'Insegna del Giglio, p. 21-31, 2014.
- NIGLIO, Olimpia, "La 'casa baraccata': Un prototipo di architettura antisismica in epoca borbonica", *Bioarchitettura*, n.º 69, p. 46-49, 2011.
- NOÉ, Paula; FIGUEIREDO, Paula, "Palacete na Rua Dr. Alexandre Braga, n.º 6", *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt), 2010 [consultado em: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3121](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3121); a 27 de maio de 2022].
- NOEL, Ivor Hume, *Historical archaeology*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1969.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, "O fenómeno do lugar", *Uma nova agenda para a arquitetura, Antologia teórica 1965-1995*, org. Kate Nesbitt, trad. Vera Pereira, rev. téc. José Tavares Correia de Lira, Joana Mello, São Paulo, Cosac Naify, 2ª ed., p. 443-461, 2008.
- NORE, Ellen, *Charles A. Beard, An intellectual biography*, Carbondale, Southern Illinois University Press, 1983.
- O'KEEFFE, Taghg, "Landscape and memory: Historiography, theory, methodology", *Heritage, memory and the politics of identity, New perspectives on the cultural Landscape*, ed. Niamh Moore, Yvonne Whelan, Hampshire, Ashgate, part. I, cap. 1, 2007, p. 3-4.
- OEXLE, Judith, "Germany", *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Estrasburgo, Concil of Europe Publishing, p. 103-111, 2001.
- OHBA, Go, "Two approvals from the 1931 Athens Conference: Anastylis and international collaboration for architectural conservation: New evidence", *Conservation and management of archaeological sites*, vol. 19, n.º 2, 2017.
- OLESKO, Kathryn, "The Century of Science", *A companion to Nineteenth-Century Europe 1789-1914*, ed. Stefan Berger, Malden, Blackwell, cap. 25, p. 333-344, 2006.
- OLIVEIRA, Cláudio Guiomar de, "As zonas de protecção dos monumentos no Estado Novo", *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. III, p. 200-201, 2ª ed., 2011.
- OLIVER, Paul, *Built to meet needs, Cultural issues in vernacular architecture*, Oxford, Elsevier, 2006, p. 25.
- OLIVIER, Laurent, "The business of archaeology is the present", *Reclaiming archaeology, Beyond the tropes of modernity*, ed. Alfredo Gonzáles-Ruibal, Londres, Routledge, 2013.
- OLSSON, Krister, HASIC, T., "Structural change, cultural heritage and place", *Sustainable development and planning II*, vol. 2, ed. A. G. Kungolos, C. A. Brebbia, E. Beriatos, Southampton, WIT Press, p. 1509-1518, 2005.
- OLSZEWSKI, Deborah I., "Meet the new director, Richard Hodges, The Williams director", *Expedition*, vol. 50, n.º 1, p. 4-5, 2008.
- OUTRAM, Dorinda, *Georges Cuvier: Vocation, science, and authority in post-revolutionary France*, Manchester, Manchester University Press, 1984.
- PAIVA, José Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana (coord.), *Guia técnico de reabilitação habitacional*, Instituto Nacional de Habitação, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2006.
- PALLADIO, Andrea, *I quattro libri dell'architettura di Andrea Palladio nè quali dopo un breue trattato de cinque ordini, & di quelli auerlimenti che sono piu necessarij nel fabricare, si trata delle case private, delle Vie, de i ponti, delle piazze, de i xisti, et de tempij con privilegi*, Veneza, Domenico de Franceschi, 1570.
- PALTINERI, Silvia, "Anomalie liguri. Nino Lamboglia nella storia dell'archeologia italiana", *Antenor*, n.º 4, 2003, p. 147-162.

## para uma arqueologia crítica da arquitetura

- PALUDAN-MÜLLER, Carsten, "Postscript 2, When memory takes place", *War and cultural heritage, Biographies of place*, ed. Marie Louise Stig Sørensen, Dacia Viejo-Rose, Cambridge, Cambridge University Press, 2015.
- PARENTI, Roberto, "Archeologia dell'architettura, Bilancio della situazione toscana", *Archeologia dell'Architettura*, n.º II, p. 175-180, 1997.
- PARENTI, Roberto, "Dalla stratigrafia all'archeologia dell'architettura. Alcune recenti esperienze del laboratorio senese", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º I, p. 73-82 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2002.i1>], 2002.
- PARENTI, Roberto, "Fonti materiali e lettura stratigrafica di un centro urbano: I risultati di una sperimentazione 'non tradizionale'", *Archeologia Medievale*, n.º XIX, p. 7-62, 1992.
- PARENTI, Roberto, "Historia, importancia y aplicaciones del método de lectura de paramentos", *Informes de la Construcción*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. 46, n.º 435, p. 19-29, 1995.
- PARENTI, Roberto, "La tecniche di documentazione per una lettura stratigrafica dell'elevato", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Firenze, All'Insegna del Giglio, p. 249-279, 1988.
- PARENTI, Roberto, "La torre A: Una lettura stratificata. Il progetto Montarrenti (Siena). Relazione preliminare, 1984", *Archeologia Medievale*, n.º XII, p. 417-437, 1985.
- PARENTI, Roberto, "Sulle possibilità di datazione e classificazione delle murature", *Archeologia e restauro dei monumenti*, ed. Riccardo Francovich, Roberto Parenti, Firenze, All'Insegna del Giglio, p. 280-304, 1988.
- PARVIN, Phil, *Karl Popper*, ed. John Meadowcroft, Nova Iorque, Bloomsbury, 2013.
- PATTERSON, Thomas, *A social history of anthropology in the United States*, Oxford, Berg, 2001.
- PENGELLY, Hester (ed.), *A memoir of William Pengelly of Torquay, F.R.S., Geologist, With a selection from his correspondence*, Londres, John Murray, 1897.
- PEREIRA, Maria Luísa Estácio da Veiga S., *Estácio da Veiga: Cientista algarvio, Pioneiro da arqueologia em Portugal*, Lisboa, Casa do Algarve, 1984.
- PEREIRA, Paulo, "Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010", *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. V, p. 261-280, 2ª ed., 2011.
- PERTHES, Boucher de, *Antiquités celtiques et antédiluviennes*, Paris, Treuttel et Wurtz, 1847.
- PERTOT, Gian Franco, TRECCANI, Gian Paolo, "Mentalità stratigrafica e progetti per la conoscenza e per la conservazione", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, p. 131-143 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2002.i1>], 2002.
- PETRIE, Flinders, *Methods and aims in archaeology*, Londres, Macmillan & Co., 1904.
- PHILLIPS, John W., "Derrida, Deconstruction and method", *Edinburgh companion to poststructuralism*, ed. Benoît Dillet, Iain Mackenzie, Robert Porter, Edimburgo, Edinburgh University Press, p. 122-142, 2013.
- PICCINATO, Giorgio, "Words and history: Controversies on urban heritage in Italy", *Culture, urbanism and planning*, Hampshire, Ashgate, p. 113-128, 2006.
- PIEROTTI, Piero; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, "Archeologia dell'architettura e storia dell'architettura: Due discipline a confronto", *Il Congresso Nazionale di Archeologia Medievale*, ed. Gian Pietro Brogiolo, Brescia, All'Insegna del Giglio, p. 377-380, 2000.
- PIERSE, Síoira, *Voltaire historiographer: Narrative paradigms*, Oxford, Voltaire Foundation, 2008.
- PIMENTEL, Jorge Cunha, *Rogério de Azevedo e o paço dos Duques em Guimarães, Estudo e projectos de restauro*, Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/ESAP, 2004.

- PIZZI, Marcela, "The invention of the balloon frame, how it affected architecture in the New World. The case of Chile", *Proceedings of the First International Congress on Construction History*, ed. Santiago Huerta, Madrid, Instituto Juan de Herrera, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, p. 1639-1648, 2003.
- PONSFORD, Michael, "Archaeological work in Bristol", *Rescue News*, n.º 6, vol 6, 1974, p. 2-3.
- POPPER, Karl, *The poverty of historicism*, Boston, The Beacon Press, 1957.
- POULOT, Dominique, *Une histoire du patrimoine en Occident: XVIIIe-XXIe siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 2015.
- POWELL, Jason, *Jacques Derrida: A biography*, Londres, Continuum, 2006.
- PRECIOSO, Daniel; RICETTO, Petrus Ferreira, "Ciência, método e conceitualização na filosofia da história de Heirich Rickert (1899-1905)", *Revista de Teoria da História*, ano 7, vol. 14, n.º 2, 2015, p. 256-268.
- PRESTON, John, *Feyerabend: Philosophy, science and society*, Cambridge, Polity Press, 1997.
- PREZIOSI, Donald (ed.), *The art of art history: A critical anthology*, Oxford, Oxford University Press, 2ª ed., 2009.
- PRITCHARD, Edward Evans, *História do pensamento antropológico*, trad. Teresa Louro Pérez, Lisboa, Edições 70, 1989.
- PUMPELLY, Raphael (ed.), "Physiography of central-Asian deserts and oases", *Explorations in Turkestan, Expedition of 1904, Prehistoric civilizations of Anau, Origins, growth, and influence of environment*, Washington, Carnegie Institution, vol. 2, parte V, cap. XIV-XV, p. 243-337, 1908.
- PYDDOKE, Edward, *The scientist and archaeology*, Londres, Phoenix House, 1963.
- QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, "Arqueología de la Arquitectura en España", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 1, p. 27-38 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2002.i1>], 2002.
- QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, "Contribución al estudio de la arqueología de la arquitectura", *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º 1, p. 141-158, 1994.
- QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, "La mensiocronologia dei laterizi della Toscana: Problematiche e prospettive di ricerca", *Archeologia dell'Architettura*, n.º II, p. 159-165, 1997.
- QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, "Medieval Archaeology in Spain", *Reflections: 50 years of Medieval archaeology, 1957-2007*, ed. Tobera Gilchrist, Andrew Reynolds, Londres, Maney Publishing, cap. 9, p. 173-189, 2009.
- RAAB, Mark; GOODYEAR, Albert, "Middle range theory in archaeology: A critical review of origins and applications" *American Antiquity*, vol. 49, n.º 2, p. 255-268, 1984.
- RAHTZ, Philip, *Invitation to archaeology*, Oxford, Blackwell, 1985.
- RAHTZ, Philip, *The new Medieval archaeology*, York, University of York, 1981.
- RAMALHO, Maria de Magalhães, "A arqueologia na intervenção dos edifícios históricos ou a arqueologia da arquitectura", *Al Madan*, II série, n.º 5, p. 50-56, 1996.
- RAMALHO, Maria de Magalhães, "Arqueologia da arquitectura, O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico", *Estudos/Património*, n.º 3, p. 19-29, 2002.
- RAMALHO, Maria de Magalhães, "Os primeiros passos da arqueologia da arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico", *Arqueología de la Arquitectura*, n.º 3, p. 145-153 [consultado em: <https://doi.org/10.3989/10.3989/arqarqt.2004.i3>], 2004.
- RAMALHO, Maria de Magalhães, "Práxis em arqueologia da arquitectura", *Promontoria*, n.º 9, p. 1-31, 2011.
- RAMOS, Maria João, *Identidade e memória, O bairro económico de Celas, Coimbra*, dissertação de mestrado policopiada, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2018.



para uma arqueologia crítica da arquitetura

- RAPOSO, Luís, "As origens da arqueologia científica portuguesa no século XIX", *100 anos de património: Memória e identidade*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. I, p. 47-56, 2ª ed., 2011.
- RAVENSWAAY, Charles van, *The arts and architecture of German settlements in Missouri: A survey of a vanishing culture*, Columbia, University of Missouri Press, 1977.
- REAL, Manuel Luís, "O convento da Costa (Guimarães), Notícia e interpretação de alguns elementos arquitetónicos recentemente aparecidos", *Atas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. IV, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, p. 461-475, 1981.
- RENFREW, Colin, "Transformations", *Transformations: Mathematical approaches to culture change*, ed. Colin Renfrew, Cooke L. Kenneth, Nova Iorque, Academic Press, cap. 1, p. 3-44, 1979.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul, *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*, trad. María Jesús Mosquera Rial, Madrid, Ediciones Akal, 2ª ed., 1998.
- RENFREW, Colin, "Towards a cognitive archaeology", *The ancient mind. Elements of cognitive archaeology*, Colin Renfrew, Ezra. B. W. Zubrow (ed.), Cambridge, Cambridge University Press, p. 3-12, 1994.
- RENFREW, Colin, "The archaeology of religion", *The ancient mind. Elements of cognitive archaeology*, Colin Renfrew, Ezra. B. W. Zubrow (ed.), Cambridge, Cambridge University Press, p. 47-54, 1994.
- REVEYRON, Nicolas, "L'archéologie du bâti en France", *Archeologia dell'Architettura*, n.º XV, p. 29-44, 2010.
- REYERSON, Katherine L., "Medieval walled space: Urban development vs. defense", *City walls, The urban enceinte in global perspective*, ed. James D. Tracy, Cambridge, Cambridge University Press, p. 88-116, 2000.
- RIBEIRO, Ana Isabel, *Arquitectos Portugueses - 90 Anos de Vida Associativa (1863-1953)*, Porto, FAUP Publicações, 2002.
- RIBEIRO, Carlos, *Estudos geológicos, Descrição do solo quaternário das bacias hidrográficas do Tejo e do Sado*, Lisboa, Comissão Geológica de Portugal, 1º caderno, 1866.
- RICHARDSON, Roger, "William Camden and the re-discovery of England", *Transactions of the Leicestershire Archaeological and Historical Society*, n.º 78, p. 108-123, 2004.
- RIVERA BLANCO, Javier, *De varia restauratione: Teoría e historia de la restauración arquitectónica*, Valladolid, Restauración & Rehabilitación, 2001.
- RIVERS, Pitt, *Excavations in Bokerly and Wansdyke, Dorset and Wilts. 1888-1891*, Londres, ed. autor, vol. III, 1892.
- RIVERS, Pitt, *Excavations in Cranborne Chase, near Rushmore, on the Borders of Dorset and Wilts*, Londres, ed. autor, vol. I, 1887.
- RIVERS, Pitt, *Excavations in Cranborne Chase, near Rushmore, on the Borders of Dorset and Wilts. 1880-1888*, Londres, ed. autor, vol. II, 1888.
- RIVERS, Pitt, *Excavations in Cranborne Chase, near Rushmore, on the Borders of Dorset and Wilts. 1893-1896*, Londres, ed. autor, vol. IV, 1898.
- ROCA, Pere; LOURENÇO, Paulo B.; GAETANI, Angelo, *Historic construction and conservation, Materials, systems and damage*, Nova Iorque, Routledge, 2019.
- ROCCA, Matteo, *La "Libera Collina di Castello"*, monografia de licenciatura policopiada, Dipartimento di Scienze per l'Architettura, Génova, Università degli Studi di Genova, 2015.
- ROCKMORE, Tom, "Hegel", *A companion to the philosophy of history and historiography*, ed. Aviezer Tucker, Malden, Wiley-Blackwell, parte IV, cap. 42, p. 468-476, 2011.
- RODRIGUES, Luís Nuno, "Da criação da UNESCO à adesão de Portugal (1946-1965)", *Relações Internacionais*, n.º 12, 2006, p. 167-181.

- RODRIGUES, Paulo Simões, “O longo tempo do património, Os antecedentes da República (1721-1910)”, *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. I, 2ª ed., 2011, p. 19-30.
- RODRÍGUEZ TEMIÑO, Ignacio, *Arqueología urbana en España*, Barcelona, Ariel, 2004.
- RODWELL, Dennis, *Conservation and sustainability in historic cities*, Oxford, Blackwell, 2007.
- ROMER, John, *The history of archaeology, Great excavations of the world*, Nova Iorque, Checkmark Books, 2001.
- ROOS, Anna, “Lodestones and Gallstones, the magnetic geochemistry of Martin Lister (1639-1712)”, *History of Science*, vol. 46, n.º 3, p. 343-364, 2008.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, “O restauro da Sé Velha de Coimbra. António Augusto Gonçalves entre o rigor da história e o rigor do Desenho”, *Atas do Colóquio Artistas e Artífices e a sua mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, Porto, Universidade do Porto, p. 257-263, 2007.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios, A arquitectura religiosa medieval - Património e restauro (1835-1928)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. autor, 1995.
- ROSE, Charles, *The archaeology of Greek and Roman Troy*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2014.
- ROSE, Margaret A., *Parody: Ancient, modern and post-modern*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- ROSMANINHO, Nuno, *A deriva nacional da arte. Portugal, séculos XIX-XXI*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2018.
- ROSMANINHO, Nuno, *O poder da arte: O Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- ROSMANINHO, Nuno; BOTTO, Margarida Donas, “O restauro da Sé Velha de Coimbra (1893-c.1935)”, *Vértice*, série II, n.º 54, p. 23-31, 1993.
- ROSSA, Walter, “A arte inconsciente da comunidade”, *Revista História*, ano XXII, série III, n.º 27, 2000.
- ROSSI, Aldo, *A scientific autobiography*, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press, 1984.
- ROSSI, Aldo, *L'architettura della città*, ed. Federico Bocci, Milão, Città.Studi, 1995.
- RUÃO, Carlos, “A Porta Férrea ou a joyeuse entrée”, *Monumentos*, n.º 8, p. 26-33, 1998.
- RUDWICK, Martin J. S., *Georges Cuvier, Fossil bones, And geological catastrophes*, Chicago, University of Chicago Press, 1997.
- RUSKIN, John, *The seven lamps of architecture*, Londres, Smith, Elder and Co., 1849.
- RUSKIN, John, *The stones of Venice*, vol. I, Boston, Aldine Book Publishing Co., 1851.
- SAABY, Lisbeth, “Prospective legislation in an internacional perspective”, *Legal and financial aspects of architectural conservation: The Smolenice Castle Conference*, ed. Marc Denhez, Stephen Neal Dennis, Toronto, Dundurn, p. 21-31, 1997.
- SANT'ANA DIEGUES, Antonio Carlos, *El mito moderno de la naturaleza intocada*, Quito, Abya Yala, 2000.
- SANTOS, Álvaro Manuel Reis, *Reabilitação urbana e a sustentabilidade das cidades*, Porto, Vida Económica, 2018.
- SANTOS, Raquel, “Arqueologia da arquitectura: Perspectivas metodológicas”, *Promontoria*, ano 9, n.º 9, p. 29-68, 2011.
- SANTOS, Raquel, *Arqueologia da Arquitectura, Perspectivas metodológicas*, dissertação de mestrado policopiada, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Faro, 2010.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

- SARABIA-BAUTISTA, Julia, "La ciudad durante la Alta Edad Media: Balance y propuesta de nuevas perspectivas metodológicas para el estudio de los escenarios urbanos en la Península Ibérica", *Treinta años de arqueología medieval en España*, ed. Juan Antonio Quirós Castillo, Oxford, Archeopress Publishing Lda., p.147-173, 2018.
- SCHACHNER, Nathan, *Thomas Jefferson, A biography*, Nova Iorque, Appleton Century Crofts, vol. 1, 1951.
- SCHILDGEN, Brenda Deen, *Heritage or heresy: Preservation and destruction of religious art and architecture in Europe*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan, 2008.
- SCHMIDT, Hubert, "Archaeological excavations in Anau and Old Merv", *Explorations in Turkestan; Expedition of 1904. Prehistoric civilizations of Anau, Origins, growth, and influence of environment*, ed. Raphael Pumpelly, Washington, Carnegie Institution, vol. 1, parte II, cap. VI-XI, p. 83-216, 1908.
- SCHRIFT, Alan D., "Introduction", *The history of Continental philosophy*, vol. 6, *Poststructuralism and critical theory's second generation*, ed. Alan D. Schrift, Londres, Routledge, 3ª ed., p. 1-17, 2014.
- SCHULLER, Manfred, *Building archaeology*, trad. Margaret Will, Paris, ICOMOS - Monuments & Sites, n.º VII, 2002.
- SCHWARZER, Mitchell, "The sources of architectural nationalism", *Nationalism and architecture*, ed. Raymond Quek, Darren Deane, Sarah Butler, Ashgate, Ashgate Publishing, cap. 1, p. 22-44, 2012.
- SCOTT, George Gilbert, *Remarks on secular & domestic architecture, present & future*, Londres, John Murray, 1858.
- SERENO, Isabel; DORDIO, Paulo, "Praça da Ribeira e área envolvente," *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt), 1995 [consultado em: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6145](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6145); a 3 de outubro de 2018].
- SERRANO POZUELO, Rosa Mari, "Arqueología de la arquitectura: Nacimiento y desarrollo en España", *Arqueoweb. Revista sobre Arqueología en Internet*, n.º 14, p. 119-148 [consultado em: <https://webs.ucm.es/info/arqueoweb/numero-14.html#13>], 2012-2013.
- SETTLE, Raymond (ed.), *The march of the mounted riflemen: From Fort Leavenworth to Fort Vancouver, May to October 1849*, Lincoln, University of Nebraska Press, 1989.
- SHANKS, Michael, *Experiencing the past. On the character of archaeology*, Londres, Routledge, 2ª ed., 2005.
- SHANKS, Michael; HODDER, Ian, "Processual, postprocessual and interpretive archaeologies", *Interpreting archaeology, Finding meaning in the past*, ed. Ian Hodder, Michael Shanks, Alexandra Alexandri, Victor Buchli, John Carman, Jonathan Last, Gavin Lucas, Londres, Routledge, cap. 1, p. 3-33, 1995.
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher Y., *Re-constructing archaeology: Theory and practice*, Londres, Routledge, 2ª ed., 1993.
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher Y., *Social theory and archaeology*, Albuquerque, University of New Mexico, 2ª ed., 1988.
- SHAW, Ian; JAMESON, Robert (ed.), *A dictionary of archaeology*, Oxford, Blackwell, 1999.
- SHENNAN, Stephen, "Analytical archaeology", *A companion to archaeology*, ed. John Bintliff, Malden, Blackwell, 2ª ed., 2006.
- SILVA, António Carlos, "Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996), cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico", *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 303
- SILVA, Augusto Vieira da, *A cerca fernandina de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª ed., 1987.

- SILVA, Joaquim Possidónio da, *Noções elementares de arqueologia, Obra ilustrada com 324 gravuras*, Lisboa, Lallemand Frères, 1878.
- SILVA, José Miguel Mendes Freitas, *O monumento e o lugar. Relação entre o espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2010.
- SILVA, Manuel Fialho, *Mutação urbana na Lisboa medieval. Das taifas a D. Dinis*, tese de doutoramento policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.
- SILVA, Margarida, “Casa Medieval na Rua Sargento-Mor, n.º 4 a 6”, *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt), 2005, [consultado em: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=23038](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23038); a: 21 de setembro de 2018].
- SILVA, José António Raimundo Mendes da; SUBTIL Ana Cristina, “General characterization of Coimbra’s uptown building’s façades”, *Cadernos de Apoio ao ensino da tecnologia da construção e da reabilitação de anomalias não estruturais em edifícios*, n.º 7, *Anomalias de revestimentos de fachada e soluções de reabilitação*, coord. José António Raimundo Mendes da Silva, Coimbra, Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, p. 75-92, 2009.
- SIMÓN DÍAZ, José, “Don Martín Almagro Basch”, *Anales del Instituto de Estudios Madrileños*, n.º 22, p. 551-554, 1985.
- “Sir Harold Brakspear dies at Bath”, *Bath Chronicle and Herald*, n.º 9046, p. 26, 1934.
- SISSON, Charles Hubert, *David Hume*, Edimburgo, Ramsay Head Press, 1976.
- SITTE, Camillo, *City planning according to artistic principles*, trad. George R. Collins, Christiane Crasemann Collins, Nova Iorque, Rondon House, 1965.
- SITTE, Camillo; COLLINS, George R.; COLLINS, Christiane Crasemann, *Camillo Sitte: The birth of Modern city planning*, Nova Iorque, Dover Publications, 2006.
- SMITH, Michael E., “Braudel’s temporal rhythms and chronology theory in archaeology”, *New directions in archaeology: Archaeology, Annales and ethnohistory*, ed. A. Bernard Knapp, Cambridge, Cambridge University Press, parte I, cap. 2, p. 23-34, 1992.
- SMITH, William, *Strata identified by organized fossils*, ed. W. Arding, Londres, 1816.
- SOERGEL Philip M. (ed.), *Arts and humanities through the eras: Renaissance Europe (1300–1600)*, Detroit, Thomson Gale, 2005.
- SOLLA, Luiz de Castro e, *Carlos Ribeiro, Ensaio biográfico*, Lisboa, ed. autor, 1976.
- SOMMELLA, Paolo, “Centri storici ed archeologia urbana in Italia. Novità dall’area mesoadriatica”, *Arqueología de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas*, Madrid, Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, p. 357-396, 1985.
- SØRENSEN, Marie Louise Stig; VIEJO-ROSE, Dacia, “Introduction: The impact of conflict on cultural heritage: A biographical lens”, *War and cultural heritage, Biographies of place*, ed. Marie Louise Stig Sørensen, Dacia Viejo-Rose, Cambridge, Cambridge University Press, 2015.
- SOUTHGATE, Beverley, *Postmodernism in history: Fear or freedom?*, Londres, Routledge, 2003.
- SQUIER, Ephraim George, DAVIS, Edwin Hamilton, *Ancient monuments of the Mississippi valley: Comprising the results of extensive original surveys and explorations*, col. Smithsonian contributions to knowledge, vol. 1, Washington, Smithsonian Institution, 1848.
- STABILE, Francesca Romana, “Gustavo Giovannoni e la cultura dell’ambientismo”, *Bollettino del centro di studi per la storia dell’architettura - casa dei crescenzi*, ano 2017, n.º 1, p. 135 a 146, 2017.
- STEADMAN, Sharon R., “Recent research in the archaeology of architecture: Beyond the foundations”, *Journal of Archaeological Research*, vol. 4, n.º 1, p. 51-93, 1996.
- STEANE, John, *The archaeology of Medieval England and Wales*, Londres, Routledge, 2015.

para uma arqueologia crítica da arquitetura

- STELLACCI, Stefania, RATO, Vasco, "Timber-framing construction in Herculaneum archaeological site: Characterisation and main reasons for its diffusion", *International Journal of Architectural Heritage*, vol. 5, n.º 9, p. 1301-1319, 2021.
- STEPHEN, Leslie (ed.), "Frere, John (1740-1805)", *Dictionary of national biography*, Nova Iorque, Macmillan and Cº., vol. XX, p. 267-268, 1889.
- STRATHERN, Paul, *Napoleon in Egypt*, Nova Iorque, Bantam Books, 2009.
- STUART, James; REVETT, Nicholas, *The antiquities of Athens and other monuments of Greece*, Londres, Henry G. Bohn, 3ª ed., 1858.
- STURROCK, John, *Structuralism*, Londres, Paladin, 1986.
- SWENSON, Astrid, "Popular heritage and commodification debates in nineteenth and early twentieth-century Britain, France and Germany", *Popularizing national pasts: 1800 to the present*, ed. Stefan Berger, Chris Lorenz, Billie Melman, Nova Iorque, Routledge, p. 102-124, 2013.
- TABALES RODRÍGUEZ, Miguel, *Sistema de análisis arqueológico de edificios históricos*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 2002.
- TAGLIABUE, Rita, "Ambienti di ricerca comuni tra archeologia e restauro architettonico", *Archeologia dell'Architettura*, n.º I, p. 155-161, 1996.
- TATTERSALL, Ian; SCHWARTZ, Jeffrey M., *Extinct humans*, Boulder, Westview Press, 2000.
- TENTE, Catarina, "Os últimos 30 anos da arqueologia medieval portuguesa (1987-2017)", *Treinta años de arqueología medieval en España*, ed. Juan Antonio Quirós Castillo, Oxford, Archeopress Publishing Lda., 2018, p. 49-94.
- TEODORO, Francesco Paolo di; BENTIVOGLIO, Enzo, *Donato Bramante: Ricerche, proposte, riletture*, Bolonha, Minerva, 2001.
- TERRALL, Mary, "Handling objects in natural history collections", *The material cultures of Enlightenment arts and sciences*, ed. Adriana Cracin, Simon Schaffer, Londres, Palgrave Macmillan, cap. 2, p. 25-33, 2016.
- THOMAS, David Hurst, *Archaeology*, Fort Worth, Holt, Rinehart, and Winston, 2ª ed., 1989.
- THOMAS, Julian, *Archeology and modernity*, Londres, Routledge, 2004.
- THORNBURY, Walter, "The Strand (Northern Tributaries): Clement's Inn, New Inn, Lyon's Inn etc.," *Old and New London*, vol. 3, Londres, Cassel Petter & Galpin, 1878.
- TILLEY, Christopher, "On modernity and archaeological discourse", *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty, Tim Yates, Londres, Routledge, cap. 5, p. 127-152, 1990.
- TILLY, Charles, *Social movements, 1768-2004*, Boulder, Paradigm, 2004.
- TOBRINER, Stephen, "A gaiola pombalina, O sistema de construção anti-sísmico mais avançado do século XVIII", *Monumentos*, n.º 21, p. 160-167, 2004.
- TODD, Malcolm, *The South West to 1000 AD*, Londres, Routledge, 2014.
- TOMÉ, Miguel, "Arquitectura: Conservação e restauro no Estado Novo", *100 Anos de património: Memória e identidade, Portugal 1910-2010*, coord. Jorge Custódio, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, cap. III, p. 167-174, 2ª ed., 2011.
- TOMLAN, Michael A., "Toward the growth of an artistic taste", *Victorian Cottage Architecture: An American Catalog of Designs, 1891*, Nova Iorque, Dover Publications, p. V-XVI, 2004.
- TORGAL, Luís Reis, *Estados novos, Estado Novo: Ensaios de história política e cultural*, dir. Maria Manuela Tavares Ribeiro, ed. Maria João Padez Ferreira de Castro, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. I e II, 2ª ed., 2009.

- TRECCANI, Gian Paolo, "Archeologia stratigrafica e conservazione del costruito: Alcuni obiettivi condivisi", *Archeologia dell'Architettura*, n.º I, p. 139-150, 1996.
- TRIGGER, Bruce, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- TRIGGER, Bruce, *A history of archaeological thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2ª ed., 2008.
- TRIGGER, Bruce, *Time and traditions: Essays in archaeological interpretation*, Edimburgo, Edinburgh University Press, 1978.
- TRINDADE, Luísa, *A casa corrente em Coimbra, Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.
- TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- TURAN, Mete, "Reconstructing the ballon frame: A study in the history of architectonics", *METU Journal of the Faculty of Architecture*, n.º 26: 2, p. 175-209, 2009.
- TURNER, Gerard L'E., "The impact of Hooke's micrographia and its influence on microscopy", *Robert Hooke and the English Renaissance*, ed. Paul Welberry Kent, Allan Chapman, Leominster, Gracewing, cap. 7, p. 124-145, 2005.
- TZONOU-HERBST, Ioulia, "From the mud of Peirene to mastering stratigraphy: Carl Blegen in the Corinthia and Argolid", *Carl W. Blegen personal and archaeological narratives*, ed. Natalia Vogeikoff-Brogan, Jack L. Davis, Vasiliki Florou, Atlanta, Lockwood Press, p. 39-62, 2015.
- ULSHÖFER, Jost, "From «Vecchio núcleo cittadino» to «centro storico». On Bologna's preservation policies and the social cost of urban renewal (1955-1975)", *Cities contested: Urban politics, heritage, and social movements in Italy and West Germany in the 1970s*, ed. Martin Baumeister, Bruno Bonomo, Dieter Schott, Frankfurt, Campus Verlag, 2017.
- UNESCO, "Collegiate Church, Castle and Old Town of Quedlinburg", *World Heritage List*, *whc.unesco.org*, s.d. [consultado em: <https://whc.unesco.org/en/list/535>; a 4 de outubro de 2018].
- UNESCO, "Convention concerning the protection of the World cultural and natural heritage", *whc.unesco.org*, 1972 [consultado em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf>; a 11 de junho de 2020].
- UNESCO, "Convention for the protection of cultural property in the event of armed conflict", *www.unesco.org*, 1954 [consultado em: <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/armed-conflict-and-heritage/convention-and-protocols/1954-hague-convention/>; a 16 de julho de 2020].
- UNESCO, "Declaration on the conservation of historic urban landscapes", *Fifteenth general assembly of states parties to the convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*, *whc.unesco.org*, 2005 [consultado em: <https://whc.unesco.org/document/6812>; a 29 de junho de 2022].
- UNESCO, "Recomendações para a salvaguarda da cultura tradicional e popular, 25ª Conferência Geral, Paris, 1989", *www.matrizpci.dgpc.pt*, trad. Departamento de Património Imaterial, Instituto dos Museus e da Conservação, 2010 [em: <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3069>; a 15 de fevereiro de 2022].
- UNESCO, "Recommendation on the historic urban landscape", *whc.unesco.org*, 2011 [consultado em: <https://whc.unesco.org/document/160163>; a 4 de junho de 2022].
- UNESCO, "Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas", *www.icomos.org*, p. 107-118, 1976, [consultado em: <https://www.icomos.org/publications/93towns7o.pdf>; a 3 de junho de 2022].
- UNESCO, "Recommendation on international principles applicable to archaeological excavations", *Records of the General Conference, 9th session, New Delhi, 1956: Resolutions*, Paris, UNESCO, p. 40-44, 1957.

## para uma arqueologia crítica da arquitetura

- UNESCO, “Speyer Cathedral”, *whc.unesco.org* [consultado em: <http://whc.unesco.org/en/list/168>; a 31 de março de 2021].
- UNESCO, *Cultural heritage & local development, A guide for African local governments*, Christian Barillet, Thierry Joffroy, Isabelle Longuet (ed.), Grenoble, CRATerre-ENSAG, Convention France-UNESCO, 2006.
- UNESCO, ICCROM, ICOMOS, “Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural”, *Património cultural, Critérios e normas internacionais de proteção*, trad. Flávio Lopes, Miguel Brito Correia, Casal de Cambra, Editora Caleidoscópio, p. 303-306, 2014.
- Universidade de Coimbra, “Universidade de Coimbra - Alta e Sofia, Regulamento do Bem”, *www.uc.pt* [consultado em <https://www.uc.pt/ruas/monitoring/instruments/regulation>; a: 20 de dezembro de 2021].
- UTRERO AGUDO, Maria de los Ángeles, “Archaeology. Archaeologia. Arqueología. Hacia el análisis de la arquitectura”, *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, coord. Esther de Vega Garcia, Conceción Martín Morales, Madrid, Ministerio de Cultura de España, p. 11-23, 2010.
- VACCARI, Ezio, “The classification of mountains in Eighteenth Century Italy and the lithostratigraphic theory of Giovanni Arduino”, *The origins of geology in Italy*, ed. Gian Battista Vai, W. Glen E. Caldwell, Boulder, Special Paper 411, The Geological Society of America, cap. 10, p. 157-178, 2006.
- VAHTIKARI, Tanja, *Valuing world heritage cities*, Londres, Routledge, 2017.
- VALENTI, Marco, “Riccardo Francovich (1946-2007)”, *Archeologia e Calcolatori*, n.º 18, p. 7-12, 2007.
- VASCONCELLOS, António de, *A Sé-Velha de Coimbra, Apontamentos para a sua história*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2ª ed., 1993.
- VATTIMO, Gianni, “The end of modernity, The end of the project?”, *Rethinking architecture*, ed. Neil Leach, Londres, Routledge, 2008.
- VAZ, Pedro, *Edificar no património: Pessoas e paradigmas na conservação & restauro*, Lisboa, Edições 70, 2019.
- VEIGA, Sebastião Estácio da, *Antiguidades monumentais do Algarve, Tempos pré-históricos*, Faro, Universidade do Algarve, vol. 1, 2005.
- VERA TORRES, Juan Antonio, *Estratigrafia, Principios y métodos*, Madrid, Editorial Rueda, 1994.
- VIDAL ÁLVAREZ, Sergio, “Luís Caballero Zoreda”, *www.man.es*, [consultado em: <http://www.man.es/man/museo/historia/personal/personal-tecnico/caballero.html>; a: 5 de março de 2020].
- VILLALBA i VARNEDA, Pere, *Olímpia*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 1994.
- VILLELA, Ana Teresa Cirigliano, *Arqueologia da arquitetura (AA): A estratificação tridimensional do tempo*, dissertação de mestrado policopiada, Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène “Restauration”, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*, tomo VIII, Paris, A. Morel, p. 14-34, 1866.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *Description du château de Pierrefonds*, Paris, Bance, 1857.
- VIVIANI, Romano, *Piano pubblico progetti privati: I limiti alla tolleranza*, Florença, Alinea, 2001.
- WALSH, Kevin, “The post-modern threat to the past”, *Archaeology after structuralism, post-structuralism and the practice of archaeology*, ed. Ian Bapty, Tim Yates, Londres, Routledge, cap. 10, p. 278-293, 1990.
- WATSON, Sadie, *Digging London: A reflexive look at archaeology in the Western part of the City*, tese de doutoramento policopiada, Lampeter, University of Wales Trinity Saint David, 2016.
- WEINBERG, Steven, *Explicar o mundo, A história da ciência da antiguidade à era moderna*, trad. Francisco Silva Pereira, Barcarena, Marcador, 2015.

- WELCH, Katherine, "Esther B. van Deman (1862-1937)", *Breaking ground: Pioneering women archaeologists*, ed. Getzel M. Cohen, Martha Sharp Joukowsky, Michigan, Michigan University Press, p. 68-108.
- WHEAT, Leonard F., *Hegel's undiscovered thesis-antithesis-synthesis dialectics: What only Marx and Tillich understood*, Amesterdão, Prometheus Books, 2012.
- WHEELER, Mortimer, "Maiden castle, Dorset", *Reports of the Research Committee of the Society of London*, n.º XII, Londres, Oxford University Press, 1943.
- WHEELER, Mortimer, "Segontium and the Roman occupation of Wales", *The Magazine of the Honourable Society of Cymmrodorion*, Londres, Cymmrodorion Society, vol. 33, p. 15-171, 1923.
- WHEELER, Mortimer, "The excavation of Maiden castle, Dorset. First interim report", *The Antiquaries Journal*, vol. 15, n.º 3, p. 265-275, 2ª ed., 1935.
- WHEELER, Mortimer, "The excavation of Maiden castle, Dorset. Second interim report", *The Antiquaries Journal*, vol. 16, n.º 3, p. 265-283, 2ª ed., 1936.
- WHEELER, Mortimer, "The excavation of Maiden castle, Dorset. Third interim report", *The Antiquaries Journal*, vol. 17, n.º 3, p. 261-282, 2ª ed., 1937.
- WHEELER, Mortimer, *Archaeology from the earth*, Londres, Clarendon Press, 1954.
- WHEELER, Mortimer, *Maiden castle, Dorset. Reports of the research committee of the Society of London*, n.º XII, Oxford, The Society of Antiquaries, 1943.
- WILKINS, Burleigh Taylor; BECKER, Carl Lotus, *Carl Becker: A biographical study in American intellectual history*, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press, Massachusetts Institute of Technology, Harvard University Press, 1961.
- WILLIS, Robert, *The architectural history of Glastonbury abbey*, Cambridge, Deighton, Bell, and Co., 1866.
- WILSON, David M., "The foundation and early years of the Society for Medieval Archaeology", *Reflections: 50 years of Medieval Archaeology, 1957-2007*, ed. Roberta Gilchrist, Andrew Reynold, Nova Iorque, Routledge, cap. 1, p. 11-22, 2ª ed., 2017.
- WINCHESTER, Simon, *The map that changed the world: William Smith and the birth of modern geology*, Nova Iorque, HarperCollins, 2001.
- WINDSCHUTTLE, Keith, "Foucault as historian", *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, vol. 1, n.º 2, p. 5-35, 1998.
- WITMORE, Christopher, "Which archaeology? A question of chronopolitics", *Reclaiming archaeology: Beyond the tropes of modernity*, ed. Alfredo González-Ruibal, Londres, Routledge, p. 130-144, 2013.
- WOMACK, Kenneth, "Ferdinand de Saussure and structural linguistics", *Modern european criticism and theory, A critical guide*, ed. Julian Wolfreys, Edimburgo, Edinburgh University Press, 2ª ed., p. 68-70, 2006.
- WOOD, Christopher S., *A history of art history*, Princeton, Princeton University Press, 2019.
- WOODBURY, Richard, *Alfred V. Kidder*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1973.
- WORSAAE, Jens, *The primeval antiquities of Denmark*, trad. William Thoms, Londres, John Henry Parker, 1849.
- WULFRAM, Hartmut, "La posizione dominante che occupa il tema dell'acqua nel X libro. Un esempio dell'importanza che assume il modello vitruviano nella composizione del De re aedificatoria", *Leon Battista Alberti, Teorico delle arti e gli impegni civili del «De re aedificatoria»*, ed. Arturo Calzona, Francesco Paolo Fiore, Alberto Tenenti, Cesare Vasoli, Florença, Leo S. Olschki, p. 965-983, 2007.
- YEO, Hee Kyoung HAN; Sung Mi, "Heritage conservation as urban regeneration policy in globalizing cities: Social exclusion and gentrification at the vicinity of the Jongmyo World Heritage site in Seoul, Korea", *ICOMOS, Changing world, Changing views of heritage: Heritage and social change, Proceedings of*



para uma arqueologia crítica da arquitetura

*the ICOMOS Scientific Symposium*, ed. Elene Negussie, ICOMOS International Secretariat, Paris, p. 56-62, 2012.

ZAGORIN, Perez, *Francis Bacon*, Princeton, Princeton University Press, 1999.

ZAMAGNI, Vera, *The economic history of Italy 1860-1990*, Oxford, Clarendon Press, 1993.

ZWIRNER, Ernst Friedrich, *Vergangenheit und zukunft des Kölner Dombaues*, Köln, Verlag von Ludwig Kohnen, 1842.

## legislação

Aviso n.º 11622/2012 de 30 de agosto de 2012, *Diário da República*, n.º 168/2012, série II, Município de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 30275-30377, 2012.

Aviso n.º 2129/2012 de 10 de fevereiro de 2012, *Diário da República*, n.º 3/2012, série II, Município de Coimbra, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5089-5096, 2012.

Aviso n.º 7635/2014 de 1 de julho de 2014, *Diário da República*, n.º 124/2014, série II, Município de Coimbra, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 17016-17040, 2014.

Aviso n.º 8729/2013 de 9 de julho de 2013, *Diário da República*, n.º 130/2013, série II, Município de Lousã, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 21565- 21595, 2013.

Aviso n.º 15171/2010 de 30 julho 2010, *Diário da República*, n.º 147, série II, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, 2010.

Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, e bem assim dos objectos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaisquer estabelecimentos públicos, Decreto de 30 de Dezembro de 1901, *Diário do Governo*, n.º 153/1902, Série I, Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2030-2031, 1902.

Carta de Lei de 15 de abril de 1835, *Collecção de leis e outros documentos officiaes publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, 4ª série, D. Maria II, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 119-122, 1837.

Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios de 6 de janeiro de 1983, *Diário da República*, n.º. 4, série III, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 275, 1983.

Decreto do Presidente da República n.º74/97 de 16 de dezembro de 1997, *Diário da República*, n.º 289/1997, série I-A, Presidência da República, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 6624, 1997.

Decreto n.º 1 de 29 de maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 124/1911, série I, Ministério do Interior, Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2245-2247, 1911.

Decreto n.º 10711 de 23 de abril de 1925, *Diário do Governo*, n.º 88/1925, série I, Ministério do Comércio e Comunicações, Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 440, 1925.

Decreto n.º 11445 de 13 de fevereiro de 1926, *Diário do Governo*, n.º 34/1926, série I, secção I, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 135-147, 1926.

## para uma arqueologia crítica da arquitetura

- Decreto n.º 15216 de 22 de março de 1928, *Diário do Governo*, n.º 67/1928, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral de Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 563-568, 1928.
- Decreto n.º 1657 de 15 de junho de 1915, *Diário do Governo*, n.º 113/1915, série I, Ministério de Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 543-544, 1915.
- Decreto n.º 16791 de 30 de abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 97/1929, série I, Ministério do Comércio e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1055-1057, 1929.
- Decreto n.º 20985 de 7 de março de 1932, *Diário do Governo*, n.º 56/1932, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 431-436, 1932.
- Decreto n.º 21117 de 18 de abril de 1932, *Diário do Governo*, n.º 91/1932, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 668-669, 1932.
- Decreto n.º 21875 de 18 de novembro de 1932, *Diário do Governo*, n.º 271/1932, série I, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2237-2238, 1932.
- Decreto n.º 22338 de 20 de março de 1933, *Diário do Governo*, n.º 64/1933, série I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 335-337, 1933.
- Decreto n.º 49/79 de 6 de junho de 1979, *Diário da República*, n.º 130/1979, série I, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1259-1272, 1979.
- Decreto n.º 7038 de 17 de outubro de 1920, *Diário do Governo*, n.º 209/1920, série I, Ministério do Comércio e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1391-1396, 1920.
- Decreto Regulamentar n.º 18/80 de 23 de maio de 1980, *Diário da República*, n.º 119/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1121-1123, 1980.
- Decreto Regulamentar n.º 34/2007 de 29 de março de 2007, *Diário da República*, n.º 63/2007, série I, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1916-1919, 2007.
- Decreto Regulamentar n.º 34/80 de 2 de agosto de 1980, *Diário da República*, n.º 177/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1990-2009, 1980.
- Decreto Regulamentar n.º 38/90 de 27 de novembro de 1990, *Diário da República*, n.º 274/1990, série I, Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 4866-4869, 1990.
- Decreto Regulamentar n.º 96/2007 de 29 de março de 2007, *Diário da República*, n.º 63/2007, série I, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1923, 2007.
- Decreto-Lei 23125 de 12 de outubro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 232/1933, série I, Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1740, 1933.
- Decreto-Lei 36314 de 31 de maio de 1947, *Diário do Governo*, n.º 124/1947, série I, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 488-490, 1947.
- Decreto-Lei 48498 de 24 de julho de 1968, *Diário do Governo*, n.º 174/1968, série I, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1072-1080, 1968.
- Decreto-Lei n.º 104/2004 de 7 de maio de 2004, *Diário da República*, n.º 107, série I-A, Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2920-2929, 2004.
- Decreto-Lei n.º 106-F/92 de 1 de junho de 1992, *Diário da República*, n.º 126/1992, 1º suplemento, série I-A, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2648(28)-2648(38), 1992.
- Decreto-Lei n.º 117/97 de 14 de maio de 1997, *Diário da República*, n.º 111/1997, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2352-2358, 1997.

- Decreto-Lei n.º 120/97 de 16 de maio de 1997, *Diário da República*, n.º 113/1997, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2421-2433, 1997.
- Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho de 2009, *Diário da República*, n.º 113/2009, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 3647-3653, 2009.
- Decreto-Lei n.º 186/90 de 6 de junho de 1990, *Diário da República*, n.º 130/1990, série I, Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2462-2465, 1990.
- Decreto-Lei n.º 215/2006 de 27 de outubro de 2006, *Diário da República*, n.º 208/2006, série I, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 7539-7548, 2006.
- Decreto-Lei n.º 26117 de 23 de novembro de 1935, *Diário do Governo*, n.º 272/1935, 1º suplemento, série I, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1792-1797, 1935.
- Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de julho de 1999, *Diário da República*, n.º 163/1999, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 4412-4417, 1999.
- Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro de 1999, *Diário da República*, n.º 222/1999, série I-A, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 6590-6622, 1999.
- Decreto-Lei n.º 403/80 de 26 de setembro de 1980, *Diário da República*, n.º 223/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2923-2924, 1980.
- Decreto-Lei n.º 409/75 de 2 de agosto de 1975, *Diário do Governo*, n.º 177/1975, série I, Ministérios da Educação e Cultura e da Comunicação Social, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1078-1080, 1975.
- Decreto-Lei n.º 42/96 de 7 de maio de 1996, *Diário da República*, n.º 106/1996, série I-A, Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1049-1055, 1996.
- Decreto-Lei n.º 46348 de 22 de maio de 1965, *Diário do Governo*, n.º 114/1965, série I, Ministério da Educação Nacional, Imprensa Nacional, p. 710-711, 1965.
- Decreto-Lei n.º 46349 de 22 de maio de 1965, *Diário do Governo*, n.º 114/1965, série I, Ministério da Educação Nacional, Imprensa Nacional, p. 711-718, 1965.
- Decreto-Lei n.º 555/1999 de 16 de dezembro de 1999, *Diário da República*, n.º 291, série I, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 8912-8942, 1999.
- Decreto-Lei n.º 582/73 de 5 de novembro de 1973, *Diário do Governo*, n.º 258/1973, série I, Ministério da Educação Nacional, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2100-2104, 1973.
- Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de abril de 1980, *Diário da República*, n.º 79/1980, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 638-642, 1980.
- Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de março de 1990, *Diário da República*, n.º 51/1990, série I, Ministério do Planeamento e Administração do Território, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 880-887, 1990.
- Decreto-Lei n.º 70 de 25 de fevereiro de 1977, *Diário da República*, n.º 47/1977, série I, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica, Imprensa Nacional, p. 296-297, 1977.
- Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio de 2015, *Diário da República*, n.º 93/2015, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2469-2512, 2015.
- Decreto-Lei n.º 114/2012 de 25 de maio de 2012, *Diário da República*, n.º 102/2012, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2768-2772, 2012.
- Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio de 2012, *Diário da República*, n.º 102/2012, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2772-2777, 2012.
- Decreto-Lei n.º 126-A/2011 de 29 de dezembro de 2011, *Diário da República*, n.º 249/2011, 1º suplemento, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5516(2)-5516(14), 2011.

## para uma arqueologia crítica da arquitetura

- Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de junho de 2012, *Diário da República*, n.º 113/2009, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 3653-3659, 2009.
- Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro de 2014, *Diário da República*, n.º 213/2014, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5633-5640, 2014.
- Despacho 11142/2012 de 16 de agosto de 2012, *Diário da República*, n.º 158/2012, série II, Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 29019-29023, 2012.
- Despacho Conjunto n.º 1020/2005 de 14 de novembro de 2005, *Diário da República*, n.º 226/2005, série II, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 16429-16430, 2005.
- Diretiva 85/337/CEE de 27 de junho de 1985, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 175/40, Bruxelas, Comunidade Económica Europeia, cap. 15, fasc. 6, p. 9-17, 1985.
- Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, *Diário da República*, n.º 209/2001, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 5808-5829, 2001.
- Lei n.º 13/85 de 6 de julho de 1985, *Diário da República*, n.º 153/1985, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1865-1874, 1985.
- Lei n.º 1700 de 18 de dezembro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 281/1924, série I, secção I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 1858-1863, 1924.
- Lei n.º 1941 de 11 de abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84/1936, série I, Ministério da Instrução Pública, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 411-413, 1936.
- Lei n.º 31/2014 de 30 de maio de 2014, *Diário da República*, n.º 104/2014, série I, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2988-3003, 2014.
- Ley 16/1985 de 25 de junho, *Boletín Oficial del Estado*, n.º 155, Jefatura del Estado, 1985, p. 20342-20352.
- Organização das corporações consultivas da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Comercio e Industria que funcionam junto da Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, Decreto de 24 de outubro de 1901, *Colleção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1901*, Ministerio das Obras Publicas, Comercio e Industria, Imprensa Nacional, cap. IV, p. 858-859, 1902.
- Portaria 10-04-1901 de 10 de abril de 1901, *Diário do Governo*, n.º 79, Ministerio das Obras Publicas, Comercio e Industria, Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 94-95.
- Portaria 195/79 de 24 de abril de 1979, *Diário da República*, n.º 95/1979, série I, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 735, 1979.
- Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho de 2012, *Diário da República*, n.º 142/2012, série I, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 3876-3881, 2012.
- Portaria n.º 269/78 de 12 de maio de 1978, *Diário da República*, n.º 109/1978, série I, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 866-868, 1978.
- Regulamento n.º 381/2017 de 21 de julho de 2017, *Diário da República*, n.º 140/2017, série II, Município de Coimbra, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 15146- 15189, 2017.
- Regulamento para a comissão dos monumentos nacionaes de 27 de fevereiro de 1894, *Colleção official de legislação portuguesa, Anno 1894*, Ministerio das Obras Publicas, Comercio e Industria, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 101-102, 1895.
- Resolução da Assembleia da República n.º 5/91 de 23 de janeiro de 1991, *Diário da República*, n.º 19/1991, série I-A, Assembleia da República, Imprensa Nacional, p. 386-399, 1991.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006 de 21 de abril de 2006, *Diário da República*, n.º 79/2006, série I-B, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 2834-2866, 2006.

Resolução n.º 5/91 de 23 de janeiro de 1991, “Aprovação, para ratificação, da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa”, *Diário da República*, n.º 19/1991, série I-A, Assembleia da República, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 386-399, 1991.



## arquivos e bases de dados

Arquivo da Direção Regional de Cultura do Centro, rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, n.º 208, Coimbra.

Arquivo do Gabinete para o Centro Histórico, Arco de Almedina, n.º 14, Coimbra.

Base de dados Portal do Arqueólogo, Direção-Geral do Património Cultural [consultada em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>; entre 22 de janeiro e 4 de março de 2022].

Base de dados Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, SIPA, Direção-Geral do Património Cultural [consultada em <http://www.monumentos.gov.pt/>; entre 22 de janeiro e 4 de março de 2022].

Casa Municipal da Cultura de Coimbra - Imagoteca





## abreviaturas, acrónimos e símbolos

¶ – parágrafo	CMC – Câmara Municipal de Coimbra	efet – efetuado (a)
a.C. – antes de Cristo	Co. / C <sup>ie</sup> – companhia (s), <i>company (ies) / compagnie (s)</i>	eng – engenheiro (a)
A.V. – Auto de Vistoria	col. – coleção (ões)	est. – estampa (s)
AAVV. – autores vários	coord. – coordenação, coordenador (a) (es)	fasc. – fascículo (s)
Aco - Acompanhamento	Cron – Cronologia (s)	Fase – Faseamento
Adm – Administrativo (a)	d.C. – depois de Cristo	fig. – figura (s)
Aprov – Aprovação (ões)	Dep. – Departamento	Fin – Final (ais)
arq – arqueólogo (a)	DGEMN – Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais	Func – Funcional (ais)
arqt – arquiteto (a)	DGPC – Direção-Geral do Património Cultural	GHC – Gabinete para o Centro Histórico
art. – artigo (s)	dir. – direção (ões), diretor (a) (es)	gráf. – gráfico (s)
Autoriz – Autorização (ões)	DRCC – Direção Regional de Cultura do Centro	ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
C. <sup>ie</sup> – <i>compagnie (s)</i>	EA – <i>elemento architetonico</i>	IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
CA – <i>complesso architetonico</i>	ed. – edição, editor (a) (es)	Inst – Instituto, Institucional (ais)
ca. – cerca		IPA – Instituto Português de Arqueologia
cap. – capítulo (s)		
CEE – Comunidade Económica Europeia		
CF – <i>corpo di fabricca</i>		

para uma arqueologia crítica da arquitetura

IPPAR – Instituto Português de Património Arquitectónico e Arqueológico (1992-1997); Instituto Português de Património Arquitectónico (1997-2007)	rev. – revisão (ões), revisor (a) rev. téc. – revisão (ões) técnica (s) s. d. – sem data	ZEP – Zona (s) Especial (ais) de Proteção
IPPC – Instituto Português do Património Cultural	s. l. – sem localização	
JNE – Junta Nacional de Educação	S.Co – Sem Condição (ões)	
Lda. – limitada	Simb – Símbolo, Simbólico (a), Simbólicos (as)	
Ltd. – <i>limited</i>	SO – <i>struttura orizzontale</i>	
M. <sup>me</sup> – <i>madame (mesdames)</i>	Son, Sond. – Sondagem (ns)	
Mat – Material (ais)	St. – <i>saint</i> (s)	
MN – Monumento (s) Nacional (ais)	Sub – Substancial	
n. – nascido (a) a	Sup – Superficial	
N.Ef – Não Efetuado (a)	tab. – tabela (s)	
n.º – número (s)	Tipo – Tipologia (s)	
org. – organização (ões), organizador (a) (es)	trad. – tradução (ões), tradutor (a) (es)	
p. – página (s)	Trav. – Travessa (s)	
PG – <i>prospetto generale</i>	UC – Universidade de Coimbra	
Pic – Picagem (ns)	UEM – unidade (s) estratigráfica (s) murária (s)	
PP – <i>prospetto particolare</i>	UF – <i>unità funzionale</i>	
Prel – Preliminar (es)	UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	
Prév – Prévio (s)		
Priv – Privado (s)		
pt. – ponto (s)	USM – <i>unità stratigrafica (che) muraria (e)</i>	
R.G. – Registo (s) Gráfico (s)		
R. – Rua (s)	vol. – volume (s)	

## **apêndice**

**entrevistas**

**Entrevistado: António Marques (A.M.)**

**Entrevistador: António Ginja (A.G.)**

**Entrevista concedida, por videoconferência, a 30 de novembro de 2021**

**A.G.** Não havendo vinculação legislativa que obrigue a acompanhar as intervenções arqueológicas no seu território, quais são as competências do Centro de Arqueologia de Lisboa?

**A.M.** Dar apoio na elaboração dos instrumentos de gestão territorial, apoiar os serviços municipais na elaboração de PDM's, e a disponibilidade para receber e gerir todos os espólios que vão sendo encontrados no subsolo da cidade de Lisboa.

**A.G.** Estando o património arquitetónico legalmente sob alçada do património arqueológico, quais são as competências do Centro de Arqueologia de Lisboa no domínio do património arquitetónico ou da aplicação da arqueologia da arquitetura em reabilitação de património arquitetónico?

**A.M.** Nenhumas. Aquilo que a Câmara Municipal [de Lisboa] faz a nível de licenciamento é, sempre que existem condicionantes a emitir, remeter os projetos para a administração central. A Câmara limita-se, nos seus licenciamentos, a fazer cumprir o PDM. Se formos ao PDM de Lisboa, a arqueologia aplicada ao património arquitetónico não aparece. A arqueologia da arquitetura, por exemplo, só é feita quando a administração central o impõe. Junto da Câmara Municipal não existe abertura nenhuma para a aplicação da arqueologia da arquitetura, nem sequer é reconhecida por muitos dos arquitetos da Câmara. Para mais, agora estamos numa fase em que a administração central não vê grande utilidade, nem tem grande interesse pela arqueologia municipal. Nem sempre assim foi, mas agora é.

**A.G.** Acha que isso pode ter começado a mudar com a criação da Direção-Geral de Património Cultural?

**A.M.** Acho que começou com a extinção do IPA [Instituto Português de Arqueologia], que tinha estimulado muito a arqueologia municipal. Quando iniciou funções o IGESPAR [Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico], a relação entre administração central e arqueologia municipal ainda se segurou. Acentuou-se imenso com a criação da DGPC [Direção-Geral de Património Cultural], voltamos a uma visão extremamente centralista da arqueologia e da salvaguarda do património arqueológico. Há um distanciamento muito grande entre a administração central e a administração local, um despreendimento muito grande relativamente aos colegas da administração local, não há complementaridade, nem vontade para que tal exista, como já existiu no passado.

**A.G.** Então, quando na orgânica dos serviços municipais de Lisboa se estabelece como objectivo “dar prioridade à salvaguarda do património arqueológico da cidade de Lisboa”, na realidade quais são as capacidades do município para efetivamente salvaguardar o património arqueológico?

**A.M.** Apenas através das cartas de risco, dos instrumentos de gestão territorial, são para mim os instrumentos que fundamentam a obrigatoriedade dos trabalhos de arqueologia, quando necessários. Era importantíssimo serem desenvolvidos por técnicos [arqueólogos] da própria Câmara.

**A.G.** Não o preocupa que, com a quantidade de reabilitação urbana que uma grande cidade como Lisboa terá, com um ‘centro histórico’ tão vasto, os projetos com afetação ao património arquitetónico municipal passe à margem do próprio município?

**A.M.** Entristece-me, porque vejo que está a acontecer exatamente o contrário do que seria suposto acontecer. É um erro crasso, da nossa geração, que estamos a permitir que aconteça, que exista uma visão de tal forma centralizada da gestão patrimonial que cria muralhas ao próprio município. O que se passa na Sé [de Lisboa] é um exemplo. Até à data a Câmara Municipal de Lisboa ainda não foi tida, nem achada, relativamente ao que tem aparecido ali. Só sabe o que tem vindo a lume na comunicação social. Nunca houve da parte da tutela a iniciativa de recolher opinião junto da instituição que gere o território.

**A.G.** Acha que tem havido até agora abertura por parte do poder político local para rever o seu papel no domínio da salvaguarda do património arqueológico e arquitetónico?

**A.M.** Sinceramente, não. Não há interesse em chamar a si ainda mais competências.

**A.G.** O PDM de Lisboa, publicado em 2012, prevê que “as intervenções sobre os bens da estrutura patrimonial municipal devem privilegiar a sua conservação (...) de forma a (...) evitar a sua destruição, descaracterização ou deterioração”, “excetuando-se as obras de mera alteração no interior dos imóveis”. O que lhe parece esta exceção?

**A.M.** Perigosíssima. Não sabemos o que se passa, porque não entramos dentro dessas obras, não há qualquer fiscalização. Pode fazer-se o que se quiser, porque estas pequenas obras deixaram há uns anos de ser licenciadas pelas câmaras, deixou de ser necessário pedir licenciamento para elas. Sob uma visão meramente administrativa conseguiu-se diminuir o trabalho, porque não havia meios humanos para fiscalizar todas as obras, mas do ponto de vista patrimonial é muito perigoso.

**A.G.** O Plano Diretor Municipal de Lisboa define três Níveis de Sensibilidade Arqueológica, três áreas de proteção do património arqueológico municipal, com distintas condicionantes impostas pelo município. Na área I os projectos de intervenção urbanística devem ser precedidos de estudo arqueológico. Na área II devem privilegiar-se intervenções arqueológicas prévias, mas apenas onde os projetos impliquem “impacto ao nível do subsolo”. Na área III, podem as intervenções

estar sujeitas a acompanhamento presencial arqueológico, mas apenas nas “operações urbanísticas que tenham impacto ao nível do subsolo”. De que forma exerce a Câmara Municipal de Lisboa estas prerrogativas?

**A.M.** A Câmara Municipal limita-se a enviar os projetos para a DGPC. A DGPC serve-se destas três áreas para estabelecer as medidas de minimização de impactos arqueológicos. Mas, claro, há por parte da tutela, relativamente a vestígios arqueológicos, respostas diversas, que dependem muito da sensibilidade do técnico que está a acompanhar o processo.

**A.G.** Então, quando os projetos se resumem a afetar apenas o edificado, a Câmara Municipal de Lisboa não enviará o projeto para a Direção-Geral de Património Cultural?

**A.M.** Em alguns casos, a tutela nem sequer é informada. Se não estiver em servidão administrativa, nem sequer vai à tutela. Nem sequer é bem aceite, internamente ou na DGPC, que a Câmara Municipal [de Lisboa] imponha por si mesma condicionantes arqueológicas a obras com afetação ao edificado. A DGPC inclusivamente opõe-se quando a Câmara Municipal [de Lisboa] pede, nos nossos próprios cadernos de encargos, notas técnicas de arqueologia. Há lutas que, a partir de determinada altura, deixa de fazer sentido travar.

**A.G.** No domínio da proteção e valorização do património cultural, a UNESCO considerou recentemente fundamental (UNESCO, Cultural heritage & local development, 2006) uma articulação entre administração central, a quem deveria competir a definição das políticas, estratégias, legislação, regulamentação e enquadramento institucional, e a administração local, que deveria ser responsabilizada pelo desenvolvimento de planos de conservação patrimonial à escala local. Considera que em Lisboa exista esta articulação entre administração central e administração municipal?

**A.M.** Não há nenhum protocolo entre os serviços municipais e a administração central, no domínio da reabilitação urbana. A única forma, em termos jurídicos, que a Câmara Municipal de Lisboa tem de estabelecer planos de conservação patrimonial é a criação de instrumentos de gestão territorial, seja o Plano Diretor Municipal, sejam os Planos de Pormenor. Mas quem define as políticas de preservação do património arqueológico é, de acordo com a lei, a tutela, que pode, se assim entender, não consultar a administração local. Então, é a tutela quem poderia tomar a iniciativa de consultar a administração local. No caso de Lisboa, isso não está a acontecer. Noutros municípios, pelo que tenho falado com alguns colegas, sim. Então não há uma postura uniforme, por parte da tutela, na forma como se relaciona com a administração local. Mais, se for aprovado pela DGPC e não for aprovado pela Câmara [Municipal de Lisboa], o projecto não se faz e o contrário também funciona, isso faz com que haja determinados espaços deste território que ficam ‘pendurados’, a aguardar eternamente, sem que a obra se faça. Este tipo de divergências pode muitas vezes ser uma salvaguarda para o património, porque enquanto bloqueiam a obra, há esperança de que se possam resolver as condicionantes patrimoniais.

**A.G.** Então, apesar de a UNESCO considerar fundamental uma articulação entre administração central e a administração local, o facto de haver divergências entre ambas também pode ser positivo para a salvaguarda do património?



**A.M.** Sim, pode ser positivo, abre espaço para o debate, para a discussão de soluções. Noutros casos não. Em alguns casos sabemos que se a obra não avançar rapidamente, fica o património em perigo. Aqui em Lisboa é uma técnica muito antiga, deixar o edifício ao abandono durante cinco, dez anos, para que depois já não seja possível recuperar nada, já não dá, temos mesmo de mandar tudo abaixo.

**A.G.** Se o PDM de Lisboa define aquelas três áreas de sensibilidade, que limitam o condicionamento das licenças ao subsolo, e depois a tutela, por seu turno não entender a afetação ao edificado como afetação ao património arqueológico...

**A.M.** Entende, entende. Aí tenho que reconhecer, foi uma vitória da tutela. Nós não conseguimos, tivemos uma luta interna enorme para rever o PDM, era uma das coisas que queríamos incluir no PDM e não fomos autorizados a meter um único artigo relativo ao património arquitetónico. Não nos dizia respeito, se é património arquitetónico, não é com arqueólogos, é com arquitetos.

**A.G.** Então, tanto quanto saiba, a tutela condiciona obras com afetação ao edificado a acompanhamento arqueológico, em Lisboa?

**A.M.** Condiciona, sim. E há realização de sondagens parietais.

**A.G.** A propósito, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, aprovada em La Valetta, em 1992 e ratificada pelo Estado Português em 1997, incentiva os Estados signatários a “desenvolver medidas que visem a protecção física do património arqueológico, prevendo a conservação e a manutenção do património arqueológico, de preferência no seu local”, mesmo quando estes sejam identificados em contexto de obras. Considera que o Estado Português tem sido bem-sucedido na protecção e conservação do património arqueológico de Lisboa?

**A.M.** Tem conseguido. Temos alguns bons exemplos. Mas a Câmara Municipal de Lisboa nunca é informada, só sabemos desses casos pelo que surge na comunicação social.

**A.G.** No futuro, que papel gostaria que fosse alocado ao município de Lisboa, no domínio da proteção e conservação do seu património arquitetónico?

**A.M.** Desde logo, no acesso à informação, ao conhecimento. A Câmara [Municipal de Lisboa] só pode desempenhar algum papel nesta área, se tiver conhecimento. Seria muito fácil, com as tecnologias de hoje, partilhar com os municípios a informação dos relatórios de arqueologia. E depois, na gestão dos espólios arqueológicos, que eu acho que deve ser feita a nível local, devia ser uma competência, legalmente reconhecida, dos municípios. Também seria bom que a arqueologia municipal estivesse legalmente reconhecida e regulamentada, para que tivéssemos todas as linhas orientadoras claras sobre o modo de agir, sobre a efetiva responsabilidade dos municípios quanto ao património do seu território.

**Entrevistado: José Aguiar (J.A.)**

**Entrevistador: António Ginja (A.G.)**

**Entrevista concedida, por videoconferência, a 10 de março de 2022**

**A.G.** Numa comunicação em 2004 (Projecto de conservação: Da importância do método à oportunidade das surpresas), alertou para a necessidade de certificação dos arquitetos como especialistas em projetos de conservação. Que aptidões académicas ou profissionais considera essenciais a uma hipotética certificação em projetos de conservação ou de reabilitação arquitetónica?

**J.A.** Não sou a favor da certificação, mas da demonstração de competências, nomeadamente dentro do Colégio de Património, que já existe na Ordem dos Arquitectos, e onde são aferidas as competências dos técnicos no domínio da reabilitação. Quando se lida com património classificado devemos exigir maiores capacidades, exigir demonstração de capacidades, que pode ser dada por experiência ou por formação específica, por pós-graduações que aumentem a formação de base dos arquitetos.

**A.G.** Num artigo de 2014 (Revista Património) defendeu que o país sabia como construir no construído, que as universidades e os centros de investigação haviam já resolvido “os principais problemas de conhecimento”, através de pós-graduações, de grémios empresariais, de colégios da especialidade e de disciplinas de síntese, como a Conservação e a Arqueologia da Arquitetura. Tendo em conta as críticas que tem tecido à reabilitação arquitetónica em Portugal, nomeadamente pela tendência para o fachadismo, o que considera faltar para passar do conhecimento às boas práticas de reabilitação?

**J.A.** A reabilitação é uma atividade maioritária para os arquitetos neste milénio, sobretudo em países como Portugal, onde o parque edificado disponível é já muito superior ao que precisamos para albergar a nossa demografia. Hoje, na Europa, estamos confrontados com uma realidade bastante diversa, os projetos *ex novo* são relativamente poucos e os projetos de construção sobre o construído são muitos. A arquitetura exerce-se num território de requalificação do existente, numa lógica culturalista e ecológica. É um novo paradigma, que transforma o intervir no construído na primeira das atividades. Só que ao longo do século XX, a formação e o exercício da arquitetura desenvolviam-se essencialmente para a produção de objetos novos, com aço e com betão, que se tornaram quase obsessivas. A ênfase não era na construção sobre o construído, e isto mudou. Tivemos uma formação muito classicista, na lógica da história da arte e dos estilos, mas estávamos a ser confrontados com uma sociedade industrial, com novas tecnologias e materiais e não estávamos a ser preparados para isso. Estávamos a fazer moderno, embora a ser formados numa cultura classicista. Quando nos anos de 1990 se intensifica a atividade de reabilitação, começou a mudar o exercício da atividade da arquitetura, exigindo cada vez mais aos arquitetos competências de que não dispunham. No momento em que começou as intervenções de reabilitação, toda a formação no domínio da construção pré-industrial desapareceu.

**A.G.** Na sua comunicação de 2004 (Projecto de conservação: Da importância do método à oportunidade das surpresas) defendeu a necessidade de devolver às universidades o conhecimento da cultura de construção pré-industrial, contrariando um “quase ódio ao histórico e uma prática de ensino que afastava os estudantes de arquitetura de qualquer interesse patrimonial”. Enquanto co-coordenador de unidades curriculares alocadas à formação em materiais e técnicas construtivas tradicionais, tem sentido alguma aproximação entre as novas gerações de arquitetos e as culturas de construção pré-industriais?

**J.A.** Sim. Muito embora no Porto, que não tinha unidades curriculares de reabilitação, havia quando lá estudei, ainda assim um pendor fortíssimo da história da construção (com Professores como Fernando Távora, Alexandre Alves Costa...). Mas em Lisboa, quando terminei a minha formação, nos anos 1980, entre nós estudantes, quem ia para a recuperação de património arquitetónico era considerado uma espécie de arquitetos de segunda, inferiores. Havia um preconceito sobre a pouca competência de quem seguia esta via profissional. Isso mudou completamente, a um ponto tal que, por exemplo, na Faculdade de Arquitetura de Lisboa, o curso com notas de ingresso mais elevadas é o mestrado integrado em interiores e reabilitação do edificado, o que significa que é o que tem maior procura. Isto demonstra que a pedagogia que se centrava apenas no *ex novo*, e que não permitia exercícios de projetos sobre pré-existências, desapareceu.

**A.G.** Tem sido responsável por unidades curriculares em conservação, restauro e reabilitação, assim como coordenador de mestrados em reabilitação arquitetónica em núcleos urbanos. Quais são no seu entender as mais-valias da formação académica em reabilitação arquitetónica?

**J.A.** Até à década de 1990, toda a formação no domínio das construções pré-industriais havia desaparecido nos *curricula* das faculdades de arquitetura. Hoje quase todos os cursos de arquitetura em Portugal têm já algum tipo de formação de base em património cultural, ao nível dos mestrados e dos doutoramentos. Há muitos cursos que têm unidades curriculares, sobretudo no 2º ciclo e no 3º ciclo, orientadas para as questões da reabilitação e do património. Discutimos agora a possibilidade de introdução destas questões já no 1º ciclo. Mas não sou a favor de uma formação específica em reabilitação. A formação em arquitetura deve ser mais generalista, para permitir fazer a conjugação de visões, um projeto é sempre uma síntese que procura minorar os problemas e majorar as qualidades. Hoje o conhecimento sobre estas questões deve e pode ser dado por unidades curriculares específicas. Mas se elas não existirem, pode ser incorporado em unidades já existentes, como a de Projeto de Arquitetura, ou Laboratório de Projeto, que é central na formação em arquitetura, que vai do primeiro ao quinto ano, que simula os atos próprios da profissão. E não há muitas profissões que se organizem assim.

**A.G.** Em artigo de 2014 (Revista Património) contou-nos a história de uma intervenção de reabilitação no Porto que suscitou ao ICOMOS-Portugal, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, bastante preocupação, ao ponto do organismo ter solicitado à UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, uma avaliação, que pudesse minorar os danos causados pelo projeto. Tendo presidido ao ICOMOS-Portugal (2008-2011), sente que o ICOMOS pode ser mais do que um mero órgão consultivo e assumir no domínio da reabilitação de património edificado algum papel fiscalizador?

**J.A.** O ICOMOS é uma organização não governamental que tem ligações com a UNESCO e, portanto, não tem o carácter institucional necessário para poder fiscalizar. Não defendo essa institucionalização, o ICOMOS deve ser independente, como associação de profissionais que aconselha e ajuda a criar pensamento. Mas pode, e deve, apontar problemas. Os ICOMO's de cada país devem funcionar como observatórios e têm que reportar à UNESCO as intervenções que não estejam a correr bem. E nessa intervenção do Porto, desastrosa, dentro da área classificada pela UNESCO, não se interveio, como era suposto, com o mínimo de demolições e de alterações. Ali, todo o miolo do quarteirão foi demolido. E o que é o património arquitetónico? Não apenas as fachadas ou o espaço... Também é toda a arquitetura que está dentro dos edifícios e os seus sistemas construtivos. Não é legítimo deixar só as fachadas e demolir todo o resto. Ali houve problemas graves de alterações estruturais preexistentes, de segregação social (o património é essencialmente um valor social), que eram incompatíveis com a classificação que lhe estava atribuída. A UNESCO abriu um processo de ouvir os intervenientes, a Câmara [Municipal] do Porto apresentou as suas razões, não foi removida a classificação, mas houve alertas, para que operações futuras não sigam o mesmo caminho.

**A.G.** Numa comunicação em 2004 (Projecto de conservação: Da importância do método à oportunidade das surpresas), afirmou que parte significativa do problema de degradação dos centros urbanos residia no congelamento de rendas e na conseqüente descapitalização dos proprietários. Prevê descongelar as rendas anteriores a 1990, haverá mudanças no processo de degradação que afeta tantos 'centros históricos' do país?

**J.A.** O problema é complexo. O rendimento de um proprietário com esse tipo de imóvel arrendado por 20 ou 30 euros, não lhe permite sequer manter. A situação quando tínhamos congelamento das rendas era absolutamente crónica. Eu assisti, na Câmara [Municipal] de Lisboa, a proprietários a querer dar os seus imóveis antigos, porque não conseguiam mantê-los. E não havia a pressão turística de hoje, que transformou a questão das rendas num negócio. Agora a situação é oposta. Se um proprietário não recebe pelo arrendamento pelo menos o valor necessário à sua manutenção, então entramos num processo de degradação. Mas, por outro lado, o descongelamento das rendas tem promovido graves problemas de segregação social, a que se tem juntado a explosão do turismo no país. Portanto se o modelo de gestão patrimonial assenta no proprietário, e se este não tem capacidade para conservar, precisamos de liberalizar as rendas, mas acompanhando este processo de mecanismos estatais ou municipais que permitam manter as populações mais desfavorecidas dentro do território que sempre ocuparam.

**A.G.** Ainda no domínio do papel da sociedade civil, foi fundador da Sociedade Portuguesa de Estudos da História da Construção, "criada com o objectivo de promover e difundir estudos sobre a História da Construção e das Culturas Construtivas". Que papel acredita poder ser desempenhado por este tipo de associações civis junto das entidades tutelares e governativas, com poder deliberativo e executivo no domínio do património arquitetónico?

**J.A.** Através do conhecimento, dos sistemas construtivos, da arqueologia, estas associações ajudam a abordar junto das tutelas temas que possam ajudar na preparação de instrumentos regulamentares. Ainda hoje os agentes do Estado, fora os especializados, como a Direção-Geral de Património Cultural, DGPC, têm muito pouca sensibilidade para com as questões da reabilitação. Para muitos decisores políticos, reabilitar é pegar num edifício velho e transformá-lo num edifício novo. O que a Sociedade Portuguesa de Estudos da História da Construção pretende é a valorização da cultura material na sua relação com o espaço, da estética, das narrativas dos edifícios, garantido uma relação entre as possibilidades dos seus espaços, forma e construção. Não se pode separar a linguagem de uma fachada do seu sistema construtivo e que a amarra a um sistema espacial e material. A história da construção serve para chamar à atenção de que há um valor cultural essencial (também tecnológico, de saber e organização da sociedade para a produção) na materialidade.

**A.G.** A tutela tem estado atenta aos contributos destas associações civis?

**J.A.** Penso que sim. Não sei é se a tutela do património cultural tem a força que deveria ter. Aquilo que é uma das maiores indústrias culturais na Europa, a indústria cultural, ainda hoje merece pouca consideração nas arquiteturas do poder em Portugal. Mas tanto a DGPC como as Direções Regionais de Cultura, DRC's, acompanham de perto o que tem sido tratado nestas associações. Do ponto de vista das Universidades também. Esta Sociedade Portuguesa de Estudos da História da Construção, por exemplo, com sede no Instituto Superior Técnico, com membros de muitas outras universidades, como as do Porto, do Minho e de Coimbra... mudando o perfil da própria formação. Nas engenharias, por exemplo, há laboratórios que investem já nas questões de comportamento das estruturas preexistentes e sua incorporação no projeto de estabilidade, de um modo que há 20 anos atrás não se fazia.

**A.G.** Na mesma comunicação de 2004 (Projecto de conservação: Da importância do método à oportunidade das surpresas), afirmou que conservação “convoca análises e diagnósticos para os quais devem convergir saberes de muitas ciências, muitas mais do que aquelas que um só ser humano possa dominar”. Sendo a maior parte dos projetos de reabilitação arquitetónica exclusivamente articulados entre o promotor e o arquiteto, que papel fica reservado para as diversas ciências de análise e diagnóstico do edificado patrimonial?

**J.A.** Quando se trabalha em património arquitetónico, não se pode deixar de convocar diferentes especialidades. Mas aí a lei é complicada, porque no caso de um imóvel classificado, não pode fazer projeto nenhum sem o relatório prévio, que está muito bem tipificado, onde são exigidas certas demonstrações que o projetista, ou o arquiteto, ou o promotor, não consegue fazer, senão incorporar na sua equipa historiadores, arqueólogos, engenheiros estruturalistas, conservadores e restauradores... é necessário demonstrar o valor, os problemas e a mitigação dos impactos da intervenção. Não vejo como fazer isso convenientemente sem interdisciplinaridade. Agora, se há tutelas ou câmaras municipais que aceitam os relatórios prévios sem certos parâmetros, isso é um problema. Outro problema reside na própria definição de 'centro histórico', porque temos em Portugal pouquíssimas áreas urbanas com interesse patrimonial classificadas, por exemplo, como

Monumento Nacional. Mas temos muitas áreas urbanas de enorme valor patrimonial que ficam no limbo, porque entram no território, também dos interesses apenas, da regulamentação municipal. Aí entramos noutra território, o dos PDM's... que classificam ou não como Interesse Municipal. Para mim seria importante ter mais 'centros históricos', de grande valor enquanto património urbanístico, com o mesmo grau de proteção da Torre de Belém ou do Mosteiro dos Jerónimos. Muitas vezes uma Câmara [Municipal] quer ser Património Mundial, mas não quer as restrições e as responsabilidades que isso pressupõe.

**A.G.** Em comunicação de 2004 (Projecto de conservação: Da importância do método à oportunidade das surpresas) denuncia que os projetos de reabilitação em Portugal têm vindo a anular "os traços da passagem da arquitectura pelo tempo". Que tipo de vantagens considera que possam advir de uma reabilitação que preserve e valorize os traços da passagem do tempo?

**J.A.** Muitas. Desde as mais práticas às mais culturais. Muitos edifícios pombalinos, por exemplo, têm partes pombalinas, partes do século XIX e partes do século XX. São de vários tempos. Um projeto de reabilitação que tenha em consideração todas as fases de construção do edifício, será mais reduzido (aqui menos é mais), mais económico e mais eficaz, porque se for buscar apenas o modelo pombalino, obriga a uma intervenção muito maior, que remove estruturas de outros tempos, para de seguida acrescentar outras estruturas necessárias, e isto acresce mais custos ao projeto. Outra questão, mais cultural, é a de que Portugal tem poucos edifícios de um só tempo. São raros. Mesmo os edifícios de maior valor cultural são palimpsestos, sobreposições, alterações, adições... sob o ponto de vista cultural, resultam de um processo muito mais fascinante. O processo da passagem do tempo é crucial, porque nos permite ler não uma, mas várias histórias, e evitar o falso histórico e o falso estético, ou a 'tábula rasa', pura e simples.

**A.G.** Reconheceu, na mesma comunicação, por exemplo, que o conhecimento seria um dos vetores mais importantes para aperfeiçoar o método de intervenção em edificado histórico. Conhecimento para "aceitar toda a história, integrando-a criticamente no processo de projecto". Como definiria uma integração crítica da história de um edifício na sua reabilitação?

**J.A.** Referia-me à integração crítica tal como a idealizou o [Cesare] Brandi, que resulta da ponderação crítica entre os valores e os problemas, para uma tomada de decisões mais informada. Por exemplo, ao longo do século XX, sempre que se descobriam estruturas arqueológicas, deixavam-se à vista. Isto pode transformar o edifício num queijo suíço, em que a sua (re)leitura fica cheia de buracos históricos (invertendo as relações figura fundo)... temos que tornar a apresentar, dar a ler, os valores históricos do edifício, mas sem produzir cacofonia. Isto não se faz sem uma ponderação crítica, o que exige ouvir a história, a história da arte, a arqueologia... utilizando também a arqueologia da arquitetura para a produção de um conhecimento dos valores e dos problemas a ponderar.

**A.G.** Falando de arqueologia da arquitetura, o que lhe parece de esta disciplina ser na maior parte das vezes remetida para a fase de execução do projeto?

**J.A.** Parece-me profundamente errada, que dá sempre enormes problemas... não só a arqueologia da arquitetura, como a arqueologia em geral. Basta ver o caso da Sé de Lisboa, para ver os problemas que isso dá... Para mim, a informação da arqueologia deveria vir em fase prévia, de estudo prévio e de projeto. Muitas vezes, lamentavelmente, só percebemos em fase de obra aquilo que é óbvio, que não há praticamente construção nenhuma em Portugal que não resulte de acumulação temporal. Não trabalho, nem conheço nenhum arquiteto que se lance a um projeto de restauro de um imóvel classificado ou protegido sem ter primeiro um diálogo sério com a arqueologia, com a arqueologia da arquitetura, também com um paisagista, engenheiros e outros. Um arquiteto que trabalhe em reabilitação de património cultural tem que ir buscar outros pontos de vista disciplinares, senão não consegue realizar, com suficiente qualidade, o trabalho.

**A.G.** Como vê hoje a relação da arquitetura em Portugal com as preexistências patrimoniais? Como gostaria que fosse essa relação no futuro?

**J.A.** Creio estar a aumentar a sensibilidade pública sobre estas matérias. As novas gerações são muito mais sensíveis a estas questões do que eram no meu tempo, nos anos de 1980, e isso, em parte, pela melhoria das suas formações. Mas não me parece mais possível fazer hoje arquitetura sem olhar para o que pré-existe, com ou sem valor cultural. O Frank Lloyd Wright foi absolutamente sensível à cascata, quando fez a sua Falling Water. Quando Siza Vieira desenhou a Casa do Chá, desenhou todas as rochas antes de desenhar o edifício (um desenho é inseparável do outro). Quando a arquitetura lida com um lugar, esse lugar é sempre uma preexistência (uma construção) cultural, porque resulta do olhar do homem e o homem não olha, nem desenha, isento de influências culturais.

**Entrevistada: Lília Basílio (L.B.)**

**Entrevistador: António Ginja (A.G.)**

**Entrevista concedida, por videoconferência, a 6 de dezembro de 2021**

**A.G.** 1. Entre 1999 e 2016 participou e coordenou diversos projetos de arqueologia preventiva e de salvamento, boa parte dos quais no domínio do restauro arquitetónico e da reabilitação urbana. Pode falar-nos um pouco das suas competências nestes projetos?

**L.B.** Eu trabalhei em arqueologia preventiva antes do mestrado e depois do mestrado, sempre em prevenção e salvaguarda, muito em [contexto] urbano, em projetos de reabilitação, não necessariamente restauro, porque às vezes, e muitas, consistiam em demolições muito significativas do existente, para reconstrução de algo completamente novo, dentro de uma cápsula antiga. Mas fui tendo diferentes tipos de competências. Efetivamente, fiz trabalhos de campo sob coordenação de outras pessoas, fiz algumas intervenções em que eu coordenava, e depois, numa fase mais significativa do meu trabalho, em que fiz gestão de projetos [de arqueologia].

**A.G.** Em 2016 passou a integrar a equipa dos Museus Municipais de Viseu e em 2018 passou a coordenar os serviços municipalizados de arqueologia de Viseu, o Polo Arqueológico de Viseu (PAV). Pode falar-nos um pouco das suas competências neste serviço?

**L.B.** O PAV tem um modelo mais centrado na gestão de informação e na mediação de conteúdos. Não há uma equipa de arqueologia, neste momento, a executar trabalhos de campo. A lógica do PAV é dar apoio a quem tem projetos e intervenções a realizar e de mediar e divulgar os conteúdos relacionados com o património arqueológico que vai surgindo. Mas mais do que mediar, o PAV também dá pareceres...

**A.G.** Vinculativos?

**L.B.** Deveriam ser, até porque o nosso PDM é um bom PDM e obriga a trabalhos arqueológicos. A ideia é que, à medida que o PAV vai recolhendo informação sobre os vestígios arqueológicos do seu território, essa informação seja maior e mais detalhada do que os técnicos da tutela, que não podem estar sempre no terreno, porque controlam uma área muito mais ampla do que a do concelho de Viseu. Com essa informação, o PAV estará mais apto a emitir condicionantes e, no futuro, estabelecer também cartas de risco que melhorem o PDM.

**A.G.** Num artigo de 2010 (Arqueología de la Arquitectura) dizia que os “estudos detalhados dos edifícios a demolir no contexto de intervenções de arqueologia preventiva / de salvamento” permaneciam raros. Estando as ações de afetação ao edificado classificado ou em zonas de proteção legalmente obrigadas a trabalhos arqueológicos, porque motivo acha que são raros os estudos arqueológicos em edifícios históricos a demolir?



**L.B.** Acho que apesar de tudo a realidade mudou um pouco. Em 2010 eu estava envolvida no projeto da Metro Mondego na Baixa de Coimbra, e havia um conjunto de edifícios que estávamos a estudar de uma forma, pouco comum à época, muito detalhada. Procurei casos que pudessem servir-me de exemplo para os estudos da arquitetura, mas não era muito comum que, em contexto de salvaguarda e prevenção se fizessem trabalhos de arqueologia no edificado. Havia algumas experiências em Braga, em contextos não necessariamente de salvaguarda e prevenção. Desde 2010, acho que progressivamente se tornou mais comum, embora não seja ainda algo que aconteça sempre que necessário. Isto porque temos um problema de enquadramento legal. A nossa lei, que é boa em diversos aspetos, mas é relativamente vaga quanto àquilo que estamos a salvar e a definição de património arqueológico é tão ampla, os trabalhos de arqueologia em edifícios tão mal definidos, que acaba por haver coisas que ficam por fazer. Para além disso, é também uma questão de prática, porque um edifício de arquitetura civil ser considerado um vestígio arqueológico não era uma ideia muito genérica em 2010. Acresce ainda a ideia de que a arqueologia serve para estudar coisas antigas. Os edifícios num 'centro histórico', embora históricos, são maioritariamente de arquitetura civil, construções comuns, e de época moderna ou contemporânea, o que dificulta a sua aceitação enquanto sítios arqueológicos.

**A.G.** Acha que pode ser uma questão de preconceito?

**L.B.** Sim. Não passaria pela cabeça de ninguém que um projeto de intervenção num edifício monumental se executasse sem pelo menos uma preocupação com o registo detalhado ou um acompanhamento arqueológico à obra. No edificado comum, há sempre aquela ideia de que há milhares e de que é de ontem, e que por isso não interessa. Na Baixinha de Coimbra havia inclusivamente plantas. Se havia plantas, para quê estudar? Diziam. E o preconceito é até mais um problema da comunidade [arqueológica], do que do público em geral. Se houver uma alteração na mentalidade da comunidade, então mais cedo ou mais tarde as coisas mudarão. Como mudaram para a antropologia, que percebeu ser necessário pressionar o legislador no sentido de reconhecer a especificidade dos contextos de inumação. E hoje está legalmente regulamentada a sua atividade, e mais nenhuma está.

**A.G.** Nos casos em que as demolições se encontram condicionadas a acompanhamento arqueológico, com que frequência diria que se encontram condicionadas a leituras estratigráficas da arquitetura prévias (nomeadamente através de picagens de reboco ou de sondagens parietais)?

**L.B.** Acho que nunca recebi um parecer que dissesse especificamente que o edifício teria de ter uma leitura estratigráfica. A experiência que tenho relativamente às condicionantes dos pareceres, mesmo nos casos em que se prevê demolição, é uma caracterização prévia e uma descrição detalhada do edifício. Isto para mim não é arqueologia da arquitetura. Para mim, não há intervenção arqueológica que não tenha leitura estratigráfica. E lá está, é um problema da comunidade [arqueológica], porque quem emite o parecer é um técnico arqueólogo. Talvez tenham acontecido pareceres mais específicos quanto à exigência de leitura estratigráfica do edificado na Baixinha de Coimbra, porque houve vontade de alguns técnicos da tutela em garantir a prática da arqueologia da arquitetura fosse algo que se começasse a fazer.

**A.G.** Se o parecer não condiciona a leituras estratigráficas da arquitetura prévias às demolições, em que consiste o acompanhamento arqueológico?

**L.B.** Eu julgo que sem leitura estratigráfica o acompanhamento se reduza à verificação da existência de epígrafes, de elementos arquitetónicos, de vãos entaipados... Mas se não houver essa condicionante e se o arqueólogo em campo decidir não fazer a leitura estratigráfica, aquilo que faz, e já vi isto inúmeras vezes explanado em relatórios de arqueologia, é uma descrição genérica do que vai aparecendo. E isso, para mim, fica muito aquém daquilo que é o trabalho de arqueologia em edificado.

**A.G.** Quais as limitações que enfrenta o arqueólogo, quando as demolições se encontram condicionadas apenas a acompanhamento?

**L.B.** Em contexto de acompanhamento arqueológico pode-se fazer, ainda assim, leituras estratigráficas. Pode e deve. Aliás, faz-se à cota negativa, também se pode fazer no edificado. Sem o fazer, há perda de informação científica irrecuperável. Mas é possível fazer...

**A.G.** E se o promotor do projeto não estiver na disposição de picar rebocos, porque o parecer o não obriga a isso?

**L.B.** É uma questão de negociação com quem está a executar, no sentido de ir avaliando, e ter a capacidade, que se adquire com a experiência, e é necessário ter muita experiência para fazer acompanhamentos arqueológicos, de dar a conhecer a condicionante. Porque, a obra está condicionada a acompanhamento, por isso o arqueólogo pode a qualquer momento pedir que se parem as demolições, para se averiguar determinadas situações. Se todos os edifícios intervencionados em 'centros históricos' tivessem pelo menos acompanhamento a picagens de rebocos e a desmontes, já haveria muita informação.

**A.G.** Com que frequência diria que nos 'centros históricos' portugueses ocorrem projetos de afetação ao edificado, sem qualquer tipo de condicionantes no domínio da arqueologia?

**L.B.** Deve variar muito, em função dos técnicos da tutela que dão os pareceres para aqueles 'centros históricos', de quem executa os trabalhos de arqueologia nesses 'centros históricos'... Parece-me que por vezes os técnicos ainda não dão pareceres com este tipo de condicionantes por não serem ainda habituais, por terem receio de criar entropias, problemas, atrasos...

**A.G.** Acha que deveria ser um tipo de condicionante normalizado?

**L.B.** Acho que sim, todos ganharíamos imenso. A lei não pode detalhar todas as ocorrências, mas o que se fez para a antropologia, era perfeitamente exequível para a arqueologia da arquitetura em 'centros históricos'. Para além da lei de bases [107/2001], estas circunstâncias poderiam estar acauteladas a nível local nos PDM's. Por exemplo, no PDM de Viseu, no seu artigo 19º, exige

trabalhos arqueológicos sempre que existem afetações no subsolo ou demolições no 'centro histórico'.

**A.G.** Então, no 'centro histórico' de Viseu, mesmo que uma obra se limite a afetar paredes ou estruturas no interior dos edifícios, é consultada a tutela?

**L.B.** É consultada, sim. Não garante que haja parecer de arqueologia, com ou sem condicionantes de leituras estratigráficas ao edificado, mas pelo menos é consultada.

**A.G.** Quais as consequências da não preconização de trabalhos arqueológicos em projetos de afetação ao edificado histórico?

**L.B.** Perde-se informação. Se queremos um 'centro histórico' relevante, não é apenas pela sua beleza, é porque enquanto sociedade reconhecemos nele ligações à nossa história. Mas é confuso que definamos um 'centro histórico', destacando-o pela sua relevância patrimonial, sem assegurar práticas que permitam conhecer e salvaguardar esse património. Perdemos informação, mas também diversidade, porque demolimos sem registar, e depois reconstruímos sempre da mesma maneira, perdendo a diversidade de técnicas que já ninguém vai aprender.

**A.G.** No mesmo artigo dizia-nos que o projecto da Baixinha de Coimbra (Metro Mondego), um projeto com vasto impacto sobre o edificado do centro histórico de Coimbra, demonstrava "o papel fundamental a desempenhar pela arqueologia preventiva neste processo fundamental de construção de conhecimento sobre a história das cidades". O que acontece quando no decurso dos trabalhos arqueológicos num dado edifício são detetados testemunhos arquitetónicos relevantes para a "história das cidades"?

**L.B.** Os projetos estão em execução, mas estão, se tudo correr bem, condicionados, de onde se lê que a deteção de vestígios arqueológicos relevantes possa condicionar o projeto, de modo a que o mesmo se adegue aos vestígios ou, em última análise não se execute de todo. Na Baixa de Coimbra, os edifícios denunciavam, antes mesmo da obra, haver vestígios interessantes, o que acabou por motivar um conjunto de sondagens parietais e, mais tarde, a remoção integral do reboco desses espaços. Apareceu um elemento arquitetónico muito relevante, uma *loggia*. Houve então a sugestão ao promotor de que seria um elemento suficientemente relevante para ser mantido...

**A.G.** Por parte da equipa de arqueologia?

**L.B.** Por parte da equipa de arqueologia e por parte da tutela, depois desta ser informada do achado. O projeto, todavia, previa a demolição integral do edifício. Propôs-se então o desmonte dos pórticos, com vista a sua remontagem em local próximo, que não afetasse a circulação do metro. A proposta foi aceite, mas só porque o promotor e a equipa de arquitetura projetista, do arquiteto Gonçalo Birne, se encontravam bastante sensibilizadas para a recuperação de edificado histórico. Noutros casos, acontece por vezes que o elemento detetado é integrado no projeto,

apenas pela sua beleza, mas fundamentalmente porque não interfere com o projeto previsto. E isto para mim, não é a arqueologia a informar o projeto. Porque a arqueologia não se limita a descobrir o elemento arquitetónico, ela interpreta a evolução construtiva do edifício e essa informação é que deveria ser integrado no projeto. A arqueologia não se esgota na descoberta de elementos, a sua mais-valia é a compreensão de toda a história do edifício.

**A.G.** Da sua experiência, quantos destes testemunhos conduzem a efetivas revisões do projeto arquitetónico traçado para o edifício?

**L.B.** Não há grande impacto... não me lembro de a nível de projetos de reabilitação, alguma vez ter havido alterações significativas ao projeto previsto. Até porque quando a arqueologia entra, o projeto já está definido. E isso é dramático. Porque o processo de avaliação do impacto da obra sobre o sítio arqueológico acontece quando a obra já está em curso, portanto, também não se pode pedir que o projetista adivinhe o que vai aparecer.

**A.G.** Com que frequência diria que os projetistas têm conhecimento destes vestígios?

**L.B.** Acho que tive contacto com projetistas, no máximo, em duas situações. Na maior parte das vezes, quem articula conosco [arqueólogos] é o promotor ou até mesmo o empreiteiro. O projetista nem faz ideia do que vai aparecendo, nem nunca se encontra com o arqueólogo para que este lhe possa explicar qual a lógica construtiva, o processo, a história do edifício... aquilo que supostamente estamos a salvaguardar nunca entra no projeto.

**A.G.** Noutro artigo de 2010 (The Historic Environment), defendeu que a arqueologia da arquitetura deveria ser um elemento preliminar e essencial na definição de intervenções urbanísticas. “Conhecer para intervir”, dizia num outro artigo (Arqueologia de la Arquitectura, 2010). Com que frequência diria que os projetistas acompanham os trabalhos arqueológicos?

**L.B.** Pouquíssima. É pena, porque as informações recolhidas pela arqueologia não são apenas relevantes do ponto de vista científico. São informações muito úteis para quem está a desenhar o projeto. Se separássemos a fase de avaliação arqueológica da execução da obra, essa fase poderia servir para que os projetistas conhecessem melhor os edifícios em que estão a intervir. Inúmeras vezes acontece que quando os arqueólogos começam a picar os rebocos, aquilo que surge revela-se muito diferente daquilo que o projetista imaginava existir.

**A.G.** De acordo com a legislação em vigor “os promotores das obras ficam obrigados a suportar (...) os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projectos”. O que lhe parece esta obrigatoriedade?

**L.B.** Cria uma dinâmica muito esquizofrénica para as equipas de arqueologia, porque o promotor não quer a equipa de arqueologia em obra, porque o promotor acredita estar a investir em algo que não tem retorno para si. Eu tendo, contudo, a ver a arqueologia como mais uma das especialidades da obra. A obra não pára por causa da arqueologia, porque a arqueologia faz parte

da obra, se a arqueologia está a decorrer, a obra está a decorrer. Se todas as outras especialidades estão a cargo do promotor, não faz sentido que a arqueologia fosse a única a não estar. Claro que depois à reverso da medalha, que é a ideia de o promotor estar a investir numa coisa que não lhe traz mais-valias. Pois eu vejo que o promotor está a afetar um bem que é de todos, para uma mais-valia que é exclusivamente para ele. Mas cria grandes constrangimentos, porque na realidade há uma pressão para que não apareça nada e a equipa de arqueologia é, neste momento, pouco apoiada. Se surge algum vestígio a equipa de arqueologia fica muito desprotegida em campo, porque a tutela tem tido tendência para não se impor ao promotor. As estruturas montadas para salvaguarda do património arquitetónico têm uma tendência para o pensamento mágico: vamos fazer uma obra... talvez fosse melhor fazer uma intervenção arqueológica prévia... mas talvez seja muito caro (o que é mentira porque os orçamentos para a arqueologia são sempre uma gota de água no orçamento total da obra), então não se faz. Faz-se o mínimo dos mínimos, que é o acompanhamento arqueológico à obra, colocamos um arqueólogo que tem sobre si toda a responsabilidade de garantir que haja solução para aquilo que aparece, e depois é cruzar os dedos e esperar que nada apareça... isto é o pensamento mágico.

**A.G.** Num artigo de 2010 (Arqueología de la Arquitectura) dizia que “parte significativa das intervenções desta Arqueologia preventiva tem ocorrido em consequência de projectos de construção localizados em áreas urbanas de grande profundidade histórica”, e, contudo, “o estudo detalhado dos conjuntos edificados é particularmente raro no quadro de intervenções de Arqueologia preventiva”. Porque é que acha que isto acontece?

**L.B.** Porque não há um enquadramento legal nem uma prática estabelecida. Porque continuamos a achar que os edifícios não são sítios arqueológicos. Enquanto não estivermos a reabilitar edifícios históricos e continuarmos a reabilitar áreas construídas, que é o que atualmente se passa, essa circunstância não se alterará.

**A.G.** E o problema da falta de formação dos técnicos? Licenciou-se em História, variante de Arqueologia, e fez mestrado em análise de materiais arqueológicos. Como adquiriu a sua formação em arqueologia da arquitetura?

**L.B.** Fui ler... Em 2010 não havia nenhuma universidade com licenciaturas em arqueologia que tivesse alguma unidade curricular de arqueologia da arquitetura. Talvez em contexto de outras unidades curriculares, mas não especificamente para arqueologia da arquitetura. Então li muitos artigos, sobretudo de equipas a operar em Espanha e em Itália, embora sentisse que havia neles preocupações que se prendiam mais com a história da arte do que propriamente com a arqueologia. Li bastantes obras inglesas, também, onde surgiam já outros tipos de arquitetura, vernacular, industrial.

**A.G.** Diria que a maior parte dos nossos colegas arqueólogos que trabalham em arqueologia preventiva ou de salvamento têm formação em arqueologia da arquitetura?

**L.B.** Julgo que há ainda pouca formação nas universidades portuguesas nesta matéria, e pode haver alguma dificuldade. Estamos habituados a ver sequências que se desenvolvem na vertical (no subsolo) e não estamos preparados para transformar realidades tridimensionais em

abstrações bidimensionais, quando num edifício se deve pensar sempre em três dimensões. A formação em arqueologia não nos prepara para este salto de abstração, mas também não acho que seja algo assim tão diferente. Acho que os trabalhos no edificado resultarem tantas vezes em meras descrições dos edifícios pode ter a ver com a dificuldade de alguns arqueólogos perceberem que aquilo que estão a ver ser de facto estratigrafia.

**A.G.** Nesse sentido, traria vantagens ser mais ensinada a arqueologia da arquitetura nas universidades?

**L.B.** Sim. Ser mais ensinada, haver manuais, que não há...

**A.G.** No artigo de 2010 (Arqueología de la Arquitectura) dizia que a consciência do potencial científico dos nossos centros históricos “implicará, inexoravelmente, uma evolução da arqueologia preventiva e de salvamento, a qual deverá desempenhar um papel privilegiado no desenvolvimento futuro da disciplina da arqueologia do edificado, através de equipas de trabalho transdisciplinares”. A que tipo de transdisciplinaridade se referia?

**L.B.** Tive oportunidade de trabalhar em projetos em que as equipas envolviam gente da geologia, da física, geofísica, projetistas, historiadores da arquitetura e da construção... separando a fase de avaliação de impactos da fase de execução do projeto, permitia convocar essas equipas, criando mais informação, mais útil para o estudo histórico daquele edifício, do urbanismo da cidade, avaliar as potencialidades em termos de reabilitação, e saber que tipo de soluções são possíveis e necessárias, porque um engenheiro restaurador sabe coisas que ultrapassam completamente a arqueologia. Para além de uma formação em arqueologia da arquitetura, era preciso por isso ter outras formações complementares, história da arquitetura, história da construção, tal como é hoje útil estudar geologia para nos preparar para a escavação de sedimentos.

**A.G.** Como vê hoje a arqueologia da arquitetura em contexto da arqueologia preventiva e de salvamento?

**L.B.** Acho que está igual a toda a restante arqueologia, em vinte anos entrámos num processo de registo e acumulação de informação que garante o cumprimento de uma condicionante, mas tenho muitas dúvidas de que aquilo que a arqueologia preventiva tem feito é de facto salvaguarda do património, ou se entrámos num período em que tratamos todos os sítios de uma forma muito idêntica, independentemente das suas singularidades. Acumulamos sucessiva informação, sem refletir se essa informação produz de facto salvaguarda. Não acho que a arqueologia da arquitetura esteja pior do que a restante arqueologia, acho que há é menos intervenção no edificado do que aquela que existe em subsolo. Na reabilitação urbana, por exemplo, não estamos de todo a contribuir para a salvaguarda dos ‘centros históricos’. Precisamos de refletir mais sobre este problema. Acho que não conseguiremos fazer esta reflexão sozinhos. Na questão da reabilitação é absolutamente essencial convocar quem faz reabilitação, quem projeta e quem executa.

**A.G.** Como gostaria que viesse a ser futuramente a arqueologia da arquitetura em contexto da arqueologia preventiva e de salvamento?

**L.B.** Falando só em reabilitação... se eu fosse arquiteta e trabalhasse em reabilitação, eu gostaria de reabilitar e, portanto, de conhecer o que estivesse a reabilitar. Quem teria mais-valias em ter arqueólogos a fazer arqueologia do edificado seriam os gabinetes de reabilitação, assim como as entidades que tutelam a reabilitação, que nunca têm. As Sociedades de Reabilitação Urbana (que não têm só, mas também têm 'centros históricos'), quantas terão arqueólogos integrados nas equipas? E arqueólogos preparados para fazer arqueologia nos edifícios?... Para além de que entrar com os gabinetes de reabilitação traria à arqueologia um tipo de reconhecimento social que ainda não tem, mas que os arquitetos já conseguiram alcançar.

**Entrevistado: Luís Fontes (L.F.)**

**Entrevistador: António Ginja (A.G.)**

**Entrevista concedida, por videoconferência, a 22 de novembro de 2021**

**A.G.** Na sequência da sua formação académica e profissional, de que forma exerce ou já exerceu funções diretamente relacionadas com a salvaguarda do património ou com o restauro arquitetónico e a reabilitação urbana?

**L.F.** A atividade que exerci enquanto arqueólogo ligado à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) esteve sempre vinculada, como interveniente ou responsável científico, a projetos de estudo, valorização, conservação e divulgação do património, com uma aposta inicial muito forte na cidade de Braga, por via do seu projeto institucional, porque a UAUM é a instituição responsável pela direção científica do estudo arqueológico da cidade de Braga. E a investigação sempre teve essa perspetiva, a de produzir conhecimento científico sobre os processos históricos do povoamento e da paisagem. Na sua relação institucional com a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) e a Direção-Geral do Património Cultural, os trabalhos da UAUM são muito orientados para o património classificado, de onde resultou sempre um estudo arqueológico, não só para produção de conhecimento, como também para cumprir as disposições legais atualmente em vigor relativamente ao património edificado. Mas o primeiro objetivo deve ser sempre fornecer informação de base científica sólida aos responsáveis pelos projetos, de modo a que a atuação sobre os edifícios possa ser bem sustentada.

**A.G.** Nestes projetos, quem coordenava os trabalhos?

**L.F.** Nos projetos da UAUM era eu quem coordenava, nos projetos para entidades públicas eram sempre arquitetos. Muito embora eu defenda que os coordenadores de projetos de reabilitação do património arquitetónico não tenham de ser de uma área específica. Deve ser o profissional que esteja mais capaz, para aquele monumento, de reunir ou articular as diferentes especialidades. Para um determinado sítio, pode ser um arquiteto, para outro um engenheiro, para outro um arqueólogo...

**A.G.** Num artigo de 2004 (Arqueología de la Arquitectura) refere que por finais da década de 1980 se iniciam em Portugal as primeiras experiências no domínio da arqueologia da arquitetura, dotada de uma “bagagem conceptual e metodológica de tradição italiana”, muito embora “filtrada pelas experiências espanholas”. Pode explicar de que forma tomou contacto com estas escolas italiana e espanhola?

**L.F.** O contacto da arqueologia portuguesa com a arqueologia da arquitetura italiana não foi direta, foi intermediada pela arqueologia da arquitetura espanhola, sobretudo por via da Universidade do País Basco, com o Agustín Azkarate Garai-Olaun, e do Luis Caballero Zoreda, do CSIC (Consejo Superior de Investigaciones Científicas). Foram as duas pessoas que eu primeiro conheci, no



primeiro congresso de arqueologia da arquitetura em Espanha, realizado em Vitória. Mais tarde, por convite do IPPAR, veio o Caballero Zoreda estudar São Gião da Nazaré. Existia já uma certa tradição inglesa de estudar os edifícios, mas a revolução dá-se pela introdução do método estratigráfico, que mostrava que precisaríamos de olhar para um edifício, não apenas como uma forma, mas como um processo. Desse ponto de vista, a designação de 'arqueologia da construção', como se usa hoje em Inglaterra ou em França, talvez se adegue melhor do que a nossa 'arqueologia da arquitetura'.

**A.G.** Estes contactos ocorrem ainda antes da intervenção na igreja Velha de São Torcato, Guimarães, a primeira experiência da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho em arqueologia da arquitetura (1987)?

**L.F.** Sim, já tinha havido esses contactos. Foram os primeiros levantamentos estratigráficos de alçados, exatamente na igreja de São Torcato. Foi um primeiro ensaio, ainda muito condicionados pelas leituras 'estilísticas', de tradição inglesa, que sempre deu muita atenção ao registo arquitetónico interpretado dos monumentos.

**A.G.** Ainda neste artigo refere as intervenções no mosteiro de São Martinho de Tibães e no mosteiro de Santo André de Rendufe, Amares (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em 1992 e 2001-2006). Salientou como objetivos destas intervenções proporcionar informação ao projeto de restauro. Consegue dar exemplos da articulação entre a informação fornecida pela arqueologia da arquitetura e a execução do projeto arquitetónico?

**L.F.** Sem querer transformar a arqueologia numa mera auxiliar de outras disciplinas, porque, a seu modo, todas as disciplinas são auxiliares umas das outras, mas nas intervenções programadas em património arquitetónico não tenho nenhuma relutância em considerar que a arqueologia possa ser uma auxiliar da arquitetura, porque vai fornecer-lhe informação. Fornecer informação ao projeto, é um bom objetivo. É preciso conhecimento para atuar com sabedoria. No caso de Tibães e de Rendufe, sim, houve circunstâncias em que a arqueologia produziu conhecimento que levou à alteração do projeto. Nunca no sentido de anular por completo o projeto pensado. Isso pode acontecer se a arqueologia atuar em fase de pré-projeto, em fase de estudo prévio. Essa é uma luta pela qual sempre me bati. Não chamem a arqueologia quando o projeto já estiver a ser executado, isso é um martírio para os arquitetos, para os arqueólogos, para os promotores, que têm que parar as obras, um absurdo que já não se justifica no nosso país. Em Tibães, o projeto contemplava um elevador por motivos de acessibilidade aos visitantes com mobilidade reduzida, mas ao escavar o local, pôs-se à vista as estruturas da antiga portaria. Propôs-se a integração dos vestígios para possibilitar a sua visita, o projeto foi revisto, conseguindo um acesso para o elevador com muito menos impacto e integrando os vestígios arqueológicos, que hoje fazem parte do circuito de visitas. Em Rendufe, por exemplo, foi identificada a grande parede sul da igreja, que era um verdadeiro palimpsesto para a história do mosteiro, tinha todas as épocas e transformações da história do mosteiro. Recomendámos deixar a parede à vista. O projeto previa rebocar, mas o arquiteto conseguiu uma solução que permitiu consolidar a parede, deixando à vista as suas diferentes camadas temporais.

**A.G.** E na cidade de Braga?

**L.F.** Em Braga, atingiu-se um nível de articulação tal entre a Unidade de Arqueologia, a Câmara Municipal e a tutela, que faz cumprir as disposições legais nessas matérias. Existe entre a Câmara e a tutela uma grande proximidade, desde os tempos da extinta DGEMN. Os promotores imobiliários em Braga já sabem que há sítios que não podem ser objeto de certas intervenções. Mas isso é tudo objeto de negociação prévia.

**A.G.** Porque os projetos previstos preveem afetação a vestígios no subsolo e também quando afetam vestígios no edificado? Pelos dois motivos?

**L.F.** Sim. Em Braga há condicionantes muito fortes, por exemplo, à questão das cêrceas, preservação de vãos... o Plano Diretor Municipal veio agora recomendar que se evite a construção de caves...

**A.G.** Quem faz a mediação entre estas instituições e os promotores?

**L.F.** O processo começava sempre na Câmara Municipal. Logo quando o promotor queria desenvolver um projeto tinha uma primeira reunião na Câmara, onde lhe eram explanadas todas as condicionantes que se exigiam, onde lhe eram dadas recomendações para atuar.

**A.G.** E se o projeto implicar afetação significativa ao edificado, a arqueologia entra também previamente, como condicionante emitida pela tutela?

**L.F.** Sabiamente, já são os próprios promotores que tentam saber antecipadamente aquilo que existe. E normalmente é-lhes dito, tanto pela Câmara Municipal [de Braga], como, se for em locais classificados, através de um parecer vinculativo da DRCN [Direção Regional de Cultura do Norte]. Com frequência surge nesses pareceres a recomendação de um estudo de arqueologia da arquitetura [prévio] para identificar elementos que pudessem condicionar o desenvolvimento do projeto. Quando o projeto incide sobre um edifício com reconhecido valor histórico, há sempre recomendação de um estudo de arqueologia da arquitetura.

**A.G.** Recomendado pela Câmara Municipal de Braga, antes mesmo de o projeto ir à tutela?

**L.F.** Sim. Mas infelizmente ainda não é uma prática normalizada no nosso país. Ainda há uma grande incapacidade para dizer aos promotores o que é preciso fazer. Nós aqui em Braga já ultrapassámos isso. Por exemplo, fomos nós que propusésemos às Finanças que as intervenções arqueológicas no centro histórico fossem consideradas no quadro da obra, para efeitos de IVA, à taxa de 6%. Porque até aí para as Finanças os estudos arqueológicos eram vistos como intervenção científica. E nós explicámos que não, que a intervenção arqueológica decorre da execução de uma obra e, portanto, deveria ser vista como todos os outros custos de obra.

**A.G.** Voltando um pouco atrás, se já existiam leituras estratigráficas do edificado encomendadas pelo IPPAR (ex. mosteiro de São Martinho de Tibães e mosteiro de Santo André de Rendufe,

Amares), o que é que mudou com São Gião da Nazaré, frequentemente tida como a primeira experiência portuguesa em arqueologia da arquitetura?

**L.F.** Porque foi, de facto, a primeira vez que a tutela institucionalmente impôs um estudo da arqueologia da arquitetura num monumento à sua guarda e para o qual pretendia desenvolver um projeto de reabilitação.

**A.G.** Tinha ideia de que isso já teria acontecido em Tibães e em Rendufe...

**L.F.** Não dessa forma, em Tibães solicitaram à UAUM e a mim que tomássemos conta da arqueologia...

**A.G.** Então foi por sua iniciativa que se fez aí arqueologia da arquitetura?

**L.F.** Entendi que não bastavam as escavações, mas que era preciso fazer muito mais... Sempre tive esse entendimento, de que quando atuar arqueologicamente num edifício não posso limitar-me a sondagens no solo, nem olhar apenas para as paredes. Uma intervenção num edifício tem que ter essas duas variantes de arqueologia.

**A.G.** Em Braga, como e quando é a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho chamada a intervir?

**L.F.** É sempre o promotor que contacta a UAUM e é ele que financia, sempre que as intervenções arqueológicas decorram de iniciativas construtivas. A UAUM responde não só aos promotores privados, mas também às iniciativas da Câmara [Municipal de Braga], sempre que as intervenções arqueológicas, pela sua complexidade, exijam métodos e recursos científicos que existam na UAUM, aí são chamados não só pela Câmara [Municipal de Braga], como também pela tutela. É importante deixar registado que a UAUM não participa em concursos. Porque esse é um compromisso institucional com a cidade de Braga, foi por isso que a Universidade [do Minho] criou a UAUM, dar resposta aos problemas da arqueologia sem procurar o lucro.

**A.G.** Que relações mantém a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho com as diferentes entidades envolvidas na reabilitação urbana de Braga, Câmara Municipal, tutela?

**L.F.** É cumprido o regulamento de trabalhos arqueológicos. À tutela compete autorizar e fiscalizar os trabalhos, à Câmara Municipal [de Braga] é apenas comunicado, e se assim o entender, pode aparecer e fiscalizar.

**A.G.** E o projetista, costuma aparecer nesta fase?

**L.F.** Sim, sim, aparece sempre. E, da minha experiência, com interesse pelos vestígios. E, se antes a primeira reação era tapar, não afetando, os vestígios, hoje já não é assim, hoje há por parte dos projetistas e tem de haver uma sensibilidade distinta e uma preocupação em encontrar soluções novas, capazes de trazer mais valias económicas e culturais ao projeto. No caso de Braga, quando aparecem vestígios, os projetistas ficam contentes, porque há já o hábito de integrar os vestígios no projeto, constituindo assim uma atração ao edifício que é interessante do ponto de vista comercial. E do ponto de vista cultural, também interessante...

**A.G.** No mesmo artigo de 2010 propunha que “qualquer projecto que se reconheça de impacte sobre o edificado histórico” fosse objecto, entre outros, de sondagens parietais e de prospecção arquitetónica. Esta proposta concretizou-se?

**L.F.** Sim, pelo menos no caso de Braga, sim.

**A.G.** Num artigo de 2004 (Arqueología de la Arquitectura) refere que a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho apostava na formação de uma equipa especializada em arqueologia da arquitetura. Pode falar um pouco mais sobre esta equipa e sobre esta formação?

**L.F.** No curso de arqueologia da Universidade do Minho não se faz essa formação. Ela é feita internamente na UAUM, onde tivemos oportunidade de formar três ou quatro arqueólogos que só trabalham em arqueologia da arquitetura, que exige uma abordagem ligeiramente diferente da arqueologia de cota negativa, designadamente ao nível da terminologia descritiva dos edifícios. Os arqueólogos chamam-lhe estrutura 1, estrutura 2... mas em arqueologia da arquitetura foi preciso fazer uma aprendizagem sobre planos e alçados, alçado proximal, etc. Sobretudo para poderem falar com os arquitetos e com os engenheiros. Foi preciso aprender... alguns aproveitaram para fazer mestrados nesta área. Foi uma aprendizagem em exercício.

**A.G.** Qual a relevância de uma formação especializada em arqueologia da arquitetura?

**L.F.** Há duas componentes de formação que importam, uma teórica e que se prende com a história da arquitetura, investe-se muito pouco no ensino da história da arquitetura e da construção, das técnicas e materiais tradicionais ou dos contextos sociais associados aos promotores. E depois há uma componente instrumental, tecnológica, que diz respeito às novas ferramentas de registo e de tratamento das imagens, levantamentos fotogramétricos, estereofotogramétricos... que é preciso dar tempo para aprender a usá-las.

**A.G.** Referiu num artigo de 2004 que não existiam “condições legislativas e de reconhecimento da disciplina [arqueologia da arquitetura], a par da ausência de equipas capazes de dar resposta em tempo útil, que permitam avançar para a realização de trabalhos sobre edifícios não classificados, erradamente considerados como ‘arquitetura menor’, o que se traduz em graves perdas para o conhecimento da arquitetura tradicional e para o estudo das expressões arquitetónicas do urbanismo”. Acha que desde 2004 estas circunstâncias se alteraram? Para melhor ou pior?

**L.F.** Em termos nacionais? Julgo que não. Não estamos pior, não porque tenhamos avançado muita coisa, mas porque houve um bloqueio muito grande na atividade da construção civil. Mas agora, com um recrudescimento da construção civil, não creio que haja muito esse cuidado do ponto de vista de adquirir conhecimento aprofundado dos tecidos edificados afetados, continuamos a deixar as fachadas e a destruir por completo o interior, não é disso que precisamos. Até porque o que se discute agora, e a arqueologia podia dar um contributo importante nesse sentido, sob o ponto de vista da eficiência energética... hoje constrói-se de um modo muito padronizado e que não me parece ser completamente eficaz na salvaguarda do património. Conhecendo o comportamento das soluções construtivas tradicionais, provavelmente desenhar-se-iam novas soluções construtivas mais eficazes. Há soluções construtivas tradicionais absolutamente extraordinárias, do ponto de vista da eficácia e até do ponto de vista económico.

**A.G.** Se estas circunstâncias não se alteraram, por onde poderiam começar a alterar-se?

**L.F.** Não creio que o problema esteja na legislação, embora ela pudesse ser mais incentivadora do que punidora, no sentido de estimular o emprego de técnicas de construção tradicionais, por exemplo... de maneira que para o promotor não fosse uma questão de preço, e aí têm que entrar os arquitetos, os seus projetos deviam cobrir essa preocupação, pelo conforto, pela sustentabilidade, eficiência energética, etc. Se na formação dos arquitetos eles forem sensibilizados para estas questões, poderão os projetos [de reabilitação] conciliar os novos modos de construir com, não no sentido de regresso às origens, mas recuperando aquilo que de bom tinham as soluções tradicionais. A arqueologia da arquitetura pode dar esse contributo, explicando como se construíam ou como eram utilizadas.

**A.G.** Como podemos chegar aos arquitetos?

**L.F.** No âmbito da sua formação, numa articulação também com os engenheiros que tendem a recorrer sempre às soluções *standard*, importadas, por vezes mais caras, do que utilizar recursos locais, como sempre se fez, ajudando à economia local... pode ir lá através de estímulos fiscais, ou da valorização do conhecimento... o que, provavelmente constitui responsabilidade das universidades.

**A.G.** Como vê hoje o papel da arqueologia da arquitetura em Portugal?

**L.F.** Está como o país... Mas vai ser melhor quando se alargar o trabalho da arqueologia da arquitetura, quando os arqueólogos conseguirem relacionar-se melhor com os arquitetos, com os empreiteiros e promotores. Se nas universidades houver maior integração entre os cursos de arquitetura e de arqueologia. Estou convicto de que a intervenção nas cidades vai ser absolutamente determinante. As cidades portuguesas têm todas milhares de anos, e os 'centros históricos' vão ter necessidade de se reedificarem com a história da cidade e do seu território, para compensar o desequilíbrio que existe entre cidades sobrepovoadas e paisagens desertificadas.

**Entrevistada: Paula Ramalho (P.R.)**

**Entrevistador: António Ginja (A.G.)**

**Entrevista concedida, por videoconferência, a 9 de dezembro de 2022**

**A.G.** No decurso de obras de reabilitação urbana no ‘centro histórico’ de Guimarães, têm as estruturas postas a descoberto pela arqueologia da arquitetura concorrido para a alteração dos projetos previstos?

**P.R.** Sempre que surjam estruturas que constituam uma mais-valia para a leitura histórica dos conjuntos edificados, têm acontecido alterações ao projeto. São circunstâncias, porém, bastante pontuais. Em imóveis em que se verifique, por exemplo, uma conexão entre a massa edificada e a estrutura amuralhada da cidade, assume-se que, sempre que a muralha ainda se encontre preservada, seja libertada dos elementos que a ocultem. Essa é uma premissa quase sempre presente na elaboração do projeto e que, portanto, não chega a alterar a execução do mesmo. Noutros casos, mais pontuais, isso pode acontecer. Na praça da Oliveira, por exemplo, surgiu recentemente, num imóvel privado, a antiga estrutura alpendrada que existia em todo o largo, mas que foi absorvida pelo edificado de um dos seus lados. Esse testemunho apareceu durante o acompanhamento arqueológico, e o projeto alterou-se para a sua incorporação, na sequência de uma monitorização nossa [da Divisão do Centro Histórico] à obra. Fizemos essa sugestão ao arquiteto e ao proprietário que, de imediato, a acolheram. Hoje está visível, permitindo a sua leitura.

**A.G.** Dentro de um imóvel privado?

**P.R.** Sim. O imóvel havia crescido para o largo até absorver por completo a alpendrada que constituía a sua própria fachada. Durante a picagem dos rebocos voltou a surgir, na atual parede meieira do imóvel. Foi sugerida a sua integração no projeto e hoje encontra-se visível, no interior de um bar.

**A.G.** A arqueologia da arquitectura tem concorrido para a valorização do património vernacular, nomeadamente na decifração de técnicas construtivas tradicionais (para replicação das técnicas na reabilitação do imóvel)?

**P.R.** Uma das pedras-toque da reabilitação urbana no ‘centro histórico’ de Guimarães é a preservação das técnicas tradicionais de construção. Essa é, de resto, uma das premissas que decorre do processo de classificação [como Património da Humanidade], porque a arquitetura tradicional é considerada uma das mais-valias patrimoniais do nosso ‘centro histórico’. O seu registo arqueológico é sistematicamente feito, a par do nosso acompanhamento [da Divisão do Centro Histórico]. Sempre que a estrutura de madeira se encontre demasiado degradada, e seja necessário substituir determinadas peças, reaproveitam-se as peças que ainda estejam em boas condições, articulando-as com peças novas. Há em Guimarães profissionais muito experientes,

habilitados para replicar as técnicas antigas, do talhe da madeira aos sistemas de pregagens e às argamassas tradicionais.

**A.G.** O papel da arqueologia da arquitetura limita-se ao registo científico das evidências arqueológicas?

**P.R.** O registo é o papel principal da arqueologia da arquitetura, embora haja casos em que a disciplina colaborou diretamente na execução do projeto, por via da identificação de patologias e de danos estruturais ou por via do desenho das peças de madeira que compõem certas estruturas, para que as peças possam ser replicadas exatamente com a mesma dimensão e características. Por exemplo, num edifício com frentes para a avenida D. João IV e para a rua da ramada, foi necessário, por motivos de estabilidade estrutural, substituir uma estrutura de sequeiro, ligada à secagem de curtumes de pele. Nesse caso, foi a equipa de arqueologia que procedeu ao registo arqueológico integral da estrutura, que recolheu as peças passíveis de reutilização e que desenhou as peças que tinham que ser replicadas. Com base nestes registos, está agora a iniciar-se o processo de remontagem de todas estas peças, para reerguer a estrutura desmontada, de acordo com aquilo que ela era originalmente.

**A.G.** Têm existido estudos preliminares de arqueologia da arquitectura ainda no âmbito da elaboração do anteprojecto de reabilitação?

**P.R.** Não acontece com a frequência que seria desejável, mas vai acontecendo, porque muitas vezes os proponentes entram em contacto com a nossa equipa, antes mesmo de avançarem com a formulação do projeto. Nesses casos fazemos sempre uma visita prévia ao edificado. Não é uma fiscalização, mas uma visita objetivamente informal, para uma avaliação prévia, feita pelas três especialidades, arqueologia, arquitetura e engenharia. A partir daí, procuramos fazer uma orientação do projeto. Em alguns casos, procuramos que a análise de arqueologia entre logo aí, por via do relatório prévio, como está neste momento, por exemplo, a acontecer num imóvel da rua Egas Moniz. No entanto, porque ainda não existe licenciamento, isso só é possível quando os rebocos se encontram de tal modo degradados que permitam, sem nenhuma intervenção, executar e registar leituras estratigráficas das estruturas arquitetónicas.

**A.G.** Necessitam, ainda assim, de autorização por parte da tutela?

**P.R.** Não. Nestes casos não há ainda afetação ao edificado.

**A.G.** Executam-se por exigência do município?

**P.R.** Não. São executados no âmbito do relatório prévio, que é obrigatório por lei.

**A.G.** Mas a lei não obriga a que os relatórios prévios tenham intervenções de arqueologia...

**P.R.** Não obriga, mas acontece em Guimarães, fruto dos longos anos de colaboração com a arqueologia municipal, que a generalidade dos arquitetos, que são quem, na maior parte das vezes, subscreve os relatórios prévios, sabe que aquele tipo de registos, executados por um arqueólogo para o relatório prévio, poderá até servir de base para a execução do anteprojecto. São trabalhos fundamentais, que não surgem por nenhum tipo de obrigatoriedade, mas da sensibilização feita pelo município para com a sua mais-valia para o próprio projecto.

**A.G.** E quanto à tutela, que exigências arqueológicas prévias costuma fazer?

**P.R.** A tutela condiciona muitas vezes o licenciamento a trabalhos de arqueologia prévios, ainda o processo de aprovação do projecto arquitectónico está em curso. Neste momento devo ter cerca de 40 processos nessas condições. São processos que exigem uma relação de grande proximidade com a tutela, imóvel a imóvel, porque não existe nenhum protocolo específico para a área da arqueologia. Estes trabalhos prévios podem ter o inconveniente de obrigar a reformulações dos projectos. Mas feito nesta fase, está mais do que a tempo de prevenir problemas que acabariam por surgir mais adiante.

**A.G.** Os estudos de arqueologia da arquitectura em Guimarães têm contado com a colaboração de outras áreas disciplinares, numa lógica de trabalho integrado ou interdisciplinar?

**P.R.** No caso de obras particulares, essa interdisciplinaridade é propiciada por nós, município, desde logo porque são necessários conhecimentos muito especializado de que, felizmente, dispomos na nossa equipa técnica, mas também porque muitos promotores não dispõem de meios financeiros para assegurar equipas com diferentes valências disciplinares. A nossa monitorização à obra é, por isso, quase sempre conjunta, entre mim, que acompanho as questões da arqueologia, a engenharia e a arquitectura. Colocamos a nossa experiência ao serviço destas intervenções e ao serviço da comunidade. No caso de obras públicas, municipais, assumimos lógicas de intervenção também interdisciplinares. Por exemplo, na torre da Alfândega, a do célebre letrado "Aqui Nasceu Portugal", estamos neste momento com uma intervenção em que os princípios da arqueologia da arquitectura foram aplicados desde o primeiro momento, detetando um conjunto de debilidades estruturais que obrigou a uma revisão do projecto, assente nas leituras que a arqueologia da arquitectura propiciou, para a qual se convocou, numa estreita colaboração com a Universidade do Minho, técnicos capazes de assegurar a estabilidade estrutural da alvenaria de granito. Paralelamente, convocou-se para a obra a componente de conservação e restauro para corrigir patologias verificadas no granito. É um projecto interdisciplinar, numa abordagem sistematicamente integrada.

**A.G.** Quais as vantagens para a arqueologia da arquitectura?



**P.R.** Se já estamos habituados a aplicar a arqueologia da arquitetura em alvenarias de granito, nós próprios arqueólogos não estamos tão preparados para a aplicar em estruturas de taipa ou de madeira, por exemplo. Esse é um trabalho que temos vindo a desenvolver na Divisão do Centro Histórico, muito proximamente à engenharia estrutural. Essa análise conjunta permite-nos outras leituras da massa edificada, sobretudo quando o edifício se apresenta na sua generalidade erguido neste tipo de técnicas [tradicionais].

**A.G.** E com a história da arte?

**P.R.** Essa é uma componente mais recente no município, até porque só recentemente conseguimos ter essa valência técnica no nosso serviço. Por isso, temos vindo a trabalhar para aumentar o conhecimento que esta especialidade nos consegue aportar.

**Entrevistado: Paulo César Santos (P.C.S.)**

**Entrevistador: António Ginja (A.G.)**

**Entrevista concedida, presencialmente, a 11 de janeiro de 2021**

**A.G.** Ao longo da sua carreira foi técnico superior no Instituto Português do Património Arquitetónico, IPPAR, (1997-2006), no Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IGESPAR, (2006-2012) e na Direção-Geral do Património Cultural, DGPC, (2012-2021). Como sabemos, estes organismos tinham diferentes competências no domínio da salvaguarda patrimonial. No que diz respeito ao património arquitetónico, que diferenças operativas destacaria, a partir da sua experiência, entre os três organismos?

**P.C.S.** Não existem grandes diferenças, as Direções Regionais de Cultura [DRC's] assumem, atualmente, contudo, uma maior autonomia, sendo o parecer da DRC final, com a exceção dos que dizem respeito a intervenções em imóveis classificados ou em vias de classificação, cujo parecer final é da DGPC. Anteriormente não, todas as análises técnicas iam a Lisboa para parecer final da direção-geral. As DRC's eram direções de serviço. No que diz respeito à arqueologia, antes, a tutela não era integralmente do IPA, nós [DR/IPPAR] agíamos exclusivamente sobre as zonas de proteção e sobre as zonas de proteção que integravam todos os núcleos históricos. O IPA, neste campo, o que fazia era o acompanhamento de execução das obras e a verificação do cumprimento das condicionantes emanadas pelo IPPAR. Agora a DRCC [Direção Regional de Cultura do Centro] é mais autónoma, tem um diretor geral e atua diretamente sobre grande parte do território que lhe está afeto.

**A.G.** Encontrava-se, até recentemente, alocado ao Gabinete de Apoio às Ações no Edifício (Direção de Serviços dos Bens Culturais, Direção-Regional de Cultura do Centro, DGPC). Pode falar-nos um pouco das suas competências no domínio da salvaguarda do património arquitetónico?

**P.C.S.** O que fazíamos era a análise processual a projetos de arquitetura a desenvolver em zonas de proteção, em imóveis classificados ou nos que estivessem em via de classificação. Por norma, estes projetos são, e devem ser distribuídos para análise por parte de um arquiteto e de um arqueólogo, a análise é das duas áreas. Quem está à frente da Divisão [de bens culturais] é que determina quem aprecia o projeto. Além disso, os pareceres da DRCC só vão à DGPC para colher parecer final, quando são exclusivamente de arqueologia e os que visam imóveis classificados ou em vias de ser classificados, as zonas de proteção de panteões, como é o caso de Santa Cruz de Coimbra, ou onde se localizam museus, como por exemplo o Museu Nacional de Machado de Castro, e as zonas classificadas como património mundial. Em todos os outros casos, imóveis classificados e zonas de proteção, as DRC's emitem o parecer final, que é subscrito pela DGPC.

**A.G.** Em que fase do projeto é a DRCC chamada a pronunciar-se?

**P.C.S.** A legislação prevê que as DRC's se pronunciem sobre o projeto de arquitetura, já gizado ou de intenções, mas o habitual é sobre um projeto de arquitetura já concluído.

**A.G.** De que modo exercem as DRC's a sua prerrogativa da fiscalização?

**P.C.S.** Sempre que é possível a deslocação de um técnico ao local do projeto durante a sua fase de execução. O ideal seria sempre, deveria ser um acompanhamento mais próximo. Acho que não está, pela falta de técnicos e de meios, a acontecer com tanta proximidade como deveria... com prejuízos que não se consegue quantificar, porque não se consegue saber o que efetivamente se perdeu.

**A.G.** Quando iniciou a sua carreira como arqueólogo e técnico superior da tutela, a arqueologia da arquitetura era ainda em Portugal uma ferramenta muito jovem e pouco utilizada. Como recorda os seus primeiros contactos com a arqueologia da arquitetura?

**P.C.S.** Foi em Santa Clara [a Velha], a partir de 1998/99, já fazíamos alguns trabalhos, eu com a Maria Ramalho e a restante equipa fizemos levantamentos de grafitos, com preocupações sobre as diferentes camadas de reboco, da estratigrafia dos rebocos. Eu e a Maria [de Magalhães] Ramalho tivemos conhecimento dos trabalhos que eram desenvolvidos em Espanha, pela equipa do professor [Luis Caballero] Zoreda, e alguns também de Itália, através da Maria [de Magalhães] Ramalho, que participou nos trabalhos. Em 2004, ainda não se emitiam condicionantes de arqueologia do edificado. Em muitas circunstâncias, as condicionantes eram emitidas apenas por arquitetos. A partir de 2004, sobretudo por grande insistência minha e da Dra. Helena Frade, é que começa a haver passagem de processos para que nós [arqueólogos] tivéssemos um papel na sua análise. Mas desde então passou a ser hábito que a análise dos projetos passasse a ser feita também por arqueólogos. Numa primeira fase, os pareceres eram sobretudo para arqueologia de solo, a partir de 2005, 2006, tornou-se mais regular a emissão de condicionantes de arqueologia do edificado. O que mudou foi a forma como se lia a lei desde aquela altura, porque a 107/2001 abria a possibilidade de exigir todo o tipo de trabalho passível de trazer informação para o conhecimento arqueológico do edifício. Com o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos isto tornou-se claro, no ponto 2. Tornou-se absolutamente claro, se bem que para algumas pessoas ainda não seja suficientemente claro.

**A.G.** Essa iniciativa foi bem acolhida?

**P.C.S.** Não. Houve direções do IPPAR e do IGESPAR que levantaram a questão de a análise arquitetónica não ser tarefa da arqueologia, mas sim da arquitetura. Lembro-me de uma discussão tida, já na fase final do IGESPAR, em que um diretor em Lisboa levantou essa questão e o então diretor regional, que era o Professor [António] Pita... aliás houve um parecer para um edifício em Leiria que nos parecia relevante e, portanto, condicionámos a trabalhos de arqueologia do edificado. Em Lisboa não colheu aceitação e foi retirada essa condicionante. Na altura o Professor [António] Pita pediu-me uma justificação legal para esse procedimento, e foi com base na

107/[2001] e na forma como todos os trabalhos que possam pôr em evidência a longa diacronia de um edifício serem relevantes para estudos de arqueologia, que o justifiquei. A partir desse momento tornou-se para essa direção absolutamente clara a necessidade desse tipo de trabalhos e fomos sempre muito respaldados pela direção da DRCC para que esse tipo de trabalhos acontecesse. No IPPAR eram essencialmente levantadas essas condicionantes em núcleos históricos consolidados, a não ser em edifícios em que tínhamos a clara percepção de ser um edifício recente.

**A.G.** Num artigo de 2011 (Promontória), Maria de Magalhães Ramalho refere ter sido o IPA (1997-2006) quem primeiro começou por exigir, em ações de reabilitação de imóveis classificados, a aplicação da arqueologia da arquitetura. Pode falar-nos um pouco das circunstâncias que terão conduzido à época a esta exigência? Estando a tutela do património arqueológico sob alçada do IPA e a tutela do património arquitetónico sob alçada do IPPAR, como se articulavam estes dois organismos de forma a aplicar medidas de salvaguarda arqueológica em património arquitetónico?

**P.S.C.** No início, não eramos nós [IPPAR] quem fazia o acompanhamento da execução de obra, quem fazia era o IPA. Nós emitíamos a condicionante e o IPA fazia o acompanhamento em diferentes edifícios, a não ser nas zonas de proteção, aí nós fazíamos esse acompanhamento e tanto quanto possível sempre de uma forma didática, porque quem dispunha de maiores conhecimentos propunha-se sempre a ajudar os outros.

**A.G.** Desde quando passou, para si, a ser obrigatório condicionar intervenções em património arquitetónico a trabalhos de arqueologia da arquitetura?

**P.C.S.** Relativamente a mim... comecei a ter a consciência de que a transformação urbanística desenvolvida nos 'centros históricos' promove uma afetação ao solo que é reduzida. O conhecimento que se adquire a partir do solo em contextos de reabilitação é praticamente nulo, porque a afetação se resume às camadas mais superficiais e, portanto, mais recentes. Em contrapartida, se não tivermos trabalhos de arqueologia nas alterações estruturais dos edifícios reabilitados a perda de informação sobre a história do edifício e da área em que se encontra é imensa. Tendo nós noção de que um edifício num 'centro histórico' consolidado apresenta uma estratificação construtiva, a metodologia da arqueologia é da maior importância ser aplicada, para que seja aclarada a longa vivência daquele edifício e as reestruturações que foi sofrendo ao longo de toda a sua vida.

**A.G.** Uma vez condicionado a trabalhos de arqueologia da arquitetura, o projeto de reabilitação deve garantir a sua concretização, ficando o promotor legalmente obrigado a contratar e custear arqueólogos devidamente preparados para o efeito, e a Direção Regional com o ónus de se pronunciar quanto à experiência dos arqueólogos contratados. Que apreciação faz a Direção Regional dos *curricula* dos arqueólogos contratados para a implementação da arqueologia da arquitetura?

**P.C.S.** A legislação não prevê que as DRC's emitam qualquer parecer sobre a experiência do arqueólogo. Desde que tenha formação superior em arqueologia, está apto para fazer trabalhos de arqueologia.

**A.G.** Acha que deve ser assim?

**P.C.S.** Acho que não. Deveria haver mais especificação sobre campos de formação dos arqueólogos.

**A.G.** Qual a sua opinião sobre a formação que recebem ou receberam os arqueólogos atualmente a operar na região centro, no domínio da arqueologia da arquitetura?

**P.C.S.** Entendo haver pouco investimento na formação em arqueologia da arquitetura. O problema, para a área da arqueologia do edificado, foi durante muito tempo as pessoas não terem formação de como fazer e é difícil passar da estratigrafia de solo para a estratigrafia do edificado. Portanto, como não tinham essa formação, foram-na adquirindo à força, foi mesmo à força que tiveram que adquirir essa formação, porque em contexto universitário não havia qualquer formação a esse nível. Para uma boa parte dos arqueólogos, a arqueologia do edificado resume-se a verificar se há elementos arquitetónicos reutilizados nas paredes, se há epígrafes... Como consequência, a maior parte dos relatórios limita-se a descrições de tipologias e materiais construtivos, sem uma consciência clara do que é a arqueologia da arquitetura. Por falta de formação. Mas a atuação do IGESPAR e da DGPC teve sempre a esse nível uma dimensão pedagógica.

**A.G.** E as DRC's deveria pronunciar-se sobre a formação do arqueólogo?

**P.C.S.** Mais importante do que isso era ajudar na formação dos colegas. Mais do que estar a cercear caminhos é construí-los. Mas não tenho a menor dúvida de que seria proveitoso apostar mais na formação.

**A.G.** Da aplicação da arqueologia da arquitetura podem resultar dados patrimoniais relevantes ao desenvolvimento do projeto previsto. Em que circunstâncias podem esses resultados, no entendimento que as Direções Regionais fazem da regulamentação atual, impedir ou alterar o projeto previsto?

**P.C.S.** Impedir, não me recordo nunca de ter acontecido. Alterar sim, com alguma regularidade até. Sempre que durante a intervenção [arqueológica] se verifique a deteção de um contexto ou de um elemento que seja determinante para o conhecimento da história daquele edifício, a sua integração aconteceu com alguma frequência.

**A.G.** Mas se as estruturas detetadas, já em fase de execução do projeto, significarem uma revisão de fundo de todo o projeto previsto?

**P.C.S.** Acho que dificilmente isso acontece... grandes revisões... e é por isso que acho que a legislação deveria ter sofrido algumas alterações, para prever ação arqueológica em fase anterior à da execução do projeto, porque assim o projetista já teria os elementos todos.

**A.G.** Como se processa a ponderação e a decisão de uma alteração ao projeto?

**P.C.S.** O arqueólogo de campo dá a conhecer essa situação. O arqueólogo e o arquiteto [da DRCC] que fazem a análise desse processo deslocam-se ao local e propõem alteração do projeto ao promotor e ao projetista. Essa proposta poderá ser vinculativa, mas antes disso em conversa tida em obra, essas situações são muitas vezes lá resolvidas e encontram-se caminhos que permitam a execução do projeto e a salvaguarda dos elementos patrimoniais relevantes. Em último caso, pode ser emitido um parecer, é solicitado um relatório preliminar de arqueologia, que colherá um parecer [da DRCC], que pode ser vinculativo, até porque quando no princípio há uma análise de arqueologia e de arquitetura ao projeto e emissão de parecer, e contrariamente à leitura que é feita muitas vezes, aquele projeto não está aprovado na sua íntegra, ele está aprovado condicionado aos resultados dos trabalhos de arqueologia.

**A.G.** Os promotores já vêm no património uma mais-valia?

**P.C.S.** Acho que atualmente os promotores já o entendem dessa forma. Inicialmente não, os arqueólogos e os vestígios arqueológicos eram um empecilho...

**A.G.** De que forma age, ou poderia agir, a Direção Regional de Cultura do Centro, com vista a agilizar as eventuais alterações ao projeto, e assim minimizar impactos orçamentais e de prazo de obra?

**P.C.S.** Isso é sempre possível. Essas situações são muitas vezes resolvidas na própria obra, de modo a que haja um entendimento. Tem que se medir os prós e os contras de uma ação, mas a ação de um técnico da tutela deve ser sempre em prol do património, sendo certo que não se pode salvaguardar todas as evidências.

**A.G.** Quando surgem vestígios de relevante interesse arquitetónico, qual a relevância da proposta de medidas de minimização por parte da equipa de arqueologia em obra?

**P.C.S.** Muito relevantes. Temos que ter consciência de que muitas vezes essa mesma proposta pode estar condicionada por um promotor. A ação e o raciocínio do arqueólogo que está no campo pode estar condicionada. É papel da tutela, tendo em conta as condicionantes do arqueólogo e da própria obra, avaliar se aquela proposta é a melhor para o sítio e para a salvaguarda patrimonial.

**A.G.** Os dados recolhidos no campo pela arqueologia da arquitetura são cientificamente tratados e vertidos em relatórios de arqueologia, sujeitos a apreciação pelas Direções Regionais e a aprovação pela DGPC. Qual a finalidade destes relatórios?

**P.C.S.** Seria muitíssimo importante haver um departamento ou um conjunto de pessoas que os tivessem a tratar. Pode ser no município, por exemplo, desde que houvesse um acordo entre as câmaras e a tutela, para que da micro-informação se passasse a uma visão macro daquilo que é a evolução histórica da estruturação urbanística, porque caso contrário não passa de uma informação casuística. Por exemplo, a Câmara Municipal de Leiria está a fazer esse trabalho. Havia uma georreferenciação dos achados, tendo consciência, a equipa técnica do município, de que havia fortes probabilidades de no vizinho acontecer algo de semelhante ao que surgiu naquela intervenção e, com isso, ajudar na determinação da forma como se processa a intervenção [arqueológica] naquele edifício.

**A.G.** Como pode um município participar?

**P.C.S.** É uma questão de proximidade. Com a Câmara Municipal de Leiria trabalhávamos efetivamente em conjunto. Muitas vezes, os projetos eram discutidos e conversados para uma tomada de resolução. Até porque a leitura técnica das Câmaras Municipais é muito mais próxima do que a nossa, que estamos ali no gabinete.

**A.G.** E em Coimbra?

**P.C.S.** É diferente, há muitos arqueólogos e formas distintas de atuar. Não houve nunca essa ação. Até porque Leiria tem uma circunstância distinta da de Coimbra, porque se constituiu como reserva [arqueológica], e como tal tem toda a legitimidade para proceder de outra maneira. Exige todos os relatórios, recebe os materiais [arqueológicos] que ficam alocados ao município. Não passa licenças de habitabilidade sem os relatórios de arqueologia. A Câmara de Coimbra ainda não fez esse trabalho.

**A.G.** Quando o projeto de reabilitação de um edifício sito na rua Fernandes Tomás, Coimbra, deu entrada na DRCC, a DRCC escusou-se a avaliar o projecto sem que este se articulasse com os resultados das escavações que vinham decorrendo no local. Retificado, o projecto voltou a ser apreciado pela DRCC, que destacou a relevância patrimonial do edifício e dos achados arqueológicos, sugeriu a potencialidade patrimonial que adviria de uma investigação "no âmbito da história da arte", e decretou o projecto "bem resolvido". Pode falar-nos um pouco sobre o papel que poderia ter a história da arte na salvaguarda do património arquitetónico e o que entende a DRCC ser um projecto "bem resolvido" do ponto de vista patrimonial?

**P.C.S.** Era importantíssimo convocar mais vezes o contributo da história da arte. Quanto mais fontes de conhecimentos interagissem na resolução de um processo de reabilitação de património arquitetónico, melhor. A arqueologia conseguiu impor-se, sobretudo depois de Foz Côa, por uma tomada de consciência de que o conhecimento que é recuperado pela arqueologia é uma mais-valia para a sociedade. Um projeto bem resolvido? Quando teve em conta a relevância dos achados detetados pela arqueologia, ou os incorporou ou os salvaguardou.

**A.G.** Numa reabilitação projetada para a rua da Matemática, Coimbra, as obras de demolição começaram sem o devido acompanhamento arqueológico, a que tinha sido condicionada pela DRCC. A obra foi embargada, mas à chegada dos arqueólogos todo o interior se encontrava já demolido. Quais as consequências do incumprimento de condicionantes para o promotor?

**P.C.S.** Não tem grandes consequências, até porque a legislação não define quaisquer medidas de compensação. A não ser da parte dos municípios, como em Leiria, que não passa licença de habitabilidade, enquanto não houver o saneamento dessas questões. Não encontro na legislação qualquer medida de compensação, não há suporte legal para isso, mas elas são pedidas [pela tutela]. Acho que se fazem intervenções arqueológicas para salvaguarda do bem, mas com uma medida de compensação vai-se afetar mais do que aquilo que estava previsto, em áreas que inicialmente não iriam ser afetadas. Isso tem que ser tido em conta também.

**A.G.** E o papel dos municípios, nesta matéria?

**P.C.S.** A conjugação com os municípios é muitíssimo importante, a fiscalização dos municípios tem que ser mais incisiva. Um edifício que foi todo demolido sem cumprir as condicionantes de arqueologia, significa que a fiscalização da Câmara não existiu.

**A.G.** Num artigo de 2011 (Promontória), Maria de Magalhães Ramalho refere que a Direção Regional de Cultura do Centro se destacava à época, por solicitar “de forma sistemática a implementação de ações relacionadas com o que denomina de ‘estratigrafia de cota positiva”, e que muito deste trabalho se devia à dedicação do arqueólogo Paulo César Santos. Como vê hoje o papel da arqueologia da arquitetura no domínio da salvaguarda do património edificado?

**P.C.S.** O problema não é da arqueologia da arquitetura, é de toda a arqueologia. Há hoje em dia um desacreditar da importância da arqueologia e por isso muitas vezes a condicionante emitida pela tutela resume-se ao acompanhamento arqueológico, do qual resulta muitas vezes perda total da informação. Para além disso, reconheço que há uma tendência para limitar as condicionantes ao acompanhamento ao solo, de que resulta muitas vezes perda total da informação.

**A.G.** Como gostaria que fosse no futuro a arqueologia da arquitetura em contexto de obras de restauro arquitetónico e de reabilitação urbana?

**P.C.S.** A intervenção de um arqueólogo num centro histórico consolidado deveria ser tão obrigatória quanto é a intervenção de um arquiteto num projeto de arquitetura, deveriam ter o mesmo peso e a mesma facilidade de entendimento.



**Entrevistado: Ricardo Rodrigues (R.R.)**

**Entrevistador: António Ginja (A.G.)**

**Entrevista concedida, por videoconferência, a 7 de dezembro de 2022**

**A.G.** Quais são as funções da Divisão do Centro Histórico da Câmara Municipal de Guimarães, no domínio da gestão de licenciamentos, do controlo e da fiscalização de obras de reabilitação do património arquitetónico de Guimarães?

**R.R.** A Divisão do Centro Histórico pronuncia-se sobre todos os assuntos relacionados com a área classificada como Património da Humanidade e respetiva zona especial de proteção e, na área de arqueologia, sobre todos os bens classificados do concelho e respetivas zonas de proteção. Do ponto de vista da apreciação a projetos de licenciamento, a Divisão do Centro Histórico é consultada diretamente pelo Gabinete de Gestão Urbanística, para, ao abrigo do RJUE, Regime jurídico da urbanização e edificação, emitirmos pareceres técnicos relacionados com todas as operações nesta área territorial. Não fazemos fiscalização, que compete à polícia municipal, embora procuremos fazer uma monitorização informal das obras.

**A.G.** De que modo se processa essa monitorização e quais as vantagens da mesma para a salvaguarda do património arquitetónico de Guimarães?

**R.R.** Em regra, monitorizamos apenas obras que já foram objeto de processos de licenciamento. Contudo, verificamos com frequência muitos procedimentos que careceriam de licença (como a ocupação da via pública por esplanadas, andaimes, cargas e descargas, letreiros publicitários...), mas que, por desconhecimento, são levadas a cabo sem a mesma. Enquanto a fiscalização tem um conjunto de procedimentos punitivos, a Divisão do Centro Histórico procura, nestes casos e sempre que haja abertura para tal, conversar informalmente com os promotores, antes de ser notificada a polícia municipal, para que sejam acautelados os procedimentos necessários à salvaguarda do bem.

**A.G.** E quando a obra se encontra devidamente licenciada?

**R.R.** Nesse caso, dependendo do impacto da obra, deslocamos técnicos das especialidades impactadas, especialmente alocados a essa função, que procurarão acautelar que nada relevante do ponto de vista patrimonial, arqueológico ou arquitetónico, possa, mesmo que inadvertidamente, ser colocado em causa ou destruído. Trata-se de um procedimento que requer grande capacidade de negociação, de empatia com os intervenientes na obra, porque o proprietário tem o direito de recusar a nossa presença em obra. É um processo de gestão de alguma complexidade, porque, tendo em conta o nosso objetivo fundamental, a salvaguarda do património, requer capacidade de pedagogia.

**A.G.** Os intervenientes estão sensibilizados para a importância da salvaguarda patrimonial do bem que intervencionam?

**R.R.** Todos os intervenientes numa obra são legalmente responsáveis pelas suas ações, mas nem sempre foi assim. Há 20 anos atrás, muitas obras, em particular as de pequena monta, encontravam-se dispensadas de licença e nem sequer contavam com técnicos especializados. Nós acompanhávamos essas obras, eramos os únicos técnicos superiores a fazê-lo, porque muitas vezes os proprietários nem sequer dispunham de capacidade financeira para contratar um projetista, um engenheiro ou um arqueólogo. Essa realidade é hoje radicalmente diferente. Se o projeto se encontra licenciado e estiver a ser cumprido, a Divisão do Centro Histórico tem que ter capacidade de negociação, porque o proprietário não é obrigado a aceitar a nossa presença em obra. Mas procuramos ser aceites, para que haja proximidade aos proprietários e uma compreensão das suas necessidades.

**A.G.** Existe, antes ainda de elaborado o projeto, alguma articulação entre a Câmara Municipal de Guimarães, o promotor da obra e o projetista, no sentido de os sensibilizar para o valor patrimonial do imóvel a reabilitar? Como se processa essa articulação?

**R.R.** Essa iniciativa parte do requerente, que pode abordar-nos com pedidos de esclarecimento. Se assim for, procuramos conduzir o processo desde o início. Mas se alguém quiser submeter um projeto sem nos consultar, não há enquadramento jurídico que o impeça. Acontece, contudo, que os proprietários já se encontram de tal modo sensibilizados que, na maior parte das vezes, existe essa consulta prévia, por sua própria iniciativa.

**A.G.** Desde o ponto de vista do património arquitetónico, a Divisão do Centro Histórico pronuncia-se quanto à necessidade de preservar certas estruturas, ou essa decisão fica inteiramente ao critério do projetista?

**R.R.** No contexto específico do 'centro histórico' de Guimarães, a Divisão do Centro Histórico detém já um conhecimento muito considerável quanto à realidade edificada. Nesse sentido, face ao que já conhecemos, mas também ao que ainda não conhecemos, sentimos que o ideal seria intervencionar o mínimo possível. Na prática, associados a grandes projetos de reabilitação urbana, surgem com mais frequência intervenções no edificado cada vez mais profundas. Cada vez mais a pressão sobre o edificado [tradicional] é maior. Nesse âmbito, os proprietários que nos procuram fazem-no tanto para se assegurarem de que a obra cumpre todos os requisitos legais, quanto pela tendência, que se tem vindo a verificar, de deixar à vista 'cicatrices' históricas do edifício, como elementos decorativos. A abordagem da Divisão do Centro Histórico, numa lógica de preservação e de continuidade das valências patrimoniais de Guimarães, deve, por isso, passar por incorporar também os desejos e as motivações atuais, que são muito variáveis. É uma realidade cultural e muito circunstancial, perante a qual tudo o que podemos fazer é acautelar que não se cometam erros irreversíveis.

**A.G.** Qual o papel dos relatórios prévios nesse acautelamento?

**R.R.** Embora cumpra à tutela, a Direção Regional de Cultura do Norte, implementá-los, o município de Guimarães tem vindo a atribuir cada vez maior importância aos relatórios prévios. Quando as obras são de impacto reduzido sobre o edificado, o Relatório Prévio quase não se justifica. Por outro lado, quanto mais detalhado tiver que ser o Relatório Prévio, maior será a carga de intervenção no edificado. O ideal seria que o Relatório Prévio não precisasse de ser tão exigente, seria sinal de que as intervenções também não seriam tão impactantes. Tentamos que as intervenções sejam o mais reduzidas possível, mas se elas aumentam a sua carga sobre a preexistência, devem aumentar também as exigências para a sua salvaguarda. É previsível que, nos próximos projetos de regulamentação municipal, se exija que o relatório prévio venha a ser também comunicado à Câmara [Municipal de Guimarães].

**A.G.** A reabilitação do património arquitetónico funciona como estratégia política para estimular o desenvolvimento socioeconómico da comunidade local? De que forma?

**R.R.** Sem ser capital de distrito, Guimarães conseguiu ser classificada como Património da Humanidade, ser Capital Europeia da Cultura e auferir de um conjunto de benefícios políticos e económicos que são muito distantes da sua real dimensão demográfica ou urbana. Guimarães tem alcançado muito, muito por conta do desenvolvimento da sua própria história. Mas as conquistas nunca são definitivas. Ainda existe uma grande confusão entre progresso e conservação, ainda persiste a ideia de que conservar pode ser um óbice ao desenvolvimento.

**A.G.** A antiguidade do edifício deve ser um critério de valorização patrimonial?

**R.R.** A antiguidade é muito relevante, mas na realidade não dispomos de conhecimento suficiente para sabermos qual a antiguidade de cada um dos edifícios que são intervencionados. Como tal, embora seja relevante, ela é muitas vezes desconhecida. Sabemos, contudo, que, quanto mais antigo é o edifício, maior é o seu processo de sedimentação histórica. As interações com aquele edifício sucedem-se no tempo e vão continuar a suceder, porque é um património vivo. Antiguidade é, neste sentido, relevante, mas tão relevante quanto a antiguidade é a diversidade de valores históricos que dela resulta.

**A.G.** Existe uma estratégia política do município de Guimarães de apoio à reabilitação do património arquitetónico do seu 'centro histórico', enquanto mecanismo de desenvolvimento socioeconómico da comunidade e, ao mesmo tempo, de preservar as suas tradições e os seus costumes, a sua memória comunitária? Essa é uma preocupação do município?

**R.R.** Inequivocamente, sim, é uma preocupação. Houve um momento capital para as estratégias do município, como em Portugal no geral, que foi o programa RECRUA, que tinha por objectivo financiar a execução de obras de conservação e recuperação de imóveis que estivessem no mercado de arrendamento. A estratégia do município foi durante muito tempo centrada na captação desses subsídios para os proprietários ou os arrendatários que pretendessem intervencionar os seus imóveis. O final do RECRUA coincidiu com o advento da pressão turística e

da procura dos imóveis para alojamento de curta duração, fenómenos que alteraram a lógica de mercado. Acontece que, em democracia, por muita vontade política que exista para com a preservação dos vimaranenses no 'centro histórico' e a manutenção do seu espírito comunitário, nem o Estado nem a Câmara [Municipal de Guimarães] conseguem assegurar a salvaguarda desses aspetos. É o mercado que decide. Procuramos os meios para contrariar essa tendência, mas os meios são cada vez menos. Existem boas intenções, mas o mercado sobrepõe-se, com dinâmicas que também podem ser positivas para o património, porque resultam muitas vezes na reabilitação de edifícios que se encontravam desocupados e degradados.

**A.G.** A classificação como Património da Humanidade pela UNESCO ajudou?

**R.R.** A classificação como Património da Humanidade não pode reverter apenas para o turismo, ela tem que se manifestar num aumento do conhecimento técnico e científico utilizável para benefício da cidade. Temos utilizado a rede de cidades Património da Humanidade para aprender com quem esteja mais avançado e informar todas as entidades que tenham influência legislativa em Portugal, como, por exemplo, a Direção-Geral de Património Cultural ou a Associação Nacional de Municípios Portugueses, das vantagens em adaptar a legislação portuguesa às particularidades arquitetónicas e às exigências de vida contemporânea de um 'centro histórico'.

**Entrevistado: Vítor Cóias (V.C.)**

**Entrevistador: António Ginja (A.G.)**

**Entrevista escrita, concedida a 7 de dezembro de 2022**

**A.G.** Numa entrevista à revista *on line* Construção Magazine (2018), dizia que a reabilitação de construções antigas exige uma abordagem específica e técnicos especializados. Na sua opinião, estão as universidades devidamente orientadas para essa especialização?

**V.C.** Ao nível do ensino superior de engenharia já existe, na generalidade, oferta de formação para o segmento da reabilitação das construções antigas e seria relativamente fácil aumentar e completar essa oferta.

**A.G.** De que modo poderiam as universidades assegurar uma oferta formativa melhor enquadrada com as exigências inerentes à reabilitação de estruturas antigas?

**V.C.** A melhoria do enquadramento não passa principalmente pelas universidades. Passa antes pela regulação da atividade do setor da construção, nomeadamente, pelas competências a exigir às empresas e aos profissionais e por uma definição mais rigorosa dos atos de engenharia civil.

**A.G.** Um dos objetivos do Fórum do Património, organizado em 2017 pela Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património, passa por melhorar a qualificação dos técnicos responsáveis pela elaboração e pela execução dos projetos e obras. O que acha que tem faltado na qualificação destes técnicos?

**V.C.** Falta a definição de uma correspondência entre os atos de engenharia e de arquitetura e as qualificações a exigir aos engenheiros e aos arquitetos. O Fórum do Património 2017 foi organizado por cinco associações: o GECORPA, Grémio do Património, que coordenou, a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, a Associação Portuguesa das Casas Antigas e a Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património.

**A.G.** Dizia, na mesma entrevista à Construção Magazine (2018), que os engenheiros e os arquitetos portugueses não se têm interessado pela história da construção. Porque motivo acha que os cursos de engenharia em Portugal têm apostado tão pouco no ensino da história da construção?

**V.C.** O interesse pela história, e, em particular, pela história da construção, é algo que tem de ser estimulado. Compete aos docentes de arquitetura e de engenharia valorizarem a vertente história nas disciplinas que lecionam. Sem esse estímulo, são raros os jovens que se interessam.

**A.G.** O Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação isenta as obras de alteração no interior dos edifícios de licenciamento, desde que não impliquem alterações estruturais e não constituam imóveis classificados ou em vias de classificação, ou se encontrem em zonas de proteção. Não obstante, Planos Diretores Municipais, como por exemplo o de Lisboa, que prevê evitar a “destruição, descaracterização ou deterioração” de “bens da estrutura patrimonial”, isenta de licenciamento “as obras de mera alteração no interior dos imóveis”. O que lhe parece esta isenção?

**V.C.** Este requisito resulta da Lei n.º 107/2001, Lei de Bases do Património Cultural, nomeadamente do Artigo 43.º - Zonas de proteção. A definição da exceção é demasiado vaga, pelo que carece de densificação. O Fórum do Património tem este assunto em agenda.

**A.G.** Foi necessário esperar pela Portaria n.º 1379/2009 para que finalmente se esclarecesse qual a qualificação legalmente exigida na Lei de Bases do Património Cultural 107/2001 aos técnicos responsáveis pelo projeto de reabilitação, ao caso “arquiteto, arquiteto paisagista, engenheiro, ou engenheiro técnico”. Uma vez que a Lei de Bases 107/2001 inclui “estruturas, construções e agrupamentos arquitectónicos”, “no solo e subsolo”, sob alçada do património arqueológico, parece-lhe suficiente a qualificação exigida pela Portaria n.º 1379/2009?

**V.C.** A Portaria 1379/2009 não distingue os projetos de reabilitação dos outros projetos. Os requisitos de qualificação desta portaria foram incorporados na Lei n.º 40/2015, que republica, com alterações, a Lei n.º 31/2009. Com estes diplomas pretendeu-se definir a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e coordenação de projetos, pela coordenação da fiscalização, pela coordenação da segurança e pela direção de obras de empreendimentos de construção civil e obras públicas. Não contém qualquer especificidade quanto à natureza tais projetos (de reabilitação, de reforço, de conservação), tratando-os como os projetos de construções novas. Mantém-se o previsto na Portaria n.º 701-H/2008, que define quatro tipos de projeto relacionados com a reabilitação do edificado: «Projeto de ampliação», «Projeto de reabilitação», «Projeto de reforço» e «Projeto de remodelação». No entanto, esta portaria não contém, depois, referência às intervenções de reabilitação do edificado, nem, em particular, de conservação do Património Cultural Construído (PCC). As intervenções no Património Cultural Construído são caracterizadas por maior especificidade, diversidade, complexidade e impacto do que construção corrente, pelo que exigem especialização dos recursos humanos, nomeadamente dos arquitetos e dos engenheiros e, destes, em particular dos civis. O Documento “Conservação e Reabilitação do Património – Estratégias e Potencialidades – 2020-2030”, recentemente apresentado pelo GECORPA, defende a necessidade de um modelo de ensino superior ajustado e de formação especializada e de especializações no Património Cultural Construído para arquitetos e engenheiros pelas respetivas ordens profissionais. Em relação aos arquitetos, a corrente que presentemente prevalece na OA não quer ouvir falar em especializações: é tabu. Existe na OA um colégio para o Património, mas exclui liminarmente a figura da especialização. Em França há os Architectes en Chef des Monuments Historiques, por definição, especialistas em Património; no Reino Unido, a RIBA (Royal Institution of British Architects) tem no site uma lista de Conservation Architects; Em Portugal é considerado desnecessário; todos podem projetar tudo. Especializações para Engenheiros Civis existem, mas, na prática, só servem para pôr no cartão de visita, porque não estão definidos na Lei quais são os atos de engenharia civil que devem ser praticados por especialistas. Mas mesmo a existência de especializações eficazes para arquitetos e engenheiros não basta: É necessário promover a qualificação profissional de todos aqueles que

atuam no património, porque tal qualificação é indispensável à promoção da qualidade e durabilidade das intervenções. É necessário criar condições para a qualificação dos operários e quadros intermédios do setor da construção que intervêm no segmento do Património.

**A.G.** Num artigo que publicou no jornal Público (Reabilitação da cidade histórica: o passado não é um cenário, 2017) defendeu que “além de ser uma construção, um edifício histórico é um bem cultural”. Na hora de reabilitar um edifício histórico, que cuidados devemos ter para com a sua valência cultural?

**V.C.** O princípio fundamental deve ser o da intervenção mínima. A intervenção deve ser reduzida ao mínimo necessário para produzir os efeitos desejados, ou seja, para responder eficazmente à condição que a torna necessária. Adicionalmente, a intervenção deve cumprir os requisitos de compatibilidade, durabilidade e, sempre que possível, reversibilidade. Os cuidados a ter em intervenções nos edifícios e conjuntos históricos, encontram-se detalhados nas cartas e recomendações internacionais que têm por objeto o Património Cultural em geral e a sua vertente construída em particular, algumas das quais foram ratificadas pelo Estado Português.

**A.G.** Defendeu, (*Reabilitação estrutural de edifícios antigos*, 2007) que a reabilitação deve respeitar a autenticidade do edifício reabilitado, frequentemente ignorada em detrimento do fachadismo, e que o critério da autenticidade exige afetações que se cinjam “ao mínimo necessário”, como defendeu, por exemplo numa comunicação ao IHRU (*Intervenções em centros Históricos. Aspectos técnico-profissionais*, 2009). Como articular a autenticidade histórica dos edifícios a reabilitar com as exigências da vida moderna?

**V.C.** É sabido que a melhor forma de conservar um edifício é mantê-lo em uso. No entanto, no entanto, as adaptações para tal necessárias não devem atentar contra o carácter e autenticidade desse edifício ou das suas diversas componentes. E isso que estabelece a Carta de Veneza, no seu Artigo 5.º: “A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afetação a uma função útil à sociedade. Tal afetação é desejável, mas não pode, nem deve, alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber, e que se podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.” Nos edifícios correntes este princípio é tido em conta com maior flexibilidade, mas a demolição total do interior com aproveitamento apenas da fachada é uma opção que só se justifica em casos extremos.

**A.G.** É um grande defensor da estratégia de “construção zero”, que consiste em dar prioridade ao prolongamento de vida dos edifícios já construídos (por exemplo: *Património natural, ecossistemas: a construção tem limites*, 2012). Além das óbvias vantagens ecológicas, que outras vantagens reconhece nesta estratégia?

**V.C.** A minimização da construção nova também ajuda a preservar a paisagem rural e o carácter das áreas urbanas. Mas as vantagens são sobretudo no domínio da sustentabilidade deste setor de atividade, um dos que tem maior impacto sobre o ambiente.

**A.G.** Sendo a arqueologia uma disciplina particularmente vocacionada para a interpretação estratigráfica dos mecanismos de evolução construtiva, das fases e das técnicas de construção, o que lhe parece de na maior parte das intervenções de reabilitação em centros históricos a arqueologia entrar em obra apenas em fase de execução dos projetos?

**V.C.** Está mal. Sempre que se justificasse o recurso a esta disciplina, ela deveria intervir numa fase precoce do empreendimento, para que possam os resultados obtidos ser tidos em conta na elaboração do programa.

**A.G.** Defendeu (*Inspecções e ensaios na reabilitação de edifícios*, 2006) que as intervenções em edifícios históricos convocam “uma necessidade de trabalho em equipas multidisciplinares”, com equipas de diferentes especialidades, incluindo arquitetos, engenheiros e historiadores. Desde um ponto de vista de um engenheiro, de que modo deveriam congregar-se e articular-se estas equipas multidisciplinares?

**V.C.** Tal como na elaboração dos projetos, deverá ser constituída uma equipa coordenada por um profissional da especialidade dominante com a necessária qualificação em termos de formação e experiência curricular.

**A.G.** Em *Reabilitação estrutural de edifícios antigo* (2007), voltou a focar a multidisciplinaridade, defendendo que apenas “partindo do conhecimento histórico dos processos construtivos tradicionais”, se pode alcançar um equilíbrio entre critérios de segurança estrutural e requisitos da conservação do património. Que vantagens existem para uma obra de reabilitação que conte com uma especialidade, como a arqueologia, capacitada para decifrar métodos construtivos tradicionais, sobretudo aqueles de que já não exista memória viva?

**V.C.** Em edifícios e conjuntos antigos, sobretudo quando em presença de bens culturais imóveis, é pertinente a intervenção da arqueologia da arquitetura, tendo em vista a leitura das diversas fases da construção, dos materiais e tecnologias nela utilizadas, das utilizações que lhe foram dadas e das ocorrências que os afetaram, de modo a fundamentar e salvaguardar o seu valor cultural.

**A.G.** O Decreto-Lei 140/2009, que veio precisamente regular os projetos previstos na Lei de Bases 107/2001, prevê um relatório prévio e um relatório final, que acautelem a adequação das obras em relação ao interesse histórico, arquitectónico e artístico do bem imóvel. Como vê atualmente a adequação dos projetos, relativamente ao interesse histórico dos imóveis reabilitados nos centros históricos das cidades portuguesas?

**V.C.** Infelizmente, mesmo com relatórios prévios, continuam a ocorrer com frequência situações em que as obras de adaptação implicam demolições de partes relevantes da construção original e alterações profundas ao nível dos materiais e do funcionamento estrutural que descaracterizam os bens culturais imóveis em causa.



**A.G.** Como gostaria que viesse a ser no futuro a reabilitação arquitetónica dos centros históricos em Portugal?

**V.C.** Nos centros e bairros históricos a reabilitação deverá ser feita atendendo às expectativas dos moradores e com a sua participação, evitando a turistificação e mantendo sob controlo a especulação imobiliária e a gentrificação, de modo a promover uma equilibrada miscigenação social. É esta a melhor maneira de preservar o carácter e autenticidade dos centros e bairros históricos e, portanto, o seu valor cultural.

**leituras estratigráficas**

# casa Medieval

<b>u.e.</b>	<b>descrição</b>	<b>relações estratigráficas</b>	<b>cronologia relativa</b>	<b>cronologia absoluta</b>
1 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a tinta plástica branca.	correspondia às u.e.'s 42, 58, 96 e 110, cobria a u.e. 2, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 42, 58, 96 e 110, posterior às u.e.'s 2 e 13.	?
2 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a cal azul-clara.	correspondia às u.e.'s 44, 59, 97 e 111, era coberta pela u.e. 1, cobria a u.e. 3, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 44, 59, 97 e 111, anterior à u.e. 1, posterior às u.e.'s 3 e 13.	?
3 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a cal amarela.	correspondia às u.e.'s 45, 60, 98 e 112, era coberta pela u.e. 2, cobria a u.e. 4, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 45, 60, 98 e 112, anterior à u.e. 2, posterior às u.e.'s 4 e 13.	?
4 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a cal amarela.	correspondia às u.e.'s 46, 61, 99 e 113, era coberta pela u.e. 3, cobria a u.e. 5, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 46, 61, 99 e 113, anterior à u.e. 3, posterior às u.e.'s 5 e 13.	?
5 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 47, 62, 100 e 114, era coberta pela u.e. 4, cobria a u.e. 6, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 47, 62, 100 e 114, anterior à u.e. 4, posterior às u.e.'s 6 e 13.	?
6 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 48, 63, 101 e 115, era coberta pela u.e. 5, cobria a u.e. 7, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 48, 63, 101 e 115, anterior à u.e. 5, posterior às u.e.'s 7 e 13.	?
7 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 49, 64, 102 e 116, era coberta pela u.e. 6, cobria a u.e. 8, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 49, 64, 102 e 116, anterior à u.e. 6, posterior às u.e.'s 8 e 13.	?
8 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a cal castanha.	correspondia às u.e.'s 50, 65, 103 e 117, era coberta pela u.e. 7, cobria a u.e. 9, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 50, 65, 103 e 117, anterior à u.e. 7, posterior às u.e.'s 9 e 13.	?
9 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 51, 66, 104 e 118, era coberta pela u.e. 8, cobria a u.e. 10, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 51, 66, 104 e 118, anterior à u.e. 8, posterior às u.e.'s 10 e 13.	?

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
10 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a cal ocre e riscas encarnadas de contornos brancos.	correspondia às u.e.'s 52, 67, 105 e 119, era coberta pela u.e. 9, cobria a u.e. 11, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 52, 67, 105 e 119, anterior à u.e. 9, posterior às u.e.'s 11 e 13.	?
11 sond. 1	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal da fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 53, 68, 106 e 120, era coberta pela u.e. 10, cobria a u.e. 12, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 53, 68, 106 e 120, anterior à u.e. 10, posterior às u.e.'s 12 e 13.	?
12 sond. 1	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior da parede do frontal da fachada da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 54, 69, 107 e 121, era coberta pela u.e. 11, cobria a u.e. 14, encostava à u.e. 13.	equivalente às u.e.'s 54, 69, 107 e 121, anterior à u.e. 11, posterior às u.e.'s 13 e 14.	?
13 sond. 1	unidade estratigráfica composta por guarnição de vão de janela do frontal da fachada da casa Medieval, com ombreiras, verga e peitoril em madeira e duas folhas envidraçadas, aplicadas à francesa.	imbricava com a u.e. 14, era encostada pelas u.e.'s 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12.	coetânea da u.e. 14, anterior às u.e.'s 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12.	?
14 sond. 1	unidade estratigráfica murária composta por frontal de fachada da casa Medieval, em enxaimel reticulado, com prumos, escoras, frechal e travadouros de madeira, preenchido com aparelho irregular de tijolos 'rabo de andorinha' fragmentados (espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 17, 55, 70 e 84, imbricava com a u.e. 13, coberta pela u.e. 12.	equivalente às u.e.'s 17, 55, 70 e 84, coetânea da u.e. 13, anterior à u.e. 12.	?
15 sond. 2	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento internodo frontal da fachada da casa Medieval, em azulejos industriais bege (15 x 15 centímetros)	correspondia à 77, 82 e 86, cobria a u.e. 16.	equivalente à u.e. 77, 82 e 86, posterior à u.e. 16.	?
16 sond. 2	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior do frontal da fachada da casa Medieval, em reboco de cimento.	correspondia às u.e.'s 79, 83 e 87, era coberta pela u.e. 15, cobria a u.e. 17.	equivalente às u.e.'s 79, 83 e 87, anterior à u.e. 15, posterior à u.e. 17.	?
17 sond. 2	unidade estratigráfica murária composta por frontal de fachada da casa Medieval, em enxaimel reticulado, com prumos, frechal e travadouros de madeira, preenchido com aparelho irregular de tijolos 'rabo de andorinha' fragmentados (espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 14, 55, 70 e 84, era coberta pela u.e. 16.	equivalente às u.e.'s 14, 55, 70 e 84, anterior à u.e. 16.	?
18 sond. 3	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da casa adjacente a norte da casa Medieval, em pintura a tinta plástica branca.	correspondia às u.e.'s 30, 71, 88, 131 e 156, cobria as u.e.'s 19 e 20.	equivalente às u.e.'s 30, 71, 88, 131 e 156, posterior às u.e.'s 19 e 20.	?

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
19 sond. 3	unidade estratigráfica murária, composta por estrutura de reforma do paramento interno da casa adjacente a norte da casa Medieval, em argamassa de cimento e tijolos alveolares fragmentados.	era coberta pela u.e. 18, encostava às u.e.'s 20, 21, 22, 23 e 24.	anterior à u.e. 18, posterior às u.e.'s 20, 21, 22, 23 e 24.	?
20 sond. 3	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da casa adjacente a norte da casa Medieval, em pintura a cal branca.	era coberta pela u.e. 18, era encostada pela u.e. 19, cobria a u.e. 21.	anterior às u.e.'s 18 e 19, posterior à u.e. 21.	?
21 sond. 3	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da casa adjacente a norte da casa Medieval, em pintura a cal branca.	era encostada pela u.e. 19, coberta pela u.e. 20, cobria a u.e. 22.	anterior às u.e.'s 19 e 20, posterior à u.e. 22.	?
22 sond. 3	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da casa adjacente a norte da casa Medieval, em pintura a cal branca.	era encostada pela u.e. 19, coberta pela u.e. 21, cobria a u.e. 23.	anterior às u.e.'s 19 e 21, posterior à u.e. 23.	?
23 sond. 3	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior da casa adjacente a norte da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	era encostada pela 19, era coberta pela 22, cobria as u.e.'s 24 e 26, encostava à 27.	anterior às u.e.'s 19 e 22, posterior às u.e.'s 24, 26 e 27.	?
24 sond. 3	unidade estratigráfica murária composta por tabique da casa adjacente a norte da casa Medieval, em enxaimel de tabuado, com escoras e fasquiado de madeira.	era coberta pela u.e. 23, era encostada pela u.e. 19.	anterior às u.e.'s 19 e 23.	?
25 sond. 3	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interno da fachada da casa adjacente a norte da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	era encostada pela u.e. 24, cobria a u.e. 26.	anterior à u.e. 24, posterior à u.e. 26.	?
26 sond. 3	unidade estratigráfica murária composta por parede de fachada da casa adjacente a norte da casa Medieval, em aparelho irregular de pedras não facetadas, unidas por ligante de cal e areão.	correspondia à u.e. 76, imbricava com a u.e. 27, era coberta pelas u.e.'s 23 e 25 e 28.	equivalente à u.e. 76, coetânea da u.e. 27, anterior às u.e.'s 23, 25 e 28.	?
27 sond. 3	unidade estratigráfica composta por guarnição de vão de porta da fachada da casa adjacente a norte da casa Medieval, com verga em madeira e duas folhas envidraçadas, aplicadas à francesa.	imbricava com a u.e. 26, era encostada pela u.e. 23.	coetânea da u.e. 26, anterior à u.e. 23.	?
28 sond. 3	unidade estratigráfica composta por vigamento de madeira de suporte ao soalho do piso 1 da casa adjacente a norte da casa Medieval.	correspondia às u.e.'s 40, 93 e 136, cobria as u.e.'s 24 e 26.	equivalente às u.e.'s 40, 93 e 136, posterior às u.e.'s 24 e 26.	?
29 sond. 3	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 19 à u.e. 24.			
30	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede que separa a casa	correspondia às u.e.'s 18, 71, 88, 131 e 156, cobria a u.e.	equivalente às u.e.'s 18, 71, 88,	?

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
sond. 4	Medieval da casa que lhe era adjacente a norte, em pintura a tinta plástica branca.	31.	131 e 156, posterior à u.e 31.	
31 sond. 4	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento a paramento interior da parede que separa a casa Medieval da casa que lhe era adjacente a norte, em reboco de cimento.	correspondia às u.e.'s 72, 89, 132 e 157, era coberta pela u.e. 30, cobria a 32.	equivalente às u.e.'s 72, 89, 132 e 157, anterior à 30, posterior à 32.	?
32 sond. 4	unidade estratigráfica murária composta por parede que separa a casa Medieval da casa que lhe era adjacente a norte, em aparelho regular de tijolos alveolares à meia-vez, unidos por ligante de cimento.	correspondia à u.e. 159, era coberta pela u.e. 31.	equivalente à u.e. 159, anterior à u.e. 31.	?
33 sond. 4	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento a paramento exterior do frontal lateral da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	era coberta pela u.e. 31, encostava à 36.	anterior à u.e. 31, posterior à u.e. 36.	?
34 sond. 4	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento exterior do frontal lateral da casa Medieval, em pintura a cal branca.	era coberta pela u.e. 31, cobria a u.e. 33.	anterior à u.e. 31, posterior à u.e. 33.	?
35 sond. 4	unidade estratigráfica murária composta por frontal lateral da casa Medieval, em enxaimel, com prumos, escora e frechal de madeira, preenchido com aparelho de tijolos 'rabo de andorinha' dispostos em espinhado (comprimento = 38,5 cm; espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 56, 80, 85 e 108, era coberta pela u.e. 33, cobria a u.e. 37.	equivalente às u.e.'s 56, 80, 85 e 108, anterior à u.e. 33, posterior à u.e. 37.	?
36 sond. 4	unidade estratigráfica murária composta por parede na retaguarda da casa Medieval, em aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas e tijolos maciços fragmentados, unidos por ligante de argila.	correspondia às u.e.'s 91 e 160, era encostada pela u.e. 33, encostava à u.e. 37.	equivalente às u.e.'s 91 e 160, anterior à u.e. 33, posterior à u.e. 37.	?
37 sond. 4	unidade estratigráfica composta por vigamento de apoio ao soalho do piso 1 da casa Medieval.	encostada pelas u.e.'s 30, 31 e 32, era coberta pela u.e. 35, era encostada pela 36.	anterior às u.e.'s 30, 31, 32, 35 e 36.	?
38 sond. 4	interface estabelecido pelo encosto das u.e.'s 30, 31 e 32 à u.e. 37.			
39 sond. 4	interface estabelecido pelo encosto das u.e.'s 35 e 36 à u.e. 37.			
40 sond. 4	unidade estratigráfica composta por vigamento de madeira de suporte ao soalho do piso 1 da casa adjacente a norte da casa Medieval.	correspondia às u.e.'s 28, 93 e 136, encostava às u.e.'s 32 e 33.	equivalente às u.e.'s 28, 93 e 136, posterior às u.e.'s 32 e 33.	?
41	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 40 às u.e.'s 32 e 33.			

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
sond. 4				
42 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a tinta plástica branca.	correspondia às u.e.'s 1, 58, 96 e 110, cobria as u.e.'s 43 e 44.	equivalente às u.e.'s 1, 58, 96 e 110, anterior às u.e.'s 43 e 44.	?
43 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por estrutura maciça de reforma do travamento entre os frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em argamassa de cimento.	encostava às 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56, era coberta pela u.e. 42.	anterior à u.e. 42, posterior às 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56.	?
44 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal azul-clara.	correspondia às u.e.'s 2, 59, 97 e 111, era coberta pela u.e. 42, era encostada pela u.e. 43, cobria a u.e. 45.	equivalente às u.e.'s 2, 59, 97 e 111, anterior às u.e.'s 42 e 43, posterior à u.e. 45.	?
45 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal amarela.	correspondia às u.e.'s 3, 60, 98 e 112, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 44, cobria a u.e. 46.	equivalente às u.e.'s 3, 60, 98 e 112, anterior às u.e.'s 43 e 44, posterior à u.e. 46.	?
46 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal amarela.	correspondia às u.e.'s 4, 61, 99 e 113, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 45, cobria a u.e. 47.	equivalente às u.e.'s 4, 61, 99 e 113, anterior às u.e.'s 43 e 45, posterior à u.e. 47.	?
47 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 5, 62, 100 e 114, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 46, cobria a u.e. 48.	equivalente às u.e.'s 5, 62, 100 e 114, anterior às u.e.'s 43 e 46, posterior à u.e. 48.	?
48 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 6, 63, 101 e 115, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 47, cobria a u.e. 49.	equivalente às u.e.'s 6, 63, 101 e 115, anterior às u.e.'s 43 e 47, posterior à u.e. 49.	?
49 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 7, 64, 102 e 116, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 48, cobria a u.e. 50.	equivalente às u.e.'s 7, 64, 102 e 116, anterior às u.e.'s 43 e 48,	?

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
			posterior à u.e. 50.	
50 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal castanha.	correspondia às u.e.'s 8, 65, 103 e 117, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 49, cobria a u.e. 51.	equivalente às u.e.'s 8, 65, 103 e 117, anterior às u.e.'s 43 e 49, posterior à u.e. 51.	?
51 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 9, 66, 104 e 118, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 50, cobria a u.e. 52.	equivalente às u.e.'s 9, 66, 104 e 118, anterior às u.e.'s 43 e 50, posterior à u.e. 52.	?
52 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal ocre.	correspondia às u.e.'s 10, 67, 105 e 119, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 51, cobria a u.e. 53.	equivalente às u.e.'s 10, 67, 105 e 119, anterior às u.e.'s 43 e 51, posterior à u.e. 53.	?
53 sond. 5	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 11, 68, 106 e 120, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 52, cobria a u.e. 54.	equivalente às u.e.'s 11, 68, 106 e 120, anterior às u.e.'s 43 e 52, posterior à u.e. 54.	?
54 sond. 5	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 12, 69, 107 e 121, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 53, cobria as u.e.'s 55 e 56.	equivalente às u.e.'s 12, 69, 107 e 121, anterior às u.e.'s 43 e 53, posterior às u.e.'s 55 e 56.	?
55 sond. 5	unidade estratigráfica murária composta por frontal de fachada da casa Medieval, em enxaimel reticulado, com prumos, escora e travadores de madeira, preenchido com aparelho irregular de tijolos 'rabo de andorinha' fragmentados (espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 14, 17, 70 e 84, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 54.	equivalente às u.e.'s 14, 17, 70 e 84, anterior às u.e.'s 43 e 54.	?
56 sond. 5	unidade estratigráfica murária composta por frontal de parede lateral da casa Medieval, em enxaimel, com prumos de madeira, preenchido com aparelho de tijolos 'rabo de andorinha' dispostos em espinhado (comprimento = 38,5 cm; espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 35, 80, 85 e 108, era encostada pela u.e. 43, era coberta pela u.e. 54.	equivalente às u.e.'s 35, 80, 85 e 108, anterior às u.e.'s 43 e 54.	?
57	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 43 às u.e.'s 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56.			



# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
sond. 5				
58 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a tinta plástica branca.	correspondia às u.e.'s 1, 42, 96 e 110, cobria a u.e. 59.	equivalente às u.e.'s 1, 42, 96 e 110, posterior à u.e. 59.	?
59 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a cal azul-clara.	correspondia às u.e.'s 2, 44, 97 e 111, era coberta pela u.e. 58, cobria a u.e. 60.	equivalente às u.e.'s 2, 44, 97 e 111, anterior à u.e. 58, posterior à u.e. 60.	?
60 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a cal amarela.	correspondia às u.e.'s 3, 45, 98 e 112, era coberta pela u.e. 59, cobria a u.e. 61.	equivalente às u.e.'s 3, 45, 98 e 112, anterior à u.e. 59, posterior à u.e. 61.	?
61 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a cal amarela.	correspondia às u.e.'s 4, 46, 99 e 113, era coberta pela u.e. 60, cobria a u.e. 62.	equivalente às u.e.'s 4, 46, 99 e 113, anterior à u.e. 60, posterior à u.e. 62.	?
62 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 5, 47, 100 e 114, era coberta pela u.e. 61, cobria a u.e. 63.	equivalente às u.e.'s 5, 47, 100 e 114, anterior à u.e. 61, posterior à u.e. 63.	?
63 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 6, 48, 101 e 115, era coberta pela u.e. 62, cobria a u.e. 64.	equivalente às u.e.'s 6, 48, 101 e 115, anterior à u.e. 62, posterior à u.e. 64.	?
64 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 7, 49, 102 e 116, era coberta pela u.e. 63, cobria a u.e. 65.	equivalente às u.e.'s 7, 49, 102 e 116, anterior à u.e. 63, posterior à u.e. 65.	?
65 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a cal castanha.	correspondia às u.e.'s 8, 50, 103 e 117, era coberta pela u.e. 64, cobria a u.e. 66.	equivalente às u.e.'s 8, 50, 103 e 117, anterior à u.e. 64, posterior à u.e. 66.	?
66 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 9, 51, 104 e 118, era coberta pela u.e. 65, cobria a u.e. 67.	equivalente às u.e.'s 9, 51, 104 e 118, anterior à	?

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
			u.e. 65, posterior à u.e. 67.	
67 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a cal ocre.	correspondia às u.e.'s 10, 52, 105 e 119, era coberta pela u.e. 66, cobria a u.e. 68.	equivalente às u.e.'s 10, 52, 105 e 119, anterior à u.e. 66, posterior à u.e. 68.	?
68 sond. 6	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 11, 53, 106 e 120, era coberta pela u.e. 67, cobria a u.e. 69.	equivalente às u.e.'s 11, 53, 106 e 120, anterior à u.e. 67, posterior à u.e. 69.	?
69 sond. 6	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior do frontal de fachada da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 12, 54, 107 e 121, era coberta pela u.e. 68, encostava à u.e. 13, cobria a u.e. 70.	equivalente às u.e.'s 12, 54, 107 e 121, anterior à u.e. 68, posterior às u.e.'s 13 e 70.	?
70 sond. 6	unidade estratigráfica murária composta por frontal de fachada da casa Medieval, em enxaimel reticulado, com prumos, escora (onde se lia, a carvão, "66"), frechal e travadouros de madeira, preenchido com aparelho irregular de tijolos 'rabo de andorinha' fragmentados (espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 14, 17, 55 e 84, era coberta pela u.e. 69.	equivalente às u.e.'s 14, 17, 55 e 84, anterior à u.e. 69.	?
71 sond. 7	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos da casa adjacente a norte da casa Medieval, em pintura a tinta plástica branca.	correspondia às u.e.'s 18, 30, 88, 131 e 156, cobria a u.e. 72.	equivalente às u.e.'s 18, 30, 88, 131 e 156, posterior à u.e. 72.	?
72 sond. 7	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento a paramentos interiores da casa adjacente a norte da casa Medieval, em reboco de cimento.	correspondia às u.e.'s 31, 89, 132 e 157, cobria as u.e.'s 73 e 74, era coberta pela u.e. 71.	equivalente às u.e.'s 31, 89, 132 e 157, posterior às u.e.'s 73 e 74, anterior à u.e. 71.	?
73 sond. 7	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento aos paramentos interiores da casa adjacente a norte da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 90, 133 e 158, era coberta pela u.e. 72, era encostada pela u.e. 74, cobria a u.e. 76.	equivalente às u.e.'s 90, 133 e 158, anterior às u.e.'s 72 e 74, posterior à u.e. 76.	?
74 sond. 7	unidade estratigráfica, composta por estrutura maciça de aprumamento de parede interna de um vão embutido na parede de fachada da casa adjacente a norte à casa Medieval, em argamassa de cimento.	era coberta pela u.e. 72, encostava às u.e.'s 73 e 76.	anterior à u.e. 72, posterior às u.e.'s 73 e 76.	?

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
75 sond. 7	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 74 às u.e.'s 73 e 76.			
76 sond. 7	unidade estratigráfica murária composta por parede de fachada da casa adjacente a norte da casa Medieval, em aparelho irregular de pedras pequenas a médias não facetadas, unidas por ligante de cal e areão.	correspondia à u.e. 26, era coberta pela u.e. 73, era encostada pela u.e. 74.	equivalente à u.e. 26, anterior às u.e.'s 73 e 74.	?
77 sond. 8	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal lateral da casa Medieval, em azulejos industriais bege (15 x 15 centímetros)	correspondia às u.e.'s 15, 82 e 86, era encostada pela u.e. 78, cobria a u.e. 79.	equivalente às u.e.'s 15, 82 e 86, anterior à u.e. 78, posterior à u.e. 79.	?
78 sond. 8	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal tardo da casa Medieval, em pintura a tinta plástica bege.	encostava à u.e. 77, cobria a u.e. 79.	posterior às u.e.'s 77 e 79.	?
79 sond. 8	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento aos paramentos interiores dos frontais lateral e tardo da casa Medieval, em reboco de cimento.	correspondia às u.e.'s 16, 83 e 87, era coberta pelas u.e.'s 77 e 78, cobria as u.e.'s 80 e 81.	equivalente às u.e.'s 16, 83 e 87, anterior às u.e.'s 77 e 78, posterior às u.e.'s 80 e 81.	?
80 sond. 8	unidade estratigráfica murária composta por frontal de parede lateral da casa Medieval, em enxaimel, com prumos e escora de madeira, preenchido com aparelho de tijolos 'rabo de andorinha' dispostos em espinhado (comprimento = 38,5 cm; espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 35, 56, 85 e 108, imbricava com a u.e. 81, era coberta pela u.e. 79.	equivalente às u.e.'s 35, 56, 85 e 108, coetânea da u.e. 81, anterior à u.e. 79.	?
81 sond. 8	unidade estratigráfica murária composta por frontal tardo da casa Medieval, em enxaimel, com prumos de madeira, preenchido com aparelho de tijolos 'rabo de andorinha' dispostos na horizontal (comprimento = 38,5 cm; espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia à u.e. 109, imbricava com a u.e. 80, era coberta pela u.e. 79.	equivalente à u.e. 109, coetânea da u.e. 80, anterior à u.e. 79.	?
82 sond. 9	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em azulejos industriais bege (15 x 15 centímetros)	correspondia às u.e.'s 15, 77 e 86, cobria a u.e. 83.	equivalente às u.e.'s 15, 77 e 86, posterior à u.e. 83.	?
83 sond. 9	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento aos paramentos interiores dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em reboco de cimento.	correspondia às u.e.'s 16, 79 e 87, era coberta pela u.e. 82, cobria as u.e.'s 84 e 85.	equivalente às u.e.'s 16, 79 e 87, anterior à u.e. 82, posterior às u.e.'s 84 e 85.	?
84	unidade estratigráfica murária composta por frontal de fachada da casa Medieval, em enxaimel reticulado,	correspondia às u.e.'s 14, 17, 55 e 70, era coberto pela u.e.	equivalente às u.e.'s 14, 17, 55 e	?

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
sond. 9	com prumos e travadouros de madeira, preenchido com aparelho irregular de tijolos 'rabo de andorinha' fragmentados (espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	83, imbricava com a u.e. 85.	70, anterior à u.e. 83, coetânea da u.e. 85.	
85 sond. 9	unidade estratigráfica murária composta por frontal de parede lateral da casa Medieval, em enxaimel, com prumos de madeira, preenchido com aparelho de tijolos 'rabo de andorinha' dispostos em espinhado (comprimento = 38,5 cm; espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 35, 56, 80 e 108, imbricava com a u.e. 84, era coberta pela u.e. 83.	equivalente às u.e.'s 35, 56, 80 e 108, coetânea da u.e. 84, anterior à u.e. 83.	?
86 sond. 10	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em azulejos industriais bege (15 x 15 centímetros)	correspondia às u.e.'s 15, 77 e 82, cobria a u.e. 87.	equivalente às u.e.'s 15, 77 e 82, posterior à u.e. 87.	?
87 sond. 10	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento aos paramentos interiores dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em reboco de cimento (sondagem abandonada ao nível da u.e. 87, por motivos de segurança).	correspondia às u.e.'s 16, 79 e 83, era coberta pela u.e. 86.	equivalente às u.e.'s 16, 79 e 83, anterior à u.e. 86.	?
88 sond. 11	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede de retaguarda da casa Medieval e da parede encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a tinta plástica branca.	correspondia às u.e.'s 18, 30, 71, 131 e 156, cobria a u.e. 89.	equivalente às u.e.'s 18, 30, 71, 131 e 156, posterior à u.e. 89.	?
89 sond. 11	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento a paramentos interiores da parede de retaguarda da casa Medieval e da parede encostada a norte pela casa Medieval, em reboco de cimento.	correspondia às u.e.'s 31, 72, 132 e 157, cobria a u.e. 90, era coberta pela u.e. 88.	, equivalente às u.e.'s 31, 72, 132 e 157, posterior à u.e. 90, anterior à u.e. 88.	?
90 sond. 11	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento aos paramentos interiores da parede de retaguarda da casa Medieval e da parede encostada a norte pela casa Medieval, em reboco de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 73, 133 e 158, era coberta pela u.e. 89, cobria a u.e. 91 e 92.	equivalente às u.e.'s 73, 133 e 158, anterior à u.e. 89, posterior à u.e. 91 e 92.	?
91 sond. 11	unidade estratigráfica murária composta por parede na retaguarda da casa Medieval, em aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas e tijolos maciços fragmentados, unidos por ligante de argila.	correspondia às u.e.'s 36 e 160, era coberta pela u.e. 90, encostava à u.e. 92.	equivalente às u.e.'s 36 e 160, anterior à u.e. 90, posterior à u.e. 92.	?
92 sond. 11	unidade estratigráfica murária composta por parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em aparelho irregular de pedras pequenas a médias não facetadas, unidas por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 124 (?) e 135 (?), era encostada pela u.e. 91, coberta pela u.e. 90.	equivalente às u.e.'s 124 (?) e 135 (?), anterior às u.e.'s 90 e 91.	?

# casa Medieval

<b>u.e.</b>	<b>descrição</b>	<b>relações estratigráficas</b>	<b>cronologia relativa</b>	<b>cronologia absoluta</b>
93 sond. 11	unidade estratigráfica composta por vigamento de madeira de suporte ao soalho do piso 1 da casa adjacente a norte da casa Medieval.	correspondia às u.e.'s 28, 40 e 136, encostava à u.e. 92.	equivalente às u.e.'s 28, 40 e 136, posterior à u.e. 92.	?
94 sond. 11	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 91 à u.e. 92.			
95 sond. 11	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 93 à u.e. 92.			
96 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a tinta plástica branca.	correspondia às u.e.'s 1, 42, 58 e 110, cobria a 97.	equivalente às u.e.'s 1, 42, 58 e 110, posterior à u.e. 97.	?
97 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a cal azul-clara.	correspondia às u.e.'s 2, 44, 59 e 111, era coberta pela u.e. 96, cobria a 98.	equivalente às u.e.'s 2, 44, 59 e 111, anterior à u.e. 96, posterior à u.e. 98.	?
98 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a cal amarela.	correspondia às u.e.'s 3, 45, 60 e 112, era coberta pela u.e. 97, cobria a 99.	equivalente às u.e.'s 3, 45, 60 e 112, anterior à u.e. 97, posterior à u.e. 99.	?
99 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a cal amarela.	correspondia às u.e.'s 4, 46, 61 e 113, era coberta pela u.e. 98, cobria a 100.	equivalente às u.e.'s 4, 46, 61 e 113, anterior à u.e. 98, posterior à u.e. 100.	?
100 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 5, 47, 62 e 114, era coberta pela u.e. 99, cobria a 101.	equivalente às u.e.'s 5, 47, 62 e 114, anterior à u.e. 99, posterior à u.e. 101.	?
101 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 6, 48, 63 e 115, era coberta pela u.e. 100, cobria a 102.	equivalente às u.e.'s 6, 48, 63 e 115, anterior à u.e. 100, posterior à u.e. 102.	?
102 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 7, 49, 64 e 116, era coberta pela u.e. 101, cobria a 103.	equivalente às u.e.'s 7, 49, 64 e 116, anterior à u.e. 101, posterior à u.e. 103.	?

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
103 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a cal castanha.	correspondia às u.e.'s 8, 50, 65 e 117, era coberta pela u.e. 102, cobria a 104.	equivalente às u.e.'s 8, 50, 65 e 117, anterior à u.e. 102, posterior à u.e. 104.	?
104 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 9, 51, 66 e 118, era coberta pela u.e. 103, cobria a 105.	equivalente às u.e.'s 9, 51, 66 e 118, anterior à u.e. 103, posterior à u.e. 105.	?
105 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a cal ocre.	correspondia às u.e.'s 10, 52, 67 e 119, era coberta pela u.e. 104, cobria a 106.	equivalente às u.e.'s 10, 52, 67 e 119, anterior à u.e. 104, posterior à u.e. 106.	?
106 sond. 12	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia às u.e.'s 11, 53, 68 e 120, era coberta pela u.e. 105, cobria a 107.	equivalente às u.e.'s 11, 53, 68 e 120, anterior à u.e. 105, posterior à u.e. 107.	?
107 sond. 12	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento de paramentos internos dos frontais tardo e lateral da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 12, 54, 69 e 121, era coberta pela u.e. 106, cobria as u.e.'s 108 e 109.	equivalente às u.e.'s 12, 54, 69 e 121, anterior à 106, posterior às u.e.'s 108 e 109.	?
108 sond. 12	unidade estratigráfica murária composta por frontal de parede lateral da casa Medieval, em enxaimel, com prumos de madeira, preenchido com aparelho de tijolos 'rabo de andorinha' dispostos em espinhado (comprimento = 38,5 cm; espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 35, 56, 80 e 85, imbricava com a u.e. 109, era coberta pela u.e. 107.	equivalente às u.e.'s 35, 56, 80 e 85, coetânea da u.e. 109, anterior à u.e. 107.	?
109 sond. 12	unidade estratigráfica murária composta por frontal tardo da casa Medieval, em enxaimel, com prumos de madeira, preenchido com aparelho de tijolos 'rabo de andorinha' dispostos na horizontal (comprimento = 38,5 cm; espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	correspondia à u.e. 81, imbricava com a u.e. 108, era coberta pela u.e. 107.	equivalente à u.e. 81, coetânea da u.e. 108, anterior à u.e. 107.	?
110 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a tinta plástica branca.	correspondia à u.e. 1, 42, 58 e 96, cobria as u.e.'s 111 e 129.	equivalente às u.e.'s 1, 42, 58 e 96, posterior às u.e.'s 111 e 130.	?
111 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal azul-clara.	correspondia à u.e. 2, 44, 59 e 97, era coberta pela u.e. 110, era encostada pela u.e. 129, cobria a 112.	equivalente às u.e.'s 2, 44, 59 e 97, anterior às u.e.'s 110 e 129,	?

## casa Medieval

<b>u.e.</b>	<b>descrição</b>	<b>relações estratigráficas</b>	<b>cronologia relativa</b>	<b>cronologia absoluta</b>
111 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal azul-clara.	correspondia à u.e. 2, 44, 59 e 97, era coberta pela u.e. 110, era encostada pela u.e. 129, cobria a 112.	posterior à u.e. 112.	?
112 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal amarela.	correspondia à u.e. 3, 45, 60 e 98, era coberta pela u.e. 111, era encostada pela u.e. 129, cobria a 113.	equivalente às u.e.'s 3, 45, 60, 98, anterior às u.e.'s 111 e 129, posterior à u.e. 113.	?
113 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal amarela.	correspondia à u.e. 4, 46, 61 e 99, era coberta pela u.e. 112, era encostada pela u.e. 129, cobria a 114.	equivalente às u.e.'s 4, 46, 61 e 99, anterior às u.e.'s 112 e 129, posterior à u.e. 114.	?
114 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia à u.e. 5, 47, 62 e 100, era coberta pela u.e. 113, era encostada pela u.e. 129, cobria a 115.	equivalente às u.e.'s 5, 47, 62 e 100, anterior às u.e.'s 113 e 129, posterior à u.e. 115.	?
115 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia à u.e. 6, 48, 63 e 101, era coberta pela u.e. 114, era encostada pela u.e. 129, cobria a 116.	equivalente às u.e.'s 6, 48, 63 e 101, anterior às u.e.'s 114 e 129, posterior à u.e. 116.	?
116 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia à u.e. 7, 49, 64 e 102, era coberta pela u.e. 115, era encostada pela u.e. 129, cobria a 117.	equivalente às u.e.'s 7, 49, 64 e 102, anterior às u.e.'s 115 e 129, posterior à u.e. 117.	?
117 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal castanha.	correspondia à u.e. 8, 50, 65 e 103, era coberta pela u.e. 116, era encostada pela u.e. 129, cobria a 118.	equivalente às u.e.'s 8, 50, 65 e 103, anterior às u.e.'s 116 e 129, posterior à u.e. 118.	?
118 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia à u.e. 9, 51, 66 e 104, era coberta pela 117, era encostada pela u.e. 129, cobria a 119.	equivalente às u.e.'s 9, 51, 66 e 104, anterior às u.e.'s 117 e 129	?

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
			posterior à u.e. 119.	
119 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal ocre.	correspondia à u.e. 10, 52, 67 e 105, era coberta pela u.e. 118, era encostada pela u.e. 129, cobria a 120.	equivalente às u.e.'s 10, 52, 67 e 105, anterior às u.e.'s 118 e 129, posterior à u.e. 120.	?
120 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em pintura a cal branca.	correspondia à u.e. 11, 53, 68 e 106, era coberta pela u.e. 119, era encostada pela u.e. 129, cobria a 121.	equivalente às u.e.'s 11, 53, 68 e 106, anterior às u.e.'s 119 e 129, posterior à u.e. 121.	?
121 sond. 13	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em reboco de cal e areão.	correspondia à u.e. 12, 54, 69 e 107, era coberta pela 120, era encostada pela u.e. 129, cobria as u.e.'s 122 e 124, encostava às u.e.'s 123 e 127.	equivalente às u.e.'s 12, 54, 69 e 107, anterior às 120 e 129, posterior às 122, 123, 124 e 127.	?
122 sond. 13	unidade estratigráfica composta por remate de vão embutido, aberto na parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas e tijolos maciços fragmentados, unidos por ligante de cal e areão.	era coberta pela u.e. 121, encostava às u.e.'s 123 e 124.	anterior à u.e. 121, posterior às u.e.'s 123 e 124.	?
123 sond. 13	unidade estratigráfica composta por guarnição de vão embutido na parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, com ombreiras e verga em cantaria.	era encostada pelas u.e.'s 121 e 122, encostava à u.e. 124.	anterior às u.e.'s 121 e 122, posterior à u.e. 124.	?
124 sond. 13	unidade estratigráfica murária composta por parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em aparelho irregular de pedras pequenas a médias não facetadas e fragmentos de telha de canudo, em reaproveitamento, unidos por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 92 (?) e 135 (?), era coberta pela u.e. 121, era encostada pelas u.e.'s 122, 123 e 129.	equivalente às u.e.'s 92 (?) e 135 (?), anterior às u.e.'s 121, 122, 123 e 129.	?
125 sond. 13	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 122 às u.e.'s 123 e 124.			
126 sond. 13	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 123 à u.e. 124.			
127 sond. 13	unidade estratigráfica murária, composta por travamento do frontal de fachada da casa Medieval, em aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas	encostava à 124, era encostada pela u.e.'s 121 e 129.	anterior às u.e.'s 121 e 129, posterior à u.e.	?



# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
	e mão de madeira embutida na parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, unidas por ligante de cal e areão.		124.	
128 sond. 13	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 127 à u.e. 124.			
129 sond. 13	unidade estratigráfica, composta por estrutura maciça de reforma do travamento do frontal da fachada da casa Medieval à parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em argamassa de cimento e fragmento de telha de canudo, em reaproveitamento.	encostava às u.e.'s 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124 e 127, era coberta pela u.e. 110.	anterior à u.e. 110, posterior às u.e.'s 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124 e 127.	?
130 sond. 13	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 129 às u.e.'s 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124 e 127.			
131 sond. 14	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno, em pintura a tinta plástica branca.	correspondia às u.e.'s 18, 30, 71, 88 e 156, cobria a u.e. 132.	equivalente às u.e.'s 18, 30, 71, 88 e 156, posterior à u.e. 132.	?
132 sond. 14	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento a paramentos interiores da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval e de frontal pertencente à casa adjacente a norte da casa Medieval, em reboco de cimento.	correspondia às u.e.'s 31, 72, 89 e 157, era coberta pela u.e. 131, cobria a u.e. 133.	equivalente às u.e.'s 31, 72, 89 e 157, anterior à u.e. 131, posterior à u.e. 133.	?
133 sond. 14	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento aos paramentos interiores da parede da casa encostada a norte pela casa Medieval e de frontal pertencente à casa adjacente a norte da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 73, 90 e 158, era coberta pela u.e. 132, cobria as u.e.'s 134 e 135.	equivalente às u.e.'s 73, 90 e 158, anterior à u.e. 132, posterior às u.e.'s 134 e 135.	?
134 sond. 14	unidade estratigráfica murária composta por frontal da casa adjacente a norte da casa Medieval, em enxaimel, com prumo de madeira, preenchido com aparelho de tijolos 'rabo de andorinha' (?) fragmentados e dispostos na horizontal, unidos por ligante de cal e areão.	era coberto pela u.e. 133, encostava à u.e. 135.	anterior à u.e. 133, posterior à u.e. 135.	?
135 sond. 14	unidade estratigráfica murária composta por parede da casa encostada a norte pela casa Medieval, em aparelho irregular de pedras pequenas a médias não facetadas, unidas por ligante de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 92 e 124 (?), era coberta pela u.e. 133, era encostada pelas u.e.'s 134 e 136.	equivalente às u.e.'s 92 e 124 (?), anterior às u.e.'s 133, 134 e 136.	?
136	unidade estratigráfica composta por viga de	correspondia às u.e.'s 28, 40	equivalente às	?

# casa Medieval

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
136 sond. 14	unidade estratigráfica composta por vigamento de madeira de suporte ao soalho do piso 1 da casa adjacente a norte da casa Medieval.	correspondia às u.e.'s 28, 40 e 93, encostava à u.e. 135.	equivalente às u.e.'s 28, 40 e 93, posterior à u.e. 135.	
137 sond. 14	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 134 à u.e. 135.			
138 sond. 14	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 136 à u.e. 135.			
139 sond. 15	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal lateral e de fachada da casa Medieval, em papel de parede de tom bege.	encostava à u.e. 140.	posterior à u.e. 140.	?
140 sond. 15	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal lateral e de fachada da casa Medieval, em papel de parede, com motivos florais.	era encostada pela u.e. 139, encostava à u.e. 141.	anterior à u.e. 139, posterior à u.e. 141.	?
141 sond. 15	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal azul.	era coberta pela u.e. 140, cobria a 142.	anterior à u.e. 140, posterior à u.e. 142.	?
142 sond. 15	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno do frontal lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	era coberta pela u.e. 141, cobria a 143.	anterior à u.e. 141, posterior à u.e. 143.	?
143 sond. 15	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interno do frontal lateral e de fachada da casa Medieval, em reboco de gesso.	era coberta pela u.e. 142, cobria a 144.	anterior à u.e. 142, posterior à u.e. 144.	?
144 sond. 15	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior do frontal lateral e de fachada da casa Medieval, em reboco de cimento.	era coberta pela u.e. 143, cobria as u.e.'s 145 e 147.	anterior à u.e. 143, posterior às u.e.'s 145 e 147.	?
145 sond. 15	unidade estratigráfica, composta por estrutura maciça de reforma dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em argamassa de cimento.	era coberta pela u.e. 144, encostava às u.e.'s 147, 148, 149, 150, 151, 152 e 155.	anterior à u.e. 144, posterior às u.e.'s 147, 148, 149, 150, 151, 152 e 155.	?
146 sond. 15	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 145 às u.e.'s 147, 148, 149, 150, 151, 152 e 155.			
147 sond. 15	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	era coberta pela u.e. 144, era encostada pela u.e. 145, cobria a u.e. 148.	anterior às u.e.'s 144 e 145, posterior à u.e. 148.	?

# casa Medieval

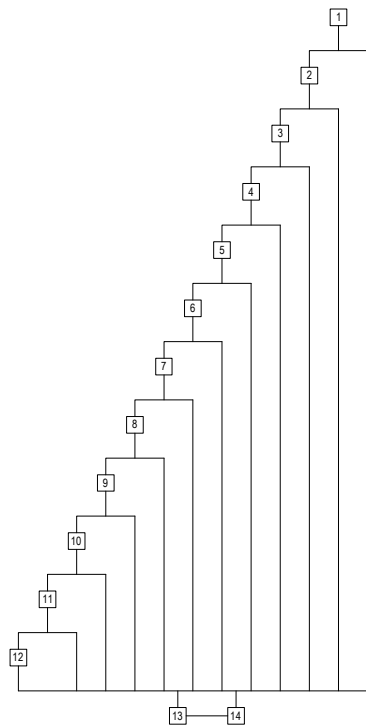
u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
148 sond. 15	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	era coberta pela u.e. 147, era encostada pela u.e. 145, cobria a u.e. 149.	anterior às u.e.'s 145 e 147, posterior à u.e. 149.	
149 sond. 15	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	era coberta pela u.e. 148, era encostada pela u.e. 145, cobria a u.e. 150.	anterior às u.e.'s 145 e 148, posterior à u.e. 150.	?
150 sond. 15	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	era coberta pela u.e. 149, era encostada pela u.e. 145, cobria a u.e. 151.	anterior às u.e.'s 145 e 149, posterior à u.e. 151.	?
151 sond. 15	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em pintura a cal branca.	era coberta pela u.e. 150, era encostada pela u.e. 145, cobria a u.e. 152.	anterior às u.e.'s 145 e 150, posterior à u.e. 152.	?
152 sond. 15	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior dos frontais lateral e de fachada da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	era coberta pela u.e. 151, era encostada pela u.e. 145, cobria as u.e.'s 154 e 155.	anterior às u.e.'s 145 e 151, posterior às u.e.'s 154 e 155.	?
153 sond. 15	unidade estratigráfica composta por guarnição de vão de janela da fachada da casa Medieval, com ombreiras, verga e peitoril em madeira e duas folhas envidraçadas, aplicadas à francesa.	imbricava com a u.e. 154, era encostada pelas u.e.'s 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151 e 152.	coetânea da u.e. 154, anterior às u.e.'s 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151 e 152.	?
154 sond. 15	unidade estratigráfica murária composta por frontal de fachada da casa Medieval, em enxaimel reticulado, com prumos, frechal, travadouros e mãos de madeira, preenchido com aparelho irregular de tijolos 'rabo de andorinha' fragmentados (espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	imbricava com as u.e.'s 153 e 155, era coberta pela u.e. 152.	coetânea das u.e.'s 153 e 155, anterior à u.e. 152.	?
155 sond. 15	unidade estratigráfica murária composta por frontal de parede lateral da casa Medieval, em enxaimel, com prumos de madeira, preenchido com aparelho de tijolos 'rabo de andorinha' dispostos em espinhado (comprimento = 38,5 cm; espessura = 4,5 cm; largura = 9 cm), unidos por ligante de cal e areão.	imbricava com a u.e. 154, era coberta pela u.e. 152, era encostada pela u.e. 145.	coetânea da u.e. 154, anterior às u.e.'s 145 e 152.	?
156 sond. 16	unidade estratigráfica, composta por revestimento de paramento interno da casa adjacente a norte da casa Medieval, em pintura a tinta plástica branca.	correspondia às u.e.'s 18, 30, 71, 88 e 131, cobria a u.e. 157.	equivalente às u.e.'s 18, 30, 71, 88 e 131, posterior à u.e. 157.	?

## casa Medieval

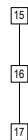
u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
157 sond. 16	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento a paramento interior da casa adjacente a norte da casa Medieval, em reboco de cimento.	correspondia às u.e.'s 31, 72, 89 e 132, era coberta pela u.e. 156, cobria a u.e. 158.	equivalente às u.e.'s 31, 72, 89 e 132, anterior à u.e. 156, posterior à u.e. 158.	
158 sond. 16	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento aos paramentos interiores da casa adjacente a norte da casa Medieval, em reboco de cal e areão.	correspondia às u.e.'s 73, 90 e 133, era coberta pela u.e. 157, cobria as u.e.'s 159 e 160.	equivalente às u.e.'s 73, 90 e 133, anterior à u.e. 157, posterior às u.e.'s 159 e 160.	?
159 sond. 16	unidade estratigráfica murária composta por parede interior da casa adjacente a norte da casa Medieval, em aparelho regular de tijolos alveolares à meia-vez, unidos por ligante de cimento.	correspondia à u.e. 32, era coberta pela u.e. 158, encostava à u.e. 160.	equivalente à u.e. 32, anterior à u.e. 158, posterior à u.e. 160.	?
160 sond. 16	unidade estratigráfica murária composta por parede na retaguarda da casa Medieval, em aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas e tijolos maciços fragmentados, unidos por ligante de argila.	correspondia às u.e.'s 36 e 91, era encostada pela u.e. 159, era coberta pela u.e. 158.	equivalente às u.e.'s 36 e 91, anterior às u.e.'s 158 e 159.	?
161 sond. 16	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 159 à u.e. 160.			

# casa Medieval

## matrizes de Harris



sond. 1

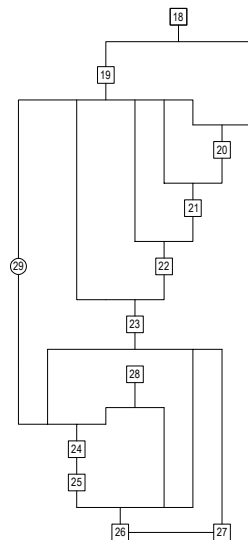


sond. 2

20 unidade estratigráfica

21 linha de obra

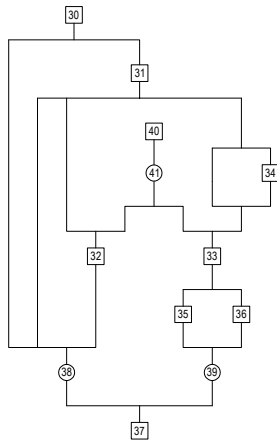
22 interface



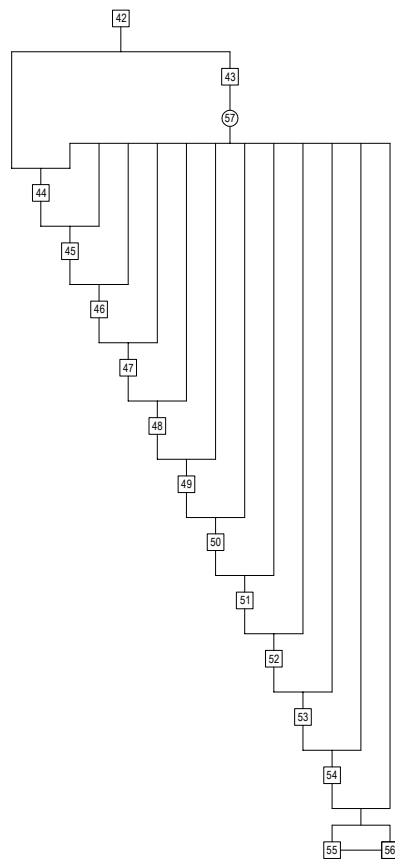
sond. 3

# casa Medieval

## matrizes de Harris



sond. 4



20 unidade estratigráfica

21 linha de obra

22 interface

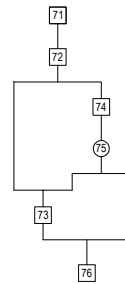
sond. 5

# casa Medieval

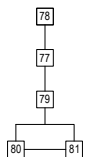
## matrizes de Harris



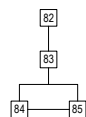
sond. 6



sond. 7



sond. 8



sond. 9

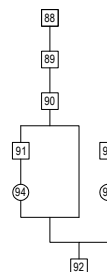


sond. 10

20 unidade estratigráfica

21 linha de obra

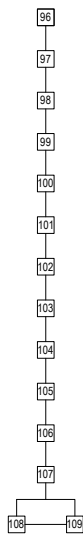
22 interface



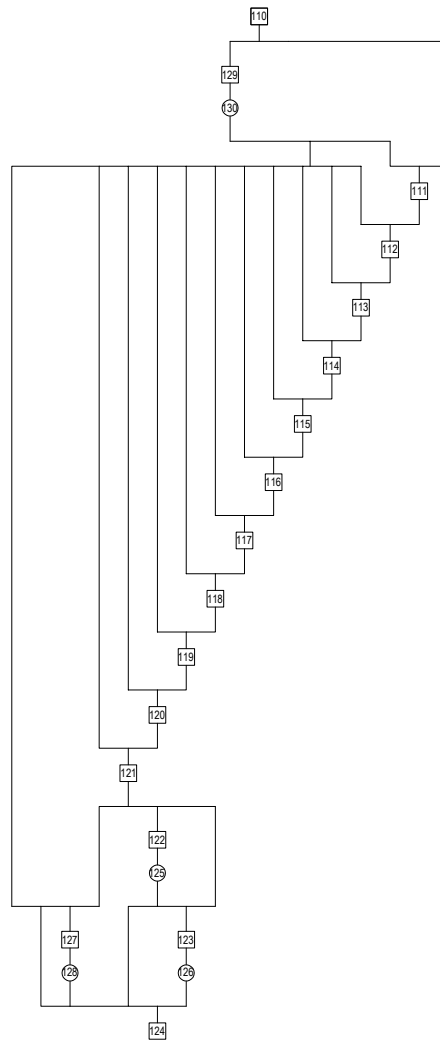
sond. 11

# casa Medieval

## matrizes de Harris



sond. 12



sond. 13

20 unidade estratigráfica

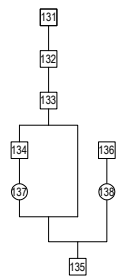
21 linha de obra

22 interface

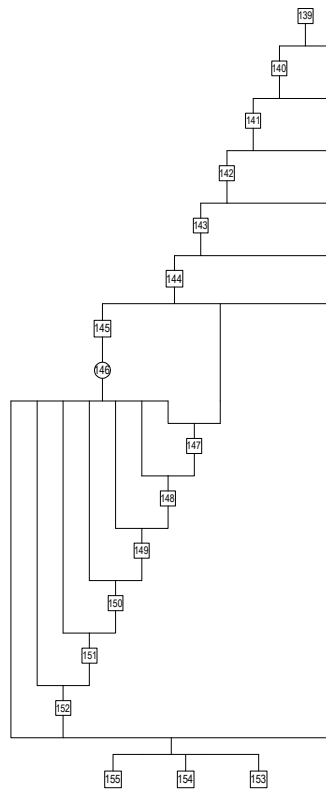


# casa Medieval

## matrizes de Harris



sond. 14

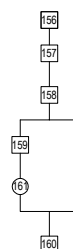


sond. 15

20 unidade estratigráfica

21 linha de obra

22 interface



sond. 16

## casa de Santa Justa

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
1	unidade estratigráfica murária, composta pela parede 4, em aparelho irregular de pedras não facetadas e não calibradas, unidas por ligante de terra e argila. 80 centímetros de espessura.	imbricava com as u.e.'s 2 e 3, era encostada pelas 5, 7, 8, 11, 31 e 40, era coberta por 13, era cortada por 6.	anterior às u.e.'s 5, 7, 8, 11, 31, 40 e 13, coetânea das u.e.'s 2 e 3.	? não anterior a 1708-1710
2	unidade estratigráfica murária, composta por chaminé em aparelho tendencialmente regular de tijolos 'de palmo' aplicados em alvenaria uma vez, unidos por ligante de terra e argila. 25 centímetros de espessura.	imbricava com a u.e. 1, era encostada pelas u.e.'s 11 e 15, era cortada pela u.e. 12.	anterior às u.e.'s 11, 15 e 12, coetânea da u.e. 1.	? não anterior a 1708-1710
3	unidade estratigráfica murária, composta por travamento da parede 3, em enxaimel de mãos e escoras de madeira, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas, unidas por ligante de cal e areão. 27 centímetros de espessura.	imbricava com as u.e.'s 1 e 29.	coetânea das u.e.'s 1 e 29.	? não anterior a 1708-1710
4	linha de obra estabelecida pelo encosto da u.e. 3 à u.e. 1			
5	unidade estratigráfica composta por guarnição do vão de janela norte da parede 4, com ombreiras, verga e peitoril em madeira e uma folha envidraçada, aplicada à francesa.	encostava à u.e. 1.	anterior à u.e. 1.	? não anterior a 1708-1710
6	unidade estratigráfica composta por vão resultante do desmonte da u.e. 1, para instalação da janela sul da parede 4.	cortava a u.e. 1	coetânea da u.e. 10.	?
7	unidade estratigráfica composta por estruturação do vão de janela sul da parede 4, com traves e prumos de madeira.	encostava à u.e. 1, era encostada pelas u.e.'s 8 e 10.	anterior às u.e.'s 8 e 10, posterior à u.e. 1.	?
8	unidade estratigráfica murária composta pelo remate do vão de janela sul da parede 4, em aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas, unidas por ligante de cal e areão. 80 centímetros de espessura.	encostava às u.e.'s 1 e 7, era encostada pela u.e. 10.	anterior à u.e. 10, posterior às u.e.'s 1 e 7.	?
9	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 8 às u.e.'s 1 e 7			
10	unidade estratigráfica composta por guarnição do vão de janela sul da parede 4, com ombreiras, verga e peitoril em madeira e duas folha de madeira com uma folha envidraçada cada, aplicadas à francesa.	encostava às u.e.'s 7 e 8.	coetânea da u.e. 6, posterior às u.e.'s 7 e 8.	?
11	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior da parede 4, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca.	encostava às u.e.'s 1 e 2.	posterior às u.e.'s 1 e 2.	? não anterior a 1708-1710
12	unidade estratigráfica composta por buraco aberto por desmonte do aparelho da u.e. 2.	cortava a u.e. 2.	posterior à u.e. 2.	?

## casa de Santa Justa

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
13	unidade estratigráfica murária composta por estrutura de reparação do topo da parede 4, em aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas, unidas por ligante de cimento. 80 centímetros de espessura.	cobria a u.e. 1, definia a u.e. 14.	posterior à u.e. 1, coetânea da u.e. 14.	?
14	unidade estratigráfica composta por agulheiros para aplicação dos caibros da cobertura do imóvel em análise, de formato e profundidade irregular, embora tendencialmente arredondados.	definida pela u.e. 13.	coetânea da u.e. 13.	? não anterior a 1708-1710
15	unidade estratigráfica composta por guarnição aplicada sobre vão de lareira, para sua coversão em <i>water closet</i> , com lintel, ombreiras, resguardo e duas folhas de madeira.	encostava à u.e. 2.	posterior à u.e. 2.	?
16	unidade estratigráfica murária, composta pela parede 2, em aparelho irregular de pedras não facetadas e não calibradas, unidas por ligante de terra e argila. 80 centímetros de espessura.	imbricava com as u.e.'s 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, era encostada pelas u.e.'s 24, 25, 31 e 38, era coberta pela u. e. 26, era cortada pela u.e. 28.	anterior às u.e.'s 24, 25, 31, 38, 26 e 28, coetânea das u.e.'s 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23.	? não anterior a 1708-1710
17	unidade estratigráfica murária, composta pelo avental da janela norte da parede 2, em pedra facetada. 20 centímetros de espessura.	imbricava com a u.e. 16, era encostada pela u.e. 24.	anterior à u.e. 24, coetânea da u.e. 16.	? não anterior a 1708-1710
18	unidade estratigráfica murária, composta pelo avental da janela sul da parede 2, em pedra facetada. 20 centímetros de espessura.	imbricava com a u.e. 16, era encostada pela u.e. 25.	anterior à u.e. 25, coetânea da u.e. 16.	? não anterior a 1708-1710
19	unidade estratigráfica composta pela trave de descarga sobre o vão de janela norte da parede 2, em madeira.	imbricava com a u.e. 16, era coberta pela u.e. 26.	anterior à u.e. 26, coetânea da u.e. 16.	? não anterior a 1708-1710
20	unidade estratigráfica composta pela trave de descarga sobre o vão de janela sul da parede 2, em madeira.	imbricava com a u.e. 16, era coberta pela u.e. 26.	anterior à u.e. 26, coetânea da u.e. 16.	? não anterior a 1708-1710
21	unidade estratigráfica composta pela trave de descarga sobre o vão de armário embutido ao centro da parede 2, em madeira.	imbricava com a u.e. 16.	coetânea da u.e. 16.	? não anterior a 1708-1710
22	unidade estratigráfica composta pelo embasamento do vão de armário embutido ao centro da parede 2, composta por uma fiada de tijolos 'de palmo' aplicados a uma vez, sob tabuado de madeira.	imbricava com a u.e. 16.	coetânea da u.e. 16.	? não anterior a 1708-1710
23	unidade estratigráfica murária, composta por travamento da parede 3, em enxaimel de mãos de madeira, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas, unidas por ligante de cal e areão. 27 centímetros de espessura.	imbricava com as u.e.'s 16 e 29, era coberta pela u.e. 26.	anterior à u.e. 26, coetânea das u.e.'s 16 e 29.	? não anterior a 1708-1710

## casa de Santa Justa

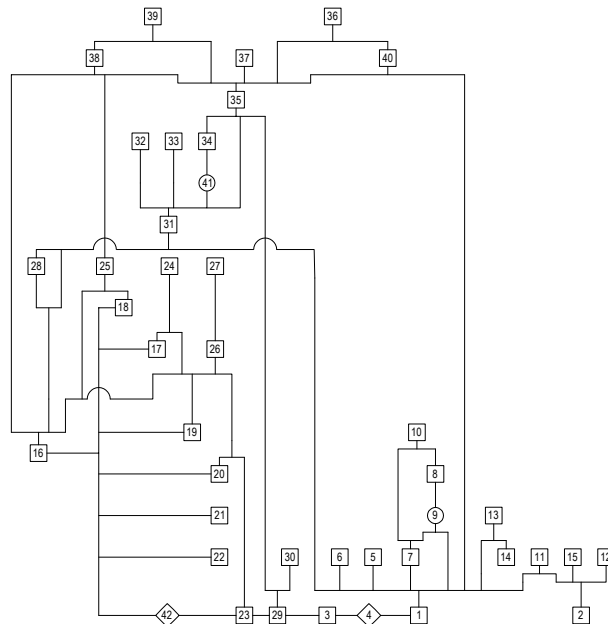
u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
24	unidade estratigráfica composta pela guarnição do vão de janela norte da parede 2, com ombreiras, verga e peitoril de madeira e duas folhas de madeira emoldurando oito folhas envidraçadas cada, uma móvel outra fixa, aplicadas em guilhotina.	encostava às u.e.'s 16 e 17.	posterior às u.e.'s 16 e 17.	? não anterior a 1708-1710
25	unidade estratigráfica composta pela guarnição do vão de janela sul da parede 2, com ombreiras, verga e peitoril de madeira e duas folhas de madeira emoldurando oito folhas envidraçadas cada, uma móvel outra fixa, aplicadas em guilhotina.	encostava às u.e.'s 16 e 18.	posterior às u.e.'s 16 e 18.	? não anterior a 1708-1710
26	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior da parede 2, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca.	cobria as u.e.'s 16, 23, 19 e 20, era encostada pela u.e. 27.	anterior à u.e. 27, posterior às u.e.'s 16, 23, 19 e 20.	? não anterior a 1708-1710
27	unidade estratigráfica composta pelas prateleiras do vão de armário embutido ao centro da parede 2, em tabuado de madeira.	encostava à u.e. 26.	posterior à u.e. 26.	?
28	unidade estratigráfica composta por racha aberta pela deterioração da junção entre as paredes 1 e 2.	cortava a u.e. 16.	posterior à u.e. 16.	?
29	unidade estratigráfica composta pelo frontal da parede 3, em enxaimel de prumos, traves, escoras, travessas, frechais e fasquiado de madeira, aplicados em cruz de santo André de três módulos de altura, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas, unidas por ligante de cal e areão.	imbricava com as u.e.'s 23 e 3, era encostada pelas u.e.'s 30 e 35.	anterior às u.e.'s 30 e 35, coetânea das u.e.'s 23 e 3.	? não anterior a 1708-1710
30	unidade estratigráfica composta pela guarnição de um vão triangular (postigo?), de moldura em madeira.	encostava à u.e. 29.	posterior à u.e. 29.	? não anterior a 1708-1710
31	unidade estratigráfica composta pelo frontal da parede 1, em enxaimel de prumos, traves, escoras, travessanhos e frechais de madeira, aplicados em cruz de santo André de dois módulos de altura, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas e médias não facetadas, unidas por ligante de terra e argila.	imbricava com a u.e. 32, encostava às u.e.'s 16 e 1, era encostada pelas u.e.'s 33 e 35, era coberta pela u.e. 34.	coetânea da u.e. 32, anterior às u.e.'s 33, 35 e 34, posterior às u.e.'s 16 e 1.	? não anterior a 1708-1710
32	unidade estratigráfica composta pela guarnição do vão de janela poente da parede 1, com ombreiras, verga e peitoril de madeira e uma folha fixa de madeira emoldurando quatro folhas envidraçadas.	imbricava com a u.e. 31.	coetânea da u.e. 31.	? não anterior a 1708-1710
33	unidade estratigráfica composta pela guarnição do vão de passagem ao centro da parede 1, com ombreiras e verga de madeira.	encostava à u.e. 31.	posterior à u.e. 31.	? não anterior a 1708-1710

## casa de Santa Justa

<b>u.e.</b>	<b>descrição</b>	<b>relações estratigráficas</b>	<b>cronologia relativa</b>	<b>cronologia absoluta</b>
34	unidade estratigráfica murária, composta por estrutura de reforma da parede 1, em enxaimel reticulado, com prumos, travadouros e frechal de madeira, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas a médias não facetadas, unidas por ligante de terra e argila.	cobria a u.e. 31, era encostada pela u.e. 35.	anterior à u.e. 35, posterior à u.e. 31.	? não anterior a 1708-1710
35	unidade estratigráfica murária, composta pelo tabique da parede 6, em enxaimel reticulado, com prumos e travadouros de madeira, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas a médias não facetadas, unidas por ligante de terra e argila.	encostava às u.e.'s 29, 31 e 34, era encostada pelas u.e.'s 36, 37, 38, 39 e 40.	anterior às u.e.'s 36, 37, 38, 39 e 40, posterior às u.e.'s 29, 31 e 34.	? não anterior a 1708-1710
36	unidade estratigráfica composta pela guarnição do vão de porta norte da parede 6, com ombreiras e verga de madeira.	encostava às u.e.'s 35 e 40.	posterior às u.e.'s 35 e 40.	? não anterior a 1708-1710
37	unidade estratigráfica composta pela guarnição do vão de porta sul da parede 6, com ombreiras, verga e duas folhas de madeira.	encostava à u.e. 35.	posterior à u.e. 35.	? não anterior a 1708-1710
38	unidade estratigráfica murária, composta pelo tabique da parede 5, em caixotões de contraplacado de três módulos de altura, emoldurados por prumos e travessanhos de madeira.	encostava às u.e.'s 16 e 35, era encostada pela u.e. 39.	anterior à u.e. 39, posterior às u.e.'s 16 e 35.	?
39	unidade estratigráfica composta pela guarnição do vão de porta da parede 5, com ombreiras, verga e uma folha de madeira.	encostava às u.e.'s 35 e 38.	posterior às u.e.'s 35 e 38.	?
40	unidade estratigráfica murária, composta pelo tabique da parede 7, em enxaimel reticulado, com prumos e travadouros de madeira, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas a médias não facetadas, unidas por ligante de terra e argila.	encostava às u.e.'s 35 e 1, era encostada pela u.e. 36.	anterior à u.e. 36, posterior às u.e.'s 35 e 1.	? não anterior a 1708-1710
41	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 34 à u.e. 31			
42	linha de obra estabelecida pelo encosto da u.e. 23 à u.e. 16			

# casa de Santa Justa

## matriz de Harris



20 unidade estratigráfica

21 linha de obra

22 interface

## casa da rua do Norte

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
1	unidade estratigráfica composta pela nova cobertura do edifício, com caibros e cumeeira em aço, isolamento interno em placas de esferovite e externo em telha cerâmica de tipo 'lusa'.	imbricava com a u.e. 2, era encostada pela u.e. 4, encostava às u.e.'s 6 e 8.	coetânea da u.e. 2, anterior à u.e. 4, posterior às u.e.'s 6 e 8.	2015
2	unidade estratigráfica composta pelo apoio da nova cobertura do edifício, com linhas e apoios em betão armado.	imbricava com a u.e. 1, cobria as u.e.'s 10, 14, 21, 28, 29, 30, 34 e 51, era coberta pela u.e. 4, encostava às u.e.'s 6 e 8.	coetânea da u.e. 1, anterior à u.e. 4, posterior às 8, 6, 10, 14, 21, 28, 29, 30, 34 e 51.	2015
3	interface resultante do encosto da u.e. 2 sobre a u.e. 10, 21, 28, 29, 30 e 51.			
4	unidade estratigráfica murária composta pela nova empena oeste do edifício, em aparelho de tijolos alveolares à meia-vez, unidos por ligante de cimento.	cobria a u.e. 2, encostava à u.e. 1.	posterior às u.e.'s 1 e 2.	2015
5	interface resultante do encosto da u.e. 4 sobre as u.e.'s 1 e 2.			
6	unidade estratigráfica composta pela nova compartimentação do edifício, com pisos, escadas e paredes em cimento, betão, vigas de ferro e tijolos alveolares à meia vez, apoiados em vigas de betão armado, embutidas nas paredes exteriores do edifício.	encostava às u.e.'s 34, 36, 37, 38, 39, 40, 47, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 70, 73 e 74, era encostada pelas u.e.'s 1 e 2.	anterior às u.e.'s 1 e 2, posterior às u.e.'s 34, 36, 37, 38, 39, 40, 47, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 70, 73 e 74.	?
7	interface resultante do encosto da u.e. 6 sobre as u.e.'s 22, 23, 24, 34, 36, 39, 40, 45, 46, 47, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 65, 70, 73 e 74.			
8	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento aos paramentos interiores do edifício, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca e, em diversos locais, por fuligem.	era encostada pelas u.e.'s 1 e 2, encostava às u.e.'s 12, 17, 34, 36, 37, 38, 56, 57 e 70.	anterior às u.e.'s 1 e 2, posterior às u.e.'s 12, 17, 34, 36, 37, 38, 56 e 57.	?
9	interface resultante do encosto das u.e.'s 1 e 2 sobre a u.e. 8.			
10	unidade estratigráfica murária, composta por estrutura de reforma da parede meeira oeste do edifício, em enxaimel reticulado, com prumos e travadouros de madeira, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas a médias não facetadas, unidas por ligante de cal.	coberta pela u.e. 2, cobria a u.e. 12, encostava às u.e.'s 21 e 51.	anterior às u.e.'s 2, posterior à u.e. 12, 21 e 51.	?
11	interface resultante do encosto da u.e. 10 sobre as u.e.'s 12 e 21.			
12	unidade estratigráfica murária, composta por parede meeira oeste do edifício, em enxaimel reticulado, com prumos, frechais, travadouros e cumeeira de madeira, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas a médias não facetadas e, pontualmente, fragmentos de tijolos 'de palmo', unidos por ligante de cal.	era coberta pela u.e. 10, encostada pela u.e. 8, imbricava com a u.e. 53 (?), encostava às u.e.'s 34 e 54.	anterior às u.e.'s 8 e 10, coetânea da u.e. 53 (?), posterior às u.e.'s 34 e 54.	?

## casa da rua do Norte

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
13	interface resultante do encosto da u.e. 12 sobre as u.e.'s 34 e 54.			
14	unidade estratigráfica murária, composta por parede meeira este do edifício, em enxaimel de prumos, traves, escoras, travessanhos e frechais de madeira, aplicados em cruz de santo André de dois módulos de altura, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas e médias não facetadas, unidas por ligante de terra e argila.	era coberta pela u.e. 2, cobria a u.e. 17, encostava às u.e.'s 34, 51 e 54.	anterior à u.e. 2, posterior às u.e.'s 17, 34, 51 e 54.	?
15	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão de porta da parede meeira este do edifício, com ombreiras e verga e de madeira.	imbricava com a u.e. 14, era encostada pela u.e. 19.	coetânea da u.e. 14, anterior à u.e. 19.	?
16	interface resultante do encosto da u.e. 14 sobre as u.e.'s 17, 34, 51 e 54.			
17	unidade estratigráfica murária, composta por parede meeira este do edifício, em enxaimel de prumos, travessas e frechais de madeira, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas e médias não facetadas, unidas por ligante de terra e argila.	era coberta pela u.e. 14, cobria a u.e. 70, encostava às u.e.'s 34 e 54, era encostada pelas u.e.'s 8 e 43.	anterior às u.e.'s 8, 14 e 43, posterior às u.e.'s 34, 54, 70.	?
18	interface resultante do encosto da u.e. 17 sobre as u.e.'s 34, 54 e 70.			
19	unidade estratigráfica murária, composta por estrutura de emparedamento de vão de porta na parede meeira este do edifício, em enxaimel de prumo e travadouros de madeira, preenchido com aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas, unidas por ligante de cal.	encostava à u.e. 15.	posterior à u.e. 15.	?
20	interface resultante do encosto da u.e. 19 sobre a u.e. 15.			
21	unidade estratigráfica murária, composta pela parede de fachada do edifício, em aparelho irregular de pedras miúdas a grandes não facetadas e, pontualmente, fragmentos de telhas cerâmicas de canudo, unidas por ligante de cal. 58 centímetros de espessura.	correspondia à u.e. 51 (?), era encostada pela u.e. 10, coberta pela u.e. 2, imbricava com as u.e.'s 22, 23, 24, 28, 29 e 30, cobria a u.e. 34.	equivalente à u.e. 51 (?), anterior às u.e.'s 2 e 10, coetânea das u.e.'s 22, 23, 24, 28, 29 e 30, posterior à u.e. 34.	?
22	unidade estratigráfica composta pelo avental da janela este da parede de fachada do edifício, em pedras miúdas não facetadas e tijolos 'de palmo', unidos por argamassa de cal. 17 centímetros de espessura.	imbricava com a u.e. 21, era coberta pela u.e. 28, encostada pela u.e. 6, encostava à u.e. 34.	coetânea da u.e. 21, anterior à u.e.'s 6 e 28, posterior à u.e. 34.	?
23	unidade estratigráfica composta pelo avental da janela ao centro da parede de fachada do edifício, em pedras miúdas não facetadas e tijolos 'de palmo', unidos por argamassa de cal. 17 centímetros de espessura.	imbricava com a u.e. 21, era coberta pela u.e. 29, encostada pela u.e. 6, encostava à u.e. 34.	coetânea da u.e. 21, anterior às u.e.'s 6 e 29, posterior à u.e. 34.	?



## casa da rua do Norte

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
24	unidade estratigráfica composta pelo avental da janela oeste da parede de fachada do edifício, em pedras miúdas não facetadas e tijolos 'de palmo', unidos por argamassa de cal. 17 centímetros de espessura.	imbricava com a u.e. 21, era coberta pela u.e. 30, encostada pela u.e. 6, encostava à u.e. 34.	coetânea da u.e. 21, anterior à u.e. 6, posterior à u.e. 34.	?
25	interface resultante do encosto da u.e. 22 sobre a u.e. 34.			
26	interface resultante do encosto da u.e. 23 sobre a u.e. 34.			
27	interface resultante do encosto da u.e. 24 sobre a u.e. 34.			
28	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela este da parede de fachada do edifício, com ombreiras e peitorial de cantaria simples e verga e de cantaria em arco.	imbricava com a u.e. 21, era coberta pela u.e. 2, cobria a u.e. 22, encostava à u.e. 34.	coetânea da u.e. 21, anterior à u.e. 2, posterior às u.e.'s 22 e 34.	?
29	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela ao centro da parede de fachada do edifício, com ombreiras e peitorial de cantaria simples e verga e de cantaria em arco.	imbricava com a u.e. 21, era coberta pela u.e. 2, cobria a u.e. 23, encostava à u.e. 34.	coetânea da u.e. 21, anterior à u.e. 2, posterior às u.e.'s 23 e 34.	?
30	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela oeste da parede de fachada do edifício, com ombreiras e peitorial de cantaria simples e verga e de cantaria em arco.	imbricava com a u.e. 21, era coberta pela u.e. 2, cobria a u.e. 24, encostava à u.e. 34.	coetânea da u.e. 21, anterior à u.e. 2, posterior às u.e.'s 24 e 34.	?
31	interface resultante do encosto da u.e. 28 sobre as u.e.'s 22 e 34.			
32	interface resultante do encosto da u.e. 29 sobre as u.e.'s 23 e 34.			
33	interface resultante do encosto da u.e. 30 sobre as u.e.'s 24 e 34.			
34	unidade estratigráfica murária, composta pela parede de fachada do edifício, em aparelho irregular de pedras miúdas a médias não facetadas e, pontualmente, fragmentos de telhas cerâmicas de canudo e de tijolos 'de palmo', unidos por ligante de cal. 58 centímetros de espessura.	era coberta pela u.e. 2, encostada pelas u.e.'s 6, 8, 12, 14, 17, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 39 e 40, imbricava com as u.e.'s 36, 37, 38, 45, 46 e 47, cobria a u.e. 70 (?).	anterior às u.e.'s 2, 6, 8, 12, 14, 17, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 39 e 40, coetânea das u.e.'s 36, 37, 38, 45, 46 e 47, posterior à 70 (?).	?
35	interface resultante do encosto da u.e. 21 sobre a u.e. 34.			
36	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela este da parede de fachada do edifício, com ombreiras, verga e peitorial de cantaria simples.	imbricava com a u.e. 34, era encostada pelas u.e.'s 6 e 8.	coetânea da u.e. 34, anterior às u.e.'s 6 e 8.	?
37	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela ao centro da parede de fachada do edifício, com ombreiras, verga e peitorial de cantaria simples.	imbricava com a u.e. 34, era encostada pelas u.e.'s 6 e 8.	coetânea da u.e. 34, anterior às u.e.'s 6 e 8.	?

## casa da rua do Norte

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
38	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela oeste da parede de fachada do edifício, com ombreiras, verga e peitoral de cantaria simples.	imbricava com a u.e. 34, era encostada pelas u.e.'s 6 e 8.	coetânea da u.e. 34, anterior às u.e.'s 6 e 8.	?
39	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da porta este da parede de fachada do edifício, com ombreiras, verga e soleira de cantaria simples.	era encostada pelas u.e.'s 6, 41 e 43, encostava às u.e.'s 34 e 70.	anterior às u.e.'s 6, 41 e 43, posterior às u.e.'s 34 e 70.	?
40	unidade estratigráfica composta por arco de descarga sobre vão de porta este da parede de fachada do edifício, em tijolos 'de palmo' ao cutelo, unidos por ligante de cal e areão.	era encostada pelas u.e.'s 6, 41 e 43, encostava à u.e. 34.	anterior às u.e.'s 6, 41 e 43, posterior à u.e. 34.	?
41	unidade estratigráfica murária composta por enchimento de vão entre o arco de descarga e a guarnição do vão de porta este da parede de fachada do edifício, em tijolos 'de palmo' e pedras miúdas, unidos por ligante de cal e areão.	encostava às u.e.'s 39 e 40, era encostada pela u.e. 43.	posterior às u.e.'s 39 e 40.	?
42	interface resultante do encosto da u.e. 41 sobre as u.e.'s 39 e 40.			
43	unidade estratigráfica murária composta por enchimento de vão entre a guarnição do vão de porta este da parede de fachada do edifício e a parede meeira este do edifício, em pedras miúdas a médias não facetadas, unidos por ligante de cal e areão.	encostava às u.e.'s 17, 39, 40, 41 e 70.	posterior às u.e.'s 17, 39, 40, 41 e 70.	?
44	interface resultante do encosto da u.e. 43 sobre as u.e.'s 17, 39, 41 e 70.			
45	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela ao centro da parede de fachada do edifício, com ombreiras, verga, peitoral e avental de cantaria simples.	imbricava com a u.e. 34, era encostada pela u.e. 6.	coetânea da u.e. 34, anterior à u.e. 6.	?
46	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela oeste da parede de fachada do edifício, com ombreiras, verga, peitoral e avental de cantaria simples.	imbricava com a u.e. 34, era encostada pela u.e. 6.	coetânea da u.e. 34, anterior à u.e. 6.	?
47	unidade estratigráfica composta por arco e ombreiras de vão de armário embutido ao centro da parede de fachada do edifício, em tijolos 'de palmo' ao cutelo e pedras miúdas a médias, unidos por ligante de cal e areão.	imbricava com a u.e. 34, era encostada pelas u.e.'s 6, 48 e 49.	coetânea da u.e. 34, anterior às u.e.'s 6, 48 e 49.	?
48	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior do vão de armário embutido ao centro da parede de fachada do edifício, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca.	encostava à u.e. 47.	posterior à u.e. 47.	?
49	unidade estratigráfica murária, composta por estrutura	encostava às u.e.'s 47 e 48.	posterior às u.e.'s	?

## casa da rua do Norte

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
49	de emparedamento do vão de armário embutido ao centro da parede de fachada do edifício, em aparelho irregular de pedras miúdas a médias não facetadas, unidas por ligante terra e argila.		47 e 48.	
50	interface resultante do encosto da u.e. 49 sobre as u.e.'s 47 e 48.			
51	unidade estratigráfica murária, composta pela parede de fachada do edifício, em aparelho irregular de pedras miúdas a grandes não facetadas e, pontualmente, fragmentos de telhas cerâmicas de canudo, unidas por ligante de cal. 58 centímetros de espessura.	correspondia à u.e. 21 (?), era encostada pelas u.e.'s 6, 10 e 14, coberta pela u.e. 2, cobria as u.e.'s 53 e 54, encostava à u.e. 56.	equivalente à u.e. 21 (?), anterior à u.e. 6, posterior às u.e.'s 53, 54 e 56.	?
52	interface resultante do encosto da u.e. 51 sobre a u.e.'s 53, 54 e 56.			
53	unidade estratigráfica composta pelo apoio da antiga cobertura do edifício, com linha de madeira.	era coberta pela u.e. 51, encostava à u.e. 56, cobria a u.e. 54.	anterior à u.e. 51, posterior às u.e.'s 54 e 56.	?
54	unidade estratigráfica murária, composta pela parede de tardo do edifício, em aparelho irregular de pedras miúdas a médias não facetadas e, pontualmente, fragmentos de telhas cerâmicas de canudo e de tijolos 'de palmo', unidos por ligante de cal. 55 centímetros de espessura.	era encostada pelas u.e.'s 12, 14, 17, 61 e 66, coberta pelas u.e.'s 51 e 53, cortada pelas u.e.'s 64 e 74, imbricava com as u.e.'s 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63 e 65, encostava à u.e. 70 (?).	anterior às u.e.'s 12, 14, 17, 51, 53, 61, 64, 66 e 74, coetânea da u.e. 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63 e 65, posterior à u.e. 70 (?).	?
55	interface resultante do encosto da u.e. 53 sobre as u.e.'s 54 e 56.			
56	unidade estratigráfica murária, composta por chaminé em aparelho tendencialmente regular de tijolos 'de palmo' aplicados em alvenaria uma vez, unidos por ligante de cal, erguida sobre lareira rematada por arco de descarga em tijolos 'de palmo' ao cutelo, unidos por argamassa de cal. 10 centímetros de espessura.	era cortada pela u.e. 68, encostada pelas u.e.'s 6, 8, 51, 53 e , imbricava com a u.e. 54.	anterior às u.e.'s 6, 8, 51, 53 e 68, coetânea da u.e. 54.	?
57	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela oeste da parede tardo do edifício, com ombreiras, verga e peitoral de cantaria simples.	imbricava com a u.e. 54, era encostada pelas u.e.'s 6 e 8.	coetânea da u.e. 54, anterior às u.e.'s 6 e 8.	?
58	unidade estratigráfica murária, composta por chaminé em aparelho tendencialmente regular de tijolos 'de palmo' aplicados em alvenaria uma vez, unidos por ligante de cal.	era encostada pela u.e. 6, imbricava com a u.e. 54.	anterior à u.e. 6, coetânea da u.e. 54.	?
59	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela ao centro da parede tardo do edifício, com ombreiras, verga e peitoral definidos pelo alinhamento do aparelho da própria parede.	imbricava com a u.e. 54, era encostada pela u.e. 6.	coetânea da u.e. 54, anterior à u.e. 6.	?

## casa da rua do Norte

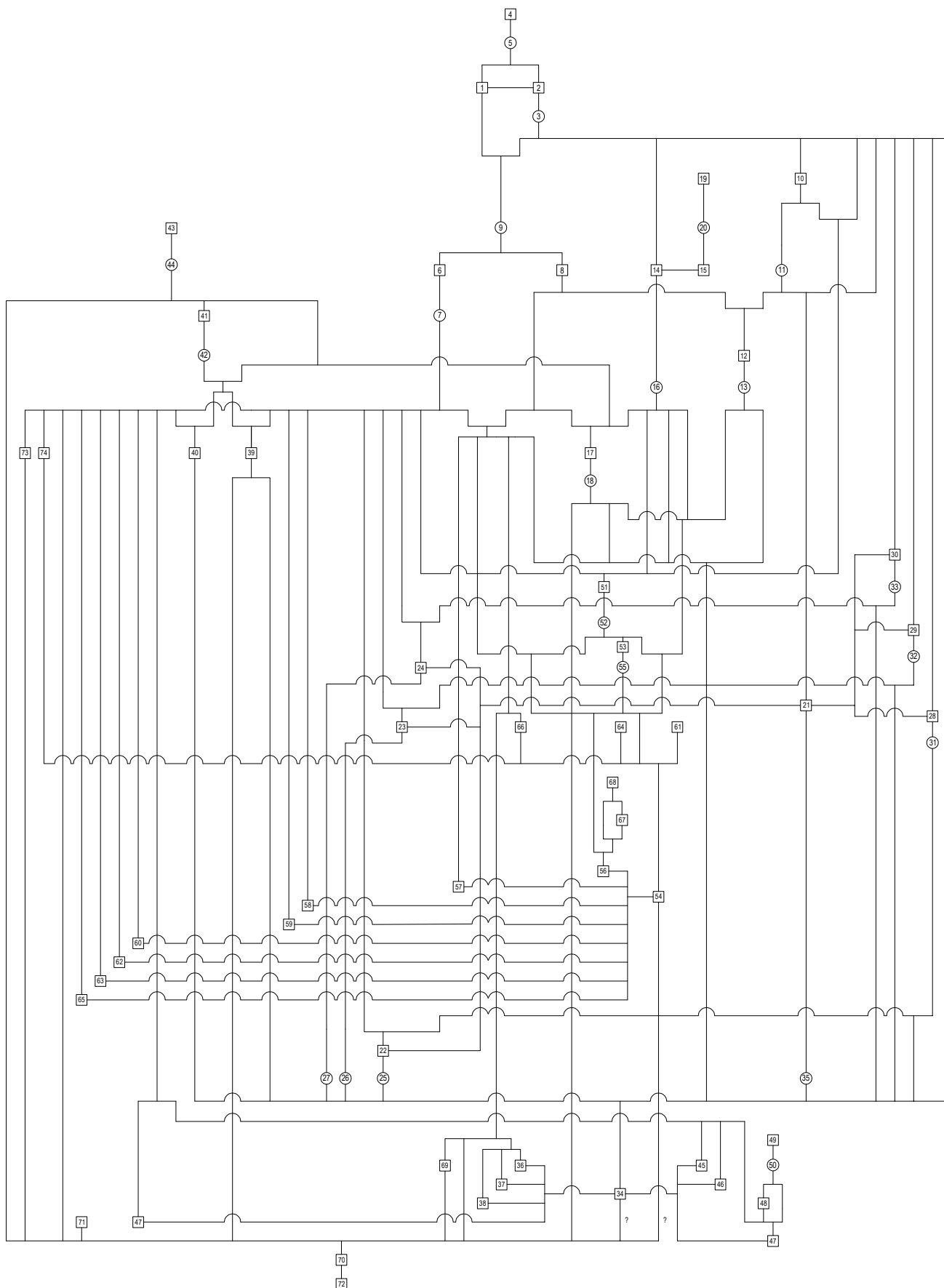
u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
60	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela ao centro da parede tardoz do edifício, com ombreiras, verga e peitorial definidos pelo alinhamento do aparelho da própria parede.	imbricava com a u.e. 54, era encostada pela u.e. 6.	coetânea da u.e. 54, anterior à u.e. 6.	?
61	unidade estratigráfica composta por tubo de queda em grés. 15 centímetros de diâmetro.	encostava à u.e. 54.	posterior à u.e. 54.	?
62	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela oeste da parede tardoz do edifício, com ombreiras, verga e peitorial definidos pelo alinhamento do aparelho da própria parede.	era encostada pela u.e. 6, imbricava com a u.e. 54.	anterior à u.e. 6, coetânea da u.e. 54.	?
63	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela ao centro da parede tardoz do edifício, com ombreiras, verga e peitorial definidos pelo alinhamento do aparelho da própria parede.	era encostada pela u.e. 6, imbricava com a u.e. 54.	anterior à u.e. 6, coetânea da u.e. 54.	?
64	unidade estratigráfica composta por buraco aberto por desmonte do aparelho da u.e. 54.	cortava a u.e. 54.	posterior à u.e. 54.	?
65	unidade estratigráfica composta pela guarnição de vão da janela ao centro da parede tardoz do edifício, com ombreiras, verga e peitorial definidos pelo alinhamento do aparelho da própria parede.	era encostada pela u.e. 6, imbricava com a u.e. 54.	anterior à u.e. 6, coetânea da u.e. 54.	?
66	unidade estratigráfica composta por tubo de queda em grés. 15 centímetros de diâmetro.	era encostada pelas u.e.'s 6 e 8, encostava à u.e. 54.	anterior às u.e.'s 6 e 8, posterior à u.e. 54.	?
67	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento interior de antiga chaminé, em azulejos industriais brancos, cobertos, em diversos locais, por fuligem.	era cortada pela u.e. 68, encostava à u.e. 56.	anterior à u.e. 68, posterior à u.e. 56.	século XX (?)
68	unidade estratigráfica composta por buraco aberto por desmonte do aparelho da u.e. 56.	cortava as u.e.'s 56 e 67.	posterior às u.e.'s 56 e 67.	?
69	unidade estratigráfica composta por pia de escoamento em grés. 25 centímetros de diâmetro.	era encostada pela u.e. 8, encostava à u.e. 70.	anterior à u.e. 8, posterior à u.e. 70.	?
70	unidade estratigráfica murária, composta pela base das paredes meeira e de fachada do edifício, em aparelho irregular de pedras miúdas a grandes não facetadas e, pontualmente, fragmentos de telhas cerâmicas de canudo e de tijolos 'de palmo', unidos por ligante de terra e argila.	era coberta pela u.e. 17, cortada pela u.e. 73, encostada pelas u.e.'s 6, 8, 34 (?), 39, 43, 54 (?), 69 e 71, definia a u.e. 72.	anterior às u.e.'s 6, 8, 17, 34 (?), 39, 43, 54 (?), 69, 71 e 73, coetânea da u.e. 72.	?
71	unidade estratigráfica composta por trave de apoio a antigo soalho, em madeira.	encostava à u.e. 70.	posterior à u.e. 70.	?

## casa da rua do Norte

<b>u.e.</b>	<b>descrição</b>	<b>relações estratigráficas</b>	<b>cronologia relativa</b>	<b>cronologia absoluta</b>
72	unidade estratigráfica composta por agulheiros para aplicação dos caibros de antigo soalho, de formato e profundidade irregular, embora tendencialmente arredondados.	definida pela u.e. 70.	coetânea da u.e. 70.	?
73	unidade estratigráfica composta por abertura para portão, obtida por desmonte da u.e. 70.	era encostada pela u.e. 6, cortava a u.e. 70.	anterior à u.e. 6, posterior à u.e. 70.	?
74	unidade estratigráfica composta por abertura para portão, obtida por desmonte da u.e. 70.	era encostada pela u.e. 6, cortava a u.e. 54.	anterior à u.e. 6, posterior à u.e. 54.	?

# casa da rua do Norte

## matriz de Harris



# casa das Talhas

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
1	unidade estratigráfica murária, em aparelho tendencialmente regular de pedras não facetadas, alternando fiadas de pedras maiores com fiadas de pedras de menor dimensão, unidas por ligante de cal e areão, do qual se observam apenas escassos vestígios. 2,22 metros de espessura (?).	era encostada pela u.e. 2, era coberta pela u.e. 8.	anterior às u.e.'s 2 e 8.	? não posterior ao século XVI
2	unidade estratigráfica murária, composta por parede externa de compartimento em aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas, unidas por ligante de cal e areão. 22 centímetros de espessura.	encostava à u.e. 1, era encostada pela u.e. 4.	posterior à u.e. 1, anterior à u.e. 4.	? não posterior ao século XVI
3	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 2 à u.e. 1.			
4	unidade estratigráfica composta pelo primeiro forro de revestimento ao paramento interior da u.e. 2, em reboco de cal e areão.	encostava à u.e. 2, era encostada pela u.e. 6.	posterior à u.e. 2, anterior à u.e. 6.	? não posterior ao século XVI
5	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 4 à u.e. 2.			
6	unidade estratigráfica composta pelo segundo forro de revestimento ao paramento interior da u.e. 2, em reboco de cal e areão.	encostava à u.e. 4.	posterior à u.e. 4.	? não posterior ao século XVI
7	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 6 à u.e. 4.			
8	unidade estratigráfica murária, composta por parede externa de uma estrutura que, pela robustez e planta, aparenta ser uma torre militar, em aparelho tendencialmente regular de silharia pseudo-isódoma, unidas por ligante de cal, areão, pedras miúdas e, discutivelmente, fragmentos de tijolos maciços. 2,22 metros de espessura (?).	cobria a u.e. 1, era encostada pelas u.e.'s 11, 16, 18, 21, 23, 25, 27, 33, 34, 46 (?) e 73, era coberta pelas u.e.'s 14, 65 e 69 (?), era cortada pelas u.e.'s 37 e 44 (?).	anterior às u.e.'s 11, 14, 16, 18, 21, 23, 25, 27, 37, 44 (?), 46, 65, 69 (?) e 73, posterior à u.e. 1.	? não posterior ao século XVI
9	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 8 à u.e. 1.			
10	unidade estratigráfica murária, composta por muralha (?) imbricada a norte na torre militar, em aparelho tendencialmente regular de pedras não facetadas, alternando fiadas de pedras maiores com fiadas de pedras de menor dimensão, unidas por ligante de cal e areão. 2,27 metros de espessura (?).	imbricava com a u.e. 8, era coberta pela u.e. 27, era cortada pelas u.e.'s 30 e 37, era encostada pela u.e. 31.	anterior à u.e. 27, 30, 31 e 37, coetânea da u.e. 8.	? não posterior ao século XVI
11	unidade estratigráfica murária, composta por parede encostada a sul da torre militar, em aparelho irregular de pedras pequenas e miúdas não facetadas e tijolos 'de palmo' inteiros e fragmentados, unidos por ligante de cal e areão. Embasamento com alguns silhares, em contexto de reaproveitamento. 2,46 metros de espessura (?).	encostava à u.e. 8, imbricava com a u.e. 13, era cortada pela u.e. 37, era encostada pela u.e. 40.	anterior às u.e.'s 37 e 40, coetânea da u.e. 13, posterior à u.e. 8.	? não posterior ao século XVI
12	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 11 à u.e. 8.			

# casa das Talhas

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
13	unidade estratigráfica composta por guarnição do primeiro vão de porta da parede encostada a sul da torre, com ombreira e soleira em cantaria.	imbricava com a u.e. 11, era encostada pela u.e. 40.	anterior à u.e. 40, coetânea da u.e. 11.	? não posterior ao século XVI
14	unidade estratigráfica murária, composta por reforma e acrescento da torre militar, em aparelho irregular de pedras pequenas a miúdas não facetadas e tijolos 'de palmo', rematado por cunhais de pedras de maior dimensão e unido por ligante de cal e areão. 1,57 metros de espessura.	cobria a u.e. 8, era cortada pelas u.e.'s 44, 54, 57, 61 (?) e 63 (?), era encostada pela 27, 33, 46, 59, 62 (?), 71, 72, 73, 76 e 77, era coberta pelas u.e.'s 64 (?) e 69 (?).	anterior às u.e.'s 27, 44, 46, 54, 57, 59, 61 (?), 62 (?), 63 (?), 64 (?), 69 (?), 71, 72, 73, 76 e 77, posterior à 8.	? não posterior ao século XVI
15	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 14 à u.e. 8.			
16	unidade estratigráfica murária composta por estrutura de reparação da torre militar, em aparelho regular de tijolos 'de palmo', unidos por ligante de cal e areão.	encostava à u.e. 8, era encostada pela u.e. 65.	anterior à u.e. 65, posterior à u.e. 8.	? não posterior ao século XVI
17	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 16 à u.e. 8.			
18	unidade estratigráfica murária composta por estrutura de reparação da torre militar, em aparelho regular de tijolos 'de palmo', unidos por ligante de cal e areão.	encostava à u.e. 8.	posterior à u.e. 8.	? não posterior ao século XVI
19	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 18 à u.e. 8.			
20	unidade estratigráfica composta por estrutura em madeira embutida no alçado sul da torre militar, para fins desconhecidos.	era encostada pela u.e. 21.	anterior à u.e. 21.	? não posterior ao século XVI
21	unidade estratigráfica murária composta por estrutura de reparação da torre militar, em aparelho irregular de pedras pequenas a miúdas não facetadas e fragmentos de tijolos 'de palmo', unidos por ligante de cal e areão.	encostava às u.e.'s 8 e 20.	posterior às u.e.'s 8 e 20.	? não posterior ao século XVI
22	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 21 às u.e.'s 8 e 20.			
23	unidade estratigráfica murária composta por estrutura de reparação da torre militar, em aparelho irregular de pedras pequenas a miúdas não facetadas e fragmentos de tijolos 'de palmo', unidos por ligante de cal e areão.	encostava à u.e. 8, era cortada pela u.e. 37.	anterior à u.e. 37, posterior à u.e. 8.	? não posterior ao século XVI
24	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 23 à u.e. 8.			
25	unidade estratigráfica murária composta por estrutura de reparação da torre militar, em aparelho irregular de pedras pequenas a miúdas não facetadas e fragmentos de tijolos 'de palmo', unidos por ligante de cal e areão.	encostava à u.e. 8, era cortada pela u.e. 37, era encostada pela u.e. 33.	anterior à u.e. 37, posterior à u.e. 8.	? não posterior ao século XVI



# casa das Talhas

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
26	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 25 à u.e. 8.			
27	unidade estratigráfica murária, composta por reforma e acrescento da muralha a norte da torre militar, em aparelho irregular de pedras pequenas a miúdas não facetadas e tijolos 'de palmo', unidos por ligante de cal e areão. 68 centímetros de espessura.	imbricava com a 29, cobria a 10, encostava à 8, 14 e 30, era encostada pela 31, 73 e 76, cortada pela 54 e 63 (?) e coberta pela u.e. 69 (?)	anterior às 31, 54, 63 (?), 69 (?), 73 e 76, coetânea da u.e. 29, posterior às u.e.'s 8 e 10.	século XVI.
28	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 27 às u.e.'s 8, 10 e 14.			
29	unidade estratigráfica composta por guarnição de vão de porta ou de sacada da parede encostada a norte da torre, com ombreira em cantaria e verga manuelina em cantaria.	imbricava com a u.e. 27, era encostada pelas u.e.'s 55 e 59.	anterior às u.e.'s 55 e 59, coetânea da u.e. 27.	século XVI.
30	unidade estratigráfica murária, composta por arco de tijolos 'de palmo' ao cutelo, unidos por ligante de cal e areão. 48 centímetros de espessura.	cortava a u.e. 10, imbricava com a u.e. 31, encostava à u.e. 27.	coetânea da u.e. 31, posterior à u.e. 10.	?
31	unidade estratigráfica murária, composta por parede em aparelho irregular de pedras pequenas a miúdas não facetadas e fragmentos de tijolos 'de palmo' e de telha de canudo, unidos por ligante de cal e areão. 48 centímetros de espessura.	imbricava com a u.e. 30, encostava às u.e.'s 10 e 27.	coetânea da u.e. 31, posterior às u.e.'s 10 e 27.	?
32	interface estabelecido pelo encosto das u.e.'s 30 e 31 às u.e.'s 10 e 27.			
33	unidade estratigráfica murária, composta por arco de tijolos 'de palmo' ao cutelo, unidos por ligante de cal e areão. 48 centímetros de espessura.	cortava a u.e. 8, imbricava com a u.e. 34, encostava às u.e.'s 8, 14 e 25.	coetânea da u.e. 34, posterior à u.e. 8.	?
34	unidade estratigráfica murária, composta por parede a sul da torre, em aparelho irregular de pedras pequenas a miúdas não facetadas e fragmentos de tijolos 'de palmo' e de telha de canudo, unidos por ligante de cal e areão. 48 centímetros de espessura.	imbricava com a 33, encostava à 8, 14 e 25, era cortada pelas 48, 54 e 63 (?), encostada pela 50, 71, 72, 73 e 77, coberta pelas 64 (?) e 69 (?).	anterior às u.e.'s 48, 50, 54, 63(?), 64 (?), 69(?), 71, 72, 73 e 77, coetânea da 33, posterior às 14 e 25.	? anterior a século XVII - XVIII (1ª metade)
35	unidade estratigráfica composta por guarnição de vão de porta da parede a sul da torre, com ombreira em cantaria.	imbricava com a u.e. 34, era encostada pela u.e. 75.	anterior à u.e. 75, coetânea da u.e. 34.	?
36	interface estabelecido pelo encosto das u.e.'s 33 e 34 às u.e.'s 8, 14 e 25.			
37	unidade estratigráfica composta pelo soalho em madeira do piso - 1, apoiado sobre vigamento de madeira.	cortava as u.e.'s 8, 10, 11, 23 e 25.	posterior às u.e.'s 8, 10, 11, 23 e 25.	?
38	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 37 às u.e.'s 8, 10, 11, 23 e 25.			
39	unidade estratigráfica composta por guarnição do segundo vão de porta da parede encostada a sul da torre, com ombreira, verga e soleira em cantaria.	era encostada pelas u.e.'s 40 e 67, era cortada pela u.e. 42.	anterior às u.e.'s 40 e 67.	?

# casa das Talhas

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
40	unidade estratigráfica murária, composta por remate de vão entre as guarnições das duas portas da parede encostada a sul da torre, em aparelho de pedras pequenas e miúdas não facetadas e fragmentos de telhas de canudo, unidos por ligante de cal e areão.	encostava às u.e.'s 11, 13 e 39.	posterior às u.e.'s 11, 13 e 39.	?
41	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 40 às u.e.'s 11, 13 e 39.			
42	unidade estratigráfica composta pelo soalho em madeira do piso 0 e forro em madeira do teto do piso - 1, apoiados sobre vigamento de madeira.	cortava as u.e.'s 8, 10, 14, 23, 33, 34, 39 e 40.	posterior às u.e.'s 8, 10, 14, 23, 33, 34, 39 e 40.	?
43	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 42 às u.e.'s 8, 10, 14, 23, 33, 34, 39 e 40.			
44	vão alcançado pelo desmonte da parede de reforma e acrescento da torre militar, para acomodação de um vão de porta.	cortava as u.e.'s 8 (?) e 14.	posterior às u.e.'s 8 (?) e 14.	?
45	unidade estratigráfica composta por guarnição de vão de porta aberto na parede de reforma e acrescento da torre, com ombreiras e verga em cantaria.	era encostada pela u.e. 46.	anterior à u.e. 46.	?
46	unidade estratigráfica murária, composta por remate de vão entre a guarnição do vão de porta e a parede de reforma e acrescento da torre em que foi aberto, em aparelho de pedras pequenas e miúdas não facetadas e fragmentos de telhas de canudo, unidos por ligante de cal e areão.	encostava às u.e.'s 8 (?), 14 e 45, era cortada pela u.e. 54.	anterior à u.e. 54, posterior às u.e.'s 8 (?), 14 e 45.	?
47	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 46 às u.e.'s 8 (?), 14 e 45.			
48	vão alcançado pelo desmonte da parede a sul da torre, para acomodação de um vão de porta.	cortava a u.e. 34.	posterior à u.e. 34.	?
49	unidade estratigráfica composta por guarnição de vão de porta aberto na parede a sul da torre, com ombreiras, soleira e verga em cantaria.	era encostada pelas u.e.'s 50 e 52.	anterior às u.e.'s 50 e 52.	?
50	unidade estratigráfica murária, composta por remate de vão entre a guarnição do vão de porta e a parede a sul da torre em que foi aberto, em aparelho de pedras pequenas e miúdas não facetadas e fragmentos de telhas de canudo, unidos por ligante de cal e areão.	encostava às u.e.'s 34 e 49, era cortada pela u.e. 54, era coberta pela u.e. 69 (?).	anterior às u.e.'s 54 e 69 (?), posterior às u.e.'s 34 e 49.	?
51	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 50 às u.e.'s 34 e 49.			
52	unidade estratigráfica composta por escada de acesso ao vão de porta aberto na parede a sul da torre, em madeira.	encostava à u.e. 49.	posterior à u.e. 49.	?
53	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 52 à u.e. 49.			

# casa das Talhas

u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
54	unidade estratigráfica composta pelo soalho em madeira do piso 1 e forro em madeira do teto do piso 0, apoiados sobre vigamento de madeira.	cortava as u.e.'s 14, 27, 34, 46 e 50.	posterior às u.e.'s 14, 27, 34, 46 e 50.	?
55	unidade estratigráfica murária, composta por emparedamento do vão de porta ou de sacada da parede encostada a norte da torre, em aparelho tendencialmente regular com fiadas de pedras pequenas e miúdas não facetadas alternadas com fiadas de fragmentos de telhas de canudo e de tijolos 'de palmo', unidos por ligante de cal e areão.	encostava à u.e. 29.	posterior à u.e. 29.	?
56	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 55 à u.e. 29.			
57	vão alcançado pelo desmonte da parede de reforma e acrescento da torre, para acomodação de um vão de porta.	cortava a u.e. 14.	posterior à u.e. 14.	?
58	unidade estratigráfica composta por guarnição de vão de porta aberto na parede de reforma e acrescento da torre, com ombreiras em cantaria.	era encostada pelas u.e.'s 59 e 74.	anterior às u.e.'s 59 e 74.	?
59	unidade estratigráfica murária, composta por remate de vão entre a guarnição do vão de porta e a parede de reforma e acrescento da torre em que foi aberto e a guarnição do vão aberto na parede a norte da torre, em aparelho de pedras pequenas e miúdas não facetadas, unidas por ligante de cal e areão.	encostava às u.e.'s 14, 29 e 58, era encostada pela u.e. 76.	anterior à u.e. 76, posterior às u.e.'s 14, 29 e 58.	?
60	interface estabelecido pelo encosto da u.e. 59 às u.e.'s 14, 29 e 58.			
61	vão alcançado pelo desmonte da parede de reforma e acrescento da torre, para acomodação de um vão de armário embutido (?).	cortava a u.e. 14 (?).	posterior à u.e. 14 (?).	?
62	unidade estratigráfica composta por guarnição de vão de armário embutido (?), com ombreiras rematadas pelo aparelho e lintel embasamento em cantaria.	encostava à u.e. 14 (?), era encostada pelas u.e.'s 70 e 71.	anterior às u.e.'s 70 e 71, posterior à u.e. 14 (?).	?
63	unidade estratigráfica composta pelo soalho em madeira do piso 2 e forro em madeira do teto do piso 1, apoiados sobre vigamento de madeira.	cortava as u.e.'s 14 (?), 27 (?) e 34 (?).	posterior às u.e.'s 14 (?), 27 (?) e 34 (?).	?
64	unidade estratigráfica composta pela cobertura, com caibros e cumeeiras em madeira, sem isolamento interno e com isolamento externo em diferentes tipos de telha.	cobria as u.e.'s 14 (?) e 34 (?).	posterior às u.e.'s 14 (?) e 34 (?).	?
65	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento exterior da u.e. 16, em reboco de cal e areão.	encostava à u.e. 16.	posterior à u.e. 16.	?

# casa das Talhas

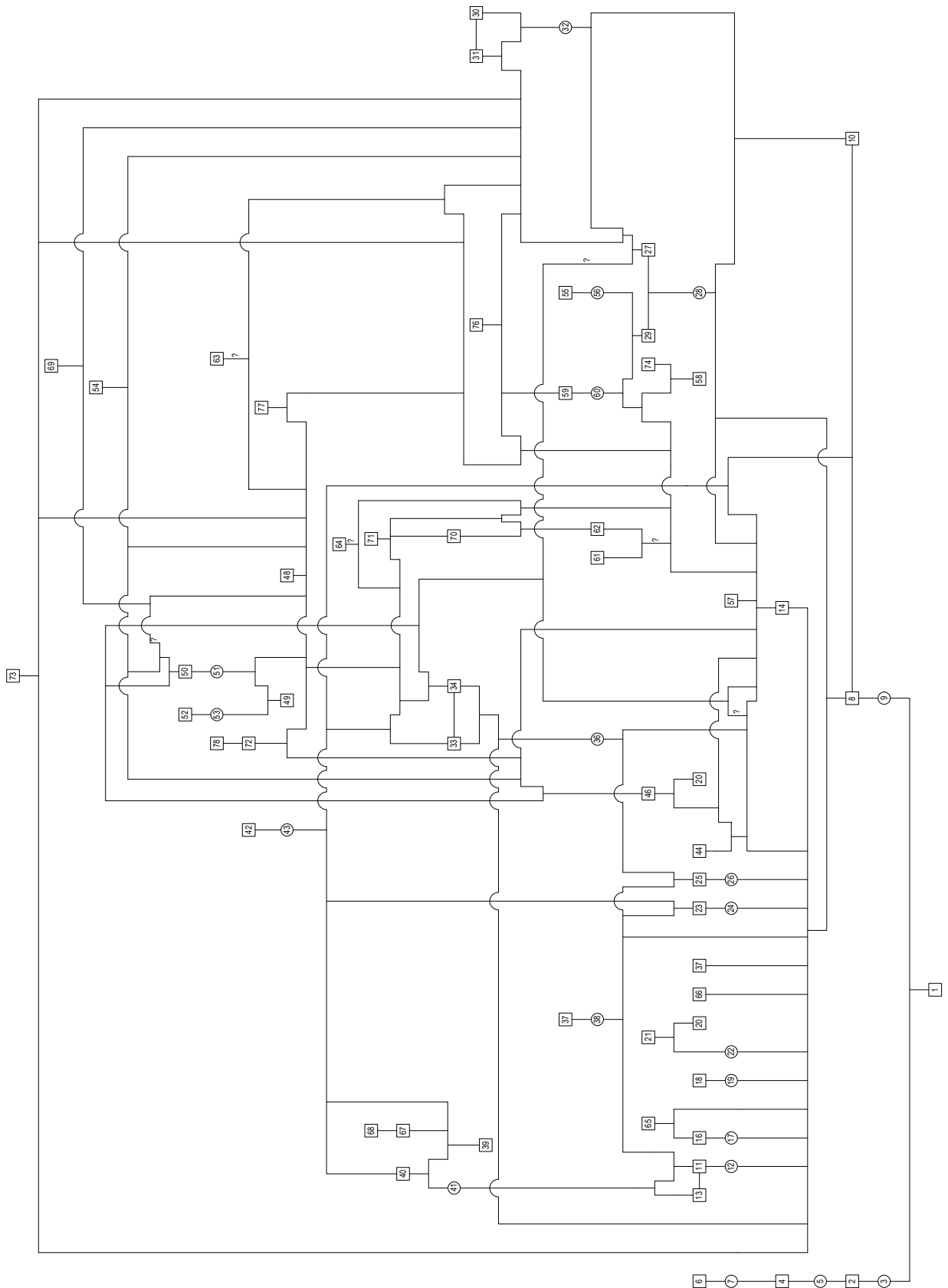
u.e.	descrição	relações estratigráficas	cronologia relativa	cronologia absoluta
66	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento exterior da torre, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca.	encostava à u.e. 8.	posterior à u.e. 8.	?
67	unidade estratigráfica murária, composta por emparedamento do vão de porta da parede encostada a sul da torre, em aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas, unidas por ligante de cal e areão.	encostava à u.e. 39, era coberta pela u.e. 68.	anterior à u.e. 68, posterior à u.e. 39.	?
68	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao aparelho de emparedamento do vão da parede encostada a sul da torre, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca.	cobria a u.e. 67.	posterior à u.e. 67.	?
69	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao paramento exterior da parede de reforma da torre, em reboco de cal e areão.	cobria a u.e. 8 (?), 14, 27 (?), 34 (?), 46 e a 50 (?).	posterior às u.e.'s 8 (?), 14, 27 (?), 34 (?), 46 e a 50 (?)	?
70	unidade estratigráfica murária, composta por emparedamento do vão de armário embutido, em aparelho irregular de pedras miúdas não facetadas, unidas por ligante de cal e areão.	encostava à u.e. 62, era coberta pela u.e. 71.	anterior à u.e. 71, posterior à u.e. 62.	?
71	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao aparelho de emparedamento do vão de armário embutido, e aos aparelhos de acrescento da torre e da parede que lhe encostou a sul, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca, castanha e azul.	cobria as u.e.'s 14, 34, 62 e 70.	posterior às u.e.'s 14, 34, 62 e 70.	?
72	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento aos aparelhos de acrescento da torre e da parede que lhe encostou a sul, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca, castanha e azul.	cobria as u.e.'s 14 e 34, era encostada pela u.e. 78.	anterior à u.e. 78, posterior às u.e.'s 14 e 34.	?
73	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento aos aparelhos da torre e da parede adjacentes, em reboco de cal e areão, coberto por azulejos verdes enxaquetados.	cobria as u.e.'s 8, 14, 27 e 34.	posterior às u.e.'s 8, 14, 27 e 34.	? século XVII - XVIII (1ª metade)
74	unidade estratigráfica composta por guarnição do vão de porta aberto no aparelho de acrescento da torre, com ombreiras, verga e peitoril em madeira, bandeira envidraçada e duas folhas de madeira, aplicadas à francesa.	encostava à u.e. 58.	posterior à u.e. 58.	?
75	unidade estratigráfica composta por guarnição do vão de porta aberto no aparelho da parede encostada a sul da torre, com ombreiras, verga e peitoril em madeira, bandeira envidraçada e uma folha de madeira, aplicada à francesa.	encostava à u.e. 35.	posterior à u.e. 35.	?

## **casa de Santa Justa**

<b>u.e.</b>	<b>descrição</b>	<b>relações estratigráficas</b>	<b>cronologia relativa</b>	<b>cronologia absoluta</b>
76	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao aparelho de acrescento da torre e das paredes que lhe foram encostadas, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca.	encostava às u.e.'s 14, 27 e 59.	posterior às u.e.'s 14, 27 e 59.	?
77	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento ao aparelho de acrescento da torre e da parede que lhe foi encostada a sul, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca.	encostava às u.e.'s 14 e 34.	posterior às u.e.'s 14 e 34.	?
78	unidade estratigráfica composta pelo forro de revestimento à parede de acrescento da torre e à parede que lhe foi encostada a sul, em reboco de cal e areão, coberto por pintura a cal branca.	encostava à u.e. 72.	posterior à u.e. 72.	?

# casa das Talhas

## matriz de Harris



21 linha de obra

22 interface



20 unidade estratigráfica

**tabelas**

## Tabela 1

Condicionantes de arqueologia emitidas pela tutela dos bens culturais imóveis, para projetos no centro histórico de Coimbra, entre 2001 e 2016

### Legenda

Sup – Superficial	Efet sem Aco – Efetuado sem acompanhamento	L.E. – Leituras estratigráficas
Sub – Substancial	Prév – Prévio	Fas – Fases
Aco – Acompanhamento	Prel – Preliminar	Fun – Funcionais
Son – Sondagens	Fin – Final	Simb – Simbólicas
Pic – Acompanhamento a picagem de rebocos	Mat – Materiais	S.Co – Sem condições de segurança
Priv – Privado (a)	Tip – Tipos	 – Fora dos limites cronológicos do presente estudo
Inst – Institucional	Cro – Cronologias	 – Relatório não disponível para consulta
Não Efet / N.Ef – Não Efetuado	R.G. – Registos gráficos	









Número de Processo	Localização	Afetação ao Edificado			Servição Administrativa	Data do Parecer	Condicionantes de Arqueologia						Requerente		Trabalhos Arqueológicos																									
		Não	Sim				Não	Sim					Técnico Superior	Priv	Inst	Não Efet	Efet sem Aco	Data de Autorização	Equipa de Arqueologia		Relatório																			
			Sup	Sub				Solo		Edificado									Priv	Inst	Prév	Prel	Fin	Data de Aprovação	Conclusões Construtivas															
								Aco	Son	Aco	Son	Pic													Sim					Não										
			Mat	Tip				Cro	L.E.	Fas	R.G.	Fun							Simb	S.Co	N.Ef																			
(2000) 06.03/02	R. Joaquim A. Aguiar (n. 10-12)			x	ZEP	09.09.2004						x	S. P. (arqt)	x				09.01.2009		GCH				x	10.12.2009	x														
(1999) 06.03/36	R. Joaquim A. Aguiar (n. 55-59)			x	ZEP	05.01.2001	x						C. A. (arqt)	x				29.05.2002	x						07.10.2003													x		
(2011) 06.03/88	C. Estrela; Av. E. Navarro; R. Brasil (via pública)	x																																						
(2006) 06.03/253	R. Estrela; C. Lisboa (via pública)	x																																						
(2002) 06.03/16	Pátio Castilho; R. Fernandes Tomás (via pública)	x																																						
(2008) 06.03/97	R. Borges Carneiro; L. Sé Velha (via pública)	x																																						
(1992) 06.03/22	R. Joaquim A. Aguiar (cine-teatro Sousa Bastos)			x	ZEP	17.11.1995	x						C. A. (arqt)	x																										
(1992) 06.03/22	R. Joaquim A. Aguiar (cine-teatro Sousa Bastos)			x	ZEP	12.01.2005	x						M. B. (arqt)	x				18.05.2005		GCH				x	17.02.2006														x	
(1992) 06.03/22	R. Joaquim A. Aguiar (cine-teatro Sousa Bastos)			x	ZEP	17.02.2006							P. S (arqt); M. B. (arqt)	x				17.02.2006																						
(1992) 06.03/22	R. Joaquim A. Aguiar (cine-teatro Sousa Bastos)			x	ZEP	10.01.2008		x					P. S (arqt); M. B. (arqt)																											
(2006) 06.03/74	Largo Sé Velha (n. 8-12)			x	ZEP	14.02.2007		x	x				H. F. (arqt); S. P. (arqt)	x		x		28.03.2007	x																					
(2003) 06.03/49	Largo Sé Velha (via pública)	x																																						
(2004) 06.03/79	R. F. Tomás (n. 85-89); J. A. Aguiar (n. 7)			x	ZEP	16.12.2004		x					M. B. (arqt)																											
(2004) 06.03/79	R. F. Tomás (n. 85-89); J. A. Aguiar (n. 7)			x	ZEP	18.06.2006		x					H. F. (arq)					23.06.2006		GCH				x	07.05.2008	x		x				x								























































